

@SEMISTUFJF - 2023

ANAIS ELETRÔNICOS

XXXIX SEMANA DE HISTÓRIA

*História dos povos originários:
Ancestralidade, Colonialidade
e Resistência.*



Anais Eletrônicos da

XXXIX SEMANA DE HISTÓRIA
do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
da UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**HISTÓRIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS: ANCESTRALIDADE,
COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA.**

.

06 a 10 de novembro de 2023.

Organização

Cesar Augusto Lopes Maciel
Eduarda Guerra Tostes
Jonas Augusto Silva

ICH – UFJF
Juiz de Fora, 2023

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Comissão Organizadora

Eduarda Guerra Tostes
Vice-Presidente/Secretária

Maria Eduarda Taroco Vieira
Tesoureira

Jonas Augusto Silva
Diretor Burocrático

Diretoria Burocrática

Ana Paula Candido
Maria Carolina de Aquino Henriques da Silva
Rafaela Lima Lemos Pereira
Larissa Frazão Silva
GABRIELA SANTIAGO AMIM
João Vitor Perroux Gomes Silva
Adriel Agostinho Dos Santos
Arthur Nazario Moreira

João Gabriel Emerenciano Amaro
Diretor Acadêmico

Diretoria Acadêmica

Ana Maria Duarte da Cunha
Lavínia Renata de Oliveira Turqueti
Maria Fernanda Resende Pinheiro
Ellen Pereira Cruz
Arthur Assunção Costa
Anna Vitória Souza Pereira
Ana Júlia Corrêa Ferreira
Giovanna de Andrade Figueira
Gabriel Benedito Machado

Cesar Augusto Lopes Maciel
Diretor Financeira

Diretoria Financeira

Isabela Elmer Vorique
Lavínea Oliveira da Rosa
Ana Clara Alves Reis
Lívia Carmanini Bergo
Isabela Moreira Silva

Sarah Lidia Vieira da Silva
Lorena Alves Santos
Iris Castro Moreira
Matheus Alves Hagler

Emilly Vargas Medeiros
Diretora Cultural

Diretoria Cultural

Eduardo Augusto da Silva Coelho
Mariana Moreira do Bem Brandão
Suellen Cristiany de Paiva Garcia
Ana Luísa Silva Viana
Douglas Gomes de Almeida
Bruna de Assis Amorim

Isabela de Almeida Gonçalves Pereira
Diretora de Comunicação

Diretoria de Comunicação

Gabriella Ramos Ribas Oliveira
Vitória Nogueira Mira
Flaviana Lopes Ribeiro de Oliveira
Raysa Rodrigues Ferreira
Mariana Silva Barbosa
Analice de Aquino Vaz
Iasmin do Prado Gomes
Julia Luciana Barra
Davi José Gama Silva
Pedro Victor Barbosa Andrade

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN: 2317-0468

Tiragem: Eletrônica (PDF)

Texto em Português

Modo de acesso: <http://ufjf.br/semanadehistoria/anais>

1: Povos originários 2: Memória 3: Resistência

Sumário

ST 01: Na dinâmica do ultramar português: sujeitos e instituições nos universos do Antigo Regime nos trópicos (XVIII - XIX) – PRESENCIAL

A administração do pequeno comércio em áreas de mineração: sujeitos, interesses e redes em Vila Rica (primeira metade do século XVIII)

Antônio Gabriel Ferreira e Barros¹

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar discussões iniciais a respeito das estratégias empregadas por governadores, Senado da Câmara e demais moradores de Vila Rica, formadores dos três níveis de atuação contra a presença desregulada das vendas em áreas de mineração no início do século XVIII. A partir de interesses e mecanismos distintos, esses personagens tentaram frear o pequeno comércio de alimentos e bebidas na região do Morro de Vila Rica. Quais eram as instituições e os interesses envolvidos nesse controle? De que maneira atuaram os diferentes agentes históricos envolvidos e atingidos pela administração? Essas perguntas nortearão o texto a fim de mostrar a articulação dos três níveis da administração que atingiam, sobretudo, a população forra e escrava, bem como as aparentes controvérsias que caracterizavam aquela sociedade.

Palavras-chave: Administração, Minas Gerais, pequeno comércio, escravidão.

Abstract: The objective of this text is to present initial discussions regarding the strategies employed by governors, the Senate of the Chamber and other residents of Vila Rica, who formed the three levels of action against the unregulated presence of sales in mining areas at the beginning of the 18th century. Based on different interests and mechanisms, these characters tried to stop the small food and beverage business in the region called Morro de

¹ Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, sob fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), <http://lattes.cnpq.br/6402275780953525>.

Vila Rica. What were the institutions and interests involved in this control? How did the different historical agents involved and affected by the administration act? These questions will guide the text in order to show the articulation of the three levels of administration that affected, above all, the freed and slave population, as well as the apparent controversies that characterized that society.

Keywords: Administration, Minas Gerais, small business, slavery.

Introdução

As disputas e tentativas de controle da região das Minas Gerais ocorrem, pelo menos, desde o fim do século XVII (Gouvêa, 2004: 123). Algumas das principais tônicas desses embates foram as reivindicações pela posse e o direito de uso de regiões estratégicas para a mineração. Acerca destes temas, a historiografia já tem contribuído há tempos. Todavia, os litígios experimentados nas décadas iniciais de colonização da região mineradora não se deram exclusivamente em torno da busca pelo ouro. De acordo com Russel-Wood (1977: 35), os Senados das Câmaras das primeiras vilas das Minas (Sabará, Vila Rica e São João del Rei) foram instituídos pelo governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho como forma de impor lei, ordem e cessar com uma gama de turbulências que causaram instabilidade à região recém ocupada.

Dentre as dissidências vivenciadas naqueles espaços, que receberam a atenção das autoridades, estão aquelas causadas pelo pequeno comércio de comidas e bebidas estabelecidos ao redor dos locais de extração aurífera. Praticado, sobretudo, por mulheres forras e escravas, esse pequeno comércio, desenvolvido de modo fixo ou ambulante, foi amplamente utilizado para o acúmulo de pecúlio para pagamento de alforrias, bem como um dos grandes responsáveis para abastecimento de escravos, livres e libertos que se ocupavam da produção aurífera e de diamantes nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII (Paiva, 2009; 2022). Entretanto, além da possibilidade dos descaminhos, essa mobilidade experimentada pelos vendedores cativos e alforriados incomodava uma parte significativa da população mineira. Essas vendedoras ambulantes foram alvos de denúncias, petições e reclamações às autoridades por parte dos mineiros.

O esforço por regulamentar ou proibir as vendas junto aos lugares de mineração foram motivados pela tentativa de evitar os descaminhos do ouro e os prejuízos sofrido por senhores de escravos que lançavam seus cativos para as minas em busca das pedras preciosas. De acordo com Luciano Figueiredo e Ana Maria Magaldi, ao passo que esse comércio contribuía para o abastecimento alimentar dos trabalhadores em geral, também gerava prejuízos à coroa portuguesa e aos patronos através das confusões, prostituição, ofensas a Deus e percalços nas arrecadações da Fazenda Real (Figueiredo; Magaldi, 1985).

Todavia, o cruzamento de informações contidas na documentação produzida na primeira metade do século XVIII por governadores das Minas e agentes da Câmara de Vila Rica, demonstram que outros interesses e preocupações estavam sustentando a procura por regulamentação ou extinção dessas vendas em regiões específicas. Além disso, essa documentação, atualmente sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, composta por bandos, editais, vereações, requerimentos e petições, nos permite notar três níveis de atuação, por meio dos quais os interessados se articulavam em torno do controle dessa pequena mercância. A hipótese inicial, que será desenvolvida a seguir, é de que essas distintas partes estavam divididas entre as figuras dos governadores das Minas, a Câmara de Vila Rica e, finalmente, moradores que se colocavam a favor dos castigos, multas e demais punições àqueles que vendessem alimentos e bebidas na principal região de extração daquele espaço conhecida como Morro de Vila Rica.

Desenvolvimento e administração do comércio no “Morro desta Vila”

No alvorecer do século XVIII, aos primeiros anos de ocupação da atual cidade de Ouro Preto, a região que correspondia ao Morro de Vila Rica “inscrevia-se na paisagem não como um espaço de mineração, mas um setor de refúgio e de referência geográfica para a abertura de caminhos e ligação entre os arraiais próximos” (Lopes, 2008: 3). Local intensamente habitado e cotidianamente frequentado por libertos, escravos e livres, por diferentes motivos, ainda nas primeiras décadas do Setecentos o Morro deixou de ser um local de refúgio, para se tornar um lugar de expectativa de enriquecimento (Lopes, 2008: 15). Assim, entre os moradores da região nos anos 1730, encontravam-se mineradores, oficiais, padres, fiscais, marchantes, vendedores e militares de diversas qualidades (pretos, brancos e mestiçados).²

Dentre essas atividades, como dissemos, as vendas de alimentos e bebidas nas áreas de mineração receberam enorme atenção das autoridades. Ao mesmo tempo que eram consideradas interessantes do ponto de vista do abastecimento alimentar dos trabalhadores que atuavam nas lavras de ouro do Morro, o pequeno comércio era relacionado às fugas de escravos, brigas, mortes e descaminhos do ouro, como ficou evidente na Sedição de 1720

² LISTA de cobranças de foros do ano de 1733. 15 de setembro de 1733. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 05, Doc. 09, f. 1.

(Negreiros, Chagas Júnior, Neto, 2013: 18). O bando publicado em 1710 pelo governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Antônio Coelho de Albuquerque, é reconhecido como a legislação mais antiga a abordar esse tema.

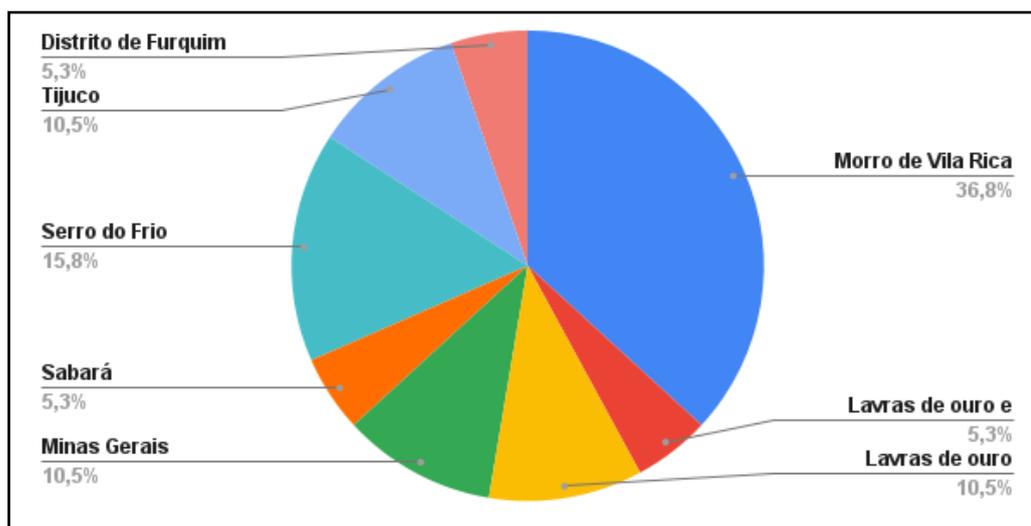
De acordo com o Vocabulario Portuguez e Latino de Dom Raphael Bluteau (1712), o bando seria um “pregão público, pelo qual se faz pública uma ordem ou decreto”.³ No caso daquele lançado por Antônio de Albuquerque, foi redigido após o recebimento das queixas e representações dos “mineiros, e moradores no morro e Córrego do Padre Faria”. Seu teor proibia que escravos(as) e forros(as) fossem às lavras e fora dos arraiais “a vender couza alguma comestível, ou de bebida”, sob a pena de serem “assoutados, e perderem tudo, e pagarem os que forem forros 30 oitavas de ouro para a fazenda Real, e os Senhores dos escravos pagarem 60 oitavas na forma Referida pela primeira e 2ª vez executivamente”.⁴

A insistência do tema nas décadas seguintes indica que a ordem não foi acatada. Em seus mandatos enquanto governadores das Minas, Antônio Albuquerque de Carvalho (1710-1713), Brás Baltazar da Silveira (1713-1717), o Conde de Assumar (1717-1720), D. Lourenço de Almeida (1720-1732), André de Melo e Castro (1732-1735) e Gomes Freire de Andrade (1735-1735), foram responsáveis pela publicação de 19 bandos voltados para o controle das vendas de bebidas e alimentos nas regiões mineradoras. Dentre esses, 7 foram exclusivamente lançados para solucionar os percalços no Morro de Vila Rica (Gráfico 1). Portanto, devido à recorrência da utilização dos bandos este instrumento administrativo pode ser considerado o principal mecanismo institucional para regulamentar o pequeno comércio e suas dissidências, por parte dos governadores das Minas.

Gráfico 1 – Porcentagem de direcionamento dos bandos sobre o pequeno comércio (1710-1743)

³ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico... Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. p. 163.

⁴ BANDO de Antônio de Albuquerque. 1 de dezembro de 1710, Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo da Capitania, SC-07, f. 37v.



Fonte: APM, Câmara Municipal de Ouro Preto

Até o ano de 1743, quando foi lançado o último desses bandos para Vila Rica, os governadores, constantemente, justificavam suas proibições na região do Morro por receberem reclamações de moradores e agentes da Câmara acerca dos danos, prejuízos, violências e ofensas a Deus. Nesse sentido, é perceptível que o principal mecanismo usado pelos governadores para regular o pequeno comércio de alimentos e bebidas não era uma imposição externa, mas sim uma resposta às demandas locais. Partia de uma parcela ainda não mensurada da população de Vila Rica que se via lesada pela ação de comerciantes fixos e ambulantes, bem como de integrantes da Câmara em busca de defesa de seus interesses próprios e da representação dos anseios de moradores.

Segundo as atas da Câmara produzidas entre 1716 e 1721, os maiores conflitos na zona mineradora de Vila Rica eram:

- 1) a instalação de vendas sem licença; 2) o comércio ambulante de negros e negras de tabuleiros nas lavras;
- 3) o acolhimento de escravos fugitivos pelos moradores; 4) a comercialização de comida, bebida e prostitutas para os escravos nas vendas, onde gastavam os rendimentos dos jornais devidos aos seus proprietários. (Lopes, 2008: 16)

Os diversos debates no âmbito camarário foram convertidos em acórdãos, posturas, vereações e editais, publicados em locais do Morro. Muitas vezes, a vila esteve recheada de folhas pregadas em locais públicos contendo esses editais e bandos, espalhados a mando dos vereadores e governadores. Assim como os bandos, os registros da Câmara em torno da regulamentação do pequeno comércio dão a dimensão de que a legislação feita sobre o assunto contou com a participação de uma parcela, ainda que pequena, daquela sociedade.

Entre 1720 e 1746, cerca de 220 moradores distintos se mobilizaram por meio de solicitações, petições e abaixo-assinados, pedindo por medidas de proibição ou controle dos pequenos comerciantes que atuavam em Vila Rica. Em primeira análise, constata-se que 33,3% dos moradores se manifestaram em relação ao comércio que se desenvolvia na vila de maneira geral, enquanto o restante (66,7%), se articulou frente à Câmara com queixas e pedidos em acerca das vendas que ocorriam, especificamente, no Morro de Vila Rica.⁵

Ademais, pelo que indicam outros registros do Senado da Câmara, o contato com a população para regulamentar as vendas de alimentos e bebidas não partia da procura exclusiva dos moradores. De acordo com uma ata de 1720, em 14 de fevereiro daquele ano os oficiais camarários “fizerão chamar a todas as pessoas moradoras no morro do ouro podre,

⁵ ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica'. Revista do Arquivo Público Mineiro. vol. 25, 1937. p. 140-141. SOLICITAÇÃO de providências em relação à concorrência das vendas clandestinas e das negras de tabuleiro. 19 de agosto de 1730. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 02 Doc. 28. REQUERIMENTO de Bernardo Alves da Neiva, escrivão da câmara, referente a publicação de editais sobre licença para venda de secos e molhados. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 04. Doc. 29. PETIÇÃO de João Lopes Ferreira e outros mineiros, que usam couro na extração de ouro, solicitando para que sejam afixados editais impedindo que os proprietários de vendas e tabernas comprem couro dos mascates e os revendam a preços altos e forneçam bebidas aos escravos. 2 de outubro de 1734. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 07 Doc. 28. PETIÇÃO de moradores mineiros solicitando um edital para que as negras de vendas, forras, ou cativas, sejam presas, multadas e açoitadas, se recolherem em suas casas escravos ou fugitivos 22 de maio de 1737. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Cx. 06 Doc. 36. ABAIXO-ASSINADO solicitando que os negros de tabuleiro sem licença sejam impedidos de venderem bebidas e comestíveis nas lavras, ruas e arraiais. 1 de fevereiro de 1741. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Cx. 12 Doc. 35. ABAIXO-ASSINADO dos moradores de Vila Rica e arrabaldes solicitando que as comissões cumpram as posturas que regulamentam os preços dos mantimentos. 22 de abril de 1741. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 12 Doc. 62. PETIÇÃO dos moradores do Morro solicitando providências em relação a comissários de mantimentos de Padre Faria e pedindo a suspensão de editais sobre taxas na venda de mantimentos. 1 de junho de 1741. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 13 Doc. 01. SOLICITAÇÃO de uma determinação de horário de funcionamento das tavernas, para evitar a permanência de escravos durante toda a noite nesses locais. 22 de abril de 1746. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 18 Doc. 44.

ouro fino e córrego seco”⁶ para discutir a ocupação e existência de vendas naqueles locais e, posteriormente. Desse modo, constata-se que, assim como os governadores, o Senado da Câmara e moradores da vila, utilizavam dos instrumentos administrativos característico do império português para entrarem em acordo em relação a suas demandas, queixas e decisões.⁷

Para dar cumprimento a essas determinações das autoridades, tanto as ordens contidas nos bandos dos governadores, quanto às prescrições lançadas em editais, eram mobilizados rendeiros do ver, meirinhos e almotacés, para vistoriar cotidianamente as vendas nos locais proibidos. Além disso, os responsáveis por esses cargos ficavam incumbidos de averiguar preços, produtos, pesos, medidas e a posse de licença para vender. Para examinar o cumprimento das determinações dos administradores, esses fiscais realizavam as correições, nas quais saíam em conjunto a fim de identificar e aplicar as penas previstas aos contraventores das leis (Silva, 2003: 78).

A documentação produzida nessas correições voltadas à fiscalização das vendas de gêneros alimentícios foi chamada de “autos de achada”. De acordo com Bluteau, uma autuação corresponderia a “qualquer ação pública, e tudo que se faz no foro judicial [...]” ou “os papéis em que se contém as escrituras dos autos, razões, alegações [...]”. No caso desses registros feitos a pedido da Câmara de Vila Rica, correspondem ao curto período de 1730 e 1735, contabilizando o total de 31 autuações. Como era esperado, o principal local de interceptação de vendas irregulares referenciado nesses documentos foi o Morro de Vila Rica. As autuações encontradas davam execução aos bandos de D. Lourenço de Almeida (27/04/1722) e André de Melo e Castro (03/11/1732), e a um edital da Câmara lançado em 24 de novembro de 1733, ambos emitidos em função das práticas comerciais envolvendo comidas e bebidas no Morro. Apesar de contabilizar uma pequena amostragem, essas autuações são úteis para observar a articulação de interesses, mecanismos e estratégias dos

⁶ ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica. 14 de agosto de 1720. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 25, 1937. p. 140-141.

⁷ Editais, bandos e reclamações semelhantes foram encontradas em Angola. Ver: PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. in: FURTADO, Júnia (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2001, p. 45-67.

três níveis administrativos mencionados anteriormente, bem como características próprias do funcionamento daquela sociedade.

Administração articulada: o auto de achada de Thereza, preta, forra

Em janeiro de 1732, o secretário de governo das Minas, Manoel de Afonseca de Azevedo, contava ao rei de Portugal, D. João V, sobre as negras que andavam com seus tabuleiros, recheados de comidas e bebidas, e das “casas de vendas de comer e beber, onde põem negras suas para convidarem os negros a comprar”.⁸ Além disso, o secretário propunha que as negras forras não tivessem vendas, “outrossim nas vilas e arraiais haja lugares destinados onde, juntando-se as negras, vendam ao público e que achando-se fora dos ditos lugares vendendo, sejam castigadas”.⁹ No mesmo mês, os vereadores do senado da câmara de Vila Rica registraram um acórdão para que todas as vendas estivessem fechadas “logo que tocarem as ave-marias e não vender a negro algum”, sob pena de 12 oitavas e 20 dias de prisão aos contraventores.¹⁰

Nesse contexto de anseios e renovação das medidas administrativas, Thereza foi autuada pelo aferidor Alexandre Pinto de Miranda e os demais membros da correição.¹¹ O auto de achada foi produzido por um escrivão e assinado por oficiais da câmara, registrando o momento em que encontraram “a dita negra em caza de Domingos de Amorim, denunciada por todos os vizinhos moradores do dito morro”, que a acusavam de andar “continuamente vendendo pello dito morro com hum frasco de Cachaça de que se seguia gravissimo prejuizo aos ditos mineiros”.¹² Dentre os diversos pontos que se pode levantar acerca desse pequeno

⁸ REPRESENTAÇÃO do secretário do governo das Minas ao rei Apud Waldemar de Almeida Barbosa, *Negros e quilombos em Minas Gerais*, p. 122.

⁹ REPRESENTAÇÃO do secretário do governo das Minas ao rei Apud Waldemar de Almeida Barbosa, *Negros e quilombos em Minas Gerais*, p. 123.

¹⁰ ACÓRDÃO do senado da câmara de Vila Rica. 5 de janeiro de 1732. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, CMOP-28, Termos de Acórdãos, f. 14v.

¹¹ AUTO de achada. 14 de agosto de 1733. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 05, Doc. 04.

¹² AUTO de achada. 18 de fevereiro de 1732. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 03, Doc. 23, f. 2.

trecho da autuação feita contra Thereza, como se verá, é oportuno se debruçar sobre a questão da denúncia.

Através do método onomástico (Ginzburg; Poni, 1989) aplicado às autuações, registros de foros, pagamentos de quintos e donativos, levanta-se a hipótese de que a denúncia feita pelos moradores contra Thereza foi sido facilitada, ou organizada, pelo próprio aferidor, Alexandre Pinto de Miranda em busca de defender seus próprios lucros no meio comercial e na mineração. Alexandre Pinto foi encontrado nas listas de contribuintes para o Real Donativo de 1727, 1728 e 1729, registrado enquanto possuidor de 7 escravos e 2 vendas em Vila Rica. Já em 1734, no registro das licenças para negócios, o aferidor apareceu como fiador de Josefa, escrava de Francisco Marques. Além disso, de acordo com a lista de foros e uma petição da mesma década, o aferidor possuía casas e empregava seus escravos na busca por ouro no Ouro Bueno, local pertencente ao Morro de Vila Rica.¹³

Dessa forma, é provável que ao mandar seus próprios escravos para extraírem o ouro naquela região como forma alternativa de renda, os jornais arrecadados estariam sendo gastos no pequeno comércio promovido por livres, libertos e escravos alheios. Além disso, as negras de tabuleiro, frasqueiras e vendedoras que operavam sem pagar as licenças necessárias ou em locais proibidos, representavam uma concorrência desleal para os negócios do aferidor e seus aliados que, aparentemente, pagavam os registros e licenças necessárias para operar de acordo com as regras estabelecidas pelos governadores e oficiais da Câmara.

Para além dos interesses lucrativos com as próprias vendas e a mineração, o fato de Alexandre Pinto de Miranda atuar enquanto fiscal desde a década de 1720 e, posteriormente, ser nomeado como “rendeiro do ver”, pode indicar um significativo conhecimento das denúncias e autuações.¹⁴ Os apontamentos de Luiz Alberto Ornellas Rezende (2015: 63) e Claudia Andrade Rezende (2016), mostrando que os cargos fiscais como de rendeiro do ver e almotacé, além de serem importante fonte de renda, eram utilizados como meio de ascensão

¹³ LISTA de cobranças de foros do ano de 1733. 15 de setembro de 1733. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 05, Doc. 09, f. 1. REQUERIMENTO de Alexandre Pinto de Miranda solicitando o cargo de arrendamento do ver. 6 de dezembro de 1738. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 06 Doc. 02, f. 2.

¹⁴ AUTO de achada. 18 de março de 1733. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 06, Doc. 21.

dentro das câmaras, dão um direcionamento para compreender o provável caminho adotado pelo aferidor Alexandre Pinto em Vila Rica.¹⁵

Outro argumento que alimenta a hipótese de que as autuações promovidas por Alexandre Pinto de Miranda na década de 1730 foram arquitetadas por ele mesmo, surge do bando utilizado como base para a confecção dos autos de achada. Thereza foi julgada pelo juiz ordinário da Câmara baseando-se, como de praxe, no último bando lançado acerca dessa temática naquele período. Neste caso as determinações lançadas por D. Lourenço de Almeida, em 27 de abril de 1722, serviram de apoio aos fiscais e agentes da Câmara. Nele, previa-se que qualquer pessoa poderia “ir denunciar em segredo ou em público perante o Juiz Ordinário, o qual lhe tomará a denúncia”.¹⁶ Caso fosse confirmada a veracidade da acusação, o réu pagaria 100 oitavas de ouro, das quais seriam destinadas “sessenta [oitavas] para a Fazenda Real, vinte para o aferidor das quais pagará [...] aos officiaes de justiça as diligências que fizerem e as outras vinte para a Câmara desta dita villa das quais darão dez ao denunciante se o houver”¹⁷

Além disso, pelo que indicam os bandos anteriores, essas delações eram estrategicamente instigadas pelos governadores. Através do bando publicado em 1714, o governador de São Paulo e Minas do Ouro, Dom Brás Baltazar da Silveira, delegou o pagamento de “20 oitavas de ouro para a Fazenda Real e 20 oitavas de ouro para o denunciante”.¹⁸ Se olharmos além das fronteiras portuguesas, ainda seria possível inserir essas estratégias em escala ibérica, já que os recentes têm demonstrado o uso de mecanismos semelhantes para controlar as vendas de comidas e bebidas aos escravos, por exemplo, no

¹⁵ REZENDE, Claudia de Andrade. Os almotacés e o exercício da almotacaria na Vila de São Paulo (1765-1800). *Revista Cantareira* [online], nº 25, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27934>. Acesso: 19 set. 2022.

¹⁶ AUTO de achada. 18 de fevereiro de 1732. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 03, Doc. 23, f. 4v.

¹⁷ AUTO de achada. 18 de fevereiro de 1732. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 03, Doc. 23, f. 5.

¹⁸ BANDO de D. Brás Baltazar da Silveira. 4 de fevereiro de 1714. Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo da Capitania, SC-09, f. 6v.

território de Castela no período do renascimento (González Arévalo, 2022: 62).¹⁹ Dessa forma, na Península Ibérica ou na América portuguesa, aparentemente, o objetivo da utilização das denúncias era subdividir as ações de caráter administrativo, através das recompensas. Assim, pessoas que não fossem destinadas a fiscalizar poderiam ser beneficiadas com as denúncias, caso uma violação fosse confirmada.

De acordo com o bando vigente no julgamento de Thereza, mas também em outros similares, caso a pessoa autuada carregasse a condição jurídica de escrava, seu respectivo senhor era convocado para responder em sua defesa e pagar as multas se comprovadas as acusações. Em alguns casos, a comprovação se dava mediante a participação de testemunhas que, naquele contexto setecentista, estiveram presentes em importantes processos envolvendo cativos e libertos, como nas validações de alforrias (Lima, 2021). Em situações de julgamento, os relatos dos inquiridos serviam como “prova de algum facto”.²⁰

No caso de Thereza, seis testemunhas foram chamadas. Todas elas eram mineradoras e moravam nos morros de Antônio Dias, Queimada e Ouro Podre. Os depoimentos trouxeram a narrativa em comum de que Thereza foi confrontada pelos fiscais enquanto se recuperava de um parto recente (aproximadamente 15 dias atrás). Para evitar a prisão, pagou ao procurador da câmara o valor de “10 dobras”. Naquele instante, Alexandre Pinto de Miranda coletou o valor e o repassou à “Fazenda Real, e mais partes a quem tocava”. Entretanto, os testemunhos apresentaram discordâncias a partir das interrupções feitas pelo aferidor durante, especialmente, durante o depoimento de Antônio da Silva Costa Guimarães. No começo de sua delação, o minerador afirmava não se recordar de Thereza vendendo em locais proibidos. Contudo, as contestações de Alexandre sobre suas declarações, traziam à tona argumentos do

¹⁹ Arévalo fez um resgate de diferentes citações de ordenanzas municipales, como aquela datada de 1534, de Estepa: “otrosy, que ningún tavernero ni mesonero sea osado de dar de comer ni beber en su casa a ningún esclavo, so pena de syscientos maravedís, tergia parte para el que lo acusare, y tercia parte para el juez que lo exsecutare, y tergia parte para las obras públicas del consejo” (Garza Cortés, 1996: 106 *Apud* González Arévalo, 2022: 62).

²⁰ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno de 1712. Com todas as licenças necessárias, p. 456

passado do ex-feitor, na tentativa de fazê-lo lembrar de ter visto a acusada vendendo cachaça aos escravos que trabalhavam no Morro de Vila Rica.²¹

Nesse sentido, ao observar as determinações, obviamente, conhecidas por Alexandre Pinto de Miranda, a hipótese de que o aferidor agia em defesa de múltiplos interesses, tanto pessoais, quanto de sua rede de alianças, fica ainda mais evidente. Apesar de se manter no campo hipotético, o caso analisado é útil para apresentar a articulação entre a determinação do governador, as ações promovidas pela Câmara e as mobilizações da população enquanto possíveis denunciante e testemunhas, contribuindo, dessa forma, para a administração do pequeno comércio nas áreas de mineração de Vila Rica. Pelo que indicam os registros analisados, os esforços conectados buscavam alcançar, além da ascensão social dos oficiais de justiça, a famigerada ordem e sossego público e ganhos econômicos que beneficiavam, desde a Fazenda Real, passando pelos fiscais, até os pequenos vendedores e mineiros.

Considerações finais

Em resumo, foi possível analisar e distinguir as oportunidades, mecanismos e estratégias de atuação em três níveis distintos. O primeiro deles, como foi dito, ocupado pelos governadores, acessível através de bandos, cartas e determinações. O segundo nível, estabelecido entre a Câmara de Vila Rica e seus fiscais (aferidores, rendeiros, meirinhos e almotacés), cujas ações e anseios podem ser observadas a partir de acórdãos, posturas, editais e autuações. Finalmente, o terceiro nível seria aquele distribuído entre os moradores que, através de reclamações, petições, denúncias e testemunhos, expressavam seus interesses e, de alguma forma, influenciaram e participaram dos esforços administrativos do pequeno comércio.

Evidentemente, a discussão desses pontos não está encerrada e este texto apresenta apenas de um esforço parcial de análise, cuja pretensão central é a compreensão das dinâmicas sociais e culturais da prática e administração do pequeno comércio. Para tanto, parte-se da premissa de que o estudo verticalizado, com conexões e comparações desses

²¹ AUTO de achada. 18 de fevereiro de 1732. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 03, Doc. 23, f. 20-28v.

esforços de regulamentação seja crucial para compreender o funcionamento de uma parcela das sociedades escravistas modernas, como aquela que ocupou as Minas Gerais do século XVIII. Nesse sentido, reafirmamos a importância da análise das redes articuladas e disputas que buscavam, e, em certa medida, moldavam o cotidiano através dos exercícios legislativos, da fiscalização e da justiça, já que existem estratégias e mecanismos, frutos da tensão entre as vendas e consumo de gêneros alimentícios e o controle desse pequeno comércio, não só no Morro de Vila Rica, como em toda a Ibero América, carentes de análise e investigação.

Bibliografia:

Fontes primárias:

ABAIXO-ASSINADO dos moradores de Vila Rica e arrabaldes solicitando que as comissões cumpram as posturas que regulamentam os preços dos mantimentos. 22 de abril de 1741. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 12 Doc. 62.

ABAIXO-ASSINADO solicitando que os negros de tabuleiro sem licença sejam impedidos de venderem bebidas e comestíveis nas lavras, ruas e arraiais. 1 de fevereiro de 1741. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Cx. 12 Doc. 35.

ACÓRDÃO do senado da câmara de Vila Rica. 5 de janeiro de 1732. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, CMOP-28, Termos de Acórdãos, f. 14v.

ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica'. Revista do Arquivo Público Mineiro. vol. 25, 1937.

AUTO de achada. 14 de agosto de 1733. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 05, Doc. 04.

AUTO de achada. 18 de fevereiro de 1732. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 03, Doc. 23.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico... Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BANDO de Antônio de Albuquerque. 1 de dezembro de 1710, Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo da Capitania, SC-07, f. 37v.

BANDO de D. Brás Baltasar da Silveira. 4 de fevereiro de 1714. Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo da Capitania, SC-09, f. 6v.

LISTA de cobranças de foros do ano de 1733. 15 de setembro de 1733. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 05, Doc. 09.

PETIÇÃO de João Lopes Ferreira e outros mineiros, que usam couro na extração de ouro, solicitando para que sejam afixados editais impedindo que os proprietários de vendas e tabernas comprem couro dos mascates e os revendam a preços altos e forneçam bebidas aos escravos. 2 de outubro de 1734. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 07 Doc. 28.

PETIÇÃO de moradores mineiros solicitando um edital para que as negras de vendas, forras, ou cativas, sejam presas, multadas e açoitadas, se recolherem em suas casas escravos ou fugitivos 22 de maio de 1737. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Cx. 06 Doc. 36.

PETIÇÃO dos moradores do Morro solicitando providências em relação a comissários de mantimentos de Padre Faria e pedindo a suspensão de editais sobre taxas na venda de mantimentos. 1 de junho de 1741. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 13 Doc. 01.

REPRESENTAÇÃO do secretário do governo das Minas ao rei Apud BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972, p. 122-123.

REQUERIMENTO de Alexandre Pinto de Miranda solicitando o cargo de arrendamento do ver. 6 de dezembro de 1738. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 06 Doc. 02.

REQUERIMENTO de Bernardo Alves da Neiva, escrivão da câmara, referente a publicação de editais sobre licença para venda de secos e molhados. 18 de março de 1733. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 04. Doc. 29.

SOLICITAÇÃO de providências em relação à concorrência das vendas clandestinas e das negras de tabuleiro. 19 de agosto de 1730. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 02 Doc. 28.

SOLICITAÇÃO de uma determinação de horário de funcionamento das tavernas, para evitar a permanência de escravos durante toda a noite nesses locais. 22 de abril de 1746. Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Avulsos, Cx. 18 Doc. 44.

Fontes secundárias:

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972.

[FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida](#) e [MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello](#). Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. *Cadernos de Pesquisa*. [online]. 1985, n.54, pp.50-61. ISSN 0100-1574.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169- 178.

GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl. *La vida cotidiana de los esclavos en la Castilla del Renacimiento*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2022.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto – notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*, v. 31, Belo Horizonte, jan. 2004.

LIMA, Douglas. *Libertos, patronos e tabeliães: a escrita da escravidão e da liberdade em alforrias notariais*. Belo Horizonte: Caravana, 2020.

LOPES, Myriam Bahia (coord.); LIMA, Kleverson Teodoro; VIEIRA, Luiz Alberto Sales. *Morro da Queimada: Século XVIII*. Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais, Ministério da Cultura PRONAC, 2008.

NEGREIROS, Carlos Eugênio da Silva; CHAGAS JÚNIOR, Wilson Arnhold; NETO, Willibaldo Ruppenthal. De um episódio da História Pátria à disputa de redes comerciais: ensaio sobre as análises historiográficas da Revolta de Vila Rica. *Revista Discente de História*, Vol. 4, nº 4, 2013. ISSN:2173-3840.

PAIVA, Eduardo França. “*Por meu trabalho, serviço e indústria*”: histórias de africanos, crioulos e mestiçados nas Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Caravana Grupo Editorial, 2022.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 3ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. in: FURTADO, Júnia (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2001, p. 45-67.

REZENDE, Claudía de Andrade. Os almotacés e o exercício da almotaçaria na Vila de São Paulo (1765-1800). *Revista Cantareira* [online], nº 25, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27934>. Acesso: 19 set. 2022.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736*. Dissertação de Mestrado. USP, 2015.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural”, *Revista de História*, São Paulo, volume LV, no. 109, ano XXVIII, 1977: 25-79.

SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, SP, 2003.

ENTRE A CRUZ E A LIBERTINAGEM: UM ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA DIANTE DA INQUISIÇÃO (1778)

Arthur Assunção Costa²²

Victor José do Nascimento Custódio²³

RESUMO

A Inquisição portuguesa, estabelecida em 1536, visava perseguir e julgar práticas consideradas ameaças à ortodoxia católica. Sua autonomia institucional, baseada em poderes papais e régios, a tornou um instrumento crucial para a manutenção da ordem social católica. No século XVIII, reformas promovidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo fortaleceram o Santo Ofício como ferramenta do regalismo josefino. No presente trabalho analisamos uma denúncia que revela as dissonâncias na sociedade monárquica em relação às normas sacramentais, destacando a complexidade de mentalidades. A proposta de exploração foca nas dinâmicas entre os envolvidos na denúncia, suas relações sociais e a concepção de pensamento ligada à ordem social católica. A pesquisa examina as transformações pombalinas na Inquisição e investiga o imaginário sobre relações homoeróticas e expressão da sexualidade na sociedade.

Palavras Chaves: Inquisição, Libertinagem, Universidade de Coimbra, Século XVIII

RÉSUMÉ

L'Inquisition portugaise, établie en 1536, avait pour objectif de poursuivre et de juger des pratiques considérées comme des menaces pour l'orthodoxie catholique. Son autonomie institutionnelle, basée sur des pouvoirs papaux et royaux, en a fait un instrument crucial pour le maintien de l'ordre social catholique. Au XVIIIe siècle, les réformes menées par le ministre Sebastião José de Carvalho e Melo ont renforcé le Saint-Office en tant qu'outil du réganisme josefin. Dans cette étude, nous analysons une dénonciation qui révèle les dissonances dans la société monarchique par rapport aux normes sacramentelles, mettant en lumière la complexité des mentalités. La proposition d'exploration se concentre sur les dynamiques entre les parties impliquées dans la dénonciation, leurs relations sociales et la conception de la pensée liée à l'ordre social catholique. La recherche examine les transformations pombalines dans l'Inquisition et explore l'imaginaire des relations homoérotiques et de l'expression de la sexualité dans la société.

Mots clefs: Inquisition, Libertinage, Université de Coimbra, XVIIIe siècle

²²Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - arthur.assuncao@estudante.ufjf.br

²³Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - victor.custodio@estudante.ufjf.br

INTRODUÇÃO

A Inquisição portuguesa fundada em 1536 tinha como objetivo perseguir e julgar práticas e ideias que representassem um risco à ortodoxia católica. Devido à sua natureza institucional híbrida, ou seja, encontrava a justificativa para o seu poder tanto nos poderes papais quanto régios, o Santo Ofício dispôs de muita autonomia desde sua criação o que a transformou num importante instrumento de controle e manutenção da ordem vigente. Os princípios e brios ligados ao sacramento católico eram componentes intrínsecos da sociedade, e deveriam ser exaltados e afirmados a todo instante, configurando uma ordem social católica.

Na segunda metade do século XVIII, a Inquisição passou por algumas transformações. A partir do ímpeto reformador de centralização e concentração de poderes nas alçadas régias, o ministro de José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, mudou o regimento que geria a instituição e indicou pessoas de sua confiança para os cargos oficiais de alto escalão. Tais mudanças deram um novo vigor ao Santo Ofício que se consolidou como um imponente instrumento do regalismo josefino.

A denúncia ao Santo Ofício que será analisada diz respeito ao estudante José Antônio da Silva acusado de libertinagem e proposições heréticas, mais especificamente relacionadas a masturbação e relações homoeróticas. Além de José Antonio, a denúncia cita outros sujeitos também acusados de heresia.

A análise dessa denúncia permite uma melhor elucidação do pensamento social católico típico do período, sublinhando como essas interações lidas como heresias penetravam o juízo dos indivíduos que eram atravessados por elas, e que por vezes agiam contra essas proposições, como é o caso do denunciante do dito processo. Mas também revelam sobre as dissonâncias e oposições a essa norma social eclesiástica, se faziam presentes em diferentes formas e através de múltiplos processos. Os relatos encontrados em processos inquisitoriais, em especial este do José Antônio da Silva nos permite investigar a complexidade de mentalidades existentes na sociedade monárquica, os conflitos de divergência a essa norma vigente, e como as instituições reinóis, clérigas ou híbridas se articulavam para garantir a manutenção da ordem por plurais meios.

A proposta a ser realizada, é explorar as dinâmicas existentes entre os sujeitos listados na denúncia, suas relações sociais, as redes que os interligam e seus espaços de convivência. Compreender a concepção de pensamento ligado à ordem social católica, e como ela se manifesta na sociedade através da delação realizada na denúncia. Examinar as transformações que a Inquisição Portuguesa sofreu após as reformas pombalinas, e como isso pode ser averiguado no documento. Além de perscrutar o imaginário existente sobre relações homoeróticas, e a maneira que a sexualidade se expressava no ambiente social.

DESENVOLVIMENTO

2.1 Inquisição e contexto pombalino

O Santo Ofício português nasceu no ano de 1536 quando o Papa Paulo III enviou a Bula “Cum ad nil magis”. O documento concedeu poderes inquisitoriais a bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta que ficariam encarregados de defender a ortodoxia católica naqueles “particulares tempos”. Esses particulares tempos correspondiam, sobretudo, ao crescimento e à constância das práticas judaizantes por parte dos cristãos-novos (Marcocci e Paiva, 2013. p. 23). Contudo, a existência da inquisição não se deve somente às movimentações de Roma. Se por um lado, a instituição tratava de assuntos da fé, só passou a existir após a delegação papal do poder de julgar heresias e tinha em seus postos oficiais somente clérigos, por outro era poder do monarca, nomear os inquisidores e influenciar os conselhos, financiar e conceder espaços de funcionamento dos tribunais. Além disso, o Santo Ofício dependia de jurisdições que só el-Rei detinha, como é o exemplo da pena de morte. Destarte, a atuação da instituição foi por muito tempo caracterizada por dois aspectos: a perseguição a cristãos-novos, tidos como maiores inimigos da cristandade, e a sua natureza híbrida que tinha na Igreja e na Coroa suas forças e razões de ser.

Porém, na segunda metade do século XVIII, aconteceram profundas transformações políticas em Portugal que redefiniram a postura do Santo Ofício. No período que D. José I assumiu o trono, a Europa experimentava as novidades culturais e filosóficas das Luzes que se caracterizavam pela postura crítica aos dogmas e modelos políticos típicos do Antigo Regime. Não demorou muito para que os quadros administrativos das monarquias tradicionais fossem ocupados por simpatizantes das novas ideias. No caso de Portugal, o principal nome é o de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que em 1750 se tornou o principal ministro do reinado josefino e o responsável por implementar uma série de reformas das instituições, dentre elas a Inquisição, que tinham como principal objetivo o fortalecimento do poder da Coroa amparado pelos ideais ilustrados.

Vale lembrar que no novo cenário das Luzes, o Santo Ofício se tornou um grande alvo de ataques dos letrados da época. Figuras como Luís António Verney, Ribeiro Sanchez e Voltaire haviam publicado obras que colocavam em questão o obscurantismo clerical da atuação inquisitorial e assim evidenciaram o anacronismo daquela instituição (Oliveira e Silva, 2009. p. 88). Tais críticas teriam um certo reflexo nas reformas de Carvalho e Melo como a abolição do segredo processual, a redução do uso da tortura, a permissão de recurso ao tribunal régio pelos réus e o fim dos autos-da-fé, exceto quando considerados necessários pelo Rei. Contudo, apesar das críticas dos ilustrados e das transformações das dinâmicas de funcionamento, as atividades do tribunal não foram interrompidas e o que se nota é, apesar das novas orientações ideológicas, um reforço da repressão.

Nesse sentido, destaca-se inicialmente o decreto que transformou a inquisição em um tribunal régio, submetendo sua autoridade ao Rei em detrimento da autoridade apostólica. Além disso, em 1770, houve uma mudança na forma de nomeação do inquisidor geral, não mais dependendo da decisão do Papa. Além disso, Sebastião de Carvalho e Melo também proibiu todos os textos críticos à Inquisição que circulavam em Portugal (Marcocci e Paiva, 2013. p. 350). Assim, a Inquisição perdeu seu caráter híbrido e com isso parte de sua autonomia funcionando mais do que nunca como um instrumento de controle do Rei sobre seus súditos.

Outra mudança significativa fruto da atuação pombalina foi uma lei promulgada pelo próprio ministro em 25 de maio de 1773. O decreto determinava o fim da diferenciação entre cristãos-velhos e cristãos-novos e era reflexo das críticas feitas pelos ilustrados que viam na discriminação um entrave para a coesão da sociedade lusa. Tal lei teve impacto no funcionamento da Inquisição, pois tornou inválidos decretos anteriores que se direcionavam especificamente à perseguição aos cristãos-novos (Saraiva 1994. p. 210). Como resultado disso, o grande inimigo do Santo Ofício, que motivou sua criação, de repente deixou de existir.

Todavia, o grande aparato repressivo do tribunal encontrou novos inimigos da fé católica e da monarquia que justificaram a continuidade de sua atuação ainda por algumas décadas. Além dos sujeitos já há muito tipificados como hereges como é o caso dos feiticeiros²⁴, bígamos, sodomitas, etc, a Inquisição passou a julgar outras práticas, ligadas ao cenário inaugurado pela ilustração que, segundo os inquisidores, também colocavam em risco a moral da sociedade lusa. Tais práticas consistiam em comportamentos heterodoxos de subversão dos valores, tradições e estruturas de poder da sociedade de Antigo Regime. Os sujeitos enquadrados nesse tipo de heresia faziam proposições heréticas como a negação do sacramento da confissão, a inexistência do inferno, a dúvida quanto à virgindade de Maria Santíssima e a defesa da fornicação e masturbação, para citar alguns exemplos (Villalta, 2012. p. 87). Aqueles que liam os livros proibidos que continham essas interpretações e difundidas essas temáticas eram classificados como “libertinos”.

A palavra libertino foi inventada por João Calvino a fim de menosprezar seus opositores anabatistas que defendiam a interpretação livre das escrituras sagradas, além de uma moral não pautada pelas instituições religiosas, mas sim pela natureza. Contudo, ao longo do século XVIII o termo passou a ser utilizado pelos inquisidores portugueses e enquadrou uma gama de indivíduos como ateístas, livre pensadores e deístas (Trousson, 1996).

A forma que esses sujeitos entravam em contato com as ideias libertinas ocorria inicialmente através da leitura de tratados filosóficos ou romances, mas também poderia se dar por conversas e reuniões de sujeitos de diferentes estratos sociais. Como destaca o historiador Alexandre Mansur Barata, no contexto das Luzes surgiu na sociedade do Império Português novos espaços públicos dedicados à crítica, discussão e à leitura em voz alta e que eram baseados numa adesão livre, individual e voluntária (Barata, 2006, p. 31). Esses espaços, ou “sociabilidades ilustradas” como classifica o historiador, estavam fora do espaço oficial e estatal, o que abria margem para a difusão das ideias heréticas. Os participantes desses debates eram de origem bem diversa englobando militares, médicos, pedreiros livres, mas sobretudo estudantes da Universidade de Coimbra, como fica claro na maioria dos casos de libertinagem e proposições heréticas julgados pelo tribunal do Santo Ofício.

²⁴ Importante mencionar que no contexto ilustrado, os casos de feitiçaria passaram por uma transformação na forma como eram vistos pelos inquisidores. Se antes eram julgados por estarem associados ao poder do diabo, sob o olhar racional das Luzes setecentistas, o motivo de condenação dos “mágicos” se tornou a charlatanaria e a ignorância (Maccocci e Paiva, 2013. p. 350).

Desse modo, as transformações ocorridas na atuação da Inquisição no último quartel do século XVIII deixa claro a relação ambígua da Coroa portuguesa com os movimentos ilustrados. Como descreve Luiz Carlos Villalta, as Luzes constituíram ao mesmo tempo como ponto de referência quanto alvo de ataques. O reformismo de Pombal, ao mesmo tempo em que acolheu princípios racionais e algumas ideias propostas pelos intelectuais ilustrados, também fortaleceu e utilizou o Santo Ofício como instrumento para eliminar os riscos que as próprias ideias iluministas representavam para a autoridade do Rei e para a moral católica. Essa postura justificou a abertura de inúmeras denúncias como a que veremos a seguir.

2.2 Análise da denúncia

O presente trabalho mergulha nos meandros de uma denúncia inquisitorial que ecoa dos corredores da Universidade de Coimbra durante o ano de 1778²⁵. O centro dessa intrincada trama repousa sobre um jovem estudante cuja conduta é posta em julgamento pela Inquisição.

Na terceira anuidade da Faculdade de Medicina, desenrola-se uma denúncia ao Tribunal do Santo Ofício em desfavor do presumível réu José Antônio da Silva, também estudante na referida instituição, sob acusação de Proposições Heréticas e Libertinagem no ano de 1778. O desdobramento da denúncia estende-se ao longo de nove dias, pela delação do também estudante de Medicina Antonio Nunes da Costa, com a participação de diversos indivíduos, todos sob a supervisão do Inquisidor Manoel Antonio Ribeiro.

A fase inicial da denúncia testemunha a exposição do denunciante, que aponta o envolvimento do estudante João Gomes Lima nos acontecimentos que deram origem à denúncia. Narra-se que, em determinado dia há alguns anos atrás, vários estudantes universitários se reuniram, durante os quais emergiu um diálogo crítico acerca dos jesuítas. João Gomes expressou sua opinião sobre os padres da Companhia de Jesus, descrevendo-os como figuras repletas de vaidade e cobiça. Além disso, apontou que muitos pontífices nos primeiros séculos canonizaram santos de forma precipitada, sem a devida investigação do martírio, sugerindo que indivíduos no inferno poderiam ser reverenciados como santos devido à vaidade daqueles que a si mesmos se auto proclamavam santos.

A continuidade da narrativa desvela-se com a participação do já citado José Antônio da Silva, o suposto réu na presente denúncia. Nesse contexto, o mencionado estudante compartilha com os presentes uma conversa que teve com seu íntimo amigo, Sebastião Ferreira, um cantor integrante do coral da Sé. Durante um momento privado entre os dois, o réu teria afirmado que a prática de málicas com indivíduos do mesmo sexo não constituiria um ato pecaminoso.

Avançando na trama, no instante da formalização da denúncia, o denunciante, Antônio Nunes da Costa, revela ainda que José Antônio praticava outros atos considerados heréticos. Dentre essas ações, destacam-se o consumo de carne em períodos em que a igreja proibia tal prática, bem como o ato de ajoelhar-se sobre apenas um dos pés durante a celebração da missa. Além dos expostos sentimentos tidos como heréticos em relação ao seu amigo Sebastião Ferreira.

²⁵ Denúncia contra José Antônio da Silva/ ANTT: PT/TT/TSO-IL/028/13365

A denúncia, desdobrando-se ao longo de um período de nove dias, não encontrou continuidade, resultando na ausência de condenação para o suposto acusado, assim como para os demais indivíduos vinculados e denunciados por práticas heréticas e libertinagem perante o tribunal. Dessa maneira, todo o curso desse processo se encerrou unicamente na esfera de uma denúncia, sem desdobramentos judiciais subsequentes.

A denúncia em análise revela a amplitude das acusações de heresia, indo além das mencionadas questões de natureza sexual. Exposta nesse contexto, emergem práticas adicionais, por vezes meticulosamente examinadas, que são consideradas transgressoras. Destacam-se entre essas práticas a violação do preceito eclesiástico quanto ao consumo de carne em períodos restritos e a realização de gestos simbólicos, exemplificado pelo ato de ajoelhar-se sobre apenas um dos pés durante a celebração da missa. Sob esta ótica, almejamos elucidar as complexidades inerentes a esta denúncia inquisitorial, delineando um cenário que visa compreender o impacto da libertinagem sobre esse enredo, bem como a inter-relação entre o ambiente acadêmico e as proposições consideradas heréticas.

A heresia e libertinagem frequentemente encontravam-se associadas ao saber erudito. A perspectiva inquisitorial concebia os libertinos como sujeitos detentores de conhecimento letrado, atribuindo-lhes a capacidade de disseminar ideias consideradas perigosas para a ordem social e religiosa. Igor Rocha, entende que existia uma ambiguidade para a Inquisição em relação ao conhecimento erudito e à circulação de livros e leituras no mundo luso-brasileiro. Por um lado, a Inquisição reconhecia que o conhecimento erudito era o esteio das proposições heréticas e irreligiosas pronunciadas pelos acusados e réus de libertinagem e heresia. Por outro lado, a Inquisição temia que esse mesmo saber pudesse pôr em risco os não letrados, os "ignorantes" e rústicos, que poderiam ser facilmente seduzidos pelas ideias dos libertinos.

Em suma, concebia-se que havia uma erudição e um conhecimento livresco singulares, esteio das proposições heréticas e irreligiosas pronunciadas pelos acusados e réus de libertinagem e heresia; esse mesmo saber, além disso, poderia por em risco aos não letrados, os "ignorantes" e rústicos. Ao mesmo tempo, por isso mesmo, a ignorância em relação a tais "saberes libertinos" e, de resto, a ignorância relativa ao saber erudito em geral, servia como justificativa que aliava os "erros" cometidos pelas gentes de maior simplicidade. Portanto, havia certa ambiguidade da parte da Inquisição com relação ao conhecimento, a circulação de livros e leituras no mundo luso-brasileiro, sendo isto ainda presente mesmo no período do Reformismo Ilustrado (Rocha, 2014. p.35)

Essa perspectiva anuncia um temor da Inquisição também ligado à circulação de livros e leituras no mundo luso-brasileiro²⁶. A posse e a leitura de certos materiais eram vistas como nocivas, pois poderiam também estimular práticas heréticas e representar uma ameaça à ordem social católica. Essa dualidade na relação ao conhecimento erudito e à circulação de livros e leituras pode ser percebida na documentação inquisitorial, bem como na denúncia

²⁶Villalta, 2009, p.123. *apud* . Rocha. 2014. p 24

apresentada, onde essa relação do conhecimento letrado dos estudantes pela Universidade poderia colaborar para a formulação de proposições heréticas e irreligiosas, já que estes indivíduos poderiam questionar a legitimidade e contra-argumentar contras os dogmas e liturgias. Essa ambiguidade influenciava as percepções dos inquisidores e suas decisões em relação aos processos de apuração das heresias e à identificação dos libertinos.

Este episódio, conforme apresentado por Igor Rocha (2013, p. 24), oferece ilustrações significativas de como as fontes inquisitoriais podem ser mobilizadas para a compreensão da interação entre o pensamento ilustrado e a temática da tolerância religiosa. Tal análise elucida a abordagem das autoridades eclesiásticas diante de ideias percebidas como contrárias à ortodoxia católica.

No âmbito da tolerância religiosa, a crítica aos dogmas, como delineado por Rocha (2013), conduz, em ambos os casos, a uma relativização desses princípios, resultando em uma aceitação mais ampla, embora condicional, das verdades provenientes de outras crenças. É crucial destacar que seria impreciso atribuir de maneira excessivamente determinante à leitura de obras proibidas a origem, por parte desses indivíduos, de uma avaliação crítica tão pronunciada em relação aos dogmas católicos. A liberdade diante dos textos, como ressaltado, não pode ser ignorada, evidenciando que o processo de reflexão independente desempenha um papel significativo nesse contexto (Rocha, 2013, p. 23). Que na especificidade da denúncia cria uma interligação intrínseca entre as práticas homoeróticas e o conceito de libertinagem, destacando como a Inquisição, como instituição da Igreja Católica, via tais interações como transgressões pecaminosas, considerando-as como graves ofensas à moral católica (Alves, 2011 p. 5), entretanto ao narrar a denúncia inquisitorial envolvendo José Antônio da Silva, proporciona uma perspectiva mais individualizada, mostrando como a Igreja também associava a relação homoerótica à libertinagem.

A ousadia de José Antônio em desafiar as normas estabelecidas, argumentando sobre a gravidade dos atos libidinosos entre pessoas do mesmo sexo, evidencia a percepção da Inquisição de que tais práticas eram não apenas desvios morais, mas também manifestações de comportamento libertino. Essa interconexão entre homossexualidade e libertinagem revela a abordagem da Igreja em controlar não apenas as ações, mas também as interpretações e atitudes em relação à moralidade, categorizando as relações homoeróticas como desvios da ortodoxia católica.

Com fundamento nas informações anteriormente discutidas, é possível constatar que a denúncia inquisitorial envolvendo o réu, José Antônio da Silva, ressalta uma presumível relação homoerótica entre ele e Sebastião Ferreira, integrante do coral. Alega-se que, durante um momento de intimidade entre ambos, José Antônio teria afirmado que a prática de atos libidinosos entre indivíduos do mesmo sexo não configurava uma transgressão pecaminosa. Nesse contexto, percebe-se que a argumentação acerca da malícia em uma relação homoerótica era categorizada como libertinagem, desafiando, assim, as normas rigorosas da ortodoxia católica que expressamente proibiam tal comportamento. A liberdade de argumentação sobre o que deveria ser considerado pecaminoso, especialmente no contexto da relação homoerótica em questão, evidencia a complexidade das interações entre a moral religiosa e as perspectivas individuais na sociedade da época. A audácia do réu em questionar

e desafiar as normas estabelecidas em relação à prática homossexual indica uma tensão entre a inflexibilidade das doutrinas religiosas e a emergência de ideias mais heterodoxas, que desvinculavam o pecado associado às relações entre pessoas do mesmo sexo e as enquadravam mais como uma manipulação do cânone religioso.

Essa denúncia, portanto, não apenas lança luz sobre a relação homoerótica do réu, mas também evidencia o embate entre as concepções tradicionais e os vislumbres de ideias mais progressistas que começavam a surgir, mesmo que de maneira incipiente, na sociedade da época.

CONCLUSÃO

A análise da denúncia inquisitorial envolvendo o estudante José Antônio da Silva, ocorrida na Universidade de Coimbra em 1778, proporcionou uma compreensão mais profunda das complexidades e interações entre a Inquisição portuguesa, as transformações pombalinas e as tensões sociais da época. A denúncia, centrada em acusações de libertinagem e proposições heréticas, oferece uma janela para examinar as nuances do pensamento social católico e as mudanças enfrentadas pela Inquisição.

No contexto do Antigo Regime, desenrolava-se uma notável contenda entre os domínios do conhecimento letrado e do religioso. A Igreja Católica, detentora do monopólio sobre o conhecimento e a educação, observava com apreensão a expansão do saber letrado, percebendo-o como uma ameaça potencial à sua autoridade e influência. Paralelamente, os intelectuais europeus desse período reconheciam a importância do conhecimento erudito, compreendendo seu impacto significativo tanto no âmbito social quanto individual. Essa contenda se manifestava de forma concreta nas operações da Inquisição, cujo objetivo primordial consistia em reprimir heresias e ideias consideradas perigosas e subversivas. A posse e a leitura de determinados materiais eram consideradas prejudiciais, uma vez que poderiam fomentar práticas heréticas, constituindo uma ameaça à ordem e à moral estabelecidas (Rocha, 2014, p. 24). Simultaneamente, a Inquisição reconhecia que o conhecimento erudito constituía a base das proposições heréticas e irreligiosas proferidas pelos acusados e réus de libertinagem e heresia.

Com a emergência do Reformismo Ilustrado, que almejava promover a difusão do conhecimento e da educação formal, essa contenda adquiriu maior intensidade. O Estado assumiu um papel mais proeminente na promoção do conhecimento letrado, provocando resistência por parte da Igreja Católica. Essa dinâmica refletia sobre como a Universidade se configurava como um campo de disputa pelo domínio do poder, estabelecendo-se como alicerçada no conhecimento letrado e como referência do Reformismo Ilustrado. Ao mesmo tempo, a Igreja buscava combater as heresias e libertinagens disseminadas entre os estudantes, visando manter e sustentar seu poder para a preservação da ordem católica.

Dessa forma, a denúncia não apenas lança luz sobre as práticas específicas de José Antônio da Silva, mas também oferece uma visão mais ampla das contradições e conflitos presentes na sociedade portuguesa do final do século XVIII. As transformações na Inquisição refletem não apenas a influência das Luzes, mas também a resistência e a complexidade das mentalidades da época. O embate entre tradição e mudança, ortodoxia e heterodoxia, permeia

essa narrativa, destacando a riqueza e a diversidade das interações sociais e culturais desse período histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Zenaide Gregório. Inquisição e homossexualidade na colônia. **Simpósio internacional de estudos inquisitoriais**, I, 2011.

BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidade Ilustrada & Independência no Brasil. Editora UFJF. Juiz de Fora, 2006.

CARVALHO, Joaquim Manuel Costa Ramos de. Ciência, razão e luzes no século XVIII. Relatório a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História Moderna e Contemporânea, como prova de aptidão pedagógica. Coimbra, 1985

MARCOCCI, GIUSEPPE; e PAIVA, JOSÉ PEDRO, História da. Inquisição Portuguesa 1536-1821

NUNES, Rossana Agostinho. Nas sombras da libertinagem: Francisco de Mello Franco (1757-1822) entre Luzes e Censura no mundo luso-brasileiro. 2013.

OLIVEIRA E SILVA, Ana Luiza de. "Nova configuração da Inquisição portuguesa em meio a Iluminados e Iluministas: 1720-1821". Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), 2009.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho. A Universidade e a sociedade portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). O Marquês de Pombal e a Universidade. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000

ROCHA, Igor Tadeu Camilo. A Inquisição de Portugal e a ambiguidade em face ao conhecimento letrado no ocaso do Antigo Regime. **Oficina do Historiador**, v. 7, n. 2, p. 19-39, 2014.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo. Tolerância religiosa no mundo luso-brasileiro no período do reformismo ilustrado: Reflexão a partir das fontes inquisitoriais. **e-hum**, v. 6, n. 2, p. 15-27, 2013.

SARAIVA, Antônio José. Inquisição e Cristãos-Novos. Histórias de Portugal (coleção). Editorial Estampa. Lisboa, 1994.

VILLALTA, Luiz Carlos. "Leituras Libertinas". In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Ano 48, v. 1, Jan/Dez. 2012.

FONTES MANUSCRITAS

ANTT - Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13365. [Denúncia contra José António da Silva. 23/07/1778]

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos
Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes;
Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Entre o céu, o inferno e o purgatório: a incessante busca pela salvação da alma, entre os forros e as forras, na região de Mariana e seu termo (1750-1790)

Thais do Nascimento Gonçalves²⁷

Resumo: O seguinte artigo, tem como intuito discutir os mecanismos utilizados por forros e forras em busca da salvação de suas almas de acordo com os princípios católicos estabelecidos durante a segunda metade do setecentos, em Mariana e seu termo. Desse modo, temos em vista, mapear os métodos empregados por estes sujeitos saídos do cativeiro, para a remissão de seus pecados de forma que garantisse um feliz encontro com o Criador. Dentre algumas destes procedimentos, gostaríamos de destacar, as missas em prol de suas almas, escolha do local de enterro, assim como da mortalha, entre outros modos, de purificação da alma, que tinham como finalidade a garantia de sua salvação, ou mesmo a tentativa de uma passagem rápida pelas duras tribulações do fogo purificador purgatório.

Palavras-chave: forros, Mariana, salvação, pecados.

Summary: The following article aims to discuss the mechanisms used by freedmen and freedmen in search of the salvation of their souls in accordance with Catholic principles established during the second half of the 18th century, in Mariana and its term. In this way, we aim to map the methods used by these subjects released from captivity, for the remission of their sins in a way that would guarantee a happy encounter with the Creator. Among some of these procedures, we would like to highlight, the masses in favor of their souls, choice of burial place, as well as the shroud, among other ways, of purification of the soul, which had the purpose of guaranteeing their salvation, or even the attempt to quickly pass through the harsh tribulations of the purgatorial purifying fire.

²⁷ Formada em licenciatura pela Universidade Federal de Juiz de Fora, atualmente cursando bacharelado em história na mesma universidade.

Keywords: freed, Mariana, salvation, sins.

Introdução.

O catolicismo nascido em solo brasileiro despontou, com algumas peculiaridades, em relação ao catolicismo europeu, esta mescla se deu por seu precoce contato com outras religiões como a judaica, as crenças indígenas, religiões de matriz africana, entre muitas outras práticas religiosas, presentes nesse emaranhado. Tal religião era extremamente estranhada pelos turistas que passavam por estas terras, se tornando alvo de inúmeras desaprovações como apontam, Laura de Mello e Souza em “O diabo e a terra de Santa Cruz” e João José Reis em “A morte é uma Festa”, o catolicismo brasileiro era um misto de paganismo, sensualidade e devoção, perdendo certa sacralidade aos olhos destes viajantes, João José Reis relata uma “carnavalização da religião”. No entanto, vale ressaltar que apesar dessa dupla pertença, que carrega as marcas de outras religiões vividas anteriormente por estes sujeitos em suas vidas, que repentinamente tiveram de se adaptar a uma nova maneira de viver e em alguns casos em um novo país, entretanto, a pesquisadora Cláudia Rodrigues²⁸ enuncia que essa diversidade, não significaria uma não conversão, mas sim uma forma de assimilação a partir das experiências já vividas em suas religiões de criação.

Frente a estes apontamentos, recortamos nosso olhar ao catolicismo mineiro, mais especificamente na região de Mariana e seu termo, nossa escolha por essa área nas Minas, ocorreu em virtude da proibição de fixação de ordens terceiras, sendo desta maneira um catolicismo fundado e construído pela população leiga. Aproximamos a lupa, sobre a região de Mariana e seu termo, uma vez que esta recebeu a sexta diocese da colônia em 1748, o que levou a uma maior absorção do catolicismo. Para mais, a segunda metade do século XVIII oportunizou uma maior viabilidade de acesso às alforrias, em vista da abertura do cabedal de

²⁸ RODRIGUES, Cláudia. **Morte catolicismo e africanidade na cidade do Rio de Janeiro setecentista.** Ciências Sociales y Religión. Campinas, SP n 12, p.32-52, out 2020

possibilidades que se amplia durante a segunda metade do século XVIII para os libertos, como pontua Eduardo França Paiva²⁹ a sociedade mineira apesar de se pretender hierárquica, possuía uma relação movediça quanto a mutabilidade social, levando em conta, a crise aurífera e o alto custo da posse de escravos ,sucedeu-se a abertura de novas oportunidades para os escravizados que poderiam buscar outras formas de ganho,que os ajudariam a reunir a quantia necessária para pagar por sua liberdade e, assim, acessarem e ascenderem no mundo dos libertos, através do qual, era possível reunir os recursos necessários para um funeral adequado, prática custosa no período.

Em consequência da proibição de organizações religiosas lideradas por clérigos, coube aos leigos alicerçar e manter o catolicismo mineiro, visto que, estar inserido em uma dessas organizações religiosas era caso de vida e morte, em um cenário de periclitamento iminente ante as empreitadas sertão adentro em meio a escassez e ao desconhecido.Dessa maneira, fazer parte de uma irmandade era pauta central para cada um destes sujeitos, fossem homens ou mulheres.Assim sendo, por causa da ausência de clérigos, emergiram as denominadas irmandades seculares³⁰. De acordo com Caio César Boschi³¹, estas eram formadas por grupos distintos de negros e brancos, escravizados e livres, podendo verificar-se algumas exceções, porém em sua maioria, as irmandades apresentavam uma organização extremamente hierárquica, espelhando-se no meio em que existiam.

Quanto a metodologia, para a realização deste artigo, faremos uso de testamentos presentes, no arquivo online da Casa Setecentista de Mariana, encontrados no primeiro ofício, do site: <http://www.lampeh.ufv.br>. Esta documentação consiste em um conjunto testamentário composto majoritariamente por testamentos que foram transcritos e analisados, para a realização desta pesquisa.

²⁹PAIVA,Eduardo França.**Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII** :Estratégias de resistência através dos testamentos .São Paulo, Annablume ;Belo Horizonte: PPGH-UFMG,2009,Coleção Olhares .

³⁰Irmandades erguidas e administradas por leigos.

³¹Boschi aponta para essas redes de sociabilidades instituídas a partir das irmandades, que em tal período serviram de suporte tanto em vida, quanto na morte, visto que essa sociedade não possuía qualquer suporte das autoridades.BOSCHI, Caio César, **Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais**.São Paulo,Editora: Ática,1986.

O Macabro.

O imaginário macabro, eclodiu na baixa idade média como pontua a historiadora Juliana Schmidt³², nesse momento ocorreram novas descobertas quanto a decomposição física, uma nova percepção em relação ao cadáver.

A partir desse acesso a deterioração humana, se constroem as danças macabras, como instrumento de temor para todos, do mais pobre aos mais abastados, com intuito de manter na memória a rapidez da vida, e a incerteza da morte uma vez que não há como prevê-la, além do mais a morte não seria um fim, mas a porta de entrada, fosse para as alegrias do céu ou para as dores do inferno. Por conseguinte, essa crença na vida após a morte seria um importante instrumento de controle da vida dos fiéis a partir dos clérigos, pois uma vida bem vivida seria uma vida longe do pecado, fugindo das fragilidades humanas.

Portanto os afrescos pintados nos cemitérios, tinham o intuito de manter viva essa lembrança facilitando a interpretação para os iletrados, que não tinham acesso aos livros que discutiam o bem morrer, por conseguinte as danças macabras eram instrumentos de pânico, como um constante aviso da preparação para a morte, ao decorrer da vida.

Para além da iconografia, também são criados livros como o *Ars Moriendi* e o livro de Horas que serviam como instrumento de apoio para a preparação de um bom traspasse, nestes escritos continham várias orações e ensinamentos, estes livros eram como, passo a passo para “bem morrer”.

Em solo colonial, foram implementados os manuais de bem morrer trazidos de Portugal e outros escritos por padres portugueses no Brasil, mesmo não sendo de fácil acesso para todos, por ser um objeto de uso dos mais afortunados, os ensinamentos presentes nesses livros eram passados a partir dos sermões e do convívio social que perpetuava estes ensinamentos, que atravessaram mares e séculos chegando até a colônia portuguesa brasileira.

³² SCHMITT, Juliana. **Às margens da Cristandade: O imaginário macabro medieval**. Cadernos de Estudos Culturais. Mato Grosso do Sul, v 8 n 16, p165-176 agosto 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article>.

A Morte na Colônia.

A primeira metade dos setecentos abriu os caminhos para aqueles que obtinham os meios necessários para a exploração aurífera nos sertões de Minas. Para se aventurar por tais localidades, era preciso dispor de recursos para a sobrevivência, cavalos para as longas viagens e armas para as confusões que poderiam surgir no caminho, sem dizer dos suprimentos para todo o grupo, a seguinte jornada exigia o investimento de alguns bens. Por consequência das imprecisões dessa jornada, era prudente se apegar à fé com intensidade, devido aos constantes riscos de morte, principalmente morte maldita, considerada a pior morte sem chance de salvação, pois apesar de não saberem quando iriam morrer, esses indivíduos acreditavam, que o assassinato, afogamento ou qualquer tipo de acidente os levariam diretamente para o inferno sem qualquer chance de perdão.

Frente a esses inúmeros desafios, havia imenso proveito na adoção de instituições de suporte, por esse motivo se firmam irmandades seculares nas Minas, a partir da necessidade recíproca de ajuda no que diz respeito aos desconfortos terrenos e as inseguranças do por vir, o corpo social, era desassistido, pelas instâncias administrativas na América Portuguesa, em seus momentos de maior dificuldade, por isso, tiveram de criar seus próprios mecanismos de apoio, em vista disso, as irmandades tinham o intuito de promover, nem que fosse minimamente, algum tipo de alicerce para os seus participantes.

Embora as irmandades tivessem o intuito de solucionar as questões de maior emergência em vida, também lhes cabia a responsabilidade de zelar pelo futuro da alma dos irmãos e irmãs no pós a morte, na medida em que o cristianismo fixava grande importância no além túmulo, como ponto decisório da eternidade da alma, entre o céu e inferno, de acordo com os princípios da igreja católica. A união indissociável entre o religioso e o social cooperaram para o estabelecimento desse “curativo” aos imediatismos cotidianos como a doença, fome, orfandade, viuvez e até mesmo a morte, para além dos cuidados espirituais cotidianos.

Permeada pelo catolicismo profundamente enraizado, o nascer, o viver e o morrer deveriam seguir os padrões da igreja. Como aponta Regis Clemente Quintão³³, durante o século XVIII as cerimônias mortuárias se tornaram cada vez mais externas, o morrer se tornava mais pomposo. Sendo assunto de grande importância presente em todas as esferas cotidianas, como decisor do futuro das almas, o primeiro passo a ser seguido deveria ser a entrada em alguma irmandade, dado que, estas ofereciam a seus integrantes um ritual fúnebre adequado, tendo algumas diferenças, em relação ao cargo ocupado por cada irmão dentro da irmandade, para além disso, como denomina Vanessa Cerqueira³⁴, a “economia da salvação” deveria ser um a soma de atitudes, entre missas, jejuns, esmolas, escolha da mortalha, sufrágios e a escolha do local de sepultamento, garantindo que tudo fosse elaborado de maneira adequada, dado que, a relação entre mortos e vivos era próxima sendo, como uma via de mão dupla.

É importante evidenciar, que o local de enterro deveria ser dentro da igreja, considerada a porta para o céu, quanto mais perto do altar mais garantida era a salvação e maior era o custo do túmulo e claro. O sepultamento incorreto era temível, uma vez que impediria a alma de encontrar descanso, pois ela não acharia o caminho para o descanso e ficaria vagando pela terra atormentando o mundo dos vivos, nessa relação entre vivos e mortos. Adicional a essa inquietação, existia um enfoque as tão reverenciadas missas pelas almas no purgatório, que Michel Vovelle³⁵ assinala serem a tentativa de cristianizar a pagã devoção às almas, as tais missas eram primordiais tanto para vivos quanto para os mortos, funcionando da seguinte forma: essas almas ao saírem do purgatório, se uniriam aos santos para interceder pelas almas dos vivos, prontamente preparando seu caminho no além, beneficiando ambos os lados.

³³ QUINTÃO, Regis Clemente. **Ritos Fúnebres dos Escravos e Forros nas Minas Gerais do século XVIII: Um debate historiográfico.** Igualitária: Revista do Curso de História da Estácio, Belo Horizonte, BH n 6, p 01-13, 2015. Disponível em : <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/historiabh/article/viewArticle/1640>. Juliana Schmidt[#],

³⁴ TEIXEIRA , Vanessa Cerqueira. **O bem morrer e as últimas vontades:** as representações da morte, Os ritos fúnebres e as práticas piedosas a partir da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII e XIX). Revista de História da UEG, Minas Gerais, v. 6, n. 1, p. 50-74, julho. 2017. Disponível em : <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/6183>.

³⁵ VOVELLE. Michell. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1991.p.200

As seguintes crenças, se perpetuaram por séculos caracterizando assim, uma necessidade imprescindível de se inserir nessa malha social em busca de segurança quanto às fragilidades da vida, na medida em que viver segundo a moral e os princípios do catolicismo, eram um o modo de existir e balizar essa sociedade, na qual para um bom encontro com o Salvador, era preciso se afastar do pecado, da luxúria e de qualquer prazer carnal.

Uma vez que ,o “bem morrer”, não se resumia somente na busca pela salvação, mas também em uma demonstração de destaque social, que seria resultado da ascensão conquistada em vida, demonstrá-la era crucial para aqueles que saíram do cativeiro se estabeleceram e galgaram lugares mais “privilegiados” dentro deste jogo social, que possuía diferentes regras para seus componentes. Por isso, os sujeitos mal alcançavam a liberdade e para além de pensar em sobreviver ,deveriam pensar na sua morte.

A morte do Justo X A morte do Pecador

A seguir analisaremos as representações da morte do justo e da morte do pecador, ambas as obras são datadas do século XIX, apesar de fugirem da data do nosso recorte de análise neste artigo, a historiadora Sabrina M de Sant’Anna³⁶ argumenta que pinturas similares, não seriam inexistentes no século XVIII, servindo como um tipo de pedagogia, assim como os afrescos das danças macabras.

Morte do Justo.

³⁶ SANT’ Anna, Sabrina Mara. A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822). (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006.



Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, Século XIX.

Morte do Pecador



Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, Século XIX.

Podemos perceber, na primeira representação que o quarto do justo é retratado de maneira simples, sem muitos adornos demonstrando que ele não era apegado aos luxos terrenos, mas buscava se preparar para a sua morte, seu quarto está repleto de seres celestiais sendo iluminado por uma luz celestial, na frente de sua cama está o arcanjo Miguel com a espada na mão, o arcanjo Miguel, era muito representado neste período como guardião da entrada para o além, com sua balança em mãos para pesar as almas que deveria, ir para o céu, purgatório, ou inferno, o Arcanjo está com uma armadura de soldado romano, como comandante das milícias celestes, ao lado de sua cama, apontando para o moribundo se encontra São José o pai terreno adotivo de Jesus que era um forte símbolo da boa morte, pois teria morrido junto a Jesus e a Virgem Maria. Ao pé da cama no lado direito está a figura de um demônio atordoado por ter perdido a alma daquele homem. Acreditava-se que até o último suspiro havia uma batalha a respeito da alma daquele indivíduo, sendo momentos de grande perigo

Já a morte do pecador é retratada a partir de uma figura feminina, em seu leito estão dispostos bons lençóis assim como um imponente dossel, ao lado de sua cama abaixo de suas mãos se encontra um grande pacote com dinheiro, o que exprime seu apego ao supérfluo sua avareza, ao lado do anjo que mal olha para a desfalecida, há um ser das trevas que aponta para um espelho que expõe a lasciva na qual viveu tal mulher, em seu quarto se percebem seres infernais reinando as cores usadas aludem ao fogo infernal, as únicas imagens divinos que habitam seu leito parecem irritados ou quase que indiferentes a seu rosto que demonstra sofrimento em seus últimos momentos de vida, que já vislumbravam seu destino longe da morada celestial.

Prática testamentária.

O ato de testar além de uma importante medida para bem morrer, segundo as normas da igreja, também era um demarcador social, posto que nem todos os forros e forras dispunham de bens suficientes para testar, portanto esta atitude seria um indício de que de algum modo estes personagens alcançaram alguma melhora no cenário social.

O testamento era fundamental para salvação, posto que nele estavam contidos os arrependimentos dos pecados cometidos em vida, e até mesmo algumas atitudes para corrigi-los, como atos caridosos e em alguns casos o reconhecimento de filhos ilegítimos, a alforria de escravizados mais próximos ao finado, entre outros procedimentos, referentes à organização do rito fúnebre, como demonstra Vanessa Cerqueira Teixeira³⁷ “o ato de testar um exercício espiritual, uma forma de lembrar e sentir-se em paz com a consciência, com valor confessional de remissão e reparação” (TEIXEIRA, 2017:13). Era a última via de concerto da vida.

Portanto os testamentos serão ferramenta de grande importância em nossa pesquisa, seu maior uso no cenário historiográfico, se deu a partir do final do século XX, como resultado do movimento dos Annales, nas décadas iniciais do século XX, que abriram o leque para diferentes perspectivas, relacionados a outras fontes documentais e questionamentos, ante a estas novas formas de análise, os testamentos passaram a ser utilizados como fontes históricas que se mostraram riquíssimas para as pesquisas vinculadas às temáticas da morte, trajetórias de ascensão social em vida, principalmente no caso de libertos, assim como ajudando a identificar as redes de relacionamentos construídas entre agentes sociais, e outras inúmeras possibilidades de percepções a respeito das concepções culturais das sociedades em que foram produzidos. Na França, onde se iniciaram as discussões em torno da historiografia a respeito da morte, os testamentos se tornaram essenciais para compreender as condutas perante ela.

Apesar de manter uma forma muito bem definida em sua feitura que a princípio pode parecer engessada, os seguintes documentos serviram de grande ajuda para emitir as emoções diante da angústia da morte. Os testamentos, eram compostos por cinco partes bem definidas, sendo a primeira parte - invocação da santíssima trindade e informações do testador; segunda parte - local do sepultamento, sufrágios em prol da alma; terceira parte - os últimos desejos do falecido; quarta parte - inventário de bens; quinta parte - assinatura ou sinal do testador, do escrivão e do oficial responsável pelo registro, aprovação e abertura do testamento.

³⁷ Doutora em História Pela Universidade Federal de Ouro Preto

Estudo de Caso

Neste trabalho, lançamos mão de dois testamentos, presentes no arquivo online da Casa Setecentista de Mariana, no seguinte site <https://casasetecentista.lampeh.ufv.br>, a partir de nosso acesso a documentação fizemos a leitura e transcrição dos documentos, visando perceber as súplicas realizadas. A seguir exemplificaremos um dos casos que trabalhamos de Esperança de Souza, moradora no Arraial da Passagem, de nacionalidade Costa da Mina, tendo sido enterrada no estado de solteira.

Declaro que deixo lhe digam por minha alma vinte missas ditas no altar privilegiado de Nossa Senhora do Rosário e necessidades desta capela de Nossa Senhora da Glória deste mesmo Arraial os quais serão ditas pelos sacerdotes moradores e existentes neste Arraial por aqueles que celebrarem pessoalmente de esmola cada uma de meia oitava de ouro. Declaro que deixo a Nossa Senhora da Glória deste mesmo Arraial cinco oitavas de ouro para ajuda das suas obras do adorno do seu altar. Declaro que deixo ao santíssimo sacramento e alocado na mesma capela da dita nossa senhora da Glória quatro oitavas de ouro para ajuda do azeite da sua acampada (...) legado dará meu testamenteiro a irmandade da mesma senhora por ser esta a que tem a seu cargo a sustentação ornato e paramento do mesmo Senhor. Declaro que deixo a nossa senhora do Rosário deste Arraial colocada na capela de Nossa senhora da Glória três oitavas de ouro para ajudar da cera de seu altar.

É perceptível a partir deste trecho do testamento de Esperança de Souza a preocupação com as doações para as comunidades de sua devoção assim como a preocupação com as missas em prol de sua alma, a demonstração de benevolência neste momento era de grande importância, principalmente para com a irmandade da qual fazia parte, também podemos perceber a invocação dos religiosos locais como importantes auxiliares nessa empreitada de uma morte acompanhada junto aos irmãos.

Apontamentos Finais.

Por fim, este trabalho demonstra os caminhos que estamos buscando traçar em nossa pesquisa, que ainda possui inúmeros questionamentos e probabilidades ante a documentação e a busca por outras fontes, à vista disso estamos esquadrinhando com mais afinco para encontrarmos, as irmandades estes homens e mulheres estavam inseridos, suas escolhas de local de enterro, a possibilidade de dupla pertença religiosa, o teor das pregações e pinturas religiosas entre muitas outras demandas. Para mais, ambicionamos estudar os manuais de bem morrer, como uma importante prática cotidiana. Em síntese temos um longo caminho a percorrer em nossa pesquisa.

Fonte Primária: ACSM - 1784, codice 120, auto 2514, 03.

Bibliografia.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**; Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Editora: Ática, 1986.

NETO, Felipe Tito. **Planejamento no decurso da vida para uma “Boa morte”**: Testamentos e ritos fúnebres de alforriados (Mariana, Minas Gerais, século XVIII). Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh- Rio: História & Parcerias, 2018.

NETO, Felipe Tito Cesar Neto, **“Estando em meu perfeito juízo”**: testamento, ritos fúnebres e estratégia de mobilidade social de forros, Mariana Minas Gerais, c.1753-c.1750. Anais Anpuh 2017

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo, Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009, Coleção Olhares.

QUINTÃO, Regis Clemente. **Ritos Fúnebres dos Escravos e Forros nas Minas Gerais do século XVIII**: Um debate historiográfico. **Igualitária: Revista do Curso de História da Estácio**, Belo Horizonte, BH n 6, p 01-13, 2015.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

RODRIGUES, Cláudia. **Morte catolicismo e africanidade na cidade do Rio de Janeiro setecentista**. Ciências Sociales y Religión. Campinas, SP n 12, p.32-52, out 2020

SANT' Anna, Sabrina Mara. **A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)**. (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006.

SCHMITT, Juliana. **Às margens da Cristandade: O imaginário macabro medieval**. Cadernos de Estudos Culturais . Mato Grosso do Sul, v 8 n 16, p 165-176 agosto 2017

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990

TEIXEIRA , Vanessa Cerqueira. **O bem morrer e as últimas vontades: as representações da morte, os ritos fúnebres e as práticas piedosas a partir da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII e XIX)**. Revista de História da UEG, Minas Gerais, v. 6, n. 1, p. 50-74, julho. 2017.

VOVELLE. Michell. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1991.p.200

LINHAGENS DO VÉU: FAMÍLIAS CIGANAS E O CASAMENTO CATÓLICO COMO ESTRATÉGIA E OS SEUS DESAFIOS NA SOCIEDADE COLONIAL MINEIRA DURANTE O SÉCULO XVIII

Arthur Assunção Costa³⁸

RESUMO

A importância da formação de um núcleo familiar era essencial na sociedade colonial do Antigo Regime, onde o reconhecimento social girava em torno da família. O matrimônio, um pilar essencial, consolidava indivíduos em famílias, refletindo a estrutura social. No contexto católico, o casamento representava uma união indissolúvel e um meio de construção familiar, influenciando diversos grupos sociais, incluindo os ciganos, que o utilizavam para obter reconhecimento e inserção na sociedade, escapando da discriminação. O presente estudo analisa o caso de um casal cigano, Simão Palerma e Josefa da Silva, revela detalhes sobre sua origem diversificada, levantando questões sobre suas trajetórias. A análise visa explorar as dinâmicas sociais, a influência do contexto católico, comparando informações com outros documentos sociais e examinando a reação da sociedade colonial em relação aos ciganos e o intermédio dessa complexa interseção entre culturas e tradições no século XVIII.

Palavras Chaves: Antigo Regime, Ciganos, Catolicismo, Matrimônio, Família

RÉSUMÉ

L'importance de la formation d'une cellule familiale était essentielle dans la société coloniale de l'Ancien Régime, où la reconnaissance sociale gravitait autour de la famille. Le mariage, un pilier essentiel, consolidait les individus au sein des familles, reflétant la structure sociale. Dans le contexte catholique, le mariage représentait une union indissoluble et un moyen de construction familiale, influençant divers groupes sociaux, y compris les gitans, qui l'utilisaient pour obtenir reconnaissance et insertion dans la société, échappant ainsi à la discrimination. La présente étude analyse le cas d'un couple de gitans, Simão Palerma et Josefa da Silva, révélant des détails sur leurs origines diversifiées, soulevant des questions sur leurs parcours. L'analyse vise à explorer les dynamiques sociales, l'influence du contexte catholique, en comparant les informations avec d'autres documents sociaux et en examinant la réaction de la société coloniale envers les gitans et l'interaction de cette intersection complexe entre cultures et traditions au XVIIIe siècle.

Mots clefs: Ancien Régime, Gitans, Catholicisme, Mariage, Famille

INTRODUÇÃO

O núcleo familiar era uma unidade basilar dentro da sociedade colonial do Antigo Regime, as relações existentes tanto dentro de sua estrutura interna como externa, eram condicionantes centrais da configuração social do período. A busca pelo reconhecimento e prestígio, aconteciam em torno do envoltório familiar, e mesmo as eventualidades ocasionadas ao

³⁸ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - arthur.assuncao@estudante.ufjf.br

indivíduo propriamente dito, era assinada de alguma forma pelo nome da família. Portanto, a formação de um conjunto familiar reconhecido pela sociedade, era algo muito desejado. Diretamente ligado a esta questão se encontra o matrimônio.

Os sacramentos fundamentais do catolicismo desempenhavam um papel-chave na lógica da era setecentista. O matrimônio era um processo de consolidação de indivíduos em famílias, que eram os principais núcleos estruturantes da sociedade. Através desses processos matrimoniais, era possível explorar as diversas camadas da sociedade e compreender suas relações, simbolismos e pensamentos. O casamento segundo o catolicismo, é uma união indissolúvel em que os cônjuges se tornam uma só carne numa unidade espiritual e afetiva, e nenhum homem ou lei humana estão habilitados para desfazer esse vínculo. E como artifício social, é uma das vias de construção familiar, e dentro de uma sociedade católica imbuída de preceitos religiosos, estar firmado com os sacramentos e a ordem sacrossanta era fator fundamental. A busca pelo matrimônio e a influência da ordem católica se manifestavam em diferentes grupos sociais, desde a elite até as minorias sociais, como cativos, forros, indígenas e outras minorias étnicas, dentre elas, os ciganos.

Os ciganos recorriam ao casamento católico como estratégia para obter uma maior inserção na sociedade e reconhecimento dentro dos Direitos Portugueses. O casamento na fé católica representava uma maneira de legitimar sua presença e estabelecer laços com a comunidade local, permitindo-lhes escapar das perseguições e discriminações frequentes. Além disso, o casamento cigano segue regras e normas próprias dentro de sua cultura. Assim, o conúbio representava um caminho entre dois mundos no período desposório: a adaptação à norma católica e o reconhecimento dentro da comunidade cigana, que é fundamental para a formação da família cigana. Esse processo exemplifica a complexa interseção entre diferentes culturas e tradições no século XVIII.

O presente estudo consiste na investigação de um processo matrimonial de um casal de ciganos, Simão Palerma e Josefa da Silva, que revela especificidades sobre esse grupo de maneira profunda. A noiva era natural da capitania da Bahia, e o noivo da cidade de Évora, pertencente ao Reino, levantando questões sobre como esses sujeitos vieram a se estabelecer na capitania do Ouro. A proposta a ser realizada, é explorar as dinâmicas que levaram os sujeitos a chegar até a conclusão do decurso. Compreender a concepção de pensamento ligado à ordem social católica, e como ela se manifesta na sociedade através do processo, bem como as informações presentes no documento em comparação com outros, que remetem a outros sujeitos da sociedade. Além de perscrutar o imaginário existente sobre relações conjugais ciganas, a reação da sociedade colonial com esses indivíduos subalternos.

DESENVOLVIMENTO

2.1 Cuidados matrimoniais

Na trajetória para a constituição familiar dentro da sociedade moderna, o matrimônio emerge como um ator central no intrincado enredo das relações e da dinâmica social. Na qualidade de um dos principais ritos sacramentais da liturgia católica, a instituição matrimonial mantinha uma conexão direta com uma gama de elementos que transcendiam o espaço eclesial. Representava a consolidação da união entre dois indivíduos em uma unidade de corpo e alma,

fortalecendo, assim, a devoção desses sujeitos aos preceitos e fundamentos da fé católica. Dentro do contexto de uma comunidade profundamente arraigada nos princípios religiosos, a consolidação através dos sacramentos e a adesão à ordem sacrossanta figuravam como elementos fundamentais, contribuindo para uma avaliação positiva diante dos demais membros dessa comunidade.

A aspiração pelo laço matrimonial representa uma janela para compreender a influência da Igreja Católica e seu alcance nos diversos estratos sociais, desde os segmentos privilegiados até as comunidades marginalizadas, como cativos, libertos, indígenas e ciganos. Especificamente no caso dos ciganos, observava-se a conformidade com certas normas sociais, oferecendo um panorama elucidativo sobre a complexidade dessas estruturas sacro-sociais, como o matrimônio, evidenciando a intersecção desse processo com uma multiplicidade de fatores, onde inúmeras contingências atuavam como obstáculos.

Certos elementos e práticas culturais do povo cigano eram olhados com desconfiança pela igreja, atribuindo-lhes rótulos de hereges, pagãos e idólatras³⁹, o que atuava como um impeditivo para cumprirem as solenidades do sacramento matrimonial, na visão da Igreja, os ciganos viviam em pecado como se praticassem concubinato (Teixeira, 2008 p. 69). já que estas práticas poderiam ser acusadas por de desrespeitar as diretrizes estabelecidas pelo Concílio de Trento, no que se refere aos impedimentos matrimoniais decorrentes de laços consanguíneos ou parentescos, seja ao unirem-se por meio de seus próprios rituais ou posteriormente ao formalizarem a união na igreja. (Cañizares, 2009) Adicionalmente, ordens régias⁴⁰ no decorrer do século XVIII apontavam restrições para estabelecimento e reprodução de famílias ciganas, o que ajudava a desestruturar a legitimidade de seus casamentos, e perpetuava a perspectiva de que estes sujeitos viviam em relações concubinárias.

Esses entraves colocavam os ciganos em um “paradoxo do pecado”, onde esses indivíduos se vêem impossibilitados de realizar o casamento por estarem em desacordo com os dogmas eclesiais, mas por sua vez se encontram também no pecado em virtude de formarem casais sem a união matrimonial, e desse modo praticarem o concubinato.

Todavia, esses indivíduos continuavam a buscar maneiras de se aproximar do matrimônio canônico, pois isso os aproximava das tradições religiosas vigentes na sociedade na qual estavam inseridos. Logo, apesar de os ciganos frequentemente contrair matrimônio fora dos preceitos da igreja, a religiosidade ainda representava um componente significativo em suas vidas. Almejavam integrar-se às tradições religiosas na sociedade em que estavam imersos.

³⁹ Frequentemente, os ciganos eram associados a práticas ilegais e heréticas, que incluía feitiços e curandices, sendo a chamada "*buena dicha*", a mais popular. As práticas da "*buena dicha*", que se consistem na leitura da sorte e adivinhação, e eram frequentemente associadas a crenças supersticiosas e eram vistas como uma ameaça à ordem social estabelecida.

⁴⁰ Lei pela qual D. João V proibia que se usassem os trajes e a língua dos ciganos; Lei sobre os filhos dos ciganos do Brasil. Dados extraídos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

No entanto, as uniões ocorridas fora do matrimônio oficial eram permeadas por ritos e significados intrinsecamente próprios às comunidades ciganas. De acordo com os preceitos da lei cigana, a consolidação fundamental de uma família dentro dessa cultura residia na aprovação do casamento pelos pares. Javier Cañizares explora como o casamento na cultura cigana se revelava como um instrumento poderoso para estabelecer alianças, desempenhando um papel significativo nas esferas econômica e política, além de fomentar a coesão e solidariedade no seio do grupo. Essa constatação evidencia que o casamento constituía uma forma essencial de estabelecer e sustentar laços familiares e sociais no interior da comunidade cigana. Seus rituais eram marcados por grandiosidade, com os preparativos se estendendo ao longo de dois anos de espera.

Esse cenário ilustra que a constituição de uma família cigana era encarada como um processo meticuloso e crucial, envolvendo não apenas os nubentes, mas também suas famílias e o contexto comunitário de maneira abrangente. Jorge Mourão em sua tese, atesta como, o casamento regido pela lei cigana é percebido pelos membros desse grupo étnico como uma prática cultural distintiva em relação à sociedade predominante, e que precisava da aceitação comunal interna.. Trata-se de um sistema próprio e distinto, que não se equipara ou se mescla ao "casamento" celebrado na sociedade majoritária. Dessa maneira, o casamento cigano estrutura uma das principais "estratégias" para preservar e realçar a identidade cigana, funcionando reforço identitário. (Mourão, 2011. p. 84)

Assim, podemos notar uma dualidade no percurso matrimonial entre os ciganos, evidenciando a aspiração pelo sacramento católico e a busca pelo reconhecimento dentro de seu próprio grupo, resultando na consolidação familiar no âmbito da cultura cigana. Os ciganos, primordialmente, procuravam legitimar sua presença na sociedade portuguesa, devido à percepção de serem estigmatizados como "marginais" ou "forasteiros". Para se integrarem e estabelecerem vínculos com a comunidade local, estavam regidos pela adoção do catolicismo e, conseqüentemente, pelo matrimônio dentro dessa fé, demonstrando devoção à vida religiosa local, buscando assim validar sua existência e mitigar o estigma social.

Essas uniões matrimoniais representavam um meio pelo qual buscavam inserir-se nas estruturas sociais existentes, evitando as frequentes perseguições. Portanto, o casamento católico constituía um caminho pelo qual os ciganos almejavam ser reconhecidos pelo sacramento da fé e por grupos diferentes dos seus, mas ainda sim se buscava estar preservando, suas próprias normas e princípios matrimoniais dentro da cultura cigana.

Assim, o principal intento residia em conciliar essa dualidade na jornada matrimonial, entre o universo cultural e tradicional da comunidade cigana, e a vida devocional e religiosa dentro do catolicismo.

2.2 Caso de Simão e Josefa

Nessa conjuntura de dualidade entre a cultura cigana e a católica, examinaremos o processo matrimonial⁴¹ do casal cigano; Simão Palerma, de 20 anos e Josefa da Silva, de 13 anos,

⁴¹ Processo Matrimonial do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/ AEAM: N°7693, Ar/Pasta: 7/790

revelando particularidades que oferecem um insight profundo sobre esse grupo étnico. A noiva, originária da capitania da Bahia, e o noivo, natural da cidade de Évora, pertencente ao Reino, suscitam indagações sobre como esses indivíduos se encontraram e se estabeleceram na capitania do Ouro.

É plausível conjecturar que a trajetória inicial do noivo da metrópole em direção à conquista da região tenha ocorrido em decorrência do degredo que essa comunidade frequentemente enfrentava desde o primeiro processo da colonização ainda no século XVI, entretanto sua sua posterior migração para a capitania de Minas Gerais pode ser atribuída à diversos fatores, desde a natureza nômade inerente à sua cultura, como a processos de fuga em virtude a perseguição que esses grupos sofriam pela autoridades régias. De maneira semelhante, é possível que a cigana Josefa tenha deixado a Bahia e se estabelecido em Minas Gerais por motivos similares.

O local em que o casal se estabelece e procura realizar seus banhos para o processo matrimonial, é Vila Rica, e o processo também conta com a participação de três testemunhas, moradores da localidade de Catas Altas, que não é informado se também são ciganos, mas que conhecem os noivos desde de tenra idade. Para além das localidades dadas nos componentes do processo e o nome das pessoas envolvidas, a falta de informações sobre esse caso, já é por si só um fator revelador. Pois além do fato dos ciganos não serem bem quistos pela Igreja Católica e pela sociedade em geral, dada o imaginário atribuído a eles como feiticeiros e ladrões, sua cultura nômade não entregava os componentes essenciais para que toda o desenrolar do processo do matrimônio fosse feito de maneira exemplar.

É dito no decorrer decurso matrimonial, sobre as características nômades dos noivos, sobre como estes estavam residindo nos arredores locais a pouco mais de um ano, que por estarem nestas terras da conquista, a pouco tempo, não conseguem recordar onde desembarcaram. Desde então tem andado por quase toda a Capitania, e seu último caminho foi pelo pelo Sertão da Bahia até esta vila, mas que se encontram livres e desimpedidos.

Por fim, o pároco julgou como hábil a união de Simão e Josefa no sagrado matrimônio católico. Por razão de suas vivências como ciganos, em estarem desabrigados e vagando por estas terras a um determinado tempo, eles estariam dispensados em apresentar mais confissões de banho, e portanto com a burocracia já estavam legitimados a realizar o casamento.

Casais ciganos que procuravam a Igreja para iniciar seu processo matrimonial, eram relativamente comuns, todavia, sua vida nômade se manifestava como um empecilho para conclusão do processo, por muitas das vezes não cumprirem com a burocracia necessária dos banhos. Estarem em constante movimento impossibilitava de estabelecer contatos mais consolidados com a comunidade local, e adquirir testemunhas para completar o processo do matrimônio. Entretanto, havia possibilidade de concluírem o processo, como foi mencionado no caso de Simão e Josefa, onde a própria ocasião de serem ciganos, os desobrigava da apresentação de mais informações, que era comumente, um fator que entravava, os casamentos na sociedade colonial

Casais pertencentes à comunidade cigana que buscavam a Igreja como instância para dar início ao seu procedimento matrimonial eram, de certa forma, uma ocorrência recorrente. No entanto, sua existência nômade emergia como um entrave para a consumação desse processo, uma vez que, frequentemente, não se adequavam às exigências burocráticas, em especial às relacionadas aos banhos. A constante itinerância impossibilitava o estabelecimento de conexões mais sólidas com a comunidade local, comprometendo a obtenção de testemunhas necessárias para a conclusão do procedimento matrimonial.

Contudo, existia a possibilidade de conclusão desse processo, conforme evidenciado no caso de Simão e Josefa. Nesse contexto, a própria condição de serem ciganos, por vezes, os eximia da obrigatoriedade de apresentar informações adicionais, usualmente um obstáculo em cerimônias matrimoniais dentro da sociedade colonial. Ao formalizarem o casamento, esses indivíduos alcançavam uma “purificação”, dissipando a percepção de pecado associada à união consensual, aos olhos da sociedade comum. Essa condição não apenas contribuía para uma convivência mais harmoniosa, mas também conferia a esses sujeitos o reconhecimento pelos demais colonos, sendo vistos como uma entidade familiar legítima. A conformidade com as normas católicas não apenas promovia uma purificação simbólica da união, mas também conferia legitimidade, e um bom costume com o padrão social-religioso, o que garantia uma melhor inserção social. Essa estratégia de mobilidade social evidencia a adaptabilidade das comunidades ciganas diante das pressões sociais, que muitas vezes levavam a expulsão da capitania, e a sua possível prisão, porém utilizando o casamento católico era possível se criar um status de menor perseguição na sociedade de Antigo Regime, que poderiam garantir uma melhor fixação em alguns territórios.

2.3 Desafios na vida comum

As dinâmicas sociais reverberadas durante o processo do casamento, apontam parte dos desafios vivenciados pelas famílias e núcleos fechados das comunidades, outros paradigmas tangenciam a vida cotidiana desses povo, é por eles são atravessados inúmeros conflitos e disputas com o meio local.

A emancipação dos filhos na comunidade cigana durante o período Moderno se revela como um fenômeno intrincado, permeado por desafios sociais e estigmatização. Rodrigo Teixeira analisa sobre como a prerrogativa de fundar novos núcleos familiares, conjugada à eventual escassez de parceiras dentro da própria comunidade cigana, conduziu alguns jovens ciganos a buscar alianças amorosas para além da comunidade do grupo. Contudo, essa escolha ousada frequentemente resultava em acusações e hostilidades provenientes da sociedade envolvente. O tecido social majoritário, por sua vez, frequentemente interpretava tais uniões como transgressões, contribuindo para a perpetuação do estigma historicamente associado aos ciganos, e que era visível através de legislação que tratam de maneiras de se extinguir a dita “raça cigana”, como a “Lei pela qual D. João V proibia que se usassem os trajes e a língua dos cigano (1708)⁴²” que buscava retirar as normas e costumes culturais ciganos da sociedade

⁴²Lei pela qual D. João V proibia que se usassem os trajes e a língua dos ciganos/ ANTT: PT/TT/GAV/2/4/42

portuguesa, ou “Lei sobre os filhos dos ciganos do Brasil (1760)⁴³” que procura proibir os filhos das famílias ciganas, e destinava esses para outros ofícios. Tal estigmatização, por sua vez, extravasava os limites da esfera dos relacionamentos, estendendo-se intrinsecamente à vida cotidiana dos ciganos. A ótica preponderante tanto na Metrópole quanto na Colônia concebia os ciganos como agentes potencialmente perigosos e transgressores da tranquila ordem pública, e que estariam marcados por uma mácula de sangue.

A impureza de sangue, uma expressão utilizada na construção da identidade étnica cigana em Portugal durante a época Moderna. Nataly Menini ressalta como a associação dos ciganos não apenas a criminosos e desviados sociais, mas também à categorização nefasta de "raças infectas" ou "grupos contaminados" no reino português. Esse estigma da impureza não era exclusivo aos ciganos, tendo origens nos estatutos de pureza de sangue dirigidos aos judeus convertidos na Península Ibérica. A ideia de uma mácula transmitida de geração em geração, tornando inaptos os descendentes, foi perpetuada nos discursos persecutórios contra os ciganos. Essas práticas, frequentemente justificadas em nome da ordem e dos bons costumes, perpetuaram a marginalização dos ciganos ao longo do período moderno. (Menini, 2012, p 85)

Essa marginalização expõe uma necessidade de se deslocar em parte, como resposta à perseguição e estigmatização que estes grupos enfrentam em diferentes regiões. O episódio da expulsão das capitanias, era frequente e exemplifica as medidas severas de remoção, o que refletia o desafio constante de encontrar um espaço onde os ciganos pudessem viver sem a ameaça iminente de discriminação. O movimento constante, muitas vezes forçado, não apenas moldou o cotidiano cigano, mas também se tornou uma estratégia de sobrevivência diante das adversidades sociais impostas, que como exposto anteriormente, tinha o casamento católico como uma possível estratégia de estabelecimento nos meios sociais.

Portanto, é notório como a expulsão das capitanias foi marcada por uma série de práticas persecutórias, desde a perseguição até a remoção forçada, que refletiam a visão dominante de que a presença cigana era incompatível com as normas sociais vigentes. Explorando essa ação de remoção forçada, muitas sentenças eram realizadas com o objetivo de dismantlar as famílias, desestruturando as comunidades. Os oficiais organizavam suas ações, desde a perseguição, até a separação dos ciganos capturados para diferentes capitanias por vezes, onde estes poderiam ser presos, e mandados a diferentes funções.⁴⁴

⁴³ Lei sobre os filhos dos ciganos do Brasil: ANTT: PT/TT/LO/003/0006/000029

⁴⁴ Representação dos oficiais da câmara da cidade de Mariana sobre as desordens criadas pelos ciganos, e solicitando penas para esses desordeiros/ AHU_ACL_CU_011, Cx. 80\Doc. 19 (1)

Petição de Antônio Seabra Da Mota E Silva, Ouvidor Corregedor ao Governador referente ao envio soldados para transportar em segurança alguns ciganos presos por roubos/APM: SG-CX.44-DOC.01

Registro de um Bando expedido pelo Governador e Capitão General das Minas Dom Lourenço de Almeida a respeito da presença de ciganos degradados nas Minas./APM: CMM-09 100v.

Como visto, a ação governamental voltada para esse grupo incluía a perseguição, a prisão, a expulsão, e até a tentativa de inserção, fosse através do desmantelamento dos acampamentos e famílias, fosse pelo engajamento dos homens nas forças militares e nos grupos de trabalho nas obras fronteiriças. (MELLO E SOUZA, 2004, p. 103)

A prática de separação das famílias ciganas estava ligada à ideia de desassimilação, visando forçar a integração dos ciganos em um modelo social dominante. O deslocamento constante e as intervenções do oficialato régio organizava uma legislação que extinguisse a cultura cigana da sociedade portuguesa, por estas razões se construía um ambiente propício para a desintegração familiar. Eram forçados a abandonar suas terras e acampamentos, a separação forçada não apenas dilacerava os laços familiares, mas também representava uma tentativa de desestabilizar a coesão interna das comunidades ciganas.

As mulheres eram encaminhadas para o trabalho doméstico ou para a reclusão em casas religiosas, quando eram obrigadas a se comportar como as demais mulheres da colônia; enquanto que as crianças podiam ser adotadas por famílias que as aceitassem ou ainda entregues a mestres, que lhes ensinassem os ofícios e as artes mecânicas. (Cavalcanti, 2014, p. 24)

Envolto nessa ideia de criminalidade, se construiu um imaginário permeado no sinistro e no criminoso, que muitas vezes obscureceu a compreensão da cultura cigana. Em um contexto de alarmante escassez de víveres em Ouro Preto no ano de 1700, a narrativa de Teixeira (2008, p.17) descreve como os ciganos eram dados como protagonistas de supostos crimes, salteando os vivos e saqueando os mortos. Essa construção narrativa contribuiu para a estigmatização dos ciganos como agentes do caos, intensificando a percepção negativa que os envolvia. Contudo, conforme ressalta Costa (2005, p.154), muitas das ações atribuídas aos ciganos eram simples expressões de sua cultura e tradições, desconectadas das faltas e crimes que lhes eram injustamente imputados.

O retrato exótico dos ciganos, pintados como homens altos e bem feitos, cuja cor acastanhada e feições se assemelhavam às dos brancos, contribuía para a construção de uma imagem misteriosa e, por vezes, ameaçadora. O relato de Pieroni (1993, p.141) destaca a visão da sociedade sobre os ciganos como viajantes nômades, envolvidos em atividades de troca e comércio. No entanto, a falta de compreensão sobre suas práticas culturais, como a ausência de práticas religiosas convencionais, levava a interpretações errôneas que os colocavam à margem, reforçando a percepção de sua suposta inclinação para a criminalidade. Somado, a esses atributos culturais e físicos, a acusação de promiscuidade nos relacionamentos dos ciganos a profunda incompreensão e estigmatização que permeavam a visão cristã dominante.

A associação feita entre o modo de vida cigano e uma suposta "promiscuidade" baseava-se no fato de que essas comunidades viajavam, conviviam e dormiam coletivamente em ranchos. Menini (2016, p. 81) destaca como esse estilo de vida nômade dos ciganos era estranho ao modelo de comportamento socialmente aceito no reino de Portugal, tornando-se motivo de incompreensão por parte das autoridades régias. Os decretos produzidos para reprimir os

comportamentos ciganos eram justificados sob a alegação de que essas práticas prejudicavam a manutenção da ordem e dos bons costumes na sociedade.

Havia uma dicotomia que se formava nesse olhar ligado à promiscuidade, que era lineado entre a beleza e o bizarro. O viajante Henry Koster,⁴⁵ ao descrever os ciganos que encontrou em suas incursões durante sua viagem ao Brasil, para a escrita de sua obra *Viagens ao Brasil*, ressalta a pele amorenada, feições que lembram os brancos e uma beleza robusta, especialmente nas mulheres jovens (Teixeira, 2008, p. 65). No entanto, essa beleza é apresentada como efêmera, destinada a desaparecer rapidamente. A dicotomia se manifesta quando, ao lado da admiração pela beleza, surgem caracterizações negativas, como a descrição de algumas velhas ciganas como decrépitas. Essa dualidade reflete a ambiguidade na percepção dos ciganos, oscilando entre a beleza inicial e a deterioração associada ao envelhecimento. Outra dimensão desse espectro reside na avaliação da harmonia entre a alma e a aparência física dos ciganos. Mesmo quando fisicamente atraentes, a visão da época questionava a correspondência entre esses atributos. Os ciganos eram estigmatizados como medrosos e covardes, associados a fugas de confrontos com os colonos locais e pequenos furtos noturnos (Teixeira, 2008, p. 67). A palavra "sujos" tornou-se um adjetivo recorrente, perpetuando uma associação negativa sedimentada ao longo do tempo. Essa imagem de impureza física e moral evidencia a construção de um imaginário sob essas comunidades.

CONCLUSÃO

Destarte, pode-se compreender o processo matrimonial emerge como uma lente perspicaz para observar a dinâmica social cigana no universo colonial do Antigo Regime. Conforme destacado por Fragoso (2002, p. 3), nesse contexto, a riqueza e os status sociais estavam intrinsecamente subordinados à qualidade social, política e às formas de pertencimento cultural e étnico. A análise das relações matrimoniais dentro das comunidades ciganas revela não apenas conexões das redes sociais entre essas comunidades, mas também uma intrincada teia de percepções sociais sobre identidades culturais distintas, que destoava da ordem social vigente, regida por aquela sociedade estamental. A análise do processo matrimonial protagonizado por Simão Palerma e Josefa da Silva, revela nuances de profunda significância concernentes à complexidade da experiência cigana na sociedade colonial. Neste cenário, a dualidade entre a cultura cigana e a católica emerge como elemento preponderante, destacando uma dinâmica permeada por desafios, estigmatização e estratégias adaptativas. Simão, oriundo da metrópole, e Josefa, proveniente da Bahia, proporcionam uma gama de questões intrigantes sobre o encontro e estabelecimento desses indivíduos na capitania do Ouro. Sua migração para Minas Gerais, mesmo diante das distâncias geográficas, não apenas reflete a natureza nômade intrínseca à sua cultura, mas também a imperativa necessidade de evadir-se da perseguição imposta pelas autoridades régias, o que evidencia o esforço consciente para forjar laços na sociedade local, apesar das limitações impostas pela vida itinerante.

A prática do casamento católico, consoante evidenciada por Simão e Josefa, configura-se como estratégia crucial para a promoção de uma convivência harmoniosa com a sociedade

⁴⁵ Cronista luso-brasileiro (1793-1820)

colonial. Além de dissipar a percepção de pecado associada às uniões consensuais, a conformidade com os preceitos católicos propicia uma integração social mais eficaz. Nesta análise, reitera-se a importância do matrimônio como instrumento de resistência, devoção e integração social para os ciganos, inserindo-os de maneira mais efetiva na tessitura complexa da sociedade colonial.

A interseção entre as relações matrimoniais e a dinâmica social cigana no contexto colonial ressalta a importância do casamento, tanto como um instrumento de preservação cultural e étnica para perseguição sofrida, quanto uma forma de buscar a devoção e legitimidade para a sociedade majoritária regida sob uma ordem social católica. A escolha de parceiros não era apenas uma questão individual, mas uma decisão que reverberava nas estruturas mais amplas da comunidade cigana. O estudo das relações matrimoniais oferece, assim, uma janela para compreender as estratégias adotadas pelos ciganos para manter suas identidades distintas, além de proporcionar novas perspectivas de analisar a influência da Igreja como uma instituição que buscava se estabelecer na totalidade do ambiente colonial revela a complexidade das dinâmicas sociais e culturais. O papel central da ordem católica na imposição de suas normas e valores, incluindo a promoção do matrimônio como um instrumento de conformidade.

Os ciganos, com suas tradições distintas e estilo de vida nômade, encontravam-se à margem dessa ordem imposta pela Igreja, sendo alvo de hostilidade. No entanto, a resistência cigana, evidenciada em escolhas matrimoniais que refletiam suas identidades culturais únicas, demonstra a capacidade de comunidades marginalizadas de preservar suas tradições em face das pressões externas.

Essa dualidade, entre a preservação cultural e as tentativas de adequação ao padrão sacramental, evidencia um caminho entre dois mundos, o católico e o cigano, o que revela um embate entre a tradição católica dominante e a cultura cigana nômade que criou um espaço de tensão, no qual a resistência e a adaptação coexistiam. A busca incessante por um equilíbrio entre esses dois mundos distintos delineou a experiência dos ciganos, muitas vezes marginalizados e estigmatizados pela ordem estabelecida. Ao longo desse caminho, a Igreja Católica desempenhou um papel central na imposição de suas normas e valores, promovendo uma visão de mundo que frequentemente entrava em conflito com as tradições ciganas. A tentativa de integração forçada e a busca pelo matrimônio como uma forma de conformidade social eram desafios enfrentados pelos ciganos, que, por sua vez, buscavam manter uma autonomia relativa. A dicotomia entre esses dois mundos não apenas delineou as relações sociais, mas também evidenciou as diferentes estratégias de resistência e preservação cultural adotadas pelas comunidades ciganas ao longo do tempo.

Através das dinâmicas de sobrevivência cultural e resistência emergem elementos fundamentais ao examinarmos a história dos ciganos, confrontados por desafios como a emancipação precoce dos filhos, a estigmatização pela ideia de impureza de sangue, a expulsão de capitâneas e a acusação de promiscuidade, que ainda sim, marcaram uma trajetória de construção social dentro desse universo colonial, tendo o sacramento do matrimônio como um ponto vital nessa dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAÑIZARES, Javier Fuentes. Celebración de una boda gitana en la segunda mitad del siglo XVIII. **Revista de folklóre**, n. 340, p. 111-135, 2009.

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 95-112, 2013.

CAVALCANTI, Irenilda Reinalda BRM. Proveitosas diligências: ações contra os ciganos e quilombolas nas cartas de Martinho de Mendonça, governador interino de Minas Gerais, 1736-1737. Recôncavo: **Revista de História da UNIABEU**, v. 2, n. 3, p. 18-40, 2012.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. Contributos ciganos para o povoamento do Brasil (séculos XVI-XIX). ARQUIPÉLAGO-**Revista da Universidade dos Açores**, p. 153-181, 2005.

FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? notas sobre a história da exclusão social no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, n° 29, pp. 3-28, 2002.

MELLO E SOUZA, Laura de. As várias formas da utilidade dos desclassificados. In: _____. Desclassificados do ouro. Rio de Janeiro: Graal, 2004. pp. 103-30.

MOURÃO, Jorge da Silva. O casamento cigano: estudo sócio-jurídico das normas ciganas sobre as uniões conjugais. 2011. Tese de Doutorado. [sn].

PIERONI, Geraldo. Detestáveis na metrópole e receados na colônia: os ciganos portugueses degredados no Brasil. **Varia História**, p. 114-27

DA ROCHA MENINI, Natally Chris. O estigma da “impureza” dos ciganos e os modelos de discriminação no mundo português. **Ars Historica**, n. 13, p. 78-92, 2016.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. História dos Ciganos no Brasil. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

FONTES MANUSCRITAS

AEAM: N°7693, Ar/Pasta: 7/790 [Processo Matrimonial. Vila do Carmo. 31/01/1741]

AHU, Conselho Ultramarino, Caixa. 44\Doc. 19 (1) [Representação dos oficiais da câmara da cidade de Mariana sobre as desordens criadas pelo ciganos, e solicitando penas para esses desordeiros. Mariana, MG. 27/03/1762]

ANTT, Lei pela qual D. João V proibia que se usassem os trajés e a língua dos ciganos. Gavetas, Gav. 2, mç. 4, n.º 42 [10/11/1708]

ANTT, Lei sobre os filhos dos ciganos do Brasil. Leis e Ordenações, Leis, mç. 6, n.º 29 [20/09/1760]

APM, Secretaria de Governo da Capitania. Caixa 44. Doc 1 [Petição de Antônio Seabra Da Mota E Silva, Ouvidor Corregedor ao Governador referente ao envio soldados para transportar em segurança alguns ciganos presos por roubos. Vila do Príncipe. 01/06/1799]

APM, Câmara de Mariana, Seção 09. Doc 100v [Registro de um Bando expedido pelo Governador e Capitão General das Minas Dom Lourenço de Almeida a respeito da presença de ciganos degradados nas Minas. Mariana. 03/01/1731]

PODERES E SABERES SOBRE OS INCULTOS SERTÕES: COMUNICAÇÃO POLÍTICA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NAS MINAS GERAIS (1770 - 1808)

Victor José do Nascimento Custódio⁴⁶

RESUMO

No Império Português, na segunda metade do século XVIII, diversos agentes e instituições foram mobilizados num projeto utilitarista ilustrado, o que acabou por produzir um fluxo de comunicação política que tinha como principal temática a investigação científica do espaço natural das colônias. O presente estudo tem como foco tal dinâmica, e, mais especificamente, as correspondências sobre a capitania de Minas Gerais, região de grande importância econômica, mas que na época passava pelo desgaste da atividade mineradora. Pretendemos fazer uma análise quantitativa da documentação produzida entre 1770 e 1808, nos atentando para os sujeitos envolvidos, os assuntos mais recorrentes e a distribuição das comunicações ao longo do tempo. Assim, acreditamos apreender nuances de como os poderes do Império Português se relacionavam com a natureza colonial no contexto das Luzes.

Palavras Chaves: Expedições Científicas, Ilustração Portuguesa, Minas Gerais, Comunicação Política

RÉSUMÉ

Dans l'Empire portugais, dans la seconde moitié du XVIIIe siècle, divers agents et institutions ont été mobilisés dans le cadre d'un projet utilitariste illustré, générant ainsi un flux de communication politique axé sur la recherche scientifique de l'espace naturel des colonies. Cette étude se concentre sur cette dynamique, en particulier sur la correspondance concernant la capitainerie de Minas Gerais, une région économiquement importante mais confrontée au déclin de l'activité minière à l'époque. Nous envisageons de réaliser une analyse quantitative des documents produits entre 1770 et 1808, en nous penchant sur les acteurs impliqués, les sujets récurrents et la distribution temporelle des communications. Ainsi, nous pensons saisir les nuances de la relation entre les pouvoirs de l'Empire portugais et la nature coloniale dans le contexte des Lumières.

Mots clefs: Expéditions scientifiques, illustration portugaise, Minas Gerais, communication politique

UM PROJETO ILUSTRADO PARA A NATUREZA DAS COLÔNIAS

Nos finais do século XVII e ao longo do século XVIII, é possível observar nas principais monarquias europeias transformações na relação entre o Estado e o conhecimento científico. Aquele conjunto de técnicas e saberes que desde as publicações de Copérnico e Galileu se afastava dos métodos contemplativos e sistematizadores da escolástica, se destacou por sua aplicabilidade na realidade prática. Posteriormente, com as influências do

⁴⁶Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - victor.custodio@estudante.ufjf.br

Iluminismo, esse caráter prático se intensificou e as possibilidades de emprego político da ciência - como por exemplo, a partir da História Natural tornar mais rentável a exploração de determinados recursos naturais ou ainda, por meio da cartografia, delimitar de forma mais precisa as fronteiras entre os impérios - chamaram atenção daqueles governantes que protagonizavam os processos de centralização do poder monárquico e almejavam um maior controle sobre seus domínios e súditos. Como argumenta Antonio Lafuente, esse interesse foi ainda mais forte entre aquelas monarquias que constituíram ao longo da Idade Moderna colônias em outros continentes onde a natureza exótica e as populações diversificadas eram grandes desafios administrativos (Lafuente, 1987: 375-7). Assim, nos setecentos, a ciência deixou de ser uma atividade dos gabinetes nobiliárquicos de curiosidades para se tornar um instrumento solucionador de problemas práticos relativos principalmente ao desenvolvimento econômico e da administração das conquistas ultramarinas.

Ainda segundo Lafuente, o fenômeno estava associado a outros dois processos. O primeiro é a internacionalização da ciência que também pode ser lido como a tentativa de encontrar um sistema de medidas universal que possibilitasse a troca de observações científicas proveniente de diferentes lugares e culturas. Essa internacionalização não implicava somente na transposição de certos limites conceituais acadêmicos, mas também na ultrapassagem dos limites geográficos e na exploração de novos continentes e oceanos. Já o segundo processo envolvia fortalecer a recém-adotada lógica baseada na geometria em contraste com a lógica escolástica, incentivando um compromisso mais profundo da ciência com a realidade imediata. Ambos os processos implicavam custos financeiros e políticos consideráveis e, por isso, exigiam um apoio consistente do Estado que passou naquele momento a atuar para a formação dos recursos humanos e tecnológicos necessários. Nesse sentido, diversas das monarquias tradicionais passaram por movimentos reformadores nos quais os governantes atuaram ativamente para a renovação ou criação de instituições de ensino, secretarias especializadas na coordenação de viagens de exploração científica e centros de pesquisa como academias, jardins botânicos e museus.

Uma dessas monarquias foi a portuguesa que no século XVIII também desenvolveu uma relação mutualística com a ciência ilustrada. Contudo, apesar do cenário cultural e intelectual distinto do reinado joanino⁴⁷, foi somente após a coroação de D. José I que essa relação ganhou força institucional significativa. Mais especificamente, foi a partir da atuação de José Sebastião de Carvalho e Melo, principal ministro da coroa após 1755, que se iniciou uma série de reformas políticas, econômicas e pedagógicas marcadas pelo fortalecimento da figura del-Rei e da utilização dos preceitos da razão ilustrada nas novas estratégias administrativas.

As *reformas pombalinas*, como são referenciadas por uma vasta historiografia, também tiveram como característica a instrumentalização da ciência pelo Estado português a fim de melhor conhecer e controlar a natureza e população dos vastos domínios imperiais. Tal

⁴⁷ D. João V tomou algumas posições que facilitaram, embora que de forma tímida, a entrada do pensamento ilustrado nas redes letradas portuguesas, como a criação da Academia Real da História Portuguesa em 1720 e o apoio político e financeiro à Congregação do Oratório de São Felipe de Nery. Para estudos mais detalhados sobre a temática Cf: (Mota, 2003 e Cidade, 1968)

interesse fica evidente pelos esforços no estabelecimento do Real Museu e do Jardim Botânico, anexos ao Palácio Real da Ajuda, em Lisboa, em 1768 e na reforma da Universidade de Coimbra em 1772 que alinhou os currículos universitários aos saberes e métodos das Luzes. Com a criação e renovação dessas instituições, a monarquia lusa passou a deter tanto a tecnologia necessária para a produção do conhecimento científico quanto os meios pedagógicos para formar profissionais que por sua vez atuavam a serviço del-Rei nesta empreitada.

Se destaca nesse contexto o projeto de produção da História Natural das Colônias encabeçado pelo naturalista italiano Domenico Vandelli. Discípulo do suéco Carlos Lineu, Vandelli se estabeleceu em Portugal a convite de Carvalho e Melo para o auxílio na organização do Museu de História Natural e do Jardim Botânico e mais tarde para a ocupação da cadeira de História Natural na Universidade de Coimbra. Segundo a historiadora Ermelinda Pataca, o projeto consistia na coleta, estudo e representação de produtos naturais advindos dos diferentes domínios do ultramar português (Pataca, 2011: 125-6) e tinha como objetivo investigar outras possibilidades de exploração dos recursos coloniais como, por exemplo, inovações na agricultura a partir do cultivo de espécies vegetais alternativas, ou a descoberta de novas jazidas de metais preciosos.

A produção ambiciosa de uma História Natural que abrangesse as possessões americanas tal como idealizada por Vandelli enfrentou muitos desafios financeiros, administrativos e políticos o que resultou na sua não realização. Contudo o projeto certamente influenciou as viagens científicas das últimas décadas do século e consequentemente toda a produção de conhecimento sobre o Império Português. Além de indicar as diretrizes da investigação sobre as potencialidades econômicas das conquistas, as operações elaboradas na metrópole orientaram uma complexa rede de produção intelectual em formação.

Contudo, essa rede não era formada somente por naturalistas, engenheiros cartógrafos e matemáticos formados em Coimbra ou nas distintas universidades do velho mundo. De acordo com a historiadora Ângela Domingues, indivíduos de todas as partes do império, de variadas origens e formações exerciam importante papel no enriquecimento das coleções do Real Gabinete, do Jardim Botânico da Ajuda e da Academia das Ciências (Domingues, 2001: 824). Esses sujeitos, cada um com seus interesses, enviavam informações variadas para os órgãos administrativos centrais de Lisboa. Vale destacar que esses dados não se restringiam apenas a registros textuais, mas também consistiam em cartas geográficas, ilustrações, amostras de minerais, sementes, espécimes de plantas e até mesmo de animais.

No centro dessa rede se encontrava a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Fundado em 1736, o órgão, que funcionava como um intermediário entre a coroa e a burocracia colonial, se tornou o principal setor responsável pelo comando das investigações científicas no espaço colonial (Raminelli, 2008: 62). Era do secretário que partiam as diretivas para a coleta de dados aos vice-reis e governadores de capitanias, estes por sua vez e em conjunto com outros funcionários, endereçavam de volta à secretária. Nos casos das expedições científicas, era função desse órgão a determinação das áreas a serem exploradas, dos percursos das viagens, do tempo de atividade, assim como a liberação de licenças para a visita de fronteiras, minas e rios. Além disso, era à secretaria que os cientistas viajantes

recorriam se fossem necessários o auxílio dos governadores das capitânias. Portanto, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar tornou-se o efetivo patrono e coordenador da ciência portuguesa superando, nesse sentido, até mesmo as instruções e orientações de Vandelli.

Importante destacar que o paradigma administrativo ilustrado e a produção científica sobre os domínios ultramarinos não foram interrompidos com a morte de D. José I e a saída do Marquês de Pombal do poder, tendo na verdade ganhado mais força nos anos seguintes e se incorporado ainda mais no aparelho burocrático imperial. Assim, no final dos setecentos, o Estado havia se consolidado como o grande mecenas da ciência e, por esse motivo, os estudos e análises deveriam ter um caráter utilitário e prático que colocasse o desenvolvimento português em primeiro plano. Nesse cenário, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar orientava a ampla rede de sujeitos e instituições para um melhor domínio das fronteiras e dos recursos naturais dos domínios em Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América, território onde estava, durante o século XVIII, a maior parte dos rendimentos imperiais.

No entanto, apesar das diretrizes transmitidas pela secretaria aos vice-reis, governadores e demais autoridades locais serem as mesmas, cada região colonial se encontrava numa posição diferenciada no projeto ilustrado. Um caso muito distinto é o da capitania de Minas Gerais no Brasil, devido à relevância econômica que ela ocupou desde finais do século XVII com o início da mineração de metais preciosos, mas sobretudo pelo declínio que essa mesma atividade se encontrou a partir de 1750. Se entre 1730 e 1750, houve um pico na produção de ouro extraído da capitania, após esse período, a quantidade de ouro coletada diminuiu consideravelmente. Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, em 1750, foram arrecadados 1.839,3 quilogramas de ouro, mas esse número diminuiu para 607,9 quilogramas até 1791. Em 1763, ocorreu o último ano em que a quantidade anual de ouro coletada atingiu 100 arrobas na região e durante o período da década de 1770 até o início do século seguinte, a coleta média anual de ouro ficou em torno apenas de 30 arrobas (Souza, 1982: 43-49).

Por muito tempo na historiografia, essa queda da produção aurífera foi interpretada como a decadência econômica geral da capitania mineira que seria solucionada só no século XIX a partir do desenvolvimento das fazendas de café. Contudo, como demonstrou a historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida, a crise da mineração na verdade aguçou a diversificação produtiva que já ocorria desde o início da ocupação daquelas terras, sendo a atividade agropastoril suficiente para sustentar a sociedade local, mesmo com o fim do *fausto* (Almeida, 1994: 49). Apesar disso, sob os olhos da Coroa, o declínio da coleta do quinto ainda representava um problema grave e deveria ser solucionado rapidamente através dos novos saberes e tecnologias desenvolvidas com as reformas ilustradas. Não demorou muito para que a elite letrada portuguesa se atentasse para a natureza da capitania de Minas Gerais e começasse a argumentar que era preciso explorar de forma mais pragmática, não só as minas de ouro, prata e diamante, mas todos os recursos minerais, vegetais e animais. Nesse contexto, as regiões pouco povoadas e inexploradas pela colonização, ou seja, os sertões, também ganharam protagonismo nas memórias dos naturalistas da época.

Essa visão sobre o mundo natural da capitania fica muito bem explícita na memória do naturalista luso-mineiro José Vieira Couto publicada em 1801 pela Real Academia de Ciências de Lisboa. Essa obra foi resultado de viagens que o cientista fez pela capitania e de reflexões sobre as potencialidades econômicas dos recursos daquela região. Ao pensar sobre o aproveitamento que a Coroa poderia tirar das regiões pouco exploradas, Vieira Couto diz que “[...] a natureza não depositou com tanta fartura e mãos largas somente um veiro n'aquelle logar, antes elles serão bem communs, logo que uma vez forem explorados verdadeiramente estes desertos” (Couto, 1801: 71). É possível perceber neste pequeno trecho a concepção da abundância de riquezas naturais que só poderiam ser conhecidas e aproveitadas a partir dos esforços científicos. Simultaneamente, ao chamar de “desertos” aqueles sertões, o naturalista também evidencia o quão afastado aqueles espaços estão da *civilização* e por isso a urgência de ocupar e explorar tais terras marcadas, segundo a concepção da época, pela hostilidade da natureza e a barbaridade dos povos gentios⁴⁸.

Portanto, devido a essas concepções e à nova atenção que Minas Gerais ganhou no último quartel do século XVIII, a civilização dos sertões e a relação utilitária com os recursos naturais guiaram a produção científica sobre a região na época. Isso fica evidente, não só pelas memórias e diários dos naturalistas expedicionários, mas também pela comunicação política que envolvia diferentes poderes, indivíduos e instituições do Reino, mas sobretudo do cenário colonial. Como já foi destacado aqui, os circuitos de informação sobre o mundo natural dos domínios não estavam fechados aos letrados das Luzes, mas na verdade contavam com a colaboração de uma rede heterogênea de sujeitos. No caso específico dos estudos sobre as Minas Gerais, tal complexa dinâmica também era presente.

O objetivo deste trabalho é analisar como a produção do conhecimento científico se manifestava na correspondência entre governadores, funcionários ou até simples moradores da capitania do ouro e os pólos de poder do Reino. Mais especificamente, nos concentramos neste estudo no período de 1770 até 1808. Escolhemos essa baliza temporal pois em 1770 Martinho de Melo e Castro foi nomeado para o cargo de secretário de Estado da Marinha e Ultramar e a partir de sua atuação que o projeto para a coleta de dados científicos sobre a natureza dos domínios ultramarinos ficou mais robusto, como veremos adiante e 1808, pois é o ano da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro e com ela a vinda de alguns cientistas estrangeiros. Entendemos que a partir desse marco, devido à mudança da localização da sede do império e a presença de outros tipos de intelectuais, a dinâmica da produção do conhecimento científico se modificou. Quanto às fontes utilizadas, nos limitamos à documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino disponibilizada online pelo Projeto Resgate. Após uma leitura do índice de toda a documentação referente ao período selecionado, encontramos o total de 92 registros que se enquadram nas temáticas da produção e exploração científica. Dentre esses documentos estão cartas, ofícios, requerimentos, avisos e memórias emitidas por sujeitos e instituições das Minas Gerais e endereçadas a outros poderes da colônia e ao Reino. Tentaremos inicialmente realizar uma análise quantitativa para perceber quais as instâncias envolvidas e seus respectivos papéis no

⁴⁸ Em estudo sobre a ocupação do oeste mineiro, a historiadora Márcia Amantino explicitou como as regiões pouco conhecidas pelos poderes locais e reinóis eram vistos. Cf. (Amantino, 2008).

projeto imperial ilustrado, as temáticas mais recorrentes e como a comunicação política referente à produção científica se transformou ao longo do tempo. Ao longo deste estudo pretendemos atentar para algumas fontes que achamos interessantes e que tem o potencial de revelar aspectos da produção científica portuguesa da época. Assim, acreditamos contribuir para reflexões acerca dos poderes do Império Português dos finais dos setecentos e como esses se relacionavam com o mundo natural das colônias.

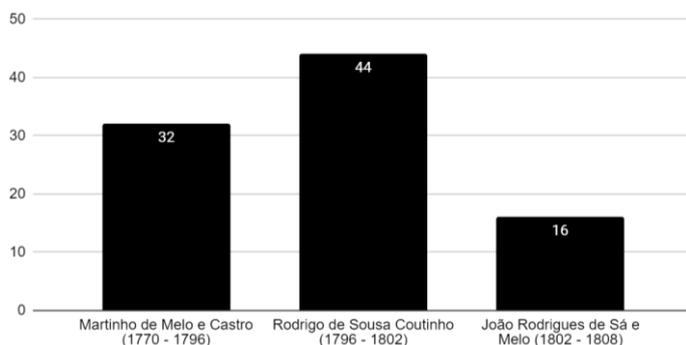
AS CORRESPONDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE A CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Para melhor interpretar a comunicação política referente à exploração científica da capitania de Minas Gerais entre 1770 e 1808 é interessante primeiro observar como a documentação se distribui ao longo do tempo, mais especificamente em relação a cada gestão dos três secretários de Estado da Marinha e Ultramar que ocuparam o cargo ao longo desse período. Como já mencionamos, a secretaria era central no projeto ilustrado imperial e funcionava como intermediário entre os centros de pesquisa de História Natural do Reino e os poderes locais das conquistas que auxiliavam na coleta de dados. O primeiro secretário que analisamos foi Martinho de Melo e Castro que atuou entre 1770 e 1796. Melo e Castro teve uma formação erudita inicialmente na Universidade de Évora onde se dedicou aos estudos de latinidade, filosofia e teologia. Mais tarde, em Coimbra, participou das aulas de direito canônico, graduando-se como bacharel em 1744. Não demorou muito para que começasse a servir el-Rei, primeiro como diplomata em Haia e Londres e posteriormente como secretário após a morte de Francisco Xavier Furtado de Mendonça⁴⁹.

Diferente de seu antecessor, Melo e Castro contou como uma sólida estrutura de produção do conhecimento científico fruto da criação do Real Museu e do Jardim Botânico e também das reformas pedagógicas na Universidade de Coimbra. Dessa forma, o interesse do secretário e as condições institucionais disponíveis permitiram que ele se tornasse o principal responsável pela geração de conhecimento e pelo envio de remessas oriundas do cenário colonial. Em suas pesquisas, o historiador Ronald Raminelli demonstrou de que forma Melo e Castro atuou ativamente não só na coordenação das viagens filosóficas aos espaços coloniais realizadas pelos naturalistas, mas também na convocação das autoridades das conquistas, sobretudo governadores das capitanias, para o enriquecimento das coleções de História Natural do Reino (Raminelli, 2008: 89). Mas, ainda segundo Raminelli, os poderes da colônia levaram um tempo para serem estimulados e se integrarem ao projeto ilustrado proposto pelo secretário. No caso da capitania de Minas Gerais, é possível observar esse caráter inicial da consolidação das redes de comunicação científica no Império Português, tendo em vista o baixo índice de correspondência encontrada referente ao primeiro período. Apesar dos esforços por parte da secretaria, os agentes locais enviaram apenas 32 correspondências no período de 26 anos, o que demonstra um relativo baixo índice de integração ao projeto de Melo e Castro.

⁴⁹ Após o falecimento de Francisco Xavier Furtado de Mendonça, retornou ao Reino para assumir o posto de secretário de Estado da Marinha e Ultramar, conforme estabelecido pelo Decreto de 4 de janeiro de 1770. (Valadares, 1997).

Distribuição da documentação entre as gestões dos três secretários (1770 - 1808)⁵⁰



Já na gestão de Rodrigo de Sousa Coutinho, os agentes da colônia se engajaram mais nos circuitos científicos sendo o período com maior incidência de informações enviadas da capitania mineira aos órgãos do Reino. Souza Coutinho, assim como seu antecessor, era um intelectual das luzes e reconhecia a importância da aplicação das ciências para a administração dos domínios. Ele estudou no colégio dos nobres e se formou na Universidade de Coimbra, além de ter atuado como diplomata na península itálica durante 17 anos. Foi membro ativo da Academia Real de Ciências onde publicou textos que expressavam seus intuítos quanto à modernização da economia portuguesa a partir do aproveitamento máximo e utilitário dos recursos naturais das colônias⁵¹. Sousa Coutinho também promoveu políticas que fortaleceram a dinâmica letrada como a criação do Observatório Real da Marinha, do Corpo de Engenheiros e da tipografia do Arco do Cego. Esta última tinha o objetivo de difundir a literatura técnico-científica produzida na época não só no Reino, mas sobretudo, nos domínios e entre os funcionários e representantes da periferia. Como demonstra Luís Miguel Carolino, o secretário tinha muita clareza da importância da atuação dos governadores e vice-reis e se esforçou através das reformas para incluí-los nas redes de circulação de informações (Carolino, 2014: 193).

Quanto à atuação de João Rodrigues de Sá e Melo, notamos uma queda no número de correspondências, contudo a proporção ainda é maior que no governo de Melo e Castro se considerarmos a duração das duas gestões. Sá e Melo, ou Visconde de Anadia, também era um erudito, atuou como embaixador em Berlim e se tornou membro da Real Academia de Ciência. Mas, diferente de seus antecessores, ele não publicou tantos textos e não escreveu sobre um projeto de reconhecimento científico das conquistas, o que pode denotar um menor empenho nas dinâmicas científicas ilustradas que resultou na diminuição de documentos enviados da colônia. De todo modo, sujeitos e instituições da capitania de Minas Gerais ainda enviaram ao Reino algumas leituras sobre a natureza que não podem ser desconsideradas.

⁵⁰ Dados referentes a um banco de dados construído a partir da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate - Minas Gerais

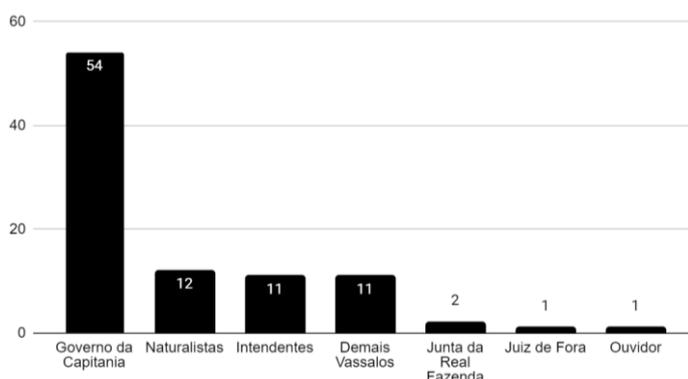
⁵¹ Exemplo desses trabalhos é a obra “*Textos políticos, econômicos e financeiros*” onde Sousa Coutinho expressa a importância do Brasil para o império português “pelo que pode ser, tirando da sua extensão, situação e fertilidade todos os partidos que a natureza nos oferece” (Sousa Coutinho, 1797).

Logo, levou tempo para a consolidação de uma comunicação científica de Minas Gerais aos espaços do Reino. Isso porque, o interesse do secretário e a participação ativa dos agentes do espaço colonial na dinâmica ilustrada eram componentes igualmente importantes para a circulação de um maior volume de informações sobre o espaço natural da capitania. Mas quem eram os agentes que enviavam os dados que alimentariam os jardins, museus e reflexões dos naturalistas reinóis? E o que de fato motivava esses agentes a participarem do projeto proposto e estimulado pela secretaria?

Ao elencarmos os agentes emissores, notamos um protagonismo do governo da capitania o que é coerente com as diretrizes da secretaria que via esses funcionários como principais peças no processo de melhor reconhecimento e controle sobre as conquistas. Detentor de uma ampla influência nas redes de sociabilidades locais e na posição de representante del-Rei na capitania, o governador de Minas Gerais possuía os meios financeiros e jurídicos para possibilitar as investigações científicas.

Por outro lado, ao integrar o projeto ilustrado, através do envio de notícias, ou de amostras minerais, de plantas e de animais, o governador se aproximava mais do poder central e garantia maior prestígio político na malha imperial. Isso faz parte de uma dinâmica muito própria da racionalização administrativa que é a transformação do conhecimento técnico e científico em um ato de serviço à Coroa. Em retorno por tais informações, tão valiosas para a modernização da economia e defesa das fronteiras do império, o monarca retribuiria a serventia de seus vassallos em forma de mercês, cargos e demais benesses.

Agentes emissores da documentação⁵²



Como bem descreveu Ronald Raminelli, o saber se tornou uma moeda de troca e a ilustração entrou em consonância com tradicionais práticas do Antigo Regime (Raminelli, 2008: 137). Dessa forma, quando Luís da Cunha Meneses enviou uma carta informando sobre a Martinho de Melo e Castro sobre a descoberta de um esqueleto ósseo de grandes proporções⁵³ ou o Visconde de Barbacena remeteu quatro caixas de produtos minerais e

⁵² Dados referentes a um banco de dados construído a partir da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate - Minas Gerais

⁵³ AHU, Minas Gerais, Caixa 123, Doc. 89

vegetais a Rodrigo de Sousa Coutinho⁵⁴, os governadores não estavam atuando como simples vassalo obedientes, mas visavam ganhos para o governo da capitania ou simplesmente ganhos pessoais.

Todavia, não foram os governadores os únicos a participar da dinâmica ilustrada do saber como meio de alcançar prestígios. Como notamos no gráfico, 12 documentos partiram diretamente de naturalistas, ou seja, de intelectuais que possuíam instrumentos metodológicos advindos da ciência e filosofia modernas e tinham a incumbência de descrever e interpretar, a partir dos conhecimentos das Luzes, a natureza da capitania. Os naturalistas que aparecem na documentação são Alexandre Rodrigues Ferreira, Joaquim Veloso de Miranda, José Vieira Couto e Francisco de Paula Vieira. Todos estes se formaram em filosofia natural ou matemática na Universidade de Coimbra reformada e se direcionaram ao espaço colonial para participar das viagens filosóficas. A correspondência que analisamos consiste em resultados dessas expedições em forma de notícias, diários e memórias que atestavam o leal serviço dos letrados e poderiam servir futuramente de justificativa para solicitações de mercês à Coroa.

Outros funcionários aparecem na documentação como é o caso de intendentess-gerais. Estes eram responsáveis pela gestão financeira e de infraestrutura no que envolvia a exploração de ouro ou diamante e a notável presença desses agentes na comunicação científica é justificada pelo lugar de destaque que a mineração tinha nas investigações sobre a natureza da capitania, haja vista o declínio da extração e a tentativa de resolução da problemática através do conhecimento ilustrado. A maioria da documentação produzida por esses agentes diz respeito ao envio de amostras de metais e cartas informando sobre técnicas de mineração praticadas nas lavras.

Em menor escala também estão presentes na documentação outros funcionários como o juiz de fora e o ouvidor e - dentro do grupo intitulado “demais vassalos”- militares, eclesiásticos ou simples moradores da capitania. No caso dos agentes de justiça e dos militares, que possuíam certo conhecimento erudito/técnico, a documentação consiste em demonstrações de aplicação dos saberes como cartas sobre possibilidades de implementação de diferentes culturas agrícolas⁵⁵ ou até mesmo planos de navegação de rios⁵⁶. Já os outros vassalos, apesar de estarem mais distantes da formação científica, não deixavam de se inserir nas dinâmicas do saber como moeda de troca. Nas fontes que analisamos, esses sujeitos aparecem afirmando à Corroa participação em descobertas de pedras preciosas ou serras de metais para a solicitação de ganhos. Um exemplo é um requerimento de um presbítero secular de Vila Real do Sabará, o padre Anastácio Gonçalves Pimentel, informando a respeito de um diamante achado nos “incultos sertões” próximos do rio Abaeté⁵⁷. O pároco oferecia sua descoberta à Rainha Dona Maria e pedia mercê em troca de seu serviço. Destarte, fica

⁵⁴ AHU, Minas Gerais, Caixa 134, Doc. 10402

⁵⁵ AHU, Minas Gerais, Caixa. 156, Doc. 84

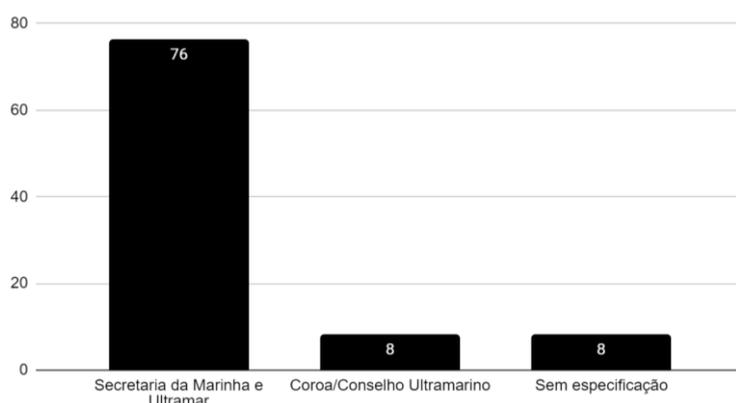
⁵⁶ AHU, Minas Gerais, Caixa 171, Doc. 12766

⁵⁷ AHU, Minas Gerais, Caixa 142, Doc 56

evidente não só a diversidade de indivíduos envolvidos nas redes de informações do projeto ilustrado, como também a integração daqueles na lógica do “saber como moeda de troca”.

Essas comunicações que traduziam a busca pelo reconhecimento dos serviços científicos eram destinadas em sua maioria à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar devido à sua centralidade nas dinâmicas ilustradas, que já exploramos neste trabalho.

Agentes receptores da documentação⁵⁸



Contudo, é possível observar alguns documentos que foram destinados ao Conselho Ultramarino e à própria figura régia. As correspondências são solicitações de mercê dos vassallos em razão de suas descobertas na capitania como é o caso do requerimento de Francisco Xavier de Almeida ao Conselho Ultramarino, solicitando cargos, dentre eles a serventia vitalícia do ofício de tabelião e escrivão da Câmara, em gratificação por ter sido um dos descobridores de um grande diamante⁵⁹. Ou ainda o pedido de promoção de patente militar de José Nogueira Duarte ao príncipe Regente D. João por ter descoberto e fabricado salitre⁶⁰. Esses exemplos demonstram que os vassallos tinham meios variados para demonstrar seus serviços ao poder reinol e angariar prestígio, apesar do caminho mais convencional ser a sobredita secretaria.

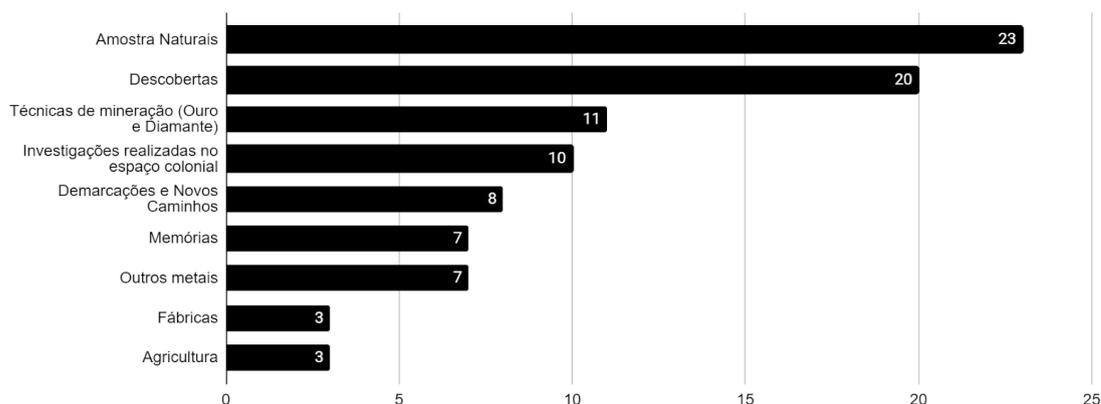
Outros aspectos interessantes sobre a dinâmica da comunicação política acerca da produção científica são revelados quando nos atentamos para as temáticas de cada documento. A maioria das correspondências diz respeito à comunicação de novidades descobertas sobre o mundo natural e ao envio de minerais, plantas, sementes e animais que se destinariam aos museus e jardins reinóis. Essas comunicações deixam em evidência o caráter utilitário da produção científica ilustrada tendo em vista que os súditos buscavam na natureza de Minas Gerais o que poderia servir de forma direta para a exploração econômica e modernização produtiva imperial.

⁵⁸ Dados referentes a um banco de dados construído a partir da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate - Minas Gerais

⁵⁹ AHU, Minas Gerais, Caixa 155, Doc. 11665

⁶⁰ AHU, Minas Gerais, Caixa 160, Doc.12058

Assuntos tratados na correspondência⁶¹



A maioria das descobertas e envio de amostras versam sobre o setor minerador e consistiam em tentativas de solucionar o declínio da atividade. Nesse sentido, foram enviadas à secretaria muitas notícias de jazidas de ouro e diamante ou de simples pedras preciosas que se destacavam pela sua raridade e dimensões como é o caso de uma carta do intendente-geral da Real Extração dos Diamantes, João da Rocha Dantas e Mendonça, que enviou uma carta a Martinho de Melo e Castro comunicando a descoberta de uma “*pedra de diamante de quatro oitavas e quatro vinténs e meio de peso*” na serra de Santo Antônio⁶². Contudo, havia outros aspectos da natureza de Minas Gerais que chamaram a atenção dos súditos e que eram de interesse dos ilustrados do Reino. Exemplo disso é uma carta do então governador da capitania Luís da Cunha Meneses na qual ele comunica a Melo e Castro sobre o despacho de três caixas com “tigres” de espécies diferentes⁶³. Os animais, que na verdade eram onças - uma pintada, uma de pelo preto e outra de pelo amarelado - foram enviados ao museu de história natural do Reino onde seriam estudados pelos naturalistas reinóis. O caso das três onças é emblemático para compreendermos a nova relação estabelecida entre homem e natureza nos finais do século XVIII. Segundo Laura de Mello e Souza, se no início da colonização as forças da natureza tais como as matas densas, os rios caudalosos e as feras selvagens, representavam um grande perigo, muitas das vezes associado a um imaginário místico, com o advento do pensamento científico iluminista, essas ameaças passaram gradualmente a não só serem controladas pelo homem como também se tornaram um meio de entender e domesticar o meio natural (Souza, 2022: 80). Portanto, ao remeter animais selvagens para o Reino onde seriam estudados e catalogados, o governador da capitania contribuía para uma nova etapa do domínio humano sobre o meio ambiente.

Outra temática muito recorrente é a descrição das práticas de exploração de ouro e diamante, que como vimos era em grande parte feita pelos intendentes-gerais. Contudo a mineração de outros metais também ganhou espaço na documentação, tendo em vista o

⁶¹ Dados referentes a um banco de dados construído a partir da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate - Minas Gerais

⁶² AHU, Minas Gerais, Caixa 115, Doc. 40 (1)

⁶³ AHU, Minas Gerais, Caixa 124, Doc 9805

objetivo de diversificação dos recursos naturais a serem extraídos da capitania. Em meio a essa documentação, a mineração do salitre é um dos assuntos mais presentes. A descoberta desse composto na capitania ganhou muita atenção sendo até mesmo tema de uma memória escrita pelo naturalista José Vieira Couto (Couto, 1809). A importância dada ao composto se devia ao seu valor estratégico, pois a partir do salitre era possível a produção de pólvora, tão importante para um império em constante expansão. Também percebemos o impulso de diversificação produtiva da capitania nos documentos referentes a instauração de fábricas e de novas culturas agrícolas tais como anil, mandioca, trigo, café e algodão.

Outras correspondências tratam de informações sobre as investigações que estavam sendo realizadas na capitania, ou seja, questões envolvendo a atividade dos naturalistas empregados pela coroa. Importante lembrar que as viagens científicas demandavam recursos do governo da capitania que deveriam ser relatados à instância da secretaria⁶⁴. Também era comum que o governador anunciasse ao poder central os resultados do empreendimento. Exemplo disso é a carta de Bernardo José de Lorena informando a João Rodrigues de Sá e Melo sobre o sucesso de uma exploração liderada por José Vieira Couto em “*lugares tão remotos e pouco conhecidos*”⁶⁵. Na correspondência em questão o governador dá detalhes dos custos e resultados da expedição e também relata quais os agentes nela envolvidos que mereciam reconhecimento pelos serviços prestados.

Por fim, existe também a correspondência relativa a realização de demarcações, desenho de mapas e abertura de novos caminhos. Essas atividades eram essenciais para um domínio mais efetivo e racional da natureza mineira, uma vez que projeções cartográficas permitem a visualização sistematizada das fronteiras, centros urbanos, jazidas, matas, presença de povos indígenas, dentre outras informações estratégicas. Reconhecer e mapear a capitania era, portanto, essencial no controle das populações, gestão de recursos e administração econômica. Além disso, encontramos alguns registros referentes às explorações e aberturas de caminhos realizadas nas localidades marginais aos rios Abaeté e Indaiá, rios da região interiorana central da capitania, e portanto pouco conhecidos e povoados. Segundo a documentação, eram regiões muito propícias para a exploração de diamantes, ouro e prata. Isso deixa evidente como a exploração científica na capitania de Minas Gerais, era atravessada pela concepção de ocupação dos “sertões”, que de acordo com a literatura da época eram locais bárbaros, não civilizados, mas com um grande potencial de exploração econômica.

Dessa forma, o exame da documentação nos revela a construção de um ambicioso projeto voltado para o entendimento e exploração dos recursos naturais na capitania de Minas Gerais. Essa empreitada buscava, por meio do conhecimento ilustrado, instrumentalizar esses

⁶⁴ Conforme Ronald Raminelli explica, embora os custos com a equipe de exploração fossem assumidos pela Real Fazenda, eram os governadores das capitanias que proviam os mantimentos, barcos, remadores indígenas e outros ajudantes. Além disso, os naturalistas também necessitavam da autorização das autoridades locais para explorar os territórios da colônia, especialmente as fronteiras e áreas abundantes em recursos naturais. (Raminelli, 2008, 139).

⁶⁵ AHU, Minas Gerais, Caixa. 161, Doc. 25 (1)

recursos em prol do desenvolvimento econômico do império. Sob a coordenação central da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, esse projeto dependia significativamente do interesse e da participação ativa dos agentes locais, principalmente do governador da capitania, mas também de uma miscelânea de vassalos, independentemente de seu nível de familiaridade com as ideias iluministas. Também vimos que a dinâmica de utilizar o saber como moeda de troca por privilégios foi crucial para integrar esses agentes. Essa política e as relações estabelecidas entre as instituições do Reino e os súditos da periferia fizeram com que a construção do conhecimento científico sobre a natureza da capitania fosse um processo multifacetado, envolvendo diversos sujeitos e instituições. Também fica em destaque o papel fundamental da exploração e ocupação dos sertões na dinâmica do projeto ilustrado para Minas Gerais. Estas áreas periféricas, longe dos centros urbanos consolidados, eram vistas como territórios a serem desbravados. Essa estratégia refletia não apenas uma busca por novas fontes de riqueza, mas também a intenção de consolidar e ampliar o domínio territorial, econômico e administrativo luso sobre essas regiões fronteiriças. Assim, a exploração e ocupação dos sertões se configuraram como pilares essenciais para a consecução dos objetivos do projeto ilustrado em Minas Gerais, alinhados à maximização do aproveitamento dos recursos naturais em prol do desenvolvimento do império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 1994.

AMANTINO, Márcia. O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais - século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008.

CAROLINO, Luís Miguel. "Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico". In: Gesteira, Heloisa Meireles; Carolino, Luís Miguel (Orgs.). Formas do Império. Ciência, Tecnologia e Política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. Paz e Guerra, Brasil, 2014. p. 191-225.

CIDADE, Hernani. Lições de cultura e literatura portuguesas. Coimbra: Coimbra Editora, 1968.

DOMINGUES, Ângela. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos." História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 8, 2001.

LAFUENTE, A. "Las expediciones científicas del setecientos y la nueva relación del científico en el Estado." Revista de Indias, v. 47, n. 180, 1987.

MOTA, Isabel Ferreira da. A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003.

PATACA, Ermelinda Moutinho. "Coletar, preparar, remeter, transportar-Práticas de História Natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808)." Revista Brasileira de História da Ciência, v. 4, 2011.

RAMINELLI, Ronald. Viagens Ultramarinas; monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. A sombra do poder. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa, 1997.

FONTES IMPRESSAS

COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais [1801]. Rio de Janeiro: IHGB, 1842.

_____ Memória sobre as salitreiras naturais de Monte Rorigo: maneira de as auxiliar por meio das artificiais; refinaria de nitrato de potássio, ou salitre [1803]. Rio de Janeiro: Imprensa régia, 1809.

SOUZA COUTINHO, D. Rodrigo de. "Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América", 1797. In: Textos Políticos, Econômicos e Financeiros, 1783-1811. Introdução e direção de edição de André Diniz da Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. Tomo II.

FONTES MANUSCRITAS

AHU, Minas Gerais, Caixa 115, Doc. 40 (1) [Carta de João da Rocha Dantas e Mendonça, intendente-geral da Extração dos Diamantes, dando conta a Martinho de Melo e Castro sobre a descoberta de uma pedra de diamante de quatro oitavas e quatro vinténs e meio de peso - 16/09/1779]

AHU, Minas Gerais, Caixa 123, Doc. 89 [Carta de Luís da Cunha Meneses, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta da descoberta de um esqueleto ósseo de grandes proporções - 26/08/1785]

AHU, Minas Gerais, Caixa 124, Doc 9805 [Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando ter remetido três caixas com tigres de espécies diferentes, destinados ao Real Museu, conforme as ordens da D. Maria I. - 26/02/1786]

AHU, Minas Gerais, Caixa 134, Doc. 10402 [Carta do Visconde de Barbacena, governador das Minas Gerais, enviando quatro caixas de produtos minerais e vegetais, e junto duas relações 12/06/1790]

AHU, Minas Gerais, Caixa 142, Doc 56 [Requerimento do pe. Anastácio Gonçalves Pimentel, presbítero secular de Vila Real do Sabará, informando a respeito da oferta à Rainha do diamante achado nos incultos sertões do Abaeté, pedindo por isso recompensa - 12/12/1796]

AHU, Minas Gerais, Caixa 155, Doc. 11665 [Requerimento de Francisco Xavier de Almeida, no qual pede a serventia vitalícia do ofício de tabelião e escrivão da Câmara, Almotacaria e Órfãos da Vila de Pitangui, Capitania das Minas Gerais, em compensação da contagem prometida como um dos descobridores do grande diamante - 12/12/1800]

AHU, Minas Gerais, Caixa 160, Doc.12058 [Requerimento de José Nogueira Duarte ao Príncipe Regente D. João para que se concedesse acesso a um dos postos maiores de Milícias ou a patente de sargento-mor do Regimento da Comarca do Sabará, como recompensa pelo serviço de descobrir e fabricar salitre - 1801]

AHU, Minas Gerais, Caixa 171, Doc. 12766 [Requerimento de João Damasceno do Reis Figueiredo Vidal, sargento-mor de Cavalaria da Comarca de Sabará, solicitando que seja examinado o plano por ele proposto para a navegação e comércio do rio Doce - 03/08/1804]

AHU, Minas Gerais, Caixa. 156, Doc. 84 [Ofício do Ouvidor José Gregório de Moraes Navarro Leme para o secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual dá conta da abolição do julgado de São Romão e sua anexação ao termo da vila do Paracatu do Príncipe; da promoção do cultivo da mandioca, trigo, café, algodão na Vila do Paracatu e do estado da população, agricultura e comercial no sertão desde o rio de São Francisco até à mesma vila - 27/02/1801]

AHU, Minas Gerais, Caixa. 161, Doc. 25 (1) [Carta de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para o Visconde de Anadia, informando sobre os resultados da expedição dos descobertos diamantinos e recomendando alguns nomes a serem recompensados pelo bom serviço desempenhado nesta diligência - 06/02/1802]

ST 1: Antiguidade e Medievo: possibilidades de diálogos (ONLINE)

Relatos de perdão: As feiticeiras portuguesas no reinado de Dom João II

Ismael da Silva Nunes⁶⁶

Resumo: A presente comunicação analisa as Cartas de Perdão da Chancelaria de Dom João II, investigando o tratamento dispensado pela justiça portuguesa às feiticeiras no século XV. Apesar de as Ordenações Afonsinas preverem a pena de morte para a feitiçaria, observamos que algumas mulheres acusadas conseguiram evitar essa punição, recebendo penas mais leves. Analisamos de maneira crítica, individual e minuciosamente as Cartas de Perdão de seis mulheres acusadas de praticar feitiçaria. Ao final, sustentamos a complexidade do sistema de penas substitutivas. Também buscamos evidenciar que, embora Portugal, quando comparado a outros reinos medievais, fosse mais brando na perseguição à feitiçaria, não se segue que se tratasse de um reino em que tais práticas fossem livres de penalidades.

Palavras chaves: Feitiçaria, Justiça Portuguesa e Cartas de Perdão.

Abstract: This presentation examines the Letters of Pardon from the Chancellery of Dom João II, investigating the treatment given by Portuguese justice to witches in the 15th century. Despite the Afonsine Ordinances foreseeing the death penalty for witchcraft, we observe that some accused women managed to avoid this punishment, receiving lighter sentences. We critically, individually, and meticulously analyze the Letters of Pardon from six women accused of practicing witchcraft. In conclusion, we argue for the complexity of the system of substitute penalties. We also seek to highlight that, although Portugal, when compared to other medieval kingdoms, was more lenient in the persecution of witchcraft, it does not follow that it was a realm where such practices were free from penalties.

Keywords: Witchcraft, Portugal, Letters of Pardon

Nessa breve exposição, meu objetivo é apresentar, por meio da análise de uma documentação chamada Cartas de Perdão, disponíveis na Chancelaria de Dom João II, como a justiça portuguesa quatrocentista lidava com as chamadas feiticeiras. Segundo as

⁶⁶ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Ordenações Afonsinas, a punição para a prática de feitiçaria devia ser a morte,⁶⁷ não obstante, notamos que algumas mulheres acusadas desse crime conseguiam se livrar da pena capital, comutando-a em uma pena mais branda. Essa substituição era possível pelo fato de que a prática jurídica do quatrocentos se equilibrava entre a pena e a misericórdia (NASCIMENTO, 2018).”. Como afirma Russell-Wood “a liberalidade, o gesto de dar era considerado, na cultura política do Antigo Regime, como virtude própria de reis, quer em Portugal, quer no resto da Europa Ocidental (1998, p. 15).” Dar o perdão total, ou comutativo, a um criminoso fazia parte das atribuições dos monarcas e compunha o leque das coisas que os reis podiam dar aos seus súditos.

Certamente que, ao conceder graças, o monarca não apenas expressava sua generosidade, mas também colhia benefícios substanciais. Como mencionado por Russell-Wood, abster-se de conceder favores representava um risco para a autoridade régia, devido ao ódio e à falta de apoio que poderia suscitar entre os súditos (1998). Quando o rei oferecia o perdão, revelava aos seus súditos uma faceta não apenas justa, mas também benevolente e misericordiosa, assemelhando-se à figura de Cristo. Além de o aproximar de seus súditos, retratando-o como um rei justo, porém benevolente, o perdão muitas vezes vinha acompanhado de penas substitutivas importante para a manutenção do reino, inclusive para a manutenção da própria caridade régia. Penas substitutivas como degredo ajudava com que áreas pouco povoadas, as quais ninguém quisesse ir, fossem gradativamente ocupadas por degredados; as penas pecuniárias ajudavam a manter a arca da piedade, instituição importante para a prática caritativa; o serviço militar ajudava com que as empreitadas do reino, sobretudo nos momentos de conquista fossem possíveis.

O rei, ao perdoar, exigia dos súditos arrependimento e emenda dos crimes cometidos. Quando Dom João II, por exemplo, concedia perdão a um súdito, tinha como objetivo que "daqui em diante ele viva bem e honestamente e não retorne mais ao mencionado pecado⁶⁸."

⁶⁷ Ordenações Afonsinas, Livro V, Título XXXXII Lê-se o seguinte “estabelecemos e pomos por lei em todo nosso reino e senhorio, que ninguém seja ousado, de qualquer estado ou condição que seja, que daqui em diante use de feitiçaria. O que for achado que dela usou, trazendo por ela morte, ou desonra, ou algum outro dano a outra pessoa, ou a seu estado e fazenda, mandamos que morra porem. (texto adaptado)

⁶⁸ Frase que pode ser lido em várias Cartas de Perdão. A título de exemplo, conferir A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Livro 22 89v-2º, ao dar o perdão a Fernão Martins, no ano de 1484, diz a carta que “E Nós vendo o que nos ele assi dizer e pedir enviou, se assi é como diz e i mais não há, e querendo-lhe fazer graça e mercê, Temos por bem e perdoamos-lhe o pecado passado que assi cometeu

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Era crucial que o súdito, ao articular suas estratégias argumentativas em busca do perdão, demonstrasse arrependimento, mesmo que, na realidade, não o sentisse. Esse processo de obtenção do perdão estava inserido em um sistema de valores no qual o súdito transitava de um passado de pecado para um presente de arrependimento, visando a um futuro de obediência e conformidade com as normas (NASCIMENTO, 2009).

É importante ressaltar que isso não implicava a ausência de casos de reincidência criminal. Em muitas ocasiões, o mesmo súdito recorria, por diversas motivações, ao mesmo tipo de crime. Isso era especialmente evidente nos casos de barregania clerical, nos quais abandonar o pecado/crime não dependia apenas da vontade do indivíduo, mas também das condições materiais, dado que essas mulheres de padres eram sustentadas por eles.

Assim, o perdão compunha uma parte importante do aparato jurídico do reino português quatrocentista e os súditos se valiam dessa possibilidade de acesso direto a misericórdia do rei para terem suas penas atenuadas. As feiticeiras também seguiram esse caminho. Mulheres acusadas de cometer feitiços surgiam nas cartas de perdão como personagens bastante interessantes. É difícil, porém, precisar se elas de fato eram feiticeiras, ou apenas mulheres comuns acusadas injustamente de tais crimes⁶⁹.

Um crime possui imputabilidade e peso diferenciado no tempo e no espaço. Isso significa que um mesmo crime, em momentos diferentes da história, foi visto de maneira diversa. Se hoje manifestações religiosas não cristãs são consideradas lícitas em Portugal, outrora, não era assim. Práticas religiosas em desacordo com a ortodoxia cristã eram vorazmente perseguidas. Essa perseguição não era capitaneada somente pelo braço religioso, ou seja, não era somente a Igreja que perseguiam os dissidentes, mas todo aparato do poder temporal. As imbricações entre a moral religiosa/cristã e os textos normativos laicos eram evidentes levando a conjugação de fatores e interesses comuns entre os poderes temporal e espiritual (NASCIMENTO 2021). Neste sentido, crime e pecado vão ser, em diversos momentos, entendidos como sinônimos. A justiça, entendida como “cousa celestial, e eviada per DEOS dos seus altos ceos aos Reix e Princepes em este mundo (Ordenações Afonsinas,

em ter por manceba a dita Lianor Eanes, contanto que daqui em diante ele viva bem e honestamente e não torne mais ao dito pecado.”

⁶⁹ Consultar os apontamentos feitos por Ginzburg acerca de documentações de confissões de feiticeiras em GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o sabá. SP: Cia das Letras, 1991.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Livro V, Título I)” instava que o rei não permitisse a proliferação do pecado sobre o reino. Assim, “se a justiça terrena se afastar da dos Céus, o criador fá-lo-á rudemente sentir sobre os súditos do reino desgovernado (DUARTE, 1993).”

É neste sentido que é incorreto supor que Portugal tenha escapado de perseguições à feitiçaria. O sistema jurídico português contemplava sanções para essas práticas e, embora os registros de mortes por temor às bruxas fossem menores em comparação com outras regiões europeias, ainda assim, ocorreram perseguições, impactando a vida de muitas mulheres que tiveram que reestruturar suas vidas diante desse cenário

Nessa nossa breve fala queremos apresentar seis mulheres que nos anos de 1487 a 1488 tiveram que buscar o perdão real por terem sido acusadas de feitiçaria. Leonor Afonso⁷⁰, Isabel Martins⁷¹, Leonor Pires⁷², Catarina Esteves⁷³, Inês Vasquês⁷⁴ e Maria Afonso⁷⁵ acorreram ao rei pedindo perdão por terem sido acusadas de feitiçaria. Todas foram perdoadas, porém tiveram que pagar penas pecuniárias nos valores que podem ser vistos no quadro a seguir

Nome	Ano	Agravante	Pena substitutiva
Leonor Afonso	1488	Sem Agravante	1000 reais
Isabel Martins	1488	Fuga de prisão	600 reais + 300 pelo agravante
Leonor Pires	1487	Sem agravante	400 reais
Catarina Esteves	1487	Alcoviteira e barregã	1500 reais
Inês Vasquês	1487	Barregã de clérigo e Fuga da prisão	1500 reais + 500 pelo agravante
Maria Afonso	1487	Sem agravante	400 reais

⁷⁰ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

⁷¹ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 33-1º

⁷² ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

⁷³ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 19, Fólio 29-29v

⁷⁴ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

⁷⁵ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

Para o contexto da época esses valores representavam quantias significativas e impactavam duramente a vida dessas mulheres. Todo o processo de aquisição do perdão régio era bastante oneroso. Era necessário que se redigisse uma carta de suplicação direcionada ao monarca, explicando detalhadamente o crime ocorrido. Essa carta também não era barata (DUARTE, 1993). Além disso, em muitos casos era preciso o perdão das partes envolvidas, o que poderia, também, gerar altos custos.

Assim, essas mulheres feiticeiras tinham que se organizar para adquirirem os valores necessários para a aquisição do perdão. O fato de ser pobre não impedia totalmente o acesso do perdão real. Mesmo em condições difíceis, os súditos faziam de tudo para conseguir pagar as despesas. “Principalmente entre os mais pobres, era comum e importante a existência de redes de apoio, para sobreviver em um tempo em que estar sozinho poderia não ser uma das melhores opções (NUNES, 2023: p. 286).”

Algumas mulheres em situação de pobreza praticavam feitiços em troca de bens e dinheiro. É o que Francisco Vasques acusou Leonor Afonso de fazer. Segundo ele, ela havia oferecido seus serviços de feiticeira para que desse um sumiço a um parente seu.

Um Francisco Vasques, barbeiro, querelara dela às nossas justiças dizendo que ela era feiticeira e que ela o convidara que ele lhe desse certas [cousas] e lhe faria feitiços contra um seu cunhado e que lhe mandasse catar aúdes e que lhe fazia que um ano não viesse o dito seu cunhado à dita vila morar.⁷⁶

Francisco Vaques aparentemente se sentiu ofendido e a acusou. Mas para além de se sentir ofendido, ele também pode ter ficado com medo da justiça, uma vez que ele pudesse ser acusado de solicitar serviço de uma feiticeira para promover o mal a outro homem. Leonor consegue o perdão do monarca pelo fato de que Francisco desiste de acusa-la: “o dito Francisco Vasques quereloso dera em resposta que a não queria acusar nem demandar⁷⁷”. Mesmo assim, o monarca, em troca do perdão, exige o pagamento de 1000 reais da acusada.

⁷⁶ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

⁷⁷ Ibidem

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Leonor Afonso não nega o crime de que foi acusada, ela somente busca o perdão manifestando seu arrependimento. Diferentemente, Leonor Pires, acusada de fazer feitiço para conquistar Pero Martins, homem solteiro, afirma que “pessoas que lhe bem não queriam a culpavam em devassas⁷⁸.” Essa afirmação, muito comum em cartas de perdão, embora não seja uma negação tácita de que tenha cometido o crime, manifesta um grau de desconfiança.

Leonor pires é perdoada com uma pena consideravelmente mais branda que Leonor Afonso, 400 reais, menos da metade. O porquê disso, conjecturamos que tenha a ver com o fato de que seu crime, diferentemente do da outra mulher, «não seguiu dano a alguma pessoa, como afirma...⁷⁹” Ou seja, ninguém foi atingido diretamente por sua prática de feitiçaria, o que levou a que o rei pesasse menos a sua mão.

Esse cenário se repete com Maria Afonso. Essa mulher foi abandonada pelo marido e “algumas pessoas que lhe mal queriam a culpavam” de ter feito feitiços para ter de volta o marido. O crime já havia ocorrido a 7 anos e em vários trabalhos temos lembrado o quanto a justiça do rei não prescrevia. Por esse motivo os súditos buscavam o perdão mesmo passados tantos anos. Maria Afonso consegue o perdão do rei “pois que a dita cousa não empecera a pessoa alguma, em caso que ela tal fizesse⁸⁰”. Novamente, a pena é 400 reais.

As variações nas penas substitutivas para os crimes de feitiçaria encontram sua justificativa nos agravantes associados ao delito. Contudo, nem sempre esses fatores agravantes são prontamente compreendidos pelos pesquisadores, uma vez que raras vezes eles são explicitamente delineados, demandando interpretação aprofundada nas fontes. Contudo, há situações em que esses agravantes são claramente identificados, como no caso das fugas de prisão, em que os valores associados a esse agravante são especificamente mencionados.

A fuga de prisão era algo bastante comum nesse contexto do quatrocentos. O sentido da existência das prisões não era, como nos dias de hoje, punitivo ou educativo, mas apenas preventivo. Normalmente se prendia um súdito para evitar que ele fugisse, ou que impedisse o andamento das investigações. Por esse motivo, não havia grandes investimentos em

⁷⁸ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

⁷⁹ Ibidem

⁸⁰ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

construções para essa finalidade (CAMPOS, 2020). Na maioria das vezes as prisões eram instaladas em casas abandonadas, ruínas, torres de castelos e, as vezes, na própria casa do carcereiro. Eram lugares insalubres e de difícil condição de vida (MEDEIROS).

Isabel Martins e Inês Vasques foram acusadas de cometer feitiçaria e chegaram a ser presa. Ambas fugiram da prisão e seus argumentos em busca do perdão visaram atenuar o crime dizendo que não causaram nenhum dano no ato de fuga. No relato de Inês encontramos afirmado o que se segue

E pendendo o dito feito per apelação em a nossa Casa do Cível perante os nossos ouvidores dela, ela viera a fugir do dito castelo onde assi jazia presa, sem quebrar ferros nem cadeia nem fazer outro algum dano, [somente] se saíra pela porta do dito castelo que estava aberta e assi fugira e se fora pera a dita vila d'Arronches⁸¹

Ao fugir, sem nada quebrar, posto que a porta estaria aberta, ela segue para uma vila. O monarca perdoa essa mulher pedindo em troca uma pena pecuniária de 1500 reais, mais 500 reais pela fuga de prisão. Quando comparado a Isabel Martins, que pagou somente 600 reais, mais 300 reais pela fuga da prisão, a pena de Inês pode ser considerada bem mais rigorosa. A explicação pode estar no fato de que Inês também era considerada, além de feiticeira, barregã de clérigo.

Catarina Esteves detentora da segunda carta mais onerosa, 1500 reais, era uma mulher acusada de inúmeros crimes. Feiticeira, alcoviteira, ladra de maridos, eis as acusações. Ela foi acusada por uma mulher de fazer feitiços para roubar-lhe o marido. Já um homem afirmava que ela era uma conhecida alcoviteira, mulher que cooptava boas moças para o serviço de mancebas e prostitutas. É, inclusive, mencionado um nome Inês Afonso, mulher de Fernão Gonçalves, a qual Catarina teria dado de dormir a um outro homem. A todas essas acusações ela se defende afirmando que difamaram dela, mas ao fim, o perdão é concedido pelo fato de que ela havia recebido o perdão de todas as partes envolvidas.

Embora a carta de Catarina apresente uma pena inferior à de Inês Vasques, é possível que o processo de aquisição desse perdão tenha sido bastante mais difícil, posto a quantidade de partes envolvidas as quais ela precisou adquirir o perdão. Neste sentido, salientamos que as Cartas de Perdão, embora ofereçam informações importantes, tem suas limitações. Supor o peso dos crimes por meio das penas substitutivas nem sempre é fácil. As nuances de cada

⁸¹ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

crime exigem um trabalho qualitativo e analítico, carta a carta. Aqui, os dados estatísticos, embora colaborem, não oferecem todas as respostas às perguntas suscitadas pela documentação.

Ao analisar essa documentação, percebemos que a presença de uma parte agravada, como no caso de Leonor Afonso, aparentemente influencia o aumento da pena substitutiva. É importante recordar que, nesse contexto, incumbia ao monarca assegurar o bem comum. Conforme apontado por Nascimento, a concessão do perdão estava integrada na estratégia de governo de D. João II, que reforçava a imagem do rei como mantenedor da ordem e do bem comum (2009). Ignorar, com toda a benevolência e perdão, as partes afetadas pelo crime seria uma abordagem que dificultaria a manutenção da paz e do bem comum pelo monarca.

Este estudo possibilitou constatar que, em Portugal, a prática da feitiçaria, mesmo quando não resultava diretamente em pena de morte, conforme previsto em documentos jurídicos como as Ordenações Afonsinas, ainda assim era passível de punição. Descrever o reino de Portugal como um refúgio seguro para as praticantes de feitiçaria seria uma interpretação equivocada, pois tal abordagem obscureceria narrativas de mulheres que enfrentaram perseguições e viram suas vidas afetadas sob o peso do medo, preconceito e misoginia.

Bibliografia

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 33-1º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 19, Fólio 29-29v

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

CAMPOS, Catarina - As cadeias e a justiça medieval portuguesa. In **Omni Tempore**: Atas dos Encontros da Primavera 2019. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020. pp. 55-85.

DUARTE, Luís Miguel. **Justiça e criminalidade no Portugal Medieval**. (1459 - 1481) 693f. Tese (Doutorado em História) Universidade do Porto, Porto. 1993.

MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Norma e prática**: Os papeis das mulheres no reinado de Dom João II (1481 a 1495). 2013. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do. Dom João II: Rei justo e misericordioso. v. 18, n. 1, p. 116 – 128, **OP SIS**. Catalão – GO: jan/jun 2018. Disponível em <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/47344> acessado em 07.07.2023.

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do. **O poder negociado**: os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de dom João II. 2009. 230 f., Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

NASCIMENTO, Denise. **Degredo**: Instrumento de punição e perdão no reinado de Dom João. In: SOUZA, Ana Beatriz Ramos; ACRUCHE, Hevelly Ferreira (Orgs.). História das Américas: apontamentos iniciais de ensino e pesquisas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

NUNES, Ismael da Silva. “Do que dorme com mulher casada por sua vontade:” Matrimônio cristão e o controle dos corpos nas Ordenações Afonsinas (1448). **Sacrilegens**. v. 20, n. 1, p. 283-302, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/41159/26280> acessado em 10.02.2024

ORDENAÇÕES Afonsinas. 2ª Ed. 5v. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1999.

RUSSELL-WOOD, J. A. R. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998, pp. 187-249

ST 02: História das Américas: um continente de tensões (PRESENCIAL)

A constituição de 1826: Interpretações sobre a independência do Peru e a constituição escrita por Simón Bolívar.

Mariana Moreira do Bem
Brandão Jaiderson Honório
Mazzine Afonso

Resumo: O presente artigo, busca analisar a independência do Peru, observando figuras importantes para esse processo, os generais Simón Bolívar e José San Martín. Durante a escrita foi dado um enfoque para o contexto histórico do Peru no momento de sua independência, nas transformações que ocorriam em torno do Peru e na Espanha, e na atuação dos generais. Por fim, ocorre o movimento de examinar a independência do Peru, a partir da constituição de 1826, feita por Simón Bolívar.

Palavras-chave: Independência do Peru; Simón Bolívar; José San Martín, Constituição de 1826;

Abstract: This article seeks to analyze Peru's independence, observing important figures for this process, generals Simón Bolívar and José San Martín. During the writing, a focus was given to the historical context of Peru at the time of its independence, the transformations that occurred around Peru and Spain, and the actions of the generals. Finally, there is the movement to examine Peru's independence from the constitution of 1826, made by Simón Bolívar.

Key Words: Independence of Peru; Simón Bolívar; José San Martín, Constitution of 1826;

Simón Bolívar, líder militar que atuou na independência de cinco países, da América latina,

enxergava uma América grande e devido a influência da independência das treze colônias e da revolução francesa foi inspirado a se revolucionar e a lutar contra a tirania dos conquistadores espanhóis. *Desejo, mais do que ninguém, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas que por sua liberdade e glória.* (BOLÍVAR, p. 67) O Novo Mundo, a América foi inventada pela Europa, as civilizações europeias despedaçaram o mundo que existia antes de sua chegada e o reconstruíram aos seus moldes, o processo de colonização e exploração forjou a América que conhecemos hoje. Uniram-se Africanos, povos originários e europeus, não se uniram da forma poética mas o envolvimento dessas culturas formaram a América, e a exploração e subalternização formaram a América latina. A América latina, por sua vez, se moldou a pretexto da sua mais rica força, o seu povo. América Latina, é um processo ainda inacabado, que é palco de muitos acontecimentos fervorosos, que perpassam por todos os países latinos, desde as independências sangrentas, as revoluções temerosas, a atuação de heróis libertadores e a insistência em resistir. A última independência da América Espanhola meridional a se concretizar foi a do Peru, uma independência dramática, assim como todas as independências latinas. A libertação do Peru, do controle Espanhol, pode ser considerada uma das mais difíceis independências, e possui a particularidade de ter sido empreendida por estrangeiros, como os generais Arenales, San Martín e Simón Bolívar. O Peru estava no meio das lutas pela independência, mas vivia um cenário diferente dos outros países, sofreu um árduo processo de manutenção da estabilidade estatal, com a reafirmação do poder conquistador por meio das reformas borbônicas e diversas ações para perpetuação do status quo. As intervenções espanholas para impedir que o Peru tivesse um movimento de emancipação forçou uma solidariedade continental em prol da libertação peruana. Para que a liberdade peruana fosse alcançada, a comoção para esse desfecho foi externa e teve a colaboração das circunstâncias a seu favor, afinal para a permanência da liberdade dos outros países em volta do Peru havia a necessidade de eliminação da presença militar espanhola no continente. Nesse cenário, os protagonistas da independência peruana, os líderes José San Martín e Simón Bolívar, se fizeram necessários e caminharam em direção às terras peruanas. Na Guerra da Independência peruana esses dois líderes militares sul-americanos, tiveram diferentes atuações, em diferentes momentos. Enquanto San Martín proclamou a independência em 28 de julho de 1821, Bolívar junto de seu exército lutou contra as forças espanholas, obtendo

sucesso apenas três anos depois. O desfecho da atuação dos generais após o conflito com os espanhóis foi a independência, que se institucionalizou com a constituição escrita por uma das frentes do processo independentista, o Simon Bolívar. Este artigo propõe examinar a independência do Peru, a partir da constituição de 1826, feita por Simon Bolívar. Mas para registro, é preciso ressaltar que o Peru não era um pária diante dos países vizinhos, e que o sentimento de libertação estava presente no país e gerou conflitos diretos contra os espanhóis. O Peru teve um dos maiores insurgentes da América, defensor dos nativos e que lutou contra a tirania e opressão espanhola, o Tupac Amaru II. Tupac Amaru II, último descendente Inca, extremamente consciente da condição dos povos primitivos desde a conquista do território pelos espanhóis, foi um dos precursores da independência hispano-americana, sendo também uma grande influência para outros insurgentes, em toda América latina, ele incentivou a luta contra o explorador/colonizador. A independência do Peru pode ser considerada concedida por ter sido alcançada por estrangeiros, mas o povo nativo, os originais donos do território peruano, não eram complacentes ao colonizador e em muitos momentos se mostraram contra a condição de explorado e lutaram por sua emancipação.

O Peru no prelúdio da sua independência e atuação de seus libertadores José San Martín e Simón Bolívar

Para que se inicie a análise da Independência peruana, a partir da constituição de 1826 formulada por Simon Bolívar, se faz necessário anteriormente, traçar os trâmites internos e internacionais no qual o então vice Reinado do Peru estava permeado, quais embates se encontravam nas discussões sobre emancipação da metrópole e a questão da sociedade peruana, sobretudo a limenha, em relação aos processos de libertação que eram empreendidos na América hispânica.

Toda sociedade está permeada pelos aspectos socio-culturais, políticos e econômicos que se desenrolam ao seu redor, assim foi a questão da América hispânica, no período das independências, considerando as circunstâncias. *Los años de la Emancipación, 1810-1824, corresponden cronológicamente a años de crisis y de revoluciones en España.* (BONILLA e SPALDING, 1980, p.21).

No final do século XVIII, o mundo experimentava uma época de profundas transformações, com

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

o processo de independência das treze colônias da América, em 1776, e posteriormente com a revolução francesa. Entre 1808 e 1824, a hispana américa também passava por essas transformações, devido a influência dos eventos do século XVIII, ou seja, influência das treze colônias da América do norte que haviam alcançado a independência e dos ideais iluministas da Revolução Francesa, que ecoavam em todo o mundo. A América conquistada pelos espanhóis ansiava a liberdade e desejava tirar o poder do seu colonizador, para centralizá-lo em seu território com novas formas administrativas. A condição no império espanhol colaborou para a independência de seus territórios conquistados. A metrópole perdia seus domínios porque vivenciava uma revolução liberal, perdia seu poder para uma nova liderança que assumiu o trono espanhol, em 1808, o que colaborou com o fim da dominação política exercida pela Espanha e a independência da américa-hispânica.

No caso do Peru, as questões da metrópole se mostram muito caras para analisar a adesão, ou a pouca adesão dos peruanos no movimento de independência de seu território, este que foi levado a cabo por *heróis libertadores* de fora do país.

O primeiro ponto vital das mudanças que levaram às independências nos territórios hispânicos foi a ascensão de Carlos III ao trono e com ele as reformas Bourbônicas foram empreendidas. Entre as reformas, as de ordem econômica se mostraram as problemáticas principais ao vice-reinado do Peru, já que a abertura dos portos espanhóis e coloniais fez com que o monopólio dos portos de Cadiz (Espanha) e Lima (Peru), perdessem sua importância na economia da colônia. Para além da abertura dos portos, a criação do vice-reino do Río de la Plata significou ao Peru perda de mercado interno e das minas de Potosí.

Quando pensamos no período que antecede as reformas bourbônicas, os criollos, filhos de espanhóis nascido na américa, gozavam de maior influência dentro de suas sociedades, mas após as reformas, dentre a questão do restabelecimento econômico da metrópole, buscou-se gradativamente diminuir a influência dos criollos em suas sociedades. Enquanto nos países vizinhos, a perda de poder das elites da terra desencadeou as lutas por independência, no Peru, as reformas limitaram a sociedade peruana e a atuação dos criollos. Contudo, mesmo com as limitações, o movimento em relação às reformas foi de reafirmação do pacto colonial, a fim de reconquistar a antiga influência das elites da criollas.

Além das reformas, como foi exposto brevemente acima, outro ponto de virada no vice-reino do Peru fora, no reinado de Fernando VII, foi a invasão do território da Espanha pelas tropas

francesas e a deposição do rei. O mundo experimentava profundas transformações, e as circunstâncias colaboraram com a independência das colônias espanholas, a Espanha precisava lidar com as pendências da metrópole e por consequência perdia seus domínios ultramarinos. Por conta da invasão, foram formadas Juntas de governo na Espanha e mais tarde na América. A chavesse fator se faz à medida que, nas colônias, tais juntas em primeiro momento, juraram lealdade a rei, porém logo se tornaram ferramentas para as reivindicações emancipacionistas.

Apesar da instalação de tais juntas no território hispano americano, em Lima, não houve uma relevante mobilização emancipacionista, no período, enquanto nos casos vizinhos se tornou um núcleo articulador das emancipações. Lima, tornou-se então uma verdadeira fortaleza dos interesses reais, articulando até mesmo forças para reprimir os movimentos que lutavam pela autonomia e formação de Estados livres. A importância da não existência de tais juntas emancipacionistas no território limenho e sua articulação contra as mesmas sugere uma discussão mais detalhada sobre o assunto, porém, para o intuito do presente artigo, estas ideias não são de vital importância, este assunto é mais bem desenvolvido por Bonilla e Spalding (1980, p.21) e por Scarelli (2021, p.71), autores de trabalhos que estudam o desenvolvimento da independência em Peru.

Podemos depreender então, a partir das informações, que o caso da elite crioula limenha se diferenciam das elites criollas do restante da América espanhola, isso se deve ao fato de que esta estava muito mais ligada às condições do período colonial, sofreu diversas intervenções para perpetuação do status quo e reformas anti-revolucionárias, e devido também a sua aproximação com a metrópole por meio de seu porto. Tal aproximação enfraqueceu os interesses independentistas dessa sociedade, o que viabilizou a mobilização externa, personificada pelos sujeitos históricos que permeiam o presente artigo, e que tornaram a independência peruana possível.

Enquanto no Peru havia resistência das elites criollas quanto às ideias emancipatórias, no restante da América hispânica levantes que conquistaram a independência ocorriam e muitos se consolidaram, acessando a liberdade. Nesse cenário, duas figuras já mencionadas, se destacaram, os generais, José San Martín e Simón Bolívar. Tais figuras atuaram na independência de países hispano Americanos, e o Peru estava no meio dos movimentos separatistas, o que atraiu os olhos dos líderes ao vice Reino peruano.

Voltando nosso enfoque a San Martín, o “*Protector del Perú*”, vindo pelo mar, desembarcou no Peru, mais especificamente Paracas em 1820. Quando chegou em Lima, reuniu-se em conferências com o Vice-Rei José de la Serna, onde debatiam uma saída pacífica para o conflito, para que assim, o vice-rei e as tropas realistas abandonassem Lima e se transferissem para Cusco (SCARELLI, 2021, p.72). Após tal acordo, San Martín e suas tropas entraram em Lima, e dessa forma foi proclamada a Independência do Peru, em 28 de julho de 1821. A partir disso, uma análise da atuação problemática de San Martín pode ser tecida, porque a proclamação de independência e o momento em que San Martín passou a ser considerado “*Protector del Perú*” converge com a sua atuação e com seus interesses, é conflituoso, ou pelo menos permite indagações o libertador e proclamador da independência defender a implementação de uma monarquia, como modo de governo para o novo peru, então independente.

Para além do problema da forma de governo, que fora resolvida após a “escolha” pelo modo republicano através do recém instalado Congresso Constituinte peruano, as insatisfações populares ocorreram devido medidas radicais como exílios e desapropriações contra os peninsulares e sobretudo pelo fato do exército de San Martín não conseguir derrotar as forças realistas. (SCARELLI, 2021, p.72) Após isto, San Martín deixou o poder nas mãos do Congresso Constituinte, e sua retirada resultou na regressão de sua conquista anterior, a partir disso as forças realistas utilizaram o momento para novamente ocupar Lima.

Nesse cenário, entra em cena o libertador Simón Bolívar, com esta situação armada, o Congresso Constituinte aceitou as condições de Bolívar para sua intervenção e lhe deu poderes ditatoriais. Mas com a chegada de Bolívar e seu exército, finalmente os soldados realistas foram derrotados. O primeiro ponto a se tomar sobre essa figura é a diferença de visão quanto a San-Martín, já que ele acreditava que a democracia era o único caminho para a liberdade e construção de uma nação. Ainda assim, apesar de suas diferenças, ambos compartilhavam da visão de que a educação das camadas sociais indígenas e negras eram necessárias para consolidar a independência, e também o fator abolicionista, sendo San-Martín o precursor da Lei do Ventre-Livre no Peru e o Bolívar ter firmado um “pacto” com o presidente haitiano onde ele iria libertar os escravizados dos territórios por ele libertos. (CIONE, 2020, p.186).

A independência do Peru e a constituição escrita por Simón Bolívar.

Simón Bolívar, como já exposto, foi líder de alguns processos de independência na América hispânica, atuando para formar Estados centralizados e autônomos. Bolívar, era um indivíduo pertencente a elite crioula e teve acesso a ideias revolucionárias, consciente em relação ao que vivenciava assumiu a luta separatista com ideias republicanas. O mesmo passou um período na Europa, por consequência foi influenciado pelo ideário iluminista, voltando a América para libertá-la. Bolívar é uma figura complexa, um indivíduo que transformou a América a ponto de receber a alcunha de libertador, mas é também um indivíduo marcado por contradições e atuações que precisam ser analisadas. Tal como, a sua atuação na independência peruana e a feição da constituição. *A Constituição elaborada por Simón Bolívar para o Peru em 1826 foi alvo de muitas críticas à época e, mesmo em debates jurídicos posteriores, deu espaço para análises bem duras contra o texto e seu elaborador (CIONE, 2020 P. 183)*

O Peru antes de sua independência, estava exposto ao extremo conservadorismo das oligarquias locais, as quais, nunca permitiram o desenvolvimento autóctone, a situação econômica dependia de exportações de base primária, e o Peru era dividido em latifúndio na costa e a mineração na serra. Uma colônia extremamente explorada, que sofreu inúmeras intervenções anti-revolucionárias, por exemplo, durante as independências na América, a metrópole reforçou seu controle imperial sobre a região. O que contribuiu para que o Peru tivesse a particularidade de ter tido sua independência concedida, mas a libertação do país em si foi uma obra extremamente árdua.

O Peru teve Simón Bolívar, mas também teve San Martín, para empreender sua independência. San Martín, acreditava como ideário de libertação, que *o melhor governo fosse o que proporcionasse alegria a quem o obedecesse*, e ao proclamar a independência intencionava institucionalizar uma monarquia no Peru, o que abriu caminho para que Simón Bolívar tomasse a frente do Peru. Esse que por sua vez escreveu uma constituição, que no artigo segundo estava escrito *Art. 2º. El Perú es, y será para siempre, independiente de toda dominación extranjera; y no puede ser patrimonio de ninguna persona ni familia.* (BOLÍVAR, 1826) e no sétimo artigo escreveu *Art. 7º.- El Gobierno del Perú es popular y representativo.* A constituição indicava muitas mudanças, assim como, a condição livre em

que o país se encontrava, e também por se encontrar em uma nova forma de governo, um governo popular representativo constitucionalizado.

No entanto, Bolívar, em sua famosa Carta da Jamaica, reconhecia que *em Lima os ricos não tolerarão a democracia, nem os escravos e mulatos libertos a aristocracia: os primeiros hão de preferir a tirania de um só homem*” (BOLÍVAR, 1992, p. 71). O seu desejo de uma América grande o levou a lutar pela independência de países da América do sul. Dessa forma, sua compreensão condicionou a manutenção da estabilidade estatal, se movendo para consolidar a independência e escrever uma constituição. Na redação da constituição Simón Bolívar parte dos seus ideais iluministas para fazer suas considerações jurídicas, mas suas concepções dialogavam com o terreno tipicamente militar, sendo possível encontrar diversas limitações em seus ideais republicanos, como quem era considerado cidadão e quem poderia participar das eleições.

Bolívar após a promulgação da constituição passa a ser alvo de críticas, e a institucionalização do governo representativo pode ser compreendido inicialmente como um fracasso da relação Estado-indivíduo, ainda que tivesse pretensões sociais. Bolívar pode ser visto como um déspota, ele lhe conferiu poderes despóticos, possivelmente pela compreensão de que não caberia na América Latina uma legislação totalmente democrática.

sinto que enquanto não centralizamos nossos governos americanos, os inimigos obterão as mais completas vantagens; seremos indefectivelmente envolvidos nos horrores das dissensões civis e conquistados vilipendiosamente por esse punhado de bandidos que infestam nossas comarcas. As eleições populares feitas pelos camponeses rudes e pelos intrigantes moradores das cidades acrescentam mais um obstáculo à prática da federação entre nós: os primeiros são tão ignorantes que votam maquinalmente e os outros tão ambiciosos que transformam tudo em facção. (...) O espírito de partido decidia tudo e, conseqüentemente, nos desorganizou mais do que o fariam as circunstâncias. Nossa divisão, e não as armas

espanholas, fez-nos voltar à escravidão (BOLÍVAR, 1992, p. 46. Apud CIONE, p.186).

Conclusão

Apesar das contradições diante da figura de Simón Bolívar, ele foi um agente das independências latinoamericanas, e ele desejava a grandeza da América. A América conquistada pelos espanhóis desejava a liberdade, e Bolívar foi uma ferramenta crucial para acabar com o poder do colonizador, e para centralizar o poder, em seus devidos territórios, com novas formas administrativas. A sua atuação foi o que culminou na independência do Peru, ainda que tenha sido uma independência concedida o Peru deseja ser livre, considerando movimentos insurgentes da história peruana.

A atuação de Bolívar, a defesa de um Estado mais centralizado, com o desfecho dos movimentos separatistas pelo *Libertador* foi pragmática. Na terceira década do século XVIII, ocorreram muitos confrontos inter-oligárquicos, o que possibilitou a impressão de que a América do sul precisasse de governos mais centralizados. Hipótese que não intenciona justificar as contradições. Além disso, pode ser tomado como luz que, Simón Bolívar, em suas considerações jurídicas possuía concepções políticas de um general, ainda que bebesse das ideias iluministas e lutasse pelo fim da exploração do colonizador.

Na carta da Jamaica, ainda que tenha escrito imerso a insatisfação, a esperança revolucionária era aparente. [...] *O sucesso coroará nossos esforços porque o destino das Américas fixou-se de maneira irrevogável; o laço que a unia a Espanha está cortado.* [...] (BOLÍVAR, p. 75) A escrita de uma constituição ainda que repleta de contradições é o coroamento dos esforços para libertar a América hispânica.

A história das independências da América são dramáticas, e Simón Bolívar é um sujeito complexo, que vêm sendo analisado nos estudos de América Latina para compreensão da mesma. O venezuelano, pertencente a uma elite crioula, foi influenciado pelas ideias iluministas, não conseguiu seu sonho de tornar a América grande, mas foi agente direto de sua transformação. *É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o novo mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo* (BOLÍVAR, p. 88). A sua atuação na libertação do Peru foi crucial para que o Peru se institucionalizasse como

um Estado Livre, e a redação da constituição ainda que com diversos problemas é um exemplo das grandes pretensões de Bolívar.

Referências bibliográficas

BOLÍVAR, Simón. Carta da Jamaica (1815). In: BELLOTO, Manoel; CORRÊA, Anna Maria Martínez (orgs.). Política. São Paulo: Editora Ática.

BONILLA, Heraclio; SPALDING, Karen Williams. La independencia en el Perú: las palabras y los hechos. In: BONILLA, Heraclio et al. La independencia en el Perú. 1981.

CIONE, Vinicius Melleu. A Constituição peruana de 1826. Revista Epistemologias do Sul, v. 4, n.1, p. 178-191, 2020.

GUTIÉRREZ, Antonio Escudeiro. Tupac Amaru II, sol vencido: ¿el primer precursor de la emancipación?. Araucária. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, p. 205-223, 2006.

SCARELLI, Rafael Dias. O Peru entre dois generais: San Martín e Bolívar no imaginário nacional peruano até o Primeiro Centenário (1821-1921). Revista USP, n. 130, p. 65-86, 2021.

Fonte: BOLÍVAR, Simón. A Constituição peruana de 1826.

A eleição da assembleia constituinte peruana (1978) em periódicos trotskistas brasileiros

Gabriel Lacerda Greggio⁸²

Resumo:

Este trabalho busca evidenciar quais expectativas circulavam entre trotskistas brasileiros sobre a abertura política do “*Gobierno Revolucionario de las Fuerzas Armadas*” peruano - iniciada com a eleição para a constituinte em 1978. Realizou-se a leitura comparada das páginas de conjuntura internacional do ano de 78 de “Versus”, “Em Tempo” e “O Trabalho”, disponíveis digitalmente nos arquivos do CEDEM-UNESP, Sérgio Buarque de Hollanda-FPA e no site de O Trabalho, respectivamente. Foi possível identificar abordagens variadas entre as publicações das correntes trotskistas sobre duas questões: (1) os motivos do sucesso eleitoral da Frente Operária, Camponesa, Estudantil e Popular (FOCEP); e (2) o problema da tutela militar durante a transição democrática.

Palavras-chave: Trotskismo, Imprensa alternativa, Assembleia constituinte

Abstract:

This work seeks to evidenciate what expectations circulated across brazilian trotskytes over the political transition of the peruvian “*Gobierno Revolucionario de las Fuerzas Armadas*” - which started with the election for the 1978 constitutional assembly. A comparative reading of the international situation articles published in 78 of the “Versus”, “Em Tempo” and “O Trabalho” publications, digitally available at the CEDEM-UNESP, Sergio Buarque de Hollanda-FPA and the O Trabalho websites, respectively. It was possible to identify varied approaches over two issues: (1) the reasons for the FOCEP’s (Labour, Peasant, Student and Popular Front) electoral success; and (2) the matter of military overview of the democratic transition.

⁸²Possui graduação em Licenciatura em História.
g.l.greggio.hist@gmail.com

Key Words: Trotskyism, Alternative media, Constituent assembly

1. Introdução

Em 4 de Junho de 1978, o Peru realizou as eleições para uma nova Assembleia Constituinte, que acompanharia o fim do regime de Morales Bermúdez. No vizinho Brasil, que também vivia um regime militar já em processo de desmoralização, foi em 1978 que a palavra de ordem “Abaixo a Ditadura” volta a ganhar as ruas - após os anos de reconstrução da oposição massacrada na luta armada -, impulsionando lutas sociais em todo o país.

No Peru, grupos trotskistas e maoístas se agrupavam na Frente Operária, Camponesa, Estudantil e Popular (FOCEP) e conquistavam cadeiras relevantes na Assembléia Constituinte. Ao mesmo tempo, no Brasil, há um processo de reorganização da esquerda, que se dava nos DCEs livres fundados, nas oposições sindicais e em torno dos jornais publicados por organizações clandestinas ou semi-clandestinas, culminando na construção de novas ferramentas de luta - como o PT e a CUT. É fácil deduzir como, nas diferenças e semelhanças, o Peru poderia ter sido visto como uma espécie de espelho das práticas políticas dos opositoristas e uma grande fonte de exemplos.

Esse ensaio se orienta por uma questão específica e limitada: “Nos textos veiculados em publicações ligadas ao trotskismo brasileiro no ano de 78, *quais eram as expectativas políticas sobre a abertura iniciada no Peru?*”

Para tal, realizou-se a leitura sistemática das seções internacionais dos seguintes jornais: (1) jornal O Trabalho⁸³, publicado pela Organização Socialista Internacionalista, seção brasileira do então Comitê Internacional para a Reconstrução da Quarta Internacional (CORQI); (2) jornal Em Tempo⁸⁴, heterogêneo (participavam dele membros do MR-8, MEP, Grupo Debate e outros), a partir do qual se fundaria a Democracia Socialista, Seção Brasileira do Secretariado Unificado da IV Internacional (SU) em 1979; e (3) Versus⁸⁵, que tornou-se

⁸³ Edições n.001 a 018 do Jornal O Trabalho, disponíveis em <https://otrabalho.org.br/memoria/>

⁸⁴ Edições n.0001 a n.0045, disponíveis em <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-em-tempo>

⁸⁵ Edições nº 18 a 27, disponíveis no acervo CEMAP da Unesp

publicação oficial da Convergência Socialista, ligada à Fração Bolchevique do mesmo SU. (KUCINSKI, B., 1991: 136).

Além de reivindicarem o legado bolchevique-leninista, os militantes por trás destes três jornais também tiveram papel na construção do PT. Assim, podemos contribuir, com esse exame, para a pesquisa atual sobre a história do trotskismo no Brasil e da oposição comunista à ditadura militar, assim como elaborar sobre o que o combativo movimento popular peruano dos anos 70 pode ter representado para os oposicionistas brasileiros.

A história do trotskismo brasileiro, desde os anos 80, vem sendo alvo de um trabalho louvável de resgate, em teses, artigos e obras como KAREPOVS e MARQUES NETO (2012; 2007), SILVA. (s/d), CASTRO (1993), COGGIOLA (2006). Com relação às organizações específicas em discussão aqui e ao problema da imprensa alternativa, podemos acrescentar CUPOLILLO (2018), MACEDO (2011), MIRANDA (2014), MENDES (2011), ANGELO (2007), FARIA (2005), KUCINSKI (1982; 2001). Na esfera internacional, BROUÉ (2007), ALEXANDER (1981) e MARIE (2009) fornecem abordagens sistemáticas que são de grande interesse sobre a história de Trotsky e do movimento que ele construiu. Com relação à história do Governo Revolucionário das Forças Armadas no Peru e, particularmente, da resistência popular durante esse regime, QUIJANO (2013), VASCONCELOS (2015) e STEPHENS (1983) oferecem explicações de grande valia.

2. A relação jornal-organização

Algumas especificações têm de ser feitas com relação às fontes selecionadas. A primeira, do caráter de cada periódico, é que as três têm relações diferentes com os movimentos socialistas dos quais seus editores faziam parte - mas, *mutatis mutandis* expressam uma linha política coerente com a prática de cada organização.

O jornal O Trabalho era, manifestamente, um jornal da Organização Socialista Internacionalista, assim, podemos atribuir diretamente suas escolhas editoriais às propostas políticas assumidas pelos trotskistas da OSI. No caso de Em Tempo, que era impulsionado por militantes de múltiplas organizações, a hegemonia era da linha que reivindicava o trotskismo. (ANGELO, 2007: 45-46) descreve bem os processos deliberativos no quadro dos acionistas do jornal; “os militantes trotskistas ficaram com a maioria dos votos no grupo dos acionistas A, que tinham o controle sobre a frente jornalística [o que] lhes permitiu, então,

definir a linha editorial do Em Tempo” Por fim, o caso do Versus, fundado originalmente por iniciativa de Marcos Faerman, é tomado pela Liga Operária, que usa do periódico para lançar a Convergência Socialista⁸⁶; Assim, também é justo dizer que as publicações em Versus ligam-se ao que pensavam e discutiam os morenistas brasileiros.

Uma segunda questão diz respeito às características mais gerais da publicação destes jornais: deles, ET era semanal, OT era (e ainda é) bissemanal e Versus era, efetivamente, bimensal; assim, a sensibilidade às mudanças de conjunturas são sentidas de forma diferenciada entre os periódicos. Com relação à Versus, é também mais robusto que os outros jornais avaliados, suas publicações tinham mais de 40 páginas e tinham uma elaboração estética ímpar. Concordando com Kucinski, era “um objeto bonito”.

Ao todo, foram 73 periódicos avaliados, sendo 18 de O Trabalho, 45 de Em Tempo e 10 de Versus. A primeira menção identificada à conjuntura peruana no período imediatamente pré-constituente se deu em Versus, no volume nº18, correspondente ao mês de fevereiro de 78; no mês de Março o tema aparece em Em Tempo e, em Maio, com o lançamento da edição nº1 de O Trabalho o tema já é comentado. Nestes 73 volumes, identificamos discussões sobre a situação política peruana em 26 deles; a maioria dos textos se concentra nos meses de Junho à Agosto, coincidente com a eleição para a constituinte.

3. Mobilizações políticas no duodécênio militar peruano

Os regimes de Velasco e Morales Bermúdez se diferenciam dos demais regimes militares que lhes eram contemporâneos em um elemento crucial: nestes governos elevou-se, sem qualquer momento significativo de arrefecimento, o grau de militância dos setores populares - seja por tentarem canalizar a mobilização como apoio, seja como efeito colateral de políticas sociais e econômicas de austeridade (STEPHENS, 1983: 1-4).

O Governo Revolucionário das Forças Armadas tinha uma composição política heterogênea, com setores proclamados de esquerda, professando um “socialismo-humanismo”; no Centro de Altos Estudos Militares, a concepção dominante, no início, associava segurança nacional ao desenvolvimento de políticas nacionalistas e desenvolvimentistas (VASCONCELOS, 2015: 136). Durante a sua primeira fase, o regime

⁸⁶ conforme KUCINSKI, 2001: 134-139

desenvolve uma política de mobilização social - o SINAMOS -, favorece o desenvolvimento de cooperativas, realiza uma reforma agrária e oficializa o Quéchuá como língua oficial. Com a crise internacional do petróleo, e após uma série de acordos com o FMI, se inicia uma virada autoritária e uma política de austeridade, mais típica de regimes militares como o chileno. O governo de Morales Bermúdez, segunda fase do regime, inicia em 75 e é forçado rapidamente a chamar a abertura política diante de greves gerais sistemáticas.

Em “La industria nacionalizada y la administración obrera” (TROTSKY, 2007: n.p.) apresenta a noção de *bonapartismo sui generis*; ele afirma que, em função da debilidade social da burguesia dos países “industrialmente atrasados”, os governos de tipo bonapartista ou se convertem em ferramenta do capital internacional, estabelecendo uma ditadura policial, ou manobra “*con el proletariado, llegando incluso a hacerle concesiones, ganando de este modo la posibilidad de disponer de cierta libertad en relación a los capitalistas extranjeros*”. Essa chave explicativa foi desenvolvida a partir da caracterização do governo Cárdenas no México e conserva sua utilidade diante do nosso objeto.

A relação da primeira fase do regime com os movimentos sociais era inconstante, fruto das disputas internas; ao mesmo tempo que o regime buscava apoio na mobilização social, expressava intenções de acabar com a atividade militante das classes. Simbólico disso é o estabelecimento das *Comunidades Industriales*, determinando que médias e grandes empresas destinassem 25% de seus lucros a um fundo comum dos trabalhadores da empresa.

La expectativa oficialmente expresada era la de que los trabajadores empezarían a identificarse como copropietarios de la empresa y en consecuencia se abstendrían de la acción militante, lo cual haría superflua la presencia de los sindicatos y conduciría a su ‘extinción’ (STEPHENS, 1983: 13)

O resultado da política foi o oposto: enquanto os industriais passaram a usar de todo tipo de maquiagem contábil e manobra administrativa para reduzir artificialmente os lucros oficiais, os trabalhadores sentiam um impulso ainda maior para reivindicar seus direitos e, conseqüentemente, sindicalizavam-se mais. Longe de reduzir as divisões de classe, a política das CIs dá condições pro desenvolvimento da luta de classes em um novo patamar.

Outros elementos indicados por Stephens que contribuíram para as crescentes mobilizações operárias no duodécênio militar são (1) o estabelecimento de uma central sindical oficial (a CTRP), estreitando as vias de negociação dos sindicatos tradicionais com

o governo; e (2) a decepção dos trabalhadores com o imobilismo da CNT aprista, que fortalece uma postura mais combativa, encabeçada pela CTGP - apesar de ser ligada ao PCP-U (pró-soviético), que tinha uma linha de apoio ao governo. O artigo indica que, entre 1968 e 1978, o total de sindicatos aumenta em 96%; só entre 1970 e 76, a sindicalização cresceu 21% nas empresas com 20 a 49 funcionários (de 4% para 25%) e 51% nas empresas de 50 a 99 funcionários (de 23% para 74%), demonstrando um processo de espalhamento da atividade sindical em praticamente todos os níveis; também se registra o aumento das greves durante esse período.

Assim, as intenções professadas, de desenvolvimento nacional atrelado à paz social entre as classes, não puderam ser realizadas. A virada, na segunda fase, para uma política de austeridade foi prontamente enfrentada pelo “Paro Nacional” de 19 de Julho, em 77, e pelo menos duas outras greves gerais em sequência. A greve geral representa o grau de amadurecimento das forças do movimento operário de então, ao mesmo tempo que marca a abertura de uma nova situação (QUIJANO, 2013: 27). Na década seguinte ao Paro Nacional, dez novas greves gerais foram realizadas.

No período imediatamente anterior à greve geral, o governismo do PCP-U repercutiu na direção da CGTP (QUIJANO, 2013: 35). Pressionados pela adesão da base, as direções comunistas fizeram um giro de última hora e aderiram ao movimento, que havia sido iniciado por fora das organizações tradicionais e organizado através de um *Comando Unitário de Luchas*. As frustrações de amplos setores com suas direções tradicionais (fosse a APRA, fosse o PCP-U) criaram o caldo político sobre o qual as organizações da mal chamada “ultraesquerda” - trotskistas, maoístas e militantes de outras orientações - cresceram. Com o paro nacional, a desmoralização do governo torna inviável a sua continuidade. É a prova máxima de que o regime não conseguiria nem canalizar, nem diminuir pela violência a atividade política das classes subalternas. É sob esse desenvolvimento político que se chega, em 78, às eleições para a Assembleia Constituinte.

O resultado das eleições (STEPHENS, 1983: 8), ponto final deste balanço histórico, resulta em 33,8% dos votos nos diversos agrupamentos de esquerda; a FOCEP (Frente Obrero

Campesino Estudiantil Popular)⁸⁷ consegue 12,3% dos votos, se tornando a maior força da esquerda; o PCP-U e o PSR⁸⁸ levam 5,9% e 6,6% dos votos, respectivamente; os outros 9% dos votos são divididos entre a maoista UDP (Unidad Democrática Popular) e a FNTC (Frente Nacional de Trabajadores y Campesinos). É notável também que o tradicional APRA, se mantém: 35,3% dos votos vão para os deputados constituintes apistas. A manutenção proporcional dos votos da APRA vem em um contexto onde, se há um crescimento notável da esquerda (em 62 a esquerda, ao todo, havia levado apenas 3,5% do eleitorado), há também uma erosão dos partidos de direita (UNO) e a AP, de centro, não participa das eleições.

4. Legado bolchevique-leninista e alinhamentos internacionais

Em 1930, foi publicada a primeira edição de “A Luta de Classe”, primeiro jornal da oposição de esquerda internacional, a partir do qual se consolida o trotskismo. Conduzido pela Liga Comunista (inicialmente “fração externa” do PCB, depois uma organização própria), cujo nome mais reconhecível é o de Mário Pedrosa - membro fundador da 4ª Internacional, em 1938, considerado o filiado nº1 do Partido dos Trabalhadores (MARQUES NETO, 2001: 161).

A história do trotskismo brasileiro se liga, desde o princípio, com os desenvolvimentos internacionais do movimento operário, apropriando-se e elaborando sobre divergências táticas e estratégicas. No campo bolchevique-leninista, há uma longa trajetória de rachas, que se avolumaram no pós-segunda guerra. A perseguição política leva ao assassinato e afastamento de boa parte dos militantes mais experientes, produzindo uma Quarta Internacional com uma direção política jovem e fragilizada; do ponto de vista teórico, fenômenos como a segunda guerra mundial e o aparecimento de novas revoluções sociais (Chinesa e Cubana, p.ex.) colocam questões inéditas, e as respostas não foram uniformes. (ALEXANDER, 1991: 12-13).

Até 1979, as disputas sobre o legado bolchevique-leninista se apresentavam, para os nossos interesses, em torno de duas internacionais - o SU e o CORQI, cujas seções nacionais

⁸⁷ Formada pelo PST (Partido Socialista de los Trabajadores, que estabeleceria relações com o partido homônimo argentino), PCP-Bandera Roja (maoista) e POMR (Partido Obrero Marxista Revolucionario, membro do CORQI)

⁸⁸ Partido Socialista Revolucionário, formado por ex-burocratas do período do SINAMOS

brasileiras e peruanas já foram identificadas na primeira seção deste artigo. É sobre este pano de fundo que partimos para compreender as posições presentes nas fontes.

5. As fontes

5.1. *Versus*

No *Versus* nº18, de Fevereiro de 78, publicou-se uma entrevista de quatro páginas com Hugo Neira, ex-diretor do SINAMOS, alinhado ao velasquismo de esquerda que se organizava nos marcos do PSR. A abordagem do *Versus* se dá, frequentemente, em formato de entrevistas dificulta caracterizar uma linha editorial sobre o processo político de então;

Na apresentação da entrevista, destaca-se que “[Velasco] foi o responsável por uma contraditória revolução”⁸⁹; o destaque para as contradições da revolução reaparece dois parágrafos depois, primeiro ao falar que a visão do Governo Revolucionário das Forças Armadas como “simplesmente antagônico ao modelo brasileiro”⁹⁰ é uma simplificação, e depois ao apresentar o entrevistado, afirmando que ele “explica o contraditório, os erros, os acertos, o que ficou da revolução”.⁹¹ A adjetivação é sempre, então, a de um processo com vitórias, mas contraditório, questionável, limitado, etc...; essa mesma atitude está presente em diversas questões feitas à Neira, que parecem sempre tentar levá-lo a admitir os limites da experiência velasquista.

Em geral, o ex-organizador do SINAMOS defende, no conjunto da entrevista, as reformas feitas, chegando a caracterizar as Comunidades Industriais como uma forma de propriedade social. Sua defesa contra o esgotamento da política da 1ª fase é apontar a crise internacional, dizendo que faltou tempo para o sucesso do regime; seu prognóstico para a eleição é que haverá um grupo social amplo, novo, buscando uma alternativa que não pode ser oferecida nem pelo PC, nem pelos partidos tradicionais. Sua clarividência, porém, se encerra quando afirma, categoricamente, que “ninguém pode duvidar que qualquer modalidade baseada no ‘velasquismo’ signifique essa terceira opção”⁹².

⁸⁹ VERSUS nº18, 1978: 16

⁹⁰ Idem: 16

⁹¹ Ibidem: 16

⁹² VERSUS nº18, 1978: 18

No volume 21, de Maio a Junho, há um texto mais amplo, intitulado “A ponta do Iceberg”, sobre a conjuntura latinoamericana, no qual algumas reflexões sobre o Peru aparecem. Em geral, os autores fazem eco à teoria do desenvolvimento desigual e combinado: afirmam que, em função do desenvolvimento industrial atrasado, que só se realiza na época onde o imperialismo já se estabeleceu, a revolução burguesa democrática não se dá de forma plena nos países latinoamericanos; disso decorre que este continente

não pode ainda atingir sua independência nacional, decidir seu destino econômico, superar as economias rurais atrasadas, elevar substancialmente o nível de vida de suas massas de camponeses, operários, assalariados urbanos agrícolas e pequenos proprietários. (VERSUS nº21, 1978: 21)

Comentando sobre os tipos de regimes presentes na América Latina, dividem-nos em “governos burgueses reformistas”, “governos militares de direita” e “governos militares de cunho progressista”, e afirmam que nenhum deles conseguiu resolver os problemas fundamentais. Neste cenário, caracterizam o governo militar do Peru como produto de manifestações populares em 68, mas indicam a virada golpista nos anos 70 como parte de uma “onda fascista continental”⁹³ - caracterização que, com essas cores, se vê em nenhuma outra publicação no período.

O outro texto analítico vem no volume de nº 23, em texto intitulado “A lição das eleições peruanas”. O destaque feito pela equipe editorial é para os “30% pelo socialismo”, grande vitória; sobre a FOCEP, a caracterização feita é que representa

mais de trinta anos de luta das massas latina-americanas, uma extraordinária acumulação de experiências na memória coletiva. Experiências amargas, como a derrota pela traição das direções nacionalistas-burguesas e reformistas, no Chile. Não é um fato isolado. É apenas o começo de um processo que se estenderá [sic] pelo continente. (VERSUS nº23, 1978: 42)

A redação do VERSUS é, em definitivo, a mais otimista. Não fazem uma caracterização particularmente aprofundada dos limites da constituinte e estabelecem um

⁹³ VERSUS nº21, 1978: 22

grande elogio à Hugo Blanco⁹⁴. Os editores de Versus afirmam que “essa vitória da FOCEP é atribuída pela imprensa, de maneira geral, à figura de Hugo Blanco [...] Isso, em parte, é verdade, mas não podemos parar aí”⁹⁵. A abordagem geral faz uma certa concessão à explicação personalista do resultado eleitoral, mas afirma que o nome de Blanco só pôde ter esse peso por ser o “mais claro símbolo da luta intransigente do movimento de massas”.⁹⁶

Houve, ainda, uma entrevista com o próprio Hugo Blanco. Nela, há uma avaliação dos problemas da Unidade Popular quando do golpe pinochetista e, sobre a reforma agrária e o governo autoritário-burocrático, Blanco explica que “é certo que este governo, que já passou para a história, conseguiu abolir quase totalmente o latifúndio do tipo semi-feudal. Mas [...] as terras nacionalizadas estão sendo dirigidas por burocratas, enviados pelo governo, ainda que teoricamente se chamem Cooperativas.”⁹⁷

Retornando às questões de fundo, na entrevista com Enrique Fernandez⁹⁸ é que, aqui sim, aparece um grande personalismo com a liderança de Blanco, representado como o motivo pelo qual a FOCEP ganhou tantos votos; em relação à UDP, por exemplo, não se apresenta quais seriam as diferenças de reivindicações - explicando a diferença eleitoral não em termos político-programáticos, mas pela presença destacada de Blanco na lista da FOCEP.

Com relação à Constituinte, a caracterização feita é que a Assembléia é um “triunfo”, que conseguiu superar a possibilidade das disputas eleitorais “embriagarem” a massa e distanciá-la da luta. Como a constituinte foi eleita “com mandato popular” - e Bermudez não -, defendem que a Assembleia deponha o regime militar e assuma o poder provisoriamente. É o problema da tutela militar que está posto.

A luta pelo poder político para a Assembleia Constituinte se reveste de grande significado para o trotskismo (TROTSKY, 2008: 122). Apesar disso, o elemento da tutela

⁹⁴ Uma das mais importantes lideranças do trotskismo latinoamericano, fortemente associado com a luta campesina.

⁹⁵ VERSUS n°23, 1978: 42

⁹⁶ Idem: 42

⁹⁷ VERSUS n°22, 1978: 23

⁹⁸ VERSUS n°24, 1978: 20-22

militar e da convivência com o governo autoritário aparece de forma bastante marginal nas publicações avaliadas na Versus, cujas objeções ao caráter da assembleia parecem ficar mais no terreno das eleições conturbadas, e não em sua forma política posterior.

Com relação ao Versus, podemos então depreender três características das posições nele veiculadas no quadro da pesquisa: (1) um otimismo com relação ao movimento popular na América Latina, vendo no Peru o prenúncio de uma explosão social continental; (2) uma preocupação marginal, mas presente, com a forma política da constituinte que ocorria; e (3) explicação da vitória política da FOCEP sobre as outras organizações de esquerda atrelada ao nome de Hugo Blanco, que sintetizou as aspirações populares.

5.2. Em Tempo

Com maior periodicidade, este foi também o jornal mais sensível à variações na conjuntura que ocorriam; entre 29/05 e 29/07, só por três semanas os leitores de Em Tempo ficaram sem notícias do que ocorria no país andino. Em uma coluna sobre a crise peruana, chamado “‘Via Peruana’ pra onde?”, publicado em Março, caracterizava-se que a virada política autoritária tinha se iniciado em 74, sob Velasco - cujas medidas caracterizam como “*excessos autoritários francamente fascizantes*”.⁹⁹ A avaliação crítica ao governo militar permanece no conjunto dos volumes analisados de Em Tempo; ainda em “‘Via Peruana’ pra onde?”, afirmam que

Como em todo populismo, o governo era um pêndulo que oscilava entre uma e outra classe social - entre um e outro projeto histórico - obedecendo a cada alteração na correlação de forças e impondo sempre a conciliação. Foram os anos em que as principais alternativas da burguesia pareciam supor a aceitação do governo populista, enquanto que a esquerda socialista também considera que as suas principais cartadas se jogavam na luta de tendências **dentro** do regime militar (idem: 12).

Do conjunto de textos produzidos no calor das eleições para a constituinte, destaco “Legitimidade burguesa e mobilização popular”¹⁰⁰, onde os editores de Em Tempo alertam para a reabertura como “uma tentativa arriscada de soldar novamente a aliança dos setores

⁹⁹ Em Tempo nº4, 1978: 9

¹⁰⁰ Em Tempo nº15, 1978: 10

dominantes da sociedade, comprometida pelo caos administrativo do regime militar”; preveem que a direita conquiste a maioria.

O prognóstico segue no terceiro e último texto desta sequência, “O dia da Constituinte”¹⁰¹. Além de algumas análises sobre a truculenta condução por parte do regime, chegam a fazer um tímido alerta para o fato que a assembleia terá de conviver com o governo militar, e demonstram simpatia tanto pela FOCEP quanto pela UDP. Com relação ao balanço eleitoral, particularmente no texto assinado por Manoel Manrique, a diferença fundamental nos votos da FOCEP, UDP e PSR é explicada pela “imagem combativa” de Hugo Blanco, e não aos elementos políticos do programa¹⁰². O tom é mais pessimista que o que encontramos em *Versus* - ao invés dos “30% pelo socialismo”, preocupam-se com os “60% de votos para os partidos de direita”¹⁰³.

Pouco mais de um mês depois há a reprodução de uma entrevista com o próprio Hugo Blanco¹⁰⁴, que comenta a possibilidade de uma frente única com a UDP - que, ele indica, encontra dificuldades na ausência de consenso sobre o “tipo de governo pelo qual lutamos” - no caso da FOCEP, um governo de trabalhadores. O deputado do PST é bem contundente na sua delimitação programática, e retoma-se o tema da ausência de soberania da constituinte.

Por fim, destaco o texto “Crise nos de cima e avanço popular”¹⁰⁵, indicando uma posição bem mais crítica do imobilismo da assembleia constituinte peruana. Fica claro, assim, que no curso dos acontecimentos ao redor da crise política no Peru o problema da tutela militar sobre a transição se torna cada vez mais presente nos textos de *Em Tempo*.

Assim, podemos caracterizar da seguinte forma as posições veiculadas no *Em Tempo*: (1) desde o início do processo, os editores de *Em Tempo* parecem mais pessimistas - ou, pelo menos, mais cautelosos - que os companheiros da *VERSUS*; (2) uma denúncia da possibilidade de que a constituinte sacramentasse um pacto político de transição

¹⁰¹ *Em Tempo* n°16, 1978: 9

¹⁰² *Em Tempo* n°17, 1978:10

¹⁰³ *Idem*:10

¹⁰⁴ *Em Tempo* n°22, 1978:9

¹⁰⁵ *Em Tempo* n°37, 1978: 9

conservadora, que progressivamente incorpora a denúncia da tutela militar; (3) a avaliação das causas do sucesso da FOCEP, com a exceção da feita pelo próprio Hugo Blanco, concentra-se em uma explicação personalista, que não delimita as diferenças programáticas entre FOCEP e UDP.

5.3. O Trabalho

Fundado após o 1º de Maio de 78, a publicação da OSI traz, em um texto intitulado “A luta dos trabalhadores por uma constituinte soberana”¹⁰⁶, que já anuncia, em seu título, uma diferença em relação aos outros dois periódicos; opondo-se à constituinte tutelada pelos militares, o texto de O Trabalho saúda a experiência da assembleia popular em Chimbote (de 1973) e a última greve geral, indicando a luta por uma constituinte soberana como forma de abrir uma “perspectiva real de combate”.

Logo após as eleições¹⁰⁷, O Trabalho cita partes do programa da FOCEP, destacando a questão da “Assembleia Constituinte Soberana e Com Poder” e “um governo responsável perante essa assembleia, que substitua o atual governo”. Novamente, o problema da tutela militar e da “constituinte outorgada”, oposta à “constituinte soberana”, é posto em evidência.

Na edição de 15/08¹⁰⁸, com uma entrevista com Ricardo Napuri, membro do POMR - e, portanto, do mesmo Comitê de Organização pela Reconstrução da *Quarta Internacional* que a OSI, destaco dois elementos: (1) há uma explicação para a diferença política e de saldo eleitoral entre FOCEP e UDP - para ele, a UDP lutava por um “governo popular”, incluindo frações da burguesia “progressista”¹⁰⁹; e (2) ele considera a FOCEP uma frente única - e, que, por isso, segue a lógica de “marchar separados, golpear juntos”, diferenciando-se de um partido ou uma federação.

Desta forma, algumas características que podemos depreender das publicações dos militantes da OSI são: (1) uma denúncia constante, desde o primeiro momento, da tutela militar sobre a constituinte; (2) a caracterização da vitória eleitoral da FOCEP não passa, em

¹⁰⁶ O Trabalho nº1, 1978:7

¹⁰⁷ O Trabalho nº4, 1978:7

¹⁰⁸ O Trabalho nº7, 1978:7

¹⁰⁹ O que ecoa os apontamentos feitos por Hugo Blanco em Em Tempo nº22.

nenhum grau, pela valorização de Hugo Blanco como líder carismático; (3) os resultados eleitorais da esquerda não tem nem o alarde otimista de Versus, nem a caracterização pessimista de Em Tempo.

6. Conclusão

O internacionalismo é uma questão central na compreensão do pensamento político dos grupos marxistas, presente desde os seus documentos mais fundadores. Por compreenderem o caráter global do sistema capitalista, há um impulso fartamente documentado em encontrar padrões, crises, ascensos, ondas e exemplos. Assim, um - hipotético - leitor assíduo da imprensa alternativa certamente tinha, no ano de 78, motivos para interessar-se nas seções de notícias internacionais dos periódicos que circulavam.

Iniciando uma viagem nas lutas sandinistas, visitando as ex-metrópoles ibéricas em franca crise política, saltando para o Irã pré-revolucionário, pegando o voo de volta para a América do Sul para ver a copa na Argentina - fazendo escala no Peru da constituinte -, e por fim retornando para o Brasil das oposições operárias, é possível ver como se realizava, nas páginas dos periódicos independentes, um percurso pelas lutas operárias e camponesas ao redor do globo, alimentando esperanças de, nas palavras de Versus, “*um processo que se estenderá pelo continente*”, de lutas revolucionárias e de um desfecho socialista para o período militar brasileiro.

Estes leitores de jornais clandestinos e semi clandestinos teriam contato com abordagens as mais diversas para os problemas da crise do capital nos países que os jornais operários abordavam. No caso peruano, nos três periódicos estava expresso o sentimento de luta e mobilização permanente das classes populares, o qual contavam como uma forma de inspiração; mas, para ficar em alguns exemplos, onde o leitor de Versus e/ou Em Tempo encontrava, como principal liderança, Blanco, o leitor de O Trabalho encontrava Napuri e Ledesma; onde o leitor de Em Tempo e/ou O Trabalho encontrava críticas ao caráter não-soberano da constituinte, o leitor de Versus encontrava uma caracterização um tanto mais elogiosa da eleição, colocando como elemento central a ascensão política das esquerdas. A pluralidade interpretativa, que nos mostra a riqueza do pensamento político no quadro do movimento, também indica as divergências e afinidades programáticas de atores que desempenharam um papel considerável nas lutas sociais recentes no Brasil.

7. Fontes e bibliografia

7.1. Fontes Primárias

7.1.1. Website de O Trabalho

“*A luta dos trabalhadores por uma constituinte soberana*”, in.: O Trabalho, Nº 001, 30/05 de 1978, disponível em: <<https://otrabalho.org.br/memoria/>>, acesso em 24/10/2023

“*Nas ruas e urnas, trabalhadores combatem o regime militar*”, in.: O Trabalho, Nº 004, 06/07 de 1978, disponível em: <<https://otrabalho.org.br/memoria/>>, acesso em 24/10/2023

“*A Frente dos Trabalhadores*”, in.: O Trabalho, Nº 005, 21/07 de 1978, disponível em: <<https://otrabalho.org.br/memoria/>>, acesso em 24/10/2023

“*Com a palavra, um deputado operário*” in.: O Trabalho, Nº 007, 15/08 de 1978, disponível em: <<https://otrabalho.org.br/memoria/>>, acesso em 24/10/2023

“*Trabalhadores exigem fim do governo militar*” in.: O Trabalho, Nº 009, 12/09 de 1978, disponível em: <<https://otrabalho.org.br/memoria/>>, acesso em 24/10/2023

“*A Assembléia Popular de Moquegua*” in.: O Trabalho, Nº 012, 26/10 de 1978, disponível em: <<https://otrabalho.org.br/memoria/>>, acesso em 24/10/2023

“*Rumo à Greve Geral*” in.: O Trabalho, Nº 015, 05/12 de 1978, disponível em: <<https://otrabalho.org.br/memoria/>>, acesso em 24/10/2023

7.1.2. CEDEM/CEMAP

“*Causachum Velasco!*” in.: Versus, nº 18, Fevereiro de 1978

“*A Ponta do Iceberg*” in.: Versus, nº 21, Maio/Junho de 1978

“*El Combatiente*”, in.: Versus, nº 22, Junho/Julho de 1978

“*A lição das eleições peruanas*”, in.: Versus, nº 23, Julho/Agosto de 1978

“*Fala um deputado operário*”, in.: Versus, nº24, Setembro de 1978

7.1.3. Acervo Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo

“*‘Via Peruana’ para onde?*” in.: Em Tempo, Nº 04, 06/03 de 1978

“*A via peruana*” in.: Em Tempo, Nº 13, 29/05 de 1978

“*Peru I - Bermudez num 'beco sem saída'*”, in.: Em Tempo, Nº 14, 05/06 de 1978

“*Peru II - Os partidos e a Constituinte*”, in.: Em Tempo, Nº 15, 12/06 de 1978

“*Peru III - O dia da Constituinte*”, in.: Em Tempo, Nº 16, 19/06 de 1978

“*Constituinte pela metade*”, in.: Em Tempo, Nº 17, 26/06 de 1978

“*O Peru não é o mesmo depois da Constituinte*”, in.: Em Tempo, Nº 21, 22/07 de 1978

“*Peru: o regime entre a força e os votos.*”, in.: Em Tempo, Nº 22, 29/07 de 1978

“*Greves: Bermudez com a corda no pescoço*”, in.: Em Tempo, Nº 24, 14/08 de 1978

“*A luta agora é no centro de Lima*”, in.: Em Tempo, Nº 25, 20/08 de 1978

“*Militares ocupam as minas*”, in.: Em Tempo, Nº 26, 27/08 de 1978

“*Mineiros em greve há mais de um mês*” in.: Em Tempo, Nº 28, 10/09 de 1978

“*Crise nos de cima e avanço popular*”, in.: Em Tempo, Nº 37, 13/11 de 1978

7.2. Referências bibliográficas

ALEXANDER, Robert J. **International Trotskyism (1929-1985): A Documented Analysis Of The Movement.** Durham: Duke University Press, 1991.

ANGELO, Vitor A. **A trajetória da Democracia Socialista, da fundação ao PT.** Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: EduFSCAR, 2007

BROUÉ, Pierre. **História Da Internacional Comunista 1919-1943: A ascensão e a Queda.** São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. **Historia del trotskismo en Argentina y América Latina.** Buenos Aires: RyR, 2006.

CUPOLILLO, L. **Crise da Dívida durante a ditadura militar na imprensa alternativa: uma análise do jornal "O Trabalho" entre 1978 e 1985.** Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo. 2018.

FARIA, Marcos de Moutta. **Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil: A experiência do Movimento Convergência Socialista.** In.: Diálogos, Maringá, v. 9, n 2. p. 239-245, 2005

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José de Castilho. **Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966).** In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Vol. 5. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **O trotskismo no Brasil da década de 1930: A historiografia recente e suas fontes.** In: XI Encontro Estadual de História da ANPUH - RS, Rio Grande, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura: a história de uma crise.** São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982

_____. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2001

MACEDO, E. A. **Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Defesa: Curitiba, 19/08/2011

MARIE, J. J. **Trotsky: Revolucionario sin fronteras.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009

MARQUES NETO, J. C. (org.). **Mário Pedrosa e o Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001

MENDES, S. L. da Silva. **A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964 - 1985): um olhar historiográfico.** in.: Contraponto, v.1 n.1, 2011.

MIRANDA, Vinicius A. R. **Dois trotskismos num partido de massas: as trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política - 2014

SILVA, Antonio Ozai da. **História das Tendências no Brasil** (origens, cisões e propostas). 2ª ed. Revisada e ampliada, São Paulo: s. ed., s/d.

STEPHENS, Evelyn H. **El gobierno militar peruano, la movilización obrera y la fuerza política de la izquierda**. In.: Cuadernos Políticos, Nº 37, México, D.F., Editorial Era, julho-setembro de 1983, pp. 81-104

TROTSKY, L. **La industria nacionalizada y la administración obrera**. Fourth International, 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro6/T10V238.htm#_ftn1>.

Acesso em: 18/10/2023

_____. **Programa de transição**. In: MARX, Karl et al. O Programa da Revolução. Brasília, DF: Nova Palavra, 2008.

VALLADARES QUIJANO, Manoel. **El paro nacional del 19 de julio de 1977: movimientos sociales en la época del “Gobierno Revolucionario de las Fuerzas Armadas”** (1ª edição). Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional Mayor de San Marcos. 2013

VASCONCELOS, Lúcio Flávio. **Ditadura Militar e Reformismo no Peru (1968-1975)**. In.: *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [32]; João Pessoa, jan./jun. 2015.

“A importância da devoção a Nossa Senhora de Guadalupe no período colonial mexicano”

Marian Soares Nascimento¹¹⁰

RESUMO:

O presente artigo visa demonstrar a importância do culto a Virgem de Guadalupe durante o período colonial mexicano, para assim, compreender parte da identidade nacional do país. Alguns autores, como Lafaye, Brading e Gruzinski, defendem esse símbolo como parte fundamental da história do país em diferentes aspectos. Consideramos, por meio desta proposta, refletir sobre como um símbolo colonial pode influenciar questões políticas ao longo da formação da sociedade.

Palavras-chave: México; Virgem de Guadalupe; Colônia; Nova Espanha; Devoção.

ABSTRACT:

This article aims to demonstrate the importance of the cult of the Virgin of Guadalupe during the Mexican colonial period, in order to understand part of the country's national identity. Some authors, such as Lafaye, Brading and Gruzinski, defend this symbol as a fundamental part of the country's history in different aspects. We consider, through this proposal, to reflect on how a colonial symbol can influence political issues throughout the formation of society.

Keywords: Mexico; Virgin of Guadalupe; Cologne; New Spain; Devotion.

Introdução

A colonização da “Nova Espanha” se deu ao longo do século XVI e foi marcada pelo aumento do interesse dos povos europeus na região através da exploração indígena. Durante o período de colonização, um símbolo de importante nome para o catolicismo ganhou espaço e se tornou forte o suficiente para auxiliar a Igreja na conversão dos povos mexicas. Através de sua figura, esse símbolo se tornou um aliado capaz de ajudar na conversão de vários

¹¹⁰ Bacharela em História com Habilitação em Patrimônio Histórico pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

homens, tendo uma participação crucial na evangelização dos povos originários. Muitas especulações surgiram desde então sobre a milagrosa imagem aparecida no monte Tepeyac, e até hoje, é um mistério forte o suficiente para acarretar pesquisas em diferentes áreas.

A Virgem, conhecida como Nossa Senhora de Guadalupe, segundo a tradição católica, apareceu entre os dias 09 e 12 de dezembro 1531, em Guadalupe, no México, quando o território ainda era colônia espanhola. Através do que se é narrado no documento *Nican Mopohua*¹¹¹ datado do ano de 1649, acredita-se que a aparição teria se dado ao indígena Juan Diego, um cristão novo. Em seu discurso, Maria teria rogado ao indígena a conversão dos povos mexicas ao catolicismo e pedido que uma capela fosse construída em sua honra naquele mesmo local. Ao contar para o bispo Juan de Zumárraga (1468- 1548) sobre o que havia visto, Juan Diego recebeu a missão de trazer uma prova da veracidade do que havia lhe dito. E assim, que segundo nos conta o documento, no dia 12 de dezembro ao entregar as flores que a Virgem fez nascer no local e pediu que fossem enviadas ao arcebispo, surgiu diante de seus olhos, estampada na *tilma* de Juan Diego sua imagem de maneira milagrosa¹¹², que hoje está exposta na Basílica de Nossa Senhora de Guadalupe, no México.

O uso político da devoção à Virgem

Ao pensarmos o processo de independência do México (1810 – 1821), deparamo-nos com algumas questões centrais para os historiadores que estudam o período. Dentre essas questões, o Grito de Dolores é considerado o marco inicial das lutas de independência da

¹¹¹ Pode ser traduzido como "Aqui se narra" e é atribuído a Antonio Valeriano, 6º governador de *Tenochtlan*. Acredita-se que ele tenha ouvido a história da boca do próprio Juan Diego, tendo em vista que o documento é narrado em primeira pessoa.

¹¹² A devoção à Virgem de Guadalupe foi grande auxílio para o catolicismo na conversão dos povos mexicas. Porém, o milagre da *tilma* é uma discussão entre alguns estudiosos que acreditam que a imagem foi pintada por um índio, a pedido de Dom Montúfar, 2º arcebispo do local, para que os indígenas se sentissem mais acolhidos pela religião católica e assim aceitassem melhor o processo de evangelização, trazendo discussões inclusive sobre o ano em que o símbolo realmente surgiu, afinal, o documento que narra as aparições é de mais de 100 anos após os fatos. A Virgem Mestiça trás consigo simbolismos que levaram esses estudiosos a crer que foram agregados à imagem de Maria, para maior aceitação da religião pelos povos colonizados. A título de, as asas do anjo que está aos seus pés tem características tribais, a cor de sua pele indica que ela é uma mulher mestiça; e não branca, como em outras aparições de Marianas e os raios de sol em sua volta, que podem fazer referência à *Quetzalcoatl*, o deus Sol, além de ter ocorrido no monte Tepeyac, onde antes se era cultuada a deusa *Tonantzin* pelos mexicas. Por outro lado, para o catolicismo, a aparição trás a inclusão dos povos indígenas. A representação da Virgem se assemelha a eles e utiliza elementos já conhecidos, trazendo maior acolhimento a esses povos.

colônia espanhola. O evento teria ocorrido em 16 de setembro de 1810, em frente à igreja em que Padre Miguel Hidalgo (1753 – 1811) era pároco na cidade de Dolores. Tal acontecimento ficou marcado pelo uso de um Estandarte que se tornou símbolo do movimento, ficando conhecido como o “Estandarte de Hidalgo”. O Estandarte foi pintado por Andrés López em 1805 com intuito de se assemelhar a *tilma* da aparição da Virgem de Guadalupe. Produzido em uma tela em linho de dimensões 183 x 113 cm de altura e largura, respectivamente, assim como a *tilma* de Juan Diego, o estandarte traz uma imagem da Santa aparecida no monte Tepeyac no século XVI¹¹³. O processo de independência mexicano carrega uma particularidade dentro da dimensão religiosa que teve grande peso no período. Nossa Senhora de Guadalupe foi e ainda é considerada protetora, intercessora e símbolo da nação, trazendo consigo grande devoção do povo.

O Vice-Reino da Nova Espanha, como era conhecido o território do México durante a colônia, perdurou quase três séculos. Com a chegada da notícia de que Napoleão Bonaparte (1769 – 1821) havia tomado o poder da Espanha e coroado seu irmão, José Bonaparte (1768 – 1844), como novo rei, a divisão entre o povo que residia na região, se tornou ainda mais explícita. Naquele momento, a sociedade colonial era dividida entre: *guachupins*, *criollos*, indígenas e mestiços. Os *guachupins* eram nascidos espanhóis e detinham importantes cargos políticos. Os *criollos* eram a elite do vice-reino, descendentes de espanhóis, que, entretanto, não detinham os mesmos direitos que os *guachupins* em assuntos políticos. Já a maioria da população era formada por indígenas e mestiços, que tinham sua mão de obra explorada pelos grupos mais abastados. Em meio ao caos que se formou com a chegada da notícia de tomada de poder no reino, os *guachupins* decidiram por continuar leais ao rei Fernando VII (1784 - 1833). Já os *criollos*, almejavam formar uma Junta Governativa fiel a Fernando VII, mas que implantaria uma administração separada do reino da Espanha, que resultou na prisão desses *criollos* e deposição de seu vice-rei. Por fim, inspirado por ideias iluministas, em 16 de setembro de 1810, Padre Hidalgo chama o povo para um levante em prol da independência durante o Grito de Dolores, iniciando o processo de separação. O processo de independência do México teve seu desenlace em 1821 e logo se inicia o período da monarquia de Agustín

¹¹³ Em outros países, houveram outras formas de auxílio para o catolicismo durante o período de evangelização dos povos originários. No caso da Nova Espanha, esse auxílio veio da propagação do milagre de Guadalupe.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Iturbide (1783-1824), qual teve existência efêmera e foi substituída por uma república em 1824. Por sua participação no levante, Padre Miguel Hidalgo foi excomungado da Igreja pelo seu bispo local, no mesmo ano dos acontecimentos. Até que o momento da independência ocorresse, o país passou por muitas lutas que perduraram quase 11 anos.

El movimiento desencadenado por el cura de Dolores se distingue de todos los precedentes por dos aspectos: fue como un reguero de pólvora por todo el virreinato, y duró más de diez años, sin aplacarse en los hechos hasta haber alcanzado su finalidad, la independencia. Un arbitrista español, de los que nunca dejan de surgir en tales circunstancias, describió en estos términos los progresos de la rebelión de Hidalgo: «(...) en todas partes se le fueron agregando los militares, los eclesiásticos, hacendados, mineros, la gente grande y chica; en fin, todos sus paisanos, con muy pocas excepciones (...) como la mayor parte de los eclesiásticos y demás gente que sabe leer y escribir y tiene influxo sobre la multitud son criollos, éstos no sólo no la contenían, sino que la incitaban al desorden y sublevación, y bastaba que cuatro pelados gritasen en una población de miles de almas: "¡Viva Nuestra Señora de Guadalupe, y mueran los gachupines!", para que todo él se rebelase» La atmósfera del movimiento es, pues, típicamente, la que Luis Villoro ha definido como «el instantaneísmo», una atmósfera revolucionaria. El propio Hidalgo dirá a los jueces del tribunal de la Inquisición que había actuado «por instinto». (Lafaye, 1977: 173).

Durante os 11 anos das lutas pela independência do território, em vários momentos podemos ver nos periódicos circulantes a importância da devoção a Nossa Senhora ao longo do período. No início do conflito, encontramos periódicos que manifestavam sua opinião contrária ao uso da imagem nas lutas, considerando este ato um sacrilégio cometido pelo Padre Hidalgo. Ao longo dos anos entre 1810 e 1821, vemos notícias sobre missas, novenas, e até mesmo celebrações solenes dedicadas à Virgem pedindo sua intercessão no conflito. E, ao seu final, encontramos notícias de agradecimento e celebrações em honra a Nossa Senhora de Guadalupe pela eficácia de sua intercessão.

Como vimos, a diferença entre as classes sociais foi um dos principais motivos para que se pensasse uma ruptura da Nova Espanha com a antiga, aliado a outros fatores políticos. Pensar a sociedade dividida entre incluídos e excluídos pode ser uma ajuda fundamental para se compreender as questões acerca da independência, noção difundida por Elias e Scotson em “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”.

Analisar como essa sociedade aceita que determinado grupo esteja na posição de estabelecido em uma dinâmica de poder que o fortalece ainda mais, poderá responder questões trazidas pela mesma desde o período de colonização. Como poderiam os nascidos espanhóis se estabelecerem em uma classe mais alta que os nativos americanos, se essa sociedade já tinha uma divisão clara em relação aos seus estabelecidos antes da chegada dos espanhóis? A forma como a colonização ocorreu e como ao longo dos séculos a Espanha dominou mais e mais seus colonos, são respostas para a sociedade de difícil mobilidade social que se formou e que acarretou o sentimento de divisão presente nos *criollos* e que mais tarde desagua na identidade nacional do país.

El temprano nacionalismo mexicano heredó gran parte del vocabulário ideológico del patriotismo criollo. Los principales temas – la exaltación del pasado azteca, la denigración de la Conquista, el resentimiento xenofóbico em contra de los guachupines y la devoción por la Guadalupana – surgieron a partir de esse lento, sutil y com frequência contradictorio cambio que se opero em las simpatias a través de las cuales los descendientes de los conquistadores y los hijos de posteriores inmigrantes crearon una conciencia caracteristicamente mexicana, baseada em gran medida em el repudio a sus Orígenes españoles, y alimentada por la identificación con el pasado indígena. (Brading, 2004: 15)

O nacionalismo presente na devoção guadalupana

Não seria exagero dizer que a identidade nacional mexicana se formou em torno da Virgem de Guadalupe. A imagem foi utilizada em momentos importantes da história desse povo, partindo das ressignificações da imagem ao longo do processo de colonização e que, mais tarde, a mesma seria estampada no estandarte de Hidalgo; também presente no grito dos

cristeros¹¹⁴: “Viva Cristo Rei! Viva a Virgem de Guadalupe!” e usada novamente pelas tropas zapatistas Revolução Mexicana, no século XX. A força do catolicismo mexicano pode ser atribuída a Nossa Senhora de Guadalupe e à forte devoção que se criou na Nova Espanha após sua aparição em 1531 e ao seu uso político em diversos momentos ao longo da história do país, mesmo depois da laicização do Estado. Nas palavras de Serge Gruzinski:

“O culto à Virgem de Guadalupe é o exemplo mais surpreendente: tanto quanto televisão, sua efígie milagrosa, que apareceu a um índio em 1531, ainda é o imã que une as multidões, e seu culto continua a ser um fenômeno de massa que ninguém ousaria questionar, sob pena de incorrer em iconoclastia.” (Gruzinski, 2006: 17).

salientando ainda mais a importância da figura da Virgem para os mexicanos.

Em diferentes momentos da história mexicana o símbolo guadalupano é trazido de forma que nos demonstre como seu culto ultrapassa o sentido religioso, se unindo com a política da sociedade.

Hoy en día, más allá de rencillas e historias oficiales, se puede ser guadalupano y cura pederasta, guadalupano y Caballero de Colón, guadalupano y anticlerical, guadalupano y desubicado presidente de la República, hasta guadalupano y ateo, siempre y cuando ese guadalupanismo signifique la particular —y ahora sí privada— manera de vivir la mexicanidad contemporánea. (Arnal, 2010: 112).

O nacionalismo crioulo tem características fortes e, ao mesmo tempo, contraditórias dentro de sua formação. Brading nos demonstra que apesar do guadalupanismo e de sua afeição religiosa apegada a Virgem, o sentimento crioulo é de repugnância ao passado colonizador e de exaltação as sociedades que viviam antes da conquista. Dessa forma,

¹¹⁴ A “Guerra dos Cristeros” ou “Cristiada” ocorreu devido ao conflito surgido no México entre o governo e os fiéis católicos, tendo seu início em 1927. Os católicos lutavam pelo direito de exercer sua fé, em defesa dos valores espirituais, em resposta as medidas do presidente Plutarco Elías Calles (1877 – 1945) que esteve a frente do país entre 1924 e 1928. Durante seu mandato uma nova Constituição foi colocada em vigor, cheia de medidas anticlericais que abalavam as estruturas do catolicismo no México, conhecida como “Lei de Calles”. Em seu início, o conflito foi pacífico. O fies apenas realizavam manifestações e protestos declarando-se contrários as medidas repressivas. Quando a Lei de Calles entrou em vigor, iniciou-se uma guerra civil pela luta dos direitos da população católica. O derramamento de sangue ocasionado pela guerra deixou uma estimativa de 90 mil mortos.

podemos observar que os sincretismos presentes na imagem de Guadalupe, são suficientes para que mesmo em meio as divisões políticas, o México se una através dela.

Os impactos da ausência da Virgem de Guadalupe na historiografia sobre o México colonial

Como vimos, a devoção a Virgem de Guadalupe trás vultosa movimentação na religiosidade mexicana. Apesar das dificuldades relacionadas à documentação da época, podemos observar nos poucos registros que temos relacionados ao caso, que desde o século XVI já havia discordância em relação a veracidade da aparição, mesmo entre os católicos. Estudar a religiosidade do México através da Virgem nos possibilita olhar para diferentes questões em torno da sociedade e da construção do catolicismo no local.

O caso da Virgem de Guadalupe não se compara a outras aparições marianas do catolicismo, esse caso em específico, influencia diretamente um período importante e reflete a religiosidade do país ao longo de sua história, a devoção carrega grande importância para o povo mexicano. Apesar de não podermos afirmar ao certo o ano em que a devoção surgiu, devido a falta de um documento oficial, sabemos que antes de 1548 ela já existia, período próximo à conquista, em 1521. Também sabemos que ainda no século XVI, Dom Montúfar funda o primeiro santuário a Virgem de Guadalupe, em 1555, um ano antes do interrogatório de Bustamante. O santuário foi construído com ajuda popular, algo que já demonstra forte devoção carregada pela imagem, antes guardada em uma capela no Tepeyac.

Ese nuevo santuario pudo ser construido gracias a una suscripción pública, lo que demuestra que la devoción por la Guadalupe del Tepeyac contaba ya con un número suficiente de devotos como para reunir con qué construir un edificio en una época en que el impuesto de la construcción en México movilizaba la mano de obra disponible y no podía dejar de implicar una gran alza de los precios de la construcción (Lafaye, 1974: 374).

Entretanto, não encontramos nos livros de historiografia geral do México escritos sobre o caso guadalupano, somente em autores que especificamente pesquisam sobre a Virgem. Esse fato gera uma lacuna grande o suficiente para que o entendimento acerca do período seja comprometido. A forma como a devoção se relaciona com a antiga e a nova Espanha, trazendo a devoção a diferentes aparições com o mesmo nome, sua ligação com a

cultura indígena através dos símbolos presentes em sua imagem, a criação de um mito que relaciona São Tomé como anunciador da evangelização do México, são exemplos fortes o suficiente para que a devoção fosse mais bem explicada nos livros.

Em seu livro “História da América Latina” Pierre Chaunu, na primeira parte, aborda sobre as questões acerca da América colonial. O próprio autor cita que “Não se pode separar o estudo da administração do clero que foi um dos seus melhores agentes” (CHAUNU, 1983, p. 35) e em poucos parágrafos descreve a grande participação da Igreja na conquista e colonização do México. Contudo, cita a importância das ordens religiosas, mas não se aprofunda nos trabalhos que fizeram para que os indígenas fossem catequizados. “Mas as ordens religiosas – franciscanos, dominicanos, agostinhos – desempenharam, no trabalho de conversão dos indígenas, um papel capital antes que os jesuítas viessem ocupar o lugar de vanguarda nos séculos XVII e XVIII” (CHAUNU, 1983, p. 35). No século XVII a devoção a Virgem se consolidou com a ajuda dos Jesuítas, o autor os cita, mas deixa de lado seu trabalho em relação a Virgem.

Para os jesuítas, a aparição da Virgem no México era o que existia de mais milagroso na Nova Espanha. Além disso, representava uma forma de combate à idolatria tão praticada pelos indígenas. De acordo com Sánchez (apud VILLAR; ANDA, 2004, p. 178), o culto no Novo Mundo era necessário para sanar a “bárbara gentilidad y diabólica idolatría”. A proposta do cronista era dilatar a Igreja no México por meio “del Evangelio por mano de María Virgen Madre de Dios, asistente conquistadora” (SÁNCHEZ, 2004, p. 178-179). Logo, podemos perceber que, se no século XVI o culto à Guadalupe era considerado uma idolatria, no século seguinte a devoção se tornou a maior arma para combater o pecado dos idólatras. (Beltramini, 2013: 53).

O mesmo acontece com Delgado de Carvalho e Anna Maria Delgado de Carvalho Riemer em “História das Américas” em que os autores fazem um apanhado geral de assuntos relacionados a América e também atribuem valor à participação da Igreja, porém, ainda com menos detalhes que Chaunu. “Durante séculos, durou esta estreita colaboração entre o Estado e a Igreja, com apoio mútuo e concessões mútuas” (Carvalho; Riemer, 1975: 174) ou em

outro trecho “A união da Igreja e do Estado nos tempos coloniais consistia essencialmente no reconhecimento mútuo de suas respectivas leis e de privilégios.” (Carvalho; Riemer, 1975: 174). Ou seja, limitam a participação da Igreja de maneira estritamente política, ignorando sua influência religiosa, tornando o entendimento acerca do período demasiado incompleto. Neste caso, a Virgem de Guadalupe é até citada, porém, somente no período da Independência devido sua utilização no Estandarte de Hidalgo. “Hidalgo e Morelos são nomes de dois Estados mexicanos que lembram a ativa participação do clero no movimento de independência, iniciado pelo “Grito de Dólores” sob o estandarte de N. S. de Guadalupe, na segunda década do século XIX.” (Carvalho; Riemer, 1975: 184). Embora o texto nem mesmo tenha escrito de forma completa “Nossa Senhora” e também não explique o porquê da utilização da imagem no movimento.

Dentre os textos aqui citados, seja talvez o “*Historia mínima de México*” o mais completo em termos da movimentação da Igreja em relação a evangelização. O livro organizado por *El colegio del México* traz textos escritos por diferentes autores, entre eles, Ignacio Bernal, Alejandra Moreno Toscano, Luis Gonzáles, Daniel Cosío Villegas e Eduardo Blanquel. O trecho referente à conquista espiritual e a colonização, corresponde a Toscano. A autora escreve sobre os diferentes modos que os conquistadores espirituais utilizaram a seu favor na conversão dos indígenas, trazendo um panorama muito mais amplo a respeito da evangelização. Em certo trecho, fala sobre o uso das imagens e como elas foram auxiliadoras na conversão, mas ainda sim, nada sobre a devoção à Virgem é citado.

Como se sabe, los indígenas mexicanos habían logrado desarrollar un tipo de escritura nemotécnica por la que se asociaba a una imagen figurada todo un conjunto de conocimientos. Los cuadros religiosos que adornaron las primitivas iglesias americanas, más que ser concebidos como ornato, eran un instrumento efectivo de la evangelización. El misionero se detenía frente a cada uno, y explicaba la imagen y el simbolismo que deseaba fueron aprendidos por los recién convertidos. (Villegas, 1974: 58).

Por fim, o “História das Américas” de Vicente Tapajós, que assim como Chaunu, Carvalho e Riemer, faz um apanhado da história do continente de maneira geral. Pouco se fala sobre a participação do clero, das ordens religiosas e de como foram os primeiros passos

da conversão dos indígenas, resumindo-se a falar de forma geral da importância da Igreja no período.

A Espanha era um país católico, daí a grande importância que veio a ter o clero, desde o princípio, nas colônias hispano-americanas. No tempo de Felipe II, os que não eram católicos foram perseguidos sem trégua, chegando mesmo a implantar-se aqui o Santo Ofício, no último quartel do século XVI. O tribunal de fé do Peru começou a funcionar em 1570; o do México, no ano seguinte. [...] Assim sendo, a fé católica veio a ser um dos mais fortes fatores de unificação das colônias espanholas na América e papel social de grande relevo foi dado aos membros do clero secular e regular.” (Tapajós, 1974: 109).

Diante disso podemos observar através dos exemplos propostos que a falta de aprofundamento nas questões religiosas que envolvem a devoção a Nossa Senhora de Guadalupe nas Américas traz prejuízo ao entendimento do período. A complexidade do período não pode ser resumida a tão pouca participação que atribuem esses e outros autores aos eventos ocorridos nos séculos que se transcorreram desde a criação do símbolo guadalupano. Ao olharmos para o período através do olhar sob Nossa Senhora de Guadalupe, podemos observar fatos que contribuem fortemente para que possamos cada vez mais compreender como se formou a devoção, como era a Igreja colonial do México, a aceitação do clero por parte da nova devoção e suas ligações com as antigas crenças indígenas. Dessa forma, aumenta a compreensão da sociedade.

Conclusão

Ao longo do artigo pudemos observar alguns dos aspectos que cercam a devoção a Nossa Senhora de Guadalupe. De forma geral, existem muitos pontos em torno da devoção a Virgem de Guadalupe que podem ser observados, afim de que, exista uma compreensão melhor da sociedade e das crenças do período. A Imagem da Virgem apareceu como unificadora de povos com diferentes vivências e práticas religiosas, que, por meio das narrativas geradas ao seu entorno, puderam criar um símbolo unificador.

Os reflexos da devoção estão presentes no México atual, onde 77,7%¹¹⁵ da população se considera católica. Por além disso, notamos a forte influência da Virgem de Guadalupe nas Américas, onde a devoção é uma das mais importantes no território latino, sendo inclusive a invocação determinada como a “Padroeira das Américas” proclamada pelo Papa Pio X (1835 – 1914) em 1910. Tal fato nos leva a compreender a força dessa devoção, levando-se em conta que em todo o território da América Latina ocorreram mais de 20 aparições da Virgem Maria em diferentes países, segundo a tradição católica. Pode se afirmar que o número de católicos no México se relaciona fortemente com a aparição da Virgem e a como sua devoção foi enraizada na vida dos mexicanos desde o processo de colonização. Ainda na Nova Espanha, a devoção foi ganhando força de forma que um santuário em honra a Virgem precisasse ser construído e, tempo depois, aumentado.

Apesar de ser um evento relevante para a religião católica, de outros pontos de vista a devoção a Virgem de Guadalupe ainda não possui tamanha relevância. Esse fato prejudica o entendimento de questões acerca da sociedade do período, tornando incompletos os saberes sobre como as práticas religiosas a atingiram.

Sem dúvidas a religião era ponto importante no período, principalmente se olharmos a participação da Igreja em questões de Estado. De uma forma ou de outra, ao analisarmos o culto guadalupano, podemos reconstruir alguns aspectos da história do México a partir do século XVI. A devoção, a qual temos indícios que surgiu antes de 1548, já se consolidava em 1556. Em poucos anos, se espalhou pela Nova Espanha, e em 1556, já era propagada pelo arcebispo e membros do clero que a seguiam.

A conquista espiritual da Nova Espanha vista com ponto de partida em Guadalupe, é parte fundamental para compreensão mais ampla do período. A Virgem de Guadalupe com seu discurso ao indígena Juan Diego consegue falar com demais indígenas da região, por meio do modelo de devoção surgido no Tepeyac. A declaração de que sua maternidade se estende a todos que Nela confiam, no monte onde antes era cultuada a deusa mãe *Tonantzin*, demonstra a clara passagem que a Igreja esperava dos povos originários. O diálogo entre a

¹¹⁵ NO MÉXICO diminuem os católicos e crescem os sem religião. Instituto Humanitas Unisinos, 2021. Disponível em: <https://shortest.link/2cpy> Acesso em: 06 de jan. 2024.

Virgem e o indígena nos apresentam a plena confiança que deve existir entre Ela e seus devotos. Sendo assim, a devoção, assim como a escolha do indígena para ser o seu precursor, são claros modelos do que a Virgem esperava de seus filhos nativos. Tal sentimento se perpetua na independência, onde o nacionalismo *criollo* enxerga na figura da Virgem o amparo necessário para lutar por seus ideais. É em meio ao seu uso nas principais lutas políticas mexicanas, que podemos notar sua importância para essa sociedade.

Bibliografia:

BELTRAMINI, Carolina de Oliveira. **As Virgens Marias da Nova Espanha e do Arcebispado de Lima durante os séculos XVI e XVII: entre a idolatria e a santidade.** 2014. 116 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/121967>>. Acesso em: 06 Jan. 2023.

CARVALHO, Carlos Delgado; RIEMER, Ana Maria Delgado de Carvalho. **História das Américas.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1975.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Introdução.

GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019).** Editora Companhia das Letras, 2006.

LAFAYE, Jacques. **Quetzalcoalt y Guadalupe: La formation de la conscience nationale au Mexique – 1531-1813.** Paris, 1977.

LIMA, Ranay Nóbrega Teixeira de. **A construção de um culto mariano: o caso de Nossa Senhora de Guadalupe do Tepeyac.** PhD diss., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo.** *Tempo* 6, no. 11, 2001. P. 77-92.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. **História da América**. Forense-Universitária, 1974

VILLEGAS, Daniel Cosío. **Historia mínima de México**. El Colegio de Mexico AC, 1973.

As meias-verdades da defesa da Lenda Negra Espanhola e a conquista da América

Júlia Delage Gomes Sabino¹¹⁶

Resumo: O presente artigo tem como intuito tratar das questões da Lenda Negra Espanhola no contexto da conquista da América e como aqueles que acreditam na Lenda Negra a defendem com meias-verdades, assim como acusam os propagadores da Lenda Negra de fazerem. Para tal, serão analisados de forma breve os argumentos construídos por Maria Elvira Roca Barea, que escreve o livro *Imperiofobia e Lenda Negra: Roma, Estados Unidos e o Império Espanhol*, trazendo um histórico das Lenda Negras, focando, especialmente na Espanhola, ocupando-se de seus aspectos, neste trabalho, nos ocuparemos no discurso acerca da conquista da América.

Palavras-chave: Lenda Negra; conquista; América espanhola; anacronismo

Abstract: This article aims to address the issues of the Spanish Dark Legend in the context of the conquest of America and how those who believe in the Dark Legend defend it with half-truths, just as they accuse the propagators of the Dark Legend of doing. To this end, the arguments constructed by Maria Elvira Roca Barea, who writes the book *Imperiophobia and Dark Legend: Rome, the United States and the Spanish Empire*, will be briefly analyzed, providing a history of the Dark Legends, focusing, especially on the Spanish, dealing with their aspects, in this work, we will focus on the discourse about the conquest of America

Keywords: Dark Legend; conquest; Spanish America; anachronism.

Introdução

¹¹⁶ Mestranda na linha de pesquisa Política, Cultura e Trabalho pelo PPGH-UFJF. lattes: <http://lattes.cnpq.br/3051980763700650> ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9905-063X>

e-mail: julia.delage.gs@gmail.com

A Lenda Negra espanhola, uma noção construída por outros países em relação aos espanhóis com fundamentos no anti-semitismo e no anti-islamismo devido ao posicionamento da Espanha em relação a esses grupos inicialmente. A relação com a conquista e a violência na conquista das Américas denunciada, em especial, por Bartolomé de Las Casas também são utilizados para criar a propaganda anti-espanhola.

O termo utilizado pela primeira vez em meados do século XIX (ROCA, 2022), denota que essa propaganda buscava desbancar a Espanha como um império no contexto moderno, algo pensado por outros países europeus como meio de criticar os espanhóis. Nesse sentido, as violências nas colônias de países como a Inglaterra, que propagava este tipo de informação, eram apagadas ou silenciadas. Portanto, a Lenda Negra consistiu na negação da própria violência de outros países colonizadores e na ênfase da violência e dos aspectos negativos da Espanha.

É necessário destacar que esta falta de fundamentação histórica é determinante para a disseminação da propaganda anti-espanha, mas muitos sujeitos que ainda consideram a existência da Lenda Negra pós Império Espanhol também costumam trazer uma narrativa infundada. Aqueles que buscam utilizar deste discurso acreditam que a Lenda Negra não é real, desconsideram não só a questão propagandística criada em volta dela, como também a parte em que se demonstra a violência da conquista, algo comprovado fora da Lenda Negra. Estes também acreditam na existência da demonização da Espanha por parte dos povos da América, assim como de países da Europa.

Através de esforços para a defesa de uma Lenda Negra real (como forma de imperiofobia) e que, na verdade, ela é infundada pela suposta infraestrutura e ordem que os espanhóis levaram a América Espanhola, autores como Maria Elvira Roca Barrea argumentam que aqueles que praticam imperiofobia constroem suas narrativas com fontes infundadas, mas, ao mesmo tempo, buscam defender o Império Espanhol e a conquista com meias-verdades, omitindo as violências do Império e da Inquisição Espanhola. O presente trabalho busca trazer um breve histórico da Lenda Negra Espanhola, além de analisar o discurso utilizado por Barrea para *destruir* a Lenda Negra.

Um breve histórico da Lenda Negra

A Lenda Negra Espanhola, segundo Ruggiero Romano (2014), tem origem na atual Itália, no século XIII, contexto em que as tropas aragonesas invadiram a Sicília e dominam o território durante séculos, mantendo a territorialidade quando a Espanha torna-se um reino unificado. Nesse contexto, os estereótipos dos soldados aragoneses surgem, são colocados como homens sanguinolentos, preguiçosos, bêbados, num lugar de inferioridade militar, ainda que fosse o país dominante. Romano nos mostra que a questão estava ligada ao posicionamento já marcante da Itália como um povo superior no âmbito cultural, não podendo aceitar que fossem dominados por um outro povo, especialmente um povo que tinha uma proximidade dos judeus e dos muçulmanos, denotando o fundo antissemita e anti-muçulmano presente na Lenda Negra Espanhola, que serão perpetuados em grande parte da propaganda anti-Imperio Espanhol.

A criação deste estereótipo propagado durante séculos, segundo o autor, traz um contraponto: um estereótipo criado dos espanhóis para o povo dominado: os italianos da Sicília e de Nápoles eram considerados traidores, usuários de veneno e as mulheres consideradas levianas. Os aragoneses também eram vistos como sujeitos iletrados ou de pouca cultura pelos napolitanos e sicilianos. Percebe-se que existe uma relação de troca de estereotipação negativa, algo comum inclusive na contemporaneidade. Entretanto, nota-se que os estereótipos espanhóis tornam-se panfletários: os humanistas criam uma relação negativa com os espanhóis, assim como os países que entraram em conflito com a Espanha no momento da Reforma Protestante.

No caso dos países da Reforma, destacam-se a Alemanha, a Holanda e a Inglaterra, no século XVI. Na Inglaterra, os estereótipos são construídos através do matrimônio entre Felipe II e Maria Tudor, a rainha católica. A lei inglesa preconizava que se a rainha da Inglaterra morresse, o domínio seria passado para seu marido. A propaganda anti-espanhola passa a ser propagada por cronistas pela insegurança e a possibilidade da dominação espanhola na Inglaterra. Na Alemanha, existia uma certa rivalidade que diz respeito ao domínio espanhol e à territorialidade (Samson, 2015).

A Holanda, fortemente invadida pela Espanha devido a Reforma Protestante e a conversão em massa de sujeitos para o Protestantismo na região, enquanto a Espanha segue fiel ao catolicismo e a Roma. A panfletagem nestes países, em especial na Holanda, torna-

se uma das maiores armas contra o domínio espanhol. Dentre diversos homens de letras que propagaram contra os espanhóis, destaca-se Guilherme de Orange, que publica o livro *Apologia* em 1581, trazendo críticas à Espanha, porém, mais especificamente, a Felipe II, monarca espanhol no contexto, acusando o monarca de diversas imoralidades, e zombando o povo espanhol de seguir um líder considerado tão imoral (Schneider, 2008).

A fama de fanfarrões, preguiçosos seguem presentes nas propagandas destes países, assim como o fundo antissemita e anti-islâmico. Nos conflitos religiosos, inseriram-se também construções voltadas para este âmbito: os espanhóis eram colocados como idólatras, cheios de vícios, corruptos e diabólicos. Sobre os protestantes, também existiam estereótipos construídos: eram considerados subversivos, desordeiros, o Anti-Cristo (Romano, 2014: 91).

A Lenda Negra Espanhola se intensifica com a publicação da *Brevíssima* de Frei Bartolomé de Las Casas em 1552, que denuncia a violência empregada pelos colonizadores na conquista da América. A perspectiva de que os soldados espanhóis são violentos reforçam a propaganda anti-espanhola e a *Brevíssima* foi traduzida em inglês, holandês, italiano e outras línguas europeias, contribuindo para a construção da Lenda Negra Espanhola. Segundo Romano, a Lenda Negra Hispanoamericana se alimenta de informações verdadeiras de forma falsa, deturpada e exagerada. O embranquecimento da conquista da América está presente tanto no ataque aos espanhóis, quanto em sua defesa.

Apesar de a Lenda Negra existir desde o século XIII, o termo foi criado apenas em meados do século XIX, no discurso de Dona Emília Bazán (Barea, 2022), porém o termo é canonizado pelo historiador espanhol Julián Juderías, que publica estudos acerca da Lenda Negra Espanhola na primeira década do século XX. Com o sucesso dos estudos seminais publicados em revistas, Juderías publica o livro *La Leyenda Negra y la verdad histórica* em 1914. O livro de Juderías pretende ser uma defesa da Espanha, ainda que não pretenda tirar os erros cometidos pelos espanhóis.

Juderías, apesar da construção nacionalista de seu texto, não omite a violência e a exploração da conquista espanhola. Seu principal argumento é que, apesar dos atos da Espanha serem verdadeiros, apesar de exagerados pela propaganda anti-espanhola, deve-se reconhecer que os países que a propagaram também foram violentos. Estes países também

participaram ativamente na conquista das Américas e na exploração dos povos indígenas e africanos. O argumento, é interessante, mas ainda existem certos furos que devem ser pensados, em especial por ser um livro do início do século XX.

Os estudos acerca da Lenda Negra seguem existindo, muitos autores ainda no século XX e início do XXI escrevem sobre o tema em várias perspectivas. Em sua maioria, os autores analisam a construção da Lenda Negra e da ascensão da propaganda anti-espanha no século XVI na Europa. Entretanto, existem alguns que trazem um histórico da Lenda Negra no estilo de Juderías, como uma defesa da Espanha.

As meias-verdades da defesa do Império Espanhol

O livro de Maria Elvira Barea Roca pretende ser um breve histórico da Lenda Negra, pensando, especificamente, a espanhola, mas, apontando a existência de Lendas Negras em outros casos, como o de Roma, dos Estados Unidos e da Rússia. A existência da imperiofobia pode ser comprovada pela construção das Lendas Negras anti-imperiais. Segundo Alexander Samson: “Las leyendas negras son una parte inevitable de ser un poder global, que lleva dentro de sí siempre las semillas de su propia decadencia, declinación y disolución.” (Samson, 2015: 111).

A autora nasceu em El Borge, na Espanha, e é formada em filologia e especializada em literatura medieval e do início da Era Moderna. Seu livro traz um breve histórico da origem do termo Lenda e das noções de Lenda Negra através da filologia e da etimologia, para além disso, ela se esforça para trazer uma discussão historiográfica acerca do tema, algo que se demonstra enviesado e parcial, assim como ela aponta os panfletários da Lenda Negra de fazerem.

Ao tratar da Lenda Negra e a etimologia da palavra, a autora traz um contraponto interessante: a *lenda áurea*. A Lenda Áurea consistia na hagiografia escrita por Thiago Voragine em 1265, na qual consistia a história dos santos católicos canonizados até o momento da escrita de Voragine. A Lenda Áurea seria, portanto, um elogio aos santos católicos e um sinônimo de história positiva de algo, enquanto a Lenda Negra tornava-se a opinião negativa.

Para a autora, a Lenda Negra se utiliza de um discurso demonizador que coloca apenas a Espanha como uma nação violenta, bárbara e de quem cometeu atrocidades em seu processo expansionista imperial. A autora traz uma parte do discurso de Emília Pardo Bazán para responder essa questão: “Nossa Lenda Negra nos acusa de termos oprimido as colônias. Quem vier depois de nós os oprimir duas vezes mais, embora com arte e habilidade.” (Bazán apud Barea, 2022: 23) . O argumento da autora aproxima-se ao de Julián Juderías, que escreveu seu livro um século antes de Maria Elvira Roca Barea e o de Bazán, que trata do assunto no contexto de Juderías.

Barea, ao tratar da historiografia contemporânea, que, segundo ela, também propaga a Lenda Negra, aponta que eles trabalham com verdades infundadas, ou meias-verdades. Segundo ela, “Mentir com a verdade também é mentir” (Barea, 2022: 30). Esse apontamento da autora torna-se ainda mais interessante no decorrer da leitura do livro, tendo em vista a narrativa que ela construiu acerca da relação entre Lenda Negra e Conquista da América Espanhola. A partir dessa frase, assim como da análise construída a seguir, entende-se que a Lenda Negra é construída por essas verdades falseadas, ou meias-verdades, mas que a defesa espanhola também se constrói a partir dessas meias-verdades.

A autora inicia o capítulo acerca da conquista da América desta forma:

“A Inquisição e as iniquidades americanas são os dois pilares mais longevos na longa história da hispanofobia. Não importa o que a Inquisição e a conquista da América foram em si mesmas, mas como passaram a significar o que ambas representam na cultura ocidental. Esta é uma questão que não terá solução na história se não nos referirmos ao papel que ambos os tópicos desempenharam na argumentação das autojustificativas das diferentes religiões, ideologias e nações construíram para explicar seu sucesso ou fracasso.” (Barea, 2022: 347)

Seguindo a leitura, a autora começa a discutir os aspectos da colonização americana pelos espanhóis, apontando como os nativos eram súditos da Coroa e que os territórios ultramarinos eram tratados como partes do reinado, e não colônias. Para se justificar, ela traz documentos da época e autores datados que mostram o uso de termos como “os reinos ultramarinos” ou “os reinos das Índias”, na tentativa de mostrar que as Américas e a Espanha viviam em pé de igualdade na questão territorial, e que os sujeitos que viviam na Espanha e os nativos eram tratados de forma igual. É importante também apontar que a autora omite a

violência contra os povos nativos da América, contribuindo para a ideia de que a autora trabalha com meias-verdades.

Os argumentos de Roca Barea já foram desmistificados por diversos autores, dentre eles, Matthew Restall, em seu livro *Sete Mitos da Conquista Espanhola*, no qual o autor traz os principais mitos construídos através da narrativa eurocêntrica da Conquista. No *mito da conclusão*, Restall trata exatamente da questão abordada por Barea como argumento amenizador da conquista: a questão da sujeição benevolente e voluntária dos povos indígenas, assim como as noções da América Espanhola como uma extensão do reino de Espanha, não um território colonizado explorado.

Sobre essas questões, Restall demonstra que essa narrativa era construída pelas cartas e documentos escritos pelos conquistadores com interesses em manter a expedição e a chance de se tornar um adelantado nas regiões que exploraram e conquistaram. Um de seus principais exemplos são as Cartas de Hernán Cortés, sobre o assunto, Restall utiliza um trecho das Cartas no qual Cortés tem a intenção de conquistar a parte central do México, construindo uma narrativa de que os indígenas desta região tinham vontade de se tornar *vassalos de Vossa Majestade* (Restall, 2006: 132).

“Como a afirmação de que a conquista foi levada a cabo é demasiado improvável para se sustentar por si só, Cortés recorre à invenção de um dos submitos do mito conclusão: o da sujeição voluntária dos nativos. Aqui, para defender a tese da submissão espontânea, Cortés se vale da boa e velha contraposição de um monarca poderoso e benevolente, com seu honorável representante, a um tirano indígena cruel. A implausibilidade física da consolidação do domínio hispânico é sobrepujada pela evocação de um processo ao mesmo tempo físico e metafísico, o triunfo da civilização sobre a barbárie.” (Restall, 2006: 133)

A narrativa de que os indígenas da costa mexicana se tornariam súditos da Coroa de forma voluntária, apelando para a narrativa de um rei benevolente é desconstruída por Restall, demonstrando as noções de uma necessidade de estabelecer as relações de civilização e barbárie. Através da leitura da desconstrução do mito da conclusão de Restall, confirmamos a hipótese da construção de uma defesa do Império Espanhol através das meias-verdades por Maria Elvira Roca Barea, que utiliza de autores datados e com uma interpretação literal dos documentos.

Pensando ainda na sujeição dos nativos, Restall traz exemplos diversos, desde os fundadores de Buenos Aires mortos pelos nativos em 1520, passando pelo exemplo dos araucanos no Chile, que lutaram durante anos contra o domínio espanhol, até exemplos do final do século XVIII, como os tules no Panamá. Além disso, a noção de que a conquista foi pacífica, presente na narrativa de Roca Barea ao ignorar a violência colonial também é desconstruída ao apresentar a resistência indígena:

“A despeito da histeria que de tempos em tempos dominava os espanhóis com relação às revoltas reais ou imaginadas, por parte de nativos e escravos africanos, os espanhóis acreditavam que seu império era o caminho encontrado por Deus para civilizar esses povos nas Américas. O regime colonial era visto, pois, como pacífico e benevolente - interpretação baseada na crença da completude da conquista. Por ironia, embora o entendimento nativo fosse quase o oposto (isto é, que a presença hispânica não passava de uma invasão prolongada à qual se deveria responder com um misto de acomodação e resistência), também contribuiu para a ilusão de que a *pax colonial* era uma realidade. (Restall, 2006: 140)

Essa construção da noção *civilização x barbárie* desconstruída por Matthew Restall também é reproduzida por Maria Elvira Roca Barea na justificativa da benevolência do Império Espanhol: ao colonizar as Américas, colocava a colônia num patamar de extensão do reino ao construir infraestrutura em determinadas territorialidades. A autora aborda aspectos do plano de urbanização das áreas conquistadas, apresentando o planejamento das cidades, os hospitais construídos, a questão da educação nas colônias espanholas, trazendo uma narrativa de progresso sendo levado às colônias.

A autora inicia sua defesa através da construção das estradas e cidades feitas pelos colonos na América Espanhola, mostrando essa construção como algo positivo para os vice-reinados e capitânicas-gerais. É interessante observar que na escrita de Roca Barea não há um indicativo do fruto do trabalho exploratório de indígenas e africanos escravizados que constroem essas estradas e cidades, além de colocar a finalidade destas cidades como algo para todos aqueles que viviam naqueles territórios.

A autora utiliza do argumento de progresso levado e de um certo protetorado por parte do Império Espanhol e que fosse de uso de todos em conjunto, já que, segundo a autora, todos são súditos do Império de forma igualitária. Seus argumentos seguem reafirmando esta noção quando discutem os outros âmbitos do *progresso espanhol nas Américas*, ainda que não

utilize o termo *progreso* ao tratar destas questões. Segundo ela, a estrutura criada nas Américas prova que “legalmente falando, o Novo Mundo nunca foi uma colônia da Espanha e que seus habitantes foram tão súditos da Coroa quanto os peninsulares espanhóis.” (Barea, 2022: 348), na página seguinte, segue essa afirmação de que a Espanha não tinha colônias na América, tendo em vista que não existia uma diferenciação entre colônia e metrópole no caso espanhol e, por isso seu expansionismo na América tinha características imperiais: “O Império se distingue do colonialismo e de outras formas de expansão territorial porque avança ao se replicar e integrar territórios e populações.” (Barea, 2022: 349)

Quando se discute a questão dos hospitais, a autora utiliza de forma anacrônica o termo “bem estar social”, alegando que a Coroa Espanhola leva os hospitais e uma estrutura de saúde no intuito de trazer um certo bem estar social para suas colônias. Ela trata da questão da saúde, mostrando o funcionamento do poder imperial de forma igualitária, devido às exigências da legislação criada pela Coroa.

Percebe-se que a autora utiliza de uma historiografia datada para pensar nas questões de dicotomia colônia e metrópole e não considera o funcionamento interno das colônias, que detinham de uma certa autonomia, apesar de ainda pertencerem a suas metrópoles. As noções que estabelecem essa dicotomia exacerbada são características da historiografia de meados do século XX, na qual prezava-se pelas instituições em detrimento dos sujeitos. A bibliografia apresentada pela autora denota essa característica, baseando-se em autores do início para o meio do século passado.

Para pensar nestas questões, podemos evocar novamente o mito da conclusão desconstruído por Matthew Restall. De fato, existiram cidades planejadas na colonização espanhola, porém, deve-se questionar como foram construídas, no caso, com a mão de obra indígena e africana escravizada, fato omitido pela autora durante a argumentação da construção da infraestrutura na América Espanhola como uma dádiva.

Restall aponta a autonomia presente nas colônias, assim desconstrói a narrativa de que as colônias espanholas foram todas planejadas e construídas infraestrutura como apontado por Roca Barea, portanto, deve-se pensar na complexidade de relações e na pluralidade de agentes presentes nas colônias. Segundo Restall, ao comentar das resistências

indígenas ignoradas pelo mito da conclusão, existiam diversas áreas despovoadas: “A persistência de regiões indomadas - às quais os espanhóis com frequência como *despoblados* (áreas despovoadas) - e a volatilidade das fronteiras coloniais forneciam aos nativos uma outra opção.” (Restall, 2006: 141).

A autora também aponta a ideia da infraestrutura construída para a educação: escolas e universidades foram construídas nas colônias espanholas, sendo a primeira universidade das Américas construída em Santo Domingo em 1538. Entende-se que a educação era, de fato, um pilar importante para a conquista da América, entretanto, seu objetivo não era como apontado por Roca Barea, de criar um *bem estar social*. Serge Gruzinski (2003) aponta este fenômeno da alfabetização e educação de nativos como uma forma de mostrar o sucesso da colonização na América Espanhola: coloniza-se o imaginário dos sujeitos nativos, em especial os de altas classes.

Restall também observa que a autonomia das colônias proporciona uma noção de extensão territorial, tendo em vista que seria uma forma de colonização foi a preservação de certas estruturas de povos originários para fins de conseguir mão de obra e produtos agrícolas (Restall, 2006: 141). Além disso, Restall também comenta que os esforços de conquista e colonização para os espanhóis baseou-se nas cidades-Estado bem alimentadas, como a região dos Andes e da Mesoamérica, entretanto, “[...] Mesmo que seja improvável que alguma comunidade nativa tenha escapado dos estragos causados pelas doenças epidêmicas oriundas do outro lado do Atlântico, as áreas nativas sofreram a violência da conquista direta de uma maneira ou de outra.[...]” (Restall, 2006: 142)

A violência colonial não baseia-se necessariamente no extermínio ou na violência bélica, ela também pode ser observada na questão cultural, social e também biológica através das doenças. Maria Elvira Roca Barea não leva em consideração essas questões, prezando principalmente a questão estrutural das colônias, algo que é desmontado facilmente ao pensar na preservação de cidades e povoados nativos como forma de manutenção das colônias e a intencionalidade dos colonizadores ao criar essa infraestrutura. Ao não levar em consideração a ação nativa, tanto de resistência quanto de negociação e participação na conquista

Conclusão

A partir da análise da justificativa de Maria Elvira Roca Barea em *Imperiofobia e Lenda Negra: Roma, Estados Unidos e o Império Espanhol* acerca da conquista da América, percebemos que, apesar da propaganda da Lenda Negra ser algo legítimo e que constrói um retrato exacerbado do espanhol, retratado como fanfarrão, filho do diabo e assassino através das meias-verdades, a defesa espanhola feita pela a autora também é feita de meias-verdades. Roca Barea ignora a violência perante aos indígenas, as complexidades das relações entre colônia e metrópole e as agências de sujeitos plurais.

A autora, no início do seu texto diz “Mentir com a verdade também é mentir” ao se referir a historiografia estrangeira, que ela alega reafirmar a propaganda anti espanhola. Ao analisar o posicionamento da autora e a construção de argumento através das meias-verdades, ou seja, da omissão de fatos para uma defesa do Império Espanhol, questionamos se o posicionamento seria válido para si mesma.

Referências bibliográficas

BAREA, Maria Elvira Roca. *Imperiofobia e Lenda Negra: Roma, Estados Unidos e o Império Espanhol*. Campinas, 2022: Vide Editorial.

JUDERÍAS, Julian. *La Leyenda Negra y la verdad histórica*. Madrid, 1965: Clássicos de História.

PEREZ, Yolanda Rodrigues et al. *España ante sus críticos: las claves de la Leyenda Negra*. Madrid, 2015: Iberoamericana.

RESTALL, Matthew. *Sete mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro, 2006: Civilização Brasileira.

ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo, 2015: Editora Perspectiva.

SCHNEIDER, Ingrid Schulze. *La Leyenda Negra de España: Propaganda en la Guerra de Flandes (1566-1584)*. Madrid, 2008: Editorial Complutense.

“CUBA: LUTANDO PELA LIBERDADE - A INDEPENDÊNCIA E O CONFRONTO COM O IMPERIALISMO”

Isabela de Almeida Gonçalves Pereira

Júlia Luciana Barra¹¹⁷

RESUMO

Este artigo aborda os impactos do imperialismo na América Latina, especialmente em Cuba, desde o período da Independência até os dias atuais. Utilizando a interpretação de uma ilustração de Thomas May de 1907. Intitulada “A liberdade de Cuba não está longe”, a obra procura evidenciar a influência do imperialismo, a partir do processo de Independência e seus reflexos na situação atual de Cuba. O artigo apresenta um panorama histórico, destacando dois momentos cruciais na luta pela independência cubana: a Guerra dos Dez Anos (1868 – 1878) e um segundo conflito entre 1895 e 1898, que pôs fim ao domínio espanhol que deu início a intervenção dos EUA em Cuba.

Palavras Chaves: Cuba, Imperialismo, EUA.

ABSTRACT

This article addresses the impacts of imperialism in Latin America, especially in Cuba, from the period of Independence to the present day. Using the interpretation of an illustration by Thomas May from 1907, called "Cuba's Freedom Is Not Far Off", the work seeks to highlight the influence of imperialism, starting from the process of Independence and its reflections on the current situation of Cuba. The article provides a historical overview, highlighting two crucial moments in the struggle for Cuban independence: the Ten Years' War (1868-1878) and a second conflict between 1895 and 1898, which ended Spanish rule and began the U.S. intervention in Cuba.

Keyword: Cuba, imperialism, USA.

¹¹⁷ Graduanda – almeida.isabelapereira@estudante.ufjf.br

Graduanda – julialuciana.barra@estudante.ufjf.br

No presente trabalho, pretendemos analisar certos impactos do Imperialismo na América Latina, mais especificamente sobre Cuba, traçando um panorama dessa ação que vem desde o processo de Independência, pontuando alguns de seus reflexos na atualidade do país em questão. Para a realização dessa análise, utilizaremos da interpretação de uma ilustração, datada de 1907, denominada *Cuba 's Freedom Is Not Far Off*, de Thomas May.

Inicialmente, observamos em nossa pesquisa sobre o tema, que ao tratar da questão do Imperialismo em Cuba, a historiografia tem prezado pelo tema da Revolução Cubana, e todos os fatores históricos que envolvem o período em que ocorreu – leia-se entre 1953 e 1959. Portanto, levando em consideração a complexidade desse processo, temos como objetivo propor uma leitura que também considere os fatores do processo de Independência de Cuba como relevantes para a compreensão dos efeitos imperialistas sobre a América Latina.

Dessa forma, inferimos que desde o período da Independência, Cuba possui uma questão agrícola bastante significativa, que vem sendo apropriada pelos Estados Unidos (e concomitantemente, pelo Imperialismo), de modo que afeta a percepção atual que tem-se sobre o país.

A partir dessa questão é possível traçar um panorama histórico. A luta pela independência de Cuba possui dois processos decisivos, o primeiro corresponde a Guerra dos Dez Anos, ocorrida entre 1868 e 1878. E um segundo processo, expresso em um conflito sucedido entre 1895 e 1898, que pôs fim ao colonialismo espanhol, ao passo que iniciou a intervenção estadunidense no país. Pode-se mencionar um terceiro momento, em 1952, em que os cubanos lutam pelo fim desse domínio norte americano, mas que não nos daremos articulação neste trabalho.

Tratando-se da Guerra dos Dez Anos, faz-se necessário compreender, primeiramente, que Cuba possuía uma posição geográfica favorável, de clima tropical e solo fértil, o qual possibilita a produção de cana de açúcar (elemento que viria a ser fundamental para a economia cubana no século XVIII). Para a estruturação dos domínios coloniais, essa característica era relevante em termos de economia, já que o açúcar nesse período era um produto valioso e de bastante demanda na Europa, além de que a localização geográfica de Cuba era estratégica para as rotas comerciais transatlânticas.

Nesse contexto, a prática da escravidão era fator comum e fundamental para garantir o funcionamento desse sistema colonial. Como pontua GARCÍA (*apud* FRASQUET, 2014, p. 57), em 1808 a população cubana de escravizados negros e mulatos representava um contingente de 11.514 pessoas, para um total de 33.881.

Essas características, associadas aos “[...] interesses comerciais norte-americanos estavam presentes no açúcar, minério de ferro, manganês, tabaco e nas ferrovias (Cockcroft, 2001, s.p *apud* Ayerbe, 2004, p. 22)” fez com que uma das peculiaridades da economia cubana fosse a capacidade de especializar-se para direcionar a exportação para mercados específicos, como era o caso dos EUA. Sendo assim, a título de exemplo, entre os países latino-americanos, em 1913, Cuba representava o terceiro lugar (de uma base de 1 a 10) na concentração de exportações em um único produto.

Posto isso, em um cenário de insatisfação com o regime colonial, bem como de insatisfação com a manutenção da escravidão que era fortemente presente na sociedade cubana, em 1868 acontece a primeira tentativa de libertação de Cuba do domínio espanhol. Isso ocorreu através de uma rebelião liderada por Carlos Manuel de Céspedes, influente advogado e proprietário de engenhos. Fato importante a ser ressaltado é que Cuba foi uma das últimas colônias da América Latina a libertar-se da Espanha, evento este que ocorreu posteriormente, em 1898. O fim desse conflito, portanto, se efetiva em 1878, ao passo que a luta pela emancipação dos cativos se mantém até o ano de 1880.

O fim da escravidão em Cuba é parte de um processo que envolve inúmeras pressões externas, juntamente a fatores políticos e econômicos. A Inglaterra já pressionava e posicionava-se contra a prática da escravidão, e colocava sanções econômicas nos países que ainda praticavam o tráfico transatlântico, como assistiu-se no Brasil. Além disso, assistiu-se a um crescente “interesse de investidores norte-americanos em adquirir terras e controlar o mercado exportador do país [...]” (AYERBE, 2004, p. 22).

Essa crescente dependência dos Estados Unidos da economia açucareira cubana iria manifestar-se diretamente na segunda guerra pela independência de Cuba, que ocorreu em 1895. Neste ano, uma expedição vinda da ilha de São Domingue ¹¹⁸(atual Haiti) desembarcou

¹¹⁸ Víctor Bulmer-Thomas, 1998, p. 59-441 *apud* Antonio Santamaría García, 2012, p. 193.

em Cuba sob o comando de Máximo Gomez, generalíssimo que era conhecido por suas políticas de terras, que incluíam atear fogo às propriedades e plantações de açúcar de domínio espanhol. Junto a ele, estava o jornalista José Martí, figura de extrema importância para a construção da identidade nacional cubana, em que sempre alertava o povo para uma possível dominação dos EUA. Assim,

A fines del XIX la mayoría del pueblo cubano deseaba una independencia total y había abandonado definitivamente las ideas anexionistas y autonomistas: en gran parte ello fue obra de José Martí, que habló, escribió y luchó incansablemente para convencer a los cubanos de que "Cuba debe ser libre De España y de los Estados Unidos. (LAVIANA CUETOS, 2011, p. 21)

Martí morre durante a segunda guerra pela independência, mas deixando seu legado. Em um momento em que os independentistas estavam próximos a concretizar seu interesse em colocar fim à dominação espanhola, os Estados Unidos intervêm no conflito em decorrência de um incidente envolvendo um navio no Porto de Havana, declarando guerra à Espanha. Com a consequente derrota, Espanha assina tratado de paz em Paris, reconhecendo a independência cubana e transferindo a propriedade de Porto Rico e Guam para os Estados Unidos. Desse modo, apesar da independência reconhecida, Cuba fica ocupada pelas tropas norte-americanas, onde há um governo provisório que estabelece a Emenda Platt. Considera-se que nesse momento é que passa-se a ser efetivado o avanço imperialista em Cuba.

A Emenda Platt, por sua vez, “[...] permitía a los Estados Unidos intervenir militarmente en la isla cuando considerarán subvertido el orden institucional, ocasión que se presentó en 1906 y dio lugar a otros tres años de ocupación militar [...]” (id., p. 23). Logo após a implementação da emenda constitucional, as tropas saem do país em 1903. Conforme dito anteriormente, há um avanço imperialista em ascensão que caracterizou-se, basicamente, em uma política externa intervencionista. Martí havia alertado a população, já que havia grupos em Cuba que apoiavam uma corrente ideológica a favor de uma possível integração do país ao sul escravista dos Estados Unidos. Afirmando verem “[...] en el tutelaje norteamericano la mejor garantía para el progreso de la isla y pretendían incorporarse a la Unión como un estado más y no como una posesión.” (id., p. 20).

Figura 1: *Cuba's Freedom Is Not Far Off*, por Thomas May



Fonte: Servidor educacional de James Madison University ¹¹⁹

Analisando a Figura 1 em relação aos fatos já descritos, nota-se que a charge representa de modo crítico a presença dessas relações desiguais de poder entre Cuba e os Estados Unidos. Observa-se na ilustração, como representação dessas diferenças, uma dualidade de poder em que os Estados Unidos (expresso como Tio Sam) está ao lado direito, segurando um boneco (como se fosse um presente) com uma faixa escrita *freedom*, que quer dizer liberdade, em inglês.

Além disso, nesse mesmo lado, é possível notar a presença de um navio de grandes proporções – ao contrário do lado que representa Cuba – em que pode-se notar uma grande área ruralizada, representada pela casa simples ao fundo e pelas vestes da criança que é

¹¹⁹ CUBA CARTOON 3. JMU Education, 2010. Disponível em: https://educ.jmu.edu/~vannorwc/assets/ghist%20102-150/images/photoessays_images/cuba_cartoons_images/cubacartoon3.JPG. Acesso em: 02, jun. 2023.

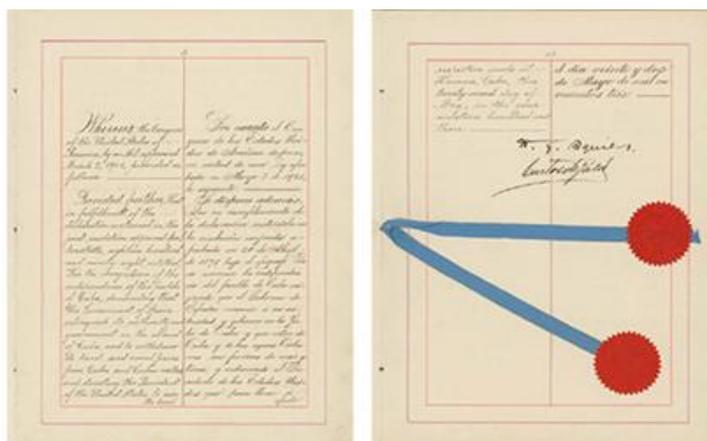
acariciada pelas mãos de Tio Sam¹²⁰. Essa criança é de Cuba, que também usa vestimentas simples.

Essa imagem trabalha como a presença dos Estados Unidos em Cuba é um problema que reverbera até o tempo presente. Como é notável, no processo de independência de Cuba, os EUA teve um papel significativo, sobretudo com relação a pressão política e diplomática que refletiu em vários pontos, como por exemplo a Emenda Platt – um anexo da Constituição cubana de 1901 que concede aos EUA o direito de intervir em Cuba com a finalidade de proteger seus próprios interesses – permitindo que os EUA mantivessem uma relação de influência muito forte acerca dos assuntos políticos e militares. Com isso, intervenções militares tiveram uma presença significativa, um exemplo disto é a ocupação militar nos anos de 1906, 09, 17 e 22, que visavam proteger os interesses dos norte-americanos. Assim, essa relação contínua evoluiu ao longo do século XX, com impactos significativos na história cubana.

Pode-se mencionar também que, a partir de 1930, em decorrência da Grande Depressão, as economias latino-americanas passaram de um modelo de exportação enquanto peça fundamental, para uma indústria de substituição de importações, com o intuito de desenvolver o setor manufatureiro e diminuir a dependência de capital externo. Devido a capacidade de Cuba de especializar suas exportações, essa transformação na questão industrial gerou ainda mais dependência econômica, contrário ao que foi visto em outros países. Foi necessário uma rápida industrialização, com maior necessidade de intervenção para garantir a manutenção desse sistema econômico açucareiro e suas especificidades.

Figura 2: Revogação Da Emenda Platt

¹²⁰ Tio Sam é a personificação dos Estados Unidos da América, que em sua identidade visual porta elementos condizentes com a bandeira do país.



Fonte: Este Dia Na História Cubana – 22 De Maio De 1934¹²¹

Outrossim, a visão que muitos indivíduos têm sobre Cuba é de influência imperialista. Assim há vários pontos para se destacar quando se fala sobre como o Imperialismo se faz presente em Cuba, um deles é o embargo econômico que Cuba sofre até o tempo presente. O embargo econômico é uma política de restrição comercial, financeira e diplomática imposta pelos EUA a Cuba em 1960, estabelecida como uma resposta à Revolução Cubana iniciada em 1953.

Com o embargo, a economia cubana teve suas oportunidades comerciais limitadas, como em 1962, em que a ampliação do embargo que reprimiu quase todos os tipos de comércio abrangentes, com um impacto significativo e duradouro, Cuba foi prejudicada com a falta de acesso ao mercado estadunidense dificultou a obtenção de bens e serviços que são cruciais para que o país se desenvolvesse.

O olhar xenofóbico e a ideia de que Cuba é um país subdesenvolvido, argumentam com a soberania que os Estados Unidos, um país capitalista, tem sobre Cuba, um país extremamente explorado, desde sua colonização. No entanto, em 2014, no governo de Barack Obama, houve uma flexibilização com relação às restrições, mas apesar disso, o embargo econômico ainda é uma realidade.

Figura 3: Propaganda contra o embargo econômico imposto pelos EUA à Cuba

¹²¹ Cuba Insight – Publicações Do Instituto De Estudos Cubanos.



Fonte: Cubadebate¹²²

Como dito, os reflexos do embargo ainda se fazem presentes. Na Figura 3 o *outdoor* anuncia a frase que em tradução livre quer dizer “Como o vírus, o bloqueio dos Estados Unidos isola.” Entende-se que durante a pandemia de Covid-19, os insumos e equipamentos se tornaram inacessíveis, justamente pelos obstáculos colocados ao acesso dessas tecnologias por parte de potências imperialistas como a norte-americana. Sendo assim, observa-se que "quando em abril de 2020 uma doação da China prometeu chegar com vários desses ventiladores, a empresa estadunidense que faria o transporte recusou, escondendo-se atrás da lei Helms-Burton¹²³."

Finalmente, através dos recursos visuais apresentados, bem como do panorama histórico construído por Cuba no decorrer dos anos, conseguimos tornar possível a visualização dessa forte influência imperialista, que inúmeras vezes potencializa crises e desenvolve prejuízos para o país. Mas, ainda diante desse cenário, Cuba manteve sua luta pela liberdade, levantando disputas que colocaram em pauta sua identidade nacional perante essas relações assimétricas.

Referências bibliográficas:

¹²² Cuba Debate, 2022. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2022/02/06/cuba-ha-estado-bajo-embargo-estadounidense-durante-60-anos-es-hora-de-que-eso-acabe/>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

¹²³ Socialismo Criativo, 2022. Disponível em: <<https://www.socialismocriativo.com.br/eua-usou-covid-19-para-intensificar-bloqueio-contra-cuba/>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

A Revolução Cubana – Luis Fernando Ayerbe (Cap. 1: A emergência do processo revolucionário).

Cuba ha estado bajo embargo estadounidense durante 60 años: Es hora de que eso acabe.

Cuba Insight – Publicações Do Instituto De Estudos Cubanos.

Economia e modernização na América Espanhola da segunda metade do século XIX – Dinair Andrade da Silva.

FONSECA, Carlos da. O Governo George W. Bush e o relacionamento EUA-América Latina. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 19, p. 147-158, set. 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 2, p. 135-146, 2002.

Víctor Bulmer-Thomas, 1998, p. 59-441 apud Antonio Santamaría García, 2012, p. 193.

ZALDÍVAR, Júlio César Guancho. “A democracia em Cuba”. *Estudos Avançados* 25 (71), 2011. p. 19 – 28.

O vodu como resistência à oficialização do catolicismo

Davi José Gama Silva¹²⁴

Eduarda Guerra Tostes¹²⁵

Resumo

Os preconceitos construídos ao longo da história, no que diz respeito a religiões não cristãs, desenvolveram uma concepção demonizada de várias práticas religiosas. A história da Revolução de Saint-Domingue, colônia francesa, e seu aspecto religioso estão entrelaçados em uma resistência e um sincretismo entre o catolicismo, religião dos colonizadores, e o vodu, religião dos escravizados. O processo revolucionário dos escravizados, diferente de tudo o que tinha acontecido ou que aconteceu nas colônias europeias, demonstrou rupturas e continuidades. O catolicismo, enquanto religião legalmente oficial e única permitida de Saint-Domingue, evidenciou, mesmo após a Independência em 1804, uma permanência de séculos de repressão e violência religiosa. Esse aspecto se faz presente em documentos legislativos e constitucionais da época. O objetivo deste trabalho é analisar a demonização do vodu frente a oficialização legal do catolicismo, bem como entender a religião vodu como um projeto político de resistência.

Palavra chave: Colonização; Vodu haitiano; Intolerância Religiosa;

Résumé

Les préjugés construits tout au long de l'histoire en ce qui concerne les religions non chrétiennes ont développé une conception diabolique de diverses pratiques religieuses. L'histoire de la Révolution de Saint-Domingue, colonie française, et son aspect religieux sont entrelacés dans une résistance et un syncrétisme entre le catholicisme, religion des colons, et le vaudou, religion des esclaves. Le processus révolutionnaire des esclaves, différent de tout

¹²⁴ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

¹²⁵ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

ce qui s'était passé ou s'était passé dans les colonies européennes, a montré des ruptures et des continuités. Le catholicisme, en tant que religion légalement officielle et unique autorisée de Saint-Domingue, a mis en évidence, même après l'indépendance en 1804, une permanence de siècles de répression et de violence religieuse. Cet aspect est présent dans les documents législatifs et constitutionnels de l'époque. Le but de ce travail est d'analyser la diabolisation du vaudou face à l'officialisation légale du catholicisme, ainsi que de comprendre la religion vaudou comme un projet politique de résistance.

Mot clé: Colonisation; Vaudou haitien; Intolérance Religieuse;

Introdução

O Vodou, é uma religião que colaborou para que ocorresse a Revolução Haitiana. Sendo um dos principais elementos para que ocorresse tal ato.

Mesmo tendo uma grande importância para a revolução, a religião não foi levada em consideração na promulgação da Constituição de 1801, tendo como religião oficial do Estado, a Católica Apostólica Romana.

O catolicismo precedeu o Vodou no Haiti, por ser a religião dos colonizadores. Fazendo com que o Vodou, se utilizasse de imagens do catolicismo, datas e ritos da religião católica (obviamente os adequando a sua religião), assim realizando uma espécie de sincretismo religioso.

Essa religião passa a ter um papel revolucionário com a Cerimônia de Bois Caiman, conhecida como responsável pelo levante de escravizados de etnias diversas.

Neste artigo, nós iremos abordar estas questões apresentadas. Falando inicialmente sobre o Vodou como prática religiosa no Haiti, o seu funcionamento e assim relacionando com a religião dos colonizadores.

Com isso, iremos abordar a legalização do catolicismo como religião oficial e conseqüentemente as problemáticas com relação a isso e a conseqüência para o vodou Haitiano. Além do conflito existente entre ambas as religiões em território Haitiano

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Vodu como prática religiosa

O Vodou (em crioulo haitiano) ou Vodou é uma religião sincrética monoteísta que não possui uma grande definição do que ela pode ser, “[...] em razão da grande diversidade de seus ritos e de sua grande tendência em adaptar-se às diversas realidades.” (PIERRE, Jean, 2009, p. 30).

Essa religião, remete aos costumes de povos africanos, tendo as suas raízes linguísticas no idioma fon-ewe, aos quais eram falantes, principalmente o povo Fon, Yorubá e Ewe, assim, “[...] oferecendo elementos unificadores, sobretudo no que diz respeito à língua do crioulo e à religião do Vodou. O Crioulo e o Vodou tornam-se, portanto, os elementos fundadores da nação haitiana.”(PIERRE, Jean, 2009, p. 30).

O vodou para além de uma religião, também é visto como algo utilizado para a realização de curas e busca do bem-estar, seja ele coletivo ou pessoal. Além de fomentar uma relação com a natureza, pois o homem está intimamente inserido nela (GENTINI;PROSPERE, 2013).

Essa religião, a princípio, no séc XVIII, buscava responder durante cultos em Saint Domingue, várias questões do dia a dia. Dentre elas, os constrangimentos que eles passavam pelos colonizadores do local. (VANHEE, 2014)

O vodou haitiano tem o seu princípio com a evasão dos escravizados (marronnage), pois fomentou o encontro e união de indivíduos de diversas etnias, línguas e religiões. Conseguindo assim, promover a sua cultura e a reajustando ao momento em que estavam. Promovendo consequentemente o vodou e a língua crioula. (FREITAS;OLIVEIRA;SUIRE, 2021)

Com o tempo o Vodou no Haiti, toma a forma pela qual ele ficou conhecido. Tendo uma entidade suprema da qual não se tem tanto contato e que não possui muita influência no cotidiano das pessoas. Sendo necessário os Iwa (loas), que são entidades com capacidade de

intervir na vida das pessoas, além de servirem como intermediadores entre os humanos e a divindade suprema. Também, no Vodou haitiano, existem outras entidades como os pwen (espíritos malévolos) que também podem causar influência na vida terrena.

Algumas entidades como os Iwa, podem pertencer ou ter origem de alguma nação do continente africano, como o Kongo, Wangol ou Guiné (LOUIS, 2017).

Os Iwa estão enquadrados em dois gêneros: Masculino e feminino. Dentro disso, existem os sacerdotes que realizam os rituais da religião Vodou. Sendo os *Hougans* quando se está no lado masculino e as *mambos* quando se está do lado feminino. Tendo assim, vários graus ou etapas para se chegar a essa posição dentro da religião, sendo eles o lava-cabeça, kanzo e ansan. Cada grau tendo a sua especificidade para alcançar o sacerdócio. (PIERRE, 2009).

A influência do Vodou, como dito anteriormente, foi trazida por pessoas negras escravizadas que vinham de diversas áreas do continente africano e, com isso, trazendo as suas tradições. Dentre eles estão os ritos com músicas e instrumentos que incluem o atabaque que colabora para que haja a conexão com o ambiente místico do vodou. Outros instrumentos podem ser utilizados no vodou. Tambores e agogôs tem um toque específico em cada nação, para que possam ser chamados os Iwa para a realização de um determinado tipo de serviço. Além de existir os *vèvè*, que são desenhos utilizados para representar o Iwa que está sendo chamado no momento. (DALMASO, 2014).

De acordo com Jean Gardy Jean Pierre, o nome “África” dado ao continente, não foi algo dado pelas pessoas que ali estavam, mas sim pelos colonizadores. Os que foram escravizados sabiam o nome da região de onde vinham. Com isso, os escravizados acreditavam que após a sua morte na religião vodou, voltariam para Guiné. Já que a porta de saída do continente africano era o Golfo da Guiné. Assim fazendo com que até hoje a expressão “Lafrik-Guinen” seja utilizado no atual Haiti. Alguns escravizados, após situações de castigo exacerbado, cometiam suicídio. Acreditando que assim, os seus espíritos iriam voltar para Guiné. (PIERRE, 2009).

Relação do Vodou Haitiano com o Catolicismo

O vodu foi demonizado durante vários períodos da história do Haiti. Um processo que começou com a consideração da adoração de deuses e das práticas religiosas dos negros, nos tempos coloniais, como idolatria e proximidade com o diabo. Esse processo continuou com a vontade dos colonos e de alguns padres católicos de converter escravos e haitianos ao cristianismo, a fim de levá-los do chamado estado “bárbaro” ao chamado “estado civilizado”. (FREITAS; OLIVEIRA; SUIRE, 2021, p. 337)

A igreja católica no Haiti, forçou os escravizados a abandonarem as suas raízes e assim, aceitarem um Deus que não era deles de fato. Assim, não permitindo que as pessoas que vinham de suas determinadas regiões no continente africano, exercessem as suas crenças.

Luis XIII, no período colonial, “[...]estava disposto a “salvar” os africanos do que ele denominava de idolatria e colocá-los no que dizia ser o bom caminho para eles poderem voltar ao serviço do chamado verdadeiro Deus, e praticar a chamada religião verdadeira – o cristianismo.” (FREITAS; OLIVEIRA; SUIRE, 2021, p. 337).

O rei Luís XVI, cria o *Code Noir* (Código Negro), impondo o catolicismo e proibindo as religiões nativas aos escravizados no Haiti. Além de estabelecer que era “[...]obrigação dos senhores em batizar seus escravos e exigir destes a participação em celebrações religiosas católicas e no culto aos santos.” (BAPTISTA, 2014, p. 27). Tendo assim, que se expor a “[...]simbologia, ritos, gestos e cantos eram novos e desconhecidos.” (PIERRE, 2009, p. 37).

Uma série de leis foram criadas para impedir qualquer tipo de manifestação religiosa que não fosse a Católica Apostólica Romana.

Mesmo tendo tido essa espécie de ação no período colonial por parte do Luis XIII, de seu descendente Luís XVI e pela própria Igreja que tentava a todo custo endemonizar o Vodu Haitiano, eles não conseguiram silenciar a religião. Que, através de vários métodos, conseguiu resistir à perseguição, se mantendo triunfante. Fazendo com que, no futuro, se tornasse um dos principais fatores para a ocorrência de Revolução no país.

Para conseguirem continuar exercendo a sua religião, os escravizados que ali estavam, começaram a utilizar de imagens e de elementos da fé cristã, com o intuito de enganar os

colonizadores. Gerando assim uma confiança dos colonizadores com relação aos escravizados, pois eles acreditavam que os cativos estariam exercendo a religião católica.

Para Jean Gardy Jean Pierre (PIERRE, 2009), esse sincretismo religioso pode ser visto sob a ótica de três planos. O primeiro seria o plano ecológico que ao lado de potes que contém os Iwa dos mortos, também tem uma imagem de santos católicos e terços, cada um com a sua finalidade.

O segundo plano seria o dos ritos e das cerimônias, pois o vodu haitiano relaciona datas do catolicismo com datas de feriados das suas entidades, também tendo uma diferença na forma que cada rito é realizado. Além é claro de terem aderido ao batismo e à Eucaristia e a outros ritos do catolicismo. Com algumas distinções.

O terceiro plano seria o das representações coletivas. Em que algumas imagens da religião cristã, representam também a do Vodou Haitiano.

Esses planos demonstram claramente que o catolicismo teve uma influência muito grande no Vodou do Haiti. Mesmo que essas adaptações da religião tenham vindo para que houvesse a sobrevivência dos rituais da religião, perante a grande perseguição que havia na época.

Eles também exerciam a sua religião de uma forma oculta. Inclusive, a mais importante das reuniões, foi realizada dessa forma. A cerimônia que ficou conhecida como Bois Caiman em que

“[...]liderada por um dos chefes militares da revolução haitiana, o jamaicano Boukman, a quem se atribui o fato de ter sido um ougán, um sacerdote vodu, ou que teria sido secundado por uma mambo, sacerdotisa vodu. Nesta reunião, segundo a literatura sobre a história do Haiti, os escravos fugitivos teriam firmado um pacto, através de uma cerimônia: o sacrifício de um porco aos loas, divindades vodu, mais precisamente à divindade guerreira Ogou, marcaria o início de uma grande investida escrava contra os senhores, o ato inicial da grande luta de libertação do Haiti (BAPTISTA, 2014, p. 27)

Essa cerimônia colaborou para desencadear a Revolução Haitiana. Porém, também colaborou, para que a Igreja no decorrer dos anos aumentasse ainda mais as perseguições,

endemizasse ainda mais a religião e ainda gerasse imagens estereotipadas sobre o povo haitiano.

Os conflitos entre o Vodou Haitiano e a igreja católica perduraram até mesmo depois da Independência haitiana. Tendo outros perseguidores também como

“[...]Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines, Henri Christophe e Nicolas Fabre Greffard, que são figuras importantes nas lutas que levaram à independência do Haiti em 1 de janeiro de 1804. Este é também o caso do presidente Élie Lescot, alguns padres da Igreja Católica e o presidente Sténio Vincent, sob a ocupação americana que ocorreu de 1915 a 1934 no Haiti. (FREITAS; OLIVEIRA; SUIRE, 2021, p. 338)

É fato que a relação entre o catolicismo e o vodou haitiano sempre foi algo prejudicial para a religião dos cativos. Fazendo com que houvesse criações de leis para evitar a liberdade de manifestar a própria religião desde os tempos de colônia até o Haiti pós- Independência.

Também, se torna válido ressaltar, que toda a perseguição que o Vodou Haitiano sofreu, contribuiu muito de uma forma direta para como essa religião ainda é enxergada nos dias atuais. Vista de uma forma cheia de estereótipos e sendo vista como uma religião violenta e de “carga pesada”, em vários países e até por praticantes de outras religiões de matrizes africanas.

Essa mácula que a religião Católica Apostólica Romana colaborou para gerar, ainda não passou e faz com que o povo haitiano, seja visto como amaldiçoado, pelas elites locais do país e até por eles mesmos.

A legalização do catolicismo como continuidade da colonização

O vodou enquanto prática de resistência frente à fé católica, obrigatória em toda a colônia de Saint-Domingue, se mostrou um aparato não só social bem como cultural. No

documento “Loi de la Colonie Française”¹²⁶, o governador Toussaint Louverture escreve um texto legislativo para a colônia de Saint-Domingue. É certo que a perseguição contra a religião Vodou à muito já era fomentada pelos colonizadores, bem como outras religiões africanas. Entretanto, entender como, mediante a um processo revolucionário, e não esperado das colônias, que ganhou tanta força a ponto de alcançar a independência, continua com um estigma inenarrável sobre o Vodou, é tentar compreender o porquê documentos jurídicos, constitucionais, legislativos incluía somente o catolicismo como válido.

Dentre as várias leis presentes no documento, de ordem civil, jurídica, administrativa e social, uma das leis se refere exclusivamente “Sobre a Religião Católica, Apostólica e Romana” onde 28 pontos são abordados. A lei trata desde a cerimônia do culto em si até questões envolvendo economia, respeito às autoridades e as cerimônias e a legalidade dos diversos ministros da ordem religiosa. De acordo com o artigo primeiro: “Todas as pessoas, qualquer que seja a sua opinião religiosa, devem respeitar o culto, cuja constituição de Saint-Domingue proclamou o exercício público. (Tradução nossa)”¹²⁷ O primeiro artigo reforçava a legitimidade do catolicismo sendo a única religião tratada tanto na Constituição de 1801¹²⁸, quanto nas “Leis da Colônia Francesa”.

Apesar do processo revolucionário estar no seu auge e culminar na Independência da ilha caribenha em 1804 o cristianismo continuou sendo por muito tempo no pós independência a religião oficial. A difusão do cristianismo e sua autoridade demonizou o Vodou e inferiorizou o *Kreyòl*¹²⁹. A repressão sofrida pelos escravizados praticantes dessa religião se mostrou intensa e violenta. A historiadora Ludmila (2017) observa que essa demonização foi e ainda é utilizada como uma perseguição ideológica e cultural.

“Certos de que eram detentores da única fé possível, os colonos cristãos passaram a ver em tais práticas africanas exemplos de magia e bruxaria, logo, a necessidade de classificá-las como obras demoníacas. Dada tais preocupações, passam a ser estabelecidas ainda mais normas para impedir tais agrupamentos. Essa história de

¹²⁶ Documento de 15 de julho de 1801.

¹²⁷ Título I. O exercício do culto, art 1.

¹²⁸ Título III - Na religião. Art 6 - A religião católica, apostólica e romana, é a única professada publicamente.

¹²⁹ Língua falada pelos haitianos.

opressão sobre uma prática religiosa irá infelizmente atravessar toda a história do Haiti, inclusive a contemporânea.” (LOUIS, 2017).

Ela argumenta que essa perseguição não era especificamente religiosa mas se desenhava naquilo que era considerado pelo mundo ocidental como primitivo e bárbaro.

Nas leis “Sobre a Religião Católica, Apostólica e Romana” essa perseguição em relação ao Vodou se mostra evidente em pontos como: “Quem, em violação do artigo precedente,¹³⁰ perturbar o exercício da *culie*, quer nos lugares que lhe são consagrados, quer nas cerimônias ordenadas pela religião, quer na pessoa de um dos seus ministros, será considerado perturbador da ordem pública, perseguido e punido como tal.” e “Todas as cerimônias religiosas, excepto as relativas à administração dos sacramentos aos doentes, não poderão ter lugar antes do nascer nem antes do pôr-do-sol.” A primeira torna qualquer indivíduo contrário à religião cristã como perturbador da ordem sendo legalmente punido e a segunda proíbe cerimônias religiosas durante a noite. A questão principal se apresenta de forma a banalizar o sentido de perturbar deixando em aberto para o acusador a punição devida, bem como proibir cerimônias religiosas a noite sendo que muitas cerimônias realizadas pelos *ougan*¹³¹ são feitas a noite.

A perseguição religiosa, o preconceito, o Vodou como culpabilização de catástrofes e tantos outros estigmas ainda estão presentes na história do Haiti. Juridicamente, a oficialização do catolicismo como única prática religiosa permitida se estenderá até o século XX.

A Constituição de 1801, diz em seu artigo 6, que a religião católica, apostólica e romana é a única professada publicamente; a de 1805, diz nos seus artigos 50, 51, 52 que a lei não admite uma religião dominante, que a liberdade de culto é tolerada, que o Estado não prevê a manutenção de nenhuma religião; A de 1806 diz, no seu artigo 35, que a religião católica, apostólica e romana, sendo a de todos os haitianos, é a religião do Estado; A de 1807 diz que a religião católica; apostólico e romano é o único reconhecido pelo governo, que o exercício de outros é tolerado, mas não publicamente, a de 1816, em

¹³⁰ Referência ao artigo primeiro citado acima em que coloca a fé católica como única professada publicamente.

¹³¹ Sacerdote Vodou.

seu artigo 18, diz que a religião católica, apostólica e romana é a de todos os haitianos, é a única do Estado. (JOSEPH JANVIER, Louis.1886, p.301 *apud* LOUIS, 2017).

A insurreição demonstra o Vodou como forma de resistência dos negros escravizados. O professor e antropólogo Trouillot (2016) demonstra que a violência simbólica, física, cultural, religiosa, dentre tantas outras, se construiu em delimitar que alguns são mais humanos que outros.

[...] os grupos não europeus foram forçados a caber em variadas esquematizações filosóficas, ideológicas e práticas. O que se mais destaca, em vista daquilo que abordamos aqui, é que todas essas esquematizações reconheciam níveis distintos de humanidade. Sejam ontológicas, éticas, políticas, científicas, culturais ou simplesmente pragmáticas as bases que ordenavam esses nódulos de humanidade, o fato é que todos pressupunham e confirmavam que, em última instância, alguns humanos eram mais humanos que outros. (TROUILLOT, 2016).

Nessa chave, o Vodou é visto como uma prática de “não humanos, selvagens, bárbaros, pagãos, etc.” e por isso, se tornou um projeto político durante a Revolução de Saint-Domingue. De acordo com Cyril Robert (2000), “o vodou era o meio da conspiração. Apesar de todas as proibições, os escravos viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos e conversar; e então, desde a Revolução, escutar as novidades políticas e traçar os seus planos.” (JAMES, 2000).

Em uma perspectiva de continuidade é possível observar que apesar dos termos de cidadania, liberdade e igualdade, que foi se construindo juridicamente com o passar dos anos, o processo da mentalidade ex-escravo foi aos poucos ganhando espaço. A conquista da abolição constitucional da escravatura representa esse processo gradual de liberdade. No caso da religião, a continuidade se estende ainda mais influenciando nos termos de liberdade, por exemplo, do trabalho remunerado que se estendia de sexta a sábado e domingo, dia do Senhor (de acordo com o catolicismo), dia de descanso.

No contexto histórico da época, Toussaint Louverture, para manter a emancipação negra, como comandante chefe e governador de Saint-Domingue decidiu, após a abolição,

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

restaurar a prosperidade econômica e legalizar institucionalmente a soberania da colônia. Para isso convidou os antigos proprietários brancos a retornarem a suas propriedades a fim de recuperar a economia da colônia. A soberania foi estabelecida legalmente por meio das Constituições que se seguiram. Entretanto, observa-se, principalmente no documento de Leis da Colônia Francesa, uma grande necessidade de atender as necessidades dos grandes proprietários instalados ali. O documento demonstra a influência de muitos anos da colonização no que seria o Haiti em 1804. Toussaint,

[...] compreendia, igualmente, o desejo irreversível dos trabalhadores negros em assumirem as suas vidas como cidadãos livres através da sua transformação em pequenos proprietários que cultivavam as suas pequenas hortas para subsistirem e para, quanto muito, comerciar em mercados locais. Para Toussaint, esta tendência teria que ser reprimida por todos os meios necessários. Com esse objetivo, ele manteve as grandes propriedades, convidou os seus proprietários brancos para que regressassem e as assumissem de novo, alugou as plantações que tinham sido ocupadas aos seus generais superiores, e colocou os trabalhadores sob controle militar direto. (FICK, 2004).

O Haiti atualmente ainda é visto de maneira pejorativa. As catástrofes naturais são relacionadas ao Vodou, principalmente por grupos cristãos, como foi o caso do terremoto de 2010.

No caso do Haiti, especialmente a Revolução haitiana que objetivou o fim da submissão, foi renegada ao silêncio durante muito tempo, prevalecendo apenas a imagem de país miserável, governos ditatoriais e extrema violência. Até os nossos dias, muitos manuais de história utilizados nas escolas brasileiras, omitem a existência da Revolução haitiana e a sua importância nas lutas por liberdade na América Latina. (NOGUEIRA, 2015).

O medo e o terror espalhados para difamar e silenciar diversas religiões e banalizar a construção do conhecimento sobre elas é um dos maiores problemas religiosos e suas raízes estão fortemente ligadas aos processos coloniais. O medo sobre “o outro” suscita discursos violentos que se transformam em políticas de extermínio e de morte. O vodou ainda é muito estereotipado e mistificado como “religião de satã” e isso fez e ainda faz parte de um projeto

político e econômico, iniciado nas colônias, de levar a civilidade que ainda se refletem de diversas maneiras.

Conclusão

A revolução do Haiti quebrou todos os paradigmas, tanto na abolição da escravatura, quanto no processo revolucionário que resultou na Independência. A continuidade do catolicismo se deu não somente pelo retorno dos brancos, mas por políticas que tinham como base o modelo de vida francês, principalmente, por séculos de exploração, perseguição, colonização e extermínio de negros escravizados. A política do medo utilizada por tantos séculos na justificativa de salvação da alma fez com que o vodu se tornasse um projeto político de resistência, de luta, de resgate da ancestralidade e de acesso à cultura dos povos africanos.

As leis religiosas da época, que foram sancionadas no período revolucionário e no pós independência, trazem traços explícitos da violência religiosa que o povo haitiano sofreu. As leis, apesar de serem feitas pelos próprios revolucionários e garantir a liberdade, nos textos e na prática essa liberdade foi conquistada de maneira gradual.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Constituição de 1801 - Haiti

Lois de la Colonie Française. Saint-Domingue, Gouverneur, Cap-Français, Imp. P. Roux, 1801. Internet Archive. Disponível em: <https://archive.org/details/b29315682/mode/1up>

Referências

BAPTISTA, José Renato. Bois Caiman: as metáforas da história e a realidade dos mitos na construção da identidade (inter)nacional do Haiti. Revista Teoria e Cultura, v. 9, n. 2, p. 22-33 jul./dez. 2014

DALMASO, Flávia Freire. Vodu. Revista Teoria e Cultura, v. 9, n. 2, p. 86-93 jul./dez. 2014

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. In: Estudos Afro-Asiáticos, ano 26, n. 2, 2004, 355 – 380.

FREITAS, Flávio Luiz de Castro; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim; SUIRE, Nikita. OS SÍMBOLOS SOCIAIS NO VODU HAITIANO E SEUS SIGNIFICADOS. Vivência: Revista de Antropologia, [S. l.], v. 1, n. 57, p. 332-359, 2021.

GENTINI, Alfredo Martin; PROSPERE, Renel. O Vodou no universo simbólico haitiano. Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 73-81, jan./jun. 2013

JAMES, Cyril Robert L. As massas de São Domingos começam. In: Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000 [1938]. p. 91 – 119.

LOUIS, Ludmila Amicia Pierre. Vodou: da constituição de um sistema simbólico libertário à perseguição ideológico cultural. Unioeste, Cascavel, PR, 2017, p. 1 - 15.

NOGUEIRA, Fabiana Bezerra. Haiti, lugar da Barbárie e do Terror. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015, p. 1 - 11.

PIERRE, Jean Gardy Jean. Haiti, uma República do Vodou? Uma análise do lugar do Vodou na sociedade haitiana à luz da Constituição de 1987 e do Decreto de 2003. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP. São Paulo, 2009

POPKIN, Jeremy. Uma revolução racial em perspectiva: relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.293-310, jan/jun 2008.

SILVA, Marcela de Oliveira Santos. DOIMO, Bruna Baliza dos Santos. Vodou, a resistência negra no Haiti. TEMPO DA CIÊNCIA, Toledo, v. 28. n. 56, jul. / dez. 2021, p. 161-172.

SUIRE, NIKITA. OS SÍMBOLOS SOCIAIS NO VODU HAITIANO E SEUS SIGNIFICADOS

TROUILLOT, Michel. Uma história impensável: a Revolução Haitiana como um não evento. In: Silenciando o passado. Poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016. p. 121 – 180.

VANHEE, Hein. O Cristianismo Popular da África Central e a formação da religião do Vodou no Haiti. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 423-445, jul./dez. 2014.

Possibilidades para uma História digital do movimento mapuche: atuação política na Internet entre o final do século XX e início do XXI

Vinícius Valadão Gonçalves

Resumo

A partir da última década do século XX, a comunidade mundial acompanhou uma rápida ascensão de muitas novas tecnologias, inclusive da Internet, que se concretizou ainda mais ao longo dos anos seguintes. No Chile, esse evento ocorreu em simultaneidade com o crescente engajamento do movimento indígena mapuche em defesa de sua autonomia, que por sua vez usou dos novos recursos online para se fortalecer. A partir de então, o movimento passou a promover redes de contato na Internet, onde inúmeras informações sobre o *Wallmapu*¹³² e seus residentes circulavam diariamente. Duas dessas redes foram os sites *Mapuexpress* e *Azkintuwe*, que serão discutidos neste artigo como possibilidades investigativas para a promoção de uma História digital do movimento mapuche, capaz de superar estereótipos acerca dos povos originários.

Palavras-chave: mapuche, Internet, indígena, autonomia, digital.

Abstract

From the last decade of the 20th century, the world community followed a rapid rise of many new technologies, including the Internet, which became even more concrete over the following years. In Chile, this event occurred simultaneously with the growing engagement of the Mapuche indigenous movement in defense of their autonomy, which in turn used new Internet resources to strengthen itself. From then on, the movement started to promote virtual contact networks, where countless information about Wallmapu and its residents circulated daily. Two of these networks were the Mapuexpress and Azkintuwe websites, which will be

¹³² “*Wallmapu*”, na língua *mapudungun*, significa “terra ao redor”. É o nome dado ao território da nação mapuche.

discussed in this article as investigative possibilities for promoting a digital History of the Mapuche movement, capable of overcoming stereotypes about original peoples.

Key-words: mapuche, Internet, indigenous, autonomy, digital.

Introdução

A última década do século XX foi marcada por um rápido avanço dos meios de comunicação, proporcionado principalmente pela popularização da Internet, que criou amplas redes de trocas de informações através de todo o mundo. É nesse período em que a globalização se concretizou nos moldes em que conhecemos no mundo atual, possibilitando o contato entre indivíduos das mais diversas localidades em questões de segundos. Assim, as relações sociais passaram a ser influenciadas pelo meio digital, que cada vez mais esteve presente na dinâmica da vida humana. Em junção a isso, ocorreu a politização do fenômeno tecnológico (Gravante, 2011), onde Internet contribuiu para que ocorresse uma transformação na maneira como os indivíduos e os grupos sociais atuassem politicamente, visto que enxergavam nela uma ferramenta para a divulgação de seus programas políticos.

É nesse contexto do fim do século, de ascensão dos novos meios de comunicação, que na América Latina também ocorre uma série de revoltas indígenas, denominada pelo historiador José Bengoa (2007) de “emergência indígena”. Durante essas insurreições, os povos originários de muitos países passaram a se organizar em prol de sua autonomia política, econômica, cultural e territorial, buscando mudanças estruturais em Estados neoliberais que cada vez mais retiravam seus direitos básicos. Passa a ser uma grande pauta, entre os movimentos indígenas de toda a América Latina, não apenas a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (1989) para o reconhecimento das nações originárias, mas também a autodeterminação das mesmas.

A partir de então, Martín-Barbero (2005) afirma que, no fim do século XX, ocorreram dois processos que modificaram intensivamente a cultura do período: a revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades. Muitos dos movimentos indígenas da América Latina acompanharam essa afirmação, articulando suas buscas pela autonomia com as redes de comunicação criadas na Internet. Dentre eles, os zapatistas do México podem ser

considerados um dos principais precursores da nova onda de atuação política, visto que a partir de 1994 já utilizavam da Internet para promover uma complexa rede de contatos, onde divulgavam informações em uma rápida velocidade. No Chile, o movimento mapuche¹³³ também utilizou dos novos recursos como uma ferramenta para criar e divulgar novas ideias, também pautadas pela autonomia, o que contribuiu para uma reinvenção de sua própria identidade (Godoy, 2003).

A atuação política indígena por meio da Internet pode ser observada através da ótica das “sociedades em rede” de Castells (2001), reconhecendo então o espaço digital não apenas como algo homogeneizador, que funciona apenas em função de uma cultura dominante, mas também como possibilitador de pluralidades que, por sua vez, podem ser atores insurgentes. Dessa maneira, compreendemos o avanço da utilização da Internet pelos indígenas, mais especificamente mapuche, como uma forma de ação pensada contra a ordem até então hegemônica, criando assim, dentro desse espaço majoritariamente elitista, uma rede de oposição à estrutura hegemônica. Maldonado (2015:10-11), articula essa perspectiva com seus estudos sobre a modernidade/colonialidade e complementa que

As possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais dão conta da incorporação de narrativas que se posicionam a partir de conhecimentos subalternizados, pluralizando o campo informacional e comunicacional a partir da presença de formas de conhecimento e representação do mundo social historicamente deslegitimadas pelo discurso oficial da modernidade/colonialidade. A questão reside, portanto, no uso específico que estas comunidades dão às tecnologias digitais, reconhecendo que estas contribuem para que vários grupos deixem de ser sujeitos passivos de recepção de histórias hegemônicas e se tornem produtores simbólicos (Tradução nossa).

A partir disso, podemos associar o uso político da Internet pelos mapuche, como forma organizada de tentar superar a marginalidade social, com o que diz Pairicán Padilla (2014) sobre o “inédito movimento mapuche”, fruto do final dos anos 1990. Para dar ênfase à sua intensa onda de transformação, o autor argumenta que existiu uma “invenção da tradição” de tal maneira que o povo passou a desenvolver um sentimento de pertencimento diferente daquele anterior, sendo criadas novas identidades, mas que não deixavam de beber da ancestralidade. Segundo E. Hobsbawm e T. Ranger (1997 [1983]), a tradição está em

¹³³ “Mapuche”, em *mapudungun*, significa “gente da terra”. A palavra é utilizada tanto no singular quanto no plural, o que faz com que, respeitando a língua, não seja viável dizermos “mapuches”. Durante este artigo, iremos respeitar o uso original da palavra.

constante transformação, através da reinvenção e repetição do passado. As práticas políticas, relacionando-se com a tradição, também sofrem esse processo de mutação. Dessa forma, a mutabilidade das práticas políticas mapuche esteve presente na forma com que o movimento se apropriou das novas tecnologias como bens culturais, como forma de ressaltar pautas históricas. Diferentemente do que diz a ideia dicotômica entre tradição/modernidade, os mapuche se rearticularam conscientemente com a globalização e usaram de suas ferramentas para benefício próprio.

Sendo assim, pretendemos exemplificar, em seguida, a forma como o movimento mapuche utilizou da Internet para ressaltar suas agendas políticas, criando e fortalecendo cada vez mais uma rede de comunicação *online*. Para isso, serão apresentados alguns dos sites criados pelos próprios entre o fim dos anos 1990 e início dos 2000.

Mapuexpress

O informativo *online Mapuexpress* foi criado em 1999 por um grupo de profissionais da Conadi, que desde 1996 já se reuniam em um coletivo chamado Konapewman, que possuía como objetivo principal a preservação da identidade e cultura dos povos originários do Chile. Com o tempo, esse coletivo foi ampliando seus temas de trabalho e criando laços em diversas comunidades, o que fez com que a ideia de criar uma página na *web* se tornasse mais real. Apesar da intenção inicial não ser o enfoque constante em notícias, os fundadores perceberam que eram elas que mais geravam o interesse dos leitores, o que fez com o site se voltasse ainda mais para a divulgação de atualidades (Ríos, 2014). Isso foi importante para que os mapuche passassem a promover uma confrontação direta com os meios de comunicação *winka*¹³⁴, que obtinham uma grande influência em todo o território chileno e que muitas vezes propunham notícias difamatórias sobre os povos originários.

Em entrevista privada, Alfredo Seguel, um dos fundadores do *Mapuexpress*, conta mais detalhadamente como ocorria a escrita do título das notícias no início do funcionamento do informativo, muitas vezes em confrontação com a imprensa oficial:

¹³⁴ “*Winka*” é um termo em *mapudungun* que se refere a todos aqueles indivíduos que não são mapuche, principalmente chilenos e argentinos brancos.

Por exemplo, El Austral intitulou “Mapuche confrontam Carabineros” ou “Violência nas comunidades”, e fizemos a transformação e dissemos “Novo ataque dos Carabineros a uma comunidade para reclamar terras” e só essa transformação faz com que se torne um olhar diferente e mais típico do que vinha acontecendo (*Ibid.*: 115, tradução nossa).

Assim sendo, percebemos um intenso ativismo digital desde a origem do *Mapuexpress*, que cada vez mais foi se estabelecendo em conjunto com o movimento mapuche em prol de questões acerca da autonomia. Em abril de 2000, a equipe do site se tornou um coletivo independente, passando a ser uma coletivo de ativismo comunicacional em que as principais discussões eram

A proteção e promoção dos direitos coletivos dos povos indígenas com ênfase no povo mapuche; o direito de exercer a comunicação indígena como ferramenta política de transformação social; o resgate da história e da memória mapuche; a revitalização do *mapudungún*; a denúncia de violações dos direitos humanos e da natureza; liberdade de expressão e de imprensa; na luta contra o genocídio, o colonialismo, o racismo e a discriminação; no acompanhamento aos territórios em conflito; entre muitos outros (Vegas, 2020: 147-148, tradução nossa).

A visibilidade do *Mapuexpress* aumentou de tal forma que, ao longo do tempo, ele foi se tornando um dos mais importantes portais de notícias mapuche na Internet. Ríos (2014) aborda que o fluxo de visitas, no período, chegou a ser uma média de 200 mil visitas mensais, fazendo dele o site mapuche mais visitado. Além disso, no ano de 2007 ocorreu grande comoção jornalística sobre o processo contra a ativista Patricia Troncoso, acusada de incendiar o *Fundo Poluco Pidenco*, da empresa *Florestal Mininco*. Isso fez com que, segundo o autor, o *Mapuexpress* alcançasse ao longo de 112 dias mais de 8 mil visitas diárias. Esses dados mostram a extrema amplitude que o informativo chegou a ganhar durante anos de intensas lutas acerca da autonomia dos povos originários. Dessa forma, para entender historicamente a atuação política do movimento mapuche, é necessário, além de outras coisas, adentrar em estudos sobre a participação do mesmo no ambiente virtual.

Nos dias de hoje, o *Mapuexpress* ainda funciona articulado com as questões mapuche da atualidade, sendo uma importante voz ativa da comunidade *online*¹³⁵. Ele se autointitula um editorial anticapitalista e autonomista, além de ser intercultural, visto que abre espaço para discussões acerca de outros movimentos sociais, além do mapuche (Vegas, 2020). Porém, para ter acesso aos seus conteúdos mais antigos, é necessário acessar o primeiro

¹³⁵ Sua página ativa na *web* é <http://www.mapuexpress.org>.

domínio da página, que está presente apenas no acervo do *Internet Archive*. Dentro dele encontramos uma grande quantidade de notícias, reportagens, entrevistas, entre outros, desde seu início de publicação até os primeiros anos da década de 2010, quando o site migra para o domínio atual. A partir da análise do site, podemos entender melhor a dinâmica de atuação política do movimento mapuche através da Internet em um período de profundas transformações, em que tanto as pautas quanto a forma de se organizar estavam sendo muitas vezes reformuladas.

Azkintuwe

O periódico mapuche *Azkintuwe* foi criado em 2003 pelo coletivo Lientur de Contrainformación, que era um site destinado a denunciar a violência cometida contra as comunidades mapuche no Chile (Maldonado, 2014). Inicialmente e de forma diferente de como ocorreu com o *Mapuexpress*, a ideia dos fundadores era manter um periódico impresso, que circulasse por todo o *Wallmapu*, inclusive no território argentino. Ele serviria como uma ferramenta de difusão da cultura e identidade mapuche, demonstrando sua heterogeneidade. Dessa maneira, seu objetivo não era apenas um boletim de notícias, mas um periódico que abarcasse os mais diversos assuntos do mundo mapuche, sempre seguindo uma linha de pensamento relacionada ao nacionalismo e o significado da nação (Ríos, 2014).

Em entrevista privada, Jacqueline Caniguan, que era editora do *Azkintuwe*, comenta sobre as ideias iniciais do coletivo: “teníamos una mirada un poquito distinta a los medios que existían, que eran más informativos”. Ela complementa: “Nossa ideia era trabalhar uma linha jornalística que até então não tinha sido abordada, agregando desde colunas e reportagens até notas esportivas” (*Ibid.*: 45, tradução nossa). Jacqueline também aborda sobre a escolha do nome *Azkintuwe*, que em *mapudungun* significa “aquele que está observando”. Porém, isso pode ser ampliado: “Também pensamos em *Azkintuwe* não como a pessoa, mas como o espaço físico, como a parte mais alta de uma colina. É um nome bastante profundo porque *Azkintuwe* é um lugar onde vivem os espíritos” (*Ibid.*: 46, tradução nossa).

A página na *web* do periódico surgiu como um complemento do jornal impresso, que no início era publicado bimestralmente. Com o passar do tempo, dificuldades financeiras surgiram em relação a sua impressão, o que provocou a diminuição da frequência com que

ele era publicado. Houveram apenas duas edições em 2009, por exemplo. Dessa forma, a página *online* foi ganhando mais visibilidade, se tornando aos poucos o principal meio de comunicação do *Azkintuwe*. Em um contexto de dificuldades, ela possibilitou com que a informação continuasse circulando entre a comunidade e que a rede de contatos não fosse quebrada, apesar de nem todos possuírem o acesso à Internet. O site também possibilitou com que mais conteúdo fosse publicado, até mesmo depois que as edições impressas pararam de ser produzidas em dezembro de 2010. Sua atividade durou até 2014 e hoje localizamos ele dentro do acervo do *Internet Archive*, onde significativa parte das publicações ainda podem ser visualizadas e estudadas a fim de entender melhor sobre atuação política mapuche na Internet.

A página foi muito importante para que o *Azkintuwe* continuasse presente em todas as regiões do *Wallmapu*, preservando seu caráter nacional que pretendia superar as fronteiras do Estado chileno com o argentino e promover uma imprensa verdadeiramente mapuche, assim como demonstra o primeiro editorial do periódico:

Seguindo a estrutura básica de qualquer meio de comunicação “nacional”, *Azkintuwe* incluirá informações dos quatro pontos do território Mapuche. *Puelmapu* e *Gulumapu*, *Pikunmapu* e *Huillimapu*. Para além das fronteiras nacionais, regionais ou provinciais impostas pelos Estados argentinos e chilenos à população do nosso povo. Esta visão nacionalitária estará presente em cada uma das nossas edições (*Azkintuwe*, 2003: 2, tradução nossa).

A partir de então, em função de sua natureza, podemos encaixar o *Azkintuwe* dentro do que seria o “novo movimento mapuche” (Tricot, 2009), cumprindo o propósito de divulgação de pautas reivindicativas, principalmente com teor nacionalista. O fato dele se constituir a partir da ideia de nação mapuche fez com que ele ressignificasse os meios de comunicação dominados pela elite chilena. Assim, o periódico passou a ser uma importante ferramenta de questionamento do unitarismo do Estado ao propor uma outra história, outro projeto, uma alteridade (Gallegos, 2020). Maldonado (2014: 467) completa a argumentação ressaltando que

A presença de *Azkintuwe* na rede digital tem vindo a problematizar e complicar o campo (hiper) mediático, principalmente em torno das disputas sobre o código representacional mapuche e do conflito que este mantém com o Estado-nação, pois é preciso compreender que *Azkintuwe* produz a partir de um locus de enunciação mapuche de protesto, resistência e autolegitimação do mundo e do país mapuche (Tradução nossa).

Dessa forma, desde a sua criação até seus últimos dias, a plataforma *online* do *Azkintuwe* foi uma significativa tentativa de criar uma imprensa fora dos padrões *winka*, promovendo uma forte militância que não apenas apoiava a causa mapuche, mas também outros movimentos de minorias sociais. Mais do que questionar as violações dos direitos mapuche, o periódico questionava o próprio sistema imposto pelo Estado e a estrutura desigual da sociedade. É notório, então, a importância do resgate e estudo da documentação que o *Azkintuwe* deixou através de suas edições impressas e postagens na *web*, fornecendo inúmeras possibilidades para a escrita de uma História digital do movimento mapuche.

Conclusão

Segundo Guillermo Boccara (2005), muito pensava-se que a globalização e os novos meios de comunicação iriam aos poucos homogeneizar a população global, ditando o fim das culturas tradicionais. Porém, aos poucos percebeu-se que o processo de globalização, na realidade, permitia o surgimento e a reorganização de novas identidades, muito por conta da rede de contatos proporcionadas pelo meio digital. A partir disso, os Estados nacionais que muitas vezes eram pautados em projetos de assimilação, passaram a enfrentar dificuldades em controlar a emergência de minorias étnicas que questionaram a ideia de nação única. Observando o caso do Chile, percebemos que isso é ainda mais grave, visto que o país ainda hoje tenta negar o reconhecimento dos mapuche em sua história oficial, mesmo eles sendo quase 10% da população (INE, 2013).

A Internet possibilitou a criação de redes de comunicação que conectavam militantes mapuche residentes em diversas regiões do *Wallmapu*, proporcionando uma maior articulação entre eles. Um dos elementos mais importantes dentro desses espaços foi a divulgação de notícias das próprias comunidades mapuche, que na maioria das vezes não se viam representadas pela imprensa oficial. Dessa maneira, essas redes de contato virtuais passaram a promover conteúdos que informassem sobre as atualidades, mas seguindo uma visão crítica autonomista mapuche.

Os sites de notícias *Mapuexpress* e *Azkintuwe* foram criados justamente nesse contexto e podem ser considerados dois dos mais importantes veículos de informação mapuche da primeira década do século XXI. A partir do estudo dos conteúdos que neles eram

publicados, percebemos a maneira pela qual o movimento mapuche conseguiu se adaptar ao uso das novas tecnologias, utilizando delas para questionar ainda mais o sistema dominante e propor novas medidas reparatórias que favoreciam as minorias. Maldonado (2015: 9) amplifica o entendimento dessas novas práticas que articulam o político e o digital:

Enquanto dinâmicas de participação comunicativa desligadas da retórica neoliberal de produção participativa, estas práticas referem-se a novos usos sociais de tecnologias que vão além do pragmatismo instrumental, introduzindo formas alternativas e alterativas ao modo capitalista de produção de comunicação. Isto, através de processos de apropriação social das TIC. Estamos diante de estratégias de protesto que não só buscam defender o que é seu, mas também geram uma contribuição para a lógica de compreensão do meio ambiente, do sujeito e do futuro da humanidade (Tradução nossa).

Desse modo, compreendemos a presença do *Mapuexpress* e *Azkintuwe* na Internet como parte de um projeto de reformulação não apenas da realidade particular, mas também da geral. Ao longo dos anos, suas páginas na *web* passaram a proporcionar redes de contatos que serviam para pensar projetos alternativos e existências múltiplas, representando uma parte significativa parte do movimento mapuche em um período de intensas transformações.

Resgatar e estudar o material produzido por esses veículos de comunicação mapuche passa a ser, enfim, algo primordial para que exista uma História digital mapuche, responsável por entender a maneira pela qual as novas tecnologias foram incorporadas dentro da cultura tradicional de forma voluntária e articulada. A partir de então, é cada vez mais possível superar estereótipos que reforçam uma ideia binária dos povos originários como ou isolados ou aculturados pela cultura ocidental.

Referências bibliográficas

BENGOA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. Santiago: Fondo de Cultura Económica Chile, 2007.

BOCCARA, Guillermo. Antropologia diacrónica. Dinámicas culturales, procesos históricos, y poder político. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Em linha], Bibliothéque des Auteurs du Centre, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/589>. Acesso em: 09 jan. 2024.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura. El Poder de la identidad**. Vol II. México: Siglo XXI Editores, 2001.

GODOY, Carmen Gloria. Sitios mapuche en Internet: Reimaginando la identidad. **Revista Chilena de Antropología Visual**, n. 3, pp. 59-83, 2003.

GALLEGOS, Eduardo. El discurso periodístico de Azkintuwe y la construcción de la identidad mapuche en el marco de la aceptación / negación de la modernidad. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, n. 39, pp. 151-167, 2020.

GRAVANTE, T. Medios alternativos de comunicación y prácticas de Net Activismo. Un estudio de casos: la insurgencia popular de Oaxaca. **Revista Redes**, n. 6, pp. 159-180, 2011.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MALDONADO, Claudio. **Decolonialidad en las redes virtuales: el caso de Azkintuwe**. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha

MALDONADO, Claudio. Decolonialidad, tecnologías y comunicación. Un estudio de caso. **Diálogos de la comunicación**. Edición Especial: VII Premio Latinoamericano de Maestría y Doctorado de Comunicación, pp. 1-27, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Tecnicidades, identidades, y alteridades: desubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo**. In: PEREIRA, Miguel; VILLADIEGO, Miral (Orgs.). **Tecnocultura y comunicación**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

PAIRICÁN PADILLA, Fernando. **Malón. La rebelión del movimiento mapuche (1990-2013)**. Santiago: Pehuén Editores, 2014.

RÍOS, Felipe Gutiérrez. **We Aukiñ Zugu, Historia de los medios de comunicación mapuche**. Trabalho de conclusão de curso - Jornalismo, Universidade de Chile, Instituto de la Comunicación y Imagen, Santiago, 2011.

TRICOT, T. El nuevo movimiento mapuche: hacia la (re) construcción del mundo y país mapuche. **Revista Polis**, v. 8, n. 24, pp. 175-196, 2009.

VEGAS, José Luis. **La construcción de la autonomía político-cultural en el discurso informativo digital mapuche: el caso de www.mapuexpress.org**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidad de la Frontera, Temuco, 2020.

Fontes

Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (BCN). **Convenio 169 OIT**. Disponível em: <https://www.bcn.cl/portal/leyfacil/recurso/convenio-169-oit>. Acesso em 09 jan. 2024.

INE (2013), **Resultados XVIII Censo de Población y Vivienda 2012**, Santiago de Chile, 2013.

Periodismo mapuche. **Azkintuwe**, Nueva Imperial, out. 2003, n. 1. Disponível em: https://web.archive.org/web/20130807102542/http://www.mapuche.info/azkin/azkintuwe_01.pdf. Acesso em 09 jan. 2024.

REBELDES E LIVRES: A MORAL NA CONSTRUÇÃO DO HAITI A PARTIR DA CARTA CONSTITUCIONAL DE 1801

Iris Castro Moreira¹³⁶

Olivia Sales Flegler¹³⁷

“sem dúvidas, eu devo este tratamento a minha cor: mas minha cor... será que minha cor alguma vez me impediu de servir minha pátria com zelo e fidelidade?” (Toussaint L’Ouverture)

RESUMO

O presente artigo visa abordar a Carta Constitucional Haitiana de 1801, contextualizando seu momento de publicação enquanto pertencente a uma sociedade que, após anos de revoltas violentas e, embora ainda sob o status de colônia, tenta se organizar sob as suas próprias diretrizes e necessidades. Dessa forma, durante esse breve estudo destacaremos os pontos cruciais do documento que ajudaram a formular a nação haitiana na tentativa de manifestar condutas e valores a serem compartilhados.

Palavras-chave: Haitianismo, Constituição, Louverture, Escravidão, Liberdade, Nação.

ABSTRACT

This article aims to address the Haitian Constitutional Charter of 1801, contextualizing its moment of publication as belonging to a society that, after years of violent revolts and, although still under the status of a colony, tries to organize itself under its guidelines and needs. This way, during this brief study, we will highlight the document's crucial points that

¹³⁶ Graduanda em História pela UFJF, iris.moreira@estudante.ufjf.br.

¹³⁷ Graduanda em História pela UFJF, olivia.sales@estudante.ufjf.br

helped to formulate the Haitian nation in an attempt to manifest behaviors and values to be shared.

Keywords: Haitianism, Constitution, Louverture, Slavery, Freedom, Nation.

1.0 INTRODUÇÃO

Há de se concordar que a Revolução Haitiana aos fins do século XVIII fora um evento singular que mudou os rumos da História, sendo a primeira revolução protagonizada por pessoas negras – libertos e escravizados – da América Latina que trouxe a abolição geral da escravidão no território como consequência, e posteriormente, a sua independência do colonialismo francês. A Revolução Haitiana tem papel ressonante na construção de diversos Estados-Nação ao longo do XIX, ao passo que representava um baque na mais forte estrutura das sociedades colonialistas: a escravidão. As revoltas na Ilha de Saint-Domingues seguiram direcionando um forte temor em diversas nações escravistas, e em suas elites senhoriais, de que o mesmo pudesse acontecer em outros lugares. Ao mesmo tempo que a Revolução causou medo, também transmitia a possibilidade de insurreição e de liberdade para os escravizados no mundo atlântico ao quebrar com o imaginário europeu da incapacidade dos negros de tomar a frente em um processo organizado, rompendo assim com diversos argumentos ideológicos que tentavam justificar o processo de escravidão.

A História da Carta Magna de 1801 inicia-se com um decreto de Napoleão Bonaparte, o qual estabelecia que as colônias francesas fossem governadas sob leis diferentes de sua metrópole, uma vez que havia divergências em seus aspectos próprios, como o clima, os habitantes, a agricultura, etc. No entanto, estas leis não seriam elaboradas pelos habitantes de tais territórios, mas sim pelo governo francês, o que posteriormente traria conflito entre Napoleão e Toussaint L'Ouverture. O general haitiano viu na demanda imposta pelo imperador uma oportunidade de regulamentar e pôr em prática aquilo que acreditava ser o modelo de uma nação haitiana, igualitária, trabalhadora e despótica, “[...] neste sentido, ela (constituição) cria a nação como ideal e, intencionalmente, mascara as complexidades da sociedade em favor de uma única comunidade imaginada.” (Queiroz, 2022: 2781). Assim sendo, esta análise se ocupará de alguns pontos direcionais: a formulação e inspiração para o texto constitucional, o documento em si, a comunidade pensada para a ilha de Saint-

Domingues por Toussaint L'Ouverture e seus apoiadores, e por fim as influências variadas que este evento histórico trouxe ao resto do globo.

2.0 MOTIVAÇÃO E FORMULAÇÃO

O que se entende atualmente por Haiti, no final do século XVIII, fazia parte de um grande território dividido entre Espanha e França; as nações amigas formalizaram a divisão da Ilha de São Domingos em 3 de junho de 1777 através do Tratado de Aranjuez, definindo a parte ocidental para a França. Em vista disso, nosso objeto de estudo é a colônia de Saint-Domingues, a ocupação francesa dessa porção da ilha teve início em 1659, sendo ela a maior exportadora de açúcar e café da América Central e, sob o suor e sangue de centenas de milhares de escravos africanos, financiou durante mais de 130 anos os luxos europeus de sua metrópole.

A sociedade era composta por três grupos hierarquizados conforme cor e posição social, segundo estimativas (Perry, 2005: 62) em fins do século XVIII haviam na ilha aproximadamente 40 mil brancos, 28 mil negros livres e 452 mil escravizados. Sua economia se pautava na agroexportação, a "Pérola das Antilhas", como era denominada, produzia mais açúcar que todas as ilhas britânicas do Caribe, mesmo em seus períodos de declínio econômico. O destino começa a mudar quando em 1789 a França vivencia sua revolução e publica a Declaração Universal dos Direitos dos Homens e Cidadãos, a qual considera todos os homens como livres e iguais. Entretanto, a colônia dominicana não poderia tolerar que aproximadamente 87% de sua população fosse escrava diante de tal declaração, então em 1791 se instaura a Revolução Haitiana.

Seu início se dá com uma revolta de escravos no norte da ilha, motivados pela ação do governo francês em conceder cidadania às pessoas ricas e livres de cor em maio daquele ano, os proprietários brancos se negaram a cumprir a ordem, em julho as primeiras batalhas entre livres e brancos se iniciam. Mas é em 21 de agosto de 1791 que eclode a rebelião de escravos, a partir de uma cerimônia de *vodu* os cativos assassinaram seus mestres e despertaram uma guerra civil generalizada. Uma revolta marcada pela extrema violência, por meio de estupro, tortura, mutilação, morte, incêndios e pilhagem, os escravizados assim marcaram seu ódio aos brancos. Além da destruição demográfica, houve também o

devastamento de cerca de 1100 plantações de café e açúcar, é importante ressaltar que nesse ponto do processo, os rebeldes exigiam a abolição da escravidão, não a independência do território.

Os rumos do conflito mudam quando a França declara guerra à Grã-Bretanha e os *grands blancs* (elite branca do Haiti), inutilmente, declararam a soberania britânica na colônia, acreditando que os ingleses manteriam a escravidão. Em setembro de 1793 a principal base naval francesa se rendeu à Marinha Real inglesa, e apesar do apoio britânico em manter a escravidão, seus esforços foram em vão. Como forma de garantir o território para a república francesa, os comissários Sonthonax e Étienne Polverel usam a liberdade como moeda de troca: os escravos que lutassem do lado francês estariam livres. Essa medida, no entanto, levou a uma emancipação gradual de todos os cativos da colônia francesa, e em 4 de fevereiro de 1794 estava abolida a escravidão em Saint-Domingue. Agora todos os homens negros da ilha gozavam de direitos civis e políticos, o que integraria a constituição francesa apenas em 1795.

O ano de 1794 também traz ao nosso cenário a figura de Toussaint L'Ouverture, o emblemático general é um dos principais personagens dessa narrativa, protagonista do processo revolucionário, o ex-escravizado, agora com uma patente militar, volta-se contra os espanhóis em maio e reúne forças para reconstruir Saint-Domingue -vale ressaltar que no mesmo período, a Espanha sofria as consequências das Guerras Napoleônicas. Em 1798 as tropas britânicas se retiraram do território e Toussaint iniciou sua busca pelo poder. Apesar do recuo inglês, L'Ouverture ainda enfrentava conflitos, em 1799 a Guerra das Facas, iniciada por André Rigaud, líder militar da região sul, se tornou um novo obstáculo à paz haitiana. Com o apoio da Marinha dos EUA, motivada pelo comércio americano, Toussaint tomou a cidade de Jacmel e em março de 1800 o general já exercia pleno poder sobre o atual Haiti. Em 1801, as novas proclamações de Napoleão chegavam em terras haitianas, as quais determinavam que as colônias francesas deveriam ser governadas sob leis especiais de acordo com suas peculiaridades, ainda assim, as mesmas não teriam mais representação em Paris (Dubois, 2004: 241). L'Ouverture, que já exercia seu poder e ideias sob o território, viu uma oportunidade de formalizar suas ações,

O que outrora serviu para
afirmar a supremacia branca na

colônia, apesar das promessas universalistas da Revolução, Louverture agora a usava para justificar a criação de um corpo de leis que santificou e solidificou um novo regime em que os homens afrodescendentes estavam no comando. (Dubois, 2004: 242, tradução nossa).

A Assembleia Constituinte foi composta por 7 brancos e 3 negros, a maioria dos constituintes eram ex-proprietários de cativos, e é importante ressaltar a ausência de outros ex-escravos na formulação do texto constitucional. Os trabalhos se iniciaram em maio de 1801, a carta magna foi assinada e promulgada em julho por L'Ouverture, finalizando com o seguinte artigo e assinaturas:

Art. 77 - O general em chefe Toussaint Louverture é e continua encarregado de enviar a presente Constituição para a aprovação do governo francês. No entanto, e dada a ausência de leis, a urgência de fugir deste estado de perigo, a necessidade de restabelecer a cultura prontamente e o desejo unânime dos habitantes de Santo Domingo, o general em chefe é e continua convidado, em nome do bem público, para o efeito em toda a extensão do território da colônia.

"Feito em Port-Republican, 19 Floreal ano 9 da República Francesa indivisível e indivisível". assinado: Borgella (presidente) Raimond, Collet, Gaston Lacoste Nogérée, Roxas, Mugnos, Mancebo, Viart E (Secretário). Depois de ter aprendido sobre a Constituição, dou a minha aprovação. O convite da Assembléia Central é

uma ordem para mim. Consequentemente, irei ao governo francês por sua aprovação. Quanto à sua execução na colônia, o desejo expresso pela Assembléia Central será cumprido e executado ". "Dado em Cap-Francais, 14 Messidor, ano 9 da República Francesa indivisível e indivisível. (Haiti, 1801.)

3.0 A CARTA CONSTITUCIONAL

Em seu artigo “Constitucionalismo Haitiano e a Invenção dos Direitos Humanos” (2022), Marcos Queiroz trabalha as primeiras constituições haitianas e sua colaboração na construção dos direitos humanos, alegando que as constituições:

[...] são interessantes para pensar como suas lideranças realizaram esforços para construir uma nação que transcendesse as divisões internas (hierarquias de cor e diferenças culturais), demarcasse o rompimento com o passado colonial e imaginasse o futuro comum em liberdade numa realidade internacional ainda dominada pela escravidão e pela plantation. Assim, **elas foram um instrumento importante por meio do qual o Estado e sua classe dirigente tentou influenciar os termos nos quais a comunidade nacional seria definida, incidindo de maneira dialética na percepção individual e coletiva dos haitianos** (GAFFIELD, 2007). (Queiroz, 2022: 2780, *grifo nosso*).

Ao observar a Carta Constitucional de 1801, percebe-se nitidamente o direcionamento que se pretendia dar à ilha. O texto possui dimensões básicas de organização e administração, alguns pontos principais como a orientação do uso da terra, a valorização do trabalho, o papel do exército, a abolição da escravidão e a igualdade racial, a posição de Toussaint L'Overture enquanto governante e, inclusive, da formação familiar e dos aspectos morais e religiosos do povo haitiano, são tratados. Primeiramente, há de se entender que L'Overture não arriscava-se em um projeto de resistência a metrópole francesa (Rosa, 2013: 434), aspecto esse claro na constituição que expõe sua situação enquanto colônia – além do que o próprio texto fora aceito na República Francesa –, contudo, o território seguiria suas próprias leis como é explicitado no Art.1 do documento “Art. 1 - Saint-Domingue em toda a sua extensão, e Samana, La Tortue , La Gonave, Les Cayemites, L'Ile-a-Vache, La Saone e outras ilhas adjacentes **formam o território de uma única colônia, que faz parte do Império Francês, mas governou sob leis particulares.**” (Haiti, 1801, *grifo nosso*). Apesar de ainda se identificar como colônia, e dessa relação retirar as bases de seu funcionamento e da validação do texto constitucional, um grande marco proporcionado e reforçado na Carta é a extinção do trabalho escravo e dos preconceitos referentes a essa situação:

TÍTULO II - Dos habitantes

Art. 3. - Não pode haver escravos neste território, a servidão é abolida para sempre. Todos os homens nascem, vivem e morrem livres e franceses.

Art. 4. – Todos os homens, independentemente da cor, são elegíveis para todos os empregos.

Art. 5. – Não haverá distinção senão as fundadas na virtude e no talento, e demais superioridades conferidas por lei no exercício de função pública.

A lei é a mesma para todos, seja na punição ou na proteção. (Haiti, 1801).

Tendo em vista a novidade que a liberdade geral dos cativos representa, a necessidade de desenvolver um maior ordenamento da população surge, sobretudo após as devastações dos anos de conflitos. Nesse sentido, a Constituição reforça em grande medida a importância do trabalho, da família e da propriedade, e a própria posição do homem haitiano frente a esse novo tempo. Aspectos moralizantes não rondam apenas a constituição, mas também produções que se ocupam em retratar o processo revolucionário, esse é o caso de “Os Jacobinos Negros” de Cyril Robert James (1938), em seu texto a figura de Toussaint por diversos momentos aparece além do Governador e líder, remetendo assim a sua origem como um escravo de “inteligência notável”, que construiu uma família e um lugar de comando no andar da revolução:

Toussaint conhecia o atraso dos cultivadores; fazia-os trabalhar, mas queria vê-los civilizados e avançados culturalmente. Fundou tantas escolas quanto podia. Por ser um católico sincero, que acreditava no efeito benévolo da religião sobre o comportamento das pessoas, estimulou a prática da religião católica [...]. Favorecia os filhos legítimos e os soldados casados e proibia seus oficiais e comandantes de manterem concubinas na mesma casa onde viviam com as esposas, um legado da velha e infame sociedade branca. Ele estava ansioso para ver os negros adquirirem o comportamento social das melhores classes de brancos com os seus modos de Versalhes. (James, 1938: 226).

Em certos momentos, na escrita de James percebe-se que durante a revolta sentiu-se a necessidade de criar uma certa “moral e ordenamento” conforme a revolução seguia, "Nada menos que uma disciplina de ferro teria mantido a ordem no meio daquele corpo heterogêneo de homens recém-libertos da escravidão [...] desde cedo, os líderes dos escravos estavam mostrando um sentido de ordem, disciplina e capacidade de governar." (James, 1938: 99). A constituição, por sua vez, vem para formalizar ordenamentos básicos, sobretudo se pensarmos o caráter militar que se deu o governo de Toussaint, o próprio sendo reconhecido como “Chefe General” devido sua patente, o qual possuía diversos poderes administrativos e é interlocutor direto entre a ilha e a metrópole francesa¹³⁸. O Governador se torna responsável por escolher o seu sucessor no cargo caso ele venha a falecer, tendo em vista a posição vitalícia de Toussaint enquanto líder, além disso é nítido no texto constitucional o louvor que é feito à figura de L’Ouverture, o que denota sua forte influência e participação na construção do texto: "Art. 30. - Para reforçar a tranquilidade que a colônia deve **à firmeza, atividade, zelo incansável e raras virtudes do General [...]**." (Haiti, 1801. *grifo nosso*).

Quanto às funções administrativas do chefe de Estado, estava incumbido de propor as leis a serem votadas na Assembleia Geral, sendo esta formada a cada dois anos por representantes eleitos pelos Deputados, que por sua vez eram escolhidos pela administração municipal¹³⁹. Também era o líder de Estado quem promulgava e selava as leis, era o chefe das forças armadas podendo as mobilizar quando preciso fosse, delimita a divisão do território, coordena a censura na ilha¹⁴⁰ e, como um dos pontos chave neste trabalho, é também o Chefe General quem “Art. 35.º Exercerá a polícia geral dos habitantes e das fábricas, e fará cumprir as obrigações dos proprietários, agricultores e seus representantes para com os agricultores e trabalhadores, e os deveres dos agricultores para com os proprietários, agricultores ou seus representantes.” (Haiti, 1801).

Além da forte centralidade do governo nas mãos de L’Ouverture, como já fora aqui exprimido, o papel do trabalho, sobretudo no setor agrícola, é fundamental para a

¹³⁸ HAITI, Título VIII-Do Governo, Artº 27. 1801

¹³⁹ HAITI, Título VII - Da Legislação e Poder Legislativo. 1801

¹⁴⁰ HAITI, Título VIII-Do Governo. 1801

Constituição. O trabalho, como elemento supervalorizado, possui, além da questão econômica, um aspecto moralizante para as massas:

TÍTULO VI-Das Culturas e do Comércio

Art. 14. – A colônia sendo essencialmente agrícola não pode sofrer a menor perturbação nos trabalhos de seu cultivo.

Arte. 15. – Cada habitação constituirá uma manufatura que requeira a reunião de lavradores e trabalhadores; representará o refúgio tranquilo de uma família ativa e constante, da qual o dono da terra ou seu representante será o pai.

Art. 16. – Cada agricultor e cada trabalhador é membro da família e participa de parte dos rendimentos.

Toda mudança de domicílio por parte do cultivador acarreta a ruína do cultivo. Para reprimir um vício tão perturbador da colônia quanto da ordem pública, o governador emite todos os requisitos de política necessários nas circunstâncias e em conformidade com as bases do regulamento de polícia de 20 Vendémiaire , ano IX [1801], e do a proclamação do seguinte 19º Pluviôse do Chefe General Toussaint-Louverture . (Haiti, 1801, *grifo nosso*).

A relação intrínseca entre trabalho, terra e família parece querer fomentar a criação e fortalecimento dos núcleos familiares tradicionais para o trabalho no campo, a fim de

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

abastecer a ilha após a destruição de campos de cultivo, e assim, moral e finanças se entrelaçam. Em vista disso, a propriedade desses núcleos familiares também é protegida na constituição, bem como a liberdade dos indivíduos:

TÍTULO V - Dos Homens na Sociedade

Art. 12. – A Constituição garante a liberdade e a segurança individual. Ninguém pode ser preso sem mandato formalmente expresse, expedido por funcionário a quem a lei outorgue o direito de ordenar a prisão e a detenção em local publicamente designado.

Art. 13. – **A propriedade é sagrada e inviolável.** Todas as pessoas, por si ou por seus representantes, têm o livre direito de dispor e administrar os bens que lhe são reconhecidos como pertencentes. Qualquer um que tente negar este direito será culpado de crime contra a sociedade e responsável para com a pessoa perturbada em sua propriedade. (Haiti, 1801, *grifo nosso*).

Apesar dos reforços constitucionais na defesa da liberdade e da propriedade, esses conceitos são restringidos conforme outros aparatos cerceadores da vida particular são estabelecidos para dar sentido àquela sociedade conforme valores católicos são defendidos:

TÍTULO IV - Dos Costumes

Art. 9. – O casamento, pela sua instituição cívica e religiosa, tende à pureza dos costumes; os

cônjuges que praticarem as virtudes exigidas pela sua condição serão sempre distinguidos e especialmente protegidos pelo governo.

Art. 10. – O divórcio não deve ocorrer na colônia.

Art. 11. – As leis que tenderão a ampliar e manter as virtudes sociais, a estimular e consolidar os vínculos familiares fixarão as condições e direitos dos filhos nascidos do matrimônio. (Haiti, 1801)

O casamento, a monogamia, a prole legítima, a transmissão de “virtudes sociais” pelo meio familiar, imposições legais de padrões e modos de vida que tentam direcionar a população de Saint-Domingue a fim de afastar a “mancha” da violência revolucionária e pelo fato da maioria da população ser composta por libertos insurgentes, o que, sobretudo externamente, não eram pontos positivos para a imagem da ilha. Ao buscar estabelecer-se economicamente, as legislações do trabalho e suas restrições, contudo, acabaram por impor regimes de controle, afinal, a recuperação da ilha se daria pela realocação das massas libertas em uma nova dinâmica, a qual Robert James aborda:

Sem dúvida os pobres eram explorados e permaneciam no atraso para que a nova classe governante pudesse prosperar. Mas ao menos eles também estavam em melhores condições do que nunca haviam estado antes. Enquanto por um lado a autoridade e tranquilidade social e a cultura daqueles que, doze anos antes, eram escravos, espantavam todos os observadores, o sucesso da administração de Toussaint podia ser julgado pelo fato de que em um ano e meio restaurou o cultivo em dois terços do que

fora nos dias mais prósperos do velho regime," (James, 1938: 228).

4.0 A SOCIEDADE PARA LOUVERTURE: A MORAL APLICADA

Inspirada na Declaração Universal dos Direitos dos Homens e do Cidadão, o texto assinado por L'Ouverture previa a plena liberdade a todos seus cidadãos, entretanto os títulos adiante limitavam o pleno exercício deste direito. O governador tinha regras rigorosas e geriu Saint-Domingue com pulso firme; exigia de seus cidadãos o mesmo compromisso e determinação que se tinha na vida militar.

Ao observarmos o texto constitucional, percebe-se assim um teor autoritário nas orientações do governo de Toussaint, os treze títulos que o compõem expõem de forma simples um modelo de sociedade perfeita para o haitiano, baseada na agricultura, moral e disciplina. L'Ouverture utilizou de todo seu conhecimento militar para planejar uma economia forte por meio da disciplina. O general acreditava que o ócio representava a ruína de sua máquina bem engrenada, seu principal discurso era de que “[...] todos os cidadãos devem seu trabalho à terra que os alimenta e que nasceram, para manutenção da liberdade, igualdade e propriedade, sempre que a lei os chamar para defendê-la.” (Dubois, 2004: 245, *tradução nossa*). Além do caráter militar, pode-se perceber em sua fala o dever de todo cidadão com o trabalho, especialmente o cultivo, principal atividade econômica da ilha, atenuar o ritmo do plantio equivale a negligenciar o esforço coletivo. De forma prática, “Art. 14 – A colônia sendo essencialmente agrícola não pode sofrer a menor perturbação nos trabalhos de seu cultivo.” (Haiti, 1801.).

Para Toussaint, não bastava ter controle do Estado, seu poder precisava tocar todas as esferas da vida na ilha, dessa forma reservou dois títulos para se tratar da moral e religião de seus cidadãos. Nota-se que, apesar de ser uma nação composta majoritariamente por negros naturalizados, a religião legal e oficial passou a ser o catolicismo; mesmo consciente da influência e importância das religiões africanas no processo revolucionário da ilha, L'Ouverture proibiu culto a qualquer outro deus ou entidade, assim como manifestação religiosa de qualquer outro tipo. O governador também exigia de seus cidadãos a pureza de hábitos, em diversas falas ele ressalta o sacramento do matrimônio e proíbe o divórcio,

punindo com rescisão de cargo os militares solteiros que se envolviam com prostitutas (Dubois, 2004: 248).

Todavia, é mister destacar o principal ponto da comunidade imaginada de Toussaint: uma sociedade em que os homens não são julgados pela sua cor. Desde 1791 os negros batalham pela emancipação e pelas suas vidas em Saint-Domingue, a Constituição trouxe à população a legitimação de sua luta, sendo essa é a principal razão do sucesso da Revolução. Nessa ótica, por lei, os homens negros teriam direito a trabalhar onde seu talento os levasse, porém em sua grande maioria daria em troca seu bem mais precioso: a liberdade. Por meio de um aparato judiciário de refúgio, L'Ouverture consegue atrair mais mão de obra para suas plantações, assim como confere direitos a mais pessoas negras; Marcos Queiroz vai explicar que “A cidadania diaspórica serve como uma forma de driblar o cerco internacional ao conceder não só asilo, mas nacionalidade e direitos políticos àqueles que possivelmente tenham sido capturados pela lógica colonial.” (Queiroz, 2022: 2788). Entretanto, o general também estabelecia que ex-escravos trabalhassem como agricultores, ou seja, “Para defender a liberdade geral, eles tinham que renunciar à sua própria liberdade a favor do Novo Estado.” (Dubois, 2004: 24. *tradução nossa*). De certa forma, os ideais manifestados nas leis condenam mais uma vez uma massa populacional a trabalhos exploratórios, mantendo por meio de um efeito cascata e, sob o suor e sangue dos mesmos agentes, os luxos das classes da elite que se colocam no novo cenário.

5.0 CONCLUSÃO

De fato a Revolução Haitiana se destaca por processos marcados de violências, brutalidades e incongruências de seus líderes, contudo, é certo que os anos que agitaram a ilha de Saint-Domingue resultaram em um forte abalo para o colonialismo francês ao ir contra o principal pilar da exploração europeia, a escravidão. Quanto a isso, dualidades permeiam os reflexos da revolução no mundo Atlântico, enquanto o medo de insurreições de escravos aumentaram as práticas regulamentadas de punições aos cativos influenciando para a perpetuação da escravidão em diversos lugares, também foi significativa para os movimentos abolicionistas e para a discussão sobre o fim do tráfico futuramente, por mais que a queda da produção haitiana permitiu que outras potências emergissem na produção de *comodites* o

que resultou no crescimento da compra e venda de escravizados. E, por mais que se pretendesse institucionalizar certa orientação social e econômica para a ilha como observado na primeira Carta Constitucional de 1801, sua independência só fora reconhecida internacionalmente décadas depois de ser declarada em 1804, fora isso, o rombo econômico deixado pela guerra e pela indenização paga à França aumentou ainda mais a dependência externa.

Outro ítem a se considerar é o silenciamento que a revolução sofreu – e sofre–, seja para impedir que os acontecimentos cheguem aos ouvidos dos homens e mulheres nas senzalas coloniais, ou, silenciamentos no momento em que se ensina sobre o passado haitiano ressaltando apenas as ações violentas e a pobreza, e não o pioneirismo em suas Constituições e aspirações perante um momento de revoluções e transformações mundiais. Apesar de tudo, é inegável a grandeza do movimento haitiano, conseguindo por fim impor entre seus cidadãos os preceitos de igualdade racial. Por fim, cabe aqui evocar as palavras de Robert James ao elucidar que:

[...] o movimento popular adquiriria uma enorme confiança em si mesmo. Os antigos escravos derrotaram os colonos brancos, espanhóis ou franceses, e conquistaram então a liberdade.[...] Homens negros, antes escravos, eram, então, deputados do parlamento francês; homens negros, antes escravos, negociavam com o Governo francês e com governantes estrangeiros; homens negros, antes escravos, preenchiam os mais altos postos da colônia. Havia Toussaint, antes escravo, inacreditavelmente grandioso, poderoso e de longe o maior homem de São Domingos. Não era preciso ter vergonha de ser negro. A revolução os despertou, tornou-lhes possíveis as realizações, a confiança e o orgulho. (James, 1938: 224).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERRY, James . *Exércitos arrogantes: grandes desastres militares e os generais por trás deles* . Edison: CastleBooks, 2005.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. 1 ed. Londres, Cambridge University Press, 2004.

ROSA, Renata de Melo; PONGNON, Vogly Nahum. A República do Haiti e o processo de construção do Estado-nação. *Revista Brasileira do Caribe*. Maranhão, 2013.

QUEIROZ, Marcos. Constitucionalismo Haitiano e a Invenção dos Direitos Humanos. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Revista Direito e Praxis*. Rio de Janeiro, 2022.

JAMES, Cyril Robert L. As massas de São Domingos começam. In: *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000 [1938].

FONTES

Lois de la Colonie Française. Saint-Domingue, Gouverneur, Cap-Français, Imp. P. Roux, 1801. Internet Archive. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/undergraduate/modules/fulllist/second/en213/syllabus2017-18/haitian_constitution_1801.pdf

Toussaint Louverture, 1. A. N. (1801) Leis da Colônia Francesa de Saint-Domingue. [Cap-Français: P. Roux, -07 a -08]. Biblioteca do Congresso. Disponível em: https://www.loc.gov/resource/gdcwdl.wdl_14719/?st=gallery

Toussaint Louverture, Haiti, 1801. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8>

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

https://www.fedisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3D2224920&usg=AOvVaw0GQ5x07Got8WhUjt_4tfpE&cshid=1699242478389151&opi=89978449

**ST 03: Narrativas em disputa: Temas e abordagens em torno dos sujeitos
subalternizados da história
PRESENCIAL**

**A criação de Identificações Negras no Brasil Pelo Grupo Ilê Aiyê: o
silenciamento dessas identidades nos materiais didáticos.**

¹Isabela Moreira Silva

Resumo

O presente artigo pretende estabelecer um paralelo entre as representações negras, dentro dos materiais didáticos, considerando o contexto pós-abolição, e a construção de uma identidade negra pelo primeiro bloco afro do Brasil, o Ilê Aiyê, que contou com o processo de marginalização das manifestações de cultura afro-brasileira como cenário histórico e elemento impulsionador para que no complexo do Curuzu, em Salvador, mais precisamente no terreiro de candomblé Ilê Axé Jitolu, um grupo de jovens negros retintos irem contra as diferentes formas de opressão e exclusão da população negra no Brasil, na década de 1970, influenciados pela ascensão do movimento negro norte-americano, pelas disputas por libertação dos países africanos e pela busca por espaços de protagonismo de suas próprias histórias.

Palavras-chave: Ilê Aiyê, materiais didáticos, representações negras, povos Bantos, candomblé

Abstract

This article aims to establish a parallel between black representations in teaching materials, considering the post-abolition context, and the construction of a black identity by Brazil's first Afro bloc, Ilê Aiyê, which used the process of marginalization of Afro-Brazilian cultural manifestations as a historical backdrop and driving force so that in the Curuzu complex in Salvador, more precisely in the Ilê Axé Jitolu candomblé terreiro, in the 1970s, influenced by the rise of the North American black movement, the struggles for liberation in African countries and the search for spaces to play a leading role in their own histories.

Keywords: Ilê Aiyê, teaching materials, black representations, Bantu peoples, candomblé

Introdução

Antes de entender o movimento cultural que se desenvolveu através do Ilê Aiyê e a criação de sua verdade e afeto dentro do país, é preciso compreender o contexto no qual o grupo surgiu e seu impacto nas lutas sociais brasileiras para construção de uma realidade integradora para a população negra. No século XIX, com a abolição da escravatura, alguns grupos, com o objetivo de ampliar suas articulações, em relação as pautas acerca das mobilizações raciais, começaram a surgir no Brasil, organizando-se pelos direitos da população negra. Essa luta se estendeu por muitos anos até que fosse promulgada uma lei contra a discriminação no país, como será citado posteriormente. Durante boa parte dos anos 70 e 80, muitos grupos negros protestaram contra a discriminação em território nacional, como a manifestação no Teatro Municipal de São Paulo, que resultaria na formação do Movimento Negro Unificado. O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta e conquistas da população negra no Brasil. Nascida em meio à ditadura militar, 1978, a criação do movimento é marcada por uma manifestação que reuniu milhares de pessoas em frente ao Teatro Municipal de São Paulo.

Esse movimento é reflexo direto do quanto o país estava negligenciando as políticas raciais e tentando hegemonizar toda e qualquer etnia para a criação de uma identidade que não incluísse as diferentes formas de expressão do povo negro. Em 3 de julho de 1951, o então presidente Getúlio Vargas promulgou a primeira norma brasileira de combate ao racismo, a Lei 1390, mais conhecida como Lei Afonso Arinos. A lei, apesar de reconhecer o racismo no Brasil, não criava as ferramentas adequadas para combater esse obstáculo, já que se alguém fosse julgado por um ato discriminatório, poderia pagar uma fiança e ser liberto. Segundo levantamento realizado pelo historiador e brasilianista Jerry Dávila, foram apenas 23 os casos enquadrados pela Afonso Arinos — sendo que apenas sete resultaram em condenação. O caso mais notável envolveu uma celebridade televisiva. Em 1980, a jornalista Gloria Maria, repórter da TV Globo, apresentou denúncia contra o gerente do hotel Othon Palace, em Copacabana, no Rio, depois de ter sua entrada barrada por ele, que teria argumentado que “negro não entra no hotel”. O funcionário foi levado para a delegacia e liberado após pagar fiança.

Foi apenas em 1989, pela Lei 7.716, conhecida como Lei Caó, que de fato o crime racial se tornou inafiançável e imprescritível. Um dos maiores desafios, como o próprio grupo Ilê Aiyê aponta em suas canções, é que o racismo está tão intrínseco na sociedade, que a criação de uma negritude se fazia mais que necessária no século XX e ainda faz nos dias de hoje. Essa política hegemônica dos anos 50 e que afetou diretamente o grupo musical pelas décadas seguintes, não tem como objetivo a preservação e o respeito a todas as culturas e etnias, mas sim um embranquecimento do Brasil e apagamento da cultura negra.

O Mais Belo dos Belos: Ilê Aiyê – O primeiro bloco afro do Brasil

Criado nos anos 70, em Salvador, por Antônio Carlos dos Santos, o Vovô do Ilê, e Apolônio de Jesus, o Ilê Aiyê é o primeiro bloco afro do Brasil e surgiu em uma época que o acesso de pessoas negras ao carnaval se dava apenas com o trabalho braçal, nas dinâmicas de segurar a corda, carregando alegorias e tocando alguns instrumentos. O Vovô do Ilê, em entrevista à CNN Rádio, contou que a ideia para o bloco surgiu no bairro da liberdade, “o mais negro da cidade, numa rua de vanguarda, com manifestações culturais e religiosas, onde

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

tudo acontecia”, disse o mesmo. Diante do regime da Ditadura, a ideia saiu do papel: “Éramos chamados de racistas, mas conseguimos botar 100 pessoas no primeiro ano, e fomos aumentando.” Conforme o presidente do bloco, ao invés de deixar “pesquisadores gringos” documentarem a vivência da população negra: “nós mesmos contamos nossa história”. “Usamos a música pensada por nós, trabalhada nesse resgate da autoestima do povo negro, tudo o que ouvimos de negativo mandamos de volta de forma positiva”. Vovô do Ilê afirmou que vê alguns ganhos expressivos desde a criação, com o “surgimento de outros blocos afro”. “O negro passou a se assumir não só em Salvador como no Brasil, esse trabalho desenvolvido com a música, de resistência”, segundo ele, o negro “precisa participar da mesa de discussão.” Vovô do Ilê criticou o fato de Salvador, cidade mais negra fora da África, não ter um negro “em situação de destaque”. “Precisamos fazer nossa parte também, não só botar a culpa no branco, precisamos nos libertar do ranço da escravidão mental”, completou.

Tudo isso, evidência a suma importância do grupo Ilê Aiyê como formador e influenciador de uma identidade negra no país, no seu profundo impacto na autoestima, na luta do lugar para o negro em meio a sociedade e o seu espaço como ocupador e como transmissor de afeto na música durante o século XX.

Branco, se você soubesse o valor que o preto tem
Tu tomavas banho de piche pra ficar negrão também
E não te ensino a minha malandragem
Nem tão pouco minha filosofia, não?
Quem dá luz a cego é Bengala Branca e Santa Luzia

A letra composta por Paulinho Camafeu, na década de 80, já questionava as formas estereotipadas que o povo preto vinha sendo retratado nas produções teóricas relacionadas a sua identidade. Desde sua criação, o Ilê Aiyê apresentava um potencial de força e resistência em relação ao apagamento das tradições culturais manifestadas pela população negra. Sendo o primeiro bloco afro do Brasil, o grupo não se limitava somente à função de entreter. A partir

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

de suas letras, danças, ritmos e projetos de extensão, voltados para o acolhimento e formação de sua comunidade, o Ilê Aiyê vem atuando como referência internacional no processo de construção e preservação da identidade negra, a partir da cultura afro-brasileira. Nos anos 90, quando o país passava por um dos maiores períodos de crise social e econômica, o bloco deu início a um projeto social intensivo, levando sua causa para muito além das músicas. Juntando o samba-afro do bloco com suas causas sociais e educacionais, surgiu o projeto Band'Erê, que oferece aulas gratuitas de canto, dança e percussão. Além disso, os estudantes que ingressam no projeto ainda aprendem língua portuguesa, matemática, toque sagrada e corte e costura. A iniciativa deu tão certo que desde 1992, o projeto tem sido utilizado como um espaço de socialização importante para tirar os jovens da rua. Os estudantes têm suas vidas transformadas com as oportunidades apresentadas pelo projeto. Muitos deles chegam a ingressar na Band'Aiyê, que é a banda profissional do Ilê. Outros, aproveitam o aprendizado e escolhem caminhos alternativos. O ex-aluno Luciano Piu, por exemplo, se tornou músico profissional e passou a trabalhar na banda do cantor Léo Santana.

A Representação Negras nos Livros Didáticos

A professora Ana Célia da Silva, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia, especializada em investigar a forma como a população negra é retratada em livros didáticos, utiliza as produções do Ilê Aiyê para debater as formas de construção de uma identidade negra dentro da escola, a partir da década de 70. Nesse período, a professora passou a investigar o tema a partir das reações em sala de aula quando se abordava as questões identitárias do povo negro. Havia um estímulo imediato, por parte dos alunos, que destacava uma certa rejeição em relação ao conteúdo. Desse modo, a professora identifica uma dinâmica de autorrejeição, consequência da forma como os negros eram representados nos livros didáticos da época. Isso evidencia como a narrativa hegemônica constrói no imaginário comum essa rejeição a qualquer cultura não branca. A junção de representações negativas com o silenciamento de suas histórias, serve de elemento determinante em relação as diferentes formas de afastamento dos alunos em relação ao tema. No livro “Vamos Aprender”, a presença de informações sobre o Segundo Reinado e sobre imigração dos europeus é notável. No entanto,

é perceptível, também, a escassez absoluta de conteúdo sobre os processos pós-abolição. Se dentro de um ambiente escolar ocorre esse apagamento a respeito da cultura negra, um aluno pertencente a esse grupo não será afetado sobre a posterioridade e caso seja, será de uma forma violenta e negativa.

Cada pedaço de chão,
Cada pedra fincada,
Um pedaço de mim, Ilê Aiyê!
O povo Banto ajudou a construir o Brasil.

O trecho da música “Herança Bantos”, composição de Paulo Vaz, é um grande exemplo do empenho que Ilê Aiyê desenvolve em tratar e preservar a identidade e as heranças que os povos africanos estabeleceram, a partir de suas vivências de resistência aos crimes de escravidão. Os povos Bantos foram tema de uns dos desfiles de carnaval do bloco, assim, o grupo trabalhou a cultura, estética, tradições, linguísticas e contribuições dessa população, a partir de seu enredo, figurinos, pesquisas, eventos e projetos de extensão. O livro didático de história, “História da Dominação: rumo a conexão dos continentes” lançado em 2016 e fornecido às escolas públicas, direcionado à estudantes que acabaram de ingressar no ensino médio, traz os povos Bantos como referência para debater as táticas de escravização, analisando a forma como os povos escravizados eram separados e direcionados de acordo com a sua localização de origem. No entanto, as diferentes maneiras de contribuição dos povos bantos para a identidade e cultura brasileira não são mencionadas. Um significativo exemplo disso, é a relação entre os elementos linguísticos trazidos pelos Bantos e a língua portuguesa. Muitas palavras do nosso vocabulário surgiram com a inserção desses povos na construção do nosso país, como, por exemplo, a expressão “caçula”, que tem sua origem Banto e significa o filho menor ou o filho mais novo. Além, da linguística, outros recursos religiosos, estéticos, musicais e tradicionais tem em sua composição aspectos formulados por povos Bantos.

Desse modo, mesmo após o período de abolição, algumas características culturais desses povos se mantiveram vivas na nossa estrutura identitária e servem de ferramenta para consolidar um processo de formação da identidade negra no país. Através do trabalho desenvolvido pelo Ilê Aiyê, é possível proporcionar elementos não convencionais para configurar um espaço de aprendizagem que estimule um processo de identificação e representatividade. É notável a escassez de informações dentro de materiais didáticos sobre os processos imediatamente posteriores à abolição da escravatura. O enfoque é dado na entrada de imigrantes europeus no fim do século XIX, silenciando as vozes daqueles que, durante todo o período colonial, sofreram com repressão, exploração e expropriação. O Ilê Aiyê é uma das faces do movimento negro brasileiro que busca o resgate à ancestralidade e a construção da identidade étnico-racial do povo preto brasileiro.

A Música como Instrumento de Revolução

Desde a gravação do seu primeiro álbum, “Canto Negro I”, lançado em 1984, o Ilê Aiyê já apresentava, como base essencial do seu processo de criação artística, o objetivo de direcionar ao centro da sua história as produções de narrativas negras, através de músicas como a “Que Bloco É Esse?”, “Mãe Preta” e outras 10 faixas que compõem o disco, servindo para contextualizar as diferentes camadas de invisibilidade cultural e de suas diferentes expressões de resistência ao racismo. Tratar de noções físicas, afetivas, culturais e políticas desses sujeitos, antes oficialmente subalternizados, colocou o grupo como uma grande referência de rompimento com as narrativas tradicionais, que conformam uma configuração de democracia racial no Brasil, intensificadas dentro do contexto de pós-abolição, para invisibilizar as reivindicações das pautas raciais e culpabilizar a população negra das diferentes formas de violência sofridas. Portanto, além de contribuir para a construção identitária antirracista do povo negro, o grupo se propõe a refletir sobre as principais figuras e lutas que contextualizam os processos de salvaguarda das expressões afro-brasileiras, assim, denunciando as estruturas sociais que fomentam o racismo. Nas letras do grupo, temos uma narrativa clara, recontar esse mito da democracia racial brasileira, tira as pessoas negras de

uma posição de subalternidade para colocá-las em evidência e mostrar que não podemos reduzir sua história sem senti-la. A música “No Tempo do Pelourinho” fica bem claro.

No tempo do Pelourinho
Quando havia escravidão
O negro era como bicho
Não tinha sossego, não

Ouve meu canto de dor
Ouve meu canto de dor
Ouve meu canto de dor
Ouve meu canto de dor

Nessa mesma letra é importante notar que falam de libertação, porém não citam a princesa Isabel, uma escolha interessante que dialoga com uma narrativa “moderna”, que vai de encontro a vários livros didáticos (mesmo atualmente) que atribuem a princesa o mérito da abolição. Já em outra letra chamada “Minha Caminhada” o grupo expõe uma realidade pós-abolição, que é como os “libertos” foram largados à sua própria sorte após séculos de exploração e desumanização.

Bodas de pratas eu não posso festejar
O meu caminhar foi duro mais
Eu tenho que contar
Bati de frente com a face da opressão
Aí eu venci meu santo é forte
Mundo negro é minha nação

Essa é outra narrativa que o grupo traz que de novamente diverge de uma história clássica que diz que com o fim da escravidão os negros e os brancos começaram a viver em bons termos e em igualdade. Dentro do segundo álbum gravado pelo bloco afro, intitulado Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

“Canto Negro II”, em 1989, a música “Canto da Cor”, é um grande exemplo de como o bloco, dentro do seu contexto de criação, buscava recriar narrativas em relação aos acontecimentos históricos relacionados ao povo negro.

O negro se farta do fruto da sua beleza
Atribui-se também a ele está sua grandeza
Ilê Aiyê.

Sendo a própria razão e a razão não se pode explicar
Eu juro que não
Mas ecoa até o firmamento este nosso cantar.

É possível perceber na letra uma menção ao passado recente de dor, sofrido pelo povo negro durante a escravidão. No entanto, a letra propõe um rompimento com as imagens tradicionais atreladas aos negros recém-libertos, destacando nesse contexto uma alternativa de valorização, preservação cultural e centralização dos anseios por medidas que, atualmente, são conhecidas como constitutivas para uma sociedade anti-racista. Esses elementos, abordados pelo grupo, servem de exemplos para se refletir sobre as diversas denúncias já apresentadas pela professora Ana Célia da Silva, pois inserindo instrumentos de aprendizagem, para além das representações dos livros didáticos tradicionais, trazendo uma visão alternativa de existência e resistência do povo negro, é possível criar um espaço de identificação entre os sujeitos afetados, caracterizando uma estética que rompa com estereótipos, possibilitando um processo de aceitação de conhecimentos e memórias ancestrais.

Já na letra da música "Negrum da Noite", também presente no disco Canto Negro II, é possível compreender melhor como esse processo de criação de uma identidade negra ocorre por parte do bloco.

Odékomorodé

Odé arerê

Odékomorodé, odé

Odé arerê

O negrume da noite

Reluziu o dia

O perfil azeviche

Que a negritude criou

Constitui, constitui um universo de beleza

Explorado pela raça negra

Por isso, por isso o negro lutou, o negro lutou

E acabou invejado e se consagrou, por isso

Por isso o negro lutou, o negro lutou

E acabou invejado e se consagrou

A criação de sua identidade visual, é um importante exemplo de caracterização dessa construção identitária por parte do grupo. O Perfil Azeviche, criado em 1978 pelo artista Jota Cunha, é citado na música. Trata-se de uma máscara africana, com quatro búzios abertos formando uma cruz na testa. Desse modo, o artista buscou relacionar a máscara, um elemento de grande importância ritualística para muitos países africanos, com o Azeviche, um mineral negro, de espessura dura, que quando é bem polido, reflete como vidro. A letra já se inicia trazendo elementos de um contexto historicamente violentado e marginalizado, que é as heranças provenientes das religiões de matrizes africanas. O trecho "Odékomorodé, Odé arerê" se trata de uma reverência à Oxóssi, orixá que dentro do candomblé é considerado rei da nação Ketu e da cidade de Oyó, na África sudanesa, de onde se originam os povos nagôs

(ketu, ijexá e Oyó) e mina-jeje. É inevitável perpassar por referências de religiões como a Umbanda e o Candomblé quando se trata das diferentes formas de construção das identidades negras no Brasil, assim como é inevitável pensar sobre as formas, institucionais e camufladas, de silenciamento dessas manifestações. O Ilê Aiyê busca nessa música tanto denunciar as perspectivas preconceituosas em relação a essas religiões, apresentando um potencial de resistência e preservação das comunidades negras, quanto difundir informações sobre os elementos sociais fornecidos por essas heranças. Mãe Hilda Jitolu - Yalorixá do Ilê Axé Jitulu – uma importante figura em relação as referências das diásporas africanas, aos blocos afro-brasileiros e as tradições de candomblé, sediou o Ilê Aiyê em seu terreiro, durante os primeiros 20 anos de vida do grupo, desenvolvendo práticas de fé e acolhimento, que serviram de inspiração para os diversos projetos de extensão criados posteriormente pelo bloco. Ao falar na abertura do primeiro encontro de educação do projeto de extensão pedagógica do Ilê Aiyê, Mãe Hilda afirmou " O Candomblé sempre foi a casa de ensinamentos", demonstrando ser possível produzir um trabalho de autoestima e formação intelectual negra, através do passado ancestral.

Conclusão

A conclusão que podemos tirar da análise das músicas do grupo Ilê Aiyê e o contexto histórico na qual estão inseridos é principalmente que sua influência na construção de uma identidade negra no país é muito forte e sua quebra com os conceitos de verdade da época foram mais do que importantes para afetar não somente o sujeito *homem e mulher negros* como também toda uma população que sofria e sofre de um embranquecimento desde o fim da escravatura. Essa identidade negra, tão vangloriada nas músicas do Ilê, também evidencia uma articulação entre passado, presente e futuro das populações marginalizadas. Falar de negritude tem não somente a ver com a cor da pele, mas sim toda uma cultura que sofreu diversas tentativas de apagamento e marginalização durante o século XX. Portanto, lembrar o passado e essas raízes diante de um presente repleto de consequências é o caminho para um futuro mais promissor para a cultura negra no nosso país.

A narrativa proposta pelo Ilê é justamente essa, combater a ideia hegemonizada tão engendradora na sociedade, evocando um sentimento de afeto e orgulho das raízes africanas nos sujeitos que por muito foram reprimidos e tiveram suas vozes caladas. Pensando nas principais medidas que buscam combater as perspectivas estereotipadas dos povos negros nos materiais didáticos, como a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, em paralelo com as formas como as temáticas acerca das relações étnico-raciais no Brasil são exploradas como componente curricular no processo de formação dos docentes, são aspectos essenciais para compreender como os resquícios do colonialismo moderno permanecem e atuam no contexto educacional brasileiro, pois a escassez de informação é um padrão a ser combatido na estrutura educacional como um todo.

Referências Bibliográficas

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; DOS SANTOS , Georgina. História da Dominação: Rumo a conexão dos continentes. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016. V. 7, cap. 18, p. 269-285. ISBN 269-271.

CAMAFEU, Paulinho. Que Bloco É Esse?. Salvador: Oloko Records, 1975. Disponível em: <https://youtu.be/SJdrBBINpr0?si=eVnZQ6Q0tlPdnAoK>

VAZ, Paulo; Cissa. Herança Bantos. Salvador: Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, 1999. Disponível em: <https://youtu.be/HGkSj0N6JRU?si=1HY0ie1--c--fbxB>

MUNDÃO. No tempo do Pelourinho. Salvador: Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, 2015. Disponível em: <https://youtu.be/7n3qRAIOzDA?si=Ke8IevZvE23MTUG->

DAVIZINHA, JOCYLEE, ALMEIDA, Silvio. Minha Caminhada, Salvador: Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, 2003. Disponível em:

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

https://youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_mt4XurLG0DHAWdqwM-AiXVJ85YtN3TWSA&si=Lhcp3PUV3VpwT4RG

MOISÉS, SIMÃO. Canto da Cor, Salvador: Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, 1989. Disponível em: <https://youtu.be/6jCkHIgsPnI?si=PyR2yNJtG75CD-25>

MOREIRA, Augusto; OLIVEIRA FILHO, Paulino. Negrume da Noite, Salvador: Amiata Arte Edizioni Musicali, 1989. Disponível em: <https://youtu.be/rTuYYAx1qG8?si=4lAGw6cz7qGk44je>

Espaço sagrado, memórias ancestrais: diálogo sobre a importância da territorialidade, identidade e ancestralidade da Umbanda da cidade de Muriaé – MG

Nathaly de Souza Silva¹⁴¹

Resumo: Este trabalho tem como base principal estabelecer um diálogo sobre o vínculo entre espacialidade e sacralidade estabelecida dentro dos espaços de culto afro-religiosos como a Umbanda, na perpetuação do que se intitula *asè* como força vital de sustentação de tal elo. Tendo tais reflexões como ponto de partida aprofunda-se, portanto, esse diálogo da importância espacial em duas principais óticas: de forma geral, analisando espaço e o Homem inserido na História; e, por fim, Homem, terreiro e a força do sagrado.

Palavras-chave: Caboclo; territorialidade; ancestralidade; espaço.

Abstract: This work's main basis is to establish a dialogue about the link between spatiality and sacredness established within Afro-religious worship spaces such as Umbanda, in the perpetuation of what is called *asè* as the vital force supporting such a link. Taking such reflections as a starting point, this dialogue on spatial importance is therefore deepened from two main perspectives: in general, analyzing space and the Man inserted in History; and, finally, Man, terreiro and the strength of the sacred.

Key words: Caboclo; territoriality; ancestry; space.

O caçador entende o tempo da Flecha.

A umbanda tem segredo

Todo filho quer saber

A Jurema é muito grande

*Olha lá, vai se perder [...]*¹⁴²

¹⁴¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: nathalysilva8@gmail.com.

¹⁴² Ponto de Umbanda intitulado “Umbanda tem segredo”, comumente utilizado na abertura de gira.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

No “abrir da gira” deste artigo, evoca-se a presença das energias das matas – de Oxóssi a *Ossain* e dos Caboclos à Jurema sagrada – pois é da folha que a sustentação se reafirma. Um viver e reviver entre deuses e segredos que habitam os quatro cantos de um espaço de culto seja africano, seja indígena, de bases afro-brasileiras ou afro-indígenas.

Sem a folha não existe Orixá (Simas, 2022: 72). Sem os segredos das matas não há energia.

Em um país originado pelo sangue de povos subalternizados; pelo ferro e pela forja, pelo silenciamento dos marginalizados, a arrogância da Casa-Grande e a pele negra marcada, ainda assim cresceu-se uma flor de esperança¹⁴³ nas senzalas – resistência das maiores e múltiplas formas.

Senzalas de suor e lágrimas negras, mas vistas como um terreiro sobrevivências, pelo tambor ainda silenciado, mas que não apagava sua simbolizada resistência. Na cura dada pelas folhas sagradas que banhavam a pele ferida e energizava o chão que se firmava sob os pés.

Desde povos indígenas a povoações africanas, as matas eram vistas como sacralizadas, como territórios que escondiam segredos de vida, de cura e de energia – e para tal deveriam ser respeitadas. Tais concepções transcendem temporalidades históricas periodizadas e espaços fixos.

Todavia, se embasam também em uma tríade de elo ainda que semelhante aos teores historiográficos – e até mesmo culturais.

Tratar a historiografia é perpassar por três tópicos essenciais: Tempo, Espaço e o Homem. Uma trindade de base para compreensão de vida e mudanças entre indivíduos sociáveis – o Homem – que se inserem em períodos suscetíveis a transformações – o Tempo – em um dado lugar – Espaço – que pode ser fixo (ou não).

¹⁴³ Referência ao livro de Robert Slenes “Na Senzala, uma flor”. Para maiores informações, ver: Slenes, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor** – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Hampaté Bâ (1980), escritor e etnólogo maliano, defendia que de todas as Histórias que podem explicar vida em Terra, a existência do Homem é a simbiose primordial deste diálogo entre indivíduo, espaço e ancestralidade (Bâ, 1980).

Sua concepção é próxima a afirmada por Abdias Nascimento (1995) sobre solo e Axé – força essencial dos terreiros – manterem uma ligação intrínseca pois “fundar um templo denomina-se plantar o axé, pois é vital a ligação do culto com o solo, a vegetação, e todos os aspectos da natureza” (Nascimento, 1995: 6).

Elevar o nosso olhar sobre as duas formas, ou seja, o Homem inserido no espaço e a influência do espaço sob o Homem é, como afirma Certeau (1982), encarar a História como uma operação ao qual admite-se que esta faz parte de uma realidade, envolvendo uma combinação entre lugar, prática e escrita.

A territorialidade é um fator primordial ao abordar a existência dos terreiros. Na história, o espaço é base da existência humana – e uma das definições do que podemos presumir ser o estudo da história.

Retoma-se, portanto, a figura da Jurema Sagrada, ou seja, de uma territorialidade sacralizada para o desenvolvimento deste artigo ao qual propõe-se a compreender a importância da base, sustentação e do chão dos terreiros de Umbanda que são vitalizados pela força do *àsé*, reafirmados pelas folhas de *Ossain*, da proteção de Oxóssi e da determinação dos Caboclos.

Memórias e Narrativas

A morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar (Benjamin, 1994: 208, *grifo nosso*) é a frase que Walter Benjamin inicia a parte onze de seus escritos sobre o papel do narrador e a ligação com as teorias de Leskov. Analisando a trama que envolve a “morte”, o gótico e o sobrenatural, evidencia que é mediando entre tais espaços que a autoridade do narrador se mantém firme.

A prática narrativa é marca histórico-social de inúmeras sociedades ao qual se refletem como ação ainda presente factual, que se detém sob duas nuances: pode-se tratar em um silenciamento - através da perpetuação da história única, tida como “dominante”, em um “*aquele que silencia*” - ou ainda, na revelação de novas conjunturas - a prática de um olhar

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

sob os historicamente tidos como subalternos que viveram à margem dos relatos, ou seja, “*aquele que tentaram silenciar*”.

Falar sobre o axé e sobre os terreiros afro-religiosos é falar sobre as bases de constituição destes espaços que são as memórias e a perpetuação de narrativas. A Umbanda “como o próprio nome sugere, tal campo é formado pelos sistemas religiosos que possuem uma marcante ascendência cultural africana” (Vieira Filho, 2007: 29).

A Umbanda, portanto, constitui-se de um campo mediúnico que compõe-se da conjunção “entre as manifestações religiosas das culturas ameríndias, mais a influência da catequese jesuítica, mais o contato com os cultos de matriz africana, mais a influência da doutrina kardecista” (Oliveira, 2007: 11).

As vivências são campos de composição a partir da concepção de que, enquanto religião gerada por diversos segmentos religiosos, as experiências testemunhadas em cada qual são proposições essenciais de sustentação vide tratar-se de uma essência oral-narrativa de perpetuação dos saberes e conhecimentos.

Nos terreiros, a presença do narrador é um fator essencial para a constituição desses espaços, haja visto que os ensinamentos são feitos através de “trocas” entre os pais e mães de santo com os membros da religião:

Mãe Beatriz: Todos os ensinamentos dentro da nossa doutrina, tanto a Umbanda quanto o Candomblé, ele é realmente oral.

Marina: É passado do mais velho para o mais novo.

Mãe Beatriz: Porque o ensinamento ele é passado a medida que você panha [sic] grau dentro da casa. Confiança do pai de santo. Confiança da espiritualidade que ali trabalha. Então quer dizer, vai se passar os ensinamentos oralmente, muitas vezes nem pelo pai de santo ou a mãe de santo, vai ser pelo Orixá, o Exu dele, né. Se ele tem, vamos dizer, um Caboclo, um Boiadeiro, um Preto Velho na nossa Umbanda, por exemplo¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Fragmento da entrevista realizada com a conhecida comumente como Mãe Beatriz, de Umbanda, de um terreiro localizado no bairro Gaspar em Muriaé, realizada no dia 27 de maio de 2021 de forma presencial – seguindo todos os protocolos de segurança da OMS – na cidade de Muriaé- MG.

Desta forma, as vivências também fazem parte da formação social e cultural de um povo – neste caso, dos praticantes das religiões de afro-culto.

Mas se a memória é fundamental, como ela é construída? E ainda, o que são essas memórias para a humanidade?

Homem e Espaço: múltiplos olhares

A vida social das coisas: roupas, memória, dor (Stallybrass, 2008) é título do primeiro capítulo da obra de Peter Stallybrass. O autor aborda em sua produção como o espaço e os objetos são portadores de memórias.

Pode-se estabelecer um diálogo sobre essa importância da materialização com o antropólogo Tim Ingold por sua defesa perspicaz de que as coisas (objetos, na concepção do escritor) são parte indissociável da vida humana – e, por isso, essa matéria também possui vida. Segundo o autor:

Se pensamos cada participante como seguindo um modo de vida particular, tecendo um fio através do mundo, então talvez possamos definir a coisa, como eu já havia sugerido, como um “*parlamento de fios*” (grifo do autor) [...]

Assim concebida, a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas (Ingold, 2012: 29).

Podemos levar essa definição de importância do material aos limites de espaço e dos objetos sagrados de um terreiro.

No espaço sagrado, enquanto aspectos visíveis e físicos, temos como parte do processo divino a casa espiritual, as roupas “de santo”, as imagens sacras, os instrumentos utilizados numa “gira”, os utensílios de um padê, por exemplo, dentre outras características práticas que envolvem o espaço-terreiro.

Esses exemplos citados é uma afirmação da ideia defendida por Ingold e Stallybrass: as coisas carregam vida e, conseqüentemente, memórias.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Essas memórias são sacralizadas. Tudo o que envolve um espaço de terreiro, carrega uma ancestralidade ou, nas palavras dos praticantes dos cultos, contém o Axé, tido como força vital de vida em um “vir a ser” e, assim, “o ritual é o caminho e a oferta, o objeto na troca. Pela oferenda, o Axé é liberado e através dos rituais, ordinários ou extraordinários, acontece a troca do Axé” (Berkenbrock, 2007: 264).

Imagem 1 – Foto do terreiro Tenda Sete Flechas em Muriaé, Minas Gerais



Foto: Arquivos da autora (2023)

A ideia de memória e espírito – bem como oralidade e ancestralidade já abordados – são assim, a constituição desses espaços de culto ao qual “na tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens [...]” (Bâ, 2010: 169).

As memórias podem ser entendidas, portanto, como as vivências. E mais: tudo o que constitui a cultura de uma sociedade, as práticas de um povo e a formação de pessoas que as carregam: “nossos antepassados não possuíam peles de imagens e nelas não inscreveram leis.

Suas únicas palavras eram as que pronunciavam suas bocas e eles não as desenhavam, de modo que elas jamais se distanciavam deles” (Kopenawa, 2015: 76).

Como foco de pesquisa e, conseqüentemente deste artigo, definir-se-á Umbanda como uma religião sincrética de composições múltiplas ao qual perpassa pelo kardecismo, a prática europeia-cristã, os rituais indígenas e a ancestralidade negro-africana. Em outras palavras, de “coerência sutil, pela sua ética inclusiva e pela sua dinâmica flexível a mudanças” (Dias, 2011: 33).

Logo, é visível como a prática narrativa é essencial para a humanidade e que, por mais que a prática escrita seja “majoritariamente” valorizada - principalmente levando em conta os espaços acadêmicos - é impossível dissociá-la da prática narrativa pois, afinal, o indivíduo é composto por memórias.

E, como ser que carrega histórias e trajetórias, pode-se dizer que tais memórias são o que o mantém em vida - em uma perpetuação de *continuum* ancestral.

O axé e a ancestralidade: um espaço vivo

Por breves palavras, pode-se estabelecer o axé como vida – seja do terreiro, seja dos membros religiosos.

Axé é uma energia de concepções africanas, ou seja, “a força vital que mantém a ordem cósmica” [Oliveira; Jorge, 2013: 38] sendo, portanto, o vínculo entre solo, vegetação, culto e ademais aspectos da natureza com conjunto com o ancestral.

A ancestralidade umbandista é pautada pela resistência: por sua constituição sincrética justificada pela busca de salvaguardar saberes e conhecimentos herdados de diversas etnias africanas que, ao migrar pelo Atlântico até terras brasileiras, era uma das ligações que as vítimas escravizadas tinham com seu território de origem.

No axé, tudo que a gente vai fazer, a gente entrega aos ancestrais. Então eles, como são a força de vida, nos ajudam, nos dão discernimento para as coisas, nos dão condição de falar de tudo e aquela escola está muito entregue a Xangô e a Oxóssi... Nossa liturgia diária é pedir, é conversar [Oxóssi, 2002: 42].

Dessa forma, compartilhar aprendizados e práticas ritualísticas de culto ao ancestral – energia vital do axé – é narrar as memórias e vivências de um povo que carrega milhões de outras histórias numa verdadeira genealogia.

Os rituais umbandistas, portanto, “veicula axé: ervas, flores, pedras, charutos, cachimbos, as palavras do sacerdote, as palavras das entidades, os cânticos, os preceitos e oferendas realizados, enfim, o ritual todo é um complexo restituidor e dinamizador de axé” [Oliveira; Jorge, 2013: 39].

Imagem 2 – Preto Velho presente em um terreiro de Umbanda em Muriaé, Minas Gerais



Foto: Arquivos da autora (2023)

Dessa forma, História, Memória e Ancestralidade caminham lado a lado através de um elo comum: a narrativa e a figura do narrador, no que genericamente podemos considerar sacralização de vida pela memoração.

Considerações finais

Apresentada tais considerações, pode-se definir que identidade e construção social são aliadas. E mais: estão enraizadas desde o início da sociedade pois vão além, constituindo cada espaço, em cada território.

Este país é um reflexo desta composição. Como um território miscigenado, é formalizado por uma gama de culturas e etnias que atravessam fronteiras: aliam-se em travessias continentais – Brasil, Portugal e África – como bases.

Apesar de tal configuração, o histórico é erguido pela colonização e, dessa forma, a historiografia que o compõe parte de uma linearidade entre silenciamentos e dominação, perpetuadas e fortalecidas pelas narrativas.

O país conta com quase quatrocentos anos de instituição violenta que ainda reverbera consequências, afinal como apontado por Silvio Almeida, sob a simulação de uma abolição, substituiu “o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia” [Almeida, 2020: 113] visível numa constituição e na imagética de um país plural e laico.

A narrativa, portanto, se apresenta como uma aliada – rememoração de fatos – que vão além de uma utopia.

A prática de narração acompanha a sociedade a milênios, dentre os vários setores comunitários em inúmeros continentes e que, com a diáspora africana e a colonização de terras indígenas, foram reforçados no território brasileiro, partindo do pressuposto estudado que é a aliança cultural entre povos originários – indígenas – e povos africanos.

Memória é o cerne, portanto, das vivências ou, nas palavras de Hampaté Bâ (2010), uma forma de “tradição viva”. É nela que há a formação de uma aliança entre vida e morte – nas palavras de Benjamin – e permanências. A partir dela, nas concepções de Ingold (2012) e Stallybrass (2008), a existência material também toma forma, sendo sustentado pelas lembranças.

Considera-se, portanto, memória como fundamento religioso – bases da Umbanda que é o centro desta pesquisa – ao qual há uma prática ritualística de transcendência temporal e,

originalmente brasileira, que possui em suas raízes uma ancestralidade constituída a partir de memórias e identidades que acompanharam a construção do Brasil.

Fontes

Furtado, Maria Izaltina. **Entrevista sobre a Umbanda em Muriaé**: depoimento. [maio 2021]. Entrevistador (a): Nathaly de Souza Silva. Minas Gerais, 2021. 1 arquivo .mp3 (1h:19 min).

Referências Bibliográficas

Almeida, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra – Coleção Feminismos Plurais, 2020.

Bâ, Amadou Hampaté. Tradição viva. **História Geral da África I**: metodologia e pré-história da África. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010.

Benjamin, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Berkenbrock, Volney J. **A experiência dos orixás**: um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Certeau, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56 – 108.

Dias, Rafael de Nuzzi. **Correntes ancestrais**: Os Pretos Velhos do Rosário. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofias, Ciências e Letras, Universidade Federal de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

Ingold, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 18, n. 37, 2012.

Kopenawa, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Nascimento, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

Oliveira, José Henrique Motta de. Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise comparativa das estratégias de legitimação da Umbanda durante o Estado Novo. **Dissertação** (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

Oliveira, Irene Dias de; Jorge, Érica Ferreira da Cunha. Espiritualidade Umbandista: recriando espaços de inclusão. **Revista Horizonte**: Belo Horizonte, v. 11, n. 29, 2013. p. 29-52.

Oxóssi, Mãe Stella de. Aqui tudo é questão de ensinamento. In: Oxóssi, Mãe Stella de; Viana, Juvany/ Pretto, Nelson de Luca; Serpa, Luiz Felipe Perret (orgs). **Expressões de Sabedoria**: educação, vida e saberes. Salvador: EDUFBA, 2002.

Simas, Luiz Antônio. **Umbandas**: Uma História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2021.

Stallybrass, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Vieira Filho, Antonio Gracias. Domingo na igreja, sexta-feira no terreiro: as disputas simbólicas entre Igreja Universal do Reino de Deus e Umbanda. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Saberes tradicionais, cura cotidiana: heranças afro-indígenas

Douglas Crisóstomo Peixoto¹⁴⁵

Yngrid da Silva Josué Teixeira¹⁴⁶

Resumo

Por meio desta comunicação, desejamos apresentar brevemente os primeiros passos de nossa pesquisa com memórias familiares. Voltados a pensar a multiplicidade étnica na constituição de nossa sociedade, desejamos trabalhar a força dos saberes populares relacionados à práticas de cura tradicionais para a compreensão dos processos históricos de incorporação, silenciamento e subalternização de africanos e autóctones. Da interlocução entre essas duas matrizes constituiu-se um arcabouço de saberes a respeito do uso de ritos e de plantas para tratar de doenças e harmonizar estados espirituais. Propomo-nos nesse sentido, a discutir a maneira a pela qual tais saberes se apresentaram no cotidiano e na memória de uma família de origens "afro-indígenas".

Palavras-chave: afro-indígena; cura; benzeção; ervas medicinais.

Abstract

Through this communication, we wish to briefly present the first steps of our research into family memories. Aimed at thinking about ethnic multiplicity in the constitution of our society, we wish to work on the strength of popular knowledge related to traditional healing practices to understand the historical processes of incorporation, silencing and subalternization of Africans and autochthonous people. The dialogue between these two matrices created a framework of knowledge regarding the use of rites and plants to treat illnesses and harmonize spiritual states. In this sense, we propose to discuss the way in which

¹⁴⁵ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: peixotocrisostomo@gmail.com

¹⁴⁶ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: teixeirayngrid22@gmail.com.

such knowledge was presented in daily life and in the memory of a family of "Afro-indigenous" origins.

Key-words: afro-indigenous; cure; blessing; medicinal herbs.

Introdução

No presente estudo, pensamos de que modo os conhecimentos construídos por grupos subalternizados foram incorporados a práticas populares de cura passadas de geração em geração pelos descendentes de africanos e indígenas. Com vistas a uma melhor compreensão do dinamismo e da confluência destas identidades, esta pesquisa vincula-se às perspectivas de produção de uma história que valorize a diversidade das maneiras de ser e interpretar presentes em nossa vivência. (PINTO; MIGNOLO, 2015)

Em discussão a respeito dos moldes segundo os quais a educação brasileira tem se reproduzido, Daniel Munduruku (2023) entende que é preciso repensar a maneira como nossos povos são representados e compreendidos. Em consonância, enquanto expoentes de um tipo de conhecimento acadêmico, acreditamos que nossas produções devam ressoar suas propostas, revestindo-se de um sentido de pertencimento e de continuidade que apenas a ancestralidade e a valorização de nossas diferentes tradições é capaz de trazer. Faz-se necessário que aprendamos a nos reconhecer na história, vislumbrando nossas origens em busca daqueles que nos trouxeram até aqui. À vista disso, imaginamos nossas pesquisas de forma a se preencherem de representatividade, colaborando na construção de epistemes, a cada passo, menos colonizadas, mais interessadas em e mais aptas a simbolizar aqueles que nos compõem enquanto comunidade.

Para tanto, decidimos observar e aprender com as memórias de pessoas pertencentes a nossa própria família, em um esforço por estranhar e reinterpretar atividades culturais que, a princípio, nos pareceriam corriqueiras, mas careciam de um olhar pormenorizado no que diz respeito às suas origens multiétnicas. (VELHO, 1978) Tratam-se de duas famílias juiz-foranas de nome Crisóstomo e Peixoto, que se unificaram pelo matrimônio de dois de seus membros, Lezir Iva Crisóstomo e Jorge Peixoto, e têm convivido nos mesmos espaços há mais de 35 anos. De posse de um relacionamento pré-estabelecido com o grupo, selecionamos

uma pequena amostra de interlocutores cujas memórias nos levaram a um melhor entendimento das técnicas de cura tradicionais, expressas no conhecimento e uso de ervas medicinais e na benzeção.

Neste trabalho, em específico, foram utilizadas as histórias oralmente compartilhadas por dois membros da família Peixoto, João e Jorge, e quatro da família Crisóstomo, Lurdes, Lezir, Lucimar e Julieta. Com o que aprendemos, chegamos à conclusão de que os saberes de cura compartilhados pelas duas famílias originam-se, ao que a memória familiar alcança, da atuação de duas de suas matriarcas, Georgina Teixeira Peixoto e Isabel Maria Crisóstomo. Como dito anteriormente, desejamos enfatizar os legados culturais deixados por grupos historicamente subalternizados e, nesse sentido, o modo de vida de ambas as famílias, a ser descrito brevemente, nos remete a identidades de natureza múltipla e às formas de sobrevivência herdadas de maneira contígua de africanos e indígenas, delineando esparsas fronteiras entre o que pertence a uma ou a outra herança. Trabalhamos a ancestralidade posta nesta família, dessa forma, a partir da categoria “afro-indígena”¹⁴⁷, que diz da natureza pluriétnica que recorta suas experiências e conhecimentos.

Em busca dos ancestrais: as famílias Peixoto e Crisóstomo

Da família Peixoto, foram selecionados os entrevistados João Peixoto, de 92 anos, e Jorge Peixoto, de 58 anos, respectivamente, filho e neto da matriarca Georgina Teixeira Peixoto, mulher que, de acordo com os entrevistados, se declarava como descendente de indígenas puri. Georgina nasceu em Pedra do Anta (MG), na época distrito de Viçosa¹⁴⁸, em 1908. Descrita por João como uma mulher “mestiça”, trabalhava colhendo e secando café em uma fazenda com sua família, e frequentemente relatava sobre sua vivência no arraial. Casou-se muito jovem com Antônio, um homem afrodescendente e de origens pobres que trabalhava

¹⁴⁷ A categoria deriva da autodesignação dos nossos entrevistados enquanto herdeiros culturais e descendentes de africanos e indígenas, o que tem conduzido parte da família a se identificar enquanto “afro-indígenas”.

¹⁴⁸ Informação retirada do site oficial da prefeitura do município Pedra do Anta. Para saber mais, consultar < <https://pedradoanta.mg.gov.br/portal/historia.php> >.

como Sargento do 2º Batalhão de Caçadores mineiros¹⁴⁹. Quando João era pequeno, se mudaram para Juiz de Fora.

Lá, João se casou com Jovelina Marques (1937-1994), uma mulher negra e descendente dos grupos escravizados da região. Jovelina vivia com sua família na “Mata do Ribeirão”¹⁵⁰, na época parte do terreno da fazenda do Ribeirão das Rosas, tombada como patrimônio material do município em 2001¹⁵¹. Após o casamento, João se mudou para lá, lugar no qual constituiu sua família. A terra tinha dono, então trabalhavam nela como colonos no regime de terça.¹⁵² Jorge nasceu e viveu parte de sua infância nessa mata.

Georgina herdou muitos conhecimentos dos parentes indígenas, e sabia como procurar e administrar ervas com destreza, algo que permanece presente em sua família e foi repassado a seus filhos, netos e bisnetos. Com certa frequência, embrenhava-se nas matas para retirar cascas, ervas e lenha. Sabia como tratar de febres, gripes, inflamações e feridas por meio de chás, emplastros, garrafadas e pomadas caseiras, feitos da mistura das plantas que conhecia.

Jorge nunca pôde esquecer de sua ajuda quando teve uma infecção na orelha esquerda, que começou a se abrir, causando um grande desconforto. Sua avó confeccionou um emplastro com azeite e fumo de rolo e colocou no local afetado até que melhorasse, conferindo todos os dias o material. Quando adoeciam, apanhava erva-Santa-Maria, melão de São Caetano, guaco, erva-de-São-João, carqueja, chapéu-de-couro, espinheira-santa,

¹⁴⁹ Para saber mais a respeito da presença de afrodescendentes nas forças policiais mineiras e dos Batalhões de Caçadores Mineiros, consultar o trabalho de Francis Albert Cotta denominado “Afrodescendentes na força pública de Minas: trabalho policial, educação militar e trajetórias pessoais”, publicado em 2020.

¹⁵⁰ Pela descrição dos entrevistados, a Mata do Ribeirão era formada por uma área florestal que intermediava os bairros juiz-foranos do Bandeirantes, Parque Guarani, Barbosa Lage e Granjas Betânia.

¹⁵¹ Para mais informações, consultar a página a respeito do tombamento disponível no site governamental IPatrimônio, disponível em: < <https://www.ipatrimonio.org/juiz-de-fora-fazenda-ribeirao-das-rosas/#!/map=38444&loc=-21.708311,-43.38452199999999,17> >

¹⁵² O colonato é um regime de trabalho por meio do qual o latifundiário distribuía terras a trabalhadores conhecidos como colonos, que trabalhavam nessas terras em troca do pagamento de uma parte da produção ao proprietário da terra. Neste caso, a divisão da produção era feita em regime de terça, o que significava que os produtos do trabalho dos colonos deveriam ser divididos em três partes, sendo duas delas destinadas ao dono da terra e uma destinada ao produtor. Para saber mais, consulte o trabalho de Marcus Dezemone (2008) a respeito desta configuração de trabalho.

cidreira, jaborandi, arnica, cipó caboclo, angico vermelho, erva de passarinho, cascas de árvores.

Pedia para que os netos buscassem, nas beiras de estrada, coités¹⁵³ que caíam das abundantes árvores de sapucaia da região, para que pudesse fazer deles utensílios como potes e canecos. Aproveitava, também, as sementes de sapucaia para a fabricação de remédios e para a alimentação, mas não permitia que cortassem sua madeira.

Uma vez por ano, sua avó recebia a visita de duas mulheres indígenas que lhe eram aparentadas. Quando chegavam, utilizavam rapé, acendiam um cachimbo e se dirigiam ao quintal da casa para realizar o que Jorge descreve como uma espécie de “ritual”. Não deixavam que mais ninguém se aproximasse ou participasse e, logo que a atividade se encerrasse, iam embora.

Além de conhecer seus usos medicinais, sabia quais plantas e frutas podiam consumir na região. Comiam capiçova, cariru, serralha, ora-pro-nóbis, ananás, broto de taboa, broto de bambu, assa-peixe, farinha de jatobá, cabeludinho, araçá, gabiropa, coquinho-do-mato, jabuticaba, ingá, uvaia e urucum ressecado, para temperos. Jorge cresceu aprendendo, com os mais velhos, como caçar rã-pimenta, jacu, tatu-galinha, saracura, capivaras, piriá do brejo e pacu. Utilizavam armas feitas a mão, como visgos, bodoques e arapucas¹⁵⁴ de bambu-taquara¹⁵⁵.

Como na experiência dos muitos brasileiros das zonas rurais, sua casa era feita a partir dos materiais disponíveis no ambiente, por meio da técnica de construção conhecida como pau a pique ou taipa de mão. Para fazê-la, escolhiam a madeira na mata ou cortavam filetes de bambu. Tratavam o material com gordura queimada, para torná-lo mais resistente à água.

¹⁵³ Em sua variação “cuité” foi inserida por Salvador Pires Pontes no vocabulário de palavras de origens indígenas com o significado de “vaso”. (1970, p.33). Para saber mais, consulte seu livro: “Nomes indígenas na geografia de Minas Gerais”.

¹⁵⁴ Armadilha para aves, segundo o Dicionário de Tupi-Guarani (2000) da Funai. Disponível em: < <http://biblioteca.funai.gov.br> >.

¹⁵⁵ De acordo com o Vocabulário de Salvador Pontes (1970), taquara significa “aste furada, oca” no tupi (1970, p. 43)

Os troncos mais largos eram cortados em tamanhos maiores e serviam de colunas para a casa. Os que eram um pouco mais finos e de tamanho intermediário eram utilizados para montar o corpo da parede. Os caules finos eram utilizados para realizar um entrelaçamento com as estruturas, formando as paredes da casa. Colhia-se, então, o barro que era misturado com água, cascalhos, terra de cupinzeiro ou capim fino. Era pisoteado para que chegasse a consistência desejada e, em seguida, batido contra a estrutura de madeira das paredes. Para o acabamento, o barro era cuidadosamente alisado pelas mulheres. De terrenos mais brejosos, era retirada a tabatinga¹⁵⁶, uma espécie de argila branca que era utilizada para tingir objetos, fornos e a casa. A argila era separada e limpa de rejeitos grossos, misturada com um pouco de água e aplicada nas paredes. Jorge se lembra, ainda, que o telhado era cuidadosamente preparado por seus avós, que secavam e trançavam folhas secas de sapê. Com cupinzeiros eram feitos fornos para assar broas e pães.¹⁵⁷

Já no que se refere à família Crisóstomo, foram entrevistadas quatro pessoas: Maria de Lurdes Crisóstomo, de 78 anos; Julieta Venâncio Crisóstomo, de 52 anos; Lezir Iva Crisóstomo, de 54 anos; e Lucimar Dias Crisóstomo, de 56 anos. A matriarca da família foi a dona Isabel Maria Crisóstomo (1901-1992), uma mulher de origens afro-indígenas que teve seis filhos com João Batista Crisóstomo.

Isabel nasceu no município de Piranga (MG)¹⁵⁸ no início do século XX. Aprendeu com sua família sobre as ervas da região, a realizar partos e fazer orações, chás e banhos. Lá também nasceram seus filhos. Em determinado momento, não explicitado pelas entrevistadas,

¹⁵⁶ Palavra de origem tupi formada pela junção dos termos *taba* (barro) e *tinga* (branco). A denominação faz referência à cor do material empregado por algumas etnias no tingimento de objetos e na pintura corporal, de acordo com o antropólogo e historiador Elias Januário (2017), em matéria à Gazeta Digital. Januário, E. As cores da pintura corporal. Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/columas-e-opiniao/columas-e-artigos/as-cores-da-pintura-corporal/522489>>

¹⁵⁷ De acordo com Ana Pessoa (2011), no livro: *Um jardim em três tempos: do barão, do comendador e do advogado; o fogão de cupinzeiro é chamado de tucuruva, tratando-se de uma técnica indígena de cozimento dos alimentos que foi amplamente utilizada pelos bandeirantes.*

¹⁵⁸ No artigo “História Oral como metodologia no estudo de culturas de origem africanas: a Comunidade Quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos, Piranga MG”, Danielly Dias (2021) nos apresenta as marcas da forte presença de comunidades negras no município, possuindo, inclusive, dois quilombos auto-reconhecidos: a Comunidade Quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos (2008) e a Comunidade Quilombola de Santo Antônio do Guiné (2009). Além disso, a passagem de indígenas macro-jê, como os Puris e Botocudos aparece como marcador social na dissertação “Mulheres da terra: as proprietárias na vila de Piranga”, de Eliane Batista (2016)

toda a família mudou-se para a cidade de Estrela Dalva (MG), lugar no qual viviam e trabalhavam como colonos.

Buscando melhores oportunidades de trabalho, alguns dos filhos de Isabel foram para Juiz de Fora. Entre seus filhos estava Fernando Reis Crisóstomo (1940-1990), que empregou-se como cabouqueiro no referido município, sendo responsável pela explosão de pedreiras. Por volta do ano de 1960, casou-se com Maria de Lurdes Crisóstomo e trouxe dona Isabel para morar consigo e com a esposa. Adquiriu um terreno no bairro Bandeirantes, na época conhecido como Tapera¹⁵⁹ Alta, de acordo com Lurdes, João e Jorge. Era uma área brejosa, com vastas campinas e cercado por uma grande mata que circunscrevia os bairros hoje conhecidos como Granjas Betânia e Parque Guarani.

Lá, Fernando e dona Lurdes tiveram seus dez filhos: Pedro, Carlos, Paulo Tito, Fernando, Julieta, Luiz, Maria Aparecida, Lezir, Lucimar e José Simão.

Neste cenário, as tradições trazidas por dona Isabel de conhecimento e utilização de plantas para o tratamento de doenças fez-se um importante aspecto da relação deste grupo com seu território. De acordo com Maria de Lurdes, Isabel tornou-se uma benzedeira e parteira bem quista pelos moradores do bairro, curando males espirituais e físicos por meio dos saberes que herdou de seus ancestrais piranguenses e de orações.

Em suas benzeções, levava consigo um pesado terço de madeira escura, com a imagem de Nossa Senhora de Aparecida, a quem prestava devoção.

Como nos contam Lezir, Julieta e Lucimar, Isabel ensinou que para tratar de infecções e processos inflamatórios, fazia-se chá de folhas ou raízes de guiné, alho, espinheira-santa, picão, babosa, sálvia, carobão, erva-de-São-João, ou transagem. Quando o incômodo fosse intestinal, estomacal, ou hepático, chá de chapéu de couro, coentro, funcho, salsa, boldo, carqueja e artemísia (conhecida pela família como "artemija"). Para doenças respiratórias e para aliviar a tosse, ensinou a tomar chá de hortelã, buchinha, erva-de-Santa-Maria, malva, guaco, e a fazer garrafadas com gengibre. Para problemas renais, indicava o consumo de chás de cana de macaco e chapéu-de-couro. O tratamento de doenças capilares ou de pele era feito

¹⁵⁹ Palavra que significa aldeia extinta, no tupi, segundo o dicionário de Salvador Pontes (1970, p.30).

através de chás, banhos e pomadas de arnica, camomila, quaresmeira, babosa, jaborandi e aroeira. Para acalmar os ânimos, recomendava chás de camomila, cidreira, manjerição e maracujá. Segundo as entrevistadas, a buchinha, a erva-de-São-João, a artemisia, a erva-de-Santa-Maria possuem, ainda, propriedades emenagogas, com potencial abortivo. Um hábito por ela ensinado e ainda muito presente no cotidiano da família é o de fazer defumações em suas casas com cascas de alho e cebola, alecrim, folhas de mirra ou folhas secas de árvores para afastar os males e manter o ambiente livre de más influências, segundo Lucimar.

A benzeção da íngua¹⁶⁰ podia ser realizada por uma benzedeira ou por uma outra pessoa, se a ela fosse passado o conhecimento. Primeiro, era preciso alocar o enfermo de frente a uma porta de madeira com três tábuas na estrutura. Depois, encosta-se o local afetado nas três tábuas. O enfermo fica de frente para o curador, que proclama três vezes: *"Essa porta tem três tábuas, um, dois, três, íngua corta"*.

Segundo Lucimar, para torções ou "destroncamentos" de partes do corpo, Isabel "cozia" a área afetada, envolvendo-a com linha e agulha enquanto recitava suas orações, fazendo com que o membro fosse recolocado e cessasse a dor causada pelo acidente.

No caso da "espinhela caída" em crianças, causada por "desconjuntamentos" da espinha dorsal, Lezir e Julieta se lembram de duas técnicas de cura. A princípio, era necessário encostar o assistido no cabo de uma vassoura ou em um pedaço reto de madeira para verificar se a coluna estava torta ou se havia diferença na altura entre os dois pés. Quando a criança era pequena, colocavam ela de bruços no colo da benzedeira, que orava a Deus pedindo para que a espinhela se curasse e rezava o Pai Nosso antes e depois da benção. Se fosse mais velha, Isabel a virava de costas e cruzava seus braços para trás, dando leves puxadas para baixo e recitando as mesmas orações. Isabel dizia, então: *"Em nome do pai, do filho, do Espírito Santo e da virgem santíssima. Eu te benzo deste mal!. Do que eu lhe benzo?"* - ao que o benzido respondia - *"Espinhela caída!"*. A benzedeira então declarava: *"Você está curado! Que Nossa Senhora leve esse mal para o mar"*.

¹⁶⁰ Trata-se de um caroço causado pelo inchaço dos linfonodos.

No caso de alguém ter se acidentado e feito um "galo" na testa (uma protuberância causada por uma batida na área), Isabel utilizava uma faca grande e higienizada para cortá-lo em forma de cruz, orando para que melhorasse logo.

Lucimar relata que viu a avó curando quebrante muitas vezes. Este mau, de acordo com ela, é classificado como uma espécie de "mau olhado" depositado sobre uma criança. Acontece quando um parente ou conhecido, mesmo sem pretensão, inveja a aparência ou a saúde da criança, gerando nela uma dificuldade para dormir. Muitas vezes acontecia pela criança estar de "peito aberto", suscetível às energias ruins dos outros. Isabel rezava uma oração de São Bento ou de Santo Antônio para quebrar esses males e para cessar perseguições espirituais.

Lezir e Lucimar se lembram que outros tipos de "mau olhado" ou "olho grande" eram tratados por Isabel através de rezas e do uso de brasas. Contam que a benzedeira pegava um copo de vidro que só podia ser utilizado para aquela situação em específico, e deveria ser descartado em seguida. Enchia-o de água e colocava pedaços de carvão em brasa dentro dele. Os pedaços de carvão que flutuassem indicavam a presença de um mau causado pela inveja na vida do consulente.

Contam de um problema emocional e espiritual denominado "aguamento", que normalmente acomete crianças pequenas. Trata-se de um adoecimento causado por uma vontade não realizada ou pelo sentimento de rejeição. Por exemplo, a criança desejou alguma comida ou brinquedo e lhe foi negado, ou por se sentir rejeitada por algum familiar, sobretudo seus pais. A intenção maldosa implicada no ato de menosprezar esse desejo é o que causa um desordenamento das emoções e na espiritualidade da criança, fazendo com que ficasse "aguada", ou seja, com uma grande tristeza. Por isso, podia ficar ressentida, deprimida e indisposta, levando a crises de ausência, dificuldades respiratórias e engasgos desmotivados. Julieta aponta que apenas um benzedor tem o olhar capaz de identificar e tratar esse mal. Como remédio, Isabel indicava a coleta e ingestão de leite de égua ou da água de sete minas diferentes, e para amenizar o quadro até conseguir um desses elementos, receitava um banho de três dentes de alho fervidos.

Lezir menciona que muitos moradores buscavam Isabel para ajudar seus filhos a começarem a andar. O que Isabel chamava de "medo de andar" era tratado com um

"varrimento". No quintal de sua casa, lugar em que aconteciam todos os benzimentos, ela pedia para que uma de suas netas segurasse a criança pelas mãos e a conduzisse por um pequeno caminho. Por onde a criança andava, a benzedeira varria com uma vassoura de material orgânico. Outra maneira de fazê-lo era através do corte de uma espada de São Jorge em três pedaços, o que era feito enquanto recitava uma oração pedindo para que o medo deixasse o menino ou a menina, em nome de Nossa Senhora.

As netas de Isabel carregam, com muito afeto, lembranças da força e da proteção que sentiam sair de suas orações. Lembram-se que suas casas ficavam expostas à chuva e temiam que, nos dias de tempestades, ocorressem alagamentos, quedas de árvores, acidentes ou soterramentos. Quando o temporal vinha muito forte, Isabel acendia uma vela em frente à imagem de Santa Bárbara, suplicando para que ela abrandasse o clima e não permitisse que nenhum mal chegasse a sua casa. Olhava para os céus e clamava:

Oh meu Deus, o senhor que é o dono dos céus e de todas as forças, acalma essa chuva. Santa Bárbara, rogai por nós. Minha Santa Bárbara acalma os seus ventos e raios. Oh Santa Bárbara, abrande suas tempestades e proteja seus filhos. Amém, minha senhora!

Segundo Julieta, a sensibilidade de Isabel a caracterizava, de berço, como uma pessoa que possuía o dom da benzeção. Diz que só de olhar para alguém, sabia suas intenções, que estava com mau olhado ou que sobre ela havia sido lançado algum feitiço. Acredita que era um talento que foi herdado por alguns membros da família, que demonstram uma percepção acurada para problemas, sonhos reveladores, dons premonitórios e uma intuição exacerbada.

Uma última prática familiar a ser destacada é a "entrega" dos recém-nascidos ou crianças pequenas para a Lua. Aprenderam com sua avó - uma herança familiar que trouxe consigo - a pedir à Lua ajuda para cuidar dos filhos, trazendo-lhes boa saúde. Assim foi feito com os dez filhos de Lurdes, os três filhos de Lezir e os dois de Lucimar. A prática de "enluar" as crianças se dá pela apresentação destas à "mãe" Lua. Para isso, é preciso levantá-las nos braços e erguê-las sob o luar. Em seguida, recita-se três vezes: "*Lua, luar. Toma essa criança e me ajuda a criar. Quando estiver criado, torna a me dar*". Lucimar acredita que se trata de um ritual de iluminação, voltado a trazer clareza e felicidade ao caminho espiritual da criança

e ajudar a mãe a encontrar motivação para enfrentar os desafios da maternidade, por meio de uma força natural.

Os legados de Isabel também tiveram papel relevante na manutenção da saúde alimentar da família. Ensinou seu filho, sua nora e seus netos a identificar e consumir diferentes tipos e partes das plantas locais. Cozinhavam broto de samambaia do mato, broto de abóbora, "umbigo" (ou coração) de bananeira, folha de taioba, folha de almeirão-do-mato, folha de batata-doce, folha de bortalha e comiam maracujá do brejo.

Experiências e saberes afro-indígenas: das ervas medicinais à benzeção

As práticas medicinais dos povos originários são recortadas por suas experiências e modos de viver próprios, fundando-se sobre a relação de seus corpos, epistemes e o meio que os cerca e subsiste. (GAUDÊNCIO; RODRIGUES; MARTINS,2020) Muito antes da ocupação colonial, as diferentes etnias que compõem a categoria já apresentavam suas próprias formas de organizar os saberes sobre as plantas.

A título de exemplo, Izaque João (2023), antropólogo indígena da etnia kaiowá, traz a percepção de sua comunidade a respeito da temática. As referências às plantas dizem de suas histórias de origem das coisas, passadas geracionalmente. Conta que suas essências surgiram em fases, assim como os animais e as pessoas, do canto *rekorã ypy*, entoado pelo divino criador de sua cosmovisão. Todos os seres aparentavam como gente e suas formas originais foram transmutadas para que cada um ocupasse um espaço e uma condição. Os vegetais, dotados do contato com os mundos da superfície e do subterrâneo, por meio das raízes, possuem influência sobre as divindades e suas próprias formas de comunicação, expressas no movimento das folhas. Os kaiowá aprendem, desde muito cedo, a interpretar esses sinais e entendem a capacidade de dialogar e utilizar-se das forças dos vegetais como uma atividade espiritual e que exige preparo.

Segundo Padoan (2015), ao longo do século XVIII, com o avanço para as áreas mais interioranas da colônia luso-brasileira, criaram-se políticas de fomento às pesquisas de naturalistas, farmacêuticos e etnólogos europeus, com vistas a um maior domínio do território

e de seus recursos naturais. O intercâmbio cultural espontâneo ou forçoso com os nativos resultou na sistematização de seus saberes botânicos tradicionais sob a égide da ciência europeia. Incorporando os conhecimentos originários a respeito das ervas e toxinas às estruturas farmacológicas ocidentais, povos europeus protagonizaram a descoberta de medicamentos sem creditá-los às culturas que colaboraram no processo.

Para Gaudêncio, Rodrigues e Martins (2020), a relação dos nativo-americanos com as ervas utilizadas para o tratamento de doenças apresenta-se no campo de estudos das etnociências. Acreditam que, pelo saber acumulado e repassado, de geração a geração, nossos diferentes povos indígenas construíram noções aguçadas do uso das plantas que se associam até mesmo a suas maneiras de interpretar os acontecimentos e sanar eventuais problemas sociais. Conectando-se, ainda, às práticas xamânicas e à pajelança, a habilidade de identificar e administrar o consumo de raízes, folhas, frutos e cipós possibilita a atuação na cura, na proteção física e espiritual, na realização de partos e nos rituais de encantação.

Localizamos estudos etnobotânicos que entendem os usos de algumas ervas de cura citadas por nossos interlocutores como fruto de contribuições indígenas, entre as quais podemos citar: o jaborandi, cuja descoberta foi atribuída aos nativos amazonenses (GAUDÊNCIO; RODRIGUES; MARTINS; 2020, p.181); a espinheira-santa, conhecida pelos povos tupi-guarani como *Djw ty Regwá* (MARTINS; MACIEL; MARONN, HARTMAN; 2016); a aroeira, mais comumente utilizada por povos Fulni-ô e Guarani; a malva, de uso rastreado entre os Kaingang-Xapecó (SANTOS et al; 2019).

Em consulta ao Dicionário de Tupi-Guarani (2000) publicado no site da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)¹⁶¹, ao Dicionário do Folclore Brasileiro de Câmara Cascudo (1954) e ao dicionário Tupi (antigo) de Moacyr Ribeiro (1987), verificamos a presença de vocábulos tupi e tupi-guarani em algumas frutas e vegetais que compunham o quadro alimentar das famílias: o ananás, ou “fruta cheirosa”; a taioba, couve ou planta hortense em tupi; o cariru ou caruru, do tupi antigo; a samambaia, do tupi “o que torce em espiral”; e o maracujá, do tupi-guarani “alimento em cuia”.

¹⁶¹ Disponível em < <http://biblioteca.funai.gov.br/media> >.

Segundo Mara Almeida (2011), algumas delas podem ser entendidas, ainda, como integrantes às cosmovisões dos povos africanos, tais quais: o alecrim e a arruda eram utilizados na defumação de ambientes; o guiné, normalmente associado à produção de banhos para tratar de malefícios espirituais; o boldo, para tratar de problemas gastrointestinais; a alfavaca e a aroeira, para tratar de gripes e inflamações.

Isto é, as origens dos conhecimentos das plantas interseccionam-se enquanto saberes africanos e indígenas, considerando que ambos carregam consigo uma bagagem referente a seus usos tradicionais. (CARNEY, 2004) Devido à falta de acesso à medicina formal, seja por fatores financeiros ou pelo modo de vida ruralizado, e de posse do arcabouço de saberes aprendidos com seus ancestrais, as comunidades formadas por seus descendentes, por meio do contato intercultural, produziram seus saberes farmacológicos e fitoterápicos, criando seus próprios mecanismos de cuidado. (CARVALHO; MELO; BONNI; JIMENEZ-SCABBIA, 2017)

A benzeção, de maneira similar, apresenta-se como uma manifestação cultural complexa e ambivalente, conectando-se a essa confluência de aprendizados pluriétnicos e geracionais, e trazendo consigo elementos europeus, africanos e indígenas. Fundamentados no preceito de que os males da carne poderiam ser curados a partir da nutrição do espírito, os benzimentos consistem no uso de orações, ervas, chás, banhos, defumações, pomadas e rituais para a promoção da assistência ao outro.

A prática aparece mais enfaticamente enraizada, no imaginário social, ao catolicismo popular¹⁶², pelo uso e culto de suas palavras, rezas, símbolos e santos católicos nos ritos de cuidado. A herança europeia, de influência inegável sobre os fazeres dos benzedores, insere-se ao cotidiano brasileiro, contudo, marcado e ressignificado pelas experiências dos povos afro-indígenas. Frente à hibridização dos costumes, às ancestralidades ambivalentes e às condições impostas pela vida no campo, comungam-se os conhecimentos botânicos, as

¹⁶² Tal como definido por Carlos Rodrigues Brandão, o catolicismo popular nasce nas comunidades rurais da América portuguesa, a partir do contato do colonizador com os povos africanos e indígenas criando espaços de interlocução entre diferentes culturas. Assim, sobretudo nas áreas mais inacessíveis ao poder clerical, a ortodoxia religiosa perde espaço para um religiosidade pelas origens multiétnicas da população.

religiosidades e percepções em disputa e diálogo, expressando diferentes epistemes por meio da benzeção, uma tradição de cura ancestral. (CONCEIÇÃO, 2011)

Ser Afro-indígena

O exercício de interpretação e análise das histórias de vida do grupo entrevistado, enquanto descendentes de afro-brasileiros e indígenas, nos exige repensar as confluências identitárias que envolvem o tema. Segundo o sociólogo Stuart Hall (1932-2014), a identidade individual e coletiva não pode ser tratada como algo engessado ou inanimado, sendo recortada por aspectos relativos à história, etnia, cultura, classe, gênero e organização social. Assim, o autor entende que múltiplas personalidades são capazes de coabitar em um mesmo sujeito, evocando a reflexão de que a identidade, além de ser construída ao longo do tempo, também é alvo de disputas e contestações constantes (HALL, 2006).

Gloria Anzaldúa (2005), auto-designada como mestiça de origem mexicana aborda o sentimento de *nepantlismo* (palavra asteca para “partido ao meio”). Simbolizando uma aflição interna causada pelo confronto entre duas ou mais identidades culturais, o conceito visa a compreensão do pensamento mestiço daqueles que, entre dois ou mais mundos, se vêem frente a fronteiras físicas ou identitárias. Em observância à hibridização dos espaços sociais que permeiam a vivência mestiça, Anzaldúa percebe o multiculturalismo como parte indissociável ao processo de auto-identificação destes sujeitos. Disto depreende-se a variabilidade das naturezas e origens de povos colonizados, podendo incorporar elementos culturais que confluem ou divergem dentro de perspectivas compartilhadas.

Segundo Homi Kharshedji Bhabha (2012), a formação das identidades se dá através da comunicação entre diferentes perfis sociais, pelo entrosamento e pelo estranhamento entre culturas distintas. Hibridizam-se, assim, as percepções de mundo, cocriando, a partir da movimentação constante das práticas culturais, cosmovisões e tradições.

Dessa maneira, defende que a concepção de identidade, por si, está entrelaçada aos processos constantes de interpenetração e interlocução cultural que formam todas as comunidades, e não apenas aquelas que foram submetidas à colonização. O ideal da cultura híbrida proposta por Bhabha infere, portanto, que a alteridade de uma ou outra identidade é

formada por uma série de contatos interculturais precedentes, fazendo frente a noções que tendem a circunscrever os povos a suas singularidades. Isto é, ao invés de pensar as manifestações culturais enquanto produtos exclusivos das sociedades às quais pertencem, as interpreta como fruto de diálogos - naturais ou impostos - entre culturas (BHABHA, 2012).

Identifica a existência de um "espaço intermediário" ou um "terceiro espaço". Seria esse o lugar do encontro no qual as culturas se tencionam, gerando negociações e reestruturações. Tal ideia rompe com a noção de uma cultura enrijecida e estática e questiona o potencial de supressão absoluta de uma cultura sobre a outra. Desse modo, mesmo frente aos projetos coloniais de ativa inferiorização e desenraizamento dos povos nativos ou colonizados, uma cultura não poderia, na prática, sobrepor-se verdadeiramente a outra. O teórico observa que, mesmo no processo de absorção, por parte dos colonizados, de elementos do corpo cultural do colonizador, isto não ocorre de maneira passiva. Desenvolve-se uma espécie de resistência adaptativa e ambivalente. Ou seja, ao mesmo tempo em que o processo denota a adoção da cultura dominante, marca-se nela a presença e a episteme do colonizado, oferecendo ao poder colonial a subversão parcial de seus valores. (BHABHA, 2012).

Tendo em vista a multiplicidade cultural dos grupos que aqui conviveram e que compõem as memórias e histórias de vida dos nossos entrevistados, acreditamos por bem categorizar sua experiência a partir de um conceito pluralista, que melhor simbolize suas trajetórias e que aparecesse em suas falas, nas maneiras como entendem a si mesmos. Ganhou eco, então, o termo "afro-indígena", que diz da força daqueles que edificaram o caminho dos nossos entrevistados e que integraram, da subalternidade para a qual foram empurrados, suas identidades. Isto é, não nos sentimos no direito de excluir nem uma nem outra parte de suas heranças e desejamos saudar a vivacidade das ancestralidades que os conduzem.

Tal conceito introduziu-se no campo da antropologia a partir do trabalho de Cecília Mello com uma comunidade de Caravelas, extremo-sul baiano.

Cecilia Mello (2003) nos orienta que o uso do termo não provém apenas da justaposição de dois substantivos étnicos, formando uma palavra vazia de significado. Na verdade, diz de um longo processo histórico por meio do qual se agregaram ideais afro-brasileiros e indígenas: uma percepção trazida a nós pela própria cultura popular. (MELLO, 2003) O sociólogo e antropólogo Marcio Goldman compreende que, por meio do trabalho de

Cecília, a nomenclatura ganhou sentidos diversos, podendo indicar um modo de vida, uma categoria genealógica e até mesmo uma forma de se expressar artisticamente. (GOLDMAN, 2014).

Agenor Sarraf Pacheco, por sua vez, utilizou-se da categoria afro-indígena para interpretar a relação de sujeitos marajoaras com sua ancestralidade e seus legados indígena e africano. Observou que havia traços dessa herança marcados no seu vocabulário, sua culinária, vestimentas e religiosidades (PACHECO, 2010).

Esta pesquisa, portanto, é atravessada pela ideia de que o afro-indígena carrega em si o encontro e interlocução de identidades negras e ameríndias, já plurais em sua essência, se considerarmos a variedade de grupos étnicos em cena no Brasil. Em um processo heterogêneo de hibridização cultural, formaram-se novas identidades, capazes de ensinar mais sobre as trajetórias de nossos ancestrais.

Conclusão

Averiguamos que, nesta experiência, podemos verificar elementos de origens multiétnicas, fazendo referência a aspectos interseccionais de uma cultura que é, ao mesmo tempo, afro-brasileira e indígena. Em reflexão conjunta com o grupo estudado, compreendemos que sua representação não deve estar circunscrita, mas sim dizer da força que identidades combinadas, fruto da miscigenação étnica e epistêmica, possuem na confecção de teias culturais complexas.

A fim de respeitar a maneira pela qual se identificam com relação a seus ancestrais e de incorporar à análise o dinamismo de suas experiências - manifesto nas práticas de cura tradicionais -, optamos por categorizá-los enquanto afro-indígenas. Cabe destacar que, em consonância à interpretação de Cecília Mello, não desejamos postular uma única forma de ser afro-indígena: há nela uma variabilidade de modos de viver e agir que nos revelam, por detrás das cortinas da colonialidade, um mundo de sentidos a serem explorados.

Por último, acreditamos que a partir da afetividade e do poder de preservação expressos na memória familiar, é possível resgatar os elos entre nossas vivências e os saberes ancestrais que edificaram nossas comunidades através do tempo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Waldemar B. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Editora Itatiaia, 1995.

ALMEIDA, MZ. Plantas Medicinais [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Revista estudos feministas**, v. , p. 704-719, 2005.

BHABHA, Homi. O pós-colonial e o pós-moderno. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CARNEY, Judith. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. **Revista África**, n. 22-23, p. 25-47, 2004.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário tupi (antigo)-português**. Empresa gráfica da Bahia, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Editora Global, 1954.

CONCEIÇÃO, Alaíze dos Santos. “O santo é quem nos vale, rapaz! Quem quiser acreditar, acredita!”: práticas culturais e religiosas no âmbito das benzeções. Governador Mangabeira–Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970). 2011.

DEZEMONE, Marcus. Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos. 2008.

FUNAI. Dicionário de Tupi-Guarani. 2017.

GAUDÊNCIO, J. S; RODRIGUES, Sérgio P. J. MARTINS, Décio R. Indígenas brasileiros e o uso das plantas: saber tradicional, cultura e etnociência. **Khronos**, n. 9, p. 163-182, 2020.

GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 23, n. 23, p. 213-222, 2014.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOÃO, I. Língua Vegetal. In: CARNEVALLI, F.; REGALDO, F.; LOBATO, P.; MARQUEZ, R.; CANÇADO, W. (Orgs.). Terra: Antologia Afro-Indígena. Editora Ubu, 2023, p. 103-115.

MARTINS, Angélica T. et al. Uso medicinal da espinheira-santa (*maytenus ilicifolia*) por povos indígenas e sua aplicação científica no mundo moderno. **SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS**, v. 6, n. 1, 2016.

MELLO, Cecília C. do A. Obras de arte e conceitos: cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afro-indígena do sul da Bahia. Dissertação de Mestrado – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

Munduruku, D., Gonçalves, A. M., & Ramos, L. (2023). A Educação é Formada Coletivamente. Em Luz na Educação (painel de discussão). Rio de Janeiro.

PACHECO, Agenor Sarraf. Encantarias afroindígenas na Amazônia marajoara: narrativas, práticas de cura e (in) tolerâncias religiosas. **Horizonte: Revista de estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 8, n. 17, p. 88-108, 2010.

PADOAN, Lucas L. F.. Explorando o desconhecido: As contribuições dos viajantes naturalistas para as Ciências Naturais no Brasil do século XVIII e XIX. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 194-201, 2015.

PINTO, Júlio R. S.; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 381-402, 2015.

SANTOS, Deyvison R. V. et al. Farmacopeia odontológica dos indígenas brasileiros: Uma revisão sistemática acerca do uso e bioatividade. Espaço Ameríndio, v. 13, n. 1, 2019.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. A aventura sociológica. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

**À Sombra da Cruz e da Forca: a formação da freguesia de São João
Baptista do Presídio**

Igor Nogueira Lacerda*

RESUMO

O desbravamento de terras indígenas na Zona da Mata central mineira, no final dos setecentos, solidificou o instrumento de poder e domínio da Coroa portuguesa nos sertões das aldeias das nações indígenas dos coroados, coropós e puris, através de missões civilizatórias. Deste modo, com o objetivo de desenvolver um estudo histórico, buscou-se a compreensão diante do esquema de ocupação, formação e estruturação do núcleo populacional de São João Baptista do Presídio. Para tanto, serão analisados os relatos concernentes aos fragmentos textuais do Livro de Tombo da freguesia, traçando um paralelo com as narrativas apresentadas pelos viajantes e naturalistas que por ali passaram, reunindo um compilado de documentos com as primeiras impressões destes indivíduos sobre as configurações sociais, geográficas e econômicas do povoado.

Palavras-chave: Presídio. Livro de Tombo. Viajantes.

ABSTRACT

The clearing of indigenous lands in the central Zona da Mata of Minas Gerais, at the end of the seventeenth century, solidified the instrument of power and domination of the Portuguese Crown in the hinterlands of the villages of the indigenous nations of the crowned, coropós and puris, through civilizing missions. Thus, with the objective of developing a historical

* Doutorando. Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em História. Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: igorlacerda86@gmail.com

study, we sought to understand the occupation, formation and structuring of the population nucleus of São João Baptista do Presidio. To this end, the reports concerning the textual fragments of the Book of Tombo of the parish will be analyzed, drawing a parallel with the narratives presented by the travelers and naturalists who passed through there, gathering a compilation of documents with the first impressions of these individuals about the social, geographical and economic configurations of the village.

Keywords: Presídio. Tombo Book. Travellers.

Introdução

Pensar na formação de um povoado tornou-se um exercício de reflexão ambicioso, justamente pela necessidade de se atentar sobre a complexidade e as particularidades que envolveram os trânsitos contínuos dentro dos sertões mineiros. Este fenômeno se deu após a queda da exploração mineral, no final dos setecentos, como corrobora Carla Almeida “quando a extração aurífera se tornou mais difícil e dispendiosa, os habitantes deslocaram dessas áreas para Zona da Mata, buscando áreas favoráveis para a intensificação das atividades agropecuárias” (Almeida, 1994: 95). Com um fluxo migratório proeminente, uma totalidade de indivíduos multifacetada, constituída no final do século XVIII, nas regiões fronteiriças da Mata mineira, migrara para redefinir a importância econômica daquela região. Formava-se um novo povoamento, que viria a se estruturar mediante a criação de novas alianças e novos conceitos particulares de sociabilidade e coletividade à margem dos aldeamentos dos povos nativos.

No contexto destas demarcações de terras, Manuela Cunha Carneiro destaca a seguinte ideia, “o aldeamento é a realização do projeto colonial, garantindo a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento da colônia” (Cunha, 1998: 137). Para Sheila de Castro Faria, “a criação ou ereção de um povoado em vila ou cidade representava a possibilidade de manter o indígena à distância e promover uma ocupação eficiente” (Faria, 1998: 125).

Concomitante a este processo, o acesso as terras devolutas, as concessões de sesmarias e a expropriação de terras indígenas, tornaram propícias as condições para a formatação de

um novo lugarejo, que viria a se tornar a freguesia de São João Baptista do Presídio, hoje conhecida como a cidade de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais. Neste sentido de possibilidade de ocupação de terras devolutas em áreas de fronteira, Ângelo Carrara destaca que, “foi a solução estrutural encontrada por muitos no interior de um sistema agrário que demandava certa extensão de matos virgens e capoeiras, ao lado das terras lavradas” (Carrara, 1999: 15).

Em razão destas transformações socioeconômicas, geográficas e culturais, ações cotidianas de ocupação, se desenvolveram neste território, alterando os significados das noções de comunidade dos povos originários, influenciados pela abrupta criação de aldeamentos em regiões de fronteira. De acordo com Romilda de Oliveira Alves “a fronteira sempre foi vista como um lugar de “encontro de povos” que assumiram para si a responsabilidade de conquista, defesa e expansão do território, onde diferentes culturas buscavam construir uma nacionalidade” (Romilda, 2009: 33). Ao concentrarem as populações ameríndias, que se estabeleciam às margens do rio Xopotó, “o que se objetivava, de um ponto de vista tático, era diluir a população indígena no conjunto da população nacional” (Espíndola, 2005: 171). Portanto, a origem desta nova sociedade, desenvolvida diante de enfrentamentos em diversas esferas, forjara seus alicerces na coexistência de neófitos, pardos, brancos, pretos e miscigenados.

Para que possamos então, compreender brevemente os primeiros passos históricos desta localidade, tornou-se substancial, como objetivo de pesquisa deste artigo, desenvolver um breve traçado histórico entre os primeiros registros eclesiásticos, contidos no Livro de Tombo, associando-os aos relatos dos viajantes, quando o povoamento já englobava traços políticos-administrativos e socioeconômicos. Portanto, a combinação destes acervos documentais, oportunizou o estabelecimento de um diálogo com outros autores que versaram sobre os conceitos da importância dos presídios nos sertões. Possibilitando assim, entender a importância do Presídio de São João Baptista na condição histórico-geográfico que estava inserida a freguesia, ao conectar indivíduos, espaço e religião.

A formação dos presídios - o Presídio de São João Baptista

A política de criação de presídios, tivera seu início nas Minas gerais no governo de Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), sendo uma medida prioritária, ao destacar que, “ao serem instalados, criavam-se aldeamentos de índios, demarcavam-se terras e fundavam-se arraiais e freguesias” (Alves, 2009: 46). A autora também ressalta que “Os presídios, com seus destacamentos militares, ao funcionarem como centros de controle da população indígena, atraindo-a para o interior dos aldeamentos, tiveram importante participação na formação de novos povoados” (Alves, 2009: 49). Nesta mesma linha de argumentos, Haruf Salmen Espíndola, ressalta que para conter ataques esporádicos às regiões povoadas, “os governadores da capitania mantinham a guerra defensiva, por meio de presídios militares colocados em locais estratégicos e, esporadicamente, mandavam expedições armadas de represália” (Espíndola, 2005: 114). Conforme José Otávio Aguiar, as funções dos presídios serviam não apenas como área para alguns degredados e vadios, mas “como um ambiente de avanço da conquista dos portugueses sobre os aldeamentos indígenas e conseqüentemente uma defesa para os recém assentados nessas terras” (Aguiar, 2008: 138). Ao contextualizar a freguesia do Presídio nessas empreitadas, o autor considera que:

O Presídio de São João Batista havia sido criado na freguesia de mesmo nome para fazer frente à reação dos chamados índios arredios à ocupação de seus territórios. Outros presídios cumpriam funções semelhantes nas imediações: o Rio das Casca apoiava o avanço dos colonos a partir de Ponte Nova, e o do Arraial do Peçanha da cobertura ao início da ocupação das matas que o circundavam (Aguiar, 2008: 138).

De acordo com Expedito Arnaud, para coibir os tumultos e desordens dos índios, José Bonifácio recomendou a instalação de pequenos presídios militares nas proximidades das aldeias, cujos comandantes deveriam agir de acordo com os missionários. (Arnaud, 1973: 14). É importante destacar que, desde a sua implementação no século XVIII, os presídios e suas atribuições sofreram pequenas alterações, estando constantemente respaldados por políticas administrativas de controle das nações indígenas, como pode ser evidenciado no documento APONTAMENTOS PARA A CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS BRAVOS DO IMPÉRIO DO BRASIL, produzido e chancelado por José Bonifácio de Andrada (Andrada e

Silva, 1939: 265). Dentro desta temática indigenista, o mesmo Andrada, deixou explícita suas recomendações,

10.º Para que estes Missionarios sejam respeitados pelos Indios, e possam cohibir prontamente os tumultos e desordens que estes fizeram depois de aldeados, estabelecer-se-hão nas distâncias necessarias e adequadas pequenos Presídios Militares, cujos Comandantes obrarão de accôrdo com os mesmos Missionários, e lhes darão todo o favor e auxílio requerido. (Andrada e Silva, 1939: 266)

11.º Estes presídios serão formados de 20 até 60 homens de Guarnição com duas ou trez peças de pequeno calibre, e se exigirem as circunstancias locais, poderão também estes destacamentos ter alguns soldados de cavallo. (Andrada e Silva, 1939: 266)

Através dessas representações normativas e políticas, podemos compreender que o Presídio de São João Baptista surgiu para atender os objetivos governamentais, ao catequisarem e concentrarem os neófitos, para que assim fosse colocada em prática a expropriação das terras indígenas. Deste modo, ao tornarem estas terras habitáveis, relativamente seguras e pacíficas, as futuras propriedades rurais seriam um chamariz para as famílias que estivessem dispostas a migrar, tornando-se assim uma área atrativas para os colonos luso-brasileiros, escravizados, alforriados e membros de diversos estratos sociais.

Baseados nos relatos do Diário de Langsdorff, para se deslocar do Presídio ou Arraial de São João Batista até o Registro do Paraíba ou Rio de Janeiro, existiam três caminhos que deveriam ser percorridos, sendo eles,

O primeiro, passa por Porto do Mar de Espanha, às margens do rio Paraíba, passando por Sumidouro, onde se chega à grande Estrada Real. O segundo vai até Porto da Cunha, passando por Cantagalo, e é ruim. O terceiro vai até Lami, no rio Paraíba, e, rio abaixo, chega-se a Campos de Goitacazes (Silva, 1997: 94-95).

Se fossemos analisar por medidas atuais, o Presídio estaria a uma distância de 165 km de Ouro Preto, então capital da Província de Minas Gerais no período, e a 102 km da freguesia de Piranga, último entreposto comercial do aurífero, o qual serviu como localidade

que limitava a ocupação legal de terras na província no século XVIII. Para Renato Pinto Venâncio, durante a primeira metade do século XVIII, a freguesia de Piranga “permaneceu como limite da área de mineração; contribuía para isso a existência de uma barreira - bem mais poderosa do que os acidentes geográficos ou as florestas virgens - representada pelos índios bravios da Zona da Mata” (Venâncio, 1997: n.p.). Deste modo, a antiga área que corresponderia ao que viria se tornar o Presídio situava-se em um espaço delimitado e “proibido” para a colonização, tendo como propósito, “durante o auge do período minerador para isolar as jazidas auríferas da ação de contrabandistas, bem como de uma eventual invasão externa” (Aguiar, 2006: 84). Sendo considerado um lugar inóspito, com mata fechada e repleta de perigos. Situação que evidenciamos nos relatos do viajante Auguste de Saint-Hilaire:

Durante muito tempo o governo havia proibido toda a comunicação entre as Capitania e Minas Geraes e Espírito Santo, querendo assim tornar mais difícil o contrabando do ouro. Depois da chegada do Rei D. João VI ao Brasil, abriram-se os olhos e viram quanto era absurdo sacrificar a mesquinhas precauções, os interesses que deviam resultar do comércio de dois povos limítrofes, dos quais um é vizinho do Oceano e o outro pode fornecer o primeiro ferro e outros artigos uteis. Governo tomou, pois, louvável resolução fazer um caminho que fosse da Villa da Victoria a Villa de Mariana (Saint-Hilaire, 1936: 229).

Como já dito anteriormente, a freguesia estava entremeada na Zona da Mata central, Dentro desta sub-região, ainda existia uma outra divisão, baseada na ideia de que as áreas apresentavam uma densidade populacional indígena distinta, considerando as dimensões e demografia dos aldeamentos de cada setor. Para representar essa divisão, Ângelo Carrara faz as seguintes considerações, “uma primeira era constituída pelos aldeamentos indígenas do Presídio e do Guido-Wald, e de Manuelburgo; uma segunda, situava-se no vale do ribeirão Ubá, entre estes três aldeamentos e o antigo aldeamento do Rio Pomba” (Carrara, 1999: 30). Para respaldar algumas argumentações aqui defendidas, analisaremos o Livro de Tombo da freguesia.

O Livro de Tombo

O Livro de Tombo da freguesia do Presídio, encontra-se presente na Matriz de São João Baptista, sendo um documento transcrito pelo Padre Dario Schettini Guimarães, com o título: “Notas Históricas”. Num primeiro momento, ao serem analisadas as descrições contidas no códice supracitado, destacaram-se elementos condizentes ao início da jornada dos cognominados “aventureiros”, indicando seus possíveis locais de partida, assim como algumas descrições referentes à densidade da flora. Não menos relevante, fora a visão dicotômica sobre o perfil comportamental dos ameríndios, ao serem considerados tanto ameaçadores quanto mansos, como nota-se a seguir,

Alguns aventureiros, à guisa de bandeirantes e como eles destemidos, rompendo por entre as temerosas bronhas que então cobriam grande parte da Capitania, vindo uns do vale do Piranga e subindo outros do curso do Pomba, como é de crer, vieram por uma feliz coincidência, reunir-se no vale do pequeno Xopotó, cujas margens eram cobertas por espessas florestas por onde vagavam ainda as hordas ameaçadoras dos Coroados, Coropós e de outros índios¹⁶³.

[...] no fundo das matas mineiras, às margens selvosas do Xopotó, alguns pobres colonos, aquém já haviam agregados alguns índios mansos, de envolta com alguns criminosos políticos, que para aqui eram degredados, lançaram talvez sem o pensarem os fundamentos do pequeno núcleo colonial.¹⁶⁴

Noutro momento, o que se observara, em especial, esteve correlacionado as descrições sobre a precariedade que estes forasteiros enfrentaram ao estabelecerem as preambulares moradas do povoado, trazendo a representatividade de serem os primeiros fogos ali estabelecidos e reconhecidos pela Coroa Portuguesa.

[...] Ou porque lhes falecessem os meios de perseguirem em sua arrojada empresa, ou porque lhes sorrisse mais que outros o lugar, para nele fixarem as suas moradas, e certo é que ali se estabeleceram, em pobres casinhas cobertas de colúio e de folhagens, lançando desta sorte os fundamentos da nova povoação, que alguns anos depois viria a receber o nome de São João Baptista do Presídio [...]¹⁶⁵.

¹⁶³ Livro de Tombo da Matriz de São João Baptista, Visconde do rio Branco, MG, p. 1.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 2.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 1-3.

Contudo, dentro deste cenário inicial de ocupação apenas um agente, líder e missionário da exploração e conquista de novas almas nessa árdua empreitada, recebeu reconhecimento e exposição de seu nome e feitos,

Os escassos documentos que ainda hoje, por felicidade existem daqueles tempos afastados e que aqui me apraz de transcrever, rezam que em 29 de novembro de 1777, o padre Manoel de Jesus Maria, vigário da Paróquia de São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixes dos índios Croatos e Coropós, ministrou o sacramento do batismo aos índios adultos procedentes das matas do Xopotó (rio que tem suas origens no Presídio), recebendo os mesmos os nomes de André, Anastácio, José Pedro, Angélica e Martha, e aos inocentes também índios, Felipe Custódio e Rita Francisca. Em 2 de dezembro do mesmo ano, também batizar-se o Cacique, capitão Belchior¹⁶⁶.

As ações adotadas pelo padre Manoel de Jesus Maria, descritas acima, trouxeram alguns pontos fundamentais para a formação da freguesia: primeiro, concebeu-se a data do primeiro contato, ou seja, da primeira missão oficial de um membro da Igreja com o intuito de contactar (catequizar) a população indígena local; segundo, identificação da figura clerical principal deste processo; terceiro, evidenciou-se o início da catequese e conversão dos povos originários da freguesia, onde através das águas do batismo, os considerados selvagens encontrariam a civilidade e salvação; e por último, a concepção de uma estratégia de controle social através do batismo de um líder tribal, concedendo-lhe uma patente militar ao cacique, depois denominado Capitão elchior. Todas essas ações combinadas, traçaram de forma preliminar, como os processos de apoderamento e dominação se transfiguravam. Concomitante a isto, “a existência do aldeamento indígena controlado por missionários tornava relativamente segura a ocupação e o estabelecimento da população livre e pobre (Faria, 1998: 128).

Trazendo uma representação político-religiosa para edificação do lugarejo, estabeleceu-se uma cruz para simbolizar o poder religioso católico, e uma forca no alto de um monte, para simbolizar a mão de ferro dos portadores da Coroa Portuguesa. Imposições autoritárias ganhavam força através do medo e da punição impostas pelo poder monárquico português, através dos que ali foram nomeados seus representantes, os quais seguiram determinando e ditando as leis. Consubstanciando os argumentos que permitem identificar

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 2.

esta prática de domínio, destaca-se o fragmento extraído do Tombo, onde o padre complementa:

Fundada a sombra da cruz, que ali já se erguia como o verdadeiro farol da civilização, e a pequena distância da sinistra forca que, levantada sobre a cabeça de um monte, mostrando-se sempre ameaçadora, estendia sombras de medo sobre todas aquelas paragens, a pequena aldeia ia dia a dia tomando novos alentos com a chegada de novos forasteiros, que vinham de varios pontos para ali se estabelecer¹⁶⁷

Todas essas medidas políticas-administrativas culminaram em um novo movimento de colonização do interior. Para o sucesso da formação dos núcleos populacionais, que edificaram o povoado, podemos destacar que os fenômenos migratórios, pelo menos em sua maioria, estiveram alinhados a política de ocupação dos sertões mineiros, e o crescimento de novos mercados nas regiões de fronteira. Apresentando uma matriz econômica, onde o capital era proveniente das produções agrárias, que emergiam desde pequenos sítios até os grandes proprietários que concentravam maiores porções de terras. A economia agrária familiar teve um papel fundamental no desenvolvimento dos arraiais e freguesias, assim como a representatividade da Igreja para fundação, legitimação e controle das condutas e da prosperidade espiritual dos que se aglomeravam, como bem ressalta Ângelo Carrara,

O movimento característico dessas unidades de produção familiares foi o da ocupação das áreas da fronteira e a conseqüente constituição de núcleos populacionais à volta de alguma capela, onde se consagrassem os laços principais desse modo de produção — os laços de parentesco, através do batismo e do casamento[...] (Carrara, 1993)

Desde a política pombalina indigenista do século XVIII, os Diretores indígenas, através de um artifício jurídico-político ganharam representatividade, adquirindo grande relevância neste contexto histórico de controle de impasses entre luso-portugueses contra os neófitos que na região estavam. No segundo decênio do século XIX, foram criadas as Divisões militares do Rio Doce, “formadas por tropas irregulares submetidas à fiscalização do governo provincial, orientadas para a repressão aos índios, assumiriam nova feição na década de 20, sob o comando de Guido Thomaz Marlière, ao abandonar a postura agressiva

¹⁶⁷ *Op. cit.* p. 3.

de 1808” (Aguiar, 2006: 84). De acordo com Francisco Cancela, sobre o poder e efetividade dos Diretórios Indígenas, destaca-se,

As diversas formas pelas quais as autoridades, os colonos e os índios receberam a nova legislação foram moldadas pelas diferentes condições históricas existentes em cada região, sendo determinantes na formação desse processo fatores como o peso demográfico e econômico dos índios, a situação do contato interétnico, a inserção da região e de seus habitantes no comércio colonial, a localização geopolítica das povoações indígenas e as características da produção econômica regional (Cancela, 2013: 4)

O processo de “civilização” dos índios do Presídio e ocupação de suas terras foram datadas do final do século XVIII, mas não se limitara apenas a este período e nem as condições históricas que rondaram os primeiros anos de contato. No fragmento produzido por D. Francisco de Assis Mascarenhas, o qual destina-se a Corte na esfera da Secretaria de Estado de Negócios do Brasil, nota-se justificativa de condutas autoritárias, respaldadas por um aparato legal. Sua composição dotava de uma peça jurídica legitimadora que ampliava os domínios sobre os índios silvestres das Minas Gerais. Portanto, entende-se que qualquer território de aldeias que interessasse de imediato a Coroa, aplicar-se-ia as normas estabelecidas pela Carta Régia de 1808. Integrados nesse processo estaria a Igreja, agregando as almas dos integrantes das tribos autóctones ao corpo de novos fiéis e assim, podendo exercer sobre esses súditos um controle social disfarçado de princípios morais da Fé, espiritualidade e civilidade. Podemos compreender a seguir mais detalhes do documento:

A criação da Junta de Civilização, e aldeação dos Botocudos, e mais Índios Silvestres das Minas Geraes, por ser um estabelecimento interessantíssimo nos subministra sua grande prova desta verdade: já tive ocasião de mandar convocar, e de poder assistir a primeira, e segunda sessões; já se tornarão medidas as mais enérgicas e das quaes esperamos os mais prontos, e os mais felizes resultados, segundo os saudáveis fins da Carta Regia de 13 de maio de 1808.¹⁶⁸

O sucesso dessas novas “aquisições” territoriais se prestava primariamente a vontade econômica, enquanto o apelo social civilizatório indígena se colocava em segundo plano. Se

¹⁶⁸ Fragmento do Registros de Ofícios dirigidos a Corte pelo Illmo. Exmo. Snr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, mais especificamente direcionado a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil. Lei (319) 1810-1814. Ver http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1423.pdf

os nativos produzissem infeliz empecilho, de certa forma, uma solução violenta para eles era um destino certo. E mesmo que os relatos no Livro de Tombo fossem, em partes, consideravelmente contraditórios e tendenciosos, ao exaltarem os feitos dos colonizadores diante das tribos locais, esta documentação não deixa de apresentar um panorama complementar para uma possível reconstrução histórica de uma sociedade. Concomitante a este propósito, os relatos de viajantes também carregam detalhes de suma importância para o redesenho social da freguesia, como veremos adiante.

Os Relatos dos Viajantes

Ao começarmos a estudar as narrativas dos viajantes, partiremos das dificuldades que esses enfrentavam nos projetos de desbravamento ao longo do território brasileiro. Serão observadas algumas de suas estratégias de viagens, e como estes agentes lidavam com os empecilhos impostos pelas matas fechadas, animais selvagens, intempéries, tribos nativas hostis e outras inúmeras dificuldades observadas ao longo do percurso que traçaram. Nas palavras do viajante Georg Wilhelm Freireyss:

Para uma viagem pelo interior é indispensável ao viajante arranjar animaes, [...] é necessário escolher um bom tropeiro, que não somente saiba lidar bem com as bestas de carga, do que tudo depende, como tambem que já tenha feito viagens. Além da bagagem indispensável, é preciso lembrar-se de ter sempre um animal de sobreclente, porque, chegando-se aos logares desertos do interior, precisa-se dele para carregar as provisões compadras na última povoação. Pólvora, chumbo, boas espingardas, trem de cosinha, uma rêde e as ferramentas necessarias para ferrar os animaes e concertar os arreios que são objetos indispensáveis. Uma boa espingarda de dous canos tem sempre grande valor, ainda que só sirva para intimidar os selvagens (Freireyss, 1907: 166).

Para que essas viagens fossem de certa forma seguras, deveriam ser tomadas medidas de precaução e proteção. Os trajetos deveriam ser calculados, os viajantes deveriam ser cautelosos, não excedendo um limite diário a ser percorrido. Todo cuidado era pouco, não apenas com os companheiros de viagem, mas também com os animais de carga, pois surpresas desagradáveis e os perigos poderiam estar à espreita. Mais detalhes são destacados por Freireyss,

É sempre melhor fazer viagens curtas, nunca mais de 3 a 4 leguas não somente para poupar os animaes, como para fazer boas observações [...]. Quando se pouosa fora das povoações é preciso escolher um pouoso de bom pasto para os animaes. [...]. Suppondo que pode haver chuva durante anoite, estende-se um couro de boi sobre uma corda por cima da rede [...]. Em geral conserva se uma fogueira accesa durante toda a noite, mais para aquecer do que para afastar animaes ferozes. Sabendo-se com certeza que na vizinhança não há selvagens ou negros fugidos, não é necessário fazer sentinela á noite, porque os roubos são extremamente raros do Brasil (Freireyss, 1907: 166).

Certamente o território brasileiro apresentava suas dificuldades, justamente sua dimensão continental e pela pouca exploração em certas áreas longínquas. A grande variabilidade topográfica, a densidade da mata atlântica e a pouca ou quase inexistentes estruturas que permitissem cruzar rios vorazes, formavam obstáculos praticamente intransponíveis mediante o aparato “tecnológico” que os naturalistas tinham acesso na época. Freireyss destaca essas adversidades enfrentadas:

Uma outra dificuldade para os viajantes está nos muitos rios, sem pontes, que cortam estradas e muitas vezes são fundos de mais para serem atravessados a vão. Assim perdem-se muitas vezes dias e dias em procurar um logar mais raso ou uma canôa [...]. O viajante deve empreender a sua jornada nos mezes de maio a outubro e novembro, que é o tempo secco [...]. Nestas montanhas e em toda Minas Geraes não se conhece outro meio de viajar a não ser com tropa, mesmo porque os terrenos impossibilitam as viagens em carro; empregam-se também cavalos para montaria e quase todos os mineiros são bons cavaleiros (Freireyss, 1907: 166).

Ao enveredar-se em uma viagem ao território de várias comunidades indígenas autóctones das Minas Gerais, com intuito de narrar seus costumes, o dito viajante, depois de partir de Mariana, deparou-se com uma fazenda denominada *Ouvires*, situada do outro lado da montanha, a 2 léguas. Um caminho que segundo o autor, “passava pela maior parte beirando matas impenetráveis, esconderijo de negros fugidos” (Freireyss, 1907: 195). De *Ouvires* seguiu até *Meinard*, outra fazenda importante. Na manhã seguinte, um fato que atraiu a atenção do viajante, ao se deparar com uma instalação ao pé do rio, onde o padre, em cuja casa pernitoiu junto aos seus companheiros de viagem, tirava ouro com uns 20 escravos.

Outro exemplo de freguesia, que também serviu como presídio era a de *Sant'Anna dos Ferros*, que de acordo com Freireyss, parecia um antigo presídio contra os indígenas, já que, no outro lado do rio vagueiam índios da tribo Puris, “não muito perigosos aos fazendeiros, já que se constatou que havia em 18 meses tinham matado 2 escravos à flechadas” (Freireyss, 1907: 195). Segundo o naturalista, os habitantes da freguesia de Sant'Anna, não mostravam grande amizade aos índios dados que, em uma das conversas com o comandante ouvira o seguinte relato:

O diretor dos índios já tinha amansado 500 Puris e os domiciliados em lugares determinados, fazendo-os acabar com todas as hostilidades contra os portugueses e seus amigos: mas acrescentou, com uma risada diabólica, que se devia levar-lhes a varíola para acabar com eles de uma só vez, porque a varíola é a doença mais terrível pra essa gente (Freireyss, 1907: 195).

Esse tipo de comportamento adotado por parte da população portuguesa e/ou luso-brasileira, nos faz refletir sobre os aspectos que envolvem as atribuições de civilidade e pensamento selvagem. Se os índios já haviam sido “amansados” e não apresentavam perigo iminente, qual seria a necessidade de exterminá-los? Percebemos que mais uma vez, a visão eurocêntrica, adotada por alguns luso-brasileiros, sobre membros tribais, tendem a colocá-los no papel de “sub-humanos”, sendo uma categoria que deveria ser extinta, apenas por ser diferente em aparência e costumes do que entendia o europeu como evoluído.

Após saírem de Santa Rita, o viajante e sua tropa, prosseguiram por 3 léguas, chegando ao alto da Serra de S. Beralde, em frente da Serra da Onça, onde estava situado o Presídio, que alcançaram 3 horas mais tarde, ficando hospedados na casa do Diretor geral dos índios, capitão Guido Thomaz Marlière. Para Freireyss, esse era o ponto de onde fariam as observações sobre os indígenas nestas paragens. Sobre suas primeiras observações sobre a freguesia, ele considera:

Na entrada do valle vimos grandes extensões inteiramente cobertas pela *Asclepias curassavica* (oficial da sala, mata-olho, cega-olho, falsa ipecacuanha), cujo cultivo é recomendado pela penugem sedosa que cobre as sementes (Freireyss, 1907: 126)

Após essas descrições ligeiras sobre parte da vegetação que envolvia a área, o explorador destinou-se a descrever a funcionalidade primária do Presídio de São João Baptista. Em seus relatos consta o seguinte:

Como todos os presídios, teve sua origem no estabelecimento de varios criminosos fugidos da justiça, que solicitaram do governo proteção contra os selvagens. Dessa proteção, por mais fraca que seja, pois, raras vezes consta de mais de dois soldados, não teriam precisado, si eles, desde o começo, não tivessem violado os mais comesinhos dos indios e foi o seu comportamento que lhes trouxe o ódio dos indígenas, que depois se estendeu a todos os brancos. Os primeiros conquistadores do Brazil eram exatamente eguaes aos fundadores dos presidio actuaes e é a eles que cabe a culpa da infelicidade dos selvagens e não a todos os portugueses (Freireyss, 1907: 127).

Através desses argumentos defendidos pelo naturalista, entendemos não só função dos presídios, mas os tipos de indivíduos que lá se estabeleceram em suas origens. Portanto, ratificou-se o argumento de parte dos brancos, aqueles de má índole, contra os neófitos. Sujeitos de caráter duvidosos, criavam conflitos e aumentavam a animosidade para com as relações criadas com os indígenas. Posteriormente em seus relatos, o autor, descreve a organização social dos índios e o espaço que habitavam:

Na vizinhança do presídio de São João Baptista vivem, espalhadas numa superfície de 20 léguas quadradas, várias tribus de indígenas brasileiros. A mais poderosa delas é a dos coroados que, incluídas mulheres e crianças, chega a 2.000 individuos; em seguia vêm os Puris que, como já foi dito, contam com 500 individuos domiciliados em um só lugar; a terceira tribu é a dos Carajás, que há mais de 50 annos estão em relação amistosa com os portugueses, tendo por isso perdido muito de suas particularidades. Não passam de 200, que moram nas margens do rio Pomba, onde têm uma igreja ou capella (Freireyss, 1907: 197).

Em conformidade com as descrições de Freireyss, Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied, ao se defrontar com as choças construídas pelos missionários para os índios coroados e coropós, descreve os neófitos e suas moradias:

Achamos esse povo ainda bastante puro, de tez moreno-escuro, fisionomia rigorosamente nacional, compleição robusta e cabelos negros como o carvão. As moradas são boas e espaçosas, feitas de madeira e barro, e as coberturas são folhas de palmeira ou de bambú como dos portugueses. Armam nelas as redes de dormir e encostam, num canto da parede, o arco e a flecha. O resto rudimentar de utensílios domésticos compõe-se de panelas, pratos ou tijelas (cuias), feitas por eles mesmo de cabaças e da cuieira (*Crescentia cujete*, Linn.), cestos de palmas entrançadas e muitos outros objetos (Wied-Neuwied, 1940: 104)

Demais aspectos são destacados nas descrições de Maximiliano, em um dos trechos de seus textos os indígenas já demonstram um grau de integração social elevado e grande absorção da cultura branca, sejam em suas vestes e nas cerimônias como acompanharemos posteriormente nos assentos dos quais estão inseridos.

O traje é constituído de calções e uma camisa branca de algodão; aos domingos, porém, vestem-se melhor e assim não se distinguem da classe baixa portuguesa; todavia, mesmo então, vêm-se, frequentemente, homens em chapéus e descalços. As mulheres, ao contrário, são mais elegantes, usam as vezes um véu e gostam de atavios. Todos falam português, mas geralmente empregam entre si a língua nacional (Wied-Neuwied, 1940:p. 104).

Ao acompanharmos as descrições contidas nos Diários de Langsdorff sobre a freguesia do Presídio e as impressões sobre a estrutura do arraial, percebemos uma atenção mais direcionada ao relevo, a demografia, a agricultura e criação de animais, como observa-se no trecho subsequente,

Presídio consiste de uma longa fileira de casas localizadas num vale, no sopé de alguns morros e de uma suave colina, sobre a qual está a capela de São João Batista. Ela foi construída, com a paróquia, há mais de 30 anos para a conversão dos índios. Nessa época, ninguém quis se estabelecer aqui, mas, há cerca de 10 anos, de repente, muitas pessoas, principalmente da região de São Miguel, depois de Catas Altas, mudaram-se para cá. Hoje essa freguesia, certamente bastante extensa e com muita área rural, já possui mais de 660 chaminés - só o local tem 360 casas. A localidade tem mais de 800 almas, talvez mais, pois as famílias são muito numerosas. Os principais produtos da agricultura são o milho e o feijão; depois vêm o café e a criação de porcos, cana-de-açúcar para a aguardente e, em especial, o comércio da ipecacuanha (Silva, 1997: 91).

Através dos relatos ao longo do trabalho apresentado, pudemos perceber que o Presídio seguiu seu próspero desenvolvimento. Deixou de ser apenas uma pequena aldeia entre as conhecidas paragens e roças e concretizou um núcleo populacional de pequeno porte organizado, com setores burocráticos e políticos/administrativos bem definidos. A Igreja estabelecia seu poder sobre os homens e mulheres, independente de etnia e cor, de antiga crença, da idade, o poder católico se manifestava sobre todos. Deste modo, o Presídio fora alvo de um projeto missionário de dominação, que esteve interligado a implantação das Divisões militares do rio Doce e da Junta de Civilização. Uma freguesia que se desenvolveu através do controle sistemático dos povos nativos, por intermédio de medidas políticas-administrativas, que culminaram em um novo movimento de colonização do interior e ocupação de regiões fronteira, propiciando o crescimento da economia agrária familiar, nas terras que antes habitavam livremente diversas nações indígenas, que a partir dessas medidas ditas civilizatórias, não gozariam mais da mesma liberdade e do direito sobre as terras como outrora.

Conclusão

O papel fundamental dos viajantes é notável, ao desbravarem terras inóspitas, ao se aventurarem nas matas fechadas e desconhecidas, com suas bestas de cargas, auxiliados por guias, tropeiros, hospedando-se nas fazendas e hospedarias, lidando com as dificuldades de estarem em outro país, com línguas e culturas diferentes. Estes aventureiros lançaram vanguarda e contribuíram para historiografia das Minas Gerais e do Brasil. Assim como no Livro de Tombo, produzido por missionários, a figura dos colonizadores era exaltada em detrimento das populações dominadas. Os relatos históricos tiveram um papel inovador devido a esses aventureiros. Esta documentação permitiu um breve entendimento das tensões e encontros entre as populações indígenas e os luso-brasileiros. Abordou em outros pontos o perfil socioeconômico, a estrutura demográfica, a composição geográfica dos territórios por onde estes agentes transitaram. Sendo um material histórico de valor imensurável, tornando-se válido e essencial para pesquisas que buscam compreender os diversos aspectos das ciências humanas do século XIX.

FONTES

PARÓQUIA DE VISCONDE DO RIO BRANCO

Livro de Tombo

Arquivo Público Mineiro

Registros de Ofícios dirigidos a Corte pelo Illmo. Exmo. Snr. D. Francisco de Assis Mascarenhas. *Revista do Arquivo Público Mineiro* – Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 18, p. 345-572, 1913.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana 1750–1850. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1994.

AGUIAR, José Otávio. *Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836): A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil*. Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008. p. 138.

ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteira em Expansão: População, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

ANDRADA E. SILVA, José Bonifácio de 1939. O patriarca da independência. São Paulo, Ed. Nacional, 433 p. (Brasiliana, 166). Disponível em <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/249>. Acesso em: 19 de nov. 2023.

ARNAUD, Expedito. Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.

CANCELA, Francisco. Recepção e tradução do Diretório dos Índios na Capitania da Bahia: uma análise do Parecer do Conselho Ultramarino da Bahia (1759). *História Social* (UNICAMP), v.2, p. 43-70, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP, 1998.

ESCHWEGE, Wilhelm Luwig von. Jornal do Brasil 1811 - 1817. 1ª ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. V. 1, 2002.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce. Bauru, SP: Univale, 2005. 488 p.

FARIA, S. de C. O Paradoxo do Movimento: *A Colônia em Movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIREYSS. Georg Wilhelm. Viagem ao interior do Brasil. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1982.

SAINT - HILAIRE. Auguste de. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822). Tradução: Vivaldi Moreira, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Editora da USP, 1975.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino (org). Os diários de Langsdorff. vol. 1, Rio de Janeiro e Minas Gerais, 8 de maio a 17 de fevereiro de 1825. Trad. Márcia Nascimento Egg et al. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 17, p. 165-181, 1997.

ST 04: Ensino de História em tempos difíceis: produzindo resistências por meio de histórias outras (PRESENCIAL)

As potencialidades de comparação entre fontes para um ensino crítico da História dos anos Juscelino Kubitschek (1956-1961): a narrativa de Carolina Maria de Jesus em "Quarto de Despejo: Diário de uma favelada" e reportagens da revista "O Cruzeiro"

Amanda de Carvalho Fonseca¹⁶⁹

Resumo: Pretende-se construir possibilidades de trabalhar, na aula de História, os diários pessoais de Carolina Maria de Jesus entre 1958 e 1960 compilados em "Quarto de Despejo" e reportagens do periódico "O Cruzeiro" produzidas entre 1959 e 1960. Propõe-se pensar o governo Juscelino Kubitschek partindo-se de passagens em que a escritora narra os problemas sociais vivenciados em um contexto de alta do custo de vida e sua visão de moradora da favela, tanto em relação aos anos JK, quanto acerca da cidade de São Paulo. Sua narrativa vai de encontro às narrativas selecionadas da revista, que ajudaram a erguer a imagem de modernidade que reveste o referido governo. Procura-se, por meio de uma abordagem comparativa entre fontes históricas, questionar o alcance do progresso atribuído ao contexto e contribuir para a construção de uma abordagem de educação histórica mais crítica.

Palavras-chave: Ensino de História. Fontes. Carolina Maria de Jesus. Revista "O Cruzeiro". "Quarto de Despejo".

Abstract: This work intends to analyze possibilities of working, in the History classroom, the writings of Carolina Maria de Jesus between 1958 and 1960 in her personal diaries compiled in "Quarto de Despejo" and reports in the magazine "O Cruzeiro" produced between 1959 and 1960. It is proposed to think Juscelino Kubitschek's government starting from passages in which the writer narrates the social problems experienced in a context of high cost of living

¹⁶⁹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Aluna de Bacharelado em História na mesma instituição. E-mail: carvalho.amanda@estudante.ufjf.br.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

and her vision as a resident of a slum, both in relation to the JK years and to the city of São Paulo. Her narrative goes against the selected narratives from the magazine, which helped erect the image of modernity that cloaks his government. It seeks, through a comparative approach between historical sources, to question the scope of progress attributed to the context and contribute to the construction of a more critical historical education approach.

Key Words: History Teaching. Sources. Carolina Maria de Jesus. "O Cruzeiro" Magazine. "Quarto de Despejo".

A presente comunicação trata-se de uma proposta de projeto educativo, cuja procedência é de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, que teve como objetivo analisar algumas das possibilidades de trabalhar, na aula de História na educação básica, os escritos de Carolina Maria de Jesus entre 1958 e 1960 em seus diários pessoais compilados na obra "Quarto de Despejo: Diário de uma favelada", comparando-os com determinadas matérias da revista "O Cruzeiro", publicadas entre 1959 e 1960. Considera-se que tal planejamento de atividades seja mais adequado a alunos do terceiro ano do Ensino Médio devido à complexidade de saberes que essas requerem.

Nesse sentido, pretende-se pensar no governo presidencial de Juscelino Kubitschek a partir da investigação de dois conjuntos de fontes pelos alunos com a orientação do docente ao longo de quatro aulas com cerca de quarenta minutos. O primeiro abrange excertos do livro, no qual a mencionada autora narra os problemas sociais que vivenciou em um contexto de alta do custo de vida e descreve a sua perspectiva a respeito dos anos JK e da cidade de São Paulo naquela conjuntura – através da visão de uma moradora da favela do Canindé.

Sua narrativa vai de encontro às narrativas selecionadas que compõem o segundo agrupamento de fontes, provenientes da revista "O Cruzeiro". Essas últimas contribuíram para a construção da imagem de modernidade que marca o referido governo e é proeminente em certos materiais didáticos e produções culturais, por exemplo, além de terem favorecido a consolidação de um retrato favorável do ex-presidente no imaginário social brasileiro (Meyrer, 2007; Aragão, 2006). Esse papel que desempenhou o periódico na memória social brasileira também deve ser indicado pelo professor ao contextualizar esse grupo de fontes.

As matérias foram selecionadas de modo a ilustrar o tripé indicativo do sucesso do Plano de Metas: a construção de Brasília (a meta-síntese), das rodovias e o desenvolvimento das indústrias automobilísticas. Trata-se das fotorreportagens “Isto é Brasília”¹⁷⁰ e “VEÍCULOS NACIONAIS PIONEIROS DA BELÉM-BRASÍLIA”¹⁷¹. Desse modo, deve-se chamar a atenção dos alunos para as ênfases, omissões e padrões nas reportagens - alinhadas ao discurso difundido pela ideologia desenvolvimentista - e para o mito da imparcialidade jornalística - isto é, o reflexo do posicionamento político de seu(s) proprietário(s) que atravessa as matérias publicadas (Fonseca, 2011).

Busca-se, por meio de uma abordagem didática pautada na comparação consideravelmente minuciosa entre esses materiais, problematizar o alcance social do progresso econômico normalmente atribuído àquele contexto e, desse modo, colaborar para a edificação de uma educação histórica mais crítica, abrangente e democrática - principalmente, por recorrer à inclusão da produção de uma escritora subalternizada socialmente, explicitando sua resistência e a potência de seus escritos para a historiografia e explicando como suas experiências pessoais não estão descoladas da esfera socioeconômica daquele período histórico.

Para além desses materiais, é indispensável o respaldo teórico do professor pautado na historiografia, que deve permear todas as atividades propostas e partir de uma primeira aula explicativa e conceitual para introduzir a história do governo presidencial de JK e do desenvolvimentismo, com a mobilização do conceito de “permanências” para tratar das persistentes desigualdades sociais no Brasil. Na segunda aula, trabalhar-se-á um breve histórico da revista, sua relevância social no país e sua relação com o conteúdo da aula introdutória por meio da leitura das fotorreportagens. No terceiro dia, além da leitura de trechos do livro, discutir-se-á quem foi a escritora e a importância de “Quarto de Despejo” para a historiografia e as interferências editoriais (como cortes, seleções de páginas e correções ortográficas) que permitam compreender as limitações da obra enquanto fonte

¹⁷⁰ CABRAL, H. Isto é Brasília. O Cruzeiro: Revista, Rio de Janeiro, 05 dez. 1959, ed. 0008, p. 62-71. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pesq=BRASILIA&pagfis=121763>. Acesso em: 07 nov. 2023.

¹⁷¹ O CRUZEIRO: REVISTA. VEÍCULOS NACIONAIS PIONEIROS DA BELÉM-BRASÍLIA. O Cruzeiro: Revista, Rio de Janeiro, 27 fev. 1960, ed. 0020, p. 112-113. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=%22Pioneiros%20da%20Bel%c3%a9m-Bras%c3%adlia%22&pagfis=129641>. Acesso em: 07 nov. 2023.

histórica. Por fim, na quarta e última aula, será preenchida uma tabela com a síntese das palavras mais representativas daquele contexto encontradas nas fontes a serem lidas, sistematizadas e analisadas criticamente com o respaldo da exposição de suas condições de produção pelo professor.

É necessário, pois, demonstrar que se tratou de um período histórico com avanços econômicos notáveis (Skidmore, 1982; Faro & Silva, 1991), principalmente em termos de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), sendo um marco positivo na vida de muitos brasileiros, revestindo a memória social acerca daquele contexto com uma imagem esperançosa de novos tempos (Gomes, 1991; Montenegro, 2001) ao beneficiar o proletariado urbano, aumentando o número de empregos e facilitando o acesso a bens de consumo às camadas médias, antes com preços maiores devido à necessidade de importação (Moreira, 2008).

É fundamental, ainda, expor a promessa do desenvolvimentismo como um caminho para o bem-estar social (Moreira, 2008; Coelho, 1991), salientando que, contudo, “a maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia” (Moreira, 2008: 188) e destacando a aceleração do aumento dos preços a partir de 1958 (Skidmore, 1982; Leopoldi, 1991).

Ainda que tenha havido um reajuste do salário mínimo em 1959 (Skidmore, 1982), a escritora era trabalhadora informal e relatou ter sofrido intensamente diante da situação inflacionária do país e o relato de suas vivências naqueles anos é um forte indicador da limitação do alcance social desses avanços econômicos. No dia 19 de maio de 1958, por exemplo, Carolina escreveu: “Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se.” (Jesus, 2014: 36).

Diante desse paradoxo, foi construído o seguinte problema de pesquisa: De que forma um estudo comparado dessas diferentes fontes daquele contexto em sala de aula pode contribuir para um ensino crítico da História dos anos JK, isto é, um ensino que problematiza o que se entende por modernidade e progresso segundo a ideologia desenvolvimentista?

Não menos importante é conversar com os estudantes sobre seu apagamento no campo literário brasileiro por muitas décadas, a persistente desvalorização que sofreu enquanto escritora e o seu retorno à pobreza após a publicação de "Quarto de Despejo", além de fazer

uma breve discussão sobre as possíveis causas da decadência de sua carreira – como os preconceitos linguístico e racial.

Com vasta obra produzida em condições de penúria, é necessário tornar cognoscível que a “sua experiência de favelada expunha ao coletivo uma chaga feia, atestado das falhas de projetos vigentes, de desenvolvimento econômico e programa social, encetados por governos federais em nome da modernização do país” (Meihy, 1998: 87). Em 20 de maio de 1958, por exemplo, ela escreveu:

...Quando cheguei do palacio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me

-Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:

-É que eu tinha fé no Kubistchek.

-A senhora tinha fé e agora não tem mais?

-Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os politicos fraquissimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (Jesus, 2014: 39)

Outro fator recorrente em seus escritos é a desvalorização monetária, como ilustra a seguinte passagem de 24 de outubro de 1958:

... Eu fiz café e mandei o José Carlos comprar 7 cruzeiros de pão. Dei-lhe uma cédula de 5 e 2 de aluminio, o dinheiro que está circulando no paíz. Fiquei nervosa quando contemplei o dinheiro de aluminio. O dinheiro devia ter mais valor que os generos. E no entretanto os generos tem mais valor que o dinheiro.

Tenho nojo, tenho pavor

Do dinheiro de aluminio

O dinheiro sem valor

Dinheiro do Juscelino. (Jesus, 2014: 126-127)

Opta-se por uma metodologia que privilegia um trabalho pedagógico com as palavras utilizadas nos dois grupos de fontes, de maneira a diferenciá-las e tornar inteligível as construções narrativas delas, examinando-se sua tipologia, data e condições de produção - a relação de Assis Chateaubriand, proprietário da revista, com Kubitschek e a grande circulação

dela, por exemplo - o lugar social dos autores, e como eles classificavam o governo JK – se positiva ou negativamente. Em outras palavras, objetiva-se destrinchar a construção dessas narrativas, por meio da análise das palavras que as compõem ao destacá-las, organizá-las e analisá-las - enriquecendo as habilidades de leitura de mundo por meio da leitura das palavras, tal como sugeriu Paulo Freire (1989).

Aposta-se em uma atividade didática que permita sistematizar tais aspectos, por meio do registro escrito das constatações possibilitadas pela sua investigação naqueles vestígios históricos e nas exposições complementares do docente, a fim de permitir reflexões com maior engajamento discente e profundidade teórico-metodológica na produção do saber histórico escolar.

Prioriza-se trechos dos diários que permitam traçar um paralelo com as palavras das fotorreportagens e observar as diferentes significações atribuídas a determinados vocábulos entre ambos os conjuntos – como no caso de “futuro”, termo a que é atribuído em cada grupo uma conotação, positiva ou negativa -, permitindo a observação de relações quase antônimas que fazem referência a um contexto cujas características são ambíguas e cujo estudo permite a compreensão da pluralidade de seus elementos constitutivos. Assim, objetiva-se a percepção, pelos alunos, em conjunto com o professor, da complexidade desse período histórico em particular, como exemplo dos demais, mas também - ainda que de maneira introdutória - do fazer historiográfico.

Essa sintetização das palavras por meio de sua reprodução ocorrerá por meio de uma tabela a ser preenchida, que possibilita traçar um paralelo entre elas com maior facilidade. Ao ser completada, espera-se que ela se assemelhe aos exemplos a seguir.

Tabela 1

Grupo de fontes	1	2
Nome	“O Cruzeiro”	“Quarto de Despejo”
Tipo de fonte	Revista/Periódico semanal	Diários compilados em um livro
Ano de produção/publicação	“Isto é Brasília” (05/12/1959)	Publicação: 1960 Produção dos diários: 1958-1960

	“Veículos Nacionais Pioneiros da Belém-Brasília” (27/02/1960)	
Autor(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Assis Chateaubriand (proprietário); • Jornalistas reconhecidos nacional e internacionalmente. 	Carolina Maria de Jesus
Lugar social do(s) autor(es)	Assis Chateaubriand possuía uma cadeia de órgãos de imprensa – revistas, jornais, estações de rádio e televisão - que compunham os chamados Diários Associados.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudou até o segundo ano primário e exerceu o trabalho de catadora de papel nas ruas paulistas; • Moradora da favela do Canindé; • Mãe de três filhos pequenos.
Condições de produção	<ul style="list-style-type: none"> • Produto comercial; • Reportagens pagas; • Relação entre o proprietário e JK¹⁷²; • Revista colorida de grande circulação com papel de qualidade e fotografias impressas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Escrevia em papéis recolhidos no lixo; • Privação de gêneros básicos (como comida e itens de higiene).
Palavras mais importantes (que sintetizam as ideias dos textos)	Sobre Brasília (Reportagem “Isto é Brasília”):	<ul style="list-style-type: none"> • “Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade.”

¹⁷² O proprietário da revista apoiou a candidatura à presidência de Juscelino Kubitschek (em 1955), mas o apoio não era gratuito, pois o candidato pagava por anúncios nos órgãos dos Diários Associados (Moraes, 1994 apud Meyrer, 2007). Após as eleições, o proprietário da revista obteve financiamentos facilitados do governo JK e foi beneficiado com o cargo de embaixador do Brasil na Inglaterra em 1957 (Aragão, 2006).

	<ul style="list-style-type: none"> • “Visão do Brasil do futuro” (O Cruzeiro: Revista, 1959: 66, grifo nosso) • “Mais moderna capital do século XX” (O Cruzeiro: Revista, 1959: 64, grifo nosso) • “As palavras de descrédito e pessimismo desaparecerão” (O Cruzeiro: Revista, 1959: 63) • “A obra que todos desejam” (O Cruzeiro: Revista, 1959: 63) • Sobre os prédios: “Modernos, confortáveis e belos” (O Cruzeiro: Revista, 1959: 67, grifos nossos) • Sobre o Palácio da Justiça: “Terá casa ampla e ajustada cem por cento às suas reais necessidades” (O Cruzeiro: Revista, 	<p>(Jesus, 2014: 38, grifo nosso)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Eu não ia comer porque o pão era pouco. (...) O que posso esperar do futuro?” (Jesus, 2014: 33, grifos nossos) • “Está chovendo. Fiquei quase louca com as goteiras nas camas, porque o telhado é coberto com papelões e os papelões já apodreceram.” (Jesus, 2014: 150, grifos nossos) • “A favela é o quintal onde jogam os lixos.” (Jesus, 2014: 32, grifo nosso) • “Atualmente é difícil para pegar água, porque o povo da favela duplica-se. E a torneira é só uma.” (Jesus, 2014: 109, grifos nossos)
--	--	--

	<p>1959: 69, grifos nossos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Está concluída a barragem do Paranoá. Começa a tomar forma o grande lago, que será uma das atrações da Novacap. À sua margem corre uma avenida com 19 quilômetros de extensão, já totalmente asfaltada.” (O Cruzeiro: Revista, 1959: 71, grifos nossos) • “Fatura de água” (O Cruzeiro: Revista, 1959: 71, grifo nosso) <p>Sobre a mobilidade em Brasília (Reportagem “VEÍCULOS NACIONAIS PIONEIROS DA BELÉM-BRASÍLIA):</p> <p>“Inauguram-se, com veículos brasileiros, as vias</p>	<p>Sobre as limitações na mobilidade de Carolina:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “(...) Fomos na cidade. Fomos a pé porque não tinha dinheiro para pagar a condução.” (Jesus, 2014: 107, grifos nossos) • “Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê.” (Jesus, 2014: 39, grifos nossos)
--	---	---

	da integração nacional, numa demonstração da excelência já atingida pelo nosso sistema rodoviário e pela indústria automobilística brasileira” (O Cruzeiro: Revista, 1960: 112, grifos nossos)	
Como classificam o período JK (1956-1961): positiva ou negativamente?	Positivamente	Negativamente

Quanto a conclusão da atividade após o preenchimento dos campos da tabela, convém mencionar que diferentes relações podem ser estabelecidas entre as palavras, como a discrepância entre as necessidades de Carolina e as “reais necessidades” apontadas pela referida reportagem. Além disso, ao longo do processo ou ao final dele, o professor pode recorrer a perguntas norteadoras. Em primeiro lugar, se as pessoas da classe social a qual pertencia Carolina não tinham acesso nem a alimentos, quais classes sociais esses empreendimentos de JK beneficiaram? E, por fim, quem teria acesso a esses veículos fabricados e às novas rodovias asfaltadas no Brasil?

No que se refere aos aspectos metodológicos, tanto os trechos do livro, como o corpo da tabela e as reportagens podem ser impressos e distribuídos entre os discentes ou projetados por um projetor de imagens no quadro da sala de aula para serem copiados de maneira resumida nos cadernos.

Como conclusão, espera-se que o docente reitere as ambiguidades e complexidade daquele contexto, ao ratificar que nele houve acelerado crescimento econômico, ampliação do setor industrial e de infraestrutura e geração de empregos, ao mesmo tempo em que houve, no entanto, uma disparada da inflação e a consequente perda de poder aquisitivo para uma grande parte daquela sociedade. Por último, pode-se indagar a opinião dos alunos sobre a seguinte questão: a tese desenvolvimentista de que a sociedade como um todo seria, necessariamente, beneficiada pelos avanços econômicos estava correta? Objetiva-se, com

essa última pergunta, mobilizar e costurar os aprendizados tecidos ao longo dessa proposta de projeto educativo.

Bibliografia

- ARAGÃO, G. P. de. **Meios de comunicação como construtores de uma imagem pública: Juscelino Kubitschek através das revistas Manchete e "O Cruzeiro"**. 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2006.
- COELHO, M. **O lugar das ilusões: Brasília e os paradoxos do desenvolvimentismo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 195-210, 1991.
- FONSECA, A. de C. **Por um ensino crítico da História dos anos Juscelino Kubitschek (1956-1961): as potencialidades de comparação entre a narrativa de Carolina Maria de Jesus em "Quarto de Despejo" e reportagens da revista "O Cruzeiro"**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- FONSECA, S. G. A incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de História. In: _____. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. 12ª ed. Campinas: Papirus, 2011. p.163-241.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GOMES, A. de C. (org.). **O Brasil de JK**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1991.
- JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.
- LOSADA MOREIRA, V. M. **Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural**. In: FERREIRA, J.; NEVES DELGADO, L. de A. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MEYRER, M. R. **Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista "O Cruzeiro" (1955-1957)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- MONTENEGRO, R. D. **Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. p. 115-131.

SKIDMORE, T. **De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes

CABRAL, H. **Isto é Brasília**. O Cruzeiro: Revista, Rio de Janeiro, 05 dez. 1959, ed. 0008, p. 62-71. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pesq=BRASILIA&pagfis=121763>. Acesso em: 07 nov. 2023.

O CRUZEIRO: REVISTA. **VEÍCULOS NACIONAIS PIONEIROS DA BELÉM-BRASÍLIA**. O Cruzeiro: Revista, Rio de Janeiro, 27 fev. 1960, ed. 0020, p. 112-113.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=%22Pioneiros%20da%20Bel%c3%a9m-Bras%c3%adlia%22&pagfis=129641>. Acesso em: 07 nov. 2023.

DAS GENIS ÀS ELVIRAS: As representações da figura feminina narradas por Chico Buarque e Rita Lee no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Gabriela Santiago Amim¹⁷³

Lavínia Renata de Oliveira Turqueti¹⁷⁴

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as permanências e ausências das representações das figuras femininas construídas nas músicas de Chico Buarque e Rita Lee, a partir de um recorte temporal e temático, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), entre os anos de 2013 a 2022. Nesse sentido, a metodologia utilizada tem como base a seleção de músicas lançadas no contexto ditatorial brasileiro, as quais se referem, de alguma forma, aos comportamentos atribuídos às mulheres, e, posteriormente, quais feições assumem e são (re)produzidas anualmente, na prova que possibilita o ingresso na maior parte das universidades do país. A pesquisa assume um caráter que visa evidenciar a discussão de sujeitos, afetos, temporalidades e verdades, a fim de ampliar a percepção sobre as memórias sedimentadas, sejam *buarqueanas* ou *leeanas*.

Palavras-Chaves: Mulher, Saber Histórico Escolar e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Abstract: This study analyzes the permanence and absence of representations of female figures in the songs of Chico Buarque and Rita Lee, based on the time and theme of the Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) between 2013 and 2022. In this sense, the methodology used is based on the selection of songs released in the context of the Brazilian dictatorship, which refer in some way to the behaviors attributed to women, and,

¹⁷³ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gabriela.amim@estudante.ufjf.br.

¹⁷⁴ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lavinia.turqueti@estudante.ufjf.br.

subsequently, what features they take on and are (re)produced annually in the exam that allows entry to most of the country's universities. The research aims to show the discussion of subjects, affections, temporalities and truths, in order to broaden the perception of sedimented memories, whether “buarquenas” ou “leeanas”.

Keywords: Women, Historical Knowledge and Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Introdução

De que maneira a mulher foi e continua sendo representada na sociedade? Ou melhor dizendo, como, no âmbito musical na década de 1970, Chico Buarque de Holanda e Rita Lee Jones de Carvalho construíram e reconstruíram uma imagem da mulher que denunciou preconceitos, levantou discussões sobre a autonomia, subjetividade e identidade da figura feminina? Além disso, como essa figura perpassa o Saber Histórico Escolar? A partir dessas indagações, buscamos compreender as reverberações desses significados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), um espaço avaliativo e de reafirmação de saberes (ou não). Esse trabalho, que é um desdobramento da disciplina de Saber Histórico Escolar, ministrada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pelo prof^o Dr. Marcus Bomfim, tenta, como objetivo central, articular esses espaços tão distintos, mas que, ainda assim, constroem coletivamente novos sentidos do que é (ou “deveria”) ser mulher.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que esse artigo parte de uma série de escolhas epistemológicas e axiológicas, uma vez que, como destacado por Albuquerque Júnior (2023), nenhum conhecimento é construído de forma asséptica, mas com atravessamentos afetivos. Enquanto duas autoras, o anseio por identificar as memórias consolidadas e verdades reverberadas nas produções de Rita Lee e Chico Buarque parte das nossas experiências enquanto mulheres, que ocupam o mundo e são cotidianamente influenciadas por esses discursos. Além disso, a justificativa para a escolha dos compositores se dá em decorrência das marcas deixadas na sociedade por ambos ao longo de suas carreiras, pela permanência de seus nomes na História da Música Brasileira e, principalmente, pelos olhares distintos: um cantor e uma cantora. Um homem e uma mulher.

Não obstante, ressaltamos que existe um recorte de raça, classe e gênero, sendo que, ainda que estejam imersos em uma atmosfera de censura e violência causada pela Ditadura Militar de 1964, ambos são brancos, de classe média alta e cisgênero. Consequentemente, Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

isso infere em uma perspectiva específica, a qual não necessariamente desconsidera os demais grupos, mas não os abarca em sua complexidade e particularidades. Desse modo, as análises e conclusões realizadas nesse processo devem evidenciar os lugares dos quais cantam e compõem. Ademais, o uso da década de 1970 não é aleatório e também reflete nos versos musicais, em um cenário de repressão constante, os mecanismos de protestos variam e as imagens assumem diferentes feições, o que também procuramos entender por meio das composições selecionadas.

Sendo assim, para a elaboração deste artigo, realizamos a análise e comparação de cinco músicas, no intervalo dos anos 1970 a 1979, dos cantores Chico Buarque e Rita Lee, sendo elas, respectivamente, Cotidiano (1971), Olha, Maria (1971), Ana de Amsterdam (1973), Mulheres de Atenas (1976), Geni e o Zepelim (1979), Luz del Fuego (1975), Fonte da Juventude (1977), Doce Vampiro (1979), Elvira Pagã (1979) e Maria-Mole (1979). Partindo da perspectiva de dois gêneros musicais distintos, buscamos, por meio da investigação comparativa, identificar quais as principais similaridades e diferenças entre as canções dos artistas, a fim de compreender quais imagens reverberam e fazem reverberar nas memórias consolidadas sobre a mulher, além das noções de sujeito, temporalidade, afetos e verdade que atravessam as canções.

Em consequente, para além da questão musical, foi feita uma análise das questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), entre os anos de 2013 a 2022, partindo de uma delimitação pelas áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias, com destaque para o eixo de História, com intuito de compreender e estabelecer um diálogo entre as memórias musicais e as escolhas de saberes, os quais se manifestam no vestibular. Entendendo o dito exame como um mecanismo avaliativo que “informa sobre os sentidos de conhecimento fixados e valorizados nos contextos nos quais as relações de ensino, aprendizagem, avaliação se desenvolvem” (Martins, 2020: 10), procuramos, em um último momento, traçar discussões em torno do papel do Ensino de História e da Avaliação de História, como legitimadores ou deslegitimadores das narrativas evidenciadas em nossos dois objetos de pesquisa, as músicas e as questões do vestibular.

Por fim, as alocações realizadas neste dossiê não intentam o estabelecimento de verdades absolutas nas análises das mulheres *buarqueanas* ou *leeanas*, pelo contrário,

constitui um exercício pautado pelo “compromisso com o que é verdadeiro” (Gabriel; Moraes, 2014 apud Alvim; Velasco, 2021) em relação ao exame feito das abordagens da figura feminina nestas produções. Desse modo, cientes desses recortes, investigamos as narrativas construídas nessas melodias e suas ratificações ou não, em um mundo de constantes tensões, disputas e abordagem: qual a representação feminina que permaneceu sendo legitimada no Saber Histórico Escolar? Logo, mais do que a busca por respostas, trata-se de uma jornada de questionamentos.

1) **Entre as faces femininas *leeanas* e *buarqueanas***

Diante da análise das músicas mencionadas, pode-se perceber, a construção de duas figuras completamente distintas. Nota-se que nas músicas do compositor Chico Buarque ocorre a reprodução, em alguns momentos, levada ao extremo, como no trecho “\ Todo dia ela faz tudo sempre igual/”, e da referência explícita de ações inferidas contra, nesse momento, Geni, em “/ Joga bosta na Geni/ Ela é feita para apanhar / Ela é boa de cuspir /”. As menções, em todas as composições analisadas, ratificam um papel de subalternidade e constante vulnerabilidade, seja dentro do ambiente familiar ou da prostituição, sejam de mulheres cis ou trans.

Durante a leitura, é possível perceber o uso do recurso “absurdo” para trabalhar a temática, por exemplo, em “Mulheres de Atenas” (1976), caracteriza-se com versos que evidenciam, com ironia, as demandas da conjuntura. Destarte, Buarque, em nenhum momento, ainda que seja antagonista das exigências socioculturais, reprova abertamente ou escandaliza, tal qual “A Luz Del Fuego” (1975), a situação vivenciada por esse grupo. Ainda que opere com diversas figuras de linguagem objetivando a articulação da reprovação e do escárnio perante à estrutura de repressão, não ocorre a ruptura pela instauração de uma nova figura, mas do enrijecimento da já existente.

Outrossim, ainda que superficialmente, é crucial destacar a recorrência do ambiente da prostituição e, além disso, da vinculação da figura da mulher transsexual a esse grupo. Segundo Rovai (2020), as relações entre heteronormatividade e a cisnormatividade não auxiliam na constituição de uma cultura de combate a estigmas, os quais formam uma matriz de abjeção e relação “automática” entre as identidades consideradas ininteligíveis a

inferioridade. À vista disso, vale enfatizar que, como vê-se “Ana de Amsterdam” (1973) e “Geni e o Zepelim” (1979), nas músicas em que a “liberdade sexual” são mencionadas abertamente, como em “/ Sou Ana do dique e das docas/ Da compra, da venda, da troca das pernas/ Dos braços, das bocas, do lixo, dos bichos, das fichas/ Sou Ana das loucas” e “/Acontece que a donzela/ - e isso era segredo dela/ Também tinha seus caprichos”, há somente a figura das prostitutas.

Portanto, conclui-se que, apesar de ser contrário às representações e imposições de gênero na década de 1970, ao analisarmos a noção de verdade do universo feminino construída em suas canções, Chico Buarque trabalha as questões por um viés que abarca heranças machistas, o que auxilia na preservação da memória do sujeito feminino sempre ligado à submissão ao homem e à sociedade, mas nunca como sujeito histórico, ou seja, “da ordem prática, da agência, do agir no mundo” (Gabriel, Martins, 2016: 206). Assim, afirma-se que as músicas promovem como verdade um diálogo sobre o lugar ocupado pela mulher na sociedade brasileira e, em contrapartida, preserva pensamentos patriarcais do contexto em que o compositor estava inserido. Por isso, a mulher buarqueana ainda é um sujeito passivo, no qual há a inserção no âmbito musical, mas não, necessariamente, sua valorização ou produção de subjetividades particulares.

Ao contrário disso, as composições de Rita Lee se expressam por meio da subversão imediata da figura feminina. Diante disso, constata-se a exposição pública de temáticas consideradas “delicadas” como artifício linguístico de “desobediência”, o qual é visto em “/Vou abrir a porta/ Para você entrar/ Beija minha boca/ Até me matar de amor!”. Nesse momento, também é importante destacar que, segundo Cunha (2021), o fato de uma mulher estar inserida no estilo musical *rock* é, por si próprio, uma mudança sistêmica na dinâmica da construção do gênero e dos lugares ocupados pelo “sexo frágil” dentro de uma estrutura pré-estabelecida. Consequentemente, a decisão de ocupar esse espaço abarca pontos políticos cruciais e “se mostram necessários em um contexto em que a mulher é relegada” (Cunha, 2021: 4), o que, consequentemente, cria uma nova figura.

Em suas composições, a cantora articula a melodia e a letra a fim de criar uma ambientação que instigue o interlocutor para, por exemplo, estabelecer uma esfera de tensão sexual, como em “Doce Vampiro” (1979), o que, por si só, desloca a mulher dentro da

estrutura social, de um sujeito a ser desejada para o sujeito que deseja. Dessarte, a mulher de Lee, ou ela própria, retira o aspecto submisso das musas recatadas de Chico e das “putas”, que manifestam sua sexualidade por estarem inseridas em um contexto específico, e invoca a amante que tem liberdade sexual e a exerce sem receio ao chamar: “/ Doce vampiro/ Venha me beijar/ Meu doce vampiro”. Esse movimento de “erotismo autônomo” e da “publicação” do prazer feminino, seja explicitamente ou por metáforas (“/Venha sugar o calor/ De dentro do meu sangue/”), rompe com a memória construída por Buarque. A sexualidade contracultural de Rita Lee não assume papéis de poder ou hierarquia, mas simula a liberdade do corpo em todas as suas formas.

Ademais, de acordo com as análises realizadas, percebe-se a oposição entre os adjetivos articulados pelos musicistas, de “Lindas, sirenas, morenas” (Buarque, 1979), “Estás tão bonita, que estás tão aflita” (Buarque, 1971) para “Eu hoje represento a loucura” (Lee, Carvalho, 1975). Enquanto o compositor, com o objetivo enfatizar a contraposição, reforça os estigmas, a compositora vai ao impacto, com versos e frases de afirmação que, majoritariamente em primeira pessoa, “destroçam” essas convenções, tal qual “/ Eu tenho o corpo que pedi a Deus/” e “/Eu hoje represento o segredo/ Enrolado no papel/ Como Luz del Fuego/”. O embate se dá, portanto, pelo exercício do irrompimento de uma nova personagem: a mulher ativa, integrante da luta pelo próprio protagonismo e indivíduo que mente, exerce sua sexualidade e é preguiçosa, ou seja, é “gente”.

Assim, há um elemento “cru” nas performances da cantora, que torna evidente, segundo Cunha (2021), a crítica sobre as normas moralizantes de um sistema de dominação por coerção, no caso de “Fonte da Juventude” (1977) e “Maria Mole” (1979), pela aparência e expectativas de uma perspectiva moral limitante. À vista disso, é necessário considerar que as peculiaridades e importância dessa ação diretamente contestatória é pautada nas suas experiências como mulher, as quais, mencionadas por Ortner (2007), desenvolve uma agência de oposição, que, por adotar o mesmo caráter, levou Rita Lee a ser a cantora com o maior número de faixas censuradas durante a Ditadura Civil-Militar, no Brasil. Esses aspectos são fomentados, principalmente, nos trechos: “/ Lero-lero, blá blá blá/ Tira o dedo do nariz/ Melecada de chicletes,/ Nunca raspa a perna com giletes! Giletes?/” e, pelo uso da ironia, no “/Todos os homens desse nosso planeta/ Pensam que mulher é tal e qual um capeta/ Conta a história que Eva inventou a maçã/ Moça bonita, só de boca fechada/ Menina feia, um

travesseiro na cara/ Dona de casa só é bom no café da manhã/ Então eu digo/ Santa, santa, só a minha mãe (e olhe lá)”.’

Por isso, a desconstrução proposta pela compositora assume um prisma performático altamente combativo e a de Chico Buarque, crítico, mas isento de protagonismo feminino, dado que em nenhum verso ocorre o processo de revolta. Como visto com Ortner (2007), as formas de enfrentamento não podem ser vistas isoladamente, isto porque não existem de modo independente, mas estão inseridas em uma estrutura que envolve as questões culturais e historicamente construídas. Nesse sentido, há a construção de dois sujeitos que entram em conflito, ainda que com intenções aproximadas, a mulher de Lee e a mulher de Buarque contra o sujeito já existente durante o período, ou seja, a subversiva, a submissa que desperta debates contrários e a “real”.

Tendo, portanto, abordagens distintas e sendo formulados por figuras específicas, o sujeito construído é, além disso, assimilado de formas desequilibradas, uma vez que certas manifestações socioculturais permanecem sendo consideradas legítimas e outras não, como é o caso da produção musical realizada por um homem. Em um ambiente predominantemente masculino, a naturalização e aceitação se manifestam significativamente e descartam os imaginários propostos, por exemplo, por Rita Lee, visto que transgrediu, em suas letras, limites impostos pela sociedade, ao, segundo Lee (2016), não domar suas “rebeldices” em suas composições e imagem. Por essa violência simbólica naturalizada, pode-se afirmar que as memórias consolidadas por meio das músicas menos “agressivas” são predominantes e levam ao questionamento: até que ponto se considera válido a reivindicação de um novo sujeito feminino?

Dentro desse raciocínio, é crucial destacar o sujeito passivo expostos, por exemplo, em “Cotidiano” (1971) e “Mulheres de Atenas” (1976) que, ainda que fazendo uso das figuras de linguagem de ironia e repetição, não consegue, por si só, romper com a lógica de subordinação, sem irromper com autonomia, mas sempre em uma situação frustrante de submissão e ausência de potencial coletivo e individual. Destarte, a lógica da imagem da mulher permanece fundamentada em arquétipos, “incluindo a figura da musa, da menina que se transforma em mulher, da vítima de uma sociedade patriarcal e da marginalizada pelo exercício da prostituição ou do lesbianismo” (Pinto, 2015: 60). O sentimento de aceitação da

abordagem majoritária das narrativas de Chico Buarque diz, em primeira instância, sobre sua ocupação do mundo como homem, conseqüentemente “autoridade em seu campo”, e sobre o recorte escolhido.

Em contraponto, “Luz del Fuego” (1975), “Elvira Pagã” (1979) e “Maria Mole” (1979) geram incômodo e, por isso, são utilizadas como “gritos de guerra” para a reivindicação de direitos. O impacto causado é oriundo, principalmente, pela linguagem que configura sujeitos que são socialmente e culturalmente opostas ao ideal do que é ser uma mulher, a qual, supostamente, deveria estar vinculada a sensibilidade, delicadeza, suavidade, afetividade e ingenuidade. Assim, Rita estimula reações variadas, desde a identificação e o completo desprezo pelo comportamento expresso, o que indica que, com base em Ávila (2017), a remanescência de estruturas do passado, um passado presente. Dessa forma, percebe-se que, contrário à Buarque, Rita Lee traz como verdade uma mulher humana. Assumindo e dando voz às suas vontades, sentimentos e prazeres, esse sujeito sai da bolha utilizada por Chico, para ter sua própria individualidade.

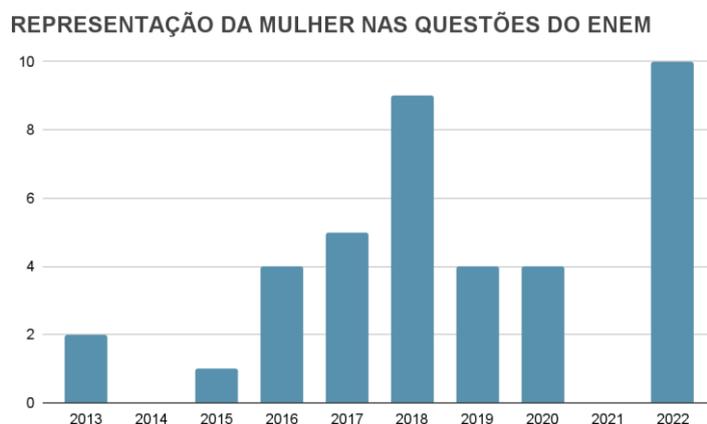
2) Memórias evocadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

Ao utilizarmos o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), vestibular aplicado em território nacional pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais (Inep) e Ministério da Educação (Mec), como principal prática avaliativa de análise para a pesquisa, entendemos como crucial, em primeira instância, delimitar nosso entendimento acerca da “avaliação”, e ainda, do uso desse instrumento no Ensino de História.

Nesse sentido, compactuamos com a ideia defendida por Martins (2011), de se pensar a avaliação como uma prática curricular, uma vez que há, dentro do mecanismo avaliativo, uma tradução de determinados conhecimentos que são selecionados, diante da construção do Currículo, em formato de questões (Martins, 2011). Sendo assim, torna-se indispensável estabelecer uma aproximação entre “Currículo” e “Avaliação”. No entanto, o ato de avaliar, no Ensino de História, traz consigo suas particularidades, este que é atravessado, em alusão à (Laville, 1999), por uma “guerra de narrativas, onde se engendram “disputas por hegemonização contingentes de sentidos” (Alvim; Velasco, 2021: 271).

Posto isso, diante das análises realizadas acerca das questões do Enem, durante o recorte temporal de dez anos, de 2013 a 2022, notamos a predominância de uma certa concepção do entendimento de aspectos que perpassam o “sujeito mulher”, além de discursos atravessados por estigmas que se fazem presentes, quando não, naturalizados na construção do saber histórico. Dessa forma, foram selecionadas as áreas de conhecimentos: Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias, com destaque para História, a fim de evidenciar, qualitativamente e quantitativamente, a emergência da temática de gênero e a quais eixos estes estão submetidos. Ao efetuarmos uma investigação da aparição da temática feminina no Enem, em um primeiro momento, traçamos graficamente, a quantidade de questões observadas em cada ano, por meio da utilização de um filtro de busca, pautado na presença das palavras: “mulher”, “feminina”, “gênero”e, atrelado a isso, em discussões que estivessem relacionadas ao seu papel na exploração e aprofundamento de algum conteúdo.

Gráfico 1: Relação entre a quantidade de questões/ano.



FONTE: AUTORAL

À vista disso, com base nos dados coletados do Gráfico 1, podemos afirmar que houve um aumento significativo de questões referentes à temática de gênero desde 2013, com apenas duas, a 2022, contemplando dez, por mais que ocorram oscilações durante os anos e, até mesmo, uma completa ausência em 2021. Mesmo que o crescimento seja nítido, ele não é tampouco satisfatório, dado que ao destrinchar as imagens, textos introdutórios e demais mecanismos de linguagem, vê-se a reprodução de um mesmo arquétipo fundamentado sobre

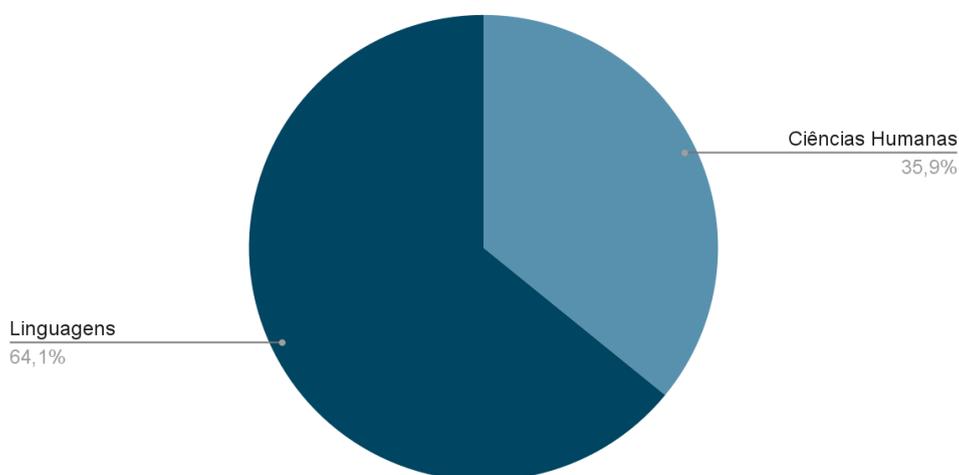
valores de submissão, inatividade, vulnerabilidade e de “apêndice da história”. Por isso, apesar de incitar questionamentos essenciais para a subversão da estrutura do currículo, não há, de fato, o processo de interrupção da narrativa de hierarquização, mas desdobramentos que amenizem as reivindicações, em virtude, segundo Cerri (2008), da naturalização do que é dado, sem possibilidade de movimentos que rompam com a lógica pré-existente.

Esse fenômeno é visível em diversos momentos, por exemplo, na repetição de gabaritos como “submissão de gênero, apoiada pela concepção patriarcal de família” (Enem, 2014) e de enunciados referentes à violências, tais quais “quanto à materialização da linguagem, a apresentação de dados relativos à violência contra a mulher” (Enem, 2018) e “essa campanha de conscientização sobre o assédio sofrido pelas mulheres nas ruas constrói-se pela combinação da linguagem verbal e não verbal” (Enem, 2020). A preponderância de temas que descaracterizam a mulher como um sujeito de ação social, indica, conseqüentemente, a permanência de um “feminismo buarquiano”, o qual suscita críticas e insatisfação, sem problematizar profundamente as circunstâncias e suas implicações.

Denunciar a prevalência de uma forma de abordagem, nesse caso evidenciando o lugar ocupado pela mulher na sociedade, não significa que pensamos que tais temas, a opressão, pressão estética, misoginia, violência física, moral, sexual contra as mulheres sejam tópicos que tenham que ser minimizados frente a outros assuntos, ou até mesmo posto como pano de fundo de outros debates. O que buscamos trazer à tona, é justamente essa única forma de se representar a mulher, a partir da seleção de uma narrativa acerca desse sujeito. Vale ressaltar, portanto, que a escolha por determinadas formas de abordagem dos assuntos que tangem discussões de gênero, não é por acaso, e muito menos neutra, pelo contrário, como afirma Gabriel (2017), toda seleção é permeada por valores, entendidos como verdadeiros dentro de um campo epistemológico. Por isso, percebendo o Exame Nacional do Ensino Médio, como principal meio para os estudantes ingressarem no Ensino Superior, esse instrumento é reflexo direto de verdades que tendem a ser legitimadas ou deslegitimadas pelo aparato avaliativo, diz da escolha de quais formas do sujeito mulher entrarão em cena e quais continuarão nos bastidores (Albuquerque Júnior, 2016).

Gráfico 2: Relação entre a quantidade de questões/campo disciplinar.

REPRESENTAÇÃO DA MULHER NAS QUESTÕES DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGENS



FONTE: AUTORAL

Em um segundo momento, ainda no âmbito da coleta de dados de nossa investigação, outro fator que nos chamou a atenção, foi a presença, evidentemente maior das discussões sobre o tema na área de Linguagens e suas Tecnologias, o que nos levou a levantar questionamentos acerca da própria abordagem em um eixo, em que não há necessidade do estudante deter de um conhecimento histórico “prévio”. A menor incidência de questões que abordem aspectos históricos suscita, a necessidade de destrinchar, de maneira minuciosa, os poucos pontos privilegiados pelo eixo da “História”. Sendo assim, em um recorte temporal relativamente extenso, foi possível identificar apenas duas questões, no Enem 2019 e Enem 2022, que expunham a figura da mulher como participante de um determinado evento, com as seguintes interpelações: “O registro das atividades descritas associa a inserção da figura feminina nos espaços de leitura e escrita do Segundo Reinado” (Enem, 2022) e “Entre os combatentes estava a mais famosa heroínas da Independência (...)” (Enem, 2019).

Como visto, no enunciado das questões acima, faz-se crucial salientar que, ainda que haja a protagonização da figura feminina, em eventos históricos distintos, como o período do Segundo Reinado e o marco da Independência, esses sujeitos são resumidos a um único enunciado expositivo, extinguindo a possibilidade de qualquer tipo de problematização por parte do estudante. Tal fato, mostra que a disciplina da História, muitas vezes, atravessa o Exame Nacional do Ensino Médio apenas como um pretexto para, por exemplo, cumprir com

a prática da interdisciplinaridade exigida pelo PCNEM (Cerri, 2004: 223), isso explica, portanto, a incidência dos enunciados destacados anteriormente, cumprindo o papel de pano de fundo de textos introdutórios, que não demandam um conhecimento histórico para sua resolução. Sendo assim, Cerri (2004: 223) argumenta, que diante dessas fissuras em relação a disciplina no vestibular, “saber história acaba aparecendo como elemento facilitador na maior parte das questões, mas não como elemento decisivo”.

A partir das discussões apresentadas, percebe-se um tipo específico do “sujeito mulher” que o Exame Nacional do Ensino Médio deseja propagar, e, em meio a uma constante disputa de valores, quais as verdades tendem a ser validadas. Portanto, é possível afirmar, partindo de tal perspectiva, a continuidade de uma representação feminina visualizada nas canções de Buarque, sobrepondo aquela construída por Lee, que praticamente, torna-se ausente, perante as musas “buarqueanas” submissas e recatadas. Logo, torna-se urgente a emergência de uma outra forma do exame avaliativo, de se relacionar com o conhecimento histórico, nesse caso o escolar, com o propósito de se promover a ascensão de uma outra realidade feminina, em que mulheres, como as de Lee, possam se fazer presença.

3) Entre desafios epistemológicos e apostas políticas: a construção feminina no Ensino de História

Qual tem sido o papel do Ensino de História frente às discussões acerca das mulheres? Tem ele cumprido o seu papel? De que forma o Ensino de História tem contribuído para promover a equidade de gênero? A partir desses questionamentos, procuramos, também, entender qual tem sido a função desse campo de ensino diante da propagação, ou não, de uma forma genérica do “ser mulher”, ou melhor, a que, constantemente, buscamos denunciar ao longo deste artigo, em consonância com discussões em torno do sentido de ensino-aprendizagem.

Em vista disso, ao pensarmos no Ensino de História, a partir da afirmativa de Forquin (2000: 5) que concebe que “todo ensino se inscreve necessariamente em um horizonte de valor de verdade”, podemos assegurar que este campo de ensino é um espaço de disputas pela consolidação de um determinado “valor de verdade” (Gabriel, 2017). Desse modo, se refletirmos com relação às mulheres e quais subjetividades femininas têm sido produzidas

nesse espaço, essas, muitas das vezes, foram e são resumidas à apêndices, tão somente dos livros didáticos, como às próprias narrativas construídas pelos professores de História, frente a uma narrativa principal dos grandes homens, brancos, héteros, cisgêneros e cristãos, indo de encontro ao um dos princípios norteadores do Ensino de História: a ética.

Nesse sentido, olhar para este campo a partir de uma perspectiva ética, significa assumir um compromisso com a vida, democracia, direitos humanos, em que, em hipótese alguma, há possibilidades para ascensão e, conseqüentemente a propagação de uma narrativa única, aquela que, de acordo com Adichie (2009), inviabiliza as outras histórias, cria estereótipos e rouba dos indivíduos a sua dignidade. Se o Ensino de História possui o compromisso ético tanto para os estudantes, quanto para o mundo que os cerca, não seria ele também um potente agente de combate a tais “narrativas únicas” sobre as figuras femininas, partindo de uma relação de aprendizagem?

O movimento proposto, implica apresentar o que estaremos entendendo por aprendizagem. Dessa forma, utilizaremos a perspectiva cunhada por Biesta (2017), que percebe o processo de “aprendizagem como resposta”, ou seja, como um aspecto subjetivo, único, de algum indivíduo ao que lhe foi posto. E, abrir caminhos para que tais “respostas” possam emergir, em uma sala de aula, diz de possibilitar que os alunos desfrutem da sua singularidade particular e da sua agência, enquanto sujeitos do seu próprio processo de aprendizagem, diz da possibilidade desses seres se “tornarem presença” e virem ao mundo (Biesta, 2017).

Consideramos, portanto, uma aula de História onde o professor opte por dar luz a tais narrativas que percebem a marginalização das mulheres, ao longo dos processos históricos, como justificativa para colocarem-as excluídas de tais processos, no sentido de assegurar que as mesmas não estiveram presentes como agentes históricos. Não estaria, esse profissional contribuindo para que as alunas – chamemos a atenção para o sujeito mulher – daquela classe, enxerguem o seu presente, e até mesmo, projetem o seu futuro como algo impossível de ser modificado? Essas mulheres, estariam, a partir da narrativa do professor, fadadas a viver a repetida história das representações “buarquenas”.

Em contrapartida com essa lógica, é inegável que as mulheres foram vítimas da submissão e vulnerabilidade, ao longo da história, mas tampouco é possível resumi-las a isso,

visto que essa ação pode provocar o que denunciávamos anteriormente, de colocar a história desses sujeitos como algo à parte de um todo. Sendo assim, adotando os aspectos do Ensino de História defendidos até aqui, trata-se, então, de questionar e problematizar¹⁷⁵ a ausência desses sujeitos nas narrativas de nossa sociedade (Costard, 2017), uma vez que não há espaços para narrativas que perpetuam uma falta de identificação às mulheres e suas pluralidades, bem como possibilita a diminuição da “potência de vida” (Spinoza, 2007, *apud* Amorim; Monteiro, 2019) desses seres. Logo, indo de encontro a uma perspectiva de uma “aula narcísica” (Pereira; Torelly, 2020), acreditamos na importância do professor de História para impedir que visões misóginas, traduzidas nas figuras femininas narradas por Buarque, tão somente se estendam para a esfera de sala de aula, como sejam combatidas fora dela.

Considerações Finais

Portanto, concluímos que a forma como os métodos avaliativos do âmbito educacional, com foco ao Exame Nacional do Ensino Médio, retratam a figura feminina muitas vezes reverbera preconceitos, silencia vozes, estabelece e mantém a perpetuação de determinadas ausências. Sendo assim, percebemos que o sujeito que permanece, atualmente, sendo legitimado enquanto verdade nas relações de ensino-aprendizagem é a mulher *buarqueana*, em detrimento da *leiana*, a qual é reivindicada somente em recortes que buscam o espanto e choque do interlocutor. Nesse sentido, a análise visa evidenciar a necessidade de adentrar e fortalecer uma luta pelo reconhecimento da mulher enquanto ser humano, pelo compromisso em sempre transbordar humanidade ao nos relacionarmos com o outro, partindo da responsabilidade ética com Ensino de História.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única** (vídeo). Disponível em: <[Chimamanda Adichie: O perigo da história única](#)>.

¹⁷⁵ Entendemos problematizar aqui como um ato, que segundo Ferrari (2022) diz de colocar “sob suspeita nossas formas de pensar, ser e estar no mundo”.

ALVIM, Yara Cristina; VELASCO, Diego Bruno. Conhecimento escolar e currículo de História: apostas teóricas em tempos de negacionismos. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 1. Ed. São Leopoldo: **Oikos**, 2021. (p. 263-278).

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História. In: Carmen Teresa Gabriel, Ana Maria Monteiro e Marcus Leonardo Bomfim Martins(Orgs). Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História . 1ª ed. Rio de Janeiro: **Mauad X**, 2016.

AMORIM, Mariana Oliveira; MONTEIRO, Ana Maria. “Narrativas de si” e afetos nos caminhos iniciais da docência em História. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 19, p. 23-38, 2019.

ÁVILA, Arthur. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina, **Revista Expedições**, v. 7, n.2, p. 189-209, 2017.

BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2017.

BUARQUE, Chico. Ana de Amsterdam. Compositor: Chico Buarque, Ruy Guerra. **In: Caetano e Chico Juntos e Ao Vivo**. Polysom, 1972.

BUARQUE, Chico. Cotidiano. Compositor: Chico Buarque. **In: Construção**. Phonogram, 1971.

BUARQUE, Chico. Geni e o Zepelim. Compositor: Chico Buarque. **In: Ópera do Malandro**. Philips, 1979.

BUARQUE, Chico. Mulheres de Atenas. Compositor: Chico Buarque, Augusto Boal. **In: Meus Caros Amigos**. Philips, 1976.

BUARQUE, Chico. Olha Maria. Compositor: Chico Buarque. **In: Construção**. Phonogram, 1971.

BUARQUE, Chico. **VIDA**. 2022. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/vida>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CERRI, Luís Fernando. Ensino de História e concepções historiográficas. **Espaço Plural**, [S. l.], v. 10, n. 20, p.149–154, 2009.

CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do exame nacional do ensino médio - enem. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 24, n. 48, p. 213-231, 2004. FapUNIFESP

COSTARD, Larissa. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de história. **Fronteiras & Debates**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 159, 19 fev. 2018. Universidade Federal do Amapá.

CUNHA, J. Rodrigues Araújo. COM A BOCA NO MUNDO: A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO MUSICAL DE RITA LEE . TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA (ISSN: 2358-212X), [S. l.], v. 10, n. 2, 2021. Disponível em:

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/5308>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ENEM 2013-2022 – Exame Nacional do Ensino Médio. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>. Acessado em: 12 de dezembro de 2023.

FERRARI, Anderson. “[...] História é aula de pergunta”: a problematização no ensino de história. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 29 – e2022002 – 2022.

FORQUIN, J. C. O currículo entre o relativismo e o universalismo. In: **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 73, 2000.

GABRIEL, Carmen Teresa. O processo de produção dos saberes escolares no âmbito da disciplina de história: tensões e perspectivas. **Educação Básica Revista**, vol.3, n.2, 2017.

GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bonfim. Narrativas escolares do Rio de Janeiro: quem são os sujeitos dessas histórias? In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. Cap. 10. p. 205-231.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, p. 125-138, 1999.

LEE, Rita. Doce Vampiro. Compositor: Rita Lee, Roberto de Carvalho. In: **Rita Lee**. Som Livre, 1979

LEE, Rita. Elvira Pagã. Compositor: Rita Lee, Roberto de Carvalho. In: **Rita Lee**. Som Livre, 1979.

LEE, Rita. **Rita Lee**: Uma autobiografia. São Paulo: Globo, 2016.

LEE, Rita; FRUTTI, Tutti. Luz Del Fuego. Compositor: Rita Lee. In: **Fruto Proibido**. Som Livre, 1975.

LEE, Rita. Fonte da Juventude. Compositor: Rita Lee. In: **Pérolas**. Universal, 1977.

LEE, Rita. Maria Mole. Compositor: Rita Lee, Guta Gra. In: **Rita Lee**. Som Livre, 1979.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Avaliação democrática das aprendizagens históricas: desafios à didática da História. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e227098, 2020

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. (Re)Significando a Avaliação no Ensino de História. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH** - Associação Nacional de História, São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: Reflexões sobre a agência. In: **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Uma aula de história não narcísica. **Rev. Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 753-767, dez. 2020.

PINTO, Fábio Ferreira. **De Musas a de transgressoras - um recorte do feminino em Chico Buarque**: um enfoque sistêmico-funcional. 2015. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e 0105, jan./abr. 2020.

Experiências de uma professora em formação no processo de criação de uma Sequência Didática

Ana Viana¹⁷⁶

Resumo: Este trabalho tem por objetivo compartilhar as experiências de uma graduanda em História no processo de criação de uma Sequência Didática para a disciplina de Metodologia do Ensino de História, cursada em seu terceiro período na Universidade Federal de Juiz de Fora. E, por fim, é mostrado o resultado final da Sequência Didática, juntamente com uma proposta de avaliação.

Palavras Chave: Sequência Didática; Experiência; Indígenas; Raízes Coloniais.

Abstract: This work aims to share the experiences of an undergraduate student of History in the creation process of a Teaching Sequence for the Discipline of Teaching Method of History, studied in her third semester at the Federal University of Juiz de Fora. In conclusion, it is shown the final result of the Teaching Sequence, along with a proposal of assessment.

Key Words: Teaching Sequence; Experience; Indigenous; Colonialist Roots.

Cursei o terceiro período da faculdade de História na Universidade Federal de Juiz de Fora no ano de 2023 e posso dizer que, até o presente momento, foi o período mais frugífero e especial que já vivenciei enquanto discente. Nele tive a oportunidade de ter muitas experiências incríveis que, evidentemente, contribuíram para a minha bagagem enquanto docente em formação. Bondía (2002) conceitua o termo “experiência” como tudo que nos toca, nos perpassa e nos acontece, e “sujeito da experiência” como um espaço onde as experiências têm lugar. Deste modo, posso afirmar decerto que fui um sujeito da experiência

¹⁷⁶ Graduanda em História pela UFJF, anasilva.viana@estudante.ufjf.br

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

pois me encontrei apaixonada e completamente afetada com as discussões e disciplinas no terceiro período.

Para citar algumas, destaco no Instituto de Ciências Humanas, mais precisamente no departamento de História, a disciplina de “História do Brasil Colonial” –que, inesperadamente, me atraiu e encantou desde a primeira aula, fazendo, inclusive, com que eu cogitasse me especializar na área- e na Faculdade de Educação a disciplina “Metodologia do Ensino de História” ministrada pelo Professor Doutor Marcus Leonardo Bomfim Martins. Sobre esta, gostaria de compartilhar a experiência que tive no processo de criação de uma das atividades avaliativas do programa, bem como seu resultado que, a propósito, me deixou muito satisfeita.

Em meados de março de 2023, desde as primeiras aulas de Metodologia, o professor já havia comentado sobre as avaliações do período: uma prova escrita, um memorial e uma sequência didática, que é o trabalho que eu gostaria de dar ênfase. Para definir, “Sequência didática” foi entendido por nós como uma representação espaço-temporal e previsão teórica e explicitamente orientada, ou seja, uma projeção dos comportamentos do docente e estabelecimento de uma determinada expectativa de aprendizagem para o discente. Seu norteador deve ser essa expectativa, ou seja, o que se pretende que o aluno aprenda.

Durante uma aula que tinha por finalidade nos explicar o que deveríamos fazer na Sequência Didática e decidir alguns pontos para que pudéssemos iniciá-la, o professor estabeleceu que ela deveria ter os seguintes elementos: Título, Tema, Conteúdo Histórico, Expectativas de aprendizagem, Objetivos gerais e específicos, Duração, Público-alvo, Justificativa teoricamente informada, Competências gerais e específicas da área de Ciências Humanas e História de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), Dimensões Axiológicas, além dos Atos dos discentes e docentes em cada etapa da Sequência, Recursos (em outras palavras Linguagem), e Avaliação juntamente com seus critérios.

Enquanto nos iam sendo passados os comandos, já logo fiquei apreensiva, me perguntando como eu seria capaz de realizar a atividade de modo satisfatório. Sempre fui uma pessoa muito ansiosa, meus colegas de turma que convivem de maneira mais íntima comigo sabem como eu posso ficar desesperada pelas tarefas da faculdade. Logo após, o professor anunciou que os alunos deveriam, então, produzir a Sequência Didática, mas não

com total liberdade de escolha de todos os elementos que nela deveriam conter. Neste momento, eu fiquei desesperada porque já estava tentando organizar na minha mente o que e como eu faria a atividade de acordo com o que eu gostaria que meu trabalho tivesse, sem depender de um sorteio onde eu não conseguisse ter controle sobre a atividade.

Ter elementos sorteados, na minha mente, tiraria toda a minha capacidade de conseguir articular o que eu já tinha mais ou menos pensado naqueles minutos anteriores durante a explicação do professor. Meu mundo caiu, era quase final de período, pela minha cabeça se passavam milhões de pensamentos, como: “Minha nota vai ser péssima!”, “Não acredito que o professor vai fazer isso com a gente...”, “Eu nunca vou conseguir finalizar essa sequência, vai ser muito difícil”. Apesar do meu descontentamento, não havia nada que eu pudesse fazer, então tentei me acalmar e prosseguir prestando atenção nas explicações e decisões sobre quem ficaria com o que no sorteio.

Os elementos sorteados seriam: Tema (dentre os quais haviam Autoritarismo e Liberdade; Nações e Nacionalismos; Resistência e Violência; Meio-ambiente, Campo e Cidade; entre outros), o Público-Alvo (Ensino Médio ou Ensino Fundamental), Dimensões Axiológicas, ou seja, quais valores precisaríamos mobilizar (Combate à Xenofobia; Respeito Religioso; Respeito aos povos originários; Combate ao sexismo; entre outros) e a Linguagem (Museu; História local; Filmes, séries e novelas; Memes e tirinhas etc). Já os outros elementos seriam de nossa livre escolha, como foi o caso do Conteúdo Histórico e da Duração. Após um tempo, o sorteio se iniciou. E não só para mim, mas para a sala toda, foi um momento de tensão onde todos estavam cruzando os dedos e torcendo para que os elementos fossem sorteados de acordo com o desejo de cada um.

Foram, então, passando os minutos. Cada vez que algum elemento que eu não queria era sorteado para mim, eu ficava mais e mais nervosa. No final do sorteio, ficou estabelecido que eu deveria mobilizar respeito aos povos originários através do tema “Meio-ambiente, Campo e Cidades”, utilizando a História Local como recurso para segmento do ensino fundamental. E como já era de se esperar, foi divergente de tudo o que eu havia pensado anteriormente para a minha Sequência Didática.

Um conjunto de materiais foi disponibilizado para subsidiar a produção das atividades. Nesse conjunto havia orientações e exemplos de outras Sequências já produzidas

para auxiliar os alunos. Apesar disso, eu ainda estava em dúvida de como faria, e principalmente como, a partir dos elementos estabelecidos por sorteio, eu escolheria os outros. Quando me sentei sozinha na minha mesa de estudos do meu quarto para iniciar a construção do trabalho, passei aproximadamente 20 minutos apenas encarando meu computador com uma feição apática, sem coragem de começar a escrever e desacreditada de que eu fosse capaz de mobilizar todos aqueles elementos. Quando de fato iniciei, minhas mãos suavam como se fizesse um calor de 40 graus. Tentei me acalmar, respirar fundo e aos poucos, ponderando as questões discutidas em sala de aula e toda a minha bagagem teórico-metodológica, as coisas começaram, finalmente, a fluir.

Uma das minhas paixões do terceiro período, como citei anteriormente, foi a disciplina de História do Brasil Colonial. Utilizei dessa minha afetividade pelas temáticas historiográficas acerca da colonização pra escolher como Conteúdo Histórico a Colonização do Brasil. A partir daí, me lembrei das aulas e discussões sobre os primeiros anos da colonização portuguesa nas Américas, além de textos importantíssimos que basearam as minhas escolhas metodológicas para as etapas da Sequência, como “Construindo o Estado do Brasil” de Francisco Carlos Cosentino e “Os índios na História do Brasil” de Maria Regina Celestina de Almeida, importante historiadora com relevantes pesquisas sobre os indígenas durante o período colonial.

Além disso, eu pensei que gostaria de tratar sobre uma questão muito cara pra mim enquanto aluna universitária e professora em formação: as continuidades dentro do Ensino de História. Considero que seja completamente indispensável que o professor mobilize os conteúdos históricos no sentido de tornar o passado vivo e presente, referenciando Ferreira e Seffner (2018), e não apenas deixando o passado imóvel, preso num tempo distante sem que o aluno consiga fazer ligações com os tempos atuais. Por isso, o título escolhido para a Sequência Didática foi: “Raízes Coloniais na atual luta dos povos indígenas”. A intenção era fazer que as aulas contidas na Sequência fizessem com que os alunos percebessem e problematisassem a continuação de um pensamento colonial e excludente para com os indígenas e seus interesses, de uma perspectiva que desse voz aos indígenas, se distanciando de uma narrativa eurocêntrica colonizadora. Enfatizando, principalmente, como os nativos interpretavam e lidavam com a natureza (até os dias atuais) e qual a diferença em relação ao homem branco.

A partir do momento em que esses dois aspectos estiveram estabelecidos na minha mente, posso dizer que a Sequência Didática começou a fluir. E, pela primeira vez desde o sorteio, eu não estava nervosa, mas sim esperançosa e instigada a ter mais e mais ideias para compor o trabalho. As etapas e atos dos docentes/discentes vieram à minha mente a partir de um exercício de imaginação que eu fiz: me propus a imaginar como eu gostaria que fossem as minhas aulas enquanto aluna do ensino básico e, além disso, como eu me imaginaria dando uma aula sobre o tema e conteúdo estabelecidos. Foi deste modo que compus os atos dos discentes e docentes na Sequência. Sempre fazendo o movimento de tentar educar para a sensibilidade construindo uma narrativa que dá espaço para novas cosmologias e formas de enxergar o mundo, não deixando de enfatizar o respeito e empatia.

Sobre a avaliação, última etapa da Sequência Didática, minha intenção foi fugir dos modelos convencionais com questões de múltipla escolha e gabarito engendrado e final por si mesmo, pois de acordo com o que Martins (2020) diz, na imensa maioria das vezes a aprendizagem é tida como uma mera reprodução pelo aluno do que o professor disse. Essa noção, forjada na Modernidade, carrega a ideia de “aquisição de informações”, ou seja, denota que a aprendizagem independe do aluno. Portanto, minha intenção era criar um modelo de avaliação que não desconsiderasse os possíveis contornos específicos das relações vividas entre professor-aluno e também aluno-aluno, além de que ela fosse capaz de incitar a capacidade de argumentação, senso crítico e expressão do discente, do modo que ele se sentisse mais confortável e apto. Sem, obviamente, desconsiderar o conteúdo histórico, mas mobilizando-o a fim de possibilitar experiências e modos de expressão autônomos por parte dos alunos, seja escrita, vídeo, desenho, música etc.

Foi, então, dessa maneira que minha sequência didática surgiu. Após muitas discussões nas disciplinas do terceiro período da faculdade de história, aflições e pensamentos ansiosos, trabalho mental e teórico-metodológico além de, com certeza, esperança juntamente com a vontade de ser docente, problematizar o tempo, construir novas narrativas e mudar o mundo de cada um dos meus (futuros) alunos.

Se desde o início eu pudesse ter escolhido todos os elementos da Sequência, eu ficaria na minha zona de conforto e, certamente, não teria me forçado a ir além na tentativa de mobilizar conceitos que de primeira instância pareciam impossíveis pra mim. Portanto,

considero que essa atividade avaliativa, do jeito que foi pensada pelo Professor Marcus e proposta para a turma (incluindo o sorteio) foi uma das que, até agora, mais me instigou e contribuiu para a minha trajetória. Esse foi apenas um breve panorâma da minha experiência enquanto professora em formação no processo de construção da minha primeira Sequência Didática. A primeira de muitas, a elementar para me fazer querer construir outras. Não foi possível tratar de todos os pontos da atividade, quiçá detalhá-los. Assim sendo, disponibilizo abaixo a Sequência Didática completa.

Sequência didática

Título: Raízes coloniais na atual luta dos povos indígenas

Tema: Meio-ambiente, campo e cidade.

Conteúdo Histórico: Colonização do Brasil.

Dimensões axiológicas: Respeito aos povos originários.

Expectativas de aprendizagem: Espera-se que os alunos entendam os impactos da chegada dos europeus nas culturas, sociabilidades e cotidiano dos indígenas. Também é visado que os alunos aprendam de que forma a colonização e dominação dos povos originários, nessa mesma época, influenciou a configuração social e geográfica que temos atualmente. Incitando nos alunos a empatia e reflexão consonante às lutas dos indígenas por direitos e demarcações de suas terras.

Duração: 5 aulas

Recursos: História local; *datashow* e caixa de som; internet; quadro e giz.

Público-alvo: Sétimo ano do Ensino Fundamental.

Objetivo geral: Fazer com que os alunos percebam e problematizem a continuação, até os dias atuais, de um pensamento colonial e excludente para com os indígenas e seus interesses/requerimentos. Além de que as aulas e as discussões trazidas/levantadas sejam capazes de despertar a empatia e respeito em relação aos povos nativos e à suas respectivas reivindicações para a demarcação das terras em todo o território nacional, para a valorização de suas culturas e preservação do meio-ambiente.

Justificativa: Esta sequência se faz necessária na medida em vemos um atual genocídio dos povos indígenas (Yanomamis, Pataxós, Guarani-Kaiowás, entre outros) através da invasão de suas terras para fins abusivos e ilegais. Além do apagamento histórico, preconceito e discriminação enraizados contra esses povos desde a colonização.

Já basta uma educação moralista, com uma única narrativa (eurocêntrica) validada e perpetuada. É fundamental a existência uma aula tentacular e não-narcísica, segundo Pereira (2020). Uma aula que vá de encontro com os direitos humanos para todos os povos, sem exceção. Urge aulas que valorizem os povos nativos (e africanos também), que problematizem o mundo que nos foi dado e que abra uma infinidade de outras possibilidades de existências e interpretações da realidade, não só o padrão civilizatório branco-cristão.

Competências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular)¹⁷⁷ contempladas pela Sequência Didática:

Competências Gerais da Educação Básica na BNCC: Conhecimento, repertório cultural, cultura digital, empatia e cooperação e argumentação.

Competências do Ensino Fundamental na BNCC: Anos finais: Resignificação das

¹⁷⁷ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> visitado em: 09/06/2023

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

aprendizagens do Ensino Fundamental e necessidade de fortalecer autonomia dos adolescentes para terem condições para acessar e interagir criticamente com os diversos conhecimentos e fontes.

Competências específicas na BNCC:

Ciências humanas:

- 1) Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
- 2) Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico- informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.
- 5) Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.
- 6) Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

História:

- 1) Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
- 3) Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
- 4) Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- 7) Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Habilidades: (EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.

(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da

conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e

resistências.

(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.

Etapas da sequência + ações dos docentes e discentes + objetivos específicos em cada etapa

Primeira Etapa:

- Antes de tudo, o professor deve perguntar oralmente aos alunos determinadas perguntas:
 - O que vocês entendem por “Colonização”?
 - Qual foi o país que nos colonizou?
 - Quem estava nos territórios brasileiros antes da chegada dos portugueses?
 - Como você acha que esses povos viviam aqui?
 - Qual modelo de sociedade, sociabilidade, relação com a natureza você infere que eles tinham?
 - Como você acha que foi o primeiro contato entre os indígenas e portugueses?
 - Nos anos seguintes, essa relação continuou a mesma? Ou algo mudou? Dê sua opinião.
- Espera-se que, através dessas perguntas levantadas para os alunos, o professor consiga entender quais as noções os alunos têm sobre o determinado tema: se são noções preconceituosas, intolerantes... até mesmo se eles não têm noção alguma.
- Depois das perguntas e respostas, o professor dará uma aula expositiva sobre como eram os indígenas e as sociedades daqui antes da chegada dos portugueses. Suas culturas, pensamentos, religiosidades, sociabilidades, relação com o próximo e com a natureza devem ser trabalhadas pelo docente. É necessário enfatizar que os povos eram diferentes. Alguns tinham como característica a abertura, outros não. Ambos costumes devem ser legitimados e aceitos.
- Ao final da aula, passar a música “Chegança”¹⁷⁸ para os alunos, dando ênfase no verso: “Sou pataxó, sou xavante e cariri, yanomami, sou tupi, guaraní, sou carajá/ Sou pancaruru, carij tupinajé, pitiguar, sou caeté, ful-ni-ô, tupinambá” que mostra a variedade e pluralidade de etnias indígenas que existiam na época da colonização, não apenas uma, com um único costume, língua e cultura.
- É necessário que, para a próxima aula, os alunos pesquisem sobre a cultura de alguma comunidade indígena citada na música. Desse modo, os alunos serão instigados a não só criar o hábito da pesquisa, mas conhecer mais a fundo sobre alguma etnia.

Segunda etapa:

- O professor deve começar com a “correção” da tarefa da última aula onde cada aluno precisa compartilhar com seus colegas de turma o resultado de sua pesquisa.
- No próximo passo, o professor deve dar uma aula expositiva sobre a chegada dos portugueses no território brasileiro. Enfatizando os pontos:
 - Objetivo dos portugueses com as navegações (religiosos e econômicos)
 - O primeiro contato entre os indígenas e europeus (algumas comunidades nativas foram amistosas, se abrindo para o outro. Outras comunidades se opuseram). Nesta parte, cabe dizer que os que se abriram, ajudaram os

¹⁷⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=xheRv2vvyJ0> visitado em 12/06/2023

portugueses com seus saberes e técnicas de culinária, além de que proveram o conhecimento do território para a exploração dos bandeirantes.

-A posterior dominação indígena (econômica e cultural). Uso da mão de obra dos nativos para a exploração de suas próprias terras (agora dominada pelos portugueses), cultivo e desmatamento para fins de ocupação e urbanização. Catequização indígena pelos jesuítas. Destacando a violência física, cultural e psicológica que eles sofriram, incitando a empatia dos discentes.

Terceira etapa:

- Começar a aula ensinando formas de resistência indígena para com a dominação mostrada na última aula: Mentira, fugas para dentro do território e fuga dos aldeamentos dos jesuítas, ataques em fazendas e vilas, suicídio etc.
- Momento de debate e reflexão do professor e alunos sobre os impactos da colonização na natureza e na cultura dos povos nativos. O docente deve fazer perguntas para incitar a participação da turma e conduzir o debate, como:
 - A colonização modificou a mata nativa do território brasileiro? Como?
 - De que maneira os portugueses violentaram culturalmente os indígenas?
 - Como você reagiria se estivesse tendo sua casa destruída ou tomada por alguém?
 - Como você reagiria se uma pessoa que você não conhece lhe obrigasse a ter outra religião que não seja a sua?
 - Você acha que os portugueses descobriram o Brasil ou o invadiram?OBS: É recomendado que essa dinâmica seja feita em roda.
- É fundamental que o professor conduza o debate para conseguir participação dos alunos. O intuito deste momento levar os alunos a refletirem e se colocarem no lugar dos indígenas.
- Para casa: os alunos devem responder, em casa, quais eles acham que são os impactos que a dominação desses povos causou no meio-ambiente e na sociedade brasileira atual.

Quarta etapa:

- Na quarta etapa, o professor deve escutar a resposta do “para casa” dos alunos para entender quais noções de continuidade eles têm. Desta forma, ela conseguirá conduzir a última etapa de uma forma concisa e direta.
- Receberemos a visita do líder Yanomami Davi Kopenawa que dará uma palestra contando a História local de sua etnia. Ao final, os alunos terão 20 minutos para tirarem suas dúvidas.
- Após a palestra seguintes vídeos serão passados para a turma:
“Veja a devastação provocada pelo garimpo ilegal em Terra Indígena Yanomami”¹⁷⁹ e “Ataque de garimpeiros deixa um Yanomami morto em Roraima”¹⁸⁰
- Após a exposição dos vídeos, o professor deve fazer um paralelo entre a luta dos Yanomami para a demarcação de suas terras, o garimpo ilegal, o desmatamento e devastação das florestas, além da situação de miséria e doenças que assola a comunidade (Poderá fazer referência às respostas do “para casa” dos alunos). Todos esses pontos devem ser articulados com a colonização. É fundamental que o professor promova a reflexão sobre como o passado colonial de dominação indígena (estudado nas aulas anteriores) influencia a delicada situação atual

desses povos.

Objetivo geral das etapas:

- Espera-se que os alunos aprendam que desde a colonização os indígenas têm sido subalternizados e privados de terem seus direitos como seres humanos. Na medida em que suas terras foram-lhe tomadas, invadidas e exploradas para fins econômicos e não-sustentáveis. Os indígenas forçados a trabalhar sem receber nada em troca.
- O professor deve vincular os conceitos históricos estudados para que os alunos percebam que esse processo deixou marcas nos dias atuais, visto que diariamente esses povos são mortos ao reivindicar, contra garimpeiros, donos de fazenda e órgãos estatais, as terras que lhe foram tomadas há milhares de anos. Suas reivindicações e lutas são uma forma de resistência importante.

Avaliação + critérios de correção:

Enunciado da questão:

-Imagine que você seja um influenciador digital com muitos seguidores e visibilidade nas redes sociais. Como ativista dos direitos aos povos originários, você foi a um protesto a favor da demarcação das terras na Esplanada dos Ministérios e postou a seguinte foto:

Figura 1: Indígenas fizeram ato histórico na Esplanada dos Ministérios contra o genocídio dos povos originários



Fonte: Mobilização Nacional Indígena- ATL 2108

Sua publicação ganhou muitos *haters*. Um dos comentários foi:

“Demarcação pra quê? As terras têm que ser exploradas mesmo, temos que fazer riqueza com elas... Extrair ouro, tirar as árvores, acabar com as florestas e colocar plantações e gado no lugar! Desde quando esses índios são donos das terras? Não existe isso, eles não devem ter direito a nada! São um bando de preguiçosos que devem ser mortos!”

- Faça um *post* respondendo o comentário deste seguidor. É OBRIGATÓRIO usar como base de sua argumentação as discussões que tivemos em sala nas últimas aulas.

OBS: O *post* pode ser feito através de um *story* ou publicação com legenda no *feed*. Pode ser através de foto ou vídeo.

DICA: Para pensar na elaboração do *post*, tente responder para si as seguintes perguntas: **1)** Esse comentário está de acordo com os direitos humanos? **2)** O que

aconteceu durante a colonização com os indígenas e suas aldeias? **3)** Por que os indígenas devem (ou não) ter o direito de ter terras? **4)** Os indígenas foram “preguiçosos” e por isso aceitaram a colonização sem se opôr?

Crítérios de avaliação:

- Capacidade de argumentação do aluno (através da fala ou da escrita).
- Capacidade de relacionar os eventos passados (colonização e dominação dos povos originários) com o que ocorre na atualidade em relação aos genocídios das etnias e destruição do meio-ambiente.
- Estar de acordo com os princípios dos direitos humanos e com as discussões mobilizadas em sala.
- Conter na resposta noções de empatia, solidariedade e cooperação.

Ao final do semestre/bimestre, o professor pode negociar com os alunos 1 ponto extra referente às participações produtivas que eles tiveram ao decorrer das etapas da sequência.

Por “participações produtivas” entende-se: ter feito as pesquisas e os “para casa” que o docente pediu, ter participado dos debates, feito perguntas ao convidado palestrante...

Referências:

ALMEIDA, Maria Regina Celestina de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Capítulos 1 e 2.

BONDIA, Jorge *Larrosa*. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.19, pp.20-28.

CONSENTINO, Francisco Carlos. **Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais**. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial: volume 1 (1443-1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. **Avaliação democrática das aprendizagens históricas**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.36, 2020. (p. 1-18).

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. **Uma aula de história não narcísica**. *Rev. Espaço do Currículo* (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 753- 767, dez. 2020.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis**. *Revista História Hoje*, vol. 7, nº 13, p. 14-33, 2018.

Memórias livres: O futuro almejado, o passado rememorado e o presente encarcerado

Henrique Silveira Gomes¹⁸¹

Resumo: O presente artigo possui como objeto de estudo o resultado de uma atividade didática desenvolvida com estudantes em privação de liberdade em uma aula de História na escola da Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires em 2022. Nela, por meio do contato com uma imagem os alunos produziram narrativas de memórias de suas vidas. Denotando as peculiaridades da docência praticada em uma penitenciária, o trabalho busca analisar como a prática permite o afloramento de memórias, suas relações com categorias temporais de passado, presente e futuro, marcados pela privação da liberdade. Além disso, pretende-se pensar sobre o trabalho de memórias no ensino de História, a educação no interior do sistema prisional e a constituição do sujeito em privação de liberdade.

Palavras chaves: Ensino de História, educação no sistema prisional, memórias.

Abstract: The object of study of this article is the result of a didactic activity applied to students deprived of liberty in a History class at the Professor Ariosvaldo Campos Pires Penitentiary school in 2022. In it, through contact with an image, the students produced narratives of memories of their lives. Denoting the peculiarities of teaching practiced in a penitentiary, the work seeks to analyze how the practice allows the emergence of memories, their relationships with temporal categories of past, present and future, marked by the deprivation of freedom. Furthermore, we intend to think about the work of memories in the teaching of History, education within the prison system and the constitution of the subject deprived of liberty.

Key words: History teaching, education in the prison system, memories.

¹⁸¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. henriquesg95@gmail.com
Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Introdução

Lecionar na escola do sistema prisional foi a experiência mais marcante até o momento em minha trajetória como professor de História, e o objeto de estudo analisado nesse artigo é fruto de uma atividade realizada nesse contexto, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio da Penitenciária Arisovaldo Campos, localizada no bairro Linhares, no município mineiro de Juiz de Fora. A unidade prisional possui como finalidade receber apenados masculinos com maior idade penal, condenados para cumprir sua sentença em regime fechado. A escola, tal como o complexo penitenciário, é vinculada ao Estado de Minas Gerais, e como as demais instituições educacionais localizadas no interior de presídios estaduais mineiros, não possuem docentes efetivos. Os trabalhadores da educação lá atuantes possuem vínculos de contratos, realizados a cada ano letivo, em 2022 pude experienciar as dinâmicas da docência no sistema carcerário. Desde então, esse panorama marcou com intensidade os horizontes de expectativas pessoais e profissionais por mim projetados.

De acordo com o filósofo Jorge Larrosa, para que a experiência aconteça, de modo a permitir que algo nos toque, é necessário um gesto de interrupção, como o de: “parar para escutar, cultivar a atenção e a delicadeza, escutar mais devagar, abrir os olhos e os ouvidos, escutar os outros, parar para sentir, suspender o juízo” (LARROSA BONDÍA, 2002: 24). Com base nessa perspectiva busquei guiar minha trajetória como professor no sistema prisional, pretendendo valorizar a dimensão da escuta dos sujeitos encarcerados. Na atividade-objeto desse texto - a escuta de narrativas de memórias de vidas, suspendendo qualquer juízo de valor *a priori*. Uma relação professor e aluno, não professor e detentos.

Procedendo de um cotidiano escolar localizado no interior de uma penitenciária, na qual esses alunos são considerados marginais por grande parte da sociedade, busco problematizar esse termo acionando o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. O educador, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, defende a importância de compreendermos os marginalizados não como aqueles que vivem ou viveram à margem da sociedade, mas muito pelo contrário, esses sujeitos estiveram desde sempre dentro de uma estrutura que os transformam em “seres para outro” (FREIRE, 2018: 84).

Então, segundo o autor, a solução para tal problema não se resume a integrar os oprimidos à estrutura da opressão, mas sim, em “transformá-la para que que possam fazer se seres para si” (FREIRE, 2018: 85). Elionaldo Julião, pioneiro nos estudos sobre a educação nas penitenciárias alerta sobre a ilusória dicotomia entre a prisão e a sociedade:

as pessoas que estão cumprindo sua pena, estão em espaço e tempo distintos do meio social livre, mas ainda pertence a ela, pois os presídios não estão fora da sociedade e nem deixam de seguir regras e normas sociais; ao contrário, são tutelados pela sociedade e cumprem a legislação produzida pela mesma (JULIÃO, 2012: 65).

Então, é necessário nos atentar ao movimento de reeducar nossos olhares para essas pessoas e enxergá-las como um ser humano que, como qualquer outro, é inacabado e inconcluso. Nessa perspectiva, “para esses sujeitos é urgente ser resgatada a dimensão humana de sua existência” (ONOFRE, 2015: 246). Acredito que para alcançar esse horizonte, precisamos de uma educação capaz de valorizar as experiências anteriores dos educandos mediante práticas educacionais libertadoras. Um movimento o qual, não se trata de dar voz aos alunos, pois voz eles já possuem; o que proporcionamos a eles são, de certo modo, os ouvidos. Somente assim podemos pensar em buscar construir um projeto de uma sociedade mais igualitária e justa que possa, de fato, fazer seres para si.

A partir desse ponto de vista, desenvolvi um exercício junto com os alunos e o seu desfecho, de maneira inesperada, se configurou em material de pesquisa. Esse movimento

aconteceu com o intuito de levar um trabalho diferente para os estudantes, algo que de certa maneira "fugisse" do ensino tradicional lecionado no cotidiano escolar. Ou seja, me propus a fazer uma aula mais dinâmica, não pautada apenas na transmissão de conteúdo. Os próprios dias de desenvolvimento das atividades foram atípicos, por se tratar de um período de reposição de greve. Como a escola se encontra no interior de uma unidade prisional, as reposições não poderiam ser realizadas no sábado como é feito nas escolas estaduais convencionais de Minas Gerais. Restando, assim o contraturno escolar. Nesse caso, como trabalhava no turno da tarde, teria que repor as aulas perdidas devido à greve no turno da manhã. Ficava com cada turma por um período de 4 aulas seguidas, o que significava todo o horário reservado para o turno da manhã. Por esse motivo, também se fez necessário a intenção de promover uma atividade diferente, para que não fossem aulas cansativas, mas sim que despertassem o interesse. Pensei sobretudo em uma aula para dar visibilidade às memórias e experiência dos alunos, fazer jus ao movimento de proporcionar a escuta de suas narrativas rememoradas.

A dinâmica adotada consistia em inicialmente realizar uma oração, introduzida pelos próprios alunos, em seguida, realizei uma pequena sessão de alongamentos físicos simples, para enfim entrar na atividade principal. A ideia de começar com uma oração me ocorreu após vivenciar uma atividade interdisciplinar realizada por vários professores no pátio da penitenciária. Nessa ação, os próprios estudantes que participavam pediram a voz ao final para realizar uma oração, acompanhada pelos demais detentos. Foi um momento muito forte e marcante, por isso decidi começar a atividade didática com uma oração, coordenada pelos próprios alunos.

Escolher iniciar esse exercício com uma oração, parte da perspectiva da escuta que permeia a intencionalidade da dinâmica em questão, reconhecendo o espaço da escola pública como um ambiente laico, a oração nesse caso entra como uma prática cultural comum entre as pessoas privadas de liberdade, e abrir espaço para a escuta dessa prática desenvolvida pelos próprios alunos parte de uma sensibilidade e para os estudantes entenderem que naquela aula eles seriam os protagonistas. Como foram realizadas pelos próprios estudantes, em cada turma esse movimento aconteceu de uma maneira diferente.

Após esse movimento, foram encaminhadas aos discentes uma série de figuras retratando paisagens, praias, flores, animais, e outras cenas do cotidiano. Essas ilustrações fazem parte de um conjunto de calendários produzidos pela Associação de Pintores com as Bocas e os Pés (APBP). Os meses dos calendários foram suprimidos, ficando apenas as imagens. A partir disso, foi solicitado aos alunos que escolhessem alguma ilustração e produzissem um texto sobre lembranças trazidas pelo contato com o material em questão. A atividade foi realizada em todas as turmas, rendendo ao todo um universo de trinta e duas narrativas. No final da dinâmica, os estudantes realizaram a leitura de suas produções textuais, proporcionando um dos momentos mais emocionantes e marcantes em minha trajetória docente.

Pensando a memória como parte da operação histórica constituída por uma substância essencial que ancora a aquisição da consciência da passagem do tempo, ela também é construída socialmente e historicamente pelos seres humanos, os quais vão demarcando o que deve ser lembrado e o que recai no esquecimento. É claro que toda escolha para ser lembrada como um marco histórico é fruto de seleções, buscando ressignificar certo evento ou pessoa do passado. A partir disso, considerar as operações vinculadas à dinâmica da memória em sua complexidade temporal torna-se um elemento fundamental para a formação da consciência histórica dos estudantes, esse movimento diz respeito a toda vida humana e lhe confere sentido. No caso específico da atividade aqui elucidada, busquei despertar a consciência histórica dos estudantes pautada na ideia de como a memória está intrinsecamente ligada ao processo de construção identitária.

Com a aula, minha intenção era entender de que formas as narrativas motivadas pela leitura das imagens poderiam revelar as transformações dos sujeitos em situação de privação de liberdade e o que elas diziam de suas ações no tempo, além disso esse exercício possui a intencionalidade de problematizar o tempo passado a partir das condições do presente, considerando no olhar para o pretérito sua permanente ressignificação a partir do tempo no qual se vive. Utilizar imagens também aborda a construção do ensino de História como disciplina que trabalha com a compreensão e leitura de fontes históricas, entendendo que qualquer vestígio humano pode ser uma fonte utilizada em sala de aula.

O futuro almejado, o passado rememorado, o presente encarcerado e diversas singularidades e nuances são expressas mediante uma narrativa inspirada por uma imagem. Assim, entendo a prática educacional com o ensino de História como aquele que se distancia de um campo de saber voltado para a mera descrição de fatos históricos e do passado congelado pelo tempo, circunscrito a um universo idílico em que foi acontecido, para um ensino que busca a problematização do presente, mais interessado em colocar sob suspeita as continuidades e descontinuidades no tempo. Demonstrando como o trabalho com a memória individual pode ser enriquecedor para o ensino de História, pois refaz e recria as experiências passadas entrelaçadas com a dimensão subjetiva do sujeito.

Afirmar essas questões significa me aproximar de uma perspectiva de ensino de História como saber escolar que é reinventada constantemente, como defende Ana Maria Monteiro (2011). Para a autora, “a História é reinventada a cada aula, em contextos e situações de ensino específicas” (MONTEIRO, 2011: 196), como é o caso de alunos em privação de liberdade. A aula de História é o espaço e tempo em que são colocadas em interação as características subjetivas do professor, dos alunos e da instituição, de maneira que são esses encontros que possibilitam a emergência dos saberes escolares. E se tratando de alunos vivendo inseridos em um contexto de uma penitenciária, os relatos coletados são muito marcantes, visto que possibilitam uma ressignificação do passado e, mais do que isso, um entendimento de suas condições atuais e projeção para o futuro. Justamente pensando nessas questões, foram selecionadas três narrativas para serem analisadas nesse artigo, na qual cada uma focaliza em seu texto uma dimensão da temporalidade a partir de uma memória, que agora materializada, se mantém viva.

O futuro almejado

Como já mencionado, a proposta principal da atividade era a produção de uma narrativa de memórias a partir do contato com uma ilustração escolhida pelos alunos, a maioria realizou o exercício da maneira proposta, porém, dois estudantes não quiseram escrever sobre suas memórias e como se consistia em um movimento de abrir a escuta para os alunos sem pressionar suas decisões, deixei a cargo deles escolherem o que iriam redigir e ambos produziram uma

narrativa fazendo alusão a algo que querem fazer depois de sair do sistema penitenciário, ou seja uma perspectiva de futuro, um futuro almejado. Segue abaixo a imagem escolhida pelo aluno Eduardo¹⁸² e seu texto produzido nesse esquema.



Figura 1 . Mesa e Mar. Pintura produzida pela Associação de Pintores com as Bocas e os Pés (APBP) Fonte: foto tirada pelo autor, 2022

Essa imagem vai ser de quando eu sair com minha guerreira de fé que ta comigo lado a lado nesse meu momento difícil da minha caminhada breve breve liberdade vai cantar, eu e ela vai marolar curti uma praia ranga do bom e do melhor na Paz de Deus. Saudade resume minha vida nesse momento e na mente só memórias boas da família. Tenho fé que tudo isso vai passar, e pra minha casa vou voltar e poder fazer a minha família feliz novamente. Fé Fé PJJ.

Inicialmente é importante elucidar que essa escrita e as demais que serão analisadas aqui foram transcritas na íntegra, então podem aparecer alguns erros de ortografia, concordância ou pontuação, bem como marcas de oralidade, mantive desta maneira para conservar a fidelidade do texto. Escolhi começar com essa narrativa para fazer o caminho reverso das temporalidades, iniciar observando como a perspectiva de um futuro almejado foi descrito pelo estudante, para depois examinar nos outros textos que focalizaram no passado rememorado e o presente encarcerado, e como as diversas temporalidades se cruzam em ambas as narrativas.

¹⁸² Serão utilizados nomes fictícios para referenciar os alunos autores das narrativas analisadas, por uma questão ética de preservar as identidades desses estudantes que produziram esse texto em contexto de privação de liberdade.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Interessante constatar que mesmo produzindo uma escrita sobre um futuro imaginado as dimensões de presente e passado também estão postas. O momento atual de sua vivência e na qual foi produzido o texto, é demarcado pela frase “momento difícil da minha caminhada” e logo após a palavra “liberdade” ele descreve o seu futuro almejado que se baseou a partir da escolha da imagem, o qual seria “curtir uma praia e rangar do bom e do melhor”, bastante relevante e forte como a sua perspectiva de futuro só é descrita após a palavra liberdade. O aluno ainda faz uma breve alusão ao passado relembrando de sua família, “e na mente só memórias boas da família”, pensar nessas questões é pertinente pois um aluno que optou escrever apenas sobre o futuro, perpassa, mesmo ocorrendo apenas nas entrelinhas, pelas três dimensões de temporalidades.

Outra questão notável nessa narrativa é a dimensão da fé, palavra repetida várias vezes, seja para fazer alusão a sua esposa ou namorada, “minha guerreira de fé”, ou para dimensionar a sua esperança e expectativa de futuro de sair do sistema penitenciário “tenho fé que tudo isso vai passar, e pra minha casa vou voltar e poder fazer a minha família feliz novamente”. No final de seu texto repete a palavra fé duas vezes e encerra sua escrita com a sigla PJJ, que significa Paz, Justiça e liberdade. Essa sigla é originária da facção criminosa Comando Vermelho (C.V), mas também é vinculada a outra organização criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC), porém é um termo que se popularizou entre as pessoas em privação de liberdade, então não podemos afirmar, nem é o objetivo desse trabalho, que esse aluno pertencia a algum desses grupos. Porém, é importante deixar esclarecido essa questão.

O objetivo aqui é analisar as experiências de temporalidades expressas nessa narrativa, cultivando a delicadeza de cada detalhe escrito, um dos gestos de interrupção necessário para que a experiência aconteça de fato, segundo Jorge Larossa (2002). O presente, passado e futuro são ressignificados a partir de pequenas palavras e frases, as vezes só observado nos pequenos detalhes. Muito singular também como as palavras fé e liberdade, por exemplo, possuem uma dimensão totalmente peculiar em um texto produzido dentro do cárcere. Essa escrita especificamente, possui um valor ainda mais significativo e sensível, pois o seu autor infelizmente faleceu no interior da penitenciária, um fato que reflete as condições atuais desse sistema cada vez mais precárias e como é desafiador e repleto de sensibilidades lecionar nesse contexto.

Uma narrativa que descrevia a expectativa e esperança de almejar um futuro livre, se configurou literalmente e com muito pesar, em uma memória de um futuro almejado.

O passado rememorado

Em seguida, a imagem escolhida pelo aluno Fernando e seu texto, intitulado “Lembranças da vida”, com foco em um passado remorado produzido a partir do contato com a ilustração:

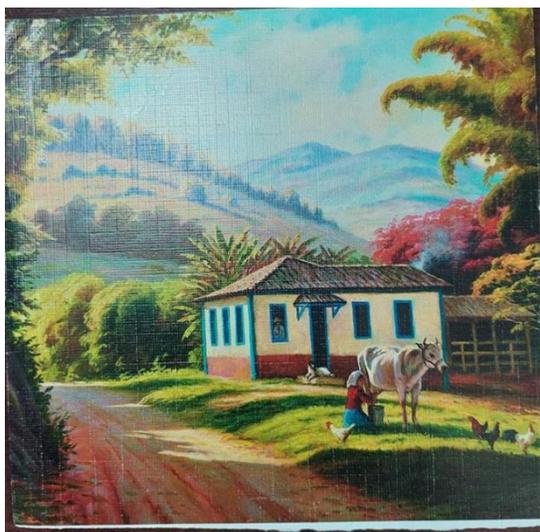


Figura 2 . Casa de Campo. Pintura produzida pela Associação de Pintores com as Bocas e os Pés (APBP) Fonte: foto tirada pelo autor, 2022

Lembranças da Vida

Olhando para essa imagem, me lembro de quando eu morava no sertão com meus avós, minha avô alimentando as galinhas, aguando as plantas fazendo queijo e eu e meu avô no curraú tirando leite das vacas colocando comida pra elas, depois nois soltava as vacas pra manga, e minha avô fazia o cuscuz, e o café pra nois merenda

Quando terminávamos de merendá, nois celava o cavalo e íamos pra roça cultivar o feijão e o milho, nois passávamos de 2 a 3 dias cultivando pra depois nois começar, a, limpar de inchada nos pés de feijão e de milho. Quando chegava no tempo de apanha feijão e quebrar o milho, todos da família ficavam muito felizes por que ia ter feijão pra comer a vontade, e milho pra fazer farinha de cuscuz, fazer pamonha e angu.

O trabalho era esforçado, e sol muito grande, mais no final todo esforço compensava por que, tinha fartura pra toda família. A noite meu avô sentava na

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

cadeira de balanço e outros na rede, ele começava a contar histórias que já tinha passado na vida mais minha avó as dificuldades que eles passaram pra poder criar os filhos e ainda eles continuam ajudando os filhos netos e bisnetos.

Hoje mim pego pensando, que quando eu morava com meus avós e minha mãe, eu era feliz e não sabia, Hoje se encontro no lugar que a saudade e minha companhia, mas deus renova minhas forças pra vence cada dia que ele nos dá.

Obrigado pelo espaço.

De acordo com o historiador Pierre Nora “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto” (NORA, 1993: 17). Nessa narrativa é possível observar, de maneira nítida, como a partir do contato com uma pintura disparou uma escrita detalhada de um passado rememorado, uma memória enraizada de suas vivências com os seus familiares no sertão, que se aflorou a partir do contato com a imagem. Como o título “lembranças da vida”, o aluno rememora o seu cotidiano com sua família, descreve de maneira minuciosa como eram feitas as plantações e a felicidade do resultado do trabalho em conjunto com os parentes.

Uma questão relevante que aparece nesse relato, é o fato narrado pelo estudante de todas as noites a família se reunir para escutar as histórias de vida de seu avô, “a noite meu avô sentava na cadeira de balanço e outros na rede, ele começava a contar histórias que já tinha passado na vida”. A prática de contar histórias de vida é uma tradição bastante comum em diversas famílias e comunidades, o qual fez sentido na vivência desse aluno, pois em sua seleção individual rememorada, fez questão de citar essa experiência comentando os mínimos detalhes, descrevendo inclusive sobre a cadeira de balanço e a rede. Essa questão se relaciona ao que aventa o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior:

A história teria, assim, mais essa função social, a de nos fazer aprender a narrar, a contar histórias, a enredar fatos, atividades humanizadoras por excelência. Aprender a contar histórias, aprender a reunir palavras em frases e, com elas, criar sentido para um outro é um passo decisivo em nosso processo de humanização; por isso todas as comunidades humanas contam histórias, narram eventos para suas crianças. (ALBUQUERQUE JÚNIOR,2012: 38)

Essa citação resume muito bem a potência dessa atividade, especialmente relacionado com esse texto, a partir do contato com uma simples imagem de calendário, o discente reuniu

palavras, criando um enredo com suas memórias e produziu uma narrativa. A partir de uma seleção interna de suas memórias, contou uma parte de sua história, lembrando como escutava histórias de seu avô. Lembranças da vida, histórias de vidas. Memórias vivas, contadas por seres humanos, o qual relembram de outras pessoas marcantes durante a trajetória de sua existência. A família aqui aparece novamente como parte central da escrita. De certa maneira se aproxima de um processo de humanização, que faz parte da função social do ensino de história e da educação, sobretudo no contexto prisional na qual a humanidade desses sujeitos é sucumbida.

Buscar a escuta ativa de discursos construídos a partir das memórias de pessoas em privação de liberdade, também faz parte de uma prática pedagógica que se alinha a uma questão fundamental no cenário educacional penitenciário, como apontado pela pesquisadora referência nos estudos sobre educação em presídios, Elenice Maria Onofre:

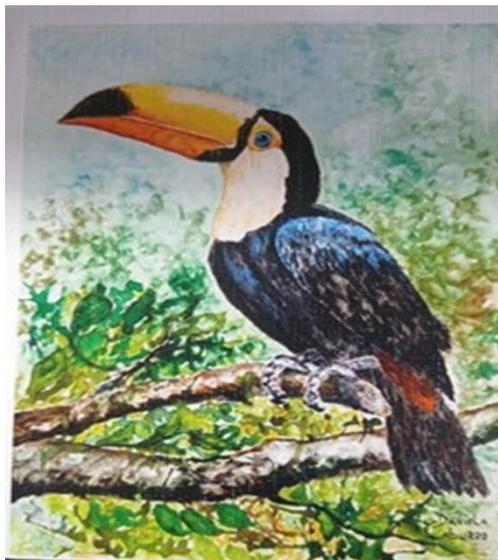
Reconhecendo que nos espaços prisionais é fundamental a escuta de pessoas que são silenciadas pelas normas do sistema penitenciário, abrir espaços para as narrativas de vida é dar-lhes oportunidade de saber-se no passado-presente em que estão atolados. É resgatar cidadania e dignidade, pois deixam de ser um número conferido com base no crime cometido ou em seu número de matrícula (ONOFRE, 2015: 250)

Nessa explanação realizada pelo aluno, com um foco especificamente em um passado rememorado, também é possível observar claramente a transição entre o pretérito e presente. Após descrever de maneira minuciosa como era a rotina na casa de seu familiares, a palavra “hoje” representa uma ruptura em sua narrativa, partindo de uma nostalgia do passado para um reconhecimento de como “era feliz e não sabia”, demarcando o presente de um lugar delimitado pela ausência de liberdade, onde “a saudade é minha companhia”. Em seguida, como na outra escrita analisada, aparece a dimensão da religião e fé relacionada de certa maneira com uma esperança de futuro, “mas deus renova minhas forças pra vence cada dia que ele nos dá”.

O estudante finaliza seu texto com um agradecimento, uma simples frase que demonstra que essa atividade foi significativa para ele, e reforça a importância de abrir espaços para a escuta das memórias de quem é considerado apenas um número, bem como se tornar uma possibilidade para que o sujeito se reconheça novamente em sua cidadania e configura o ambiente escolar como um espaço de humanização.

O presente encarcerado

Abaixo segue a imagem escolhida pelo aluno Carlos para escrever sua narrativa, que possui o título “Liberdade”:



Liberdade

Eu me lembro do tucano quando era criança, ficava viajando nas cores dele porque é muito bonito. Eu era muito afim de ter um na gaiola. Mas hoje em dia me encontro privado de liberdade, sei que é muito ruim ficar preso dar uma agonia no peito, dá até uma vontade de virar um pássaro só para sair daqui o mais rápido possível, não vejo a hora. Já estou aqui 5 anos e 7 mês, o tempo não passa 1 minuto parece 1 hora e 1 dia parece 1 ano tempo não passa de jeito nenhum. Mais é confiar em Deus que no mais ele fara. Vc ai nesse lugar a liberdade logo vai chegar saudades corta no peito sentimento que me fez chorar vc não nasceu ai onde nesse lugar...

Figura 3. Tucano, Pintura produzida pela Associação de Pintores com as Bocas e os Pés (APBP) Fonte: foto tirada pelo autor, 2022

Essa narrativa é uma das mais intensas que foram produzidas durante a atividade. A partir de uma lembrança da sua infância, no caso, achar o tucano bonito, o estudante desenvolve em seu texto um desabafo de como sente saudades da liberdade e como observa a passagem do tempo no cárcere. Muito marcante a reflexão realizada pelo aluno, afirmando que queria ter um pássaro na gaiola, mas depois que vivenciou o que é a falta de liberdade, expressa sua vontade lúdica de “virar um pássaro só para sair daqui o mais rápido possível”. Esse relato, demonstra de maneira significativa como uma visão do passado é ressignificada a partir do tempo e espaço em que se vive, nessa situação, marcado pelo presente encarcerado. Quando criança queria ter o tucano na gaiola, em sua atualidade preso ele mesmo queria se transformar em uma ave para sair voando e reconquistar o que intitula o seu texto, a liberdade. Essa palavra aparece ao final de sua escrita, ligado a uma esperança e perspectiva de futuro “vc ai nesse lugar a liberdade logo vai chegar saudades corta no peito sentimento que me fez chorar vc não nasceu ai onde nesse lugar”.

A percepção de passagem do tempo no cárcere é descrita de um modo extremamente expressivo, “já estou aqui há cinco anos e sete meses, o tempo não passa, um minuto parece uma hora e uma hora parece um ano, tempo não passa de jeito nenhum”. A frase produzida pelo estudante Carlos nos possibilita analisar como a concepção de tempo para um sujeito em privação de liberdade, construída de maneira subjetiva, é por inteiro diferente de indivíduos, os quais não vivenciam essa situação. Apesar de parecer uma questão óbvia, fica mais evidente quando narrada por uma pessoa que vive de fato esse cotidiano penitenciário.

Considerando o tempo como uma complexa construção cultural, histórica e variável, pode-se refletir como educar para a compreensão da temporalidade é sem dúvidas um dos maiores desafios do ensino de História. O tempo é uma das maiores, mais complexas e abstratas marcas dos seres humanos. Ele não é palpável – ninguém consegue fazer o tempo parar – mas mesmo assim ele orienta a vida de todos nós. E regula, principalmente, a vida das pessoas que estão privadas de liberdade.

A partir dessa narrativa, é possível observar como o movimento empírico de ficar privado de liberdade faz com que o sujeito, em sua subjetividade, construa sua própria interpretação do tempo e reconfigura sentidos, valores e ideias que possuía em seu passado.

Conclusão

Escrever sobre essas narrativas resultantes de uma prática docente é gratificante, pois quando elaborei a atividade em questão não imaginava a potência a qual seu resultado iria proporcionar, nem mesmo tinha pretensão e pensava que se tornaria um objeto de estudo e estaria aqui escrevendo sobre eles. Não tinha a noção de como essa dinâmica iria, de certa maneira, pelo menos por alguns instantes, fazer com que esses alunos, a partir do contato com uma simples pintura e através de suas memórias e imaginação, se ausentassem da temporalidade que está posta, para imaginar um futuro almejado com a “guerreira de fé” na praia, um passado rememorado do cotidiano com a família no sertão ou uma ressignificação da passagem do tempo e liberdade a partir do presente encarcerado. Esse movimento se aproxima do que seria uma das funções da História segundo Durval Albuquerque:

A história serve para que possamos realizar, no plano do conhecimento, do pensamento, do imaginário, da memória, aquilo que não podemos fazer no plano da realidade e da empiria: sair do presente, ausentar-nos desta temporalidade que nos cerca, olhar este tempo de fora e ter com ele uma relação de distanciamento, de estranhamento, ter, dele, uma visão perspectiva. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012: 30)

A partir das leituras das narrativas é possível identificar como um olhar perspectivo sobre o presente aparecem em todas as escritas, marcado apenas pela dimensão da palavra saudade, como aparecem nas duas primeiras escritas analisadas, “saudade resume minha vida nesse momento” e “encontro no lugar que a saudade e minha companhia”. Ou, a partir de uma definição da passagem do tempo na prisão e ressignificação de ter um tucano na gaiola a partir da empiria da ausência de liberdade. Mesmo focando em uma temporalidade específica na tessitura de seus

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

textos, as diversas temporalidades aparecem de alguma maneira em ambos, sobretudo a marca do presente.

Porém, as percepções das diversas dimensões do tempo expressas nas narrativas analisadas e demais produzidas nessa atividade, são sempre singulares e subjetivas, mesmo apresentando pontos em comum. Pois, “se a vivência, se a experiência da historicidade, da temporalidade, só pode ser individual, os sentidos que atuam na história também partem dos indivíduos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012: 36) no caso desses discursos, construíram sentidos a partir de suas memórias e experiências anteriores, e principalmente pelo espaço e condições em que foram produzidas. Como cita Durval Albuquerque Júnior:

Mas esses sentidos nunca são dados, eles são sempre uma construção social, porque, quando o indivíduo define seus objetivos, define que sentido que dar a sua existência e o faz dentro de condições sociais e culturais dadas. Os indivíduos fazem e inventam escolhas, mas sempre a partir de limites e possibilidades estabelecidos pela ordem social. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012: 36)

As condições e ordem social estabelecida no sistema prisional limita diversas possibilidades de transformação, mas por meio das aulas de histórias e do trabalho com as memórias individuais, podemos tentar driblar esses limites postos pelas grades. Pois, “a memória pode aprisionar, mas, às vezes, torna-se o lugar das possibilidades de resistências e transgressões” (MONTEIRO, 2007: 27).

A produção de memórias individuais afloradas por uma imagem, como possibilidade didática, sua escuta e análise como formas de buscar identificar as percepções de temporalidades e configurações de sentidos que são construídas por sujeitos em privação de liberdade. Acredito que isso resume o que pretendo com a escrita deste artigo. De acordo com Durval:

O historiador desfaz as memórias e as refaz usando o aparato conceitual aprendido em sua formação. As memórias são desfeitas para serem refeitas

no discurso do historiador, discurso conceitual, competente e legitimado socialmente para violar as memórias e fazê-las falar, muitas vezes aquilo que não quiseram dizer, pelo menos, conscientemente. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012: 37)

Na citação acima, o historiador Durval Albuquerque realiza essa reflexão a respeito das memórias históricas, mas acredito que também podemos relacionar as análises aqui realizadas das memórias individuais escritas em contexto de privação de liberdade, pois nesse ofício é possível observar vários traços das múltiplas temporalidades nas entrelinhas, em pequenas palavras como saúde. Esse vocábulo inclusive, faz parte dos dois termos que apareceram em ambas narrativas aqui apresentadas, a outra palavra é Deus, representando o forte aspecto da fé nesse ambiente.

Mas em minha abordagem, acredito que as memórias produzidas não são violadas, mas simplesmente interpretadas e analisadas, com todo o respeito e sensibilidade necessária, a fim de identificar as questões já citadas. Reiterando, que esse movimento não dá voz aos alunos, e sim, escuta. Proporciona a visibilidade de suas narrativas. A escrita desse artigo, busca também incentivar novas didáticas e abordagens com o as memórias individuais no ensino de História em qualquer ambiente escolar, e incentivar uma reflexão a todos os leitores, acerca de educar nossos olhares para enxergar essas pessoas, simplesmente como pessoas. Seres mutáveis e imperfeitos, como todos nós. Desse modo, evitar a “constituição de um julgamento social sob um julgamento penal” (MAYER, 2013: 47).

Dedico a escrita desse trabalho a todos os alunos que tive a oportunidade de lecionar durante minha trajetória na escola do sistema penitenciário. E em memória dos que infelizmente faleceram durante a sua pena. As memórias permanecem vivas.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?** In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice;

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

REZNIK, Luís, MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 65°. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JULIÃO, E. F. **Escola na ou da prisão**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 36, nº98, p. 25-42, 2016

JULIÃO, E. F. **Sistema penitenciário brasileiro**: política de execução penal. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

LARROSA BONDÍA, J. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, n. 19, pág. 20–28, 2002.

MAEYER, M. D. **A educação na prisão não é uma mera atividade**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.38, n.1, p.33-49, jan./mar. 2013

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa PENNA, Fernando de Araújo. **Ensino de história: saberes em lugar de fronteira**. Educ. Real. [online]. 2011, vol.36, n.01, pp.191-211

MONTEIRO, A. M. **Ensino de História**: entre história e memória. História e Educação: territórios em convergência. Vitória, v. 1, 2007.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: A Problemática dos Lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História. São Paulo, 1993.

ONOFRE, E. M. C. **A educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade** Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago, 2015

O QUÃO INDÍGENA É A REVOLUÇÃO FRANCESA?

Rhayla Giovana dos Reis Silva¹⁸³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo demonstrar a criação de uma narrativa histórica escolar possível e mais plural para o ensino do conteúdo da Revolução Francesa, com uma abordagem que foge do convencional ao propor o questionamento “O quão indígena é a Revolução Francesa?”. Num misto de estranhamento e curiosidade, tal indagação, que tem papel de ser o cerne da narrativa construída, visa provocar nos alunos uma aprendizagem mais ética e alicerçada em um olhar que pluraliza os sujeitos que protagonizam a História, fazendo com que os discentes aprendam a problematizar as tramas singulares ofertadas e consigam enxergar nelas aqueles que propositalmente foram silenciados, excluídos e esquecidos.

Palavras-chave: Revolução Francesa; Indígenas; Teoria da Bondade Natural; Problematização; Narrativas Plurais.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate the creation of a possible and more plural school historical narrative for teaching the content of the French Revolution, with an approach that deviates from the conventional by proposing the question “How indigenous is the French Revolution?”. In a mix of estrangement and curiosity, such a question, which serves as the core of the constructed narrative, aims to provoke in students a more ethical learning based on a perspective that pluralizes the subjects who star in History, making students learn to problematize the unique plots offered and be able to see in them those who were purposefully silenced, excluded and forgotten.

Keywords: French Revolution; Indigenous; Natural Goodness Theory; Problematization; Plural Narratives.

¹⁸³ Graduanda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: rhaylareis@outlook.com

Introdução

O presente artigo busca realizar a construção de uma narrativa histórica escolar que desloca a perspectiva com que se estuda a História da Revolução Francesa e a História Local de Juiz de Fora produzindo uma História mais plural e que dá protagonismo aos indígenas, não apenas incluindo esses sujeitos na narrativa, mas dando a eles seu lugar de destaque tão negado e silenciado ao longo dos séculos na historiografia. A proposta pensa nas questões do ensino de história ao investir em uma concepção que abarca o arcabouço teórico de diversos autores que refletem sobre este campo de pesquisa, como Nilton Pereira, Jorge Larrossa, Anderson Ferrari, Marcus Martins e dentre outros, buscando construir um ensino de história que hesite diante da trama eurocêntrica que se consolidou e pense numa narrativa que desloque o olhar desses discentes gerando uma aprendizagem mais ética e que demove esses alunos, levando-os a problematizar a História pouco plural e questionar aonde estão os seus excluídos, trazendo-os de volta para o centro dos debates.

Com uma abordagem que gera estranhamento e que pensa uma ligação pouco convencional, o questionamento "O quão indígena é a Revolução Francesa?" levará as discussões para uma viagem entre diversas temporalidades, num vai e vem entre os séculos, e sutilmente criará uma ponte que liga os indígenas e o movimento revolucionário francês, pensando as questões da experiência da França Antártida e seus desdobramentos, as implicações implícitas na Teoria da Bondade Natural, que se espelha em uma visão reducionista e preconceituosa desses povos, buscando sensibilizar o passado ao analisar dimensões de violência e resistência referente indígenas e revolucionários franceses, que se efetivam em medidas bastante distantes, já que os indígenas resistem a uma violência que ameaça a própria vida e não apenas a supressão de alguns direitos como no caso francês, e, por fim, esse questionamento leva a uma triste constatação de que é mais fácil enxergar o indígena na história europeia do que na narrativa hegemônica da história local de um município brasileiro como Juiz de Fora, investindo também em propor uma nova maneira de pluralizar essa história da cidade.

Portanto, esse é um trabalho que objetiva produzir resistências a partir de uma História outra que transforma os indígenas em protagonistas da narrativa que se quer construir no ensino de

história, combatendo as exclusões que esses povos tradicionalmente sofreram na produção historiográfica, e gerando nos alunos a dimensão axiológica de respeito aos povos originários, ensinando-os a problematizar e questionar as tramas eurocêntricas que se impõe, investindo em uma aprendizagem mais ética para esses sujeitos.

Entre o Arcabouço Teórico e as Aprendizagens Desejadas

Para a construção dessa narrativa histórica escolar alicerçada na produção de uma História mais plural da Revolução Francesa, é imprescindível refletir sobre as aprendizagens que se busca provocar nos alunos com essa mobilização, aprendizagens essas que estão apoiadas em um amplo arcabouço teórico de autores como Nilton Pereira, Gabriel Torelly, Jorge Larrossa Bondía, Fernando Seffner, Saidya Hartman, Durval Albuquerque Júnior, Anderson Ferrari, Carolina Cubas e entre outros, que, mesmo com diferentes argumentações, comungam da ideia de que aprender deve ir muito além de um mero acúmulo de conteúdos, e que, os temas trabalhados devem ser não o fim das aulas de História, mas o meio pelo qual as reflexões são promovidas, buscando sempre possibilitar que os discentes saiam da escola não apenas possuindo conhecimentos históricos, mas também aprendendo a problematizar a realidade que os cerca, tendo a capacidade de pluralizar narrativas e de se reconhecer nelas a partir dos sujeitos que devem estar presentes, isso porque, a construção docente dessas narrativas deve pensar na produção de identificações a partir das tramas ensinadas, combatendo as exclusões que permearam a historiografia por tantos séculos, tecendo uma trama que abarca protagonistas outros que estavam invisibilizados, permitindo com que mais alunos se enxerguem na História que está sendo ensinada.

Como não é possível falar da disciplina histórica sem perder de vista a centralidade do tempo, será proposto também uma temporalidade sem destino definido, as aulas podem avançar ou voltar no tempo, fazendo os alunos compreenderem que o passado não está fechado em si mesmo, e que o tempo histórico não precisa seguir uma lógica linear e progressiva, é possível imaginar outros pretéritos possíveis e traçar um destino de recuos e avanços no tempo, portanto, nessa narrativa histórica escolar há um “vai e vem” nos séculos, pois o objetivo foi propor, tal como sugere Albuquerque Júnior, uma viagem entre temporalidades e cada aula é uma estação que o “trem da História” para, e esse destino pode ser sair do século XVIII e retroceder para séculos

anteriores ou avançar para épocas posteriores, chegando inclusive no presente, no hoje. Por fim, essas mobilizações de temporalidades visam fazer com que os alunos aprendam que há várias formas de se relacionar com o tempo, que a História não precisa de seguir uma ordem cronológica, e, principalmente, o intuito é fazer com que os discentes compreendam que o passado não está fechado em si mesmo, e o objetivo da aula de História é também o de imaginar outros passados possíveis, fazendo o uso ético da imaginação (PEREIRA, 2020) produzindo narrativas mais plurais, que dê agência e protagonismo aos atores historicamente excluídos.

Além disso, como já exposto, o objetivo foi tornar os conteúdos o meio para que o debate entre os sujeitos da sala de aula se desenvolva, assim, a narrativa pensada visa estimular os alunos a expor suas respostas singulares (BIESTA, 2017), sua imaginação em relação a passados possíveis (PEREIRA, 2020), suas experiências a partir do contato desses conteúdos (BONDÍA, 2002), e suas refigurações narrativas (MARTINS, 2020) a partir dessas discussões que visam se afastar de um passado frio e distante, transformando-o em sensível (PEREIRA, SEFFNER, 2018) e capaz de afetar, seja pelo estranhamento ou pela familiaridade, já que, é justamente “pelo incremento da distância entre “realidade” e “conteúdo” que se aprende” (PEREIRA; TORELLY, 2020, p.759), ademais, objetiva-se articular uma narrativa predominante europeia para pluralizar seus sujeitos, movimento que compreende o exercício ético de hesitar (PEREIRA, 2021) diante de narrativas narcísicas (PEREIRA; TORELLY, 2020), quebrando esse espelho narcísico e aprendendo com seu estilhaço, até porque, a mobilização de cada peça que compõe essa narrativa histórica escolar proposta tem como intuito desconstruir os pilares da trama eurocêntrica da Revolução Francesa e demonstrar como há também nela uma visão que inferioriza os povos originários do Brasil, ligação essa que é aparentemente improvável, mas que infelizmente existe, assim, os alunos estão aprendendo com os estilhaços de uma trama singular, usando ela para acabar com ela mesma (HARTMAN, 2020), fazendo o uso de elementos que não apenas tornam os indígenas protagonistas, mas demonstram o quão nociva foi a violência física e epistemológica que eles sofreram, mas mesmo diante disso, não cessaram de resistir.

Busco usar uma metodologia semelhante a que Hartman propõe ao apontar a necessidade de usar a “trama para acabar com ela”(HARTMAN, 2020) e de aprender com seu estilhaço (PEREIRA; TORELLY, 2020), assim, proponho o amplo conhecimento sobre a narrativa

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

eurocêntrica da Revolução Francesa para, a partir disso, acabar com essa trama narcísica ao inserir uma perspectiva plural, que traz os indígenas como protagonistas, fazendo uso da problematização de pensar o quão indígena esse movimento pode ter sido. O objetivo geral dessas mobilizações propostas é afetar, gerar sensibilidade (PEREIRA; SEFFNER, 2018), marcar (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016) e provocar experiências nesses alunos (BONDÍA, 2002), fazendo com que eles se relacionem com os conteúdos ensinados, com eles mesmos e com os outros (BARBOSA; GABRIEL; MARTINS, 2020), sendo capazes de deslocar suas perspectivas na construção de uma aprendizagem mais ética que abre espaço para que grupos ausentes nas narrativas ensinadas e aprendidas se tornem presença nelas.

Portanto, o sentido de aprendizagem que desejo investir vai além do mero acúmulo de conteúdos, o objetivo é que os alunos se relacionem com os conhecimentos que entrarão em contato e, sobretudo, a intenção é que as mobilizações feitas sejam capazes de afetar e atravessar esses alunos, gerando uma aprendizagem da experiência (BONDÍA, 2002) nesses discentes, assim, não estarei abrindo mão dos conteúdos, mas eles serão o meio da aula e não o seu centro e fim, é a partir deles que os alunos devem desenvolver a capacidade de sensibilizar o passado (PEREIRA, SEFFNER, 2018) e de problematizar e hesitar (PEREIRA, 2021) diante de narrativas pouco plurais, trazendo aqueles que foram excluídos para o protagonismo da trama. Além disso, os alunos serão estimulados o tempo todo a elaborarem e a expressarem suas respostas únicas em relação aos conteúdos, incitando uma aprendizagem como criação e invenção, investindo na expressão das formulações únicas e singulares de cada discente. (BIESTA, 2017, apud BARBOSA; GABRIEL; MARTINS, 2020). Também é esperado que os alunos desenvolvam a capacidade de problematização e de questionar o passado e a narrativa ensinada, já que haverá o uso da aula de história como “aula de pergunta” (FERRARI, 2022), ademais, há o investimento em uma narrativa que marca os alunos, pois leva-os ao contato com o que lhe é pouco familiar (PEREIRA, TORELLY, 2020), os leva a refletir, e, demove esses sujeitos, portanto, a aprendizagem esperada também é aquela que provoca marcas nesses alunos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016), expostos a uma História que corta feito estilete (CUBAS, 2018), pois os coloca em contato com a dimensão violenta em que os povos indígenas foram submetidos, dimensão essa que fica ainda mais evidente quando comparada ao tipo de violência presente na Revolução Francesa, mas, ao se sensibilizar

com essas violências, eles passam a enxergar a importância da resistência desses povos, e compreendem que escrever uma História que devolve o protagonismo negado a esses sujeitos é também uma forma de resistir, e, por fim, a aprendizagem que desejo, segundo as palavras de Nilton Pereira e Fernando Seffner, é uma aprendizagem que mostra que

não se trata apenas de “reconhecer” que o outro é diferente, e “aceitar” que ele seja incluído. Trata-se de realizar um movimento de forte alcance pedagógico, de colocar-se na posição do outro e aceitar modificações na sua própria posição tendo em vista a existência do outro. (PEREIRA, SEFFNER, 2018, p.29).

A Narrativa Histórica Escolar: O Quão Indígena é a Revolução Francesa?

O caminho da construção dessa narrativa histórica escolar que pensa o quão indígena a Revolução Francesa pode ser tem seu cerne em quatro pontos: o conhecimento do movimento revolucionário francês e a composição de seu ideário, com destaque a Rousseau, a compreensão das viagens indígenas para a França a partir do episódio da França Antártida, as implicações da Teoria da Bondade Natural de Rousseau e sua influência na Revolução Francesa, seguindo a tese de Afonso Franco, e, por fim, a comparação entre o movimento revolucionário francês e a história de um município brasileiro (Juiz de Fora), demonstrando como, muitas vezes, é mais fácil enxergar o indígena em uma história europeia do que na de uma cidade do Brasil. Esse caminho a ser trilhado nessa narrativa responde o questionamento que a nomeia, e promove nos discentes intensas reflexões e um grande estímulo a problematização e até mesmo, a curiosidade, pois cria relações entre conteúdos históricos que são aparentemente inimagináveis e, a primeira vista, parecem ser até mesmo, impossíveis, mas se concretizam e demonstram que, é possível tornar os sujeitos historicamente excluídos protagonistas em qualquer tema histórico, e são justamente essas conexões improváveis que fomentam as maiores aprendizagens da experiência (BONDÍA, 2005) nesses alunos.

Para começar a tecer essa trama, se faz necessário uma ampla exposição do movimento revolucionário francês que eclode em 1789 e de suas bases intelectuais que contemplam em grande parte o pensamento de Rousseau, compreendendo também os principais antecedentes e eventos que marcam esse processo histórico, bem como suas fases e consequências, assim, essa mobilização se faz necessária, pois o objetivo é usar a trama para acabar com ela (HARTMAN, 2020) e gerar uma

aprendizagem a partir do estilhaço do espelho narcísico (PEREIRA, TORELLY, 2020), por isso, a narrativa sob a perspectiva europeia da Revolução Francesa deve ser ensinada, pois é apenas a partir de seu conhecimento pleno, que se consegue questionar onde estavam os outros atores históricos excluídos dessa História e se consegue perceber os protagonistas invisibilizados para acabar com essa narrativa a partir das lacunas que ela possui, pluralizando-a, ademais, nessa primeira peça da trama em construção, já é importante introduzir o questionamento o quão indígena é a revolução francesa e permitir que os alunos comecem a pensar nessa questão e a problematizá-la, tentar criar conexões que a respondam, pois assim, a trama já está sendo usada para acabar com ela ao ensinar os alunos a submeter esse conteúdo a um outro olhar.

Para começar a construir a ponte que liga o movimento revolucionário francês ao indígena brasileiro é necessário falar das invasões francesas no Brasil e do momento da França Antártida, pensando a resistência que houve a essa colonização, e também refletir sobre as viagens forçadas de nativos brasileiros para esse país europeu, explicitando como os franceses se relacionavam com os indígenas na colônia (Mito do Bom Francês) e na França (Episódio da Festa de Ruão) e também refletir sobre o quão violento foi esse processo de retirar os indígenas de suas terras e levá-los para a Europa, e, por fim, para encaminhar a conexão proposta, o samba enredo de 1994 “Catarina de Médicis Na Corte Dos Tupinambôs e Tabajeres” da Imperatriz Leopoldinense traz uma contribuição importante. A partir da análise do episódio da França Antártida, que deve ser contextualizado, o objetivo deve ser problematizar a defesa de que os franceses, em sua experiência de colonização no Brasil, estabeleceram uma relação mais amistosas com os povos indígenas, até porque, toda colonização é violenta, além disso, os nativos chegaram a se rebelar contra essa dominação, como na Revolta Tupinambá de 1556, o que demonstra que esses povos eram atores históricos que possuíam sim agência, desconstruindo a visão de que eles eram seres pacíficos, inocentes e que apenas aceitavam ser dominados, sem resistir, ademais, ao mobilizar as viagens indígenas para a França, o objetivo é problematizar o quanto essa prática era nociva para a cultura nativa, porque além desses povos serem dominados e perderem todos os seus direitos e territórios, alguns indígenas ainda eram retirados de seu país e levados para outro com uma organização urbana, um clima e uma cultura completamente diferentes da sua, o que impedia e/ou dificultava que eles reverberassem seus costumes, e o pior nisso tudo é que, os indígenas que viviam na França

eram apresentados aos grandes monarcas como peças exóticas, para serem exibidos e realizarem teatros, como é o caso da “Festa de Ruão” exposta no samba enredo da Imperatriz Leopoldinense, em que Tupinambôs e Tabajeres fazem um teatro para Catarina de Médici e Henrique II, com tudo isso, é possível permitir que os alunos entendam o quão violento foi retirar os indígenas do Brasil e levá-los para a França para figurarem teatros de suas culturas, que soavam para os europeus como símbolo de inocência, deslegitimando o verdadeiro sentido da cosmovisão desses povos, além disso, para incentivar ainda mais a reflexão dos discentes, a ideia é dar destaque ao seguinte trecho do samba enredo da Imperatriz Leopoldinense “Na França o bom selvagem, deu tom de igualdade, Fraternité, libérté”, pois é ele que dá pistas sobre o quão indígena a Revolução Francesa pode ser.

Respondendo o questionamento, a narrativa histórica escolar que está sendo construída deve utilizar a tese de Afonso Franco no livro “O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural”, retomando o pensamento de Rousseau e pensando a Teoria da Bondade Natural como sendo inspirada em uma imagem pejorativa do indígena brasileiro, problematizando o encontro entre esses dois temas e a imagem desses povos originários que inspirou essa teoria. Em síntese, a tese da obra de Afonso Franco supõe que, a teoria da Bondade Natural, presente no Pensamento de Rousseau, que defende que o homem nasce bom e é a sociedade que o corrompe, foi inspirada na imagem idealizada que se criou do indígena brasileiro, e essas ideias influenciaram o lema e o ideário da Revolução Francesa, que busca romper com o Estado, que seria o que corromperia essa sociedade, inclusive, esse livro de Afonso Franco é passível de muitas problematizações, pois o autor tem uma visão evolucionista e vê as viagens de nativos não como forçadas mas como amigáveis convites, porém, a sua tese central nos dá a base que responde o quão indígena é a Revolução Francesa, que representa um encontro triste (PEREIRA, 2020) entre os povos nativos do Brasil e a França, isso porque a Teoria da Bondade Natural se baseia em uma imagem idealizada e pejorativa dos indígenas, que os coloca como seres inocentes e incapazes de reação, retira deles a sua agência e o vigor de sua cultura, assim, essa é a visão que queremos combater desses povos, buscando mostrar justamente ao contrário, valorizando suas cosmovisões e mostrando que eles agiam na sociedade em que viviam. Além disso, há a defesa de que o lema da Revolução, “Liberdade, igualdade e fraternidade”, teria suas raízes também nessa Bondade Natural inspirada na visão eurocêntrica que se tinha sobre os indígenas, que eram “sem

fê, sem lei e sem rei”, essa argumentação inclusive aparece no samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense.

Assim, acreditando que é possível fazer essa conexão entre indígenas brasileiros e a Revolução Francesa, tendo em vista que o pensamento desenvolvido por Rousseau exerceu certa influência nesse movimento, percebemos que a ligação entre esses dois elementos se consolida como reforçadora de uma concepção que deve ser rompida, que é a da imagem de um indígena inocente e sem agência na sociedade, representando o estado natural e a bondade do ser humano, e é essa problematização que deve ser feita com os alunos a partir das exposições propostas. Além disso, a compreensão dessa imagem estereotipada e reducionista do indígena presente no ideário que fundamenta a Revolução Francesa, que associa os nativos a inocência e retira toda a sua agência, introduz muito bem as noções de resistência e violência, sendo potente refletir como essas dimensões são diferentes entre franceses e indígenas, pois os franceses estão resistindo a uma violência estatal que para eles usurpa ou limita seus direitos de participação política, enquanto isso, os indígenas resistem a uma violência colonial, que é tão forte que retira deles não apenas seus direitos, mas sua humanidade, é uma resistência a uma violência que os ameaça não só na “constituição”, mas é um risco efetivo as suas próprias vidas e culturas, ademais, o pensamento de Rousseau da bondade natural do homem, que entende que o homem seria bom, mas corrompido pela sociedade, que influenciou em partes o ideário da Revolução Francesa, é fruto de uma concepção reducionista e violenta da imagem do indígena brasileiro, pois o reduz a um ser pacífico, inocente e sem agência, e, nesse sentido, é preciso pensar que o pensamento que fundamenta a resistência da Revolução Francesa se baseia numa perspectiva violenta em relação a cultura e imagem do indígena brasileiro.

Por fim, para dar um fechamento provisório a essa narrativa histórica escolar em construção, é interessante pensar comparativamente a trama de o quão indígena é a Revolução Francesa e o quão indígena pode ser a história do município de Juiz de Fora, e, essa reflexão, nos leva a triste constatação que, infelizmente, nesse caso, é mais fácil enxergar os nativos brasileiros em uma narrativa europeia do que na história local de uma cidade do Brasil, isso porque, enquanto na primeira narrativa os nativos aparecem também em forma de silenciamentos, com uma imagem pejorativa desses povos, na narrativa da História Local é possível notar um apagamento quase que

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

completo dos indígenas, o que demonstra que, em Juiz de Fora, que se pretendia a “Manchester Mineira”, tendo fortes intuítos em consolidar um passado branco, europeu, o projeto de esquecimento e invisibilização da história dos povos indígenas na cidade, lamentavelmente, deu certo, e se consolidou uma História das Ausências desses povos no município, que estão invisíveis inclusive nos patrimônios históricos. Pensando em tornar presença as ausências indígenas, uma das formas potentes de pluralizar essa História Local é trabalhar a História do Caminho Novo, deslocando o protagonismo dessa narrativa para os nativos, já que, a perspectiva tradicional defende que o Caminho Novo seria resultado dos esforços de paulistas e portugueses, que para desbravarem os sertões mineiros tiveram que matar muitos nativos, no entanto, muitos contaram com a ajuda dos conhecimentos indígenas sobre a região para conhece-la, e a principal defesa que deve ser exposta aos alunos é que o Caminho Novo era uma rota indígena milenar, “não sendo, portanto, propriamente construído, mas sim conquistado pelos colonizadores paulistas e portugueses”(VENÂNCIO, p.181), ou melhor, não foi conquistado, mas brutalmente colonizado, assim, as malhas viárias indígenas foram fundamentais para a ocupação de Minas Gerais, e os colonizadores usurparam essas rotas desses povos, se apropriando delas, porém, essa não é uma perspectiva ensinada na História Local, e como o intuito é trazer os indígenas para o centro da narrativa histórica juiz-forana, é preciso trabalhar essa perspectiva que afirma que:

Não é absurdo supor, portanto, que a utilização da referida rota teve de superar a resistência indígena. Por isso mesmo podemos afirmar que os colonizadores, para conseguirem atingir o local, tiveram que construir primeiramente uma estrada de sangue, uma estrada de guerra e de dominação de etnias que há muito habitavam Minas Gerais. (VENÂNCIO, p.189).

Portanto, essa seria uma proposta de construção de uma narrativa histórica escolar que pluraliza o conteúdo histórico da Revolução Francesa, evocando outros sujeitos e possibilitando que os alunos notem que essa conexão é possível e é marcada por uma visão extremamente violenta e pejorativa desses povos indígenas, percebendo que a resistência do movimento revolucionário francês, em certa medida, se fundamenta numa visão dos nativos que queremos combater, pois esses povos souberam resistir bravamente as violências físicas e epistemológicas que foram submetidos ao longo dos séculos e, mais do que isso, foram tão bem-sucedidos nessa resistência que até os dias atuais seguem reverberando a beleza de suas culturas. Ademais, com o caminho proposto para tecer essa trama, foi possível que os discentes não apenas aprendessem o que foi a

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Revolução Francesa, mas também retrocedessem nos séculos e pensassem nas possíveis pontes que ligariam esse movimento ao indígena, conhecendo o episódio da França Antártida e das forçadas viagens indígenas ao país, que, inclusive, serviram para reforçar uma imagem que associa os nativos a inocência e a passividade, a uma bondade natural, pois na encenação feita a Catarina de Médici e a Henrique II foi justamente essa visão que foi reforçada, num episódio violento que retirava a potência e o verdadeiro sentido da cultura nativa, assim, a partir desses episódios, passou a ser reforçada essa imagem estereotipada e violenta do indígena brasileiro que daria as bases para a Teoria da Bondade Natural, logo, com essa abordagem pouco convencional, os alunos conseguem ser afetados por essas mobilizações, e estimulados a problematizar narrativas pouco plurais, e também pluralizá-las.

Conclusão

Pode-se concluir, portanto, que no presente artigo, a partir do questionamento “O quão indígena é a Revolução Francesa?”, ficou explícito que com uma abordagem fora do convencional, que gera estranhamento e que é, a primeira vista, improvável, foi possível pluralizar o ensino do conteúdo histórico da Revolução Francesa, dando protagonismo ao indígena em um tema que aparentemente não seria possível inseri-lo, e, nesse encontro inimaginável, ainda foi possível problematizar uma visão pejorativa dos povos nativos que vigorou durante muitos séculos, associando esses povos a inocência e a uma bondade natural, retirando-lhes sua agência, e, ao conhecer essa visão, é possível buscar combatê-la, recuperando toda a resistência realizada pelos indígenas, resistência essa que, mesmo em meio a muito sangue derramado e muitas violências físicas e epistemológicas, foi extremamente bem-sucedida e denota a participação ativa desses sujeitos na História, pois foi o seu constante e incansável resistir que os trouxeram até o presente. Além disso, essa mobilização sugerida na construção da narrativa histórica escolar proposta é capaz de afetar os alunos, de colocá-los em contato com o estranhamento e o não familiar como potência de aprendizagem, incentivando-os a curiosidade, ao questionamento e a problematização, fazendo-os compreender muito além dos conteúdos, ensinando os discentes a pluralizar narrativas singulares, produzindo experiências (BONDÍA, 2005) durante a aprendizagem e, sobretudo, transformando as ausências na história em presenças e os esquecimentos em memórias que devem

passar a ser lembradas, preenchendo as lacunas das exclusões da historiografia com o protagonismo daqueles que por séculos foram invisibilizados.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História. In: Carmen Teresa Gabriel, Ana Maria Monteiro e Marcus Leonardo Bomfim Martins(Orgs). Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. (p. 21-42).

BITTENCOURT, Libertad. Um ensaio sobre a alteridade – o índio brasileiro: da teoria da bondade natural à denegação. Periódicos UFJF, 2011. Disponível em:<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20331/22425>>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

BITTENCOURT, Libertad. Resenha sobre o Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Revistas UFG, 2001. Disponível em:<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiB8uX1rM3_AhXxCNQKHR3WCeIQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.ufg.br%2Fhistoria%2Farticle%2Fdownload%2F10538%2F7008%2F40774&usg=AOvVaw31FhnDDmBhEaTaYGJqH9ee&opi=89978449>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, jan./abr., 2002.

CUBAS, Caroline Jaques. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História. Revista História Hoje, v. 11, nº 22, p. 15-32 – 2022.

FERNANDES, Cláudio. "Índios tupinambás na França do século XVI"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/Indios-tupinambas-na-franca-seculo-xvi.htm>. Acesso em 9 de jun. de 2023.

FERRARI, Anderson. “[...] História é aula de pergunta”: a problematização no ensino de história. Anos 90, Porto Alegre, v. 29 – e2022002 – 2022.

FREIRE, José Ribamar. Os índios e a queda da Bastilha. Racismo ambiental, 2016. Disponível em:< <https://racismoambiental.net.br/2016/02/27/os-indios-e-a-queda-da-bastilha-por-jose-ribamar-bessa-freire/>>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

GABRIEL, Carmen Teresa; PEREIRA, Nilton Mullet. Aprendizagem histórica: relação com o conhecimento, afetos e sensibilidades. Mesa #02 do I Ciclo Virtual de Debates do Profhistória, realizada no dia 19 de Maio de 2020

GUERRA, Rogério. O índio Brasileiro e a Revolução Francesa. Periódicos UFSC, 2010. Disponível em:< https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiLpcmFr83_AhWPqpUCHf_wCB0QFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Frevistacfh%2Farticle%2Fdownload%2F14585%2F13340&usg=AOvVaw1sM20BEMSFEGPu2FSI3Omk&opi=89978449>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. Revista Eco pós, 2020.

IMPERATRIZ Leopoldinense. Galeria do Samba. Disponível em:< <https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/imperatriz-leopoldinense/1994/>>. Acesso em: 9 de jun. de 2023.

INDÍGENAS do Brasil na outra margem do Atlântico: um olhar para além da detração. ANPHU, 2016. Disponível em:< http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477702195_ARQUIVO_TextoANPUHFSAIndigenasdoBrasilnaoutramargemdoAtlantico.pdf>. Acesso em: 9 de jun. de 2023.

LIMA, José Roberto. O Índio e a Inconfidência Mineira. Hoje em Dia, 2023. Disponível em:< <https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/jose-roberto-lima/o-indio-e-a-inconfidencia-mineira-1.957877>>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

LUSTOSA, Isabel. Resenha O índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural. Periódicos UFSC, 2017. Disponível em:< https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwik9quArs3_AhXCqpUCHbMFDdkQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Frevistacfh%2Farticle%2Fdownload%2F14585%2F13340>

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

cos.ufsc.br%2Findex.php%2Femtese%2Farticle%2Fdownload%2F1806-5023.2017v14n1p196%2F34562%2F173720&usg=AOvVaw0el-c6xEkVrqJyCAV-pTDr&opi=89978449>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Avaliação democrática das aprendizagens históricas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.36, 2020. (p. 1-18).

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; BARBOSA, Alexandre Rodrigues de Frias; GABRIEL, Carmen Teresa. Refigurações narrativas discentes nas aulas de História: reflexões sobre aprendizagens dessa disciplina escolar. *Revista História Hoje*, vol. 9, nº 18, p. 145-169, 2020.

MOUREAU, François. O Brasil das Luzes Francesas. SCIELO, 1999. Disponível em:<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj3fWbsM3_AhVHpZUCHWtWAEwQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Ffea%2Fa%2FDvhdMqTWtCM8gStmhTbkJGG%2F%3Flang%3Dpt%26format%3Dpdf&usg=AOvVaw0H6B3Y7Hdq9ZZRINzR-Ndi&opi=89978449>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

PEREIRA, Ana Carolina. QUE OBJETIVIDADE PARA A CIÊNCIA DA HISTÓRIA? O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa à luz da teoria da história, de Rüsen a Hayden White. Repositório UNB, 2007. Disponível em:<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1076/1/Dissertacao_2007_AnaCarolinaBarbosa.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, vol. 7, nº 13, p. 14-33, 2018.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90 (UFRGS. Impresso)*, v. 15, (p. 113-128), 2008.

PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode a imaginação na aprendizagem histórica? *CLIO (RECIFE)*, v. 38, p. 48, 2020.

PEREIRA, Nilton Mullet. O tempo multiplicado: não há ética no ensino de História sem a problematização do tempo. Palavras ABEHrtas, [S. l.], n. 3, 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Uma aula de história não narcísica. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 753-767, dez. 2020. narrativas temporais através do ensino de História. In: Carmen Teresa Gabriel, Ana Maria Monteiro e Marcus Leonardo Bomfim Martins(Orgs). Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. (p. 21-42).

REZZUTTI, Paulo. 1550: O circo tupi na França. Aventuras na História, 2018. Disponível em:< <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/1550-o-circo-tupi-na-franca.phtml>>. Acesso em: 9 de jun. de 2023.

VENÂNCIO, Renato. Caminho Novo: A Longa Duração. Squarespace. Disponível em:< https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b4ccd4d088e15d9334ddc/1462455501491/12_Venancio%2C+Renato+Pinto..pdf>. Acesso em: 11 de jun. de 2023.

VILA NOVA, Sebastião. O índio brasileiro e a revolução Francesa. Periódicos Fundaj, 2001. Disponível em:< <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/833/555>>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

PELOS ROSTOS LUSOS E BRASILEIROS: Aulas pelas ladeiras e oratórios de Ouro Preto.

Lavínia Renata de Oliveira Turqueti¹⁸⁴

Resumo:

O presente trabalho teve como objetivo articular as discussões de Patrimônio Histórico, Religiosidades, História Local e Brasil Colonial em uma sequência didática, a fim de construir uma estrutura-base teórica e metodológica que pudesse fomentar “acontecimentos-aulas” e, ainda assim, operar com as diretrizes de ensino obrigatórias aos docentes. Nesse sentido, a metodologia utilizada parte do exemplo de Ouro Preto e de sua configuração enquanto espaço urbano como cenário de permanências e ausências das vivências coloniais brasileiras, sendo assim, a localidade atua como linguagem norteadora e ponto de partida desse processo de ensino-aprendizagem, o qual busca abordar as memórias que foram consolidadas ou invisibilizadas.

Palavras-chave: Ouro Preto, Brasil Colonial, Patrimônio Histórico e Religião.

Abstract

This work articulates the discussions of Historical Heritage, Religiosities, Local History and Colonial Brazil in a didactic sequence, in order to build a theoretical and methodological base-structure that could foster "lesson-events" and still operate within the teaching guidelines required of teachers. In this sense, the methodology used is based on the example of Ouro Preto and its configuration as an urban space as a setting for the permanence and absence of Brazilian colonial experiences. As such, the locality acts as the guiding language and starting point for this teaching-learning process, which seeks to address memories that have been consolidated or made invisible.

Keywords: Ouro Preto, Colonial Brazil, Historical Heritage and Religion.

¹⁸⁴ Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lavinia.turqueti@estudante.ufjf.br.

Introdução

Como destacado por Fragoso, Guedes e Krause (2013), a historiografia referente à História Colonial do Brasil passa por movimentos que constroem novas abordagens, o que, atualmente, contrapõe-se com a perspectiva caio-pradiana e assume uma postura que visa evidenciar que a população luso-brasileira, escravizada e nativa “também possuía mais de dois neurônios e com eles agiam e interferiam na história de suas comunidades” (FRAGOSO, GUEDES, KRAUSE, 2013: 15). Diante disso, a relação exclusiva metrópole-colônia “cai por terra” e permite a estruturação de uma narrativa fundamentada na autonomia e das particularidades individuais das pessoas que viviam durante o período colonial em território brasileiro, principalmente, com o destaque da monarquia polissinodal e corporativista, como percebido e evidenciado por Bicalho (1998).

Nesse cenário, instituições formais revelam papéis importantes como palco de contrapontos da centralização portuguesa, lugares onde, primeiramente, estruturam-se elites locais com demandas e redes de contatos específicas. Para Bicalho (1998), as câmaras municipais se constituíam como cerne das intervenções urbanas e mudanças sociais desencadeadas nas capitanias e, conseqüentemente, como espaço de construção de uma identidade nacional em uma “miscelânea” de influências portuguesas e regionais. Portanto, em um fenômeno de coexistência de poderes régios e locais, surgem rostos com feições distintas, mas simultâneas, sejam nos espaços urbanos, rurais ou nas densas florestas em processo de invasão realizada pelos bandeirantes, processo destacado por Almeida e Oliveira (2014). Dessarte, surge a pergunta: **por que, na estruturação do ensino de história, conhecemos somente um rosto?**

Esse rosto, segundo Pereira e Torelly (2021), é branco, europeu e católico, afinal, para Kopenawa (2015), o homem branco sonha muito, mas somente consigo. Em uma lógica narcísica de perpetuação de unidades de conceitos e sentidos, a história que remonta aos séculos XVI ao XIX tende à permanência de muros e fronteiras que, ao contrário de permitirem o contato em um processo de tradução, estimulado por Martins (2023), reafirmam permanências, imagens consolidadas que não permitem “encontros felizes” e minam a potência de vida dos alunos, dado que não sensibilizam ou estimulam o encontro de cosmovisões. Desse modo, os discursos

permanecem os mesmos, as narrativas não são colocadas “sob rasura” e a bandeira do país estampa o mesmo sujeito, enquanto o “resto” é caracterizado como objeto ou, como comumente aparece nos documentos coloniais, “semoventes”.

Para além disso, segundo Vainfas e Santos (2014), a religião se configurava como pilar central das dinâmicas socioculturais e políticas da sociedade colonial, o que a tornava, também, alvo de destaque em espaços públicos e privados. Em um período marcado por manifestações religiosas concomitantes, a fé coletiva era marcada por sincretismos e paradigmas que oscilavam entre o profano e o sagrado. Ainda pautado em Vainfas e Santos (2014), é possível notar o estabelecimento de intimidade com aspectos divinos variados, considerados hereges ou não, desde cosmologias de matriz africana aos rituais nativos realizados por pagés. Novamente, nesse contexto, **por que, exclusivamente, o catolicismo permanece ornamentando o corpo brasileiro colonial?** São questões latentes, como essa, que devem ecoar em uma sala de aula.

Assim, pode-se afirmar que a popularização e consolidação dos resultados das pesquisas acadêmicas recentes tendem a permanecer restritas aos círculos universitários, em um terreno instável e delimitado que não permite às instituições de ensino, tal qual mencionado por Fonseca (2009), pensarem em que ponto a flexibilização das relações coloniais contribui para a formação de um “corpo-discente” autônomo e crítico, capaz de perceber, em um cenário de ausências e silenciamentos, as múltiplas feições escondidas na história do Brasil. Dessa forma, tendo em vista os revisionismos abordados por Fragoso, Guedes e Krause (2013), pensar novas categorias e formações nacionais que adquirem novos sentidos nas relações de ensino-aprendizagem, específicas do saber histórico escolar, é adotar um posicionamento político e ético neste espaço de disputa, salientado por Gabriel (2017).

Portanto, cabe a nós, professores e futuros professores de história, hesitar, tal qual Pereira (2021), perante às informações naturalizadas e aos conteúdos selecionados e, diante disso, conectar tempos e espaços que busquem perceber a origem das imagens consumidas e replicadas e, além disso, construir novas. Por isso, a escolha do conteúdo Brasil Colonial não é acidental, mas se configura como um estímulo e ousadia de, apesar do enrijecimento dos instrumentos de ensino em perspectivas caiopradianas salientadas por Pereira e Silva (2021), reconhecer o docente como

artífice e sua aula como acontecimento, o qual assume especificidades de um saber construído nas escolas e distinto dos processos acadêmicos. Logo, cabe ao educador se propor a destrinchar a história única de Adichie (2009) e fomentar em seus alunos a tradução e integração de diversas histórias.

Tabela 1: Informações explicativas para a formulação da Sequência Didática.

TEMA	Nações e nacionalismos.
TÍTULO	Pelos rostos lusos e brasileiros: qual a religião da nossa nação?
CONTEÚDO HISTÓRICO	Brasil Colonial.
CONTEÚDOS HISTÓRICOS DE SUPORTE	História de Minas Gerais, Conceitos Básicos de Patrimônio Histórico e Localidade.
PÚBLICO ALVO	Alunos do sétimo ano do Ensino Fundamental.
OBJETIVO GERAL	Procura-se romper com a abordagem, a partir do conteúdo de Brasil Colonial e do exemplo de Ouro preto, de uma construção de uma imagem de nação pautada em somente uma religião (a católica), a fim de ampliar as memórias e permanências das diversas manifestações religiosas que contribuíram e contribuem na formação da sociedade brasileira.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ser capaz de reconhecer a importância das múltiplas manifestações religiosas na composição da identidade do país. 2. Entender as disputas de memória que ocorrem dentro da História e suas reverberações sociais. 3. Fomentar nos alunos a imaginação história. 4. Perceber a coexistência de aspectos culturais diversos e seus sincretismos como aspectos potentes para a subjetivação de uma comunidade.
RECURSOS	Lápis, canetas, papéis A4 em branco, ônibus fornecido pela instituição de Ensino, profissionais para acompanhamento/auxiliares durante a viagem.

1. **DOS ORATÓRIOS ÀS LADEIRAS DE OURO PRETO: Justificativas e expectativas de aprendizagem.**

A localidade tem hoje funções didáticas no ensino da História que devem ser aproveitadas e potenciadas. Este aproveitamento torna-se ainda mais evidente quando a nova forma de encararmos os conteúdos históricos exige o sentido prospectivo da cidadania nacional ou europeia, sem abdicarmos da inserção no espaço onde habitamos. Trazer a localidade para dentro da sala de aula é potencializar a formação de cidadãos conscientes, é favorecer a competência histórica é garantirmos uma função social e individual para a História. (ALVES, 2014: 65)

A História Local como linguagem norteadora do ensino-aprendizagem se apresenta como alternativa potente para o estímulo da capacidade de integração social e da interação dinâmica entre várias formas de conhecimento e saberes. Portanto, nesse contexto, a localidade é destacada e utilizada como um conceito importante, no nível linguístico e histórico, para a ampliação de percepções e elementos mobilizadores de uma sociedade que preze, como estimulado por Gabriel (2017), pela democracia e cidadania comum. De acordo com Alves (2014), em uma perspectiva mais prospectiva, a localidade e a memória se configuram em vários níveis, diversas vertentes, sendo elas o *conhecer, ser, fazer e viver com os outros*.

Ademais, é inegável que “o ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica” (Barros, 2007: 3), o que inclui, nesse “ponto de partida”, o espaço, a territorialidade e os entornos. Nesse contexto, o ensino-aprendizagem, para Barros (2007), introduz a formação de uma concepção de história que abarque o sentido de coletividade e individualidade, ou seja, de realidade. A inserção de espaços de convivência externos, ainda que não vivenciados diretamente pelos alunos do Ensino, nesse cenário, Fundamental (7º ano), permite a percepção de outras matérias construídas no passado e não se detém à lógica das semelhanças e proximidades, criticada por Pereira e Torelly (2021).

Por isso, Ouro Preto (antiga Vila Rica), antiga sede da administração do Estado de Minas Gerais, emerge como localidade em destaque para a abordagem do conteúdo escolar referente ao Brasil Colonial, com suas particularidades, presença marcante de populações pretas e escravizadas, manifestações religiosas múltiplas, despertar de instituições régias, cultura popular em evidência e, ainda assim, com somente uma fé em destaque: a católica. Atualmente, reconhecida pelo IPHAN,

em 1933, como patrimônio histórico e cultural a nível nacional, os museus à serem visitados permanecem, muitas vezes, restritos à evidência de imagens de santos portugueses, aos participantes da Inconfidência Mineira e, além disso, às igrejas ornamentadas com minerais preciosos e sangue de escravizados. Diante disso, desperta-se o questionamento: **Ouro Preto, como pilar inegável da construção da identidade nacional, é somente isso?**

A resposta, evidentemente, é negativa. Ao sairmos da frente dos oratórios e caminharmos pelas ladeiras de pedras irregulares, histórias saltam de dentro das casas e memórias ausentes se tornam mais vívidas, principalmente, em uma sociedade colonial fortemente marcada, como mencionado por Vainfas e Santos (2014), pela religiosidade intimista e sincrética. Portanto, pautada em Barros (2007) e Bevir (2002), ciente que distância histórica não é, necessariamente, um problema e da ascendência da História Local como instrumento de destaque do cotidiano e de caráter teórico-metodológico, essa Sequência Didática busca perceber os sentidos de nação aflorantes em Ouro Preto e seu vínculo estreito com o catolicismo, tendo em vista as discussões de patrimônio.

A partir dessa abordagem, as expectativas de aprendizagem, fundamentadas em Amorim e Monteiro (2019), visam assumir uma postura disruptiva de construções de novas narrativas sobre o cenário colonial e, notar, a partir do exemplo regional de Ouro Preto, que as memórias são construídas em espaços de disputas e pautadas em escolhas, as quais, segundo Pereira (2020), hierarquizam sentidos e significados. Ademais, contempla-se a construção de conteúdos sensíveis que, como abordado por Pereira e Seffner (2018), indiquem as reminiscências e residualidades do que é estudado e mostre a vivacidade do passado sem desconsiderar a importância da imaginação histórica, de Pereira (2020). Destarte, a partir dos métodos de ensino aplicados e “experenciados” se constrói um querer no que tange ao estudante, uma figura renovada e tocada.

Assim, pode-se afirmar que se espera que o discente seja capaz de, ao fim dessa aula, compreender a dinâmica de formação do conceito de nação na sociedade brasileira, suas influências externas e internas e, principalmente, as manifestações religiosas envolvidas nesse processo, nas construções de memórias institucionalizadas e populares. Não obstante, as competências referentes ao conteúdo, como evidenciado por Cerri (2019), são importantes, mas não exclusivas, o que indica

também expectativas referentes ao desenvolvimento de uma percepção de consciência e respeito às diversas religiosidades presentes no território brasileiro, o reconhecimento de suas contribuições para a estruturação da cultura, a noção de História como espaço de disputa de sentido, o entendimento de si próprio como sujeito atuante no espaço que ocupa e, para além disso, o afloramento, ao menos inicial, da capacidade de imaginar historicamente.

2. **DESCRIÇÃO DAS AULAS: O alicerce entre o conteúdo e as reflexões**

É necessário destacar que esse planejamento não inviabiliza qualquer modificação que se julgue importante para o desenvolvimento de uma compreensão acerca do tema e que atue com apontamentos e sentimentos emergidos em sala de aula, dado que, como evidenciado por Almeida e Miranda (2021), o objetivo da aula não é vencer um conteúdo em uma abordagem que sobreponha as sensibilidades, mas pensar a aula como uma narrativa que acontece no presente, com diversos sujeitos. Assim, o modelo a seguir, para ser potente, não deve ser seguido à risca, mas como base, uma vez que todas as turmas possuem particularidades e perfis que despertam demandas específicas. Por isso, não existem e nem devem existir garantias, o que torna o saber histórico escolar intrigante e sempre inovador. Sendo assim, as divisões e proposições teórico-metodológicas são divididas em oito aulas (tempos de 50 minutos).

2.1. AULA I (2 aulas): Introdução.

No primeiro momento, o docente deve apresentar o conteúdo referente à instauração do Império Português no Brasil, a partir do estabelecimento de câmaras e o “achamento” das Minas, com base em uma bibliografia recente e adaptada para a linguagem etária, a partir das abordagens de João Fragoço e Maria de Fátima Gouvêa (2014), ou seja, em uma perspectiva que já contemple a autonomia dos poderes locais em contato com o poder régio português. Essa dinâmica deve, portanto, ser guiada por dois questionamentos: **“Quais eram as populações lusos e brasileiras existentes no período colonial?”** e **“Quais eram suas religiões?”**, as respostas para os questionamentos devem ser sanadas pelos instrumentos e materiais de ensino fornecidos e utilizados pelo/a professor/a durante a apresentação explicativa, a qual deve ser dividida nos seguintes tópicos:

1. O Brasil e a Influência do Rei: “metrópole-colônia” ou “metrópole e colônia”?

Nesse momento, pautado em Fragoso e Gouvêa (2014), o docente pode trabalhar com o caráter de flexibilidade assumido pela monarquia, visto que, ao assumir um território de vasta extensão, precisa se adaptar às formas de sociabilidade e sobrevivência, o que caracteriza a criação de novas elites e redes de solidariedade populares. A partir do exemplo da Câmara de Ouro Preto, tal qual abordado por Bicalho (1998) no que tange ao Rio de Janeiro, de estabelecimento de redes de poder internas que, muitas vezes, não eram, imediatamente, submetidas ao controle régio. A forma de controle assume, portanto, o caráter de um corpo, metáfora que deve ser utilizada para aprimorar a visualização dos discentes, no qual a cabeça é o rei e seus membros são compostos pelos membros da sociedade. Dessarte, esse cenário é responsável por romper com a perspectiva caio-pradiana puramente econômica e constrói a figura de um brasileiro que interfere na vida de suas comunidades, conceito que pode ser conversado e comparado com a atualidade, caso o educador perceba tal demanda nos burburinhos entre os alunos.

2. Dos púlpitos aos terreiros: a “mistura” de identidades e divindades do Brasil Colonial.

A partir da percepção dos nativos, pessoas escravizadas, pessoas livres e portuguesas como integrantes ativos de uma dinâmica interna, o professor pode apresentar, a partir de Vainfas e Santos (2014), a multiplicidade religiosa presente, sendo que no encontro de diversas populações e culturas diferentes houve o encontro de diversos aspectos sobrenaturais. Como traço marcante, deve-se destacar as religiões de matriz africana, o catolicismo e algumas religiosidades nativas, mas, principalmente, suas fusões complexas e, até mesmo, a criação de Irmandades para pessoas pretas que encontraram, em santos católicos, formas de representação locais para suas crenças. Esse movimento deve ser cauteloso e compreensivo, sem desvalidação de crenças, o docente deve, como estimula Pereira (2020), hesitar e dar abertura para os apontamentos realizados, sempre preocupado com a linguagem assumida por si e pelos seus educandos, tendo em vista que “palavras produzem sentidos, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (Bondía, 2002: 21-22).

Desse modo, no segundo momento da aula, é crucial buscar conversar sobre as múltiplas religiões também presentes, o que indica, mais uma vez, a possibilidade de coexistência de

aspectos, às vezes, antagônicos, mas que compõem um mesmo espaço e são igualmente importantes para a construção da sociedade. Assim, fundamentado em Amorim e Monteiro (2019), ciente de que não há previsibilidade segura em um mundo que é discursivamente tensionado, não se propõe ideias cristalizadas, mas estimular a reflexão de imaginação histórica, de uma percepção de realidade a partir da própria sala, essa prática disruptiva visa aproximar as realidades e estimular a compreensão. Por isso, unindo o conteúdo como matéria-prima, com sua importância destacada por Cerri (2019), e as discussões que envolvem corpos e afetos, pode-se finalizar o acontecimento-aula e deixá-los se prepararem para a viagem com essas inquietações em suas mentes.

2.2. AULA II (4 aulas): O exemplo de Ouro Preto.

Durante a viagem, os alunos devem ser instruídos a, nas visitas, ficarem atentos, principalmente, ao que remete às discussões das aulas, podem anotar ou não, tirarem fotos e gravar, além das demais informações para a manutenção da segurança física dos discentes. Uma breve explicação sobre a cidade é importante, algumas informações que não podem faltar são: a sua importância como um dos centros de mineração de Minas Gerais e suas conexões interestaduais, seu antigo posto de pólo administrativo do Estado e seu tombamento completo pelo IPHAN, em 1933. Não obstante, deve ser evidenciado que tudo que ali for visto faz parte da construção da memória do que foi nosso país durante esse período, qual o rosto da nossa nação e, também, sua religião, por isso, estimule-os para que, antes de saírem, mantenham a pergunta **“qual a memória que foi cultivada na cidade?”** em mente. A visita tem três paradas obrigatórias e planejadas, todas no Centro Histórico de Ouro Preto, são elas:

1. Museu da Inconfidência (Antiga Casa de Câmara e Cadeia)

Localizado no Centro Histórico de Ouro Preto, o Museu da Inconfidência, edificado entre 1785 e 1855, o qual tem a missão institucional de:

Preservar, pesquisar e difundir a história de Minas Gerais e de Ouro Preto, com ênfase na Inconfidência, como instrumento de identidade na formação da cultura brasileira, por meio de projetos socioculturais e ações inclusivas, de caráter universal, que promovam a cidadania e a dignidade humana (GOV.BR, 2023, grifo meu).

2. Museu Casa dos Contos.

Localizada na Rua São José, também no Centro Histórico de Ouro Preto, a Casa dos Contos:

Serviu para diversos fins, inclusive de cárcere para os inconfidentes, dentre eles Álvares Maciel, Luiz Vieira da Silva, Padre Rolim e Cláudio Manuel da Costa, este encontrado morto em sua cela. Foi sede da Administração Pública da Capitania de Minas Gerais, daí o seu nome Casa dos Contos. Hoje abriga o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, o Museu da Moeda e do Fisco, salas de exposições, além do acesso central ao Parque Horto dos Contos (OUOPRETO.COM.BR, 2023).

3. Basílica de Nossa Senhora do Pilar

Localizada na Praça Monsenhor Castilho Barbosa, a Basílica do Pilar é considerada marcante pelas suas características arquitetônicas barrocas e por ter sido palco de diversas celebrações com figuras importantes, além de abrigar, em sua cripta, o museu de arte sacra.

A escolha das paradas não são aleatórias, mas propositais, uma vez que são os pontos turísticos mais visitados e centralizados por, respectivamente, ocuparem lugares que, anteriormente, abrigavam pólos políticos e governamentais (nesse caso, a Câmara Municipal), espaços de cárcere e administração local e grande riqueza monumental/arquitetônica. Segundo o site do Governo Federal do Brasil (2023), anualmente, tais espaços recebem milhares de turistas e são vistos como locais fundadores da história da antiga Vila Rica e, também, do país, por sua importância regional e comercial. Visualmente e turisticamente, portanto, a História Local é contada por meio dessas construções e exposições selecionadas para estarem ali presentes, espaços que consolidam uma disputa de narrativas importante para a identificação dos sujeitos que compõem as nações.

Após a visita dos patrimônios históricos e culturais, reúna-se com os discentes em algum espaço aberto, sentem-se e discutam sobre o que foi visto, mas, principalmente, sobre o que não foi visto. Com base nas exposições realizadas anteriormente nas salas de aula, converse sobre os alunos sobre a história da cidade que visitam, evidencie o conteúdo referente à presença marcante das diversas populações e de suas manifestações religiosas. Dessa forma, peça-lhes que te responda: **o que não foi visto nas exposições e nos edifícios tombados e que vimos em sala de aula?** É, não obstante, nesse momento que o docente deve operar com a experiência de Bondía (2002) e o amor de Pereira (2020) e ouvir atentamente os apontamentos realizados, sensibilizar o

conteúdo para que percebam que o apagamento da cultura e da crença é, acima de tudo, uma violência que “corta feito estilete” (Cubas, 2022: 15).

3.3. AULA III (2 aulas): Avaliação da sequência didática.

Por fim, em um último momento, o docente é responsável pela elaboração da avaliação (de valor: 30 pontos) que não foque somente na memorização do conteúdo, mas seja compatível com o objetivo de toda a sequência didática que é formar uma consciência crítica do processo de formação de uma imagem de nação que exclui crenças e memórias que existiram e permanecem entranhadas na história nacional. Desse modo, em uma tentativa de aproximação à proposta de Martins (2023) e percebendo, portanto, o espaço da “prova escolar” como um lugar de tradução e negociação, assume-se uma nova linguagem a ser aplicada, a qual foge de garantias e opera com subjetividades, o que não indica que é relativista. Por isso, investidos sentidos outros no que é avaliação e aprendizagem, a avaliação é composta pelo seguinte comando: “Represente, por meio de desenhos ou texto, quais ou como deveria ser o patrimônio histórico e as exposições de Ouro Preto para você”. Em território múltiplo e sem garantias, as respostas deverão ser validadas ou não pelo educador, as construções metafóricas, destarte, passarão pelo processo de negociação seguindo os seguintes critérios:

1. Devem, em primeiro lugar, respeitar os direitos humanos (obrigação);
2. Conseguir articular a coexistência das diversas crenças e manifestações religiosas e inferir sua dignidade à memória e contribuição à imagem nacional (10 pontos);
3. Promover o respeito religioso por meio da representação de artefatos e artigos religiosos (5 pontos);
4. Indicar aspectos culturais e populares em espaços de importância social e política (5 pontos);
5. Operar com lógicas que rompam com a hierarquização da fé (5 pontos);
6. Evidenciar conhecimento teórico e do conteúdo referente ao período Colonial Brasileiro e da História de Ouro Preto, sem negligenciar temas cruciais na estruturação histórica do país, Estado e cidade (5 pontos).

Conclusão

A articulação da história do Brasil Colonial a partir da História Local de Ouro Preto pode, portanto, ser potente no processo de ensino-aprendizagem das relações entre a construção da nação brasileira e o respeito às religiosidades que participaram da formação dos rostos nacionais. Por isso, o modelo aqui proposto, distante de enrijecido ou obrigatório, propõe-se a exercer um exercício de reafirmação dos direitos humanos fundamentado sobre as crenças e memórias que cultivamos enquanto indivíduos e sociedade, como parte de um sujeito, sendo sujeitos.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única** (vídeo). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>.
- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues; MIRANDA, Sonia Regina. Conectando tempos: sobre sensibilidades e construção de conhecimento nas aulas de História. In: ABREU, Marcelo Santos de; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho (orgs). **Fazer e pensar a História na sala de aula: autoria, formação e produção do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2021. (p. 87-109).
- ALMEIDA, Carla Maria C. de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e “achamento” das Minas. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil colonial: volume 1 (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ALVES, Luís Alberto Marques. **A História local como estratégia para o ensino de História**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.
- AMORIM, Mariana Oliveira; MONTEIRO, Ana Maria. “Narrativas de si” e afetos nos caminhos iniciais da docência em História. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 19, p. 23-38, 2019.
- BARROS, C. H. (2013). Ensino de História, memória e história local. *Revista De História Da UEG*, 2(1), 301-321. Recuperado de <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1451> .
- BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. **História da Historiografia**, Ouro Preto, Universidade Federal de Ouro Preto, n. 18, p. 11-28, ago. 2015.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18 n. 36, 1998.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan./abr., 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- CERRI, Luís Fernando. Ensino de História e concepções historiográficas. **Espaço Plural**, [S. l.], v. 10, n. 20, p.149–154, 2009.
- CUBAS, Caroline Jaques. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História. **Revista História Hoje**, v. 11, nº 22, p. 15-32 – 2022.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Historiografia da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas. **Revista Lusófona de Educação**, 14, pp.111-124, 2009.
- FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil colonial: volume 1 (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto & KRAUSE, Thiago (Orgs.). O “sentido da historiografia” sobre a chamada economia colonial no início do século XXI. In: **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**. RJ: Ed. FGV, 2013.

GOV.BR. **Museu da Inconfidência**. 2023. Disponível em: <https://museudainconfidencia.museus.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GABRIEL, Carmen Teresa. O processo de produção dos saberes escolares no âmbito da disciplina de história: tensões e perspectivas. **Educação Básica Revista**, vol.3, n.2, 2017.

IPHAN/Ministério da Cultura. Manual de Elaboração de Projetos, 1ª ed. Brasília: **IPHAN/Programa Monumenta**, 2005.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: **Cia. das Letras**, 2015.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Aprendizagem histórica como tradução: efeitos sobre a avaliação escolar. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; ANDRADE, Juliana Alves (Orgs). **Aprendizagem e avaliação da história na escola: questões epistemológicas**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2023a, p. 131-148.

SILVA, Karla Maria da & PEREIRA, Lupércio Antônio. As novas abordagens teórico-metodológicas no estudo do Brasil colonial: a distância entre o debate acadêmico e o livro didático. **Vozes, Pretérito & Devir**, Ano VIII, Vol. XII, Nº I (2021).

SILVA, Fernando Leocino da; PINTO JUNIOR, Arnaldo. Todo texto tem autoria: a problematização do livro didático como fonte histórica em uma experiência curricular na sala de aula. In: ABREU, Marcelo Santos de; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho (orgs). **Fazer e pensar a História na sala de aula: autoria, formação e produção do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2021. (p. 51-65).

OUOPRETO.COM.BR. **Ouro Preto**: cidade patrimônio cultural da humanidade. Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. Disponível em: <https://www.ouopreto.com.br/atrativos/culturais-2/culturais/museu-casa-dos-contos>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, vol. 7, nº 13, p. 14-33, 2018.

PEREIRA, Nilton Mullet. O tempo multiplicado: não há ética no ensino de História sem a problematização do tempo. **Palavras ABEHrtas**, [S. l.], n. 3, 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Uma aula de história não narcísica. **Rev. Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v.13, n. Especial, p.753-767, dez. 2020.

PILAR, Paróquia Nossa Senhora do. **Paróquia Nossa Senhora do Pilar**: Ouro Preto. Ouro Preto. 2023. Disponível em: <https://pilarouopreto.com.br/> . Acesso em: 19 jun. 2023.

VAINFAS, Ronaldo e SANTOS, Georgina. Igreja, inquisição e religiosidades culturais. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil colonial: volume 1 (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ST 4:Imprensa e Gênero nos séculos XIX e XX (ONLINE)

A trajetória intelectual e política de Monique Wittig: o pensamento lésbico na revista *Questions Féministes* (1977-1980)

Jessica Marques Toledo¹⁸⁵

Resumo: Este projeto propõe-se a analisar a trajetória intelectual e política da escritora Monique Wittig na revista *Questions Féministes*, buscando compreender sua contribuição teórica para a produção intelectual feminista no contexto da década de 1970. Para isso serão utilizados os ensaios teóricos que foram publicados pela revista, e o texto produzido por Wittig em conjunto com outras militantes feministas veiculado no jornal *L'idiot International*. A partir desse material, objetiva-se investigar como ocorreu o processo de produção intelectual lésbica de Monique Wittig na revista *Questions Féministes* e sua atuação no movimento feminista francês.

Palavras- chave: Monique Wittig; Intelectualidade lésbica; História das mulheres

Abstract: This project aims to analyze the intellectual and political trajectory of the writer Monique Wittig in the magazine *Questions Féministes*, seeking to understand her theoretical contribution to feminist intellectual production in the context of the 1970s. For this purpose, the theoretical essays that were published will be used. by the magazine, and the text produced by Wittig together with other feminist activists was published in the newspaper *L'idiot International*. Using this material, the aim is to investigate how Monique Wittig's process of lesbian intellectual

¹⁸⁵ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

E-mail: jesss.toledo@gmail.com

production occurred in the magazine *Questions Féministes* and her role in the French feminist movement.

Keywords: Monique Wittig; Lesbian intellectuality; Women's history

1. Delimitação do Tema

Este projeto de pesquisa propõe compreender a trajetória intelectual da escritora lésbica Monique Wittig, buscando analisar as contribuições teóricas da autora para produção intelectual no movimento feminista francês da década de 1970. Dessa forma, procuro investigar a participação de Wittig no corpo editorial da revista *Questions Féministes* em que ela atuou publicando ensaios teóricos feministas a partir de uma perspectiva lésbica.

Considerando o contexto histórico de mudanças sociais causadas pelo Maio de 1968, o objetivo dessa pesquisa é propor o entendimento sobre como Monique Wittig estabelece as relações de sociabilidade a partir da sua militância lésbica e feminista, assim como analisar em que medida a experiência e o pensamento lésbico é considerado no movimento feminista francês, sobretudo na revista *Questions Féministes*.

O maio de 1968 se tornou um marco histórico de efervescência intelectual, política e cultural na França e no mundo ocidental. As ruas das cidades francesas foram ocupadas por estudantes, trabalhadores e intelectuais. Inicialmente, as manifestações haviam começado com a mobilização estudantil que se colocava contra a Reforma Universitária da Universidade Sorbonne, uma reforma embebida pelos ideais tecnocráticos capitalistas, instituída pelo governo francês.

Conforme as reivindicações se intensificaram, o Estado francês começou a agir com dura repressão aos manifestantes. Consequentemente, em resposta à repressão, junto à insatisfação com o governo que já se arrastava desde os anos anteriores por causa da alta do desemprego e uma

economia estagnada, eclodiu uma revolta geral no país que resultou na adesão popular e na paralisação de diversos setores produtivos. E, assim, foi instaurada a maior greve geral em solo francês atuando contra a repressão do estado, a tecnocracia capitalista, e os padrões culturais vigentes.

A movimentação social e política das manifestações de maio de 1968 representou uma organização de luta anticapitalista e uma autogestão generalizada revolucionária. Dessa maneira, propôs uma crítica não só às instituições capitalistas e à atuação do governo, mas a própria organização de lutas sociais, pois contava com uma organização sem uma hierarquia clássica, sem dirigentes, e sem disciplina partidária. Foi um marco da “auto-organização dos trabalhadores e estudantes franceses contra as instituições de poder” (MATOS, 1989: p. 22).

Dessa forma, a ruptura política e revolucionária que aconteceu nesse período na França teve um alcance mundial, inflamou os desejos revolucionários em vários países. O contexto mundial estava atravessado por governos ditatoriais, a Guerra no Vietnã, Guerra Fria, ascensão da globalização, entre outros. Por isso, o evento histórico de 1968 “não surgiu do nada, foi, pelo contrário, o produto de todo um período anterior de contestação mundial” (PONGE, 2006: p.39), que produziu novos imaginários políticos, mobilizações pela democracia, reivindicações pelas liberdades individuais e coletivas e posicionamentos pelo fim das guerras.

O maio de 1968 causou um efeito para além da política, ele causou um novo fervor cultural e intelectual. Conforme a autora Olgária Matos (2006: p.21), as movimentações políticas de 1968 permitiram a emergência de novos desejos revolucionários, da imaginação criativas e possibilitou a construção de utopias. Nesse momento, a mobilização que tem como palco a universidade de Sorbonne e as ruas francesas, simbolicamente desloca a intelectualidade para um espaço político. Ocorreu um “forte movimento de contestação da neutralidade das ciências, da ciência em poder do capital sob a luz do progresso, o conflito começou sendo cultural e político, não é por acaso que as ciências foram questionadas” (MATOS, 1989: p. 24).

Nesse teor de efervescência intelectual e de contestação dos padrões culturais foi possível observar o fortalecimento da luta feminista. Na França de 1968, as organizações de mulheres estavam ativamente presentes nas manifestações promovendo debates, textos e ações políticas em

apoio às ocupações na Sorbonne. Durante este período, surge o grupo feminista Fémin, Masculin, Avenir (FMA), “composto por trabalhadoras e estudantes que reivindicavam uma mudança social capaz de mobilizar uma subversão de hierarquias considerando as relações entre homens e mulheres” (ABREU, 2016: p.319).

E, logo depois, nos anos 1970, surgiu o Mouvement de Libération des Femmes (MLF), a organização de mulheres que, inspiradas pelos ideais revolucionários de 1968, constituíam-se sem disciplina partidária e sem lideranças. O grupo era composto exclusivamente por mulheres e começou a se reunir para propor reflexões sobre a luta política e a libertação sexual das mulheres. Dessa maneira, “o movimento se caracteriza de forma heterogênea e dele emergem três principais tendências feministas: feminismo luta de classe, feminismo revolucionário, e psicanálise e política” (ABREU, 2018: p.6).

É nesse contexto que busco localizar e colocar em evidência a trajetória política e intelectual da autora lésbica Monique Wittig. A autora nasceu na França em 1935, estudou na Sorbonne em Paris e viveu parte da sua vida radicada nos Estados Unidos. Foi escritora, ensaísta, teórica e ativista ficou conhecida por sua produção literária, produziu ensaios teóricos e livros sobre lesbianidade, sendo uma principais referências dos estudos lésbicos. Além disso, ela participou ativamente da efervescência cultural e política gerada pelos movimentos sociais na França de 1968, estava “presente desde as primeiras mobilizações e debates do MLF, e na constituição do primeiro grupo lésbico em Paris, o Les Gouines Rouges” (BARBOSA; KUMPERA, 2020: p.330).

Em seus ensaios teóricos Wittig propõe uma crítica questionando a heterossexualidade como um fato natural apontando a heterossexualidade como um regime político, que estrutura um pensamento dominante na sociedade. Essa abordagem ficou conhecida como “pensamento straight”. E, dessa maneira, “reposicionou os estudos sobre lesbianidades, retirando-o da esfera das práticas sexuais, deslocando a lesbianidade como um lugar político”(FALQUET, 2012: p.10).

Ao pontuar *o pensamento hetero como o pensamento de dominação* a autora argumenta que o discurso produzido pelo sistema heterossexual funda categorias a partir da diferença do sexo, garantindo aos homens o poder sobre os corpos das mulheres e a sua força de trabalho. Partindo de um pressuposto antinaturalista aponta que o pensamento hétero constituiu e naturalizou a

heterossexualidade como um padrão universal e estruturou a vida social. E, dessa forma, impossibilita pensarmos fora da norma estabelecida. Para ela, quando lésbicas apontam a sua perspectiva, tendo suas próprias experiências como pontos de partida que quebram com a universalidade imposta, e portanto, com o contrato heterossexual.

A presença dessa produção teórica de Monique Wittig é traçada principalmente na revista “*Questions Féministes*”, e mais tarde, também na revista “*Feminist Issues*”, que juntas publicaram a maior parte dos seus escritos ensaísticos. Nesse momento, nos anos 1960 e 1970, “as revistas eram um instrumento para provocar debates e reflexões sobre as ideias feministas, sendo assim, uma fonte crucial para compreender as movimentações políticas feministas, as sociabilidades intelectuais e as tensões” (ABREU, 2016: p. 321).

A revista *Question Féministes* começou a ser veiculada em 1977 e permaneceu atuando até 1980, reuniu mulheres militantes de diferentes espaços feministas da época surgiu através da junção entre militância e teoria feminista. As publicações da revista feminista trouxeram debates que foram fundamentais para os estudos de gênero na época.

A participação da autora lésbica Monique Wittig na revista provocou tensionamentos e rupturas. Wittig publicou seu primeiro texto na revista em 1978, após essa publicação ficou afastada das edições da revista, pois estava radicada nos Estados Unidos. A escritora volta em 1980 com o ensaio “O pensamento Hetero”, na sétima edição da revista, e causa inquietações entre as participantes do corpo editorial. Ao questionar a heterossexualidade dentro do movimento feminista Monique Wittig sofreu com críticas e retalições. Em resposta ao seu texto, conforme aponta Maíra Abreu (2020) Emmanuelé de Lesseps produz uma contrapartida e publica “Heterossexualité et Feminisme” no qual pontua que o campo dos desejos sexuais não estão no cerne da luta contra o patriarcado.

Após esse conflito ocorre um grande racha no coletivo editorial da *Questions Féministes*, Monique Wittig se afasta da revista. Em 1983 escreve o texto “Les questions féministes ne sont pas des questions lesbiennes” e relata a experiência que viveu como uma mulher lésbica dentro de um movimento feminista. Dessa forma, Wittig coloca em questão a dificuldade de mulheres

lésbicas se inserirem nos movimentos feministas pela falta de abordagem de uma crítica mais densa à heterossexualidade a partir de uma perspectiva política.

Ao reivindicar a lesbianidade e fazer uma crítica à heterossexualidade, ambos, em perspectiva política nesse espaço de produção intelectual feminista a autora propõe uma virada epistêmica problematizando a perspectiva natural da heterossexualidade e propondo o “pensamento straight”, o pensamento hétero, como uma categoria de análise. Contudo, essa produção intelectual fica à margem do escopo teórico feminista da época.

Feito essas observações, considero que analisar a trajetória intelectual de Monique Wittig na revista *Questions Feministes* contribui para compreender o espaço que a produção intelectual de mulheres lésbicas ocupa nos segmentos de produção intelectual feminista. Além disso, a reflexão provoca questionamentos a respeito de que tipo de relações eram estabelecidas entre mulheres heterossexuais e lésbicas no interior do movimento feminista na França após o evento histórico do Maio de 1968.

2. Problematização

A consolidação do campo historiográfico da História das Mulheres em meados do século XX, no berço da História Social, tem um processo muito singular na sua constituição ao possuir uma influência muito forte do movimento feminista dos anos de 1970 e 1980. Sendo assim, possibilitou “a construção de uma história social que articula uma ligação entre conhecimento de gênero, experiência das mulheres no passado, e história em geral” (TILLY, 1994: p.30). A efervescência desse novo campo de historiográfico causou uma transformação para pensar a participação das mulheres na sociedade.

Conforme Michelle Perrot (1995: p.9) destaca a escrita sobre a agência das mulheres no tempo significava sobretudo levar a história e a existência das mulheres a sério. De acordo com ela, a escrita da historiografia das mulheres “significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar

os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível” (PERROT, 1995: p.9). Dessa maneira, teve como objetivo colocar mulheres como sujeitas históricas, reivindicar a ação e a participação dessa classe nos momentos históricos.

Ao analisar o campo de pesquisa da história das mulheres, Perrot, em 1995, aponta para a questão das fontes históricas sobre mulheres e o silêncio que existe acerca de suas experiências, a dificuldade de achar documentos, outros tipos de fontes e a produção de fontes que abordam a experiência das mulheres. Segundo ela,

é possível perceber que havia um silenciamento das mulheres em todos os âmbitos da sociedade. Elas eram silenciadas na religião, nos sistemas políticos, nas universidades, nas estatísticas e em algumas fontes que eram produzidas. Havia o chamado problema das fontes. 'Não se sabe nada das mulheres', diz-se em tom de desculpa (PERROT, 1995: p.9).

Dessa maneira, com base na reflexão de Perrot, considero que embora os estudos da história das mulheres tenham avançado ao longo dos últimos anos, pouco tem avançado nos estudos a respeito da análise da história das mulheres lésbicas. Assim, ainda que o número de pesquisas e trabalho sobre a história mulheres tenham alcançado espaço no meio acadêmico, reitero a fala de Perrot apontando que até hoje *não se sabe quase nada das mulheres lésbicas* no campo da historiografia.

O silêncio da experiência histórica de lésbicas enquanto sujeitas históricas é implacável. Existe não apenas um problema de fontes pela falta de dados e documentos sobre mulheres lésbicas, o silêncio, o apagamento lésbico é atravessado por uma escolha política, pois os estudos das lebianidades são postas à margem daquilo que interessa à historiografia e a quem pesquisa. Assim, a “marginalização da história sobre mulheres lésbicas abre uma lacuna bibliográfica do tema, e estabelece uma dificuldade em avanços da produção acadêmica sobre o tema”(OLIVEIRA, 2020: p.15).

Conforme aponta Tânia Navarro-Swain “a política do silêncio é a melhor aliada da política do esquecimento” (SWAIN, 2000: p.26), logo, na medida em que a história de mulheres lésbicas permanece em silêncio esta condição favorece o esquecimento da dimensão histórica da existência lésbica, e por consequência, mina a capacidade de mulheres lésbicas se reconhecerem enquanto

sujeitas históricas. Por isso, o estudo historiográfico sobre experiência histórica de mulheres lésbicas legitima a existência lésbica como agente histórico.

Posto isso, analisar a trajetória da escritora Monique Wittig propõe um debate sobre a interseccionalidade de gênero e sexualidade. Estabelecendo assim uma reflexão a respeito do entrelaçamento das categorias de análises como gênero, sexualidade, classe, raça tensionando à “noção universal de mulher e apontando que a “mulher” é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variadas” (COSTA, 1998, p. 129).

Além disso, trazer a perspectiva lésbica que existe na produção intelectual de Wittig coloca em evidência a mudança social e de pensamento fruto dos movimentos sociais de 1968, que pos sob suspeita as ciências e tudo aquilo posto na ordem do natural. Como a autora Maíra Abreu (2016) destaca naquele momento a ideia de natureza associada ao ser mulher, foi colocado em xeque em diversos âmbitos, contudo, restou um “*nódulo de natureza*”, a heterossexualidade, que ainda não tinha sido posto em questão. Assim, Wittig, trouxe uma inovação ao nomear a heterossexualidade como um regime político que até então era visto como algo dado de forma inata nos estudos sobre mulheres.

Embora tenha proposto uma virada epistêmica, a partir do conceito “pensamento straight”, para compreender a realidade e a opressão das mulheres, sobretudo para compreender experiência lésbica, o pensamento lésbico de Monique Wittig, ficou apagado diante da produção intelectual feminista da época. Segundo, Adrienne Rich “o apagamento da comunidade lésbica é um instrumento para manutenção da sociedade estruturalmente heterossexual, pois impede muitas vezes a criação de sentimento de comunidade e rede apoio entre as mulheres lésbicas” (RICH, 2010: p. 35).

Ao analisar fenômenos de apagamento histórico de escritoras mulheres, a pesquisadora Constância Lima Duarte (2023) mobiliza o conceito “memoricídio”¹⁸⁶. Para ela, as mulheres que que “ousaram escrever e expressar seus pensamento rompem com os limites impostos pelo patriarcado, passam por um processo sistemático de apagamento e negação da sua participação na

¹⁸⁶ DUARTE, Constância Lima. *Memorial do Memoricídio: escritoras esquecidas pela história*. Volume I. Belo Horizonte- MG: Editora Luas, 2023.

história, e se tornam desconhecidas ao longo do tempo, *alijadas da memória e do arquivo oficial*” (DUARTE, 2023: p 10).

Sendo assim, indo na contramão do memoricídio, busco analisar trajetória da autora Monique Wittig e sua contribuição intelectual para aproximar a História, o debate sobre lesbianidade e memória lésbica. Além disso, coloca em evidência a trajetória de uma mulher lésbica no movimento produção intelectual feminista, possibilitando identificar como a lesbiadade e pensamento lésbico era articulado no movimento feminista em questão.

Após elaborar essas reflexões, destaco alguns questionamentos que deverão orientar a pesquisa: como trajetória de Monique Wittig pode contribuir para compreender o pensamento feminista francês após o marco histórico de maio de 1968 nos movimentos sociais? Como o movimento feminista francês articulou e concebeu o debate sobre lesbianidade? Em que medida a categoria de análise, o pensamento straight, proposta por Wittig, sendo analisada historicamente, pode contribuir para a viabilização de estudos sobre história das mulheres lésbicas ?

3. Justificativa

A literatura sobre o movimento feminista na França no contexto histórico do maio de 1968 e sua década seguinte tem uma amplitude nas produções acadêmicas. Contudo, a abordagem a respeito da presença lésbica nesses espaços de feministas ainda é pouco explorada. Assim, investigar a trajetória política e intelectual da escritora lésbica Monique Wittig contribuir para fomentar um debate maior sobre a participação lésbica no contexto histórico atravessado pelo marco revolucionário de maio de 1968, além de ampliar o debate historiográfico sobre o movimento feminista entre as décadas 1960 e 1970.

Ao longo dos anos a historiografia das mulheres se preocupou em produzir categorias analíticas para compor os estudos sobre história das mulheres. Entretanto, não empreendeu análises sobre mulheres lésbicas, são escassas as análises históricas sobre mulheres lésbicas. A contribuição intelectual da autora Wittig evidência uma categoria de análise para pensar a lesbianidade, dessa maneira, traçar uma análise histórica sobre a produção intelectual da autora possibilita viabilizar

uma confluência entre história das mulheres e teoria lésbica.

Resgatar as contribuições da teoria lésbica para estudos da mulheres possibilidade um enfrentamento contra o apagamento lésbico que perdura na sociedade. E, colabora para inserir a história das mulheres lésbicas na discussão mais ampla sobre lesbianidades.

4. Objetivos

O objetivo geral deste projeto é investigar e evidenciar a trajetória política e intelectual de Monique Wittig. Assim como compreender sua atuação política e produção teórica no movimento feminista francês da década de 1970, analisando sua participação da autora no corpo editorial da revista *Questions Féministes*.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- Investigar como ocorreu o processo de produção intelectual lésbica de Monique Wittig na revista *Questions Féministes*;
- Discutir o conceito “pensamento Straight” e compreendê-lo a partir do contexto histórico no qual está inserido;
- Analisar os pontos de convergência e divergência do pensamento lésbico no corpo editorial da revista *Questions Féministes*;
- Observar as rupturas e continuidades da atuação de Monique Wittig no movimento feminista francês;
- Averiguar na produção intelectual feminista de 1970 quais autoras obtiveram reconhecimento teórico em suas produções intelectuais, e também, examinar quais temas de discussões tiveram destaque.

5. Metodologia

e

fontes

As discussões realizadas pelo conjunto de elementos que fazem parte do objeto de pesquisa ocorrem, principalmente, no campo das ideias, das intelectualidades e dos estudos sobre a experiência histórica das mulheres, tendo a trajetória intelectual de Monique Wittig como uma vivência lésbica e política, que atravessa os âmbitos da escrita teórica, da escrita literária e da militância ativamente feminista. Sendo assim, esta pesquisa está alicerçada em alguns conceitos e categorias da historiografia, como a História das Mulheres, a História Intelectual, a Nova História Política, assim como algumas perspectivas da História dos Conceitos.

Compreender a experiência histórica das mulheres foi uma transformação na historiografia produzida pelo campo de pesquisa da historiografia das mulheres. Segundo, Michelle Perrot (1995), essa transformação está intimamente vinculada à concepção de que as mulheres são agentes históricos e não tem o destino traçado apenas para a reprodução¹⁸⁷. Desta forma, como destaca Louise Tilly(1994), com a historiografia das mulheres é possível conceber uma análise mais completa e sistemática dos eventos históricos quando se considera a análise do gênero como uma categoria histórica.

Após a década de 1970, de acordo com as autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), passou a ser problematizado no campos de estudos das experiências históricas das mulheres a heterogeneidade das experiência das mulheres, ou seja, a diferença de classe, raça, etnia, geração, etc; começou a ser consolidado então a análise que se preocupa com perspectiva que há pluralidades entre as mulheres.

Desta maneira, a concepção de gênero como categoria analítica da história será fundamental para compreender a trajetória de Monique Wittig e a entendê-la como agente histórico do contexto histórico marcado pelo Maio de 1968. Além disso, a perspectiva de análise das mulheres como sujeitas históricas plurais será essencial para investigar a movimentação política da escritora a partir da sua lesbianidade.

Os estudos históricos sobre os intelectuais após os novos ângulos de análise propostos pela Nova História Política foram retomados e se consolidaram como um campo de pesquisa na

¹⁸⁷ PERROT, op. cit., loc. cit.

historiografia. Conforme aponta, Jean- François Sirinelli, para “definir o grupo social dos intelectuais devem ser consideradas duas acepções: os criadores e mediadores culturais– uma definição sociológica e cultural; e o engajamento na vida da cidade –uma definição política” (SIRINELLI, 1996, P. 249)¹⁸⁸. Além disso, a partir dessas considerações, foram elaboradas “ferramentas teórico- metodológicas para analisar os intelectuais e são elas: a reconstituição de itinerários, a noção de geração e a noção de estruturas de sociabilidades” (ZANOTTO, 2008: P. 35).

Posto isso, através do trabalho com as fontes a abordagem proposta pela História Intelectual será crucial para o desenvolvimento da pesquisa para fazer um mapeamento do itinerário da Wittig para entender o engajamento político na esfera social e localizar as suas ideias no contexto histórico que estava inserida. E também, para analisar as redes de sociabilidades estabelecidas pela escritora, sobretudo, na atuação dela no corpo editorial da revista *Questions Féministes*, entendendo a revista como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva” (SIRINELLI, 1996, P. 249).

As ideias políticas passaram por uma renovação, foram deslocadas do *panteon* grandes obras, e se constituíram com um objeto de pesquisa importante para a Nova História Política. Segundo, Michel Winock (1996), a história das ideias passa a se preocupar com o estudo das transformações das ideias na sociedade, inseparavelmente dos aparelhos de produção e mediação, logo, “não é apenas a ideia que age, é também o lugar de onde ela vem” (WINOCK, 1996: p. 251). Assim, a concepção de ideias políticas a partir dessa abordagem irá contribuir para a análise da produção intelectual na trajetória da Monique Wittig e compreender como ela desenvolve suas ideias sobre lesbianidade e política.

Em consonância com a História da Ideias, para investigar o conceito “pensamento Straight” proposto pela escritora Wittig, trago a perspectiva da História dos Conceito proposta por Reinhart Koselleck (1992) compreendendo os conceitos como produção única de cada contexto que é inserido, sendo necessário analisar também o contexto histórico em que ele surgiu. Sendo assim,

¹⁸⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. ed. 2º. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.

essa perspectiva estará inserida na pesquisa para analisar a articulação do conceito no contexto social e político da década de 1970 .

As fontes principais para este projeto são os ensaios teóricos de Monique Wittig que foram publicados nas revistas *Questions Féministes* e *Feminists Issues*. Estes ensaios estão publicados e traduzidos em português no livro “O Pensamento Hetero e outros ensaios” de Monique Wittig, são eles: “A categoria de sexo”(1976), “Não se nasce mulher”(1980), “O pensamento Hétero”(1980), “ “O ponto de vista universal ou particular?”(1980).

Também serão usados como fontes os textos: o conto “Un jour mon prince viendra”(1978) a primeira publicação dela para a revista *Questions Féministes* e o texto “Combat pour la liberation de la femme par dela la liberation-gadget, elles decouvrent la lutte des classes” produzido por ela em conjunto com outras militantes e publicado no jornal francês *L'Idiot International* em 1970 esse texto foi produzido quando a autora participava no Mouvement de Libération des Femmes (MLF).

Além disso, serão analisados os artigos das edições da revista *Questions Féministes* de 1977 à 1980, são elas: Nº.1, Novembre 1977; Nº.2, février 1978, les corps appropriés; Nº.3, mai 1978, natur-elle-ment; Nº.4, novembre 1978, Nº.5, février 1979, fait féminin et fait raton; Nº.6, septembre 1979, Les dits - faits - rances; Nº.7, Février 1980; Nº.8, Mai 1980. Tal análise busca destacar os temas abordados na revista sobre lesbianidade e o movimento feminista.

6. Referência bibliográficas

Fontes

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº1, novembro, 1977.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº2, fevereiro, 1978.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº3, maio, 1978.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº4, novembro, 1978.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

- QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº5, fevereiro, 1979.
- QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº6, setembro, 1979.
- QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº7, fevereiro, 1980.
- QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº8, maio, 1980.
- WITTIG, Monique. *O Pensamento Hétero e outros ensaios*. 1ªed. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica, 2022.
- WITTIG, Monique, “Un jour mon prince viendra”. *Questions Féministes*. nº2, février, 1978.
- WITTIG, Monique; WITTIG, Gille, ROTHENBURG, Marcia; STEPHESON, Margaret. “Combat pour la liberation de la femme par dela la liberation-gadget, elles decouvrent la lutte des classes”. *L’idiot International*. nº. 6 mai. 1970, 16.

Bibliografia Geral

- ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 3, pp. 1- 17, 2018.
- ABREU, Maira. *Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)*. 2016. (319 p.). Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. Patricia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane Souza. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico do Gênero. *Cadernos Pagu*. nº11, 127–140, 1998.
- DUARTE, Constância Lima. *Memorial do Memoricídio: escritoras esquecidas pela história*. Volume I. Belo Horizonte- MG: Editora Luas, 2023.
- FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, n. 5, p. 8-31, 2012.

- KOSELLECK, R. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.134-146, 1992.
- MATOS, Olgária. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PEDRO, Joana Maria. SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 54. 2007.
- OLIVEIRA, Luana Farias de. *Imposição hétero, interdição lésbica: a heterossexualização de mulheres*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4). pp.9-28. 1995.
- PONGE, Robert. 1968, dos movimentos sociais à cultura. *Organon*, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, p.39 – 55, 2009.
- PONGE, Robert. Maio de 1968: a greve geral que abalou a França. *História: Debates e Tendências*, vol. 8, núm. 1, pp. 85-101, janeiro-julho, 2008.
- RICH, Adrienne. A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Revista Bagoas*, nº 5, p.17-44, 2010.
- SILVEIRA-BARBOSA, P., & MARTUCCI KUMPERA, J. A. Monique Wittig: breve histórico da trajetória intelectual e política de uma lésbica. *Revista PHILIA / Filosofia, Literatura & Arte*, 2(2), p. 321-364, 2020.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. ed. 2º. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.
- SWAIN, Tânia Navarro. *O que é lesbianismo*. Ed. 1º. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, nº 3, pp. 29-62, 1994.
- WINOCK, Michel. As Idéias Políticas. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.
- WITTIG, Monique. *O Pensamento Hétero e outros ensaios*. 1º ed. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica, 2022.
- ZANOTTO, Gizele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia

francesa. **Biblos**, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008.

MARIBEL PORTINARI – UM OLHAR SOBRE A DANÇA BRASILEIRA, TRAJETÓRIA E SOCIABILIDADES.

Franciara Sharon Silva do Carmo¹⁸⁹

Resumo: Maribel Portinari trabalhou ativamente no *Segundo Caderno* do Jornal *O Globo* durante a segunda metade do século XX, sendo uma das mais importantes críticas de dança brasileira do século XX, conseguiu se destacar internacionalmente devido suas publicações referentes ao ambiente da dança. Dedicaremos assim esse trabalho *Maribel Portinari – Um olhar sobre a dança brasileira, trajetória e sociabilidades*, para que em cada parte deste destrinchemos aspectos da vida de Maribel e para isso utilizamos como fontes quarenta e oito matérias e notas da imprensa sobre a vida desta para acompanharmos sua trajetória junto ao cenário da dança, além de conseguirmos também observar alguns aspetos de suas sociabilidades, o que contribui para percebermos suas referências e predileções, que poderá inclusive ser refletido em suas análises e críticas.

Palavras-chave: História da Dança. História da Arte. Brasil. Século XX.

MARIBEL PORTINARI – A LOOK AT BRAZILIAN DANCE, TRAJECTORY AND SOCIABILITY.

Abstract: Maribel Portinari worked actively on the *Segundo Caderno* of Jornal *O Globo* during the second half of the 20th century, being one of the most important Brazilian dance critics of the 20th century, managing to stand out internationally due to her publications relating to the dance environment. We will therefore dedicate this work *Maribel Portinari – A look at Brazilian dance, trajectory and sociability*, so that in each part of this we can unravel aspects of Maribel's life and for this we use as sources forty-eight articles and press notes about her life to follow their trajectory within the dance scene, in addition to being able to observe some aspects of their sociability, which helps us understand their references and predilections, which may even be reflected in their analyzes and criticisms.

Keywords: History of Dance. History of Art. Brazil. 20th century.

¹⁸⁹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do Laboratório de História da Arte – UFJF. Bolsista FAPEMIG. E-mail: franciarasharon@hotmail.com.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Conhecendo a História da Dança a partir de Maribel Portinari

Hoje, a dança em todas as suas formas atrai multidões. Aplaudem-se o Quebra-nozes e Pina Bausch, o Beriozka e Carolyrn Carlson. Há palco e plateia para qualquer manifestação coreográfica. Além disso, todos querem dançar. A proliferação das academias é fenômeno mundial. Dança-se por prazer, para emagrecer, corrigir postura, aliviar tensão, sacudir recalques. O Brasil entrou em cheio na dançomania desde a década de 70. Sociólogos e psicólogos interpretam o fato segundo o instrumental das teorias. Já se disse que a dança contesta a ditadura, canaliza a agressividade, traduz a conscientização do corpo, incrementa o descompromisso sexual, anestesia o pessimismo provocado pela inflação. Seja pelo que for, ela integra a nossa realidade. Gosta-se cada vez mais de dançar e consome-se dança cada vez mais. Sem dúvida o momento é adequado para um livro sobre o assunto. Os meus entrevistados vivem da dança, a maioria deles em pas-de-deux com a celebridade e todos achando que escolheram o melhor dos caminhos.¹⁹⁰

A dança no século XX se desenvolve de formas variadas, e o reflexo desse grande desenvolvimento pode ser observado nas perspectivas escritas pelos críticos e publicadas nos jornais e revistas do período. Os jornais trazem em seus impressos visões críticas de apresentações, fazem circular imagens, divulgando artistas e apresentações. E essa circulação de informações sobre a dança é um registro sobre o cenário da dança e sobre a circulação de apresentações de obras e de artistas. Sempre tentando abordar o que há de mais recente nos acontecimentos da sociedade, os jornais publicam notas ou dedicam matérias completas sobre os últimos acontecimentos. Com a modernidade tecnológica disponível a partir da metade do século XX, muitos dos críticos escrevem suas perspectivas sobre uma obra logo após assisti-la, sendo sua análise impressa por vezes no mesmo dia e distribuída logo pela manhã aos seus leitores.

Tornando-se muito próximo dos últimos acontecimentos, os jornais trazem tanto essa urgência para o público que busca saber as últimas novidades, quanto um registro farto de cenários que a dança apresentava, sendo assim de grande valia para aqueles que querem se debruçar sobre

¹⁹⁰ PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.11-12.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

os estudos de História da Dança. Todos os textos produzidos pelos jornais trazem um olhar, uma leitura de circunstâncias, e conhecer quem faz essas leituras e assina esses relatos nos auxilia a definir todo um padrão de expectativas e gostos pessoais que indiretamente vão direcionar essa crítica. A partir da relevância dada a autoria no século XIX, cada vez mais sabemos quem assina esses textos, passando assim a ser cada vez fácil conciliar autor e obra, principalmente no que tange ao pensamento crítico e crítica de arte. Logo, esse estudo como um todo irá se desenvolver buscando identificar a produção de escritos sobre dança pela jornalista e historiadora Maribel Portinari, a construção de uma memória da dança no Brasil e a posterior elaboração de uma História da Dança escrita por brasileiros, através da análise dos materiais produzidos por Maribel Portinari. A escolha em abordar os materiais produzidos por Maribel parte principalmente de sua relevância no cenário, tanto enquanto redatora de um dos principais jornais do país, o jornal *O Globo*, quanto pelas variadas formas nas quais seu trabalho junto a dança tomou forma durante cinco décadas.

Maribel Portinari – Uma breve biografia: Os primeiros anos e formações

Maribel Berruezo Portinari nasceu em 1939 na cidade do Rio de Janeiro. Ela tem seu primeiro contato com a dança através de aulas de balé, as quais ela pratica dos dez anos de idade até os dezesseis.

Desde criança sigo os passos da dança. Primeiro como aprendiz de balé. Depois como jornalista. Crítica e repórter, prefiro a segunda função, embora em ambas tenha encontrado realização profissional.¹⁹¹

Não tenho preferência rígida por gênero. Posso vibrar com O Lago dos Cisnes, ou com a audácia Twyla Tharp. Sem esquecer a explosão sensual de Antônio Gardes, as acrobacias da breakdance e as evoluções mirabolantes dos passistas de uma escola de samba. Amei em Moscou a pirotecnia dos bailarinos do Bolshoi. Descobri em Granada a imagem viva da dança numa cigana adolescente. Encontrei num grupo marroquino a preservação de uma cultura milenar através da dança. Aprendi mais sobre

¹⁹¹ PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.9

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

os índios brasileiros vendo as suas danças no Alto Xingu do que lendo tratados antropólogos.¹⁹²

Neste primeiro momento de contato com a dança, ainda na infância Maribel teve a oportunidade de estudar a técnica com dois expoentes do ballet no Brasil, Tatiana Leskova e Johnny Franklin, durante o período de 1949 – 1956. Uma das maiores incentivadoras e motivadora do ballet no Brasil e principalmente no âmbito do Rio de Janeiro foi Tatiana Leskova. Advinda de uma formação russa, sabemos que ela foi professora de balé de Maribel Portinari logo em seus primeiros contatos com o mundo da dança. Assim podemos observar que as primeiras influências de Maribel Berruezo com uma cultura de dança são estas que foram cultivadas e tem sua origem vinculadas ao epicentro da dança europeia, aparecendo aqui o início de uma grande influência do balé russo na formação da artista.

Maribel adota o nome Portinari após se casar com João Cândido Portinari, filho único do pintor Cândido Portinari. Com João Cândido ela tem dois filhos, Denise Berruezo Portinari e João Carlos Portinari. Inicialmente cursa Jornalismo na Universidade do Brasil, instituição onde, durante o final da década de 1950, ela concilia o curso com o trabalho como estagiária tanto no departamento de jornalismo¹⁹³ quanto no departamento de Relações Públicas do jornal *O Globo*. Após esse primeiro contato com o jornal, Maribel vai estabelecer uma parceria com ele enviando material especial entre 1968 e 1971 e entre 1986 e 1990, e será do quadro fixo de funcionários do jornal de 1968 até o início da década de 1980.

No que condiz a suas formações e vida acadêmica, Maribel Portinari investe em uma ampla formação. Em 1961, parte para Paris com o marido e, após se estabelecer, decide também estudar. Ela investe em dois cursos, Altos Estudos Internacionais¹⁹⁴ e Jornalismo, os quais ela cursa na *École Supérieure de Journalisme*.

Maribel Portinari Foi Repórter Antes de Ser Notícia...

¹⁹² Ibidem, p.9

¹⁹³ Maribel Portinari 1ª em Jornalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 julho 1961. p.1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

¹⁹⁴ Um Portinari em Paris. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 junho 1961. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Os papéis se inverteram as coisas mudam. Durante quase dois anos Maribel Berruezo fazia entrevistas para "O GLOBO Feminino", hoje, ela é entrevistada para a seção na qual trabalhou. Porque Maribel é atualmente, casada com João Cândido Portinari, o filho do grande pintor, brasileiro e um dos primeiros alunos da Faculdade de Física e Matemática, de Paris. E também, porque Maribel foi a primeira colocada na Escola Superior de Jornalistas, da França. É assim, leitora, que uma repórter pode transformar-se em notícia....

Em Paris, Para Estudar

Maribel conhecia João Cândido desde garotinha. Eram vizinhos, no Leme. Quando ele viajou para Paris, ela cursava o primeiro ano de Jornalismo na Universidade do Brasil. Foi então que veio para O GLOBO, num estágio que se prolongou por muito tempo.

Matriculou-se na mais antiga de Escola de Jornalismo da França e chamou a atenção do velho mundo para a mulher brasileira e para sua capacidade intelectual. A concorrência era forte havia na turma de Maribel noventa e seis alunos de diversos países e mesmo assim a brasileira terminou o primeiro ano conseguindo o primeiro lugar entre os cento e cinquenta alunos da escola!¹⁹⁵

Apesar de em um primeiro momento a viagem para Paris ter o objetivo de apenas acompanhar o marido, que já estudava em Paris, Maribel decide finalizar seus estudos também, evitando assim a monotonia dos momentos em que ficava sozinha enquanto o parceiro estudava. Já tendo uma boa base na área advinda tanto do curso iniciado no Brasil quanto da experiência na aérea adquirida no seu estágio, essa base foi uma grande contribuição nos esforços empenhados no curso, resultando em uma boa nota e colocação. Maribel conclui o curso de Jornalismo em 1963, e em 1964 obtém também o certificado em Estudos Políticos pelo *Institut D'Etudes Politiques*.

Um interessante ponto que essa entrevista traz justamente em seu título, *Maribel Portinari Foi Repórter Antes de Ser Notícia*, acaba sendo apenas um pontapé nessa questão de Maribel aparecer no jornal por várias vezes dessa forma, de um lado assinando as matérias de seu ofício, e de outro sendo a própria notícia, aparecendo assim na coluna social, dando entrevistas e sendo alvo

¹⁹⁵ Maribel Portinari foi Repórter Antes de ser Notícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 julho 1961. O Globo Feminino. p.8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

de matérias. Esse fato nos auxilia muito na pesquisa por ser um registro da trajetória de Maribel, além de ser um registro do momento de um acontecimento que se fez valer. Assim, é possível acompanhar no mesmo jornal tanto sobre sua profissão quanto sobre sua vida, trajetória e sociabilidades.

Ela também assistiu seminários de *História* nas universidades de *Harvard* (Cambridge, Massachusetts), podemos encontrar as informações referentes aos cursos de extensão que Maribel Portinari concluiu no exterior são encontradas na biografia do autor presentes nos livros da *Série Memória do Theatro Municipal do Rio de Janeiro* escritos por ela (números um, quatro e treze). Maribel complementou seus estudos na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, onde diplomou-se em História. Em seguida, ingressou na *Universidade Federal Fluminense* (UFF) onde conseguiu completar os créditos e se tornar mestra em *História do Brasil*, as informações referentes a graduação e o mestrado concluídos por Maribel Portinari são encontradas na biografia do autor presente no livro *História da Dança* (1989) escritos por ela. Profissionalmente, em 1968 ela volta a trabalhar no *O Globo*, e em 1969 ela faz uma viagem a passeio com o marido para Paris, de onde envia para o jornal três matérias especiais de Paris falando de exposições e pontos turísticos. Pouco depois, publica sua primeira crítica de cinema, *Romeu e Julieta*, ou como ela mesma designa *Shakespeare dançando*. Aqui, ela denomina a produção de *Filme-Ballet* da companhia *Royal Ballet*, tendo sido rodado no *Pinewood Studios* em Londres.¹⁹⁶ Apesar de ter críticas publicadas já neste período, sua participação no *Segundo Caderno* passa a ser recorrente a partir do ano de 1971, participando constantemente da coluna de crítica de cinema.

Meu interesse pela dança e sua história começou na adolescência, tornando-se depois obrigação profissional. Como jornalista de *O Globo* exerci, entre outras funções, a de crítica de dança durante doze anos. Li muito sobre o assunto, mas só tive tempo para uma pesquisa metódica, selecionando autores, anotando e comparando textos quando, casada pela segunda vez, fui morar em Washington. Ali, na Biblioteca do Congresso e na Kenedy Center, esta última especializada em artes cênicas, tive acesso a farto material, inclusive a edições raras que não se encontram em livrarias. Idas periódicas a Nova Iorque e Boston me levaram a outras bibliotecas igualmente ricas e atualizadas nas quais tudo é facilitado ao

¹⁹⁶ PORTINARI, Maribel. *Romeu e Julieta – Shakespeare dançando*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 setembro 1969. p.7. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

pesquisador. De meados de 1984 ao final de 1986 juntei dados para este livro cuja redação final foi feita no decorrer de 1987, em Roma, onde vivo agora, acompanhando meu marido em seu novo posto diplomático.¹⁹⁷

Fora duas críticas de Filme-Ballet, sua primeira matéria sobre dança é uma entrevista com Klauss Vianna, que foi responsável por desenvolver seu próprio método de expressão e corporalidade. Esse método estava sendo muito visado tanto pelos bailarinos que desejavam melhorar aspectos da expressão corporal quanto por atores, e o que chama a atenção na matéria do jornal é a procura das aulas por pessoas fora desses nichos, as quais apenas queriam exercitar-se fora dos meios tradicionais de academia ou melhorar sua relação com o próprio corpo.¹⁹⁸ Nesta entrevista é abordado um pouco sobre o diferencial em suas aulas, e a matéria é publicada em cinco de outubro de 1971.

Embora tenha sido muito importante o tempo dedicado à pesquisa em biblioteca, sobretudo para alguns capítulos, o meu convívio direto com a dança não fica em segundo plano. Aprendi muito assistindo a espetáculos, ensaios, aulas, entrevistando bailarinos e coreógrafos. Parte deste livro se deve assim ao meu trabalho jornalístico.¹⁹⁹

Como podemos observar, Maribel Portinari começa a trabalhar diretamente com dança para o jornal justamente quando ocorre o que os especialistas chamam de *Dançomania*. No Brasil esse fenômeno terá mais força e impacto social durante a década de 1970, em que durante o transcorrer do período o fenômeno vai adquirir particularidades dessa sociedade. É possível observar até mesmo na década de 1980 essa relevância social da dança ainda em destaque para a sociedade, sendo assim uma espécie de segundo momento dessa *dançomania*.

Porém, é importante destacar que a *dançomania* (para alguns pesquisadores) e a *balletomania* (para outros) é um fenômeno que ocorre no mundo inteiro, acontecendo desde 1950 até o final da década de 1980. Variando um pouco a época e a intensidade conforme a particularidade de cada país, essas sociedades, algumas das quais já possuindo uma tradição grande

¹⁹⁷ PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989. p.13.

¹⁹⁸ PORTINARI, Maribel. Expressão corporal: arte e terapia juntas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 outubro 1971. Grande Rio. Swann. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

¹⁹⁹ PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989. p.13.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

de dança cênica, vão muitas vezes influenciar e inserir no movimento sociedades em que a dança não estava em um patamar igual de importância social. Nesse fenômeno, a circulação de grandes companhias de dança que fazem turnês, promovendo também filmes e são destaque nas colunas jornalísticas conseguem influenciar esses locais a partir desses primeiros contatos. Assim, há uma evolução em diferentes sociedades, dentro de suas próprias perspectivas na elaboração e execução da dança cênica. Dessa forma, a dançomania é levada a ter aspectos particulares conforme cada país, atingindo posteriormente um ponto de ser reflexo da sociedade a qual está inserida, não apenas absorvendo e imitando o que estava sendo produzido no exterior.

Referências

Acervo Digital do Jornal *O Globo*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Fontes -

Maribel Portinari 1ª em Jornalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 julho 1961. p.1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Um Portinari em Paris. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 junho 1961. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Maribel Portinari foi Repórter Antes de ser Notícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 julho 1961. *O Globo Feminino*. p.8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. *Romeu e Julieta – Shakespeare dançando*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 setembro 1969. p.7. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. *Expressão corporal: arte e terapia juntas*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 outubro 1971. *Grande Rio*. Swann. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

PORTINARI, Maribel. **Dennis Gray**: Eterno em Cena. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Eugenia Feodorova**: a Dança de Alma Russa. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Bertha Rosanova**: nossa Primeira Odete-Odille. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

Bibliografia –

PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

PORTINARI, Maribel. **Dennis Gray**: Eterno em Cena. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Eugenia Feodorova**: a Dança de Alma Russa. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Bertha Rosanova**: nossa Primeira Odete-Odille. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

**ST 05: TEORIAS DA HISTÓRIA & PLURALIDADE HISTÓRICA:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS AO HISTORIADOR E À SUA
(IN)DISCIPLINA.**

**HISTÓRIA LOCAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO
ENSINO DE HISTÓRIA**

Adebiano Pereira²⁰⁰

Resumo: O trabalho que ora se apresenta é resultante de observações ao longo de dez anos como professor de História da Rede Estadual de Minas Gerais, nossa temática busca se inserir na confluência dos debates recentes sobre mudanças e dilemas no processo de ensino-aprendizagem de História e o papel do conhecimento histórico na afirmação das identidades e estabelecimento de uma consciência histórica em tempos de globalização, do grande volume de informações e sua fugacidade. O objetivo é estabelecer uma aproximação entre os debates sobre o ensino de História, a relação entre a produção acadêmica e o ensino de História na educação básica.

Palavras-Chave: Ensino de História. Consciência Histórica. História Local.

²⁰⁰ Graduado em História, Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, professor na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. email: adebiano.pereira@educacao.mg.gov.br

Abstract: The work presented here is the result of observations over ten years as a History teacher at the Minas Gerais State Network, our theme seeks to fit into the confluence of recent debates about changes and dilemmas in the History teaching-learning process and the role of historical knowledge in affirming identities and establishing historical consciousness in times of globalization, the large volume of information and its fleeting nature. The objective is to establish a rapprochement between the debates on the teaching of History, the relationship between academic production and the teaching of History in basic education.

Keywords: History Teaching. Historical Awareness. Local History.

INTRODUÇÃO

A figura do estudante com celular em punho é quase uma símbolo das escolas na atualidade, com o acesso à internet, e mais ainda com o espaço ocupado pelas redes sociais no cotidiano, as mudanças nos comportamentos, padrões de consumo, sociabilidades e, até na construção das identidades, tem sido alvo de amplo debate por pesquisadores e estudiosos de várias áreas de conhecimento. Em resposta a esse processo, de forma mais ou menos organizada, professores e escolas têm buscado integrar novas ferramentas digitais à sua prática pedagógica como forma de se inserir no cotidiano desses estudantes e apresentar um leque variado de estratégias de ensino e aprendizagem.

Paralelamente, o ensino de História tem apresentado novos desafios e dilemas, tanto por transformações ocorridas no interior do espaço acadêmico da pesquisa em História, como também por mudanças no currículos e nos objetivos do ensino de História, sobretudo na Educação Básica. A relação entre o conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolar, por si só já estabelece um conjunto complexo de questões. Contudo, a necessidade de resposta à velocidade

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

de informações, à algoritmização das relações sociais e novas identidades que emergem exigem respostas daqueles dedicados à pesquisa e ensino de História, tanto de acadêmicos e historiadores, quanto de professores e estudiosos.

O conhecimento histórico escolar esteve, tradicionalmente, orientado segundo o aqui que consideramos marcas de nascença, ou seja, a formação de cidadãos segundo um projeto de cidadania e de Estado-nação, com frequência está associado à ideia de “informar sobre o passado” segundo uma cronologia linear e, não raro, se dedica exaltação dos “heróis nacionais”, grandes homens detentores da capacidade de fazer história. Segundo Fernandes (1995: 48), mesmo com todas as inovações no âmbito do conhecimento histórico acadêmico, o ensino tradicionalista e, por vezes, positivista ainda se faz muito presente no ensino de História. Constatação que lamentavelmente ainda é pertinente há quase duas décadas após a afirmação.

Em um tempo marcado pela facilidade de acesso a informações, a função de informar (seja sobre o presente ou sobre o passado) simplesmente perdeu o sentido. Uma das possibilidades que se descortinam frente à História neste cenário é revelar seu método, pois essa história tradicionalista tende a apresentar-se como uma narrativa pronta e acabada, como algo dado a ser memorizado e decorado. Essa característica torna a História sem sentido e desinteressante a vários estudantes. Por outro lado, desenvolver um ensino de História partindo de uma visão de História como resultante de disputas sociais pela memória coletiva e reconstrução do passado, permite abarcar um amplo leque de atores e revelar conflitos e tensões que muitas vezes passam despercebidos nos modelos mais tradicionais.

Além disso, a compreensão dos métodos próprios das ciências sociais, e mais especificamente da História, tem muito a contribuir na análise crítica das fontes de informação disponíveis em quantidade jamais observadas. Acreditamos que uma forma de revelar aos estudantes da educação básica os métodos científicos de produção do conhecimento histórico e dar *status* de ciência à História é partir do local, da realidade que os cerca de forma mais imediata. Deste modo, a História cumpriria um duplo papel, o de incidir de forma significativa na construção das identidades e também de ganhar um sentido baseado na análise de fontes históricas, exame dos interesses em jogo e compreensão dos atores e disputas sociais.

Neste sentido, este trabalho se destina a fazer uma aproximação entre os debates sobre o ensino de História na formação das identidades e a relação entre a produção acadêmica de História e o conhecimento histórico escolar. Buscamos evidenciar essas marcas de nascença da História e possíveis ganhos da História Local²⁰¹ para superação desses obstáculos e o reposicionamento do ensino de História diante de transformações de comportamento, resultantes da globalização e da velocidade da comunicação atingida nos últimos anos. Para isso dividiremos este trabalho em cinco partes. A primeira, dedicada a examinar rapidamente as transformações da contemporaneidade e seus desdobramentos para o ensino de História. Na segunda parte, nos debruçamos sobre algumas proposições para finalidades do ensino de História e como essas finalidades aparecem na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na terceira parte, a abordagem se dará na relação entre o conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolar. Na quarta parte, o objetivo é trazer uma aproximação do conceito de consciência histórica para uma possível chave na superação dos desafios colocados para o ensino de História na contemporaneidade. Por fim, na última parte a discussão se coloca em torno do conceito de literacia histórica e o potencial da História Local para o ensino de História.

CONTEMPORANEIDADE, FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA

Nosso tempo é marcado pela fugacidade e velocidade do bombardeio diário de informações, onde a experiência da vida virtual desloca os sujeitos da sua realidade mais imediata e o afasta da vivência do mundo real, fragilizando sentimentos de pertencimentos historicamente construídos e dando uma sensação de celeridade do tempo. Esse “desterro” é ocasionado por um contexto de globalização e mundialização em que as fronteiras se deslocam de maneira fluida frente à acelerada circulação de ideias, valores e comportamentos. De tal sorte, a construção de identidades coletivas,

²⁰¹ Segundo Donner, quando utilizamos História Local estamos nos referindo a um gênero historiográfico, com temática, público-alvo e “regras próprias”, já o uso do termo história local designa a produção historiográfica com recorte local, ou ainda a produção realizada por diletante de várias áreas que se interessam por este tipo de produção.

em especial nas juventudes, têm seu sentido local esvaziado em função de agrupamentos virtuais em redes sociais ou bolhas de informações.

Este processo atua de forma dialética na leitura de mundo e requer uma nova postura, tanto para a compreensão dos mecanismos de formação das novas identidades, como para a intervenção em processos educativos, em especial no ensino de História. Segundo Carvalho (2007:4), neste contexto pode ser relevante direcionar a análise para a relação entre o local e o global. Neste sentido, Barros (2013: 16), ao se debruçar sobre o ensino de História Local e da construção da identidade histórica e social, afirma que a construção da identidade e a inserção do estudante na sociedade se dá a partir do seu local. Ainda segundo o autor, tal foco permite que o sujeito da aprendizagem seja protagonista e não apenas um mero espectador da história alheia narrada paulatinamente.

No campo do conhecimento acadêmico em História é inegável o grande avanço experimentado ao longo do século XX, a renovação metodológica iniciada pelos Annales encontrou terreno fértil na produção do conhecimento em História e passou a abarcar como objeto de estudos diversas realidades criadas pela experiência humana. Contudo, de acordo com Fernandes (1995: 44), na escola ainda predomina a História dos grandes homens e acontecimentos, a História dos heróis nacionais que dotados da vontade histórica transformam os rumos da nação e promovem acontecimentos grandiosos.

No atual cenário, devemos apresentar uma contraposição a essa História da qual o estudante é tido como mero espectador de uma narrativa que não lhe diz respeito e que pouco constitui significados para sua compreensão diante do mundo à sua volta. Segundo Barbosa (2006: 63), a História apresentada como fatos isolados e não como um processo, causa apatia e aversão dos estudantes. Daí, a maioria dos estudantes não encontram na História sentido ou utilidade, compreendendo-a não como uma ciência mas como uma matéria decorativa. Sugere como alternativa, um ensino que rompa com a História tradicional, partindo do tempo presente, focado na compreensão e interpretação da realidade social e para a construção da identidade Histórica.

Assim, a História Local como ponto de partida para aprendizagem histórica e ancoragem dos conhecimentos desenvolvidos pode desempenhar um sentido mais profundo. Conforme Barros

(2013: 4), trabalhar a realidade mais próxima do estudante, dá significado ao aprendizado da História e introduz a formação de um raciocínio que contempla o entorno do estudante. Sendo assim, a compreensão da História e da consciência histórica pode se desenvolver em camadas cada vez mais abrangentes. Ainda segundo Barros:

O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações passadas e futuras (Barros, 2013: 5).

Essa mudança de postura em direção à História Local como ponto de partida na formação de identidades também se sustenta do ponto de vista teórico-metodológico da ciência histórica. Autores como Carvalho (2007: 2) e Ferreira (2017) acusam que desde os Annales a historiografia tem apontado que as experiências humanas não devem ser analisadas somente a partir de aspectos globalizantes, mas também por suas singularidades que se manifestam de maneira rica no âmbito local, sobretudo nos micro espaços. Segundo Amado (1990: 9), “a historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças”, Barbosa (1999: 127) trata nos mesmos termos a relação entre a História Geral e a História Local. Assim, podemos afirmar que o ensino de História, que considera uma abordagem sobre a História Local, se mostra como potente mecanismo de compreensão dos métodos de produção do conhecimento histórico. Além disso, fornece à História o *status* de ciência, proporcionando sentido ao seu estudo e auxiliando na compreensão do entorno do estudante, pontos fundamentais para a compreensão da História e sua contribuição na formação das identidades.

O PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA

Diante desses debates sobre a contemporaneidade, formação das identidades e ensino de História cabe a pergunta: Ora, qual é a função do ensino de História? Certamente, desde o início

do século XIX, e mais ainda com a criação dos primeiros currículos de ensino de História no início do século XX, esta resposta encontrou diferentes afirmações.

Para Fernandes (1995: 2), a História produz o “indivíduo eminentemente histórico” e a finalidade básica do ensino de História na escola é para que o estudante produza reflexões de natureza histórica, para a prática do exercício de reflexões críticas que o encaminhe para outras reflexões de natureza semelhante ao longo da sua vida. Já segundo Morales: “a tarefa da disciplina histórica é fornecer ao estudante um senso de identidade que estimule e facilite sua cooperação com o outro: pessoas, nações, culturas diferentes” (Morales, 2010: 620).

Esta é uma percepção de autores dedicados ao estudo da História Local no ensino de História no Ensino Fundamental, e que relaciona a função do ensino de História às reflexões de natureza histórica para compreensão da realidade ao seu redor e para a construção da sua identidade. Mas o que dizem as normas oficiais sobre a construção das identidades e as finalidades do ensino de História?

Na BNCC, a questão das identidades é marcante em diversos aspectos e abordada em várias etapas de ensino e componentes curriculares. Com a tônica do reconhecimento da diversidade e desenvolvimento da empatia, o reconhecimento das identidades aparece como uma das dez competências gerais da Educação Básica. Na Educação Infantil, frisa o reconhecimento da criança como sujeito histórico e de direito que constrói sua identidade pessoal e coletiva na vivência cotidiana, e estipula essa construção como um direito de aprendizagem. No Ensino Fundamental, entende que a maior autonomia e a inserção no mundo letrado permite a afirmação de sua identidade no coletivo ao qual se insere, esta etapa é caracterizada como momento de busca de uma identidade própria. A partir daí, a questão das identidades passa a ganhar força na área de conhecimento de Linguagens e nas Ciências Humanas. As questões relacionadas à identidades emergem no sentido de desenvolver competências relacionadas ao reconhecimento de si e do outro como identidades diferentes, à interpretação e expressão de sentidos e ao acolhimento e valorização dos vários saberes e identidades (BNCC, 2018).

Mas o que preconiza a BNCC para o ensino de História? Segundo a norma, as questões sobre o passado que impulsionam o ensino de História no Ensino Fundamental são aquelas

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

relacionadas às questões do tempo presente. Ainda segundo o texto da BNCC: “o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais” (BNCC, 2018: 397). O documento chega a falar no desenvolvimento de uma “atitude historiadora”, nas situações em que professores e estudantes se colocarem como sujeitos dos processos de ensino e aprendizagem, usando fontes variadas para colocar em questão os significados e produzir um conhecimento histórico em âmbito escolar (BNCC, 2018: 398).

No entanto, as temáticas enunciadas pela BNCC para o ensino de História no Ensino Fundamental Anos Finais são reflexos dos currículos mais tradicionais, depositária de uma historiografia majoritariamente eurocêntrica, de abordagem cronológica e linear que chancela um discurso civilizatório. Nesta etapa, o foco está em conhecer, em apresentar uma tradição histórica que nos trás ao tempo presente, mas resultante de uma tradição marcada pela disputa e uma visão de mundo dominante que pouco contribui para a compreensão dos procedimentos utilizados para a compreensão do passado. Aqui se trata de algo pensado para ser apresentado como uma História ensinada como um dado e não como uma construção.

No tocante ao Ensino Médio, a BNCC trás uma nova estruturação com uma parte relacionada à Formação Geral Básica e outra variável (os itinerários formativos). Contudo, cabe ressaltar que os acalorados debates políticos em torno da recente reforma e os interesses dos atores envolvidos tem gerado uma situação de instabilidade e incertezas nas escolas. Na Formação Geral Básica o comportamento observado tem sido de se apegar às práticas tradicionais, testadas e reconhecidas pelos docentes. Já na parte flexível têm se dominado a insegurança e a improvisação. Por não se tratar do foco deste trabalho não entraremos neste intrincado debate no momento. Contudo, interessa para nosso estudo ressaltar que o texto, ao tratar da área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, dedica especial atenção às categorias de territórios e fronteiras, às quais segundo a norma devem possibilitar aos estudantes:

compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua

transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças (BNCC, 2018: 564).

Como podemos observar, não é apenas o conhecimento histórico acadêmico que ainda se encontra distante do conhecimento histórico escolar, também as discussões sobre a finalidade do ensino de história também estão pouco associadas à norma que orienta a construção dos currículos escolares. Acadêmicos defendem finalidades do ensino de História relacionadas à construção das identidades, importância reconhecida pela BNCC, contudo a aplicabilidade ainda encontra dificuldades de se desvencilhar das marcas de nascença desta ciência, recorrendo a procedimentos mais tradicionais, como a narrativa cronológica linear e o viés eurocêntrico. A narrativa cronológica, linear e esquemática da História no modelo quadripartite construída dentro dos marcos da História europeia é uma construção difundida como modelo a ser seguida, a europeização se apresenta como uma forma de superação da barbárie (Chesneaux, 1995). No Brasil, essa característica está expressa nos currículos escolares desde a inclusão do ensino de História no sistema educacional ainda no século XIX (Barbosa, 2006: 57).

No tocante às identidades, a BNCC se dedica mais ao reconhecimento das diferentes identidades do que aos procedimentos e estudos relacionados à formação dessas identidades. Sem dúvidas as categorias de territórios e fronteiras são fundamentais nestes processos, contudo, mediante às novas formas de comunicação existem outras categorias que adquirem especial relevância na identificação destes imbricados processos e que são abordadas tangencialmente.

Diante do exposto, constatamos que as normas mais recentes que orientam a construção do ensino de História não abarcam as novas questões colocadas no processo de construção de identidades das juventudes. No entanto, é de se esperar que a institucionalidade esteja sempre um passo atrás, se no campo da construção das políticas de ensino de História esse distanciamento ainda é considerável, por outro lado na construção dos espaços de memória e lugares de patrimônio a institucionalidade tem buscado fortemente construir identidades. François Hartog (2006: 268), identifica uma onda de patrimonialização com efeito de uma busca de identidade. Sandra Donner associa este processo ao crescimento da demanda pela História Local, seja em publicações acadêmicas ou na divulgação científica e até nos produtos culturais de grande circulação. Tal

crescimento de demanda se verifica na produção acadêmica, mas principalmente na literatura produzida por diletantes (Donner, 2012: 226).

O CONHECIMENTO HISTÓRICO ACADÊMICO E O CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR

No que toca essa imbricada relação entre academia e ensino de História, estamos tomando o conhecimento histórico acadêmico como o campo de pesquisa e produção do conhecimento de especialistas, ou na acepção de Barbosa (2006: 59), “como um conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos ou produzidos, estruturados com métodos, teorias e linguagens próprias, que visam compreender a natureza e as atividades humanas”. Já o conhecimento histórico escolar é aquele produzido no espaço da escola, na relação entre professores e estudantes nas várias dimensões e interações desta relação, ou conforme define Circe Bittencourt:

O conhecimento histórico escolar é uma forma de saber que pressupõe um método científico no processo de transposição da ciência de referência para uma situação de ensino, permeando-se em sua reelaboração, com o conhecimento proveniente do “senso comum”, de representações sociais de professores e alunos e que são redefinidos de forma dinâmica e contínua na sala de aula (Bittencourt, 1988: 25).

Portanto, o conhecimento histórico escolar não é uma mera simplificação e transposição do conhecimento histórico acadêmico. Tão pouco, faz sentido estabelecer uma escala de valor ou complexidade entre os dois campos do saber, visto que trabalham com o conhecimento histórico em diferentes contextos, com diferentes variáveis, diferentes elementos de interferência e até, ousamos dizer, com diferentes objetivos, pois o ensino de História na Educação Básica não busca formar pequenos historiadores. Espera-se, contudo, uma relação dialética entre ambos, pois se complementam em sentido uma vez que o conhecimento histórico escolar se vale da transposição didática dos conhecimentos socialmente produzidos na academia e, por sua vez, produz elementos que poderiam ser melhor aproveitados por historiadores.

No atual estado da relação entre pesquisa e ensino de História, não cabem mais visões tradicionalistas que separam a produção do conhecimento em pesquisas como campo dos especialistas e o campo do ensino como ofício de professores, meros reprodutores e simplificadores de conhecimentos já produzidos e sistematizados. Ainda assim, na prática, esses traços são comumente encontrados.

Conforme já mencionado, a renovação metodológica que trouxe novos paradigmas para o campo teórico e prático dos historiadores ainda encontra presença tímida nas salas de aula e pouco se faz presente nos programas, currículos, livros e na prática dos professores da Educação Básica. Os motivos que levam a essas dificuldades são os mais variados e escapam aos interesses deste trabalho, contudo convém citar a formação acadêmica de professores muito diferente daquela requisitada para a prática docente (Barbosa, 2006: 60). Daí, o livro didático se torna o seu grande referencial, livro este que também não faz parte de sua formação acadêmica e que está sujeito às disputas sociais e regras de mercado.

O resultado é que professores se vêem limitados em sua prática e o conhecimento histórico escolar se mostra ainda mais sujeito à influência da historiografia tradicionalista e eurocentrista. O ensino de História, muitas vezes, tem sido caracterizado por abordagens tradicionalistas, factuais, descritivas, cronológicas e que contribuem pouco para uma formação crítica e se mostra anacrônico em relação aos desafios impostos pela contemporaneidade. Característica ainda mais presente quando se trata de abordagens relacionadas à História Local, muitas vezes marcada pela exaltação dos heróis autóctones, por listagens de cidadãos ilustres, cronologias administrativas, pela folclorização e pela negação da identidade aos “de fora” (Neves, 1997: 24).

CONSCIÊNCIA HISTÓRIA; APROXIMAÇÕES DE UM CONCEITO CHAVE

Com base no exposto até aqui, podemos tomar que se configura um duplo desafio colocado à disciplina de História e seus dilemas contemporâneos, primeiro; a superação do que aqui chamamos de marcas de nascença da História, ou seja, a formação do cidadão modelo de um projeto de Estado-nação, a missão de informar sobre um passado normalmente uniformizante e

sem conflitos, a cronologia linear que termina por formar a ideia de passado em unidades estanques e o discurso civilizatório sustentado pela visão eurocêntrica. Segundo; a aproximação de compasso entre o conhecimento histórico escolar e o conhecimento histórico acadêmico. Uma boa alternativa pode ser a formulação de um conceito utilizável de consciência histórica. Tratamos como a busca por um conceito utilizável, pois embora tenha passado a figurar na literatura historiográfica desde meados do século XX, nem sempre ele foi comum a todos que se valeram dele.

Possivelmente a primeira vez que o termo consciência histórica foi utilizado tenha sido por Raymond Aron em 1957, tomando a consciência histórica como uma consciência política (Cerri, 2001: 96). Já para o filósofo Hans-Georg Gadamer, a consciência histórica é resultado de uma historicidade alcançada apenas por alguns grupos sociais que passaram por um processo de modernização, excluindo os que estão presos às tradições, dogmas e alijados do *zeitgeist*, a consciência histórica seria: “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda opinião” (Gadamer, 1998: 17).

Phillipe Ariès também fala em tomada de consciência histórica a partir de uma modernidade, porém defende que este novo estágio de compreensão resulta da crise de referencial identitário fornecido pelas pequenas comunidades. Assim, o indivíduo passa a se perceber em uma relação dialética constante com a História que o precede, como se ela fosse um prolongamento de si mesmo e ele, por sua vez, um também um construtor dessa História (Ariès, 1989, *apud* Cerri, 2001: 98). Podemos perceber que para esses autores a consciência histórica é um estágio ao qual se alcança.

De outro modo, Agnes Heller e Jörn Rüsen compreendem a consciência histórica não como um estágio a ser alcançado, não restrito à períodos da História, classes ou maior ou menor preparação para a reflexão histórica, mas como algo inerente ao pensamento humano. Para Heller a consciência histórica é comum a todos que percebem a sua finitude e o passar do tempo, compreender-se como ser vivo significa ter consciência de sua historicidade. Assim, segundo o pensamento de Heller, a consciência histórica é composta de vários estágios que vão desde a criação de normas de convivência até a consciência de que a humanidade o transcende e passa a conceber o mundo como histórico (Heller, 1993: 15). Portanto, mobilizar a consciência histórica

seria uma necessidade para a compreensão do mundo a sua volta e para a tomada de decisões, não havendo possibilidade de agir no mundo sem essa atribuição de sentido do presente, do porvir e do que se passou.

Jörn Rüsen, toma o conceito de consciência histórica de Heller inserido nas funções das narrativas históricas que dão sentido à existência humana, sendo assim esta consciência é inerente ao humano e, portanto, componente essencial da própria ciência histórica. Segundo Lima, Rüsen define a consciência histórica “como a capacidade humana de atribuir sentido à sua vida no tempo” (Lima, 2014: 60). Na teoria de Rüsen, a consciência histórica tem uma função prática e a aprendizagem da História ganha sentido em um contexto de demandas da vida cotidiana em que o conhecimento do passado orienta a tomada de decisões. Já a tarefa da História, tema abordado na seção anterior, segundo Rüsen, consiste em nos fornecer um senso da nossa própria identidade, mas de forma a facilitar e estimular a cooperação com outras pessoas, nações e culturas (Lee, 2006: 135).

Na busca pela aproximação de um conceito de consciência histórica, importa aqui distinguir duas possíveis formulações que podem causar equívocos, são elas o senso histórico e a cultura histórica. O senso histórico, (Gadamer *apud* Cerri, 2001: 97) é o talento do historiador para compreender o passado a partir do próprio contexto em que ele emerge, sem o cometimento de anacronismos e julgamentos segundo seus próprios parâmetros. Já a cultura histórica, é alvo de debates em diferentes reflexões historiográficas que a entendem como algo composto por diferentes formas de expressão, entre elas estariam o conhecimento histórico escolar, o acadêmico, a divulgação histórica, entre outros (Rocha, 2014: 326). Portanto, estamos tratando de algo mais abrangente e fortemente amparado pela memória social. Segundo Le Goff, referência principal no tema, “a história da história não deve se preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica” (Le Goff, 2003: 47).

Se a consciência histórica pode ser definida como:

(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma

tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (Rüsen, 2001, p.57).

o conhecimento histórico deve ir além da aquisição de conhecimentos sobre fatos e objetos do passado, deve atuar como regra nos arranjos mentais dos sujeitos. A aprendizagem histórica deve ser entendida, então, como uma mudança estrutural da consciência histórica. Estamos tratando de um processo de aquisição de competências e mudanças estruturais nas formas pelas quais tratamos e usamos a experiência e o conhecimento do passado (Lima, 2014: 62).

LITERACIA HISTÓRICA E A HISTÓRIA LOCAL

Apesar dos estudos sobre consciência histórica de Jörn Rüsen e Agnes Heller, ainda são recentes estudos sobre literacia histórica (do inglês *literacy*, tradução que acompanhou traduções anteriores de Portugal, mas que podemos entender também como letramento histórico). Peter Lee (2006), busca trazer considerações iniciais sobre este conceito, segundo ele, qualquer noção útil deve levar em consideração as ideias que os estudantes possuem sobre a disciplina História e qual o passado eles podem acessar e qual a sua relação com o presente e o futuro. Ainda segundo Lee: “O principal projeto para educação histórica deve ser o desenvolvimento de estruturas históricas aproveitáveis do passado [...] que permitam aos estudantes assimilarem novos eventos e processos, tanto no passado ou no futuro (Lee, 2006: 131).

Para tanto, segundo a tese de Lee, existem três princípios básicos para construção da literacia histórica, primeiro; os estudantes devem entender a História como um compromisso com a indagação, com marcas de identificação e vocabulário especializado. Segundo, devem compreender como é possível o conhecimento da História e que as explicações podem ser contingentes ou condicionais. Terceiro, que as considerações históricas não são cópias do passado e que devem ser avaliadas como respostas em termos dos documentos analisados, dos seus poderes explicativos e das relações com outros conhecimentos.

Neste sentido, acreditamos que a História Local é imprescindível na construção do letramento histórico, pois apresenta vantagens significativas no descortinamento dos métodos de

conhecimentos da História e pode contribuir na superação dos desafios contemporâneos do ensino de História (tanto na superação das marcas de nascença como na aproximação entre o conhecimento escolar e acadêmico em História).

O conhecimento histórico escolar estará condenado a falhar se não levar em consideração os conhecimentos prévios dos estudantes e se ancorar nos seus pré-conceitos e sua historicidade. A História Local tem potencial de ser um bom ponto de partida para tocar a consciência histórica presente nos estudantes. Além disso, permite a ancoragem de conhecimentos para a compreensão de realidades mais abrangentes, em camadas, possibilitando uma aprendizagem significativa da História Global. Devido à disponibilidade de acesso às fontes e a imersão na memória social, examinar o passado a partir da História Local é ter acesso a um passado possível para os estudantes e possibilidade metodológica para a compreensão de procedimentos próprios das ciências humanas, desvendando o método tradicionalmente escondido em uma História dada e não construída socialmente.

Nos últimos anos, a História Local experimentou um crescimento considerável no Brasil, mas pouco tem se feito no sentido de incluir essa modalidade historiográfica no ensino de História em sala de aula. Os debates acerca da História Local têm se concentrado ora na produção historiográfica, ora na relação entre historiadores profissionais e diletantes (Donner, 2012: 227). A História Local traz um ganho pedagógico ao tornar disponível “aquelas narrativas, histórias locais e memórias subjugadas que foram excluídas e marginalizadas nas interpretações dominantes da história” (Giroux; Simon, 1994: 99) e pode fornecer importantes avanços na superação dos dilemas do ensino de História quanto à superação das suas marcas de nascença e descortinamento do seu método de produção do conhecimento para uma mudança de estrutural da consciência histórica, aproximando o conhecimento escolar do conhecimento acadêmico em História. Por fim, o estudo da História local coloca o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem e o valoriza como sujeito ativo deste processo.

CONCLUSÃO

De posse do exposto, acreditamos ficar claro que as transformações ocasionadas pela acelerada comunicação digital nas últimas décadas produziram mudanças nas relações sociais, nos comportamentos, padrões de consumo e na construção das identidades. Essas transformações atingem em cheio o debate sobre ensino de História e suas finalidades, em um momento em ocorrem simultaneamente mudanças nos currículos e objetivos da aprendizagem e a academia se esforça para ajustar suas lentes para novas realidades que se impõe.

Esse novo estado de coisas coloca em cheque formas tradicionais de ensino de História e evidencia a necessidade de superação de suas marcas de nascença. Mais do que aderir às novas tecnologias, o ensino precisa repensar suas práticas e orientações, no caso específico do ensino de História, acreditamos que o caminho esteja em abandonar tradicionalismos anacrônicos e incidir nas estruturas que orientam a interpretação da realidade. Para isso o conceito de consciência histórica nos parece peça chave, se entendermos este conceito como a soma das operações mentais com as quais os estudantes interpretam a realidade social e compreendem a passagem do tempo, somos levados a compreender que um ensino de História significativo deve ir além da aquisição de conhecimentos sobre o passado.

Assim, a ideia de literacia histórica nos leva a crer que uma educação histórica eficiente é aquela que produz estruturas históricas aproveitáveis do passado que permitam aos estudantes assimilarem os vários processos simultâneos que ocorrem cotidianamente de forma autônoma, crítica e cooperativa. Para tal, uma abordagem que parta da História Local é capaz de reunir os pré-requisitos necessários de um passado possível e presente em suas vidas, para transitar de uma História dada para uma história problema, para a compreensão das explicações históricas como contingentes ou condicionais e que as respostas construídas pela História se dão em termos das críticas das fontes, de sua correta indagação e relação com demais conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, J. HISTÓRIA E REGIÃO: RECONHECENDO E CONSTRUINDO ESPAÇOS. In: SILVA, M (Coord.). **República em Migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

ARIÈS, P. O TEMPO DA HISTÓRIA. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

BARBOSA, A. S. A PROPOSTA DE UM ESTATUTO PARA A HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES. In: **História e perspectiva**, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.

BARBOSA, V. de L. ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: REDESCOBRINDO SENTIDOS. **Sæculum**:Revista de História, [S. l.], n. 15, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11357>. Acesso em: 30 out. 2023.

BARROS, C. H. F. ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. CAPITALISMO E CIDADANIA NAS ATUAIS PROPOSTAS CURRICULARES DE HISTÓRIA. In: BITTENCOURT, Circe M. F (org.). **O saber escolar em sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1998.

CARVALHO, C. H. de. A HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: DIMENSÕES POSSÍVEIS PARA OS ESTUDOS HISTÓRICO-EDUCACIONAIS. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 6, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/273>. Acesso em: 26 out. 2023

CERRI, L. F. OS CONCEITOS DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E OS DESAFIOS DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 93–112, 2001. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2133/1614>. Acesso em: 27 set. 2019.

CHESNEAUX. J. DEVEMOS FAZER TÁBULA RASA DO PASSADO? São Paulo, Ática: 1995.

DONNER, S. C. HISTÓRIA LOCAL; DISCUTINDO CONCEITOS E PENSANDO NA PRÁTICA. HISTÓRICO DAS PRODUÇÕES NO BRASIL. **XI Encontro Estadual de História**. ANPUH-RS. 2012. Disponível em: http://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em: 06 de Jul, 2023.

FERNANDES, J. R. O. UM LUGAR NA ESCOLA PARA A HISTÓRIA LOCAL. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809>. Acesso em: 26 out. 2023.

FERREIRA, E. S. HISTÓRIA LOCAL E O SEU LUGAR EM PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Revista Binacional Brasil Argentina**. Vitória da Conquista. V. 6 nº 01 p. 087 a 100 Junho/2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/download/1513/1304/2557>. Acesso em: 06 de Jul, 2023.

GADAMER, H.G. PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS. In: FRUCHON, P. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GIROUX, H; SIMON, R. CULTURA POPULAR E PEDAGOGIA CRÍTICA: A VIDA COTIDIANA COMO BASE PARA O CONHECIMENTO CURRICULAR. In: MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo, Cortez, 1994.

HARTOG F. TEMPO E PATRIMÔNIO. IN: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HELLER, A. UMA TEORIA DA HISTÓRIA. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

LE GOFF, J. HISTÓRIA E MEMÓRIA. Trad. Bernardo Leitão, 5ª ed, Campinas, Unicamp, 2003, p. 47.

LEE, P. EM DIREÇÃO A UM CONCEITO DE LITERACIA HISTÓRICA. Educar em Revista. Editora UFPR, Curitiba, p. 131-150, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/DPFPv67KqKrWcc8nXWLBftM/>. Acesso em 19 de jul, 2023.

LIMA, M. CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E EDUCAÇÃO HISTÓRICA. In: CIAMBARELLA, A. et al. (org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. São Paulo, Editora FGV, 2014.

MORALES, Elisa V. HISTÓRIA DO COTIDIANO E ENSINO DE HISTÓRIA. **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. EDUEL. Londrina, 2010. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/historia_do_cotidiano_e_ensino_de_historia.pdf>. Acesso em: 17 de Jul, 2023.

NEVES, J. HISTÓRIA LOCAL E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 3, p. 13-27, jan./dez, 1997.

ROCHA, H. A PRESENÇA DO PASSADO NA AULA DE HISTÓRIA. In: CIAMBARELLA, A. et al. (org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. São Paulo, Editora FGV, 2014.

RÜSEN, Jörn. RAZÃO HISTÓRICA. Brasília, Editora da UnB, 2001.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07: OBSERVATÓRIO DA EXTREMA DIREITA: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE AS DIREITAS NO TEMPO PRESENTE.

Aborto e Extrema Direita: Uma análise das publicações de grupos neointegralistas e bolsonaristas

Lavínea Oliveira da Rosa²⁰²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar a compreensão de como diversos grupos de subdivisões diferentes da extrema direita brasileira utilizam a pauta do aborto para estabelecerem relações com outros grupos; suas interferências na política; conseguir novos integrantes através de temas populares (como o aborto); o uso dessa temática nas eleições de 2018 e 2022; a pauta do aborto como uma possível forma de ligação entre esses grupos, para além do viés político; a tática utilizada; a questão da necropolítica; o uso da fé em seus discursos, e a importância do tema, através da análise de publicações realizadas em suas contas nas redes sociais Facebook, Instagram, Telegram, Twitter e Youtube, além de seus sites oficiais, por grupos neointegralistas e bolsonaristas analisados.

Palavras-chave: Aborto. Extrema direita. Neointegralismo. Bolsonarismo. História Pública Digital.

²⁰² Bacharela e licencianda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: lavinea2001@gmail.com

Abstract: This paper aims to present an understanding of how various groups from different subdivisions of the Brazilian far right use the abortion issue to establish relations with other groups; their interference in politics; gaining new members through popular issues (such as abortion); the use of this issue in the 2018 and 2022 elections; the abortion agenda as a possible way of connecting these groups, beyond the political bias; the tactics used; the issue of necropolitics; the use of faith in their speeches, and the importance of the topic, through the analysis of publications made on their social media accounts Facebook, Instagram, Telegram, Twitter and Youtube, as well as their official websites, by the neointegralist and Bolsonaro groups analyzed.

Keywords: Abortion. Extreme right. Neointegralism. Bolsonarism. Digital Public History.

Introdução

A ascensão da extrema direita como um movimento político e ideológico tem suscitado interesse e apreensão em várias nações ao redor do globo. No Brasil, essa tendência não é exceção, e coletivos associados a essa corrente ideológica têm ganhado proeminência e espaço no discurso público. Diante desse panorama, torna-se imperativo investigar de que maneira esses grupos abordam e instrumentalizam determinadas temáticas para disseminar sua ideologia e angariar adeptos.

O escopo deste estudo consiste em apresentar as análises das publicações efetuadas por distintas subdivisões da extrema direita brasileira, a saber, a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Flama Verde, o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), o Movimento Endireita Brasil, o Movimento Conservador, o Movimento Direita Brasil RJ, Direita Santa Catarina, Movimento Direita Minas, Movimento Direita Catarinense, Direita São Paulo e Direita Paraná Oficial, no que tange ao tema do aborto. Para tanto, foram utilizadas fontes digitais, incluindo redes sociais (Facebook, Instagram, Telegram, Twitter e Youtube) e os sítios oficiais desses grupos, que abordassem de alguma forma a temática do aborto.

A metodologia empregada envolveu a constituição de um banco de dados, onde foram arquivadas as publicações dos grupos que mencionavam o tema do aborto. Dados como autores,

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

datas e links das publicações foram registrados, objetivando a preservação e organização das informações recolhidas. Essa abordagem facultou uma análise sistemática e comparativa das postagens, provendo substrato para a compreensão de como o aborto é tratado e explorado por esses coletivos.

A fundamentação teórica dessa pesquisa abarcou estudos acerca da história do aborto, questões políticas e sociais correlatas ao tema, bem como análises sobre a extrema direita e seus discursos. Por meio dessa base teórica, buscou-se contextualizar as publicações dos grupos e elucidar suas estratégias e objetivos.

Portanto, os objetivos deste estudo englobam a compreensão de como diversos grupos de subdivisões distintas da extrema direita brasileira utilizam a pauta do aborto para estabelecer relações com outros grupos; suas interferências na política; a obtenção de novos integrantes por meio de temas populares (como o aborto); o emprego dessa temática nas eleições de 2018 e 2022; a pauta do aborto como uma possível forma de conexão entre esses grupos, para além do prisma político; a tática empregada; a questão da necropolítica; o emprego da fé em seus discursos e a relevância do tema, por meio da análise de publicações realizadas pelos grupos analisados. Dessa forma, proporciona-se uma visão mais clara e aprofundada sobre as estratégias adotadas por esses grupos e seus impactos no debate público.

A área de estudo contextualizada

O espectro político e ideológico denominado de extrema direita revela-se como um domínio intrincado e diversificado, abrangendo grupos que se subdividem em múltiplas subcategorias. Não obstante, diversas peculiaridades emergem como elementos compartilhados por muitos desses grupos, entre as quais destaca-se a posição antiaborto. Nesse contexto, esta investigação almejou analisar alguns contingentes da extrema direita no Brasil, a saber: a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Flama Verde, o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), o Movimento Endireita Brasil, o Movimento Conservador, o Movimento Direita Brasil RJ, Direita Santa Catarina, Movimento Direita Minas, Movimento Direita Catarinense, Direita São Paulo e Direita Paraná Oficial. A escolha desses grupos fundamentou-se em sua diversidade enquanto subdivisões no amplo âmbito da extrema direita, permitindo, assim, uma análise mais aprofundada e abrangente

sobre a abordagem e utilização da temática do aborto no contexto mais amplo das direitas. Ademais, tais grupos ostentam significativa influência social e, em alguns casos, política, capazes de exercer interferência em iniciativas de legalização do aborto.

Dentro desse escopo, é crucial compreender as subdivisões eleitas para análise, a saber: neointegralismo e bolsonarismo.

No que concerne à subdivisão do neointegralismo, é pertinente mencionar os três grupos preeminentes, a saber: Frente Integralista Brasileira (FIB), Flama Verde e Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B). Essas entidades têm como alicerce a doutrina integralista e compartilham vários princípios dessa base ideológica, não obstante apresentem nuances distintivas.

O movimento neointegralista pode ser caracterizado como uma vertente da extrema direita brasileira que descende do movimento integralista, este último caracterizado por uma inclinação fascista e nacionalista, fundado em 1932 sob a liderança de Plínio Salgado. Como coloca o historiador Odilon Caldeira Neto:

O integralismo, compreendido aqui no sentido ideológico do termo, i. e., não restrito a grupos específicos, surgiu oficialmente no ano de 1932, a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que também foi, certamente, a maior organização integralista já existente. Inspirados por movimentos fascistas europeus, mas também por algumas organizações e grupos nacionais, sobretudo aqueles ligados a setores do conservadorismo e tradicionalismo católico, a AIB foi a principal organização fascista existente na história brasileira (embora, como observa Trindade,¹ não tenha sido a primeira). Foi, ainda, de acordo com Griffin,² o principal movimento fascista em atuação além da Europa. (Caldeira Neto, 2012: 149).

Ademais, com a ausência de Plínio Salgado, após seu falecimento em 1975, o surgimento do fenômeno neointegralista foi catalisado, representando organizações e indivíduos que buscam reestruturar o integralismo sem a presença de sua liderança central. Tal cenário propiciou um terreno fértil para disputas de poder e a emergência de novas compreensões ou "modernizações" da ideologia integralista, conforme assinala Caldeira Neto:

Após a morte de Plínio Salgado há início do chamado fenômeno neointegralista, isto é, organizações, grupos ou mesmo indivíduos que

buscam reorganizar o integralismo sem a presença de sua principal liderança e elemento histórico do movimento integralista e em suas diversas fases. Há, então, a consolidação de um campo aberto para disputas de poder e, ainda, o surgimento de novas compreensões e/ou “modernizações” da ideologia integralista para os tempos mais recentes, aspectos intrinsecamente relacionados. (Caldeira Neto, 2012: 153).

Dessa maneira, a criação do neointegralismo resultou em duas vertentes: uma de teor mais conservador, alinhada ao integralismo católico, e outra mais radical, menos vinculada à religião e mais propensa a ideias antissemitas e conspiratórias. Cada grupo neointegralista, portanto, incorpora a doutrina integralista como fundamento, mas agrega suas próprias visões e interpretações, bem como uma abordagem distinta em relação à sociedade e à disseminação de suas ideias.

Embora se autodenomine antifascista, o movimento integralista, na verdade, configura-se como um movimento fascista, anticomunista e nacionalista, cujo lema central é "Deus, Pátria e Família". Essa herança foi transmitida para os grupos neointegralistas, que a adotaram como princípio, aproximando-se cada vez mais de correntes extremistas da extrema direita. Como resultado desse processo, três grupos destacaram-se: a Frente Integralista Brasileira (FIB), Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE) - que encerrou suas atividades e deu origem ao grupo Flama Verde - e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B).

Em relação à Frente Integralista Brasileira (FIB), Gonçalves e Caldeira Neto (2020) enfatizam que:

é o maior, mais organizado e ativo entre os três grupos neointegralistas surgidos após o congresso de 2004. Atualmente, o presidente do grupo é Moisés Lima, que se apresenta como filósofo. A FIB foi fundada no dia 22 de janeiro de 2005, com sede em São Paulo, e se apresenta como um grupo voltado a resgatar a herança cultural, cívica, política e ideológica da Ação Integralista Brasileira. (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020: 171- 172).

A FIB, assim, pode ser percebida como uma entidade que se fundamenta na doutrina integralista, buscando incorporar os princípios e normas estabelecidos pelo movimento integralista em sua época de existência. O grupo aborda uma variedade de temas, incluindo política, economia, religião e questões sociais. Além disso, investe em cursos e palestras para seus membros, com o

objetivo de discutir a doutrina integralista, permitindo afiliações em alguns estados. Notavelmente, a FIB mantém uma padronização religiosa, adotando o catolicismo como sua religião oficial, proclamando-se como herdeira legítima do movimento integralista. Atualmente, a FIB destaca-se como o maior grupo neointegralista, exercendo significativa influência política e social, contando com 898 seguidores em seu canal no Telegram, 3,63 mil inscritos no canal do YouTube de Moisés Lima, um dos principais integrantes do grupo, e diversos seguidores que respaldam as frequentes postagens do grupo em seu site oficial.

No tocante ao Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), Gonçalves e Caldeira Neto (2020) esclarecem que o grupo busca:

(...) criar uma “sequência harmônica de explicação”, na qual as ideias do campo científico, aliadas aos valores morais e intelectuais do integralismo, teriam capacidade de resolver problemas de vários tipos: sociais, econômicos, políticos e até espirituais. A isso, eles deram o nome de filosofia linear, ou linearismo. No entendimento deles, as ideias científicas - vindas da matemática, da física e de outras disciplinas - promoviam um despertar de consciência, de forma muito parecida ao processo de revolução espiritual defendido pela Ação Integralista Brasileira. A diferença básica entre o linearismo e o integralismo da primeira fase é justamente que o linearismo afirma ter princípios mais descritivos e atuais. (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020: 167- 168).

Assim, o MIL-B pode ser interpretado como um grupo que adota a doutrina integralista e, segundo seus membros, utiliza métodos científicos lógico-estruturais para abordar diversas temáticas, incluindo questões como o veganismo e o espiritismo. Apesar da ampla gama de temas abordados, não há uma posição clara em relação a uma religião específica a ser seguida pelos integrantes, diferenciando-se de outros grupos que colocam o catolicismo como religião predominante. No âmbito político, o grupo discute a viabilidade de um regime monárquico, com algumas adaptações, incluindo a participação de alguns membros nessa nova ordem de poder. Atualmente, o grupo conta com 157 inscritos em seu canal no Telegram.

Gonçalves e Caldeira Neto também discutem a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), que se apresenta como:

(...) “nem destros nem sinistros” (nem direita nem esquerda), se define como uma associação que tem por finalidade a divulgação do pensamento nacionalista, por meio de palestras, seminários, mesas-redondas e cursos de formação. O grupo, que não tem estrutura rígida, com líderes definidos, tem como patrono Arcy Lopes Estrella, o dr. Arcy. As bandeiras da Accale são o nacionalismo, o anticomunismo, o antiliberalismo, a contrariedade ao progressismo e à usura, assim como a defesa de uma revolução interior, muito similar à proposta integralista. (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020: 187).

Por sua vez, o grupo Flama Verde, descendente da Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella, se autodeclara como um grupo nacionalista cristão, antiliberal e antimarxista. Embora faça uso da doutrina integralista, adota uma abordagem mais radical, evidenciada pela linguagem agressiva presente em suas postagens. A componente religiosa existe no grupo, mas não assume a mesma proeminência observada nas temáticas políticas brasileiras ou estrangeiras. Adicionalmente, o Flama Verde utiliza a imagem e os ideais propostos por Enéas Carneiro, Alberto Torres e até mesmo Bautista Vidal como fundamentação intelectual. Diferentemente da FIB e do MIL-B, o Flama Verde apresenta uma linguagem mais acessível às faixas etárias mais jovens, constituindo um diferencial nessa subdivisão, geralmente caracterizada por membros mais idosos. Atualmente, o grupo conta com 1.625 inscritos em seu canal no Telegram e 1,73 mil inscritos em seu canal no YouTube.

A segunda divisão examinada é a do bolsonarismo, que ganhou notoriedade durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Seu surgimento teve início em 2016, durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, quando Bolsonaro, então deputado federal, começou a se destacar ao enaltecer torturadores da ditadura militar brasileira e promover o ódio contra minorias. Após as eleições de 2018 e, especialmente, durante as eleições de 2022, observou-se um aumento expressivo de grupos pró-Bolsonaro.

O bolsonarismo guarda semelhanças com o fascismo do século XX, permeando a psique das massas e construindo uma narrativa fundamentada em valores como disciplina, valores familiares, religiosos e negacionismo, além de características como militarismo e anti-intelectualismo (Silva Júnior e Fargoni, 2020). Além disso, o bolsonarismo pode ser concebido

como um movimento neofascista, compartilhando pontos em comum com os fascismos europeus clássicos, adaptado à realidade brasileira.

Silva Júnior e Fargoni (2020) destacam também que o bolsonarismo possui influências externas, não sendo exclusivamente endêmico à sociedade brasileira, ressuscitando atributos de ideologias políticas como o fascismo e o nazismo, almejando a dominação das massas e uma nova subjetividade do cidadão. Essas características se entrelaçam com elementos específicos do fascismo clássico em diversos domínios e dimensões. No entanto, é crucial salientar que nem todos os grupos que apoiam Bolsonaro atuam exclusivamente em prol de sua candidatura. Alguns grupos, como o Movimento Endireita Brasil e o Movimento Conservador, já existiam antes do surgimento do bolsonarismo e possuem suas próprias agendas e ideologias.

O Movimento Endireita Brasil, estabelecido em 2006, é um coletivo inicialmente formado por jovens da classe média paulistana, liderado pelo deputado federal Ricardo de Aquino Salles. O grupo alega buscar defender uma direita ética, liberal, democrática e participativa. Entretanto, nos últimos anos, o grupo concentrou seus esforços em promover a candidatura de Bolsonaro, embora, em seu início, a intenção principal fosse propor uma nova forma de governo elitista em oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente, o grupo possui 36 mil seguidores no Instagram, 647 mil seguidores no Facebook e 12,5 mil seguidores no Twitter.

O Movimento Conservador, fundado em 2016, inicialmente como Direita Paulistana e posteriormente alterando para Direita São Paulo, é um grupo conservador, pró-vida e profundamente ligado a questões religiosas e políticas. Em 2019, o grupo mudou seu nome para Movimento Conservador e expandiu suas filiais para outros estados do país. Além de influência social, busca ativamente influência política para aumentar sua participação no legislativo e câmaras municipais. O grupo, cuja base ideológica utiliza as ideias de Olavo de Carvalho, defende o resgate da cultura Ocidental, valores cristãos, moral, filosofia grega e direito romano. Atualmente, o grupo conta com 1.832 inscritos em seu canal no Telegram, 75,9 mil seguidores no Instagram, 22 mil seguidores no Facebook, 52,8 mil seguidores no Twitter e 9,51 mil seguidores em seu canal no YouTube. Em um segundo perfil, agora secundário, o grupo possui 1.013 seguidores no Instagram e 14,3 mil seguidores no Twitter.

Uma segunda subdivisão dentro do campo do bolsonarismo é representada por grupos formados principalmente para apoiar o presidente durante as eleições e que, posteriormente, conseguiram expandir suas atividades e criar filiais. Este é o caso dos grupos Movimento Direita Brasil, Movimento Direita Brasil RJ, Movimento Direita Minas e Movimento Direita Catarinense.

O Movimento Direita Brasil RJ é um grupo que adota o lema integralista "Deus, Pátria e Família", posicionando-se como conservador e manifestando elementos como ódio às minorias, apoio a políticas de morte (necropolítica) e pró-vida. Sua base está em Volta Redonda, declarando apoio a Bolsonaro e defendendo uma política limpa no Brasil, livre de corrupção, enfatizando também a importância da liberdade de opinião. Fundado em 2021, o grupo possui atualmente 230 inscritos em seu canal no YouTube, 52,5 mil seguidores no Instagram e 1,5 mil seguidores no Facebook.

O Movimento Direita Minas é um coletivo composto por conservadores que afirmam opor-se à inversão de valores em Minas Gerais. Além de apoiar Jair Messias Bolsonaro, o grupo recebe respaldo do deputado Nikolas Ferreira e possui filiais em várias cidades do estado. Cada filial apresenta suas próprias particularidades, como a filial de Juiz de Fora, autodenominada "terrivelmente conservadora, armamentista, antifeminista e cristã", e a filial de Bicas, que se considera "movimento direitista, conservador e pró-Bolsonaro em Bicas MG". Fundado em 2016, o Movimento Direita Minas possui atualmente 130 mil seguidores no Instagram, 178 mil seguidores no Facebook, 36 mil seguidores no Twitter, 5,51 mil seguidores no YouTube e 317 inscritos no Telegram.

O Movimento Direita Catarinense é um movimento de direita conservadora em Santa Catarina, que buscou apoiar Bolsonaro durante as eleições de 2022 e disseminar seus princípios e ideologias pró-vida, antiesquerda e anticomunismo. Fundado em 2018, o grupo não mantém uma atividade frequente e uma estratégia de postagem tão apelativa quanto outros grupos bolsonaristas, contando atualmente com 5.269 seguidores no Instagram e 12 mil seguidores no Facebook.

O grupo Direita Santa Catarina se autodefine como o primeiro e maior movimento conservador do estado de Santa Catarina, combatendo o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda desde 2017. O grupo utiliza o lema "Deus, Pátria, Família e Liberdade" e compartilha

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

ideologias de uma direita ultraconservadora e ultranacionalista, contando com 20 mil seguidores no Instagram, 24 mil seguidores no Facebook, 143 seguidores no Twitter e 525 inscritos no canal do Telegram.

O Direita Paraná Oficial, fundado pelo Deputado Federal Filipe Barros em 2017, é outro grupo que tem como lema "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". O grupo se apresenta como uma organização civil e política conservadora, lutando pelo restabelecimento da liberdade e da ordem. Além disso, o DPO parece buscar uma certa soberania, comum a diversos grupos e movimentos extremistas do sul do país. Segundo o site oficial, o grupo possui mais de 1.703.045 seguidores no estado do Paraná, contando com 9.800 seguidores no Instagram, 326 mil seguidores no Facebook e 265 seguidores no Twitter.

Assim, é compreensível que a extrema direita, especialmente a brasileira, apresenta uma diversidade considerável e posições distintas em cada vertente. No entanto, é notável que todos esses grupos, independentemente de suas subdivisões, estabelecem relações e diálogos de alguma forma entre suas ideologias. O resgate do lema integralista "Deus, Pátria e Família" por muitos grupos bolsonaristas ilustra essa convergência. Além disso, é relevante destacar que cada grupo da extrema direita, apesar das semelhanças, atribui maior ou menor importância a diferentes temas, mas em algum momento concordam entre si, como é o caso da questão do antiaborto.

Portanto, a oposição ao aborto emerge como uma questão central para os grupos de extrema direita, cada qual conferindo-lhe uma importância específica, mas não negligenciando sua relevância. Desta forma, foi possível identificar similaridades a partir da pauta do aborto, seja na abordagem legislativa, argumentos utilizados, base ideológica, influências externas, comunicação online, fontes de informação, concordância em declarações públicas, posição em temas relacionados e mobilização e ativismo. Esta questão proporciona uma reflexão sobre como o aborto pode ser uma estratégia importante para esses grupos conquistarem espaço na política, estabelecerem conexões com outros grupos e expandirem seu número de filiados ou seguidores por meio de uma temática comum, permitindo a disseminação de ideias similares.

O aborto no Brasil

O fenômeno histórico do aborto no Brasil, enraizado em sua cultura, permanece como tema controverso e tabu, apesar de sua longa existência. Durante a colonização, índices apontam para a prática não apenas entre mulheres portuguesas, mas também entre as indígenas, motivadas por distintos contextos.

No início da colonização, a segregação, condições adversas e violência nas missões jesuíticas levavam os índios a fugirem, fragmentando as estruturas familiares, impactando negativamente a taxa de natalidade e aumentando a mortalidade infantil. Tais circunstâncias, aliadas a abortos praticados por indígenas desprovidas de apoio, configuravam um cenário complexo (Freyre, 1933/1981).

Durante o período colonial, o aborto era interpretado como uma transgressão à feminilidade e à maternidade, sendo que a vida do feto era reconhecida somente após 40 dias. O poder feminino estava vinculado à maternidade, redimindo supostos pecados, enquanto o assédio ao aborto relacionava-se a questões econômicas, políticas e à naturalização da sexualidade (Del Priore, 1993).

A perseguição ao aborto na época levava mulheres a recorrerem a métodos inovadores, orientadas por benzedeiras e parteiras, resultando em práticas arriscadas e frequentemente letais. O contexto envolvia questões econômicas, políticas e a naturalização da sexualidade (Venâncio, 2004).

Atualmente, o aborto não é legalizado no Brasil, exceto em casos específicos. A legislação restritiva perpetua desafios, levando mulheres a procurarem procedimentos clandestinos com complicações e, em muitos casos, resultando em mortes (IBGE, 2013). A pesquisa nacional de aborto de 2021 destaca a prevalência do aborto em mulheres jovens e revela a inadequação da legislação restritiva (G1, 2023).

As questões educacionais também são relevantes, com mulheres de baixa instrução enfrentando limitações de acesso à informação sobre contraceptivos. A educação desempenha um papel significativo nas decisões relacionadas ao aborto (IBGE, 2013).

O debate sobre o aborto ganha destaque no Brasil, com movimentos feministas e defensores dos direitos reprodutivos lutando pela descriminalização. Avanços, como a decisão do STF em 2012 sobre a legalização de abortos em fetos anencéfalos, indicam mudanças na legislação em resposta à crescente demanda (STF, 2012).

O tema do aborto através da extrema direita brasileira

A emergência nas plataformas digitais de grupos associados à extrema direita tem sido objeto de escrutínio por parte de acadêmicos especializados em história, que se dedicam à compreensão dos padrões de postagem adotados por essas facções e seu impacto na contemporaneidade sociopolítica. Um aspecto saliente nas publicações digitais desses grupos é a distorção de narrativas históricas, instrumentalizada para fomentar suas agendas políticas. Eles tendem a reinterpretar eventos do passado de maneira seletiva, buscando justificar suas ideologias e consolidar uma visão particular de identidade nacional ou étnica.

A manipulação histórica surge como uma estratégia recorrente nos arsenais desses grupos, visando estabelecer uma percepção de legitimidade para suas reivindicações e criar uma ligação com um passado idealizado. Conforme assinalado por Snyder (2018), a deturpação dos fatos históricos capacita esses grupos a moldarem a percepção pública e construir uma narrativa que reforça discursos de exclusão, xenofobia e supremacia racial.

Outra tática frequentemente adotada consiste na apropriação de símbolos e imagens históricas em suas postagens online, buscando estabelecer uma continuidade com ideologias e regimes do passado que veneram. Tal apropriação objetiva construir identidade e coesão entre os membros do grupo de extrema direita, utilizando tais elementos como vetores para a invocação de um senso de pertencimento e alimentação da nostalgia por uma suposta era de grandeza e pureza racial ou cultural (Griffin, 2007).

Ademais, destaca-se a adoção de uma retórica conspiratória, evidenciada nas postagens desses grupos nas redes sociais. Essa retórica visa identificar supostos complôs e inimigos ocultos que ameaçam a ordem social e cultural. Historicamente, os grupos de extrema direita basearam-se em teorias conspiratórias para alimentar a desconfiança em relação a instituições democráticas,

minorias étnicas ou religiosas, justificando, assim, suas ações e mobilizando seguidores em nome de uma suposta causa moral ou identitária (Arendt, 1951).

O papel das redes sociais no recrutamento e na radicalização de indivíduos por parte desses grupos é significativo. Através de postagens persuasivas, vídeos e interações online, buscam atrair novos seguidores e fomentar o extremismo. As estratégias de engajamento, como a criação de comunidades online e a promoção de discursos polarizadores, são aplicadas para atrair indivíduos vulneráveis e moldar suas crenças (Miller-Idriss, 2020).

A análise das postagens dos grupos investigados revela alguns pontos em comum, tanto em termos textuais quanto visuais. Embora a temática antiaborto e pró-vida seja recorrente, a ênfase varia entre os grupos. Enquanto alguns, como o Flama Verde, dedicam vários posts ao assunto, outros, como o Movimento Endireita Brasil, o consideram relevante, mas não ao ponto de gerar tantas publicações.

Além da temática do aborto, há elementos compartilhados na abordagem desses grupos. Eles frequentemente associam o aborto à esquerda, vinculando-o ao marxismo, comunismo e feminismo. O aborto é também politizado como uma agenda do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo explorado para disseminar fake news durante os períodos eleitorais, com especial ênfase em 2022. Elementos visuais com tonalidades sombrias, linguagem negativa e passivo-agressiva são empregados para apelo emocional. A apresentação do aborto como uma ameaça aos valores tradicionais e à moralidade, entendendo-o como uma forma de destruição da família tradicional brasileira, é uma constante.

Entretanto, as estratégias antiaborto podem diferir entre os grupos. Alguns realizam eventos como simpósios, congressos e grupos de estudos sobre o tema, enquanto outros limitam-se a publicações condenatórias, compartilhamento de notícias políticas e divulgação de conteúdos de médicos contra a legalização do aborto, embasados supostamente em conhecimentos científicos.

Outra observação decorrente da análise é a programação coordenada das postagens por grupos afiliados, com elementos visuais e textuais uniformes, além de datas e horários específicos. Essas datas muitas vezes carregam significado histórico ou comemorativo, enquanto os horários

são escolhidos para maximizar o alcance. Elementos visuais chamativos, por vezes até mesmo extravagantes, e textos persuasivos são utilizados para prender a atenção do leitor e induzi-lo à leitura.

Durante os períodos eleitorais, especialmente em 2022, observou-se uma intensificação significativa das publicações, com disseminação de fake news relacionando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva à legalização do aborto. A presença da necropolítica também se destaca em várias postagens, contribuindo para a disseminação do ódio e, em certos casos, interferindo na política. A necropolítica, conceituada por Achille Mbembe, destaca-se como uma estratégia de controle que regula a vida e a morte, exercendo controle sobre a mortalidade de grupos sociais específicos (Mbembe, 2016). Embora discutida principalmente no contexto de políticas estatais de violência, sua relevância para grupos de extrema direita não deve ser subestimada.

A ascensão e consolidação de movimentos e partidos políticos de extrema direita globalmente desencadeiam dinâmicas políticas e sociais complexas. Esses grupos implementam estratégias que promovem uma política de exclusão, divisão e supremacia, fundamentadas em uma lógica congruente com os princípios da necropolítica.

A análise da abordagem da extrema direita em relação ao aborto destaca pontos-chave, incluindo o uso da necropolítica para disseminar ódio, a utilização do tema nas eleições para promover candidatos, o recrutamento através de temáticas populares, a união entre grupos, a disseminação de fake news, o apelo à fé, a colaboração com ONGs, e a variação na importância atribuída ao tema. A narrativa antiaborto é fundamentada em valores morais, discursos religiosos, direitos do feto e na proteção da vida, respaldada por uma visão conservadora de família.

Em relação às fontes de informação, os grupos recorrem a jornais sensacionalistas e vídeos de médicos conservadores contrários ao aborto. A comunicação online desempenha papel central na disseminação de conteúdos, compartilhamento de posições similares e mobilização em campanhas, marchas e eventos para influenciar políticas públicas restritivas ao aborto. Essa mobilização, no entanto, está permeada por uma narrativa que marginaliza o aborto como exclusivo de movimentos feministas e de ideologias de esquerda, visando reescrever a história brasileira para

se alinhar aos valores tradicionais familiares. Este é um esforço para criar uma narrativa que apaga eventos inconvenientes e sustenta uma visão distorcida da realidade.

Conclusão

As conclusões derivadas da exegese das publicações dos grupos de extrema direita elucidam uma abordagem específica em relação à pauta do aborto, transcendendo uma mera inclusão em seu repertório ideológico. Ao término desta pesquisa, salientam-se diversos pontos-chave, proporcionando uma interpretação mais aprofundada desta temática. Nota-se, primeiramente, a adoção de uma tática pelos grupos, evidenciando o emprego da necropolítica em suas comunicações nas redes sociais e discursos, com o propósito de disseminar a animosidade e influenciar a opinião pública. Esta estratégia revela uma abordagem agressiva, dirigida à interferência nos direitos humanos, deliberando sobre quem merece viver e quem deve perecer.

Outro aspecto relevante é a instrumentalização da temática do aborto durante as eleições presidenciais de 2022, delineando uma estratégia para fomentar a campanha de Bolsonaro. Este enfoque sublinha a utilização do tema como uma ferramenta política, visando influenciar os resultados eleitorais e atrair apoio para candidatos específicos. Além disso, verifica-se que os grupos de extrema direita empregam a temática do aborto como um atrativo para recrutar novos seguidores, valendo-se de títulos de postagens e imagens com apelo emocional, além de adotar uma linguagem acessível para facilitar a compreensão rápida e evitar ambiguidades. A popularidade desse tópico é explorada para atrair indivíduos que compartilham da posição antiaborto, sem necessariamente abraçarem ideologias extremistas, ampliando, assim, suas bases de apoio.

Outra constatação reside na recorrente disseminação de notícias falsas por parte desses grupos para corroborar sua narrativa antiaborto. Esta estratégia visa manipular a opinião pública, disseminando informações de procedência duvidosa que frequentemente distorcem a realidade. A análise das publicações também revelou a aplicação de linguagem e paletas de cores impactantes, objetivando sensibilizar e moldar o pensamento dos leitores. Essa abordagem busca influenciar emocionalmente o público, suscitando reações intensas e fortalecendo os posicionamentos extremistas.

Ademais, observa-se que alguns grupos fundamentam a pauta antiaborto em trechos da Bíblia ou discursos religiosos, enquanto outros ancoram seus argumentos em uma lógica mais "racional". Esta diversidade de abordagens evidencia a adaptabilidade desses grupos, explorando diferentes discursos para consolidar suas posições. Importa destacar que a temática do aborto recebe uma ênfase e discussão superiores em alguns grupos quando comparada a outros temas. Tal constatação revela a centralidade e relevância dessa questão na agenda desses grupos extremistas, indicando sua importância como um dos principais pontos de discussão e mobilização.

Por último, a coesão entre diferentes grupos de extrema direita emergiu como um fator preponderante, estabelecendo-se através do compartilhamento de publicações notáveis pela sua semelhança e de outras provenientes da mesma base. Além disso, verifica-se uma conexão com políticos conservadores na batalha pela garantia de projetos de leis que evitem a legalização do aborto em todos os casos. Para além do âmbito político, essas conexões transcendem fronteiras ideológicas e partidárias, possibilitando a formação de coalizões e alianças estratégicas para promover suas agendas.

À luz dessas conclusões, evidencia-se que a extrema direita instrumentaliza a temática do aborto não apenas como uma questão de sensibilização, mas também como um instrumento para angariar novos seguidores e disseminar sua ideologia extremista. O frequente recurso a notícias falsas, a propagação de material ofensivo, a utilização de linguagem e paletas de cores impactantes, a influência nas eleições e a aplicação da necropolítica são estratégias inquietantes que visam manipular a opinião pública, interferir em direitos fundamentais e moldar o debate político.

Essas descobertas acarretam implicações significativas para a compreensão dos discursos e práticas da extrema direita em relação à temática do aborto. É imperativo que a sociedade esteja vigilante a essas estratégias e participe na promoção de um debate informado, pautado na ética, na justiça social e no respeito aos direitos humanos. A disseminação de informações precisas e a resistência às notícias falsas são ações essenciais para confrontar a manipulação da opinião pública e assegurar a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

A compreensão desses aspectos é crucial para desvelar as estratégias empregadas pela extrema direita em relação à temática do aborto, bem como para estimular o debate e a

conscientização acerca dos diversos discursos presentes nesse contexto. Nesse sentido, é de suma importância que instituições de ensino, meios de comunicação e a sociedade em geral estejam atentas a essas práticas, com o intuito de combater a propagação do ódio e da desinformação, promovendo, assim, um debate mais informado e inclusivo.

Por fim, destaca-se a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a investigação sobre a abordagem da extrema direita em relação à temática do aborto, considerando as implicações políticas, sociais e culturais envolvidas. É imprescindível compreender as dinâmicas complexas por trás dessas estratégias, visando desenvolver ações eficazes para enfrentar discursos extremistas, proteger os direitos das mulheres e fomentar um debate saudável e inclusivo sobre o tema do aborto na sociedade contemporânea. Somente por meio de um conhecimento aprofundado será possível elaborar estratégias efetivas para lidar com os desafios apresentados e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Pleno, ADPF 54/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, decisão 11 e 12.04.2012, Informativo STF nº 661.

Del Priore, M. (1993). **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio.

Freyre, G. (1981). **Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (21a ed.)**. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio Editora. (Original publicado em 1933).

G1. **Exclusivo: maioria das mulheres que dizem ter feito aborto no Brasil passou por procedimentos com menos de 19 anos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/24/exclusivo-maioria-das-mulheres-que-dizem-ter-feito-aborto-no-brasil-passaram-por-procedimento-com-menos-de-19-anos.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2023.

Gonçalves, Leandro P., & Caldeira Neto, Odilon. (2020). **O Fascismo em Camisas Verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora.

IBGE, **Censo Demográfico de 2013**, Brasil, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 2, dezembro de 2016, p. 123-151.

MILLER-IDRISS, Cynthia. Hate in the Homeland: The new Global Far Right. New Jersey: Princeton University Press, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. .; FARGONI, E. H. E. . Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. e4533133, 2020. DOI: 10.14244/198271994533. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4533>. Acesso em: 30 mai. 2023.

Venâncio, R. P. (2004). Maternidade negada. In M. Del Priore. (Org.). **História das mulheres no Brasil** (pp. 189-222). São Paulo: Contexto.

Influências regionais, pautas locais e a ultradireita: Um desafio ao Sul Global

Marco Antônio Campos e Souza²⁰³

Resumo: Este trabalho se estrutura como uma breve nota de pesquisa, e tem por objetivo apresentar um balanço do atual estado de desenvolvimento da dissertação do autor, produzida no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. A partir disso, serão apresentadas as principais hipóteses que estão sendo trabalhadas na pesquisa, que visa verificar o local ocupado pelas fontes locais nas análises sobre atores da ultradireita nas primeiras décadas do século XXI.

Palavra-chave: Ultradireita; Sul global.

Abstract: This work is structured as a brief research note and aims to provide an overview of the current state of development of the author's dissertation, produced within the scope of the Master's program in History at the Federal University of Juiz de Fora. Subsequently, the main hypotheses being explored in the research will be presented, which seeks to examine the role played by local sources in analyses of far-right actors in the first decades of the 21st century.

²⁰³ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Discente do Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição, no nível de mestrado. Pesquisador Júnior associado ao Observatório da Extrema Direita (OED) - Brasil e ligado ao grupo de pesquisa Direitas, História e Memória (DHM), ambos credenciados no CNPq. Os atuais interesses de pesquisa estão ligados à ascensão das direitas radicais e extremadas em contextos democráticos, atuando em temas como: História política, eleições, bolsonarismo, novas direitas, Le Pen. Bolsista CAPES. E-mail: marco.souza@estudante.ufjf.br

Key-words: Ultra-right, Global south.

O trabalho “Influências regionais, pautas locais e a ultradireita: Um desafio ao Sul Global”, apresentado no Simpósio Temático “Observatório da Extrema Direita: Reflexões historiográficas sobre as direitas no tempo presente”, durante a XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora teve por objetivo comunicar o estado de desenvolvimento da pesquisa de mestrado em curso, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Essa ação tem por objetivo aproximar outros discentes das atuais pesquisas em curso no âmbito do PPGH, além de propiciar a troca de experiências entre pesquisadores da área.

A pesquisa visa desenvolver uma abordagem comparativa entre as campanhas eleitorais de Jair Messias Bolsonaro, no Brasil em 2018, e Marine Le Pen, na França, em 2017, ambos pleiteavam o cargo de presidente de seus países. Essa análise tem por objetivo destacar as continuidades e rupturas entre os dois processos políticos, compreendidos como expressões distintas da ultradireita no mundo contemporâneo. A partir dessa reflexão, espera-se delimitar quais são as expressões de um fenômeno global da ultradireita, mas, ao mesmo tempo, demonstrar - a partir da análise das fontes produzidas nas campanhas eleitorais - como as demandas regionais desempenham forte impacto na agenda regional dos candidatos.

Para desenvolver a análise comparativa, foi estabelecida uma corrente teórica básica, de forma a criar parâmetros equitativos de análise. Nesse sentido, estabeleceu-se como categoria analítica a proposição compilatória da bibliografia estabelecida por Mudde (2019), que como ideologias centrais da ultradireita: Nativismo, Autoritarismo e Populismo. Entretanto, esse ponto de partida conceitual não deixa de lado a existência demais formas de compreensão do fenômeno e outras leituras conceituais feitas a partir das novas análise da direita, como o “Pós-Fascismo”, teorizado por Travesso (2019), ou a “*Extrema derecha 2.0*” de Forti (2021). Além disso, as ideologias propostas por Mudde foram observadas a partir da contribuição de diversos autores e correntes de pesquisa, visando ampliar e estabelecer um balanço bibliográfico do atual estado da arte no campo.

A partir desse exercício básico de conceituação, a pesquisa se direcionou à fase de desenvolvimento que foi objeto da presente comunicação. Nesse sentido, já foi possível estabelecer uma separação entre as fontes recolhidas das campanhas, quase todas oriundas de redes sociais, o que também faz levar em consideração as técnicas de tratamento estabelecidas pelo campo da História Digital. Mesmo que os exercícios de análise ainda tenham que ser desenvolvidos, algumas proposições primárias puderam ser apresentadas, que formulam as hipóteses a serem verificadas à medida do avanço da dissertação.

Em primeira leitura, parece que a centralidade das ideologias propostas por Mudde podem não se comprovarem quando aplicadas ao cenário político do Brasil, que permeou o pleito de 2018 no país, enquanto as fontes produzidas na França demonstram uma maior interlocução com a compilação teórica proposta. Nesse sentido, é necessário desenvolver análises e chaves de interpretação específicas para regiões fora do contexto do norte global.

Nesse sentido, a última fase de desenvolvimento da dissertação buscará se voltar a esse ponto específico, buscando reflexões e balanços bibliográficos que visem comprovar a hipótese central que o Sul Global de maneira genérica, e o Brasil de maneira específica, possuem especificidades que podem ainda não ser abarcadas pelo centro da produção teórica nos EUA e na Europa. É importante ressaltar que esse movimento não tem por objetivo negar a existência de um fenômeno global das direitas na atualidade, sobretudo pela evidente observação da coincidência temporal da ascensão de vários partidos e líderes da ultradireita ao centro das arenas globais de seus países. Mas, para além disso, espera-se ressaltar a centralidade das demandas regionais para a formação das agendas, e os impactos das sociedades em que esses candidatos estão inseridos para a elaboração de suas propostas e atuação.

Dessa maneira, estes foram os avanços apresentados na comunicação, e que criam as futuras inquietações e hipóteses que nortearão a conclusão da dissertação, que apresentará os resultados para essas dúvidas.

Referências bibliográficas

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

FORTI, Steven. **Extrema derecha 2.0**. Madrid: Siglo XXI, 2021.

MUDDE, Cas. **The far righth today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao Pós-Fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 12–44, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.26801>

Intelectuais à direita: uma análise sobre a elaboração de discursos das Novas Direitas Brasileiras em Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé (2006-2018)

Guilherme Abizaid David²⁰⁴

Resumo: Nos últimos anos, as novas direitas passaram a ser importantes agentes no contexto político brasileiro. Nesse período, se articularam e ocuparam o espaço público, com destaque nas eleições de 2018, viabilizando a eleição de uma série de políticos inseridos nesses grupos e de Jair Bolsonaro como presidente. Nesse sentido, pretende-se analisar como Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé, intelectuais das direitas, participaram da elaboração de bandeiras e discursos desses

²⁰⁴Graduado em História. E-mail: guilhermedavid3005@gmail.com

grupos. A pesquisa ainda se encontra em estágio inicial, tendo em vista que a apresentação diz respeito ao projeto de mestrado submetido ao Programa de Pós-graduação em História da UFJF.

Palavras-Chave: Novas Direitas Brasileiras; Antipetismo; Politicamente Incorreto; Reinaldo Azevedo; Luiz Felipe Pondé.

Abstract: In recent years, the new right has become an important player in the Brazilian political context. During this period, they have articulated themselves and occupied the public space, most notably in the 2018 elections, enabling the election of a series of politicians from these groups and Jair Bolsonaro as president. In this sense, we intend to analyse how Reinaldo Azevedo and Luiz Felipe Pondé, right-wing intellectuals, participated in the elaboration of these groups' flags and discourses. The research is still at an early stage, as the presentation relates to a master's degree project submitted to the History Postgraduate Programme at UFJF.

Key-Words: Brazilian New Right; Antipetism; Politically Incorrect; Reinaldo Azevedo; Luiz Felipe Pondé.

1. Introdução:

Nos últimos anos, o contexto político brasileiro passou por profundas transformações. As direitas²⁰⁵ passaram a ter novas agendas e conflitos, e é perceptível uma intensificação em seu campo de estudos (Cruz, Cotas, Kaysel, 2015; Caldeira Neto, 2020; Challoub, Perlatto, 2016;

²⁰⁵ Norberto Bobbio afirma que não existe somente uma direita ou uma esquerda, mas sim direitas e esquerdas. O cientista político argumenta que pode se considerar, de forma ampla, que a esquerda se orienta principalmente pelo fim das desigualdades, enquanto a direita concebe estas como algo intrínseco ao homem, além de manter o apego às tradições.

Messenberg, 2017; Cepêda, 2018; Rocha, 2018). Um fator chave para compreender este novo momento é a eleição de Jair Bolsonaro, que representou a ascensão da extrema direita²⁰⁶ à presidência da República. Sua candidatura foi marcada por aglutinar uma série de correntes e grupos políticos, das mais variadas direitas brasileiras²⁰⁷.

Entendendo essa multiplicidade de direitas no país, a pesquisa se propõe a analisar como alguns intelectuais²⁰⁸ se posicionaram nesse novo contexto, onde houve um acirramento da agenda política desses grupos, além da possibilidade de analisar algumas de suas matizes. Nos anos 1980, Antonio Flávio Pierucci (1987; 1989) foi pioneiro ao desenvolver o debate sobre uma “Nova Direita Brasileira” após o fim da ditadura militar, quando analisou o crescimento eleitoral de Jânio Quadros e Paulo Maluf no estado de São Paulo. Entretanto, o conceito permaneceu em debate no campo das ciências humanas. Débora Messenberg e Dmitri Fernandes (2018) elaboraram um panorama sobre como essa discussão passou por uma renovação após as manifestações de 2013, com novas produções sobre o tema. Nestas, foram analisadas instituições partidárias, movimentos sociais, agentes políticos e a produção intelectual de figuras proeminentes desse campo.

Camila Rocha, no esforço de compreender essas novas direitas, apontou que estas se articulavam, desde o princípio dos anos 2000, tanto por meios digitais, quanto por organizações, como os *think tanks* (instituições com o objetivo de promover atividades intelectuais em torno de temas políticos, econômicos, etc.)²⁰⁹. Além disso, Debora Messenberg explorou as visões de

²⁰⁶ De acordo com Cas Mudde “extrema direita” são aqueles que possuem um caráter “antissistema”, tomando posições contra a democracia liberal, frequentemente combinando autoritarismo, nacionalismo e exclusão das minorias

²⁰⁷ CALDEIRA NETO, Odilon. O. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020

²⁰⁸ A definição enquanto intelectual se baseia no trabalho de J. F. Sirinelli (1996), em que o autor afirma ser necessária certa flexibilidade na definição dos intelectuais, tendo em vista seus diversos aspectos. Assim, eles poderiam ter um caráter amplo e sócio cultural (como jornalistas, escritores, professores universitários etc.) ou de maior engajamento, participando ativamente da vida nas cidades. Além disso, acrescenta a ideia de M. Löwy que vê os intelectuais como “produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais”, o que engloba “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc.” (LÖWY, 1976)

²⁰⁹ ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

mundo e, Allana Vieira, junto com Dmitri Fernandes, as trajetórias intelectuais de agentes que atuaram como formadores de opinião desses grupos²¹⁰, como Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé. No entanto, algumas particularidades podem ser esmiuçadas de maneira mais atenta, como buscar auferir a contribuição de ambos na elaboração de duas bandeiras adotadas por esses novos grupos: o antipetismo e a defesa de um discurso “politicamente incorreto”²¹¹.

As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff marcaram um momento chave na oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A pesquisa desenvolvida por Helcimara Telles da conta de aspectos que são importantes para analisar como os grupos dessas novas direitas se conectavam naquele momento. Dentre esses, destaca-se, principalmente, o antipetismo²¹². Outro fator importante para esses opositores era a indignação com a corrupção, que estaria diretamente associada ao PT.

Mesmo que fosse um problema pré-existente na história brasileira, os escândalos do “Mensalão” e do “Petrolão” foram fatores determinantes para a crise do petismo - afinal, como destaca Rodrigo Patto Sá Motta, gerou um maior mal-estar no partido, tanto por suas origens e discurso, onde apontava ser inclemente contra a corrupção, quanto pela cobertura midiática desses processos que, por vezes, atentou-se mais aos malfeitos do PT do que de outros atores políticos²¹³. Ressalta-se que esse fator também possuiu um papel importante no aumento da aversão ao partido por parte da oposição.

²¹⁰ MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017; VIEIRA, Allana Meirelles; FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos Estudos*, São Paulo, Vol. 38, n. 1. P. (157-182), jan-abr, 2019.

²¹¹ ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

²¹² TELLES, Helcimara. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. *Ponto e Vírgula*, n.19, p. 97-125, out. 2016

²¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O tempo da nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018

É importante ressaltar também o trabalho de Fernando Perlatto e Jorge Challoub para entender o contexto histórico da pesquisa. Os autores apontam para seis hipóteses que auxiliem na importância que intelectuais das direitas passaram a ter no cenário político e cultural brasileiro a partir da última década. São as mudanças no contexto internacional e o aumento das direitas enquanto agentes ativos nos processos eleitorais mundiais; a crescente distância da memória da ditadura militar; as transformações que tiveram curso na própria indústria cultural do país; a capacidade de aderir e construir uma forte rede institucional; a habilidade de se valer dos sucessos e fracassos da esquerda no Brasil e, por fim; a crise do sistema partidário no país²¹⁴.

2. Os objetos:

Nesse contexto, inserem-se os objetos da pesquisa. Reinaldo Azevedo foi responsável por ditar novos léxicos do antipetismo (como ter criado o termo “petralha” para definir os defensores e membros do Partido dos Trabalhadores e “esquerdopata”, associando a esquerda como algo doentio, por exemplo). Além disso, nos meios de comunicação que trabalhou, o jornalista destacou-se por suas críticas à política brasileira, especialmente as direcionadas ao PT e aos ambientes acadêmicos²¹⁵. Azevedo, em certas ocasiões, se posicionou como um expoente da direita liberal, exemplo disso é uma de suas colunas na revista *Veja*, onde afirma que “ser de direita é apenas bom senso aplicado”²¹⁶.

²¹⁴ PERLATTO, Fernando; CHALLOUB, Jorge. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Revista Insight Inteligência*, v. 72, 2015 (<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-praticapolitica/>)

²¹⁵ MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017

²¹⁶ AZEVEDO, Reinaldo. “Ainda esquerda e direita — Esquerdismo é ideologia sim. No mais das vezes, aquilo a que se chama “direita” é só bom senso aplicado. *Revista Veja*, São Paulo, 14 de out de 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ainda-esquerda-e-direita-esquerdismo-e-ideologia-sim-no-mais-das-vezesaquilo-a-que-se-chama-direita-e-so-bom-senso-aplicado>. Acesso em: 15 de dez. 2023

Quanto a Luiz Felipe Pondé, destaca-se sua posição como “politicamente incorreto”. Em 2011, ele foi apontado como um dos “porta-vozes” desse discurso²¹⁷. Um exemplo que corrobora com isso foi o texto publicado em sua coluna na Folha de São Paulo, em que fazia uma defesa para a direita liberal adotar um caráter “festivo”. Para ele, tal mudança era necessária por interpretar que existia um “drama” na direita brasileira: a dificuldade de ser liberal e relacionar-se amorosamente com mulheres²¹⁸. Além disso, o filósofo escreveu obras em que reflete seu pensamento conservador, como o livro “Porque virei à direita: três intelectuais explicam suas escolhas pelo conservadorismo”, escrito com os filósofos João Pereira Coutinho e Denis Rosenfield e “A era do ressentimento”.

As posições “politicamente incorretas” começam no campo do humor. O fato de possuir caráter “proibido” pelo corpo social²¹⁹, mas que na verdade, ofende e humilha outros grupos sociais, potencializa o aumento desse discurso. No momento de crise do petismo, humoristas e grupos das novas direitas passaram a adotar esse discurso afim de intensificar sua oposição.²²⁰

Além disso, a escolha por Reinaldo Azevedo se justifica por, além de sua grande incidência nos principais meios de comunicação, ter contribuído para uma agenda política e, hoje, transitar em meios midiáticos diversificados. Também foi levado em conta o fato de ser um dos mais destacados formadores de opinião das direitas brasileiras, sendo legitimado diante de uma série de

²¹⁷ POLITICAMENTE correto chega a ser imoral, diz Pondé. Folha de São Paulo, São Paulo, 25/10/2011. Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2011/10/996622-politicamente-correto-chega-a-ser-imoral-dizponde.shtml>

²¹⁸ PONDÉ, Luiz Felipe. Por uma direita festiva. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 21/04/2014. Acesso em: 14/06/2023

²¹⁹ PIRES, M. DA C. F.. Derrisão e ironia cínica no humor contemporâneo: os limites entre o politicamente incorreto e incorretamente político. História (São Paulo), v. 33, n. 2, p. 470–488, jul. 2014

²²⁰ ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

seguidores²²¹. Já a escolha por Luiz Felipe Pondé ampara-se por sua presença na academia e por compor um grupo mais acadêmico dos pensadores dessas novas direitas brasileiras²²². Assim, a análise poderá compreender práticas intelectuais distintas: uma de um agente mais “militante” e outra de um agente mais “teórico”²²³.

Uma questão a ser considerada é o fato de terem marcado posições anti-bolsonarista²²⁴ nos últimos anos, o que chama atenção, pois se eles participaram de um processo político, na construção de bandeiras de novos grupos, por que, posteriormente, buscariam se distanciar de um dos maiores utilizadores dessas pautas? Existe algum tipo de arrependimento por viabilizar tais discursos? Esse distanciamento ocorre por uma discordância intelectual (ou política, num entendimento de defesa da democracia liberal) ou há alguma lógica mercadológica por detrás? Já havia alguma posição que rejeitasse Jair Bolsonaro antes de sua eleição, ainda que compartilhassem discursos antipetistas e “politicamente incorretos”?

3. A metodologia e as fontes

Analisar esses intelectuais coloca o investigador diante de uma série de metodologias possíveis. O campo da História Intelectual é amplo e são muitas as possíveis abordagens. Claudia Wasserman (2015) apresenta em artigo uma reflexão sobre as origens e metodologias possíveis do tema, como no campo da História Política francesa, com Jean-François Sirinelli. Em suas análises, se leva em conta que os intelectuais ou teriam papéis de mediadores culturais, ou um engajamento na “vida da

²²¹ MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017

²²² VIEIRA, Allana Meirelles; FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos Estudos*, São Paulo, Vol. 38, n. 1. P. (157-182), jan-abr, 2019

²²³ PERLATTO, Fernando; CHALLOUB, Jorge. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Revista Insight Inteligência*, v. 72, 2015 (<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-praticapolitica/>)

²²⁴ Reinaldo Azevedo disse em entrevista a Marco Antônio Villa que “se dava o direito de mudar de ideia” em relação a Lula e ao PT, já que o contexto havia mudado. Pondé compara Lula ao “Predador” necessário para combater o “Alien” Bolsonaro, em metáfora relacionando ao sucesso cinematográfico “Alien versus Predador”.

cidade”, sendo uma testemunha ou consciência daquilo que estava sendo vivenciado²²⁵ apontando como a importância desses sujeitos nas sociedades.

Quanto a isso, se faz importante pontuar o aumento de publicações de livros voltados para um público conservador no mercado editorial brasileiro. Leonardo Silva²²⁶ apontou como a editora Record se especializou em um nicho de livros que atendessem a demanda das novas direitas. Haviam outras editoras que já se destacavam nesse meio, como a “É Realizações”, que publicou, no início do século XXI, uma série de livros de autores conservadores, como Russell Kirk e também Olavo de Carvalho²²⁷ e a “LeYa”, que assina a coleção dos “Guias Politicamente Incorretos”. Destaca-se que Azevedo teve seus livros “O País dos Petralhas” (volumes I e II), publicados pela editora Record e Pondé teve “A era do ressentimento” e o “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia” publicados pela editora LeYa.

O trabalho de Silva colabora com a hipótese de Perlatto e Challoub sobre as transformações do ambiente cultural brasileiro terem sido um dos fatores principais para o crescimento das novas direitas e a popularidade de intelectuais pertencentes a esses grupos. Ainda nessa nova lógica do mercado de comunicação, as produtoras de conteúdo à direita no país como a “Brasil Paralelo” também adquirem um papel importante. Os documentários produzidos por eles apontam para um campo conservador ainda mais amplo e em disputa, tendo em vista ser uma plataforma educativa e com o objetivo de mostrar a “verdadeira história” do país²²⁸.

²²⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. IN: RÉMOND, R. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

²²⁶ SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a Nova Direita brasileira. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 73-84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12430>

²²⁷ ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Misses': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

²²⁸ SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021

Contribui, nesse sentido, a ideia de que os intelectuais passaram a exercer um papel de legitimadores da ordem ao exercer suas atividades no espaço urbano. Nesse contexto de relevância diante da sociedade, onde são esperados autonomia e posicionamentos, passa a se entender como sua popularidade aumenta. Na demanda por esse posicionamento, em que legitima a ordem, houve o aumento dos “*instant books*”, isto é, livros que falam de política, sociedade e fatos recentes, de rápida absorção e circulação. Dessa forma, a pesquisa pretende analisar as obras “O país dos petralhas –volumes I e II”, de Reinaldo Azevedo e as obras “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia”, “A era do ressentimento” e “Porque virei à direita: três intelectuais explicam sua escolha pelo conservadorismo”, de Luiz Felipe Pondé.

4. Os objetivos da pesquisa:

A pesquisa tem, como objetivo geral, analisar como os dois intelectuais auxiliaram na construção de discursos e imaginários políticos que foram compartilhados entre as novas direitas brasileiras e podem auxiliar a demonstrar algumas de suas matizes no momento que antecede a formação e crescimento do bolsonarismo.

Além disso, compreender a trajetória intelectual que esses dois atores tiveram no processo e analisar movimentos de aproximação e ruptura destes intelectuais com Jair Bolsonaro; buscar interfaces entre direitas moderadas e extremas direitas; entender melhor relações e a formação do campo intelectual das novas direitas brasileiras estão também sob a lente que este trabalho pretende colocar nos próximos dois anos.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Reinaldo. “Ainda esquerda e direita — Esquerdismo é ideologia sim. No mais das vezes, aquilo a que se chama “direita” é só bom senso aplicado. Revista Veja, São Paulo, 14 de out de 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ainda-esquerda-e-direita-esquerdismo-eideologia-sim-no-mais-das-vezes-aquilo-a-que-se-chama-direita-e-so-bom-senso-aplicado>. Acesso em: 15 de mai. 2023

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. 3ª edição, São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CALDEIRA NETO, Odilon. O. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020

COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. *Porque virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12431>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12431>.

FERNANDES, D. C.; MESSENERG, D. Apresentação: Um espectro ronda o Brasil (à direita). *Plural*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 1-12, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149006>. Acesso em: 14 jul. 2023

MESSENERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo e o giro direitista no Brasil.

In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org). 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O tempo da nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018 MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

PERLATTO, Fernando; CHALLOUB, Jorge. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Revista Insight Inteligência*, v. 72, 2015 (<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-novadireita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/>).

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n.19, p. 26-45, 1987.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n.10, p. 46-64, 1989

PIRES, M. DA C. F.. Derrisão e ironia cínica no humor contemporâneo: os limites entre o politicamente incorreto e o incorretamente político. *História* (São Paulo), v. 33, n. 2, p. 470–488, jul. 2014.

PONDÉ, Luís Felipe. Por uma direita festiva. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 21/04/2014. Acesso em: 14/06/2023

ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a Nova Direita brasileira. *Teoria e Cultura, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 73-84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12430>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12430>.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. IN: RÉMOND, R. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VIEIRA, Allana Meirelles. Opiniões à venda: oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-03122021-221308.

VIEIRA, Allana Meirelles; FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos Estudos*, São Paulo, Vol. 38, n. 1. P. (157-182), jan-abr, 2019

WASSERMAN, C. HISTÓRIA INTELECTUAL: ORIGEM E ABORDAGENS. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 63–79, 2000. DOI: 10.36449/rth.v19i1.12762. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12762>.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1: ANTIGUIDADE E MEDIEVO: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS.

Relatos de perdão: As feitiçeras portuguesas no reinado de Dom João II

Ismael da Silva Nunes²²⁹

Resumo: A presente comunicação analisa as Cartas de Perdão da Chancelaria de Dom João II, investigando o tratamento dispensado pela justiça portuguesa às feitiçeras no século XV. Apesar de as Ordenações Afonsinas preverem a pena de morte para a feitiçaria, observamos que algumas mulheres acusadas conseguiram evitar essa punição, recebendo penas mais leves. Analisamos de maneira crítica, individual e minuciosamente as Cartas de Perdão de seis mulheres acusadas de praticar feitiçaria. Ao final, sustentamos a complexidade do sistema de penas substitutivas. Também buscamos evidenciar que, embora Portugal, quando comparado a outros reinos medievais, fosse mais brando na perseguição à feitiçaria, não se segue que se tratasse de um reino em que tais práticas fossem livres de penalidades.

Palavras chaves: Feitiçaria, Justiça Portuguesa e Cartas de Perdão.

Abstract: This presentation examines the Letters of Pardon from the Chancellery of Dom João II, investigating the treatment given by Portuguese justice to witches in the 15th century. Despite the Afonsine Ordinances foreseeing the death penalty for witchcraft, we observe that some accused

²²⁹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

women managed to avoid this punishment, receiving lighter sentences. We critically, individually, and meticulously analyze the Letters of Pardon from six women accused of practicing witchcraft. In conclusion, we argue for the complexity of the system of substitute penalties. We also seek to highlight that, although Portugal, when compared to other medieval kingdoms, was more lenient in the persecution of witchcraft, it does not follow that it was a realm where such practices were free from penalties.

Keywords: Witchcraft, Portugal, Letters of Pardon

Nessa breve exposição, meu objetivo é apresentar, por meio da análise de uma documentação chamada Cartas de Perdão, disponíveis na Chancelaria de Dom João II, como a justiça portuguesa quatrocentista lidava com as chamadas feiticeiras. Segundo as Ordenações Afonsinas, a punição para a prática de feitiçaria devia ser a morte,²³⁰ não obstante, notamos que algumas mulheres acusadas desse crime conseguiam se livrar da pena capital, comutando-a em uma pena mais branda. Essa substituição era possível pelo fato de que a prática jurídica do quatrocentos se equilibrava entre a pena e a misericórdia (NASCIMENTO, 2018).” Como afirma Russell-Wood “a liberalidade, o gesto de dar era considerado, na cultura política do Antigo Regime, como virtude própria de reis, quer em Portugal, quer no resto da Europa Ocidental (1998, p. 15).” Dar o perdão total, ou comutativo, a um criminoso fazia parte das atribuições dos monarcas e compunha o leque das coisas que os reis podiam dar aos seus súditos.

Certamente que, ao conceder graças, o monarca não apenas expressava sua generosidade, mas também colhia benefícios substanciais. Como mencionado por Russell-Wood, abster-se de conceder favores representava um risco para a autoridade régia, devido ao ódio e à falta de apoio que poderia suscitar entre os súditos (1998). Quando o rei oferecia o perdão, revelava aos seus

²³⁰ Ordenações Afonsinas, Livro V, Título XXXXII Lê-se o seguinte “estabelecemos e pomos por lei em todo nosso reino e senhorio, que ninguém seja ousado, de qualquer estado ou condição que seja, que daqui em diante use de feitiçaria. O que for achado que dela usou, trazendo por ela morte, ou desonra, ou algum outro dano a outra pessoa, ou a seu estado e fazenda, mandamos que morra porem. (texto adaptado)

súditos uma faceta não apenas justa, mas também benevolente e misericordiosa, assemelhando-se à figura de Cristo. Além de o aproximar de seus súditos, retratando-o como um rei justo, porém benevolente, o perdão muitas vezes vinha acompanhado de penas substitutivas importante para a manutenção do reino, inclusive para a manutenção da própria caridade régia. Penas substitutivas como degredo ajudava com que áreas pouco povoadas, as quais ninguém quisesse ir, fossem gradativamente ocupadas por degredados; as penas pecuniárias ajudavam a manter a arca da piedade, instituição importante para a prática caritativa; o serviço militar ajudava com que as empreitadas do reino, sobretudo nos momentos de conquista fossem possíveis.

O rei, ao perdoar, exigia dos súditos arrependimento e emenda dos crimes cometidos. Quando Dom João II, por exemplo, concedia perdão a um súdito, tinha como objetivo que "daqui em diante ele viva bem e honestamente e não retorne mais ao mencionado pecado²³¹." Era crucial que o súdito, ao articular suas estratégias argumentativas em busca do perdão, demonstrasse arrependimento, mesmo que, na realidade, não o sentisse. Esse processo de obtenção do perdão estava inserido em um sistema de valores no qual o súdito transitava de um passado de pecado para um presente de arrependimento, visando a um futuro de obediência e conformidade com as normas (NASCIMENTO, 2009).

É importante ressaltar que isso não implicava a ausência de casos de reincidência criminal. Em muitas ocasiões, o mesmo súdito recorria, por diversas motivações, ao mesmo tipo de crime. Isso era especialmente evidente nos casos de barregania clerical, nos quais abandonar o pecado/crime não dependia apenas da vontade do indivíduo, mas também das condições materiais, dado que essas mulheres de padres eram sustentadas por eles.

Assim, o perdão compunha uma parte importante do aparato jurídico do reino português quatrocentista e os súditos se valiam dessa possibilidade de acesso direto a misericórdia do rei para

²³¹ Frase que pode ser lido em várias Cartas de Perdão. A título de exemplo, conferir A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Livro 22 89v-2º, ao dar o perdão a Fernão Martins, no ano de 1484, diz a carta que “E Nós vendo o que nos ele assi dizer e pedir enviou, se assi é como diz e i mais não há, e querendo-lhe fazer graça e mercê, Temos por bem e perdoamos-lhe o pecado passado que assi cometeu em ter por manceba a dita Lianor Eanes, contanto que daqui em diante ele viva bem e honestamente e não torne mais ao dito pecado.”

terem suas penas atenuadas. As feiticeiras também seguiram esse caminho. Mulheres acusadas de cometer feitiços surgiam nas cartas de perdão como personagens bastante interessantes. É difícil, porém, precisar se elas de fato eram feiticeiras, ou apenas mulheres comuns acusadas injustamente de tais crimes²³².

Um crime possui imputabilidade e peso diferenciado no tempo e no espaço. Isso significa que um mesmo crime, em momentos diferentes da história, foi visto de maneira diversa. Se hoje manifestações religiosas não cristãs são consideradas lícitas em Portugal, outrora, não era assim. Práticas religiosas em desacordo com a ortodoxia cristã eram vorazmente perseguidas. Essa perseguição não era capitaneada somente pelo braço religioso, ou seja, não era somente a Igreja que perseguiam os dissidentes, mas todo aparato do poder temporal. As imbricações entre a moral religiosa/cristã e os textos normativos laicos eram evidentes levando a conjugação de fatores e interesses comuns entre os poderes temporal e espiritual (NASCIMENTO 2021). Neste sentido, crime e pecado vão ser, em diversos momentos, entendidos como sinônimos. A justiça, entendida como “cousa celestial, e eviada per DEOS dos seus altos ceos aos Reix e Princepes em este mundo (Ordenações Afonsinas, Livro V, Título I)” instava que o rei não permitisse a proliferação do pecado sobre o reino. Assim, “se a justiça terrena se afastar da dos Céus, o criador fá-lo-á rudemente sentir sobre os súditos do reino desgovernado (DUARTE, 1993).”

É neste sentido que é incorreto supor que Portugal tenha escapado de perseguições à feitiçaria. O sistema jurídico português contemplava sanções para essas práticas e, embora os registros de mortes por temor às bruxas fossem menores em comparação com outras regiões europeias, ainda assim, ocorreram perseguições, impactando a vida de muitas mulheres que tiveram que reestruturar suas vidas diante desse cenário

Nessa nossa breve fala queremos apresentar seis mulheres que nos anos de 1487 a 1488 tiveram que buscar o perdão real por terem sido acusadas de feitiçaria. Leonor Afonso²³³, Isabel

²³² Consultar os apontamentos feitos por Ginzburg acerca de documentações de confissões de feiticeiras em GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o sabá. SP: Cia das Letras, 1991.

²³³ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

Martins²³⁴, Leonor Pires²³⁵, Catarina Esteves²³⁶, Inês Vasquês²³⁷ e Maria Afonso²³⁸ acorreram ao rei pedindo perdão por terem sido acusadas de feitiçaria. Todas foram perdoadas, porém tiveram que pagar penas pecuniárias nos valores que podem ser vistos no quadro a seguir

Nome	Ano	Agravante	Pena substitutiva
Leonor Afonso	1488	Sem Agravante	1000 reais
Isabel Martins	1488	Fuga de prisão	600 reais + 300 pelo agravante
Leonor Pires	1487	Sem agravante	400 reais
Catarina Esteves	1487	Alcoviteira e barregã	1500 reais
Inês Vasquês	1487	Barregã de clérigo e Fuga da prisão	1500 reais + 500 pelo agravante
Maria Afonso	1487	Sem agravante	400 reais

Informações disponíveis no ANTT - Chancelaria de D. João II

Para o contexto da época esses valores representavam quantias significativas e impactavam duramente a vida dessas mulheres. Todo o processo de aquisição do perdão régio era bastante oneroso. Era necessário que se redigisse uma carta de suplicação direcionada ao monarca, explicando detalhadamente o crime ocorrido. Essa carta também não era barata (DUARTE, 1993).

²³⁴ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 33-1º

²³⁵ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

²³⁶ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 19, Fólio 29-29v

²³⁷ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

²³⁸ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

Além disso, em muitos casos era preciso o perdão das partes envolvidas, o que poderia, também, gerar altos custos.

Assim, essas mulheres feiticeiras tinham que se organizar para adquirirem os valores necessários para a aquisição do perdão. O fato de ser pobre não impedia totalmente o acesso do perdão real. Mesmo em condições difíceis, os súditos faziam de tudo para conseguir pagar as despesas. “Principalmente entre os mais pobres, era comum e importante a existência de redes de apoio, para sobreviver em um tempo em que estar sozinho poderia não ser uma das melhores opções (NUNES, 2023: p. 286).”

Algumas mulheres em situação de pobreza praticavam feitiços em troca de bens e dinheiro. É o que Francisco Vasques acusou Leonor Afonso de fazer. Segundo ele, ela havia oferecido seus serviços de feiticeira para que desse um sumiço a um parente seu.

Um Francisco Vasques, barbeiro, querelara dela às nossas justiças dizendo que ela era feiticeira e que ela o convidara que ele lhe desse certas [cousas] e lhe faria feitiços contra um seu cunhado e que lhe mandasse catar aúdes e que lhe fazia que um ano não viesse o dito seu cunhado à dita vila morar.²³⁹

Francisco Vaques aparentemente se sentiu ofendido e a acusou. Mas para além de se sentir ofendido, ele também pode ter ficado com medo da justiça, uma vez que ele pudesse ser acusado de solicitar serviço de uma feiticeira para promover o mal a outro homem. Leonor consegue o perdão do monarca pelo fato de que Francisco desiste de acusa-la: “o dito Francisco Vasques quereloso dera em resposta que a não queria acusar nem demandar²⁴⁰”. Mesmo assim, o monarca, em troca do perdão, exige o pagamento de 1000 reais da acusada.

Leonor Afonso não nega o crime de que foi acusada, ela somente busca o perdão manifestando seu arrependimento. Diferentemente, Leonor Pires, acusada de fazer feitiço para conquistar Pero Martins, homem solteiro, afirma que “pessoas que lhe bem não queriam a culpavam

²³⁹ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

²⁴⁰ Ibidem

em devassas²⁴¹.” Essa afirmação, muito comum em cartas de perdão, embora não seja uma negação tácita de que tenha cometido o crime, manifesta um grau de desconfiança.

Leonor pires é perdoada com uma pena consideravelmente mais branda que Leonor Afonso, 400 reais, menos da metade. O porquê disso, conjecturamos que tenha a ver com o fato de que seu crime, diferentemente do da outra mulher, «não seguiu dano a alguma pessoa, como afirma...²⁴²» Ou seja, ninguém foi atingido diretamente por sua prática de feitiçaria, o que levou a que o rei pesasse menos a sua mão.

Esse cenário se repete com Maria Afonso. Essa mulher foi abandonada pelo marido e “algumas pessoas que lhe mal queriam a culparam” de ter feito feitiços para ter de volta o marido. O crime já havia ocorrido a 7 anos e em vários trabalhos temos lembrado o quanto a justiça do rei não prescrevia. Por esse motivo os súditos buscavam o perdão mesmo passados tantos anos. Maria Afonso consegue o perdão do rei “pois que a dita cousa não empecera a pessoa alguma, em caso que ela tal fizesse²⁴³”. Novamente, a pena é 400 reais.

As variações nas penas substitutivas para os crimes de feitiçaria encontram sua justificativa nos agravantes associados ao delito. Contudo, nem sempre esses fatores agravantes são prontamente compreendidos pelos pesquisadores, uma vez que raras vezes eles são explicitamente delineados, demandando interpretação aprofundada nas fontes. Contudo, há situações em que esses agravantes são claramente identificados, como no caso das fugas de prisão, em que os valores associados a esse agravante são especificamente mencionados.

A fuga de prisão era algo bastante comum nesse contexto do quatrocentos. O sentido da existência das prisões não era, como nos dias de hoje, punitivo ou educativo, mas apenas preventivo. Normalmente se prendia um súdito para evitar que ele fugisse, ou que impedisse o andamento das investigações. Por esse motivo, não havia grandes investimentos em construções para essa finalidade (CAMPOS, 2020). Na maioria das vezes as prisões eram instaladas em casas

²⁴¹ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

²⁴² Ibidem

²⁴³ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

abandonadas, ruínas, torres de castelos e, as vezes, na própria casa do carcereiro. Eram lugares insalubres e de difícil condição de vida (MEDEIROS).

Isabel Martins e Inês Vasques foram acusadas de cometer feitiçaria e chegaram a ser presa. Ambas fugiram da prisão e seus argumentos em busca do perdão visaram atenuar o crime dizendo que não causaram nenhum dano no ato de fuga. No relato de Inês encontramos afirmado o que se segue

E pendendo o dito feito per apelação em a nossa Casa do Cível perante os nossos ouvidores dela, ela viera a fugir do dito castelo onde assi jazia presa, sem quebrar ferros nem cadeia nem fazer outro algum dano, [somente] se saíra pela porta do dito castelo que estava aberta e assi fugira e se fora pera a dita vila d'Arronches²⁴⁴

Ao fugir, sem nada quebrar, posto que a porta estaria aberta, ela segue para uma vila. O monarca perdoa essa mulher pedindo em troca uma pena pecuniária de 1500 reais, mais 500 reais pela fuga de prisão. Quando comparado a Isabel Martins, que pagou somente 600 reais, mais 300 reais pela fuga da prisão, a pena de Inês pode ser considerada bem mais rigorosa. A explicação pode estar no fato de que Inês também era considerada, além de feiticeira, barregã de clérigo.

Catarina Esteves detentora da segunda carta mais onerosa, 1500 reais, era uma mulher acusada de inúmeros crimes. Feiticeira, alcoviteira, ladra de maridos, eis as acusações. Ela foi acusada por uma mulher de fazer feitiços para roubar-lhe o marido. Já um homem afirmava que ela era uma conhecida alcoviteira, mulher que cooptava boas moças para o serviço de mancebas e prostitutas. É, inclusive, mencionado um nome Inês Afonso, mulher de Fernão Gonçalves, a qual Catarina teria dado de dormir a um outro homem. A todas essas acusações ela se defende afirmando que difamaram dela, mas ao fim, o perdão é concedido pelo fato de que ela havia recebido o perdão de todas as partes envolvidas.

Embora a carta de Catarina apresente uma pena inferior à de Inês Vasques, é possível que o processo de aquisição desse perdão tenha sido bastante mais difícil, posto a quantidade de partes envolvidas as quais ela precisou adquirir o perdão. Neste sentido, salientamos que as Cartas de Perdão, embora ofereçam informações importantes, tem suas limitações. Supor o peso dos crimes

²⁴⁴ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

por meio das penas substitutivas nem sempre é fácil. As nuances de cada crime exigem um trabalho qualitativo e analítico, carta a carta. Aqui, os dados estatísticos, embora colaborem, não oferecem todas as respostas às perguntas suscitadas pela documentação.

Ao analisar essa documentação, percebemos que a presença de uma parte agravada, como no caso de Leonor Afonso, aparentemente influencia o aumento da pena substitutiva. É importante recordar que, nesse contexto, incumbia ao monarca assegurar o bem comum. Conforme apontado por Nascimento, a concessão do perdão estava integrada na estratégia de governo de D. João II, que reforçava a imagem do rei como mantenedor da ordem e do bem comum (2009). Ignorar, com toda a benevolência e perdão, as partes afetadas pelo crime seria uma abordagem que dificultaria a manutenção da paz e do bem comum pelo monarca.

Este estudo possibilitou constatar que, em Portugal, a prática da feitiçaria, mesmo quando não resultava diretamente em pena de morte, conforme previsto em documentos jurídicos como as Ordenações Afonsinas, ainda assim era passível de punição. Descrever o reino de Portugal como um refúgio seguro para as praticantes de feitiçaria seria uma interpretação equivocada, pois tal abordagem obscureceria narrativas de mulheres que enfrentaram perseguições e viram suas vidas afetadas sob o peso do medo, preconceito e misoginia.

Bibliografia

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 33-1º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 19, Fólio 29-29v

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

CAMPOS, Catarina - As cadeias e a justiça medieval portuguesa. In **Omni Tempore**: Atas dos Encontros da Primavera 2019. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020. pp. 55-85.

DUARTE, Luís Miguel. **Justiça e criminalidade no Portugal Medieval**. (1459 - 1481) 693f. Tese (Doutorado em História) Universidade do Porto, Porto. 1993.

MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Norma e prática**: Os papéis das mulheres no reinado de Dom João II (1481 a 1495). 2013. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do. Dom João II: Rei justo e misericordioso. v. 18, n. 1, p. 116 – 128, **OP SIS**. Catalão – GO: jan/jun 2018. Disponível em <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/47344> acessado em 07.07.2023.

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do. **O poder negociado**: os crimes contras a pessoa e sua honra no reinado de dom João II. 2009. 230 f., Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

NASCIMENTO, Denise. **Degredo**: Instrumento de punição e perdão no reinado de Dom João. In: SOUZA, Ana Beatriz Ramos; ACRUCHE, Hevelly Ferreira (Orgs.). **História das Américas**: apontamentos iniciais de ensino e pesquisas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

NUNES, Ismael da Silva. “Do que dorme com mulher casada por sua vontade:” Matrimônio cristão e o controle dos corpos nas Ordenações Afonsinas (1448). **Sacrilegens**. v. 20, n. 1, p. 283-302, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/41159/26280> acessado em 10.02.2024

ORDENAÇÕES Afonsinas. 2ª Ed. 5v. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1999.

RUSSELL-WOOD, J. A. R. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998, pp. 187-249

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2: DIÁLOGOS DECOLONIAIS ENTRE AS POPULAÇÕES DA ÁFRICA E ÁSIA NOS SÉCULOS XVI AO XX.

Resistência aos britânicos: A jihad de Haji Sahib Turangzai na Província da Fronteira Noroeste da Índia

Yuri Alan Maciel Tesch²⁴⁵

Resumo: A invasão dos britânicos na Índia impactou um povo muito pouco conhecido: os pashtuns. Eles estão hoje localizados, principalmente no e entre o Afeganistão e o Paquistão. Este artigo pretende trazer luz as formas de colonização britânica, e principalmente as resistências a ela empreendidas pelos pashtuns, tanto as de enfrentamentos direto lideradas por Haji Sahib Turangzai, quanto as pacíficas encabeçadas por Abdur Ghaffar Khan inspiradas nos modelos de Gandhi, ambos almejavam um país livre e independente dos pashtuns, conhecido como Pashtunistão.

Palavras-chave: Raj Britânico, Haji Sahib Turangzai, Ghaffar Khan, Pashtunistão.

²⁴⁵ Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Bolsista pelo Programa de Bolsas de Pós-Graduação da UFJF

Abstract: The British invasion of India impacted a very little known people: the Pashtuns. They are today located mainly in and between Afghanistan and Pakistan. This article aims to shed light on the forms of British colonization, and mainly the resistance undertaken by the Pashtuns. The Resistance was manifested in the direct confrontation approach, led by Haji Sahib Turangzai, and the peaceful resistance led by Abdur Ghaffar Khan inspired by Gandhi's models, both aimed at a country free and independent of the Pashtuns, known as Pashtunistan.

Keywords: British Raj, Haji Sahib Turangzai, Ghaffar Khan, Pashtunistan.

Uma maldição nas terras dos pashtuns

A chegada dos britânicos na Província da Fronteira Noroeste da Índia foi considerada pelos pashtuns uma maldição, cuja resposta deveria ser a Jihad²⁴⁶. Entre os líderes da resistência destacou-se Haji Sahib Turangzai e Abdur Ghaffar Khan.

Segundo Asfandyar (2020), em meados do século XIX, propagaram-se madraças pela Índia, como uma forma de resistência a imposição religiosa dos ingleses na região. Dentre elas, uma se destacou, a saber, Darul Uloom-i-Deoband, cuja fama atraiu Turangzai, que veio a participar de uma peregrinação a Meca e junto com sua delegação religiosa, em parte consolidada nessa viagem, definiu como estratégia estabelecer instituições educacionais muçulmanas por todo o país e estimular o boicote ao sistema educacional e jurídico britânico, evitando os tribunais ingleses que exigiam advogados e demandavam custos elevados.

²⁴⁶ Compreendido como dever sagrado dos muçulmanos a resistência aos invasores.

Como resposta a colonização, aconselhou o povo a recorrer as Jirgah²⁴⁷, além da jihad. Mediante a Amr bil ma'arroof wa nahi aanil munkar (desfrutar do bem e evitar o mal), defendia a observância de uma fé revivalista. Promovendo uma reforma da sociedade e cultura pashtun, nos moldes Sharia²⁴⁸ e sunas²⁴⁹ como instrumento de garantia de direitos à propriedade privada dos pashtuns, algo se ursou mais urgente, em especial, após a anexação da Fronteira Noroeste pelos britânicos.

Também se ocupou da observância do dote e da herança islâmica. Obteve boa aceitação das famílias dominantes da região. Atuou como árbitro de rixas internas, estabelecendo o limite de três dias para solucioná-las. Um mandado de prisão foi emitido, mas ele fugiu, as escolas criadas por ele e seus seguidores foram proibidas, e os professores encarcerados. Efetivou medidas punitivas aos nativos pró-britânicos, como incêndio de propriedades.

Tropas afegãs e das tribos pashtuns de Turangzai, lutaram contra o avanço britânico na 3ª Guerra Anglo-Afegã ocorrida em 1919, na região da fronteira, impediram assim a conquista da cidade de Jalalabad. Esse feito pode ser relacionado com a independência do Afeganistão.

O pashtunwali e o medo de se tornar cristão

Os séculos XIX e XX vivenciaram práticas colonialistas e imperiais, a colonização geralmente envolvia a transferência da população para um novo território, vivendo como colonos permanentes e fiéis a metrópoles, enquanto o imperialismo pode ser melhor compreendido como uma relação de poder exercido de um país para o outro, seja mediante a colonização, soberania ou mecanismos indiretos de controle.

²⁴⁷ Conselho dos Anciãos pashtuns.

²⁴⁸ Normas derivadas do Corão.

²⁴⁹ Fonte da lei islâmica derivada dos atos do profeta Maomé

Asfandyar (2021) afirma que o ápice do imperialismo teria ocorrido no final do século XIX, onde a maioria dos países da África e Ásia foram colonizados pelas potências europeias, em uma corrida onde a Grã-Bretanha saiu na frente, e no caso do Raj Britânico, podemos citar a atuação do Dr. Theodore Leighton Pennell como símbolo da propagação missionária na região, o qual estabeleceu instituições educacionais e hospitais missionários, em especial em Peshawar, Bannu e na então Fronteira Noroeste da Índia, com o objetivo aparente de servir ao povo, a população local se opôs a atuação de Pennell.

Os mulás teriam alertado as pessoas que os remédios ofertados continham álcool e sangue de porco, tomá-los os transformariam à força em cristãos.

Conforme Asfandyar (2021) a luta de independência dos pashtuns frente aos colonizadores britânicos na Fronteira Noroeste da Índia, no período, é melhor compreendida mediante uma análise comparada da abordagem violenta e não-violenta da resistência, a primeira centralizada na atuação de Haji Sahib Turangzai, e a não-violenta na de Abdul Gaffhar Khan.

O assim chamado fardo civilizador do homem branco, pautado no princípio de supremacia étnica e no direito de governar os “incivilizados”, entrou em diversos e complexos conflitos com o pashtunwali²⁵⁰, considerado pelo autor como um dispositivo de princípios de igualdade, equidade, justiça e fraternidade, mas também de vingança e retaliação.

Dentre os princípios do pashtunwali, podem ser destacados, a Nang-Pat (Honra), Badal (Vingança), Melmastya (Hospitalidade), Jargah, (Assembléia Coletiva) e Nanawati (Súplica); Riway [Costume], e Jumat [Mesquita], os quais foram interpretados por poetas e mulás como resistência ao invasor. Para o autor, as constantes invasões e ocupações fomentaram as tendências nacionalistas na mentalidade pashtun.

As origens e identidades dos pashtuns

²⁵⁰ Código consuetudinário de honra e da moral dos pashtuns.

Para Asfandyar (2020), destacam-se três vertentes das origens dos pashtuns: uma de raiz israelita bani, que remete ao Afeganistão; a ariana, vinculada aos árabes e a oriunda de uma ancestralidade miscigenada de uma suposta tribo judaica perdida.

Os pashtuns dessa região são subdivididos em: Yusufzi (Yusufzai), Mandanrh, Utmankhel, Saafi, Shalmaani, Mamoon, Mohmand, Mulagori, Dawudzi, Muhammadzi, Gugyani, Khalil, Afridi, Shinwari, Orakzi, Bangash, Zaimukht, Khattak, Marwat, Banuchi, Turi, Chamkani, Wazir, Mahsud, Bittani, Dawar, Dotani, Kundi, Lohani, Shirani, Mian Khel, Babar, Gandapur e Sulaiman Khel.

A identidade pashtun na região da Província da Fronteira Noroeste da Índia está relacionada a uma linhagem genealógica e a participação dos membros das kabilas²⁵¹ na atividade do campesinato, portanto, artesãos e membros religiosos, após uma ou duas gerações, perdem sua identidade pashtun aos olhos dessa sociedade e o direito de participação na Jirgah, fato este que elucidado, em parte, os mecanismos e iniciação, manutenção e renovação das comunidades pashtuns nessa região, as quais, viram as constantes investidas britânicas de imposição de cultura, como inimigos a serem combatidos.

Nos anos de 1870, o Governo da Índia, o Exército Indiano e a administração local do Punjab definiram duas abordagens opostas a respeito da Fronteira Noroeste da Índia, a primeira apoiou o conceito de fronteira fechada em práticas de não intervenção nas kabilas, e a outra defendia a política de avanço, advogando por ocupações de algumas dessas regiões, ações militares e construção de rodovias na região, cujo objetivo final era civilizar os nativos.

Estratégias de colonização e Administração no Raj Britânico

²⁵¹ termo islâmico presente em variações do árabe, urdu e hindi, que designa tribo não em uma conotação colonialista, mas sim no sentido de uma organização de clãs.

Entre os anos de 1849 a 1877 os britânicos adotaram a prática de fronteira fechada, encorajando os membros das tribos a irem até ao Raj Britânico, com a pretensão de que eles seriam cativados “pelos benefícios da civilização”.

Baseado no Regulamento de Crimes Fronteiriços, para a resolução de delitos, o Império Britânico delegou o seu modelo de Jirga, como um acultramento institucional dos pashtuns, com o objetivo de legitimar sua autoridade da região.

Essas Jirgas eram constituídas por autoridades locais, responsáveis por emitir um relatório sentença, que deveria ser aprovado pelo Vice Comissário, este por sua vez, era um funcionário britânico. Caso aprovado, um decreto seria feito com a devida pena estipulada, caso contrário uma nova Jirgah britânica reanalisaria o caso.

Estas instituições tinham autoridade plena em casos que envolviam costumes locais, adultério conjugal e reivindicação de dívidas. A defesa contra ameaças estrangeiras ou tribais desse lado da fronteira, ocorria mediante a criação de cinco agências políticas autônomas administradas por um Agente Político, intermediada por cargos locais conhecidos como Arbabs, Nawabs e Khans.

O Agente Político deveria falar o idioma pashto, e ser douto em história, geografia e topografia da fronteira do subcontinente, ser dotado a respeito dos tratados britânicos com o Afeganistão, legislação fundiária, códigos legais e Regulamentos de Crimes de Fronteira. Era de sua responsabilidade pagar a polícia tribal, os Khassadares. Eles eram auxiliados por Oficiais Políticos, membros das tribos que forneciam informações internas, e mensalmente distribuía dinheiro as tribos.

Abdur Ghaffar Khan: um novo método para uma antiga causa

O movimento não violento de Abdul Ghaffar Khan, em 1930, na antiga Província da Fronteira Noroeste da Índia, atual Khyber Pakhtunkhwa, reacendeu o nacionalismo pashtun. Abdul Ghaffar Khan, após o assassinato pelas tropas britânicas de manifestantes desarmados, então

membros da Organização para a Promoção de Reformas entre os Afegãos, aliou-se, juntamente com sua organização, ao Congresso Nacional Indiano, chegando a vencer as eleições de 1937 e 1946 na Província da Fronteira do Paquistão (TESCH,2023).

Em 1946, findou sua aliança com o Congresso, quando esse acatou um plano britânico de um controverso plebiscito na região, que previa duas opções, a adesão da província à Índia ou ao Paquistão, sem oferecer a possibilidade de um Estado independente, esta última, pauta do movimento de Ghaffar Khan, assim como de seu antecessor Haji Sahib Turangzai, que pretendia a criação de um Estado independente para os pashtuns, o Pashtunistão.

O movimento de Ghaffar Khan, posteriormente, ficou conhecido como Khudai Khidmatgars, isto é, Servos de Deus. Ghaffar Khan e seu filho Wali foram presos e passaram cinco anos em uma prisão no Baluchistão, seu ativismo foi considerado pelo Paquistão como atividade secessionista. Sua ideologia era pautada no pacifismo. Enquanto Mahatma Gandhi lutava contra o regime britânico na Índia continental, a periferia noroeste do país, testemunhava a ascensão de outro Mahatma²⁵²: Abdul Ghaffar Khan, o qual reuniu o primeiro grande exército não violento do mundo em sua região, persuadindo mais de cem mil homens, a renunciar o aspecto de retaliação do badal²⁵³ e a depor as armas (TESCH,2023)

Novos tempos, antigas causas: o Pashtunistão independente

A busca por um território independente dos pashtuns, situado entre o atual Afeganistão e Paquistão, ainda é um objetivo não alcançado, que hoje mobiliza os afegãos paquistaneses. Tal mobilização, historicamente se manifesta em conflitos na fronteira entre ambos os países, com a tentativa de formação deste novo país, cunhado de Pashtunistão, ou seja, terra dos pashtuns.

²⁵² Termo que designa um mestre espiritual na cultura indiana.

²⁵³ Elemento do pashtunwali, traduzido como retribuição), que, embora enfatize “o olho por olho, dente por dente”, também inclui valores como perdão e cooperação.

A importância da fronteira do Afeganistão com o Paquistão é evidenciada quando, em decorrência de um ataque transfronteiriço afegão fracassado em 1962, no ano seguinte, os laços diplomáticos entre os dois países são rompidos e a fronteira é fechada por parte do Paquistão, abalando profundamente a economia afegã e ocasionando a renúncia do então primeiro-ministro afegão, Daoud, que acusou o monarca de seu país, Zahir Shah de negligenciar o Pashtunistão em uma tentativa de melhorar as relações com Washington e Islamabad.

Segundo Siddique (2014), não há consenso entre os líderes afegãos e figuras nacionalistas pashtuns no Paquistão acerca de uma única visão sobre o Pashtunistão. Algumas facções defendem a independência, outras uma província autônoma do Paquistão, enquanto há quem afirme que a pátria tradicional dos pashtuns é parte integrante do Afeganistão.

Para compreendermos a concepção pashtun de fronteira e Estado nação, recorremos a Schofield (2003) que traz um dado interessante: em 1893, Durand²⁵⁴ visitou o emir do Afeganistão para selar o “acordo” que dividiria a pátria dos pashtuns. Um choque epistemológico ocorre, quando Durand desvaloriza o conhecimento do Emir quanto à geografia da região, dizendo que ele conhecia seu país apenas por visitas pessoais ou boatos, e não pelo estudo de mapas, ao passo que o Emir afirmava que os mapas de Durand estavam defasados e eram meras conjecturas.

Frente ao crescente movimento pelo Pashtunistão no Afeganistão, Abdur Gaffhar Khan, em um seu discurso neste país, defende um Estado nação que se estende dos rios Jehelum e Amur ao território Margali, concentrando-se nas antigas fronteiras que foram demarcadas por Ahmed Shah Abdali, argumentando que os pashtuns afegãos foram sistematicamente afastados e negligenciados dos espaços de poder pelo Estado paquistanês, o qual por vez é compreendido como herdeiro direito da colonização britânica (NARAYAN, 1969).

Sucessivos governantes afegãos se utilizaram da questão do Pashtunistão para fortalecer o apoio pashtun ao Afeganistão, embora seja importante salientar não se tratar de uma mera manipulação, pois as kabilas pashtuns de ambos os lados da linha de Durand se beneficiaram

²⁵⁴ A linha Durand foi imposta pelo Império Britânico em 1897, que dividiu metade do território pashtun, tomando cerca de 40.000 milhas quadradas, entre o rio Indo e o Passo de Khyber.

também de alianças com os líderes afegãos, por vezes recebendo autonomia, isenção de impostos e de alistamento militar.

É importante enfatizar que a defesa da autodeterminação dos pashtuns pelos afegãos apresenta limitações, uma vez que, se concretizada em sua plenitude, significaria a perda territorial do Afeganistão, o que nenhum líder afegão estava realmente disposto a acatar. A defesa por um Pashtunistão livre na verdade implicava, por parte dos afegãos, a resolução da questão fronteiriça com o Paquistão e o acesso ao litoral do Oceano Índico (SAIKAL, 2010).

O governo de Islamabad sempre reprimiu veementemente os impulsos pashtuns por um Pashtunistão independente, principalmente durante e após a invasão soviética no Afeganistão. Através da ajuda internacional dos Estados Unidos, o Serviço de Inteligência Paquistanês canalizou armamentos e recursos para jihadistas que não se identificavam com a causa do Pashtunistão, negando ajuda, por exemplo, à resistência que apoiou a monarquia afegã, por esta ter se identificado com o movimento do Pashtunistão.

Será o terrorismo o caminho para o Pashtunistão livre?

De acordo com Saikal (2010), dos sete principais grupos mujahidins, que representavam cerca de 80% da população sunita afegã, seis eram majoritariamente pashtuns. Quando o principal grupo pashtun falhou, o Hizb-i-Islami (Partido Islâmico), liderado por o Gulbuddin Hekmatyar, Islamabad se volta para o Talibã, que, apesar de sua origem pashtun, compactuava com uma ideologia pan-islâmica desvinculada, a princípio, do movimento do Pashtunistão, vindo a adotá-la quando assume o poder, apesar das pressões exercidas pelo Paquistão (HARRISON, 2008).

Frente ao descaso institucional do Afeganistão e Paquistão, materializado em contrastes socioeconômicos, entende-se a fragilidade dos pashtuns, por exemplo, na Khyber Pakhtunkhwa, onde, em 2010, a renda per capita era 30% menor que a média nacional. Sendo o Khyber Pakhtunkhwa uma região rica em recursos naturais, carvão, petróleo e gás, os pashtuns nessa região não são incluídos nas políticas de bem-estar social, direcionadas primordialmente para os punjabis

e sindhis, motivo pelo qual reivindicam reiteradamente taxas de royalties mais altas e um maior investimento na sua província.

A campanha antiextremista islâmica, declarada pelos Estados Unidos, conhecida como Guerra ao Terror, centrou-se principalmente nas terras dos pashtuns. Em 2010, 150.000 soldados da Otan, no Afeganistão, concentravam-se, em sua maioria, nas regiões leste, sudeste e sul do território pashtun (SIDDIQUE, 2014).

Antes da retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão e do retorno do Talibã ao governo, Saikal (2010) já alertava para os riscos da solidariedade pashtun para com o Talibã, uma vez que os pashtuns, durante a invasão dos Estados Unidos, viram-se ameaçados em relação a sua religião, terra, recursos, honra, normas e valores culturais e sociais, ou seja, todo o seu modo de vida colocado em risco frente ao estrangeiro, tornando-se propensos a apoiarem o Talibã, apesar de seus métodos violentos, não apenas como movimento religioso, mas sobretudo nacionalista.

As circunstâncias poderiam levar os pashtuns a apoiarem o Talibã na esperança de um Pashtunistão independente. Essa aproximação com o extremismo islâmico contrasta, entretanto, com a imagem que os próprios pashtuns reivindicam para si mesmos “nós não somos todos simpatizantes do Talibã, e nós não somos terroristas” (ARIANA MONTHLY, jan. 2010, p. 7, tradução nossa)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIANA MONTHLY. *The vision of raising a wareness to the need for the development of the pashtun people*. Jan., 2010.

ASFANDYAR. *The British Raj in India and the Pakhtun Struggle for Independence: A Comparative Analysis of Violent and Non-Violent Approaches (1901-1947)*. 2020. Tese (PhD em História) – Universidade de Peshawar, Paquistão, 2020.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

HARRISON, Selig S. *'Pashtunistan': The Challenge to Pakistan and Afghanistan*. Madrid: Real Instituto Elcano, 2008.

NARAYAN, J. *My Life and Struggle: Autobiography of Badshah Khan*. Delhi: Hindi Pocket Books, 1969.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A. 2007.

SAIKAL, Amin. *Afghanistan and Pakistan: The Question of Pashtun Nationalism?* *Journal of Muslim Minority Affairs*, v. 30, n. 1, mar., 2010.

SAIKAL, Amin. *Modern Afghanistan*:

SCHOFIELD, Victoria. *Afghan frontie: Feuding and Fighting in Central Asia*. Londres: Tauris Parke Paperbacks, 2003.

SIDDIQUE, Abubakar *The Pashtun Question: The Unresolved Key to the Future of Pakistan and Afghanistan*. Londres: Hurst & Company. 2014.

TESCH, Yuri Alan Maciel. *Microsociedades afegãs no contexto dos embates Leste-Oeste (1977-1983): discursos e representações no The Kabul Times*. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 3: FRONTEIRAS, TERRITÓRIOS E
SOCIEDADE: SÉCULOS XVIII E XIX.**

**À Sombra da Cruz e da Forca: a formação da freguesia de São João
Baptista do Presídio**

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Resumo: O desbravamento de terras indígenas na Zona da Mata central mineira, no final dos setecentos, solidificou o instrumento de poder e domínio da Coroa portuguesa nos sertões das aldeias das nações indígenas dos coroados, coropós e puris, através de missões civilizatórias. Deste modo, com o objetivo de desenvolver um estudo histórico, buscou-se a compreensão diante do esquema de ocupação, formação e estruturação do núcleo populacional de São João Baptista do Presídio. Para tanto, serão analisados os relatos concernentes aos fragmentos textuais do Livro de Tombo da freguesia, traçando um paralelo com as narrativas apresentadas pelos viajantes e naturalistas que por ali passaram, reunindo um compilado de documentos com as primeiras impressões destes indivíduos sobre as configurações sociais, geográficas e econômicas do povoado.

Palavras-chave: Presídio. Livro de Tombo. Viajantes.

Abstract: The clearing of indigenous lands in the central Zona da Mata of Minas Gerais, at the end of the seventeenth century, solidified the instrument of power and domination of the Portuguese Crown in the hinterlands of the villages of the indigenous nations of the crowned, coropós and puris, through civilizing missions. Thus, with the objective of developing a historical study, we sought to understand the occupation, formation and structuring of the population nucleus of São João Baptista do Presidio. To this end, the reports concerning the textual

²⁵⁵Doutorando. Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em História. Universidade Salgado de Oliveira.
E-mail: igorlacerda86@gmail.com

fragments of the Book of Tombo of the parish will be analyzed, drawing a parallel with the narratives presented by the travelers and naturalists who passed through there, gathering a compilation of documents with the first impressions of these individuals about the social, geographical and economic configurations of the village.

Keywords: Presídio. Tombo Book. Travellers.

Introdução

Pensar na formação de um povoado tornou-se um exercício de reflexão ambicioso, justamente pela necessidade de se atentar sobre a complexidade e as particularidades que envolveram os trânsitos contínuos dentro dos sertões mineiros. Este fenômeno se deu após a queda da exploração mineral, no final dos setecentos, como corrobora Carla Almeida “quando a extração aurífera se tornou mais difícil e dispendiosa, os habitantes deslocaram dessas áreas para Zona da Mata, buscando áreas favoráveis para a intensificação das atividades agropecuárias” (Almeida, 1994: 95). Com um fluxo migratório proeminente, uma totalidade de indivíduos multifacetada, constituída no final do século XVIII, nas regiões fronteiriças da Mata mineira, migrara para redefinir a importância econômica daquela região. Formava-se um novo povoamento, que viria a se estruturar mediante a criação de novas alianças e novos conceitos particulares de sociabilidade e coletividade à margem dos aldeamentos dos povos nativos.

No contexto destas demarcações de terras, Manuela Cunha Carneiro destaca a seguinte ideia, “o aldeamento é a realização do projeto colonial, garantindo a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento da colônia”

(Cunha, 1998: 137). Para Sheila de Castro Faria, “a criação ou ereção de um povoado em vila ou cidade representava a possibilidade de manter o indígena à distância e promover uma ocupação eficiente” (Faria, 1998: 125).

Concomitante a este processo, o acesso as terras devolutas, as concessões de sesmarias e a expropriação de terras indígenas, tornaram propícias as condições para a formatação de um novo lugarejo, que viria a se tornar a freguesia de São João Baptista do Presídio, hoje conhecida como a cidade de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais. Neste sentido de possibilidade de ocupação de terras devolutas em áreas de fronteira, Ângelo Carrara destaca que, “foi a solução estrutural encontrada por muitos no interior de um sistema agrário que demandava certa extensão de matos virgens e capoeiras, ao lado das terras lavradas” (Carrara, 1999: 15).

Em razão destas transformações socioeconômicas, geográficas e culturais, ações cotidianas de ocupação, se desenvolveram neste território, alterando os significados das noções de comunidade dos povos originários, influenciados pela abrupta criação de aldeamentos em regiões de fronteira. De acordo com Romilda de Oliveira Alves “a fronteira sempre foi vista como um lugar de “encontro de povos” que assumiram para si a responsabilidade de conquista, defesa e expansão do território, onde diferentes culturas buscavam construir uma nacionalidade” (Romilda, 2009: 33). Ao concentrarem as populações ameríndias, que se estabeleciam às margens do rio Xopotó, “o que se objetivava, de um ponto de vista tático, era diluir a população indígena no conjunto da população nacional” (Espíndola, 2005: 171). Portanto, a origem desta nova sociedade, desenvolvida diante de enfrentamentos em diversas esferas, forjara seus alicerces na coexistência de neófitos, pardos, brancos, pretos e miscigenados.

Para que possamos então, compreender brevemente os primeiros passos históricos desta localidade, tornou-se substancial, como objetivo de pesquisa deste artigo, desenvolver um breve traçado histórico entre os primeiros registros eclesiásticos, contidos no Livro de Tombo, associando-os aos relatos dos viajantes, quando o povoamento já englobava traços políticos-administrativos e socioeconômicos. Portanto, a combinação destes acervos documentais, oportunizou o estabelecimento de um diálogo com outros autores que versaram sobre os conceitos da importância dos presídios nos sertões. Possibilitando assim, entender a importância do Presídio

de São João Baptista na condição histórico-geográfico que estava inserida a freguesia, ao conectar indivíduos, espaço e religião.

A formação dos presídios - o Presídio de São João Baptista

A política de criação de presídios, tivera seu início nas Minas gerais no governo de Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), sendo uma medida prioritária, ao destacar que, “ao serem instalados, criavam-se aldeamentos de índios, demarcavam-se terras e fundavam-se arraiais e freguesias” (Alves, 2009: 46). A autora também ressalta que “Os presídios, com seus destacamentos militares, ao funcionarem como centros de controle da população indígena, atraindo-a para o interior dos aldeamentos, tiveram importante participação na formação de novos povoados” (Alves, 2009: 49). Nesta mesma linha de argumentos, Haruf Salmen Espíndola, ressalta que para conter ataques esporádicos às regiões povoadas, “os governadores da capitania mantinham a guerra defensiva, por meio de presídios militares colocados em locais estratégicos e, esporadicamente, mandavam expedições armadas de represália” (Espíndola, 2005: 114). Conforme José Otávio Aguiar, as funções dos presídios serviam não apenas como área para alguns degredados e vadios, mas “como um ambiente de avanço da conquista dos portugueses sobre os aldeamentos indígenas e conseqüentemente uma defesa para os recém assentados nessas terras” (Aguiar, 2008: 138). Ao contextualizar a freguesia do Presídio nessas empreitadas, o autor considera que:

O Presídio de São João Batista havia sido criado na freguesia de mesmo nome para fazer frente à reação dos chamados índios arredios à ocupação de seus territórios. Outros presídios cumpriam funções semelhantes nas imediações: o Rio das Casca apoiava o avanço dos colonos a partir de Ponte Nova, e o do Arraial do Peçanha da cobertura ao início da ocupação das matas que o circundavam (Aguiar, 2008: 138).

De acordo com Exedito Arnaud, para coibir os tumultos e desordens dos índios, José Bonifácio recomendou a instalação de pequenos presídios militares nas proximidades das aldeias,

cujos comandantes deveriam agir de acordo com os missionários. (Arnaud, 1973: 14). É importante destacar que, desde a sua implementação no século XVIII, os presídios e suas atribuições sofreram pequenas alterações, estando constantemente respaldados por políticas administrativas de controle das nações indígenas, como pode ser evidenciado no documento APONTAMENTOS PARA A CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS BRAVOS DO IMPÉRIO DO BRASIL, produzido e chancelado por José Bonifácio de Andrada (Andrada e Silva, 1939: 265). Dentro desta temática indigenista, o mesmo Andrada, deixou explícita suas recomendações,

10.º Para que estes Missionarios sejam respeitados pelos Indios, e possam cohibir prontamente os tumultos e desordens que estes fizeram depois de aldeados, estabelecer-se-hão nas distâncias necessarias e adequadas pequenos Presídios Militares, cujos Comandantes obrarão de accôrdo com os mesmos Missionários, e lhes darão todo o favor e auxílio requerido. (Andrada e Silva, 1939: 266)

11.º Estes presídios serão formados de 20 até 60 homens de Guarnição com duas ou trez peças de pequeno calibre, e se exigirem as circunstancias locais, poderão também estes destacamentos ter alguns soldados de cavallo. (Andrada e Silva, 1939: 266)

Através dessas representações normativas e políticas, podemos compreender que o Presídio de São João Baptista surgiu para atender os objetivos governamentais, ao catequisarem e concentrarem os neófitos, para que assim fosse colocada em prática a expropriação das terras indígenas. Deste modo, ao tornarem estas terras habitáveis, relativamente seguras e pacíficas, as futuras propriedades rurais seriam um chamariz para as famílias que estivessem dispostas a migrar, tornando-se assim uma área atrativas para os colonos luso-brasileiros, escravizados, alforriados e membros de diversos estratos sociais.

Baseados nos relatos do Diário de Langsdorff, para se deslocar do Presídio ou Arraial de São João Batista até o Registro do Paraíba ou Rio de Janeiro, existiam três caminhos que deveriam ser percorridos, sendo eles,

O primeiro, passa por Porto do Mar de Espanha, às margens do rio Paraíba, passando por Sumidouro, onde se chega à grande Estrada Real. O segundo vai até Porto da Cunha, passando por Cantagalo, e é ruim. O terceiro vai até Lami, no rio Paraíba, e, rio abaixo, chega-se a Campos de Goitacazes (Silva, 1997: 94-95).

Se fossemos analisar por medidas atuais, o Presídio estaria a uma distância de 165 km de Ouro Preto, então capital da Província de Minas Gerais no período, e a 102 km da freguesia de Piranga, último entreposto comercial do aurífero, o qual serviu como localidade que limitava a ocupação legal de terras na província no século XVIII. Para Renato Pinto Venâncio, durante a primeira metade do século XVIII, a freguesia de Piranga “permaneceu como limite da área de mineração; contribuía para isso a existência de uma barreira - bem mais poderosa do que os acidentes geográficos ou as florestas virgens - representada pelos índios bravios da Zona da Mata” (Venâncio, 1997: n.p.). Deste modo, a antiga área que corresponderia ao que viria se tornar o Presídio situava-se em um espaço delimitado e “proibido” para a colonização, tendo como propósito, “durante o auge do período minerador para isolar as jazidas auríferas da ação de contrabandistas, bem como de uma eventual invasão externa” (Aguiar, 2006: 84). Sendo considerado um lugar inóspito, com mata fechada e repleta de perigos. Situação que evidenciamos nos relatos do viajante Auguste de Saint-Hilaire:

Durante muito tempo o governo havia proibido toda a comunicação entre as Capitania e Minas Geraes e Espírito Santo, querendo assim tornar mais difícil o contrabando do ouro. Depois da chegada do Rei D. João VI ao Brasil, abriram-se os olhos e viram quanto era absurdo sacrificar a mesquinhas precauções, os interesses que deviam resultar do comércio de dois povos limítrofes, dos quais um é vizinho do Oceano e o outro pode fornecer o primeiro ferro e outros artigos uteis. Governo tomou, pois, louvável resolução fazer um caminho que fosse da Villa da Victoria a Villa de Mariana (Saint-Hilaire, 1936: 229).

Como já dito anteriormente, a freguesia estava entremeada na Zona da Mata central, Dentro desta sub-região, ainda existia uma outra divisão, baseada na ideia de que as áreas apresentavam

uma densidade populacional indígena distinta, considerando as dimensões e demografia dos aldeamentos de cada setor. Para representar essa divisão, Ângelo Carrara faz as seguintes considerações, “uma primeira era constituída pelos aldeamentos indígenas do Presídio e do Guido-Wald, e de Manuelburgo; uma segunda, situava-se no vale do ribeirão Ubá, entre estes três aldeamentos e o antigo aldeamento do Rio Pomba” (Carrara, 1999: 30). Para respaldar algumas argumentações aqui defendidas, analisaremos o Livro de Tombo da freguesia.

O Livro de Tombo

O Livro de Tombo da freguesia do Presídio, encontra-se presente na Matriz de São João Baptista, sendo um documento transcrito pelo Padre Dario Schettini Guimarães, com o título: “Notas Históricas”. Num primeiro momento, ao serem analisadas as descrições contidas no códice supracitado, destacaram-se elementos condizentes ao início da jornada dos cognominados “aventureiros”, indicando seus possíveis locais de partida, assim como algumas descrições referentes à densidade da flora. Não menos relevante, fora a visão dicotômica sobre o perfil comportamental dos ameríndios, ao serem considerados tanto ameaçadores quanto mansos, como nota-se a seguir,

Alguns aventureiros, à guisa de bandeirantes e como eles destemidos, rompendo por entre as temerosas bronhas que então cobriam grande parte da Capitania, vindo uns do vale do Piranga e subindo outros do curso do Pomba, como é de crer, vieram por uma feliz coincidência, reunir-se no vale do pequeno Xopotó, cujas margens eram cobertas por espessas florestas por onde vagavam ainda as hordas ameaçadoras dos Coroados, Coropós e de outros índios²⁵⁶.

[...] no fundo das matas mineiras, às margens selvosas do Xopotó, alguns pobres colonos, aquém já haviam agregados alguns índios mansos, de

²⁵⁶ Livro de Tombo da Matriz de São João Baptista, Visconde do rio Branco, MG, p. 1.

envolta com alguns criminosos políticos, que para aqui eram degredados, lançaram talvez sem o pensarem os fundamentos do pequeno núcleo colonial.²⁵⁷

Noutro momento, o que se observara, em especial, esteve correlacionado as descrições sobre a precariedade que estes forasteiros enfrentaram ao estabelecerem as preambulares moradas do povoado, trazendo a representatividade de serem os primeiros fogos ali estabelecidos e reconhecidos pela Coroa Portuguesa.

[...] Ou porque lhes falecessem os meios de perseguirem em sua arrojada empresa, ou porque lhes sorrisse mais que outros o lugar, para nele fixarem as suas moradas, e certo é que ali se estabeleceram, em pobres casinhas cobertas de coluio e de folhagens, lançando desta sorte os fundamentos da nova povoação, que alguns anos depois viria a receber o nome de São João Baptista do Presídio [...]²⁵⁸.

Contudo, dentro deste cenário inicial de ocupação apenas um agente, líder e missionário da exploração e conquista de novas almas nessa árdua empreitada, recebeu reconhecimento e exposição de seu nome e feitos,

Os escassos documentos que ainda hoje, por felicidade existem daqueles tempos afastados e que aqui me apraz de transcrever, rezam que me 29 de novembro de 1777, o padre Manoel de Jesus Maria, vigário da Parochia de São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixes dos índios Croatos e Coropós, ministrou o sacramento do batismo aos índios adultos procedentes das matas do Xopotó (rio que tem suas origens no Presídio), recebendo os mesmos os nomes de André, Anastácio, José Pedro, Angélica e Martha, e aos inocentes também índios, Felipe Custódio e Rita Francisca.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 2.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 1-3.

Em 2 de dezembro do mesmo ano, também batizar-se o Cacique, capitão Belchior²⁵⁹.

As ações adotadas pelo padre Manoel de Jesus Maria, descritas acima, trouxeram alguns pontos fundamentais para a formação da freguesia: primeiro, concebeu-se a data do primeiro contato, ou seja, da primeira missão oficial de um membro da Igreja com o intuito de contactar (catequizar) a população indígena local; segundo, identificação da figura clerical principal deste processo; terceiro, evidenciou-se o início da catequese e conversão dos povos originários da freguesia, onde através das águas do batismo, os considerados selvagens encontrariam a civilidade e salvação; e por último, a concepção de uma estratégia de controle social através do batismo de um líder tribal, concedendo-lhe uma patente militar ao cacique, depois denominado Capitão elchior. Todas essas ações combinadas, traçaram de forma preliminar, como os processos de apoderamento e dominação se transfiguravam. Concomitante a isto, “a existência do aldeamento indígena controlado por missionários tornava relativamente segura a ocupação e o estabelecimento da população livre e pobre (Faria, 1998: 128).

Trazendo uma representação político-religiosa para edificação do lugarejo, estabeleceu-se uma cruz para simbolizar o poder religioso católico, e uma forca no alto de um monte, para simbolizar a mão de ferro dos portadores da Coroa Portuguesa. Imposições autoritárias ganhavam força através do medo e da punição impostas pelo poder monárquico português, através dos que ali foram nomeados seus representantes, os quais seguiram determinando e ditando as leis. Consubstanciando os argumentos que permitem identificar esta prática de domínio, destaca-se o fragmento extraído do Tombo, onde o padre complementa:

Fundada a sombra da cruz, que ali já se erguia como o verdadeiro farol da civilização, e a pequena distância da sinistra forca que, levantada sobre a cabeça de um monte, mostrando-se sempre ameaçadora, estendia sombras de medo sobre todas aquelas paragens, a pequena aldeia ia dia a dia

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 2.

tomando novos alentos com a chegada de novos forasteiros, que vinham de varios pontos para ali se estabelecer²⁶⁰

Todas essas medidas políticas-administrativas culminaram em um novo movimento de colonização do interior. Para o sucesso da formação dos núcleos populacionais, que edificaram o povoado, podemos destacar que os fenômenos migratórios, pelo menos em sua maioria, estiveram alinhados a política de ocupação dos sertões mineiros, e o crescimento de novos mercados nas regiões de fronteira. Apresentando uma matriz econômica, onde o capital era proveniente das produções agrárias, que emergiam desde pequenos sítios até os grandes proprietários que concentravam maiores porções de terras. A economia agrária familiar teve um papel fundamental no desenvolvimento dos arraiais e freguesias, assim como a representatividade da Igreja para fundação, legitimação e controle das condutas e da prosperidade espiritual dos que se aglomeravam, como bem ressalta Ângelo Carrara,

O movimento característico dessas unidades de produção familiares foi o da ocupação das áreas da fronteira e a conseqüente constituição de núcleos populacionais à volta de alguma capela, onde se consagrassem os laços principais desse modo de produção — os laços de parentesco, através do batismo e do casamento[...] (Carrara, 1993)

Desde a política pombalina indigenista do século XVIII, os Diretores indígenas, através de um artifício jurídico-político ganharam representatividade, adquirindo grande relevância neste contexto histórico de controle de impasses entre luso-portugueses contra os neófitos que na região estavam. No segundo decênio do século XIX, foram criadas as Divisões militares do Rio Doce, “formadas por tropas irregulares submetidas à fiscalização do governo provincial, orientadas para a repressão aos índios, assumiriam nova feição na década de 20, sob o comando de Guido Thomaz

²⁶⁰ *Op. cit.* p. 3.

Marlière, ao abandonar a postura agressiva de 1808” (Aguiar, 2006: 84). De acordo com Francisco Cancela, sobre o poder e efetividade dos Diretórios Indígenas, destaca-se,

As diversas formas pelas quais as autoridades, os colonos e os índios receberam a nova legislação foram moldadas pelas diferentes condições históricas existentes em cada região, sendo determinantes na formatação desse processo fatores como o peso demográfico e econômico dos índios, a situação do contato interétnico, a inserção da região e de seus habitantes no comércio colonial, a localização geopolítica das povoações indígenas e as características da produção econômica regional (Cancela, 2013: 4)

O processo de “civilização” dos índios do Presídio e ocupação de suas terras foram datadas do final do século XVIII, mas não se limitara apenas a este período e nem as condições históricas que rondaram os primeiros anos de contato. No fragmento produzido por D. Francisco de Assis Mascarenhas, o qual destina-se a Corte na esfera da Secretaria de Estado de Negócios do Brasil, nota-se justificativa de condutas autoritárias, respaldadas por um aparato legal. Sua composição dotava de uma peça jurídica legitimadora que ampliava os domínios sobre os índios silvestres das Minas Gerais. Portanto, entende-se que qualquer território de aldeias que interessasse de imediato a Coroa, aplicar-se-ia as normas estabelecidas pela Carta Régia de 1808. Integrados nesse processo estaria a Igreja, agregando as almas dos integrantes das tribos autóctones ao corpo de novos fiéis e assim, podendo exercer sobre esses súditos um controle social disfarçado de princípios morais da Fé, espiritualidade e civilidade. Podemos compreender a seguir mais detalhes do documento:

A criação da Junta de Civilização, e aldeação dos Botocudos, e mais Índios Silvestres das Minas Geraes, por ser um estabelecimento interessantíssimo nos subministra sua grande prova desta verdade: já tive ocasião de mandar convocar, e de poder assistir a primeira, e segunda sessões; já se tornarão medidas as mais enérgicas e das quaes esperamos os mais prontos, e os

mais felizes resultados, segundo os saudáveis fins da Carta Regia de 13 de maio de 1808.²⁶¹

O sucesso dessas novas “aquisições” territoriais se prestava primariamente a vontade econômica, enquanto o apelo social civilizatório indígena se colocava em segundo plano. Se os nativos produzissem infeliz empecilho, de certa forma, uma solução violenta para eles era um destino certo. E mesmo que os relatos no Livro de Tombo fossem, em partes, consideravelmente contraditórios e tendenciosos, ao exaltarem os feitos dos colonizadores diante das tribos locais, esta documentação não deixa de apresentar um panorama complementar para uma possível reconstrução histórica de uma sociedade. Concomitante a este propósito, os relatos de viajantes também carregam detalhes de suma importância para o redesenho social da freguesia, como veremos adiante.

Os Relatos dos Viajantes

Ao começarmos a estudar as narrativas dos viajantes, partiremos das dificuldades que esses enfrentavam nos projetos de desbravamento ao longo do território brasileiro. Serão observadas algumas de suas estratégias de viagens, e como estes agentes lidavam com os empecilhos impostos pelas matas fechadas, animais selvagens, intempéries, tribos nativas hostis e outras inúmeras dificuldades observadas ao longo do percurso que traçaram. Nas palavras do viajante Georg Wilhelm Freireyss:

Para uma viagem pelo interior é indispensável ao viajante arranjar animaes, [...] é necessário escolher um bom tropeiro, que não somente sáiba lidar bem com as bestas de carga, do que tudo depende, como tambem que já tenha feito viagens. Além da bagagem indispensável, é preciso lembrar-se de ter sempre um animal de sobreclente, porque, chegando-se aos logares desertos do interior, precisa-se dele para carregar as provisões compadras

²⁶¹ Fragmento do Registros de Ofícios dirigidos a Corte pelo Illmo. Exmo. Snr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, mais especificamente direcionado a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil. Lei (319) 1810-1814. Ver http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1423.pdf

na última povoação. Pólvora, chumbo, boas espingardas, trem de cosinha, uma rêde e as ferramentas necessarias para ferrar os animaes e concertar os arreios que são objetos indispensáveis. Uma boa espingarda de dous canos tem sempre grande valor, ainda que só sirva para intimidar os selvagens (Freireyss, 1907: 166).

Para que essas viagens fossem de certa forma seguras, deveriam ser tomadas medidas de precaução e proteção. Os trajetos deveriam ser calculados, os viajantes deveriam ser cautelosos, não excedendo um limite diário a ser percorrido. Todo cuidado era pouco, não apenas com os companheiros de viagem, mas também com os animais de carga, pois surpresas desagradáveis e os perigos poderiam estar à espreita. Mais detalhes são destacados por Freireyss,

É sempre melhor fazer viagens curtas, nunca mais de 3 a 4 leguas não somente para poupar os animaes, como para fazer boas observações [...]. Quando se poussa fora das povoações é preciso escolher um pouso de bom pasto para os animaes. [...]. Suppondo que pode haver chuva durante anoite, estende-se um couro de boi sobre uma corda por cima da rede [...]. Em geral conserva se uma fogueira accesa durante toda a noite, mais para aquecer do que para afastar animaes ferozes. Sabendo-se com certeza que na vizinhança não há selvagens ou negros fugidos, não é necessário fazer sentinela á noite, porque os roubos são extremamente raros do Brasil (Freireyss, 1907: 166).

Certamente o território brasileiro apresentava suas dificuldades, justamente sua dimensão continental e pela pouca exploração em certas áreas longínquas. A grande variabilidade topográfica, a densidade da mata atlântica e a pouca ou quase inexistentes estruturas que permitissem cruzar rios vorazes, formavam obstáculos praticamente intransponíveis mediante o aparato “tecnológico” que os naturalistas tinham acesso na época. Freireyss destaca essas adversidades enfrentadas:

Uma outra dificuldade para os viajantes está nos muitos rios, sem pontes, que cortam estradas e muitas vezes são fundos de mais para serem atravessados a vão. Assim perdem-se muitas vezes dias e dias em procurar

um logar mais raso ou uma canôa [...]. O viajante deve empreender a sua jornada nos mezes de maio a outubro e novembro, que é o tempo secco [...]. Nestas montanhas e em toda Minas Geraes não se conhece outro meio de viajar a não ser com tropa, mesmo porque os terrenos impossibilitam as viagens em carro; empregam-se também cavalos para montaria e quase todos os mineiros são bons cavaleiros (Freireyss, 1907: 166).

Ao enveredar-se em uma viagem ao território de várias comunidades indígenas autóctones das Minas Gerais, com intuito de narrar seus costumes, o dito viajante, depois de partir de Mariana, deparou-se com uma fazenda denominada *Ouvires*, situada do outro lado da montanha, a 2 léguas. Um caminho que segundo o autor, “passava pela maior parte beirando matas impenetráveis, esconderijo de negros fugidos” (Freireyss, 1907: 195). De *Ouvires* seguiu até *Meinard*, outra fazenda importante. Na manhã seguinte, um fato que atraiu a atenção do viajante, ao se deparar com uma instalação ao pé do rio, onde o padre, em cuja casa pernitoou junto aos seus companheiros de viagem, tirava ouro com uns 20 escravos.

Outro exemplo de freguesia, que também serviu como presídio era a de *Sant’Anna dos Ferros*, que de acordo com Freireyss, parecia um antigo presídio contra os indígenas, já que, no outro lado do rio vagueiam índios da tribo Puris, “não muito perigosos aos fazendeiros, já que se constatou que havia em 18 meses tinham matado 2 escravos à flechadas” (Freireyss, 1907: 195). Segundo o naturalista, os habitantes da freguesia de Sant’Anna, não mostravam grande amizade aos índios dados que, em uma das conversas com o comandante ouvira o seguinte relato:

O diretor dos índios já tinha amansado 500 Puris e os domiciliados em logares determinados, fazendo-os acabar com todas as hostilidades contra os portugueses e seus amigos: mas acrescentou, com uma risada diabólica, que se devia levar-lhes a varíola para acabar com eles de uma só vez, porque a varíola é a doença mais terrível pra essa gente (Freireyss, 1907: 195).

Esse tipo de comportamento adotado por parte da população portuguesa e/ou luso-brasileira, nos faz refletir sobre os aspectos que envolvem as atribuições de civilidade e pensamento selvagem. Se os índios já haviam sido “amansados” e não apresentavam perigo iminente, qual seria

a necessidade de exterminá-los? Percebemos que mais uma vez, a visão eurocêntrica, adotada por alguns luso-brasileiros, sobre membros tribais, tendem a colocá-los no papel de “sub-humanos”, sendo uma categoria que deveria ser extinta, apenas por ser diferente em aparência e costumes do que entendia o europeu como evoluído.

Após saírem de Santa Rita, o viajante e sua tropa, prosseguiram por 3 léguas, chegando ao alto da Serra de S. Beralde, em frente da Serra da Onça, onde estava situado o Presídio, que alcançaram 3 horas mais tarde, ficando hospedados na casa do Diretor geral dos índios, capitão Guido Thomaz Marlière. Para Freireyss, esse era o ponto de onde fariam as observações sobre os indígenas nestas paragens. Sobre suas primeiras observações sobre a freguesia, ele considera:

Na entrada do valle vimos grandes extensões inteiramente cobertas pela *Asclepias curassavica* (oficial da sala, mata-olho, cega-olho, falsa ipecacuanha), cujo cultivo é recomendado pela penugem sedosa que cobre as sementes (Freireyss, 1907: 126)

Após essas descrições ligeiras sobre parte da vegetação que envolvia a área, o explorador destinou-se a descrever a funcionalidade primária do Presídio de São João Baptista. Em seus relatos consta o seguinte:

Como todos os presídios, teve sua origem no estabelecimento de varios criminosos fugidos da justiça, que solicitaram do governo proteção contra os selvagens. Dessa proteção, por mais fraca que seja, pois, raras vezes consta de mais de dois soldados, não teriam precisado, si eles, desde o começo, não tivessem violado os mais comesinhos dos indios e foi o seu comportamento que lhes trouxe o ódio dos indígenas, que depois se estendeu a todos os brancos. Os primeiros conquistadores do Brazil eram exatamente eguaes aos fundadores dos presidio actuaes e é a eles que cabe a culpa da infelicidade dos selvagens e não a todos os portugueses (Freireyss, 1907: 127).

Através desses argumentos defendidos pelo naturalista, entendemos não só função dos presídios, mas os tipos de indivíduos que lá se estabeleceram em suas origens. Portanto, ratificou-se o argumento de parte dos brancos, aqueles de má índole, contra os neófitos. Sujeitos de caráter

duvidosos, criavam conflitos e aumentavam a animosidade para com as relações criadas com os indígenas. Posteriormente em seus relatos, o autor, descreve a organização social dos índios e o espaço que habitavam:

Na vizinhança do presídio de São João Baptista vivem, espalhadas numa superfície de 20 léguas quadradas, várias tribus de indígenas brasileiros. A mais poderosa delas é a dos coroados que, incluídas mulheres e crianças, chega a 2.000 individuos; em seguida vêm os Puris que, como já foi dito, contam com 500 individuos domiciliados em um só lugar; a terceira tribu é a dos Carajás, que há mais de 50 annos estão em relação amistosa com os portuguezes, tendo por isso perdido muito de suas particularidades. Não passam de 200, que moram nas margens do rio Pomba, onde têm uma igreja ou capella (Freireyss, 1907: 197).

Em conformidade com as descrições de Freireyss, Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied, ao se defrontar com as choças construídas pelos missionários para os índios coroados e coropós, descreve os neófitos e suas moradias:

Achamos esse povo ainda bastante puro, de tez moreno-escura, fisionomia rigorosamente nacional, compleição robusta e cabelos negros como o carvão. As moradas são boas e espaçosas, feitas de madeira e barro, e as coberturas são folhas de palmeira ou de bambú como dos portuguezes. Armam nelas as redes de dormir e encostam, num canto da parede, o arco e a flecha. O resto rudimentar de utensílios domésticos compõe-se de panelas, pratos ou tijelas (cuias), feitas por eles mesmo de cabaças e da cuieira (*Crescentia cujete*, Linn.), cestos de palmas entrançadas e muitos outros objetos (Wied-Neuwied, 1940: 104)

Demais aspectos são destacados nas descrições de Maximiliano, em um dos trechos de seus textos os indígenas já demonstram um grau de integração social elevado e grande absorção da cultura branca, sejam em suas vestes e nas cerimônias como acompanharemos posteriormente nos assentos dos quais estão inseridos.

O traje é constituído de calções e uma camisa branca de algodão; aos domingos, porém, vestem-se melhor e assim não se distinguem da classe baixa portuguesa; todavia, mesmo então, vêm-se, frequentemente, homens em chapéus e descalços. As mulheres, ao contrário, são mais elegantes, usam as vezes um véu e gostam de atavios. Todos falam português, mas geralmente empregam entre si a língua nacional (Wied-Neuwied, 1940:p. 104).

Ao acompanharmos as descrições contidas nos Diários de Langsdorff sobre a freguesia do Presídio e as impressões sobre a estrutura do arraial, percebemos uma atenção mais direcionada ao relevo, a demografia, a agricultura e criação de animais, como observa-se no trecho subsequente,

Presídio consiste de uma longa fileira de casas localizadas num vale, no sopé de alguns morros e de uma suave colina, sobre a qual está a capela de São João Batista. Ela foi construída, com a paróquia, há mais de 30 anos para a conversão dos índios. Nessa época, ninguém quis se estabelecer aqui, mas, há cerca de 10 anos, de repente, muitas pessoas, principalmente da região de São Miguel, depois de Catas Altas, mudaram-se para cá. Hoje essa freguesia, certamente bastante extensa e com muita área rural, já possui mais de 660 chaminés - só o local tem 360 casas. A localidade tem mais de 800 almas, talvez mais, pois as famílias são muito numerosas. Os principais produtos da agricultura são o milho e o feijão; depois vêm o café e a criação de porcos, cana-de-açúcar para a aguardente e, em especial, o comércio da ipecacuanha (Silva, 1997: 91).

Através dos relatos ao longo do trabalho apresentado, pudemos perceber que o Presídio seguiu seu próspero desenvolvimento. Deixou de ser apenas uma pequena aldeia entre as conhecidas paragens e roças e concretizou um núcleo populacional de pequeno porte organizado, com setores burocráticos e políticos/administrativos bem definidos. A Igreja estabelecia seu poder sobre os homens e mulheres, independente de etnia e cor, de antiga crença, da idade, o poder católico se manifestava sobre todos. Deste modo, o Presídio fora alvo de um projeto missionário de dominação, que esteve interligado a implantação das Divisões militares do rio Doce e da Junta de Civilização. Uma freguesia que se desenvolveu através do controle sistemático dos povos nativos, por intermédio de medidas políticas-administrativas, que culminaram em um novo

movimento de colonização do interior e ocupação de regiões fronteira, propiciando o crescimento da economia agrária familiar, nas terras que antes habitavam livremente diversas nações indígenas, que a partir dessas medidas ditas civilizatórias, não gozariam mais da mesma liberdade e do direito sobre as terras como outrora.

Conclusão

O papel fundamental dos viajantes é notável, ao desbravarem terras inóspitas, ao se aventurarem nas matas fechadas e desconhecidas, com suas bestas de cargas, auxiliados por guias, tropeiros, hospedando-se nas fazendas e hospedarias, lidando com as dificuldades de estarem em outro país, com línguas e culturas diferentes. Estes aventureiros lançaram vanguarda e contribuíram para historiografia das Minas Gerais e do Brasil. Assim como no Livro de Tombo, produzido por missionários, a figura dos colonizadores era exaltada em detrimento das populações dominadas. Os relatos históricos tiveram um papel inovador devido a esses aventureiros. Esta documentação permitiu um breve entendimento das tensões e encontros entre as populações indígenas e os luso-brasileiros. Abordou em outros pontos o perfil socioeconômico, a estrutura demográfica, a composição geográfica dos territórios por onde estes agentes transitaram. Sendo um material histórico de valor imensurável, tornando-se válido e essencial para pesquisas que buscam compreender os diversos aspectos das ciências humanas do século XIX.

FONTES

PARÓQUIA DE VISCONDE DO RIO BRANCO

Livro de Tombo

Arquivo Público Mineiro

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Registros de Ofícios dirigidos a Corte pelo Illmo. Exmo. Snr. D. Francisco de Assis Mascarenhas. *Revista do Arquivo Público Mineiro* – Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 18, p. 345-572, 1913.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana 1750–1850. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1994.

AGUIAR, José Otávio. *Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836): A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil*. Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008. p. 138.

ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteira em Expansão: População, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

ANDRADA E. SILVA, José Bonifácio de 1939. O patriarca da independência. São Paulo, Ed. Nacional, 433 p. (Brasiliana, 166). Disponível em <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/249>. Acesso em: 19 de nov. 2023.

ARNAUD, Expedito. Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. Belém: Museus Paraense Emílio Goeldi, 1973.

CANCELA, Francisco. Recepção e tradução do Diretório dos Índios na Capitania da Bahia: uma análise do Parecer do Conselho Ultramarino da Bahia (1759). *História Social* (UNICAMP), v.2, p. 43-70, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP, 1998.

ESCHWEGE, Wilhelm Luwig von. *Jornal do Brasil 1811 - 1817*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. V. 1, 2002.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Univale, 2005. 488 p.

FARIA, S. de C. *O Paradoxo do Movimento: A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1982.

SAINT - HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Tradução: Vivaldi Moreira, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Editora da USP, 1975.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino (org). *Os diários de Langsdorff*. vol. 1, Rio de Janeiro e Minas Gerais, 8 de maio a 17 de fevereiro de 1825. Trad. Márcia Nascimento Egg et al. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 17, p. 165-181, 1997.

ST4: IMPRENSA E GÊNERO NOS SÉCULOS XIX E XX.

A trajetória intelectual e política de Monique Wittig: o pensamento lésbico na revista *Questions Féministes* (1977-1980)

Jessica Marques Toledo²⁶²

Resumo: Este projeto propõe-se a analisar a trajetória intelectual e política da escritora Monique Wittig na revista *Questions Féministes*, buscando compreender sua contribuição teórica para a produção intelectual feminista no contexto da década de 1970. Para isso serão utilizados os ensaios teóricos que foram publicados pela revista, e o texto produzido por Wittig em conjunto com outras militantes feministas veiculado no jornal *L'Idiot International*. A partir desse material, objetiva-se investigar como ocorreu o processo de produção intelectual lésbica de Monique Wittig na revista *Questions Féministes* e sua atuação no movimento feminista francês.

Palavras-chave: Monique Wittig; Intelectualidade lésbica; História das mulheres

Abstract: This project aims to analyze the intellectual and political trajectory of the writer Monique Wittig in the magazine *Questions Féministes*, seeking to understand her theoretical

²⁶² Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

E-mail: jesss.toledo@gmail.com

contribution to feminist intellectual production in the context of the 1970s. For this purpose, the theoretical essays that were published will be used. by the magazine, and the text produced by Wittig together with other feminist activists was published in the newspaper L'Idiot International. Using this material, the aim is to investigate how Monique Wittig's process of lesbian intellectual production occurred in the magazine *Questions Féministes* and her role in the French feminist movement.

Keywords: Monique Wittig; Lesbian intellectuality; Women's history

1. Delimitação do Tema

Este projeto de pesquisa propõe compreender a trajetória intelectual da escritora lésbica Monique Wittig, buscando analisar as contribuições teóricas da autora para produção intelectual no movimento feminista francês da década de 1970. Dessa forma, procuro investigar a participação de Wittig no corpo editorial da revista *Questions Féministes* em que ela atuou publicando ensaios teóricos feministas a partir de uma perspectiva lésbica.

Considerando o contexto histórico de mudanças sociais causadas pelo Maio de 1968, o objetivo dessa pesquisa é propor o entendimento sobre como Monique Wittig estabelece as relações de sociabilidade a partir da sua militância lésbica e feminista, assim como analisar em que medida a experiência e o pensamento lésbico é considerado no movimento feminista francês, sobretudo na revista *Questions Féministes*.

O maio de 1968 se tornou um marco histórico de efervescência intelectual, política e cultural na França e no mundo ocidental. As ruas das cidades francesas foram ocupadas por estudantes, trabalhadores e intelectuais. Inicialmente, as manifestações haviam começado com a mobilização estudantil que se colocava contra a Reforma Universitária da Universidade Sorbonne, uma reforma embebida pelos ideais tecnocráticos capitalistas, instituída pelo governo francês.

Conforme as reivindicações se intensificaram, o Estado francês começou a agir com dura repressão aos manifestantes. Consequentemente, em resposta à repressão, junto à insatisfação com o governo que já se arrastava desde os anos anteriores por causa da alta do desemprego e uma economia estagnada, eclodiu uma revolta geral no país que resultou na adesão popular e na paralisação de diversos setores produtivos. E, assim, foi instaurada a maior greve geral em solo francês atuando contra a repressão do estado, a tecnocracia capitalista, e os padrões culturais vigentes.

A movimentação social e política das manifestações de maio de 1968 representou uma organização de luta anticapitalista e uma autogestão generalizada revolucionária. Dessa maneira, propôs uma crítica não só às instituições capitalistas e à atuação do governo, mas a própria organização de lutas sociais, pois contava com uma organização sem uma hierarquia clássica, sem dirigentes, e sem disciplina partidária. Foi um marco da “auto-organização dos trabalhadores e estudantes franceses contra as instituições de poder” (MATOS, 1989: p. 22).

Dessa forma, a ruptura política e revolucionária que aconteceu nesse período na França teve um alcance mundial, inflamou os desejos revolucionários em vários países. O contexto mundial estava atravessado por governos ditatoriais, a Guerra no Vietnã, Guerra Fria, ascensão da globalização, entre outros. Por isso, o evento histórico de 1968 “não surgiu do nada, foi, pelo contrário, o produto de todo um período anterior de contestação mundial” (PONGE, 2006: p.39), que produziu novos imaginários políticos, mobilizações pela democracia, reivindicações pelas liberdades individuais e coletivas e posicionamentos pelo fim das guerras.

O maio de 1968 causou um efeito para além da política, ele causou um novo fervor cultural e intelectual. Conforme a autora Olgária Matos (2006: p.21), as movimentações políticas de 1968 permitiram a emergência de novos desejos revolucionários, da imaginação criativas e possibilitou a construção de utopias. Nesse momento, a mobilização que tem como palco a universidade de Sorbonne e as ruas francesas, simbolicamente desloca a intelectualidade para um espaço político. Ocorreu um “forte movimento de contestação da neutralidade das ciências, da ciência em poder do capital sob a luz do progresso, o conflito começou sendo cultural e político, não é por acaso que as ciências foram questionadas” (MATOS, 1989: p. 24).

Nesse teor de efervescência intelectual e de contestação dos padrões culturais foi possível observar o fortalecimento da luta feminista. Na França de 1968, as organizações de mulheres estavam ativamente presentes nas manifestações promovendo debates, textos e ações políticas em apoio às ocupações na Sorbonne. Durante este período, surge o grupo feminista Fémin, Masculin, Avenir (FMA), “composto por trabalhadoras e estudantes que reivindicavam uma mudança social capaz de mobilizar uma subversão de hierarquias considerando as relações entre homens e mulheres” (ABREU, 2016: p.319).

E, logo depois, nos anos 1970, surgiu o Mouvement de Libération des Femmes (MLF), a organização de mulheres que, inspiradas pelos ideais revolucionários de 1968, constituíam-se sem disciplina partidária e sem lideranças. O grupo era composto exclusivamente por mulheres e começou a se reunir para propor reflexões sobre a luta política e a libertação sexual das mulheres. Dessa maneira, “o movimento se caracteriza de forma heterogênea e dele emergem três principais tendências feministas: feminismo luta de classe, feminismo revolucionário, e psicanálise e política” (ABREU, 2018: p.6).

É nesse contexto que busco localizar e colocar em evidência a trajetória política e intelectual da autora lésbica Monique Wittig. A autora nasceu na França em 1935, estudou na Sorbonne em Paris e viveu parte da sua vida radicada nos Estados Unidos. Foi escritora, ensaísta, teórica e ativista ficou conhecida por sua produção literária, produziu ensaios teóricos e livros sobre lesbianidade, sendo uma principais referências dos estudos lésbicos. Além disso, ela participou ativamente da efervescência cultural e política gerada pelos movimentos sociais na França de 1968, estava “presente desde as primeiras mobilizações e debates do MLF, e na constituição do primeiro grupo lésbico em Paris, o Les Gouines Rouges” (BARBOSA; KUMPERA, 2020: p.330).

Em seus ensaios teóricos Wittig propõe uma crítica questionando a heterossexualidade como um fato natural apontando a heterossexualidade como um regime político, que estrutura um pensamento dominante na sociedade. Essa abordagem ficou conhecida como “pensamento straight”. E, dessa maneira, “reposicionou os estudos sobre lesbianidades, retirando-o da esfera das práticas sexuais, deslocando a lesbianidade como um lugar político”(FALQUET, 2012: p.10).

Ao pontuar *o pensamento hetero como o pensamento de dominação* a autora argumenta que o discurso produzido pelo sistema heterossexual funda categorias a partir da diferença do sexo, garantindo aos homens o poder sobre os corpos das mulheres e a sua força de trabalho. Partindo de um pressuposto antinaturalista aponta que o pensamento hétero constituiu e naturalizou a heterossexualidade como um padrão universal e estruturou a vida social. E, dessa forma, impossibilita pensarmos fora da norma estabelecida. Para ela, quando lésbicas apontam a sua perspectiva, tendo suas próprias experiências como pontos de partidas que quebram com a universalidade imposta, e portanto, com o contrato heterossexual.

A presença dessa produção teórica de Monique Wittig é traçada principalmente na revista “*Questions Féministes*”, e mais tarde, também na revista “*Feminist Issues*”, que juntas publicaram a maior parte dos seus escritos ensaísticos. Nesse momento, nos anos 1960 e 1970, “as revistas eram um instrumento para provocar debates e reflexões sobre as ideias feministas, sendo assim, uma fonte crucial para compreender as movimentações políticas feministas, as sociabilidades intelectuais e as tensões” (ABREU, 2016: p. 321).

A revista *Question Féministes* começou a ser veiculada em 1977 e permaneceu atuando até 1980, reuniu mulheres militantes de diferentes espaços feministas da época surgiu através da junção entre militância e teoria feminista. As publicações da revista feminista trouxeram debates que foram fundamentais para os estudos de gênero na época.

A participação da autora lésbica Monique Wittig na revista provocou tensionamentos e rupturas. Wittig publicou seu primeiro texto na revista em 1978, após essa publicação ficou afastada das edições da revista, pois estava radicada nos Estados Unidos. A escritora volta em 1980 com o ensaio “O pensamento Hetero”, na sétima edição da revista, e causa inquietações entre as participantes do corpo editorial. Ao questionar a heterossexualidade dentro do movimento feminista Monique Wittig sofreu com críticas e retalições. Em resposta ao seu texto, conforme aponta Maíra Abreu (2020) Emmanuelé de Lesseps produz uma contrapartida e publica “Heterossexualité et Feminisme” no qual pontua que o campo dos desejos sexuais não estão no cerne da luta contra o patriarcado.

Após esse conflito ocorre um grande racha no coletivo editorial da *Questions Féministes*, Monique Wittig se afasta da revista. Em 1983 escreve o texto “Les questions féministes ne sont pas des questions lesbiennes” e relata a experiência que viveu como uma mulher lesbica dentro de um movimento feminista. Dessa forma, Wittig coloca em questão a dificuldade de mulheres lésbicas se inserirem nos movimentos feministas pela falta de abordagem de uma crítica mais densa à heterossexualidade a partir de uma perspectiva política.

Ao reivindicar a lesbianidade e fazer um crítica a heterossexualidade, ambos, em perspectiva politica nesse espaço de produção intelectual feminista a autora propõe uma virada epistêmica problematizando a perspectiva natural da heterossexualidade e propondo o “pensamento straight”, o pensamento hétero, como uma categoria de análise. Contudo, essa produção intelectual fica à margem do escopo teórico feminista da época.

Feito essas observações, considero que analisar a trajetória intelectual de Monique Wittig na revista *Questions Féministes* contribui para a compreender o espaço que a produção intelectual de mulheres lésbicas ocupa nos segmentos de produção intelectual feminista. Além disso, a reflexão provoca questionamentos a respeito de que tipo de relações eram estabelecidas entre mulheres heterossexuais e lésbicas no interior do movimento feminista na França após o evento histórico do Maio de 1968.

2. Problematização

A consolidação do campo historiográfico da História das Mulheres em meados do século XX, no berço da História Social, tem um processo muito singular na sua constituição ao possuir uma influência muito forte do movimento feminista dos anos de 1970 e 1980. Sendo assim, possibilitou “a construção de uma história social que articula uma ligação entre conhecimento de gênero, experiência das mulheres no passado, e história em geral” (TILLY, 1994: p.30). A efervescência desse novo campo de historiográfico causou uma transformação para pensar a participação das mulheres na sociedade.

Conforme Michelle Perrot (1995: p.9) destaca a escrita sobre a agência das mulheres no tempo significava sobretudo levar a história e a existência das mulheres a sério. De acordo com ela, a escrita da historiografia das mulheres “significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível” (PERROT, 1995: p.9). Dessa maneira, teve como objetivo colocar mulheres como sujeitas históricas, reivindicar a ação e a participação dessa classe nos momentos históricos.

Ao analisar o campo de pesquisa da história das mulheres, Perrot, em 1995, aponta para a questão das fontes históricas sobre mulheres e o silêncio que existe acerca de suas experiências, a dificuldade de achar documentos, outros tipos de fontes e a produção de fontes que abordam a experiência das mulheres. Segundo ela,

é possível perceber que havia um silenciamento das mulheres em todos os âmbitos da sociedade. Elas eram silenciadas na religião, nos sistemas políticos, nas universidades, nas estatísticas e em algumas fontes que eram produzidas. Havia o chamado problema das fontes. 'Não se sabe nada das mulheres', diz-se em tom de desculpa (PERROT, 1995: p.9).

Dessa maneira, com base na reflexão de Perrot, considero que embora os estudos da história das mulheres tenham avançado ao longo dos últimos anos, pouco tem avançado nos estudos a respeito da análise da história das mulheres lésbicas. Assim, ainda que o número de pesquisas e trabalho sobre a história mulheres tenham alcançado espaço no meio acadêmico, reitero a fala de Perrot apontando que até hoje *não se sabe quase nada das mulheres lésbicas* no campo da historiografia.

O silêncio da experiência histórica de lésbicas enquanto sujeitas históricas é implacável. Existe não apenas um problema de fontes pela falta de dados e documentos sobre mulheres lésbicas, o silêncio, o apagamento lésbico é atravessado por uma escolha política, pois os estudos das lebianidades são postas à margem daquilo que interessa à historiografia e a quem pesquisa. Assim, a “marginalização da história sobre mulheres lésbicas abre uma lacuna bibliográfica do tema, e estabelece uma dificuldade em avanços da produção acadêmica sobre o tema”(OLIVEIRA, 2020: p.15).

Conforme aponta Tânia Navarro-Swain “a política do silêncio é a melhor aliada da política do esquecimento” (SWAIN, 2000: p.26), logo, na medida em que a história de mulheres lésbicas permanece em silêncio esta condição favorece o esquecimento da dimensão histórica da existência lésbica, e por consequência, mina a capacidade de mulheres lésbicas se reconhecerem enquanto sujeitas históricas. Por isso, o estudo historiográfico sobre experiência histórica de mulheres lésbicas legitima a existência lésbica como agente histórico.

Posto isso, analisar a trajetória da escritora Monique Wittig propõe um debate sobre a interseccionalidade de gênero e sexualidade. Estabelecendo assim uma reflexão a respeito do entrelaçamento das categorias de análises como gênero, sexualidade, classe, raça tensionando à “noção universal de mulher e apontando que a “mulher” é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variadas” (COSTA, 1998, p. 129).

Além disso, trazer a perspectiva lésbica que existe na produção intelectual de Wittig coloca em evidência a mudança social e de pensamento fruto dos movimentos sociais de 1968, que pos sob suspeita as ciências e tudo aquilo posto na ordem do natural. Como a autora Maíra Abreu (2016) destaca naquele momento a ideia de natureza associada ao ser mulher, foi colocado em xeque em diversos âmbitos, contudo, restou um “*nódulo de natureza*”, a heterossexualidade, que ainda não tinha sido posto em questão. Assim, Wittig, trouxe uma inovação ao nomear a heterossexualidade como um regime político que até então era visto como algo dado de forma inata nos estudos sobre mulheres.

Embora tenha proposto uma virada epistêmica, a partir do conceito “pensamento straight”, para compreender a realidade e a opressão das mulheres, sobretudo para compreender experiência lésbica, o pensamento lésbico de Monique Wittig, ficou apagado diante da produção intelectual feminista da época. Segundo, Adrienne Rich “o apagamento da comunidade lésbica é um instrumento para manutenção da sociedade estruturalmente heterossexual, pois impede muitas vezes a criação de sentimento de comunidade e rede apoio entre as mulheres lésbicas” (RICH, 2010: p. 35).

Ao analisar fenômenos de apagamento histórico de escritoras mulheres, a pesquisadora Constância Lima Duarte (2023) mobiliza o conceito “memoricídio”²⁶³. Para ela, as mulheres que que “ousaram escrever e expressar seu pensamento rompem com os limites impostos pelo patriarcado, passam por um processo sistemático de apagamento e negação da sua participação na história, e se tornam desconhecidas ao longo do tempo, *alijadas da memória e do arquivo oficial*” (DUARTE, 2023: p 10).

Sendo assim, indo na contramão do memoricídio, busco analisar trajetória da autora Monique Wittig e sua contribuição intelectual para aproximar a História, o debate sobre lesbianidade e memória lésbica. Além disso, coloca em evidência a trajetória de uma mulher lésbica no movimento produção intelectual feminista, possibilitando identificar como a lesbiadade e pensamento lésbico era articulado no movimento feminista em questão.

Após elaborar essas reflexões, destaco alguns questionamentos que deverão orientar a pesquisa: como trajetória de Monique Wittig pode contribuir para compreender o pensamento feminista francês após o marco histórico de maio de 1968 nos movimentos sociais? Como o movimento feminista francês articulou e concebeu o debate sobre lesbianidade? Em que medida a categoria de análise, o pensamento straight, proposta por Wittig, sendo analisada historicamente, pode contribuir para a viabilização de estudos sobre história das mulheres lésbicas ?

3. Justificativa

A literatura sobre o movimento feminista na França no contexto histórico do maio de 1968 e sua década seguinte tem uma amplitude nas produções acadêmicas. Contudo, a abordagem a respeito da presença lésbica nesses espaços de feministas ainda é pouco explorada. Assim, investigar a trajetória política e intelectual da escritora lésbica Monique Wittig contribuir para fomentar um debate maior sobre a participação lésbica no contexto histórico atravessado pelo

²⁶³ DUARTE, Constância Lima. *Memorial do Memoricídio: escritoras esquecidas pela história*. Volume I. Belo Horizonte- MG: Editora Luas, 2023.

marco revolucionário de maio de 1968, além de ampliar o debate historiográfico sobre o movimento feminista entre as décadas 1960 e 1970.

Ao longo dos anos a historiografia das mulheres se preocupou em produzir categorias analíticas para compor os estudos sobre história das mulheres. Entretanto, não empreendeu análises sobre mulheres lésbicas, são escassas as análises históricas sobre mulheres lésbicas. A contribuição intelectual da autora Wittig evidência uma categoria de análise para pensar a lesbianidade, dessa maneira, traçar uma análise histórica sobre a produção intelectual da autora possibilita viabilizar uma confluência entre história das mulheres e teoria lésbica.

Resgatar as contribuições da teoria lésbica para estudos da mulheres possibilidade um enfretamento contra o apagamento lésbico que perdura na sociedade. E, colabora para inserir a história das mulheres lésbicas na discussão mais ampla sobre lesbianidades.

4. Objetivos

O objetivo geral deste projeto é investigar e evidenciar a trajetória política e intelectual de Monique Wittig. Assim como compreender sua atuação política e produção teórica no movimento feminista francês da década de 1970, analisando sua participação da autora no corpo editorial da revista *Questions Féministes*.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- Investigar como ocorreu o processo de produção intelectual lésbica de Monique Wittig na revista *Questions Féministes*;
- Discutir o conceito “pensamento Straight” e compreendê-lo a partir do contexto histórico no qual está inserido;
- Analisar os pontos de convergência e divergência do pensamento lésbico no corpo editorial da revista *Questions Féministes*;
- Observar as rupturas e continuidades da atuação de Monique Wittig no movimento feminista francês;

- Averiguar na produção intelectual feminista de 1970 quais autoras obtiveram reconhecimento teórico em suas produções intelectuais, e também, examinar quais temas de discussões tiveram destaque.

5. Metodologia

e

fontes

As discussões realizadas pelo conjunto de elementos que fazem parte do objeto de pesquisa ocorrem, principalmente, no campo das ideias, das intelectualidades e dos estudos sobre a experiência histórica das mulheres, tendo a trajetória intelectual de Monique Wittig como uma vivência lésbica e política, que atravessa os âmbitos da escrita teórica, da escrita literária e da militância ativamente feminista. Sendo assim, esta pesquisa está alicerçada em alguns conceitos e categorias da historiografia, como a História das Mulheres, a História Intelectual, a Nova História Política, assim como algumas perspectivas da História dos Conceitos.

Compreender a experiência histórica das mulheres foi uma transformação na historiografia produzida pelo campo de pesquisa da historiografia das mulheres. Segundo, Michelle Perrot (1995), essa transformação está intimamente vinculada à concepção de que as mulheres são agentes históricos e não tem o destino traçado apenas para a reprodução²⁶⁴. Desta forma, como destaca Louise Tilly(1994), com a historiografia das mulheres é possível conceber uma análise mais completa e sistemática dos eventos históricos quando se considera a análise do gênero como uma categoria histórica.

Após a década de 1970, de acordo com as autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), passou a ser problematizado no campos de estudos das experiências históricas das mulheres a heterogeneidade das experiência das mulheres, ou seja, a diferença de classe, raça, etnia, geração, etc; começou a ser consolidado então a análise que se preocupa com perspectiva que há pluralidades entre as mulheres.

²⁶⁴ PERROT, op. cit., loc. cit.

Desta maneira, a concepção de gênero como categoria analítica da história será fundamental para compreender a trajetória de Monique Wittig e a entendê-la como agente histórico do contexto histórico marcado pelo Maio de 1968. Além disso, a perspectiva de análise das mulheres como sujeitas históricas plurais será essencial para investigar a movimentação política da escritora a partir da sua lesbianidade.

Os estudos históricos sobre os intelectuais após os novos ângulos de análise propostos pela Nova História Política foram retomados e se consolidaram como um campo de pesquisa na historiografia. Conforme aponta, Jean- François Sirinelli, para “definir o grupo social dos intelectuais devem ser consideradas duas acepções: os criadores e mediadores culturais – uma definição sociológica e cultural; e o engajamento na vida da cidade – uma definição política” (SIRINELLI, 1996, P. 249)²⁶⁵. Além disso, a partir dessas considerações, foram elaboradas “ferramentas teórico- metodológicas para analisar os intelectuais e são elas: a reconstituição de itinerários, a noção de geração e a noção de estruturas de sociabilidades” (ZANOTTO, 2008: P. 35).

Posto isso, através do trabalho com as fontes a abordagem proposta pela História Intelectual será crucial para o desenvolvimento da pesquisa para fazer um mapeamento do itinerário da Wittig para entender o engajamento político na esfera social e localizar as suas ideias no contexto histórico que estava inserida. E também, para analisar as redes de sociabilidades estabelecidas pela escritora, sobretudo, na atuação dela no corpo editorial da revista *Questions Féministes*, entendendo a revista como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva” (SIRINELLI, 1996, P. 249).

As ideias políticas passaram por uma renovação, foram deslocadas do *panteon* grandes obras, e se constituíram com um objeto de pesquisa importante para a Nova História Política. Segundo, Michel Winock (1996), a história das ideias passa a se preocupar com o estudo das transformações das ideias na sociedade, inseparavelmente dos aparelhos de produção e mediação, logo, “não é apenas a ideia que age, é também o lugar de onde ela vem” (WINOCK, 1996: p. 251). Assim, a concepção de ideias políticas a partir dessa abordagem irá contribuir para a análise da

²⁶⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. ed. 2º. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.

produção intelectual na trajetória da Monique Wittig e compreender como ela desenvolve suas ideias sobre lesbianidade e política.

Em consonância com a História da Ideias, para investigar o conceito “pensamento Straight” proposto pela escritora Wittig, trago a perspectiva da História dos Conceito proposta por Reinhart Koselleck (1992) compreendendo os conceitos como produção única de cada contexto que é inserido, sendo necessário analisar também o contexto histórico em que ele surgiu. Sendo assim, essa perspectiva estará inserida na pesquisa para analisar a articulação do conceito no contexto social e político da década de 1970 .

As fontes principais para este projeto são os ensaios teóricos de Monique Wittig que foram publicados nas revistas *Questions Féministes* e *Feminists Issues*. Estes ensaios estão publicados e traduzidos em português no livro “O Pensamento Hetero e outros ensaios” de Monique Wittig, são eles: “A categoria de sexo”(1976), “Não se nasce mulher”(1980), “O pensamento Hétero”(1980), “ “O ponto de vista universal ou particular?”(1980).

Também serão usados como fontes os textos: o conto “Un jour mon prince viendra”(1978) a primeira publicação dela para a revista *Questions Féministes* e o texto “Combat pour la liberation de la femme par dela la liberation-gadget, elles decouvrent la lutte des classes” produzido por ela em conjunto com outras militantes e publicado no jornal francês *L’idiot International* em 1970 esse texto foi produzido quando a autora participava no Mouvement de Libération des Femmes (MLF).

Além disso, serão analisados os artigos das edições da revista *Questions Féministes* de 1977 à 1980, são elas: Nº.1, Novembre 1977; Nº.2, février 1978, les corps appropriés; Nº.3, mai 1978, natur-elle-ment; Nº.4, novembre 1978, Nº.5, février 1979, fait féminin et fait raton; Nº.6, septembre 1979, Les dits - faits - rances; Nº.7, Février 1980; Nº.8, Mai 1980. Tal análise busca destacar os temas abordados na revista sobre lesbianidade e o movimento feminista.

6. Referência bibliográficas

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Fontes

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº1, novembro, 1977.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº2, fevereiro, 1978.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº3, maio, 1978.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº4, novembro, 1978.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº5, fevereiro, 1979.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº6, setembro, 1979.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº7, fevereiro, 1980.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº8, maio, 1980.

WITTIG, Monique. *O Pensamento Hétero e outros ensaios*. 1ªed. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica, 2022.

WITTIG, Monique, “Un jour mon prince viendra”. *Questions Féministes*. nº2, février, 1978.

WITTIG, Monique; WITTIG, Gille, ROTHENBURG, Marcia; STEPHESON, Margaret. “Combat pour la liberation de la femme par dela la liberation-gadget, elles decouvrent la lutte des classes”.

L’idiot International. nº. 6 mai. 1970, 16.

Bibliografia Geral

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 3, pp. 1- 17, 2018.

ABREU, Maira. *Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)*. 2016. (319 p.). Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. Patricia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane Souza. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

- COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico do Gênero. *Cadernos Pagu*. nº11, 127–140, 1998.
- DUARTE, Constância Lima. *Memorial do Memorícídio: escritoras esquecidas pela história*. Volume I. Belo Horizonte- MG: Editora Luas, 2023.
- FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, n. 5, p. 8-31, 2012.
- KOSELLECK, R. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.134-146, 1992.
- MATOS, Olgária. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PEDRO, Joana Maria. SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 54. 2007.
- OLIVEIRA, Luana Farias de. *Imposição hétero, interdição lésbica: a heterossexualização de mulheres*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4). pp.9-28. 1995.
- PONGE, Robert. 1968, dos movimentos sociais à cultura. *Organon*, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, p.39 – 55, 2009.
- PONGE, Robert. Maio de 1968: a greve geral que abalou a França. *História: Debates e Tendências*, vol. 8, núm. 1, pp. 85-101, janeiro-julho, 2008.
- RICH, Adrienne. A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Revista Bagoas*, nº 5, p.17-44, 2010.
- SILVEIRA-BARBOSA, P., & MARTUCCI KUMPERA, J. A. Monique Wittig: breve histórico da trajetória intelectual e política de uma lésbica. *Revista PHILIA / Filosofia, Literatura & Arte*, 2(2), p. 321-364, 2020.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. ed. 2º. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.
- SWAIN, Tânia Navarro. *O que é lesbianismo*. Ed. 1º. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *CadernosPagu*, nº 3, pp. 29-62, 1994.

WINOCK, Michel. As Idéias Políticas. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.

WITTIG, Monique. *O Pensamento Hétero e outros ensaios*. 1ªed. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica, 2022.

ZANOTTO, Gizele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. **Biblos**, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008.

MARIBEL PORTINARI – UM OLHAR SOBRE A DANÇA BRASILEIRA, TRAJETÓRIA E SOCIABILIDADES.

Franciara Sharon Silva do Carmo²⁶⁶

Resumo: Maribel Portinari trabalhou ativamente no *Segundo Caderno* do Jornal *O Globo* durante a segunda metade do século XX, sendo uma das mais importantes críticas de dança brasileira do século XX, conseguiu se destacar internacionalmente devido suas publicações referentes ao ambiente da dança. Dedicaremos assim esse trabalho *Maribel Portinari – Um olhar sobre a dança brasileira, trajetória e sociabilidades*, para que em cada parte deste destrinchemos aspectos da vida de Maribel e para isso utilizamos como fontes quarenta e oito matérias e notas da imprensa sobre a vida desta para acompanharmos sua trajetória junto ao cenário da dança, além de conseguirmos também observar alguns aspetos de suas sociabilidades, o que contribui para percebermos suas referências e predileções, que poderá inclusive ser refletido em suas análises e críticas.

Palavras-chave: História da Dança. História da Arte. Brasil. Século XX.

Abstract: Maribel Portinari worked actively on the *Segundo Caderno* of Jornal *O Globo* during the second half of the 20th century, being one of the most important Brazilian dance critics of the 20th century, managing to stand out internationally due to her publications relating to the dance environment. We will therefore dedicate this work *Maribel Portinari – A look at Brazilian dance*,

²⁶⁶ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do Laboratório de História da Arte – UFJF. Bolsista FAPEMIG. E-mail: franciarasharon@hotmail.com.

trajectory and sociability, so that in each part of this we can unravel aspects of Maribel's life and for this we use as sources forty-eight articles and press notes about her life to follow their trajectory within the dance scene, in addition to being able to observe some aspects of their sociability, which helps us understand their references and predilections, which may even be reflected in their analyzes and criticisms.

Keywords: History of Dance. History of Art. Brazil. 20th century.

Conhecendo a História da Dança a partir de Maribel Portinari

Hoje, a dança em todas as suas formas atrai multidões. Aplaudem-se o Quebra-nozes e Pina Bausch, o Beriozka e Carolyn Carlson. Há palco e plateia para qualquer manifestação coreográfica. Além disso, todos querem dançar. A proliferação das academias é fenômeno mundial. Dança-se por prazer, para emagrecer, corrigir postura, aliviar tensão, sacudir recalques. O Brasil entrou em cheio na dançomania desde a década de 70. Sociólogos e psicólogos interpretam o fato segundo o instrumental das teorias. Já se disse que a dança contesta a ditadura, canaliza a agressividade, traduz a conscientização do corpo, incrementa o descompromisso sexual, anestesia o pessimismo provocado pela inflação. Seja pelo que for, ela integra a nossa realidade. Gosta-se cada vez mais de dançar e consome-se dança cada vez mais. Sem dúvida o momento é adequado para um livro sobre o assunto. Os meus entrevistados vivem da dança, a maioria deles em pas-de-deux com a celebridade e todos achando que escolheram o melhor dos caminhos.²⁶⁷

A dança no século XX se desenvolve de formas variadas, e o reflexo desse grande desenvolvimento pode ser observado nas perspectivas escritas pelos críticos e publicadas nos jornais e revistas do período. Os jornais trazem em seus impressos visões críticas de apresentações, fazem circular imagens, divulgando artistas e apresentações. E essa circulação de informações sobre a dança é um registro sobre o cenário da dança e sobre a circulação de apresentações de obras

²⁶⁷ PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.11-12.

e de artistas. Sempre tentando abordar o que há de mais recente nos acontecimentos da sociedade, os jornais publicam notas ou dedicam matérias completas sobre os últimos acontecimentos. Com a modernidade tecnológica disponível a partir da metade do século XX, muitos dos críticos escrevem suas perspectivas sobre uma obra logo após assisti-la, sendo sua análise impressa por vezes no mesmo dia e distribuída logo pela manhã aos seus leitores.

Tornando-se muito próximo dos últimos acontecimentos, os jornais trazem tanto essa urgência para o público que busca saber as últimas novidades, quanto um registro farto de cenários que a dança apresentava, sendo assim de grande valia para aqueles que querem se debruçar sobre os estudos de História da Dança. Todos os textos produzidos pelos jornais trazem um olhar, uma leitura de circunstâncias, e conhecer quem faz essas leituras e assina esses relatos nos auxilia a definir todo um padrão de expectativas e gostos pessoais que indiretamente vão direcionar essa crítica. A partir da relevância dada a autoria no século XIX, cada vez mais sabemos quem assina esses textos, passando assim a ser cada vez fácil conciliar autor e obra, principalmente no que tange ao pensamento crítico e crítica de arte. Logo, esse estudo como um todo irá se desenvolver buscando identificar a produção de escritos sobre dança pela jornalista e historiadora Maribel Portinari, a construção de uma memória da dança no Brasil e a posterior elaboração de uma História da Dança escrita por brasileiros, através da análise dos materiais produzidos por Maribel Portinari. A escolha em abordar os materiais produzidos por Maribel parte principalmente de sua relevância no cenário, tanto enquanto redatora de um dos principais jornais do país, o jornal *O Globo*, quanto pelas variadas formas nas quais seu trabalho junto a dança tomou forma durante cinco décadas.

Maribel Portinari – Uma breve biografia: Os primeiros anos e formações

Maribel Berruezo Portinari nasceu em 1939 na cidade do Rio de Janeiro. Ela tem seu primeiro contato com a dança através de aulas de balé, as quais ela pratica dos dez anos de idade até os dezesseis.

Desde criança sigo os passos da dança. Primeiro como aprendiz de balé. Depois como jornalista. Crítica e repórter, prefiro a segunda função, embora em ambas tenha encontrado realização profissional.²⁶⁸

Não tenho preferência rígida por gênero. Posso vibrar com O Lago dos Cisnes, ou com a audácia Twyla Tharp. Sem esquecer a explosão sensual de Antônio Gardes, as acrobacias da breakdance e as evoluções mirabolantes dos passistas de uma escola de samba. Amei em Moscou a pirotecnia dos bailarinos do Bolshoi. Descobri em Granada a imagem viva da dança numa cigana adolescente. Encontrei num grupo marroquino a preservação de uma cultura milenar através da dança. Aprendi mais sobre os índios brasileiros vendo as suas danças no Alto Xingu do que lendo tratados antropólogos.²⁶⁹

Neste primeiro momento de contato com a dança, ainda na infância Maribel teve a oportunidade de estudar a técnica com dois expoentes do ballet no Brasil, Tatiana Leskova e Johnny Franklin, durante o período de 1949 – 1956. Uma das maiores incentivadoras e motivadora do ballet no Brasil e principalmente no âmbito do Rio de Janeiro foi Tatiana Leskova. Advinda de uma formação russa, sabemos que ela foi professora de balé de Maribel Portinari logo em seus primeiros contatos com o mundo da dança. Assim podemos observar que as primeiras influências de Maribel Berruezo com uma cultura de dança são estas que foram cultivadas e tem sua origem vinculadas ao epicentro da dança europeia, aparecendo aqui o início de uma grande influência do balé russo na formação da artista.

Maribel adota o nome Portinari após se casar com João Cândido Portinari, filho único do pintor Cândido Portinari. Com João Cândido ela tem dois filhos, Denise Berruezo Portinari e João Carlos Portinari. Inicialmente cursa Jornalismo na Universidade do Brasil, instituição onde, durante o final da década de 1950, ela concilia o curso com o trabalho como estagiária tanto no

²⁶⁸ PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.9

²⁶⁹ *Ibidem*, p.9

departamento de jornalismo²⁷⁰ quanto no departamento de Relações Públicas do jornal *O Globo*. Após esse primeiro contato com o jornal, Maribel vai estabelecer uma parceria com ele enviando material especial entre 1968 e 1971 e entre 1986 e 1990, e será do quadro fixo de funcionários do jornal de 1968 até o início da década de 1980.

No que condiz a suas formações e vida acadêmica, Maribel Portinari investe em uma ampla formação. Em 1961, parte para Paris com o marido e, após se estabelecer, decide também estudar. Ela investe em dois cursos, Altos Estudos Internacionais²⁷¹ e Jornalismo, os quais ela cursa na *École Supérieure de Journalisme*.

Maribel Portinari Foi Repórter Antes de Ser Notícia...

Os papéis se inverteram as coisas mudam. Durante quase dois anos Maribel Berruezo fazia entrevistas para "O GLOBO Feminino", hoje, ela é entrevistada para a seção na qual trabalhou. Porque Maribel é atualmente, casada com João Cândido Portinari, o filho do grande pintor, brasileiro e um dos primeiros alunos da Faculdade de Física e Matemática, de Paris. E também, porque Maribel foi a primeira colocada na Escola Superior de Jornalistas, da França. É assim, leitora, que uma repórter pode transformar-se em notícia....

Em Paris, Para Estudar

Maribel conhecia João Cândido desde garotinha. Eram vizinhos, no Leme. Quando ele viajou para Paris, ela cursava o primeiro ano de Jornalismo na Universidade do Brasil. Foi então que veio para O GLOBO, num estágio que se prolongou por muito tempo.

²⁷⁰ Maribel Portinari 1ª em Jornalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 julho 1961. p.1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

²⁷¹ Um Portinari em Paris. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 junho 1961. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Matriculou-se na mais antiga de Escola de Jornalismo da França e chamou a atenção do velho mundo para a mulher brasileira e para sua capacidade intelectual. A concorrência era forte havia na turma de Maribel noventa e seis alunos de diversos países e mesmo assim a brasileira terminou o primeiro ano conseguindo o primeiro lugar entre os cento e cinquenta alunos da escola!²⁷²

Apesar de em um primeiro momento a viagem para Paris ter o objetivo de apenas acompanhar o marido, que já estudava em Paris, Maribel decide finalizar seus estudos também, evitando assim a monotonia dos momentos em que ficava sozinha enquanto o parceiro estudava. Já tendo uma boa base na área advinda tanto do curso iniciado no Brasil quanto da experiência na aérea adquirida no seu estágio, essa base foi uma grande contribuição nos esforços empenhados no curso, resultando em uma boa nota e colocação. Maribel conclui o curso de Jornalismo em 1963, e em 1964 obtém também o certificado em Estudos Políticos pelo *Institut D'Etudes Politiques*.

Um interessante ponto que essa entrevista traz justamente em seu título, *Maribel Portinari Foi Repórter Antes de Ser Notícia*, acaba sendo apenas um pontapé nessa questão de Maribel aparecer no jornal por várias vezes dessa forma, de um lado assinando as matérias de seu ofício, e de outro sendo a própria notícia, aparecendo assim na coluna social, dando entrevistas e sendo alvo de matérias. Esse fato nos auxilia muito na pesquisa por ser um registro da trajetória de Maribel, além de ser um registro do momento de um acontecimento que se fez valer. Assim, é possível acompanhar no mesmo jornal tanto sobre sua profissão quanto sobre sua vida, trajetória e sociabilidades.

Ela também assistiu seminários de *História* nas universidades de *Harvard* (Cambridge, Massachusetts), podemos encontrar as informações referentes aos cursos de extensão que Maribel Portinari concluiu no exterior são encontradas na biografia do autor presentes nos livros da *Série Memória do Theatro Municipal do Rio de Janeiro* escritos por ela (números um, quatro e treze). Maribel complementou seus estudos na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro,

²⁷² Maribel Portinari foi Repórter Antes de ser Notícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 julho 1961. O Globo Feminino. p.8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

onde diplomou-se em História. Em seguida, ingressou na *Universidade Federal Fluminense* (UFF) onde conseguiu completar os créditos e se tornar mestra em *História do Brasil*, as informações referentes a graduação e o mestrado concluídos por Maribel Portinari são encontradas na biografia do autor presente no livro *História da Dança* (1989) escritos por ela. Profissionalmente, em 1968 ela volta a trabalhar no *O Globo*, e em 1969 ela faz uma viagem a passeio com o marido para Paris, de onde envia para o jornal três matérias especiais de Paris falando de exposições e pontos turísticos. Pouco depois, publica sua primeira crítica de cinema, *Romeu e Julieta*, ou como ela mesma designa *Shakespeare dançado*. Aqui, ela denomina a produção de *Filme-Ballet* da companhia *Royal Ballet*, tendo sido rodado no *Pinewood Studios* em Londres.²⁷³ Apesar de ter críticas publicadas já neste período, sua participação no *Segundo Caderno* passa a ser recorrente a partir do ano de 1971, participando constantemente da coluna de crítica de cinema.

Meu interesse pela dança e sua história começou na adolescência, tornando-se depois obrigação profissional. Como jornalista de *O Globo* exerci, entre outras funções, a de crítica de dança durante doze anos. Li muito sobre o assunto, mas só tive tempo para uma pesquisa metódica, selecionando autores, anotando e comparando textos quando, casada pela segunda vez, fui morar em Washington. Ali, na Biblioteca do Congresso e na Kenedy Center, esta última especializada em artes cênicas, tive acesso a farto material, inclusive a edições raras que não se encontram em livrarias. Idas periódicas a Nova Iorque e Boston me levaram a outras bibliotecas igualmente ricas e atualizadas nas quais tudo é facilitado ao pesquisador. De meados de 1984 ao final de 1986 juntei dados para este livro cuja redação final foi feita no decorrer de 1987, em Roma, onde vivo agora, acompanhando meu marido em seu novo posto diplomático.²⁷⁴

Fora duas críticas de *Filme-Ballet*, sua primeira matéria sobre dança é uma entrevista com Klaus Vianna, que foi responsável por desenvolver seu próprio método de expressão e

²⁷³ PORTINARI, Maribel. *Romeu e Julieta – Shakespeare dançando*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 setembro 1969. p.7. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

²⁷⁴ PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989. p.13.

corporalidade. Esse método estava sendo muito visado tanto pelos bailarinos que desejavam melhorar aspectos da expressão corporal quanto por atores, e o que chama a atenção na matéria do jornal é a procura das aulas por pessoas fora desses nichos, as quais apenas queriam exercitar-se fora dos meios tradicionais de academia ou melhorar sua relação com o próprio corpo.²⁷⁵ Nesta entrevista é abordado um pouco sobre o diferencial em suas aulas, e a matéria é publicada em cinco de outubro de 1971.

Embora tenha sido muito importante o tempo dedicado à pesquisa em biblioteca, sobretudo para alguns capítulos, o meu convívio direto com a dança não fica em segundo plano. Aprendi muito assistindo a espetáculos, ensaios, aulas, entrevistando bailarinos e coreógrafos. Parte deste livro se deve assim ao meu trabalho jornalístico.²⁷⁶

Como podemos observar, Maribel Portinari começa a trabalhar diretamente com dança para o jornal justamente quando ocorre o que os especialistas chamam de *Dançomania*. No Brasil esse fenômeno terá mais força e impacto social durante a década de 1970, em que durante o transcorrer do período o fenômeno vai adquirir particularidades dessa sociedade. É possível observar até mesmo na década de 1980 essa relevância social da dança ainda em destaque para a sociedade, sendo assim uma espécie de segundo momento dessa *dançomania*.

Porém, é importante destacar que a *dançomania* (para alguns pesquisadores) e a *balletomania* (para outros) é um fenômeno que ocorre no mundo inteiro, acontecendo desde 1950 até o final da década de 1980. Variando um pouco a época e a intensidade conforme a particularidade de cada país, essas sociedades, algumas das quais já possuindo uma tradição grande de dança cênica, vão muitas vezes influenciar e inserir no movimento sociedades em que a dança não estava em um patamar igual de importância social. Nesse fenômeno, a circulação de grandes

²⁷⁵ PORTINARI, Maribel. Expressão corporal: arte e terapia juntas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 outubro 1971. Grande Rio. Swann. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

²⁷⁶ PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989. p.13.

companhias de dança que fazem turnês, promovendo também filmes e são destaque nas colunas jornalísticas conseguem influenciar esses locais a partir desses primeiros contatos. Assim, há uma evolução em diferentes sociedades, dentro de suas próprias perspectivas na elaboração e execução da dança cênica. Dessa forma, a dançomania é levada a ter aspectos particulares conforme cada país, atingindo posteriormente um ponto de ser reflexo da sociedade a qual está inserida, não apenas absorvendo e imitando o que estava sendo produzido no exterior.

Referências

Acervo Digital do Jornal *O Globo*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Fontes -

Maribel Portinari 1ª em Jornalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 julho 1961. p.1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Um Portinari em Paris. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 junho 1961. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Maribel Portinari foi Repórter Antes de ser Notícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 julho 1961. *O Globo Feminino*. p.8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. Romeu e Julieta – Shakespeare dançando. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 setembro 1969. p.7. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. Expressão corporal: arte e terapia juntas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 outubro 1971. Grande Rio. Swann. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

PORTINARI, Maribel. **Dennis Gray**: Eterno em Cena. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Eugenia Feodorova**: a Dança de Alma Russa. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Bertha Rosanova**: nossa Primeira Odete-Odille. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

Bibliografia –

PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

PORTINARI, Maribel. **Dennis Gray**: Eterno em Cena. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Eugenia Feodorova**: a Dança de Alma Russa. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Bertha Rosanova**: nossa Primeira Odete-Odille. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

ST 5: PENSAR O BRASIL, PENSAR AS PROVÍNCIAS: POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE NA FORMAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL.

A colônia alemã de Juiz de Fora e a política imigratória do império brasileiro

Rita de Cássia Lara Couto²⁷⁷

Resumo: Este trabalho pretende examinar os vínculos de interesse econômico e político firmados entre a Companhia União e Indústria e os governos provincial e nacional, bem como as redes de interações entre Mariano Procópio Ferreira Lage e o Imperador Pedro II, que reverberavam no processo de instalação da Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora no ano de 1858.

Palavras-Chave: Imigração Alemã; Império do Brasil; Política Imigratória Brasileira.

Abstract: This study intends to observe the economic and political interests established between Companhia União e Indústria and the provincial and national governments, as well as the social

²⁷⁷ Doutoranda em História no PPG História – UFJF, bolsista CAPES, graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: rita.couto@estudante.ufjf.br

networks between Mariano Procópio Ferreira Lage and Emperor Pedro II, which reverberated in the process of installing the Colônia Dom Pedro II in Juiz de Fora in 1858.

Keywords: German Immigration; Empire of Brazil; Brazilian Immigration Policy.

INTRODUÇÃO

A Colônia Dom Pedro II foi instalada em Juiz de Fora no ano de 1858, no contexto de três significativas leis, aprovadas em 1850: o Código Comercial do Império do Brasil (Lei nº 556, de 22 de junho de 1850), a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) e a lei Euzébio de Queirós (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850), que proibiu o tráfico de africanos. Tais legislações integravam o processo de construção do Estado Imperial brasileiro, que almejava a civilização e o progresso com inspiração nas nações europeias, mas sem dispensar a lavoura e a escravidão.

Aliado a isso, em dezembro de 1856, pouco tempo antes da chegada dos imigrantes germânicos na colônia mineira, aconteceu no interior de São Paulo, na Fazenda Ibicaba que pertencia ao senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, um episódio que foi considerado como um risco para o futuro da colonização no Brasil. Conhecido como Revolta dos Colonos ou dos Parceiros, o movimento foi reflexo das queixas e reclamações feitas pelos suíços que trabalhavam na propriedade no regime de parceria.

Dentro desta conjuntura, o presente artigo pretende observar as redes de interações que reverberavam na Colônia Dom Pedro II em uma esfera macro, por meio dos vínculos de interesse econômico e político firmados entre a Companhia União e Indústria e os governos provincial e nacional, bem como as relações estabelecidas entre o diretor-presidente Mariano Procópio Ferreira Lage e o Imperador Pedro II.

Assim, a primeira seção deste trabalho traz informações sobre a Companhia União e Indústria e sua proposta de colonização em Minas Gerais, favorecida pelo vínculo existente entre

a família Ferreira Lage e o monarca brasileiro. Na sequência, são evidenciados aspectos do contexto histórico nacional e europeu do período em que a colônia foi formada, com destaque para os efeitos do conflito ocorrido na Ibicaba, no interior de São Paulo. Por fim, o texto coloca em cena a receptividade que o projeto de criação da Colônia Dom Pedro II obteve no Brasil.

A COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA

Corria o ano de 1852 quando, no dia 7 de agosto, foi publicado o decreto nº 1031. Com a rubrica do Imperador Pedro II e do Secretário dos Negócios do Império, o edito concedeu a Mariano Procópio Ferreira Lage a permissão para criar uma empresa com a finalidade de “construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas” que, partindo de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, auxiliassem na comunicação entre as duas províncias e beneficiassem o comércio e a agricultura ao longo do trajeto. Surgia assim a Companhia União e Indústria, que recebeu o privilégio de ser a única autorizada a conduzir, durante 50 anos, as cargas e passageiros pelas vias que abrisse ou melhorasse²⁷⁸.

O mesmo decreto indicava também, no artigo 22, o interesse que a Companhia tinha em engajar colonos imigrantes em seus serviços. Para tanto, o governo se comprometia a oferecer áreas de terras devolutas, de preferência nas margens do Rio São Francisco, em quantidade proporcional ao número de estrangeiros contratados. Na prática, a instalação da Colônia Dom Pedro II foi executada de maneira diversa, bem próxima ao núcleo urbano de Juiz de Fora e com terrenos vendidos – e não doados – aos alemães e tirolezes.

Em janeiro de 1853 a Companhia União e Indústria iniciou suas atividades com uma assembleia geral, na qual foram aprovados os estatutos provisórios, que estabeleceram o capital de cinco mil contos de réis, divididos em 10 mil ações. Os títulos poderiam ser adquiridos por brasileiros, estrangeiros ou empresas diretamente com o Diretor Presidente, Mariano Procópio, no

²⁷⁸ Decreto nº 1031, de 7 de agosto de 1852.

Rio de Janeiro, ou na casa do Dr. Camillo Maria Ferreira Armond, em Barbacena (MG), que era vice-presidente da União e Indústria²⁷⁹.

Futuro Conde de Prados, Camillo era primo-irmão de Ferreira Lage pelo lado paterno e estudou medicina em Paris entre 1832 e 1837, quando retornou ao Brasil²⁸⁰. Membro do Partido Liberal, em 1842 participou ativamente da Revolução Liberal e, entre outros cargos, foi deputado na Assembleia Geral Legislativa e presidente da Província do Rio de Janeiro²⁸¹, além de membro do Conselho de Estado entre 1879 e 1882²⁸².

Por sua vez, a função de secretário da Companhia União e Indústria ficou sob responsabilidade de José Machado Coelho de Castro, irmão da esposa de Mariano Procópio. O relacionamento entre as duas famílias vinha de longos anos, antes mesmo do casamento entre o Presidente da União e Indústria e Maria Amália Coelho de Castro em 1851, uma vez que o comendador português Manoel Machado Coelho de Castro, sogro de Mariano, era comerciante no Rio de Janeiro e ficou responsável pelas correspondências e o envio de dinheiro para Camillo Maria Ferreira Armond durante seus estudos na França na década de 1830²⁸³.

José Machado Coelho de Castro era bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi eleito como suplente na Câmara dos Deputados da Província do Rio de Janeiro e exerceu também o cargo de diretor do Banco do Brasil, instituição da qual foi também presidente ao longo de 12 anos. Amigo pessoal da família imperial, em maio de 1866 foi escolhido por Dom Pedro II para, na companhia da esposa Maria Umbelina Pereira, integrar a comitiva que acompanhou o Duque de Saxe e a Princesa Dona Leopoldina em viagem à Europa²⁸⁴.

²⁷⁹ Decreto nº 1.336, de 18 de fevereiro de 1854.

²⁸⁰ Lacerda, 2010.

²⁸¹ Bastos, 1991: 189.

²⁸² Martins, 2007: 155.

²⁸³ Lacerda, 2010: 431.

²⁸⁴ Conselheiro, 1961: 128-129.

Assim como Camillo Maria Ferreira Armond e José Machado Coelho de Castro, Mariano Procópio também cultivava relacionamentos com grandes nomes do período e mantinha proximidade com a Casa Imperial Brasileira, o que possivelmente favoreceu a Companhia União e Indústria e seus demais negócios. Em pelo menos três momentos a família imperial se hospedou na propriedade de Mariano. A primeira delas foi em 1861, na inauguração da Estrada União e Indústria, quando os monarcas e sua comitiva fizeram em 12 horas o trajeto entre Juiz de Fora e Petrópolis. Na mesma ocasião, Pedro II visitou a Colônia que foi nomeada em sua homenagem e registrou suas impressões de toda a viagem em seu diário pessoal, das quais destacamos dois trechos, transcritos a seguir.

No primeiro excerto, lançado em 23 de junho de 1861, o imperador mencionou um dos encontros que teve com o então Barão de Prados. No segundo registro, feito no dia 26 do mesmo mês, chama a atenção o tempo que Sua Majestade dedicou a conversar com Mariano Procópio a respeito da Companhia União e Indústria. Somente depois de duas horas de diálogo com Ferreira Lage, anfitrião da família imperial, é que Pedro II atendeu ao Presidente da Província de Minas Gerais.

[23 jun. 1861, p. 6] Gostei de falar com o Barão de Prados (Dr. Camilo Armonde) com quem não é preciso esgravatar banalidades e já o emprezei para me comunicar suas observações relativas à praga do café.

[26 jun 1861, p. 17] Das 4 até às 6 conversei com o Lages [Mariano Procópio Ferreira Lage] a respeito da administração da Companhia e depois com o Presidente da Província sobre negócios, que a esta interessam, dizendo-me ele que a Província não tem dívida e há 150 contos em cofre (Arquivo do Museu Imperial, Maço 37, Doc. 1057).

O vínculo de amizade entre os Ferreira Lage e a família imperial se manteve por longos anos, resistindo à proclamação da República e ao falecimento de Mariano Procópio e do imperador.

Na primeira década do século XX, pedindo para “aceitar muitas saudades nossas”²⁸⁵, a Princesa Isabel trocava correspondências e fotografias com Maria Amália, viúva do Presidente da Companhia União e Indústria.

De acordo com Maria Fernanda Vieira Martins (2007: 182), estas relações de parentesco e amizade entre os homens de grande fortuna e prestígio e os membros da Casa Imperial resultaram, naquele momento, em benefícios para ambos os lados.

Da mesma forma que o governo se beneficiava das redes que esses indivíduos controlavam para a expansão, aceitação e legitimação do poder central, também eles poderiam lucrar com a influência que construíam no interior do aparelho governamental, fosse pelo acesso à informação, ou por benefícios mais diretos como a aprovação de estatutos de suas companhias, concessão de privilégios e subvenções etc., questões que, invariavelmente, terminavam por se decidir no Conselho de Estado, a partir dos pareceres da Seção do Império (Martins, 2007:182).

No caso da Companhia União e Indústria, o favorecimento fica evidenciado nas concessões de empréstimos, especialmente quando da instalação da Colônia Dom Pedro II, em 1858 na cidade de Juiz de Fora. Um ano antes, a empresa havia assinado um contrato com a Repartição Geral das Terras Públicas que previa o engajamento de dois mil estrangeiros, ou seja, 400 famílias com a média de cinco integrantes cada ou quantas mais fossem necessárias para se alcançar o número total de indivíduos indicados. Foi determinado que chegassem, a partir de julho de 1858, as primeiras cem famílias; em 1859 fossem contratadas mais 140 e em 1860 se estabelecessem as 160 restantes²⁸⁶. Assim, a Companhia União e Indústria tinha obrigação de contratar, até junho de 1858, pelo menos 500 pessoas, considerando-se cinco pessoas por família.

Os dois primeiros grupos de colonos com destino a Juiz de Fora chegaram antes da data prevista, em maio e junho de 1858, e somaram 418 indivíduos. Portanto, para atender à exigência

²⁸⁵ Bastos, 1991: 211.

²⁸⁶ Relatório, 1857, p. 17-20.

contratual, seria necessário o engajamento de pelo menos mais 82 imigrantes. Apesar disso, o representante da Companhia União e Indústria acordou com o agenciador Dr. F. Schmidt a contratação e o envio de, no máximo, mais 382 novos interessados em emigrar, para perfazer o total de 800 pessoas, ou seja, 300 além do requisitado no contrato.

No relatório apresentado aos acionistas da União e Indústria em outubro de 1858, Mariano Procópio noticiou aos presentes que a Companhia havia preparado as acomodações necessárias para os 800 colonos que já eram aguardados, mas Schmidt não cumpriu o acordo e enviou 370 pessoas a mais, totalizando 1170 indivíduos. De acordo com o presidente, a empresa ficou em uma situação delicada, porque, por questões humanitárias, não poderia rejeitar esse excedente e deixar as famílias desamparadas em um país desconhecido, mas, por outro lado, teria que preparar uma nova e maior estrutura para recebê-las. A solução foi proporcionada pelo governo imperial, que antecipou os valores previstos para empréstimo na Condição 3^a do contrato assinado entre a Companhia União e Indústria e a Repartição Geral das Terras Públicas.

A primeira prestação do empréstimo foi entregue na assinatura do contrato e, com a chegada de quase 1200 colonos em um curto intervalo de tempo, Mariano Procópio conseguiu junto ao governo imperial o adiantamento dos 150 contos de réis restantes para alcançar a soma total a ser financiada. É válido observar que, contratualmente, o valor de 200 contos de réis somente poderia ser disponibilizado se a Companhia União e Indústria trouxesse dois mil colonos, número que nunca foi atingido. Ainda assim, com defasagem de mais de 800 imigrantes, o empréstimo foi concedido em sua totalidade²⁸⁷.

Outro ponto que merece atenção é que este empréstimo seria concedido como subvenção à União e Indústria, na razão de 50 mil réis para cada colono com idade entre 5 e 10 anos e 100 mil réis para cada um entre 10 e 45 anos (ou mais velho, desde que fosse chefe de família e estivesse por ela acompanhado), valores que seriam utilizados como abatimento nos adiantamentos feitos pelos colonos.

²⁸⁷ Relatório, 1858.

Assim, para receber o total de 200 contos de réis, a Companhia União e Indústria deveria, pelas cláusulas contratuais, engajar duas mil pessoas entre 10 e 45 anos de idade, mas isso também nunca aconteceu, já que, do total de 1.193 colonos, apenas 818 estavam nesta faixa etária.

COLÔNIA DOM PEDRO II: A REPERCURSSÃO DO PROJETO DA COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA

Após a assinatura do contrato com a Repartição Geral das Terras Públicas, a Companhia União e Indústria enviou, em dezembro de 1857, um representante à Alemanha para cuidar do engajamento dos indivíduos e famílias interessados em emigrar para a Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora.

Tão logo se espalhou a notícia da formação de uma colônia em Minas Gerais, muitas autoridades dos estados germânicos se manifestaram e alertaram a população a respeito das condições dos imigrantes no Brasil, usando como exemplo o caso dos suíços. Este foi um dos reflexos do episódio conhecido como Revolta dos Colonos ou dos Parceiros, ocorrido no interior de São Paulo em dezembro de 1856.

Na Fazenda Ibicaba, que pertencia a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, foi fundada em 1847 a Colônia Senador Vergueiro, com 423 alemães contratados pelo sistema de parceria. Na década de 1850 ao projeto foram incluídos imigrantes suíços, dentre os quais estava o mestre-escola Thomas Davatz, que chegou à Ibicaba em 1855 acompanhado de sua família. Ele havia sido encarregado pelos governos de diversas aldeias suíças para preparar um relatório sobre a condição de vida e de trabalho na fazenda de Vergueiro²⁸⁸.

Seu parecer, feito em 1856, continha muitas críticas à colônia e foi enviado às autoridades na Suíça burlando o sistema de controle das correspondências que partiam da Ibicaba. Em dezembro daquele ano, Davatz foi chamado para uma reunião com a Vergueiro & Cia, empresa responsável pela contratação dos imigrantes, e revelou que já havia encaminhado seu relatório ao

²⁸⁸ Witzel de Souza; Gardenal, 2021; Heflinger Júnior, 2009.

seu país natal, o que exaltou os ânimos e provocou uma discussão. Alguns outros colonos, temendo pela vida do mestre-escola, seguiram armados até a sede da fazenda, mas foram apaziguados pelo próprio Davatz, que orientou aguardar pelo resultado de suas reivindicações²⁸⁹.

A família Vergueiro pediu ao governo da Província de São Paulo o envio de um destacamento para desarmar os colonos e outros fazendeiros, que também tinham parceiros em suas propriedades, acusaram os imigrantes de exagerar nas queixas. Por fim, uma força especial, comandada pelo chefe da polícia paulista, fez uma sindicância em todas as colônias da região e Vergueiro exigiu que Thomas Davatz e outros companheiros deixassem a fazenda²⁹⁰.

O episódio ocorrido na Ibicaba foi considerado como um risco para o futuro da colonização no Brasil e trouxe consequências diplomáticas, que impactaram, entre outros, no processo de contratação dos germânicos que em 1858 formariam a Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora.

Além de sindicâncias realizadas pela Confederação Helvética nas colônias de São Paulo, a fim de verificar as condições dos colonos de origem suíça, o governo brasileiro procedeu à inquéritos e à revisão das cláusulas dos contratos de parceria, na tentativa de atenuar a situação. Os Estados Alemães também reagiram à Revolta e, em 1858, a Câmara dos Deputados da Prússia se reuniu para discutir a questão, que culminou, no ano seguinte, com a proibição de seus cidadãos emigrarem para o Brasil. Da mesma maneira,

os governos de Hannover, Reuss-Greiz, Schwartzburg-Rudolstadt, Saxe-Weimar-Eisenach, Saxe-Meinigen - enfim, o Reino da Saxônia -, o Grande Ducado de Baden e a própria Confederação Germânica passaram a dar mais atenção à questão, solicitando detalhes do governo suíço. Outros estados alemães foram mais brandos e promoveram gestões junto ao governo brasileiro, com a finalidade de melhorar a sorte dos colonos” (Heflinger Júnior, 2021: 74).

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ Ibid.

A complexidade da situação fez com que Mariano Procópio Ferreira Lage, enquanto presidente da Companhia União e Indústria, mandasse publicar esclarecimentos nos jornais europeus, nos quais informou sobre o projeto de instalação da Colônia em Juiz de Fora e detalhou os termos do contrato de trabalho assinado entre a empresa e os imigrantes, antes mesmo do embarque²⁹¹.

Por sua vez, o governo imperial brasileiro também divulgou informações sobre sua política colonizadora e enxergou, na colônia organizada pela Companhia União e Indústria, uma boa oportunidade para tornar mais simpática, na Europa, a percepção da situação dos imigrantes que aqui residiam. Em 03 de junho de 1858, José Lúcio Correa, Cônsul Geral do Brasil em Hamburgo, enviou uma correspondência a Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape, Senador e Conselheiro de Estado, por meio da qual ofereceu notícias detalhadas sobre a emigração para o Brasil e incluiu - com as respectivas traduções para o português - os recortes dos jornais que se posicionavam contra e a favor do país. O diplomata informou que

a despeito da guerra desabrida que neste momento se faz contra o Brasil, partiram no mês de maio os navios ‘Gundela’ e ‘Gessner’ com 541 colonos para a Companhia União e Indústria [...]

A expedição de colonos para a Companhia União e Indústria e para a Província do Rio Grande do Sul é a prova a mais evidente de que a emigração se realizará sempre que for subvencionada, ao menos nos primeiros anos, sem que possa impedi-la a guerra de uma parte da imprensa e a oposição dos diferentes governos da Alemanha. (Arquivo Histórico do Itamaraty, Hamburgo-1854/1858 - 248/2/5)

Por não ser uma colônia de parceria e ser subvencionada pelo Império do Brasil, a Colônia Dom Pedro II foi enquadrada como um modelo do que poderia conferir sucesso à imigração para

²⁹¹ Sobre o assunto, consultar as edições de 1858 dos jornais *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, *Leipziger Zeitung*, *Wiener Zeitung* e *Deutsche Allgemeine Zeitung*.

nosso país. Dois meses depois, em agosto de 1858, o Cônsul escreveu nova carta ao Visconde de Maranguape e fez um balanço sobre a emigração para terras brasileiras no primeiro semestre de 1858. Ele informou que partiram dos portos de Hamburgo e Bremen 2.434 colonos em 16 embarcações e o número foi considerado

excepcionalmente limitado, porque para os Estados Unidos partiram no mesmo espaço de tempo [...] 20.670 colonos, menos, entretanto, que no 1º semestre de 1857, no qual partiram dos dois referidos portos 41.271. Os governos alemães e uma parte da sua imprensa continuam a opor-se à emigração para o Brasil [...].

Essa oposição, porém, não impedirá a partida de colonos, quando se lhes puder adiantar a importância das passagens, do que é suficientemente prova a rápida expedição de 1.185 colonos para a Sociedade [Companhia] União e Indústria, que lhes adiantou a importância das passagens [...]. (Arquivo Histórico do Itamaraty, Hamburgo-1854/1858 - 248/2/5)

Em Juiz de Fora, havia grande expectativa a respeito da Colônia Dom Pedro II e os moradores da cidade acompanharam de perto a chegada das duas primeiras levas de imigrantes. A população, como publicou o Correio Mercantil em 27 de agosto de 1858, “correu pressurosa, contente e satisfeita a encontrá-los na distância de uma légua, resplandecia o prazer em todos os semblantes, prazer mais que justo, por isso que a Colônia Pedro II abre uma nova era de engrandecimento para este belo lugar”. O texto informa também que os colonos estavam a pé e em carroças enfeitadas, cantavam em coro e foram dados vivas ao Brasil, à nova colônia, a Mariano Procópio e à Companhia União e Indústria. Por fim, o autor da nota defende que “esta cidade não tem por enquanto indústrias que a sustentem, e a colonização vem trazer-nos essas indústrias, e, pois, agora podemos dizer que esta cidade conta um futuro certo, não precário”.

A Câmara Municipal também demonstrou satisfação e reconhecimento com a criação da colônia, por meio de um ofício dirigido a Mariano Procópio em 12 de julho de 1858, no qual o

agradeceu e felicitou por “tão relevantes serviços” e por ter vencido “os tropeços e dificuldades [...] por amor ao país que tem a glória de o contar entre seus filhos”²⁹².

A boa reputação que Mariano Procópio Ferreira Lage já usufruía junto à Presidência da Província de Minas Gerais e ao Governo Imperial foi reforçada com a instalação da colônia alemã e muitas foram as menções elogiosas ao seu nome e à Companhia União e Indústria nos relatórios apresentados junto a estes órgãos públicos. Em dezembro de 1858, por exemplo, o Inspetor Geral das Obras Públicas da Província, José Rodrigues Duarte, visitou pessoalmente as obras executadas pela “bem dirigida Companhia” União e Indústria²⁹³ e deixou registrado que era “digno dos maiores elogios o distinto Diretor-Presidente da Companhia, Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, pelos obstáculos que tem sabido superar”²⁹⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, é possível observar alguns aspectos do contexto de criação da Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora no ano de 1858 e as redes de interações econômicas e políticas estabelecidas no entorno dela. Mariano Procópio Ferreira Lage, empresário de família abastada e com forte atuação política e econômica em Minas Gerais, recebeu autorização do governo imperial para organizar a Companhia União e Indústria, cujos cargos de vice-presidente e secretário foram ocupados, respectivamente, pelo primo-irmão de Mariano e futuro Conde de Prados, Dr. Camillo Maria Ferreira Armond; e pelo cunhado de Ferreira Lage, José Machado Coelho de Castro.

Tanto Mariano Procópio quanto seu primo e seu cunhado eram bem relacionados nas esferas imperiais e uma forte evidência do papel destas relações nos trabalhos da Companhia União e Indústria é a aprovação e liberação de empréstimos e apoio a projetos variados, com a presença

²⁹² Correio Mercantil, 27 ago. 1858.

²⁹³ Duarte, 1859: 5.

²⁹⁴ Duarte, 1859: 7.

do próprio Imperador Pedro II e sua família nas solenidades de início dos trabalhos de construção da Estrada União e Indústria em 1856 e na viagem inaugural da via em 1861.

Por esse motivo, observar as redes de interações estabelecidas no entorno da Colônia Dom Pedro II se apresenta como uma maneira eficaz de compreender os vínculos de interesse econômico e político firmados entre a Companhia União e Indústria e o governo imperial.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

Arquivo Histórico do Itamaraty, Hamburgo-1854/1858 - 248/2/5

Arquivo do Museu Imperial, Maço 37, Doc. 1057

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência, genealogia**. 2. ed. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

DUARTE, José Rodrigues. **Relatório sobre o estado das obras públicas na Província de Minas Gerais**. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1859.

CONSELHEIRO José Machado Coelho de Castro. In: **ANAIS do Museu Histórico Nacional: volume XII - 1951**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961. p. 127-129.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. **A revolta dos parceiros na Ibicaba**. Limeira: Unigráfica, 2009. 198 p.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. A Decadência e a Falência da Vergueiro & Cia após a Revolta dos Colonos Europeus (1856-1890). In: SOUZA, Bruno Gabriel Witzel de; GARDENAL, Leonardo Antonio Santin (org.). **Ibicaba (1817-1917): entendendo, vivendo e construindo futuros**. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 57-92.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas minas gerais - a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. 2010. 504 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 440 p.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas da Companhia União e Indústria. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 24 ago. 1857.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas da Companhia União e Indústria. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 05 out. 1858.

WITZEL DE SOUZA, Bruno Gabriel; GARDENAL, Leonardo Antonio Santin (org.). **Ibicaba (1817-2017): entendendo, vivendo e construindo futuros**. Campinas: Pontes Editores, 2021. 472 p.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Entre práticas antigas e novas leis: as eleições de vereadores e de juízes de paz no Império do Brasil (Minas Gerais 1822-1834)

Érica da Cruz Rosa²⁹⁵

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo central discutir a forma de realização das eleições municipais para vereadores e juízes de paz, segundo a Lei das Câmaras de 1º de outubro de 1828. A construção do Estado Imperial brasileiro implicou na criação de novas leis para as tradicionais câmaras municipais, espaços de poder local, existentes desde o período colonial.

Palavras-chave: eleições; cargos camarários; século XIX, Império do Brasil.

Abstract: The main objective of this work is to discuss how legislative elections for councilors and justices of the peace are carried out, according to the Law of Chambers of October 1, 1828. The construction of the Brazilian Imperial State implied the creation of new laws for traditional chambers. municipal, spaces of local power, existing since the colonial period.

Keywords: eleições; cargos camarários; século XIX, Império do Brasil.

Introdução

²⁹⁵ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. E-mail: rosacruz.ERICA@gmail.com

O tema eleitoral como objeto de estudo acadêmico suscita muitas questões, já que esta prática política está presente, hoje, na vida de milhões de brasileiros e permite a escolha de representantes para diferentes cargos do legislativo e do executivo. A realização de eleições para cargos eletivos de deputados, como conhecemos, hoje, foi inaugurada como novidade política para a história do Brasil no século XIX, quando se implantou uma monarquia constitucional em 1822.

Além de eleições para deputados, muitas outras eleições começaram a ser realizadas, naquele momento, para diferentes cargos como o de senadores, de conselheiros provinciais e até mesmo para a composição do tribunal do júri. Ademais, eleições para cargos municipais também eram realizadas, seguindo as novas leis e a Constituição de 1824.

Apesar de constituir uma novidade política para cargos de representação nacional, naquele momento, a prática eleitoral pode ser apontada como uma prática antiga. Em perspectiva histórica é possível apontar a existência da realização de eleições em diferentes tempos e lugares e na própria história da administração portuguesa, quando se pensa a realização de eleições para os cargos camarários como, por exemplo, o de vereadores, em Portugal e em seus domínios no ultramar, na chamada monarquia pluricontinental, conforme apontada pela historiografia.

As eleições antigas para cargos camarários seguiam os códigos previstos nas Ordenações Filipinas de 1603. Nesse sentido, buscamos discutir o tema eleitoral, num período de transição, entre a “velha” ordem e o “novo” mundo constitucional, sem perder de vista, é claro, a presença de práticas culturais antigas. Por se tratar de um tema amplo e permeado por muitas problemáticas, pretendo, nesta comunicação, abordar algumas notas gerais sobre a realização das eleições municipais para vereadores e juizes de paz a partir da lei das Câmaras de 1.º de outubro de 1828, tendo como recorte a província de Minas Gerais.

Assim, para uma melhor discussão das ideias apresentadas, optei por dividir este trabalho em três partes. Na primeira parte, “As eleições por sorteio”, explico, a partir das Ordenações Filipinas de 1603, como era as eleições indiretas para cargos camarários no Antigo Regime Português. Já a segunda parte, “As eleições por maior número de votos”, analiso a forma da realização de eleições municipais no Império do Brasil, segundo os critérios estabelecidos pelas leis ordinárias, como a Lei das Câmaras de 1828, e a lei fundamental, a Constituição de 1824, para

a escolha de cargos de vereadores e juizes de paz. Por fim, a terceira parte “Conflitos eleitorais na eleição municipal de Baependi”, analiso fontes do período, sobretudo, requerimentos e petições, enviadas às autoridades provinciais do período para perceber a presença de conflitos eleitorais e de mobilizações dos atores envolvidos no processo eleitoral.

As eleições por sorteio

O papel das câmaras municipais na história da administração portuguesa do Reino e de seus territórios ultramarinos já foi bem destacado por importantes trabalhos que demonstraram a autonomia desses espaços de poder local frente à autoridade real.

Nas últimas décadas, os trabalhos historiográficos sobre a monarquia portuguesa começaram a destacar essa autonomia dos poderes locais, considerando que a monarquia portuguesa era constituída por um vasto território no ultramar integrado por súditos que estavam distantes da Corte política localizada em Lisboa.

Por se tratar de uma sociedade de Antigo Regime, os cargos eram distribuídos por prestação de serviços, herança e venalidade. Já alguns cargos da administração do território como, por exemplo, os cargos camarários eram ocupados através da realização de eleição indireta. A realização dessas eleições no período colonial ou no Antigo Regime Português era feita através do escrutínio de pelouros e de barrete e envolvia a sorte. Essas eleições eram complexas e deveriam seguir o que estava previsto nos códigos jurídicos portugueses, no caso as Ordenações Filipinas de 1603.

Segundo as Ordenações Filipinas, a ocupação dos cargos camarários (juízes, vereadores, almotacés e outros oficiais.) deveria ser feita por eleições indiretas. Os oficiais da câmara, eleitos na última eleição camarária, deveriam se reunir nas oitavas de Natal, juntamente com os homens bons e o povo, para a realização de novas eleições. Os presentes reunidos em Conselho deveriam indicar cada um o nome de seis homens para serem eleitores. Os nomes eram indicados de forma secreta para o juiz mais velho e para o escrivão, responsável por anotar os nomes, sem que os outros pudessem ouvir quem tinha sido indicado. Após esse momento, os juízes e os vereadores verificavam o rol com os nomes escritos pelo escrivão e escolhiam os nomes mais votados²⁹⁶.

Os nomes mais votados deveriam, então, jurar o Evangelho para escolherem os nomes que ocupariam o Conselho (os cargos camarários). Após o juramento, o juiz separava os eleitores em duplas, eles não poderiam ter laços de parentesco e nem serem cunhados dentro do quarto grau. A divisão dos eleitores em duplas deveria respeitar um espaço de distância de forma que uma dupla de eleitores não interagisse com outra dupla. Com essa separação dos eleitores, cada dupla deveria indicar por escrito um rol (lista) com os nomes para os diferentes cargos camarários (juízes, vereadores, procuradores, tesoureiros, escrivão da câmara e outros) que seriam ocupados através da realização de eleição. A indicação desses nomes deveria ser feita de forma separada, ou seja, para cada um dos ofícios mencionados, os eleitores faziam 3 róis ou listas, ou seja, para cada ano do triênio que perduraria a escolha eleitoral dos nomes indicados de forma secreta²⁹⁷.

As listas deveriam ser entregues ao Juiz mais velho responsável por ver os nomes que haviam sido indicados pelos eleitores. O juiz, então, organizava os nomes numa folha, chamada de pauta, com os nomes eleitos para juízes, e em outra folha os eleitos para vereadores e procuradores e assim sucessivamente para cada ofício. Era de responsabilidade do juiz garantir que os nomes estivessem organizados de forma que não possuíssem parentesco e nem fossem cunhados de quarto

²⁹⁶ PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>.

²⁹⁷ PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>.

grau. Após a feitura dessas pautas, o Juiz deveria assinar, fechar e selar as pautas. Em seguida, elas eram colocadas em pelouros (bolas de cera) e depois em um saco que deveria, então, ser colocado num cofre com três fechaduras. Quando chegava o momento de realizar a eleição por pelouros, um menino de idade de até sete anos era chamado para retirar (sortear) os pelouros da urna. Os nomes sorteados eram escolhidos para atuarem como oficiais nos cargos camarários no próximo ano²⁹⁸.

Pelo que podemos perceber, a eleição por pelouros era bem complexa e envolvia etapas de eleição de eleitores, seguida pela indicação de nomes para os ofícios até o momento final com a realização de sorteio dos pelouros por uma criança.

Figura 1 – Urna de eleição da Câmara de Vila Rica (1750)

²⁹⁸ PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>.



Fonte: Museu da Inconfidência. “Urna de eleição 1750. Peça cerimonial usada na eleição do Senado da Câmara de Vila Rica, órgão da administração portuguesa que garantia o bem comum e a justiça na esfera local. Espaço de mediação entre os interesses da Coroa e dos moradores da Vila, fiscalizava o cumprimento da lei, cuidava das condições sanitárias, das edificações e dos reparos das obras públicas. Seus membros eram escolhidos entre as principais lideranças, os homens bons”. Museu da Inconfidência. Foto: Eduardo Silva Júnior.

É importante lembrar que o Reino de Portugal envolvia um vasto império no ultramar e apesar de possuir códigos jurídicos, não devemos esquecer que esses códigos normativos coexistiam com práticas culturais e tradições, ou seja, com o próprio direito consuetudinário (Hespanha, 2001).

Assim, não podemos perder de vista que a realização dessas eleições camarárias pode ter sofrido influências locais mesmo com a existência dos códigos jurídicos portugueses.

De forma geral, não há trabalhos historiográficos que lidem exclusivamente com o funcionamento das eleições por pelouros no Brasil Colonial. Há trabalhos que abordam a composição e o funcionamento desses espaços de poder local e apontam uma descrição de como era a realização das eleições por pelouros para a composição dos ofícios camarários.

Entre esses trabalhos podemos citar a tese de Regina Mendes de Araújo (2018), que estudou os nomes eleitos para a câmara da Vila de Marina, desde a criação da vila, em 1711, até 1808, quando houve a transferência do centro político de Lisboa para o Rio de Janeiro. Na tese, a autora buscou identificar o perfil socioeconômico e as redes de poder envolvidas entre os eleitos. Ao analisar os eleitos, a autora buscou explicar a forma complexa das eleições realizadas por pelouro.

Conforme apontado por Maria Fernanda Bicalho (1998), em fins do século XVII e princípios do século XVIII, a monarquia portuguesa buscou diminuir o poder político e econômico das câmaras municipais, principalmente, através da criação do cargo de juiz de fora. Segundo a autora,

A primeira medida neste sentido foi a criação, nas principais cidades coloniais do Império, do cargo de Juiz de Fora, aumentando desta forma o poder de interferência dos funcionários régios a nível do governo local. Em algumas destas cidades, como nos casos de Goa e de Salvador, a Coroa modificou o sistema sobre o qual se baseavam as eleições municipais, substituindo os pelouros pelo escrutínio a cargo dos Juizes da Relação. Estes eram encarregados de compor listas trienais com o nome dos eleitos, cabendo ao Vice-Rei escolher os componentes das vereações seguintes. (Bicalho, 1998, p.6)

Nesse sentido, como podemos perceber, a realização de eleição por pelouros, no Antigo Regime Português, envolvia um sistema de eleição complexo baseado no escrutínio de pelouros por sorte. Em algumas cidades do Império Português, a monarquia portuguesa buscou modificar a realização da eleição como forma de diminuir o poder político e econômico das instituições de administração do território local – as câmaras municipais.

As eleições por maior número de votos

A construção do Estado Imperial brasileiro, no século XIX, implicou na organização de um Estado delineado sob as bases de uma monarquia constitucional e a realização de eleições para a escolha de representantes nos espaços de representação nacional. Estes, por sua vez, ficaram responsáveis pela votação de leis regulamentares para colocar em funcionamento o previsto na Constituição de 1824, conforme os princípios do constitucionalismo moderno.

Os contornos do novo Estado perpassaram pela criação de novas leis, de instituições e de ordenamentos jurídicos ao mesmo tempo que lidava com os antigos espaços de poder tradicional como as câmaras municipais. Elas eram regidas, no Antigo Regime, pelos códigos jurídicos portugueses, no caso as Ordenações Filipinas de 1603, já no arranjo liberal ganharam uma nova legislação, a lei de 1º de outubro de 1828, conhecida como Lei das Câmaras. Essa nova lei foi responsável por retirar as atribuições legislativas, judiciárias das câmaras municipais, além, é claro, de submetê-las aos espaços de poder provincial, criados por decreto em 1823 e pela Constituição de 1824.

Como o novo Estado estava em construção, com a votação de novas leis e ordenamentos jurídicos, ficou estabelecido que, enquanto não se votasse as leis regulamentares para colocar em prática o que estava disposto na Constituição, o Estado Imperial brasileiro seguiria as leis antigas portuguesas, as Ordenações Filipinas.

Com a lei de 1º de outubro de 1828, as câmaras municipais ganharam uma nova legislação que acabou implicando também na forma de realização de seus pleitos eleitorais. A Lei das Câmaras delineou as funções administrativas que cabiam às câmaras municipais e indicou a forma de realização dos processos eleitorais para vereadores e juízes de paz.

Os juízes de paz tinham sido criados por lei ordinária em 15 de outubro de 1827 e eram magistrados leigos, eles estavam ligados diretamente às resoluções conflituosas como conciliações

de partes, pequenas causas que envolviam dinheiro, corpo de delito, evitar rixas, dentre outras demandas, nas freguesias e capelas curadas onde foram eleitos²⁹⁹.

A criação desses magistrados leigos para atuação nas localidades do Império foi uma tentativa dos legisladores brasileiros de “dotar o país de instituições liberais capazes de regular a influência do poder central” (Campos; Vellasco, 2011, p. 379). A eleição desses magistrados leigos é vista pela historiografia como “elemento de afirmação da mobilização popular e interiorização da política no Brasil Império”, o que significou a ampliação e a interiorização da “participação do homem comum na vida da comunidade nas freguesias e vilas” (Campos; Vellasco, p. 380 e 399).

Nesse sentido, a Lei das Câmaras foi responsável por instruir como deveria ser realizado os processos eleitorais de vereadores (antigos cargos camarários) e de novos cargos da magistratura no Império do Brasil. Assim, a forma antiga e complexa de realização de eleições por pelouros para cargos camarários foi substituída por eleições diretas que escolhiam para os cargos de vereadores e de juízes de paz os nomes mais votados, respectivamente, na vila sede da Câmara e nas freguesias e capelas curadas.

Antes de explicar como era realizado esses processos eleitorais nos anos iniciais do Império do Brasil, justamente na passagem do Antigo Regime para o constitucionalismo, destaco que o acesso às fontes do período se dá, principalmente, através das cópias das atas desses processos eleitorais, petições enviadas às autoridades imperiais, envolvendo conflitos e dúvidas quanto à realização das eleições, e, claro, a própria legislação.

Já com relação às cédulas, referente aos processos eleitorais, não temos indício da possibilidade de existência desse tipo de fonte para as eleições estudadas. Alguns colegas já destacaram a dificuldade ou a impossibilidade da presença desse tipo de fonte entre a documentação para o estudo dos pleitos oitocentistas no Brasil, possivelmente devido a não sobrevivência dessas fontes pelo tempo ou pela possibilidade de ter se perdido entre a

²⁹⁹ BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1827**: atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878a.

documentação. Entre os ritos presentes desses processos eleitorais estava a queima das cédulas após apuração, o que possivelmente leva à possibilidade de supor de que essas fontes, de fato, não resistiram ao tempo. Já outros pesquisadores conseguiram identificar a existência de cédulas para os processos eleitorais do século XIX em Portugal, como a pesquisa de Evaristo Caixeta Pimenta (2022), por exemplo.

Após essa pontuação com relação às cédulas eleitorais, pretendo explicar como era realizado os pleitos para vereadores e para juízes de paz, segundo a Lei das Câmaras de 1828.

A escolha de vereadores e de juízes de paz envolvia a realização de processos eleitorais distintos para ambos os cargos. No caso da escolha de vereadores, a Lei das Câmaras indicou a escolha de nove nomes para a ocupação desses ofícios no âmbito das cidades e sete nomes para atuarem nos lugares de vilas. Já o processo eleitoral para juízes de paz indicava a escolha de um nome e suplente em cada freguesia e capela curada.

O tempo de atuação no cargo de vereador e de juiz de paz era de quatro anos, mas havia algumas distinções quanto aos requisitos para ser eleito e atuar nos dois cargos locais. Para ser vereador, a lei indicava que poderia ser todos os que tinham voto nas assembleias paroquiais e possuir dois anos de domicílio no termo. Já para ser juiz de paz era necessário ser cidadão na condição de eleitor, ou seja, possuir certos requisitos como, por exemplo, renda anual de 200 mil réis, conforme as definições delimitadas na Constituição de 1824. Assim, para exercer o cargo de vereador os critérios de renda se misturaram a critérios antigos baseado no domicílio, ou seja, no pertencimento à comunidade local³⁰⁰.

Conflitos eleitorais na eleição municipal de Baependi

³⁰⁰ BRASIL. Lei do 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. **Coletção das Leis do Império do Brasil de 1828**: atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878b.

Com o esvaziamento das funções das câmaras municipais, o poder ficou no nível das províncias com a criação de instituições provinciais como o Conselho de Governo, que auxiliava o presidente da província, e o Conselho Geral da Província. Essas duas instituições foram criadas, respectivamente, pelo decreto de 20 de outubro de 1823 e pela Constituição de 1824.

Como as câmaras estavam submetidas a essas instituições provinciais e ao presidente da província, todas as demandas existentes nesses espaços de administração local, bem como a observância de seu funcionamento, passaram ao cargo das autoridades provinciais. Nesse sentido, a realização das eleições era feita pelas autoridades locais, porém cabia ao presidente da província e ao Conselho de Governo indicar a realização das eleições, atuar nas dúvidas sobre a realização desses pleitos e resolver conflitos existentes.

A criação de instituições e de poderes provinciais, no arranjo liberal, acabou por implicar no esvaziamento de funções dos antigos espaços de poder – as câmaras municipais. A Lei das Câmaras indicou uma nova forma de realização das eleições camarárias, reduziu-as a funções administrativas, além, é claro, de submetê-las às instituições provinciais.

Essa perda de funções pelas câmaras municipais seguiria nos próximos anos com o Ato Adicional de 1834, responsável por alterações na Constituição de 1824 como, por exemplo, a extinção dos Conselhos Provinciais e a criação de Assembleias Legislativas Provinciais. As câmaras passaram a ser submetidas, então, a esses espaços de representação provincial de atribuições legislativas.

Apesar desse processo de perda de funções e de passarem a ser submetidas aos poderes provinciais, as câmaras municipais não deixaram de recorrer às autoridades centrais do governo imperial, o que, muitas vezes, gerou conflitos de jurisdições entre os poderes centrais, provinciais e locais. Conforme pontuado por Andrea Slemian, os poderes locais

continuavam a se dirigir diretamente também ao Governo Imperial, tampouco extinguiu as redes de poder nas localidades que, muito

provavelmente, iam sendo reconfiguradas à medida que se impunha um novo padrão institucional ao conjunto do Império (Slemian, 2006, p.222)

Num processo de transição da forma antiga de realização das eleições camarárias para a nova forma de realização conforme a Lei das Câmaras de 1828, as autoridades provinciais precisaram lidar com a realização dos diferentes tipos de pleitos eleitorais, dúvidas e até mesmo conflitos eleitorais. É o que demonstra a documentação eleitoral da vila de Baependi onde em 1º de fevereiro de 1829 ocorreu a realização de eleições municipais para vereadores e juiz de paz.

Naquela ocasião, estava sendo realizada possivelmente a primeira eleição municipal para o cargo de vereadores e de juízes de paz, conforme a Lei de 1º de outubro de 1828. Por um requerimento de um dos membros da mesa eleitoral, tomamos conhecimento da realização dessa eleição, naquela vila, e de conflitos que, ali, estiveram presentes envolvendo a exclusão de nomes do processo eleitoral. Segundo o relato do padre, membro da mesa paroquial, ocorreu, no dia 1º de fevereiro de 1829, a instalação da mesa eleitoral para a realização de eleições municipais

em observância da lei do primeiro de outubro, decreto e instruções do primeiro de dezembro do ano próximo passado para eleições da Câmara e Juízes de Paz, tendo-se dado princípio ao recebimento das cédulas de cada um dos cidadãos que se achavam na Lista Geral, e sendo rejeitadas algumas cédulas de vários apresentantes pelo motivo de não acharem seus nomes na lista geral compareceu o reverendo Antônio Gomes Nogueira Vieira e representou que observando que alguns cidadãos descontentes por serem rejeitados suas listas representava que a mesa tomasse em consideração não só a recepção das mesmas listas como a reclamação que eles cidadãos queriam fazer perante esta Mesa [...]³⁰¹

³⁰¹ Arquivo Público Mineiro (APM). APM PP 1-11 Cx 71.

O relato acima nos dá algumas pistas quanto ao fato de que logo na primeira eleição municipal, seguindo a nova Lei das câmaras, a realização do pleito eleitoral, certamente, acirrou disputas locais existentes, naquele local, advindas, certamente, de disputas anteriores nos pleitos locais dos ofícios camarários.

Além disso, demonstra também que antes mesmo do cargo de juiz de paz assumir a função eleitoral de membro da mesa paroquial, a função eleitoral da mesa cabia ao pároco, figura que conhecia seus paroquianos e domiciliados na localidade.

Outro ponto a ser destacado perpassa na mobilização dos atores excluídos da votação que fizeram uma reclamação junto à mesa eleitoral e esta foi feita e enviada ao presidente da província. Esse tipo de mobilização vem reforçar os argumentos de que as eleições no século XIX não começavam e nem se findavam com o resultado eleitoral, pois a presença de conflitos, seja pela exclusão de nomes para dar o seu voto ou qualquer outro problema, demonstra que os atores envolvidos buscaram junto às autoridades provinciais a resolução desses conflitos eleitorais que podem ter como pano de fundo as desavenças locais entre os poderes locais.

Considerações Finais

O presente trabalho preocupou-se em diferenciar o modo de realização das eleições camarárias da forma Antiga, realizada de forma indireta e baseada no sorteio de pelouros, da realizada a partir da Lei das Câmaras de 1828, que passou a ser de forma direta e pela escolha dos nomes mais votados.

As câmaras municipais tradicionalmente sempre foram espaços de poder político na esfera da administração do território na história do Reino de Portugal e seus domínios no ultramar. Com o processo de construção do Estado imperial brasileiro, elas começaram a sofrer perda de suas

funções e passaram a ser submetidas a poderes provinciais. No entanto, isso não significou que elas deixaram de recorrer aos poderes centrais, o que, muitas vezes, levou a conflitos de jurisdições.

A realização de eleições municipais a partir da Lei das Câmaras de 1828 revela que esteve presente conflitos envolvendo exclusão de nomes na participação do processo eleitoral, possivelmente por disputas locais. Essas exclusões levaram esses atores, muitas vezes, a recorrerem às autoridades provinciais, mediante requerimentos e petições, para a reivindicação de participação eleitoral, o que demonstra um exercício de cidadania.

Assim, as disputas eleitorais para cargos municipais, nos primeiros anos do Império, abrem a oportunidade de perceber que nos anos iniciais do constitucionalismo brasileiro os atores sociais envolvidos nos processos eleitorais estão reivindicando o direito do voto.

Fontes

Arquivo Público Mineiro. APM PP 1-11 Cx 71.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: www.camara.gov.br.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1827**: atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878a.

BRASIL. Lei do 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1828**: atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878b.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Regina Mendes de. **Vereadores da Câmara de Mariana**: perfil socioeconômico, redes relacionais e poder local (1711-1808). Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Humanitas, v.18, n°36,1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200011>

CAMPOS, Adriana; VELLASCO, Ivan. Juízes de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana (Orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERNANDES, Renata Silva. **As províncias do império e o “Governo por Conselhos”**: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns viesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1824-1834). 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PIMENTA, Evaristo Caixeta. **Em luta pelo mais sagrado dos direitos:** identidades políticas, ideologias e práticas eleitorais das Monarquias Constitucionais bragantinas à luz do fenômeno liberal (1820-1847). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6: MULHERES, GÊNERO E REGIMES AUTORITÁRIOS NO SÉCULO XX.

AS MULHERES DE CHICO: As representações da figura feminina narradas por Chico Buarque.

Maria Carolina de Aquino Henriques da Silva³⁰²

Sheila Aparecida Laurindo Graça³⁰³

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo analisar a figura feminina nas composições musicais de Chico Buarque, a partir de um recorte temporal e temático, a fim de compreender qual a memória consolidada acerca do sentido de ser mulher no período ditatorial brasileiro a partir da perspectiva masculina. Para a elaboração deste estudo, foram ditas como objeto cinco músicas relevantes do cantor e que abordam, de alguma forma, a temática feminina, publicadas entre os anos de 1970 e 1980, sendo elas, respectivamente, Cotidiano (1971), Olha, Maria (1971), Ana de Amsterdam (1973), Mulheres de Atenas (1976), Geni e o Zepelim (1979). Nesse processo, foi utilizada a metodologia qualitativa, fundamentada sobre pesquisa bibliográfica, com uso de materiais já elaborados, como revistas, livros, artigos e outros.

³⁰²Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carolina.maria@estudante.ufjf.br

³⁰³ Graduada de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: sheilaaplaurindo@gmail.com

Palavras-chaves: Músicas, mulheres, Chico Buarque

Abstract: The aim of this study was to analyze the female figure in Chico Buarque's musical compositions, from a temporal and thematic point of view, in order to understand the consolidated memory of the meaning of being a woman in the Brazilian dictatorship period from a male perspective. In order to carry out this study, five of the singer's most important songs, published between 1970 and 1980, which in some way deal with women's issues, were taken as the object of study: Cotidiano (1971), Olha, Maria (1971), Ana de Amsterdam (1973), Mulheres de Atenas (1976) and Geni e o Zepelim (1979). In this process, we used a qualitative methodology, based on bibliographical research, using materials already prepared, such as magazines, books, articles and others.

Keywords: Songs, women, Chico Buarque

Introdução

Qual a imagem da mulher desejou-se representar na sociedade? Mais especificamente, de que maneira, no âmbito musical da década de 1970, Chico Buarque de Holanda construiu a imagem do feminino? A partir dessas indagações, buscou-se elaborar uma discussão que contemplasse o debate de sujeito, temporalidades, afetos e verdades presentes nas composições buarqueanas.

Nesse sentido, recorreu-se a metodologia qualitativa, fundamentada sobre pesquisa bibliográfica, no intuito de identificar as memórias consolidadas e as verdades reverberadas nas

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

canções de Buarque. Para tal, a seleção de músicas com temáticas voltadas à retratação da mulher foi particularmente propiciada por um processo de identificação das autoras deste dossiê. Como também, a escolha do recorte histórico fundamentada nas intensas mudanças sociais dos mais diversos grupos, com ênfase nas transformações acarretadas ao sujeito feminino, que caracterizaram os anos de 1970.

Ademais, no que se refere a justificativa da preferência em perscrutar as obras do Chico Buarque, isso se deu em decorrência das marcas deixadas na sociedade pelo artista ao longo de sua carreira, depreendendo a subjetividade de cada um dos traços deixados, por meio da música, nas mulheres reais das “Genis às Elviras”. Soma-se a isso, a compreensão do ambiente musical enquanto espaço de lutas, representatividade, enunciações e silenciamentos; um elemento que teria “poder para subjugar as naturezas rudes e incultas; poder para suscitar pensamentos e despertar simpatia, para promover a harmonia de ação e banir a tristeza e os maus pressentimentos, os quais destroem o ânimo e debilitam o esforço” (WHITE, 2008, p. 168).

1) Análise das músicas

1.1 Cotidiano (1971)

A canção “Cotidiano” de Chico Buarque, lançada em 1971, faz parte do álbum “Construção” do autor e da trilha sonora da telenovela “Como salvar meu casamento”, de 1979, da antiga Rede Tupi. “Cotidiano” descreve a rotina monótona de um casal dos anos 70, em um contexto de ditadura militar no Brasil. Esse cotidiano cíclico é bem lembrado por Buarque em toda música, por intermédio da repetição das ações dos personagens ao longo da canção. Para além de uma repetição de comportamentos diários, que pode ser observada logo na primeira estrofe (“/ Todo dia ela faz tudo sempre igual/”), Buarque expressa, por meio do eu-lírico masculino narrador, a vida de uma mulher no começo dos anos setentistas, o qual é o propósito dessa análise, onde a figura feminina estava, diretamente, relacionada ao espaço privado, enquanto mãe, esposa e cuidadora do lar. Assim, acerca do papel feminino no entorno desse período, Rago (2004) afirma que:

Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um ‘bom partido’ para um casamento indissolúvel e aperfeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigisse pouco esforço físico e mental (RAGO, 2004, p.31, apud FILHO, 2022, p. 38).

Portanto, ressalta-se que a submissão da mulher a esse tipo de vivência naturalizada estava associada ao fato de que era impensável, naquela época, a atribuição de papéis ativos e independentes à figura feminina.

Na segunda estrofe da canção, “/Todo dia ela diz que é pra eu me cuidar / E essas coisas que diz toda mulher/”, faz-se evidente uma abordagem generalista e depreciativa, do eu lírico, da forma como as mulheres estão sujeitas a vida de subordinação, dado que esse homem que “acorda às seis da manhã” e sai para enfrentar um longo dia de trabalho, tem sempre a amável esposa em casa à sua espera. Essa ideia ainda é reforçada no verso “/Seis da tarde como era de se esperar / Ela pega e me espera no portão/”, a partir da perspectiva do homem, enquanto marido da mulher, ele afirma a previsibilidade que sua esposa estará ali para, e por ele. Sendo assim, a mulher de “Cotidiano” é a mulher que fica no lar, acorda o marido, prepara suas refeições e o espera no final do dia no portão de casa, sem nenhuma manifestação de individualidade ou atribuições ativas.

Cotidiano (1971)

(Composição: Chico Buarque)

Todo dia ela faz tudo sempre igual

Me sacode às seis horas da manhã

Me sorri um sorriso pontual

E me beija com a boca de hortelã

Todo dia ela diz que é pra eu me cuidar

E essas coisas que diz toda mulher

Diz que está me esperando pro jantar

E me beija com a boca de café

Todo dia eu só penso em poder parar

Meio dia eu só penso em dizer não
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão
Seis da tarde como era de se esperar
Ela pega e me espera no portão
Diz que está muito louca pra beijar
E me beija com a boca de paixão
Toda noite ela diz pra eu não me afastar
Meia-noite ela jura eterno amor
E me aperta pra eu quase sufocar
E me morde com a boca de pavor.

1.2 Olha Maria (1971)

Nesta canção, o homem não tem como ocupar o espaço da mulher, e não a canta como musa e amante. O autor joga o protagonismo das ações sobre Maria e não sobre ele, que representa o masculino na canção. Podemos perceber uma polarização nos papéis masculino e feminino, algo comum nas canções brasileiras, mas com uma alteração na representação social de ambos: aqui o homem se vê incapaz de manter o relacionamento, pois a mulher está num patamar de superioridade. Se de um lado ela arde, de outro ele está imerso em agonia. A ideia de musa permanece, porém, ela não é inalcançável por forças exteriores. Ela não é comprometida; ele não foi abandonado. Não há a ideia de princesa e plebeu, não há traições.

Pinto (2015) destaca que homem vê-se incapaz de conter a transformação da mulher, a ele resta a ideia de um desejo que não será concretizado, visto que se surpreende com a transformação de Maria. Ciente da certeza dos fatos, o homem lança mão de seu desejo. A partir disso, Maria leva consigo a alegria, deixando para trás um eu-poético mergulhado na agonia.

Chico Buarque, nesta canção feita em parceria com Tom Jobim e Vinicius de Moraes, fixa-se numa música de situação (SANT'ANNA, 2013). Não há a explicação de como se conheceram, as roupas que ela vestia, os objetos que possuía. Fixa-se antes numa situação, um momento, justamente o momento em que o eu-poético masculino percebe o aflorar de uma Maria que não

mais lhe cabe possuir ou merecer. Nota-se, portanto, uma polarização entre uma mulher cheia de vida e um homem passivo diante da mudança e da efemeridade do amor que viveu ao lado da amada.

Olha Maria (1971)

(Composição: Chico Buarque, Tom Jobim, Vinícius de Moraes)

Olha, Maria

Eu bem te queria

Fazer uma presa

Da minha poesia

Mas hoje, Maria

Pra minha surpresa

Pra minha tristeza

Precisas partir

Parte, Maria

Que estás tão bonita

Que estás tão aflita

Pra me abandonar

Sinto, Maria

Que estás de visita

Teu corpo se agita

Querendo dançar

Parte, Maria

Que estás toda nua

Que a lua te chama

Que estás tão mulher

Arde, Maria

Na chama da lua

Maria cigana

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Maria maré
Parte cantando
Maria fugindo
Contra a ventania
Brincando, dormindo
Num colo de serra
Num campo vazio
Num leito de rio
Nos braços do mar
Vai, alegria
Que a vida, Maria
Não passa de um dia
Não vou te prender
Corre, Maria
Que a vida não espera
É uma primavera
Não podes perder
Anda, Maria
Pois eu só teria
A minha agonia
Pra te oferecer.

1.3 Ana de Amsterdam (1973)

Ana de Amsterdam é um personagem do livro/peça "Calabar, o elogio da traição" (1973), escrita por Chico Buarque e Ruy Guerra, que conta a história de Calabar, que ficou conhecido como traidor por ficar do lado dos holandeses no episódio das invasões em 1630. A prostituição é o tema, mesmo que não ocorram referências explícitas em nenhum momento da canção, mas apenas sugerida pelo amplo jogo de palavras e atributos relacionados a personagem. O título, ressalta a origem de Ana, deixando claro a sua condição de meretrício comum a várias mulheres de Amsterdam, onde a liberdade na profissão é bastante conhecida. Visto que na obra de Chico

Buarque, o seu discurso dá voz àqueles que, em geral não têm voz, Ana de Amsterdam, está em primeira pessoa, ela conta sua própria história.

A personagem é uma prostituta, fato que se encontra em (Sou Ana dos diques e das docas/ Da compra , da venda, da troca das pernas), Ana transgride as normas sociais de uma mulher numa sociedade patriarcal como a brasileira e além do meretrício deixa implícito uma relação de lesbianismo (Sou Ana das loucas/ Até amanhã/ sou Ana, da cama/ Da cana ,fulana, sacana). Como Pinto (2015) afirma, Ana relembra o seu passado, conta de onde veio e de seu sonho romântico, mas volta a realidade e a prostituição aparece numa descendente (Do cabo, do raso, do rabo, dos ratos) e apesar dos seus esforços , agora ela é “carta marcada”, “jogo de azar”. Sua vida é incerta e no final do poema ela expõe a fragilidade e brutalidade das relações que a cerca (Sou Ana dos vinte minutos/sou na da brasa dos brutos nas coxas).

Ana de Amsterdam (1973)

(Composição: Chico Buarque, Ruy Guerra)

Sou Ana do dique e das docas
Da compra, da venda, da troca das pernas
Dos braços, das bocas, do lixo, dos bichos, das fichas
Sou Ana das loucas
Até amanhã
Sou Ana, da cama
Da cana, fulana, bacana (sacana)
Sou Ana de Amsterdam

Eu cruzei um oceano
Na esperança de casar
Fiz mil bocas pra Solano
Fui beijada por Gaspar

Sou Ana de cabo a tenente
Sou Ana de toda patente, das Índias
Sou Ana do Oriente, Ocidente, acidente, gelada
Sou Ana, obrigada
Até amanhã, sou Ana
Do cabo, do raso, do rabo, dos ratos
Sou Ana de Amsterdam

Arrisquei muita braçada
Na esperança de outro mar

Hoje sou carta marcada
Hoje sou jogo de azar

Sou Ana de vinte minutos
Sou Ana da brasa dos brutos na coxa
Que apaga charutos
Sou Ana dos dentes rangendo
E dos olhos enxutos
Até amanhã, sou Ana
Das marcas, das macas, das vacas, das pratas
Sou Ana de Amsterdam.

1.4 Mulheres de Atenas (1976)

A canção intitulada "Mulheres de Atenas" de 1976, composta por Chico Buarque e Augusto Boal, faz parte do álbum *Meus Caros Amigos*. Logo no início da música, em "Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas", já se estabelece o tom das características que serão designadas ao feminino durante toda a letra: a ideia de uma mulher sempre submissa ao homem, enquanto ele sai para a guerra atrás do orgulho de Atenas.

Em versos como "Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas/ Elas não têm gosto ou vontade/ Nem defeito nem qualidade/ Têm medo apenas/ Não têm sonhos, só têm presságios", é possível perceber a total despersonalização da mulher, tornando a sua identidade baseada em servir ao seu marido, principalmente, a seus filhos e ao trabalho doméstico. Trata-se de uma representação do feminino oprimido e sem voz, que vive em uma realidade na qual seu mundo gira ao redor do homem. É um sujeito que apenas aceita a sua realidade de submissão e não questiona nada do que lhe é imposto. Não só isso, mas chegam a implorar, como pode ser visto em "Quando fustigadas não choram/Se ajoelham, pedem, imploram/Mais duras penas, cadenas".

Tanto o descaso quanto a violência a qual a mulher é submetida se fazem muito presentes nessa canção. Os versos "Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas/ Quando eles embarcam, soldados/ Elas tecem longos bordados/ Mil quarentenas/ E quando eles voltam sedentos/ Querem arrancar violentos/ Carícias plenas, obscenas", trazem a ideia de uma mulher que sofria e ansiava tanto pela volta de seu marido, que aceitava qualquer tipo de violência contra seu corpo para poder satisfazê-los. Ainda no mesmo tópico, os versos "Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas/ Quando eles se entopem de vinho/ Costumam buscar o carinho de outras falenas/ Mas no fim da noite, aos pedaços/ Quase sempre voltam pros braços/ De suas pequenas Helenas", mostram como os homens "buscam a satisfação, a alegria na bebida, na festa e em outras mulheres, geralmente meretrizes que lá se encontram, também com a única opção de servir-lhes. Entretanto, às casas retornam, quando estão saciados, em busca de suas esposas, que lá permanecem à espera" (VASCONCELOS; PINHEIRO, 2018, p.99). Além disso, também expõe a servidão sexual a que essas mulheres eram submetidas. Os versos "Quando fustigadas não choram/

Se ajoelham, pedem, imploram/ Mais duras penas, cadenas” trazem a ideia da violência não só física, mas também psicológica que essas mulheres sofriam.

Apesar do tom depreciativo ligado à figura feminina na letra da música, em entrevista à televisão Cultura, Chico Buarque afirmou que o objetivo da música era justamente denunciar a comodidade e a passividade da época da composição (ABREU,2022). Isso pode ser percebido quando o cantor repete os versos “Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas” durante toda a música. Como afirmou o próprio cantor da obra, quando foi questionado sobre os pensamentos das feministas da época “Eu disse: mirem-se no exemplo daquelas mulheres que vocês vão ver o que vai dar. A coisa é exatamente ao contrário.”

Mulher de Atenas (1976)

(Composição: Chico Buarque, Augusto Boal)

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas

Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas

Quando amadas, se perfumam

Se banham com leite, se arrumam

Suas melenas

Quando fustigadas não choram

Se ajoelham, pedem, imploram

Mais duras penas, cadenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas

Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas

Quando eles embarcam, soldados

Elas tecem longos bordados

Mil quarentenas

E quando eles voltam sedentos

Querem arrancar violentos

Carícias plenas, obscenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas
Quando eles se entopem de vinho
Costumam buscar o carinho de outras falenas
Mas no fim da noite, aos pedaços
Quase sempre voltam pros braços
De suas pequenas Helenas
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas
Elas não têm gosto ou vontade
Nem defeito nem qualidade
Têm medo apenas
Não têm sonhos, só têm presságios
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas morenas
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas
As jovens viúvas marcadas
E as gestantes abandonadas
Não fazem cenas
Vestem-se de negro, se encolhem
Se conformam e se recolhem
Às suas novenas serenas
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Secam por seus maridos, orgulho e raça de Atenas.

1.5 Geni e o Zepelim (1979)

Segundo Araújo (2018), a canção “Geni e o Zepelim”, composta por Chico Buarque, integra a peça de teatro musical Ópera do Malandro, a qual foi encenada pela primeira vez na capital do

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Rio de Janeiro, em 1978. A letra é dividida em quatro longas estrofes, subdivididas pela presença do refrão, que narram os eventos distintos, seguindo a seguinte linearidade: caracterização da personagem Geni, introdução do comandante, súplicas coletivas e encerramento do clímax, com o retorno da hostilidade à protagonista. Assim, como expresso por Paula (2010), a música é uma espécie de arena onde digladiam vozes sociais e se estabelecem críticas por meio da ironia e do duplo sentido do discurso, com destaque para o papel do gênero.

Em primeiro lugar, é necessário frisar que Chico Buarque atua como narrador crítico e, apesar da popularização da canção durante o regime militar por “parecer ir ao encontro da ideologia hegemônica discriminatória e falso-moralista predominante no período” (PAULA, 2010, p. 2), estabelece ironias em sua própria posição ao descrever os eventos de modo onipresente e impessoal, a fim de, até mesmo ao discorrer sobre os eventos, não delegar voz a personagem principal. Desse modo, o músico assume, a partir de uma série de mecanismos melódicos e linguísticos, uma posição crítica ao comportamento da sociedade da época sem colocar-se como agente denunciante claro.

Como referido por Dunder et al. (2015), apesar de a transexualidade da personagem não estar explícita, visto a época em que está inserida, a protagonista é uma mulher transsexual e, nesse contexto, é vislumbrada, no decorrer da peça, por uma marginalização de dupla camada: a misoginia e a transfobia. Não obstante, apesar das estrofes apresentarem diversos aspectos importantes à compreensão da sociedade e suas reverberações, cabe, neste dossiê, abordar com centralidade a posição de Chico Buarque diante à questão do gênero e das mazelas implicadas a Geni, definida como “/ É a rainha dos detentos / Das loucas, dos lazarentos / Dos moleques do internato”, por esse viés.

Sendo assim, ainda que o cantor fosse de classe média alta, de acordo com Melo e Ferreira (2018), ele usava “heterônimos marginais” para se referir aos marginalizados pela sociedade e, conseqüentemente, apontar o posicionamento hipócrita da sociedade elitista, o que pode se notar na mudança de abordagem que ocorre nos seguintes trechos: “/ Você pode nos salvar / Você vai nos redimir / Você dá pra qualquer um / Bendita Geni /” e “/Joga pedra na Geni / Joga bosta na Geni / Ela é feita pra apanhar / Ela é boa de cuspir / Ela dá pra qualquer um / Maldita Geni”.

Portanto, percebe-se o apontamento irônico do autor a fluidez “interesseira” dos comportamentos sociais, discretamente referido.

Ainda assim, a visão refletida na canção coloca a mulher em uma posição de visibilidade, mas não de dignidade. Como Dunder et al. (2015) frisa, a voz de Geni não é ouvida, mas ela não é invisível, sendo que é hostilizada e considerada uma anomalia social e ao ser destacada a população reage atordoada: “/ Essa dama era Geni / Mas não pode ser Geni / Ela é feita pra apanhar / Ela é boa de cuspir /”. À vista disso, estabelece-se uma nova perspectiva: a existência como uma ameaça social concebida e reprimida. Assim, transpassa-se a escrita de Foucault (1998), vai de encontro com a insuficiência para a efetivação das fontes normativas que promovem a igualdade e protegem a dignidade do ser humano.

Além disso, é possível notar, por meio da ironia durante a caracterização dos personagens da trama que, segundo Paula (2010), Chico faz uso de adjetivos comuns ao contexto, mas com valores invertidos, o que é possível por ser um discurso estético. Esse movimento exercido pelo compositor reflete sua indignação com o poder de uma estrutura machista que atua valorando os indivíduos por sua utilidade, como ocorre em “/ A cidade em romaria / Foi beijar a sua mão / O prefeito de joelhos / O bispo de olhos vermelhos / E o banqueiro com um milhão/” e “/ Mas logo raiou o dia / E a cidade em cantoria / Não deixou ela dormir / Joga pedra na Geni”. Por meio disso, o autor-criador inverte a hierarquia social momentaneamente e deflagra os sujeitos.

Por fim, cabe ressaltar que a ausência de um “final feliz” reforça o intuito do compositor, atrelando-se à realidade e indo ao encontro com o extremo descaso: “/ Joga bosta na Geni /”. Destarte, Chico Buarque, fazendo uso da canção “Geni e o Zepelim”, constrói uma representação verossímil que culmina na denúncia “censurada” da objetificação e discriminação das figuras representadas por Geni, ou seja, mulheres cisgênero, mulheres transexuais e mulheres em posição de vulnerabilidade, em intersecção ou não.

Geni e o Zepelim (1978)

(Composição: Chico Buarque)

De tudo que é nego torto

Do mangue e do cais do porto

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Ela já foi namorada
O seu corpo é dos errantes
Dos cegos, dos retirantes
É de quem não tem mais nada
Dá-se assim desde menina
Na garagem, na cantina
Atrás do tanque, no mato
É a rainha dos detentos
Das loucas, dos lazarentos
Dos moleques do internato
E também vai amiúde
Com os velinhos sem saúde
E as viúvas sem porvir
Ela é um poço de bondade
E é por isso que a cidade
Vive sempre a repetir
Joga pedra na Geni
Joga pedra na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni
Um dia surgiu, brilhante
Entre as nuvens, flutuante
Um enorme zepelim
Pairou sobre os edifícios
Abriu dois mil orifícios
Com dois mil canhões assim

A cidade apavorada
Se ficou paralisada
Pronta pra virar geléia
Mas do zepelim gigante
Desceu o seu comandante
Dizendo - Mudei de idéia
- Quando vi nesta cidade
- Tanto horror e iniquidade
- Resolvi tudo explodir
- Mas posso evitar o drama
- Se aquela formosa dama
- Esta noite me servir
Essa dama era Geni
Mas não pode ser Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni
Mas de fato, logo ela
Tão coitada e tão singela
Cativara o forasteiro
O guerreiro tão vistoso
Tão temido e poderoso
Era dela, prisioneiro
Acontece que a donzela
- e isso era segredo dela
Também tinha seus caprichos
E a deitar com homem tão nobre

Tão cheirando a brilho e a cobre
Preferia amar com os bichos
 Ao ouvir tal heresia
 A cidade em romaria
 Foi beijar a sua mão
 O prefeito de joelhos
 O bispo de olhos vermelhos
E o banqueiro com um milhão
 Vai com ele, vai Geni
 Vai com ele, vai Geni
 Você pode nos salvar
 Você vai nos redimir
Você dá pra qualquer um
 Bendita Geni
 Foram tantos os pedidos
 Tão sinceros, tão sentidos
 Que ela dominou seu asco
 Nessa noite lancinante
 Entregou-se a tal amante
Como quem dá-se ao carrasco
 Ele fez tanta sujeira
Lambuzou-se a noite inteira
 Até ficar saciado
 E nem bem amanhecia
 Partiu numa nuvem fria
Com seu zepelim prateado
 Num suspiro aliviado
 Ela se virou de lado

E tentou até sorrir
Mas logo raiou o dia
E a cidade em cantoria
Não deixou ela dormir
Joga pedra na Geni
Joga bosta na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni.

Considerações finais

Assim sendo, fica evidente que Chico Buarque, através de recursos como ironia, “absurdo” e o extremo, busca expor e denunciar a forma como a mulher é tratada e retratada na década de 1970. A denúncia do cantor está mais vinculada a uma ideia de reforçar os estereótipos da figura feminina da época, do que a uma quebra de padrões que busca o rompimento com o consolidado. Portanto, as Anas, Marias e Genis compõem personagens centrais do imaginário da população brasileira, sejam presas em seus Cotidianos ou a caminho de Amsterdam, desse modo, a música se configura como elemento crucial na constituição da identidade de uma sociedade e evidencia demandas, feições e preconceitos de um passado vivo e sensível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luis Felipe. **Chico Buarque aposenta “Com Açúcar, Com Afeto” após críticas de mulheres**. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/chico-buarque-aposenta-com-acucar-com-afeto-apos-criticas-de-mulheres/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

ARAÚJO, M. C. de. (2018). O tempo, o valor e a prostituta: reflexões sobre “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque. **Estudos Semióticos**, 14(2), 87-98. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2018.150525>.

BUARQUE, Chico. Ana de Amsterdam. Compositor: Chico Buarque, Ruy Guerra. **In: Caetano e Chico Juntos e Ao Vivo**. Polysom, 1972.

BUARQUE, Chico. Cotidiano. Compositor: Chico Buarque. **In: Construção**. Phonogram, 1971.

BUARQUE, Chico. Geni e o Zepelim. Compositor: Chico Buarque. **In: Ópera do Malandro**. Philips, 1979.

BUARQUE, Chico. Mulheres de Atenas. Compositor: Chico Buarque, Augusto Boal. **In: Meus Caros Amigos**. Philips, 1976.

BUARQUE, Chico. Olha Maria. Compositor: Chico Buarque. **In: Construção**. Phonogram, 1971.

DUNDER, Juliana Silva *et al.* JOGA PEDRA NA GENI:: uma discussão para além dos territórios urbanos de sociabilidades gays na cidade de salvador-ba. **Anais XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades**, Patos, v. 11, p. 1-11, 2015. Anual.

FILHO, Isabella de Paula. Desconstruindo personagens de Cinderela: versões 1950, 1997 e 2021: construção de gênero, raça, sexualidade e representatividade. 2022. 94 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II. Uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Graal, 1998.

MELO, Bruno Santos; FERREIRA, Jailma da Costa. PROSTITUIÇÃO: NECESSIDADE, PRAZER OU MEIO DE INSERÇÃO SOCIAL? A FIGURA DA PROSTITUTA NA CANÇÃO GENI E O ZEPELIM, DE CHICO BUARQUE. **II Cinted**, Paraíba, v. 2, p. 1-8, nov. 2016. Anual.

PAULA, Luciane de. A Ironia de “Geni e o Zepelim”:: sujeitos, poderes e mundos no tempo da suspensão. **Grupo de Estudos do Tempo Presente**: Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão - Se, v. 1, n. 1, p. 1-12, out. 2010. Mensal.

PINTO, Fábio Ferreira. **De Musas a de transgressoras - um recorte do feminino em Chico Buarque**: um enfoque sistêmico-funcional. 2015. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de; PINHEIRO, Vanessa Riambau. Crítica à submissão do feminino em Mulheres de Atenas, de Chico Buarque. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, n. 42, p. 93-101, ago. 2018. ISSN 2447-9187. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/1723>>. Acesso em: 10 Dez. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18265/1517-03062015v1n42p93-101>.

WHITE, Ellen Gold. **Educação**, 5ª ed, São Paulo, Casa Publicadora Brasileira, 1905, p. 11-168.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

O Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica: operárias em cena

Monique Alves Oliveira³⁰⁴

Resumo: O Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica aconteceu em 1978, em São Bernardo do Campo, São Paulo. O evento é considerado um marco para as primeiras discussões que refletiam as condições do trabalho feminino no sindicato da indústria. O documentário *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978), de Olga Futemma e Renato Tapajós, fez a cobertura do congresso e é o único registro cinematográfico do período das greves que coloca a mulher em protagonismo. A presente comunicação tem como objetivo a análise da representação das operárias no filme, fundamentada pelos estudos de gênero e do trabalho. Por meio da análise fílmica e de fontes históricas do Congresso, pretende-se investigar como se deu o evento e quais as problemáticas evidenciadas a partir da observação da linguagem cinematográfica.

Palavras-chave: trabalhadoras metalúrgicas; operárias; cinema brasileiro contemporâneo; indústria; sindicato.

Abstract: The First Metallurgical Women's Congress took place in 1978, in São Bernardo do Campo, São Paulo. The event is considered a milestone for the first discussions that reflected the conditions of female work in the industry union. The documentary *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978), by Olga Futemma and Renato Tapajós, covered the congress and is the only

³⁰⁴ Monique Alves Oliveira é doutoranda em Artes, Cultura e Linguagens, na linha de pesquisa em Cinema e Audiovisual, no PPGACL/UFJF. Email: moniquealvolipesquisa@gmail.com.

cinematographic record of the strike period that places women in the spotlight. This communication aims to analyze the representation of female workers in the film, based on gender and work studies. Through film analysis and historical sources from the Congress, we intend to investigate how the event took place and what problems were highlighted through the observation of cinematographic language.

Key-words: metal workers; factory workers; contemporary brazilian cinema; industry; syndicate.

“Na mesa, nenhuma mulher” é o destaque de apresentação do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica, que ocorreu em janeiro de 1978, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema. A chamada pertence à décima primeira edição do jornal *Brasil Mulher*³⁰⁵, publicado em março do mesmo ano. O evento buscava estimular a participação das metalúrgicas no sindicato, já que na época havia um aumento significativo da entrada das mulheres na indústria³⁰⁶, o que não se refletia nas atividades da categoria.

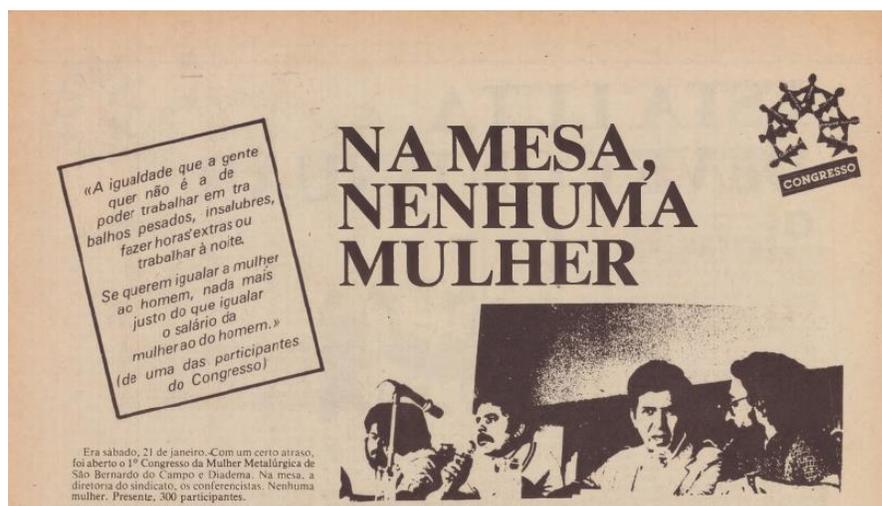
De acordo com Elizabeth Souza-Lobo (2021), a ideia de um Congresso para as operárias já havia surgido antes, em 1976, mas uma alteração na legislação trabalhista é determinante para que o evento ocorresse somente em 1978: a legalização do trabalho noturno para as mulheres. Das 800

³⁰⁵ O jornal *Brasil Mulher*, fundado por Joana Lopes, teve vinte edições lançadas entre 1975 e 1980. O tabloide integra às produções da imprensa alternativa feminista. A edição 11, publicada em março de 1978, apresenta a cobertura do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema.

³⁰⁶ De acordo com Souza-Lobo (2021) a entrada crescente das mulheres na indústria se intensifica na década de 1970, alguns motivos seriam determinantes para o aumento, como a queda do salário em 1964 e o compromisso de participar do “orçamento familiar”, a criação de novos empregos na fábrica que exigiam “habilidade, destreza e comportamento minucioso - qualidades ‘próprias’ da mão-de-obra feminina”, a decomposição de tarefas que geravam uma demanda de trabalho menos qualificado, a criação de cargos mais simplificados e, por fim, o enfretamento da crise de 1973 em que o contrato de mulheres e menores de idade, nesse caso em ambos gêneros, ofereciam “menos agressivos na hora das negociações” (Souza-Lobo, 2021: 31-32).

trabalhadoras inscritas no evento, apenas 300 participaram - boa parte ausente devido a constantes ameaças de demissão feitas pelos patrões. A denúncia do jornal, porém, diz respeito a uma outra ausência. Na fotografia que acompanha a nota, veem-se sentados na mesa o diretor do sindicato, Luiz Inácio Lula da Silva, e os conferencistas na abertura do Primeiro Congresso das Mulheres Metalúrgicas, todos homens.

Figura I - Abertura do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica



Fonte: Jornal *Brasil Mulher*, edição 11, março de 1978

A respeito do turno noturno, o jornal aponta que a opinião das metalúrgicas era “unanimemente contrária: não deveria existir trabalho noturno nem para elas nem para os homens”, considerando que a questão não estaria em “em aumentar a jornada de trabalho da mulher e sim igualar seu salário ao dos homens”. A publicação também escutou algumas operárias acerca da implementação do horário. Uma delas comenta que se o turno fosse implementado só ofereceria vantagens para a empresa. Outra acredita que o período noturno de trabalho poderia prejudicar as mulheres casadas na dinâmica da vida familiar.

Relacionado a esse último comentário, vale incluir outra publicação. Trata-se do jornal do sindicato dos trabalhadores do ABC, a *Tribuna Metalúrgica*³⁰⁷. O trecho, analisado por Souza-Lobo (2021) em seu livro, demonstra a preocupação do grupo relativa à votação do turno noturno para as mulheres:

A modificação da lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais a seu organismo, no exato momento em que os homens lutam pela melhoria das condições de trabalho e dos salários. Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis (Souza-Lobo, 2021: 44).

Na passagem acima a reivindicação do horário ampliado de trabalho surge como um empecilho para a continuidade da luta trabalhista travada pelos homens. Além do incômodo explícito da categoria com a inversão de papéis que seria ocasionada com a implementação do turno. Para a socióloga, considerando o período das greves, o trecho demonstra um interesse de “integrar as mulheres às lutas sindicais como sendo a única forma possível de resistência, porém essa luta é a ‘luta dos homens’ o que talvez refletisse a realidade de então” (Souza-Lobo, 2021: 44).

Cabe mencionar que pontos de vista como esse não pareciam restritos à categoria, levando em conta o pensamento de uma das trabalhadoras entrevistada pelo *Brasil Mulher*, que revela sua preocupação com a ausência das mulheres casadas na dinâmica familiar. No entanto, Souza-Lobo (2021) integra em seu livro outro comentário, dessa vez de uma trabalhadora da Volkswagen, que adensa esse argumento: “O homem chega em casa e pode ir para a cama na mesma hora, sem problema. Nós não; quando a gente chega em casa, encontra todos os problemas e todo o trabalho da casa esperando” (Souza-Lobo, 2021: 46).

³⁰⁷ A *Tribuna Metalúrgica* foi criada em 1971 pelos metalúrgicos do ABC paulista funcionando como comunicação oficial do sindicato até os dias atuais. Teve sua primeira edição apresentada pelo jornalista Antônio Carlos Felix Nunes que delineou o objetivo central da publicação como porta voz do trabalhador.

Apesar de caminharem a favor de um mesmo pleito, é visível a diversidade de pensamento refletido nessas entrevistas. No caso da publicação do sindicato, ainda que o grupo também concordasse com a maioria das operárias, as motivações eram outras. Margareth Rago (2012) nota que esse pensamento conservador era comum, especialmente quando observado o histórico de publicações desses setores sociais. Ao analisar um jornal do contexto de industrialização do Brasil³⁰⁸, a autora reflete que “quando tentamos visualizar o passado da mulher trabalhadora não é o discurso de vitimização, tão enfático e recorrente na imprensa operária” que é reforçado, especialmente no caso da militância ligada à formação da categoria como classe que convoca “para luta revolucionária”. Para ela, no caso das mulheres, o que chama a atenção é a “associação frequente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social [...], a ameaça à honra feminina” (Rago, 2012: 585). Ela menciona um trecho do jornal *A Razão*, de julho de 1929:

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (Rago, 2012: 585).

Para a historiadora, “essa visão está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada” (Rago, 2012: 585). No início do século XX, intelectuais e políticos do período buscavam “redefinir o lugar das mulheres na sociedade”. Com influência dos estudos propostos “pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas” e imersos em um contexto de “crescente urbanização das cidades e industrialização”, concebia-se “a moderna esfera pública” (Rago, 2012: 585). Esse

³⁰⁸ Margareth Rago (2012) explica que o processo de Industrialização do Brasil fez um percurso com “início no Nordeste do país entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX - especialmente, com a indústria de tecidos de algodão na Bahia” para enfim chegar ao sudeste do país. Na transição dos séculos XIX para o XX “o Rio de Janeiro reunia a maior concentração operária do país, tendo sido superado por São Paulo apenas nos anos de 1920” (Rago, 2012: 580).

espaço Rago (2012: 604) entende ser “definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes”.

Décadas depois, em outro contexto industrial do país, especialmente refletido pelo período das grandes greves do ABC paulista, a problemática em torno das questões específicas das mulheres operárias surge ainda pouco desenvolvida. Inclusive, são essas discussões que encerram o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica. A resolução final do evento mencionava a criação de um departamento feminino que atuasse dentro da instituição em questões vinculadas às necessidades das mulheres. O sindicato acaba sendo contrário à proposta, argumentando que isso poderia dividir a classe operária. A formação de um grupo de mulheres atuando dentro da instituição criava um embate direto ao ideal de formação de classe trabalhista. Além disso, para Souza-Lobo (2021: 44), havia um temor na categoria que o Congresso fosse “confundido com um Congresso feminista”.

É possível perceber que o evento, criado pela instituição, consolidava-se simbolicamente na imagem da mesa de inauguração do Congresso (Figura I). As mulheres mais uma vez surgem como coadjuvantes em um espaço que, a princípio, se abria para elas. Todavia, a reflexão levantada acima corrobora um aprofundamento desta questão: não era apenas a interferência na categoria de classe que parecia incomodar o grupo sindical, mas sim o desenvolvimento de uma emancipação das mulheres além do espaço privado que, por sua vez, ocasionava a complexa saída de casa - ausência no espaço - e a inversão de papéis³⁰⁹.

Um movimento semelhante, relativo à intervenção do sindicato no evento, pode ser observado no único registro³¹⁰ do cinema brasileiro em que as trabalhadoras de fábricas surgem

³⁰⁹ No texto “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”, Paola Cappelin Giuliani (2012) revela essa crise manifestada pela divisão sexual no trabalho em função da representação sindical. A autora cita uma coordenadora da Comissão Nacional da Mulher da CUT, de 1989, que demonstra a complexidade da entrada das mulheres nos setores sindicais: “As relações entre o sindicato e as mulheres trabalhadoras não foram das mais fáceis. Embora as mulheres tenham tido presença significativa no mercado de trabalho, desde o início do processo de industrialização, e atuação destacada na luta operária, os sindicatos não as incorporaram à prática política, nem dividiram com elas o poder das entidades representativas dos trabalhadores. A imagem de mãe e esposa se superpõe à de companheira [...]” (Giuliani, 2012: 650).

³¹⁰ A maior parte dos documentários da época buscavam o registro da classe operária e da luta sindical em primeira instância. Em relação a abordagens relativas ao gênero, Marcos Corrêa (2015: 131) menciona duas obras do período Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

como protagonistas no contexto das greves do ABC paulista. Trata-se do filme *Trabalhadoras metalúrgicas* (1978), dirigido por Olga Futemma e Renato Tapajós. Encomendado justamente pela instituição sindical para cobertura do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica, a obra tem duração aproximada de dezessete minutos e apresenta imagens de arquivo, entrevistas, sequências de cenas filmadas durante o evento, no parque da indústria, na praia e internas da fábrica.

Existem muitas análises já feitas sobre o filme, mas uma entrevista recente de Olga Futemma, dada à pesquisadora Karla Holanda (2021) e publicada na revista *Lumina*, acaba por atualizar a obra. Futemma conta que o sindicato solicitou um filme para a cobertura do Congresso, embora ela quisesse “fazer um filme sobre as mulheres metalúrgicas”. Ao alegar que não fez “nem uma coisa nem outra”, a cineasta indica o impasse gerado pela demanda. Demonstrando seu incômodo, ela menciona a ausência de um centro no documentário, dando uma aparência de biombo para a estrutura, “que vai se abrindo”. A diretora também menciona que montou diversos filmes de Renato Tapajós produzidos sob o viés do trabalho, como é o caso deste, em que a montagem é assinada unicamente por ela. No mesmo trecho, a diretora comenta ainda que “estava grávida, muito grávida” durante as filmagens do curta e que Tapajós, seu marido na época, havia acabado de deixar a prisão devido à censura do livro *Em câmera lenta*, de 1977 (Futemma, 2021: 178).

Uma das análises do documentário, feita por Krishna Tavares (2011), considera a participação de Olga Futemma como fator distintivo em meio a outras produções referentes ao sindicato. Segundo ela, a presença feminina “pode ter contribuído para o estabelecimento da tensão entre o que o filme pretendia revelar e o que revela de fato” (Tavares, 2011: 67). A autora também define que a obra, sem “espaço para o pessoal”, tenta construir “uma forma de mostrar os elementos que compõem, de modo geral, a identidade do universo feminino – planos de mãos e pés com unhas pintadas, close do rosto de mulheres sorrindo”. Apesar disso, Tavares acredita não haver nada que indique “algum tipo de discordância ou conflito entre a equipe de filmagem e as orientações

em que “a discussão sobre temas feministas aparece de maneira muito tangencial” os filmes: *Santo e Jesus: Metalúrgicos* (1984), de Cláudio Kahns e *Braços Cruzados, Máquinas Paradas* (1979), de Roberto Gervitz.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

do sindicato” (Tavares, 2011: 68). Outro trecho da entrevista aludida acima, porém, explicita como esse choque de visões perpassou a produção:

Então, nesse documentário, numa das pequenas reuniões entre as mulheres que participaram do congresso, eu pedi pra que se filmassem uns detalhes, assim: sapatos, mãos, mãos de trabalhadora, mas bem cuidadas, algumas com maquiagem... Nossa, depois isso deflagrou uma discussão! [Disseram] que eu não devia ter me detido nessas coisas... Mas é que eu achei tão bonito. É um momento outro – não é casa, nem trabalho –, é um congresso, um sindicato, e eu percebi que elas tinham se produzido, e eu acho que essas coisas salvam, sabe? (...) Mas eu soube que algumas reações eram assim, que eu não devia ter dado importância, porque, afinal de contas, é uma frivolidade. (Futemma, 2021: 178)

Apesar da opinião do setor, as cenas foram mantidas e as passagens em questão ocasionam um contraste interessante quando observadas também na estrutura de montagem das sequências feitas no auditório. Há uma variação nas cenas causada pela oscilação entre plano aberto e fechado, nos movimentos de câmera e efeitos em *zoom out*. No caso do *zoom out*, o gesto de afastamento cria um sentido interessante ao reintegrar a figura ao grupo, já que o movimento parte do corpo de uma personagem. O vai e vem nas imagens e a intercalação das cenas são realçados pela constante variação de como surgem as trabalhadoras no filme: com diferentes acessórios de cabelo, roupas florais e coloridas, lenços em crochê, olhares sérios e sorrisos abertos. A diversidade potencializada pelo jogo de montagem parece construir uma espécie de colcha de retalhos na tela, sobretudo nas cenas de ângulos mais abertos, o que faz da massa de trabalhadoras uma costura heterogênea de cores, estampas e texturas. Um jogo de imagens absolutamente singular quando comparado ao típico registro das massas de operários feitas em documentários no contexto das greves - em muitos dos casos o enquadramento alçava a unicidade como grupo.

Figura II - Frame da sequência de cenas no auditório do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica



Fonte: *Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978, Direção: Olga Futemma e Renato Tapajós

Todavia, esse contraste acompanha outros momentos do filme, como o encadeamento de relatos com diferentes perspectivas a respeito das condições de trabalho das operárias. Um caso exemplar é o debate sobre a hora extra e o turno noturno. Nessa sequência, a primeira trabalhadora comenta ser contra a hora extra, pois quem lucraria com o trabalho seria a empresa e outros funcionários perderiam suas vagas. Outra alega não conseguir realizar a hora extra, já que precisa se dedicar ao cuidado da casa e dos filhos. A última entrevistada, Terezinha, fala das diversas jornadas enfrentadas pelas mulheres que precisam trabalhar, ressaltando que só consegue ir para o serviço por ter o apoio da filha mais velha, que cuida da casa e do irmão. Ela reforça ser impossível para uma mulher conseguir trabalhar à noite devido à acumulação de jornadas. Os relatos demonstram as discrepantes opiniões das operárias, individualizando as experiências, especialmente no que diz respeito à maternidade.

Nota-se ainda que, no momento em que o assunto dos filhos é colocado e as questões relativas ao trabalho são momentaneamente suspensas, a montagem permite o acesso à casa de Terezinha, figura filmada até então com um enquadramento em primeiro plano. Enquanto a fala da trabalhadora prossegue em voz *over*, a câmera filma a personagem realizando trabalhos domésticos e depois caminhando na área externa da residência, momento em que fica visível, inclusive, o

número de sua casa. Essa cena marca o ponto médio do filme, quando se iniciam as sequências de fechamento do congresso e o desenlace do documentário.

Figura III - Frame da sequência de cena da casa da operária



Fonte: *Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978, Direção: Olga Fudemma e Renato Tapajós

Terezinha, além de ser retomada como contraponto em diversos momentos do curta, troca olhares com o antecampo, construindo uma relação entre entrevistada e documentaristas. Como analisado por Marcos Corrêa (2015), esse gesto confirma “uma perspectiva narrativa dupla, que transita entre as posturas dos diretores (e aqui é praticamente impossível separar a contribuição de um da do outro) e as diretrizes indicativas retiradas do sindicato” (Corrêa, 2015: 133). Levando em conta o que diz Fudemma sobre estar “muito grávida” durante as produções do filme, é possível supor, atualizando o pensamento de Corrêa (2015), que a presença da diretora pode ter incorporado ainda mais subjetividade à relação. No caso da montagem, feita unicamente por ela, essa associação se apresenta também entre a montadora e o material bruto, de modo que, da mesma forma que os olhares para o antecampo produzem uma correspondência, o olhar da montadora em relação ao material permitiu que incorporasse sua experiência, contexto e situação pessoal ao fazer o filme.

A respeito da filmagem na casa da operária, Bernardet (2004) conta que Fudemma considerava que a cena “poderia ter sido feita em outro lugar, [...]”. A rigor, ter filmado a entrevista

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

numa casa não acrescentava em nada”. Isso vai de encontro a outra ideia do próprio autor, segundo a qual a diretora “sentiu necessidade de filmar” naquela casa. Para ele, a investigação do espaço íntimo do trabalhador revela “o lugar em que não costumamos ver o operário”. A elaboração da imagem do espaço privado estaria ligada à construção de um personagem “distanciado do sistema de opressão” (Bernardet, 2004: 267).

Em contraponto ao pensamento de Bernardet, no caso da personagem Therezinha, é possível notar que o sistema de opressão é continuado. Levando em conta o trabalho do cuidado, na manutenção do lar e da família a operária não se desvincula do serviço, mesmo ao chegar em casa. No filme, como já comentado, essas noções são explicitadas, não somente pela narração, mas especialmente pela articulação da linguagem cinematográfica. A sequência das cenas permite acesso ao ambiente íntimo e a apresentação de outro modo de exploração do trabalho. Com isso, reconsiderando o que diz a diretora, se fosse possível apontar um centro para a obra, ele estaria na revelação da casa da operária e, a partir disso, na experiência da tripla jornada enfrentada pelas mulheres trabalhadoras que também são mães e cuidadoras do lar.

Curiosamente é a casa de Therezinha que retorna para a sequência de encerramento do documentário, em cenas articuladas a partir de uma montagem paralela. A operária faz café e realiza atividades domésticas, enquanto pela narração conta como foi importante a realização do Congresso. O líder sindical surge aos poucos entre variações de frames. Lula, que poderia finalizar o filme permitindo um fechamento positivo para o evento, não encerra a sequência. O desenlace lança o filme para uma fábrica e o que se vê é uma operária sentada sobre a máquina de operações enquanto o que parece ser uma figura masculina passa caminhando ao fundo. Essa imagem, no entanto, não está solta nesse final. Ela lança o filme para o seu início, quando uma série de imagens de arquivos são apresentadas e o que se vê são mulheres na fábrica e homens em posição de superioridade, definidos assim pelo enquadramento das fotos. O encerramento do filme, que simboliza a concepção e encerramento do Congresso, abre-se para uma reflexão: as pautas das operárias não estão encampadas, muito menos são resolvidas. E, como refletido acima, são incorporadas em uma classe conservadora restrita às necessidades dos homens.

Figura IV - Sequência de encerramento do filme *Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978.



Fonte: *Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978. Olga Fudemma e Renato Tapajós

Por fim, vale destacar novamente o que Fudemma diz sobre o espaço criado pelo filme, que “é um momento outro – não é casa, nem trabalho –, é um congresso, um sindicato” (Fudemma, 1978: 179). Para além da experiência de entrada na casa da operária, *Trabalhadoras Metalúrgicas* criar uma terceira esfera relativa ao espaço de discussões do grupo de mulheres. O incômodo do sindicato com as imagens produzidas nessas rodas de debates se justifica pela própria negativa do setor em face da criação do Departamento Feminino, como apresentado anteriormente. De modo que o filme de Fudemma e Tapajós concebe a importante imagem da saída de casa das operárias que, por sua vez, não ocorre pelo trabalho, mas sim pela via do encontro entre as profissionais pela luta de direitos comuns.

Referências

BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e Imagens do Povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRASIL MULHER, São Paulo, n°11, mar. 1978.

CORRÊA, Marcos. *Filmar operários: registro e ação política de cineastas durante a ditadura militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2016.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

GIULANI, Paola Cappellin. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 640-668.

HOLANDA, Karla. Pegadas do cinema de Olga Futemma. *Lumina*, v. 14, n. 2, p. 171-185, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/29758>. Acesso em: 22 out. 2023.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 578-606.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

TAVARES, Kristina Gomes. A luta operária no cinema militante de Renato Tapajós. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. (Dissertação) Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

Fontes

FUTEMMA, Olga; TAPAJÓS, Renato. *Trabalhadoras Metalúrgicas*. São Paulo: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Raíz Produções Cinematográficas; Oca Cinematográfica, 1978.

Um passado sensível: a memória das mulheres e da infância durante a ditadura civil militar brasileira

Juliana Silva de Siqueira³¹¹

Resumo: O seguinte trabalho tem como objetivo refletir sobre a memória de crianças, adolescentes e mulheres que tiveram suas vidas impactadas pela ditadura civil militar no Brasil. Tendo como principal fonte de pesquisa o livro *Infância Roubada*, que foi produzido pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o texto a seguir busca chamar atenção para as narrativas de uma geração de pessoas que durante anos não tiveram um espaço para compartilhar suas histórias. Essa ampliação dos testemunhos acerca da ditadura tem se colocado como uma tentativa de resgatar as memórias subterrâneas e lutar contra a impunidade que a Anistia garantiu aos torturadores e responsáveis pelo golpe de 1964. Sendo assim, a proposta é investigar a importância das discussões sobre esse passado sensível e traumático, que ainda afeta diversas pessoas no presente.

Palavras-chave: Infância, mulheres, ditadura civil militar, memória, passado sensível.

Abstract: The following work aims to reflect on the memory of children, adolescents and women who had their lives impacted by the civil-military dictatorship in Brazil. Having as its main source of research the book *Stolen Childhood*, which was produced by the Rubens Paiva Truth Commission, of the Legislative Assembly of the State of São Paulo, the following text seeks to draw attention to the narratives of a generation of people who for years did not have a space to share their stories. This expansion of testimonies about the dictatorship has been seen as an attempt to rescue the subterranean memories and fight against the impunity that Amnesty

³¹¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), instituição na qual se formou em História, na modalidade de licenciatura. E-mail: siqueira.juliana@estudante.ufjf.br.

guaranteed to the torturers and those responsible for the 1964 coup. Thus, the proposal is to investigate the importance of discussions about this sensitive and traumatic past, which still affects several people in the present.

Keywords: Childhood, women, civil-military dictatorship, memory, sensitive past.

O século XX foi um período conturbado da história da humanidade. Em detrimento das guerras, dos regimes totalitários, genocídios e ditaduras instaurados ao longo desses anos, as reflexões acerca da importância da memória e do ato de lembrar para não repetir se tornaram temas de destaque no campo da historiografia. Como uma demanda do tempo presente, vemos cada vez mais a urgência da abordagem sobre os temas sensíveis e traumáticos em discussões tanto dentro do meio acadêmico, quanto nos espaços públicos. Diante desse cenário, o período da ditadura civil-militar³¹² brasileira (1964-1985), tem sido bastante revisitado e rememorado em diversos âmbitos.

As ditaduras militares que foram instauradas na América Latina no século passado marcaram um período de extrema violência e repressão. Muitas pessoas que tentaram resistir ou se opor à política dos militares foram vítimas de torturas, desaparecimentos, prisões, sequestros ou chegaram a ser cruelmente assassinadas. Nesse cenário de horror e degradação, tanto física quanto psicológica, homens, mulheres e até mesmo crianças sofreram as consequências das atrocidades cometidas pelo governo repressivo que havia tomado o poder nacional.

Diante de novos estudos, das práticas em torno da justiça de transição e das políticas de memória no Brasil, hoje em dia sabe-se que para além da violência contra as mulheres e os crimes de violação sexual realizados durante a ditadura civil militar, os abusos e agressões também

³¹² O uso do termo “civil-militar” dialoga com os debates historiográficos que buscam analisar o apoio civil ao golpe de 1964 e à ditadura. Sobre o debate em torno da utilização do termo “civil” para se referir à ditadura, ver, entre outros, REIS (2014); , FICO (2017); MOTTA (2021).

atingiram as crianças. Por todo o país, filhos de pais guerrilheiros chegaram a ser torturados ou foram forçados a assistir enquanto seus pais eram torturados. Muitas dessas crianças que foram presas ou então nasceram em cativeiros, sofreram punições físicas e psicológicas que os traumatizaram pelo resto de suas vidas.

No Brasil, ao falar de ditadura geralmente são lembrados os guerrilheiros e militantes do sexo masculino, o que reflete a construção de uma memória coletiva excludente, que silenciou as memórias de determinados segmentos sociais que também foram atingidos pelo regime opressor. Como a violência durante a ditadura foi uma política institucionalizada, qualquer pessoa podia ser considerada um “inimigo do Estado”, inclusive mulheres e crianças. Por isso, analisar essas memórias que pertencem aos grupos excluídos ou minoritários, ajuda a evidenciar as memórias subterrâneas³¹³, que não necessariamente se opõem à “memória oficial” que foi construída sobre a ditadura brasileira, mas possibilitam formar outras perspectivas e interpretações sobre esse período.

Sabe-se que as experiências da ditadura civil militar brasileira foram diversas e muitos grupos sociais foram afetados pelo regime repressivo de formas distintas. Analisar essa questão nos leva a pensar sobre a categoria de “hierarquias de memórias”, que visa problematizar o fato de que, no contexto da redemocratização, em detrimento das desigualdades sociais que já estão estruturadas em nossa sociedade, determinadas vítimas da ditadura foram capazes de projetar suas memórias sobre esse passado na esfera pública com mais facilidade, se comparadas às vítimas que fazem parte de grupo sociais que são habitualmente subalternizados ou apagados da história de nosso país (Perlatto, 2023). Ao homogeneizar a memória da ditadura, muitas produções culturais e historiográficas deram destaque para determinados segmentos da sociedade, enquanto outros permaneceram pouco visibilizados, como as mulheres, as crianças, os negros, os indígenas e também a comunidade LGBT.

O filósofo Paul Ricoeur, propõe o conceito de “dever de memória” para pensar a obrigatoriedade social de recordar períodos de barbárie, como o Nazismo ou as ditaduras latino americanas, para não permitir que as atrocidades e crimes contra a humanidade cometidos nesses

³¹³ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. p. 3-15. 1989.

momentos sejam esquecidos. Ricouer também chama atenção para o papel da linguagem enquanto portadora da memória, pois é através da narrativa e da escuta que a nossa memória se constrói e é processada. Nos últimos anos, as narrativas de sujeitos que até então haviam sido silenciados tem ocupado cada vez mais os espaços públicos e tentado levar ao conhecimento da população suas histórias de sofrimento e dor, seja através dos livros, memoriais, mídias virtuais, na sala de aula ou em produções como os filmes e documentários. Essa ampliação dos testemunhos acerca dos passados sensíveis tem se colocado como uma tentativa de resgatar as memórias subterrâneas e lutar contra a impunidade que a Anistia garantiu aos torturadores e responsáveis pelo golpe de 1964, que ainda hoje são homenageados em determinados locais públicos.

Nos últimos anos, com o avanço da influência da extrema-direita na política brasileira, houve o crescimento de um fenômeno muito forte de intolerância e banalização em relação à ditadura e à tortura, que tem chegado a fazer uso dos relatos de agressores e terroristas para justificar o golpe e as atrocidades cometidas durante os anos de 1964 à 1985. Vemos que a sociedade brasileira ainda encontra-se sob fortes efeitos das políticas de esquecimento que surgiram na ditadura e se intensificaram com a Anistia. Grande parte da opinião pública, principalmente dos mais jovens, não possui muito conhecimento sobre esse período repressivo, o que permite às Forças Armadas brasileiras ainda hoje reforçarem o discurso de que o golpe militar foi um ato necessário e de heroísmo patriótico (Silva Filho, 2010). Como defende os estudos de Maurice Halbwachs, a memória não é apenas um fenômeno de interiorização individual, mas também faz parte de uma construção social e coletiva. Segundo o filósofo, “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós.” (Halbwachs, 2003: 29).

Sendo assim, produções como o livro *Infância Roubada*, produzido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (CEVSP), que tem como objetivo servir de fonte de consulta, reflexão, divulgação e conhecimento sobre a experiência dos filhos de ativistas políticos que foram torturados e mortos pela ditadura, possibilitam romper com o silêncio instaurado após a Anistia e combater os discursos negacionistas e saudos à ditadura que vem crescendo recentemente. Mesmo que tenham tentado promover o esquecimento de pessoas, lugares

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

e eventos marcantes da ditadura, com intuito de não culpabilizar ou punir seus responsáveis, as memórias e traumas se mantiveram vivos através dos anos e podem vir à tona a qualquer momento.

Como resultado de uma longa disputa entre diferentes setores da sociedade, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada oficialmente em 2012, no governo de Dilma Rousseff. Com isso, houve um aumento dos estudos acerca da justiça de transição e das políticas de memória no Brasil. Em maio de 2013, a CEVSP realizou uma série de audiências com intuito de ouvir cerca de 40 testemunhos de pessoas que tiveram sua infância ou adolescência marcada pela ditadura civil militar brasileira. Os entrevistados foram homens e mulheres, atualmente já adultos, que até então não haviam tido um espaço para contar suas histórias e expor os traumas que lhes foram causados. O resultado das audiências deu origem ao livro *Infância Roubada*, que sob a coordenação e produção da jornalista Tatiana Merlino, representa um compromisso com a democracia brasileira e com a memória dos filhos de ex-presos políticos que sofreram com o aparato violento da ditadura.

Logo na introdução do livro, que foi escrita por Amelinha Teles, a jornalista destaca que não há como falar de crianças sequestradas, abandonadas, torturadas ou nascidas em centros clandestinos de repressão sem pensar nas mulheres e mães, militantes ou não militantes, que também foram perseguidas e violentadas durante a ditadura. A própria jornalista Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha, nasceu em Contagem, Minas Gerais, e teve uma participação significativa na militância política contra a ditadura. Por influência de seu pai, Amelinha aderiu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e logo após ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Chegou a ser presa nos anos de 1964 e 1972 acusada de subversão. Amelinha passou pelo DOI-Codi/SP, Deops/SP, Presídio do Hipódromo e Casa do Egresso, e chegou a ficar em reclusão por aproximadamente 10 meses. Após ser solta, continuou na militância política, atuando principalmente no movimento feminista e na busca pelos mortos e desaparecidos políticos.³¹⁴

A história de Amelinha Teles não foi um caso isolado de participação feminina na militância contra a ditadura. Com a inovação e recuperação de diversos temas que passaram a ser

³¹⁴ MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Maria Amélia de Almeida Teles**. São Paulo. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/maria-amelia-de-almeida-teles/>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

debatidos dentro da historiografia nas últimas décadas, a história das mulheres também têm recebido cada vez mais destaque em diversos estudos, incluindo os que fazem referência à resistência à ditadura civil militar brasileira. Considerando que a distinção entre a esfera pública e privada estabelece a separação do poder, o silêncio sobre a história das mulheres é um reflexo de sua não participação na esfera pública, que é também o espaço da política. Uma vez que a mulher militante política, excluída do jogo do poder, não é vista como sujeito histórico, a história da repressão durante a ditadura militar foi transformada na história dos homens. Por isso, ao falar sobre mulheres e sobre o desmerecimento feminino, falamos também das relações de poder. Para identificar as mulheres como sujeitos políticos é necessário analisar então as relações de gênero, de classe, de raça e de geração (Colling, 2004).

Ao olhar a literatura existente sobre o período da ditadura civil militar no Brasil percebe-se o predomínio da história masculina tanto para falar das vítimas da opressão, quanto para falar da oposição ao regime. No entanto, muitas mulheres também se juntaram aos homens na luta pela redemocratização do país, engajando-se em diversas organizações que foram perseguidas durante a ditadura militar. Vale ressaltar também que, apesar de muitas mulheres terem atuado na resistência contra a ditadura, existiram muitas outras que, por questões ideológicas dentre outros fatores, eram a favor da ditadura, como por exemplo as que participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964.

Segundo a historiadora Ana Maria Colling,

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade. Aos homens o espaço público, político, onde se centraliza o poder; à mulher o privado e seu coração, o santuário do lar. Apresenta-se ao feminino uma única alternativa - a maternidade e o casamento. (Colling, 2004: 169)

Dessa forma, para falar das mulheres e de sua participação na ditadura civil militar brasileira é importante levar em consideração a influência que o período histórico analisado tinha sobre aquela sociedade e sobre os movimentos sociais, tendo em vista que eram fruto de seu próprio tempo, influenciados pela perspectiva moral e social daquela época.

Como fica claro a partir dos relatos contidos no livro *Infância Roubada*, a maternidade foi utilizada pela repressão política no contexto da ditadura, como uma forma de tortura contra as militantes, o que gerou danos tanto do ponto de vista físico, quanto emocional, sobre as crianças e mulheres que eram violentamente reprimidas e perseguidas por se colocarem em oposição à ditadura, ou apenas por possuírem algum parentesco com os militantes, sendo assim submetidas à torturas, físicas ou psicológicas. Diante disso, levando em conta que a repressão política dos militares não poupou nem mesmo crianças ou mulheres grávidas, havia uma relutância por parte do movimento de resistência em aceitá-las como militantes (Infância Roubada, 2014: 17).

Pensando nos traumas causados na vida de diversas pessoas por serem filhos de pais que foram atingidos pela ditadura, a roteirista Marta Nehring, junto de Maria de Oliveira, ambas também vítimas da repressão militar durante a infância, resolveram resgatar a memória desses sujeitos para produzir o documentário *15 Filhos*. O curta-metragem foi realizado em 1996, para ser exposto em um seminário na UNICAMP, buscando pensar a repressão política durante a ditadura. Construído a partir da fala de quinze filhos de militantes políticos brasileiros que atuaram em oposição à ditadura, o documentário reúne a história de pessoas que durante a infância tiveram que lidar com a prisão, o exílio, a tortura ou o assassinato de seus pais. Como descreve a psicanalista Maria Arantes, “singelo e pungente, o filme dura 20 minutos e é um testemunho singular das marcas de cenas e de atos desumanos, degradantes e cruéis, exercidos contra os pais e contra estes 15 filhos” (Arantes, 2008, p. 8). Embora seja um documentário, o foco em *15 Filhos* não é a reconstituição dos fatos ou a opinião de cada entrevistado sobre o que ocorreu naquele período, mas sim apresentar a dimensão subjetiva das experiências e lembranças da infância desses jovens que foram obrigados a lidar com a violência física e psicológica durante a ditadura.

No livro *Infância Roubada* da CEVSP, além do prefácio, a apresentação e a introdução, cada capítulo se dedica à história de um depoente, dentre eles aqueles que eram crianças durante a ditadura e também os testemunhos de algumas mães, falando de suas experiências e de suas percepções em relação ao que seus filhos e filhas passaram durante aquela época. Como destaca Amelinha Teles, na introdução do livro

Muitas das crianças que aqui tratamos, filhas de militantes políticas(os) sequestradas(os), foram mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

cativeiros, torturadas ou ameaçadas de serem submetidas a torturas, algumas foram arrancadas dos braços de suas mães, impedidas de serem amamentadas e afagadas, outras chegaram a ser torturadas mesmo antes de nascer, ou assistiram às torturas em seus pais ou, então, viram os pais serem assassinados. Quase todas eram filhas e filhos de mulheres militantes políticas (Infância Roubada, 2014: 14).

Nos capítulos do livro encontram-se dezenas de fotografias que ilustram os testemunhos coletados, tais imagens são fotos de família, alguns registros da infância dos depoentes, tal como documentos da época, “são imagens obtidas por meio de extensa pesquisa iconográfica em arquivos pessoais, familiares, internet e acervos públicos.” (Infância Roubada, 2014: 11). Ao longo do livro também vemos depoimentos de mais de um membro da mesma família, como é o caso da família Lucena. O operário e militante Antônio Raymundo Lucena foi assassinado no dia 20 de fevereiro de 1970 na frente de sua esposa, Damaris Lucena, e de seus filhos, que à época tinham, respectivamente, 3 e 9 anos. O filho mais velho do casal, Ariston de Oliveira Lucena, também era militante e havia saído de casa aos 17 anos para se juntar à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), segundo seu testemunho, Ariston Lucena soube da morte de seu pai e da prisão de sua mãe pelo rádio e no dia 20 de agosto de 1970, também foi preso e torturado pelo DOPS. No depoimento de Ângela Telma Oliveira Lucena, a mesma comenta sobre o momento em que presenciou o assassinato de seu pai e diz que:

Eu tinha 3 anos e meio e as pessoas questionam e dizem: “Alguém com 3 anos e meio não pode lembrar disso”. Eu gostaria muito de poder apagar esse momento do assassinato do meu pai da minha vida. Mas eu não posso, eu não quero e eu não consigo. E eu não vou. Porque a única memória que tenho do meu pai é exatamente o momento da morte. Foi muito violento para mim. Foi muito triste. Eu tive, daquele momento em diante, fortes crises de enxaqueca. Eu sonhava todas as noites com uma coisa que não sabia exatamente o que era. (Infância Roubada, 2014: 83-84)

No decorrer do livro, vemos que muitos testemunhos expressam a necessidade de falar sobre os atos de violência e tortura vividos durante a ditadura em prol da denúncia aos torturadores e responsáveis pelos horrores cometidos durante o golpe militar, buscando obter justiça. Entretanto, o esquecimento também é apontado em algumas falas presentes no livro, tendo em vista o trauma que esses acontecimentos geraram na vida das pessoas. No testemunho de Damaris Lucena, a ex-militante da VPR afirma que:

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Teve um momento que eu pensei que eu ia perder o juízo. Eu pensei: “Vieram torturar os meus filhos para eu ver, e falar onde estavam os meus companheiros”. Para mim foi uma das coisas mais tristes da minha vida. Eu pensei: Se torturarem os meus filhos aqui, eu morro”. Eu falei para eles: “Olhem, me matem e matem os meus filhos. Está tudo terminado”. Para mim foi muito terrível. Foi um momento duro da minha vida. Eu procuro esquecer, mas, de vez em quando, eu lembro das barbaridades da ditadura. (Infância Roubada, 2014: 99).

Como o Relatório da CNV afirma, para muitas famílias e ex-perseguidos/as políticos/as o tema dos horrores sofridos durante a ditadura continua sendo um tabu e isso pode ser visto como uma seqüela do período, já que por muito tempo tiveram que evitar falar sobre suas ações e atuações políticas por “questão de segurança”, expressão frequente na fala de muitas dessas pessoas. De acordo com o Relatório, para reduzir os riscos, os militantes foram treinados a manter segredo sobre suas atividades, até mesmo dentro de casa. Diante disso, muitas famílias foram condicionadas a reprimir essas memórias, o que faz com que hoje em dia seja muito difícil de lembrar, por exemplo, nomes e endereços de conhecidos daquela época (Cardoso, 2015).

As atrocidades cometidas no passado, sobretudo aquelas que ocorreram com o apoio direto do Estado, não são facilmente apagadas. Para aqueles que foram vítimas da barbárie e conseguiram sobreviver, as memórias permanecem no tempo e continuam sendo vivas e dolorosas, dia após dia. Além de doer também naqueles que não sofreram diretamente o arbítrio, mas que se sensibilizam com o sofrimento do outro (Perlatto, 2021). Durante o regime instalado com o Golpe Militar de 1964, o discurso sistematizado na Doutrina de Segurança Nacional atribuiu aos opositores da ditadura o caráter de “terroristas” criando assim a figura do inimigo interno, que deveria ser combatido de todas as formas. Tendo em vista que não apenas os guerrilheiros e militantes do sexo masculino foram afetados pela ditadura, resgatar as memórias sobre essa época implica buscar a verdade e analisar os fatos também numa perspectiva de gênero, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e seqüelas distintas entre mulheres e homens. Só assim, as mulheres e as crianças que foram atingidas pelo aparato repressivo da ditadura serão lembradas e reconhecidas como pessoas dignas de liberdade e justiça.

No Brasil, quase nunca falamos de ditadura e infância. E, quando falamos de ditadura, são lembradas as pessoas adultas, homens, brancos, estudantes, guerrilheiros e sindicalistas. No

entanto, não foram apenas estes grupos que foram perseguidos. Abordar e problematizar um tema sensível como a presença das mulheres e das crianças no período da ditadura civil militar brasileira, além de combater o silêncio presente nas narrativas históricas, possibilita também questionar as injustiças e violações dos direitos humanos que ocorreram no passado e ainda afetam o tempo presente. Tal como mantém viva as memórias desses sujeitos que sofreram com o aparato repressivo da ditadura e ainda possuem sequelas disso no presente. As crianças brasileiras sequestradas pela repressão política foram tratadas como “inimigas do estado”, antes mesmo de aprenderem a falar e a andar. Portanto, tratar desse tema faz parte de uma história silenciada e desconhecida do Brasil, que precisa ser contada e revelada, em prol da justiça e da dignidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. **Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Alesp, 2014. 316 p.

CARDOSO, L. R.. "**Não sei e não quero dizer**": **tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, p. 247. 2015.

COLLING, A. M.. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. História em Revista. Pelotas, v. 10, 2004, 169-178.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Dor e desamparo: filhos e pais, 40 anos depois**. *Psicol. clin.* [online]. 2008, vol.20, n.2. pp. 75-87.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2003. 224p.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Maria Amélia de Almeida Teles**. São Paulo. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/maria-amelia-de-almeida-teles/>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PERLATTO, Fernando. **A Comissão Nacional da Verdade e a justiça transicional no Brasil: ditadura, democracia e tempo presente**. In: Paula Borges Santos, Irene Flunser Pimentel, Giovanni Damele. (Org.). Punir o Inimigo: Perspectivas legais e discurso político na justiça de transição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2021, p.193-226.

_____. **As disputas do passado na esfera pública: ditadura, democracia e tempo presente**. Juiz de Fora - MG. Editora UFJF/ClioEdel. 2023.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas. Unicamp. 2007.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **Dever de Memória e a construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e à Verdade**. In: Boaventura de Sousa Santos; Paulo Abrão Pires Junior; Cecília MacDowell; Marcelo D. Torelly. (Org.). Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro - Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. 1 ed. Coimbra. Brasília: Universidade de Coimbra-Centro de Estudos Sociais; Ministério da Justiça-Comissão de Anistia. 2010, p. 185-227.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 7: INTELLECTUAIS, IMPRENSA E
PROPAGANDA: REDES TRANSNACIONAIS DE CIRCULAÇÃO DE
IDEIAS AO LONGO DO SÉCULO XX.**

**Geografia médica e (I) migração: a recepção de teorias raciais e sociais
pelos discursos do Conselho de Imigração e Colonização**

Pedro Pereira³¹⁵

Resumo: Neste artigo analisamos a recepção e a circulação de teorias raciais e sociais dentro do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) e suas contribuições no intuito de formular a ideia de “(I)migrante ideal”. O recorte de tempo foi estabelecido entre as décadas de 1930 a 1950. A fundamentação teórica e conceitual foi feita com base em alguns dos autores que discutem as teorias raciais, sobretudo a Eugenia. O método utilizado foi a *Análise dos Discursos* identificados na Revista do CIC, onde eram publicados diversos documentos referentes às ideias e ações do Órgão. Evidenciamos como o pensamento racista, por meio do discurso médico e outros intelectuais influenciaram a política (i)migratória brasileira.

Palavras-chave: Eugenia; racismo científico; (i)migração; CIC.

³¹⁵ Doutorando em História Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH - UFJF). Bolsista Capes. E-mail: pedrojardelpereira@gmail.com.

Abstract: In this article we analyze the reception and circulation of racial and social theories within the Immigration and Colonization Council (CIC) and their contributions in order to formulate the idea of the “ideal (I)migrant”. The time frame was established between the 1930s and 1950s. The theoretical and conceptual foundation was made based on some of the authors who discuss racial theories, especially Eugenics. The method used was the Analysis of Discourses identified in the CIC Magazine, where several documents referring to the Organ's ideas and actions were published. We highlighted how racist thinking, through medical discourse and other intellectuals, influenced Brazilian (im)migration policy.

Keywords: Eugenics; scientific racism; (i)mmigration; CIC.

Introdução

Este artigo analisa a recepção e a circulação de ideias baseadas em teorias raciais e sociais, dentre elas, a Eugenia, no Conselho de Imigração e Colonização (CIC). E como estas contribuíram no intuito de formular a ideia de “(I)migrante ideal”. Entre a década de 1940 e 1950. Dentre elas, destacamos, a Eugenia, que foi criada no século XIX pelo inglês Francis Galton. Nos Estados Unidos, a Eugenia também teve uma grande repercussão, a partir da Revolução Industrial e com a chegada dos imigrantes, o país teria enfrentado problemas de distribuição social. Objetivamos também enfatizar os reflexos dessas teorias na política migratória interna. No caso dos migrantes nordestinos, por exemplo, notamos que eles eram (des)classificados, do ponto vista racial, devido à mestiçagem, como sujeitos biologicamente inferiores. Suscetíveis à doenças, indolentes e impróprios para o trabalho.

As informações apresentadas são discutidas a partir da *análise dos discursos* identificados na Revista do CIC, criada em 1940, logo após a fundação do CIC, durante o Estado Novo, onde eram publicados *Decretos, Relatórios, Artigos, entre outros*. O CIC dizia que o intuito dessa

imprensa era orientar a opinião pública, sobre os reais problemas enfrentados pela população e como deveriam proceder às ações de colonização. Nesse sentido concordamos que a imprensa é um: “Manancial fértil para o conhecimento do passado fonte de informação cotidiana material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 04). Já o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011), orienta que ao lidar com o discurso, devemos levar em conta o seu próprio contexto de produção no passado. Qualquer que seja o documento, ele é uma forma de discurso e precisa ser interpretado.

A circulação e a recepção de teorias raciais entre os intelectuais brasileiros

Uma das ideias que influenciaram o pensamento dos intelectuais brasileiros foi o darwinismo social, dentre eles, Nina Rodrigues, médico da Faculdade de Medicina de Salvador. Embora seja importante ressaltar, como lembrou o historiador Filipe Pinto Monteiro (2020), no caso de Nina de Rodrigues, ele acolheu as teorias estrangeiras no Brasil, mas também as acomodou à realidade brasileira.

Uma dessas teorias adotadas por Nina Rodrigues surgiu a partir da discussão proposta por Charles Darwin, em: *A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*. Este pensamento também foi um dos principais alicerces da Eugenia, que citaremos mais a frente. Para o expoente do evolucionismo, só sobrevivem, na luta pela vida, os seres vivos mais bem adaptados, ou seja, o fato de serem mais bem “equipados” biologicamente, favorece sua perpetuação na natureza.

Uma das questões que chamou atenção dos darwinistas, foi o surgimento da multidão no século XIX, em Londres, vista a partir da ideia de massa. Neste sentido Pietra Diwan (2015, p. 35) afirma que:

E por não ser possível identificar exatamente sua composição, o medo da multidão cresce e cria estratégias de combate para sanar esse mesmo medo. [...] Darwinistas sociais acreditavam que a multidão que vivia nos bairros

operários de Londres estava degenerando, ou seja, pobreza associada à degeneração física.

Ao adotar uma perspectiva deterministas, em relação à população brasileira, Nina Rodrigues acreditava que a mestiçagem, uma das principais características biológicas dos brasileiros, “poderia levar à degradação física, moral e psíquica da população” (Monteiro, 2020, p. 191). Diwan (2015, p. 92) também enfatiza que:

Raimundo Nina Rodrigues, que acreditava na inferioridade racial negra, tendo debatido durante o final do século XIX a construção do saber médico no país, a higiene pública, principalmente a epidemiologia e sua inter-relação com outras instituições, fossem médicas ou de direito. Para tornar o Estado saudável, seria necessário extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888.

O maranhense também foi pioneiro nos estudos sobre a temática do negro, como um problema social e a perspectiva racista deste estudioso refletiu fortemente no discurso dos intelectuais ligados ao CIC, como mostraremos mais adiante.

Outra teoria, ligada ao racismo científico recepcionada pelos intelectuais brasileiros foi a de Eugenia. A inspiração nesse caso provém de intelectuais europeus, mas sobretudo dos Estados Unidos, onde as ideias ligadas ao pensamento eugênico já era uma realidade consolidada. Como podemos constatar na afirmação de Pietra Diwan, 2015, p. 51) a seguir: “Muitas das ideias implantadas pela Alemanha nazista foram inspiradas nas leis eugênicas implantadas nos Estados Unidos”. Ainda segundo a autora, um dos grupos alvos das restrições defendidas pelos eugenistas nos Estados Unidos, foram os imigrantes católicos e judeus que ingressaram no país. O objetivo era prevenir o “suicídio da raça”, que poderia ocorrer por meio da miscigenação com aqueles de estoque racial inferior, recém chegados. Embora neste país a segregação de negros e asiáticos fossem explícita, Diwan (2015) compreende que a ideia de purificar socialmente os grupos, não

estava ligada à questão étnica-racial. Embora na nossa opinião, não devemos deixar de realçar que devido às teorias eugenistas, as pessoas eram separadas neste país por raça.

Para a pesquisadora, “o cerne da preocupação eugenista era eliminar os indesejáveis do ponto de vista biológico, psicológico e social. O verdadeiro cidadão americano deveria se enquadrar na descrição ‘anglo-saxão, branco, protestante, saudável e produtivo’” (Diwan, 2015, p. 54). O temor de que o estoque dos genes de origem anglo-saxã e protestante fossem prejudicados, levou os eugenistas norte americanos a responsabilizar os imigrantes pelas causas da pobreza, do crime e das doenças. Estes sujeitos também eram considerados inadaptáveis à cultura, ou seja, ao modo de vida local, por isso eles residiam nos guetos e periferias urbanas. No século XX, uma das estratégias usadas para controlar de maneira rígida a entrada dos novos imigrantes foi através do registro (Diwan, 2015).

Interessa-nos também demonstrar a recepção da Eugenia entre os intelectuais brasileiros, sobretudo em relação à (i)migração, ou seja, como as ideias eugênicas influenciaram os discursos e decisões do Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Segundo Diwan (2015), foi no efervescer das ideias conflituosas, as quais propunham curar o Brasil, por meio do branqueamento, controle da migração, entre outros, é que os eugenistas surgiram. A política biológica adotada no Brasil, estava diretamente relacionada a imigração, como podemos constatar na declaração do CIC: “A ciência biológica nos mostra que o problema da imigração é, sob o ponto de vista médico e social, de caráter eminentemente profilático, eugênico” (RCIC, 1948, nº 4, p. 9). Embora, é relevante salientar que esses intelectuais não eram unânimes em relação à interpretação do pensamento eugênico. Além disso, muitos deles também estavam em diálogo, com os sanitaristas e higienistas.

Idealizada por Francis Galton, a Eugenia tratava da interseção da ciência biológica e o cenário social, criada na Europa no século XIX e definida como a ciência da hereditariedade. Seu surgimento ocorreu no período da transição do século XIX para o XX, como Vanderlei Sebastião de Souza (2012, p. 01) enfatiza, sobre seu expoente: “Suas idéias sobre o aperfeiçoamento das características raciais se associariam intimamente às discussões sobre evolução e degeneração, progresso e civilização, conceitos fundamentais na formulação de concepções científicas e sociais”.

Antes de avançarmos na discussão, vale destacar o que ressalta Diwan (2015, p. 48), sobre a atuação dos eugenistas: “Uns mais radicais que outros, o certo é que não houve um uso homogêneo da teoria de Galton”.

O médico e farmacêutico Renato Kehl foi um dos nomes que se destacaram como propagador da Eugenia, a partir de 1917 no Brasil. Neste intuito: “Seu primeiro trabalho, uma conferência pronunciada em São Paulo na Associação Cristã de Moços, foi publicado na íntegra pelo Jornal do Comércio e divulgada em periódicos médicos e revistas literárias” (Souza, 2012, p. 06). A partir das ideias de Galton, ele abordou em seu artigo, questões, como hereditariedade, fatores disgênicos, doutrina de Malthus, entre outros assuntos. Entretanto, a Eugenia colocada em prática no Brasil estava mais associada aos fatores de prevenção, esta não tinha como objetivo eliminar, pelo menos não diretamente, o sujeito degenerado (Kobayashi, Faria e Costa, 2009).

Os eugenistas afirmavam, segundo Diwan (2015) que, na América Latina, sobretudo no Brasil devido ao clima tropical, a miscigenação poderia acarretar a deterioração racial da população. E na visão dos europeus este era um ponto negativo, em relação aos latino-americanos. O entendimento de que o mestiço era um sujeito degenerado, seja do ponto vista biológico, moral e cultural, também ressoa nos discursos do CIC. Esse pensamento era alimentado sobre a população do Norte do país, como afirma o historiador a seguir: “O Norte [Nordeste] estaria condenado pelo clima, pela raça e pela decadência” (Albuquerque, 2011, p. 47). Sendo que essa população, sobretudo o nordestino, na visão do CIC, era classificada como mestiça.

Na dianteira do debate do movimento Eugênico no Brasil estava a discussão sobre a influência dos fatores sociais e ambientais, no aperfeiçoamento da hereditariedade humana. No entanto, como é destacado a seguir: “O debate sobre raça, aliás, funcionava como um pano de fundo pelo qual parte dos eugenistas brasileiros expressava suas ideologias raciais, seu nacionalismo e seus desejos progressistas e civilizadores” (Souza, 2012, p. 03). Ainda segundo o autor, o interesse não se restringia apenas aos profissionais de saúde, sanitaristas e educadores, mas também aos diversos setores interessados na regeneração do brasileiro, frente ao crescente nacionalismo. Como um instrumento do processo civilizador, a Eugenia, “previa uma ampla reforma social, principalmente nos valores estéticos, nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na educação

intelectual e nos valores morais ligados a sexualidade” (Souza, 2012, p. 07). A Eugenia também influenciou o trabalho dos sanitaristas no Brasil, pelo menos uma parte deles. Sob o argumento de que além de doentes, o povo brasileiro era analfabeto, caberia a educação e a saúde o papel de regenerar a população e livrar o Brasil do atraso (Ponte, 2010).

A política migratória do CIC e a ideia do imigrante ideal

O CIC recorreu às teorias raciais supracitadas para justificar a sua política migratória, chamada também de política biologia, e isso foi realizado no intuito de selecionar o *imigrante ideal*. Fabio Koifman (2012) ressalta que nos próprios discursos de Getúlio Vargas, período em que o Orgão foi criado, isso fica claro, quando ele expõe a preferência pelos imigrantes europeus, enquanto que os imigrantes negros eram preteridos. Isto é: “Tanto no discurso oficial quanto nas publicações dos intelectuais da época encontramos a perfeita afinação” (Koifman, 2012, p. 27).

A partir da análise do “papel do médico”, sobretudo foi que identificamos os argumentos e critérios utilizados pelo CIC: “A colaboração do médico, tem como é de prever, a importância capital. Ela se exercerá no interior de nosso país e nos países onde se for buscar o imigrante” (RCIC, 1946, nº 2, p. 171). Em relação ao estabelecimento do imigrante, o médico também exerceria a seguinte função: “No local da colônia, começará o médico por sanear o terreno, de mãos dadas com a engenharia sanitária. Ai serão construídas casas modestas sob a orientação do médico e do engenheiro sanitaristas” (RCIC, 1946, nº 2, p. 171). Caberia ainda ao médico também escolher a localização e orientar de maneira meticulosa a construção do hospital. Como foi ressaltado, o médico nesse contexto, tinha um papel preponderante.

Em relação ao imigrante ideal, o CIC orientava que apenas o “homem branco europeu” deveria ser admitido no Brasil. Neste sentido, Diwan (2015) ressalta que ao se referir ao “branco europeu”, constava um direcionamento. O próprio Kehl orientava com base na Eugenia sobre “importância de que fossem feitos incentivos às migrações de grupos de países de raça nórdica” (Diwan, 2015, p. 132). Especificamente, o eugenista estava se referindo aos suecos, noruegueses,

ingleses e alemães. Diwan (2015, p. 65) ainda esclarece que: “Os nórdicos, no entender desses teóricos racistas, eram a "raça superior" da região Norte da Europa e, entre suas principais características, estavam a energia, a capacidade de julgamento, a força para enfrentar os desafios da civilização”.

Os grupos daqueles que deveriam ser rejeitados enquanto migrantes, constavam os asiáticos e os africanos, mas de maneira geral os mestiços não eram desejados, por exemplo, o CIC afirmou que o tracoma entrou no Brasil trazido por imigrantes, espanhóis, italianos, japoneses e sírios. Devido a esses imigrantes a doença tinha se espalhado por São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará.

Em relação aos japoneses, o CIC se referia a esse grupo, os comparando ao enxofre, por serem insolúveis e inadaptáveis. Diwan (2015) ressalta que a decisão brasileira foi baseada numa lei dos Estados Unidos, de 1924 que tinha restringido a entrada de nipônicos no país, por motivo semelhante. O CIC também enfatizou esta informação: “Daí porque os Estados Unidos, onde o coeficiente de negros é já tão considerável, julgou de bom alvedrio cerrar as portas aos elementos de raça amarela” (RCIC, 1946, nº 2, p. ?). Ao fazer referência a migração nipônica, o CIC recordou a atuação do médico Miguel Couto na Constituinte de 1934, contrária à imigração da raça amarela para o país. No cerne da discussão estava o embate entre o citado médico, além de outros intelectuais e aqueles que eram favoráveis a entrada dos japoneses, como de outros grupos estrangeiros no país, no intuito de sanar a falta de braços para a lavoura.

Para Miguel Couto era necessário questionar a intenção que levava os japoneses a imigrar para o Brasil, supostamente essa não era boa, pois o que estava em jogo também era a defesa da pátria. Isto é, o CIC demonstra outras preocupações, como é realçado a seguir “não se deve perder de vista que a espionagem, em tempos de paz ou de guerra, independente da existência de colônias estrangeiras” (RCIC, 1946, nº 2, p. 266). Neste sentido, a Argentina e os Estados Unidos são vistos como exemplo, no caso deste último país, ele é citado como referência a ser seguida, “nacionais e estrangeiros trabalham lado a lado, com objetivo comum” (RCIC, 1946, nº 2, p. 266) Em relação a medidas restritivas foi enfatizado que, “graças aos esforços de Miguel Couto e do grupo por ele liderado que se estabeleceu a restrição da imigração japonesa, tão necessária à integração étnica, física e civil do imigrante” (RCIC, 1946, nº 2, p. 147).

O texto da edição de 1946, ainda faz uma crítica aos defensores da democracia humanista e sua insurgência contra as medidas eugênicas, “atacam violentamente a esterilização eugênica, não admitindo sequer a prática do exame pré-nupcial obrigatório”. Novamente é evocado a referência estadunidense: “Ora, os que pregam essas ideias se esquecem de que a esterilização legal entrou em vigor nos Estados Unidos em 1907 e que, desde então, em quase todos os Estados da República norte-americana vem sendo essa medida praticada com objetivo eugênico” (RCIC, 1946, nº 2, p. 275). Isto é, novamente fica evidente como os princípios eugênicos eram evocados de maneira recorrente, tendo os Estados Unidos como espelho, quando se tratava de política migratória.

Em relação a imigração de africanos, o CIC baseou suas orientações de recusa a partir de critérios de raça e saúde. O que também nos auxilia a entender, em parte porque os negros recém libertos não eram considerados trabalhadores ideias. Na verdade, os argumentos se baseiam na ênfase em doenças que esse grupo racial era suscetível, neste sentido as ideias defendidas pelo CIC às vezes estavam de acordo com aquelas defendidas pelo médico e antropólogo Artur Ramos, mas existiam também discordâncias, a depender da conveniência do discurso.

Novamente para abordar a realidade brasileira são mencionadas informações de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, “de acordo com os dados de 1920 a população total apresentava 11,9 por cento de mortes. Em 1925, a taxa de mortalidade dos negros era ainda 62,5 por cento mais elevada do que a dos brancos, mantendo-se essa situação com pequenas modificações até os tempos atuais” (RCIC, 1946, nº 2, p. 172). As doenças as quais os negros eram mais propensos foram também citadas: “A tuberculose faz o maior número de vítimas, seguindo-se, em ordem, outras doenças do aparelho respiratório, doenças orgânicas do coração, causas externas, mal formação congênita, doenças da primeira infância, hemorragia e amolecimento cerebral e câncer” (RCIC, 1946, nº 2, p. 172).

No que diz respeito a ausência de dados sobre a população negra brasileira, na nossa opinião, não deixa de evidenciar o descaso com esse grupo racial, desde o período da escravização. A condição do negro era de insegurança estrutural, seja em relação, a saúde, higiene, alimentação,

habitação, dentre outras.³¹⁶ Completamente negligenciado, uma grande parte da população negra passou a viver nos subúrbios das cidades em condições precárias, sem a menor atenção das autoridades públicas no pós-abolição. Reflete também não apenas a negligência após a escravização, mas o racismo estrutural vigente até os dias atuais.³¹⁷

Os dados comparativos relacionados ao percentual de negros e brancos atingidos por algumas doenças também são extraídos pelo CIC de uma fonte proveniente dos Estados Unidos, a *Revista Metropolitan Life Insurance Company*. Ao citar a fonte, o CIC afirmou que se comparado com os brancos, a tuberculose vitimava os negros três vezes mais em relação aos brancos, numa amostra de 100.000 pelo menos 226,2% eram afetados. Outras doenças apresentavam uma taxa de mortalidade duas vezes maior, são elas, as orgânicas do coração, infarto, hemorragia cerebral, febre tifóide, influenza e bronquite. E numa proporção um pouco maior a pneumonia.

O CIC continua citando o relatório produzido por Artur Ramos, mas apenas os trechos específicos, e uma das informações ressaltadas era que no Brasil não existia dados demográficos atualizados suficientes sobre a condição do negro. Mas que, a partir de uma observação atenta já notava-se a incidência de algumas doenças em pretos e mestiços, inclusive em relação às doenças típicas da África. Para fundamentar a discussão recorre-se a outro conhecido médico brasileiro, um dos precursores desse debate:

Nina Rodrigues, no seu tempo, já se preocupava em estudar o que ele chamava impropriamente “a etnologia patológica” do nosso país, divulgando os dados da clínica Moura Brasil que verificou a grande frequência de glaucomatosos entre os negros e multatos, 12,38 por cento dos primeiros, 4,18 por cento dos segundos, em relação a apenas 1,98 por cento dos brancos; e ainda a maior porcentagem de leprosos, entre os negros e multatos (RCIC, 1946, nº 2, p. 173).

³¹⁶ Esta não é a única perspectiva sobre a trajetória do negro no pós-abolição, alguns elementos podem ser constatados nesse contexto, como Carlos Eduardo Coutinho da Costa (2015, p. 102) alude: “medo, a violência, as esperanças e objetivos”. Mas a agência desse sujeito também é incontestável.

³¹⁷ Ver: ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Isto é, percebemos que alguns anos a frente, o pensamento de Nina Rodrigues continuava a ressoar entre alguns intelectuais brasileiros, sobretudo em relação ao *(i)migrante ideal*.

A partir desse momento os dados baseados nos estudos de Artur Ramos são utilizada para refutá-lo e contradizê-lo: “Artur Ramos, que é, aliás, um fervoroso defensor da raça negra e do mestiço, confessa lealmente ainda existir maior incidência da tuberculose na Bahia, entre pardos e negros em todos os dados verificados” (RCIC, 1946, nº 2, p. 172). Neste momento verificamos uma discordância de pensamento entre a ideia do citado médico e o artigo com orientações do CIC, assinado por Jaime Poggi. Numa perspectiva baseada na desigualdade das condições de higiene, segundo o CIC, Artur Ramos argumentava que a morbidade e mortalidade dos negros era causada por fatores econômicos e sociais e não devido a raça. A justificativa do médico e antropólogo era com base no baixo nível de vida dos pretos e mulatos e não em na ideia de uma patologia de raças.

O posicionamento do CIC é veemente contrário àquele de Ramos, no intuito de defender o branqueamento da população: “Não comungamos da mesma maneira de ver com o ilustre colega. Padrão de vida baixo, senão mesmo miserável, tem os brancos das zonas urbanas, suburbanas e rurais de condição humilde, esses que frequentam nossos hospitais” (RCIC, 1946, nº 2, p. 173). Segundo afirmação do CIC, sem citar dados demográficos, a população branca era numericamente superior à preta e mestiça, sendo estes últimos, “quem moureja pelos hospitais [...] atacados pelas mais variadas moléstias” (RCIC, 1946, nº 2, p. 173).

Novamente é feita uma referência a estatística estadunidense e eugenista sobre a inferioridade da raça negra e mestiça e a superioridade branca. A partir desses argumentos, o CIC reafirma quem era o *imigrante ideal*: “Temos como acertada, é indispensável a escolha do homem branco para o nosso imigrante e só o homem branco. O negro, o mestiço como o asiático devem ser rejeitados” (RCIC, 1946, nº 2, p. 173). Além de ressaltar que a imigração deveria ser feita em alta escala, como defendia outros grupos preocupados com o fornecimento de mão de obra, mas deveriam ser admitidos indivíduos sadios e brancos.

Os migrantes nordestinos na perspectiva do CIC

Nesta seção nos ocuparemos de analisar como o CIC em seus discursos abordou o migrante brasileiro, sendo esse grupo composto na maioria por trabalhadores nordestinos mestiços. Em relação aos migrantes nacionais a perspectiva não muda, ou seja, segue sendo fundamentada nas teorias raciais. O excerto seguinte evidencia a percepção do CIC, em relação à origem ou seja, ascendência do trabalhador nordestino:

“O roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”, impresso em 1814, de autor desconhecido, informava que nos sertões da Baía, Pernambuco e Ceará, principalmente pela vizinhança de São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros. [...] Índios mais ou menos mansos. De fato são contingentes índios que lastreiam a miscigenação da zona semi-árida. [...] Essa gente ociosa, perversa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 176).

O sertanejo mestiço, justamente o sujeito que migrava, era considerado pelo CIC como despreparado, no aspecto moral e intelectual, além de inferior do ponto de vista biológico, justamente devido a sua origem étnica-racial. De acordo com os Conselheiros e seus colaboradores, “o Brasil estava em fase de desenvolvimento industrial, necessitava de operários, sua lavoura estava abandonada, a população ainda contabilizava um número inexpressivo de 41. 637. 572 homens”, e para piorar, grande porcentagem destes eram doentes, pois: “Não temos raça definida” (RCIC, 1946, nº 2, p. 159). Mas de qual Brasil? Qual lavoura? O CIC estava se referindo? Neste sentido, não temos dúvida de que se tratava da região Centro-Sul, sobretudo São Paulo. Isso fica mais nítido quando recorremos aos documentos do CIC. Oldair da Cruz Paiva também ressalta a cobrança dos agricultores paulista para que o governo fornecesse mão de obra para agricultura, neste sentido: “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período” (Paiva, 2004, p. 105).

Percebemos que algumas medidas de restrição também são aplicadas à migração interna, como veremos mais adiante. Neste sentido, o Brasil não é visto pelo CIC como um todo homogêneo, mesmo que durante o governo de Getúlio Vargas foi enfatizado a valorização do trabalhador nacional, sobressai a preocupação com o fornecimento de mão de obra para uma região específica. O local de onde se originavam a maior parte desses trabalhadores, o Nordeste, no entanto é visto sob suspeita devido a sua origem étnica-racial. O que levou o CIC a estabelecer o exame médico como critério de seleção para aqueles nordestinos que desejavam trabalhar na região Centro-sul. No entanto, antes dessa etapa já existia uma ideia construída sobre o perfil biológico e cultural dos migrantes.

O trabalho de classificação do perfil epidemiológico, sobretudo do nordestino, foi realizado com a colaboração dos médicos, desde períodos anteriores ao recorte deste estudo, durante viagens de inspeção e relatórios produzidos com esse propósito. Ou seja, de alguma maneira, já existia um certo mapeamento da região e seus problemas sanitários, como é evidenciado a seguir:

Em 1912 Arthur Neiva e Belisário Penna lideraram a expedição médico-científica ao nordeste brasileiro - Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás -, que percorreu mais de sete mil quilômetros. Esse trabalho realizado a serviço da Inspeção de Obras contra a Seca e ligado ao Instituto Oswaldo Cruz tinha como finalidade diagnosticar a situação epidemiológica da região para o desenvolvimento de medidas profiláticas. O texto alcançou tanta repercussão que muitos intelectuais envolvem-se nas questões relativas à saúde, a partir de então. Nesse mesmo ano, num discurso em saudação a Aloysio de Castro, o médico Miguel Pereira declara: "O Brasil é um imenso hospital". (Diwan, 2015, p. 95)

Ainda segundo a autora, o determinismo racial e climáticos, que era uma regra, quando se tratava de análises sobre a população passou a ser questionada pelos citados sanitaristas. No entanto, alguns intelectuais não se desvincularam da perspectiva racista, os quais atribuíram as causas das doenças ao fato desses sujeitos serem mestiços, ou seja, as doenças os atingiam em maior proporção justamente devido ao seu perfil biológico e cultural. O que fica mais nítido na afirmação seguinte:

“O discurso racista frequentemente atribuía o atraso e muitos dos problemas brasileiros à ‘má-

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

formação étnica’ da população” (Koifman, 2012, p. 27). E o fato dessa população ser tida como doente, seja na perspectiva médico-sanitária ou racial, também tem reflexo direto no processo de seleção e controle da mobilidade.

O CIC, sobretudo os médicos ligados a Instituição alertou para a importância do conceito de *geografia médica* nesse contexto, pois esta permitia mapear as populações e suas doenças. Assim como as medidas sanitárias e profiláticas que deveriam ser adotadas, como também em relação aqueles migrantes que deslocavam para São Paulo, no intuito de trabalhar, esses deveriam ser submetidos ao exame médico. Ou seja, o CIC tinha um entendimento do migrante ideal, aqueles que detinham condições de saúde, os sadios, para contribuir com o processo de desenvolvimento do Brasil, em curso naquele momento. Por isso a perspectiva geográfica, isto é, a cartografia dos doentes e das doenças, ou mesmo daqueles propícios à degeneração biológica, como os mestiços nordestinos, que era o maior grupo que se deslocava para São Paulo, era fundamental.

No artigo intitulado: *Geografia médica e Colonização* foi melhor esclarecido, como essa ciência cooperaria com a medicina na formulação do foi chamado de geografia médica:

É a pesquisa do conjunto de endemias ou epidemias que estão em ligação com certos caracteres geográficos de uma região em particular com os caracteres climáticos e biológicos [...] “complexos pathogenes”, isto é, por exemplo, o agrupamento do homem e do micróbio ou do cogumelo, com ou sem a intervenção de um agente transmissor. Este complexo precisa de um conjunto de fatos biológicos e geográficos que permitiram a criação de um meio favorável à propagação de uma doença (RCIC, 1950, nº 2, p. 230).

Para o CIC, a geografia médica ainda era uma área do conhecimento que tinha recebido pouca atenção dos estudiosos, na maioria das vezes, tanto o geógrafo, como o médico, quando abordavam o assunto estavam interessados em finalidades imediatas. Enquanto o fundamental era o “estudo dos laços que unem o homem ao seu meio biológico” (RCIC, 1950, nº 2, p. 230). Era papel do médico determinar os agentes patogênicos, descobrir a existência de doenças infecciosas e sua evolução no tempo, saber se são endêmicas, periódicas [...] conhecer o terreno humano de

menor resistência no qual elas se desenvolvem” (RCIC, 1950, nº 2, p. 231). Algumas outras doenças precisava ser averiguadas, se elas resultavam da ausência de nutrientes na alimentação ou mesmo pela falta de higiene. Dessa maneira caberia ao médico incentivar que as medidas de saneamento fossem colocadas em prática. O CIC então, sugere que esses profissionais desse atenção às indicações dadas pelos geógrafos, devido ao fato deles terem uma visão mais ampla sobre o assunto.

Em relação ao tema da higiene, a inspiração era nas ideias francesas, mais especificamente na pesquisa do Doutor Pittaluga, que tinha sido publicada na Revista de Higiene, em 1939, na cidade de Paris. O citado médico resumiu os fatores que determinavam o tipo sanitário de uma região, o qual era composto por, “clima, densidade, etnografia e nível de cultura, capacidade econômica e repartição de riquezas, condições e tipos de trabalho, grau de intervenção do estado e técnica sanitária, valores demográficos, epidemias locais, habitação rural autóctones, alimentação rural” (RCIC, 1950, nº 2, p. 231). Como podemos observar, no que diz respeito a migração a recepção de ideias originadas nos Estados Unidos era maior, já em relação a higiene e questões sanitárias os intelectuais europeus eram mais citados.

Quanto ao papel do geógrafo, esse profissional deveria colaborar com as pesquisas médicas, indicando as causas físicas, humanas e climáticas, hidrológicas, a natureza do solo e sua propensão à proliferação de doenças. Caberia ao geógrafo, ainda, se preocupar com a localidade e circulação de animais selvagens e domésticos. Em relação aos grupos humanos, as atenções seriam voltadas para a questão do habitat, o vestuário e as etapas de desenvolvimento. Mas era o fator climático, um dos principais elementos a serem inseridos nessa observação, pois o clima era considerado um dos agentes primários do enfraquecimento do homem, origem de tantas doenças” (RCIC, 1950, nº 2, p. 232). Para o CIC migrante nordestino, um dos grupos humanos mais afetados, o CIC dizia que, “o problema era mais grave nos emigrados dos Estados Nordestinos, que mostram as carências alimentares num grau mais acentuado. Juntam-se a este triste padrão biológico as mais diversas endemias, principalmente as verminoses, a maleita e as ancilostomíase” (RCIC, 1946, nº 3, p. 491).

A população era a mais prejudicada pelas condições climáticas, como a seca, devido aos baixos índices pluviométricos, responsável pela fome, a desnutrição e a degeneração biológica.

Mas também pela ausência de condições sanitárias adequadas, “o rurícola relegado ao mais absoluto esquecimento, mal alimentado, mal vestido, descalço roído pela ancilostomíase, habitando casas anti-higiênicas, sem qualquer amparo da lei, ou com leis que nunca foram colocadas em prática” (RCIC, 1946, nº 3, p. 491). Neste sentido, o CIC advertiu que: "Nestes estudos não se deve fazer somente intervir as noções raciais [...] mas as adaptações das populações em ambientes climáticos diferentes que podem criar, um desequilíbrio, quando as populações são bruscamente transportadas para um outro meio” (RCIC, 1950, nº 2, p. 232). E uma das soluções apontadas pelo CIC foi a realização do exame médico para o migrante.

O exame médico era uma exigência, mas também ele passou por mudanças em relação aos responsáveis. Até o final da década de 1930, o agenciamento de mão de obra, no intuito de suprir a demanda por trabalhadores para o Estado de São era realizado por empresas privadas, como é esclarecido a seguir: “Até 1939 a arregimentação dos trabalhadores, triagem, inspeção médica no ponto de embarque e autorização das autoridades locais para a liberação dos migrantes foram de competência exclusiva dos agentes contratantes” (Paiva, 2004. p. 123).

A partir das centralizações ocorridas com o Estado Novo, o próprio governo assumiu a tarefa de realizar o agenciamento de trabalhadores e realizar o exame médico, além de conceder passagem gratuita no trem. Uma das alegações era a oneração dos cofres públicos, mas devido ao próprio caráter ditatorial do governo varguista, notamos que essa média estava muito mais atrelada a uma ideia de centralização autoritária das suas ações. Esta decisão foi regulamentada por meio de decreto-lei: “A direção dessa migração de trabalhadores nacionais é atribuição legal deste Departamento [Departamento de Terra e Imigração e Colonização] por força dos decretos ns. 19.482, de 12-12-930, 3.010, de 20-8-938, 1.023-A, de 31-12-0938 ” (RCIC, 1942, nº 2. p. 112). Neste período também foi criado pela Inspetoria do Trabalhador Migrante com intuito de reorganizar a dinâmica de solicitações de trabalhadores, justamente devido ao aumento no fluxo migratório para o Estado paulista.

Em 1926 a Ferrovia Central do Brasil chegou ao Norte de Minas e Montes Claros, a partir desse período permaneceu como ponta de trilhos até meados da década de 1940. O que contribui para o aumento do fluxo migratório em direção à citada cidade. A chegada de nordestinos

procedentes sobretudo do Estado da Bahia contribuiu para um significativo aumento no número de migrantes aglomerados na cidade, na espera de embarcar no trem. Ao invés de esperar a chegada do trabalhador no Estado de São Paulo, especificamente na Hospedarias dos Imigrantes, o governo decidiu estabelecer os *Postos Avançados de Triagem* nas cidades Norte Mineiras, Pirapora e Montes Claros. Neste caso, esta última registrava uma maior chegada e concentração de migrantes (Paiva, 2004). Depois do exame médico os migrantes eram divididos em dois grupos, os sadios e os rejeitados pela triagem médica. Aquele primeiro grupo recebia alimentação, alguns também hospedagem e passagem gratuita para o embarque no trem para São.

Ao chegar em São Paulo, os migrantes eram desembarcados na Hospedaria dos imigrantes onde eram realizados novos exames médicos para certificar a saúde dos trabalhadores. Caso fosse reprovado na nova triagem médica, ocorria o embarque de volta para o Norte de Minas, como afirmou a imprensa local: “O serviço de socorro ao flagelado [serviço de migração] não manda os doentes para São Paulo, abandona-os aqui porque, se os mandar, eles serão devolvidos imediatamente. Montes Claros é que deve ficar com a escoria. Assim pensam eles” (Gazeta do Norte, 1939). O fato da imprensa montes-clarenses noticiar esse tipo de informação nos levou a averiguar e constatar que essa era uma prática comum naquela época. Entretanto, esse não é assunto esgotado, este artigo traz apenas resultados parciais de uma pesquisa ainda em curso. As condições de insegurança estrutural, por exemplo, às quais esses migrantes eram submetidos após serem rejeitados na triagem médica merece uma atenção especial, dentro desse contexto.

Referências Bibliográficas e Fontes

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011. p. 13.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A dimensão retórica da historiografia**. In:

PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 235.

ANALIS DA XXXIX SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. HISTÓRIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do**

Historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.p. 258. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqr49>. Acesso em 13 dez de 2021. P. 258.

DIWAN, Píetra. **Raça pura:** uma história da eugenia no Brasil e no mundo / Pietra Diwan. - 2. cd., 3a reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2015.

Jornal Gazeta do Norte. Julho de 1939. Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, MARIA CONCEIÇÃO DA. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil:** a saúde como proposta de regeneração nacional. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/nJkjQHMPsb33WB3L4QHdRZN/>. Acesso em: 22 de out. 2023.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal:** o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiro no Brasil (1941 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MONTEIRO, Filipe Pinto. **O “racialista vacilante”:** Nina Rodrigues e seus estudos sobre antropologia cultural e psicologia das multidões (1880-1906). Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 193-215, jan./abr. 2020. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 22 de Nov. de 2023.

PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno.** Bauru, SP: EDSC, 2004. p. 117.

Revista de Imigração e Colonização. 1942, n.3 e 4; 1946,nº2; 1946, nº3; 1947,nº1; 1950,nº2.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **As Idéias Eugênicas no Brasil:** ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cqF46>. Acesso em 04 de abril de 2022.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. **O sanitário (re)descobre o Brasil**. In: Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história/ Carlos Fidelis e Ialê Falleiros organizadores. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8: RESISTÊNCIAS ENTRE 1960 E 1980.

Dom Waldyr Calheiros: o “Bispo Vermelho” e a resistência católica no Sul-Fluminense (1966-1999)

João Marcelo Amaral Machado³¹⁸

Resumo: O presente trabalho busca analisar a trajetória política e de resistência de Dom Waldyr Calheiros durante o seu bispado na Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, de 1966 a 1999. Sua crítica e oposição ao regime militar, junto de outros bispos da Igreja Católica, rendeu a ele o apelido de “Bispo Vermelho”. A partir de suas ações de enfrentamento e defesa dos trabalhadores, religiosos e militares que, da sua maneira, resistiam à ditadura e as violações perpetradas por seus agentes, Dom Waldyr conseguiu formar uma rede de proteção e denúncia das violações de direitos humanos ocorridas no 1º Batalhão de Infantaria Blindada, de Barra Mansa/RJ. Pretende-se, por fim, entender como a atuação de Dom Waldyr auxiliou a defesa e atuação de diversos opositores do regime e teve sua personalidade marcada pela resistência às violações e defesa dos perseguidos.

Palavras chave: Ditadura, Dom Waldyr Calheiros, Sul-Fluminense.

³¹⁸ Mestrando e graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-mail: joaomarcelo.amaral@estudante.ufjf.br

Abstract: This study aims to analyze the political and resistance trajectory of Dom Waldyr Calheiros during his episcopacy in the Diocese of Barra do Piraí-Volta Redonda from 1966 to 1999. His criticism and opposition to the military regime, alongside other bishops of the Catholic Church, earned him the nickname "Bispo Vermelho". Through his confrontational actions and defense of workers, religious individuals, and military personnel who, in their own ways, resisted the dictatorship and the violations perpetrated by its agents, Dom Waldyr managed to establish a network for the protection and denunciation of human rights abuses at the 1st Batalhão de Infantaria Blindada in Barra Mansa/RJ. In conclusion, the aim is to understand how Dom Waldyr's actions assisted in the defense and activities of various regime opponents, marking his personality with a steadfast resistance against violations and advocacy for the persecuted.

Keywords: Dictatorship, Dom Waldyr Calheiros, South Fluminense.

Introdução

A cidade de Volta Redonda foi um local estratégico durante a ditadura militar brasileira. O município da região Sul-Fluminense havia sido o escolhido alguns anos antes, em 1941, para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A produção na Companhia, juntamente com as siderúrgicas da cidade vizinha, Companhia Siderúrgica Barbará e Siderúrgica Barra Mansa, transformaram a região na maior produtora de coque, ferro-gusa e aço do país (POLL, 2016).

Para maior controle social dessa região de grande importância econômica do país, foi instalado na cidade vizinha, Barra Mansa, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), a uma distância de menos de 10 quilômetros da CSN, com uma função principal de trabalhar em estreita articulação com a Companhia Siderúrgica (GHAZZAOUI, 2016). O 1º BIB já atuava na repressão

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

perseguição dos movimentos operários e grevistas antes mesmo do golpe militar de 1964, segundo registros da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda há operações envolvendo a coibição desses movimentos nos anos de 1956, 1957, 1963 e 1964.

E, após o golpe militar, as atividades do 1º BIB foram se tornando cada vez mais frequentes, agindo inclusive logo no dia 1º de abril daquele ano. Os militares do Batalhão, articulados com a Diretoria Industrial da CSN, foram convocados para reprimir o movimento grevista que alguns trabalhadores planejavam iniciar em resposta à deposição do presidente João Goulart. Após esses incidentes iniciais, a diretoria da CSN solicitou uma ampliação da presença de soldados do Batalhão e também a fixação de residência de sargentos e oficiais em locais mais próximos à Companhia.

É nessa atmosfera social que se tem a chegada de Dom Waldyr Calheiros de Novaes para posse como bispo da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, em 8 de dezembro de 1966. Porém antes de analisarmos a atuação de Dom Waldyr na região Sul-Fluminense é necessário compreender a sua história e o que o levou a lutar constantemente por justiça social.

Menino de Murici

Waldyr Calheiros de Novaes nasceu no município de Murici, estado de Alagoas, em 29 de julho de 1923. Vindo de família humilde, era filho de Modesto Correia de Novaes, dono de uma pequena propriedade rural e comerciante, com Maria Calheiros de Novaes, dona de casa. Waldyr possuía mais quatro irmãos e duas irmãs, sendo o menino caçula da família. E desde muito cedo começou a ajudar o pai nos trabalhos do cultivo da cana-de-açúcar.

Aos 14 anos de idade, Waldyr entrou para o seminário na capital Maceió, o qual permaneceu de 1937 a 1944. Ao final desse ano, transfere-se para o seminário do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, em busca de aprimorar seus estudos de Teologia. Waldyr passa a atuar como professor e posteriormente como vice-reitor no seminário do Rio Comprido, até 1957, quando é designado para a paróquia de São Francisco Xavier e chega a assumir a função de pároco. Durante

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

esse período, ele passa a ter um maior contato com a Juventude Operária Católica (JOC), além da Pastoral de Casais e do Movimento Familiar Cristão, ambos grupos que se dedicavam ao relacionamento cristão com a família (VASCONCELOS e RODRIGUES, 2018).

No início do ano de 1964, Dom Waldyr é ordenado bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A cerimônia ocorreu no dia 1º de maio, dia de São José Operário e também dia dos trabalhadores, algo que ficou marcado pessoalmente como uma data significativa para sua atuação posteriormente, sempre ligado a classe trabalhadora e explorada.

Dom Waldyr atua pouco tempo como bispo auxiliar e, menos de dois anos depois, toma posse na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, no dia oito de dezembro de 1966, por onde permaneceu até seus últimos dias.

Bispo “Vermelho” Dom Waldyr Calheiros

Ao chegar na região Sul-Fluminense, Dom Waldyr teve que enfrentar uma série de questões delicadas logo no início de seu bispado. A primeira seria a implantação da renovação proposta pelo Concílio Vaticano II, concluído em 1965 e que definiu novas diretrizes para atuação da Igreja Católica na sociedade contemporânea.

O Concílio Vaticano II, por um lado, criou um ambiente em que os episcopados pudessem debater, revisar e aprofundar as questões internas da Igreja Católica como uma aproximação às demais Igrejas, uma inserção das comunidades cristãs e religiosas, um diálogo com outras religiões cristãs e com a sociedade moderna, principalmente, com a ciência. (SILVA, 2012)

Outro problema que Dom Waldyr precisou enfrentar logo que chegou em Volta Redonda foi a manifestação de três padres da diocese pelo fim do celibato. Eles haviam deixado o ministério e se casado, mas estavam inconformados com essa situação. E, para além desses, também haviam

as perseguições e prisões de membros de movimentos da Igreja Católica por parte dos militares do 1º BIB, que afetavam os relacionamentos políticos com os militares da região.

A partir de 1969 há uma mudança no apoio declarado ao regime militar por parte de dois bispos importantes da Igreja. Dom Aloísio Arlindo Lorscheider e Dom Helder Câmara, que haviam apoiado o golpe, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, emitiram uma nota em repúdio as violações que eram cometidas por parte dos militares. Esse movimento levou os bispos que já eram críticos do regime a adotarem uma postura ainda mais antagonista. Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Adriano Hipólito, Dom Frei Vital João Geraldo, Dom Clemente Isnard e Dom Waldyr Calheiros, junto com Dom Aloísio e Dom Helder, ficaram conhecidos a partir de então como “Bispos Vermelhos” pelos posicionamentos de enfrentamento ao regime.

Os bispos então passaram a adotar uma postura conjunta entre eles, utilizando do poder e potência de duas falas passaram a denunciar as violações cometidas por militares. Muitas vezes os bispos também trocavam correspondências e informações entre eles, em busca de apoio e aconselhamentos³¹⁹.

O caso JUDICA

Um dos primeiros desentendimentos de Dom Waldyr com os militares do 1º BIB ocorreu em novembro de 1967, com menos de um ano de bispado e antes mesmo das mudanças de postura a partir de 1969. Na noite do dia 5 daquele mês, quatro jovens dirigentes da Juventude Diocesana Católica (JUDICA) decidiram espalhar um panfleto de protesto em alguns bairros da cidade de Volta Redonda. A ação contou com Carlos Rosa de Azevedo, autor do panfleto e quem possuía uma visão mais politizada, Natanael José da Silva, presidente da JUDICA, Jorge Gonzaga,

³¹⁹ Memórias de quatro “bispos vermelhos” durante a ditadura. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/memorias-de-quatro-bispos-vermelhos-durante-ditadura-18111438> . Acesso: 04/01/2024.

diretor esportivo e cultural do grupo, e o diácono francês Gui Michael Camille Thibault, que dirigia a Kombi da Diocese (CMV-VR, 2015).

Após algumas horas de conversa sobre assuntos filosóficos, religiosos e políticos, eles decidiram distribuir os panfletos produzidos por Carlos nos bairros operários da cidade. O panfleto trazia uma série de denúncias dos problemas sociais brasileiros, discorria sobre a alta taxa de mortalidade infantil, as doenças que acometiam a população, o problema da fome e do desemprego, além das violações de direitos e perseguições à Igreja Católica por parte do regime militar.

No Brasil, morrem, por dia, 1000 crianças vítimas da FOME; Para cada morto que nos fica, como resultado da fome, da miséria, da doença, fruto da exploração dos Estado Unidos, vai para os cofres americanos a soma do Cr\$2.500.000,00Ø. Este governo é anti cristão. Lançou a classe média à pobreza e a classe pobre a miséria. É uma DITADURA a serviço do Imperialismo americano. Pois os operários são massacrados, sem salários, sem direitos, forçados a leis desumanas e ao alto custo da vida.

(Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 1. CMV-VR, 2015, grifos do autor.)

Porém, os jovens estavam sendo seguidos por uma patrulha da Polícia do Exército e durante a madrugada, no bairro Retiro, eles foram abordados e detidos pelos militares. Segundo o relato de Jorge Gonzaga, durante o traslado dos jovens para o Batalhão em Barra Mansa, ele já teria recebido agressões físicas e verbais (ESTEVEZ, 2015).

As violações cometidas por parte dos militares não cessaram no traslado. Após a detenção no 1º BIB, os quatro jovens ficaram mantidos incomunicáveis por um mês, prazo estabelecido para apuração do Inquérito Policial Militar (IPM). Durante primeira noite os jovens permaneceram juntos e combinaram os depoimentos, no qual Carlos Rosa assumiria toda a responsabilidade da ação.

Na manhã do dia 6, o coronel Armênio Pereira anunciou para a tropa a prisão de quatro comunistas com a Kombi da Igreja e, em poucas horas, a notícia já havia chegado até o bispo. Buscando se inteirar mais da situação dos jovens Dom Waldyr solicitou ao Padre Euler, que possuía

uma proximidade com os militares, um parecer oficial da situação. Porém, ao ser questionado pelo sacerdote, o coronel Armênio negou a detenção e apreensão do veículo. Indignado com a resposta, Dom Waldyr escreveu e enviou um bilhete direto ao coronel.

Não obstante a declaração negativa de V. Excia, ao nosso enviado, Pe. Euler, quanto à detenção de nossa kombi com quatro rapazes, tenho certeza que a afirmação de V. Excia. não corresponde à verdade. Obrigou-me a informação de V. Excia. a procura-los “bobamente” em outras partes da Diocese.

(Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 1. CMV-VR, 2015)

Dom Waldyr também solicitou ao coronel tratamento “como pessoas humanas, responsáveis pessoais de seus atos” (CMV-VR, 2015), fazendo forte referência as já cientes torturas que eram realizadas no interior do Batalhão e afastando a Igreja Católica politicamente da ação dos jovens.

Ao mesmo tempo que buscava um afastamento institucional da Igreja, Dom Waldyr desceu a serra a caminho da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Rio de Janeiro, em busca de ajuda para solução das detenções. Naquela tarde, porém, a temperatura entre as instituições se elevou. O comandante do 1º BIB ordenou uma diligência na sede do Bispado em busca de provas de subversão contra os jovens detidos. Mas, por ordem de Dom Waldyr, a Irmã Elizabeth, que residia na casa do Bispo, não permitiu a entrada dos militares, que permaneceram na porta até residência até o início da noite (CMV-VR, 2015).

A diligência foi realizada no dia seguinte, já com a presença de Dom Waldyr, e marcou o início de uma nova relação entre a Igreja Católica e o regime militar na região Sul-Fluminense. A Comissão Municipal de Volta Redonda destaca que a invasão militar ao Bispado foi algo sem precedentes na relação Igreja- Estado no Brasil, sendo considerado um ato simbólico de agressão e o início do rompimento da aliança selada no golpe de 1964 (CMV-VR, 2015).

Inconformado com a situação, Dom Waldyr buscou a imprensa do Rio de Janeiro para explicar o fato e marcar a posição pastoral. Uma carta foi enviada e publicada pelo Jornal do Brasil

no dia 14 de novembro de 1967 e ficou conhecida como “Os Sete Pecados Capitais”, nela Dom Waldyr denunciava uma série de causas sociais, bem semelhantes ao panfleto de Carlos Rosa.

No mesmo dia, D. Waldyr enviou ao Coronel Armênio uma cópia da carta publicada, completando-a dizendo que não era responsável pela interpretação de terceiros e complementava dizendo que não era responsável pela interpretação de terceiros: “Isto foi o que falei. Quanto às interpretações e comentários que queiram fazer em torno da nota não são de minha responsabilidade” (ESTEVEZ, 2011). Quatro dias depois, o Bispo fez diversas cópias da reportagem publicada no JB e enviou para todas as comunidades da Diocese, com a ordem de serem lidas na missa dominical como “Esclarecimento do Bispo”, podendo o fazer, inclusive, no lugar do sermão (ESTEVEZ, 2015).

No dia 26 de novembro o pedido de Habeas Corpus foi deferido pelo ministro general Pery Constant Bavalacqua do Superior Tribunal Militar (STM). A CMV-VR traz a informação de que no final do ano seguinte, após a promulgação do Ato Institucional nº5, o General Pery foi aposentado compulsoriamente pela ditadura. O julgamento do Habeas Corpus, pelo então ministro militar, se deu com base no entendimento de que a prisão dos quatro jovens e a sua incomunicabilidade teria ocorrido de maneira ilegal e determinou a imediata liberação.

Após o relatório final do IPM do caso JUDICA ocorreu o julgamento dos quatro jovens. No dia 20 de junho de 1969, o STM condenou o diácono francês Guy Michel pela pena de banimento do país, Natanael José foi condenado a 10 meses de prisão, Jorge Gonzaga a 9 meses de prisão e Carlos Rosa condenado a 1 ano e meio de prisão na Base Aérea de Santa Cruz (CMV-VR, 2015).

Greve de 1988

Anos mais tarde, após o fim da ditadura militar no Brasil, o clima de tensão permanecia presente na região Sul-Fluminense. Uma série de greves foram realizadas por parte dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, seja por melhoria salarial, melhores condições

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

de trabalho ou redução da carga horária – questões muito semelhantes aquelas levantadas 20 anos antes pelo jovem Carlos Rosa. Em muitas das greves dos anos 80, o Exército foi chamado para realizar intervenções na Usina, mesmo após ao fim do regime.

Em uma dessas greves, a terceira do ano de 1988, teve um dos acontecimentos mais emblemáticos e triste do movimento sindical brasileiro. No dia 07 de novembro, os operários da CSN iniciaram uma paralização pautada em quatro eixos principais: “reposição da perda salarial dos funcionários da CSN; aumento real de 17,68% sobre a Unidade Referencial de Preços; a implantação do turno de seis horas; e a readmissão, conforme a nova Constituição, dos que haviam sido demitidos desde 1984 em pequenas paralisações.” (COSTA et al., 2001).

O movimento grevista teve grande apoio dos trabalhadores da Companhia, como a entrada de 5 mil operários na Usina, puxados pelo carro de som do sindicato, logo às 8h30. A Direção da CSN, preocupada com a manifestação, entrou em contato com os órgãos jurídicos responsáveis. O juiz da 3ª Vara Cível requisitou a ação da Polícia Militar para o cumprimento da ordem (CMV-VR, 2015).

Durante a tarde, uma nova confusão envolvendo os trabalhadores e a PM ocorreu. Um policial militar, que havia atirado para o alto, foi desarmado por um dos grevistas. Além de um grupo conseguir mover a mão um caminhão dos bombeiros parado em frente a entrada da Usina, com intuito de impedir a entrada do carro de som do Sindicato. Após todos os ocorridos, as tropas do exército invadiram novamente a Usina, terceira vez no ano e sexta desde o fim da ditadura, dessa vez com uso extremo de violência e mais de 2 mil homens. Os arredores da CSN se transformaram numa verdadeira praça de guerra, mas importante destacarmos que, segundo a CMV-VR, não houve confronto entre os trabalhadores grevistas e militares, uma vez que não se pode qualificar como confronto um embate com tamanha desproporcionalidade. De um lado estavam homens a mando e com poderio do Estado, portando fuzis, baionetas e metralhadoras – com balas reais e de festim, além da presença de tanques e bombas, e do outro lado, trabalhadores com pedras e pedaços de ferro, na tentativa de defesa improvisada e com material encontrado a esmo.

Durante a tentativa de entrada a força da Usina e da escalada do uso de armamento bélico, três operários ficaram gravemente feridos e vieram a óbito, Walmir Freitas (morto com um tiro fatal de fuzil nas costas), Willian Fernandes (com um tiro fatal de fuzil no pescoço) e Carlos Augusto Barroso (com esmagamento traseiro do crânio por golpes e coronhadas de fuzil). Os três tinham entre 19 e 27 anos (CMV-VR, 2015). Ao todo tiveram 35 feridos, para além dos 3 jovens mortos, sendo 22 operários e 13 transeuntes.

Na madrugada do dia 9 para dia 10 de novembro, houve uma reunião para negociação da trégua. Estiveram juntos em um hotel, próximo a CSN, o Dep. Federal e sindicalista Juarez Antunes, o também sindicalista Wanderlei Barcelos, o presidente da Companhia Juvenal Osório e o general José Luiz Lopes. A reunião contou com a presença dos intermediadores, entre eles o bispo Dom Waldyr Calheiros e o prefeito da cidade Marino Clinger. Os grevistas se retiraram da Usina, mas mantiveram de pé a greve. Havia um compromisso moral de honrar as mortes dos companheiros (CMV-VR, 2015).

A atuação de Dom Waldyr como intermediário e conselheiro do movimento sindical foi de suma importância. No domingo, 13 de novembro, foi realizada uma grande missa, com mais de 40 mil pessoas presentes na Praça Brasil, presidida pelo Bispo. A cerimônia também contou com a presença de clérigos de dioceses vizinhas, entre eles Dom Adriano Hipólito e Dom Mauro Morelli. Ao final da missa, Dom Waldyr afirmou: “Podem arrancar uma flor, duas, três... muitas flores... mas não conseguirão deter a nossa primavera” (CMV-VR, 2015).

Conclusão

A presença e participação ativa do bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes foi de suma importância para a redução e solução de conflitos na região Sul-Fluminense antes, durante e após a ditadura militar brasileira. Com o apoio por parte do bispo e de grande parte da Igreja, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional obtiveram uma série de vitórias trabalhistas ao longo dos anos, principalmente após a redemocratização. Essa figura central na luta dos direitos humanos e

trabalhistas na região Sul-Fluminense ficou eternizado em uma série de homenagens após sua morte.

Duas das principais e mais significativas estão ligadas à Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros - Volta Redonda, que carrega em seu nome uma homenagem a atuação do bispo na região, e que também durante seus trabalhos conseguiu a substituição do nome de um logradouro público que homenageava o general Emílio Garrastazu Médici para ponte Dom Waldyr Calheiros de Novaes.

Importante olharmos para a Comissão Municipal como um local de escuta e de institucionalização de memórias coletivas sobre as violações de direitos humanos (BAUER, 2017). E, no caso de Volta Redonda, temos também a institucionalização da figura importante de Dom Waldyr, um dos maiores símbolos de resistência e da luta pelos direitos humanos na região Sul-Fluminense.

Referências Bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira. Como Será o Passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

COSTA, Celia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. (Orgs.) O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ESTEVEZ, Alejandra. Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos. In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011. v. 1.

ESTEVEZ, Alejandra. Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar. *Revista Brasileira de História (Online)* , v. 35, p. 207-232, 2015.

GHAZZAOUI, Eminny. Entre a barbárie e a cultura: disputas na construção das memórias do antigo 1º batalhão de infantaria blindada de barra mansa (2013-2017). *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias*, Niterói, 2018.

POLL, Ana Paula. Memória social e esquecimentos, repressão e resistência no sul fluminense. *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*, Rio de Janeiro – São Paulo, 2016.

RODRIGUES MARQUES, M.; BESERRA DE VASCONCELOS, C. Marcas de um novo tempo: os ideários da Conferência Episcopal de Medellín na trajetória de D. Waldyr Calheiros de Novaes. *Revista Encontros Teológicos*, [S. l.], v. 33, n. 2, 2018. DOI: 10.46525/ret.v33i2.860. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/860>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. A atuação do bispo d. Waldyr Calheiros de Novaes frente à Diocese de Barra do Piraí/Vota Redonda. In: *Ofício do Historiador: ensino e pesquisa.*, 2012, São Gonçalo, RJ. *História do Tempo Presente: o conhecimento histórico e seus atores no espaço público.*, 2012.

VOLTA REDONDA. Comissão Municipal da Verdade “Dom Waldyr Calheiros” (CMV-VR). *Relatório Final (2013-2015)*. Volta Redonda, 2015.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Pensar o exílio como um espaço de protagonismo político: O Grupo Brizola e seus intentos de resistência a partir da fronteira sul gaúcha

Darlise Gonçalves de Gonçalves³²⁰

Resumo: Após o Golpe diversas lideranças vinculadas ao governo deposto exilaram-se no Uruguai, país que passou a ser considerado o principal destino da geração de 1964. Logo formou-se na sua capital uma considerável comunidade de brasileiros que não demorou para articular-se em grupos ideológicos que defendiam diferentes linhas de ação para a retomada da democracia em seu país de origem. Dentre esses grupos a presente comunicação volta-se para aquele formado ao redor da figura do ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Destinando especial atenção para as estratégias empregadas por alguns de seus membros para articular a resistência e retomada da ordem democrática no Brasil.

Palavras-chaves: Exílio; Travessias; Grupo Brizola; Resistências; Fronteira.

Abstract: After the coup, several leaders linked to the deposed government went into exile in Uruguay, a country that came to be considered the main destination of the 1964 generation. Soon a considerable community of Brazilians was formed in its capital, which did not take long to articulate itself in ideological groups that defended different lines of action for the resumption of democracy in their country of origin. Among these groups, this communication focuses on the one

³²⁰ Doutoranda e mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. Financiamento: CAPES. Contato: darlisehistoriadora@yahoo.com.

formed around the figure of the former governor gaúcho Leonel Brizola. Paying special attention to the strategies employed by some of its members to articulate the resistance and resumption of the democratic order in Brazil.

Keywords: Exile, Travessias, Leonel Brizola, Resistance, Border.

Notas Introdutórias a Respeito do Exílio Brasileiro no Uruguai

Com a deposição do presidente democraticamente eleito João Goulart em 1964, grande parte dos indivíduos vinculados ao trabalhismo brasileiro tiveram de se exilar no Uruguai, país de longa tradição democrática, fazendo com que sua capital fosse convertida em um polo do exílio brasileiro durante os primeiros anos da ditadura. Para lá migraram funcionários públicos cassados pelo A-1, lideranças sindicais e estudantis, dentre outras figuras ligadas a ebulição social dos anos anteriores, bem como, gente comum vinculada de uma forma ou de outra ao cenário político anterior, como foi o caso das esposas e demais familiares de indivíduos de expressiva atuação política no cenário nacional do pré-golpe. Dando início à o que Denise Rollenberg vai denominar como Primeira Geração de Exilados Brasileiros³²¹.

Em um de seus estudos Enrique Serra Padrós levanta alguns pontos que levaram a escolha pelo país vizinho, e principalmente por sua capital enquanto local de morada e rearticulação das lutas. Primeiramente é digno de destacarmos que durante o século XX, até finais da década 1960, o Uruguai era considerado um “país de tradição democrática consolidada, plena, não reduzida a

³²¹ Em seu estudo Rollemberg (1999) categoriza o movimento exilar brasileiro decorrente da ditadura de 1964 a partir da existência de duas gerações, tomando o conceito de geração enquanto um elemento de periodização e categorização espacial. A primeira delas constituiu-se logo após o golpe e fixou-se principalmente pela América Latina. Já a segunda geração formou-se logo após o AI-5 em 1968, esta por sua vez foi composta, sobretudo, por integrantes da luta armada brasileira e teve como principal destino a Europa.

meros aspectos formais” (Padrós, 2014: 95). Devido a isso, ainda de acordo com o autor, “os perseguidos políticos brasileiros, ao chegarem a Montevideu, se deparavam com uma vivência de liberdade que lhes permitia desenvolver níveis de atuação, ação e contatos” (p.97), uma vez que a sociedade uruguaia os recebera muito bem “corroborando a corriqueira tradição oriental de acolhida a quem se sentia ameaçado no seu país de origem” (p.97). E, no que diz respeito aos gaúchos, o laço de proximidade entre os países e aspectos da cultura partilhados também contribuíram para essa escolha.

Diante do exposto, é interessante compreendermos minimamente a dinâmica que esses indivíduos assumem no exílio. Embora os grupos mais visados sejam aqueles que se forjaram ao redor dos petebistas Leonel Brizola e João Goulart, existiam quatro grupos políticos que aglutinavam a massa de exilados brasileiros. Esses são minuciosamente descritos no informe 687 de dezembro de 1966, emitido pelo CIEEX³²²:

1) Grupo de João Goulart: composto por Juan Alonso Mintegui³²³, Amaury Silva³²⁴, Ivo Magalhães³²⁵, Faustino Moacir de Souza³²⁶, Humberto Menezes Pinheiro³²⁷ e Luiz Claudio Braga Duarte³²⁸. Sendo esses os principais nomes apontados no relatório, os agentes do CIEEX ainda destacaram que grande parte das vinculações estabelecidas com o ex-presidente se davam por

³²² Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEEX. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-137. Localização: BRDFANBSBIE.

³²³ Assessor de Goulart, citado na biografia da primeira-dama como João. Alonso Mintegui, natural de Santana do Livramento, era adido comercial do Brasil no Uruguai. Foi ele o responsável por acolher Maria Thereza e os filhos no Uruguai assim que eles deixaram o Brasil.

³²⁴ Ministro do Trabalho durante o governo João Goulart.

³²⁵ Assessor de Goulart no exílio foi prefeito de Brasília de 1962 a 1964.

³²⁶ Não localizamos informações a seu respeito para além do que aqui apresentamos.

³²⁷ Bancário de expressiva atuação no movimento sindical dessa classe, sendo eleito o primeiro presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec). Teve seus direitos políticos suspensos pelo AI-1 e precisou se exilar no Uruguai.

³²⁸ Também conhecido apenas como Claudio Braga, foi deputado estadual em Pernambuco, tendo sido cassado pela ditadura. No exílio passou a assessorar Jango e, também, era o gerente do Hotel Alhambra, onde Goulart possuía um escritório. O espaço era tido como “ninho dos Brasileiros” (Willian, 2019: 290).

interesses financeiros, com exceção de “Amaury Silva e possivelmente de Humberto Menezes Pinheiro”³²⁹. O relatório ainda coloca que “Goulart conduz com descrição suas atividades políticas e seus contatos com outros asilados”³³⁰, e que Alonso Mintegui e Faustino Moacir de Souza são os responsáveis por estabelecer os contatos políticos e servem também de intermediários para os negócios dele.

Quanto aos contatos com o Brasil o relatório aponta que estes eram constantes seja por intermédio de mensageiros que chegavam à sua estância em Tacuarembó ou em Montevideu. Já os contatos com outros grupos no exílio eram feitos por intermediários: com o grupo de Brizola o responsável era Juan Alonso Mintegui, diante da inexistência de relações entre os cunhados, e com o grupo de Aragão³³¹ era Amaury Silva. Já com o grupo sindical Goulart possuía estreitas ligações.

2) Grupo militar liderado por Candido Aragão: De acordo com o informe após a criação do Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), seu líder Candido Aragão buscou estreito entrosamento com o grupo de Brizola. Entretanto, dada a divergências internas foi se produzindo gradual afastamento e “os mais recentes informes indicam a existência de um total antagonismo entre os chefes do grupo “militar” e brizolista, situação esta que, na falta de algum fato novo e aglutinante, tenderá a perdurar”³³². Entretanto, apesar do afastamento entre os líderes, os integrantes de ambos grupos ainda mantinham contato.

O mesmo documento ainda aponta as vinculações do grupo com Havana e as ligações do MRMN com o Partido Comunista Uruguaio (PCU) “o qual está fornecendo acomodações e

³²⁹Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-122.

³³⁰Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121.

³³¹O Almirante Cândido Aragão era comandante dos fuzileiros navais durante o governo Jango. Favorável as reformas de base, participou de diversas atividades em defesa destas, foi preso logo após o golpe e viveu quinze anos no exílio.

³³²Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 124.

recursos financeiros para a instalação de integrantes do grupo “militar” em Montevideu”³³³. Também existiram pontos de ligação entre o grupo militar e João Goulart através de Amaury Silva, Braga Duarte e Humberto Pinheiro, já com o grupo sindicalista o ponto de união era Paulo Melo Bastos, um dos dirigentes do PCB no Rio Grande do Sul. Os contatos com o Brasil eram feitos por membros da família de Aragão que constantemente viajavam entre os dois países e por militares cassados ou não, dentre os quais o informe cita: os brigadeiros Lino³³⁴ e Francisco Teixeira³³⁵. Por fim o documento acusa que após a ocorrência de divergências houve a mudança de nome do agrupamento para RAN (Resistência Armada Nacionalista), fazendo uso do símbolo de uma Rã.

Enfrentamos um problema durante o decorrer desse estudo para compreender a real configuração do grupo militar ligado a Brizola. Em diversos documentos consultados durante nossa investigação percebemos que as nomenclaturas que designam esse grupo variam entre: Resistência Armada Nacionalista (RAN); Movimento Nacional Revolucionário (MNR); Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e Movimento Revolucionário Nacionalista (MORENA). Entretanto, para apontarmos o porquê disso, se foi devido a cisões internas ou apenas desconhecimento dos órgãos da ditadura, seria necessário um estudo mais aprofundado a respeito da trajetória desse grupo político, e isto foge aos nossos objetivos atuais. Diante disso, embora por vezes tenhamos empregado as outras nomenclaturas, respeitando o modo como o grupo é apresentado nas fontes, optamos por nos referir a ele como MNR por ser essa a forma que recorrentemente este é apresentado na literatura referente ao período.

3) Grupo de Brizola: Um dos primeiros aspectos levantados no relatório é a liberdade de movimento da qual, embora internado no Balneário de Atlântida³³⁶, gozava o líder petebista. Seus

³³³ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 124.

³³⁴ Não localizamos informações a seu respeito.

³³⁵ Em 1962 foi nomeado comandante da III Zona Aérea (III ZA), no Rio de Janeiro. Após o golpe, Francisco, que era considerado o líder da ala militar nacionalista na Aeronáutica, foi exonerado de suas funções e preso.

³³⁶ O internamento de Brizola no Balneário de Atlântida ocorreu em fevereiro de 1965 após inúmeras pressões da ditadura brasileira sobre o governo uruguaio. O detalhamento do caso pode ser consultado em Leite (2015).

assessores naquela localidade são: Eno Cristiano Becker³³⁷, Átila Cavaleiro Escobar³³⁸ e Pedro, que atua como seu motorista. Os indivíduos Francisco Lages dos Santos³³⁹, que residia em casa alugada por Brizola, Helio Souza³⁴⁰ e Brandão³⁴¹ deixaram Atlântida após desentendimentos com Brizola. Segundo o informe a preocupação de Brizola em reduzir seus gastos teria sido um dos motivos de descontentamento de seus liderados. Assim, Lages e Helio rumaram ao Brasil, já Brandão passou a residir em Montevidéu. Em Pando (UY), na granja de propriedade do ex-governador viviam os ex-sargentos: Edgar Alves Maia e Alberto dos Santos Benevides, bem como, Isidoro Viana Gutierrez, que administrou a propriedade até 1968 quando aparentemente se desentendeu com o grupo brizolista.

Ainda sobre as finanças de Brizola, o relatório informa que ele estaria contribuindo com o jornal comunista “Época”, o que lhe permitiria influenciar as notícias publicadas a respeito do Brasil no referido periódico. Também são mencionados os recursos financeiros enviados por Cuba, bem como, as vagas existentes nas escolas de guerrilheiros criadas por aquele governo.

Os responsáveis por estabelecer contatos com a Ilha eram Neiva Moreira³⁴² e Aluísio Palharno Pereira³⁴³. Também são apontadas as ligações de Brizola com elementos oriundos de

³³⁷ A trajetória de Becker será apresentada na sequência, pois ela se intercrusa com o esquema montado pelo Cônsul Uruguaio na fronteira Jaguarão.

³³⁸ Tem. Cel. da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

³³⁹ Vereador pelo PTB em Pelotas deposto pelo golpe.

³⁴⁰ Suspeitamos tratar-se de Helio Souza Minuto, Helio Minuto, figura que posteriormente viria a se conectar com os membros das Forças Armadas Revolucionárias de Pelotas (FARP). Hélio era funcionário público estadual e foi afastado de seu emprego após o golpe.

³⁴¹ Não localizamos indícios de quem se trate.

³⁴² O ex-deputado Neiva Moreira é apontado na pesquisa realizada por Leite (2015) enquanto membro da alta cúpula do grupo brizolista, sendo um de seus principais assessores em Montevidéu. Ainda segundo a autora, também assessoravam Brizola na capital uruguaia: Paulo Schilling, Dagoberto Rodrigues, Paulo Valente, Nilo Silveira e Lélío de Carvalho.

³⁴³ Foi presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro por dois mandatos consecutivos, liderou em 1961 a greve geral de sua categoria em defesa de aumento salarial e do 13º salário. Em agosto de 1963, foi eleito presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec). Com a ditadura a Contec sofreu intervenção do Ministério do Trabalho e Aluísio foi cassado pelo AI-1. Viveu no México até final de 1964, após

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

países comunistas que estavam de passagem pelo Uruguai bem como o seu “bem organizado” serviço de correio com o Brasil a partir da atuação de elementos localizados na fronteira do Rio Grande do Sul.

Entretanto, apesar da bem estruturada rede de relações, o CIEX apontou em seu relatório a deterioração a qual vinha sofrendo a liderança de Brizola durante os últimos seis meses (julho a dezembro). Segundo aponta, os principais motivos seriam:

- a) O fracasso das ações subversivas planejadas e executadas pelo grupo;
- b) Cisões internas envolvendo o RAN;
- c) A inação de Brizola no último semestre no que diz respeito a condução das ações subversivas;
- d) Escasseamento de recursos, Brizola estaria se recusando a prestar assistência financeira a vários de seus colaboradores.

4) Grupo sindical: é o que mais transita pelas outras agrupações. Seus principais nomes são: Dante Pellacani³⁴⁴, Oswaldo Pacheco³⁴⁵, Demistóclides Batista³⁴⁶ e Djalma Maranhão³⁴⁷

esse período exilou-se em Cuba retornando em 1970 ao Brasil como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi preso no dia 9 de maio do ano seguinte em São Paulo.

³⁴⁴ Sindicalista, foi uma das lideranças ativas durante o comício pelas reformas de base.

³⁴⁵ Foi presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, SP, 1945-1947 e da Federação Nacional dos Estivadores, 1960; Fundador da União dos Sindicatos de Santos/SP; Secretário-geral do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 1962; foi também Primeiro-secretário do CGT, 1963, e membro do Conselho Administrativo da Cooperativa dos Trabalhadores Sindicalizados de Santos, SP. Foi, também, deputado federal constituinte, como Vice-Líder do PCB durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

³⁴⁶ Foi Deputado Federal do Rio de Janeiro de 1963 a 1964 (PST). Foi, também, presidente do Sindicato dos Ferroviários, 1954; Mobilizador Sindical na Baixada Fluminense; Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, RJ, 1959; Membro do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 1962.

³⁴⁷ Prefeito de Natal-RN deposto pela ditadura.

vinculados também ao grupo de João Goulart; Paulo Schilling³⁴⁸, Maia Neto³⁴⁹ e Neiva Moreira estavam entre o círculo de apoio direto de Brizola e, por fim, Paulo Melo Bastos e Osmildo Stafford da Silva³⁵⁰ também se faziam presentes no grupo militar. O informe também faz referência às constantes viagens de quase todos estes indivíduos ao Brasil e a Europa.

De acordo com o documento, este grupo é o principal responsável pelo “trabalho de desinformação desenvolvido, com a cooperação de sindicalistas comunistas uruguaios, nos círculos políticos, intelectuais e de imprensa daquele país”³⁵¹. A partir, dentre outros meios, do uso do boletim da Associação de Bancários do Uruguai.

De uma maneira geral, ao observarmos os quatro grupos podemos perceber que alguns elementos gravitam entre um grupo e outro tecendo conexões entre eles, conforme buscamos demonstrar na análise do referido documento. Entretanto, vamos nos ater aqui aos contatos de Brizola, estabelecendo um cirúrgico recorte em sua teia de relações às bases do MNR forjadas no exílio e seus membros que transitavam pela fronteira sul do Rio Grande do Sul, apresentando um estudo de caso a partir da experiência de resistência desenvolvida na fronteira Jaguarão. Sendo essa uma das principais rotas utilizadas durante a fase insurrecional do grupo.

Em Jaguarão Brizola mantém um bem organizado “correio” entre os dois países

Muitos foram os intentos de rearticulação dessa comunidade de exilados no Uruguai. Tais investidas variaram ao longo dos anos de livre manifestação política naquele país, e foram de ações armadas diretas até alianças com políticos locais, bem como, episódios de resistência a partir da imprensa. Dentre os intentos de ações armadas para a derrubada da ditadura surgiu, ainda nos

³⁴⁸ Escritor e jornalista, apoiador da reforma agrária no Rio Grande do Sul nos anos 1950.

³⁴⁹ João Candido Maia Neto foi um jornalista gaúcho.

³⁵⁰ Bancário.

³⁵¹ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 130.

primeiros meses de exílio, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), composto principalmente por oficiais subalternos nacionalistas reunidos ao redor de Brizola. De acordo com a pesquisadora Maria Claudia Moraes Leite “Brizola preferia para o Movimento a sigla MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista” (2015: 77) e nesse sentido o grupo político seria uma fusão entre os grupos militares e o de Brizola. A pesquisadora ainda destaca que desde a chegada destes no exílio estavam voltados para o “planejamento de ações contra a ditadura militar, na forma de guerrilha ou insurreição” (Leite, 2015: 76), entretanto o MRN na prática “foi muito mais um projeto político que uma organização efetivamente estruturada” (p.77). Para Guaragna, um dos principais pombos-correios de Brizola a fase insurrecional que deu a tônica dos primeiros anos de exílio foi um “período repleto de episódios de extrema tensão” (Guaragna, 1992: 95) que ao ter seu fim em 1967 deixou evidente o quanto aqueles três primeiros anos de exílio haviam custado, uma vez que a ideia de retorno imediato ao Brasil se provou cada vez estar mais longe.

Devemos pontuar a diferença gritante entre os dois principais grupos atuantes no exílio, o MNR e o grupo de Goulart. Pois ao contrário dos seguidores do ex-presidente o grupo político liderado por Brizola ansiava por tomar medidas enérgicas para reverter à situação brasileira. Assim, logo surgiram os primeiros planos de resistência, para os quais era necessário manter contato com os velhos companheiros no Brasil, bem como arregimentar novos camaradas para a luta.

Diante desse cenário passaram a transitar pelas fronteiras do país, principalmente via Rio Grande do Sul, os chamados pombos-correios do Brizola, indivíduos responsáveis por fazer a conexão entre Brizola e seu grupo com os simpatizantes e membros do MNR no Brasil. De acordo com Leite,

esses emissários tinham um papel fundamental na estruturação do movimento que se pretendia armar no Brasil e a circulação pela fronteira entre os dois países era de conhecimento tanto dos órgãos de inteligência brasileiros quanto do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai (Leite, 2015: 77-78).

No extenso relatório do CIEEX que aqui estamos analisando, quando o assunto eram as atividades políticas do ex-governador no exílio, os agentes da ditadura apontaram que: “em Rivera, Santana do Livramento, Jaguarão e Chuy, Brizola mantém elementos de ligação com o Brasil, que

operam ao que se sabe, um serviço bem organizado de “correio” entre os dois países”³⁵². O mesmo documento também faz menção a notável “simpatia e tolerância” do governo uruguaio para com estes. Aspecto que é potencializado pela nacionalidade diluída nas suas fronteiras.

Diante desse perfil regional de forte intercâmbio cultural, constituíram-se no estado estratégias próprias de resistência ao regime e rearticulação de luta. Aqui daremos especial atenção as Travessias (Gonçalves, 2022), tendo em mente que estas não foram uma exclusividade dos pombos-correios de Brizola e tão pouco se deram da mesma forma ao longo dos vinte e um anos de ditadura.

Nesse sentido, devemos mencionar que nos primeiros anos de repressão alguns desses pombos-correios vinham por meios próprios até as fronteiras gaúchas. E se tratando dos indivíduos vinculados aos esquemas de resistência de Brizola muitos deles eram sul rio-grandenses o que facilitava o trânsito pelas fronteiras. Assim, muitos faziam a Travessia misturando-se com a gente do lugar, como relembra o jornalista Flávio Tavares em suas memórias, “em avião, ia de Brasília a Porto Alegre e de lá em ônibus a Jaguarão, na fronteira com o Uruguai, e ali cruzava a ponte sobre o rio, a pé, como a gente do lugar: só com a roupa do corpo, sem nada nas mãos. No vilarejo uruguaio tomava o “carro-motor”, [...]” (Tavares, 1999: 177).

Outro notório pombo-correio de Brizola foi o telegrafista João Carlos Guaragna, que realizou ao todo 127 viagens entre os dois países a mando do líder petebista. Em seu livro de memórias Guaragna relata que destas apenas as primeiras 71 foram clandestinas tendo essas ocorrido a partir de 1965, ou seja, durante a fase insurrecional do grupo Brizola que se deu de 1964 a 1967. Esses trajetos, conforme relatou, se deram percorrendo por dentro do Brasil em ônibus de linha até chegar a uma fronteira, sendo Jaguarão a mais utilizada por ele. A partir desse ponto a Travessia ocorria da mesma forma que aquelas relatadas por Tavares, em consonância à

³⁵² Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 128 (grifo nosso).

lógica de experiências e ação cotidiana da população local, ou seja, um trajeto feito a pé, assim como o fronteiriço que vai rever familiares ou aproveitar as vantagens cambiais no país vizinho.

O relato de Guaragna se estende um pouco mais ao narrar esse processo. Segundo ele, a fiscalização na Ponte Internacional Barão de Mauá era precária, pois a Polícia Federal só passou a atuar da região nos anos 1970. Sendo essa precariedade um dos principais motivos da utilização dessa rota pelos indivíduos vinculados a Brizola, uma vez que “os postos de controle tinham listas e mais listas com nomes de pessoas suspeitas e impedidas de atravessar a fronteira” (Guaragna, 1992: 127), residindo aí a necessidade de evita-los.

Entretanto, as fontes consultadas durante a pesquisa divergem um pouco dessa afirmação, segundo relatos da época após o Golpe “o quartel fechou a ponte [...] tinha arame de espinho, tinha um corredor que o cara vinha para passar e [apresentar] documento, [...] e não escapava ninguém, ali em cima da ponte não escapava ninguém”³⁵³. Essa informação é corroborada pela circular enviada a imprensa local no ano de 1967, onde o comando do 13º Regimento de Cavalaria notificava a população local que para o trânsito na ponte seriam exigidos os seguintes documentos:

Para brasileiros: documentos hábeis: passaporte ou carteira de identidade fornecida pela polícia civil.

Documentos aceitáveis: título eleitoral, carteira profissional ou carteira de motorista.

Para estrangeiros: passaporte com visto, carteira de identidade ou carteira modelo 19³⁵⁴.

Contudo, nota-se que haviam horários de maior fluxo dos habitantes locais transitando sobre a Ponte. Pois essa fronteira nos anos 1960 possuía uma forte praça comercial em relação a uruguaia. Outro horário de significativa movimentação pela ponte estava diretamente ligado ao começo e término da matinê no Cine Rio Branco, “toda Jaguarão em peso ia para a matinê no

³⁵³ Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

³⁵⁴ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 25 de março de 1967.

Uruguai, então quando a matinê começava às duas horas [da tarde], perto das duas horas era aquela multidão indo pra lá, assim como quando saíam [...]” (Selbac; Brum, Entrevista 3, 2017: 313). De acordo com nosso colaborador Senhor 057 (2020) por vezes fora nesses momentos que ele realizava a Travessia em seu carro de praça.

Ao observarmos essas distintas fontes, podemos concluir que nem todas as Travessias realizadas “como a gente do lugar” foram tarefas fáceis, pois conforme os anos foram passando o aparato repressivo fora se refinando e houveram momentos de maior ou menor repressão política a nível local, bem como, o alinhamento do aparato repressivo entre Brasil e Uruguai. De acordo com nosso Narrador 01, que terá sua identidade preservada, as ações do Exército na Ponte eram pontuais durante os anos 1960, período em que cumpriu serviço militar no 13RC³⁵⁵.

Diante do afunilamento da vigilância sobre as fronteiras, ou do prévio desconhecimento do cenário local um elemento apontado por Salamoni³⁵⁶ enquanto estratégia para preservar a identidade desses indivíduos durante as Travessias foi a necessidade de usos de disfarces para cruzar a fronteira. O mesmo artifício também é mencionado por Guaragna em suas memórias:

Depois das primeiras viagens, feitas algumas observações, cheguei a conclusão de que deveria adquirir a aparência de um uruguaio, porque o problema lá era mais sério que aqui. A partir dali passei a me vestir como um uruguaio e a imitar tudo o que fosse possível, procurando inclusive assimilar os seus hábitos. [...] E durante 13 anos só usei roupas compradas no Uruguai. Nunca mais me separei da boina. (Guaragna, 1992:128)

Outra estratégia empregada era a viagem em carro particular diretamente até o Uruguai. Nessas ocasiões a esposa e a filha o acompanhavam, pois assim aparentavam ser uma família de férias. Já aqueles que não contavam com esse artifício poderiam se valer das redes de mobilidade locais vinculadas a Brizola, conforme veremos a seguir.

³⁵⁵ Narrador 01, notas do caderno de campo da autora. Jaguarão, 2018.

³⁵⁶ Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

“O cônsul era amigo do Brizola, que tinha todos as esquemas!”: O esquema do cônsul

Mesmo que houvesse alguns momentos de relativa calma à medida que as forças de segurança relaxavam os controles, essas Travessias estavam longe de serem simples, e ao longo dos anos elas se tornaram cada vez mais perigosas e arriscadas, fazendo com que as redes locais necessitassem ir aperfeiçoando seus métodos. Entretanto, desde os primeiros dias após o Golpe as redes de mobilidade atuantes em Jaguarão/ Rio Branco desempenharam, por vezes, Travessias tão elaboradas que seriam dignas de roteiros cinematográficos. Nas linhas que se seguem apresentaremos um dos esquemas mais bem elaborados atuante nessa fronteira:

Esse contato é, e era muito difícil fazer porque, chegava a um ponto de eu ir até Jaguarão, em Jaguarão o Brizola tinha um esquema com o Cônsul do Uruguai em Jaguarão, e eu entrava na mala do carro do cônsul que atravessava a ponte, isso eu me lembro [...] era muito amigo do Brizola, que tinha todos os esquemas, né? (Vargas, apud. Ruschel, 2011: 239).

Também faz menção ao “esquema do cônsul” o sargento Amadeu da Luz Ferreira, um dos comandantes militares da Guerrilha do Caparaó. Segundo relatou em entrevista à imprensa paranaense, os sargentos que estavam envolvidos nos preparativos para o levante estiveram em contato com Brizola durante todo o tempo, primeiramente em Montevidéu, e, também, após seu confinamento em Atlântida,

[...] Para chegar ao Uruguai, Brizola tinha um esquema de fronteira que utilizava o cônsul uruguaio em Jaguarão (RGS). Conta Amadeu Felipe que nesse consulado o viajante que, ao invés de pedir visto de entrada no Uruguai apresentasse uma senha, era imediatamente conduzido a uma porta secreta a uma garagem totalmente fechada. Dali, no porta-malas acolchoado do carro americano do cônsul, o clandestino entrava no Uruguai, sem revista na ponte. No outro lado o carro entrava em outra garagem fechada de um hotel do esquema e o viajante ficava em um apartamento, já como hóspede. O ex-sargento Amadeu Felipe viajou assim diversas vezes³⁵⁷.

Podemos dizer que um dos primeiros a inaugurar essa rota, ou quem sabe seja ele um dos

³⁵⁷ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento da polícia federal. BRDFANBSBZD. p.5.

articuladores do esquema com o cônsul Jorge, foi o tenente Wilson. Em seu livro de memórias o "Tenente Vermelho", relata sua partida para o Uruguai se aproveitando de um relativo "afrouxamento" da fiscalização lá pelos idos de vinte de abril de 1964. Entretanto, mesmo com a aparente "calmaria" foi de suma relevância a atuação das redes locais para a Travessia na região,

Em Pelotas, estudamos as opções: Chuí, Livramento ou Jaguarão. A melhor solução foi a última, apesar dos muitos postos de controle das forças de segurança, que já estavam relaxando, até mesmo porque muitos de seus integrantes não tinham grande convicção do que faziam. Fui conduzido às proximidades da fronteira pelo meu cunhado e amigo Giazone, conhecedor da região. (Silva, 1987:130).

Uma vez em território uruguaio, Wilson Silva ficou hospedado no Hotel do Cônsul³⁵⁸, onde segundo ele já havia outros brasileiros. Esse episódio aconteceu no final de abril de 1964. Nesse curto período em que estive na região, o militante aproveitou para fazer contatos em Pelotas e Rio Branco, com o intuito de possibilitar intercâmbios entre a comunidade de exilados em Montevideu e as forças de apoio no Brasil. Na sequência de seu trajeto passou por Melo, rota que posteriormente também será apontada por outros pombos-correios:

Extremamente tensos, atravessamos a fronteira pela Ponte Mauá, [...]. Éramos orientados por companheiros bastante conhecedores do trajeto que deveríamos percorrer e que lá se encontravam colocados pelo "esquema" unicamente com essa finalidade. Sem incidentes seguimos via Melo [...]. (Guaragna, 1992: 86)

O cruzamento de fontes nos permite inferir que um dos "entendimentos" deixados por Silva quando esteve em Rio Branco no ano de 1964 foi o Cônsul uruguaio. Que devido a sua atividade diplomática tinha trânsito livre entre os dois países e também possuía contatos pessoais e profissionais nas cidades uruguaias do entorno. De acordo com seu motorista³⁵⁹ eram frequentes as viagens do cônsul a Melo, rota que será largamente utilizada durante o período insurrecional.

³⁵⁸ Nesse ponto há uma incompatibilidade de informações nos relatos, sabemos pela oralidade dos Jaguarenses que o Hotel de propriedade da família do Cônsul Jorge Bittar era o Hotel Italiano, quando ao Hotel Arequita apontado por Silva como sendo o "Hotel do Cônsul" não foram encontrados outros registros.

³⁵⁹ Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

Entretanto, o esquema do cônsul não durou muito tempo, pois os órgãos de informação da ditadura estavam com seus olhos voltados para a sua pessoa. Em telegrama datado de abril de 1965 o embaixador brasileiro no Uruguai, Pio Correa, assinala a necessidade de substituí-lo devido a sua atuação nas Travessias, “documentos em meu poder, inclusive depoimento escrito de testemunhas direto, provam a cumplicidade do então cônsul uruguaio em Jaguarão, no trânsito clandestino de asilados brasileiros pela fronteira”³⁶⁰.

Ao encontro da informação levantada pelo embaixador, vai o relato do sargento Amadeu Felipe: “o esquema foi descoberto pelas Forças Armadas do Brasil, mas jamais tornado público. Numa das prisões de alguns que haviam conhecido o sistema, houve delação e o cônsul foi removido pelas autoridades de seu país para a fronteira com a Argentina”³⁶¹.

Com a partida do Cônsul as Travessias continuaram a serem feitas pelo seu motorista, que sendo um dos taxistas da praça central de Jaguarão, tornou-se o contato direto de Brizola na fronteira. As atividades dessa rede foram mantidas até o ano de 1967, quando nosso colaborador foi dispensado por Brizola, no bojo das desarticulações do esquema de fronteira mantido por ele. O Senhor 057 não soube precisar a data exata do encontro de ambos, mas provavelmente se deu após a queda de Eno Cristiano Becker e outros membros do MNR na fronteira.

Outro fator que pode ter contribuído para tal decisão, foi que pouco tempo antes desse encontro o nosso colaborador se envolveu em um estranho incidente com a polícia uruguaia. Também é digno de nota que concomitantemente ao ocorrido com nosso Colaborador, percebemos, ao acompanhar a imprensa local, que a polícia uruguaia estava observando mais de perto o fluxo de brasileiros em Rio Branco, e em janeiro do ano seguinte começaram a ocorrer algumas detenções do outro lado da fronteira. Sendo algumas dessas de pessoas ligadas diretamente ao esquema de Travessia montado pelo cônsul uruguaio, que embora já não estivesse na região seu hotel ainda servia de refúgio para aqueles que necessitassem realizar a passagem.

³⁶⁰ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. Dossiê: Asilados Brasil/ Uruguai. p. 157. Localização: BR DFANBSB Z4.rex. adp.60.

³⁶¹ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento de polícia federal. p.5. Localização: BRDFANBSBZD.

Considerações finais

Apresentamos aqui alguns resultados preliminares oriundos do contato com as fontes documentais e testemunhais consultadas para desenvolver nossa reflexão a respeito das Travessias de perseguidos políticos pela região (Gonçalves, 2022). Nesse exercício podemos perceber que o grupo vinculado a Leonel Brizola, que já se situava no exílio, possuía uma significativa articulação com elementos situados na referida fronteira. Dotados de uma dinâmica de atuação bem mais complexa e organizada que as demais redes de mobilidade apuradas durante aquela investigação.

Dentre os elementos desse “bem articulado esquema” apresentamos a rede que ficou conhecida como o “esquema do cônsul”. É notável ao acompanharmos a documentação produzida pelos órgãos de informação da ditadura o envolvimento de representantes diplomáticos no trânsito de perseguidos políticos nas fronteiras entre os dois países (Gonçalves, 2022 B). Sendo assim, o ocorrido em Jaguarão não foi uma exceção, embora tenha sido um dos exemplos mais bem sucedidos. Pois, embora desde 1965 o esquema do cônsul já fosse de conhecimento da repressão, essa rede foi capaz de se reconfigurar e manter-se por aproximadamente mais dois anos em atividade.

E, mesmo que não saibamos se essas pessoas envolvidas na rede local já estivessem sendo observadas, ou se as sucessivas quedas ocorridas em 1967 foram apenas um efeito dominó que por uma infelicidade acabou apontando novamente esse esquema. Devemos destacar enquanto fatores que contribuíram para a segurança do mesmo o fato de termos em seu centro figuras autorizadas a nível local, um cônsul e um taxista; um hotel e um carro de praça, ou seja, espaços com fluxo de pessoas; sendo associados a uma fiscalização local baseada em relações pessoalizadas e com intervenções pontuais. Assim, o somatório desses fatores acrescidos a importância dos indivíduos envolvidos serem conhecedores dos pormenores da região, fez com que o esquema de Travessia fosse camuflado pela lógica cotidiana do lugar garantindo a eficácia do mesmo.

Referências e fontes:

Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-137. Localização: BRDFANBSBIE.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento de polícia federal. Localização: BRDFANBSBZD.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. Dossiê: Asilados Brasil/ Uruguai. Localização: BR DFANBSB Z4.rex. adp.60.

Entrevistas:3. In: SELBACH, Jeferson Francisco; BRUN, Rosimary Fritsch. **Ruralização e Viver em Fronteira**: Jaguarão/RS. Porto Alegre: Editora Animal, 2017.

GUARAGNA, João Carlos. **Brizola a Revoada do Exílio**: Memórias de Um Pombo-correio. Porto Alegre: Editora Rigel, 1992.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos**: As redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

_____. Apesar de cônsul, incitou a resistência: um estudo de caso da diplomacia consular das cidades de Jaguarão / Rio Branco atuante na rede de apoio à Leonel Brizola. **Escritas Do Tempo**, 4(12), 152-170. 2022B.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 25 de março de 1967.

NARRADOR 1. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Notas de campo feitas pela autora.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir da experiência das ditaduras de segurança nacional. In. GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Orgs.). **ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

SALAMONI, Alceu; VOLTAN, Antonio Camelato. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

militar brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SENHOR ZERO CINQUENTA E SETE. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2020. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: editora Tche, 1987.

TAVARES, Flávio. **Memórias Do Esquecimento**. São Paulo: Editora Globo, 1999.

VARGAS, Índio. Entrevista feita por Davi Arenhart Ruschel. In: Anexos, RUSCHEL, Davi Arenhart. **Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul**. 2011. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

WILLIAM, Wagner. **Uma mulher vestida de silêncio**: A biografia de Maria Tereza Goulart. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO CRIME, CRIMINOSO E CRIMINALIDADE E DAS SUAS REPRESENTAÇÕES.

Os crimes sexuais contra a infância no período da primeira república: uma análise dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais (1895-1918).

Aila Kathleen Sais da Silva³⁶²

Resumo: Através da análise qualitativa e quantitativa dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais, o presente trabalho busca compreender como a instituição policial se organiza no combate aos crimes sexuais vitimizando a infância. Outros objetivos se somam ao esforço de pesquisa aqui realizado, como analisar as características dos conflitos registrados nos relatórios e esmiuçar o discurso policial diante dos crimes sexuais.

Palavras-chave: Polícia; Infância; Crime; Sexual; República

Abstract: By analyzing the annual reports of police chiefs in the state of Minas Gerais, this paper seeks to understand how the police institution organizes itself in the fight against sexual crimes

³⁶² Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestranda pela mesma instituição. E-mail: aila.kathleen@estudante.com.br

victimizing children. Other objectives are added to the research carried out here, such as analyzing the characteristics of the conflicts recorded in the reports and scrutinizing the police discourse on sexual crimes.

Keywords: Police; Childhood; Crime; Sexual; Republic

Introdução

Manter a funcionalidade das instituições assegurando a tranquilidade e a ordem pública, preservando principalmente a propriedade e a honra, prevenindo e reprimindo crimes são tarefas cruciais dentre os objetivos e funções da força pública no contexto republicano (Baggio, 1979: 11). Analisar a questão dos crimes sexuais contra crianças a partir de documentos policiais pode nos revelar muito sobre temas que cada vez mais ganham espaço na historiografia: o estudo da violência, da infância e da polícia.

Período marcado por transformações, durante o fim do século XIX e início do século XX mudanças sociais e políticas como a instalação da república, o crescimento populacional e urbano, a disseminação do trabalho assalariado e a busca pela modernização do país, fez com que nesse período ganhasse força a imposição de um modelo ideal de cidadão a ser seguido.

Dessa forma, os crimes sexuais ganham destaque na primeira república concomitante ao surgimento de um modelo de família imaginário criado pelas elites. A imposição desse modelo familiar impactou diretamente a sociabilidade entre as relações de gênero durante a primeira república, interferindo diretamente nas relações de poder ao ponto de impor já sobre a infância funções e designações de gênero que são bem demarcadas nos conflitos apresentados pela fonte utilizada pelo trabalho.

Durante o processo de desenvolvimento de pesquisa sobre o tema da infância, do crime e da polícia, ao analisar de forma quantitativa os relatórios anuais de chefes de polícia do estado de

Minas Gerais³⁶³, salta aos olhos a grande recorrência dos crimes de cunho sexual vitimizando a infância. Os crimes de estupro, defloração, violência carnal e sexual totalizam cerca de 48.4% dos crimes registrados na escrita dos chefes de polícia³⁶⁴. Diante disso, os crimes sexuais são os que mais aparecem envolvendo a infância na fonte analisada.

Dessa forma, buscar compreender como a instituição policial organiza seu discurso frente o combate aos crimes sexuais vitimizando a infância é o objetivo principal do trabalho aqui proposto. Outros objetivos se somam ao esforço de pesquisa aqui realizado, como analisar as características dos conflitos registrados nos relatórios e esmiuçar o discurso policial diante dos crimes sexuais.

Através da análise quantitativa e qualitativa dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais durante o período de 1895 até 1918, intento filtrar os trechos³⁶⁵ e os casos de crimes que registram os delitos de caráter sexual que vitimaram a infância. Os relatórios aqui analisados estão depositados no Arquivo Público Mineiro e fazem parte do Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais.

Os culpados, as vítimas e a questão de gênero

A's 8 horas da noite de 1, de setembro ultimo, em uma das ruas da cidade de Ubá, o individuo de nome Francisco José da Silva tentava deflorar a uma menor de 7 annos de idade, quando foi preso em flagrante e recolhido á cadeia. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1900, p. 50)

³⁶³ Arquivo Público Mineiro, Relatórios da Secretaria de Polícia, (1895-1918).

³⁶⁴ Dados retirados dos Relatórios Anuais de Chefes de Polícia do estado de Minas Gerais entre o ano de 1894 até o relatório referente ao ano de 1917, pois são os anos que possuem registro de crimes que envolveram crianças ou adolescentes. Os relatórios de chefes de polícia do estado se referem sempre ao ano anterior, ou seja, o relatório de 1895 se refere aos dados do ano de 1894.

³⁶⁵ Os trechos retirados dos relatórios de chefes de polícia mantém a grafia original da fonte trabalhada ao serem mencionados no trabalho atual.

Corriqueiramente, esse poderia ser o cenário real do cotidiano de meninas durante o período da primeira república. O perigo das ruas, grande temor da sociedade republicana que ia materializando seus ideais e suas preocupações sobre a infância. Nesse momento da história brasileira, entre o século XIX e o início do século XX, o espaço das ruas estava estreitamente interligado com a concepção de perigo. Como apontam os relatórios anuais de chefes de polícia, para meninas que não atingiram ainda a fase adulta, o perigo além de estar presente nas ruas ainda poderia ser encontrado dentro do próprio lar, como veremos com mais profundidade ao decorrer desse trabalho de pesquisa.

Os relatórios de chefia de polícia do estado de Minas Gerais, durante o período analisado pela pesquisa, evidencia crimes de caráter sexual com bastante frequência através de seu registro. Esses relatórios anuais de chefes de polícia surgem pela finalidade de reunir dados, discussões e registros de ocorrências consideradas com mais relevância frente à gestão anual da chefia de polícia, como demanda no artigo 77, n. XXVI do decreto n. 613 de 9 de março de 1893.

Dessa forma, é importante ressaltar que os relatórios não apontam a totalidade de crimes cometidos no período envolvendo a infância, mas apontam qual a percepção policial acerca dos crimes que envolvem esse grupo etário no período analisado.

Com o intuito de apresentar essa disparidade do gênero dos acusados de crimes sexuais segundo o registro dos chefes de polícia, foi construída a tabela a seguir:

Tabela 1 - Os crimes sexuais e o gênero dos acusados

Tipo de Crime	Número Total de casos crime	Porcentagem de Homens como autores desses crimes	Porcentagem de Mulheres como autoras desses crimes
Defloramento	56	100%	Nula
Estupro	60	96.7%	3.33%

Violência Carnal	2	100%	Nula
Crime Sexual	45	100%	Nula

A partir dos dados de crimes sexuais que vitimaram a infância registrados nesses relatórios no período analisado, todas as vítimas são do sexo feminino. Acerca dos considerados culpados por esses crimes, majoritariamente vemos o nome de homens como responsáveis por esses crimes sexuais. Duas mulheres são mencionada nos relatórios como envolvidas em caso de estupros e ambas são mencionadas como cúmplices, uma especificamente como cúmplice de um caso de estupro coletivo.

Diante desses dados, podemos observar que esses registros de crimes sexuais que se encontram nos relatórios analisados são capazes de nos revelar certas discrepâncias entre homens e mulheres, meninos e meninas envolvidos nessa categoria de crime. O primeiro fator a se observar, é a ausência de registros de crimes vitimando a infância masculina. Meninos são sofriam violência sexual no período analisado? A instituição policial durante o recorte temporal investigado pela pesquisa não se preocupava com a proteção da infância masculina?

A pesquisa compreende que o registro policial acerca dos crimes sexuais vitimizando a infância feminina não indica a inexistência de crimes sexuais vitimizando meninos. A omissão dos crimes sexuais envolvendo a infância masculina como vítimas nos relatórios da chefia de polícia pode nos apontar como aparatos sócio jurídicos influenciaram no registro ou não desses casos.

Emerson Benedito Ferreira ao realizar estudo sobre um registro de crime sexual contra um menino imigrante por um esmoleiro cego na cidade de Ribeirão Preto em 1905, busca compreender como a autoridade policial lidou com o delito que envolveu a infância masculina. O autor aponta que nesses casos de crimes sexuais que envolvem pessoas do mesmo gênero, os dispositivos de controle eram acionados para conter comportamentos considerados inaceitáveis para aquela sociedade. Segundo o autor:

Os crimes sexuais eram considerados repugnantes porque desarranjavam o imaginário de família “estruturada” que vinha se formando desde o século XVII. Os abusos contra crianças foram lançados no rol de crimes sexuais que tinham a engrenagem médico/jurídica como responsável por frear todo comportamento destoante. (Ferreira, 2023, p. 178)

Dessa forma, o autor identifica o abafamento do caso a partir do seu curto registro e do arquivamento de seu processo. Segundo a observação do autor, dar prosseguimento a este caso poderia significar admitir a falha dos dispositivos de controle. Este menino, que procurou um delegado de polícia para relatar o caso em uma tentativa de interromper os abusos que vinha sofrendo, teve sua voz abafada por toda uma estrutura de controle que se negava em aceitar suas falhas.

Portanto, os relatórios de chefes de polícia podem nos indicar então que o registro de crimes sexuais vitimizando a infância masculina enfrentavam dispositivos de controle que silenciavam esses casos, dificultando assim seu registro e a denúncia desses delitos. Os casos de crime envolvendo meninos que ainda não atingiram a maioria esbarravam em tabus delicados para o contexto da primeira república, como a relação sexual intergeracional e a homossexualidade. Abafar estes casos tinha como objetivo silenciar essas experiências.

Em contrapartida, são extensos os casos de crimes sexuais registrados nos relatórios de chefes de polícia envolvendo a infância feminina, em seguir analisaremos como os registros de polícia abordam esses casos e quais elementos saltam sobre o tema a partir dos documentos analisados.

A menoridade desvalida feminina

Durante o desenvolvimento da pesquisa, analisando os trechos e os casos de crimes dentro dos relatórios que envolviam o tema da infância, de maneira implícita a escrita dos chefes de polícia nos apresenta diferenças ao tratar meninos e meninas. Não é o intuito do presente trabalho adentrar como a criminalização e a institucionalização da infância se deu de forma discrepante entre diferentes gêneros, entretanto é importante ressaltar como a infância feminina era categorizada para refletirmos sobre a questão dos crimes sexuais nesse período.

Aspecto que se faz bastante presente nos relatórios analisados, a honra e a moralidade marcam presença na escrita do chefe de polícia Dr. Aureliano Moreira Magalhães, como podemos ver na notificação de crime sexual a seguir:

No districto de Torres, municipio de Barbacena, deu-se um crime contra a honra de uma menor de 9 annos, sendo autor Praxedes dos Santos, que evadi-ra-se, sabendo das providencias das autoridades. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1897, p. 73)

Podemos observar como a dinâmica de controle sexual e moral se relaciona com a infância feminina nesses registros policiais a partir do paradigma da honra. Regularmente observamos nos relatórios analisados os chefes de polícia se referindo aos crimes sexuais os intitulando como crimes contra a honra. Entender como o paradigma da honra impacta a sociedade durante o período da primeira república nos ajuda a compreender como os crimes sexuais marcaram suas vítimas. Sobre essa relação é importante ressaltar:

A honra das mulheres também estava ligada à sua conduta moral e sexual e era vista como tão importante que afetava, também, os homens próximos a elas, ou seja, a honra masculina também era pautada pela conduta sexual das mulheres à sua volta, como esposa, irmãs e filhas. No caso de uma moça solteira que cedesse e fosse deflorada, a honra de toda a família estava em jogo e deveria ser reparada com o casamento. E se uma mulher casada fosse descoberta em traição, era papel do marido “lavar sua honra de homem”, em casos extremos com o sangue da mulher adúltera e do outro homem. Essa visão não só era aceita socialmente, como era utilizada nos tribunais, onde os advogados de defesa argumentavam, com sucesso, que o sentimento gerado pela desonra masculina poderia ser tão forte a ponto de incitar o homem ofendido, temporariamente fora de sua razão habitual, a cometer crimes atroz, não condizentes com sua índole costumeira. (Hentz, 2013, p. 100)

Dessa forma, podemos constatar como a concepção da honra era comumente acionada não só por policiais, mas por outros agentes da justiça, como advogados e juizes. A reputação de meninas e mulheres também eram mensuradas a partir do aspecto da honra, onde familiares, vizinhos e demais atores sociais avaliavam a conduta feminina a partir desse paradigma.

Portanto, os crimes de estupro, defloramento, violência sexual e carnal costumavam mobilizar a questão da honra feminina, produzindo impacto na vida de jovens meninas que mesmo recorrendo a justiça com o intuito de alcançar certa proteção contra essas violações, eram avaliadas e categorizadas a partir da régua moral da honra.

Em um contexto onde a imposição de um modelo ideal de cidadão estava sendo construído através da propagação do discurso civilizatório, durante o período da primeira república também ganha força a imposição de um modelo ideal de família, e conseqüentemente um modelo ideal de conduta feminina. Dessa forma, durante a transformação do século XIX para o XX os crimes sexuais ganham destaque dentro do cotidiano republicano pois afetam diretamente relações familiares e de gênero a partir desses conflitos que tensionam idealizações de comportamentos esperados pela sociedade republicana.

Os crimes sexuais costumavam acionar aparatos sociais estreitamente ligados à concepção de honra principalmente pelo fortalecimento de ideais nacionais que foram criados para estabelecer o controle sexual da população. Proteger a honra de um indivíduo estava interligado também à proteção da integridade da reputação do país. Dessa forma, os crimes sexuais passaram a revoltar membros comuns da sociedade, principalmente os casos que envolviam a infância. Como evidenciado por Emerson Benedito Ferreira, a repercussão de crimes sexuais dependiam da classificação da vítima, que comumente eram classificadas por sua condição social e econômica. O autor ressalta:

Raramente se via uma criança de alta classe nas páginas policiais de jornais de grande circulação, pois se existiam crimes de tal natureza que as envolviam, o que se presume é que ficavam entre quatro paredes (Fausto, 1984). Assim, estupros e defloramentos eram crimes corriqueiros naquele início de século, mas sempre, praticados contra crianças pobres e desvalidas e raramente com o êxito legal em apurar culpados e fazerem cumprir as determinações legais. (Ferreira, 2015, p. 14)

Sendo assim, a partir da análise da fonte podemos observar como a escrita dos chefes de polícia ao tratar sobre os crimes sexuais fazem menção a uma infância feminina desvalida, são majoritariamente meninas das camadas empobrecidas as mencionadas nos relatórios anuais da

chefes de polícia. Essa afirmação é constatada a partir principalmente desse esforço policial em categorizar a vítima desses crimes sexuais, ressaltando por vezes as características da vítima como fator importante frente a situação de violência.

Podemos observar essa demarcação de valor como métrica para a categorização daquele indivíduo que ainda não atingiu a maioridade através da escrita do Dr. Olinto Augusto Ribeiro no relatório anual mineiro do ano de 1903, onde o chefe de polícia registra um crime sexual da seguinte forma: “Foi preso por ter violentado uma menor de idade, filha de pais miseráveis”³⁶⁶.

A partir disso, podemos observar como a escrita dos chefes de polícia dos documentos analisados fazem uso de termos e conceitos que mensuram a classificação econômica e social de meninas vitimadas em crimes sexuais. Seja pelo aparato da honra, seja pela necessidade de contextualizar discursivamente a condição econômica da vítima ou até mesmo outros termos voltados para categorizar a infância feminina como desvalida, a proteção caminhava junto da classificação do indivíduo.

Dessa forma, é possível afirmar que a escrita dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais se utilizou, através de sua escrita discursiva, conceitos e categorias marcadas pela classificação social dos indivíduos, principalmente quanto à categorização da infância.

O ambiente do lar

Ao realizar a leitura dos trechos dos relatórios de chefes de polícia do estado de Minas Gerais que tinham subtítulo acerca da temática da infância, a todo momento o discurso policial ressalta a importância da retirada da menoridade dada como desvalida das ruas como forma de prevenção a criminalidade infantil. Dr. Américo Ferreira Lopes, chefe de polícia responsável pelo relatório de 1914 evidencia:

Tratando da assistência material e moral que ao Estado compete dispensar aos menores desvalidos, encontrei ensejo para invocar a atenção do governo

³⁶⁶ Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1903, p. 54

para esse momento problema, sugerindo o alvitre de se fundar um asylo destinado a recolher esses infelizes que, acudidos a lempo, desviados do meio infenso e perigoso em que ordinariamente vivem, guiados por uma educação systematisada, deisarão de constituir futura ameaça a ordem social, para se transformarem em cidadãos laboriosos e uteis. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1914, p. 21)

Podemos observar dessa forma como a chefia de polícia ressaltava a importância do recolhimento da infância das camadas empobrecidas, chamadas de “menores desvalidos” do ócio das ruas, a partir da criação de um lugar para a internação desses indivíduos que tanto ameaçam a ordem social. Fica evidente na escrita policial como o problema da criminalidade infantil poderia ser solucionado através da internação dessas crianças e desses adolescentes, os retirando das ruas.

Entretanto, como podemos analisar através do registro dos casos de crimes sexuais nesses relatórios, o ambiente do lar também poderia se apresentar como um local perigoso para a infância. O chefe de polícia Aureliano Moreira Magalhães no relatório do ano de 1897 notifica: “No districto de Tocantins, município de Ubá, Porfirio Ribeiro da Silva violentou sua filha Maria de 9 annos. Foi preso e recolhido á cadêa”³⁶⁷.

Os crimes sexuais nos relatórios de chefes de polícia registram um grande volume de casos de violência sexual dentro do âmbito familiar. O chefe de polícia Edgardo Carlos da Cunha Pereira também registra:

Havia 6 dias que chegara ao meu conhecimento que um funcionario da Secretaria das Finanças havia abusado da fraqueza de uma sua filha menor, com quem mantinha, ao que me afirmaram, relações incestuosas. Tratando-se de um facto tão melindroso, tomei as necessarias providencias, para me certificar do que havia de verdade em tudo quanto me tinham informado a respeito. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1900, p. 20)

Filhas e enteadas são citadas nos relatórios de chefes de polícia como frequentes vítimas desses crimes sexuais dentro de âmbito familiar. Os culpados são pais, padrastos, vizinhos e

³⁶⁷ Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1897, p. 73

maridos nesses casos. Dessa forma, podemos traçar reflexões fruto dessas observações acerca dos relatórios de chefes de polícia, como a relação entre crime e infância pela instituição policial é percebida.

Conclusão

O grande número de crimes sexuais registrados nos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais nos evidencia fatores importantes para refletirmos o contexto histórico da primeira república. Dentre todos os crimes que vitimaram a infância no período analisado pela pesquisa, os crimes sexuais totalizam cerca de 48.4% dos crimes registrados na escrita dos chefes de polícia sendo assim a categoria de crime mais evidenciada nos documentos analisados.

Entretanto, quando visualizamos os trechos que discursivamente abordam a temática da infância em seus subtítulos nos relatórios, o debate acerca dos crimes sexuais são inexistentes. Os crimes sexuais tem frequente registro nos documentos analisados, mas não são discutidos e nem abordados pela instituição policial como um desafio a ser superado pela instituição mineira.

Discursivamente os crimes sexuais apenas aparecem nos relatórios através do registro de casos crimes, e não como temática de debate nos balanços policiais, como o que é perceptível acerca da questão da criminalidade infantil por exemplo, tópico que é constantemente debatido de forma discursiva na fonte analisada.

Para os chefes de polícia dos relatórios analisados, muitos casos de estupro, defloramento e violência carnal tiveram relevância para chegarem aos registros anuais, entretanto o tema não foi debatido ao decorrer dos documentos pela chefia de polícia. Observamos também que nos casos de crimes sexuais registrados nesses documentos, os responsáveis por cometer crimes sexuais majoritariamente são homens e meninas são as principais vítimas desse tipo de crime.

Dessa forma, foi possível perceber como a infância feminina é mencionada dentro dos relatórios de chefes de polícia, inseridas principalmente como vítimas dos crimes sexuais notificados nos documentos. Através da escrita policial podemos notar como os crimes sexuais

acionaram o aparato social e moral vinculados à questão da honra feminina e familiar, produzindo impacto na dinâmica de enfrentamento desses crimes e na vida de jovens meninas.

Avaliar a infância buscando sua correção ou a proteção do meio que está inserida também é perceptível na escrita dos chefes de polícia ao notificarem os crimes sexuais. Observamos como a questão da honra é acionada no discurso dos relatórios evidenciando como diante da perspectiva policial, a honra classifica corpos e indivíduos. Através da análise de como os crimes sexuais são descritos nos registros, identificamos como os relatórios de chefes de polícia retratam uma infância que tem seu valor medido através da qualificação e categorização individual e familiar, pautada em critérios econômicos e sociais.

Referências bibliográficas

BAGGIO, Sheila Brandão. A Força Pública de Minas na primeira república. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 49, p. 201, 1979.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Emerson Benedito. Infanticídio, estupro e defloramento: crimes cometidos contra crianças na Ribeirão Preto da segunda década do século XX (1912-1918). Um breve estudo do jornal 'A Cidade'. *Derecho y Cambio Social*, n. 42, 2015.

FERREIRA, Emerson Benedito. Um Menino, um Esmoleiro Cego e um Crime Sexual: Fragmentos de uma História Sociojurídica da Infância. *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*, v. 20, n. 01, p. 166-186, 2023.

HENTZ, Isabel Cristina et al. *A honra e a vida: Debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil republicano (1890-1940)*. 2013.

Fontes

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

MINAS GERAIS. Secretaria de Polícia - Sessão Chefia de Polícia. Relatório anual apresentado à Assembleia legislativa do Estado de Minas Gerais (1895-1918).

**ST 05: TEORIAS DA HISTÓRIA & PLURALIDADE HISTÓRICA:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS AO HISTORIADOR E À SUA
(IN)DISCIPLINA.**

**HISTÓRIA LOCAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO
ENSINO DE HISTÓRIA**

Adebiano Pereira³⁶⁸

³⁶⁸ Graduado em História, Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, professor na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. email: adebiano.pereira@educacao.mg.gov.br

Resumo: O trabalho que ora se apresenta é resultante de observações ao longo de dez anos como professor de História da Rede Estadual de Minas Gerais, nossa temática busca se inserir na confluência dos debates recentes sobre mudanças e dilemas no processo de ensino-aprendizagem de História e o papel do conhecimento histórico na afirmação das identidades e estabelecimento de uma consciência histórica em tempos de globalização, do grande volume de informações e sua fugacidade. O objetivo é estabelecer uma aproximação entre os debates sobre o ensino de História, a relação entre a produção acadêmica e o ensino de História na educação básica.

Palavras-Chave: Ensino de História. Consciência Histórica. História Local.

Abstract: The work presented here is the result of observations over ten years as a History teacher at the Minas Gerais State Network, our theme seeks to fit into the confluence of recent debates about changes and dilemmas in the History teaching-learning process and the role of historical knowledge in affirming identities and establishing historical consciousness in times of globalization, the large volume of information and its fleeting nature. The objective is to establish a rapprochement between the debates on the teaching of History, the relationship between academic production and the teaching of History in basic education.

Keywords: History Teaching. Historical Awareness. Local History.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

INTRODUÇÃO

A figura do estudante com celular em punho é quase uma símbolo das escolas na atualidade, com o acesso à internet, e mais ainda com o espaço ocupado pelas redes sociais no cotidiano, as mudanças nos comportamentos, padrões de consumo, sociabilidades e, até na construção das identidades, tem sido alvo de amplo debate por pesquisadores e estudiosos de várias áreas de conhecimento. Em resposta a esse processo, de forma mais ou menos organizada, professores e escolas têm buscado integrar novas ferramentas digitais à sua prática pedagógica como forma de se inserir no cotidiano desses estudantes e apresentar um leque variado de estratégias de ensino e aprendizagem.

Paralelamente, o ensino de História tem apresentado novos desafios e dilemas, tanto por transformações ocorridas no interior do espaço acadêmico da pesquisa em História, como também por mudanças no currículos e nos objetivos do ensino de História, sobretudo na Educação Básica. A relação entre o conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolar, por si só já estabelece um conjunto complexo de questões. Contudo, a necessidade de resposta à velocidade de informações, à algoritmização das relações sociais e novas identidades que emergem exigem respostas daqueles dedicados à pesquisa e ensino de História, tanto de acadêmicos e historiadores, quanto de professores e estudiosos.

O conhecimento histórico escolar esteve, tradicionalmente, orientado segundo o aqui que consideramos marcas de nascença, ou seja, a formação de cidadãos segundo um projeto de cidadania e de Estado-nação, com frequência está associado à ideia de “informar sobre o passado” segundo uma cronologia linear e, não raro, se dedica exaltação dos “heróis nacionais”, grandes homens detentores da capacidade de fazer história. Segundo Fernandes (1995: 48), mesmo com todas as inovações no âmbito do conhecimento histórico acadêmico, o ensino tradicionalista e, por vezes, positivista ainda se faz muito presente no ensino de História. Constatação que lamentavelmente ainda é pertinente há quase duas décadas após a afirmação.

Em um tempo marcado pela facilidade de acesso a informações, a função de informar (seja sobre o presente ou sobre o passado) simplesmente perdeu o sentido. Uma das possibilidades que

se descortinam frente à História neste cenário é revelar seu método, pois essa história tradicionalista tende a apresentar-se como uma narrativa pronta e acabada, como algo dado a ser memorizado e decorado. Essa característica torna a História sem sentido e desinteressante a vários estudantes. Por outro lado, desenvolver um ensino de História partindo de uma visão de História como resultante de disputas sociais pela memória coletiva e reconstrução do passado, permite abarcar um amplo leque de atores e revelar conflitos e tensões que muitas vezes passam despercebidos nos modelos mais tradicionais.

Além disso, a compreensão dos métodos próprios das ciências sociais, e mais especificamente da História, tem muito a contribuir na análise crítica das fontes de informação disponíveis em quantidade jamais observadas. Acreditamos que uma forma de revelar aos estudantes da educação básica os métodos científicos de produção do conhecimento histórico e dar *status* de ciência à História é partir do local, da realidade que os cerca de forma mais imediata. Deste modo, a História cumpriria um duplo papel, o de incidir de forma significativa na construção das identidades e também de ganhar um sentido baseado na análise de fontes históricas, exame dos interesses em jogo e compreensão dos atores e disputas sociais.

Neste sentido, este trabalho se destina a fazer uma aproximação entre os debates sobre o ensino de História na formação das identidades e a relação entre a produção acadêmica de História e o conhecimento histórico escolar. Buscamos evidenciar essas marcas de nascença da História e possíveis ganhos da História Local³⁶⁹ para superação desses obstáculos e o reposicionamento do ensino de História diante de transformações de comportamento, resultantes da globalização e da velocidade da comunicação atingida nos últimos anos. Para isso dividiremos este trabalho em cinco partes. A primeira, dedicada a examinar rapidamente as transformações da contemporaneidade e seus desdobramentos para o ensino de História. Na segunda parte, nos debruçarmos sobre algumas proposições para finalidades do ensino de História e como essas finalidades aparecem na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na terceira parte, a abordagem se dará na relação entre o

³⁶⁹ Segundo Donner, quando utilizamos História Local estamos nos referindo a um gênero historiográfico, com temática, público-alvo e “regras próprias”, já o uso do termo história local designa a produção historiográfica com recorte local, ou ainda a produção realizada por diletante de várias áreas que se interessam por este tipo de produção.

conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolar. Na quarta parte, o objetivo é trazer uma aproximação do conceito de consciência histórica para uma possível chave na superação dos desafios colocados para o ensino de História na contemporaneidade. Por fim, na última parte a discussão se coloca em torno do conceito de literacia histórica e o potencial da História Local para o ensino de História.

CONTEMPORANEIDADE, FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA

Nosso tempo é marcado pela fugacidade e velocidade do bombardeio diário de informações, onde a experiência da vida virtual desloca os sujeitos da sua realidade mais imediata e o afasta da vivência do mundo real, fragilizando sentimentos de pertencimentos historicamente construídos e dando uma sensação de celeridade do tempo. Esse “desterro” é ocasionado por um contexto de globalização e mundialização em que as fronteiras se deslocam de maneira fluida frente à acelerada circulação de ideias, valores e comportamentos. De tal sorte, a construção de identidades coletivas, em especial nas juventudes, têm seu sentido local esvaziado em função de agrupamentos virtuais em redes sociais ou bolhas de informações.

Este processo atua de forma dialética na leitura de mundo e requer uma nova postura, tanto para a compreensão dos mecanismos de formação das novas identidades, como para a intervenção em processos educativos, em especial no ensino de História. Segundo Carvalho (2007:4), neste contexto pode ser relevante direcionar a análise para a relação entre o local e o global. Neste sentido, Barros (2013: 16), ao se debruçar sobre o ensino de História Local e da construção da identidade histórica e social, afirma que a construção da identidade e a inserção do estudante na sociedade se dá a partir do seu local. Ainda segundo o autor, tal foco permite que o sujeito da aprendizagem seja protagonista e não apenas um mero espectador da história alheia narrada paulatinamente.

No campo do conhecimento acadêmico em História é inegável o grande avanço experimentado ao longo do século XX, a renovação metodológica iniciada pelos Annales

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

encontrou terreno fértil na produção do conhecimento em História e passou a abarcar como objeto de estudos diversas realidades criadas pela experiência humana. Contudo, de acordo com Fernandes (1995: 44), na escola ainda predomina a História dos grandes homens e acontecimentos, a História dos heróis nacionais que dotados da vontade histórica transformam os rumos da nação e promovem acontecimentos grandiosos.

No atual cenário, devemos apresentar uma contraposição a essa História da qual o estudante é tido como mero espectador de uma narrativa que não lhe diz respeito e que pouco constitui significados para sua compreensão diante do mundo à sua volta. Segundo Barbosa (2006: 63), a História apresentada como fatos isolados e não como um processo, causa apatia e aversão dos estudantes. Daí, a maioria dos estudantes não encontram na História sentido ou utilidade, compreendendo-a não como uma ciência mas como uma matéria decorativa. Sugere como alternativa, um ensino que rompa com a História tradicional, partindo do tempo presente, focado na compreensão e interpretação da realidade social e para a construção da identidade Histórica.

Assim, a História Local como ponto de partida para aprendizagem histórica e ancoragem dos conhecimentos desenvolvidos pode desempenhar um sentido mais profundo. Conforme Barros (2013: 4), trabalhar a realidade mais próxima do estudante, dá significado ao aprendizado da História e introduz a formação de um raciocínio que contempla o entorno do estudante. Sendo assim, a compreensão da História e da consciência histórica pode se desenvolver em camadas cada vez mais abrangentes. Ainda segundo Barros:

O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações passadas e futuras (Barros, 2013: 5).

Essa mudança de postura em direção à História Local como ponto de partida na formação de identidades também se sustenta do ponto de vista teórico-metodológico da ciência histórica. Autores como Carvalho (2007: 2) e Ferreira (2017) acusam que desde os Annales a historiografia

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

tem apontado que as experiências humanas não devem ser analisadas somente a partir de aspectos globalizantes, mas também por suas singularidades que se manifestam de maneira rica no âmbito local, sobretudo nos micro espaços. Segundo Amado (1990: 9), “a historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças”, Barbosa (1999: 127) trata nos mesmos termos a relação entre a História Geral e a História Local. Assim, podemos afirmar que o ensino de História, que considera uma abordagem sobre a História Local, se mostra como potente mecanismo de compreensão dos métodos de produção do conhecimento histórico. Além disso, fornece à História o *status* de ciência, proporcionando sentido ao seu estudo e auxiliando na compreensão do entorno do estudante, pontos fundamentais para a compreensão da História e sua contribuição na formação das identidades.

O PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA

Diante desses debates sobre a contemporaneidade, formação das identidades e ensino de História cabe a pergunta: Ora, qual é a função do ensino de História? Certamente, desde o início do século XIX, e mais ainda com a criação dos primeiros currículos de ensino de História no início do século XX, esta resposta encontrou diferentes afirmações.

Para Fernandes (1995: 2), a História produz o “indivíduo eminentemente histórico” e a finalidade básica do ensino de História na escola é para que o estudante produza reflexões de natureza histórica, para a prática do exercício de reflexões críticas que o encaminhe para outras reflexões de natureza semelhante ao longo da sua vida. Já segundo Morales: “a tarefa da disciplina histórica é fornecer ao estudante um senso de identidade que estimule e facilite sua cooperação com o outro: pessoas, nações, culturas diferentes” (Morales, 2010: 620).

Esta é uma percepção de autores dedicados ao estudo da História Local no ensino de História no Ensino Fundamental, e que relaciona a função do ensino de História às reflexões de natureza histórica para compreensão da realidade ao seu redor e para a construção da sua identidade. Mas o que dizem as normas oficiais sobre a construção das identidades e as finalidades do ensino de História?

Na BNCC, a questão das identidades é marcante em diversos aspectos e abordada em várias etapas de ensino e componentes curriculares. Com a tônica do reconhecimento da diversidade e desenvolvimento da empatia, o reconhecimento das identidades aparece como uma das dez competências gerais da Educação Básica. Na Educação Infantil, frisa o reconhecimento da criança como sujeito histórico e de direito que constrói sua identidade pessoal e coletiva na vivência cotidiana, e estipula essa construção como um direito de aprendizagem. No Ensino Fundamental, entende que a maior autonomia e a inserção no mundo letrado permite a afirmação de sua identidade no coletivo ao qual se insere, esta etapa é caracterizada como momento de busca de uma identidade própria. A partir daí, a questão das identidades passa a ganhar força na área de conhecimento de Linguagens e nas Ciências Humanas. As questões relacionadas à identidades emergem no sentido de desenvolver competências relacionadas ao reconhecimento de si e do outro como identidades diferentes, à interpretação e expressão de sentidos e ao acolhimento e valorização dos vários saberes e identidades (BNCC, 2018).

Mas o que preconiza a BNCC para o ensino de História? Segundo a norma, as questões sobre o passado que impulsionam o ensino de História no Ensino Fundamental são aquelas relacionadas às questões do tempo presente. Ainda segundo o texto da BNCC: “o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais” (BNCC, 2018: 397). O documento chega a falar no desenvolvimento de uma “atitude historiadora”, nas situações em que professores e estudantes se colocarem como sujeitos dos processos de ensino e aprendizagem, usando fontes variadas para colocar em questão os significados e produzir um conhecimento histórico em âmbito escolar (BNCC, 2018: 398).

No entanto, as temáticas enunciadas pela BNCC para o ensino de História no Ensino Fundamental Anos Finais são reflexos dos currículos mais tradicionais, depositária de uma historiografia majoritariamente eurocêntrica, de abordagem cronológica e linear que chancela um discurso civilizatório. Nesta etapa, o foco está em conhecer, em apresentar uma tradição histórica que nos trás ao tempo presente, mas resultante de uma tradição marcada pela disputa e uma visão de mundo dominante que pouco contribui para a compreensão dos procedimentos utilizados para

a compreensão do passado. Aqui se trata de algo pensado para ser apresentado como uma História ensinada como um dado e não como uma construção.

No tocante ao Ensino Médio, a BNCC trás uma nova estruturação com uma parte relacionada à Formação Geral Básica e outra variável (os itinerários formativos). Contudo, cabe ressaltar que os acalorados debates políticos em torno da recente reforma e os interesses dos atores envolvidos tem gerado uma situação de instabilidade e incertezas nas escolas. Na Formação Geral Básica o comportamento observado tem sido de se apegar às práticas tradicionais, testadas e reconhecidas pelos docentes. Já na parte flexível têm se dominado a insegurança e a improvisação. Por não se tratar do foco deste trabalho não entraremos neste intrincado debate no momento. Contudo, interessa para nosso estudo ressaltar que o texto, ao tratar da área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, dedica especial atenção às categorias de territórios e fronteiras, às quais segundo a norma devem possibilitar aos estudantes:

compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças (BNCC, 2018: 564).

Como podemos observar, não é apenas o conhecimento histórico acadêmico que ainda se encontra distante do conhecimento histórico escolar, também as discussões sobre a finalidade do ensino de história também estão pouco associadas à norma que orienta a construção dos currículos escolares. Acadêmicos defendem finalidades do ensino de História relacionadas à construção das identidades, importância reconhecida pela BNCC, contudo a aplicabilidade ainda encontra dificuldades de se desvencilhar das marcas de nascença desta ciência, recorrendo a procedimentos mais tradicionais, como a narrativa cronológica linear e o viés eurocêntrico. A narrativa cronológica, linear e esquemática da História no modelo quadripartite construída dentro dos marcos da História europeia é uma construção difundida como modelo a ser seguida, a europeização se apresenta como uma forma de superação da barbárie (Chesneaux, 1995). No Brasil, essa

característica está expressa nos currículos escolares desde a inclusão do ensino de História no sistema educacional ainda no século XIX (Barbosa, 2006: 57).

No tocante às identidades, a BNCC se dedica mais ao reconhecimento das diferentes identidades do que aos procedimentos e estudos relacionados à formação dessas identidades. Sem dúvidas as categorias de territórios e fronteiras são fundamentais nestes processos, contudo, mediante às novas formas de comunicação existem outras categorias que adquirem especial relevância na identificação destes imbricados processos e que são abordadas tangencialmente.

Diante do exposto, constatamos que as normas mais recentes que orientam a construção do ensino de História não abarcam as novas questões colocadas no processo de construção de identidades das juventudes. No entanto, é de se esperar que a institucionalidade esteja sempre um passo atrás, se no campo da construção das políticas de ensino de História esse distanciamento ainda é considerável, por outro lado na construção dos espaços de memória e lugares de patrimônio a institucionalidade tem buscado fortemente construir identidades. François Hartog (2006: 268), identifica uma onda de patrimonialização com efeito de uma busca de identidade. Sandra Donner associa este processo ao crescimento da demanda pela História Local, seja em publicações acadêmicas ou na divulgação científica e até nos produtos culturais de grande circulação. Tal crescimento de demanda se verifica na produção acadêmica, mas principalmente na literatura produzida por diletantes (Donner, 2012: 226).

O CONHECIMENTO HISTÓRICO ACADÊMICO E O CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR

No que toca essa imbricada relação entre academia e ensino de História, estamos tomando o conhecimento histórico acadêmico como o campo de pesquisa e produção do conhecimento de especialistas, ou na acepção de Barbosa (2006: 59), “como um conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos ou produzidos, estruturados com métodos, teorias e linguagens próprias, que visam compreender a natureza e as atividades humanas”. Já o conhecimento histórico escolar

é aquele produzido no espaço da escola, na relação entre professores e estudantes nas várias dimensões e interações desta relação, ou conforme define Circe Bittencourt:

O conhecimento histórico escolar é uma forma de saber que pressupõe um método científico no processo de transposição da ciência de referência para uma situação de ensino, permeando-se em sua reelaboração, com o conhecimento proveniente do “senso comum”, de representações sociais de professores e alunos e que são redefinidos de forma dinâmica e contínua na sala de aula (Bittencourt, 1988: 25).

Portanto, o conhecimento histórico escolar não é uma mera simplificação e transposição do conhecimento histórico acadêmico. Tão pouco, faz sentido estabelecer uma escala de valor ou complexidade entre os dois campos do saber, visto que trabalham com o conhecimento histórico em diferentes contextos, com diferentes variáveis, diferentes elementos de interferência e até, ousamos dizer, com diferentes objetivos, pois o ensino de História na Educação Básica não busca formar pequenos historiadores. Espera-se, contudo, uma relação dialética entre ambos, pois se complementam em sentido uma vez que o conhecimento histórico escolar se vale da transposição didática dos conhecimentos socialmente produzidos na academia e, por sua vez, produz elementos que poderiam ser melhor aproveitados por historiadores.

No atual estado da relação entre pesquisa e ensino de História, não cabem mais visões tradicionalistas que separam a produção do conhecimento em pesquisas como campo dos especialistas e o campo do ensino como ofício de professores, meros reprodutores e simplificadores de conhecimentos já produzidos e sistematizados. Ainda assim, na prática, esses traços são comumente encontrados.

Conforme já mencionado, a renovação metodológica que trouxe novos paradigmas para o campo teórico e prático dos historiadores ainda encontra presença tímida nas salas de aula e pouco se faz presente nos programas, currículos, livros e na prática dos professores da Educação Básica. Os motivos que levam a essas dificuldades são os mais variados e escapam aos interesses deste trabalho, contudo convém citar a formação acadêmica de professores muito diferente daquela requisitada para a prática docente (Barbosa, 2006: 60). Daí, o livro didático se torna o seu grande

referencial, livro este que também não faz parte de sua formação acadêmica e que está sujeito às disputas sociais e regras de mercado.

O resultado é que professores se vêem limitados em sua prática e o conhecimento histórico escolar se mostra ainda mais sujeito à influência da historiografia tradicionalista e eurocentrista. O ensino de História, muitas vezes, tem sido caracterizado por abordagens tradicionalistas, factuais, descritivas, cronológicas e que contribuem pouco para uma formação crítica e se mostra anacrônico em relação aos desafios impostos pela contemporaneidade. Característica ainda mais presente quando se trata de abordagens relacionadas à História Local, muitas vezes marcada pela exaltação dos heróis autóctones, por listagens de cidadãos ilustres, cronologias administrativas, pela folclorização e pela negação da identidade aos “de fora” (Neves, 1997: 24).

CONSCIÊNCIA HISTÓRIA; APROXIMAÇÕES DE UM CONCEITO CHAVE

Com base no exposto até aqui, podemos tomar que se configura um duplo desafio colocado à disciplina de História e seus dilemas contemporâneos, primeiro; a superação do que aqui chamamos de marcas de nascença da História, ou seja, a formação do cidadão modelo de um projeto de Estado-nação, a missão de informar sobre um passado normalmente uniformizante e sem conflitos, a cronologia linear que termina por formar a ideia de passado em unidades estanques e o discurso civilizatório sustentado pela visão eurocêntrica. Segundo; a aproximação de compasso entre o conhecimento histórico escolar e o conhecimento histórico acadêmico. Uma boa alternativa pode ser a formulação de um conceito utilizável de consciência histórica. Tratamos como a busca por um conceito utilizável, pois embora tenha passado a figurar na literatura historiográfica desde meados do século XX, nem sempre ele foi comum a todos que se valeram dele.

Possivelmente a primeira vez que o termo consciência histórica foi utilizado tenha sido por Raymond Aron em 1957, tomando a consciência histórica como uma consciência política (Cerri, 2001: 96). Já para o filósofo Hans-Georg Gadamer, a consciência histórica é resultado de uma historicidade alcançada apenas por alguns grupos sociais que passaram por um processo de modernização, excluindo os que estão presos às tradições, dogmas e aliados do *zeitgeist*, a

consciência histórica seria: “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda opinião” (Gadamer, 1998: 17).

Phillipe Ariès também fala em tomada de consciência histórica a partir de uma modernidade, porém defende que este novo estágio de compreensão resulta da crise de referencial identitário fornecido pelas pequenas comunidades. Assim, o indivíduo passa a se perceber em uma relação dialética constante com a História que o precede, como se ela fosse um prolongamento de si mesmo e ele, por sua vez, um também um construtor dessa História (Ariès, 1989, *apud* Cerri, 2001: 98). Podemos perceber que para esses autores a consciência histórica é um estágio ao qual se alcança.

De outro modo, Agnes Heller e Jörn Rüsen compreendem a consciência histórica não como um estágio a ser alcançado, não restrito à períodos da História, classes ou maior ou menor preparação para a reflexão histórica, mas como algo inerente ao pensamento humano. Para Heller a consciência histórica é comum a todos que percebem a sua finitude e o passar do tempo, compreender-se como ser vivo significa ter consciência de sua historicidade. Assim, segundo o pensamento de Heller, a consciência histórica é composta de vários estágios que vão desde a criação de normas de convivência até a consciência de que a humanidade o transcende e passa a conceber o mundo como histórico (Heller, 1993: 15). Portanto, mobilizar a consciência histórica seria uma necessidade para a compreensão do mundo a sua volta e para a tomada de decisões, não havendo possibilidade de agir no mundo sem essa atribuição de sentido do presente, do porvir e do que se passou.

Jörn Rüsen, toma o conceito de consciência histórica de Heller inserido nas funções das narrativas históricas que dão sentido à existência humana, sendo assim esta consciência é inerente ao humano e, portanto, componente essencial da própria ciência histórica. Segundo Lima, Rüsen define a consciência histórica “como a capacidade humana de atribuir sentido à sua vida no tempo” (Lima, 2014: 60). Na teoria de Rüsen, a consciência histórica tem uma função prática e a aprendizagem da História ganha sentido em um contexto de demandas da vida cotidiana em que o conhecimento do passado orienta a tomada de decisões. Já a tarefa da História, tema abordado na seção anterior, segundo Rüsen, consiste em nos fornecer um senso da nossa própria identidade,

mas de forma a facilitar e estimular a cooperação com outras pessoas, nações e culturas (Lee, 2006: 135).

Na busca pela aproximação de um conceito de consciência histórica, importa aqui distinguir duas possíveis formulações que podem causar equívocos, são elas o senso histórico e a cultura histórica. O senso histórico, (Gadamer *apud* Cerri, 2001: 97) é o talento do historiador para compreender o passado a partir do próprio contexto em que ele emerge, sem o cometimento de anacronismos e julgamentos segundo seus próprios parâmetros. Já a cultura histórica, é alvo de debates em diferentes reflexões historiográficas que a entendem como algo composto por diferentes formas de expressão, entre elas estariam o conhecimento histórico escolar, o acadêmico, a divulgação histórica, entre outros (Rocha, 2014: 326). Portanto, estamos tratando de algo mais abrangente e fortemente amparado pela memória social. Segundo Le Goff, referência principal no tema, “a história da história não deve se preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica” (Le Goff, 2003: 47).

Se a consciência histórica pode ser definida como:

(...) a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (Rüsen, 2001, p.57).

o conhecimento histórico deve ir além da aquisição de conhecimentos sobre fatos e objetos do passado, deve atuar como regra nos arranjos mentais dos sujeitos. A aprendizagem histórica deve ser entendida, então, como uma mudança estrutural da consciência histórica. Estamos tratando de um processo de aquisição de competências e mudanças estruturais nas formas pelas quais tratamos e usamos a experiência e o conhecimento do passado (Lima, 2014: 62).

LITERACIA HISTÓRICA E A HISTÓRIA LOCAL

Apesar dos estudos sobre consciência histórica de Jörn Rüsen e Agnes Heller, ainda são recentes estudos sobre literacia histórica (do inglês *literacy*, tradução que acompanhou traduções anteriores de Portugal, mas que podemos entender também como letramento histórico). Peter Lee (2006), busca trazer considerações iniciais sobre este conceito, segundo ele, qualquer noção útil deve levar em consideração as ideias que os estudantes possuem sobre a disciplina História e qual o passado eles podem acessar e qual a sua relação com o presente e o futuro. Ainda segundo Lee: “O principal projeto para educação histórica deve ser o desenvolvimento de estruturas históricas aproveitáveis do passado [...] que permitam aos estudantes assimilarem novos eventos e processos, tanto no passado ou no futuro (Lee, 2006: 131).

Para tanto, segundo a tese de Lee, existem três princípios básicos para construção da literacia histórica, primeiro; os estudantes devem entender a História como um compromisso com a indagação, com marcas de identificação e vocabulário especializado. Segundo, devem compreender como é possível o conhecimento da História e que as explicações podem ser contingentes ou condicionais. Terceiro, que as considerações históricas não são cópias do passado e que devem ser avaliadas como respostas em termos dos documentos analisados, dos seus poderes explicativos e das relações com outros conhecimentos.

Neste sentido, acreditamos que a História Local é imprescindível na construção do letramento histórico, pois apresenta vantagens significativas no descortinamento dos métodos de conhecimentos da História e pode contribuir na superação dos desafios contemporâneos do ensino de História (tanto na superação das marcas de nascença como na aproximação entre o conhecimento escolar e acadêmico em História).

O conhecimento histórico escolar estará condenado a falhar se não levar em consideração os conhecimentos prévios dos estudantes e se ancorar nos seus pré-conceitos e sua historicidade. A História Local tem potencial de ser um bom ponto de partida para tocar a consciência histórica presente nos estudantes. Além disso, permite a ancoragem de conhecimentos para a compreensão de realidades mais abrangentes, em camadas, possibilitando uma aprendizagem significativa da História Global. Devido à disponibilidade de acesso às fontes e a imersão na memória social, examinar o passado a partir da História Local é ter acesso a um passado possível para os estudantes

e possibilidade metodológica para a compreensão de procedimentos próprios das ciências humanas, desvendando o método tradicionalmente escondido em uma História dada e não construída socialmente.

Nos últimos anos, a História Local experimentou um crescimento considerável no Brasil, mas pouco tem se feito no sentido de incluir essa modalidade historiográfica no ensino de História em sala de aula. Os debates acerca da História Local têm se concentrado ora na produção historiográfica, ora na relação entre historiadores profissionais e diletantes (Donner, 2012: 227). A História Local traz um ganho pedagógico ao tornar disponível “aquelas narrativas, histórias locais e memórias subjugadas que foram excluídas e marginalizadas nas interpretações dominantes da história” (Giroux; Simon, 1994: 99) e pode fornecer importantes avanços na superação dos dilemas do ensino de História quanto à superação das suas marcas de nascença e descortinamento do seu método de produção do conhecimento para uma mudança de estrutural da consciência histórica, aproximando o conhecimento escolar do conhecimento acadêmico em História. Por fim, o estudo da História local coloca o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem e o valoriza como sujeito ativo deste processo.

CONCLUSÃO

De posse do exposto, acreditamos ficar claro que as transformações ocasionadas pela acelerada comunicação digital nas últimas décadas produziram mudanças nas relações sociais, nos comportamentos, padrões de consumo e na construção das identidades. Essas transformações atingem em cheio o debate sobre ensino de História e suas finalidades, em um momento em ocorrem simultaneamente mudanças nos currículos e objetivos da aprendizagem e a academia se esforça para ajustar suas lentes para novas realidades que se impõe.

Esse novo estado de coisas coloca em cheque formas tradicionais de ensino de História e evidencia a necessidade de superação de suas marcas de nascença. Mais do que aderir às novas tecnologias, o ensino precisa repensar suas práticas e orientações, no caso específico do ensino de História, acreditamos que o caminho esteja em abandonar tradicionalismos anacrônicos e incidir

nas estruturas que orientam a interpretação da realidade. Para isso o conceito de consciência histórica nos parece peça chave, se entendermos este conceito como a soma das operações mentais com as quais os estudantes interpretam a realidade social e compreendem a passagem do tempo, somos levados a compreender que um ensino de História significativo deve ir além da aquisição de conhecimentos sobre o passado.

Assim, a ideia de literacia histórica nos leva a crer que uma educação histórica eficiente é aquela que produz estruturas históricas aproveitáveis do passado que permitam aos estudantes assimilarem os vários processos simultâneos que ocorrem cotidianamente de forma autônoma, crítica e cooperativa. Para tal, uma abordagem que parta da História Local é capaz de reunir os pré-requisitos necessários de um passado possível e presente em suas vidas, para transitar de uma História dada para uma história problema, para a compreensão das explicações históricas como contingentes ou condicionais e que as respostas construídas pela História se dão em termos das críticas das fontes, de sua correta indagação e relação com demais conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, J. HISTÓRIA E REGIÃO: RECONHECENDO E CONSTRUINDO ESPAÇOS. In: SILVA, M (Coord.). **República em Migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

ARIÈS, P. O TEMPO DA HISTÓRIA. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

BARBOSA, A. S. A PROPOSTA DE UM ESTATUTO PARA A HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES. In: **História e perspectiva**, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.

BARBOSA, V. de L. ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: REDESCOBRINDO SENTIDOS. **Sæculum**:Revista de História, [S. l.], n. 15, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11357>. Acesso em: 30 out. 2023.

BARROS, C. H. F. ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. CAPITALISMO E CIDADANIA NAS ATUAIS PROPOSTAS CURRICULARES DE HISTÓRIA. In: BITTENCOURT, Circe M. F (org.). **O saber escolar em sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1998.

CARVALHO, C. H. de. A HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: DIMENSÕES POSSÍVEIS PARA OS ESTUDOS HISTÓRICO-EDUCACIONAIS. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 6, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/273>. Acesso em: 26 out. 2023

CERRI, L. F. OS CONCEITOS DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E OS DESAFIOS DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 93–112, 2001. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2133/1614>. Acesso em: 27 set. 2019.

CHESNEAUX. J. DEVEMOS FAZER TÁBULA RASA DO PASSADO? São Paulo, Ática: 1995.

DONNER, S. C. HISTÓRIA LOCAL; DISCUTINDO CONCEITOS E PENSANDO NA PRÁTICA. HISTÓRICO DAS PRODUÇÕES NO BRASIL. **XI Encontro Estadual de História**. ANPUH-RS. 2012. Disponível em: http://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em: 06 de Jul, 2023.

FERNANDES, J. R. O. UM LUGAR NA ESCOLA PARA A HISTÓRIA LOCAL. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809>. Acesso em: 26 out. 2023.

FERREIRA, E. S. HISTÓRIA LOCAL E O SEU LUGAR EM PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Revista Binacional Brasil Argentina**. Vitória da Conquista. V. 6 nº 01 p. 087 a 100 Junho/2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/download/1513/1304/2557>. Acesso em: 06 de Jul, 2023.

GADAMER, H.G. PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS. In: FRUCHON, P. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GIROUX, H; SIMON, R. CULTURA POPULAR E PEDAGOGIA CRÍTICA: A VIDA COTIDIANA COMO BASE PARA O CONHECIMENTO CURRICULAR. In: MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo, Cortez, 1994.

HARTOG F. TEMPO E PATRIMÔNIO. IN: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HELLER, A. UMA TEORIA DA HISTÓRIA. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

LE GOFF, J. HISTÓRIA E MEMÓRIA. Trad. Bernardo Leitão, 5ª ed, Campinas, Unicamp, 2003, p. 47.

LEE, P. EM DIREÇÃO A UM CONCEITO DE LITERACIA HISTÓRICA. *Educar em Revista*. Editora UFPR, Curitiba, p. 131-150, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/DPFPv67KqKrWcc8nXWLBftM/>. Acesso em 19 de jul, 2023.

LIMA, M. CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E EDUCAÇÃO HISTÓRICA. In: CIAMBARELLA, A. et al. (org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. São Paulo, Editora FGV, 2014.

MORALES, Elisa V. HISTÓRIA DO COTIDIANO E ENSINO DE HISTÓRIA. **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. EDUEL. Londrina, 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/historia_do_cotidiano_e_ensino_de_historia.pdf>. Acesso em: 17 de Jul, 2023.

NEVES, J. HISTÓRIA LOCAL E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 3, p. 13-27, jan./dez, 1997.

ROCHA, H. A PRESENÇA DO PASSADO NA AULA DE HISTÓRIA. In: CIAMBARELLA, A. et al. (org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. São Paulo, Editora FGV, 2014.

RÜSEN, Jörn. **RAZÃO HISTÓRICA**. Brasília, Editora da UnB, 2001.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07: OBSERVATÓRIO DA EXTREMA DIREITA: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE AS DIREITAS NO TEMPO PRESENTE.

Aborto e Extrema Direita: Uma análise das publicações de grupos neointegralistas e bolsonaristas

Lavínea Oliveira da Rosa³⁷⁰

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar a compreensão de como diversos grupos de subdivisões diferentes da extrema direita brasileira utilizam a pauta do aborto para estabelecerem relações com outros grupos; suas interferências na política; conseguir novos integrantes através de temas populares (como o aborto); o uso dessa temática nas eleições de 2018 e 2022; a pauta do aborto como uma possível forma de ligação entre esses grupos, para além do viés político; a tática utilizada; a questão da necropolítica; o uso da fé em seus discursos, e a importância do tema, através da análise de publicações realizadas em suas contas nas redes sociais Facebook, Instagram, Telegram, Twitter e Youtube, além de seus sites oficiais, por grupos neointegralistas e bolsonaristas analisados.

Palavras-chave: Aborto. Extrema direita. Neointegralismo. Bolsonarismo. História Pública Digital.

Abstract: This paper aims to present an understanding of how various groups from different subdivisions of the Brazilian far right use the abortion issue to establish relations with other groups; their interference in politics; gaining new members through popular issues (such as abortion); the use of this issue in the 2018 and 2022 elections; the abortion agenda as a possible way of connecting these groups, beyond the political bias; the tactics used; the issue of necropolitics; the use of faith in their speeches, and the importance of the topic, through the analysis of publications made on

³⁷⁰ Bacharela e licencianda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: lavinea2001@gmail.com

their social media accounts Facebook, Instagram, Telegram, Twitter and Youtube, as well as their official websites, by the neointegralist and Bolsonaro groups analyzed.

Keywords: Abortion. Extreme right. Neointegralism. Bolsonarism. Digital Public History.

Introdução

A ascensão da extrema direita como um movimento político e ideológico tem suscitado interesse e apreensão em várias nações ao redor do globo. No Brasil, essa tendência não é exceção, e coletivos associados a essa corrente ideológica têm ganhado proeminência e espaço no discurso público. Diante desse panorama, torna-se imperativo investigar de que maneira esses grupos abordam e instrumentalizam determinadas temáticas para disseminar sua ideologia e angariar adeptos.

O escopo deste estudo consiste em apresentar as análises das publicações efetuadas por distintas subdivisões da extrema direita brasileira, a saber, a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Flama Verde, o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), o Movimento Endireita Brasil, o Movimento Conservador, o Movimento Direita Brasil RJ, Direita Santa Catarina, Movimento Direita Minas, Movimento Direita Catarinense, Direita São Paulo e Direita Paraná Oficial, no que tange ao tema do aborto. Para tanto, foram utilizadas fontes digitais, incluindo redes sociais (Facebook, Instagram, Telegram, Twitter e Youtube) e os sítios oficiais desses grupos, que abordassem de alguma forma a temática do aborto.

A metodologia empregada envolveu a constituição de um banco de dados, onde foram arquivadas as publicações dos grupos que mencionavam o tema do aborto. Dados como autores, datas e links das publicações foram registrados, objetivando a preservação e organização das informações recolhidas. Essa abordagem facultou uma análise sistemática e comparativa das postagens, provendo substrato para a compreensão de como o aborto é tratado e explorado por esses coletivos.

A fundamentação teórica dessa pesquisa abarcou estudos acerca da história do aborto, questões políticas e sociais correlatas ao tema, bem como análises sobre a extrema direita e seus discursos. Por meio dessa base teórica, buscou-se contextualizar as publicações dos grupos e elucidar suas estratégias e objetivos.

Portanto, os objetivos deste estudo englobam a compreensão de como diversos grupos de subdivisões distintas da extrema direita brasileira utilizam a pauta do aborto para estabelecer relações com outros grupos; suas interferências na política; a obtenção de novos integrantes por meio de temas populares (como o aborto); o emprego dessa temática nas eleições de 2018 e 2022; a pauta do aborto como uma possível forma de conexão entre esses grupos, para além do prisma político; a tática empregada; a questão da necropolítica; o emprego da fé em seus discursos e a relevância do tema, por meio da análise de publicações realizadas pelos grupos analisados. Dessa forma, proporciona-se uma visão mais clara e aprofundada sobre as estratégias adotadas por esses grupos e seus impactos no debate público.

A área de estudo contextualizada

O espectro político e ideológico denominado de extrema direita revela-se como um domínio intrincado e diversificado, abrangendo grupos que se subdividem em múltiplas subcategorias. Não obstante, diversas peculiaridades emergem como elementos compartilhados por muitos desses grupos, entre as quais destaca-se a posição antiaborto. Nesse contexto, esta investigação almejou analisar alguns contingentes da extrema direita no Brasil, a saber: a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Flama Verde, o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), o Movimento Endireita Brasil, o Movimento Conservador, o Movimento Direita Brasil RJ, Direita Santa Catarina, Movimento Direita Minas, Movimento Direita Catarinense, Direita São Paulo e Direita Paraná Oficial. A escolha desses grupos fundamentou-se em sua diversidade enquanto subdivisões no amplo âmbito da extrema direita, permitindo, assim, uma análise mais aprofundada e abrangente sobre a abordagem e utilização da temática do aborto no contexto mais amplo das direitas. Ademais, tais grupos ostentam significativa influência social e, em alguns casos, política, capazes de exercer interferência em iniciativas de legalização do aborto.

Dentro desse escopo, é crucial compreender as subdivisões eleitas para análise, a saber: neointegralismo e bolsonarismo.

No que concerne à subdivisão do neointegralismo, é pertinente mencionar os três grupos preeminentes, a saber: Frente Integralista Brasileira (FIB), Flama Verde e Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B). Essas entidades têm como alicerce a doutrina integralista e compartilham vários princípios dessa base ideológica, não obstante apresentem nuances distintas.

O movimento neointegralista pode ser caracterizado como uma vertente da extrema direita brasileira que descende do movimento integralista, este último caracterizado por uma inclinação fascista e nacionalista, fundado em 1932 sob a liderança de Plínio Salgado. Como coloca o historiador Odilon Caldeira Neto:

O integralismo, compreendido aqui no sentido ideológico do termo, i. e., não restrito a grupos específicos, surgiu oficialmente no ano de 1932, a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que também foi, certamente, a maior organização integralista já existente. Inspirados por movimentos fascistas europeus, mas também por algumas organizações e grupos nacionais, sobretudo aqueles ligados a setores do conservadorismo e tradicionalismo católico, a AIB foi a principal organização fascista existente na história brasileira (embora, como observa Trindade,¹ não tenha sido a primeira). Foi, ainda, de acordo com Griffin,² o principal movimento fascista em atuação além da Europa. (Caldeira Neto, 2012: 149).

Ademais, com a ausência de Plínio Salgado, após seu falecimento em 1975, o surgimento do fenômeno neointegralista foi catalisado, representando organizações e indivíduos que buscam reestruturar o integralismo sem a presença de sua liderança central. Tal cenário propiciou um terreno fértil para disputas de poder e a emergência de novas compreensões ou "modernizações" da ideologia integralista, conforme assinala Caldeira Neto:

Após a morte de Plínio Salgado há início do chamado fenômeno neointegralista, isto é, organizações, grupos ou mesmo indivíduos que buscam reorganizar o integralismo sem a presença de sua principal liderança e elemento histórico do movimento integralista e em suas diversas fases. Há, então, a consolidação de um campo aberto para disputas de poder e, ainda, o surgimento de novas compreensões e/ou "modernizações" da

ideologia integralista para os tempos mais recentes, aspectos intrinsecamente relacionados. (Caldeira Neto, 2012: 153).

Dessa maneira, a criação do neointegralismo resultou em duas vertentes: uma de teor mais conservador, alinhada ao integralismo católico, e outra mais radical, menos vinculada à religião e mais propensa a ideias antissemitas e conspiratórias. Cada grupo neointegralista, portanto, incorpora a doutrina integralista como fundamento, mas agrega suas próprias visões e interpretações, bem como uma abordagem distinta em relação à sociedade e à disseminação de suas ideias.

Embora se autodenomine antifascista, o movimento integralista, na verdade, configura-se como um movimento fascista, anticomunista e nacionalista, cujo lema central é "Deus, Pátria e Família". Essa herança foi transmitida para os grupos neointegralistas, que a adotaram como princípio, aproximando-se cada vez mais de correntes extremistas da extrema direita. Como resultado desse processo, três grupos destacaram-se: a Frente Integralista Brasileira (FIB), Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE) - que encerrou suas atividades e deu origem ao grupo Flama Verde - e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B).

Em relação à Frente Integralista Brasileira (FIB), Gonçalves e Caldeira Neto (2020) enfatizam que:

é o maior, mais organizado e ativo entre os três grupos neointegralistas surgidos após o congresso de 2004. Atualmente, o presidente do grupo é Moisés Lima, que se apresenta como filósofo. A FIB foi fundada no dia 22 de janeiro de 2005, com sede em São Paulo, e se apresenta como um grupo voltado a resgatar a herança cultural, cívica, política e ideológica da Ação Integralista Brasileira. (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020: 171- 172).

A FIB, assim, pode ser percebida como uma entidade que se fundamenta na doutrina integralista, buscando incorporar os princípios e normas estabelecidos pelo movimento integralista em sua época de existência. O grupo aborda uma variedade de temas, incluindo política, economia, religião e questões sociais. Além disso, investe em cursos e palestras para seus membros, com o objetivo de discutir a doutrina integralista, permitindo afiliações em alguns estados. Notavelmente, a FIB mantém uma padronização religiosa, adotando o catolicismo como sua religião oficial, proclamando-se como herdeira legítima do movimento integralista. Atualmente, a FIB destaca-se

como o maior grupo neointegralista, exercendo significativa influência política e social, contando com 898 seguidores em seu canal no Telegram, 3,63 mil inscritos no canal do YouTube de Moisés Lima, um dos principais integrantes do grupo, e diversos seguidores que respaldam as frequentes postagens do grupo em seu site oficial.

No tocante ao Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), Gonçalves e Caldeira Neto (2020) esclarecem que o grupo busca:

(...) criar uma “sequência harmônica de explicação”, na qual as ideias do campo científico, aliadas aos valores morais e intelectuais do integralismo, teriam capacidade de resolver problemas de vários tipos: sociais, econômicos, políticos e até espirituais. A isso, eles deram o nome de filosofia linear, ou linearismo. No entendimento deles, as ideias científicas - vindas da matemática, da física e de outras disciplinas - promoviam um despertar de consciência, de forma muito parecida ao processo de revolução espiritual defendido pela Ação Integralista Brasileira. A diferença básica entre o linearismo e o integralismo da primeira fase é justamente que o linearismo afirma ter princípios mais descritivos e atuais. (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020: 167- 168).

Assim, o MIL-B pode ser interpretado como um grupo que adota a doutrina integralista e, segundo seus membros, utiliza métodos científicos lógico-estruturais para abordar diversas temáticas, incluindo questões como o veganismo e o espiritismo. Apesar da ampla gama de temas abordados, não há uma posição clara em relação a uma religião específica a ser seguida pelos integrantes, diferenciando-se de outros grupos que colocam o catolicismo como religião predominante. No âmbito político, o grupo discute a viabilidade de um regime monárquico, com algumas adaptações, incluindo a participação de alguns membros nessa nova ordem de poder. Atualmente, o grupo conta com 157 inscritos em seu canal no Telegram.

Gonçalves e Caldeira Neto também discutem a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), que se apresenta como:

(...) “nem destros nem sinistros” (nem direita nem esquerda), se define como uma associação que tem por finalidade a divulgação do pensamento nacionalista, por meio de palestras, seminários, mesas-redondas e cursos de formação. O grupo, que não tem estrutura rígida, com líderes definidos,

tem como patrono Arcy Lopes Estrella, o dr. Arcy. As bandeiras da Accale são o nacionalismo, o anticomunismo, o antiliberalismo, a contrariedade ao progressismo e à usura, assim como a defesa de uma revolução interior, muito similar à proposta integralista. (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020: 187).

Por sua vez, o grupo Flama Verde, descendente da Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella, se autodeclara como um grupo nacionalista cristão, antiliberal e antimarxista. Embora faça uso da doutrina integralista, adota uma abordagem mais radical, evidenciada pela linguagem agressiva presente em suas postagens. A componente religiosa existe no grupo, mas não assume a mesma proeminência observada nas temáticas políticas brasileiras ou estrangeiras. Adicionalmente, o Flama Verde utiliza a imagem e os ideais propostos por Enéas Carneiro, Alberto Torres e até mesmo Bautista Vidal como fundamentação intelectual. Diferentemente da FIB e do MIL-B, o Flama Verde apresenta uma linguagem mais acessível às faixas etárias mais jovens, constituindo um diferencial nessa subdivisão, geralmente caracterizada por membros mais idosos. Atualmente, o grupo conta com 1.625 inscritos em seu canal no Telegram e 1,73 mil inscritos em seu canal no YouTube.

A segunda divisão examinada é a do bolsonarismo, que ganhou notoriedade durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Seu surgimento teve início em 2016, durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, quando Bolsonaro, então deputado federal, começou a se destacar ao enaltecer torturadores da ditadura militar brasileira e promover o ódio contra minorias. Após as eleições de 2018 e, especialmente, durante as eleições de 2022, observou-se um aumento expressivo de grupos pró-Bolsonaro.

O bolsonarismo guarda semelhanças com o fascismo do século XX, permeando a psique das massas e construindo uma narrativa fundamentada em valores como disciplina, valores familiares, religiosos e negacionismo, além de características como militarismo e anti-intelectualismo (Silva Júnior e Fargoni, 2020). Além disso, o bolsonarismo pode ser concebido como um movimento neofascista, compartilhando pontos em comum com os fascismos europeus clássicos, adaptado à realidade brasileira.

Silva Júnior e Fargoni (2020) destacam também que o bolsonarismo possui influências externas, não sendo exclusivamente endêmico à sociedade brasileira, ressuscitando atributos de ideologias políticas como o fascismo e o nazismo, almejando a dominação das massas e uma nova subjetividade do cidadão. Essas características se entrelaçam com elementos específicos do fascismo clássico em diversos domínios e dimensões. No entanto, é crucial salientar que nem todos os grupos que apoiam Bolsonaro atuam exclusivamente em prol de sua candidatura. Alguns grupos, como o Movimento Endireita Brasil e o Movimento Conservador, já existiam antes do surgimento do bolsonarismo e possuem suas próprias agendas e ideologias.

O Movimento Endireita Brasil, estabelecido em 2006, é um coletivo inicialmente formado por jovens da classe média paulistana, liderado pelo deputado federal Ricardo de Aquino Salles. O grupo alega buscar defender uma direita ética, liberal, democrática e participativa. Entretanto, nos últimos anos, o grupo concentrou seus esforços em promover a candidatura de Bolsonaro, embora, em seu início, a intenção principal fosse propor uma nova forma de governo elitista em oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente, o grupo possui 36 mil seguidores no Instagram, 647 mil seguidores no Facebook e 12,5 mil seguidores no Twitter.

O Movimento Conservador, fundado em 2016, inicialmente como Direita Paulistana e posteriormente alterando para Direita São Paulo, é um grupo conservador, pró-vida e profundamente ligado a questões religiosas e políticas. Em 2019, o grupo mudou seu nome para Movimento Conservador e expandiu suas filiais para outros estados do país. Além de influência social, busca ativamente influência política para aumentar sua participação no legislativo e câmaras municipais. O grupo, cuja base ideológica utiliza as ideias de Olavo de Carvalho, defende o resgate da cultura Ocidental, valores cristãos, moral, filosofia grega e direito romano. Atualmente, o grupo conta com 1.832 inscritos em seu canal no Telegram, 75,9 mil seguidores no Instagram, 22 mil seguidores no Facebook, 52,8 mil seguidores no Twitter e 9,51 mil seguidores em seu canal no YouTube. Em um segundo perfil, agora secundário, o grupo possui 1.013 seguidores no Instagram e 14,3 mil seguidores no Twitter.

Uma segunda subdivisão dentro do campo do bolsonarismo é representada por grupos formados principalmente para apoiar o presidente durante as eleições e que, posteriormente,

conseguiram expandir suas atividades e criar filiais. Este é o caso dos grupos Movimento Direita Brasil, Movimento Direita Brasil RJ, Movimento Direita Minas e Movimento Direita Catarinense.

O Movimento Direita Brasil RJ é um grupo que adota o lema integralista "Deus, Pátria e Família", posicionando-se como conservador e manifestando elementos como ódio às minorias, apoio a políticas de morte (necropolítica) e pró-vida. Sua base está em Volta Redonda, declarando apoio a Bolsonaro e defendendo uma política limpa no Brasil, livre de corrupção, enfatizando também a importância da liberdade de opinião. Fundado em 2021, o grupo possui atualmente 230 inscritos em seu canal no YouTube, 52,5 mil seguidores no Instagram e 1,5 mil seguidores no Facebook.

O Movimento Direita Minas é um coletivo composto por conservadores que afirmam opor-se à inversão de valores em Minas Gerais. Além de apoiar Jair Messias Bolsonaro, o grupo recebe respaldo do deputado Nikolas Ferreira e possui filiais em várias cidades do estado. Cada filial apresenta suas próprias particularidades, como a filial de Juiz de Fora, autodenominada "terrivelmente conservadora, armamentista, antifeminista e cristã", e a filial de Bicas, que se considera "movimento direitista, conservador e pró-Bolsonaro em Bicas MG". Fundado em 2016, o Movimento Direita Minas possui atualmente 130 mil seguidores no Instagram, 178 mil seguidores no Facebook, 36 mil seguidores no Twitter, 5,51 mil seguidores no YouTube e 317 inscritos no Telegram.

O Movimento Direita Catarinense é um movimento de direita conservadora em Santa Catarina, que buscou apoiar Bolsonaro durante as eleições de 2022 e disseminar seus princípios e ideologias pró-vida, antiesquerda e anticomunismo. Fundado em 2018, o grupo não mantém uma atividade frequente e uma estratégia de postagem tão apelativa quanto outros grupos bolsonaristas, contando atualmente com 5.269 seguidores no Instagram e 12 mil seguidores no Facebook.

O grupo Direita Santa Catarina se autodefine como o primeiro e maior movimento conservador do estado de Santa Catarina, combatendo o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda desde 2017. O grupo utiliza o lema "Deus, Pátria, Família e Liberdade" e compartilha ideologias de uma direita ultraconservadora e ultranacionalista, contando com 20 mil seguidores

no Instagram, 24 mil seguidores no Facebook, 143 seguidores no Twitter e 525 inscritos no canal do Telegram.

O Direita Paraná Oficial, fundado pelo Deputado Federal Filipe Barros em 2017, é outro grupo que tem como lema "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". O grupo se apresenta como uma organização civil e política conservadora, lutando pelo restabelecimento da liberdade e da ordem. Além disso, o DPO parece buscar uma certa soberania, comum a diversos grupos e movimentos extremistas do sul do país. Segundo o site oficial, o grupo possui mais de 1.703.045 seguidores no estado do Paraná, contando com 9.800 seguidores no Instagram, 326 mil seguidores no Facebook e 265 seguidores no Twitter.

Assim, é compreensível que a extrema direita, especialmente a brasileira, apresenta uma diversidade considerável e posições distintas em cada vertente. No entanto, é notável que todos esses grupos, independentemente de suas subdivisões, estabelecem relações e diálogos de alguma forma entre suas ideologias. O resgate do lema integralista "Deus, Pátria e Família" por muitos grupos bolsonaristas ilustra essa convergência. Além disso, é relevante destacar que cada grupo da extrema direita, apesar das semelhanças, atribui maior ou menor importância a diferentes temas, mas em algum momento concordam entre si, como é o caso da questão do antiaborto.

Portanto, a oposição ao aborto emerge como uma questão central para os grupos de extrema direita, cada qual conferindo-lhe uma importância específica, mas não negligenciando sua relevância. Desta forma, foi possível identificar similaridades a partir da pauta do aborto, seja na abordagem legislativa, argumentos utilizados, base ideológica, influências externas, comunicação online, fontes de informação, concordância em declarações públicas, posição em temas relacionados e mobilização e ativismo. Esta questão proporciona uma reflexão sobre como o aborto pode ser uma estratégia importante para esses grupos conquistarem espaço na política, estabelecerem conexões com outros grupos e expandirem seu número de filiados ou seguidores por meio de uma temática comum, permitindo a disseminação de ideias similares.

O aborto no Brasil

O fenômeno histórico do aborto no Brasil, enraizado em sua cultura, permanece como tema controverso e tabu, apesar de sua longa existência. Durante a colonização, índices apontam para a prática não apenas entre mulheres portuguesas, mas também entre as indígenas, motivadas por distintos contextos.

No início da colonização, a segregação, condições adversas e violência nas missões jesuíticas levavam os índios a fugirem, fragmentando as estruturas familiares, impactando negativamente a taxa de natalidade e aumentando a mortalidade infantil. Tais circunstâncias, aliadas a abortos praticados por indígenas desprovidas de apoio, configuravam um cenário complexo (Freyre, 1933/1981).

Durante o período colonial, o aborto era interpretado como uma transgressão à feminilidade e à maternidade, sendo que a vida do feto era reconhecida somente após 40 dias. O poder feminino estava vinculado à maternidade, redimindo supostos pecados, enquanto o assédio ao aborto relacionava-se a questões econômicas, políticas e à naturalização da sexualidade (Del Priore, 1993).

A perseguição ao aborto na época levava mulheres a recorrerem a métodos inovadores, orientadas por benzedeiras e parteiras, resultando em práticas arriscadas e frequentemente letais. O contexto envolvia questões econômicas, políticas e a naturalização da sexualidade (Venâncio, 2004).

Atualmente, o aborto não é legalizado no Brasil, exceto em casos específicos. A legislação restritiva perpetua desafios, levando mulheres a procurarem procedimentos clandestinos com complicações e, em muitos casos, resultando em mortes (IBGE, 2013). A pesquisa nacional de aborto de 2021 destaca a prevalência do aborto em mulheres jovens e revela a inadequação da legislação restritiva (G1, 2023).

As questões educacionais também são relevantes, com mulheres de baixa instrução enfrentando limitações de acesso à informação sobre contraceptivos. A educação desempenha um papel significativo nas decisões relacionadas ao aborto (IBGE, 2013).

O debate sobre o aborto ganha destaque no Brasil, com movimentos feministas e defensores dos direitos reprodutivos lutando pela descriminalização. Avanços, como a decisão do STF em 2012 sobre a legalização de abortos em fetos anencéfalos, indicam mudanças na legislação em resposta à crescente demanda (STF, 2012).

O tema do aborto através da extrema direita brasileira

A emergência nas plataformas digitais de grupos associados à extrema direita tem sido objeto de escrutínio por parte de acadêmicos especializados em história, que se dedicam à compreensão dos padrões de postagem adotados por essas facções e seu impacto na contemporaneidade sociopolítica. Um aspecto saliente nas publicações digitais desses grupos é a distorção de narrativas históricas, instrumentalizada para fomentar suas agendas políticas. Eles tendem a reinterpretar eventos do passado de maneira seletiva, buscando justificar suas ideologias e consolidar uma visão particular de identidade nacional ou étnica.

A manipulação histórica surge como uma estratégia recorrente nos arsenais desses grupos, visando estabelecer uma percepção de legitimidade para suas reivindicações e criar uma ligação com um passado idealizado. Conforme assinalado por Snyder (2018), a deturpação dos fatos históricos capacita esses grupos a moldarem a percepção pública e construir uma narrativa que reforça discursos de exclusão, xenofobia e supremacia racial.

Outra tática frequentemente adotada consiste na apropriação de símbolos e imagens históricas em suas postagens online, buscando estabelecer uma continuidade com ideologias e regimes do passado que veneram. Tal apropriação objetiva construir identidade e coesão entre os membros do grupo de extrema direita, utilizando tais elementos como vetores para a invocação de um senso de pertencimento e alimentação da nostalgia por uma suposta era de grandeza e pureza racial ou cultural (Griffin, 2007).

Ademais, destaca-se a adoção de uma retórica conspiratória, evidenciada nas postagens desses grupos nas redes sociais. Essa retórica visa identificar supostos complôs e inimigos ocultos que ameaçam a ordem social e cultural. Historicamente, os grupos de extrema direita basearam-se em teorias conspiratórias para alimentar a desconfiança em relação a instituições democráticas,

minorias étnicas ou religiosas, justificando, assim, suas ações e mobilizando seguidores em nome de uma suposta causa moral ou identitária (Arendt, 1951).

O papel das redes sociais no recrutamento e na radicalização de indivíduos por parte desses grupos é significativo. Através de postagens persuasivas, vídeos e interações online, buscam atrair novos seguidores e fomentar o extremismo. As estratégias de engajamento, como a criação de comunidades online e a promoção de discursos polarizadores, são aplicadas para atrair indivíduos vulneráveis e moldar suas crenças (Miller-Idriss, 2020).

A análise das postagens dos grupos investigados revela alguns pontos em comum, tanto em termos textuais quanto visuais. Embora a temática antiaborto e pró-vida seja recorrente, a ênfase varia entre os grupos. Enquanto alguns, como o Flama Verde, dedicam vários posts ao assunto, outros, como o Movimento Endireita Brasil, o consideram relevante, mas não ao ponto de gerar tantas publicações.

Além da temática do aborto, há elementos compartilhados na abordagem desses grupos. Eles frequentemente associam o aborto à esquerda, vinculando-o ao marxismo, comunismo e feminismo. O aborto é também politizado como uma agenda do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo explorado para disseminar fake news durante os períodos eleitorais, com especial ênfase em 2022. Elementos visuais com tonalidades sombrias, linguagem negativa e passivo-agressiva são empregados para apelo emocional. A apresentação do aborto como uma ameaça aos valores tradicionais e à moralidade, entendendo-o como uma forma de destruição da família tradicional brasileira, é uma constante.

Entretanto, as estratégias antiaborto podem diferir entre os grupos. Alguns realizam eventos como simpósios, congressos e grupos de estudos sobre o tema, enquanto outros limitam-se a publicações condenatórias, compartilhamento de notícias políticas e divulgação de conteúdos de médicos contra a legalização do aborto, embasados supostamente em conhecimentos científicos.

Outra observação decorrente da análise é a programação coordenada das postagens por grupos afiliados, com elementos visuais e textuais uniformes, além de datas e horários específicos. Essas datas muitas vezes carregam significado histórico ou comemorativo, enquanto os horários

são escolhidos para maximizar o alcance. Elementos visuais chamativos, por vezes até mesmo extravagantes, e textos persuasivos são utilizados para prender a atenção do leitor e induzi-lo à leitura.

Durante os períodos eleitorais, especialmente em 2022, observou-se uma intensificação significativa das publicações, com disseminação de fake news relacionando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva à legalização do aborto. A presença da necropolítica também se destaca em várias postagens, contribuindo para a disseminação do ódio e, em certos casos, interferindo na política. A necropolítica, conceituada por Achille Mbembe, destaca-se como uma estratégia de controle que regula a vida e a morte, exercendo controle sobre a mortalidade de grupos sociais específicos (Mbembe, 2016). Embora discutida principalmente no contexto de políticas estatais de violência, sua relevância para grupos de extrema direita não deve ser subestimada.

A ascensão e consolidação de movimentos e partidos políticos de extrema direita globalmente desencadeiam dinâmicas políticas e sociais complexas. Esses grupos implementam estratégias que promovem uma política de exclusão, divisão e supremacia, fundamentadas em uma lógica congruente com os princípios da necropolítica.

A análise da abordagem da extrema direita em relação ao aborto destaca pontos-chave, incluindo o uso da necropolítica para disseminar ódio, a utilização do tema nas eleições para promover candidatos, o recrutamento através de temáticas populares, a união entre grupos, a disseminação de fake news, o apelo à fé, a colaboração com ONGs, e a variação na importância atribuída ao tema. A narrativa antiaborto é fundamentada em valores morais, discursos religiosos, direitos do feto e na proteção da vida, respaldada por uma visão conservadora de família.

Em relação às fontes de informação, os grupos recorrem a jornais sensacionalistas e vídeos de médicos conservadores contrários ao aborto. A comunicação online desempenha papel central na disseminação de conteúdos, compartilhamento de posições similares e mobilização em campanhas, marchas e eventos para influenciar políticas públicas restritivas ao aborto. Essa mobilização, no entanto, está permeada por uma narrativa que marginaliza o aborto como exclusivo de movimentos feministas e de ideologias de esquerda, visando reescrever a história brasileira para

se alinhar aos valores tradicionais familiares. Este é um esforço para criar uma narrativa que apaga eventos inconvenientes e sustenta uma visão distorcida da realidade.

Conclusão

As conclusões derivadas da exegese das publicações dos grupos de extrema direita elucidam uma abordagem específica em relação à pauta do aborto, transcendendo uma mera inclusão em seu repertório ideológico. Ao término desta pesquisa, salientam-se diversos pontos-chave, proporcionando uma interpretação mais aprofundada desta temática. Nota-se, primeiramente, a adoção de uma tática pelos grupos, evidenciando o emprego da necropolítica em suas comunicações nas redes sociais e discursos, com o propósito de disseminar a animosidade e influenciar a opinião pública. Esta estratégia revela uma abordagem agressiva, dirigida à interferência nos direitos humanos, deliberando sobre quem merece viver e quem deve perecer.

Outro aspecto relevante é a instrumentalização da temática do aborto durante as eleições presidenciais de 2022, delineando uma estratégia para fomentar a campanha de Bolsonaro. Este enfoque sublinha a utilização do tema como uma ferramenta política, visando influenciar os resultados eleitorais e atrair apoio para candidatos específicos. Além disso, verifica-se que os grupos de extrema direita empregam a temática do aborto como um atrativo para recrutar novos seguidores, valendo-se de títulos de postagens e imagens com apelo emocional, além de adotar uma linguagem acessível para facilitar a compreensão rápida e evitar ambiguidades. A popularidade desse tópico é explorada para atrair indivíduos que compartilham da posição antiaborto, sem necessariamente abraçarem ideologias extremistas, ampliando, assim, suas bases de apoio.

Outra constatação reside na recorrente disseminação de notícias falsas por parte desses grupos para corroborar sua narrativa antiaborto. Esta estratégia visa manipular a opinião pública, disseminando informações de procedência duvidosa que frequentemente distorcem a realidade. A análise das publicações também revelou a aplicação de linguagem e paletas de cores impactantes, objetivando sensibilizar e moldar o pensamento dos leitores. Essa abordagem busca influenciar emocionalmente o público, suscitando reações intensas e fortalecendo os posicionamentos extremistas.

Ademais, observa-se que alguns grupos fundamentam a pauta antiaborto em trechos da Bíblia ou discursos religiosos, enquanto outros ancoram seus argumentos em uma lógica mais "racional". Esta diversidade de abordagens evidencia a adaptabilidade desses grupos, explorando diferentes discursos para consolidar suas posições. Importa destacar que a temática do aborto recebe uma ênfase e discussão superiores em alguns grupos quando comparada a outros temas. Tal constatação revela a centralidade e relevância dessa questão na agenda desses grupos extremistas, indicando sua importância como um dos principais pontos de discussão e mobilização.

Por último, a coesão entre diferentes grupos de extrema direita emergiu como um fator preponderante, estabelecendo-se através do compartilhamento de publicações notáveis pela sua semelhança e de outras provenientes da mesma base. Além disso, verifica-se uma conexão com políticos conservadores na batalha pela garantia de projetos de leis que evitem a legalização do aborto em todos os casos. Para além do âmbito político, essas conexões transcendem fronteiras ideológicas e partidárias, possibilitando a formação de coalizões e alianças estratégicas para promover suas agendas.

À luz dessas conclusões, evidencia-se que a extrema direita instrumentaliza a temática do aborto não apenas como uma questão de sensibilização, mas também como um instrumento para angariar novos seguidores e disseminar sua ideologia extremista. O frequente recurso a notícias falsas, a propagação de material ofensivo, a utilização de linguagem e paletas de cores impactantes, a influência nas eleições e a aplicação da necropolítica são estratégias inquietantes que visam manipular a opinião pública, interferir em direitos fundamentais e moldar o debate político.

Essas descobertas acarretam implicações significativas para a compreensão dos discursos e práticas da extrema direita em relação à temática do aborto. É imperativo que a sociedade esteja vigilante a essas estratégias e participe na promoção de um debate informado, pautado na ética, na justiça social e no respeito aos direitos humanos. A disseminação de informações precisas e a resistência às notícias falsas são ações essenciais para confrontar a manipulação da opinião pública e assegurar a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

A compreensão desses aspectos é crucial para desvelar as estratégias empregadas pela extrema direita em relação à temática do aborto, bem como para estimular o debate e a

conscientização acerca dos diversos discursos presentes nesse contexto. Nesse sentido, é de suma importância que instituições de ensino, meios de comunicação e a sociedade em geral estejam atentas a essas práticas, com o intuito de combater a propagação do ódio e da desinformação, promovendo, assim, um debate mais informado e inclusivo.

Por fim, destaca-se a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a investigação sobre a abordagem da extrema direita em relação à temática do aborto, considerando as implicações políticas, sociais e culturais envolvidas. É imprescindível compreender as dinâmicas complexas por trás dessas estratégias, visando desenvolver ações eficazes para enfrentar discursos extremistas, proteger os direitos das mulheres e fomentar um debate saudável e inclusivo sobre o tema do aborto na sociedade contemporânea. Somente por meio de um conhecimento aprofundado será possível elaborar estratégias efetivas para lidar com os desafios apresentados e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Pleno, ADPF 54/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, decisão 11 e 12.04.2012, Informativo STF nº 661.

Del Priore, M. (1993). **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio.

Freyre, G. (1981). **Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (21a ed.)**. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio Editora. (Original publicado em 1933).

G1. **Exclusivo: maioria das mulheres que dizem ter feito aborto no Brasil passou por procedimentos com menos de 19 anos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/24/exclusivo-maioria-das-mulheres-que-dizem-ter-feito-aborto-no-brasil-passaram-por-procedimento-com-menos-de-19-anos.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2023.

Gonçalves, Leandro P., & Caldeira Neto, Odilon. (2020). **O Fascismo em Camisas Verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora.

IBGE, **Censo Demográfico de 2013**, Brasil, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 2, dezembro de 2016, p. 123-151.

MILLER-IDRISS, Cynthia. *Hate in the Homeland: The new Global Far Right*. New Jersey: Princeton University Press, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. .; FARGONI, E. H. E. . Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. e4533133, 2020. DOI: 10.14244/198271994533. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4533>. Acesso em: 30 mai. 2023.

Venâncio, R. P. (2004). Maternidade negada. In M. Del Priore. (Org.). **História das mulheres no Brasil** (pp. 189-222). São Paulo: Contexto.

Influências regionais, pautas locais e a ultradireita: Um desafio ao Sul Global

Marco Antônio Campos e Souza³⁷¹

Resumo: Este trabalho se estrutura como uma breve nota de pesquisa, e tem por objetivo apresentar um balanço do atual estado de desenvolvimento da dissertação do autor, produzida no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. A partir disso, serão apresentadas as principais hipóteses que estão sendo trabalhadas na pesquisa, que visa verificar o local ocupado pelas fontes locais nas análises sobre atores da ultradireita nas primeiras décadas do século XXI.

Palavra-chave: Ultradireita; Sul global.

Abstract: This work is structured as a brief research note and aims to provide an overview of the current state of development of the author's dissertation, produced within the scope of the Master's program in History at the Federal University of Juiz de Fora. Subsequently, the main hypotheses being explored in the research will be presented, which seeks to examine the role played by local sources in analyses of far-right actors in the first decades of the 21st century.

³⁷¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Discente do Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição, no nível de mestrado. Pesquisador Júnior associado ao Observatório da Extrema Direita (OED) - Brasil e ligado ao grupo de pesquisa Direitas, História e Memória (DHM), ambos credenciados no CNPq. Os atuais interesses de pesquisa estão ligados à ascensão das direitas radicais e extremadas em contextos democráticos, atuando em temas como: História política, eleições, bolsonarismo, novas direitas, Le Pen. Bolsista CAPES. E-mail: marco.souza@estudante.ufjf.br

Key-words: Ultra-right, Global south.

O trabalho “Influências regionais, pautas locais e a ultradireita: Um desafio ao Sul Global”, apresentado no Simpósio Temático “Observatório da Extrema Direita: Reflexões historiográficas sobre as direitas no tempo presente”, durante a XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora teve por objetivo comunicar o estado de desenvolvimento da pesquisa de mestrado em curso, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Essa ação tem por objetivo aproximar outros discentes das atuais pesquisas em curso no âmbito do PPGH, além de propiciar a troca de experiências entre pesquisadores da área.

A pesquisa visa desenvolver uma abordagem comparativa entre as campanhas eleitorais de Jair Messias Bolsonaro, no Brasil em 2018, e Marine Le Pen, na França, em 2017, ambos pleiteavam o cargo de presidente de seus países. Essa análise tem por objetivo destacar as continuidades e rupturas entre os dois processos políticos, compreendidos como expressões distintas da ultradireita no mundo contemporâneo. A partir dessa reflexão, espera-se delimitar quais são as expressões de um fenômeno global da ultradireita, mas, ao mesmo tempo, demonstrar - a partir da análise das fontes produzidas nas campanhas eleitorais - como as demandas regionais desempenham forte impacto na agenda regional dos candidatos.

Para desenvolver a análise comparativa, foi estabelecida uma corrente teórica básica, de forma a criar parâmetros equitativos de análise. Nesse sentido, estabeleceu-se como categoria analítica a proposição compilatória da bibliografia estabelecida por Mudde (2019), que como ideologias centrais da ultradireita: Nativismo, Autoritarismo e Populismo. Entretanto, esse ponto de partida conceitual não deixa de lado a existência demais formas de compreensão do fenômeno e outras leituras conceituais feitas a partir das novas análise da direita, como o “Pós-Fascismo”, teorizado por Travesso (2019), ou a “*Extrema derecha 2.0*” de Forti (2021). Além disso, as ideologias propostas por Mudde foram observadas a partir da contribuição de diversos autores e correntes de pesquisa, visando ampliar e estabelecer um balanço bibliográfico do atual estado da arte no campo.

A partir desse exercício básico de conceituação, a pesquisa se direcionou à fase de desenvolvimento que foi objeto da presente comunicação. Nesse sentido, já foi possível estabelecer uma separação entre as fontes recolhidas das campanhas, quase todas oriundas de redes sociais, o que também faz levar em consideração as técnicas de tratamento estabelecidas pelo campo da História Digital. Mesmo que os exercícios de análise ainda tenham que ser desenvolvidos, algumas proposições primárias puderam ser apresentadas, que formulam as hipóteses a serem verificadas à medida do avanço da dissertação.

Em primeira leitura, parece que a centralidade das ideologias propostas por Mudde podem não se comprovarem quando aplicadas ao cenário político do Brasil, que permeou o pleito de 2018 no país, enquanto as fontes produzidas na França demonstram uma maior interlocução com a compilação teórica proposta. Nesse sentido, é necessário desenvolver análises e chaves de interpretação específicas para regiões fora do contexto do norte global.

Nesse sentido, a última fase de desenvolvimento da dissertação buscará se voltar a esse ponto específico, buscando reflexões e balanços bibliográficos que visem comprovar a hipótese central que o Sul Global de maneira genérica, e o Brasil de maneira específica, possuem especificidades que podem ainda não ser abarcadas pelo centro da produção teórica nos EUA e na Europa. É importante ressaltar que esse movimento não tem por objetivo negar a existência de um fenômeno global das direitas na atualidade, sobretudo pela evidente observação da coincidência temporal da ascensão de vários partidos e líderes da ultradireita ao centro das arenas globais de seus países. Mas, para além disso, espera-se ressaltar a centralidade das demandas regionais para a formação das agendas, e os impactos das sociedades em que esses candidatos estão inseridos para a elaboração de suas propostas e atuação.

Dessa maneira, estes foram os avanços apresentados na comunicação, e que criam as futuras inquietações e hipóteses que nortearão a conclusão da dissertação, que apresentará os resultados para essas dúvidas.

Referências bibliográficas

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

FORTI, Steven. **Extrema derecha 2.0**. Madrid: Siglo XXI, 2021.

MUDDE, Cas. **The far righth today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao Pós-Fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 12–44, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.26801>

Intelectuais à direita: uma análise sobre a elaboração de discursos das Novas Direitas Brasileiras em Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé (2006-2018)

Guilherme Abizaid David³⁷²

Resumo: Nos últimos anos, as novas direitas passaram a ser importantes agentes no contexto político brasileiro. Nesse período, se articularam e ocuparam o espaço público, com destaque nas eleições de 2018, viabilizando a eleição de uma série de políticos inseridos nesses grupos e de Jair Bolsonaro como presidente. Nesse sentido, pretende-se analisar como Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé, intelectuais das direitas, participaram da elaboração de bandeiras e discursos desses

³⁷²Graduado em História. E-mail: guilhermedavid3005@gmail.com

grupos. A pesquisa ainda se encontra em estágio inicial, tendo em vista que a apresentação diz respeito ao projeto de mestrado submetido ao Programa de Pós-graduação em História da UFJF.

Palavras-Chave: Novas Direitas Brasileiras; Antipetismo; Politicamente Incorreto; Reinaldo Azevedo; Luiz Felipe Pondé.

Abstract: In recent years, the new right has become an important player in the Brazilian political context. During this period, they have articulated themselves and occupied the public space, most notably in the 2018 elections, enabling the election of a series of politicians from these groups and Jair Bolsonaro as president. In this sense, we intend to analyse how Reinaldo Azevedo and Luiz Felipe Pondé, right-wing intellectuals, participated in the elaboration of these groups' flags and discourses. The research is still at an early stage, as the presentation relates to a master's degree project submitted to the History Postgraduate Programme at UFJF.

Key-Words: Brazilian New Right; Antipetism; Politically Incorrect; Reinaldo Azevedo; Luiz Felipe Pondé.

5. Introdução:

Nos últimos anos, o contexto político brasileiro passou por profundas transformações. As direitas³⁷³ passaram a ter novas agendas e conflitos, e é perceptível uma intensificação em seu campo de estudos (Cruz, Cotas, Kaysel, 2015; Caldeira Neto, 2020; Challoub, Perlatto, 2016;

³⁷³ Norberto Bobbio afirma que não existe somente uma direita ou uma esquerda, mas sim direitas e esquerdas. O cientista político argumenta que pode se considerar, de forma ampla, que a esquerda se orienta principalmente pelo fim das desigualdades, enquanto a direita concebe estas como algo intrínseco ao homem, além de manter o apego às tradições.

Messenberg, 2017; Cepêda, 2018; Rocha, 2018). Um fator chave para compreender este novo momento é a eleição de Jair Bolsonaro, que representou a ascensão da extrema direita³⁷⁴ à presidência da República. Sua candidatura foi marcada por aglutinar uma série de correntes e grupos políticos, das mais variadas direitas brasileiras³⁷⁵.

Entendendo essa multiplicidade de direitas no país, a pesquisa se propõe a analisar como alguns intelectuais³⁷⁶ se posicionaram nesse novo contexto, onde houve um acirramento da agenda política desses grupos, além da possibilidade de analisar algumas de suas matizes. Nos anos 1980, Antonio Flávio Pierucci (1987; 1989) foi pioneiro ao desenvolver o debate sobre uma “Nova Direita Brasileira” após o fim da ditadura militar, quando analisou o crescimento eleitoral de Jânio Quadros e Paulo Maluf no estado de São Paulo. Entretanto, o conceito permaneceu em debate no campo das ciências humanas. Débora Messenberg e Dmitri Fernandes (2018) elaboraram um panorama sobre como essa discussão passou por uma renovação após as manifestações de 2013, com novas produções sobre o tema. Nestas, foram analisadas instituições partidárias, movimentos sociais, agentes políticos e a produção intelectual de figuras proeminentes desse campo.

Camila Rocha, no esforço de compreender essas novas direitas, apontou que estas se articulavam, desde o princípio dos anos 2000, tanto por meios digitais, quanto por organizações, como os *think tanks* (instituições com o objetivo de promover atividades intelectuais em torno de temas políticos, econômicos, etc.)³⁷⁷. Além disso, Debora Messenberg explorou as visões de

³⁷⁴ De acordo com Cas Mudde “extrema direita” são aqueles que possuem um caráter “antissistema”, tomando posições contra a democracia liberal, frequentemente combinando autoritarismo, nacionalismo e exclusão das minorias

³⁷⁵ CALDEIRA NETO, Odilon. O. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020

³⁷⁶ A definição enquanto intelectual se baseia no trabalho de J. F. Sirinelli (1996), em que o autor afirma ser necessária certa flexibilidade na definição dos intelectuais, tendo em vista seus diversos aspectos. Assim, eles poderiam ter um caráter amplo e sócio cultural (como jornalistas, escritores, professores universitários etc.) ou de maior engajamento, participando ativamente da vida nas cidades. Além disso, acrescenta a ideia de M. Löwy que vê os intelectuais como “produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais”, o que engloba “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc.” (LÖWY, 1976)

³⁷⁷ ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

mundo e, Allana Vieira, junto com Dmitri Fernandes, as trajetórias intelectuais de agentes que atuaram como formadores de opinião desses grupos³⁷⁸, como Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé. No entanto, algumas particularidades podem ser esmiuçadas de maneira mais atenta, como buscar auferir a contribuição de ambos na elaboração de duas bandeiras adotadas por esses novos grupos: o antipetismo e a defesa de um discurso “politicamente incorreto”³⁷⁹.

As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff marcaram um momento chave na oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A pesquisa desenvolvida por Helcimara Telles da conta de aspectos que são importantes para analisar como os grupos dessas novas direitas se conectavam naquele momento. Dentre esses, destaca-se, principalmente, o antipetismo³⁸⁰. Outro fator importante para esses opositores era a indignação com a corrupção, que estaria diretamente associada ao PT.

Mesmo que fosse um problema pré-existente na história brasileira, os escândalos do “Mensalão” e do “Petrolão” foram fatores determinantes para a crise do petismo - afinal, como destaca Rodrigo Patto Sá Motta, gerou um maior mal-estar no partido, tanto por suas origens e discurso, onde apontava ser inclemente contra a corrupção, quanto pela cobertura midiática desses processos que, por vezes, atentou-se mais aos malfeitos do PT do que de outros atores políticos³⁸¹. Ressalta-se que esse fator também possuiu um papel importante no aumento da aversão ao partido por parte da oposição.

³⁷⁸ MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017; VIEIRA, Allana Meirelles; FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos Estudos*, São Paulo, Vol. 38, n. 1. P. (157-182), jan-abr, 2019.

³⁷⁹ ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

³⁸⁰ TELLES, Helcimara. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. *Ponto e Vírgula*, n.19, p. 97-125, out. 2016

³⁸¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O tempo da nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018

É importante ressaltar também o trabalho de Fernando Perlatto e Jorge Challoub para entender o contexto histórico da pesquisa. Os autores apontam para seis hipóteses que auxiliem na importância que intelectuais das direitas passaram a ter no cenário político e cultural brasileiro a partir da última década. São as mudanças no contexto internacional e o aumento das direitas enquanto agentes ativos nos processos eleitorais mundiais; a crescente distância da memória da ditadura militar; as transformações que tiveram curso na própria indústria cultural do país; a capacidade de aderir e construir uma forte rede institucional; a habilidade de se valer dos sucessos e fracassos da esquerda no Brasil e, por fim; a crise do sistema partidário no país³⁸².

6. Os objetos:

Nesse contexto, inserem-se os objetos da pesquisa. Reinaldo Azevedo foi responsável por ditar novos léxicos do antipetismo (como ter criado o termo “petralha” para definir os defensores e membros do Partido dos Trabalhadores e “esquerdopata”, associando a esquerda como algo doentio, por exemplo). Além disso, nos meios de comunicação que trabalhou, o jornalista destacou-se por suas críticas à política brasileira, especialmente as direcionadas ao PT e aos ambientes acadêmicos³⁸³. Azevedo, em certas ocasiões, se posicionou como um expoente da direita liberal, exemplo disso é uma de suas colunas na revista *Veja*, onde afirma que “ser de direita é apenas bom senso aplicado”³⁸⁴.

³⁸² PERLATTO, Fernando; CHALLOUB, Jorge. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Revista Insight Inteligência*, v. 72, 2015 (<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-praticapolitica/>)

³⁸³ MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017

³⁸⁴ AZEVEDO, Reinaldo. “Ainda esquerda e direita — Esquerdismo é ideologia sim. No mais das vezes, aquilo a que se chama “direita” é só bom senso aplicado. *Revista Veja*, São Paulo, 14 de out de 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ainda-esquerda-e-direita-esquerdismo-e-ideologia-sim-no-mais-das-vezesaquilo-a-que-se-chama-direita-e-so-bom-senso-aplicado>. Acesso em: 15 de dez. 2023

Quanto a Luiz Felipe Pondé, destaca-se sua posição como “politicamente incorreto”. Em 2011, ele foi apontado como um dos “porta-vozes” desse discurso³⁸⁵. Um exemplo que corrobora com isso foi o texto publicado em sua coluna na Folha de São Paulo, em que fazia uma defesa para a direita liberal adotar um caráter “festivo”. Para ele, tal mudança era necessária por interpretar que existia um “drama” na direita brasileira: a dificuldade de ser liberal e relacionar-se amorosamente com mulheres³⁸⁶. Além disso, o filósofo escreveu obras em que reflete seu pensamento conservador, como o livro “Porque virei à direita: três intelectuais explicam suas escolhas pelo conservadorismo”, escrito com os filósofos João Pereira Coutinho e Denis Rosenfield e “A era do ressentimento”.

As posições “politicamente incorretas” começam no campo do humor. O fato de possuir caráter “proibido” pelo corpo social³⁸⁷, mas que na verdade, ofende e humilha outros grupos sociais, potencializa o aumento desse discurso. No momento de crise do petismo, humoristas e grupos das novas direitas passaram a adotar esse discurso afim de intensificar sua oposição.³⁸⁸

Além disso, a escolha por Reinaldo Azevedo se justifica por, além de sua grande incidência nos principais meios de comunicação, ter contribuído para uma agenda política e, hoje, transitar em meios midiáticos diversificados. Também foi levado em conta o fato de ser um dos mais destacados formadores de opinião das direitas brasileiras, sendo legitimado diante de uma série de

³⁸⁵ POLITICAMENTE correto chega a ser imoral, diz Pondé. Folha de São Paulo, São Paulo, 25/10/2011. Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2011/10/996622-politicamente-correto-chega-a-ser-imoral-dizponde.shtml>

³⁸⁶ PONDÉ, Luiz Felipe. Por uma direita festiva. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 21/04/2014. Acesso em: 14/06/2023

³⁸⁷ PIRES, M. DA C. F.. Derrisão e ironia cínica no humor contemporâneo: os limites entre o politicamente incorreto e incorretamente político. História (São Paulo), v. 33, n. 2, p. 470–488, jul. 2014

³⁸⁸ ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

seguidores³⁸⁹. Já a escolha por Luiz Felipe Pondé ampara-se por sua presença na academia e por compor um grupo mais acadêmico dos pensadores dessas novas direitas brasileiras³⁹⁰. Assim, a análise poderá compreender práticas intelectuais distintas: uma de um agente mais “militante” e outra de um agente mais “teórico”³⁹¹.

Uma questão a ser considerada é o fato de terem marcado posições anti-bolsonarista³⁹² nos últimos anos, o que chama atenção, pois se eles participaram de um processo político, na construção de bandeiras de novos grupos, por que, posteriormente, buscariam se distanciar de um dos maiores utilizadores dessas pautas? Existe algum tipo de arrependimento por viabilizar tais discursos? Esse distanciamento ocorre por uma discordância intelectual (ou política, num entendimento de defesa da democracia liberal) ou há alguma lógica mercadológica por detrás? Já havia alguma posição que rejeitasse Jair Bolsonaro antes de sua eleição, ainda que compartilhassem discursos antipetistas e “politicamente incorretos”?

7. A metodologia e as fontes

Analisar esses intelectuais coloca o investigador diante de uma série de metodologias possíveis. O campo da História Intelectual é amplo e são muitas as possíveis abordagens. Claudia Wasserman (2015) apresenta em artigo uma reflexão sobre as origens e metodologias possíveis do tema, como no campo da História Política francesa, com Jean-François Sirinelli. Em suas análises, se leva em conta que os intelectuais ou teriam papéis de mediadores culturais, ou um engajamento na “vida da

³⁸⁹ MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017

³⁹⁰ VIEIRA, Allana Meirelles; FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos Estudos*, São Paulo, Vol. 38, n. 1. P. (157-182), jan-abr, 2019

³⁹¹ PERLATTO, Fernando; CHALLOUB, Jorge. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Revista Insight Inteligência*, v. 72, 2015 (<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-praticapolitica/>)

³⁹² Reinaldo Azevedo disse em entrevista a Marco Antônio Villa que “se dava o direito de mudar de ideia” em relação a Lula e ao PT, já que o contexto havia mudado. Pondé compara Lula ao “Predador” necessário para combater o “Alien” Bolsonaro, em metáfora relacionando ao sucesso cinematográfico “Alien versus Predador”.

cidade”, sendo uma testemunha ou consciência daquilo que estava sendo vivenciado³⁹³ apontando como a importância desses sujeitos nas sociedades.

Quanto a isso, se faz importante pontuar o aumento de publicações de livros voltados para um público conservador no mercado editorial brasileiro. Leonardo Silva³⁹⁴ apontou como a editora Record se especializou em um nicho de livros que atendessem a demanda das novas direitas. Haviam outras editoras que já se destacavam nesse meio, como a “É Realizações”, que publicou, no início do século XXI, uma série de livros de autores conservadores, como Russell Kirk e também Olavo de Carvalho³⁹⁵ e a “LeYa”, que assina a coleção dos “Guias Politicamente Incorretos”. Destaca-se que Azevedo teve seus livros “O País dos Petralhas” (volumes I e II), publicados pela editora Record e Pondé teve “A era do ressentimento” e o “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia” publicados pela editora LeYa.

O trabalho de Silva colabora com a hipótese de Perlatto e Challoub sobre as transformações do ambiente cultural brasileiro terem sido um dos fatores principais para o crescimento das novas direitas e a popularidade de intelectuais pertencentes a esses grupos. Ainda nessa nova lógica do mercado de comunicação, as produtoras de conteúdo à direita no país como a “Brasil Paralelo” também adquirem um papel importante. Os documentários produzidos por eles apontam para um campo conservador ainda mais amplo e em disputa, tendo em vista ser uma plataforma educativa e com o objetivo de mostrar a “verdadeira história” do país³⁹⁶.

³⁹³ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. IN: RÉMOND, R. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

³⁹⁴ SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a Nova Direita brasileira. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 73-84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12430>

³⁹⁵ ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Misses': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

³⁹⁶ SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021

Contribui, nesse sentido, a ideia de que os intelectuais passaram a exercer um papel de legitimadores da ordem ao exercer suas atividades no espaço urbano. Nesse contexto de relevância diante da sociedade, onde são esperados autonomia e posicionamentos, passa a se entender como sua popularidade aumenta. Na demanda por esse posicionamento, em que legitima a ordem, houve o aumento dos “*instant books*”, isto é, livros que falam de política, sociedade e fatos recentes, de rápida absorção e circulação. Dessa forma, a pesquisa pretende analisar as obras “O país dos petralhas –volumes I e II”, de Reinaldo Azevedo e as obras “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia”, “A era do ressentimento” e “Porque virei à direita: três intelectuais explicam sua escolha pelo conservadorismo”, de Luiz Felipe Pondé.

8. Os objetivos da pesquisa:

A pesquisa tem, como objetivo geral, analisar como os dois intelectuais auxiliaram na construção de discursos e imaginários políticos que foram compartilhados entre as novas direitas brasileiras e podem auxiliar a demonstrar algumas de suas matizes no momento que antecede a formação e crescimento do bolsonarismo.

Além disso, compreender a trajetória intelectual que esses dois atores tiveram no processo e analisar movimentos de aproximação e ruptura destes intelectuais com Jair Bolsonaro; buscar interfaces entre direitas moderadas e extremas direitas; entender melhor relações e a formação do campo intelectual das novas direitas brasileiras estão também sob a lente que este trabalho pretende colocar nos próximos dois anos.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Reinaldo. “Ainda esquerda e direita — Esquerdismo é ideologia sim. No mais das vezes, aquilo a que se chama “direita” é só bom senso aplicado. Revista Veja, São Paulo, 14 de out de 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ainda-esquerda-e-direita-esquerdismo-eideologia-sim-no-mais-das-vezes-aquilo-a-que-se-chama-direita-e-so-bom-senso-aplicado>. Acesso em: 15 de mai. 2023

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. 3ª edição, São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

CALDEIRA NETO, Odilon. O. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020

COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. *Porque virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12431>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12431>.

FERNANDES, D. C.; MESSENERG, D. Apresentação: Um espectro ronda o Brasil (à direita). *Plural*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 1-12, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149006>. Acesso em: 14 jul. 2023

MESSENERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621–648, set. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo e o giro direitista no Brasil.

In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O tempo da nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018

MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

PERLATTO, Fernando; CHALLOUB, Jorge. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Revista Insight Inteligência*, v. 72, 2015 (<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-novadireita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/>).

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n.19, p. 26-45, 1987.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n.10, p. 46-64, 1989

PIRES, M. DA C. F.. Derrisão e ironia cínica no humor contemporâneo: os limites entre o politicamente incorreto e o incorretamente político. *História* (São Paulo), v. 33, n. 2, p. 470–488, jul. 2014.

PONDÉ, Luís Felipe. Por uma direita festiva. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 21/04/2014. Acesso em: 14/06/2023

ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a Nova Direita brasileira. *Teoria e Cultura, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 73-84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12430>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12430>.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. IN: RÉMOND, R. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VIEIRA, Allana Meirelles. Opiniões à venda: oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-03122021-221308.

VIEIRA, Allana Meirelles; FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos Estudos*, São Paulo, Vol. 38, n. 1. P. (157-182), jan-abr, 2019

WASSERMAN, C. HISTÓRIA INTELECTUAL: ORIGEM E ABORDAGENS. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 63–79, 2000. DOI: 10.36449/rth.v19i1.12762. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12762>.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1: ANTIGUIDADE E MEDIEVO: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS.

Relatos de perdão: As feitiçeras portuguesas no reinado de Dom João II

Ismael da Silva Nunes³⁹⁷

Resumo: A presente comunicação analisa as Cartas de Perdão da Chancelaria de Dom João II, investigando o tratamento dispensado pela justiça portuguesa às feitiçeras no século XV. Apesar de as Ordenações Afonsinas preverem a pena de morte para a feitiçaria, observamos que algumas mulheres acusadas conseguiram evitar essa punição, recebendo penas mais leves. Analisamos de maneira crítica, individual e minuciosamente as Cartas de Perdão de seis mulheres acusadas de praticar feitiçaria. Ao final, sustentamos a complexidade do sistema de penas substitutivas. Também buscamos evidenciar que, embora Portugal, quando comparado a outros reinos medievais, fosse mais brando na perseguição à feitiçaria, não se segue que se tratasse de um reino em que tais práticas fossem livres de penalidades.

Palavras chaves: Feitiçaria, Justiça Portuguesa e Cartas de Perdão.

Abstract: This presentation examines the Letters of Pardon from the Chancellery of Dom João II, investigating the treatment given by Portuguese justice to witches in the 15th century. Despite the Afonsine Ordinances foreseeing the death penalty for witchcraft, we observe that some accused

³⁹⁷ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

women managed to avoid this punishment, receiving lighter sentences. We critically, individually, and meticulously analyze the Letters of Pardon from six women accused of practicing witchcraft. In conclusion, we argue for the complexity of the system of substitute penalties. We also seek to highlight that, although Portugal, when compared to other medieval kingdoms, was more lenient in the persecution of witchcraft, it does not follow that it was a realm where such practices were free from penalties.

Keywords: Witchcraft, Portugal, Letters of Pardon

Nessa breve exposição, meu objetivo é apresentar, por meio da análise de uma documentação chamada Cartas de Perdão, disponíveis na Chancelaria de Dom João II, como a justiça portuguesa quatrocentista lidava com as chamadas feiticeiras. Segundo as Ordenações Afonsinas, a punição para a prática de feitiçaria devia ser a morte,³⁹⁸ não obstante, notamos que algumas mulheres acusadas desse crime conseguiam se livrar da pena capital, comutando-a em uma pena mais branda. Essa substituição era possível pelo fato de que a prática jurídica do quatrocentos se equilibrava entre a pena e a misericórdia (NASCIMENTO, 2018).” Como afirma Russell-Wood “a liberalidade, o gesto de dar era considerado, na cultura política do Antigo Regime, como virtude própria de reis, quer em Portugal, quer no resto da Europa Ocidental (1998, p. 15).” Dar o perdão total, ou comutativo, a um criminoso fazia parte das atribuições dos monarcas e compunha o leque das coisas que os reis podiam dar aos seus súditos.

Certamente que, ao conceder graças, o monarca não apenas expressava sua generosidade, mas também colhia benefícios substanciais. Como mencionado por Russell-Wood, abster-se de conceder favores representava um risco para a autoridade régia, devido ao ódio e à falta de apoio que poderia suscitar entre os súditos (1998). Quando o rei oferecia o perdão, revelava aos seus

³⁹⁸ Ordenações Afonsinas, Livro V, Título XXXXII Lê-se o seguinte “estabelecemos e pomos por lei em todo nosso reino e senhorio, que ninguém seja ousado, de qualquer estado ou condição que seja, que daqui em diante use de feitiçaria. O que for achado que dela usou, trazendo por ela morte, ou desonra, ou algum outro dano a outra pessoa, ou a seu estado e fazenda, mandamos que morra porem. (texto adaptado)

súditos uma faceta não apenas justa, mas também benevolente e misericordiosa, assemelhando-se à figura de Cristo. Além de o aproximar de seus súditos, retratando-o como um rei justo, porém benevolente, o perdão muitas vezes vinha acompanhado de penas substitutivas importante para a manutenção do reino, inclusive para a manutenção da própria caridade régia. Penas substitutivas como degredo ajudava com que áreas pouco povoadas, as quais ninguém quisesse ir, fossem gradativamente ocupadas por degredados; as penas pecuniárias ajudavam a manter a arca da piedade, instituição importante para a prática caritativa; o serviço militar ajudava com que as empreitadas do reino, sobretudo nos momentos de conquista fossem possíveis.

O rei, ao perdoar, exigia dos súditos arrependimento e emenda dos crimes cometidos. Quando Dom João II, por exemplo, concedia perdão a um súdito, tinha como objetivo que "daqui em diante ele viva bem e honestamente e não retorne mais ao mencionado pecado³⁹⁹." Era crucial que o súdito, ao articular suas estratégias argumentativas em busca do perdão, demonstrasse arrependimento, mesmo que, na realidade, não o sentisse. Esse processo de obtenção do perdão estava inserido em um sistema de valores no qual o súdito transitava de um passado de pecado para um presente de arrependimento, visando a um futuro de obediência e conformidade com as normas (NASCIMENTO, 2009).

É importante ressaltar que isso não implicava a ausência de casos de reincidência criminal. Em muitas ocasiões, o mesmo súdito recorria, por diversas motivações, ao mesmo tipo de crime. Isso era especialmente evidente nos casos de barregania clerical, nos quais abandonar o pecado/crime não dependia apenas da vontade do indivíduo, mas também das condições materiais, dado que essas mulheres de padres eram sustentadas por eles.

Assim, o perdão compunha uma parte importante do aparato jurídico do reino português quatrocentista e os súditos se valiam dessa possibilidade de acesso direto a misericórdia do rei para

³⁹⁹ Frase que pode ser lido em várias Cartas de Perdão. A título de exemplo, conferir A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Livro 22 89v-2º, ao dar o perdão a Fernão Martins, no ano de 1484, diz a carta que “E Nós vendo o que nos ele assi dizer e pedir enviou, se assi é como diz e i mais não há, e querendo-lhe fazer graça e mercê, Temos por bem e perdoamos-lhe o pecado passado que assi cometeu em ter por manceba a dita Lianor Eanes, contanto que daqui em diante ele viva bem e honestamente e não torne mais ao dito pecado.”

terem suas penas atenuadas. As feiticeiras também seguiram esse caminho. Mulheres acusadas de cometer feitiços surgiam nas cartas de perdão como personagens bastante interessantes. É difícil, porém, precisar se elas de fato eram feiticeiras, ou apenas mulheres comuns acusadas injustamente de tais crimes⁴⁰⁰.

Um crime possui imputabilidade e peso diferenciado no tempo e no espaço. Isso significa que um mesmo crime, em momentos diferentes da história, foi visto de maneira diversa. Se hoje manifestações religiosas não cristãs são consideradas lícitas em Portugal, outrora, não era assim. Práticas religiosas em desacordo com a ortodoxia cristã eram vorazmente perseguidas. Essa perseguição não era capitaneada somente pelo braço religioso, ou seja, não era somente a Igreja que perseguiam os dissidentes, mas todo aparato do poder temporal. As imbricações entre a moral religiosa/cristã e os textos normativos laicos eram evidentes levando a conjugação de fatores e interesses comuns entre os poderes temporal e espiritual (NASCIMENTO 2021). Neste sentido, crime e pecado vão ser, em diversos momentos, entendidos como sinônimos. A justiça, entendida como “cousa celestial, e eviada per DEOS dos seus altos ceos aos Reix e Princepes em este mundo (Ordenações Afonsinas, Livro V, Título I)” instava que o rei não permitisse a proliferação do pecado sobre o reino. Assim, “se a justiça terrena se afastar da dos Céus, o criador fá-lo-á rudemente sentir sobre os súditos do reino desgovernado (DUARTE, 1993).”

É neste sentido que é incorreto supor que Portugal tenha escapado de perseguições à feitiçaria. O sistema jurídico português contemplava sanções para essas práticas e, embora os registros de mortes por temor às bruxas fossem menores em comparação com outras regiões europeias, ainda assim, ocorreram perseguições, impactando a vida de muitas mulheres que tiveram que reestruturar suas vidas diante desse cenário

Nessa nossa breve fala queremos apresentar seis mulheres que nos anos de 1487 a 1488 tiveram que buscar o perdão real por terem sido acusadas de feitiçaria. Leonor Afonso⁴⁰¹, Isabel

⁴⁰⁰ Consultar os apontamentos feitos por Ginzburg acerca de documentações de confissões de feiticeiras em GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o sabá. SP: Cia das Letras, 1991.

⁴⁰¹ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

Martins⁴⁰², Leonor Pires⁴⁰³, Catarina Esteves⁴⁰⁴, Inês Vasquês⁴⁰⁵ e Maria Afonso⁴⁰⁶ acorreram ao rei pedindo perdão por terem sido acusadas de feitiçaria. Todas foram perdoadas, porém tiveram que pagar penas pecuniárias nos valores que podem ser vistos no quadro a seguir

Nome	Ano	Agravante	Pena substitutiva
Leonor Afonso	1488	Sem Agravante	1000 reais
Isabel Martins	1488	Fuga de prisão	600 reais + 300 pelo agravante
Leonor Pires	1487	Sem agravante	400 reais
Catarina Esteves	1487	Alcoviteira e barregã	1500 reais
Inês Vasquês	1487	Barregã de clérigo e Fuga da prisão	1500 reais + 500 pelo agravante
Maria Afonso	1487	Sem agravante	400 reais

Informações disponíveis no ANTT - Chancelaria de D. João II

Para o contexto da época esses valores representavam quantias significativas e impactavam duramente a vida dessas mulheres. Todo o processo de aquisição do perdão régio era bastante oneroso. Era necessário que se redigisse uma carta de suplicação direcionada ao monarca, explicando detalhadamente o crime ocorrido. Essa carta também não era barata (DUARTE, 1993).

⁴⁰² ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 33-1º

⁴⁰³ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

⁴⁰⁴ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 19, Fólio 29-29v

⁴⁰⁵ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

⁴⁰⁶ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

Além disso, em muitos casos era preciso o perdão das partes envolvidas, o que poderia, também, gerar altos custos.

Assim, essas mulheres feiticeiras tinham que se organizar para adquirirem os valores necessários para a aquisição do perdão. O fato de ser pobre não impedia totalmente o acesso do perdão real. Mesmo em condições difíceis, os súditos faziam de tudo para conseguir pagar as despesas. “Principalmente entre os mais pobres, era comum e importante a existência de redes de apoio, para sobreviver em um tempo em que estar sozinho poderia não ser uma das melhores opções (NUNES, 2023: p. 286).”

Algumas mulheres em situação de pobreza praticavam feitiços em troca de bens e dinheiro. É o que Francisco Vasques acusou Leonor Afonso de fazer. Segundo ele, ela havia oferecido seus serviços de feiticeira para que desse um sumiço a um parente seu.

Um Francisco Vasques, barbeiro, querelara dela às nossas justiças dizendo que ela era feiticeira e que ela o convidara que ele lhe desse certas [cousas] e lhe faria feitiços contra um seu cunhado e que lhe mandasse catar aúdes e que lhe fazia que um ano não viesse o dito seu cunhado à dita vila morar.⁴⁰⁷

Francisco Vaques aparentemente se sentiu ofendido e a acusou. Mas para além de se sentir ofendido, ele também pode ter ficado com medo da justiça, uma vez que ele pudesse ser acusado de solicitar serviço de uma feiticeira para promover o mal a outro homem. Leonor consegue o perdão do monarca pelo fato de que Francisco desiste de acusa-la: “o dito Francisco Vasques quereloso dera em resposta que a não queria acusar nem demandar⁴⁰⁸”. Mesmo assim, o monarca, em troca do perdão, exige o pagamento de 1000 reais da acusada.

Leonor Afonso não nega o crime de que foi acusada, ela somente busca o perdão manifestando seu arrependimento. Diferentemente, Leonor Pires, acusada de fazer feitiço para conquistar Pero Martins, homem solteiro, afirma que “pessoas que lhe bem não queriam a culpavam

⁴⁰⁷ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

⁴⁰⁸ Ibidem

em devassas⁴⁰⁹.” Essa afirmação, muito comum em cartas de perdão, embora não seja uma negação tácita de que tenha cometido o crime, manifesta um grau de desconfiança.

Leonor pires é perdoada com uma pena consideravelmente mais branda que Leonor Afonso, 400 reais, menos da metade. O porquê disso, conjecturamos que tenha a ver com o fato de que seu crime, diferentemente do da outra mulher, «não seguiu dano a alguma pessoa, como afirma...⁴¹⁰» Ou seja, ninguém foi atingido diretamente por sua prática de feitiçaria, o que levou a que o rei pesasse menos a sua mão.

Esse cenário se repete com Maria Afonso. Essa mulher foi abandonada pelo marido e “algumas pessoas que lhe mal queriam a culparam” de ter feito feitiços para ter de volta o marido. O crime já havia ocorrido a 7 anos e em vários trabalhos temos lembrado o quanto a justiça do rei não prescrevia. Por esse motivo os súditos buscavam o perdão mesmo passados tantos anos. Maria Afonso consegue o perdão do rei “pois que a dita cousa não empecera a pessoa alguma, em caso que ela tal fizesse⁴¹¹”. Novamente, a pena é 400 reais.

As variações nas penas substitutivas para os crimes de feitiçaria encontram sua justificativa nos agravantes associados ao delito. Contudo, nem sempre esses fatores agravantes são prontamente compreendidos pelos pesquisadores, uma vez que raras vezes eles são explicitamente delineados, demandando interpretação aprofundada nas fontes. Contudo, há situações em que esses agravantes são claramente identificados, como no caso das fugas de prisão, em que os valores associados a esse agravante são especificamente mencionados.

A fuga de prisão era algo bastante comum nesse contexto do quatrocentos. O sentido da existência das prisões não era, como nos dias de hoje, punitivo ou educativo, mas apenas preventivo. Normalmente se prendia um súdito para evitar que ele fugisse, ou que impedisse o andamento das investigações. Por esse motivo, não havia grandes investimentos em construções para essa finalidade (CAMPOS, 2020). Na maioria das vezes as prisões eram instaladas em casas

⁴⁰⁹ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

⁴¹⁰ Ibidem

⁴¹¹ ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

abandonadas, ruínas, torres de castelos e, as vezes, na própria casa do carcereiro. Eram lugares insalubres e de difícil condição de vida (MEDEIROS).

Isabel Martins e Inês Vasques foram acusadas de cometer feitiçaria e chegaram a ser presa. Ambas fugiram da prisão e seus argumentos em busca do perdão visaram atenuar o crime dizendo que não causaram nenhum dano no ato de fuga. No relato de Inês encontramos afirmado o que se segue

E pendendo o dito feito per apelação em a nossa Casa do Cível perante os nossos ouvidores dela, ela viera a fugir do dito castelo onde assi jazia presa, sem quebrar ferros nem cadeia nem fazer outro algum dano, [somente] se saíra pela porta do dito castelo que estava aberta e assi fugira e se fora pera a dita vila d'Arronches⁴¹²

Ao fugir, sem nada quebrar, posto que a porta estaria aberta, ela segue para uma vila. O monarca perdoa essa mulher pedindo em troca uma pena pecuniária de 1500 reais, mais 500 reais pela fuga de prisão. Quando comparado a Isabel Martins, que pagou somente 600 reais, mais 300 reais pela fuga da prisão, a pena de Inês pode ser considerada bem mais rigorosa. A explicação pode estar no fato de que Inês também era considerada, além de feiticeira, barregã de clérigo.

Catarina Esteves detentora da segunda carta mais onerosa, 1500 reais, era uma mulher acusada de inúmeros crimes. Feiticeira, alcoviteira, ladra de maridos, eis as acusações. Ela foi acusada por uma mulher de fazer feitiços para roubar-lhe o marido. Já um homem afirmava que ela era uma conhecida alcoviteira, mulher que cooptava boas moças para o serviço de mancebas e prostitutas. É, inclusive, mencionado um nome Inês Afonso, mulher de Fernão Gonçalves, a qual Catarina teria dado de dormir a um outro homem. A todas essas acusações ela se defende afirmando que difamaram dela, mas ao fim, o perdão é concedido pelo fato de que ela havia recebido o perdão de todas as partes envolvidas.

Embora a carta de Catarina apresente uma pena inferior à de Inês Vasques, é possível que o processo de aquisição desse perdão tenha sido bastante mais difícil, posto a quantidade de partes envolvidas as quais ela precisou adquirir o perdão. Neste sentido, salientamos que as Cartas de Perdão, embora ofereçam informações importantes, tem suas limitações. Supor o peso dos crimes

⁴¹² ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

por meio das penas substitutivas nem sempre é fácil. As nuances de cada crime exigem um trabalho qualitativo e analítico, carta a carta. Aqui, os dados estatísticos, embora colaborem, não oferecem todas as respostas às perguntas suscitadas pela documentação.

Ao analisar essa documentação, percebemos que a presença de uma parte agravada, como no caso de Leonor Afonso, aparentemente influencia o aumento da pena substitutiva. É importante recordar que, nesse contexto, incumbia ao monarca assegurar o bem comum. Conforme apontado por Nascimento, a concessão do perdão estava integrada na estratégia de governo de D. João II, que reforçava a imagem do rei como mantenedor da ordem e do bem comum (2009). Ignorar, com toda a benevolência e perdão, as partes afetadas pelo crime seria uma abordagem que dificultaria a manutenção da paz e do bem comum pelo monarca.

Este estudo possibilitou constatar que, em Portugal, a prática da feitiçaria, mesmo quando não resultava diretamente em pena de morte, conforme previsto em documentos jurídicos como as Ordenações Afonsinas, ainda assim era passível de punição. Descrever o reino de Portugal como um refúgio seguro para as praticantes de feitiçaria seria uma interpretação equivocada, pois tal abordagem obscureceria narrativas de mulheres que enfrentaram perseguições e viram suas vidas afetadas sob o peso do medo, preconceito e misoginia.

Bibliografia

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, fólio 129-1º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 33-1º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 15, Fólio 138-2º

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 19, Fólio 29-29v

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 129-1º

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

ANTT. Chancelaria de Dom João II, Livro 20, Fólio 199v-3

CAMPOS, Catarina - As cadeias e a justiça medieval portuguesa. In **Omni Tempore**: Atas dos Encontros da Primavera 2019. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020. pp. 55-85.

DUARTE, Luís Miguel. **Justiça e criminalidade no Portugal Medieval**. (1459 - 1481) 693f. Tese (Doutorado em História) Universidade do Porto, Porto. 1993.

MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Norma e prática**: Os papéis das mulheres no reinado de Dom João II (1481 a 1495). 2013. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do. Dom João II: Rei justo e misericordioso. v. 18, n. 1, p. 116 – 128, **OPIS**. Catalão – GO: jan/jun 2018. Disponível em <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/47344> acessado em 07.07.2023.

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do. **O poder negociado**: os crimes contras a pessoa e sua honra no reinado de dom João II. 2009. 230 f., Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

NASCIMENTO, Denise. **Degredo**: Instrumento de punição e perdão no reinado de Dom João. In: SOUZA, Ana Beatriz Ramos; ACRUCHE, Hevelly Ferreira (Orgs.). História das Américas: apontamentos iniciais de ensino e pesquisas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

NUNES, Ismael da Silva. “Do que dorme com mulher casada por sua vontade:” Matrimônio cristão e o controle dos corpos nas Ordenações Afonsinas (1448). **Sacrilegens**. v. 20, n. 1, p. 283-302, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/41159/26280> acessado em 10.02.2024

ORDENAÇÕES Afonsinas. 2ª Ed. 5v. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1999.

RUSSELL-WOOD, J. A. R. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998, pp. 187-249

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2: DIÁLOGOS DECOLONIAIS ENTRE AS POPULAÇÕES DA ÁFRICA E ÁSIA NOS SÉCULOS XVI AO XX.

Resistência aos britânicos: A jihad de Haji Sahib Turangzai na Província da Fronteira Noroeste da Índia

Yuri Alan Maciel Tesch⁴¹³

Resumo: A invasão dos britânicos na Índia impactou um povo muito pouco conhecido: os pashtuns. Eles estão hoje localizados, principalmente no e entre o Afeganistão e o Paquistão. Este artigo pretende trazer luz as formas de colonização britânica, e principalmente as resistências a ela empreendidas pelos pashtuns, tanto as de enfrentamentos direto lideradas por Haji Sahib Turangzai, quanto as pacíficas encabeçadas por Abdur Ghaffar Khan inspiradas nos modelos de Gandhi, ambos almejavam um país livre e independente dos pashtuns, conhecido como Pashtunistão.

Palavras-chave: Raj Britânico, Haji Sahib Turangzai, Ghaffar Khan, Pashtunistão.

⁴¹³ Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Bolsista pelo Programa de Bolsas de Pós-Graduação da UFJF

Abstract: The British invasion of India impacted a very little known people: the Pashtuns. They are today located mainly in and between Afghanistan and Pakistan. This article aims to shed light on the forms of British colonization, and mainly the resistance undertaken by the Pashtuns. The Resistance was manifested in the direct confrontation approach, led by Haji Sahib Turangzai, and the peaceful resistance led by Abdur Ghaffar Khan inspired by Gandhi's models, both aimed at a country free and independent of the Pashtuns, known as Pashtunistan.

Keywords: British Raj, Haji Sahib Turangzai, Ghaffar Khan, Pashtunistan.

Uma maldição nas terras dos pashtuns

A chegada dos britânicos na Província da Fronteira Noroeste da Índia foi considerada pelos pashtuns uma maldição, cuja resposta deveria ser a Jihad⁴¹⁴. Entre os líderes da resistência destacou-se Haji Sahib Turangzai e Abdur Ghaffar Khan.

Segundo Asfandyar (2020), em meados do século XIX, propagaram-se madraças pela Índia, como uma forma de resistência a imposição religiosa dos ingleses na região. Dentre elas, uma se destacou, a saber, Darul Uloom-i-Deoband, cuja fama atraiu Turangzai, que veio a participar de uma peregrinação a Meca e junto com sua delegação religiosa, em parte consolidada nessa viagem, definiu como estratégia estabelecer instituições educacionais muçulmanas por todo o país e estimular o boicote ao sistema educacional e jurídico britânico, evitando os tribunais ingleses que exigiam advogados e demandavam custos elevados.

⁴¹⁴ Compreendido como dever sagrado dos muçulmanos a resistência aos invasores.

Como resposta a colonização, aconselhou o povo a recorrer as Jirgah⁴¹⁵, além da jihad. Mediante a Amr bil ma'arroof wa nahi aanil munkar (desfrutar do bem e evitar o mal), defendia a observância de uma fé revivalista. Promovendo uma reforma da sociedade e cultura pashtun, nos moldes Sharia⁴¹⁶ e sunas⁴¹⁷ como instrumento de garantia de direitos à propriedade privada dos pashtuns, algo se ursou mais urgente, em especial, após a anexação da Fronteira Noroeste pelos britânicos.

Também se ocupou da observância do dote e da herança islâmica. Obteve boa aceitação das famílias dominantes da região. Atuou como árbitro de rixas internas, estabelecendo o limite de três dias para solucioná-las. Um mandado de prisão foi emitido, mas ele fugiu, as escolas criadas por ele e seus seguidores foram proibidas, e os professores encarcerados. Efetivou medidas punitivas aos nativos pró-britânicos, como incêndio de propriedades.

Tropas afegãs e das tribos pashtuns de Turangzai, lutaram contra o avanço britânico na 3ª Guerra Anglo-Afegã ocorrida em 1919, na região da fronteira, impediram assim a conquista da cidade de Jalalabad. Esse feito pode ser relacionado com a independência do Afeganistão.

O pashtunwali e o medo de se tornar cristão

Os séculos XIX e XX vivenciaram práticas colonialistas e imperiais, a colonização geralmente envolvia a transferência da população para um novo território, vivendo como colonos permanentes e fiéis a metrópoles, enquanto o imperialismo pode ser melhor compreendido como uma relação de poder exercido de um país para o outro, seja mediante a colonização, soberania ou mecanismos indiretos de controle.

⁴¹⁵ Conselho dos Anciãos pashtuns.

⁴¹⁶ Normas derivadas do Corão.

⁴¹⁷ Fonte da lei islâmica derivada dos atos do profeta Maomé

Asfandyar (2021) afirma que o ápice do imperialismo teria ocorrido no final do século XIX, onde a maioria dos países da África e Ásia foram colonizados pelas potências europeias, em uma corrida onde a Grã-Bretanha saiu na frente, e no caso do Raj Britânico, podemos citar a atuação do Dr. Theodore Leighton Pennell como símbolo da propagação missionária na região, o qual estabeleceu instituições educacionais e hospitais missionários, em especial em Peshawar, Bannu e na então Fronteira Noroeste da Índia, com o objetivo aparente de servir ao povo, a população local se opôs a atuação de Pennell.

Os mulás teriam alertado as pessoas que os remédios ofertados continham álcool e sangue de porco, tomá-los os transformariam à força em cristãos.

Conforme Asfandyar (2021) a luta de independência dos pashtuns frente aos colonizadores britânicos na Fronteira Noroeste da Índia, no período, é melhor compreendida mediante uma análise comparada da abordagem violenta e não-violenta da resistência, a primeira centralizada na atuação de Haji Sahib Turangzai, e a não-violenta na de Abdul Gaffhar Khan.

O assim chamado fardo civilizador do homem branco, pautado no princípio de supremacia étnica e no direito de governar os “incivilizados”, entrou em diversos e complexos conflitos com o pashtunwali⁴¹⁸, considerado pelo autor como um dispositivo de princípios de igualdade, equidade, justiça e fraternidade, mas também de vingança e retaliação.

Dentre os princípios do pashtunwali, podem ser destacados, a Nang-Pat (Honra), Badal (Vingança), Melmastya (Hospitalidade), Jargah, (Assembléia Coletiva) e Nanawati (Súplica); Riway [Costume], e Jumat [Mesquita], os quais foram interpretados por poetas e mulás como resistência ao invasor. Para o autor, as constantes invasões e ocupações fomentaram as tendências nacionalistas na mentalidade pashtun.

As origens e identidades dos pashtuns

⁴¹⁸ Código consuetudinário de honra e da moral dos pashtuns.

Para Asfandyar (2020), destacam-se três vertentes das origens dos pashtuns: uma de raiz israelita bani, que remete ao Afeganistão; a ariana, vinculada aos árabes e a oriunda de uma ancestralidade miscigenada de uma suposta tribo judaica perdida.

Os pashtuns dessa região são subdivididos em: Yusufzi (Yusufzai), Mandanrh, Utmankhel, Saafi, Shalmaani, Mamoon, Mohmand, Mulagori, Dawudzi, Muhammadzi, Gugyani, Khalil, Afridi, Shinwari, Orakzi, Bangash, Zaimukht, Khattak, Marwat, Banuchi, Turi, Chamkani, Wazir, Mahsud, Bittani, Dawar, Dotani, Kundi, Lohani, Shirani, Mian Khel, Babar, Gandapur e Sulaiman Khel.

A identidade pashtun na região da Província da Fronteira Noroeste da Índia está relacionada a uma linhagem genealógica e a participação dos membros das kabilas⁴¹⁹ na atividade do campesinato, portanto, artesãos e membros religiosos, após uma ou duas gerações, perdem sua identidade pashtun aos olhos dessa sociedade e o direito de participação na Jirgah, fato este que elucidado, em parte, os mecanismos e iniciação, manutenção e renovação das comunidades pashtuns nessa região, as quais, viram as constantes investidas britânicas de imposição de cultura, como inimigos a serem combatidos.

Nos anos de 1870, o Governo da Índia, o Exército Indiano e a administração local do Punjab definiram duas abordagens opostas a respeito da Fronteira Noroeste da Índia, a primeira apoiou o conceito de fronteira fechada em práticas de não intervenção nas kabilas, e a outra defendia a política de avanço, advogando por ocupações de algumas dessas regiões, ações militares e construção de rodovias na região, cujo objetivo final era civilizar os nativos.

Estratégias de colonização e Administração no Raj Britânico

⁴¹⁹ termo islâmico presente em variações do árabe, urdu e hindi, que designa tribo não em uma conotação colonialista, mas sim no sentido de uma organização de clãs.

Entre os anos de 1849 a 1877 os britânicos adotaram a prática de fronteira fechada, encorajando os membros das tribos a irem até ao Raj Britânico, com a pretensão de que eles seriam cativados “pelos benefícios da civilização”.

Baseado no Regulamento de Crimes Fronteiriços, para a resolução de delitos, o Império Britânico delegou o seu modelo de Jirga, como um acultramento institucional dos pashtuns, com o objetivo de legitimar sua autoridade da região.

Essas Jirgas eram constituídas por autoridades locais, responsáveis por emitir um relatório sentença, que deveria ser aprovado pelo Vice Comissário, este por sua vez, era um funcionário britânico. Caso aprovado, um decreto seria feito com a devida pena estipulada, caso contrário uma nova Jirgah britânica reanalisaria o caso.

Estas instituições tinham autoridade plena em casos que envolviam costumes locais, adultério conjugal e reivindicação de dívidas. A defesa contra ameaças estrangeiras ou tribais desse lado da fronteira, ocorria mediante a criação de cinco agências políticas autônomas administradas por um Agente Político, intermediada por cargos locais conhecidos como Arbabs, Nawabs e Khans.

O Agente Político deveria falar o idioma pashto, e ser douto em história, geografia e topografia da fronteira do subcontinente, ser dotado a respeito dos tratados britânicos com o Afeganistão, legislação fundiária, códigos legais e Regulamentos de Crimes de Fronteira. Era de sua responsabilidade pagar a polícia tribal, os Khassadares. Eles eram auxiliados por Oficiais Políticos, membros das tribos que forneciam informações internas, e mensalmente distribuía dinheiro as tribos.

Abdur Ghaffar Khan: um novo método para uma antiga causa

O movimento não violento de Abdul Ghaffar Khan, em 1930, na antiga Província da Fronteira Noroeste da Índia, atual Khyber Pakhtunkhwa, reacendeu o nacionalismo pashtun. Abdul Ghaffar Khan, após o assassinato pelas tropas britânicas de manifestantes desarmados, então

membros da Organização para a Promoção de Reformas entre os Afegãos, aliou-se, juntamente com sua organização, ao Congresso Nacional Indiano, chegando a vencer as eleições de 1937 e 1946 na Província da Fronteira do Paquistão (TESCH,2023).

Em 1946, findou sua aliança com o Congresso, quando esse acatou um plano britânico de um controverso plebiscito na região, que previa duas opções, a adesão da província à Índia ou ao Paquistão, sem oferecer a possibilidade de um Estado independente, esta última, pauta do movimento de Ghaffar Khan, assim como de seu antecessor Haji Sahib Turangzai, que pretendia a criação de um Estado independente para os pashtuns, o Pashtunistão.

O movimento de Ghaffar Khan, posteriormente, ficou conhecido como Khudai Khidmatgars, isto é, Servos de Deus. Ghaffar Khan e seu filho Wali foram presos e passaram cinco anos em uma prisão no Baluchistão, seu ativismo foi considerado pelo Paquistão como atividade secessionista. Sua ideologia era pautada no pacifismo. Enquanto Mahatma Gandhi lutava contra o regime britânico na Índia continental, a periferia noroeste do país, testemunhava a ascensão de outro Mahatma⁴²⁰: Abdul Ghaffar Khan, o qual reuniu o primeiro grande exército não violento do mundo em sua região, persuadindo mais de cem mil homens, a renunciar o aspecto de retaliação do badal⁴²¹ e a depor as armas (TESCH,2023)

Novos tempos, antigas causas: o Pashtunistão independente

A busca por um território independente dos pashtuns, situado entre o atual Afeganistão e Paquistão, ainda é um objetivo não alcançado, que hoje mobiliza os afegãos paquistaneses. Tal mobilização, historicamente se manifesta em conflitos na fronteira entre ambos os países, com a tentativa de formação deste novo país, cunhado de Pashtunistão, ou seja, terra dos pashtuns.

⁴²⁰ Termo que designa um mestre espiritual na cultura indiana.

⁴²¹ Elemento do pashtunwali, traduzido como retribuição), que, embora enfatize “o olho por olho, dente por dente”, também inclui valores como perdão e cooperação.

A importância da fronteira do Afeganistão com o Paquistão é evidenciada quando, em decorrência de um ataque transfronteiriço afegão fracassado em 1962, no ano seguinte, os laços diplomáticos entre os dois países são rompidos e a fronteira é fechada por parte do Paquistão, abalando profundamente a economia afegã e ocasionando a renúncia do então primeiro-ministro afegão, Daoud, que acusou o monarca de seu país, Zahir Shah de negligenciar o Pashtunistão em uma tentativa de melhorar as relações com Washington e Islamabad.

Segundo Siddique (2014), não há consenso entre os líderes afegãos e figuras nacionalistas pashtuns no Paquistão acerca de uma única visão sobre o Pashtunistão. Algumas facções defendem a independência, outras uma província autônoma do Paquistão, enquanto há quem afirme que a pátria tradicional dos pashtuns é parte integrante do Afeganistão.

Para compreendermos a concepção pashtun de fronteira e Estado nação, recorremos a Schofield (2003) que traz um dado interessante: em 1893, Durand⁴²² visitou o emir do Afeganistão para selar o “acordo” que dividiria a pátria dos pashtuns. Um choque epistemológico ocorre, quando Durand desvaloriza o conhecimento do Emir quanto à geografia da região, dizendo que ele conhecia seu país apenas por visitas pessoais ou boatos, e não pelo estudo de mapas, ao passo que o Emir afirmava que os mapas de Durand estavam defasados e eram meras conjecturas.

Frente ao crescente movimento pelo Pashtunistão no Afeganistão, Abdur Gaffhar Khan, em um seu discurso neste país, defende um Estado nação que se estende dos rios Jehelum e Amur ao território Margali, concentrando-se nas antigas fronteiras que foram demarcadas por Ahmed Shah Abdali, argumentando que os pashtuns afegãos foram sistematicamente afastados e negligenciados dos espaços de poder pelo Estado paquistanês, o qual por vez é compreendido como herdeiro direito da colonização britânica (NARAYAN, 1969).

Sucessivos governantes afegãos se utilizaram da questão do Pashtunistão para fortalecer o apoio pashtun ao Afeganistão, embora seja importante salientar não se tratar de uma mera manipulação, pois as kabilas pashtuns de ambos os lados da linha de Durand se beneficiaram

⁴²² A linha Durand foi imposta pelo Império Britânico em 1897, que dividiu metade do território pashtun, tomando cerca de 40.000 milhas quadradas, entre o rio Indo e o Passo de Khyber.

também de alianças com os líderes afegãos, por vezes recebendo autonomia, isenção de impostos e de alistamento militar.

É importante enfatizar que a defesa da autodeterminação dos pashtuns pelos afegãos apresenta limitações, uma vez que, se concretizada em sua plenitude, significaria a perda territorial do Afeganistão, o que nenhum líder afegão estava realmente disposto a acatar. A defesa por um Pashtunistão livre na verdade implicava, por parte dos afegãos, a resolução da questão fronteiriça com o Paquistão e o acesso ao litoral do Oceano Índico (SAIKAL, 2010).

O governo de Islamabad sempre reprimiu veementemente os impulsos pashtuns por um Pashtunistão independente, principalmente durante e após a invasão soviética no Afeganistão. Através da ajuda internacional dos Estados Unidos, o Serviço de Inteligência Paquistanês canalizou armamentos e recursos para jihadistas que não se identificavam com a causa do Pashtunistão, negando ajuda, por exemplo, à resistência que apoiou a monarquia afegã, por esta ter se identificado com o movimento do Pashtunistão.

Será o terrorismo o caminho para o Pashtunistão livre?

De acordo com Saikal (2010), dos sete principais grupos mujahidins, que representavam cerca de 80% da população sunita afegã, seis eram majoritariamente pashtuns. Quando o principal grupo pashtun falhou, o Hizb-i-Islami (Partido Islâmico), liderado por o Gulbuddin Hekmatyar, Islamabad se volta para o Talibã, que, apesar de sua origem pashtun, compactuava com uma ideologia pan-islâmica desvinculada, a princípio, do movimento do Pashtunistão, vindo a adotá-la quando assume o poder, apesar das pressões exercidas pelo Paquistão (HARRISON, 2008).

Frente ao descaso institucional do Afeganistão e Paquistão, materializado em contrastes socioeconômicos, entende-se a fragilidade dos pashtuns, por exemplo, na Khyber Pakhtunkhwa, onde, em 2010, a renda per capita era 30% menor que a média nacional. Sendo o Khyber Pakhtunkhwa uma região rica em recursos naturais, carvão, petróleo e gás, os pashtuns nessa região não são incluídos nas políticas de bem-estar social, direcionadas primordialmente para os punjabis

e sindhis, motivo pelo qual reivindicam reiteradamente taxas de royalties mais altas e um maior investimento na sua província.

A campanha antiextremista islâmica, declarada pelos Estados Unidos, conhecida como Guerra ao Terror, centrou-se principalmente nas terras dos pashtuns. Em 2010, 150.000 soldados da Otan, no Afeganistão, concentravam-se, em sua maioria, nas regiões leste, sudeste e sul do território pashtun (SIDDIQUE, 2014).

Antes da retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão e do retorno do Talibã ao governo, Saikal (2010) já alertava para os riscos da solidariedade pashtun para com o Talibã, uma vez que os pashtuns, durante a invasão dos Estados Unidos, viram-se ameaçados em relação a sua religião, terra, recursos, honra, normas e valores culturais e sociais, ou seja, todo o seu modo de vida colocado em risco frente ao estrangeiro, tornando-se propensos a apoiarem o Talibã, apesar de seus métodos violentos, não apenas como movimento religioso, mas sobretudo nacionalista.

As circunstâncias poderiam levar os pashtuns a apoiarem o Talibã na esperança de um Pashtunistão independente. Essa aproximação com o extremismo islâmico contrasta, entretanto, com a imagem que os próprios pashtuns reivindicam para si mesmos “nós não somos todos simpatizantes do Talibã, e nós não somos terroristas” (ARIANA MONTHLY, jan. 2010, p. 7, tradução nossa)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIANA MONTHLY. *The vision of raising a wareness to the need for the development of the pashtun people*. Jan., 2010.

ASFANDYAR. *The British Raj in India and the Pakhtun Struggle for Independence: A Comparative Analysis of Violent and Non-Violent Approaches (1901-1947)*. 2020. Tese (PhD em História) – Universidade de Peshawar, Paquistão, 2020.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

HARRISON, Selig S. *'Pashtunistan': The Challenge to Pakistan and Afghanistan*. Madrid: Real Instituto Elcano, 2008.

NARAYAN, J. *My Life and Struggle: Autobiography of Badshah Khan*. Delhi: Hindi Pocket Books, 1969.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A. 2007.

SAIKAL, Amin. Afghanistan and Pakistan: The Question of Pashtun Nationalism? *Journal of Muslim Minority Affairs*, v. 30, n. 1, mar., 2010.

SAIKAL, Amin. *Modern Afghanistan*:

SCHOFIELD, Victoria. *Afghan frontie: Feuding and Fighting in Central Asia*. Londres: Tauris Parke Paperbacks, 2003.

SIDDIQUE, Abubakar *The Pashtun Question: The Unresolved Key to the Future of Pakistan and Afghanistan*. Londres: Hurst & Company. 2014.

TESCH, Yuri Alan Maciel. *Microsociedades afegãs no contexto dos embates Leste-Oeste (1977-1983): discursos e representações no The Kabul Times*. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 3: FRONTEIRAS, TERRITÓRIOS E
SOCIEDADE: SÉCULOS XVIII E XIX.**

**À Sombra da Cruz e da Força: a formação da freguesia de São João
Baptista do Presídio**

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Resumo: O desbravamento de terras indígenas na Zona da Mata central mineira, no final dos setecentos, solidificou o instrumento de poder e domínio da Coroa portuguesa nos sertões das aldeias das nações indígenas dos coroados, coropós e puris, através de missões civilizatórias. Deste modo, com o objetivo de desenvolver um estudo histórico, buscou-se a compreensão diante do esquema de ocupação, formação e estruturação do núcleo populacional de São João Baptista do Presídio. Para tanto, serão analisados os relatos concernentes aos fragmentos textuais do Livro de Tombo da freguesia, traçando um paralelo com as narrativas apresentadas pelos viajantes e naturalistas que por ali passaram, reunindo um compilado de documentos com as primeiras impressões destes indivíduos sobre as configurações sociais, geográficas e econômicas do povoado.

Palavras-chave: Presídio. Livro de Tombo. Viajantes.

Abstract: The clearing of indigenous lands in the central Zona da Mata of Minas Gerais, at the end of the seventeenth century, solidified the instrument of power and domination of the Portuguese Crown in the hinterlands of the villages of the indigenous nations of the crowned, coropós and puris, through civilizing missions. Thus, with the objective of developing a historical study, we sought to understand the occupation, formation and structuring of the population nucleus of São João Baptista do Presidio. To this end, the reports concerning the textual

⁴²³Doutorando. Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em História. Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: igorlacerda86@gmail.com

fragments of the Book of Tombo of the parish will be analyzed, drawing a parallel with the narratives presented by the travelers and naturalists who passed through there, gathering a compilation of documents with the first impressions of these individuals about the social, geographical and economic configurations of the village.

Keywords: Presídio. Tombo Book. Travellers.

Introdução

Pensar na formação de um povoado tornou-se um exercício de reflexão ambicioso, justamente pela necessidade de se atentar sobre a complexidade e as particularidades que envolveram os trânsitos contínuos dentro dos sertões mineiros. Este fenômeno se deu após a queda da exploração mineral, no final dos setecentos, como corrobora Carla Almeida “quando a extração aurífera se tornou mais difícil e dispendiosa, os habitantes deslocaram dessas áreas para Zona da Mata, buscando áreas favoráveis para a intensificação das atividades agropecuárias” (Almeida, 1994: 95). Com um fluxo migratório proeminente, uma totalidade de indivíduos multifacetada, constituída no final do século XVIII, nas regiões fronteiriças da Mata mineira, migrara para redefinir a importância econômica daquela região. Formava-se um novo povoamento, que viria a se estruturar mediante a criação de novas alianças e novos conceitos particulares de sociabilidade e coletividade à margem dos aldeamentos dos povos nativos.

No contexto destas demarcações de terras, Manuela Cunha Carneiro destaca a seguinte ideia, “o aldeamento é a realização do projeto colonial, garantindo a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento da colônia”

(Cunha, 1998: 137). Para Sheila de Castro Faria, “a criação ou ereção de um povoado em vila ou cidade representava a possibilidade de manter o indígena à distância e promover uma ocupação eficiente” (Faria, 1998: 125).

Concomitante a este processo, o acesso as terras devolutas, as concessões de sesmarias e a expropriação de terras indígenas, tornaram propícias as condições para a formatação de um novo lugarejo, que viria a se tornar a freguesia de São João Baptista do Presídio, hoje conhecida como a cidade de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais. Neste sentido de possibilidade de ocupação de terras devolutas em áreas de fronteira, Ângelo Carrara destaca que, “foi a solução estrutural encontrada por muitos no interior de um sistema agrário que demandava certa extensão de matos virgens e capoeiras, ao lado das terras lavradas” (Carrara, 1999: 15).

Em razão destas transformações socioeconômicas, geográficas e culturais, ações cotidianas de ocupação, se desenvolveram neste território, alterando os significados das noções de comunidade dos povos originários, influenciados pela abrupta criação de aldeamentos em regiões de fronteira. De acordo com Romilda de Oliveira Alves “a fronteira sempre foi vista como um lugar de “encontro de povos” que assumiram para si a responsabilidade de conquista, defesa e expansão do território, onde diferentes culturas buscavam construir uma nacionalidade” (Romilda, 2009: 33). Ao concentrarem as populações ameríndias, que se estabeleciam às margens do rio Xopotó, “o que se objetivava, de um ponto de vista tático, era diluir a população indígena no conjunto da população nacional” (Espíndola, 2005: 171). Portanto, a origem desta nova sociedade, desenvolvida diante de enfrentamentos em diversas esferas, forjara seus alicerces na coexistência de neófitos, pardos, brancos, pretos e miscigenados.

Para que possamos então, compreender brevemente os primeiros passos históricos desta localidade, tornou-se substancial, como objetivo de pesquisa deste artigo, desenvolver um breve traçado histórico entre os primeiros registros eclesiásticos, contidos no Livro de Tombo, associando-os aos relatos dos viajantes, quando o povoamento já englobava traços políticos-administrativos e socioeconômicos. Portanto, a combinação destes acervos documentais, oportunizou o estabelecimento de um diálogo com outros autores que versaram sobre os conceitos da importância dos presídios nos sertões. Possibilitando assim, entender a importância do Presídio

de São João Baptista na condição histórico-geográfico que estava inserida a freguesia, ao conectar indivíduos, espaço e religião.

A formação dos presídios - o Presídio de São João Baptista

A política de criação de presídios, tivera seu início nas Minas gerais no governo de Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), sendo uma medida prioritária, ao destacar que, “ao serem instalados, criavam-se aldeamentos de índios, demarcavam-se terras e fundavam-se arraiais e freguesias” (Alves, 2009: 46). A autora também ressalta que “Os presídios, com seus destacamentos militares, ao funcionarem como centros de controle da população indígena, atraindo-a para o interior dos aldeamentos, tiveram importante participação na formação de novos povoados” (Alves, 2009: 49). Nesta mesma linha de argumentos, Haruf Salmen Espíndola, ressalta que para conter ataques esporádicos às regiões povoadas, “os governadores da capitania mantinham a guerra defensiva, por meio de presídios militares colocados em locais estratégicos e, esporadicamente, mandavam expedições armadas de represália” (Espíndola, 2005: 114). Conforme José Otávio Aguiar, as funções dos presídios serviam não apenas como área para alguns degredados e vadios, mas “como um ambiente de avanço da conquista dos portugueses sobre os aldeamentos indígenas e conseqüentemente uma defesa para os recém assentados nessas terras” (Aguiar, 2008: 138). Ao contextualizar a freguesia do Presídio nessas empreitadas, o autor considera que:

O Presídio de São João Batista havia sido criado na freguesia de mesmo nome para fazer frente à reação dos chamados índios arredios à ocupação de seus territórios. Outros presídios cumpriam funções semelhantes nas imediações: o Rio das Casca apoiava o avanço dos colonos a partir de Ponte Nova, e o do Arraial do Peçanha da cobertura ao início da ocupação das matas que o circundavam (Aguiar, 2008: 138).

De acordo com Exedito Arnaud, para coibir os tumultos e desordens dos índios, José Bonifácio recomendou a instalação de pequenos presídios militares nas proximidades das aldeias,

cujos comandantes deveriam agir de acordo com os missionários. (Arnaud, 1973: 14). É importante destacar que, desde a sua implementação no século XVIII, os presídios e suas atribuições sofreram pequenas alterações, estando constantemente respaldados por políticas administrativas de controle das nações indígenas, como pode ser evidenciado no documento APONTAMENTOS PARA A CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS BRAVOS DO IMPÉRIO DO BRASIL, produzido e chancelado por José Bonifácio de Andrada (Andrada e Silva, 1939: 265). Dentro desta temática indigenista, o mesmo Andrada, deixou explícita suas recomendações,

10.º Para que estes Missionarios sejam respeitados pelos Indios, e possam cohibir prontamente os tumultos e desordens que estes fizeram depois de aldeados, estabelecer-se-hão nas distâncias necessarias e adequadas pequenos Presídios Militares, cujos Comandantes obrarão de accôrdo com os mesmos Missionários, e lhes darão todo o favor e auxílio requerido. (Andrada e Silva, 1939: 266)

11.º Estes presídios serão formados de 20 até 60 homens de Guarnição com duas ou trez peças de pequeno calibre, e se exigirem as circunstancias locais, poderão também estes destacamentos ter alguns soldados de cavallo. (Andrada e Silva, 1939: 266)

Através dessas representações normativas e políticas, podemos compreender que o Presídio de São João Baptista surgiu para atender os objetivos governamentais, ao catequisarem e concentrarem os neófitos, para que assim fosse colocada em prática a expropriação das terras indígenas. Deste modo, ao tornarem estas terras habitáveis, relativamente seguras e pacíficas, as futuras propriedades rurais seriam um chamariz para as famílias que estivessem dispostas a migrar, tornando-se assim uma área atrativas para os colonos luso-brasileiros, escravizados, alforriados e membros de diversos estratos sociais.

Baseados nos relatos do Diário de Langsdorff, para se deslocar do Presídio ou Arraial de São João Batista até o Registro do Paraíba ou Rio de Janeiro, existiam três caminhos que deveriam ser percorridos, sendo eles,

O primeiro, passa por Porto do Mar de Espanha, às margens do rio Paraíba, passando por Sumidouro, onde se chega à grande Estrada Real. O segundo vai até Porto da Cunha, passando por Cantagalo, e é ruim. O terceiro vai até Lami, no rio Paraíba, e, rio abaixo, chega-se a Campos de Goitacazes (Silva, 1997: 94-95).

Se fossemos analisar por medidas atuais, o Presídio estaria a uma distância de 165 km de Ouro Preto, então capital da Província de Minas Gerais no período, e a 102 km da freguesia de Piranga, último entreposto comercial do aurífero, o qual serviu como localidade que limitava a ocupação legal de terras na província no século XVIII. Para Renato Pinto Venâncio, durante a primeira metade do século XVIII, a freguesia de Piranga “permaneceu como limite da área de mineração; contribuía para isso a existência de uma barreira - bem mais poderosa do que os acidentes geográficos ou as florestas virgens - representada pelos índios bravios da Zona da Mata” (Venâncio, 1997: n.p.). Deste modo, a antiga área que corresponderia ao que viria se tornar o Presídio situava-se em um espaço delimitado e “proibido” para a colonização, tendo como propósito, “durante o auge do período minerador para isolar as jazidas auríferas da ação de contrabandistas, bem como de uma eventual invasão externa” (Aguiar, 2006: 84). Sendo considerado um lugar inóspito, com mata fechada e repleta de perigos. Situação que evidenciamos nos relatos do viajante Auguste de Saint-Hilaire:

Durante muito tempo o governo havia proibido toda a comunicação entre as Capitania e Minas Geraes e Espírito Santo, querendo assim tornar mais difícil o contrabando do ouro. Depois da chegada do Rei D. João VI ao Brasil, abriram-se os olhos e viram quanto era absurdo sacrificar a mesquinhas precauções, os interesses que deviam resultar do comércio de dois povos limítrofes, dos quais um é vizinho do Oceano e o outro pode fornecer o primeiro ferro e outros artigos uteis. Governo tomou, pois, louvável resolução fazer um caminho que fosse da Villa da Victoria a Villa de Mariana (Saint-Hilaire, 1936: 229).

Como já dito anteriormente, a freguesia estava entremeada na Zona da Mata central, Dentro desta sub-região, ainda existia uma outra divisão, baseada na ideia de que as áreas apresentavam

uma densidade populacional indígena distinta, considerando as dimensões e demografia dos aldeamentos de cada setor. Para representar essa divisão, Ângelo Carrara faz as seguintes considerações, “uma primeira era constituída pelos aldeamentos indígenas do Presídio e do Guido-Wald, e de Manuelburgo; uma segunda, situava-se no vale do ribeirão Ubá, entre estes três aldeamentos e o antigo aldeamento do Rio Pomba” (Carrara, 1999: 30). Para respaldar algumas argumentações aqui defendidas, analisaremos o Livro de Tombo da freguesia.

O Livro de Tombo

O Livro de Tombo da freguesia do Presídio, encontra-se presente na Matriz de São João Baptista, sendo um documento transcrito pelo Padre Dario Schettini Guimarães, com o título: “Notas Históricas”. Num primeiro momento, ao serem analisadas as descrições contidas no códice supracitado, destacaram-se elementos condizentes ao início da jornada dos cognominados “aventureiros”, indicando seus possíveis locais de partida, assim como algumas descrições referentes à densidade da flora. Não menos relevante, fora a visão dicotômica sobre o perfil comportamental dos ameríndios, ao serem considerados tanto ameaçadores quanto mansos, como nota-se a seguir,

Alguns aventureiros, à guisa de bandeirantes e como eles destemidos, rompendo por entre as temerosas bronhas que então cobriam grande parte da Capitania, vindo uns do vale do Piranga e subindo outros do curso do Pomba, como é de crer, vieram por uma feliz coincidência, reunir-se no vale do pequeno Xopotó, cujas margens eram cobertas por espessas florestas por onde vagavam ainda as hordas ameaçadoras dos Coroados, Coropós e de outros índios⁴²⁴.

[...] no fundo das matas mineiras, às margens selvosas do Xopotó, alguns pobres colonos, aquém já haviam agregados alguns índios mansos, de

⁴²⁴ Livro de Tombo da Matriz de São João Baptista, Visconde do rio Branco, MG, p. 1.

envolta com alguns criminosos políticos, que para aqui eram degredados, lançaram talvez sem o pensarem os fundamentos do pequeno núcleo colonial.⁴²⁵

Noutro momento, o que se observara, em especial, esteve correlacionado as descrições sobre a precariedade que estes forasteiros enfrentaram ao estabelecerem as preambulares moradas do povoado, trazendo a representatividade de serem os primeiros fogos ali estabelecidos e reconhecidos pela Coroa Portuguesa.

[...] Ou porque lhes falecessem os meios de perseguirem em sua arrojada empresa, ou porque lhes sorrisse mais que outros o lugar, para nele fixarem as suas moradas, e certo é que ali se estabeleceram, em pobres casinhas cobertas de coluio e de folhagens, lançando desta sorte os fundamentos da nova povoação, que alguns anos depois viria a receber o nome de São João Baptista do Presídio [...]⁴²⁶.

Contudo, dentro deste cenário inicial de ocupação apenas um agente, líder e missionário da exploração e conquista de novas almas nessa árdua empreitada, recebeu reconhecimento e exposição de seu nome e feitos,

Os escassos documentos que ainda hoje, por felicidade existem daqueles tempos afastados e que aqui me apraz de transcrever, rezam que me 29 de novembro de 1777, o padre Manoel de Jesus Maria, vigário da Parochia de São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixes dos índios Croatos e Coropós, ministrou o sacramento do batismo aos índios adultos procedentes das matas do Xopotó (rio que tem suas origens no Presídio), recebendo os mesmos os nomes de André, Anastácio, José Pedro, Angélica e Martha, e aos inocentes também índios, Felipe Custódio e Rita Francisca.

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 2.

⁴²⁶ *Ibidem*, p. 1-3.

Em 2 de dezembro do mesmo ano, também batizar-se o Cacique, capitão Belchior⁴²⁷.

As ações adotadas pelo padre Manoel de Jesus Maria, descritas acima, trouxeram alguns pontos fundamentais para a formação da freguesia: primeiro, concebeu-se a data do primeiro contato, ou seja, da primeira missão oficial de um membro da Igreja com o intuito de contactar (catequizar) a população indígena local; segundo, identificação da figura clerical principal deste processo; terceiro, evidenciou-se o início da catequese e conversão dos povos originários da freguesia, onde através das águas do batismo, os considerados selvagens encontrariam a civilidade e salvação; e por último, a concepção de uma estratégia de controle social através do batismo de um líder tribal, concedendo-lhe uma patente militar ao cacique, depois denominado Capitão elchior. Todas essas ações combinadas, traçaram de forma preliminar, como os processos de apoderamento e dominação se transfiguravam. Concomitante a isto, “a existência do aldeamento indígena controlado por missionários tornava relativamente segura a ocupação e o estabelecimento da população livre e pobre (Faria, 1998: 128).

Trazendo uma representação político-religiosa para edificação do lugarejo, estabeleceu-se uma cruz para simbolizar o poder religioso católico, e uma forca no alto de um monte, para simbolizar a mão de ferro dos portadores da Coroa Portuguesa. Imposições autoritárias ganhavam força através do medo e da punição impostas pelo poder monárquico português, através dos que ali foram nomeados seus representantes, os quais seguiram determinando e ditando as leis. Consubstanciando os argumentos que permitem identificar esta prática de domínio, destaca-se o fragmento extraído do Tombo, onde o padre complementa:

Fundada a sombra da cruz, que ali já se erguia como o verdadeiro farol da civilização, e a pequena distância da sinistra forca que, levantada sobre a cabeça de um monte, mostrando-se sempre ameaçadora, estendia sombras de medo sobre todas aquelas paragens, a pequena aldeia ia dia a dia

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 2.

tomando novos alentos com a chegada de novos forasteiros, que vinham de varios pontos para ali se estabelecer⁴²⁸

Todas essas medidas políticas-administrativas culminaram em um novo movimento de colonização do interior. Para o sucesso da formação dos núcleos populacionais, que edificaram o povoado, podemos destacar que os fenômenos migratórios, pelo menos em sua maioria, estiveram alinhados a política de ocupação dos sertões mineiros, e o crescimento de novos mercados nas regiões de fronteira. Apresentando uma matriz econômica, onde o capital era proveniente das produções agrárias, que emergiam desde pequenos sitiantes até os grandes proprietários que concentravam maiores porções de terras. A economia agrária familiar teve um papel fundamental no desenvolvimento dos arraiais e freguesias, assim como a representatividade da Igreja para fundação, legitimação e controle das condutas e da prosperidade espiritual dos que se aglomeravam, como bem ressalta Ângelo Carrara,

O movimento característico dessas unidades de produção familiares foi o da ocupação das áreas da fronteira e a conseqüente constituição de núcleos populacionais à volta de alguma capela, onde se consagrassem os laços principais desse modo de produção — os laços de parentesco, através do batismo e do casamento[...] (Carrara, 1993)

Desde a política pombalina indigenista do século XVIII, os Diretores indígenas, através de um artifício jurídico-político ganharam representatividade, adquirindo grande relevância neste contexto histórico de controle de impasses entre luso-portugueses contra os neófitos que na região estavam. No segundo decênio do século XIX, foram criadas as Divisões militares do Rio Doce, “formadas por tropas irregulares submetidas à fiscalização do governo provincial, orientadas para a repressão aos índios, assumiriam nova feição na década de 20, sob o comando de Guido Thomaz

⁴²⁸ *Op. cit.* p. 3.

Marlière, ao abandonar a postura agressiva de 1808” (Aguiar, 2006: 84). De acordo com Francisco Cancela, sobre o poder e efetividade dos Diretórios Indígenas, destaca-se,

As diversas formas pelas quais as autoridades, os colonos e os índios receberam a nova legislação foram moldadas pelas diferentes condições históricas existentes em cada região, sendo determinantes na formatação desse processo fatores como o peso demográfico e econômico dos índios, a situação do contato interétnico, a inserção da região e de seus habitantes no comércio colonial, a localização geopolítica das povoações indígenas e as características da produção econômica regional (Cancela, 2013: 4)

O processo de “civilização” dos índios do Presídio e ocupação de suas terras foram datadas do final do século XVIII, mas não se limitara apenas a este período e nem as condições históricas que rondaram os primeiros anos de contato. No fragmento produzido por D. Francisco de Assis Mascarenhas, o qual destina-se a Corte na esfera da Secretaria de Estado de Negócios do Brasil, nota-se justificativa de condutas autoritárias, respaldadas por um aparato legal. Sua composição dotava de uma peça jurídica legitimadora que ampliava os domínios sobre os índios silvestres das Minas Gerais. Portanto, entende-se que qualquer território de aldeias que interessasse de imediato a Coroa, aplicar-se-ia as normas estabelecidas pela Carta Régia de 1808. Integrados nesse processo estaria a Igreja, agregando as almas dos integrantes das tribos autóctones ao corpo de novos fiéis e assim, podendo exercer sobre esses súditos um controle social disfarçado de princípios morais da Fé, espiritualidade e civilidade. Podemos compreender a seguir mais detalhes do documento:

A criação da Junta de Civilização, e aldeação dos Botocudos, e mais Índios Silvestres das Minas Geraes, por ser um estabelecimento interessantíssimo nos subministra sua grande prova desta verdade: já tive ocasião de mandar convocar, e de poder assistir a primeira, e segunda sessões; já se tornarão medidas as mais enérgicas e das quaes esperamos os mais prontos, e os

mais felizes resultados, segundo os saudáveis fins da Carta Regia de 13 de maio de 1808.⁴²⁹

O sucesso dessas novas “aquisições” territoriais se prestava primariamente a vontade econômica, enquanto o apelo social civilizatório indígena se colocava em segundo plano. Se os nativos produzissem infeliz empecilho, de certa forma, uma solução violenta para eles era um destino certo. E mesmo que os relatos no Livro de Tombo fossem, em partes, consideravelmente contraditórios e tendenciosos, ao exaltarem os feitos dos colonizadores diante das tribos locais, esta documentação não deixa de apresentar um panorama complementar para uma possível reconstrução histórica de uma sociedade. Concomitante a este propósito, os relatos de viajantes também carregam detalhes de suma importância para o redesenho social da freguesia, como veremos adiante.

Os Relatos dos Viajantes

Ao começarmos a estudar as narrativas dos viajantes, partiremos das dificuldades que esses enfrentavam nos projetos de desbravamento ao longo do território brasileiro. Serão observadas algumas de suas estratégias de viagens, e como estes agentes lidavam com os empecilhos impostos pelas matas fechadas, animais selvagens, intempéries, tribos nativas hostis e outras inúmeras dificuldades observadas ao longo do percurso que traçaram. Nas palavras do viajante Georg Wilhelm Freireyss:

Para uma viagem pelo interior é indispensável ao viajante arranjar animaes, [...] é necessário escolher um bom tropeiro, que não somente sáiba lidar bem com as bestas de carga, do que tudo depende, como tambem que já tenha feito viagens. Além da bagagem indispensável, é preciso lembrar-se de ter sempre um animal de sobreclente, porque, chegando-se aos logares desertos do interior, precisa-se dele para carregar as provisões compadras

⁴²⁹ Fragmento do Registros de Ofícios dirigidos a Corte pelo Illmo. Exmo. Snr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, mais especificamente direcionado a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil. Lei (319) 1810-1814. Ver http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1423.pdf

na última povoação. Pólvora, chumbo, boas espingardas, trem de cosinha, uma rêde e as ferramentas necessarias para ferrar os animaes e concertar os arreios que são objetos indispensáveis. Uma boa espingarda de dous canos tem sempre grande valor, ainda que só sirva para intimidar os selvagens (Freireyss, 1907: 166).

Para que essas viagens fossem de certa forma seguras, deveriam ser tomadas medidas de precaução e proteção. Os trajetos deveriam ser calculados, os viajantes deveriam ser cautelosos, não excedendo um limite diário a ser percorrido. Todo cuidado era pouco, não apenas com os companheiros de viagem, mas também com os animais de carga, pois surpresas desagradáveis e os perigos poderiam estar à espreita. Mais detalhes são destacados por Freireyss,

É sempre melhor fazer viagens curtas, nunca mais de 3 a 4 leguas não somente para poupar os animaes, como para fazer boas observações [...]. Quando se poussa fora das povoações é preciso escolher um pouso de bom pasto para os animaes. [...]. Suppondo que pode haver chuva durante anoite, estende-se um couro de boi sobre uma corda por cima da rede [...]. Em geral conserva se uma fogueira accesa durante toda a noite, mais para aquecer do que para afastar animaes ferozes. Sabendo-se com certeza que na vizinhança não há selvagens ou negros fugidos, não é necessário fazer sentinela á noite, porque os roubos são extremamente raros do Brasil (Freireyss, 1907: 166).

Certamente o território brasileiro apresentava suas dificuldades, justamente sua dimensão continental e pela pouca exploração em certas áreas longínquas. A grande variabilidade topográfica, a densidade da mata atlântica e a pouca ou quase inexistentes estruturas que permitissem cruzar rios vorazes, formavam obstáculos praticamente intransponíveis mediante o aparato “tecnológico” que os naturalistas tinham acesso na época. Freireyss destaca essas adversidades enfrentadas:

Uma outra dificuldade para os viajantes está nos muitos rios, sem pontes, que cortam estradas e muitas vezes são fundos de mais para serem atravessados a vão. Assim perdem-se muitas vezes dias e dias em procurar

um logar mais raso ou uma canôa [...]. O viajante deve empreender a sua jornada nos mezes de maio a outubro e novembro, que é o tempo secco [...]. Nestas montanhas e em toda Minas Geraes não se conhece outro meio de viajar a não ser com tropa, mesmo porque os terrenos impossibilitam as viagens em carro; empregam-se também cavalos para montaria e quase todos os mineiros são bons cavaleiros (Freireyss, 1907: 166).

Ao enveredar-se em uma viagem ao território de várias comunidades indígenas autóctones das Minas Gerais, com intuito de narrar seus costumes, o dito viajante, depois de partir de Mariana, deparou-se com uma fazenda denominada *Ouvires*, situada do outro lado da montanha, a 2 léguas. Um caminho que segundo o autor, “passava pela maior parte beirando matas impenetráveis, esconderijo de negros fugidos” (Freireyss, 1907: 195). De *Ouvires* seguiu até *Meinard*, outra fazenda importante. Na manhã seguinte, um fato que atraiu a atenção do viajante, ao se deparar com uma instalação ao pé do rio, onde o padre, em cuja casa pernoitou junto aos seus companheiros de viagem, tirava ouro com uns 20 escravos.

Outro exemplo de freguesia, que também serviu como presídio era a de *Sant’Anna dos Ferros*, que de acordo com Freireyss, parecia um antigo presídio contra os indígenas, já que, no outro lado do rio vagueiam índios da tribo Puris, “não muito perigosos aos fazendeiros, já que se constatou que havia em 18 meses tinham matado 2 escravos à flechadas” (Freireyss, 1907: 195). Segundo o naturalista, os habitantes da freguesia de Sant’Anna, não mostravam grande amizade aos índios dados que, em uma das conversas com o comandante ouvira o seguinte relato:

O diretor dos índios já tinha amansado 500 Puris e os domiciliados em logares determinados, fazendo-os acabar com todas as hostilidades contra os portugueses e seus amigos: mas acrescentou, com uma risada diabólica, que se devia levar-lhes a varíola para acabar com eles de uma só vez, porque a varíola é a doença mais terrível pra essa gente (Freireyss, 1907: 195).

Esse tipo de comportamento adotado por parte da população portuguesa e/ou luso-brasileira, nos faz refletir sobre os aspectos que envolvem as atribuições de civilidade e pensamento selvagem. Se os índios já haviam sido “amansados” e não apresentavam perigo iminente, qual seria

a necessidade de exterminá-los? Percebemos que mais uma vez, a visão eurocêntrica, adotada por alguns luso-brasileiros, sobre membros tribais, tendem a colocá-los no papel de “sub-humanos”, sendo uma categoria que deveria ser extinta, apenas por ser diferente em aparência e costumes do que entendia o europeu como evoluído.

Após saírem de Santa Rita, o viajante e sua tropa, prosseguiram por 3 léguas, chegando ao alto da Serra de S. Beralde, em frente da Serra da Onça, onde estava situado o Presídio, que alcançaram 3 horas mais tarde, ficando hospedados na casa do Diretor geral dos índios, capitão Guido Thomaz Marlière. Para Freireyss, esse era o ponto de onde fariam as observações sobre os indígenas nestas paragens. Sobre suas primeiras observações sobre a freguesia, ele considera:

Na entrada do valle vimos grandes extensões inteiramente cobertas pela *Asclepias curassavica* (oficial da sala, mata-olho, cega-olho, falsa ipecacuanha), cujo cultivo é recomendado pela penugem sedosa que cobre as sementes (Freireyss, 1907: 126)

Após essas descrições ligeiras sobre parte da vegetação que envolvia a área, o explorador destinou-se a descrever a funcionalidade primária do Presídio de São João Baptista. Em seus relatos consta o seguinte:

Como todos os presídios, teve sua origem no estabelecimento de varios criminosos fugidos da justiça, que solicitaram do governo proteção contra os selvagens. Dessa proteção, por mais fraca que seja, pois, raras vezes consta de mais de dois soldados, não teriam precisado, si eles, desde o começo, não tivessem violado os mais comesinhos dos indios e foi o seu comportamento que lhes trouxe o ódio dos indígenas, que depois se estendeu a todos os brancos. Os primeiros conquistadores do Brazil eram exatamente eguaes aos fundadores dos presidio actuaes e é a eles que cabe a culpa da infelicidade dos selvagens e não a todos os portugueses (Freireyss, 1907: 127).

Através desses argumentos defendidos pelo naturalista, entendemos não só função dos presídios, mas os tipos de indivíduos que lá se estabeleceram em suas origens. Portanto, ratificou-se o argumento de parte dos brancos, aqueles de má índole, contra os neófitos. Sujeitos de caráter

duvidosos, criavam conflitos e aumentavam a animosidade para com as relações criadas com os indígenas. Posteriormente em seus relatos, o autor, descreve a organização social dos índios e o espaço que habitavam:

Na vizinhança do presídio de São João Baptista vivem, espalhadas numa superfície de 20 léguas quadradas, várias tribus de indígenas brasileiros. A mais poderosa delas é a dos coroados que, incluídas mulheres e crianças, chega a 2.000 individuos; em seguida vêm os Puris que, como já foi dito, contam com 500 individuos domiciliados em um só lugar; a terceira tribu é a dos Carajás, que há mais de 50 annos estão em relação amistosa com os portuguezes, tendo por isso perdido muito de suas particularidades. Não passam de 200, que moram nas margens do rio Pomba, onde têm uma igreja ou capella (Freireyss, 1907: 197).

Em conformidade com as descrições de Freireyss, Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied, ao se defrontar com as choças construídas pelos missionários para os índios coroados e coropós, descreve os neófitos e suas moradias:

Achamos esse povo ainda bastante puro, de tez moreno-escura, fisionomia rigorosamente nacional, compleição robusta e cabelos negros como o carvão. As moradas são boas e espaçosas, feitas de madeira e barro, e as coberturas são folhas de palmeira ou de bambú como dos portuguezes. Armam nelas as redes de dormir e encostam, num canto da parede, o arco e a flecha. O resto rudimentar de utensílios domésticos compõe-se de panelas, pratos ou tijelas (cuias), feitas por eles mesmo de cabaças e da cuieira (*Crescentia cujete*, Linn.), cestos de palmas entrançadas e muitos outros objetos (Wied-Neuwied, 1940: 104)

Demais aspectos são destacados nas descrições de Maximiliano, em um dos trechos de seus textos os indígenas já demonstram um grau de integração social elevado e grande absorção da cultura branca, sejam em suas vestes e nas cerimônias como acompanharemos posteriormente nos assentos dos quais estão inseridos.

O traje é constituído de calções e uma camisa branca de algodão; aos domingos, porém, vestem-se melhor e assim não se distinguem da classe baixa portuguesa; todavia, mesmo então, vêm-se, frequentemente, homens em chapéus e descalços. As mulheres, ao contrário, são mais elegantes, usam as vezes um véu e gostam de atavios. Todos falam português, mas geralmente empregam entre si a língua nacional (Wied-Neuwied, 1940:p. 104).

Ao acompanharmos as descrições contidas nos Diários de Langsdorff sobre a freguesia do Presídio e as impressões sobre a estrutura do arraial, percebemos uma atenção mais direcionada ao relevo, a demografia, a agricultura e criação de animais, como observa-se no trecho subsequente,

Presídio consiste de uma longa fileira de casas localizadas num vale, no sopé de alguns morros e de uma suave colina, sobre a qual está a capela de São João Batista. Ela foi construída, com a paróquia, há mais de 30 anos para a conversão dos índios. Nessa época, ninguém quis se estabelecer aqui, mas, há cerca de 10 anos, de repente, muitas pessoas, principalmente da região de São Miguel, depois de Catas Altas, mudaram-se para cá. Hoje essa freguesia, certamente bastante extensa e com muita área rural, já possui mais de 660 chaminés - só o local tem 360 casas. A localidade tem mais de 800 almas, talvez mais, pois as famílias são muito numerosas. Os principais produtos da agricultura são o milho e o feijão; depois vêm o café e a criação de porcos, cana-de-açúcar para a aguardente e, em especial, o comércio da ipecacuanha (Silva, 1997: 91).

Através dos relatos ao longo do trabalho apresentado, pudemos perceber que o Presídio seguiu seu próspero desenvolvimento. Deixou de ser apenas uma pequena aldeia entre as conhecidas paragens e roças e concretizou um núcleo populacional de pequeno porte organizado, com setores burocráticos e políticos/administrativos bem definidos. A Igreja estabelecia seu poder sobre os homens e mulheres, independente de etnia e cor, de antiga crença, da idade, o poder católico se manifestava sobre todos. Deste modo, o Presídio fora alvo de um projeto missionário de dominação, que esteve interligado a implantação das Divisões militares do rio Doce e da Junta de Civilização. Uma freguesia que se desenvolveu através do controle sistemático dos povos nativos, por intermédio de medidas políticas-administrativas, que culminaram em um novo

movimento de colonização do interior e ocupação de regiões fronteira, propiciando o crescimento da economia agrária familiar, nas terras que antes habitavam livremente diversas nações indígenas, que a partir dessas medidas ditas civilizatórias, não gozariam mais da mesma liberdade e do direito sobre as terras como outrora.

Conclusão

O papel fundamental dos viajantes é notável, ao desbravarem terras inóspitas, ao se aventurarem nas matas fechadas e desconhecidas, com suas bestas de cargas, auxiliados por guias, tropeiros, hospedando-se nas fazendas e hospedarias, lidando com as dificuldades de estarem em outro país, com línguas e culturas diferentes. Estes aventureiros lançaram vanguarda e contribuíram para historiografia das Minas Gerais e do Brasil. Assim como no Livro de Tombo, produzido por missionários, a figura dos colonizadores era exaltada em detrimento das populações dominadas. Os relatos históricos tiveram um papel inovador devido a esses aventureiros. Esta documentação permitiu um breve entendimento das tensões e encontros entre as populações indígenas e os luso-brasileiros. Abordou em outros pontos o perfil socioeconômico, a estrutura demográfica, a composição geográfica dos territórios por onde estes agentes transitaram. Sendo um material histórico de valor imensurável, tornando-se válido e essencial para pesquisas que buscam compreender os diversos aspectos das ciências humanas do século XIX.

FONTES

PARÓQUIA DE VISCONDE DO RIO BRANCO

Livro de Tombo

Arquivo Público Mineiro

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Registros de Ofícios dirigidos a Corte pelo Illmo. Exmo. Snr. D. Francisco de Assis Mascarenhas. *Revista do Arquivo Público Mineiro* – Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 18, p. 345-572, 1913.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana 1750–1850. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1994.

AGUIAR, José Otávio. *Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836): A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil*. Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008. p. 138.

ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteira em Expansão: População, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

ANDRADA E. SILVA, José Bonifácio de 1939. O patriarca da independência. São Paulo, Ed. Nacional, 433 p. (Brasiliana, 166). Disponível em <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/249>. Acesso em: 19 de nov. 2023.

ARNAUD, Expedito. Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. Belém: Museus Paraense Emílio Goeldi, 1973.

CANCELA, Francisco. Recepção e tradução do Diretório dos Índios na Capitania da Bahia: uma análise do Parecer do Conselho Ultramarino da Bahia (1759). *História Social* (UNICAMP), v.2, p. 43-70, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP, 1998.

ESCHWEGE, Wilhelm Luwig von. *Jornal do Brasil 1811 - 1817*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. V. 1, 2002.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Univale, 2005. 488 p.

FARIA, S. de C. *O Paradoxo do Movimento: A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1982.

SAINT - HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Tradução: Vivaldi Moreira, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Editora da USP, 1975.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino (org). *Os diários de Langsdorff*. vol. 1, Rio de Janeiro e Minas Gerais, 8 de maio a 17 de fevereiro de 1825. Trad. Márcia Nascimento Egg et al. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 17, p. 165-181, 1997.

ST4: IMPRENSA E GÊNERO NOS SÉCULOS XIX E XX.

A trajetória intelectual e política de Monique Wittig: o pensamento lésbico na revista *Questions Féministes* (1977-1980)

Jessica Marques Toledo⁴³⁰

Resumo: Este projeto propõe-se a analisar a trajetória intelectual e política da escritora Monique Wittig na revista *Questions Féministes*, buscando compreender sua contribuição teórica para a produção intelectual feminista no contexto da década de 1970. Para isso serão utilizados os ensaios teóricos que foram publicados pela revista, e o texto produzido por Wittig em conjunto com outras militantes feministas veiculado no jornal *L'Idiot International*. A partir desse material, objetiva-se investigar como ocorreu o processo de produção intelectual lésbica de Monique Wittig na revista *Questions Féministes* e sua atuação no movimento feminista francês.

Palavras-chave: Monique Wittig; Intelectualidade lésbica; História das mulheres

Abstract: This project aims to analyze the intellectual and political trajectory of the writer Monique Wittig in the magazine *Questions Féministes*, seeking to understand her theoretical

⁴³⁰ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

E-mail: jesss.toledo@gmail.com

contribution to feminist intellectual production in the context of the 1970s. For this purpose, the theoretical essays that were published will be used. by the magazine, and the text produced by Wittig together with other feminist activists was published in the newspaper L'Idiot International. Using this material, the aim is to investigate how Monique Wittig's process of lesbian intellectual production occurred in the magazine *Questions Féministes* and her role in the French feminist movement.

Keywords: Monique Wittig; Lesbian intellectuality; Women's history

7. Delimitação do Tema

Este projeto de pesquisa propõe compreender a trajetória intelectual da escritora lésbica Monique Wittig, buscando analisar as contribuições teóricas da autora para produção intelectual no movimento feminista francês da década de 1970. Dessa forma, procuro investigar a participação de Wittig no corpo editorial da revista *Questions Féministes* em que ela atuou publicando ensaios teóricos feministas a partir de uma perspectiva lésbica.

Considerando o contexto histórico de mudanças sociais causadas pelo Maio de 1968, o objetivo dessa pesquisa é propor o entendimento sobre como Monique Wittig estabelece as relações de sociabilidade a partir da sua militância lésbica e feminista, assim como analisar em que medida a experiência e o pensamento lésbico é considerado no movimento feminista francês, sobretudo na revista *Questions Féministes*.

O maio de 1968 se tornou um marco histórico de efervescência intelectual, política e cultural na França e no mundo ocidental. As ruas das cidades francesas foram ocupadas por estudantes, trabalhadores e intelectuais. Inicialmente, as manifestações haviam começado com a mobilização estudantil que se colocava contra a Reforma Universitária da Universidade Sorbonne, uma reforma embebida pelos ideais tecnocráticos capitalistas, instituída pelo governo francês.

Conforme as reivindicações se intensificaram, o Estado francês começou a agir com dura repressão aos manifestantes. Consequentemente, em resposta à repressão, junto à insatisfação com o governo que já se arrastava desde os anos anteriores por causa da alta do desemprego e uma economia estagnada, eclodiu uma revolta geral no país que resultou na adesão popular e na paralisação de diversos setores produtivos. E, assim, foi instaurada a maior greve geral em solo francês atuando contra a repressão do estado, a tecnocracia capitalista, e os padrões culturais vigentes.

A movimentação social e política das manifestações de maio de 1968 representou uma organização de luta anticapitalista e uma autogestão generalizada revolucionária. Dessa maneira, propôs uma crítica não só às instituições capitalistas e à atuação do governo, mas a própria organização de lutas sociais, pois contava com uma organização sem uma hierarquia clássica, sem dirigentes, e sem disciplina partidária. Foi um marco da “auto-organização dos trabalhadores e estudantes franceses contra as instituições de poder” (MATOS, 1989: p. 22).

Dessa forma, a ruptura política e revolucionária que aconteceu nesse período na França teve um alcance mundial, inflamou os desejos revolucionários em vários países. O contexto mundial estava atravessado por governos ditatoriais, a Guerra no Vietnã, Guerra Fria, ascensão da globalização, entre outros. Por isso, o evento histórico de 1968 “não surgiu do nada, foi, pelo contrário, o produto de todo um período anterior de contestação mundial” (PONGE, 2006: p.39), que produziu novos imaginários políticos, mobilizações pela democracia, reivindicações pelas liberdades individuais e coletivas e posicionamentos pelo fim das guerras.

O maio de 1968 causou um efeito para além da política, ele causou um novo fervor cultural e intelectual. Conforme a autora Olgária Matos (2006: p.21), as movimentações políticas de 1968 permitiram a emergência de novos desejos revolucionários, da imaginação criativas e possibilitou a construção de utopias. Nesse momento, a mobilização que tem como palco a universidade de Sorbonne e as ruas francesas, simbolicamente desloca a intelectualidade para um espaço político. Ocorreu um “forte movimento de contestação da neutralidade das ciências, da ciência em poder do capital sob a luz do progresso, o conflito começou sendo cultural e político, não é por acaso que as ciências foram questionadas” (MATOS, 1989: p. 24).

Nesse teor de efervescência intelectual e de contestação dos padrões culturais foi possível observar o fortalecimento da luta feminista. Na França de 1968, as organizações de mulheres estavam ativamente presentes nas manifestações promovendo debates, textos e ações políticas em apoio às ocupações na Sorbonne. Durante este período, surge o grupo feminista Fémin, Masculin, Avenir (FMA), “composto por trabalhadoras e estudantes que reivindicavam uma mudança social capaz de mobilizar uma subversão de hierarquias considerando as relações entre homens e mulheres” (ABREU, 2016: p.319).

E, logo depois, nos anos 1970, surgiu o Mouvement de Libération des Femmes (MLF), a organização de mulheres que, inspiradas pelos ideais revolucionários de 1968, constituíam-se sem disciplina partidária e sem lideranças. O grupo era composto exclusivamente por mulheres e começou a se reunir para propor reflexões sobre a luta política e a libertação sexual das mulheres. Dessa maneira, “o movimento se caracteriza de forma heterogênea e dele emergem três principais tendências feministas: feminismo luta de classe, feminismo revolucionário, e psicanálise e política” (ABREU, 2018: p.6).

É nesse contexto que busco localizar e colocar em evidência a trajetória política e intelectual da autora lésbica Monique Wittig. A autora nasceu na França em 1935, estudou na Sorbonne em Paris e viveu parte da sua vida radicada nos Estados Unidos. Foi escritora, ensaísta, teórica e ativista ficou conhecida por sua produção literária, produziu ensaios teóricos e livros sobre lesbianidade, sendo uma principais referências dos estudos lésbicos. Além disso, ela participou ativamente da efervescência cultural e política gerada pelos movimentos sociais na França de 1968, estava “presente desde as primeiras mobilizações e debates do MLF, e na constituição do primeiro grupo lésbico em Paris, o Les Gouines Rouges” (BARBOSA; KUMPERA, 2020: p.330).

Em seus ensaios teóricos Wittig propõe uma crítica questionando a heterossexualidade como um fato natural apontando a heterossexualidade como um regime político, que estrutura um pensamento dominante na sociedade. Essa abordagem ficou conhecida como “pensamento straight”. E, dessa maneira, “reposicionou os estudos sobre lesbianidades, retirando-o da esfera das práticas sexuais, deslocando a lesbianidade como um lugar político”(FALQUET, 2012: p.10).

Ao pontuar *o pensamento hetero como o pensamento de dominação* a autora argumenta que o discurso produzido pelo sistema heterossexual funda categorias a partir da diferença do sexo, garantindo aos homens o poder sobre os corpos das mulheres e a sua força de trabalho. Partindo de um pressuposto antinaturalista aponta que o pensamento hétero constituiu e naturalizou a heterossexualidade como um padrão universal e estruturou a vida social. E, dessa forma, impossibilita pensarmos fora da norma estabelecida. Para ela, quando lésbicas apontam a sua perspectiva, tendo suas próprias experiências como pontos de partidas quebram com a universalidade imposta, e portanto, com o contrato heterossexual.

A presença dessa produção teórica de Monique Wittig é traçada principalmente na revista “*Questions Féministes*”, e mais tarde, também na revista “*Feminist Issues*”, que juntas publicaram a maior parte dos seus escritos ensaísticos. Nesse momento, nos anos 1960 e 1970, “as revistas eram um instrumento para provocar debates e reflexões sobre as ideias feministas, sendo assim, uma fonte crucial para compreender as movimentações políticas feministas, as sociabilidades intelectuais e as tensões” (ABREU, 2016: p. 321).

A revista *Question Féministes* começou a ser veiculada em 1977 e permaneceu atuando até 1980, reuniu mulheres militantes de diferentes espaços feministas da época surgiu através da junção entre militância e teoria feminista. As publicações da revista feminista trouxeram debates que foram fundamentais para os estudos de gênero na época.

A participação da autora lésbica Monique Wittig na revista provocou tensionamentos e rupturas. Wittig publicou seu primeiro texto na revista em 1978, após essa publicação ficou afastada das edições da revista, pois estava radicada nos Estados Unidos. A escritora volta em 1980 com o ensaio “O pensamento Hetero”, na sétima edição da revista, e causa inquietações entre as participantes do corpo editorial. Ao questionar a heterossexualidade dentro do movimento feminista Monique Wittig sofreu com críticas e retalições. Em resposta ao seu texto, conforme aponta Maíra Abreu (2020) Emmanuelé de Lesseps produz uma contrapartida e publica “Heterossexualité et Feminisme” no qual pontua que o campo dos desejos sexuais não estão no cerne da luta contra o patriarcado.

Após esse conflito ocorre um grande racha no coletivo editorial da *Questions Féministes*, Monique Wittig se afasta da revista. Em 1983 escreve o texto “Les questions féministes ne sont pas des questions lesbiennes” e relata a experiência que viveu como uma mulher lesbica dentro de um movimento feminista. Dessa forma, Wittig coloca em questão a dificuldade de mulheres lésbicas se inserirem nos movimentos feministas pela falta de abordagem de uma crítica mais densa à heterossexualidade a partir de uma perspectiva política.

Ao reivindicar a lesbianidade e fazer um crítica a heterossexualidade, ambos, em perspectiva politica nesse espaço de produção intelectual feminista a autora propõe uma virada epistêmica problematizando a perspectiva natural da heterossexualidade e propondo o “pensamento straight”, o pensamento hétero, como uma categoria de análise. Contudo, essa produção intelectual fica à margem do escopo teórico feminista da época.

Feito essas observações, considero que analisar a trajetória intelectual de Monique Wittig na revista *Questions Féministes* contribui para a compreender o espaço que a produção intelectual de mulheres lésbicas ocupa nos segmentos de produção intelectual feminista. Além disso, a reflexão provoca questionamentos a respeito de que tipo de relações eram estabelecidas entre mulheres heterossexuais e lésbicas no interior do movimento feminista na França após o evento histórico do Maio de 1968.

8. Problematização

A consolidação do campo historiográfico da História das Mulheres em meados do século XX, no berço da História Social, tem um processo muito singular na sua constituição ao possuir uma influência muito forte do movimento feminista dos anos de 1970 e 1980. Sendo assim, possibilitou “a construção de uma história social que articula uma ligação entre conhecimento de gênero, experiência das mulheres no passado, e história em geral” (TILLY, 1994: p.30). A efervescência desse novo campo de historiográfico causou uma transformação para pensar a participação das mulheres na sociedade.

Conforme Michelle Perrot (1995: p.9) destaca a escrita sobre a agência das mulheres no tempo significava sobretudo levar a história e a existência das mulheres a sério. De acordo com ela, a escrita da historiografia das mulheres “significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível” (PERROT, 1995: p.9). Dessa maneira, teve como objetivo colocar mulheres como sujeitas históricas, reivindicar a ação e a participação dessa classe nos momentos históricos.

Ao analisar o campo de pesquisa da história das mulheres, Perrot, em 1995, aponta para a questão das fontes históricas sobre mulheres e o silêncio que existe acerca de suas experiências, a dificuldade de achar documentos, outros tipos de fontes e a produção de fontes que abordam a experiência das mulheres. Segundo ela,

é possível perceber que havia um silenciamento das mulheres em todos os âmbitos da sociedade. Elas eram silenciadas na religião, nos sistemas políticos, nas universidades, nas estatísticas e em algumas fontes que eram produzidas. Havia o chamado problema das fontes. 'Não se sabe nada das mulheres', diz-se em tom de desculpa (PERROT, 1995: p.9).

Dessa maneira, com base na reflexão de Perrot, considero que embora os estudos da história das mulheres tenham avançado ao longo dos últimos anos, pouco tem avançado nos estudos a respeito da análise da história das mulheres lésbicas. Assim, ainda que o número de pesquisas e trabalho sobre a história mulheres tenham alcançado espaço no meio acadêmico, reitero a fala de Perrot apontando que até hoje *não se sabe quase nada das mulheres lésbicas* no campo da historiografia.

O silêncio da experiência histórica de lésbicas enquanto sujeitas históricas é implacável. Existe não apenas um problema de fontes pela falta de dados e documentos sobre mulheres lésbicas, o silêncio, o apagamento lésbico é atravessado por uma escolha política, pois os estudos das lebianidades são postas à margem daquilo que interessa à historiografia e a quem pesquisa. Assim, a “marginalização da história sobre mulheres lésbicas abre uma lacuna bibliográfica do tema, e estabelece uma dificuldade em avanços da produção acadêmica sobre o tema”(OLIVEIRA, 2020: p.15).

Conforme aponta Tânia Navarro-Swain “a política do silêncio é a melhor aliada da política do esquecimento” (SWAIN, 2000: p.26), logo, na medida em que a história de mulheres lésbicas permanece em silêncio esta condição favorece o esquecimento da dimensão histórica da existência lésbica, e por consequência, mina a capacidade de mulheres lésbicas se reconhecerem enquanto sujeitas históricas. Por isso, o estudo historiográfico sobre experiência histórica de mulheres lésbicas legitima a existência lésbica como agente histórico.

Posto isso, analisar a trajetória da escritora Monique Wittig propõe um debate sobre a interseccionalidade de gênero e sexualidade. Estabelecendo assim uma reflexão a respeito do entrelaçamento das categorias de análises como gênero, sexualidade, classe, raça tensionando à “noção universal de mulher e apontando que a “mulher” é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variadas” (COSTA, 1998, p. 129).

Além disso, trazer a perspectiva lésbica que existe na produção intelectual de Wittig coloca em evidência a mudança social e de pensamento fruto dos movimentos sociais de 1968, que pos sob suspeita as ciências e tudo aquilo posto na ordem do natural. Como a autora Maíra Abreu (2016) destaca naquele momento a ideia de natureza associada ao ser mulher, foi colocado em xeque em diversos âmbitos, contudo, restou um “*nódulo de natureza*”, a heterossexualidade, que ainda não tinha sido posto em questão. Assim, Wittig, trouxe uma inovação ao nomear a heterossexualidade como um regime político que até então era visto como algo dado de forma inata nos estudos sobre mulheres.

Embora tenha proposto uma virada epistêmica, a partir do conceito “pensamento straight”, para compreender a realidade e a opressão das mulheres, sobretudo para compreender experiência lésbica, o pensamento lésbico de Monique Wittig, ficou apagado diante da produção intelectual feminista da época. Segundo, Adrienne Rich “o apagamento da comunidade lésbica é um instrumento para manutenção da sociedade estruturalmente heterossexual, pois impede muitas vezes a criação de sentimento de comunidade e rede apoio entre as mulheres lésbicas” (RICH, 2010: p. 35).

Ao analisar fenômenos de apagamento histórico de escritoras mulheres, a pesquisadora Constância Lima Duarte (2023) mobiliza o conceito “memoricídio”⁴³¹. Para ela, as mulheres que que “ousaram escrever e expressar seu pensamento rompem com os limites impostos pelo patriarcado, passam por um processo sistemático de apagamento e negação da sua participação na história, e se tornam desconhecidas ao longo do tempo, *alijadas da memória e do arquivo oficial*” (DUARTE, 2023: p 10).

Sendo assim, indo na contramão do memoricídio, busco analisar trajetória da autora Monique Wittig e sua contribuição intelectual para aproximar a História, o debate sobre lesbianidade e memória lésbica. Além disso, coloca em evidência a trajetória de uma mulher lésbica no movimento produção intelectual feminista, possibilitando identificar como a lesbiadade e pensamento lésbico era articulado no movimento feminista em questão.

Após elaborar essas reflexões, destaco alguns questionamentos que deverão orientar a pesquisa: como trajetória de Monique Wittig pode contribuir para compreender o pensamento feminista francês após o marco histórico de maio de 1968 nos movimentos sociais? Como o movimento feminista francês articulou e concebeu o debate sobre lesbianidade? Em que medida a categoria de análise, o pensamento straight, proposta por Wittig, sendo analisada historicamente, pode contribuir para a viabilização de estudos sobre história das mulheres lésbicas ?

9. Justificativa

A literatura sobre o movimento feminista na França no contexto histórico do maio de 1968 e sua década seguinte tem uma amplitude nas produções acadêmicas. Contudo, a abordagem a respeito da presença lésbica nesses espaços de feministas ainda é pouco explorada. Assim, investigar a trajetória política e intelectual da escritora lésbica Monique Wittig contribuir para fomentar um debate maior sobre a participação lésbica no contexto histórico atravessado pelo

⁴³¹ DUARTE, Constância Lima. *Memorial do Memoricídio: escritoras esquecidas pela história*. Volume I. Belo Horizonte- MG: Editora Luas, 2023.

marco revolucionário de maio de 1968, além de ampliar o debate historiográfico sobre o movimento feminista entre as décadas 1960 e 1970.

Ao longo dos anos a historiografia das mulheres se preocupou em produzir categorias analíticas para compor os estudos sobre história das mulheres. Entretanto, não empreendeu análises sobre mulheres lésbicas, são escassas as análises históricas sobre mulheres lésbicas. A contribuição intelectual da autora Wittig evidência uma categoria de análise para pensar a lesbianidade, dessa maneira, traçar uma análise histórica sobre a produção intelectual da autora possibilita viabilizar uma confluência entre história das mulheres e teoria lésbica.

Resgatar as contribuições da teoria lésbica para estudos da mulheres possibilidade um enfretamento contra o apagamento lésbico que perdura na sociedade. E, colabora para inserir a história das mulheres lésbicas na discussão mais ampla sobre lesbianidades.

10. Objetivos

O objetivo geral deste projeto é investigar e evidenciar a trajetória política e intelectual de Monique Wittig. Assim como compreender sua atuação política e produção teórica no movimento feminista francês da década de 1970, analisando sua participação da autora no corpo editorial da revista *Questions Féministes*.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- Investigar como ocorreu o processo de produção intelectual lésbica de Monique Wittig na revista *Questions Féministes*;
- Discutir o conceito “pensamento Straight” e compreendê-lo a partir do contexto histórico no qual está inserido;
- Analisar os pontos de convergência e divergência do pensamento lésbico no corpo editorial da revista *Questions Féministes*;
- Observar as rupturas e continuidades da atuação de Monique Wittig no movimento feminista francês;

- Averiguar na produção intelectual feminista de 1970 quais autoras obtiveram reconhecimento teórico em suas produções intelectuais, e também, examinar quais temas de discussões tiveram destaque.

11. Metodologia

e

fontes

As discussões realizadas pelo conjunto de elementos que fazem parte do objeto de pesquisa ocorrem, principalmente, no campo das ideias, das intelectualidades e dos estudos sobre a experiência histórica das mulheres, tendo a trajetória intelectual de Monique Wittig como uma vivência lésbica e política, que atravessa os âmbitos da escrita teórica, da escrita literária e da militância ativamente feminista. Sendo assim, esta pesquisa está alicerçada em alguns conceitos e categorias da historiografia, como a História das Mulheres, a História Intelectual, a Nova História Política, assim como algumas perspectivas da História dos Conceitos.

Compreender a experiência histórica das mulheres foi uma transformação na historiografia produzida pelo campo de pesquisa da historiografia das mulheres. Segundo, Michelle Perrot (1995), essa transformação está intimamente vinculada à concepção de que as mulheres são agentes históricos e não tem o destino traçado apenas para a reprodução⁴³². Desta forma, como destaca Louise Tilly(1994), com a historiografia das mulheres é possível conceber uma análise mais completa e sistemática dos eventos históricos quando se considera a análise do gênero como uma categoria histórica.

Após a década de 1970, de acordo com as autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), passou a ser problematizado no campos de estudos das experiências históricas das mulheres a heterogeneidade das experiência das mulheres, ou seja, a diferença de classe, raça, etnia, geração, etc; começou a ser consolidado então a análise que se preocupa com perspectiva que há pluralidades entre as mulheres.

⁴³² PERROT, op. cit., loc. cit.

Desta maneira, a concepção de gênero como categoria analítica da história será fundamental para compreender a trajetória de Monique Wittig e a entendê-la como agente histórico do contexto histórico marcado pelo Maio de 1968. Além disso, a perspectiva de análise das mulheres como sujeitas históricas plurais será essencial para investigar a movimentação política da escritora a partir da sua lesbianidade.

Os estudos históricos sobre os intelectuais após os novos ângulos de análise propostos pela Nova História Política foram retomados e se consolidaram como um campo de pesquisa na historiografia. Conforme aponta, Jean- François Sirinelli, para “definir o grupo social dos intelectuais devem ser consideradas duas acepções: os criadores e mediadores culturais – uma definição sociológica e cultural; e o engajamento na vida da cidade – uma definição política” (SIRINELLI, 1996, P. 249)⁴³³. Além disso, a partir dessas considerações, foram elaboradas “ferramentas teórico- metodológicas para analisar os intelectuais e são elas: a reconstituição de itinerários, a noção de geração e a noção de estruturas de sociabilidades” (ZANOTTO, 2008: P. 35).

Posto isso, através do trabalho com as fontes a abordagem proposta pela História Intelectual será crucial para o desenvolvimento da pesquisa para fazer um mapeamento do itinerário da Wittig para entender o engajamento político na esfera social e localizar as suas ideias no contexto histórico que estava inserida. E também, para analisar as redes de sociabilidades estabelecidas pela escritora, sobretudo, na atuação dela no corpo editorial da revista *Questions Féministes*, entendendo a revista como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva” (SIRINELLI, 1996, P. 249).

As ideias políticas passaram por uma renovação, foram deslocadas do *panteon* grandes obras, e se constituíram com um objeto de pesquisa importante para a Nova História Política. Segundo, Michel Winock (1996), a história das ideias passa a se preocupar com o estudo das transformações das ideias na sociedade, inseparavelmente dos aparelhos de produção e mediação, logo, “não é apenas a ideia que age, é também o lugar de onde ela vem” (WINOCK, 1996: p. 251). Assim, a concepção de ideias políticas a partir dessa abordagem irá contribuir para a análise da

⁴³³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. ed. 2º. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.

produção intelectual na trajetória da Monique Wittig e compreender como ela desenvolve suas ideias sobre lesbianidade e política.

Em consonância com a História da Ideias, para investigar o conceito “pensamento Straight” proposto pela escritora Wittig, trago a perspectiva da História dos Conceito proposta por Reinhart Koselleck (1992) compreendendo os conceitos como produção única de cada contexto que é inserido, sendo necessário analisar também o contexto histórico em que ele surgiu. Sendo assim, essa perspectiva estará inserida na pesquisa para analisar a articulação do conceito no contexto social e político da década de 1970 .

As fontes principais para este projeto são os ensaios teóricos de Monique Wittig que foram publicados nas revistas *Questions Féministes* e *Feminists Issues*. Estes ensaios estão publicados e traduzidos em português no livro “O Pensamento Hetero e outros ensaios” de Monique Wittig, são eles: “A categoria de sexo”(1976), “Não se nasce mulher”(1980), “O pensamento Hétero”(1980), “ “O ponto de vista universal ou particular?”(1980).

Também serão usados como fontes os textos: o conto “Un jour mon prince viendra”(1978) a primeira publicação dela para a revista *Questions Féministes* e o texto “Combat pour la liberation de la femme par dela la liberation-gadget, elles decouvrent la lutte des classes” produzido por ela em conjunto com outras militantes e publicado no jornal francês *L’idiot International* em 1970 esse texto foi produzido quando a autora participava no Mouvement de Libération des Femmes (MLF).

Além disso, serão analisados os artigos das edições da revista *Questions Féministes* de 1977 à 1980, são elas: Nº.1, Novembre 1977; Nº.2, février 1978, les corps appropriés; Nº.3, mai 1978, natur-elle-ment; Nº.4, novembre 1978, Nº.5, février 1979, fait féminin et fait raton; Nº.6, septembre 1979, Les dits - faits - rances; Nº.7, Février 1980; Nº.8, Mai 1980. Tal análise busca destacar os temas abordados na revista sobre lesbianidade e o movimento feminista.

12. Referência bibliográficas

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Fontes

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº1, novembro, 1977.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº2, fevereiro, 1978.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº3, maio, 1978.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº4, novembro, 1978.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº5, fevereiro, 1979.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº6, setembro, 1979.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº7, fevereiro, 1980.

QUESTIONS FÉMINISTES. Editorial. *Questions Féministes*. nº8, maio, 1980.

WITTIG, Monique. *O Pensamento Hétero e outros ensaios*. 1ªed. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica, 2022.

WITTIG, Monique, “Un jour mon prince viendra”. *Questions Féministes*. nº2, février, 1978.

WITTIG, Monique; WITTIG, Gille, ROTHENBURG, Marcia; STEPHESON, Margaret. “Combat pour la liberation de la femme par dela la liberation-gadget, elles decouvrent la lutte des classes”.

L’idiot International. nº. 6 mai. 1970, 16.

Bibliografia Geral

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 3, pp. 1- 17, 2018.

ABREU, Maira. *Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)*. 2016. (319 p.). Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. Patricia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane Souza. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

- COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico do Gênero. *Cadernos Pagu*. nº11, 127–140, 1998.
- DUARTE, Constância Lima. *Memorial do Memoricióio: escritoras esquecidas pela história*. Volume I. Belo Horizonte- MG: Editora Luas, 2023.
- FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, n. 5, p. 8-31, 2012.
- KOSELLECK, R. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.134-146, 1992.
- MATOS, Olgária. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PEDRO, Joana Maria. SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 54. 2007.
- OLIVEIRA, Luana Farias de. *Imposição hétero, interdição lésbica: a heterossexualização de mulheres*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4). pp.9-28. 1995.
- PONGE, Robert. 1968, dos movimentos sociais à cultura. *Organon*, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, p.39 – 55, 2009.
- PONGE, Robert. Maio de 1968: a greve geral que abalou a França. *História: Debates e Tendências*, vol. 8, núm. 1, pp. 85-101, janeiro-julho, 2008.
- RICH, Adrienne. A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Revista Bagoas*, nº 5, p.17-44, 2010.
- SILVEIRA-BARBOSA, P., & MARTUCCI KUMPERA, J. A. Monique Wittig: breve histórico da trajetória intelectual e política de uma lésbica. *Revista PHILIA / Filosofia, Literatura & Arte*, 2(2), p. 321-364, 2020.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. ed. 2º. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.
- SWAIN, Tânia Navarro. *O que é lesbianismo*. Ed. 1º. São Paulo: Brasiliense, 2000.

- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *CadernosPagu*, nº 3, pp. 29-62, 1994.
- WINOCK, Michel. As Idéias Políticas. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269, 1996.
- WITTIG, Monique. *O Pensamento Hétero e outros ensaios*. 1ªed. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica, 2022.
- ZANOTTO, Gizele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. **Biblos**, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008.

MARIBEL PORTINARI – UM OLHAR SOBRE A DANÇA BRASILEIRA, TRAJETÓRIA E SOCIABILIDADES.

Franciara Sharon Silva do Carmo⁴³⁴

Resumo: Maribel Portinari trabalhou ativamente no *Segundo Caderno* do Jornal *O Globo* durante a segunda metade do século XX, sendo uma das mais importantes críticas de dança brasileira do século XX, conseguiu se destacar internacionalmente devido suas publicações referentes ao ambiente da dança. Dedicaremos assim esse trabalho *Maribel Portinari – Um olhar sobre a dança brasileira, trajetória e sociabilidades*, para que em cada parte deste destrinchemos aspectos da vida de Maribel e para isso utilizamos como fontes quarenta e oito matérias e notas da imprensa sobre a vida desta para acompanharmos sua trajetória junto ao cenário da dança, além de conseguirmos também observar alguns aspetos de suas sociabilidades, o que contribui para percebermos suas referências e predileções, que poderá inclusive ser refletido em suas análises e críticas.

Palavras-chave: História da Dança. História da Arte. Brasil. Século XX.

Abstract: Maribel Portinari worked actively on the *Segundo Caderno* of Jornal *O Globo* during the second half of the 20th century, being one of the most important Brazilian dance critics of the 20th century, managing to stand out internationally due to her publications relating to the dance environment. We will therefore dedicate this work *Maribel Portinari – A look at Brazilian dance*,

⁴³⁴ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do Laboratório de História da Arte – UFJF. Bolsista FAPEMIG. E-mail: franciarasharon@hotmail.com.

trajectory and sociability, so that in each part of this we can unravel aspects of Maribel's life and for this we use as sources forty-eight articles and press notes about her life to follow their trajectory within the dance scene, in addition to being able to observe some aspects of their sociability, which helps us understand their references and predilections, which may even be reflected in their analyzes and criticisms.

Keywords: History of Dance. History of Art. Brazil. 20th century.

Conhecendo a História da Dança a partir de Maribel Portinari

Hoje, a dança em todas as suas formas atrai multidões. Aplaudem-se o Quebra-nozes e Pina Bausch, o Beriozka e Carolyn Carlson. Há palco e plateia para qualquer manifestação coreográfica. Além disso, todos querem dançar. A proliferação das academias é fenômeno mundial. Dança-se por prazer, para emagrecer, corrigir postura, aliviar tensão, sacudir recalques. O Brasil entrou em cheio na dançomania desde a década de 70. Sociólogos e psicólogos interpretam o fato segundo o instrumental das teorias. Já se disse que a dança contesta a ditadura, canaliza a agressividade, traduz a conscientização do corpo, incrementa o descompromisso sexual, anestesia o pessimismo provocado pela inflação. Seja pelo que for, ela integra a nossa realidade. Gosta-se cada vez mais de dançar e consome-se dança cada vez mais. Sem dúvida o momento é adequado para um livro sobre o assunto. Os meus entrevistados vivem da dança, a maioria deles em pas-de-deux com a celebridade e todos achando que escolheram o melhor dos caminhos.⁴³⁵

A dança no século XX se desenvolve de formas variadas, e o reflexo desse grande desenvolvimento pode ser observado nas perspectivas escritas pelos críticos e publicadas nos jornais e revistas do período. Os jornais trazem em seus impressos visões críticas de apresentações, fazem circular imagens, divulgando artistas e apresentações. E essa circulação de informações sobre a dança é um registro sobre o cenário da dança e sobre a circulação de apresentações de obras

⁴³⁵ PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.11-12.

e de artistas. Sempre tentando abordar o que há de mais recente nos acontecimentos da sociedade, os jornais publicam notas ou dedicam matérias completas sobre os últimos acontecimentos. Com a modernidade tecnológica disponível a partir da metade do século XX, muitos dos críticos escrevem suas perspectivas sobre uma obra logo após assisti-la, sendo sua análise impressa por vezes no mesmo dia e distribuída logo pela manhã aos seus leitores.

Tornando-se muito próximo dos últimos acontecimentos, os jornais trazem tanto essa urgência para o público que busca saber as últimas novidades, quanto um registro farto de cenários que a dança apresentava, sendo assim de grande valia para aqueles que querem se debruçar sobre os estudos de História da Dança. Todos os textos produzidos pelos jornais trazem um olhar, uma leitura de circunstâncias, e conhecer quem faz essas leituras e assina esses relatos nos auxilia a definir todo um padrão de expectativas e gostos pessoais que indiretamente vão direcionar essa crítica. A partir da relevância dada a autoria no século XIX, cada vez mais sabemos quem assina esses textos, passando assim a ser cada vez fácil conciliar autor e obra, principalmente no que tange ao pensamento crítico e crítica de arte. Logo, esse estudo como um todo irá se desenvolver buscando identificar a produção de escritos sobre dança pela jornalista e historiadora Maribel Portinari, a construção de uma memória da dança no Brasil e a posterior elaboração de uma História da Dança escrita por brasileiros, através da análise dos materiais produzidos por Maribel Portinari. A escolha em abordar os materiais produzidos por Maribel parte principalmente de sua relevância no cenário, tanto enquanto redatora de um dos principais jornais do país, o jornal *O Globo*, quanto pelas variadas formas nas quais seu trabalho junto a dança tomou forma durante cinco décadas.

Maribel Portinari – Uma breve biografia: Os primeiros anos e formações

Maribel Berruezo Portinari nasceu em 1939 na cidade do Rio de Janeiro. Ela tem seu primeiro contato com a dança através de aulas de balé, as quais ela pratica dos dez anos de idade até os dezesseis.

Desde criança sigo os passos da dança. Primeiro como aprendiz de balé. Depois como jornalista. Crítica e repórter, prefiro a segunda função, embora em ambas tenha encontrado realização profissional.⁴³⁶

Não tenho preferência rígida por gênero. Posso vibrar com O Lago dos Cisnes, ou com a audácia Twyla Tharp. Sem esquecer a explosão sensual de Antônio Gardes, as acrobacias da breakdance e as evoluções mirabolantes dos passistas de uma escola de samba. Amei em Moscou a pirotecnia dos bailarinos do Bolshoi. Descobri em Granada a imagem viva da dança numa cigana adolescente. Encontrei num grupo marroquino a preservação de uma cultura milenar através da dança. Aprendi mais sobre os índios brasileiros vendo as suas danças no Alto Xingu do que lendo tratados antropólogos.⁴³⁷

Neste primeiro momento de contato com a dança, ainda na infância Maribel teve a oportunidade de estudar a técnica com dois expoentes do ballet no Brasil, Tatiana Leskova e Johnny Franklin, durante o período de 1949 – 1956. Uma das maiores incentivadoras e motivadora do ballet no Brasil e principalmente no âmbito do Rio de Janeiro foi Tatiana Leskova. Advinda de uma formação russa, sabemos que ela foi professora de balé de Maribel Portinari logo em seus primeiros contatos com o mundo da dança. Assim podemos observar que as primeiras influências de Maribel Berruezo com uma cultura de dança são estas que foram cultivadas e tem sua origem vinculadas ao epicentro da dança europeia, aparecendo aqui o início de uma grande influência do balé russo na formação da artista.

Maribel adota o nome Portinari após se casar com João Cândido Portinari, filho único do pintor Cândido Portinari. Com João Cândido ela tem dois filhos, Denise Berruezo Portinari e João Carlos Portinari. Inicialmente cursa Jornalismo na Universidade do Brasil, instituição onde, durante o final da década de 1950, ela concilia o curso com o trabalho como estagiária tanto no

⁴³⁶ PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.9

⁴³⁷ *Ibidem*, p.9

departamento de jornalismo⁴³⁸ quanto no departamento de Relações Públicas do jornal *O Globo*. Após esse primeiro contato com o jornal, Maribel vai estabelecer uma parceria com ele enviando material especial entre 1968 e 1971 e entre 1986 e 1990, e será do quadro fixo de funcionários do jornal de 1968 até o início da década de 1980.

No que condiz a suas formações e vida acadêmica, Maribel Portinari investe em uma ampla formação. Em 1961, parte para Paris com o marido e, após se estabelecer, decide também estudar. Ela investe em dois cursos, Altos Estudos Internacionais⁴³⁹ e Jornalismo, os quais ela cursa na *École Supérieure de Journalisme*.

Maribel Portinari Foi Repórter Antes de Ser Notícia...

Os papéis se inverteram as coisas mudam. Durante quase dois anos Maribel Berruezo fazia entrevistas para "O GLOBO Feminino", hoje, ela é entrevistada para a seção na qual trabalhou. Porque Maribel é atualmente, casada com João Cândido Portinari, o filho do grande pintor, brasileiro e um dos primeiros alunos da Faculdade de Física e Matemática, de Paris. E também, porque Maribel foi a primeira colocada na Escola Superior de Jornalistas, da França. É assim, leitora, que uma repórter pode transformar-se em notícia....

Em Paris, Para Estudar

Maribel conhecia João Cândido desde garotinha. Eram vizinhos, no Leme. Quando ele viajou para Paris, ela cursava o primeiro ano de Jornalismo na Universidade do Brasil. Foi então que veio para O GLOBO, num estágio que se prolongou por muito tempo.

⁴³⁸ Maribel Portinari 1ª em Jornalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 julho 1961. p.1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

⁴³⁹ Um Portinari em Paris. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 junho 1961. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Matriculou-se na mais antiga de Escola de Jornalismo da França e chamou a atenção do velho mundo para a mulher brasileira e para sua capacidade intelectual. A concorrência era forte havia na turma de Maribel noventa e seis alunos de diversos países e mesmo assim a brasileira terminou o primeiro ano conseguindo o primeiro lugar entre os cento e cinquenta alunos da escola!⁴⁴⁰

Apesar de em um primeiro momento a viagem para Paris ter o objetivo de apenas acompanhar o marido, que já estudava em Paris, Maribel decide finalizar seus estudos também, evitando assim a monotonia dos momentos em que ficava sozinha enquanto o parceiro estudava. Já tendo uma boa base na área advinda tanto do curso iniciado no Brasil quanto da experiência na aérea adquirida no seu estágio, essa base foi uma grande contribuição nos esforços empenhados no curso, resultando em uma boa nota e colocação. Maribel conclui o curso de Jornalismo em 1963, e em 1964 obtém também o certificado em Estudos Políticos pelo *Institut D'Etudes Politiques*.

Um interessante ponto que essa entrevista traz justamente em seu título, *Maribel Portinari Foi Repórter Antes de Ser Notícia*, acaba sendo apenas um pontapé nessa questão de Maribel aparecer no jornal por várias vezes dessa forma, de um lado assinando as matérias de seu ofício, e de outro sendo a própria notícia, aparecendo assim na coluna social, dando entrevistas e sendo alvo de matérias. Esse fato nos auxilia muito na pesquisa por ser um registro da trajetória de Maribel, além de ser um registro do momento de um acontecimento que se fez valer. Assim, é possível acompanhar no mesmo jornal tanto sobre sua profissão quanto sobre sua vida, trajetória e sociabilidades.

Ela também assistiu seminários de *História* nas universidades de *Harvard* (Cambridge, Massachusetts), podemos encontrar as informações referentes aos cursos de extensão que Maribel Portinari concluiu no exterior são encontradas na biografia do autor presentes nos livros da *Série Memória do Theatro Municipal do Rio de Janeiro* escritos por ela (números um, quatro e treze). Maribel complementou seus estudos na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro,

⁴⁴⁰ Maribel Portinari foi Repórter Antes de ser Notícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 julho 1961. O Globo Feminino. p.8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

onde diplomou-se em História. Em seguida, ingressou na *Universidade Federal Fluminense* (UFF) onde conseguiu completar os créditos e se tornar mestra em *História do Brasil*, as informações referentes a graduação e o mestrado concluídos por Maribel Portinari são encontradas na biografia do autor presente no livro *História da Dança* (1989) escritos por ela. Profissionalmente, em 1968 ela volta a trabalhar no *O Globo*, e em 1969 ela faz uma viagem a passeio com o marido para Paris, de onde envia para o jornal três matérias especiais de Paris falando de exposições e pontos turísticos. Pouco depois, publica sua primeira crítica de cinema, *Romeu e Julieta*, ou como ela mesma designa *Shakespeare dançado*. Aqui, ela denomina a produção de *Filme-Ballet* da companhia *Royal Ballet*, tendo sido rodado no *Pinewood Studios* em Londres.⁴⁴¹ Apesar de ter críticas publicadas já neste período, sua participação no *Segundo Caderno* passa a ser recorrente a partir do ano de 1971, participando constantemente da coluna de crítica de cinema.

Meu interesse pela dança e sua história começou na adolescência, tornando-se depois obrigação profissional. Como jornalista de *O Globo* exerci, entre outras funções, a de crítica de dança durante doze anos. Li muito sobre o assunto, mas só tive tempo para uma pesquisa metódica, selecionando autores, anotando e comparando textos quando, casada pela segunda vez, fui morar em Washington. Ali, na Biblioteca do Congresso e na Kenedy Center, esta última especializada em artes cênicas, tive acesso a farto material, inclusive a edições raras que não se encontram em livrarias. Idas periódicas a Nova Iorque e Boston me levaram a outras bibliotecas igualmente ricas e atualizadas nas quais tudo é facilitado ao pesquisador. De meados de 1984 ao final de 1986 juntei dados para este livro cuja redação final foi feita no decorrer de 1987, em Roma, onde vivo agora, acompanhando meu marido em seu novo posto diplomático.⁴⁴²

Fora duas críticas de *Filme-Ballet*, sua primeira matéria sobre dança é uma entrevista com Klaus Vianna, que foi responsável por desenvolver seu próprio método de expressão e

⁴⁴¹ PORTINARI, Maribel. *Romeu e Julieta – Shakespeare dançando*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 setembro 1969. p.7. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

⁴⁴² PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989. p.13.

corporalidade. Esse método estava sendo muito visado tanto pelos bailarinos que desejavam melhorar aspectos da expressão corporal quanto por atores, e o que chama a atenção na matéria do jornal é a procura das aulas por pessoas fora desses nichos, as quais apenas queriam exercitar-se fora dos meios tradicionais de academia ou melhorar sua relação com o próprio corpo.⁴⁴³ Nesta entrevista é abordado um pouco sobre o diferencial em suas aulas, e a matéria é publicada em cinco de outubro de 1971.

Embora tenha sido muito importante o tempo dedicado à pesquisa em biblioteca, sobretudo para alguns capítulos, o meu convívio direto com a dança não fica em segundo plano. Aprendi muito assistindo a espetáculos, ensaios, aulas, entrevistando bailarinos e coreógrafos. Parte deste livro se deve assim ao meu trabalho jornalístico.⁴⁴⁴

Como podemos observar, Maribel Portinari começa a trabalhar diretamente com dança para o jornal justamente quando ocorre o que os especialistas chamam de *Dançomania*. No Brasil esse fenômeno terá mais força e impacto social durante a década de 1970, em que durante o transcorrer do período o fenômeno vai adquirir particularidades dessa sociedade. É possível observar até mesmo na década de 1980 essa relevância social da dança ainda em destaque para a sociedade, sendo assim uma espécie de segundo momento dessa *dançomania*.

Porém, é importante destacar que a *dançomania* (para alguns pesquisadores) e a *balletomania* (para outros) é um fenômeno que ocorre no mundo inteiro, acontecendo desde 1950 até o final da década de 1980. Variando um pouco a época e a intensidade conforme a particularidade de cada país, essas sociedades, algumas das quais já possuindo uma tradição grande de dança cênica, vão muitas vezes influenciar e inserir no movimento sociedades em que a dança não estava em um patamar igual de importância social. Nesse fenômeno, a circulação de grandes

⁴⁴³ PORTINARI, Maribel. Expressão corporal: arte e terapia juntas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 outubro 1971. Grande Rio. Swann. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

⁴⁴⁴ PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989. p.13.

companhias de dança que fazem turnês, promovendo também filmes e são destaque nas colunas jornalísticas conseguem influenciar esses locais a partir desses primeiros contatos. Assim, há uma evolução em diferentes sociedades, dentro de suas próprias perspectivas na elaboração e execução da dança cênica. Dessa forma, a dançomania é levada a ter aspectos particulares conforme cada país, atingindo posteriormente um ponto de ser reflexo da sociedade a qual está inserida, não apenas absorvendo e imitando o que estava sendo produzido no exterior.

Referências

Acervo Digital do Jornal *O Globo*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Fontes -

Maribel Portinari 1ª em Jornalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 julho 1961. p.1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Um Portinari em Paris. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 junho 1961. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Maribel Portinari foi Repórter Antes de ser Notícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 julho 1961. *O Globo Feminino*. p.8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. Romeu e Julieta – Shakespeare dançando. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 setembro 1969. p.7. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. Expressão corporal: arte e terapia juntas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 outubro 1971. Grande Rio. Swann. p.3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 maio 2019.

PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

PORTINARI, Maribel. **Dennis Gray**: Eterno em Cena. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Eugenia Feodorova**: a Dança de Alma Russa. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Bertha Rosanova**: nossa Primeira Odete-Odille. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

Bibliografia –

PORTINARI, Maribel. **Nos passos da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

PORTINARI, Maribel. **Dennis Gray**: Eterno em Cena. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Eugenia Feodorova**: a Dança de Alma Russa. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. **Bertha Rosanova**: nossa Primeira Odete-Odille. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

ST 5: PENSAR O BRASIL, PENSAR AS PROVÍNCIAS: POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE NA FORMAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL.

A colônia alemã de Juiz de Fora e a política imigratória do império brasileiro

Rita de Cássia Lara Couto⁴⁴⁵

Resumo: Este trabalho pretende examinar os vínculos de interesse econômico e político firmados entre a Companhia União e Indústria e os governos provincial e nacional, bem como as redes de interações entre Mariano Procópio Ferreira Lage e o Imperador Pedro II, que reverberavam no processo de instalação da Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora no ano de 1858.

Palavras-Chave: Imigração Alemã; Império do Brasil; Política Imigratória Brasileira.

Abstract: This study intends to observe the economic and political interests established between Companhia União e Indústria and the provincial and national governments, as well as the social

⁴⁴⁵ Doutoranda em História no PPG História – UFJF, bolsista CAPES, graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: rita.couto@estudante.ufjf.br

networks between Mariano Procópio Ferreira Lage and Emperor Pedro II, which reverberated in the process of installing the Colônia Dom Pedro II in Juiz de Fora in 1858.

Keywords: German Immigration; Empire of Brazil; Brazilian Immigration Policy.

INTRODUÇÃO

A Colônia Dom Pedro II foi instalada em Juiz de Fora no ano de 1858, no contexto de três significativas leis, aprovadas em 1850: o Código Comercial do Império do Brasil (Lei nº 556, de 22 de junho de 1850), a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) e a lei Euzébio de Queirós (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850), que proibiu o tráfico de africanos. Tais legislações integravam o processo de construção do Estado Imperial brasileiro, que almejava a civilização e o progresso com inspiração nas nações europeias, mas sem dispensar a lavoura e a escravidão.

Aliado a isso, em dezembro de 1856, pouco tempo antes da chegada dos imigrantes germânicos na colônia mineira, aconteceu no interior de São Paulo, na Fazenda Ibicaba que pertencia ao senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, um episódio que foi considerado como um risco para o futuro da colonização no Brasil. Conhecido como Revolta dos Colonos ou dos Parceiros, o movimento foi reflexo das queixas e reclamações feitas pelos suíços que trabalhavam na propriedade no regime de parceria.

Dentro desta conjuntura, o presente artigo pretende observar as redes de interações que reverberavam na Colônia Dom Pedro II em uma esfera macro, por meio dos vínculos de interesse econômico e político firmados entre a Companhia União e Indústria e os governos provincial e nacional, bem como as relações estabelecidas entre o diretor-presidente Mariano Procópio Ferreira Lage e o Imperador Pedro II.

Assim, a primeira seção deste trabalho traz informações sobre a Companhia União e Indústria e sua proposta de colonização em Minas Gerais, favorecida pelo vínculo existente entre

a família Ferreira Lage e o monarca brasileiro. Na sequência, são evidenciados aspectos do contexto histórico nacional e europeu do período em que a colônia foi formada, com destaque para os efeitos do conflito ocorrido na Ibicaba, no interior de São Paulo. Por fim, o texto coloca em cena a receptividade que o projeto de criação da Colônia Dom Pedro II obteve no Brasil.

A COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA

Corria o ano de 1852 quando, no dia 7 de agosto, foi publicado o decreto nº 1031. Com a rubrica do Imperador Pedro II e do Secretário dos Negócios do Império, o edito concedeu a Mariano Procópio Ferreira Lage a permissão para criar uma empresa com a finalidade de “construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas” que, partindo de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, auxiliassem na comunicação entre as duas províncias e beneficiassem o comércio e a agricultura ao longo do trajeto. Surgia assim a Companhia União e Indústria, que recebeu o privilégio de ser a única autorizada a conduzir, durante 50 anos, as cargas e passageiros pelas vias que abrisse ou melhorasse⁴⁴⁶.

O mesmo decreto indicava também, no artigo 22, o interesse que a Companhia tinha em engajar colonos imigrantes em seus serviços. Para tanto, o governo se comprometia a oferecer áreas de terras devolutas, de preferência nas margens do Rio São Francisco, em quantidade proporcional ao número de estrangeiros contratados. Na prática, a instalação da Colônia Dom Pedro II foi executada de maneira diversa, bem próxima ao núcleo urbano de Juiz de Fora e com terrenos vendidos – e não doados – aos alemães e tirolezes.

Em janeiro de 1853 a Companhia União e Indústria iniciou suas atividades com uma assembleia geral, na qual foram aprovados os estatutos provisórios, que estabeleceram o capital de cinco mil contos de réis, divididos em 10 mil ações. Os títulos poderiam ser adquiridos por brasileiros, estrangeiros ou empresas diretamente com o Diretor Presidente, Mariano Procópio, no

⁴⁴⁶ Decreto nº 1031, de 7 de agosto de 1852.

Rio de Janeiro, ou na casa do Dr. Camillo Maria Ferreira Armond, em Barbacena (MG), que era vice-presidente da União e Indústria⁴⁴⁷.

Futuro Conde de Prados, Camillo era primo-irmão de Ferreira Lage pelo lado paterno e estudou medicina em Paris entre 1832 e 1837, quando retornou ao Brasil⁴⁴⁸. Membro do Partido Liberal, em 1842 participou ativamente da Revolução Liberal e, entre outros cargos, foi deputado na Assembleia Geral Legislativa e presidente da Província do Rio de Janeiro⁴⁴⁹, além de membro do Conselho de Estado entre 1879 e 1882⁴⁵⁰.

Por sua vez, a função de secretário da Companhia União e Indústria ficou sob responsabilidade de José Machado Coelho de Castro, irmão da esposa de Mariano Procópio. O relacionamento entre as duas famílias vinha de longos anos, antes mesmo do casamento entre o Presidente da União e Indústria e Maria Amália Coelho de Castro em 1851, uma vez que o comendador português Manoel Machado Coelho de Castro, sogro de Mariano, era comerciante no Rio de Janeiro e ficou responsável pelas correspondências e o envio de dinheiro para Camillo Maria Ferreira Armond durante seus estudos na França na década de 1830⁴⁵¹.

José Machado Coelho de Castro era bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi eleito como suplente na Câmara dos Deputados da Província do Rio de Janeiro e exerceu também o cargo de diretor do Banco do Brasil, instituição da qual foi também presidente ao longo de 12 anos. Amigo pessoal da família imperial, em maio de 1866 foi escolhido por Dom Pedro II para, na companhia da esposa Maria Umbelina Pereira, integrar a comitiva que acompanhou o Duque de Saxe e a Princesa Dona Leopoldina em viagem à Europa⁴⁵².

⁴⁴⁷ Decreto nº 1.336, de 18 de fevereiro de 1854.

⁴⁴⁸ Lacerda, 2010.

⁴⁴⁹ Bastos, 1991: 189.

⁴⁵⁰ Martins, 2007: 155.

⁴⁵¹ Lacerda, 2010: 431.

⁴⁵² Conselheiro, 1961: 128-129.

Assim como Camillo Maria Ferreira Armond e José Machado Coelho de Castro, Mariano Procópio também cultivava relacionamentos com grandes nomes do período e mantinha proximidade com a Casa Imperial Brasileira, o que possivelmente favoreceu a Companhia União e Indústria e seus demais negócios. Em pelo menos três momentos a família imperial se hospedou na propriedade de Mariano. A primeira delas foi em 1861, na inauguração da Estrada União e Indústria, quando os monarcas e sua comitiva fizeram em 12 horas o trajeto entre Juiz de Fora e Petrópolis. Na mesma ocasião, Pedro II visitou a Colônia que foi nomeada em sua homenagem e registrou suas impressões de toda a viagem em seu diário pessoal, das quais destacamos dois trechos, transcritos a seguir.

No primeiro excerto, lançado em 23 de junho de 1861, o imperador mencionou um dos encontros que teve com o então Barão de Prados. No segundo registro, feito no dia 26 do mesmo mês, chama a atenção o tempo que Sua Majestade dedicou a conversar com Mariano Procópio a respeito da Companhia União e Indústria. Somente depois de duas horas de diálogo com Ferreira Lage, anfitrião da família imperial, é que Pedro II atendeu ao Presidente da Província de Minas Gerais.

[23 jun. 1861, p. 6] Gostei de falar com o Barão de Prados (Dr. Camilo Armonde) com quem não é preciso esgravatar banalidades e já o emprezei para me comunicar suas observações relativas à praga do café.

[26 jun 1861, p. 17] Das 4 até às 6 conversei com o Lages [Mariano Procópio Ferreira Lage] a respeito da administração da Companhia e depois com o Presidente da Província sobre negócios, que a esta interessam, dizendo-me ele que a Província não tem dívida e há 150 contos em cofre (Arquivo do Museu Imperial, Maço 37, Doc. 1057).

O vínculo de amizade entre os Ferreira Lage e a família imperial se manteve por longos anos, resistindo à proclamação da República e ao falecimento de Mariano Procópio e do imperador.

Na primeira década do século XX, pedindo para “aceitar muitas saudades nossas”⁴⁵³, a Princesa Isabel trocava correspondências e fotografias com Maria Amália, viúva do Presidente da Companhia União e Indústria.

De acordo com Maria Fernanda Vieira Martins (2007: 182), estas relações de parentesco e amizade entre os homens de grande fortuna e prestígio e os membros da Casa Imperial resultaram, naquele momento, em benefícios para ambos os lados.

Da mesma forma que o governo se beneficiava das redes que esses indivíduos controlavam para a expansão, aceitação e legitimação do poder central, também eles poderiam lucrar com a influência que construíam no interior do aparelho governamental, fosse pelo acesso à informação, ou por benefícios mais diretos como a aprovação de estatutos de suas companhias, concessão de privilégios e subvenções etc., questões que, invariavelmente, terminavam por se decidir no Conselho de Estado, a partir dos pareceres da Seção do Império (Martins, 2007:182).

No caso da Companhia União e Indústria, o favorecimento fica evidenciado nas concessões de empréstimos, especialmente quando da instalação da Colônia Dom Pedro II, em 1858 na cidade de Juiz de Fora. Um ano antes, a empresa havia assinado um contrato com a Repartição Geral das Terras Públicas que previa o engajamento de dois mil estrangeiros, ou seja, 400 famílias com a média de cinco integrantes cada ou quantas mais fossem necessárias para se alcançar o número total de indivíduos indicados. Foi determinado que chegassem, a partir de julho de 1858, as primeiras cem famílias; em 1859 fossem contratadas mais 140 e em 1860 se estabelecessem as 160 restantes⁴⁵⁴. Assim, a Companhia União e Indústria tinha obrigação de contratar, até junho de 1858, pelo menos 500 pessoas, considerando-se cinco pessoas por família.

Os dois primeiros grupos de colonos com destino a Juiz de Fora chegaram antes da data prevista, em maio e junho de 1858, e somaram 418 indivíduos. Portanto, para atender à exigência

⁴⁵³ Bastos, 1991: 211.

⁴⁵⁴ Relatório, 1857, p. 17-20.

contratual, seria necessário o engajamento de pelo menos mais 82 imigrantes. Apesar disso, o representante da Companhia União e Indústria acordou com o agenciador Dr. F. Schmidt a contratação e o envio de, no máximo, mais 382 novos interessados em emigrar, para perfazer o total de 800 pessoas, ou seja, 300 além do requisitado no contrato.

No relatório apresentado aos acionistas da União e Indústria em outubro de 1858, Mariano Procópio noticiou aos presentes que a Companhia havia preparado as acomodações necessárias para os 800 colonos que já eram aguardados, mas Schmidt não cumpriu o acordo e enviou 370 pessoas a mais, totalizando 1170 indivíduos. De acordo com o presidente, a empresa ficou em uma situação delicada, porque, por questões humanitárias, não poderia rejeitar esse excedente e deixar as famílias desamparadas em um país desconhecido, mas, por outro lado, teria que preparar uma nova e maior estrutura para recebê-las. A solução foi proporcionada pelo governo imperial, que antecipou os valores previstos para empréstimo na Condição 3^a do contrato assinado entre a Companhia União e Indústria e a Repartição Geral das Terras Públicas.

A primeira prestação do empréstimo foi entregue na assinatura do contrato e, com a chegada de quase 1200 colonos em um curto intervalo de tempo, Mariano Procópio conseguiu junto ao governo imperial o adiantamento dos 150 contos de réis restantes para alcançar a soma total a ser financiada. É válido observar que, contratualmente, o valor de 200 contos de réis somente poderia ser disponibilizado se a Companhia União e Indústria trouxesse dois mil colonos, número que nunca foi atingido. Ainda assim, com defasagem de mais de 800 imigrantes, o empréstimo foi concedido em sua totalidade⁴⁵⁵.

Outro ponto que merece atenção é que este empréstimo seria concedido como subvenção à União e Indústria, na razão de 50 mil réis para cada colono com idade entre 5 e 10 anos e 100 mil réis para cada um entre 10 e 45 anos (ou mais velho, desde que fosse chefe de família e estivesse por ela acompanhado), valores que seriam utilizados como abatimento nos adiantamentos feitos pelos colonos.

⁴⁵⁵ Relatório, 1858.

Assim, para receber o total de 200 contos de réis, a Companhia União e Indústria deveria, pelas cláusulas contratuais, engajar duas mil pessoas entre 10 e 45 anos de idade, mas isso também nunca aconteceu, já que, do total de 1.193 colonos, apenas 818 estavam nesta faixa etária.

COLÔNIA DOM PEDRO II: A REPERCURSSÃO DO PROJETO DA COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA

Após a assinatura do contrato com a Repartição Geral das Terras Públicas, a Companhia União e Indústria enviou, em dezembro de 1857, um representante à Alemanha para cuidar do engajamento dos indivíduos e famílias interessados em emigrar para a Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora.

Tão logo se espalhou a notícia da formação de uma colônia em Minas Gerais, muitas autoridades dos estados germânicos se manifestaram e alertaram a população a respeito das condições dos imigrantes no Brasil, usando como exemplo o caso dos suíços. Este foi um dos reflexos do episódio conhecido como Revolta dos Colonos ou dos Parceiros, ocorrido no interior de São Paulo em dezembro de 1856.

Na Fazenda Ibicaba, que pertencia a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, foi fundada em 1847 a Colônia Senador Vergueiro, com 423 alemães contratados pelo sistema de parceria. Na década de 1850 ao projeto foram incluídos imigrantes suíços, dentre os quais estava o mestre-escola Thomas Davatz, que chegou à Ibicaba em 1855 acompanhado de sua família. Ele havia sido encarregado pelos governos de diversas aldeias suíças para preparar um relatório sobre a condição de vida e de trabalho na fazenda de Vergueiro⁴⁵⁶.

Seu parecer, feito em 1856, continha muitas críticas à colônia e foi enviado às autoridades na Suíça burlando o sistema de controle das correspondências que partiam da Ibicaba. Em dezembro daquele ano, Davatz foi chamado para uma reunião com a Vergueiro & Cia, empresa responsável pela contratação dos imigrantes, e revelou que já havia encaminhado seu relatório ao

⁴⁵⁶ Witzel de Souza; Gardenal, 2021; Heflinger Júnior, 2009.

seu país natal, o que exaltou os ânimos e provocou uma discussão. Alguns outros colonos, temendo pela vida do mestre-escola, seguiram armados até a sede da fazenda, mas foram apaziguados pelo próprio Davatz, que orientou aguardar pelo resultado de suas reivindicações⁴⁵⁷.

A família Vergueiro pediu ao governo da Província de São Paulo o envio de um destacamento para desarmar os colonos e outros fazendeiros, que também tinham parceiros em suas propriedades, acusaram os imigrantes de exagerar nas queixas. Por fim, uma força especial, comandada pelo chefe da polícia paulista, fez uma sindicância em todas as colônias da região e Vergueiro exigiu que Thomas Davatz e outros companheiros deixassem a fazenda⁴⁵⁸.

O episódio ocorrido na Ibicaba foi considerado como um risco para o futuro da colonização no Brasil e trouxe consequências diplomáticas, que impactaram, entre outros, no processo de contratação dos germânicos que em 1858 formariam a Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora.

Além de sindicâncias realizadas pela Confederação Helvética nas colônias de São Paulo, a fim de verificar as condições dos colonos de origem suíça, o governo brasileiro procedeu à inquéritos e à revisão das cláusulas dos contratos de parceria, na tentativa de atenuar a situação. Os Estados Alemães também reagiram à Revolta e, em 1858, a Câmara dos Deputados da Prússia se reuniu para discutir a questão, que culminou, no ano seguinte, com a proibição de seus cidadãos emigrarem para o Brasil. Da mesma maneira,

os governos de Hannover, Reuss-Greiz, Schwartzburg-Rudolstadt, Saxe-Weimar-Eisenach, Saxe-Meinigen - enfim, o Reino da Saxônia -, o Grande Ducado de Baden e a própria Confederação Germânica passaram a dar mais atenção à questão, solicitando detalhes do governo suíço. Outros estados alemães foram mais brandos e promoveram gestões junto ao governo brasileiro, com a finalidade de melhorar a sorte dos colonos” (Heflinger Júnior, 2021: 74).

⁴⁵⁷ Ibid.

⁴⁵⁸ Ibid.

A complexidade da situação fez com que Mariano Procópio Ferreira Lage, enquanto presidente da Companhia União e Indústria, mandasse publicar esclarecimentos nos jornais europeus, nos quais informou sobre o projeto de instalação da Colônia em Juiz de Fora e detalhou os termos do contrato de trabalho assinado entre a empresa e os imigrantes, antes mesmo do embarque⁴⁵⁹.

Por sua vez, o governo imperial brasileiro também divulgou informações sobre sua política colonizadora e enxergou, na colônia organizada pela Companhia União e Indústria, uma boa oportunidade para tornar mais simpática, na Europa, a percepção da situação dos imigrantes que aqui residiam. Em 03 de junho de 1858, José Lúcio Correa, Cônsul Geral do Brasil em Hamburgo, enviou uma correspondência a Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape, Senador e Conselheiro de Estado, por meio da qual ofereceu notícias detalhadas sobre a emigração para o Brasil e incluiu - com as respectivas traduções para o português - os recortes dos jornais que se posicionavam contra e a favor do país. O diplomata informou que

a despeito da guerra desabrida que neste momento se faz contra o Brasil, partiram no mês de maio os navios ‘Gundela’ e ‘Gessner’ com 541 colonos para a Companhia União e Indústria [...]

A expedição de colonos para a Companhia União e Indústria e para a Província do Rio Grande do Sul é a prova a mais evidente de que a emigração se realizará sempre que for subvencionada, ao menos nos primeiros anos, sem que possa impedi-la a guerra de uma parte da imprensa e a oposição dos diferentes governos da Alemanha. (Arquivo Histórico do Itamaraty, Hamburgo-1854/1858 - 248/2/5)

Por não ser uma colônia de parceria e ser subvencionada pelo Império do Brasil, a Colônia Dom Pedro II foi enquadrada como um modelo do que poderia conferir sucesso à imigração para

⁴⁵⁹ Sobre o assunto, consultar as edições de 1858 dos jornais *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, *Leipziger Zeitung*, *Wiener Zeitung* e *Deutsche Allgemeine Zeitung*.

nosso país. Dois meses depois, em agosto de 1858, o Cônsul escreveu nova carta ao Visconde de Maranguape e fez um balanço sobre a emigração para terras brasileiras no primeiro semestre de 1858. Ele informou que partiram dos portos de Hamburgo e Bremen 2.434 colonos em 16 embarcações e o número foi considerado

excepcionalmente limitado, porque para os Estados Unidos partiram no mesmo espaço de tempo [...] 20.670 colonos, menos, entretanto, que no 1º semestre de 1857, no qual partiram dos dois referidos portos 41.271. Os governos alemães e uma parte da sua imprensa continuam a opor-se à emigração para o Brasil [...].

Essa oposição, porém, não impedirá a partida de colonos, quando se lhes puder adiantar a importância das passagens, do que é suficientemente prova a rápida expedição de 1.185 colonos para a Sociedade [Companhia] União e Indústria, que lhes adiantou a importância das passagens [...]. (Arquivo Histórico do Itamaraty, Hamburgo-1854/1858 - 248/2/5)

Em Juiz de Fora, havia grande expectativa a respeito da Colônia Dom Pedro II e os moradores da cidade acompanharam de perto a chegada das duas primeiras levas de imigrantes. A população, como publicou o Correio Mercantil em 27 de agosto de 1858, “correu pressurosa, contente e satisfeita a encontrá-los na distância de uma légua, resplandecia o prazer em todos os semblantes, prazer mais que justo, por isso que a Colônia Pedro II abre uma nova era de engrandecimento para este belo lugar”. O texto informa também que os colonos estavam a pé e em carroças enfeitadas, cantavam em coro e foram dados vivas ao Brasil, à nova colônia, a Mariano Procópio e à Companhia União e Indústria. Por fim, o autor da nota defende que “esta cidade não tem por enquanto indústrias que a sustentem, e a colonização vem trazer-nos essas indústrias, e, pois, agora podemos dizer que esta cidade conta um futuro certo, não precário”.

A Câmara Municipal também demonstrou satisfação e reconhecimento com a criação da colônia, por meio de um ofício dirigido a Mariano Procópio em 12 de julho de 1858, no qual o

agradeceu e felicitou por “tão relevantes serviços” e por ter vencido “os tropeços e dificuldades [...] por amor ao país que tem a glória de o contar entre seus filhos”⁴⁶⁰.

A boa reputação que Mariano Procópio Ferreira Lage já usufruía junto à Presidência da Província de Minas Gerais e ao Governo Imperial foi reforçada com a instalação da colônia alemã e muitas foram as menções elogiosas ao seu nome e à Companhia União e Indústria nos relatórios apresentados junto a estes órgãos públicos. Em dezembro de 1858, por exemplo, o Inspetor Geral das Obras Públicas da Província, José Rodrigues Duarte, visitou pessoalmente as obras executadas pela “bem dirigida Companhia” União e Indústria⁴⁶¹ e deixou registrado que era “digno dos maiores elogios o distinto Diretor-Presidente da Companhia, Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, pelos obstáculos que tem sabido superar”⁴⁶².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, é possível observar alguns aspectos do contexto de criação da Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora no ano de 1858 e as redes de interações econômicas e políticas estabelecidas no entorno dela. Mariano Procópio Ferreira Lage, empresário de família abastada e com forte atuação política e econômica em Minas Gerais, recebeu autorização do governo imperial para organizar a Companhia União e Indústria, cujos cargos de vice-presidente e secretário foram ocupados, respectivamente, pelo primo-irmão de Mariano e futuro Conde de Prados, Dr. Camillo Maria Ferreira Armond; e pelo cunhado de Ferreira Lage, José Machado Coelho de Castro.

Tanto Mariano Procópio quanto seu primo e seu cunhado eram bem relacionados nas esferas imperiais e uma forte evidência do papel destas relações nos trabalhos da Companhia União e Indústria é a aprovação e liberação de empréstimos e apoio a projetos variados, com a presença

⁴⁶⁰ Correio Mercantil, 27 ago. 1858.

⁴⁶¹ Duarte, 1859: 5.

⁴⁶² Duarte, 1859: 7.

do próprio Imperador Pedro II e sua família nas solenidades de início dos trabalhos de construção da Estrada União e Indústria em 1856 e na viagem inaugural da via em 1861.

Por esse motivo, observar as redes de interações estabelecidas no entorno da Colônia Dom Pedro II se apresenta como uma maneira eficaz de compreender os vínculos de interesse econômico e político firmados entre a Companhia União e Indústria e o governo imperial.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

Arquivo Histórico do Itamaraty, Hamburgo-1854/1858 - 248/2/5

Arquivo do Museu Imperial, Maço 37, Doc. 1057

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência, genealogia**. 2. ed. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

DUARTE, José Rodrigues. **Relatório sobre o estado das obras públicas na Província de Minas Gerais**. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1859.

CONSELHEIRO José Machado Coelho de Castro. In: **ANAIS do Museu Histórico Nacional: volume XII - 1951**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961. p. 127-129.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. **A revolta dos parceiros na Ibicaba**. Limeira: Unigráfica, 2009. 198 p.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. A Decadência e a Falência da Vergueiro & Cia após a Revolta dos Colonos Europeus (1856-1890). In: SOUZA, Bruno Gabriel Witzel de; GARDENAL, Leonardo Antonio Santin (org.). **Ibicaba (1817-1917): entendendo, vivendo e construindo futuros**. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 57-92.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas minas gerais - a família Ferreira Armonde (1751-1850)**. 2010. 504 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 440 p.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas da Companhia União e Indústria. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 24 ago. 1857.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas da Companhia União e Indústria. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 05 out. 1858.

WITZEL DE SOUZA, Bruno Gabriel; GARDENAL, Leonardo Antonio Santin (org.). **Ibicaba (1817-2017): entendendo, vivendo e construindo futuros**. Campinas: Pontes Editores, 2021. 472 p.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Entre práticas antigas e novas leis: as eleições de vereadores e de juízes de paz no Império do Brasil (Minas Gerais 1822-1834)

Érica da Cruz Rosa⁴⁶³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo central discutir a forma de realização das eleições municipais para vereadores e juízes de paz, segundo a Lei das Câmaras de 1º de outubro de 1828. A construção do Estado Imperial brasileiro implicou na criação de novas leis para as tradicionais câmaras municipais, espaços de poder local, existentes desde o período colonial.

Palavras-chave: eleições; cargos camarários; século XIX, Império do Brasil.

Abstract: The main objective of this work is to discuss how legislative elections for councilors and justices of the peace are carried out, according to the Law of Chambers of October 1, 1828. The construction of the Brazilian Imperial State implied the creation of new laws for traditional chambers. municipal, spaces of local power, existing since the colonial period.

Keywords: eleições; cargos camarários; século XIX, Império do Brasil.

Introdução

⁴⁶³ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. E-mail: rosacruz.ERICA@gmail.com

O tema eleitoral como objeto de estudo acadêmico suscita muitas questões, já que esta prática política está presente, hoje, na vida de milhões de brasileiros e permite a escolha de representantes para diferentes cargos do legislativo e do executivo. A realização de eleições para cargos eletivos de deputados, como conhecemos, hoje, foi inaugurada como novidade política para a história do Brasil no século XIX, quando se implantou uma monarquia constitucional em 1822.

Além de eleições para deputados, muitas outras eleições começaram a ser realizadas, naquele momento, para diferentes cargos como o de senadores, de conselheiros provinciais e até mesmo para a composição do tribunal do júri. Ademais, eleições para cargos municipais também eram realizadas, seguindo as novas leis e a Constituição de 1824.

Apesar de constituir uma novidade política para cargos de representação nacional, naquele momento, a prática eleitoral pode ser apontada como uma prática antiga. Em perspectiva histórica é possível apontar a existência da realização de eleições em diferentes tempos e lugares e na própria história da administração portuguesa, quando se pensa a realização de eleições para os cargos camarários como, por exemplo, o de vereadores, em Portugal e em seus domínios no ultramar, na chamada monarquia pluricontinental, conforme apontada pela historiografia.

As eleições antigas para cargos camarários seguiam os códigos previstos nas Ordenações Filipinas de 1603. Nesse sentido, buscamos discutir o tema eleitoral, num período de transição, entre a “velha” ordem e o “novo” mundo constitucional, sem perder de vista, é claro, a presença de práticas culturais antigas. Por se tratar de um tema amplo e permeado por muitas problemáticas, pretendo, nesta comunicação, abordar algumas notas gerais sobre a realização das eleições municipais para vereadores e juizes de paz a partir da lei das Câmaras de 1.º de outubro de 1828, tendo como recorte a província de Minas Gerais.

Assim, para uma melhor discussão das ideias apresentadas, optei por dividir este trabalho em três partes. Na primeira parte, “As eleições por sorteio”, explico, a partir das Ordenações Filipinas de 1603, como era as eleições indiretas para cargos camarários no Antigo Regime Português. Já a segunda parte, “As eleições por maior número de votos”, analiso a forma da realização de eleições municipais no Império do Brasil, segundo os critérios estabelecidos pelas leis ordinárias, como a Lei das Câmaras de 1828, e a lei fundamental, a Constituição de 1824, para

a escolha de cargos de vereadores e juizes de paz. Por fim, a terceira parte “Conflitos eleitorais na eleição municipal de Baependi”, analiso fontes do período, sobretudo, requerimentos e petições, enviadas às autoridades provinciais do período para perceber a presença de conflitos eleitorais e de mobilizações dos atores envolvidos no processo eleitoral.

As eleições por sorteio

O papel das câmaras municipais na história da administração portuguesa do Reino e de seus territórios ultramarinos já foi bem destacado por importantes trabalhos que demonstraram a autonomia desses espaços de poder local frente à autoridade real.

Nas últimas décadas, os trabalhos historiográficos sobre a monarquia portuguesa começaram a destacar essa autonomia dos poderes locais, considerando que a monarquia portuguesa era constituída por um vasto território no ultramar integrado por súditos que estavam distantes da Corte política localizada em Lisboa.

Por se tratar de uma sociedade de Antigo Regime, os cargos eram distribuídos por prestação de serviços, herança e venalidade. Já alguns cargos da administração do território como, por exemplo, os cargos camarários eram ocupados através da realização de eleição indireta. A realização dessas eleições no período colonial ou no Antigo Regime Português era feita através do escrutínio de pelouros e de barrete e envolvia a sorte. Essas eleições eram complexas e deveriam seguir o que estava previsto nos códigos jurídicos portugueses, no caso as Ordenações Filipinas de 1603.

Segundo as Ordenações Filipinas, a ocupação dos cargos camarários (juízes, vereadores, almotacés e outros oficiais.) deveria ser feita por eleições indiretas. Os oficiais da câmara, eleitos na última eleição camarária, deveriam se reunir nas oitavas de Natal, juntamente com os homens bons e o povo, para a realização de novas eleições. Os presentes reunidos em Conselho deveriam indicar cada um o nome de seis homens para serem eleitores. Os nomes eram indicados de forma secreta para o juiz mais velho e para o escrivão, responsável por anotar os nomes, sem que os outros pudessem ouvir quem tinha sido indicado. Após esse momento, os juízes e os vereadores verificavam o rol com os nomes escritos pelo escrivão e escolhiam os nomes mais votados⁴⁶⁴.

Os nomes mais votados deveriam, então, jurar o Evangelho para escolherem os nomes que ocupariam o Conselho (os cargos camarários). Após o juramento, o juiz separava os eleitores em duplas, eles não poderiam ter laços de parentesco e nem serem cunhados dentro do quarto grau. A divisão dos eleitores em duplas deveria respeitar um espaço de distância de forma que uma dupla de eleitores não interagisse com outra dupla. Com essa separação dos eleitores, cada dupla deveria indicar por escrito um rol (lista) com os nomes para os diferentes cargos camarários (juízes, vereadores, procuradores, tesoureiros, escrivão da câmara e outros) que seriam ocupados através da realização de eleição. A indicação desses nomes deveria ser feita de forma separada, ou seja, para cada um dos ofícios mencionados, os eleitores faziam 3 róis ou listas, ou seja, para cada ano do triênio que perduraria a escolha eleitoral dos nomes indicados de forma secreta⁴⁶⁵.

As listas deveriam ser entregues ao Juiz mais velho responsável por ver os nomes que haviam sido indicados pelos eleitores. O juiz, então, organizava os nomes numa folha, chamada de pauta, com os nomes eleitos para juízes, e em outra folha os eleitos para vereadores e procuradores e assim sucessivamente para cada ofício. Era de responsabilidade do juiz garantir que os nomes estivessem organizados de forma que não possuíssem parentesco e nem fossem cunhados de quarto

⁴⁶⁴ PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>.

⁴⁶⁵ PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>.

grau. Após a feitura dessas pautas, o Juiz deveria assinar, fechar e selar as pautas. Em seguida, elas eram colocadas em pelouros (bolas de cera) e depois em um saco que deveria, então, ser colocado num cofre com três fechaduras. Quando chegava o momento de realizar a eleição por pelouros, um menino de idade de até sete anos era chamado para retirar (sortear) os pelouros da urna. Os nomes sorteados eram escolhidos para atuarem como oficiais nos cargos camarários no próximo ano⁴⁶⁶.

Pelo que podemos perceber, a eleição por pelouros era bem complexa e envolvia etapas de eleição de eleitores, seguida pela indicação de nomes para os ofícios até o momento final com a realização de sorteio dos pelouros por uma criança.

Figura 1 – Urna de eleição da Câmara de Vila Rica (1750)

⁴⁶⁶ PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>.



Fonte: Museu da Inconfidência. “Urna de eleição 1750. Peça cerimonial usada na eleição do Senado da Câmara de Vila Rica, órgão da administração portuguesa que garantia o bem comum e a justiça na esfera local. Espaço de mediação entre os interesses da Coroa e dos moradores da Vila, fiscalizava o cumprimento da lei, cuidava das condições sanitárias, das edificações e dos reparos das obras públicas. Seus membros eram escolhidos entre as principais lideranças, os homens bons”. Museu da Inconfidência. Foto: Eduardo Silva Júnior.

É importante lembrar que o Reino de Portugal envolvia um vasto império no ultramar e apesar de possuir códigos jurídicos, não devemos esquecer que esses códigos normativos coexistiam com práticas culturais e tradições, ou seja, com o próprio direito consuetudinário (Hespanha, 2001).

Assim, não podemos perder de vista que a realização dessas eleições camarárias pode ter sofrido influências locais mesmo com a existência dos códigos jurídicos portugueses.

De forma geral, não há trabalhos historiográficos que lidem exclusivamente com o funcionamento das eleições por pelouros no Brasil Colonial. Há trabalhos que abordam a composição e o funcionamento desses espaços de poder local e apontam uma descrição de como era a realização das eleições por pelouros para a composição dos ofícios camarários.

Entre esses trabalhos podemos citar a tese de Regina Mendes de Araújo (2018), que estudou os nomes eleitos para a câmara da Vila de Marina, desde a criação da vila, em 1711, até 1808, quando houve a transferência do centro político de Lisboa para o Rio de Janeiro. Na tese, a autora buscou identificar o perfil socioeconômico e as redes de poder envolvidas entre os eleitos. Ao analisar os eleitos, a autora buscou explicar a forma complexa das eleições realizadas por pelouro.

Conforme apontado por Maria Fernanda Bicalho (1998), em fins do século XVII e princípios do século XVIII, a monarquia portuguesa buscou diminuir o poder político e econômico das câmaras municipais, principalmente, através da criação do cargo de juiz de fora. Segundo a autora,

A primeira medida neste sentido foi a criação, nas principais cidades coloniais do Império, do cargo de Juiz de Fora, aumentando desta forma o poder de interferência dos funcionários régios a nível do governo local. Em algumas destas cidades, como nos casos de Goa e de Salvador, a Coroa modificou o sistema sobre o qual se baseavam as eleições municipais, substituindo os pelouros pelo escrutínio a cargo dos Juizes da Relação. Estes eram encarregados de compor listas trienais com o nome dos eleitos, cabendo ao Vice-Rei escolher os componentes das vereações seguintes. (Bicalho, 1998, p.6)

Nesse sentido, como podemos perceber, a realização de eleição por pelouros, no Antigo Regime Português, envolvia um sistema de eleição complexo baseado no escrutínio de pelouros por sorte. Em algumas cidades do Império Português, a monarquia portuguesa buscou modificar a realização da eleição como forma de diminuir o poder político e econômico das instituições de administração do território local – as câmaras municipais.

As eleições por maior número de votos

A construção do Estado Imperial brasileiro, no século XIX, implicou na organização de um Estado delineado sob as bases de uma monarquia constitucional e a realização de eleições para a escolha de representantes nos espaços de representação nacional. Estes, por sua vez, ficaram responsáveis pela votação de leis regulamentares para colocar em funcionamento o previsto na Constituição de 1824, conforme os princípios do constitucionalismo moderno.

Os contornos do novo Estado perpassaram pela criação de novas leis, de instituições e de ordenamentos jurídicos ao mesmo tempo que lidava com os antigos espaços de poder tradicional como as câmaras municipais. Elas eram regidas, no Antigo Regime, pelos códigos jurídicos portugueses, no caso as Ordenações Filipinas de 1603, já no arranjo liberal ganharam uma nova legislação, a lei de 1º de outubro de 1828, conhecida como Lei das Câmaras. Essa nova lei foi responsável por retirar as atribuições legislativas, judiciárias das câmaras municipais, além, é claro, de submetê-las aos espaços de poder provincial, criados por decreto em 1823 e pela Constituição de 1824.

Como o novo Estado estava em construção, com a votação de novas leis e ordenamentos jurídicos, ficou estabelecido que, enquanto não se votasse as leis regulamentares para colocar em prática o que estava disposto na Constituição, o Estado Imperial brasileiro seguiria as leis antigas portuguesas, as Ordenações Filipinas.

Com a lei de 1º de outubro de 1828, as câmaras municipais ganharam uma nova legislação que acabou implicando também na forma de realização de seus pleitos eleitorais. A Lei das Câmaras delineou as funções administrativas que cabiam às câmaras municipais e indicou a forma de realização dos processos eleitorais para vereadores e juízes de paz.

Os juízes de paz tinham sido criados por lei ordinária em 15 de outubro de 1827 e eram magistrados leigos, eles estavam ligados diretamente às resoluções conflituosas como conciliações

de partes, pequenas causas que envolviam dinheiro, corpo de delito, evitar rixas, dentre outras demandas, nas freguesias e capelas curadas onde foram eleitos⁴⁶⁷.

A criação desses magistrados leigos para atuação nas localidades do Império foi uma tentativa dos legisladores brasileiros de “dotar o país de instituições liberais capazes de regular a influência do poder central” (Campos; Vellasco, 2011, p. 379). A eleição desses magistrados leigos é vista pela historiografia como “elemento de afirmação da mobilização popular e interiorização da política no Brasil Império”, o que significou a ampliação e a interiorização da “participação do homem comum na vida da comunidade nas freguesias e vilas” (Campos; Vellasco, p. 380 e 399).

Nesse sentido, a Lei das Câmaras foi responsável por instruir como deveria ser realizado os processos eleitorais de vereadores (antigos cargos camarários) e de novos cargos da magistratura no Império do Brasil. Assim, a forma antiga e complexa de realização de eleições por pelouros para cargos camarários foi substituída por eleições diretas que escolhiam para os cargos de vereadores e de juízes de paz os nomes mais votados, respectivamente, na vila sede da Câmara e nas freguesias e capelas curadas.

Antes de explicar como era realizado esses processos eleitorais nos anos iniciais do Império do Brasil, justamente na passagem do Antigo Regime para o constitucionalismo, destaco que o acesso às fontes do período se dá, principalmente, através das cópias das atas desses processos eleitorais, petições enviadas às autoridades imperiais, envolvendo conflitos e dúvidas quanto à realização das eleições, e, claro, a própria legislação.

Já com relação às cédulas, referente aos processos eleitorais, não temos indício da possibilidade de existência desse tipo de fonte para as eleições estudadas. Alguns colegas já destacaram a dificuldade ou a impossibilidade da presença desse tipo de fonte entre a documentação para o estudo dos pleitos oitocentistas no Brasil, possivelmente devido a não sobrevivência dessas fontes pelo tempo ou pela possibilidade de ter se perdido entre a

⁴⁶⁷ BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1827**: atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878a.

documentação. Entre os ritos presentes desses processos eleitorais estava a queima das cédulas após apuração, o que possivelmente leva à possibilidade de supor de que essas fontes, de fato, não resistiram ao tempo. Já outros pesquisadores conseguiram identificar a existência de cédulas para os processos eleitorais do século XIX em Portugal, como a pesquisa de Evaristo Caixeta Pimenta (2022), por exemplo.

Após essa pontuação com relação às cédulas eleitorais, pretendo explicar como era realizado os pleitos para vereadores e para juízes de paz, segundo a Lei das Câmaras de 1828.

A escolha de vereadores e de juízes de paz envolvia a realização de processos eleitorais distintos para ambos os cargos. No caso da escolha de vereadores, a Lei das Câmaras indicou a escolha de nove nomes para a ocupação desses ofícios no âmbito das cidades e sete nomes para atuarem nos lugares de vilas. Já o processo eleitoral para juízes de paz indicava a escolha de um nome e suplente em cada freguesia e capela curada.

O tempo de atuação no cargo de vereador e de juiz de paz era de quatro anos, mas havia algumas distinções quanto aos requisitos para ser eleito e atuar nos dois cargos locais. Para ser vereador, a lei indicava que poderia ser todos os que tinham voto nas assembleias paroquiais e possuir dois anos de domicílio no termo. Já para ser juiz de paz era necessário ser cidadão na condição de eleitor, ou seja, possuir certos requisitos como, por exemplo, renda anual de 200 mil réis, conforme as definições delimitadas na Constituição de 1824. Assim, para exercer o cargo de vereador os critérios de renda se misturaram a critérios antigos baseado no domicílio, ou seja, no pertencimento à comunidade local⁴⁶⁸.

Conflitos eleitorais na eleição municipal de Baependi

⁴⁶⁸ BRASIL. Lei do 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. **Coletção das Leis do Império do Brasil de 1828**: atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878b.

Com o esvaziamento das funções das câmaras municipais, o poder ficou no nível das províncias com a criação de instituições provinciais como o Conselho de Governo, que auxiliava o presidente da província, e o Conselho Geral da Província. Essas duas instituições foram criadas, respectivamente, pelo decreto de 20 de outubro de 1823 e pela Constituição de 1824.

Como as câmaras estavam submetidas a essas instituições provinciais e ao presidente da província, todas as demandas existentes nesses espaços de administração local, bem como a observância de seu funcionamento, passaram ao cargo das autoridades provinciais. Nesse sentido, a realização das eleições era feita pelas autoridades locais, porém cabia ao presidente da província e ao Conselho de Governo indicar a realização das eleições, atuar nas dúvidas sobre a realização desses pleitos e resolver conflitos existentes.

A criação de instituições e de poderes provinciais, no arranjo liberal, acabou por implicar no esvaziamento de funções dos antigos espaços de poder – as câmaras municipais. A Lei das Câmaras indicou uma nova forma de realização das eleições camarárias, reduziu-as a funções administrativas, além, é claro, de submetê-las às instituições provinciais.

Essa perda de funções pelas câmaras municipais seguiria nos próximos anos com o Ato Adicional de 1834, responsável por alterações na Constituição de 1824 como, por exemplo, a extinção dos Conselhos Provinciais e a criação de Assembleias Legislativas Provinciais. As câmaras passaram a ser submetidas, então, a esses espaços de representação provincial de atribuições legislativas.

Apesar desse processo de perda de funções e de passarem a ser submetidas aos poderes provinciais, as câmaras municipais não deixaram de recorrer às autoridades centrais do governo imperial, o que, muitas vezes, gerou conflitos de jurisdições entre os poderes centrais, provinciais e locais. Conforme pontuado por Andrea Slemian, os poderes locais

continuavam a se dirigir diretamente também ao Governo Imperial, tampouco extinguiu as redes de poder nas localidades que, muito

provavelmente, iam sendo reconfiguradas à medida que se impunha um novo padrão institucional ao conjunto do Império (Slemian, 2006, p.222)

Num processo de transição da forma antiga de realização das eleições camarárias para a nova forma de realização conforme a Lei das Câmaras de 1828, as autoridades provinciais precisaram lidar com a realização dos diferentes tipos de pleitos eleitorais, dúvidas e até mesmo conflitos eleitorais. É o que demonstra a documentação eleitoral da vila de Baependi onde em 1º de fevereiro de 1829 ocorreu a realização de eleições municipais para vereadores e juiz de paz.

Naquela ocasião, estava sendo realizada possivelmente a primeira eleição municipal para o cargo de vereadores e de juízes de paz, conforme a Lei de 1º de outubro de 1828. Por um requerimento de um dos membros da mesa eleitoral, tomamos conhecimento da realização dessa eleição, naquela vila, e de conflitos que, ali, estiveram presentes envolvendo a exclusão de nomes do processo eleitoral. Segundo o relato do padre, membro da mesa paroquial, ocorreu, no dia 1º de fevereiro de 1829, a instalação da mesa eleitoral para a realização de eleições municipais

em observância da lei do primeiro de outubro, decreto e instruções do primeiro de dezembro do ano próximo passado para eleições da Câmara e Juízes de Paz, tendo-se dado princípio ao recebimento das cédulas de cada um dos cidadãos que se achavam na Lista Geral, e sendo rejeitadas algumas cédulas de vários apresentantes pelo motivo de não acharem seus nomes na lista geral compareceu o reverendo Antônio Gomes Nogueira Vieira e representou que observando que alguns cidadãos descontentes por serem rejeitados suas listas representava que a mesa tomasse em consideração não só a recepção das mesmas listas como a reclamação que eles cidadãos queriam fazer perante esta Mesa [...]⁴⁶⁹

⁴⁶⁹ Arquivo Público Mineiro (APM). APM PP 1-11 Cx 71.

O relato acima nos dá algumas pistas quanto ao fato de que logo na primeira eleição municipal, seguindo a nova Lei das câmaras, a realização do pleito eleitoral, certamente, acirrou disputas locais existentes, naquele local, advindas, certamente, de disputas anteriores nos pleitos locais dos ofícios camarários.

Além disso, demonstra também que antes mesmo do cargo de juiz de paz assumir a função eleitoral de membro da mesa paroquial, a função eleitoral da mesa cabia ao pároco, figura que conhecia seus paroquianos e domiciliados na localidade.

Outro ponto a ser destacado perpassa na mobilização dos atores excluídos da votação que fizeram uma reclamação junto à mesa eleitoral e esta foi feita e enviada ao presidente da província. Esse tipo de mobilização vem reforçar os argumentos de que as eleições no século XIX não começavam e nem se findavam com o resultado eleitoral, pois a presença de conflitos, seja pela exclusão de nomes para dar o seu voto ou qualquer outro problema, demonstra que os atores envolvidos buscaram junto às autoridades provinciais a resolução desses conflitos eleitorais que podem ter como pano de fundo as desavenças locais entre os poderes locais.

Considerações Finais

O presente trabalho preocupou-se em diferenciar o modo de realização das eleições camarárias da forma Antiga, realizada de forma indireta e baseada no sorteio de pelouros, da realizada a partir da Lei das Câmaras de 1828, que passou a ser de forma direta e pela escolha dos nomes mais votados.

As câmaras municipais tradicionalmente sempre foram espaços de poder político na esfera da administração do território na história do Reino de Portugal e seus domínios no ultramar. Com o processo de construção do Estado imperial brasileiro, elas começaram a sofrer perda de suas

funções e passaram a ser submetidas a poderes provinciais. No entanto, isso não significou que elas deixaram de recorrer aos poderes centrais, o que, muitas vezes, levou a conflitos de jurisdições.

A realização de eleições municipais a partir da Lei das Câmaras de 1828 revela que esteve presente conflitos envolvendo exclusão de nomes na participação do processo eleitoral, possivelmente por disputas locais. Essas exclusões levaram esses atores, muitas vezes, a recorrerem às autoridades provinciais, mediante requerimentos e petições, para a reivindicação de participação eleitoral, o que demonstra um exercício de cidadania.

Assim, as disputas eleitorais para cargos municipais, nos primeiros anos do Império, abrem a oportunidade de perceber que nos anos iniciais do constitucionalismo brasileiro os atores sociais envolvidos nos processos eleitorais estão reivindicando o direito do voto.

Fontes

Arquivo Público Mineiro. APM PP 1-11 Cx 71.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: www.camara.gov.br.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1827**: atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878a.

BRASIL. Lei do 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1828**: atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878b.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Regina Mendes de. **Vereadores da Câmara de Mariana**: perfil socioeconômico, redes relacionais e poder local (1711-1808). Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Humanitas, v.18, n°36,1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200011>

CAMPOS, Adriana; VELLASCO, Ivan. Juízes de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana (Orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERNANDES, Renata Silva. **As províncias do império e o “Governo por Conselhos”**: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns viesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1824-1834). 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PIMENTA, Evaristo Caixeta. **Em luta pelo mais sagrado dos direitos:** identidades políticas, ideologias e práticas eleitorais das Monarquias Constitucionais bragantinas à luz do fenômeno liberal (1820-1847). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6: MULHERES, GÊNERO E REGIMES AUTORITÁRIOS NO SÉCULO XX.

AS MULHERES DE CHICO: As representações da figura feminina narradas por Chico Buarque.

Maria Carolina de Aquino Henriques da Silva⁴⁷⁰

Sheila Aparecida Laurindo Graça⁴⁷¹

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo analisar a figura feminina nas composições musicais de Chico Buarque, a partir de um recorte temporal e temático, a fim de compreender qual a memória consolidada acerca do sentido de ser mulher no período ditatorial brasileiro a partir da perspectiva masculina. Para a elaboração deste estudo, foram ditas como objeto cinco músicas relevantes do cantor e que abordam, de alguma forma, a temática feminina, publicadas entre os anos de 1970 e 1980, sendo elas, respectivamente, Cotidiano (1971), Olha, Maria (1971), Ana de Amsterdam (1973), Mulheres de Atenas (1976), Geni e o Zepelim (1979). Nesse processo, foi utilizada a metodologia qualitativa, fundamentada sobre pesquisa bibliográfica, com uso de materiais já elaborados, como revistas, livros, artigos e outros.

⁴⁷⁰Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carolina.maria@estudante.ufjf.br

⁴⁷¹ Graduada de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: sheilaaplaurindo@gmail.com

Palavras-chaves: Músicas, mulheres, Chico Buarque

Abstract: The aim of this study was to analyze the female figure in Chico Buarque's musical compositions, from a temporal and thematic point of view, in order to understand the consolidated memory of the meaning of being a woman in the Brazilian dictatorship period from a male perspective. In order to carry out this study, five of the singer's most important songs, published between 1970 and 1980, which in some way deal with women's issues, were taken as the object of study: Cotidiano (1971), Olha, Maria (1971), Ana de Amsterdam (1973), Mulheres de Atenas (1976) and Geni e o Zepelim (1979). In this process, we used a qualitative methodology, based on bibliographical research, using materials already prepared, such as magazines, books, articles and others.

Keywords: Songs, women, Chico Buarque

Introdução

Qual a imagem da mulher desejou-se representar na sociedade? Mais especificamente, de que maneira, no âmbito musical da década de 1970, Chico Buarque de Holanda construiu a imagem do feminino? A partir dessas indagações, buscou-se elaborar uma discussão que contemplasse o debate de sujeito, temporalidades, afetos e verdades presentes nas composições buarqueanas.

Nesse sentido, recorreu-se a metodologia qualitativa, fundamentada sobre pesquisa bibliográfica, no intuito de identificar as memórias consolidadas e as verdades reverberadas nas

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

canções de Buarque. Para tal, a seleção de músicas com temáticas voltadas à retratação da mulher foi particularmente propiciada por um processo de identificação das autoras deste dossiê. Como também, a escolha do recorte histórico fundamentada nas intensas mudanças sociais dos mais diversos grupos, com ênfase nas transformações acarretadas ao sujeito feminino, que caracterizaram os anos de 1970.

Ademais, no que se refere a justificativa da preferência em perscrutar as obras do Chico Buarque, isso se deu em decorrência das marcas deixadas na sociedade pelo artista ao longo de sua carreira, depreendendo a subjetividade de cada um dos traços deixados, por meio da música, nas mulheres reais das “Genis às Elviras”. Soma-se a isso, a compreensão do ambiente musical enquanto espaço de lutas, representatividade, enunciações e silenciamentos; um elemento que teria “poder para subjugar as naturezas rudes e incultas; poder para suscitar pensamentos e despertar simpatia, para promover a harmonia de ação e banir a tristeza e os maus pressentimentos, os quais destroem o ânimo e debilitam o esforço” (WHITE, 2008, p. 168).

2) Análise das músicas

1.1 Cotidiano (1971)

A canção “Cotidiano” de Chico Buarque, lançada em 1971, faz parte do álbum “Construção” do autor e da trilha sonora da telenovela “Como salvar meu casamento”, de 1979, da antiga Rede Tupi. “Cotidiano” descreve a rotina monótona de um casal dos anos 70, em um contexto de ditadura militar no Brasil. Esse cotidiano cíclico é bem lembrado por Buarque em toda música, por intermédio da repetição das ações dos personagens ao longo da canção. Para além de uma repetição de comportamentos diários, que pode ser observada logo na primeira estrofe (“/ Todo dia ela faz tudo sempre igual/”), Buarque expressa, por meio do eu-lírico masculino narrador, a vida de uma mulher no começo dos anos setentistas, o qual é o propósito dessa análise, onde a figura feminina estava, diretamente, relacionada ao espaço privado, enquanto mãe, esposa e cuidadora do lar. Assim, acerca do papel feminino no entorno desse período, Rago (2004) afirma que:

Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um ‘bom partido’ para um casamento indissolúvel e aperfeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigisse pouco esforço físico e mental (RAGO, 2004, p.31, apud FILHO, 2022, p. 38).

Portanto, ressalta-se que a submissão da mulher a esse tipo de vivência naturalizada estava associada ao fato de que era impensável, naquela época, a atribuição de papéis ativos e independentes à figura feminina.

Na segunda estrofe da canção, “/Todo dia ela diz que é pra eu me cuidar / E essas coisas que diz toda mulher/”, faz-se evidente uma abordagem generalista e depreciativa, do eu lírico, da forma como as mulheres estão sujeitas a vida de subordinação, dado que esse homem que “acorda às seis da manhã” e sai para enfrentar um longo dia de trabalho, tem sempre a amável esposa em casa à sua espera. Essa ideia ainda é reforçada no verso “/Seis da tarde como era de se esperar / Ela pega e me espera no portão/”, a partir da perspectiva do homem, enquanto marido da mulher, ele afirma a previsibilidade que sua esposa estará ali para, e por ele. Sendo assim, a mulher de “Cotidiano” é a mulher que fica no lar, acorda o marido, prepara suas refeições e o espera no final do dia no portão de casa, sem nenhuma manifestação de individualidade ou atribuições ativas.

Cotidiano (1971)

(Composição: Chico Buarque)

Todo dia ela faz tudo sempre igual

Me sacode às seis horas da manhã

Me sorri um sorriso pontual

E me beija com a boca de hortelã

Todo dia ela diz que é pra eu me cuidar

E essas coisas que diz toda mulher

Diz que está me esperando pro jantar

E me beija com a boca de café

Todo dia eu só penso em poder parar

Meio dia eu só penso em dizer não
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão
Seis da tarde como era de se esperar
Ela pega e me espera no portão
Diz que está muito louca pra beijar
E me beija com a boca de paixão
Toda noite ela diz pra eu não me afastar
Meia-noite ela jura eterno amor
E me aperta pra eu quase sufocar
E me morde com a boca de pavor.

1.2 Olha Maria (1971)

Nesta canção, o homem não tem como ocupar o espaço da mulher, e não a canta como musa e amante. O autor joga o protagonismo das ações sobre Maria e não sobre ele, que representa o masculino na canção. Podemos perceber uma polarização nos papéis masculino e feminino, algo comum nas canções brasileiras, mas com uma alteração na representação social de ambos: aqui o homem se vê incapaz de manter o relacionamento, pois a mulher está num patamar de superioridade. Se de um lado ela arde, de outro ele está imerso em agonia. A ideia de musa permanece, porém, ela não é inalcançável por forças exteriores. Ela não é comprometida; ele não foi abandonado. Não há a ideia de princesa e plebeu, não há traições.

Pinto (2015) destaca que homem vê-se incapaz de conter a transformação da mulher, a ele resta a ideia de um desejo que não será concretizado, visto que se surpreende com a transformação de Maria. Ciente da certeza dos fatos, o homem lança mão de seu desejo. A partir disso, Maria leva consigo a alegria, deixando para trás um eu-poético mergulhado na agonia.

Chico Buarque, nesta canção feita em parceria com Tom Jobim e Vinicius de Moraes, fixa-se numa música de situação (SANT'ANNA, 2013). Não há a explicação de como se conheceram, as roupas que ela vestia, os objetos que possuía. Fixa-se antes numa situação, um momento, justamente o momento em que o eu-poético masculino percebe o aflorar de uma Maria que não

mais lhe cabe possuir ou merecer. Nota-se, portanto, uma polarização entre uma mulher cheia de vida e um homem passivo diante da mudança e da efemeridade do amor que viveu ao lado da amada.

Olha Maria (1971)

(Composição: Chico Buarque, Tom Jobim, Vinícius de Moraes)

Olha, Maria

Eu bem te queria

Fazer uma presa

Da minha poesia

Mas hoje, Maria

Pra minha surpresa

Pra minha tristeza

Precisas partir

Parte, Maria

Que estás tão bonita

Que estás tão aflita

Pra me abandonar

Sinto, Maria

Que estás de visita

Teu corpo se agita

Querendo dançar

Parte, Maria

Que estás toda nua

Que a lua te chama

Que estás tão mulher

Arde, Maria

Na chama da lua

Maria cigana

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Maria maré
Parte cantando
Maria fugindo
Contra a ventania
Brincando, dormindo
Num colo de serra
Num campo vazio
Num leito de rio
Nos braços do mar
Vai, alegria
Que a vida, Maria
Não passa de um dia
Não vou te prender
Corre, Maria
Que a vida não espera
É uma primavera
Não podes perder
Anda, Maria
Pois eu só teria
A minha agonia
Pra te oferecer.

1.3 Ana de Amsterdam (1973)

Ana de Amsterdam é um personagem do livro/peça "Calabar, o elogio da traição" (1973), escrita por Chico Buarque e Ruy Guerra, que conta a história de Calabar, que ficou conhecido como traidor por ficar do lado dos holandeses no episódio das invasões em 1630. A prostituição é o tema, mesmo que não ocorram referências explícitas em nenhum momento da canção, mas apenas sugerida pelo amplo jogo de palavras e atributos relacionados a personagem. O título, ressalta a origem de Ana, deixando claro a sua condição de meretrício comum a várias mulheres de Amsterdam, onde a liberdade na profissão é bastante conhecida. Visto que na obra de Chico

Buarque, o seu discurso dá voz àqueles que, em geral não têm voz, Ana de Amsterdam, está em primeira pessoa, ela conta sua própria história.

A personagem é uma prostituta, fato que se encontra em (Sou Ana dos diques e das docas/ Da compra , da venda, da troca das pernas), Ana transgride as normas sociais de uma mulher numa sociedade patriarcal como a brasileira e além do meretrício deixa implícito uma relação de lesbianismo (Sou Ana das loucas/ Até amanhã/ sou Ana, da cama/ Da cana ,fulana, sacana). Como Pinto (2015) afirma, Ana relembra o seu passado, conta de onde veio e de seu sonho romântico, mas volta a realidade e a prostituição aparece numa descendente (Do cabo, do raso, do rabo, dos ratos) e apesar dos seus esforços , agora ela é “carta marcada”, “jogo de azar”. Sua vida é incerta e no final do poema ela expõe a fragilidade e brutalidade das relações que a cerca (Sou Ana dos vinte minutos/sou na da brasa dos brutos nas coxas).

Ana de Amsterdam (1973)

(Composição: Chico Buarque, Ruy Guerra)

Sou Ana do dique e das docas
Da compra, da venda, da troca das pernas
Dos braços, das bocas, do lixo, dos bichos, das fichas
Sou Ana das loucas
Até amanhã
Sou Ana, da cama
Da cana, fulana, bacana (sacana)
Sou Ana de Amsterdam

Eu cruzei um oceano
Na esperança de casar
Fiz mil bocas pra Solano
Fui beijada por Gaspar

Sou Ana de cabo a tenente
Sou Ana de toda patente, das Índias
Sou Ana do Oriente, Ocidente, acidente, gelada
Sou Ana, obrigada
Até amanhã, sou Ana
Do cabo, do raso, do rabo, dos ratos
Sou Ana de Amsterdam

Arrisquei muita braçada
Na esperança de outro mar

Hoje sou carta marcada
Hoje sou jogo de azar

Sou Ana de vinte minutos
Sou Ana da brasa dos brutos na coxa
Que apaga charutos
Sou Ana dos dentes rangendo
E dos olhos enxutos
Até amanhã, sou Ana
Das marcas, das macas, das vacas, das pratas
Sou Ana de Amsterdam.

1.4 Mulheres de Atenas (1976)

A canção intitulada "Mulheres de Atenas" de 1976, composta por Chico Buarque e Augusto Boal, faz parte do álbum *Meus Caros Amigos*. Logo no início da música, em "Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas", já se estabelece o tom das características que serão designadas ao feminino durante toda a letra: a ideia de uma mulher sempre submissa ao homem, enquanto ele sai para a guerra atrás do orgulho de Atenas.

Em versos como "Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas/ Elas não têm gosto ou vontade/ Nem defeito nem qualidade/ Têm medo apenas/ Não têm sonhos, só têm presságios", é possível perceber a total despersonalização da mulher, tornando a sua identidade baseada em servir ao seu marido, principalmente, a seus filhos e ao trabalho doméstico. Trata-se de uma representação do feminino oprimido e sem voz, que vive em uma realidade na qual seu mundo gira ao redor do homem. É um sujeito que apenas aceita a sua realidade de submissão e não questiona nada do que lhe é imposto. Não só isso, mas chegam a implorar, como pode ser visto em "Quando fustigadas não choram/ Se ajoelham, pedem, imploram/ Mais duras penas, cadenas".

Tanto o descaso quanto a violência a qual a mulher é submetida se fazem muito presentes nessa canção. Os versos "Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas/ Quando eles embarcam, soldados/ Elas tecem longos bordados/ Mil quarentenas/ E quando eles voltam sedentos/ Querem arrancar violentos/ Carícias plenas, obscenas", trazem a ideia de uma mulher que sofria a ansiava tanto pela volta de seu marido, que aceitava qualquer tipo de violência contra seu corpo para poder satisfazê-los. Ainda no mesmo tópico, os versos "Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas/ Quando eles se entopem de vinho/ Costumam buscar o carinho de outras falenas/ Mas no fim da noite, aos pedaços/ Quase sempre voltam pros braços/ De suas pequenas Helenas", mostram como os homens "buscam a satisfação, a alegria na bebida, na festa e em outras mulheres, geralmente meretrizes que lá se encontram, também com a única opção de servir-lhes. Entretanto, às casas retornam, quando estão saciados, em busca de suas esposas, que lá permanecem à espera" (VASCONCELOS; PINHEIRO, 2018, p.99). Além disso, também expõe a servidão sexual a que essas mulheres eram submetidas. Os versos "Quando fustigadas não choram/ Se ajoelham, pedem, imploram/ Mais duras penas, cadenas" trazem a ideia da violência não só física, mas também psicológica que essas mulheres sofriam.

Apesar do tom depreciativo ligado à figura feminina na letra da música, em entrevista à televisão Cultura, Chico Buarque afirmou que o objetivo da música era justamente denunciar a comodidade e a passividade da época da composição (ABREU, 2022). Isso pode ser percebido quando o cantor repete os versos "Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas" durante toda

a música. Como afirmou o próprio cantor da obra, quando foi questionado sobre os pensamentos das feministas da época “Eu disse: mirem-se no exemplo daquelas mulheres que vocês vão ver o que vai dar. A coisa é exatamente ao contrário.”

Mulher de Atenas (1976)

(Composição: Chico Buarque, Augusto Boal)

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas

Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas

Quando amadas, se perfumam

Se banham com leite, se arrumam

Suas melenas

Quando fustigadas não choram

Se ajoelham, pedem, imploram

Mais duras penas, cadenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas

Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas

Quando eles embarcam, soldados

Elas tecem longos bordados

Mil quarentenas

E quando eles voltam sedentos

Querem arrancar violentos

Carícias plenas, obscenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas

Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas

Quando eles se entopem de vinho

Costumam buscar o carinho de outras falenas

Mas no fim da noite, aos pedaços

Quase sempre voltam pros braços

De suas pequenas Helenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas

Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas

Elas não têm gosto ou vontade

Nem defeito nem qualidade

Têm medo apenas
Não têm sonhos, só têm presságios
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas morenas
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas
As jovens viúvas marcadas
E as gestantes abandonadas
Não fazem cenas
Vestem-se de negro, se encolhem
Se conformam e se recolhem
Às suas novenas serenas
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Secam por seus maridos, orgulho e raça de Atenas.

1.5 Geni e o Zepelim (1979)

Segundo Araújo (2018), a canção “Geni e o Zepelim”, composta por Chico Buarque, integra a peça de teatro musical Ópera do Malandro, a qual foi encenada pela primeira vez na capital do Rio de Janeiro, em 1978. A letra é dividida em quatro longas estrofes, subdivididas pela presença do refrão, que narram os eventos distintos, seguindo a seguinte linearidade: caracterização da personagem Geni, introdução do comandante, súplicas coletivas e encerramento do clímax, com o retorno da hostilidade à protagonista. Assim, como expresso por Paula (2010), a música é uma espécie de arena onde digladiam vozes sociais e se estabelecem críticas por meio da ironia e do duplo sentido do discurso, com destaque para o papel do gênero.

Em primeiro lugar, é necessário frisar que Chico Buarque atua como narrador crítico e, apesar da popularização da canção durante o regime militar por “parecer ir ao encontro da ideologia hegemônica discriminatória e falso-moralista predominante no período” (PAULA, 2010, p. 2), estabelece ironias em sua própria posição ao descrever os eventos de modo onipresente e impessoal, a fim de, até mesmo ao discorrer sobre os eventos, não delegar voz a personagem principal. Desse modo, o músico assume, a partir de uma série de mecanismos melódicos e linguísticos, uma posição crítica ao comportamento da sociedade da época sem colocar-se como agente denunciante claro.

Como referido por Dunder et al. (2015), apesar de a transexualidade da personagem não estar explícita, visto a época em que está inserida, a protagonista é uma mulher transsexual e, nesse contexto, é vislumbrada, no decorrer da peça, por uma marginalização de dupla camada: a misoginia e a transfobia. Não obstante, apesar das estrofes apresentarem diversos aspectos importantes à compreensão da sociedade e suas reverberações, cabe, neste dossiê, abordar com centralidade a posição de Chico Buarque diante à questão do gênero e das mazelas implicadas a Geni, definida como “/ É a rainha dos detentos / Das loucas, dos lazarentos / Dos moleques do internato”, por esse viés.

Sendo assim, ainda que o cantor fosse de classe média alta, de acordo com Melo e Ferreira (2018), ele usava “heterônimos marginais” para se referir aos marginalizados pela sociedade e, conseqüentemente, apontar o posicionamento hipócrita da sociedade elitista, o que pode se notar na mudança de abordagem que ocorre nos seguintes trechos: “/ Você pode nos salvar / Você vai nos redimir / Você dá pra qualquer um / Bendita Geni /” e “/Joga pedra na Geni / Joga bosta na Geni / Ela é feita pra apanhar / Ela é boa de cuspir / Ela dá pra qualquer um / Maldita Geni”. Portanto, percebe-se o apontamento irônico do autor a fluidez “interesseira” dos comportamentos sociais, discretamente referido.

Ainda assim, a visão refletida na canção coloca a mulher em uma posição de visibilidade, mas não de dignidade. Como Dunder et al. (2015) frisa, a voz de Geni não é ouvida, mas ela não é invisível, sendo que é hostilizada e considerada uma anomalia social e ao ser destacada a população reage atordoada: “/ Essa dama era Geni / Mas não pode ser Geni / Ela é feita pra apanhar / Ela é boa de cuspir /”. À vista disso, estabelece-se uma nova perspectiva: a existência como uma ameaça social concebida e reprimida. Assim, transpassa-se a escrita de Foucault (1998), vai de encontro com a insuficiência para a efetivação das fontes normativas que promovem a igualdade e protegem a dignidade do ser humano.

Além disso, é possível notar, por meio da ironia durante a caracterização dos personagens da trama que, segundo Paula (2010), Chico faz uso de adjetivos comuns ao contexto, mas com valores invertidos, o que é possível por ser um discurso estético. Esse movimento exercido pelo compositor reflete sua indignação com o poder de uma estrutura machista que atua valorando os indivíduos por sua utilidade, como ocorre em “/ A cidade em romaria / Foi beijar a sua mão / O prefeito de joelhos / O bispo de olhos vermelhos / E o banqueiro com um milhão/” e “/ Mas logo raiou o dia / E a cidade em cantoria / Não deixou ela dormir / Joga pedra na Geni”. Por meio disso, o autor-criador inverte a hierarquia social momentaneamente e deflagra os sujeitos.

Por fim, cabe ressaltar que a ausência de um “final feliz” reforça o intuito do compositor, atrelando-se à realidade e indo ao encontro com o extremo descaso: “/ Joga bosta na Geni /”. Destarte, Chico Buarque, fazendo uso da canção “Geni e o Zepelim”, constrói uma representação verossímil que culmina na denúncia “censurada” da objetificação e discriminação das figuras representadas por Geni, ou seja, mulheres cisgênero, mulheres transexuais e mulheres em posição de vulnerabilidade, em intersecção ou não.

Geni e o Zepelim (1978)

(Composição: Chico Buarque)

De tudo que é nego torto
Do mangue e do cais do porto
Ela já foi namorada
O seu corpo é dos errantes
Dos cegos, dos retirantes
É de quem não tem mais nada
Dá-se assim desde menina
Na garagem, na cantina
Atrás do tanque, no mato
É a rainha dos detentos
Das loucas, dos lazarentos
Dos moleques do internato
E também vai amiúde
Com os velhinhos sem saúde
E as viúvas sem porvir
Ela é um poço de bondade
E é por isso que a cidade
Vive sempre a repetir
Joga pedra na Geni
Joga pedra na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni

Um dia surgiu, brilhante
Entre as nuvens, flutuante
Um enorme zepelim
Pairou sobre os edifícios
Abriu dois mil orifícios
Com dois mil canhões assim
A cidade apavorada
Se ficou paralisada
Pronta pra virar geléia
Mas do zepelim gigante
Desceu o seu comandante
Dizendo - Mudei de idéia
- Quando vi nesta cidade
- Tanto horror e iniquidade
- Resolvi tudo explodir
- Mas posso evitar o drama
- Se aquela formosa dama
- Esta noite me servir
Essa dama era Geni
Mas não pode ser Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni
Mas de fato, logo ela
Tão coitada e tão singela
Cativara o forasteiro
O guerreiro tão vistoso
Tão temido e poderoso
Era dela, prisioneiro
Acontece que a donzela
- e isso era segredo dela

Também tinha seus caprichos
E a deitar com homem tão nobre
Tão cheirando a brilho e a cobre
Preferia amar com os bichos
 Ao ouvir tal heresia
 A cidade em romaria
 Foi beijar a sua mão
 O prefeito de joelhos
 O bispo de olhos vermelhos
E o banqueiro com um milhão
 Vai com ele, vai Geni
 Vai com ele, vai Geni
 Você pode nos salvar
 Você vai nos redimir
 Você dá pra qualquer um
 Bendita Geni
 Foram tantos os pedidos
 Tão sinceros, tão sentidos
 Que ela dominou seu asco
 Nessa noite lancinante
 Entregou-se a tal amante
Como quem dá-se ao carrasco
 Ele fez tanta sujeira
Lambuzou-se a noite inteira
 Até ficar saciado
 E nem bem amanhecia
 Partiu numa nuvem fria
Com seu zepelim prateado
 Num suspiro aliviado
 Ela se virou de lado
 E tentou até sorrir
 Mas logo raiou o dia

E a cidade em cantoria
Não deixou ela dormir
Joga pedra na Geni
Joga bosta na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni.

Considerações finais

Assim sendo, fica evidente que Chico Buarque, através de recursos como ironia, “absurdo” e o extremo, busca expor e denunciar a forma como a mulher é tratada e retratada na década de 1970. A denúncia do cantor está mais vinculada a uma ideia de reforçar os estereótipos da figura feminina da época, do que a uma quebra de padrões que busca o rompimento com o consolidado. Portanto, as Anas, Marias e Genis compõem personagens centrais do imaginário da população brasileira, sejam presas em seus Cotidianos ou a caminho de Amsterdam, desse modo, a música se configura como elemento crucial na constituição da identidade de uma sociedade e evidencia demandas, feições e preconceitos de um passado vivo e sensível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luis Felipe. **Chico Buarque aposenta “Com Açúcar, Com Afeto” após críticas de mulheres**. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/chico-buarque-aposenta-com-acucar-com-afeto-apos-criticas-de-mulheres/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ARAÚJO, M. C. de. (2018). O tempo, o valor e a prostituta: reflexões sobre “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque. **Estudos Semióticos**, 14(2), 87-98. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2018.150525>.

BUARQUE, Chico. Ana de Amsterdam. Compositor: Chico Buarque, Ruy Guerra. **In: Caetano e Chico Juntos e Ao Vivo**. Polysom, 1972.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

BUARQUE, Chico. Cotidiano. Compositor: Chico Buarque. **In: Construção**. Phonogram, 1971.

BUARQUE, Chico. Geni e o Zepelim. Compositor: Chico Buarque. **In: Ópera do Malandro**. Philips, 1979.

BUARQUE, Chico. Mulheres de Atenas. Compositor: Chico Buarque, Augusto Boal. **In: Meus Caros Amigos**. Philips, 1976.

BUARQUE, Chico. Olha Maria. Compositor: Chico Buarque. **In: Construção**. Phonogram, 1971.

DUNDER, Juliana Silva *et al.* JOGA PEDRA NA GENI:: uma discussão para além dos territórios urbanos de sociabilidades gays na cidade de salvador-ba. **Anais XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades**, Patos, v. 11, p. 1-11, 2015. Anual.

FILHO, Isabella de Paula. Desconstruindo personagens de Cinderela: versões 1950, 1997 e 2021: construção de gênero, raça, sexualidade e representatividade. 2022. 94 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II. Uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Graal, 1998.

MELO, Bruno Santos; FERREIRA, Jailma da Costa. PROSTITUIÇÃO: NECESSIDADE, PRAZER OU MEIO DE INSERÇÃO SOCIAL? A FIGURA DA PROSTITUTA NA CANÇÃO GENI E O ZEPELIM, DE CHICO BUARQUE. **II Cited**, Paraíba, v. 2, p. 1-8, nov. 2016. Anual.

PAULA, Luciane de. A Ironia de “Geni e o Zepelim”:: sujeitos, poderes e mundos no tempo da suspensão. **Grupo de Estudos do Tempo Presente: Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão - Se, v. 1, n. 1, p. 1-12, out. 2010. Mensal.

PINTO, Fábio Ferreira. **De Musas a de transgressoras - um recorte do feminino em Chico Buarque**: um enfoque sistêmico-funcional. 2015. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de; PINHEIRO, Vanessa Riambau. Crítica à submissão do feminino em Mulheres de Atenas, de Chico Buarque. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, n. 42, p. 93-101, ago. 2018. ISSN 2447-9187. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/1723>>. Acesso em: 10 Dez. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18265/1517-03062015v1n42p93-101>.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

WHITE, Ellen Gold. **Educação**, 5^a ed, São Paulo, Casa Publicadora Brasileira, 1905, p. 11-168.

O Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica: operárias em cena

Monique Alves Oliveira⁴⁷²

Resumo: O Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica aconteceu em 1978, em São Bernardo do Campo, São Paulo. O evento é considerado um marco para as primeiras discussões que refletiam as condições do trabalho feminino no sindicato da indústria. O documentário *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978), de Olga Futemma e Renato Tapajós, fez a cobertura do congresso e é o único registro cinematográfico do período das greves que coloca a mulher em protagonismo. A presente comunicação tem como objetivo a análise da representação das operárias no filme, fundamentada pelos estudos de gênero e do trabalho. Por meio da análise fílmica e de fontes históricas do Congresso, pretende-se investigar como se deu o evento e quais as problemáticas evidenciadas a partir da observação da linguagem cinematográfica.

Palavras-chave: trabalhadoras metalúrgicas; operárias; cinema brasileiro contemporâneo; indústria; sindicato.

Abstract: The First Metallurgical Women's Congress took place in 1978, in São Bernardo do Campo, São Paulo. The event is considered a milestone for the first discussions that reflected the conditions of female work in the industry union. The documentary *Trabalhadoras Metalúrgicas* (1978), by Olga Futemma and Renato Tapajós, covered the congress and is the only cinematographic record of the strike period that places women in the spotlight. This communication aims to analyze the representation of female workers in the film, based on gender and work studies. Through film analysis and historical sources from the Congress, we intend to investigate how the

⁴⁷² Monique Alves Oliveira é doutoranda em Artes, Cultura e Linguagens, na linha de pesquisa em Cinema e Audiovisual, no PPGACL/UFJF. Email: moniquealvolipesquisa@gmail.com.

event took place and what problems were highlighted through the observation of cinematographic language.

Key-words: metal workers; factory workers; contemporary brazilian cinema; industry; syndicate.

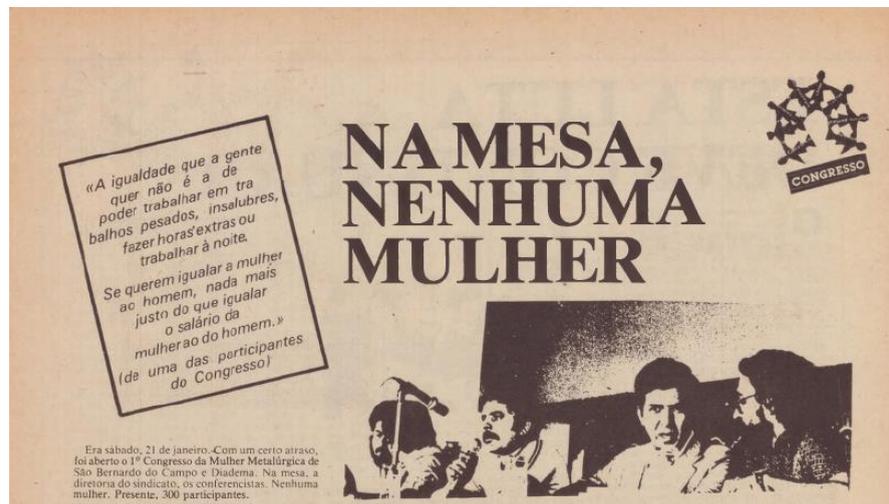
“Na mesa, nenhuma mulher” é o destaque de apresentação do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica, que ocorreu em janeiro de 1978, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema. A chamada pertence à décima primeira edição do jornal *Brasil Mulher*⁴⁷³, publicado em março do mesmo ano. O evento buscava estimular a participação das metalúrgicas no sindicato, já que na época havia um aumento significativo da entrada das mulheres na indústria⁴⁷⁴, o que não se refletia nas atividades da categoria.

De acordo com Elizabeth Souza-Lobo (2021), a ideia de um Congresso para as operárias já havia surgido antes, em 1976, mas uma alteração na legislação trabalhista é determinante para que o evento ocorresse somente em 1978: a legalização do trabalho noturno para as mulheres. Das 800 trabalhadoras inscritas no evento, apenas 300 participaram - boa parte ausente devido a constantes ameaças de demissão feitas pelos patrões. A denúncia do jornal, porém, diz respeito a uma outra ausência. Na fotografia que acompanha a nota, veem-se sentados na mesa o diretor do sindicato, Luiz Inácio Lula da Silva, e os conferencistas na abertura do Primeiro Congresso das Mulheres Metalúrgicas, todos homens.

⁴⁷³ O jornal *Brasil Mulher*, fundado por Joana Lopes, teve vinte edições lançadas entre 1975 e 1980. O tabloide integra às produções da imprensa alternativa feminista. A edição 11, publicada em março de 1978, apresenta a cobertura do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema.

⁴⁷⁴ De acordo com Souza-Lobo (2021) a entrada crescente das mulheres na indústria se intensifica na década de 1970, alguns motivos seriam determinantes para o aumento, como a queda do salário em 1964 e o compromisso de participar do “orçamento familiar”, a criação de novos empregos na fábrica que exigiam “habilidade, destreza e comportamento minucioso - qualidades ‘próprias’ da mão-de-obra feminina”, a decomposição de tarefas que geravam uma demanda de trabalho menos qualificado, a criação de cargos mais simplificados e, por fim, o enfretamento da crise de 1973 em que o contrato de mulheres e menores de idade, nesse caso em ambos gêneros, ofereciam “menos agressivos na hora das negociações” (Souza-Lobo, 2021: 31-32).

Figura I - Abertura do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica



Fonte: *Jornal Brasil Mulher*, edição 11, março de 1978

A respeito do turno noturno, o jornal aponta que a opinião das metalúrgicas era “unanimemente contrária: não deveria existir trabalho noturno nem para elas nem para os homens”, considerando que a questão não estaria em “em aumentar a jornada de trabalho da mulher e sim igualar seu salário ao dos homens”. A publicação também escutou algumas operárias acerca da implementação do horário. Uma delas comenta que se o turno fosse implementado só ofereceria vantagens para a empresa. Outra acredita que o período noturno de trabalho poderia prejudicar as mulheres casadas na dinâmica da vida familiar.

Relacionado a esse último comentário, vale incluir outra publicação. Trata-se do jornal do sindicato dos trabalhadores do ABC, a *Tribuna Metalúrgica*⁴⁷⁵. O trecho, analisado por Souza-Lobo (2021) em seu livro, demonstra a preocupação do grupo relativa à votação do turno noturno para as mulheres:

A modificação da lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais a seu organismo, no exato momento em que os homens lutam pela melhoria das condições de trabalho e dos salários. Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis (Souza-Lobo, 2021: 44).

⁴⁷⁵ A *Tribuna Metalúrgica* foi criada em 1971 pelos metalúrgicos do ABC paulista funcionando como comunicação oficial do sindicato até os dias atuais. Teve sua primeira edição apresentada pelo jornalista Antônio Carlos Felix Nunes que delineou o objetivo central da publicação como porta voz do trabalhador.

Na passagem acima a reivindicação do horário ampliado de trabalho surge como um empecilho para a continuidade da luta trabalhista travada pelos homens. Além do incômodo explícito da categoria com a inversão de papéis que seria ocasionada com a implementação do turno. Para a socióloga, considerando o período das greves, o trecho demonstra um interesse de “integrar as mulheres às lutas sindicais como sendo a única forma possível de resistência, porém essa luta é a ‘luta dos homens’ o que talvez refletisse a realidade de então” (Souza-Lobo, 2021: 44).

Cabe mencionar que pontos de vista como esse não pareciam restritos à categoria, levando em conta o pensamento de uma das trabalhadoras entrevistada pelo *Brasil Mulher*, que revela sua preocupação com a ausência das mulheres casadas na dinâmica familiar. No entanto, Souza-Lobo (2021) integra em seu livro outro comentário, dessa vez de uma trabalhadora da Volkswagen, que adensa esse argumento: “O homem chega em casa e pode ir para a cama na mesma hora, sem problema. Nós não; quando a gente chega em casa, encontra todos os problemas e todo o trabalho da casa esperando” (Souza-Lobo, 2021: 46).

Apesar de caminharem a favor de um mesmo pleito, é visível a diversidade de pensamento refletido nessas entrevistas. No caso da publicação do sindicato, ainda que o grupo também concordasse com a maioria das operárias, as motivações eram outras. Margareth Rago (2012) nota que esse pensamento conservador era comum, especialmente quando observado o histórico de publicações desses setores sociais. Ao analisar um jornal do contexto de industrialização do Brasil⁴⁷⁶, a autora reflete que “quando tentamos visualizar o passado da mulher trabalhadora não é o discurso de vitimização, tão enfático e recorrente na imprensa operária” que é reforçado, especialmente no caso da militância ligada à formação da categoria como classe que convoca “para luta revolucionária”. Para ela, no caso das mulheres, o que chama a atenção é a “associação frequente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social [...], a ameaça à honra feminina” (Rago, 2012: 585). Ela menciona um trecho do jornal *A Razão*, de julho de 1929:

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando

⁴⁷⁶ Margareth Rago (2012) explica que o processo de Industrialização do Brasil fez um percurso com “início no Nordeste do país entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX - especialmente, com a indústria de tecidos de algodão na Bahia” para enfim chegar ao sudeste do país. Na transição dos séculos XIX para o XX “o Rio de Janeiro reunia a maior concentração operária do país, tendo sido superado por São Paulo apenas nos anos de 1920” (Rago, 2012: 580).

melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (Rago, 2012: 585).

Para a historiadora, “essa visão está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada” (Rago, 2012: 585). No início do século XX, intelectuais e políticos do período buscavam “redefinir o lugar das mulheres na sociedade”. Com influência dos estudos propostos “pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas” e imersos em um contexto de “crescente urbanização das cidades e industrialização”, concebia-se “a moderna esfera pública” (Rago, 2012: 585). Esse espaço Rago (2012: 604) entende ser “definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes”.

Décadas depois, em outro contexto industrial do país, especialmente refletido pelo período das grandes greves do ABC paulista, a problemática em torno das questões específicas das mulheres operárias surge ainda pouco desenvolvida. Inclusive, são essas discussões que encerram o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica. A resolução final do evento mencionava a criação de um departamento feminino que atuasse dentro da instituição em questões vinculadas às necessidades das mulheres. O sindicato acaba sendo contrário à proposta, argumentando que isso poderia dividir a classe operária. A formação de um grupo de mulheres atuando dentro da instituição criava um embate direto ao ideal de formação de classe trabalhista. Além disso, para Souza-Lobo (2021: 44), havia um temor na categoria que o Congresso fosse “confundido com um Congresso feminista”.

É possível perceber que o evento, criado pela instituição, consolidava-se simbolicamente na imagem da mesa de inauguração do Congresso (Figura I). As mulheres mais uma vez surgem como coadjuvantes em um espaço que, a princípio, se abria para elas. Todavia, a reflexão levantada acima corrobora um aprofundamento desta questão: não era apenas a interferência na categoria de classe que parecia incomodar o grupo sindical, mas sim o desenvolvimento de uma emancipação das mulheres além do espaço privado que, por sua vez, ocasionava a complexa saída de casa - ausência no espaço - e a inversão de papéis⁴⁷⁷.

⁴⁷⁷ No texto “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”, Paola Cappelin Giuliani (2012) revela essa crise manifestada pela divisão sexual no trabalho em função da representação sindical. A autora cita uma coordenadora da Comissão Nacional da Mulher da CUT, de 1989, que demonstra a complexidade da entrada das mulheres nos setores sindicais: “As relações entre o sindicato e as mulheres trabalhadoras não foram das mais fáceis. Embora as mulheres tenham tido presença significativa no mercado de trabalho, desde o início do processo de industrialização, e atuação destacada na luta operária, os sindicatos não as incorporaram à prática política, nem dividiram com elas o poder das entidades representativas dos trabalhadores. A imagem de mãe e esposa se superpõe à de companheira [...]” (Giuliani, 2012: 650).

Um movimento semelhante, relativo à intervenção do sindicato no evento, pode ser observado no único registro⁴⁷⁸ do cinema brasileiro em que as trabalhadoras de fábricas surgem como protagonistas no contexto das greves do ABC paulista. Trata-se do filme *Trabalhadoras metalúrgicas* (1978), dirigido por Olga Futemma e Renato Tapajós. Encomendado justamente pela instituição sindical para cobertura do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica, a obra tem duração aproximada de dezessete minutos e apresenta imagens de arquivo, entrevistas, sequências de cenas filmadas durante o evento, no parque da indústria, na praia e internas da fábrica.

Existem muitas análises já feitas sobre o filme, mas uma entrevista recente de Olga Futemma, dada à pesquisadora Karla Holanda (2021) e publicada na revista *Lumina*, acaba por atualizar a obra. Futemma conta que o sindicato solicitou um filme para a cobertura do Congresso, embora ela quisesse “fazer um filme sobre as mulheres metalúrgicas”. Ao alegar que não fez “nem uma coisa nem outra”, a cineasta indica o impasse gerado pela demanda. Demonstrando seu incômodo, ela menciona a ausência de um centro no documentário, dando uma aparência de biombo para a estrutura, “que vai se abrindo”. A diretora também menciona que montou diversos filmes de Renato Tapajós produzidos sob o viés do trabalho, como é o caso deste, em que a montagem é assinada unicamente por ela. No mesmo trecho, a diretora comenta ainda que “estava grávida, muito grávida” durante as filmagens do curta e que Tapajós, seu marido na época, havia acabado de deixar a prisão devido à censura do livro *Em câmera lenta*, de 1977 (Futemma, 2021: 178).

Uma das análises do documentário, feita por Krishna Tavares (2011), considera a participação de Olga Futemma como fator distintivo em meio a outras produções referentes ao sindicato. Segundo ela, a presença feminina “pode ter contribuído para o estabelecimento da tensão entre o que o filme pretendia revelar e o que revela de fato” (Tavares, 2011: 67). A autora também define que a obra, sem “espaço para o pessoal”, tenta construir “uma forma de mostrar os elementos que compõem, de modo geral, a identidade do universo feminino – planos de mãos e pés com unhas pintadas, close do rosto de mulheres sorrindo”. A despeito disso, Tavares acredita não haver nada que indique “algum tipo de discordância ou conflito entre a equipe de filmagem e as orientações do sindicato” (Tavares, 2011: 68). Outro trecho da entrevista aludida acima, porém, explicita como esse choque de visões perpassou a produção:

⁴⁷⁸ A maior parte dos documentários da época buscavam o registro da classe operária e da luta sindical em primeira instância. Em relação a abordagens relativas ao gênero, Marcos Corrêa (2015: 131) menciona duas obras do período em que “a discussão sobre temas feministas aparece de maneira muito tangencial” os filmes: *Santo e Jesus: Metalúrgicos* (1984), de Cláudio Kahns e *Braços Cruzados, Máquinas Paradas* (1979), de Roberto Gervitz.

Então, nesse documentário, numa das pequenas reuniões entre as mulheres que participaram do congresso, eu pedi pra que se filmassem uns detalhes, assim: sapatos, mãos, mãos de trabalhadora, mas bem cuidadas, algumas com maquiagem... Nossa, depois isso deflagrou uma discussão! [Disseram] que eu não devia ter me detido nessas coisas... Mas é que eu achei tão bonito. É um momento outro – não é casa, nem trabalho –, é um congresso, um sindicato, e eu percebi que elas tinham se produzido, e eu acho que essas coisas salvam, sabe? (...) Mas eu soube que algumas reações eram assim, que eu não devia ter dado importância, porque, afinal de contas, é uma frivolidade. (Futemma, 2021: 178)

Apesar da opinião do setor, as cenas foram mantidas e as passagens em questão ocasionam um contraste interessante quando observadas também na estrutura de montagem das sequências feitas no auditório. Há uma variação nas cenas causada pela oscilação entre plano aberto e fechado, nos movimentos de câmera e efeitos em *zoom out*. No caso do *zoom out*, o gesto de afastamento cria um sentido interessante ao reintegrar a figura ao grupo, já que o movimento parte do corpo de uma personagem. O vai e vem nas imagens e a intercalação das cenas são realçados pela constante variação de como surgem as trabalhadoras no filme: com diferentes acessórios de cabelo, roupas florais e coloridas, lenços em crochê, olhares sérios e sorrisos abertos. A diversidade potencializada pelo jogo de montagem parece construir uma espécie de colcha de retalhos na tela, sobretudo nas cenas de ângulos mais abertos, o que faz da massa de trabalhadoras uma costura heterogênea de cores, estampas e texturas. Um jogo de imagens absolutamente singular quando comparado ao típico registro das massas de operários feitas em documentários no contexto das greves - em muitos dos casos o enquadramento alçava a unicidade como grupo.

Figura II - Frame da sequência de cenas no auditório do Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica



Fonte: *Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978, Direção: Olga Futemma e Renato Tapajós

Todavia, esse contraste acompanha outros momentos do filme, como o encadeamento de relatos com diferentes perspectivas a respeito das condições de trabalho das operárias. Um caso exemplar é o debate sobre a hora extra e o turno noturno. Nessa sequência, a primeira trabalhadora comenta ser contra a hora extra, pois quem lucraria com o trabalho seria a empresa e outros funcionários perderiam suas vagas. Outra alega não conseguir realizar a hora extra, já que precisa se dedicar ao cuidado da casa e dos filhos. A última entrevistada, Terezinha, fala das diversas jornadas enfrentadas pelas mulheres que precisam trabalhar, ressaltando que só consegue ir para o serviço por ter o apoio da filha mais velha, que cuida da casa e do irmão. Ela reforça ser impossível para uma mulher conseguir trabalhar à noite devido à acumulação de jornadas. Os relatos demonstram as discrepantes opiniões das operárias, individualizando as experiências, especialmente no que diz respeito à maternidade.

Nota-se ainda que, no momento em que o assunto dos filhos é colocado e as questões relativas ao trabalho são momentaneamente suspensas, a montagem permite o acesso à casa de Terezinha, figura filmada até então com um enquadramento em primeiro plano. Enquanto a fala da trabalhadora prossegue em voz *over*, a câmera filma a personagem realizando trabalhos domésticos e depois caminhando na área externa da residência, momento em que fica visível, inclusive, o número de sua casa. Essa cena marca o ponto médio do filme, quando se iniciam as sequências de fechamento do congresso e o desenlace do documentário.

Figura III - Frame da sequência de cena da casa da operária



Fonte: *Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978, Direção: Olga Futemma e Renato Tapajós

Terezinha, além de ser retomada como contraponto em diversos momentos do curta, troca olhares com o antecampo, construindo uma relação entre entrevistada e documentaristas. Como analisado por Marcos Corrêa (2015), esse gesto confirma “uma perspectiva narrativa dupla, que transita entre as posturas dos diretores (e aqui é praticamente impossível separar a contribuição de um da do outro) e as diretrizes indicativas retiradas do sindicato” (Corrêa, 2015: 133). Levando em conta o que diz Fudemma sobre estar “muito grávida” durante as produções do filme, é possível supor, atualizando o pensamento de Corrêa (2015), que a presença da diretora pode ter incorporado ainda mais subjetividade à relação. No caso da montagem, feita unicamente por ela, essa associação se apresenta também entre a montadora e o material bruto, de modo que, da mesma forma que os olhares para o antecampo produzem uma correspondência, o olhar da montadora em relação ao material permitiu que incorporasse sua experiência, contexto e situação pessoal ao fazer o filme.

A respeito da filmagem na casa da operária, Bernardet (2004) conta que Fudemma considerava que a cena “poderia ter sido feita em outro lugar, [...]. A rigor, ter filmado a entrevista numa casa não acrescentava em nada”. Isso vai de encontro a outra ideia do próprio autor, segundo a qual a diretora “sentiu necessidade de filmar” naquela casa. Para ele, a investigação do espaço íntimo do trabalhador revela “o lugar em que não costumamos ver o operário”. A elaboração da imagem do espaço privado estaria ligada à construção de um personagem “distanciado do sistema de opressão” (Bernardet, 2004: 267).

Em contraponto ao pensamento de Bernardet, no caso da personagem Therezinha, é possível notar que o sistema de opressão é continuado. Levando em conta o trabalho do cuidado, na manutenção do lar e da família a operária não se desvincula do serviço, mesmo ao chegar em casa. No filme, como já comentado, essas noções são explicitadas, não somente pela narração, mas especialmente pela articulação da linguagem cinematográfica. A sequência das cenas permite acesso ao ambiente íntimo e a apresentação de outro modo de exploração do trabalho. Com isso, reconsiderando o que diz a diretora, se fosse possível apontar um centro para a obra, ele estaria na revelação da casa da operária e, a partir disso, na experiência da tripla jornada enfrentada pelas mulheres trabalhadoras que também são mães e cuidadoras do lar.

Curiosamente é a casa de Therezinha que retorna para a sequência de encerramento do documentário, em cenas articuladas a partir de uma montagem paralela. A operária faz café e realiza atividades domésticas, enquanto pela narração conta como foi importante a realização do Congresso. O líder sindical surge aos poucos entre variações de frames. Lula, que poderia finalizar o filme permitindo um fechamento positivo para o evento, não encerra a sequência. O desenlace lança o filme para uma fábrica e o que se vê é uma operária sentada sobre a máquina de operações

enquanto o que parece ser uma figura masculina passa caminhando ao fundo. Essa imagem, no entanto, não está solta nesse final. Ela lança o filme para o seu início, quando uma série de imagens de arquivos são apresentadas e o que se vê são mulheres na fábrica e homens em posição de superioridade, definidos assim pelo enquadramento das fotos. O encerramento do filme, que simboliza a concepção e encerramento do Congresso, abre-se para uma reflexão: as pautas das operárias não estão encampadas, muito menos são resolvidas. E, como refletido acima, são incorporadas em uma classe conservadora restrita às necessidades dos homens.

Figura IV - Sequência de encerramento do filme *Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978.



Fonte: *Trabalhadoras Metalúrgicas*, 1978. Olga Futemma e Renato Tapajós

Por fim, vale destacar novamente o que Futemma diz sobre o espaço criado pelo filme, que “é um momento outro – não é casa, nem trabalho –, é um congresso, um sindicato” (Futemma, 1978: 179). Para além da experiência de entrada na casa da operária, *Trabalhadoras Metalúrgicas* criar uma terceira esfera relativa ao espaço de discussões do grupo de mulheres. O incômodo do sindicato com as imagens produzidas nessas rodas de debates se justifica pela própria negativa do setor em face da criação do Departamento Feminino, como apresentado anteriormente. De modo que o filme de Futemma e Tapajós concebe a importante imagem da saída de casa das operárias que, por sua vez, não ocorre pelo trabalho, mas sim pela via do encontro entre as profissionais pela luta de direitos comuns.

Referências

BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e Imagens do Povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRASIL MULHER, São Paulo, n°11, mar. 1978.

CORRÊA, Marcos. *Filmar operários: registro e ação política de cineastas durante a ditadura militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2016.

GIULANI, Paola Cappellin. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 640-668.

HOLANDA, Karla. Pegadas do cinema de Olga Fudemma. *Lumina*, v. 14, n. 2, p. 171-185, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/29758>. Acesso em: 22 out. 2023.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 578-606.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

TAVARES, Kristina Gomes. *A luta operária no cinema militante de Renato Tapajós*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. (Dissertação) Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

Fontes

FUTEMMA, Olga; TAPAJÓS, Renato. *Trabalhadoras Metalúrgicas*. São Paulo: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Raíz Produções Cinematográficas; Oca Cinematográfica, 1978.

Um passado sensível: a memória das mulheres e da infância durante a ditadura civil militar brasileira

Juliana Silva de Siqueira⁴⁷⁹

Resumo: O seguinte trabalho tem como objetivo refletir sobre a memória de crianças, adolescentes e mulheres que tiveram suas vidas impactadas pela ditadura civil militar no Brasil. Tendo como principal fonte de pesquisa o livro *Infância Roubada*, que foi produzido pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o texto a seguir busca chamar atenção para as narrativas de uma geração de pessoas que durante anos não tiveram um espaço para compartilhar suas histórias. Essa ampliação dos testemunhos acerca da ditadura tem se colocado como uma tentativa de resgatar as memórias subterrâneas e lutar contra a impunidade que a Anistia garantiu aos torturadores e responsáveis pelo golpe de 1964. Sendo assim, a proposta é investigar a importância das discussões sobre esse passado sensível e traumático, que ainda afeta diversas pessoas no presente.

Palavras-chave: Infância, mulheres, ditadura civil militar, memória, passado sensível.

Abstract: The following work aims to reflect on the memory of children, adolescents and women who had their lives impacted by the civil-military dictatorship in Brazil. Having as its main source of research the book *Stolen Childhood*, which was produced by the Rubens Paiva Truth Commission, of the Legislative Assembly of the State of São Paulo, the following text seeks to draw attention to the narratives of a generation of people who for years did not have a space to share their stories. This expansion of testimonies about the dictatorship has been seen as an attempt to rescue the subterranean memories and fight against the impunity that Amnesty guaranteed to the torturers and those responsible for the 1964 coup. Thus, the proposal is to investigate the importance of discussions about this sensitive and traumatic past, which still affects several people in the present.

⁴⁷⁹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), instituição na qual se formou em História, na modalidade de licenciatura. E-mail: siqueira.juliana@estudante.ufjf.br.

Keywords: Childhood, women, civil-military dictatorship, memory, sensitive past.

O século XX foi um período conturbado da história da humanidade. Em detrimento das guerras, dos regimes totalitários, genocídios e ditaduras instaurados ao longo desses anos, as reflexões acerca da importância da memória e do ato de lembrar para não repetir se tornaram temas de destaque no campo da historiografia. Como uma demanda do tempo presente, vemos cada vez mais a urgência da abordagem sobre os temas sensíveis e traumáticos em discussões tanto dentro do meio acadêmico, quanto nos espaços públicos. Diante desse cenário, o período da ditadura civil-militar⁴⁸⁰ brasileira (1964-1985), tem sido bastante revisitado e rememorado em diversos âmbitos.

As ditaduras militares que foram instauradas na América Latina no século passado marcaram um período de extrema violência e repressão. Muitas pessoas que tentaram resistir ou se opor à política dos militares foram vítimas de torturas, desaparecimentos, prisões, sequestros ou chegaram a ser cruelmente assassinadas. Nesse cenário de horror e degradação, tanto física quanto psicológica, homens, mulheres e até mesmo crianças sofreram as consequências das atrocidades cometidas pelo governo repressivo que havia tomado o poder nacional.

Diante de novos estudos, das práticas em torno da justiça de transição e das políticas de memória no Brasil, hoje em dia sabe-se que para além da violência contra as mulheres e os crimes de violação sexual realizados durante a ditadura civil militar, os abusos e agressões também atingiram as crianças. Por todo o país, filhos de pais guerrilheiros chegaram a ser torturados ou foram forçados a assistir enquanto seus pais eram torturados. Muitas dessas crianças que foram presas ou então nasceram em cativeiros, sofreram punições físicas e psicológicas que os traumatizaram pelo resto de suas vidas.

No Brasil, ao falar de ditadura geralmente são lembrados os guerrilheiros e militantes do sexo masculino, o que reflete a construção de uma memória coletiva excludente, que silenciou as memórias de determinados segmentos sociais que também foram atingidos pelo regime opressor. Como a violência durante a ditadura foi uma política institucionalizada, qualquer pessoa podia ser considerada um “inimigo do Estado”, inclusive mulheres e crianças. Por isso, analisar essas memórias que pertencem aos grupos excluídos ou minoritários, ajuda a evidenciar as memórias

⁴⁸⁰ O uso do termo “civil-militar” dialoga com os debates historiográficos que buscam analisar o apoio civil ao golpe de 1964 e à ditadura. Sobre o debate em torno da utilização do termo “civil” para se referir à ditadura, ver, entre outros, REIS (2014); , FICO (2017); MOTTA (2021).

subterrâneas⁴⁸¹, que não necessariamente se opõem à “memória oficial” que foi construída sobre a ditadura brasileira, mas possibilitam formar outras perspectivas e interpretações sobre esse período.

Sabe-se que as experiências da ditadura civil militar brasileira foram diversas e muitos grupos sociais foram afetados pelo regime repressivo de formas distintas. Analisar essa questão nos leva a pensar sobre a categoria de “hierarquias de memórias”, que visa problematizar o fato de que, no contexto da redemocratização, em detrimento das desigualdades sociais que já estão estruturadas em nossa sociedade, determinadas vítimas da ditadura foram capazes de projetar suas memórias sobre esse passado na esfera pública com mais facilidade, se comparadas às vítimas que fazem parte de grupo sociais que são habitualmente subalternizados ou apagados da história de nosso país (Perlatto, 2023). Ao homogeneizar a memória da ditadura, muitas produções culturais e historiográficas deram destaque para determinados segmentos da sociedade, enquanto outros permaneceram pouco visibilizados, como as mulheres, as crianças, os negros, os indígenas e também a comunidade LGBT.

O filósofo Paul Ricouer, propõe o conceito de “dever de memória” para pensar a obrigatoriedade social de recordar períodos de barbárie, como o Nazismo ou as ditaduras latino americanas, para não permitir que as atrocidades e crimes contra a humanidade cometidos nesses momentos sejam esquecidos. Ricouer também chama atenção para o papel da linguagem enquanto portadora da memória, pois é através da narrativa e da escuta que a nossa memória se constrói e é processada. Nos últimos anos, as narrativas de sujeitos que até então haviam sido silenciados tem ocupado cada vez mais os espaços públicos e tentado levar ao conhecimento da população suas histórias de sofrimento e dor, seja através dos livros, memoriais, mídias virtuais, na sala de aula ou em produções como os filmes e documentários. Essa ampliação dos testemunhos acerca dos passados sensíveis tem se colocado como uma tentativa de resgatar as memórias subterrâneas e lutar contra a impunidade que a Anistia garantiu aos torturadores e responsáveis pelo golpe de 1964, que ainda hoje são homenageados em determinados locais públicos.

Nos últimos anos, com o avanço da influência da extrema-direita na política brasileira, houve o crescimento de um fenômeno muito forte de intolerância e banalização em relação à ditadura e à tortura, que tem chegado a fazer uso dos relatos de agressores e terroristas para justificar o golpe e as atrocidades cometidas durante os anos de 1964 à 1985. Vemos que a sociedade brasileira ainda encontra-se sob fortes efeitos das políticas de esquecimento que surgiram na ditadura e se

⁴⁸¹ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. p. 3-15. 1989.

intensificaram com a Anistia. Grande parte da opinião pública, principalmente dos mais jovens, não possui muito conhecimento sobre esse período repressivo, o que permite às Forças Armadas brasileiras ainda hoje reforçarem o discurso de que o golpe militar foi um ato necessário e de heroísmo patriótico (Silva Filho, 2010). Como defende os estudos de Maurice Halbwachs, a memória não é apenas um fenômeno de interiorização individual, mas também faz parte de uma construção social e coletiva. Segundo o filósofo, “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós.” (Halbwachs, 2003: 29).

Sendo assim, produções como o livro *Infância Roubada*, produzido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (CEVSP), que tem como objetivo servir de fonte de consulta, reflexão, divulgação e conhecimento sobre a experiência dos filhos de ativistas políticos que foram torturados e mortos pela ditadura, possibilitam romper com o silêncio instaurado após a Anistia e combater os discursos negacionistas e saudosos à ditadura que vem crescendo recentemente. Mesmo que tenham tentado promover o esquecimento de pessoas, lugares e eventos marcantes da ditadura, com intuito de não culpabilizar ou punir seus responsáveis, as memórias e traumas se mantiveram vivos através dos anos e podem vir à tona a qualquer momento.

Como resultado de uma longa disputa entre diferentes setores da sociedade, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada oficialmente em 2012, no governo de Dilma Rousseff. Com isso, houve um aumento dos estudos acerca da justiça de transição e das políticas de memória no Brasil. Em maio de 2013, a CEVSP realizou uma série de audiências com intuito de ouvir cerca de 40 testemunhos de pessoas que tiveram sua infância ou adolescência marcada pela ditadura civil militar brasileira. Os entrevistados foram homens e mulheres, atualmente já adultos, que até então não haviam tido um espaço para contar suas histórias e expor os traumas que lhes foram causados. O resultado das audiências deu origem ao livro *Infância Roubada*, que sob a coordenação e produção da jornalista Tatiana Merlino, representa um compromisso com a democracia brasileira e com a memória dos filhos de ex-presos políticos que sofreram com o aparato violento da ditadura.

Logo na introdução do livro, que foi escrita por Amelinha Teles, a jornalista destaca que não há como falar de crianças sequestradas, abandonadas, torturadas ou nascidas em centros clandestinos de repressão sem pensar nas mulheres e mães, militantes ou não militantes, que também foram perseguidas e violentadas durante a ditadura. A própria jornalista Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha, nasceu em Contagem, Minas Gerais, e teve uma participação significativa na militância política contra a ditadura. Por influência de seu pai,

Amelinha aderiu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e logo após ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Chegou a ser presa nos anos de 1964 e 1972 acusada de subversão. Amelinha passou pelo DOI-Codi/SP, Deops/SP, Presídio do Hipódromo e Casa do Egresso, e chegou a ficar em reclusão por aproximadamente 10 meses. Após ser solta, continuou na militância política, atuando principalmente no movimento feminista e na busca pelos mortos e desaparecidos políticos.⁴⁸²

A história de Amelinha Teles não foi um caso isolado de participação feminina na militância contra a ditadura. Com a inovação e recuperação de diversos temas que passaram a ser debatidos dentro da historiografia nas últimas décadas, a história das mulheres também têm recebido cada vez mais destaque em diversos estudos, incluindo os que fazem referência à resistência à ditadura civil militar brasileira. Considerando que a distinção entre a esfera pública e privada estabelece a separação do poder, o silêncio sobre a história das mulheres é um reflexo de sua não participação na esfera pública, que é também o espaço da política. Uma vez que a mulher militante política, excluída do jogo do poder, não é vista como sujeito histórico, a história da repressão durante a ditadura militar foi transformada na história dos homens. Por isso, ao falar sobre mulheres e sobre o desmerecimento feminino, falamos também das relações de poder. Para identificar as mulheres como sujeitos políticos é necessário analisar então as relações de gênero, de classe, de raça e de geração (Colling, 2004).

Ao olhar a literatura existente sobre o período da ditadura civil militar no Brasil percebe-se o predomínio da história masculina tanto para falar das vítimas da opressão, quanto para falar da oposição ao regime. No entanto, muitas mulheres também se juntaram aos homens na luta pela redemocratização do país, engajando-se em diversas organizações que foram perseguidas durante a ditadura militar. Vale ressaltar também que, apesar de muitas mulheres terem atuado na resistência contra a ditadura, existiram muitas outras que, por questões ideológicas dentre outros fatores, eram a favor da ditadura, como por exemplo as que participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964.

Segundo a historiadora Ana Maria Colling,

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade. Aos homens o espaço público, político, onde se centraliza o poder; à mulher o privado e seu coração, o santuário do lar. Apresenta-se ao feminino uma única alternativa

⁴⁸² MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Maria Amélia de Almeida Teles**. São Paulo. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/maria-amelia-de-almeida-teles/>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

- a maternidade e o casamento. (Colling, 2004: 169)

Dessa forma, para falar das mulheres e de sua participação na ditadura civil militar brasileira é importante levar em consideração a influência que o período histórico analisado tinha sobre aquela sociedade e sobre os movimentos sociais, tendo em vista que eram fruto de seu próprio tempo, influenciados pela perspectiva moral e social daquela época.

Como fica claro a partir dos relatos contidos no livro *Infância Roubada*, a maternidade foi utilizada pela repressão política no contexto da ditadura, como uma forma de tortura contra as militantes, o que gerou danos tanto do ponto de vista físico, quanto emocional, sobre as crianças e mulheres que eram violentamente reprimidas e perseguidas por se colocarem em oposição à ditadura, ou apenas por possuírem algum parentesco com os militantes, sendo assim submetidas à torturas, físicas ou psicológicas. Diante disso, levando em conta que a repressão política dos militares não poupou nem mesmo crianças ou mulheres grávidas, havia uma relutância por parte do movimento de resistência em aceitá-las como militantes (Infância Roubada, 2014: 17).

Pensando nos traumas causados na vida de diversas pessoas por serem filhos de pais que foram atingidos pela ditadura, a roteirista Marta Nehring, junto de Maria de Oliveira, ambas também vítimas da repressão militar durante a infância, resolveram resgatar a memória desses sujeitos para produzir o documentário *15 Filhos*. O curta-metragem foi realizado em 1996, para ser exposto em um seminário na UNICAMP, buscando pensar a repressão política durante a ditadura. Construído a partir da fala de quinze filhos de militantes políticos brasileiros que atuaram em oposição à ditadura, o documentário reúne a história de pessoas que durante a infância tiveram que lidar com a prisão, o exílio, a tortura ou o assassinato de seus pais. Como descreve a psicanalista Maria Arantes, “singelo e pungente, o filme dura 20 minutos e é um testemunho singular das marcas de cenas e de atos desumanos, degradantes e cruéis, exercidos contra os pais e contra estes 15 filhos” (Arantes, 2008, p. 8). Embora seja um documentário, o foco em *15 Filhos* não é a reconstituição dos fatos ou a opinião de cada entrevistado sobre o que ocorreu naquele período, mas sim apresentar a dimensão subjetiva das experiências e lembranças da infância desses jovens que foram obrigados a lidar com a violência física e psicológica durante a ditadura.

No livro *Infância Roubada* da CEVSP, além do prefácio, a apresentação e a introdução, cada capítulo se dedica à história de um depoente, dentre eles aqueles que eram crianças durante a ditadura e também os testemunhos de algumas mães, falando de suas experiências e de suas percepções em relação ao que seus filhos e filhas passaram durante aquela época. Como destaca Amelinha Teles, na introdução do livro

Muitas das crianças que aqui tratamos, filhas de militantes políticas(os) sequestradas(os), foram mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em cativeiros, torturadas ou ameaçadas de serem submetidas a torturas, algumas foram arrancadas dos braços de suas mães, impedidas de serem amamentadas e afagadas, outras chegaram a ser torturadas mesmo antes de nascer, ou assistiram às torturas em seus pais ou, então, viram os pais serem assassinados. Quase todas eram filhas e filhos de mulheres militantes políticas (Infância Roubada, 2014: 14).

Nos capítulos do livro encontram-se dezenas de fotografias que ilustram os testemunhos coletados, tais imagens são fotos de família, alguns registros da infância dos depoentes, tal como documentos da época, “são imagens obtidas por meio de extensa pesquisa iconográfica em arquivos pessoais, familiares, internet e acervos públicos.” (Infância Roubada, 2014: 11). Ao longo do livro também vemos depoimentos de mais de um membro da mesma família, como é o caso da família Lucena. O operário e militante Antônio Raymundo Lucena foi assassinado no dia 20 de fevereiro de 1970 na frente de sua esposa, Damaris Lucena, e de seus filhos, que à época tinham, respectivamente, 3 e 9 anos. O filho mais velho do casal, Ariston de Oliveira Lucena, também era militante e havia saído de casa aos 17 anos para se juntar à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), segundo seu testemunho, Ariston Lucena soube da morte de seu pai e da prisão de sua mãe pelo rádio e no dia 20 de agosto de 1970, também foi preso e torturado pelo DOPS. No depoimento de Ângela Telma Oliveira Lucena, a mesma comenta sobre o momento em que presenciou o assassinato de seu pai e diz que:

Eu tinha 3 anos e meio e as pessoas questionam e dizem: “Alguém com 3 anos e meio não pode lembrar disso”. Eu gostaria muito de poder apagar esse momento do assassinato do meu pai da minha vida. Mas eu não posso, eu não quero e eu não consigo. E eu não vou. Porque a única memória que tenho do meu pai é exatamente o momento da morte. Foi muito violento para mim. Foi muito triste. Eu tive, daquele momento em diante, fortes crises de enxaqueca. Eu sonhava todas as noites com uma coisa que não sabia exatamente o que era. (Infância Roubada, 2014: 83-84)

No decorrer do livro, vemos que muitos testemunhos expressam a necessidade de falar sobre os atos de violência e tortura vividos durante a ditadura em prol da denúncia aos torturadores e responsáveis pelos horrores cometidos durante o golpe militar, buscando obter justiça. Entretanto, o esquecimento também é apontado em algumas falas presentes no livro, tendo em vista o trauma que esses acontecimentos geraram na vida das pessoas. No testemunho de Damaris Lucena, a ex-militante da VPR afirma que:

Teve um momento que eu pensei que eu ia perder o juízo. Eu pensei: “Vieram torturar os meus filhos para eu ver, e falar onde estavam os meus companheiros”. Para mim foi uma das coisas mais tristes da minha vida. Eu pensei: Se torturarem os meus filhos aqui, eu morro”. Eu falei para eles:

“Olhem, me matem e matem os meus filhos. Está tudo terminado”. Para mim foi muito terrível. Foi um momento duro da minha vida. Eu procuro esquecer, mas, de vez em quando, eu lembro das barbaridades da ditadura. (Infância Roubada, 2014: 99).

Como o Relatório da CNV afirma, para muitas famílias e ex-perseguidos/as políticos/as o tema dos horrores sofridos durante a ditadura continua sendo um tabu e isso pode ser visto como uma seqüela do período, já que por muito tempo tiveram que evitar falar sobre suas ações e atuações políticas por “questão de segurança”, expressão frequente na fala de muitas dessas pessoas. De acordo com o Relatório, para reduzir os riscos, os militantes foram treinados a manter segredo sobre suas atividades, até mesmo dentro de casa. Diante disso, muitas famílias foram condicionadas a reprimir essas memórias, o que faz com que hoje em dia seja muito difícil de lembrar, por exemplo, nomes e endereços de conhecidos daquela época (Cardoso, 2015).

As atrocidades cometidas no passado, sobretudo aquelas que ocorreram com o apoio direto do Estado, não são facilmente apagadas. Para aqueles que foram vítimas da barbárie e conseguiram sobreviver, as memórias permanecem no tempo e continuam sendo vivas e dolorosas, dia após dia. Além de doer também naqueles que não sofreram diretamente o arbítrio, mas que se sensibilizam com o sofrimento do outro (Perlatto, 2021). Durante o regime instalado com o Golpe Militar de 1964, o discurso sistematizado na Doutrina de Segurança Nacional atribuiu aos opositores da ditadura o caráter de “terroristas” criando assim a figura do inimigo interno, que deveria ser combatido de todas as formas. Tendo em vista que não apenas os guerrilheiros e militantes do sexo masculino foram afetados pela ditadura, resgatar as memórias sobre essa época implica buscar a verdade e analisar os fatos também numa perspectiva de gênero, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e seqüelas distintas entre mulheres e homens. Só assim, as mulheres e as crianças que foram atingidas pelo aparato repressivo da ditadura serão lembradas e reconhecidas como pessoas dignas de liberdade e justiça.

No Brasil, quase nunca falamos de ditadura e infância. E, quando falamos de ditadura, são lembradas as pessoas adultas, homens, brancos, estudantes, guerrilheiros e sindicalistas. No entanto, não foram apenas estes grupos que foram perseguidos. Abordar e problematizar um tema sensível como a presença das mulheres e das crianças no período da ditadura civil militar brasileira, além de combater o silêncio presente nas narrativas históricas, possibilita também questionar as injustiças e violações dos direitos humanos que ocorreram no passado e ainda afetam o tempo presente. Tal como mantém viva as memórias desses sujeitos que sofreram com o aparato repressivo da ditadura e ainda possuem seqüelas disso no presente. As crianças brasileiras sequestradas pela repressão política foram tratadas como “inimigas do estado”, antes mesmo de aprenderem a falar e a andar.

Portanto, tratar desse tema faz parte de uma história silenciada e desconhecida do Brasil, que precisa ser contada e revelada, em prol da justiça e da dignidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. **Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Alesp, 2014. 316 p.

CARDOSO, L. R.. "**Não sei e não quero dizer**": tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, p. 247. 2015.

COLLING, A. M.. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. História em Revista. Pelotas, v. 10, 2004, 169-178.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Dor e desamparo: filhos e pais, 40 anos depois**. *Psicol. clin.* [online]. 2008, vol.20, n.2. pp. 75-87.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2003. 224p.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Maria Amélia de Almeida Teles**. São Paulo. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/maria-amelia-de-almeida-teles/>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PERLATTO, Fernando. **A Comissão Nacional da Verdade e a justiça transicional no Brasil: ditadura, democracia e tempo presente**. In: Paula Borges Santos, Irene Flunser Pimentel, Giovanni Damele. (Org.). Punir o Inimigo: Perspectivas legais e discurso político na justiça de transição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2021, p.193-226.

_____. **As disputas do passado na esfera pública: ditadura, democracia e tempo presente**. Juiz de Fora - MG. Editora UFJF/ClioEdel. 2023.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas. Unicamp. 2007.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **Dever de Memória e a construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e à Verdade**. In: Boaventura de Sousa Santos; Paulo Abrão Pires Junior; Cecília MacDowell; Marcelo D. Torelly. (Org.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro - Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. 1 ed. Coimbra. Brasília: Universidade de Coimbra-Centro de Estudos Sociais; Ministério da Justiça-Comissão de Anistia. 2010, p. 185-227.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 7: INTELLECTUAIS, IMPRENSA E
PROPAGANDA: REDES TRANSNACIONAIS DE CIRCULAÇÃO DE
IDEIAS AO LONGO DO SÉCULO XX.**

**Geografia médica e (I) migração: a recepção de teorias raciais e sociais
pelos discursos do Conselho de Imigração e Colonização**

Pedro Pereira⁴⁸³

Resumo: Neste artigo analisamos a recepção e a circulação de teorias raciais e sociais dentro do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) e suas contribuições no intuito de formular a ideia de “(I)migrante ideal”. O recorte de tempo foi estabelecido entre as décadas de 1930 a 1950. A fundamentação teórica e conceitual foi feita com base em alguns dos autores que discutem as teorias raciais, sobretudo a Eugenia. O método utilizado foi a *Análise dos Discursos* identificados na Revista do CIC, onde eram publicados diversos documentos referentes às ideias e ações do Órgão. Evidenciamos como o pensamento racista, por meio do discurso médico e outros intelectuais influenciaram a política (i)migratória brasileira.

Palavras-chave: Eugenia; racismo científico; (i)migração; CIC.

Abstract: In this article we analyze the reception and circulation of racial and social theories within the Immigration and Colonization Council (CIC) and their contributions in order to formulate the idea of the “ideal (I)migrant”. The time frame was established between the 1930s and 1950s. The

⁴⁸³ Doutorando em História Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH - UFJF). Bolsista Capes. E-mail: pedrojardelpereira@gmail.com.

theoretical and conceptual foundation was made based on some of the authors who discuss racial theories, especially Eugenics. The method used was the Analysis of Discourses identified in the CIC Magazine, where several documents referring to the Organ's ideas and actions were published. We highlighted how racist thinking, through medical discourse and other intellectuals, influenced Brazilian (im)migration policy.

Keywords: Eugenics; scientific racism; (i)migration; CIC.

Introdução

Este artigo analisa a recepção e a circulação de ideias baseadas em teorias raciais e sociais, dentre elas, a Eugenia, no Conselho de Imigração e Colonização (CIC). E como estas contribuíram no intuito de formular a ideia de “(I)migrante ideal”. Entre a década de 1940 e 1950. Dentre elas, destacamos, a Eugenia, que foi criada no século XIX pelo inglês Francis Galton. Nos Estados Unidos, a Eugenia também teve uma grande repercussão, a partir da Revolução Industrial e com a chegada dos imigrantes, o país teria enfrentado problemas de distribuição social. Objetivamos também enfatizar os reflexos dessas teorias na política migratória interna. No caso dos migrantes nordestinos, por exemplo, notamos que eles eram (des)classificados, do ponto vista racial, devido à mestiçagem, como sujeitos biologicamente inferiores. Suscetíveis à doenças, indolentes e impróprios para o trabalho.

As informações apresentadas são discutidas a partir da *análise dos discursos* identificados na Revista do CIC, criada em 1940, logo após a fundação do CIC, durante o Estado Novo, onde eram publicados *Decretos, Relatórios, Artigos, entre outros*. O CIC dizia que o intuito dessa imprensa era orientar a opinião pública, sobre os reais problemas enfrentados pela população e como deveriam proceder às ações de colonização. Nesse sentido concordamos que a imprensa é um: “Manancial fértil para o conhecimento do passado fonte de informação cotidiana material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 04). Já o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011), orienta que ao lidar com o discurso, devemos levar em conta o seu próprio contexto de produção no passado. Qualquer que seja o documento, ele é uma forma de discurso e precisa ser interpretado.

A circulação e a recepção de teorias raciais entre os intelectuais brasileiros

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Uma das ideias que influenciaram o pensamento dos intelectuais brasileiros foi o darwinismo social, dentre eles, Nina Rodrigues, médico da Faculdade de Medicina de Salvador. Embora seja importante ressaltar, como lembrou o historiador Filipe Pinto Monteiro (2020), no caso de Nina de Rodrigues, ele acolheu as teorias estrangeiras no Brasil, mas também as acomodou à realidade brasileira.

Uma dessas teorias adotadas por Nina Rodrigues surgiu a partir da discussão proposta por Charles Darwin, em: *A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*. Este pensamento também foi um dos principais alicerces da Eugenia, que citaremos mais a frente. Para o expoente do evolucionismo, só sobrevivem, na luta pela vida, os seres vivos mais bem adaptados, ou seja, o fato de serem mais bem “equipados” biologicamente, favorece sua perpetuação na natureza.

Uma das questões que chamou atenção dos darwinistas, foi o surgimento da multidão no século XIX, em Londres, vista a partir da ideia de massa. Neste sentido Pietra Diwan (2015, p. 35) afirma que:

E por não ser possível identificar exatamente sua composição, o medo da multidão cresce e cria estratégias de combate para sanar esse mesmo medo. [...] Darwinistas sociais acreditavam que a multidão que vivia nos bairros operários de Londres estava degenerando, ou seja, pobreza associada à degeneração física.

Ao adotar uma perspectiva determinista, em relação à população brasileira, Nina Rodrigues acreditava que a mestiçagem, uma das principais características biológicas dos brasileiros, “poderia levar à degradação física, moral e psíquica da população” (Monteiro, 2020, p. 191). Diwan (2015, p. 92) também enfatiza que:

Raimundo Nina Rodrigues, que acreditava na inferioridade racial negra, tendo debatido durante o final do século XIX a construção do saber médico no país, a higiene pública, principalmente a epidemiologia e sua inter-relação com outras instituições, fossem médicas ou de direito. Para tornar o Estado saudável, seria necessário extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888.

O maranhense também foi pioneiro nos estudos sobre a temática do negro, como um problema social e a perspectiva racista deste estudioso refletiu fortemente no discurso dos intelectuais ligados ao CIC, como mostraremos mais adiante.

Outra teoria, ligada ao racismo científico recepcionada pelos intelectuais brasileiros foi a de Eugenia. A inspiração nesse caso provém de intelectuais europeus, mas sobretudo dos Estados Unidos, onde as ideias ligadas ao pensamento eugênico já era uma realidade consolidada. Como podemos constatar na afirmação de Pietra Diwan, (2015, p. 51) a seguir: “Muitas das ideias implantadas pela Alemanha nazista foram inspiradas nas leis eugênicas implantadas nos Estados Unidos”. Ainda segundo a autora, um dos grupos alvos das restrições defendidas pelos eugenistas nos Estados Unidos, foram os imigrantes católicos e judeus que ingressaram no país. O objetivo era prevenir o “suicídio da raça”, que poderia ocorrer por meio da miscigenação com aqueles de estoque racial inferior, recém chegados. Embora neste país a segregação de negros e asiáticos fossem explícita, Diwan (2015) compreende que a ideia de purificar socialmente os grupos, não estava ligada à questão étnica-racial. Embora na nossa opinião, não devemos deixar de realçar que devido às teorias eugenistas, as pessoas eram separadas neste país por raça.

Para a pesquisadora, “o cerne da preocupação eugenista era eliminar os indesejáveis do ponto de vista biológico, psicológico e social. O verdadeiro cidadão americano deveria se enquadrar na descrição ‘anglo-saxão, branco, protestante, saudável e produtivo’” (Diwan, 2015, p. 54). O temor de que o estoque dos genes de origem anglo-saxã e protestante fossem prejudicados, levou os eugenistas norte americanos a responsabilizar os imigrantes pelas causas da pobreza, do crime e das doenças. Estes sujeitos também eram considerados inadaptáveis à cultura, ou seja, ao modo de vida local, por isso eles residiam nos guetos e periferias urbanas. No século XX, uma das estratégias usadas para controlar de maneira rígida a entrada dos novos imigrantes foi através do registro (Diwan, 2015).

Interessa-nos também demonstrar a recepção da Eugenia entre os intelectuais brasileiros, sobretudo em relação à (i)migração, ou seja, como as ideias eugênicas influenciaram os discursos e decisões do Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Segundo Diwan (2015), foi no efervescer das ideias conflituosas, as quais propunham curar o Brasil, por meio do branqueamento, controle da migração, entre outros, é que os eugenistas surgiram. A política biológica adotada no Brasil, estava diretamente relacionada a imigração, como podemos constatar na declaração do CIC: “A ciência biológica nos mostra que o problema da imigração é, sob o ponto de vista médico e social, de caráter

eminentemente profilático, eugênico” (RCIC, 1948, nº 4, p. 9). Embora, é relevante salientar que esses intelectuais não eram unânimes em relação à interpretação do pensamento eugênico. Além disso, muitos deles também estavam em diálogo, com os sanitaristas e higienistas.

Idealizada por Francis Galton, a Eugenia tratava da interseção da ciência biológica e o cenário social, criada na Europa no século XIX e definida como a ciência da hereditariedade. Seu surgimento ocorreu no período da transição do século XIX para o XX, como Vanderlei Sebastião de Souza (2012, p. 01) enfatiza, sobre seu expoente: “Suas idéias sobre o aperfeiçoamento das características raciais se associariam intimamente às discussões sobre evolução e degeneração, progresso e civilização, conceitos fundamentais na formulação de concepções científicas e sociais”. Antes de avançarmos na discussão, vale destacar o que ressalta Diwan (2015, p. 48), sobre a atuação dos eugenistas: “Uns mais radicais que outros, o certo é que não houve um uso homogêneo da teoria de Galton”.

O médico e farmacêutico Renato Kehl foi um dos nomes que se destacaram como propagador da Eugenia, a partir de 1917 no Brasil. Neste intuito: “Seu primeiro trabalho, uma conferência pronunciada em São Paulo na Associação Cristã de Moços, foi publicado na íntegra pelo Jornal do Comércio e divulgada em periódicos médicos e revistas literárias” (Souza, 2012, p. 06). A partir das ideias de Galton, ele abordou em seu artigo, questões, como hereditariedade, fatores disgênicos, doutrina de Malthus, entre outros assuntos. Entretanto, a Eugenia colocada em prática no Brasil estava mais associada aos fatores de prevenção, esta não tinha como objetivo eliminar, pelo menos não diretamente, o sujeito degenerado (Kobayashi, Faria e Costa, 2009).

Os eugenistas afirmavam, segundo Diwan (2015) que, na América Latina, sobretudo no Brasil devido ao clima tropical, a miscigenação poderia acarretar a deterioração racial da população. E na visão dos europeus este era um ponto negativo, em relação aos latino-americanos. O entendimento de que o mestiço era um sujeito degenerado, seja do ponto vista biológico, moral e cultural, também ressoa nos discursos do CIC. Esse pensamento era alimentado sobre a população do Norte do país, como afirma o historiador a seguir: “O Norte [Nordeste] estaria condenado pelo clima, pela raça e pela decadência” (Albuquerque, 2011, p. 47). Sendo que essa população, sobretudo o nordestino, na visão do CIC, era classificada como mestiça.

Na dianteira do debate do movimento Eugênico no Brasil estava a discussão sobre a influência dos fatores sociais e ambientais, no aperfeiçoamento da hereditariedade humana. No entanto, como é destacado a seguir: “O debate sobre raça, aliás, funcionava como um pano de fundo pelo qual parte dos eugenistas brasileiros expressava suas ideologias raciais, seu nacionalismo e

seus desejos progressistas e civilizadores” (Souza, 2012, p. 03). Ainda segundo o autor, o interesse não se restringia apenas aos profissionais de saúde, sanitaristas e educadores, mas também aos diversos setores interessados na regeneração do brasileiro, frente ao crescente nacionalismo. Como um instrumento do processo civilizador, a Eugenia, “previa uma ampla reforma social, principalmente nos valores estéticos, nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na educação intelectual e nos valores morais ligados a sexualidade” (Souza, 2012, p. 07). A Eugenia também influenciou o trabalho dos sanitaristas no Brasil, pelo menos uma parte deles. Sob o argumento de que além de doentes, o povo brasileiro era analfabeto, caberia a educação e a saúde o papel de regenerar a população e livrar o Brasil do atraso (Ponte, 2010).

A política migratória do CIC e a ideia do imigrante ideal

O CIC recorreu às teorias raciais supracitadas para justificar a sua política migratória, chamada também de política biologia, e isso foi realizado no intuito de selecionar o *imigrante ideal*. Fabio Koifman (2012) ressalta que nos próprios discursos de Getulio Vargas, período em que o Orgão foi criado, isso fica claro, quando ele expõe a preferência pelos imigrantes europeus, enquanto que os imigrantes negros eram preteridos. Isto é: “Tanto no discurso oficial quanto nas publicações dos intelectuais da época encontramos a perfeita afinação” (Koifman, 2012, p. 27).

A partir da análise do “papel do médico”, sobretudo foi que identificamos os argumentos e critérios utilizados pelo CIC: “A colaboração do médico, tem como é de prever, a importância capital. Ela se exercerá no interior de nosso país e nos países onde se for buscar o imigrante” (RCIC, 1946, nº 2, p. 171). Em relação ao estabelecimento do imigrante, o médico também exerceria a seguinte função: “No local da colônia, começará o médico por sanear o terreno, de mãos dadas com a engenharia sanitária. Ai serão construídas casas modestas sob a orientação do médico e do engenheiro sanitaristas” (RCIC, 1946, nº 2, p. 171). Caberia ainda ao médico também escolher a localização e orientar de maneira metódica a construção do hospital. Como foi ressaltado, o médico nesse contexto, tinha um papel preponderante.

Em relação ao imigrante ideal, o CIC orientava que apenas o “homem branco europeu” deveria ser admitido no Brasil. Neste sentido, Diwan (2015) ressalta que ao se referir ao “branco europeu”, constava um direcionamento. O próprio Kehl orientava com base na Eugenia sobre “importância de que fossem feitos incentivos às migrações de grupos de países de raça nórdica” (Diwan, 2015, p. 132). Especificamente, o eugenista estava se referindo aos suecos, noruegueses,

ingleses e alemães. Diwan (2015, p. 65) ainda esclarece que: “Os nórdicos, no entender desses teóricos racistas, eram a "raça superior" da região Norte da Europa e, entre suas principais características, estavam a energia, a capacidade de julgamento, a força para enfrentar os desafios da civilização”.

Os grupos daqueles que deveriam ser rejeitados enquanto migrantes, constavam os asiáticos e os africanos, mas de maneira geral os mestiços não eram desejados, por exemplo, o CIC afirmou que o tracoma entrou no Brasil trazido por imigrantes, espanhóis, italianos, japoneses e sírios. Devido a esses imigrantes a doença tinha se espalhado por São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará.

Em relação aos japoneses, o CIC se referia a esse grupo, os comparando ao enxofre, por serem insolúveis e inadaptáveis. Diwan (2015) ressalta que a decisão brasileira foi baseada numa lei dos Estados Unidos, de 1924 que tinha restringido a entrada de nipônicos no país, por motivo semelhante. O CIC também enfatizou esta informação: “Daí porque os Estados Unidos, onde o coeficiente de negros é já tão considerável, julgou de bom alvedrio cerrar as portas aos elementos de raça amarela” (RCIC, 1946, nº 2, p. ?). Ao fazer referência a migração nipônica, o CIC recordou a atuação do médico Miguel Couto na Constituinte de 1934, contrária à imigração da raça amarela para o país. No cerne da discussão estava o embate entre o citado médico, além de outros intelectuais e aqueles que eram favoráveis a entrada dos japoneses, como de outros grupos estrangeiros no país, no intuito de sanar a falta de braços para a lavoura.

Para Miguel Couto era necessário questionar a intenção que levava os japoneses a imigrar para o Brasil, supostamente essa não era boa, pois o que estava em jogo também era a defesa da pátria. Isto é, o CIC demonstra outras preocupações, como é realçado a seguir “não se deve perder de vista que a espionagem, em tempos de paz ou de guerra, independente da existência de colônias estrangeiras” (RCIC, 1946, nº 2, p. 266). Neste sentido, a Argentina e os Estados Unidos são vistos como exemplo, no caso deste último país, ele é citado como referência a ser seguida, “nacionais e estrangeiros trabalham lado a lado, com objetivo comum” (RCIC, 1946, nº 2, p. 266) Em relação a medidas restritivas foi enfatizado que, “graças aos esforços de Miguel Couto e do grupo por ele liderado que se estabeleceu a restrição da imigração japonesa, tão necessária à integração étnica, física e civil do imigrante” (RCIC, 1946, nº 2, p. 147).

O texto da edição de 1946, ainda faz uma crítica aos defensores da democracia humanista e sua insurgência contra as medidas eugênicas, “atacam violentamente a esterilização eugênica, não admitindo sequer a prática do exame pré-nupcial obrigatório”. Novamente é evocado a referência estadunidense: “Ora, os que pregam essas ideias se esquecem de que a esterilização legal entrou em

vigor nos Estados Unidos em 1907 e que, desde então, em quase todos os Estados da República norte-americana vem sendo essa medida praticada com objetivo eugênico” (RCIC, 1946, nº 2, p. 275). Isto é, novamente fica evidente como os princípios eugênicos eram evocados de maneira recorrente, tendo os Estados Unidos como espelho, quando se tratava de política migratória.

Em relação a imigração de africanos, o CIC baseou suas orientações de recusa a partir de critérios de raça e saúde. O que também nos auxilia a entender, em parte porque os negros recém libertos não eram considerados trabalhadores ideais. Na verdade, os argumentos se baseiam na ênfase em doenças que esse grupo racial era suscetível, neste sentido as ideias defendidas pelo CIC às vezes estavam de acordo com aquelas defendidas pelo médico e antropólogo Artur Ramos, mas existiam também discordâncias, a depender da conveniência do discurso.

Novamente para abordar a realidade brasileira são mencionadas informações de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, “de acordo com os dados de 1920 a população total apresentava 11,9 por cento de mortes. Em 1925, a taxa de mortalidade dos negros era ainda 62,5 por cento mais elevada do que a dos brancos, mantendo-se essa situação com pequenas modificações até os tempos atuais” (RCIC, 1946, nº 2, p. 172). As doenças as quais os negros eram mais propensos foram também citadas: “A tuberculose faz o maior número de vítimas, seguindo-se, em ordem, outras doenças do aparelho respiratório, doenças orgânicas do coração, causas externas, mal formação congênita, doenças da primeira infância, hemorragia e amolecimento cerebral e câncer” (RCIC, 1946, nº 2, p. 172).

No que diz respeito a ausência de dados sobre a população negra brasileira, na nossa opinião, não deixa de evidenciar o descaso com esse grupo racial, desde o período da escravização. A condição do negro era de insegurança estrutural, seja em relação, a saúde, higiene, alimentação, habitação, dentre outras.⁴⁸⁴ Completamente negligenciado, uma grande parte da população negra passou a viver nos subúrbios das cidades em condições precárias, sem a menor atenção das autoridades públicas no pós-abolição. Reflete também não apenas a negligência após a escravização, mas o racismo estrutural vigente até os dias atuais.⁴⁸⁵

⁴⁸⁴ Esta não é a única perspectiva sobre a trajetória do negro no pós-abolição, alguns elementos podem ser constatados nesse contexto, como Carlos Eduardo Coutinho da Costa (2015, p. 102) alude: “medo, a violência, as esperanças e objetivos”. Mas a agência desse sujeito também é incontestável.

⁴⁸⁵ Ver: ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Os dados comparativos relacionados ao percentual de negros e brancos atingidos por algumas doenças também são extraídos pelo CIC de uma fonte proveniente dos Estados Unidos, a *Revista Metropolitan Life Insurance Company*. Ao citar a fonte, o CIC afirmou que se comparado com os brancos, a tuberculose vitimava os negros três vezes mais em relação aos brancos, numa amostra de 100.000 pelo menos 226,2% eram afetados. Outras doenças apresentavam uma taxa de mortalidade duas vezes maior, são elas, as orgânicas do coração, infarto, hemorragia cerebral, febre tifóide, influenza e bronquite. E numa proporção um pouco maior a pneumonia.

O CIC continua citando o relatório produzido por Artur Ramos, mas apenas os trechos específicos, e uma das informações ressaltadas era que no Brasil não existia dados demográficos atualizados suficientes sobre a condição do negro. Mas que, a partir de uma observação atenta já notava-se a incidência de algumas doenças em pretos e mestiços, inclusive em relação às doenças típicas da África. Para fundamentar a discussão recorre-se a outro conhecido médico brasileiro, um dos precursores desse debate:

Nina Rodrigues, no seu tempo, já se preocupava em estudar o que ele chamava impropriamente “a etnologia patológica” do nosso país, divulgando os dados da clínica Moura Brasil que verificou a grande frequência de glaucomatosos entre os negros e multatos, 12,38 por cento dos primeiros, 4,18 por cento dos segundos, em relação a apenas 1,98 por cento dos brancos; e ainda a maior porcentagem de leprosos, entre os negros e multatos (RCIC, 1946, nº 2, p. 173).

Isto é, percebemos que alguns anos a frente, o pensamento de Nina Rodrigues continuava a ressoar entre alguns intelectuais brasileiros, sobretudo em relação ao *(i)migrante ideal*.

A partir desse momento os dados baseados nos estudos de Artur Ramos são utilizada para refutá-lo e contradizê-lo: “Artur Ramos, que é, aliás, um fervoroso defensor da raça negra e do mestiço, confessa lealmente ainda existir maior incidência da tuberculose na Bahia, entre pardos e negros em todos os dados verificados” (RCIC, 1946, nº 2, p. 172). Neste momento verificamos uma discordância de pensamento entre a ideia do citado médico e o artigo com orientações do CIC, assinado por Jaime Poggi. Numa perspectiva baseada na desigualdade das condições de higiene, segundo o CIC, Artur Ramos argumentava que a morbidade e mortalidade dos negros era causada por fatores econômicos e sociais e não devido a raça. A justificativa do médico e antropólogo era com base no baixo nível de vida dos pretos e mulatos e não em na ideia de uma patologia de raças.

O posicionamento do CIC é veemente contrário àquele de Ramos, no intuito de defender o branqueamento da população: “Não comungamos da mesma maneira de ver com o ilustre colega. Padrão de vida baixo, senão mesmo miserável, tem os brancos das zonas urbanas, suburbanas e rurais de condição humilde, esses que frequentam nossos hospitais” (RCIC, 1946, nº 2, p. 173). Segundo afirmação do CIC, sem citar dados demográficos, a população branca era numericamente superior à preta e mestiça, sendo estes últimos, “quem moureja pelos hospitais [...] atacados pelas mais variadas moléstias” (RCIC, 1946, nº 2, p. 173).

Novamente é feita uma referência a estatística estadunidense e eugenista sobre a inferioridade da raça negra e mestiça e a superioridade branca. A partir desses argumentos, o CIC reafirma quem era o *imigrante ideal*: “Temos como acertada, é indispensável a escolha do homem branco para o nosso imigrante e só o homem branco. O negro, o mestiço como o asiático devem ser rejeitados” (RCIC, 1946, nº 2, p. 173). Além de ressaltar que a imigração deveria ser feita em alta escala, como defendia outros grupos preocupados com o fornecimento de mão de obra, mas deveriam ser admitidos indivíduos sadios e brancos.

Os migrantes nordestinos na perspectiva do CIC

Nesta seção nos ocuparemos de analisar como o CIC em seus discursos abordou o migrante brasileiro, sendo esse grupo composto na maioria por trabalhadores nordestinos mestiços. Em relação aos migrantes nacionais a perspectiva não muda, ou seja, segue sendo fundamentada nas teorias raciais. O excerto seguinte evidencia a percepção do CIC, em relação à origem ou seja, ascendência do trabalhador nordestino:

“O roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”, impresso em 1814, de autor desconhecido, informava que nos sertões da Baía, Pernambuco e Ceará, principalmente pela vizinhança de São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros. [...] Índios mais ou menos mansos. De fato são contingentes índios que lastreiam a miscigenação da zona semi-árida. [...] Essa gente ociosa, perversa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 176).

O sertanejo mestiço, justamente o sujeito que migrava, era considerado pelo CIC como despreparado, no aspecto moral e intelectual, além de inferior do ponto de vista biológico,

justamente devido a sua origem étnica-racial. De acordo com os Conselheiros e seus colaboradores, “o Brasil estava em fase de desenvolvimento industrial, necessitava de operários, sua lavoura estava abandonada, a população ainda contabilizava um número inexpressivo de 41. 637. 572 homens”, e para piorar, grande porcentagem destes eram doentes, pois: “Não temos raça definida” (RCIC, 1946, nº 2, p. 159). Mas de qual Brasil? Qual lavoura? O CIC estava se referindo? Neste sentido, não temos dúvida de que se tratava da região Centro-Sul, sobretudo São Paulo. Isso fica mais nítido quando recorremos aos documentos do CIC. Oldair da Cruz Paiva também ressalta a cobrança dos agricultores paulista para que o governo fornecesse mão de obra para agricultura, neste sentido: “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período” (Paiva, 2004, p. 105).

Percebemos que algumas medidas de restrição também são aplicadas à migração interna, como veremos mais adiante. Neste sentido, o Brasil não é visto pelo CIC como um todo homogêneo, mesmo que durante o governo de Getúlio Vargas foi enfatizado a valorização do trabalhador nacional, sobressai a preocupação com o fornecimento de mão de obra para uma região específica. O local de onde se originavam a maior parte desses trabalhadores, o Nordeste, no entanto é visto sob suspeita devido a sua origem étnica-racial. O que levou o CIC a estabelecer o exame médico como critério de seleção para aqueles nordestinos que desejavam trabalhar na região Centro-sul. No entanto, antes dessa etapa já existia uma ideia construída sobre o perfil biológico e cultural dos migrantes.

O trabalho de classificação do perfil epidemiológico, sobretudo do nordestino, foi realizado com a colaboração dos médicos, desde períodos anteriores ao recorte deste estudo, durante viagens de inspeção e relatórios produzidos com esse propósito. Ou seja, de alguma maneira, já existia um certo mapeamentos da região e seus problemas sanitários, como é evidenciado a seguir:

Em 1912 Arthur Neiva e Belisário Penna lideraram a expedição médico-científica ao nordeste brasileiro - Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás -, que percorreu mais de sete mil quilômetros. Esse trabalho realizado a serviço da Inspeção de Obras contra a Seca e ligado ao Instituto Oswaldo Cruz tinha como finalidade diagnosticar a situação epidemiológica da região para o desenvolvimento de medidas profiláticas. O texto alcançou tanta repercussão que muitos intelectuais envolvem-se nas questões relativas à saúde, a partir de então. Nesse mesmo ano, num discurso em saudação a Aloysio de Castro, o médico Miguel Pereira declara: "O Brasil é um imenso hospital". (Diwan, 2015, p. 95)

Ainda segundo a autora, o determinismo racial e climáticos, que era uma regra, quando se tratava de análises sobre a população passou a ser questionada pelos citados sanitaristas. No entanto, alguns intelectuais não se desvincularam da perspectiva racista, os quais atribuíram as causas das doenças ao fato desses sujeitos serem mestiços, ou seja, as doenças os atingiam em maior proporção justamente devido ao seu perfil biológico e cultural. O que fica mais nítido na afirmação seguinte: “O discurso racista frequentemente atribuía o atraso e muitos dos problemas brasileiros à ‘má-formação étnica’ da população” (Koifman, 2012, p. 27). E o fato dessa população ser tida como doente, seja na perspectiva médico-sanitária ou racial, também tem reflexo direto no processo de seleção e controle da mobilidade.

O CIC, sobretudo os médicos ligados a Instituição alertou para a importância do conceito de *geografia médica* nesse contexto, pois esta permitia mapear as populações e suas doenças. Assim como as medidas sanitárias e profiláticas que deveriam ser adotadas, como também em relação aqueles migrantes que deslocavam para São Paulo, no intuito de trabalhar, esses deveriam ser submetidos ao exame médico. Ou seja, o CIC tinha um entendimento do migrante ideal, aqueles que detinham condições de saúde, os sadios, para contribuir com o processo de desenvolvimento do Brasil, em curso naquele momento. Por isso a perspectiva geográfica, isto é, a cartografia dos doentes e das doenças, ou mesmo daqueles propícios à degeneração biológica, como os mestiços nordestinos, que era o maior grupo que se deslocava para São Paulo, era fundamental.

No artigo intitulado: *Geografia médica e Colonização* foi melhor esclarecido, como essa ciência cooperaria com a medicina na formulação do foi chamado de geografia médica:

É a pesquisa do conjunto de endemias ou epidemias que estão em ligação com certos caracteres geográficos de uma região em particular com os caracteres climáticos e biológicos [...] “complexos pathogenes”, isto é, por exemplo, o agrupamento do homem e do micróbio ou do cogumelo, com ou sem a intervenção de um agente transmissor. Este complexo precisa de um conjunto de fatos biológicos e geográficos que permitiram a criação de um meio favorável à propagação de uma doença (RCIC, 1950, nº 2, p. 230).

Para o CIC, a geografia médica ainda era uma área do conhecimento que tinha recebido pouca atenção dos estudiosos, na maioria das vezes, tanto o geógrafo, como o médico, quando abordavam o assunto estavam interessados em finalidades imediatas. Enquanto o fundamental era o “estudo dos laços que unem o homem ao seu meio biológico” (RCIC, 1950, nº 2, p. 230). Era

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

papel do médico determinar os agentes patogênicos, descobrir a existência de doenças infecciosas e sua evolução no tempo, saber se são endêmicas, periódicas [...] conhecer o terreno humano de menor resistência no qual elas se desenvolvem” (RCIC, 1950, nº 2, p. 231). Algumas outras doenças precisava ser averiguadas, se elas resultavam da ausência de nutrientes na alimentação ou mesmo pela falta de higiene. Dessa maneira caberia ao médico incentivar que as medidas de saneamento fossem colocadas em prática. O CIC então, sugere que esses profissionais desse atenção às indicações dadas pelos geógrafos, devido ao fato deles terem uma visão mais ampla sobre o assunto.

Em relação ao tema da higiene, a inspiração era nas ideias francesas, mais especificamente na pesquisa do Doutor Pittaluga, que tinha sido publicada na Revista de Higiene, em 1939, na cidade de Paris. O citado médico resumiu os fatores que determinavam o tipo sanitário de uma região, o qual era composto por, “clima, densidade, etnografia e nível de cultura, capacidade econômica e repartição de riquezas, condições e tipos de trabalho, grau de intervenção do estado e técnica sanitária, valores demográficos, epidemias locais, habitação rural autóctones, alimentação rural” (RCIC, 1950, nº 2, p. 231). Como podemos observar, no que diz respeito a migração a recepção de ideias originadas nos Estados Unidos era maior, já em relação a higiene e questões sanitárias os intelectuais europeus eram mais citados.

Quanto ao papel do geógrafo, esse profissional deveria colaborar com as pesquisas médicas, indicando as causas físicas, humanas e climáticas, hidrológicas, a natureza do solo e sua propensão à proliferação de doenças. Caberia ao geógrafo, ainda, se preocupar com a localidade e circulação de animais selvagens e domésticos. Em relação aos grupos humanos, as atenções seriam voltadas para a questão do habitat, o vestuário e as etapas de desenvolvimento. Mas era o fator climático, um dos principais elementos a serem inseridos nessa observação, pois o clima era considerado um dos agentes primários do enfraquecimento do homem, origem de tantas doenças” (RCIC, 1950, nº 2, p. 232). Para o CIC migrante nordestino, um dos grupos humanos mais afetados, o CIC dizia que, “o problema era mais grave nos emigrados dos Estados Nordestinos, que mostram as carências alimentares num grau mais acentuado. Juntam-se a este triste padrão biológico as mais diversas endemias, principalmente as verminoses, a maleita e as ancilostomíase” (RCIC, 1946, nº 3, p. 491).

A população era a mais prejudicada pelas condições climáticas, como a seca, devido aos baixos índices pluviométricos, responsável pela fome, a desnutrição e a degeneração biológica. Mas também pela ausência de condições sanitárias adequadas, “o rurícola relegado ao mais absoluto esquecimento, mal alimentado, mal vestido, descalço roído pela ancilostomíase, habitando casas anti-higiênicas, sem qualquer amparo da lei, ou com leis que nunca foram colocadas em prática” (RCIC, 1946, nº 3, p. 491). Neste sentido, o CIC advertiu que: "Nestes estudos não se deve fazer

somente intervir as noções raciais [...] mas as adaptações das populações em ambientes climáticos diferentes que podem criar, um desequilíbrio, quando as populações são bruscamente transportadas para um outro meio” (RCIC, 1950, nº 2, p. 232). E uma das soluções apontadas pelo CIC foi a realização do exame médico para o migrante.

O exame médico era uma exigência, mas também ele passou por mudanças em relação aos responsáveis. Até o final da década de 1930, o agenciamento de mão de obra, no intuito de suprir a demanda por trabalhadores para o Estado de São era realizado por empresas privadas, como é esclarecido a seguir: “Até 1939 a arregimentação dos trabalhadores, triagem, inspeção médica no ponto de embarque e autorização das autoridades locais para a liberação dos migrantes foram de competência exclusiva dos agentes contratantes” (Paiva, 2004. p. 123).

A partir das centralizações ocorridas com o Estado Novo, o próprio governo assumiu a tarefa de realizar o agenciamento de trabalhadores e realizar o exame médico, além de conceder passagem gratuita no trem. Uma das alegações era a oneração dos cofres públicos, mas devido ao próprio caráter ditatorial do governo varguista, notamos que essa média estava muito mais atrelada a uma ideia de centralização autoritária das suas ações. Esta decisão foi regulamentada por meio de decreto-lei: “A direção dessa migração de trabalhadores nacionais é atribuição legal deste Departamento [Departamento de Terra e Imigração e Colonização] por força dos decretos ns. 19.482, de 12-12-930, 3.010, de 20-8-938, 1.023-A, de 31-12-0938 ” (RCIC, 1942, nº 2. p. 112). Neste período também foi criado pela Inspetoria do Trabalhador Migrante com intuito de reorganizar a dinâmica de solicitações de trabalhadores, justamente devido ao aumento no fluxo migratório para o Estado paulista.

Em 1926 a Ferrovia Central do Brasil chegou ao Norte de Minas e Montes Claros, a partir desse período permaneceu como ponta de trilhos até meados da década de 1940. O que contribuiu para o aumento do fluxo migratório em direção à citada cidade. A chegada de nordestinos procedentes sobretudo do Estado da Bahia contribuiu para um significativo aumento no número de migrantes aglomerados na cidade, na espera de embarcar no trem. Ao invés de esperar a chegada do trabalhador no Estado de São Paulo, especificamente na Hospedarias dos Imigrantes, o governo decidiu estabelecer os *Postos Avançados de Triagem* nas cidades Norte Mineiras, Pirapora e Montes Claros. Neste caso, esta última registrava uma maior chegada e concentração de migrantes (Paiva, 2004). Depois do exame médico os migrantes eram divididos em dois grupos, os sadios e os rejeitados pela triagem médica. Aquele primeiro grupo recebia alimentação, alguns também hospedagem e passagem gratuita para o embarque no trem para São.

Ao chegar em São Paulo, os migrantes eram desembarcados na Hospedaria dos imigrantes onde eram realizados novos exames médicos para certificar a saúde dos trabalhadores. Caso fosse reprovado na nova triagem médica, ocorria o embarque de volta para o Norte de Minas, como afirmou a imprensa local: “O serviço de socorro ao flagelado [serviço de migração] não manda os doentes para São Paulo, abandona-os aqui porque, se os mandar, eles serão devolvidos imediatamente. Montes Claros é que deve ficar com a escoria. Assim pensam eles” (Gazeta do Norte, 1939). O fato da imprensa montes-clarenses noticiar esse tipo de informação nos levou a averiguar e constatar que essa era uma prática comum naquela época. Entretanto, esse não é assunto esgotado, este artigo traz apenas resultados parciais de uma pesquisa ainda em curso. As condições de insegurança estrutural, por exemplo, às quais esses migrantes eram submetidos após serem rejeitados na triagem médica merece uma atenção especial, dentro desse contexto.

Referências Bibliográficas e Fontes

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011. p. 13.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A dimensão retórica da historiografia**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 235.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.p. 258. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqr49>. Acesso em 13 dez de 2021. P. 258.

DIWAN, Píetra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo** / Pietra Diwan. - 2. cd., 3a reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2015.

Jornal Gazeta do Norte. Julho de 1939. Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, MARIA CONCEIÇÃO DA. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional**. Sociologias,

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/nJkjQHMPsb33WB3L4QHdRZN/>. Acesso em: 22 de out. 2023.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiro no Brasil (1941 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MONTEIRO, Filipe Pinto. **O “racialista vacilante”**: Nina Rodrigues e seus estudos sobre antropologia cultural e psicologia das multidões (1880-1906). Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 193-215, jan./abr. 2020. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 22 de Nov. de 2023.

PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno**. Bauru, SP: EDSC, 2004. p. 117.

Revista de Imigração e Colonização. 1942, n.3 e 4; 1946,nº2; 1946, nº3; 1947,nº1; 1950,nº2.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **As Idéias Eugênicas no Brasil**: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cqF46>. Acesso em 04 de abril de 2022.

PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. **O sanitário (re)descobre o Brasil**. In: Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história/ Carlos Fidelis e Ialê Falleiros organizadores. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8: RESISTÊNCIAS ENTRE 1960 E 1980.

Dom Waldyr Calheiros: o “Bispo Vermelho” e a resistência católica no Sul-Fluminense (1966-1999)

João Marcelo Amaral Machado⁴⁸⁶

Resumo: O presente trabalho busca analisar a trajetória política e de resistência de Dom Waldyr Calheiros durante o seu bispado na Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, de 1966 a 1999. Sua crítica e oposição ao regime militar, junto de outros bispos da Igreja Católica, rendeu a ele o apelido de “Bispo Vermelho”. A partir de suas ações de enfrentamento e defesa dos trabalhadores, religiosos e militares que, da sua maneira, resistiam à ditadura e as violações perpetradas por seus agentes, Dom Waldyr conseguiu formar uma rede de proteção e denúncia das violações de direitos humanos ocorridas no 1º Batalhão de Infantaria Blindada, de Barra Mansa/RJ. Pretende-se, por fim, entender como a atuação de Dom Waldyr auxiliou a defesa e atuação de diversos opositores do regime e teve sua personalidade marcada pela resistência às violações e defesa dos perseguidos.

Palavras chave: Ditadura, Dom Waldyr Calheiros, Sul-Fluminense.

Abstract: This study aims to analyze the political and resistance trajectory of Dom Waldyr Calheiros during his episcopacy in the Diocese of Barra do Piraí-Volta Redonda from 1966 to 1999. His criticism and opposition to the military regime, alongside other bishops of the Catholic Church, earned him the nickname "Bispo Vermelho". Through his confrontational actions and defense of workers, religious individuals, and military personnel who, in their own ways, resisted the

⁴⁸⁶ Mestrando e graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-mail: joaomarcelo.amaral@estudante.ufjf.br

dictatorship and the violations perpetrated by its agents, Dom Waldyr managed to establish a network for the protection and denunciation of human rights abuses at the 1st Batalhão de Infantaria Blindada in Barra Mansa/RJ. In conclusion, the aim is to understand how Dom Waldyr's actions assisted in the defense and activities of various regime opponents, marking his personality with a steadfast resistance against violations and advocacy for the persecuted.

Keywords: Dictatorship, Dom Waldyr Calheiros, South Fluminense.

Introdução

A cidade de Volta Redonda foi um local estratégico durante a ditadura militar brasileira. O município da região Sul-Fluminense havia sido o escolhido alguns anos antes, em 1941, para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A produção na Companhia, juntamente com as siderúrgicas da cidade vizinha, Companhia Siderúrgica Barbará e Siderúrgica Barra Mansa, transformaram a região na maior produtora de coque, ferro-gusa e aço do país (POLL, 2016).

Para maior controle social dessa região de grande importância econômica do país, foi instalado na cidade vizinha, Barra Mansa, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), a uma distância de menos de 10 quilômetros da CSN, com uma função principal de trabalhar em estreita articulação com a Companhia Siderúrgica (GHAZZAOUI, 2016). O 1º BIB já atuava na repressão perseguição dos movimentos operários e grevistas antes mesmo do golpe militar de 1964, segundo registros da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda há operações envolvendo a coibição desses movimentos nos anos de 1956, 1957, 1963 e 1964.

E, após o golpe militar, as atividades do 1º BIB foram se tornando cada vez mais frequentes, agindo inclusive logo no dia 1º de abril daquele ano. Os militares do Batalhão, articulados com a Diretoria Industrial da CSN, foram convocados para reprimir o movimento grevista que alguns trabalhadores planejavam iniciar em resposta à deposição do presidente João Goulart. Após esses incidentes iniciais, a diretoria da CSN solicitou uma ampliação da presença de soldados do Batalhão e também a fixação de residência de sargentos e oficiais em locais mais próximos à Companhia.

É nessa atmosfera social que se tem a chegada de Dom Waldyr Calheiros de Novaes para posse como bispo da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, em 8 de dezembro de 1966. Porém antes de analisarmos a atuação de Dom Waldyr na região Sul-Fluminense é necessário compreender a sua história e o que o levou a lutar constantemente por justiça social.

Menino de Murici

Waldyr Calheiros de Novaes nasceu no município de Murici, estado de Alagoas, em 29 de julho de 1923. Vindo de família humilde, era filho de Modesto Correia de Novaes, dono de uma pequena propriedade rural e comerciante, com Maria Calheiros de Novaes, dona de casa. Waldyr possuía mais quatro irmãos e duas irmãs, sendo o menino caçula da família. E desde muito cedo começou a ajudar o pai nos trabalhos do cultivo da cana-de-açúcar.

Aos 14 anos de idade, Waldyr entrou para o seminário na capital Maceió, o qual permaneceu de 1937 a 1944. Ao final desse ano, transfere-se para o seminário do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, em busca de aprimorar seus estudos de Teologia. Waldyr passa a atuar como professor e posteriormente como vice-reitor no seminário do Rio Comprido, até 1957, quando é designado para a paróquia de São Francisco Xavier e chega a assumir a função de pároco. Durante esse período, ele passa a ter um maior contato com a Juventude Operária Católica (JOC), além da Pastoral de Casais e do Movimento Familiar Cristão, ambos grupos que se dedicavam ao relacionamento cristão com a família (VASCONCELOS e RODRIGUES, 2018).

No início do ano de 1964, Dom Waldyr é ordenado bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A cerimônia ocorreu no dia 1º de maio, dia de São José Operário e também dia dos trabalhadores, algo que ficou marcado pessoalmente como uma data significativa para sua atuação posteriormente, sempre ligado a classe trabalhadora e explorada.

Dom Waldyr atua pouco tempo como bispo auxiliar e, menos de dois anos depois, toma posse na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, no dia oito de dezembro de 1966, por onde permaneceu até seus últimos dias.

Bispo “Vermelho” Dom Waldyr Calheiros

Ao chegar na região Sul-Fluminense, Dom Waldyr teve que enfrentar uma série de questões delicadas logo no início de seu bispado. A primeira seria a implantação da renovação proposta pelo Concílio Vaticano II, concluído em 1965 e que definiu novas diretrizes para atuação da Igreja Católica na sociedade contemporânea.

O Concílio Vaticano II, por um lado, criou um ambiente em que os episcopados pudessem debater, revisar e aprofundar as questões internas da Igreja Católica como uma aproximação às demais Igrejas, uma inserção das comunidades cristãs e religiosas, um diálogo com outras religiões cristãs e com a sociedade moderna, principalmente, com a ciência. (SILVA, 2012)

Outro problema que Dom Waldyr precisou enfrentar logo que chegou em Volta Redonda foi a manifestação de três padres da diocese pelo fim do celibato. Eles haviam deixado o ministério e se casado, mas estavam inconformados com essa situação. E, para além desses, também haviam as perseguições e prisões de membros de movimentos da Igreja Católica por parte dos militares do 1º BIB, que afetavam os relacionamentos políticos com os militares da região.

A partir de 1969 há uma mudança no apoio declarado ao regime militar por parte de dois bispos importantes da Igreja. Dom Aloísio Arlindo Lorscheider e Dom Helder Câmara, que haviam apoiado o golpe, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, emitiram uma nota em repúdio as violações que eram cometidas por parte dos militares. Esse movimento levou os bispos que já eram críticos do regime a adotarem uma postura ainda mais antagonista. Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Adriano Hipólito, Dom Frei Vital João Geraldo, Dom Clemente Isnard e Dom Waldyr Calheiros, junto com Dom Aloísio e Dom Helder, ficaram conhecidos a partir de então como “Bispos Vermelhos” pelos posicionamentos de enfrentamento ao regime.

Os bispos então passaram a adotar uma postura conjunta entre eles, utilizando do poder e potência de duas falas passaram a denunciar as violações cometidas por militares. Muitas vezes os bispos também trocavam correspondências e informações entre eles, em busca de apoio e aconselhamentos⁴⁸⁷.

O caso JUDICA

⁴⁸⁷ Memórias de quatro “bispos vermelhos” durante a ditadura. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/memorias-de-quatro-bispos-vermelhos-durante-ditadura-18111438> . Acesso: 04/01/2024.

Um dos primeiros desentendimentos de Dom Waldyr com os militares do 1º BIB ocorreu em novembro de 1967, com menos de um ano de bispado e antes mesmo das mudanças de postura a partir de 1969. Na noite do dia 5 daquele mês, quatro jovens dirigentes da Juventude Diocesana Católica (JUDICA) decidiram espalhar um panfleto de protesto em alguns bairros da cidade de Volta Redonda. A ação contou com Carlos Rosa de Azevedo, autor do panfleto e quem possuía uma visão mais politizada, Natanael José da Silva, presidente da JUDICA, Jorge Gonzaga, diretor esportivo e cultural do grupo, e o diácono francês Gui Michael Camille Thibault, que dirigia a Kombi da Diocese (CMV-VR, 2015).

Após algumas horas de conversa sobre assuntos filosóficos, religiosos e políticos, eles decidiram distribuir os panfletos produzidos por Carlos nos bairros operários da cidade. O panfleto trazia uma série de denúncias dos problemas sociais brasileiros, discorria sobre a alta taxa de mortalidade infantil, as doenças que acometiam a população, o problema da fome e do desemprego, além das violações de direitos e perseguições à Igreja Católica por parte do regime militar.

No Brasil, morrem, por dia, 1000 crianças vítimas da FOME; Para cada morto que nos fica, como resultado da fome, da miséria, da doença, fruto da exploração dos Estado Unidos, vai para os cofres americanos a soma do Cr\$2.500.000,00Ø. Este governo é anti cristão. Lançou a classe média à pobreza e a classe pobre a miséria. É uma DITADURA a serviço do Imperialismo americano. Pois os operários são massacrados, sem salários, sem direitos, forçados a leis desumanas e ao alto custo da vida.

(Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 1. CMV-VR, 2015, grifos do autor.)

Porém, os jovens estavam sendo seguidos por uma patrulha da Polícia do Exército e durante a madrugada, no bairro Retiro, eles foram abordados e detidos pelos militares. Segundo o relato de Jorge Gonzaga, durante o traslado dos jovens para o Batalhão em Barra Mansa, ele já teria recebido agressões físicas e verbais (ESTEVEZ, 2015).

As violações cometidas por parte dos militares não cessaram no traslado. Após a detenção no 1º BIB, os quatro jovens ficaram mantidos incomunicáveis por um mês, prazo estabelecido para apuração do Inquérito Policial Militar (IPM). Durante primeira noite os jovens permaneceram juntos e combinaram os depoimentos, no qual Carlos Rosa assumiria toda a responsabilidade da ação.

Na manhã do dia 6, o coronel Armênio Pereira anunciou para a tropa a prisão de quatro comunistas com a Kombi da Igreja e, em poucas horas, a notícia já havia chegado até o bispo.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Buscando se inteirar mais da situação dos jovens Dom Waldyr solicitou ao Padre Euler, que possuía uma proximidade com os militares, um parecer oficial da situação. Porém, ao ser questionado pelo sacerdote, o coronel Armênio negou a detenção e apreensão do veículo. Indignado com a resposta, Dom Waldyr escreveu e enviou um bilhete direto ao coronel.

Não obstante a declaração negativa de V. Excia, ao nosso enviado, Pe. Euler, quanto à detenção de nossa kombi com quatro rapazes, tenho certeza que a afirmação de V. Excia. não corresponde à verdade. Obrigou-me a informação de V. Excia. a procura-los “bobamente” em outras partes da Diocese.

(Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 1. CMV-VR, 2015)

Dom Waldyr também solicitou ao coronel tratamento “como pessoas humanas, responsáveis pessoais de seus atos” (CMV-VR, 2015), fazendo forte referência as já cientes torturas que eram realizadas no interior do Batalhão e afastando a Igreja Católica politicamente da ação dos jovens.

Ao mesmo tempo que buscava um afastamento institucional da Igreja, Dom Waldyr desceu a serra a caminho da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Rio de Janeiro, em busca de ajuda para solução das detenções. Naquela tarde, porém, a temperatura entre as instituições se elevou. O comandante do 1º BIB ordenou uma diligência na sede do Bispado em busca de provas de subversão contra os jovens detidos. Mas, por ordem de Dom Waldyr, a Irmã Elizabeth, que residia na casa do Bispo, não permitiu a entrada dos militares, que permaneceram na porta até residência até o início da noite (CMV-VR, 2015).

A diligência foi realizada no dia seguinte, já com a presença de Dom Waldyr, e marcou o início de uma nova relação entre a Igreja Católica e o regime militar na região Sul-Fluminense. A Comissão Municipal de Volta Redonda destaca que a invasão militar ao Bispado foi algo sem precedentes na relação Igreja- Estado no Brasil, sendo considerado um ato simbólico de agressão e o início do rompimento da aliança selada no golpe de 1964 (CMV-VR, 2015).

Inconformado com a situação, Dom Waldyr buscou a imprensa do Rio de Janeiro para explicar o fato e marcar a posição pastoral. Uma carta foi enviada e publicada pelo Jornal do Brasil no dia 14 de novembro de 1967 e ficou conhecida como “Os Sete Pecados Capitais”, nela Dom Waldyr denunciava uma série de causas sociais, bem semelhantes ao panfleto de Carlos Rosa.

No mesmo dia, D. Waldyr enviou ao Coronel Armênio uma cópia da carta publicada, completando-a dizendo que não era responsável pela interpretação de terceiros e complementava dizendo que não era responsável pela interpretação de terceiros: “Isto foi o que falei. Quanto às

interpretações e comentários que queiram fazer em torno da nota não são de minha responsabilidade” (ESTEVEZ, 2011). Quatro dias depois, o Bispo fez diversas cópias da reportagem publicada no JB e enviou para todas as comunidades da Diocese, com a ordem de serem lidas na missa dominical como “Esclarecimento do Bispo”, podendo o fazer, inclusive, no lugar do sermão (ESTEVEZ, 2015).

No dia 26 de novembro o pedido de Habeas Corpus foi deferido pelo ministro general Pery Constant Bavalacqua do Superior Tribunal Militar (STM). A CMV-VR traz a informação de que no final do ano seguinte, após a promulgação do Ato Institucional nº5, o General Pery foi aposentado compulsoriamente pela ditadura. O julgamento do Habeas Corpus, pelo então ministro militar, se deu com base no entendimento de que a prisão dos quatro jovens e a sua incomunicabilidade teria ocorrido de maneira ilegal e determinou a imediata liberação.

Após o relatório final do IPM do caso JUDICA ocorreu o julgamento dos quatro jovens. No dia 20 de junho de 1969, o STM condenou o diácono francês Guy Michel pela pena de banimento do país, Natanael José foi condenado a 10 meses de prisão, Jorge Gonzaga a 9 meses de prisão e Carlos Rosa condenado a 1 ano e meio de prisão na Base Aérea de Santa Cruz (CMV-VR, 2015).

Greve de 1988

Anos mais tarde, após o fim da ditadura militar no Brasil, o clima de tensão permanecia presente na região Sul-Fluminense. Uma série de greves foram realizadas por parte dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, seja por melhoria salarial, melhores condições de trabalho ou redução da carga horária – questões muito semelhantes aquelas levantadas 20 anos antes pelo jovem Carlos Rosa. Em muitas das greves dos anos 80, o Exército foi chamado para realizar intervenções na Usina, mesmo após ao fim do regime.

Em uma dessas greves, a terceira do ano de 1988, teve um dos acontecimentos mais emblemáticos e triste do movimento sindical brasileiro. No dia 07 de novembro, os operários da CSN iniciaram uma paralização pautada em quatro eixos principais: “reposição da perda salarial dos funcionários da CSN; aumento real de 17,68% sobre a Unidade Referencial de Preços; a implantação do turno de seis horas; e a readmissão, conforme a nova Constituição, dos que haviam sido demitidos desde 1984 em pequenas paralisações.” (COSTA et al., 2001).

O movimento grevista teve grande apoio dos trabalhadores da Companhia, como a entrada de 5 mil operários na Usina, puxados pelo carro de som do sindicato, logo às 8h30. A Direção da CSN, preocupada com a manifestação, entrou em contato com os órgãos jurídicos responsáveis. O juiz da 3ª Vara Cível requisitou a ação da Polícia Militar para o cumprimento da ordem (CMV-VR, 2015).

Durante a tarde, uma nova confusão envolvendo os trabalhadores e a PM ocorreu. Um policial militar, que havia atirado para o alto, foi desarmado por um dos grevistas. Além de um grupo conseguir mover a mão um caminhão dos bombeiros parado em frente a entrada da Usina, com intuito de impedir a entrada do carro de som do Sindicato. Após todos os ocorridos, as tropas do exército invadiram novamente a Usina, terceira vez no ano e sexta desde o fim da ditadura, dessa vez com uso extremo de violência e mais de 2 mil homens. Os arredores da CSN se transformaram numa verdadeira praça de guerra, mas importante destacarmos que, segundo a CMV-VR, não houve confronto entre os trabalhadores grevistas e militares, uma vez que não se pode qualificar como confronto um embate com tamanha desproporcionalidade. De um lado estavam homens a mando e com poderio do Estado, portando fuzis, baionetas e metralhadoras – com balas reais e de festim, além da presença de tanques e bombas, e do outro lado, trabalhadores com pedras e pedaços de ferro, na tentativa de defesa improvisada e com material encontrado a esmo.

Durante a tentativa de entrada a força da Usina e da escalada do uso de armamento bélico, três operários ficaram gravemente feridos e vieram a óbito, Walmir Freitas (morto com um tiro fatal de fuzil nas costas), Willian Fernandes (com um tiro fatal de fuzil no pescoço) e Carlos Augusto Barroso (com esmagamento traseiro do crânio por golpes e coronhadas de fuzil). Os três tinham entre 19 e 27 anos (CMV-VR, 2015). Ao todo tiveram 35 feridos, para além dos 3 jovens mortos, sendo 22 operários e 13 transeuntes.

Na madrugada do dia 9 para dia 10 de novembro, houve uma reunião para negociação da trégua. Estiveram juntos em um hotel, próximo a CSN, o Dep. Federal e sindicalista Juarez Antunes, o também sindicalista Wanderlei Barcelos, o presidente da Companhia Juvenal Osório e o general José Luiz Lopes. A reunião contou com a presença dos intermediadores, entre eles o bispo Dom Waldyr Calheiros e o prefeito da cidade Marino Clinger. Os grevistas se retiraram da Usina, mas mantiveram de pé a greve. Havia um compromisso moral de honrar as mortes dos companheiros (CMV-VR, 2015).

A atuação de Dom Waldyr como intermediário e conselheiro do movimento sindical foi de suma importância. No domingo, 13 de novembro, foi realizada uma grande missa, com mais de 40 mil pessoas presentes na Praça Brasil, presidida pelo Bispo. A cerimônia também contou com a

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

presença de clérigos de dioceses vizinhas, entre eles Dom Adriano Hipólito e Dom Mauro Morelli. Ao final da missa, Dom Waldyr afirmou: “Podem arrancar uma flor, duas, três... muitas flores... mas não conseguirão deter a nossa primavera” (CMV-VR, 2015).

Conclusão

A presença e participação ativa do bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes foi de suma importância para a redução e solução de conflitos na região Sul-Fluminense antes, durante e após a ditadura militar brasileira. Com o apoio por parte do bispo e de grande parte da Igreja, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional obtiveram uma série de vitórias trabalhistas ao longo dos anos, principalmente após a redemocratização. Essa figura central na luta dos direitos humanos e trabalhistas na região Sul-Fluminense ficou eternizado em uma série de homenagens após sua morte.

Duas das principais e mais significativas estão ligadas à Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros - Volta Redonda, que carrega em seu nome uma homenagem a atuação do bispo na região, e que também durante seus trabalhos conseguiu a substituição do nome de um logradouro público que homenageava o general Emílio Garrastazu Médici para ponte Dom Waldyr Calheiros de Novaes.

Importante olharmos para a Comissão Municipal como um local de escuta e de institucionalização de memórias coletivas sobre as violações de direitos humanos (BAUER, 2017). E, no caso de Volta Redonda, temos também a institucionalização da figura importante de Dom Waldyr, um dos maiores símbolos de resistência e da luta pelos direitos humanos na região Sul-Fluminense.

Referências Bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira. *Como Será o Passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

COSTA, Celia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. (Orgs.) O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ESTEVEZ, Alejandra. Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos. In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011. v. 1.

ESTEVEZ, Alejandra. Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar. Revista Brasileira de História (Online) , v. 35, p. 207-232, 2015.

GHAZZAOUI, Eminny. Entre a barbárie e a cultura: disputas na construção das memórias do antigo 1º batalhão de infantaria blindada de barra mansa (2013-2017). Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias, Niterói, 2018.

POLL, Ana Paula. Memória social e esquecimentos, repressão e resistência no sul fluminense. Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo, Rio de Janeiro – São Paulo, 2016.

RODRIGUES MARQUES, M.; BESERRA DE VASCONCELOS, C. Marcas de um novo tempo: os ideários da Conferência Episcopal de Medellín na trajetória de D. Waldyr Calheiros de Novaes. Revista Encontros Teológicos, [S. l.], v. 33, n. 2, 2018. DOI: 10.46525/ret.v33i2.860. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/860>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. A atuação do bispo d. Waldyr Calheiros de Novaes frente à Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda. In: Ofício do Historiador: ensino e pesquisa., 2012, São Gonçalo, RJ. História do Tempo Presente: o conhecimento histórico e seus atores no espaço público., 2012.

VOLTA REDONDA. Comissão Municipal da Verdade “Dom Waldyr Calheiros” (CMV-VR). Relatório Final (2013-2015). Volta Redonda, 2015.

Pensar o exílio como um espaço de protagonismo político: O Grupo Brizola e seus intentos de resistência a partir da fronteira sul gaúcha

Darlise Gonçalves de Gonçalves⁴⁸⁸

Resumo: Após o Golpe diversas lideranças vinculadas ao governo deposto exilaram-se no Uruguai, país que passou a ser considerado o principal destino da geração de 1964. Logo formou-se na sua capital uma considerável comunidade de brasileiros que não demorou para articular-se em grupos ideológicos que defendiam diferentes linhas de ação para a retomada da democracia em seu país de origem. Dentre esses grupos a presente comunicação volta-se para aquele formado ao redor da figura do ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Destinando especial atenção para as estratégias empregadas por alguns de seus membros para articular a resistência e retomada da ordem democrática no Brasil.

Palavras-chaves: Exílio; Travessias; Grupo Brizola; Resistências; Fronteira.

Abstract: After the coup, several leaders linked to the deposed government went into exile in Uruguay, a country that came to be considered the main destination of the 1964 generation. Soon a considerable community of Brazilians was formed in its capital, which did not take long to articulate itself in ideological groups that defended different lines of action for the resumption of democracy in their country of origin. Among these groups, this communication focuses on the one formed around the figure of the former governor gaúcho Leonel Brizola. Paying special attention to the strategies employed by some of its members to articulate the resistance and resumption of the democratic order in Brazil.

⁴⁸⁸ Doutoranda e mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. Financiamento: CAPES. Contato: darlisehistoriadora@yahoo.com.

Keywords: Exile, Travessias, Leonel Brizola, Resistance, Border.

Notas Introdutórias a Respeito do Exílio Brasileiro no Uruguai

Com a deposição do presidente democraticamente eleito João Goulart em 1964, grande parte dos indivíduos vinculados ao trabalhismo brasileiro tiveram de se exilar no Uruguai, país de longa tradição democrática, fazendo com que sua capital fosse convertida em um polo do exílio brasileiro durante os primeiros anos da ditadura. Para lá migraram funcionários públicos cassados pelo A-1, lideranças sindicais e estudantis, dentre outras figuras ligadas a ebulição social dos anos anteriores, bem como, gente comum vinculada de uma forma ou de outra ao cenário político anterior, como foi o caso das esposas e demais familiares de indivíduos de expressiva atuação política no cenário nacional do pré-golpe. Dando início à o que Denise Rollenberg vai denominar como Primeira Geração de Exilados Brasileiros⁴⁸⁹.

Em um de seus estudos Enrique Serra Padrós levanta alguns pontos que levaram a escolha pelo país vizinho, e principalmente por sua capital enquanto local de morada e rearticulação das lutas. Primeiramente é digno de destacarmos que durante o século XX, até finais da década 1960, o Uruguai era considerado um “país de tradição democrática consolidada, plena, não reduzida a meros aspectos formais” (Padrós, 2014: 95). Devido a isso, ainda de acordo com o autor, “os perseguidos políticos brasileiros, ao chegarem a Montevidéu, se deparavam com uma vivência de liberdade que lhes permitia desenvolver níveis de atuação, ação e contatos” (p.97), uma vez que a sociedade uruguaia os recebera muito bem “corroborando a corriqueira tradição oriental de acolhida a quem se sentia ameaçado no seu país de origem” (p.97). E, no que diz respeito aos gaúchos, o laço de proximidade entre os países e aspectos da cultura partilhados também contribuíram para essa escolha.

Diante do exposto, é interessante compreendermos minimamente a dinâmica que esses indivíduos assumem no exílio. Embora os grupos mais visados sejam aqueles que se forjaram ao

⁴⁸⁹ Em seu estudo Rollemberg (1999) categoriza o movimento exilar brasileiro decorrente da ditadura de 1964 a partir da existência de duas gerações, tomando o conceito de geração enquanto um elemento de periodização e categorização espacial. A primeira delas constituiu-se logo após o golpe e fixou-se principalmente pela América Latina. Já a segunda geração formou-se logo após o AI-5 em 1968, esta por sua vez foi composta, sobretudo, por integrantes da luta armada brasileira e teve como principal destino a Europa.

redor dos petebistas Leonel Brizola e João Goulart, existiam quatro grupos políticos que aglutinavam a massa de exilados brasileiros. Esses são minuciosamente descritos no informe 687 de dezembro de 1966, emitido pelo CIEEX⁴⁹⁰:

1) Grupo de João Goulart: composto por Juan Alonso Mintegui⁴⁹¹, Amaury Silva⁴⁹², Ivo Magalhães⁴⁹³, Faustino Moacir de Souza⁴⁹⁴, Humberto Menezes Pinheiro⁴⁹⁵ e Luiz Claudio Braga Duarte⁴⁹⁶. Sendo esses os principais nomes apontados no relatório, os agentes do CIEEx ainda destacaram que grande parte das vinculações estabelecidas com o ex-presidente se davam por interesses financeiros, com exceção de “Amaury Silva e possivelmente de Humberto Menezes Pinheiro”⁴⁹⁷. O relatório ainda coloca que “Goulart conduz com descrição suas atividades políticas e seus contatos com outros asilados”⁴⁹⁸, e que Alonso Mintegui e Faustino Moacir de Souza são os responsáveis por estabelecer os contatos políticos e servem também de intermediários para os negócios dele.

Quanto aos contatos com o Brasil o relatório aponta que estes eram constantes seja por intermédio de mensageiros que chegavam à sua estância em Tacuarembó ou em Montevideú. Já os contatos com outros grupos no exílio eram feitos por intermediários: com o grupo de Brizola o

⁴⁹⁰ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEEX. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-137. Localização: BRDFANBSBIE.

⁴⁹¹ Assessor de Goulart, citado na biografia da primeira-dama como João. Alonso Mintegui, natural de Santana do Livramento, era adido comercial do Brasil no Uruguai. Foi ele o responsável por acolher Maria Thereza e os filhos no Uruguai assim que eles deixaram o Brasil.

⁴⁹² Ministro do Trabalho durante o governo João Goulart.

⁴⁹³ Assessor de Goulart no exílio foi prefeito de Brasília de 1962 a 1964.

⁴⁹⁴ Não localizamos informações a seu respeito para além do que aqui apresentamos.

⁴⁹⁵ Bancário de expressiva atuação no movimento sindical dessa classe, sendo eleito o primeiro presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec). Teve seus direitos políticos suspensos pelo AI-1 e precisou se exilar no Uruguai.

⁴⁹⁶ Também conhecido apenas como Claudio Braga, foi deputado estadual em Pernambuco, tendo sido cassado pela ditadura. No exílio passou a assessorar Jango e, também, era o gerente do Hotel Alhambra, onde Goulart possuía um escritório. O espaço era tido como “ninho dos Brasileiros” (Willian, 2019: 290).

⁴⁹⁷ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-122.

⁴⁹⁸ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121.

responsável era Juan Alonso Mintegui, diante da inexistência de relações entre os cunhados, e com o grupo de Aragão⁴⁹⁹ era Amaury Silva. Já com o grupo sindical Goulart possuía estreitas ligações.

2) Grupo militar liderado por Candido Aragão: De acordo com o informe após a criação do Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), seu líder Candido Aragão buscou estreito entrosamento com o grupo de Brizola. Entretanto, dada a divergências internas foi se produzindo gradual afastamento e “os mais recentes informes indicam a existência de um total antagonismo entre os chefes do grupo “militar” e brizolista, situação esta que, na falta de algum fato novo e aglutinante, tenderá a perdurar”⁵⁰⁰. Entretanto, apesar do afastamento entre os líderes, os integrantes de ambos grupos ainda mantinham contato.

O mesmo documento ainda aponta as vinculações do grupo com Havana e as ligações do MRMN com o Partido Comunista Uruguaio (PCU) “o qual está fornecendo acomodações e recursos financeiros para a instalação de integrantes do grupo “militar” em Montevidéu”⁵⁰¹. Também existiram pontos de ligação entre o grupo militar e João Goulart através de Amaury Silva, Braga Duarte e Humberto Pinheiro, já com o grupo sindicalista o ponto de união era Paulo Melo Bastos, um dos dirigentes do PCB no Rio Grande do Sul. Os contatos com o Brasil eram feitos por membros da família de Aragão que constantemente viajavam entre os dois países e por militares cassados ou não, dentre os quais o informe cita: os brigadeiros Lino⁵⁰² e Francisco Teixeira⁵⁰³. Por fim o documento acusa que após a ocorrência de divergências houve a mudança de nome do agrupamento para RAN (Resistência Armada Nacionalista), fazendo uso do símbolo de uma Rã.

Enfrentamos um problema durante o decorrer desse estudo para compreender a real configuração do grupo militar ligado a Brizola. Em diversos documentos consultados durante nossa investigação percebemos que as nomenclaturas que designam esse grupo variam entre: Resistência Armada Nacionalista (RAN); Movimento Nacional Revolucionário (MNR); Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e Movimento Revolucionário Nacionalista (MORENA).

⁴⁹⁹ O Almirante Cândido Aragão era comandante dos fuzileiros navais durante o governo Jango. Favorável as reformas de base, participou de diversas atividades em defesa destas, foi preso logo após o golpe e viveu quinze anos no exílio.

⁵⁰⁰ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 124.

⁵⁰¹ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 124.

⁵⁰² Não localizamos informações a seu respeito.

⁵⁰³ Em 1962 foi nomeado comandante da III Zona Aérea (III ZA), no Rio de Janeiro. Após o golpe, Francisco, que era considerado o líder da ala militar nacionalista na Aeronáutica, foi exonerado de suas funções e preso.

Entretanto, para apontarmos o porquê disso, se foi devido a cisões internas ou apenas desconhecimento dos órgãos da ditadura, seria necessário um estudo mais aprofundado a respeito da trajetória desse grupo político, e isto foge aos nossos objetivos atuais. Diante disso, embora por vezes tenhamos empregado as outras nomenclaturas, respeitando o modo como o grupo é apresentado nas fontes, optamos por nos referir a ele como MNR por ser essa a forma que recorrentemente este é apresentado na literatura referente ao período.

3) Grupo de Brizola: Um dos primeiros aspectos levantados no relatório é a liberdade de movimento da qual, embora internado no Balneário de Atlântida⁵⁰⁴, gozava o líder petebista. Seus assessores naquela localidade são: Eno Cristiano Becker⁵⁰⁵, Átila Cavaleiro Escobar⁵⁰⁶ e Pedro, que atua como seu motorista. Os indivíduos Francisco Lages dos Santos⁵⁰⁷, que residia em casa alugada por Brizola, Helio Souza⁵⁰⁸ e Brandão⁵⁰⁹ deixaram Atlântida após desentendimentos com Brizola. Segundo o informe a preocupação de Brizola em reduzir seus gastos teria sido um dos motivos de descontentamento de seus liderados. Assim, Lages e Helio rumaram ao Brasil, já Brandão passou a residir em Montevideu. Em Pando (UY), na granja de propriedade do ex-governador viviam os ex-sargentos: Edgar Alves Maia e Alberto dos Santos Benevides, bem como, Isidoro Viana Gutierrez, que administrou a propriedade até 1968 quando aparentemente se desentendeu com o grupo brizolista.

Ainda sobre as finanças de Brizola, o relatório informa que ele estaria contribuindo com o jornal comunista “Época”, o que lhe permitiria influenciar as notícias publicadas a respeito do Brasil no referido periódico. Também são mencionados os recursos financeiros enviados por Cuba, bem como, as vagas existentes nas escolas de guerrilheiros criadas por aquele governo.

⁵⁰⁴ O internamento de Brizola no Balneário de Atlântida ocorreu em fevereiro de 1965 após inúmeras pressões da ditadura brasileira sobre o governo uruguaio. O detalhamento do caso pode ser consultado em Leite (2015).

⁵⁰⁵ A trajetória de Becker será apresentada na sequência, pois ela se intercrusa com o esquema montado pelo Cônsul Uruguaio na fronteira Jaguarão.

⁵⁰⁶ Tem. Cel. da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

⁵⁰⁷ Vereador pelo PTB em Pelotas deposto pelo golpe.

⁵⁰⁸ Suspeitamos tratar-se de Helio Souza Minuto, Helio Minuto, figura que posteriormente viria a se conectar com os membros das Forças Armadas Revolucionárias de Pelotas (FARP). Hélio era funcionário público estadual e foi afastado de seu emprego após o golpe.

⁵⁰⁹ Não localizamos indícios de quem se trate.

Os responsáveis por estabelecer contatos com a Ilha eram Neiva Moreira⁵¹⁰ e Aluísio Palharno Pereira⁵¹¹. Também são apontadas as ligações de Brizola com elementos oriundos de países comunistas que estavam de passagem pelo Uruguai bem como o seu “bem organizado” serviço de correio com o Brasil a partir da atuação de elementos localizados na fronteira do Rio Grande do Sul.

Entretanto, apesar da bem estruturada rede de relações, o CIEX apontou em seu relatório a deterioração a qual vinha sofrendo a liderança de Brizola durante os últimos seis meses (julho a dezembro). Segundo aponta, os principais motivos seriam:

- a) O fracasso das ações subversivas planejadas e executadas pelo grupo;
- b) Cisões internas envolvendo o RAN;
- c) A inação de Brizola no último semestre no que diz respeito a condução das ações subversivas;
- d) Escasseamento de recursos, Brizola estaria se recusando a prestar assistência financeira a vários de seus colaboradores.

4) Grupo sindical: é o que mais transita pelas outras agrupações. Seus principais nomes são: Dante Pellacani⁵¹², Oswaldo Pacheco⁵¹³, Demistóclides Batista⁵¹⁴ e Djalma Maranhão⁵¹⁵ vinculados

⁵¹⁰ O ex-deputado Neiva Moreira é apontado na pesquisa realizada por Leite (2015) enquanto membro da alta cúpula do grupo brizolista, sendo um de seus principais assessores em Montevideo. Ainda segundo a autora, também assessoravam Brizola na capital uruguaia: Paulo Schilling, Dagoberto Rodrigues, Paulo Valente, Nilo Silveira e Lélío de Carvalho.

⁵¹¹ Foi presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro por dois mandatos consecutivos, liderou em 1961 a greve geral de sua categoria em defesa de aumento salarial e do 13º salário. Em agosto de 1963, foi eleito presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec). Com a ditadura a Contec sofreu intervenção do Ministério do Trabalho e Aluísio foi cassado pelo AI-1. Viveu no México até final de 1964, após esse período exilou-se em Cuba retornando em 1970 ao Brasil como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi preso no dia 9 de maio do ano seguinte em São Paulo.

⁵¹² Sindicalista, foi uma das lideranças ativas durante o comício pelas reformas de base.

⁵¹³ Foi presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, SP, 1945-1947 e da Federação Nacional dos Estivadores, 1960; Fundador da União dos Sindicatos de Santos/SP; Secretário-geral do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 1962; foi também Primeiro-secretário do CGT, 1963, e membro do Conselho Administrativo da Cooperativa dos Trabalhadores Sindicalizados de Santos, SP. Foi, também, deputado federal constituinte, como Vice-Líder do PCB durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

⁵¹⁴ Foi Deputado Federal do Rio de Janeiro de 1963 a 1964 (PST). Foi, também, presidente do Sindicato dos Ferroviários, 1954; Mobilizador Sindical na Baixada Fluminense; Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, RJ, 1959; Membro do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 1962.

⁵¹⁵ Prefeito de Natal-RN deposto pela ditadura.

também ao grupo de João Goulart; Paulo Schilling⁵¹⁶, Maia Neto⁵¹⁷ e Neiva Moreira estavam entre o círculo de apoio direto de Brizola e, por fim, Paulo Melo Bastos e Osmildo Stafford da Silva⁵¹⁸ também se faziam presentes no grupo militar. O informe também faz referência às constantes viagens de quase todos estes indivíduos ao Brasil e a Europa.

De acordo com o documento, este grupo é o principal responsável pelo “trabalho de desinformação desenvolvido, com a cooperação de sindicalistas comunistas uruguaios, nos círculos políticos, intelectuais e de imprensa daquele país”⁵¹⁹. A partir, dentre outros meios, do uso do boletim da Associação de Bancários do Uruguai.

De uma maneira geral, ao observarmos os quatro grupos podemos perceber que alguns elementos gravitam entre um grupo e outro tecendo conexões entre eles, conforme buscamos demonstrar na análise do referido documento. Entretanto, vamos nos ater aqui aos contatos de Brizola, estabelecendo um cirúrgico recorte em sua teia de relações às bases do MNR forjadas no exílio e seus membros que transitavam pela fronteira sul do Rio Grande do Sul, apresentando um estudo de caso a partir da experiência de resistência desenvolvida na fronteira Jaguarão. Sendo essa uma das principais rotas utilizadas durante a fase insurrecional do grupo.

Em Jaguarão Brizola mantém um bem organizado “correio” entre os dois países

Muitos foram os intentos de rearticulação dessa comunidade de exilados no Uruguai. Tais investidas variaram ao longo dos anos de livre manifestação política naquele país, e foram de ações armadas diretas até alianças com políticos locais, bem como, episódios de resistência a partir da imprensa. Dentre os intentos de ações armadas para a derrubada da ditadura surgiu, ainda nos primeiros meses de exílio, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), composto principalmente por oficiais subalternos nacionalistas reunidos ao redor de Brizola. De acordo com a pesquisadora Maria Claudia Moraes Leite “Brizola preferia para o Movimento a sigla MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista” (2015: 77) e nesse sentido o grupo político seria uma fusão entre os grupos militares e o de Brizola. A pesquisadora ainda destaca que desde a chegada

⁵¹⁶ Escritor e jornalista, apoiador da reforma agrária no Rio Grande do Sul nos anos 1950.

⁵¹⁷ João Candido Maia Neto foi um jornalista gaúcho.

⁵¹⁸ Bancário.

⁵¹⁹ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 130.

destes no exílio estavam voltados para o “planejamento de ações contra a ditadura militar, na forma de guerrilha ou insurreição” (Leite, 2015: 76), entretanto o MRN na prática “foi muito mais um projeto político que uma organização efetivamente estruturada” (p.77). Para Guaragna, um dos principais pombos-correios de Brizola a fase insurrecional que deu a tônica dos primeiros anos de exílio foi um “período repleto de episódios de extrema tenção” (Guaragna, 1992: 95) que ao ter seu fim em 1967 deixou evidente o quanto aqueles três primeiros anos de exílio haviam custado, uma vez que a ideia de retorno imediato ao Brasil se provou cada vez estar mais longe.

Devemos pontuar a diferença gritante entre os dois principais grupos atuantes no exílio, o MNR e o grupo de Goulart. Pois ao contrário dos seguidores do ex-presidente o grupo político liderado por Brizola ansiava por tomar medidas enérgicas para reverter à situação brasileira. Assim, logo surgiram os primeiros planos de resistência, para os quais era necessário manter contato com os velhos companheiros no Brasil, bem como arrematar novos camaradas para a luta.

Diante desse cenário passaram a transitar pelas fronteiras do país, principalmente via Rio Grande do Sul, os chamados pombos-correios do Brizola, indivíduos responsáveis por fazer a conexão entre Brizola e seu grupo com os simpatizantes e membros do MNR no Brasil. De acordo com Leite,

esses emissários tinham um papel fundamental na estruturação do movimento que se pretendia armar no Brasil e a circulação pela fronteira entre os dois países era de conhecimento tanto dos órgãos de inteligência brasileiros quanto do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai (Leite, 2015: 77-78).

No extenso relatório do CIEX que aqui estamos analisando, quando o assunto eram as atividades políticas do ex-governador no exílio, os agentes da ditadura apontaram que: “em Rivera, Santana do Livramento, Jaguarão e Chuy, Brizola mantém elementos de ligação com o Brasil, que operam ao que se sabe, um serviço bem organizado de “correio” entre os dois países”⁵²⁰. O mesmo documento também faz menção a notável “simpatia e tolerância” do governo uruguaio para com estes. Aspecto que é potencializado pela nacionalidade diluída nas suas fronteiras.

Diante desse perfil regional de forte intercâmbio cultural, constituíram-se no estado estratégias próprias de resistência ao regime e rearticulação de luta. Aqui daremos especial atenção as Travessias (Gonçalves, 2022), tendo em mente que estas não foram uma exclusividade

⁵²⁰ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 128 (grifo nosso).

dos pombos-correios de Brizola e tão pouco se deram da mesma forma ao longo dos vinte e um anos de ditadura.

Nesse sentido, devemos mencionar que nos primeiros anos de repressão alguns desses pombos-correios vinham por meios próprios até as fronteiras gaúchas. E se tratando dos indivíduos vinculados aos esquemas de resistência de Brizola muitos deles eram sul rio-grandenses o que facilitava o trânsito pelas fronteiras. Assim, muitos faziam a Travessia misturando-se com a gente do lugar, como relembra o jornalista Flávio Tavares em suas memórias, “em avião, ia de Brasília a Porto Alegre e de lá em ônibus a Jaguarão, na fronteira com o Uruguai, e ali cruzava a ponte sobre o rio, a pé, como a gente do lugar: só com a roupa do corpo, sem nada nas mãos. No vilarejo uruguaio tomava o “carro-motor”, [...]” (Tavares, 1999: 177).

Outro notório pombo-correio de Brizola foi o telegrafista João Carlos Guaragna, que realizou ao todo 127 viagens entre os dois países a mando do líder petebista. Em seu livro de memórias Guaragna relata que destas apenas as primeiras 71 foram clandestinas tendo essas ocorrido a partir de 1965, ou seja, durante a fase insurrecional do grupo Brizola que se deu de 1964 a 1967. Esses trajetos, conforme relatou, se deram percorrendo por dentro do Brasil em ônibus de linha até chegar a uma fronteira, sendo Jaguarão a mais utilizada por ele. A partir desse ponto a Travessia ocorria da mesma forma que aquelas relatadas por Tavares, em consonância à lógica de experiências e ação cotidiana da população local, ou seja, um trajeto feito a pé, assim como o fronteiro que vai rever familiares ou aproveitar as vantagens cambiais no país vizinho.

O relato de Guaragna se estende um pouco mais ao narrar esse processo. Segundo ele, a fiscalização na Ponte Internacional Barão de Mauá era precária, pois a Polícia Federal só passou a atuar da região nos anos 1970. Sendo essa precariedade um dos principais motivos da utilização dessa rota pelos indivíduos vinculados a Brizola, uma vez que “os postos de controle tinham listas e mais listas com nomes de pessoas suspeitas e impedidas de atravessar a fronteira” (Guaragna, 1992: 127), residindo aí a necessidade de evita-los.

Entretanto, as fontes consultadas durante a pesquisa divergem um pouco dessa afirmação, segundo relatos da época após o Golpe “o quartel fechou a ponte [...] tinha arame de espinho, tinha um corredor que o cara vinha para passar e [apresentar] documento, [...] e não escapava ninguém, ali em cima da ponte não escapava ninguém”⁵²¹. Essa informação é corroborada pela circular enviada a imprensa local no ano de 1967, onde o comando do 13º Regimento de Cavalaria

⁵²¹ Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

notificava a população local que para o trânsito na ponte seriam exigidos os seguintes documentos:

Para brasileiros: documentos hábeis: passaporte ou carteira de identidade fornecida pela polícia civil.

Documentos aceitáveis: título eleitoral, carteira profissional ou carteira de motorista.

Para estrangeiros: passaporte com visto, carteira de identidade ou carteira modelo 19⁵²².

Contudo, nota-se que haviam horários de maior fluxo dos habitantes locais transitando sobre a Ponte. Pois essa fronteira nos anos 1960 possuía uma forte praça comercial em relação a uruguaia. Outro horário de significativa movimentação pela ponte estava diretamente ligado ao começo e término da matinê no Cine Rio Branco, “toda Jaguarão em peso ia para a matinê no Uruguai, então quando a matinê começava às duas horas [da tarde], perto das duas horas era aquela multidão indo pra lá, assim como quando saiam [...]” (Selbac; Brum, Entrevista 3, 2017: 313). De acordo com nosso colaborador Senhor 057 (2020) por vezes fora nesses momentos que ele realizava a Travessia em seu carro de praça.

Ao observarmos essas distintas fontes, podemos concluir que nem todas as Travessias realizadas “como a gente do lugar” foram tarefas fáceis, pois conforme os anos foram passando o aparato repressivo fora se refinando e houveram momentos de maior ou menor repressão política a nível local, bem como, o alinhamento do aparato repressivo entre Brasil e Uruguai. De acordo com nosso Narrador 01, que terá sua identidade preservada, as ações do Exército na Ponte eram pontuais durante os anos 1960, período em que cumpriu serviço militar no 13RC⁵²³.

Diante do afunilamento da vigilância sobre as fronteiras, ou do prévio desconhecimento do cenário local um elemento apontado por Salamoni⁵²⁴ enquanto estratégia para preservar a identidade desses indivíduos durante as Travessias foi a necessidade de usos de disfarces para cruzar a fronteira. O mesmo artifício também é mencionado por Guaragna em suas memórias:

Depois das primeiras viagens, feitas algumas observações, cheguei a conclusão de que deveria adquirir a aparência de um uruguaio, porque o problema lá era mais sério que aqui. A partir dali passei a me vestir como um uruguaio e a imitar tudo o que fosse possível, procurando inclusive

⁵²² Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 25 de março de 1967.

⁵²³ Narrador 01, notas do caderno de campo da autora. Jaguarão, 2018.

⁵²⁴ Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

assimilar os seus hábitos. [...] E durante 13 anos só usei roupas compradas no Uruguai. Nunca mais me separei da boina. (Guaragna, 1992:128)

Outra estratégia empregada era a viagem em carro particular diretamente até o Uruguai. Nessas ocasiões a esposa e a filha o acompanhavam, pois assim aparentavam ser uma família de férias. Já aqueles que não contavam com esse artifício poderiam se valer das redes de mobilidade locais vinculadas a Brizola, conforme veremos a seguir.

“O cônsul era amigo do Brizola, que tinha todos as esquemas!”: O esquema do cônsul

Mesmo que houvesse alguns momentos de relativa calma à medida que as forças de segurança relaxavam os controles, essas Travessias estavam longe de serem simples, e ao longo dos anos elas se tornaram cada vez mais perigosas e arriscadas, fazendo com que as redes locais necessitassem ir aperfeiçoando seus métodos. Entretanto, desde os primeiros dias após o Golpe as redes de mobilidade atuantes em Jaguarão/ Rio Branco desempenharam, por vezes, Travessias tão elaboradas que seriam dignas de roteiros cinematográficos. Nas linhas que se seguem apresentaremos um dos esquemas mais bem elaborados atuante nessa fronteira:

Esse contato é, e era muito difícil fazer porque, chegava a um ponto de eu ir até Jaguarão, em Jaguarão o Brizola tinha um esquema com o Cônsul do Uruguai em Jaguarão, e eu entrava na mala do carro do cônsul que atravessava a ponte, isso eu me lembro [...] era muito amigo do Brizola, que tinha todos os esquemas, né? (Vargas, apud. Ruschel, 2011: 239).

Também faz menção ao “esquema do cônsul” o sargento Amadeu da Luz Ferreira, um dos comandantes militares da Guerrilha do Caparaó. Segundo relatou em entrevista à imprensa paranaense, os sargentos que estavam envolvidos nos preparativos para o levante estiveram em contato com Brizola durante todo o tempo, primeiramente em Montevidéu, e, também, após seu confinamento em Atlântida,

[...] Para chegar ao Uruguai, Brizola tinha um esquema de fronteira que utilizava o cônsul uruguaio em Jaguarão (RGS). Conta Amadeu Felipe que nesse consulado o viajante que, ao invés de pedir visto de entrada no Uruguai apresentasse uma senha, era imediatamente conduzido a uma porta secreta a uma garagem totalmente fechada. Dali, no porta-malas acolchoado do carro americano do cônsul, o clandestino entrava no Uruguai, sem revista na ponte. No outro lado o carro entrava em outra garagem fechada de um hotel do esquema e o viajante ficava em um apartamento, já como hóspede. O ex-sargento Amadeu Felipe viajou assim

diversas vezes⁵²⁵.

Podemos dizer que um dos primeiros a inaugurar essa rota, ou quem sabe seja ele um dos articuladores do esquema com o cônsul Jorge, foi o tenente Wilson. Em seu livro de memórias o "Tenente Vermelho", relata sua partida para o Uruguai se aproveitando de um relativo "afrouxamento" da fiscalização lá pelos idos de vinte de abril de 1964. Entretanto, mesmo com a aparente "calmaria" foi de suma relevância a atuação das redes locais para a Travessia na região,

Em Pelotas, estudamos as opções: Chuí, Livramento ou Jaguarão. A melhor solução foi a última, apesar dos muitos postos de controle das forças de segurança, que já estavam relaxando, até mesmo porque muitos de seus integrantes não tinham grande convicção do que faziam. Fui conduzido às proximidades da fronteira pelo meu cunhado e amigo Giazone, conhecedor da região. (Silva, 1987:130).

Uma vez em território uruguaio, Wilson Silva ficou hospedado no Hotel do Cônsul⁵²⁶, onde segundo ele já havia outros brasileiros. Esse episódio aconteceu no final de abril de 1964. Nesse curto período em que estive na região, o militante aproveitou para fazer contatos em Pelotas e Rio Branco, com o intuito de possibilitar intercâmbios entre a comunidade de exilados em Montevideu e as forças de apoio no Brasil. Na sequência de seu trajeto passou por Melo, rota que posteriormente também será apontada por outros pombos-correios:

Extremamente tensos, atravessamos a fronteira pela Ponte Mauá, [...]. Éramos orientados por companheiros bastante conhecedores do trajeto que deveríamos percorrer e que lá se encontravam colocados pelo "esquema" unicamente com essa finalidade. Sem incidentes seguimos via Melo [...]. (Guaragna, 1992: 86)

O cruzamento de fontes nos permite inferir que um dos "entendimentos" deixados por Silva quando estive em Rio Branco no ano de 1964 foi o Cônsul uruguaio. Que devido a sua atividade diplomática tinha trânsito livre entre os dois países e também possuía contatos pessoais e profissionais nas cidades uruguaias do entorno. De acordo com seu motorista⁵²⁷ eram frequentes as viagens do cônsul a Melo, rota que será largamente utilizada durante o período insurrecional.

⁵²⁵ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento da polícia federal. BRDFANBSBZD. p.5.

⁵²⁶ Nesse ponto há uma incompatibilidade de informações nos relatos, sabemos pela oralidade dos Jaguarenses que o Hotel de propriedade da família do Cônsul Jorge Bittar era o Hotel Italiano, quando ao Hotel Arequita apontado por Silva como sendo o "Hotel do Cônsul" não foram encontrados outros registros.

⁵²⁷ Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

Entretanto, o esquema do cônsul não durou muito tempo, pois os órgãos de informação da ditadura estavam com seus olhos voltados para a sua pessoa. Em telegrama datado de abril de 1965 o embaixador brasileiro no Uruguai, Pio Correa, assinala a necessidade de substituí-lo devido a sua atuação nas Travessias, “documentos em meu poder, inclusive depoimento escrito de testemunhas direto, provam a cumplicidade do então cônsul uruguaio em Jaguarão, no trânsito clandestino de asilados brasileiros pela fronteira”⁵²⁸.

Ao encontro da informação levantada pelo embaixador, vai o relato do sargento Amadeu Felipe: “o esquema foi descoberto pelas Forças Armadas do Brasil, mas jamais tornado público. Numa das prisões de alguns que haviam conhecido o sistema, houve delação e o cônsul foi removido pelas autoridades de seu país para a fronteira com a Argentina”⁵²⁹.

Com a partida do Cônsul as Travessias continuaram a serem feitas pelo seu motorista, que sendo um dos taxistas da praça central de Jaguarão, tornou-se o contato direto de Brizola na fronteira. As atividades dessa rede foram mantidas até o ano de 1967, quando nosso colaborador foi dispensado por Brizola, no bojo das desarticulações do esquema de fronteira mantido por ele. O Senhor 057 não soube precisar a data exata do encontro de ambos, mas provavelmente se deu após a queda de Eno Cristiano Becker e outros membros do MNR na fronteira.

Outro fator que pode ter contribuído para tal decisão, foi que pouco tempo antes desse encontro o nosso colaborador se envolveu em um estranho incidente com a polícia uruguaia. Também é digno de nota que concomitantemente ao ocorrido com nosso Colaborador, percebemos, ao acompanhar a imprensa local, que a polícia uruguaia estava observando mais de perto o fluxo de brasileiros em Rio Branco, e em janeiro do ano seguinte começaram a ocorrer algumas detenções do outro lado da fronteira. Sendo algumas dessas de pessoas ligadas diretamente ao esquema de Travessia montado pelo cônsul uruguaio, que embora já não estivesse na região seu hotel ainda servia de refúgio para aqueles que necessitassem realizar a passagem.

Considerações finais

⁵²⁸ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. Dossiê: Asilados Brasil/ Uruguai. p. 157. Localização: BR DFANBSB Z4.rex. adp.60.

⁵²⁹ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento de polícia federal. p.5. Localização: BRDFANBSBZD.

Apresentamos aqui alguns resultados preliminares oriundos do contato com as fontes documentais e testemunhais consultadas para desenvolver nossa reflexão a respeito das Travessias de perseguidos políticos pela região (Gonçalves, 2022). Nesse exercício podemos perceber que o grupo vinculado a Leonel Brizola, que já se situava no exílio, possuía uma significativa articulação com elementos situados na referida fronteira. Dotados de uma dinâmica de atuação bem mais complexa e organizada que as demais redes de mobilidade apuradas durante aquela investigação.

Dentre os elementos desse “bem articulado esquema” apresentamos a rede que ficou conhecida como o “esquema do cônsul”. É notável ao acompanharmos a documentação produzida pelos órgãos de informação da ditadura o envolvimento de representantes diplomáticos no trânsito de perseguidos políticos nas fronteiras entre os dois países (Gonçalves, 2022 B). Sendo assim, o ocorrido em Jaguarão não foi uma exceção, embora tenha sido um dos exemplos mais bem sucedidos. Pois, embora desde 1965 o esquema do cônsul já fosse de conhecimento da repressão, essa rede foi capaz de se reconfigurar e manter-se por aproximadamente mais dois anos em atividade.

E, mesmo que não saibamos se essas pessoas envolvidas na rede local já estivessem sendo observadas, ou se as sucessivas quedas ocorridas em 1967 foram apenas um efeito dominó que por uma infelicidade acabou apontando novamente esse esquema. Devemos destacar enquanto fatores que contribuíram para a segurança do mesmo o fato de termos em seu centro figuras autorizadas a nível local, um cônsul e um taxista; um hotel e um carro de praça, ou seja, espaços com fluxo de pessoas; sendo associados a uma fiscalização local baseada em relações personalizadas e com intervenções pontuais. Assim, o somatório desses fatores acrescidos a importância dos indivíduos envolvidos serem conhecedores dos pormenores da região, fez com que o esquema de Travessia fosse camuflado pela lógica cotidiana do lugar garantindo a eficácia do mesmo.

Referências e fontes:

Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-137. Localização: BRDFANBSBIE.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento de polícia federal. Localização: BRDFANBSBZD.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. Dossiê: Asilados Brasil/ Uruguai. Localização: BR DFANBSB Z4.rex. adp.60.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Entrevistas:3. In: SELBACH, Jeferson Francisco; BRUN, Rosimary Fritsch. **Ruralização e Viver em Fronteira**: Jaguarão/RS. Porto Alegre: Editora Animal, 2017.

GUARAGNA, João Carlos. **Brizola a Revoada do Exílio**: Memórias de Um Pombo-correio. Porto Alegre: Editora Rigel, 1992.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos**: As redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

_____. Apesar de cônsul, incitou a resistência: um estudo de caso da diplomacia consular das cidades de Jaguarão / Rio Branco atuante na rede de apoio à Leonel Brizola. **Escritas Do Tempo**, 4(12), 152-170. 2022B.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 25 de março de 1967.

NARRADOR 1. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Notas de campo feitas pela autora.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir da experiência das ditaduras de segurança nacional. In. GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Orgs.). **ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

SALAMONI, Alceu; VOLTAN, Antonio Camelato. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SENHOR ZERO CINQUENTA E SETE. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2020. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: editora Tche, 1987.

TAVARES, Flávio. **Memórias Do Esquecimento**. São Paulo: Editora Globo, 1999.

VARGAS, Índio. Entrevista feita por Davi Arenhart Ruschel. In: Anexos, RUSCHEL, Davi Arenhart. **Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul**. 2011. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

WILLIAM, Wagner. **Uma mulher vestida de silêncio**: A biografia de Maria Tereza Goulart. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO CRIME, CRIMINOSO E CRIMINALIDADE E DAS SUAS REPRESENTAÇÕES.

Os crimes sexuais contra a infância no período da primeira república: uma análise dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais (1895-1918).

Aila Kathleen Sais da Silva⁵³⁰

Resumo: Através da análise qualitativa e quantitativa dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais, o presente trabalho busca compreender como a instituição policial se organiza no combate aos crimes sexuais vitimizando a infância. Outros objetivos se somam ao esforço de pesquisa aqui realizado, como analisar as características dos conflitos registrados nos relatórios e esmiuçar o discurso policial diante dos crimes sexuais.

Palavras-chave: Polícia; Infância; Crime; Sexual; República

Abstract: By analyzing the annual reports of police chiefs in the state of Minas Gerais, this paper seeks to understand how the police institution organizes itself in the fight against sexual crimes victimizing children. Other objectives are added to the research carried out here, such as analyzing the characteristics of the conflicts recorded in the reports and scrutinizing the police discourse on sexual crimes.

⁵³⁰ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestranda pela mesma instituição. E-mail: aila.kathleen@estudante.com.br

Keywords: Police; Childhood; Crime; Sexual; Republic

Introdução

Manter a funcionalidade das instituições assegurando a tranquilidade e a ordem pública, preservando principalmente a propriedade e a honra, prevenindo e reprimindo crimes são tarefas cruciais dentre os objetivos e funções da força pública no contexto republicano (Baggio, 1979: 11). Analisar a questão dos crimes sexuais contra crianças a partir de documentos policiais pode nos revelar muito sobre temas que cada vez mais ganham espaço na historiografia: o estudo da violência, da infância e da polícia.

Período marcado por transformações, durante o fim do século XIX e início do século XX mudanças sociais e políticas como a instalação da república, o crescimento populacional e urbano, a disseminação do trabalho assalariado e a busca pela modernização do país, fez com que nesse período ganhasse força a imposição de um modelo ideal de cidadão a ser seguido.

Dessa forma, os crimes sexuais ganham destaque na primeira república concomitante ao surgimento de um modelo de família imaginário criado pelas elites. A imposição desse modelo familiar impactou diretamente a sociabilidade entre as relações de gênero durante a primeira república, interferindo diretamente nas relações de poder ao ponto de impor já sobre a infância funções e designações de gênero que são bem demarcadas nos conflitos apresentados pela fonte utilizada pelo trabalho.

Durante o processo de desenvolvimento de pesquisa sobre o tema da infância, do crime e da polícia, ao analisar de forma quantitativa os relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais⁵³¹, salta aos olhos a grande recorrência dos crimes de cunho sexual vitimizando a infância. Os crimes de estupro, defloramento, violência carnal e sexual totalizam cerca de 48.4% dos crimes registrados na escrita dos chefes de polícia⁵³². Diante disso, os crimes sexuais são os que mais aparecem envolvendo a infância na fonte analisada.

⁵³¹ Arquivo Público Mineiro, Relatórios da Secretaria de Polícia, (1895-1918).

⁵³² Dados retirados dos Relatórios Anuais de Chefes de Polícia do estado de Minas Gerais entre o ano de 1894 até o relatório referente ao ano de 1917, pois são os anos que possuem registro de crimes que envolveram crianças ou Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Dessa forma, buscar compreender como a instituição policial organiza seu discurso frente o combate aos crimes sexuais vitimizando a infância é o objetivo principal do trabalho aqui proposto. Outros objetivos se somam ao esforço de pesquisa aqui realizado, como analisar as características dos conflitos registrados nos relatórios e esmiuçar o discurso policial diante dos crimes sexuais.

Através da análise quantitativa e qualitativa dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais durante o período de 1895 até 1918, intento filtrar os trechos⁵³³ e os casos de crimes que registram os delitos de caráter sexual que vitimaram a infância. Os relatórios aqui analisados estão depositados no Arquivo Público Mineiro e fazem parte do Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais.

Os culpados, as vítimas e a questão de gênero

A's 8 horas da noite de 1, de setembro ultimo, em uma das ruas da cidade de Ubá, o individuo de nome Francisco José da Silva tentava deflorar a uma menor de 7 annos de idade, quando foi preso em flagrante e recolhido á cadeia. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1900, p. 50)

Corriqueiramente, esse poderia ser o cenário real do cotidiano de meninas durante o período da primeira república. O perigo das ruas, grande temor da sociedade republicana que ia materializando seus ideais e suas preocupações sobre a infância. Nesse momento da história brasileira, entre o século XIX e o início do século XX, o espaço das ruas estava estreitamente interligado com a concepção de perigo. Como apontam os relatórios anuais de chefes de polícia, para meninas que não atingiram ainda a fase adulta, o perigo além de estar presente nas ruas ainda poderia ser encontrado dentro do próprio lar, como veremos com mais profundidade ao decorrer desse trabalho de pesquisa.

Os relatórios de chefia de polícia do estado de Minas Gerais, durante o período analisado pela pesquisa, evidencia crimes de caráter sexual com bastante frequência através de seu registro. Esses relatórios anuais de chefes de polícia surgem pela finalidade de reunir dados, discussões e registros de ocorrências consideradas com mais relevância frente à gestão anual da chefia de polícia, como demanda no artigo 77, n. XXVI do decreto n. 613 de 9 de março de 1893.

adolescentes. Os relatórios de chefes de polícia do estado se referem sempre ao ano anterior, ou seja, o relatório de 1895 se refere aos dados do ano de 1894.

⁵³³ Os trechos retirados dos relatórios de chefes de polícia mantém a grafia original da fonte trabalhada ao serem mencionados no trabalho atual.

Dessa forma, é importante ressaltar que os relatórios não apontam a totalidade de crimes cometidos no período envolvendo a infância, mas apontam qual a percepção policial acerca dos crimes que envolvem esse grupo etário no período analisado.

Com o intuito de apresentar essa disparidade do gênero dos acusados de crimes sexuais segundo o registro dos chefes de polícia, foi construída a tabela a seguir:

Tabela 1 - Os crimes sexuais e o gênero dos acusados

Tipo de Crime	Número Total de casos crime	Porcentagem de Homens como autores desses crimes	Porcentagem de Mulheres como autoras desses crimes
Defloramento	56	100%	Nula
Estupro	60	96.7%	3.33%
Violência Carnal	2	100%	Nula
Crime Sexual	45	100%	Nula

A partir dos dados de crimes sexuais que vitimaram a infância registrados nesses relatórios no período analisado, todas as vítimas são do sexo feminino. Acerca dos considerados culpados por esses crimes, majoritariamente vemos o nome de homens como responsáveis por esses crimes sexuais. Duas mulheres são mencionada nos relatórios como envolvidas em caso de estupros e ambas são mencionadas como cúmplices, uma especificamente como cúmplice de um caso de estupro coletivo.

Diante desses dados, podemos observar que esses registros de crimes sexuais que se encontram nos relatórios analisados são capazes de nos revelar certas discrepâncias entre homens e mulheres, meninos e meninas envolvidos nessa categoria de crime. O primeiro fator a se observar, é a ausência de registros de crimes vitimando a infância masculina. Meninos são sofriam violência sexual no período analisado? A instituição policial durante o recorte temporal investigado pela pesquisa não se preocupava com a proteção da infância masculina?

A pesquisa compreende que o registro policial acerca dos crimes sexuais vitimizando a infância feminina não indica a inexistência de crimes sexuais vitimizando meninos. A omissão dos crimes sexuais envolvendo a infância masculina como vítimas nos relatórios da chefia de polícia pode nos apontar como aparatos sócio jurídicos influenciaram no registro ou não desses casos.

Emerson Benedito Ferreira ao realizar estudo sobre um registro de crime sexual contra um menino imigrante por um esmoleiro cego na cidade de Ribeirão Preto em 1905, busca compreender como a autoridade policial lidou com o delito que envolveu a infância masculina. O autor aponta que nesses casos de crimes sexuais que envolvem pessoas do mesmo gênero, os dispositivos de controle eram acionados para conter comportamentos considerados inaceitáveis para aquela sociedade. Segundo o autor:

Os crimes sexuais eram considerados repugnantes porque desarranjavam o imaginário de família “estruturada” que vinha se formando desde o século XVII. Os abusos contra crianças foram lançados no rol de crimes sexuais que tinham a engrenagem médico/jurídica como responsável por frear todo comportamento destoante. (Ferreira, 2023, p. 178)

Dessa forma, o autor identifica o abafamento do caso a partir do seu curto registro e do arquivamento de seu processo. Segundo a observação do autor, dar prosseguimento a este caso poderia significar admitir a falha dos dispositivos de controle. Este menino, que procurou um delegado de polícia para relatar o caso em uma tentativa de interromper os abusos que vinha sofrendo, teve sua voz abafada por toda uma estrutura de controle que se negava em aceitar suas falhas.

Portanto, os relatórios de chefes de polícia podem nos indicar então que o registro de crimes sexuais vitimizando a infância masculina enfrentavam dispositivos de controle que silenciavam esses casos, dificultando assim seu registro e a denúncia desses delitos. Os casos de crime envolvendo meninos que ainda não atingiram a maioria esbarravam em tabus delicados para o contexto da primeira república, como a relação sexual intergeracional e a homossexualidade. Abafar estes casos tinha como objetivo silenciar essas experiências.

Em contrapartida, são extensos os casos de crimes sexuais registrados nos relatórios de chefes de polícia envolvendo a infância feminina, em seguir analisaremos como os registros de polícia abordam esses casos e quais elementos saltam sobre o tema a partir dos documentos analisados.

A menoridade desvalida feminina

Durante o desenvolvimento da pesquisa, analisando os trechos e os casos de crimes dentro dos relatórios que envolviam o tema da infância, de maneira implícita a escrita dos chefes de polícia nos apresenta diferenças ao tratar meninos e meninas. Não é o intuito do presente trabalho adentrar como a criminalização e a institucionalização da infância se deu de forma discrepante entre diferentes gêneros, entretanto é importante ressaltar como a infância feminina era categorizada para refletirmos sobre a questão dos crimes sexuais nesse período.

Aspecto que se faz bastante presente nos relatórios analisados, a honra e a moralidade marcam presença na escrita do chefe de polícia Dr. Aureliano Moreira Magalhães, como podemos ver na notificação de crime sexual a seguir:

No districto de Torres, municipio de Barbacena, deu-se um crime contra a honra de uma menor de 9 annos, sendo autor Praxedes dos Santos, que evadi-ra-se, sabendo das providencias das autoridades. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1897, p. 73)

Podemos observar como a dinâmica de controle sexual e moral se relaciona com a infância feminina nesses registros policiais a partir do paradigma da honra. Regularmente observamos nos relatórios analisados os chefes de polícia se referindo aos crimes sexuais os intitulado como crimes contra a honra. Entender como o paradigma da honra impacta a sociedade durante o período da primeira república nos ajuda a compreender como os crimes sexuais marcaram suas vítimas. Sobre essa relação é importante ressaltar:

A honra das mulheres também estava ligada à sua conduta moral e sexual e era vista como tão importante que afetava, também, os homens próximos a elas, ou seja, a honra masculina também era pautada pela conduta sexual das mulheres à sua volta, como esposa, irmãs e filhas. No caso de uma moça solteira que cedesse e fosse deflorada, a honra de toda a família estava em jogo e deveria ser reparada com o casamento. E se uma mulher casada fosse descoberta em traição, era papel do marido “lavar sua honra de homem”, em casos extremos com o sangue da mulher adúltera e do outro homem. Essa visão não só era aceita socialmente, como era utilizada nos tribunais, onde os advogados de defesa argumentavam, com sucesso, que o sentimento gerado pela desonra masculina poderia ser tão forte a ponto de incitar o homem ofendido, temporariamente fora de sua razão habitual, a cometer crimes atrozes, não condizentes com sua índole costumeira. (Hentz, 2013, p. 100)

Dessa forma, podemos constatar como a concepção da honra era comumente acionada não só por policiais, mas por outros agentes da justiça, como advogados e juízes. A reputação de meninas e mulheres também eram mensuradas a partir do aspecto da honra, onde familiares, vizinhos e demais atores sociais avaliavam a conduta feminina a partir desse paradigma.

Portanto, os crimes de estupro, defloramento, violência sexual e carnal costumavam mobilizar a questão da honra feminina, produzindo impacto na vida de jovens meninas que mesmo recorrendo a justiça com o intuito de alcançar certa proteção contra essas violações, eram avaliadas e categorizadas a partir da régua moral da honra.

Em um contexto onde a imposição de um modelo ideal de cidadão estava sendo construído através da propagação do discurso civilizatório, durante o período da primeira república também ganha força a imposição de um modelo ideal de família, e conseqüentemente um modelo ideal de conduta feminina. Dessa forma, durante a transformação do século XIX para o XX os crimes sexuais ganham destaque dentro do cotidiano republicano pois afetam diretamente relações familiares e de gênero a partir desses conflitos que tensionam idealizações de comportamentos esperados pela sociedade republicana.

Os crimes sexuais costumavam acionar aparatos sociais estreitamente ligados à concepção de honra principalmente pelo fortalecimento de ideais nacionais que foram criados para estabelecer o controle sexual da população. Proteger a honra de um indivíduo estava interligado também à proteção da integridade da reputação do país. Dessa forma, os crimes sexuais passaram a revoltar membros comuns da sociedade, principalmente os casos que envolviam a infância. Como evidenciado por Emerson Benedito Ferreira, a repercussão de crimes sexuais dependiam da classificação da vítima, que comumente eram classificadas por sua condição social e econômica. O autor ressalta:

Raramente se via uma criança de alta classe nas páginas policiais de jornais de grande circulação, pois se existiam crimes de tal natureza que as envolviam, o que se presume é que ficavam entre quatro paredes (Fausto, 1984). Assim, estupros e defloramentos eram crimes corriqueiros naquele início de século, mas sempre, praticados contra crianças pobres e desvalidas e raramente com o êxito legal em apurar culpados e fazerem cumprir as determinações legais. (Ferreira, 2015, p. 14)

Sendo assim, a partir da análise da fonte podemos observar como a escrita dos chefes de polícia ao tratar sobre os crimes sexuais fazem menção a uma infância feminina desvalida, são majoritariamente meninas das camadas empobrecidas as mencionadas nos relatórios anuais da chefes de polícia. Essa afirmação é constatada a partir principalmente desse esforço policial em categorizar a vítima desses crimes sexuais, ressaltando por vezes as características da vítima como fator importante frente a situação de violência.

Podemos observar essa demarcação de valor como métrica para a categorização daquele indivíduo que ainda não atingiu a maioridade através da escrita do Dr. Olinto Augusto Ribeiro no

relatório anual mineiro do ano de 1903, onde o chefe de polícia registra um crime sexual da seguinte forma: “Foi preso por ter violentado uma menor de idade, filha de pais miseráveis”⁵³⁴.

A partir disso, podemos observar como a escrita dos chefes de polícia dos documentos analisados fazem uso de termos e conceitos que mensuram a classificação econômica e social de meninas vitimadas em crimes sexuais. Seja pelo aparato da honra, seja pela necessidade de contextualizar discursivamente a condição econômica da vítima ou até mesmo outros termos voltados para categorizar a infância feminina como desvalida, a proteção caminhava junto da classificação do indivíduo.

Dessa forma, é possível afirmar que a escrita dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais se utilizou, através de sua escrita discursiva, conceitos e categorias marcadas pela classificação social dos indivíduos, principalmente quanto à categorização da infância.

O ambiente do lar

Ao realizar a leitura dos trechos dos relatórios de chefes de polícia do estado de Minas Gerais que tinham subtítulo acerca da temática da infância, a todo momento o discurso policial ressalta a importância da retirada da menoridade dada como desvalida das ruas como forma de prevenção a criminalidade infantil. Dr. Américo Ferreira Lopes, chefe de polícia responsável pelo relatório de 1914 evidencia:

Tratando da assistência material e moral que ao Estado compete dispensar aos menores desvalidos, encontrei ensejo para invocar a atenção do governo para esse momento problema, sugerindo o alvitre de se fundar um asylo destinado a recolher esses infelizes que, acudidos a lempo, desviados do meio infenso e perigoso em que ordinariamente vivem, guiados por uma educação systematisada, deisarão de constituir futura ameaça a ordem social, para se transformarem em cidadãos laboriosos e uteis. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1914, p. 21)

Podemos observar dessa forma como a chefia de polícia ressaltava a importância do recolhimento da infância das camadas empobrecidas, chamadas de “menores desvalidos” do ócio das ruas, a partir da criação de um lugar para a internação desses indivíduos que tanto ameaçam a ordem social. Fica evidente na escrita policial como o problema da criminalidade infantil poderia ser solucionado através da internação dessas crianças e desses adolescentes, os retirando das ruas.

⁵³⁴ Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1903, p. 54

Entretanto, como podemos analisar através do registro dos casos de crimes sexuais nesses relatórios, o ambiente do lar também poderia se apresentar como um local perigoso para a infância. O chefe de polícia Aureliano Moreira Magalhães no relatório do ano de 1897 notifica: “No districto de Tocantins, município de Ubá, Porfirio Ribeiro da Silva violentou sua filha Maria de 9 annos. Foi preso e recolhido á cadêa”⁵³⁵.

Os crimes sexuais nos relatórios de chefes de polícia registram um grande volume de casos de violência sexual dentro do âmbito familiar. O chefe de polícia Edgardo Carlos da Cunha Pereira também registra:

Havia 6 dias que chegara ao meu conhecimento que um funcionario da Secretaria das Finanças havia abusado da fraqueza de uma sua filha menor, com quem mantinha, ao que me afirmaram, relações incestuosas. Tratando-se de um facto tão melindroso, tomei as necessarias providencias, para me certificar do que havia de verdade em tudo quanto me tinham informado a respeito. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1900, p. 20)

Filhas e enteadas são citadas nos relatórios de chefes de polícia como frequentes vítimas desses crimes sexuais dentro de âmbito familiar. Os culpados são pais, padrastos, vizinhos e maridos nesses casos. Dessa forma, podemos traçar reflexões fruto dessas observações acerca dos relatórios de chefes de polícia, como a relação entre crime e infância pela instituição policial é percebida.

Conclusão

O grande número de crimes sexuais registrados nos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais nos evidencia fatores importantes para refletirmos o contexto histórico da primeira república. Dentre todos os crimes que vitimaram a infância no período analisado pela pesquisa, os crimes sexuais totalizam cerca de 48.4% dos crimes registrados na escrita dos chefes de polícia sendo assim a categoria de crime mais evidenciada nos documentos analisados.

Entretanto, quando visualizamos os trechos que discursivamente abordam a temática da infância em seus subtítulos nos relatórios, o debate acerca dos crimes sexuais são inexistentes. Os crimes sexuais tem frequente registro nos documentos analisados, mas não são discutidos e nem abordados pela instituição policial como um desafio a ser superado pela instituição mineira.

⁵³⁵ Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório da Secretaria de Polícia, 1897, p. 73

Discursivamente os crimes sexuais apenas aparecem nos relatórios através do registro de casos crimes, e não como temática de debate nos balanços policiais, como o que é perceptível acerca da questão da criminalidade infantil por exemplo, tópico que é constantemente debatido de forma discursiva na fonte analisada.

Para os chefes de polícia dos relatórios analisados, muitos casos de estupro, defloramento e violência carnal tiveram relevância para chegarem aos registros anuais, entretanto o tema não foi debatido ao decorrer dos documentos pela chefia de polícia. Observamos também que nos casos de crimes sexuais registrados nesses documentos, os responsáveis por cometer crimes sexuais majoritariamente são homens e meninas são as principais vítimas desse tipo de crime.

Dessa forma, foi possível perceber como a infância feminina é mencionada dentro dos relatórios de chefes de polícia, inseridas principalmente como vítimas dos crimes sexuais notificados nos documentos. Através da escrita policial podemos notar como os crimes sexuais acionaram o aparato social e moral vinculados à questão da honra feminina e familiar, produzindo impacto na dinâmica de enfrentamento desses crimes e na vida de jovens meninas.

Avaliar a infância buscando sua correção ou a proteção do meio que está inserida também é perceptível na escrita dos chefes de polícia ao notificarem os crimes sexuais. Observamos como a questão da honra é acionada no discurso dos relatórios evidenciando como diante da perspectiva policial, a honra classifica corpos e indivíduos. Através da análise de como os crimes sexuais são descritos nos registros, identificamos como os relatórios de chefes de polícia retratam uma infância que tem seu valor medido através da qualificação e categorização individual e familiar, pautada em critérios econômicos e sociais.

Referências bibliográficas

BAGGIO, Sheila Brandão. A Força Pública de Minas na primeira república. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 49, p. 201, 1979.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Emerson Benedito. Infanticídio, estupro e defloramento: crimes cometidos contra crianças na Ribeirão Preto da segunda década do século XX (1912-1918). Um breve estudo do jornal 'A Cidade'. *Derecho y Cambio Social*, n. 42, 2015.

FERREIRA, Emerson Benedito. Um Menino, um Esmoleiro Cego e um Crime Sexual: Fragmentos de uma História Sociojurídica da Infância. Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho), v. 20, n. 01, p. 166-186, 2023.

HENTZ, Isabel Cristina et al. A honra e a vida: Debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil republicano (1890-1940). 2013.

Fontes

MINAS GERAIS. Secretaria de Polícia - Sessão Chefia de Polícia. Relatório anual apresentado à Assembleia legislativa do Estado de Minas Gerais (1895-1918).

AS MULHERES DE ROMAINE BROOKS E O ANACRONISMO DOS CONCEITOS

Eponina Monteiro⁵³⁶

RESUMO: No presente trabalho, iremos analisar o círculo social da pintora estadunidense Romaine Brooks, e como elas se inseriam dentro das questões de gênero da época. Romaine Brooks e suas companheiras eram abertamente lésbicas, e muitas se vestiam de forma tida como masculina. Ao pensarmos nessas artistas do entresséculos, uma questão nos é pertinente: é possível compreendê-las como queers? Ainda que o anacronismo seja intrínseco ao fazer histórico, talvez compreendê-las dentro do espectro sexual da sua época seja historicamente mais coerente com suas auto-definições. Uma das teorias que se instala no tempo das artistas é a do ser invertido, ou ainda, da inversão feminina. A ideia de inversão parece ir muito além da orientação sexual, englobando o que hoje entendemos como a identidade sexual, ou ainda, formas, gostos, estereótipos e autovisão de como se é no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Romaine Brooks, inversão sexual, anacronismo, queer.

ABSTRACT: In this paper, we will analyze the social circle of the American painter Romaine Brooks, and how they fit into the gender issues of the time. Romaine Brooks and her partners were openly lesbian, and many dressed in a way considered masculine. When we think about these inter-century artists, one question is pertinent: is it possible to understand them as queers? Even though anachronism is intrinsic to making history, perhaps understanding them within the sexual spectrum of their time is historically more coherent with their self-definitions. One of the theories that is installed in the artists' time is that of the sexual inversion. The idea of inversion seems to go far beyond sexual orientation, encompassing what we today understand as sexual identity, or even forms, tastes, stereotypes and self-view of what one is like in the world.

⁵³⁶ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: nina.cmmonteiro@gmail.com

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

KEY-WORDS: Romaine Brooks, sexual inversion, anachronism, queer.

No presente trabalho, iremos analisar o círculo social da pintora estadunidense Romaine Brooks, e como elas se inseriam dentro das questões de gênero da época. O artigo apresentará dois grandes pilares (que se desenharão juntos, não apresentando ordem nem hierarquia entre eles), sendo o primeiro um breve levantamento e análise das mulheres representadas por Brooks; e o segundo, uma análise de conceito situacional aplicada à Brooks. Romaine Brooks e suas companheiras eram abertamente lésbicas, possuíam uma vida social ativa, promovendo salões de arte e leituras, e muitas se vestiam de forma tida como masculina, levantando um olhar que hoje, provavelmente, iriam enquadrá-las no lastro conceitual LGBTQIA+. Porém, ao pensarmos nessas artistas do entresséculos, uma questão nos é pertinente: é possível compreendê-las como queers? Se por queer entendemos como a teoria da fluidez da identidade sexual, como aplicar conceitos, dos anos 80 e 90, pós-foucaultianos, a artistas em sua maioria do século passado? Não temos a intenção de esgotar o assunto, mas apenas levantar questões que julgamos merecer mais atenção.

Ainda que o anacronismo seja intrínseco ao fazer histórico, talvez compreendê-las dentro do espectro sexual da sua época seja historicamente mais coerente com suas auto-definições. A História, enquanto um campo de saber que se volta para o passado, tem uma especificidade que poucos campos apresentam: a dupla temporalidade, o olhar soberano do hoje para fatos e relações do passado, criando uma suspensão temporal de quem escreve, inadvertindo o leitor sobre o papel-lugar do historiador – isso sem contar o papel-lugar do leitor, que por si só é ponto solto na cadeia histórica, não se sabendo exatamente com que tempo há de se comunicar. Isso traz formas de se fazer conhecimento bem peculiares e desafiadoras. No nosso caso, estamos inseridas em um tempo em que as discussões de gênero tem força extrema, e há uma luta para que diferentes formas de se estar no mundo sejam respeitadas e legitimadas.

Mas ao olharmos para o passado, vemos que não essa *não* é uma característica apenas atual. Tão fácil é nos perdermos nas barbáries de agora, que frequentemente acabamos por nos esquecer das resistências do passado. E mais fácil ainda parece ser a aplicação de compreensões atuais sobre

existências de outrora, o olhar soberano do agora, o atualismo imperioso, parece se esquecer que as diversidades são inerentes e imprescindíveis do ser humano. Nessa pesquisa e nos seus entornos, é corriqueiro o uso e a compreensão de termos desenvolvidos pós anos 70, para descrever relações entre duas ou mais mulheres, ou mulheres que não se encontravam nos padrões de feminilidade da época. Nesse ponto, cremos ser importante destacar que o anacronismo não é necessariamente uma consequência direta do fazer histórico. Há a possibilidade de se aplicar conceitos de hoje para situações históricas, e até mesmo neologismos conceituais, sem que se constitua um anacronismo, e isso dependerá do conceito, dos temas, do objetos, cabendo compreender como – e se – é possível usar tais conceitos a uma sensibilidade que o historiador desenvolve através do fazer histórico, além da sua intimidade conceitual e com os seus objetos de pesquisa, como bem diz Barros, 2017

Outro ponto é o recorte e breve análise de um grupo de mulheres que permearam a vida de Romaine Brooks e que por ela foram retratadas. Pela análise das imagens, é fácil entendermos o porquê da vontade de aplicar conceitos como queer ou não-binárias. Nascida Beatrice Romaine Goddard, Brooks traz em seu traço um pesar próprio de quem foi excluída, ou ainda de quem se quer excluir. Sua vida nada comum para os moldes da época contribui para compreender esse traço em sua obra. Filha de um pai alcoólatra, que logo deixa a família e de uma mãe que a negligenciou, e irmã de um rapaz neurodivergente, Brooks teve uma infância, no mínimo, desafiadora. Com a morte de seu irmão e de sua mãe, Brooks, juntamente com sua irmã, se torna herdeira de um patrimônio considerável, sendo o suficiente para se sustentar sem depender exclusivamente da venda de suas obras. Brooks acaba se casando com seu amigo John Ellingham Brooks, um instrumentista assumidamente gay.

Após o seu rompimento com John Brooks, Romaine inicia um relacionamento com Ida Rubinstein, e mesmo que não tenha sido seu relacionamento mais duradouro, foi um dos mais férteis em termos de produção, uma vez que Ida é a modelo de diversas de suas obras. É após seu relacionamento com Ida que Brooks inicia seu relacionamento mais duradouro, de mais de 50 anos, com Natalie Barney. A relação com Barney cerca Brooks de uma quantidade inegável de astros da cena gay, e aqui nos deteremos um pouco mais, pois é durante seu relacionamento com Natalie, que Brooks consolida seu círculo social, aprofunda com laços com diversas das representadas. Natalie aparece na cena lésbica como uma importante congregadora, formando um ambiente seguro para seus pares. E é nos seus salões e festividades que muitas das produções da época foram engendradas. Nomes como Djuna Barnes, Gluck, Mimi Franchetti, Lady Troubridge, Radcliff Hall, Dolly Wilde, Gertrude Stein, Renée Vivien, Ezra Pound, Renata Borgatti, eram figuras recorrentes nas órbitas de Brooks e Barney.

Apesar de todos esses nomes não figurarem em obras de Brooks propriamente dito, cremos ser essencial mapearmos a rede de sociabilidade de Brooks para entendermos sua inserção no meio lésbico, como se configuram as relações entre elas, como elas parecem se representar e como se querem representadas, e, principalmente, como os conceitos discutidos atualmente se aplicariam ou não à construção do *eu* de tais mulheres. Ida, como já dito, povoa a produção de Brooks, e é ela a modelo em *Le Trajet* (1911), *Azalées Blanches* e *La Venus Triste*⁵³⁷ (ambas de 1917) uma das primeiras obras em que Brooks traz a paleta de cores acizentada que a fez famosa. Em *Le Trajet*, assim como em *Azalées Blanches* e *La Venus Triste*, Brooks parece compor um corpo feminino que não se mostra com uma feminilidade exarcebada. Nas três obras, os seios são rasos, ainda que salientes e definitivamente lá; o sexo não se desenha em vaginas, deixando ao espectador a façanha da completude das linhas indicadoras. Aqui, bem como em *La Venus Triste*, Brooks traz um cenário cinza-azulado, com a fluidez mórbida de um lençol esvoaçante que se alonga fantasmagoricamente. Ida tem seus cabelos negros escorridos, como fios de sangue que escorrem a vida do corpo pálido. Seu quadril pontudo e seus rosto encovado nos lembra da finitude do corpo. Esse corpo, que claramente não se coloca como masculino, tampouco se coloca como um corpo obviamente feminino: os seios são quase inexistentes, o sexo relativamente escondido pelas pernas não apresenta pêlos ou o formato típico da vulva; vemos que é uma mulher, mas esse corpo nos chama muito mais por encararmos os mistérios do que o gênero em si.



Figure 1 Romaine Brooks. *Le trajet*. 1911. Óleo sobre tela. 115.2cm X 191.4cm. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.

E se em *Le Trajet*, Brooks traz Ida de forma melancólica e sombria, em *Chasseresse* (1920), Brooks traz quem poderia ser Elizabeth Eyre de Lanux⁵³⁸, uma das amantes de Barney, de forma ativa e perspicaz. Em primeiro plano, vemos Lanux de perfil quase total, com seus cabelos negros soltos, ornando com sua boca carnuda, que por sua vez contrasta com seu nariz afinado. As linhas

⁵³⁷ Presumidamente pela autora.

⁵³⁸ Ver Smithsonian American Art Museum. <https://americanart.si.edu/artwork/chasseresse-2875>

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

de seu nariz afilado e comprido, terminam em seus olhos proeminentes e grandes, emoldurados por suas sobrancelhas espessas. Um pesado sobretudo de pelos (que aqui não há motivos para duvidar não ser real) encobre seu torso e seu braço esquerdo, mas deixa a mostra seu braço e seu seio direito, pequeno e rijo, e também suas veias azuladas que correm seu braço e seu rosto, traço comum em modelos masculinos (como podemos ver na panturrilha do pai em *O Juramento dos Horácios*) usado como forma de realçar a força e virilidade masculina. Em Lanux, as veias sobressalentes em um corpo extremamente magro nos remetem a um corpo que faz divisa com a morte, mas que ainda se impõe e doma. Ao final da mão direita, vemos uma cabra, com uma paleta de cores e rajados que acompanham aquelas trazidas no manto de pele. Ao fundo a montanha gélida nos lembra da rigidez dos alpes, enfatizando a tensura da mulher caçadora. Álias, o título *Chasseresse*⁵³⁹ (caçadora) coroa as características trazidas na tela.



Figure 2 Romaine Brooks. *Chasseresse*. 1920. Óleo sobre tela. 130.5cm X 97.5cm. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.

Em *Renata Borgatti, Au Piano* (1920), Brooks traz, como o título diz, Renata, uma pianista profissional com quem teve um breve relacionamento. Uma obra imponente, em que quase metade da tela se encontra coberta por tons escuros. Aqui, Brooks retoma um tema já explorado anteriormente, mas com paletas e nuances bem diversas. A paleta do seu admirado artista James Whistler, já está consagrada em sua obra, mas aqui, vemos além da paleta uma constituição de muita similitude com *Arrangement and Grey and Black No. 1*, em que a mãe do artista é retratada sentada, com suas vestimentas pretas a cobrir seu corpo, formando uma grande massa negra no quadro. Em *Renata*, vemos algo parecido: o manto preto que se assemelha a uma toga é avolumado, encontrando as pernas do piano e com ele tingindo a metade inferior do quadro dos negrimes da dor. Renata

⁵³⁹ Possivelmente atribuído pela autora.

porta a toga como quem carrega o manto pesado de quem é vista como pária, mas parece pesar mais que isso, parece haver o peso do mundo em suas costas e em suas olheiras profundas, o peso de uma vastidão de dúvida e crítica que recaem em forma de pranto e melancolia. Essa toga se funde ao longo piano preto, criando um grande bloco preto e contundente, num quase processo simbiótico, que já não percebemos criador e instrumento, a única coisa que parece ressaltar é o silêncio escanrado das notas que não escutamos. Aqui, Renata e piano são um só.

Renata traz cabelos bastos que lhe dão a aparência firme, muitas vezes associadas aos homens; suas mãos de longos dedos finos e aracnídeos tocam o piano gentilmente e com a precisão que cada nota lhe pede. Sua boca traz lábios finos cerrados, demarcando ainda mais a severidade de um rosto que não se apresenta aos moldes femininos. Seu queixo protuberante, forma com o seu nariz reto e pontudo, um rosto de feições rígidas e melancólicas. Mas para além disso, se vemos uma mulher a vemos pois sabemos seu nome. Nada além nos mostra isso. E aqui parece ser um divisor de águas para Brooks, que começa a trazer mulheres irremediavelmente masculinizadas em suas obras. Alguns as chamariam de andróginas, alguns de queers, outros de não-binários, mas outros as chamarariam de invertidas.



Figure 3 Romaine Brooks. Renata Borgatti, Au Piano. 1920. Óleo sobre tela. 141.8cm X 188.7cm. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.

Uma das teorias que se instala no tempo de Brooks é a do ser invertido, ou ainda, da inversão feminina. Essa teoria começa a se construir no final das décadas do século XIX, e em boa parte se referia a homens gays, mas também às mulheres. No caso delas, muitas vezes o interesse sexual por outras mulheres era visto apenas como um exercício fisiológico e não uma realidade por si só. A ideia de inversão parece ir muito além da orientação sexual, engoblando o que hoje entendemos como a identidade sexual, ou ainda, formas, gostos, estereótipos e autovisão de como se é no mundo. A forma de se vestir, a forma como se quer ser vista, como se quer ser retratada, tanto quanto com quem se dorme, parece fazer dessas mulheres seres invertidos, como coloca Heike Bauer, ao dizer que

the discourse of male inversion was tied to the emergence of sexual identity, coined to describe male same-sex practices and overtly politicized in discourses of the emerging modern state. In contrast, female inversion was largely tied to issues of social rather than sexual difference, at least initially, and to the mapping of distinctly configured roles for men and women.⁵⁴⁰

E vemos algo similar em *Peter (a Young English Woman)*, em que Brooks retrata Gluck. Aqui, a questão de gênero se impõe e sobressai a todas as outras. E o título atribuído carrega grande parte da intencionalidade de trazer a tona tal questão. A obra traz Gluck, nascida Hannah Gluckstein, artista que Brooks conhece em um dos tantos salões organizados por Natalie Barney. Na data da obra, Gluck respondia também pelo nome de Peyter, motivo do título da obra, e que, em tradução livre, diz “uma jovem garota”. A dualidade aqui ainda é observante, visto jogo de título, nome e representação.

Gluck se coloca de perfil, nos privando de seu olhar compenetrado, mas com a abundância de um perfil angular. Aqui, assim como em boa parte das obras de Romaine, o espaço negativo toma boa parte da tela, em tons de branco sujo texturizado e cinza, deixando Gluck na diagonal inferior da tela; porém em *Peter*, Brooks decide por deixar o fundo uma incógnita, e que assim como o título da obra, reforça o quanto não sabemos sobre a pessoa representada. As escolhas estéticas de Brooks por uma composição então masculinizada e de tons mutados de cinza e ocre de forma alguma são únicas do seu tempo – a própria Gluck, ao se autorretratar usa uma paleta similar a de Brooks, ao utilizar cores com provável adição de fundos acinzentados. Gluck também se apresenta de perfil, ao lado de Nesta, sua então parceira, com o mesmo corte de cabelo daquele pintado por Brooks, e com a mesma consituição de um grande espaço negativo acinzentado e indecifrável. Gluck, porém, escolhe por mostrar as marcas do tempo, com uma pele mais macilenta e vincos de ambas as retratadas. Essa obra posteriormente viria ser a capa de *The Well of Loneliness*, de Radcliff Hall, amante de Una Troubridge, a quem Brooks também retratou em *Una, Lady Troubridge*.

⁵⁴⁰ BAUER, 2009, p. 85.

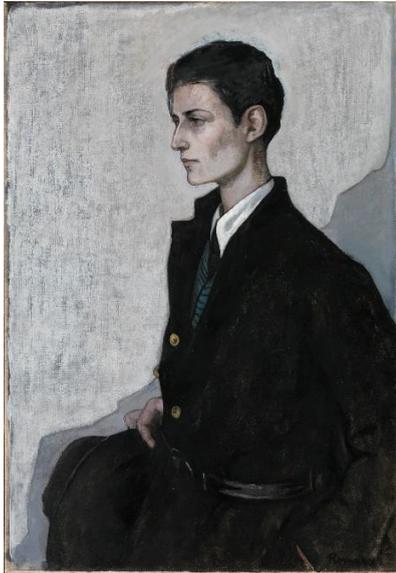


Figure 4 Romaine Brooks. *Peter (A Young English Girl)*. 1923-1924. Óleo sobre tela. 91.9cm X 62.3cm. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.

Em *Una, Lady Troubridge*, vemos uma aristocrata britânica, tradutora literária, que foi amante de Radcliff Hall, autora de *The Well of Loneliness* – livro considerado um marco na comunidade lésbica e ainda tido com estima pela comunidade trans atualmente⁵⁴¹ –, é representada de forma extremamente resoluto. Seu cabelo negro e bastos apresenta uma franja reta que emoldura seu rosto e enuncia as formas a seguir. Sua boca é o único ponto de cor da obra, e se coloca levemente repuxada para o canto direito, como quem desgosta do que vê. Suas roupas são calaramente aquelas tidas como masculinas. Seu sobretudo de alfaiataria compõe seu traje juntamente com um cravat, que deixa levantada a lapela branca de sua camisa, Sua sobrancelha arqueada remonta a persona crítica que seu monóculo vem a confirmar: ela analisa o que vê. E o que ela vê somos nós. Ela refuta e devolve, com amargor na boca, o olhar censurador, o olhar que delimitaria sua existência.

⁵⁴¹ Ver Bauer, 2022.



Figure 5 Romaine Brooks. *Una, Lady Troubridge*. 1924. Óleo sobre tela. 127.3cm X 76.4cm. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.

O retrato de Troubridge emana a suntuosidade dos retratos aristocráticos, mas ao contrário da maioria destes, que traz cachorros de caça, reiterando a virilidade e os traços de conquistador, Brooks traz com Troubridge dois dachshunds, um preto e um marrom. Mas ao invés de trazer a virilidade os dois dachshunds adicionam aspectos de luxo e modernidade, uma vez que os dois cachorros eram da tutela de Troubridge juntamente com Hall, e faziam parte de grande parte da vida das duas, como filhos fariam, participando de concursos e eventos sociais em que as duas participavam. E além dos cachorros, muito da suntuosidade se dá pela famosa paleta de Brooks, assim como vemos em seu famoso autorretrato, *Self-portrait*.

Nesse autorretrato, de 1923, vemos Brooks de sobretudo preto, com uma camisa branca com colarinho aberto e com a lapela exposta. Suas mãos estão encobertas por luvas também negras, um tom mais claro que seu sobretudo. Seus cabelos pretos azulados, param na altura da orelha, num corte reto e intencional. Seus lábios chamam nossos desejos e olhos, nos levando, através de seu nariz alongado, aos seus olhos parcialmente encobertos pela cartola preta que pousa confortavelmente em sua cabeça. Essa cartola parece aqui ter dupla função: enfatizar o caráter masculino das vestes de Brooks, e esconder seus olhos de quem a vê sem a impedir de nos observar, ou como diria Baudelaire, aquele que na multidão observa sem ser observado, aquele *homem* moderno e inalcançável.



Figure 6 Romaine Brooks. *Self-Portrait*. 1923. Óleo sobre tela. 117.5cm X 68.3cm. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.

Sua cartola cobrindo seus olhos, a coloca em um lugar *escuso*, como quem observa e se funde com o ao redor. Seus lábios coloridos e único ponto de cor quente na tela (assim como em *Una, Lady Troubridge*) colocam em cheque a masculinidade construída, mas também não nos dá certeza do oposto: Romaine parece se colocar como mistério a ser desvendado, como algo fugidio justo quando achamos que compreendemos. Vemos um movimento de sair das amarras do convencional, das amarras que inibem o ser quem se é, e assim como vemos em seus autorretratos, vemos nas mulheres que Brooks decide retratar. E com inúmeras representações dessas mulheres, que não se conformam à estética feminina de então e que muitas vezes não se conformam nem mesmo ao gênero de nascença, é fácil pensar, nos dias de hoje, no coneito queer, ou ainda não-binária.

Queer é uma palavra da língua inglesa que, assim como gay, foi apropriada e ressignificada, dando conotações de sexualidade. Queer, a princípio, era uma palavra para designer algo estranho, fora do lugar, ou não esperado. Após os anos 80, a expressão ganha outros contornos, sendo trazida para o campo de gênero e políticas identitárias. Poderíamos dizer que a ideia central de ser queer, atualmente, é a ideia da fluidez de gênero, em que não há necessariamente a escolha entre um ou outro, estando dentro da ideia de escala, em que seja qual ponto for dessa escala, em nada tem a ver com o corpo físico da pessoa ao nascer. E além, uma pessoa pode estar/sentir/se ver de um determinado modo em um momento específico e ter um outro sentir em um momento diferente, abrindo a porta para o que Judith Butler veio a chamar de *performatividade de gênero*⁵⁴². Com essa

⁵⁴² Ver Butler, 2019.

ideia em mente, ao vermos as mulheres de Brooks e a própria artista, vemos que há sim um desconforto com as normas de gênero da época. Mas esse desajuste pode levar a criações de si e do outro que antes não se veriam possíveis. Gluck parece ser a única que de fato não se enxergava com as definições de ser mulher na época, mas tampouco com o ser homem.

Até o presente momento, não parece haver fortes indícios de que Brooks, Barney, Rubinstein, Borgatti ou Una reivindicavam novas formas de se configurar na sociedade. Para um olhar mais apressado, poderia até passar batido o fato de que na mesma época fortalecia a ideia da chamada *New Woman*⁵⁴³, em que mulheres buscavam novas formas de se expressar e configurar, trazendo à tona a ideia de uma modernidade, que passa por um minimalismo de formas e cores, deixando de lado a opulência tão comumente associada as figuras femininas. Outra questão a ser levantada, é o fato da teoria queer ter sido fortemente criticada nos anos 90 por sugerir um apagamento das comunidades gays e lésbicas que, por acreditarem ser um termo guarda-chuva, acabam sendo permissíveis demais, tolerando o intolerável, apagando especificidades e características estimadas por essas comunidades⁵⁴⁴. Ainda que tal pensamento tenha fortes problemas conceituais e de princípios, há de se levar em conta a *história* dos conceitos.

E ao pensarmos nas mulheres de Brooks, e na própria Brooks, vemos a dificuldade de especificar a intencionalidade de se construir pela necessidade de um termo. Mas vemos uma vastidão de possibilidades, vemos um desejo de ser quem se é.

⁵⁴³ Ver Crane, 2013.

⁵⁴⁴ Ver Penn, 1995.

BIBLIOGRAFIA

BROOKS, Romaine. No pleasant memories: Romaine Brooks papers. 1910-1973. Washington: Archives of American Art, Smithsonian Institution. Disponível em: <<https://www.aaa.si.edu/collections/romaine-brooks-papers-6290/series-4/box-3-folder-11>>.

_____. The Toll of Friendship - Selections from the Memoirs of Romaine Brooks. Introduction by Timothy Young. *The Yale Review*. Volume 103, Issue 4, October 2015.

BAUER, Heike. In the Canine Archives of Sex: Radclyffe Hall, Una Troubridge and their dogs. **History & Gender**, S.I., v. 35, n. 3, p. 994-1011, out. 2023.

_____. Theorizing Female Inversion: theorizing female inversion: sexology, discipline, and gender at the fin de siècle. **Journal Of The History Of Sexuality**. Texas, p. 84-102. jan. 2009.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____. **Imitation and Gender Insubordination**. In: FUSS, Diana. *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories*. London: Routledge, 1991

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Cvilização Brasileira, 2020.

CHADWICK, Whitney. **Women, Art, and Society**. 5. ed. New York: Thames&hudson World Of Art, 2

_____. Amazons in the Drawing Room - The Art of Romaine Brooks. Catálogo de exposição. Berkeley: University of California Press; National Museum of Women in the Arts, Washington, DC, 2000.

CLARK, Kenneth. *The nude – A study in ideal form*. Princeton: Princeton University Press. 1956.

CRANE, Diana. **A Moda e seu Papel Social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

DUNCAN, Carol. Virility and Domination in Early Twentieth Century Vanguard Painting. In: BROUDE, Norma; GARRARD, Mary D. (Ed.). **Feminism and Art History: Questioning the Litany**. London, New York: Harper & Row, 1982. p. 293-313. Disponível em: <http://www.columbia.edu/itc/barnard/arthist/wolff/pdfs/week6_duncan.pdf>. Acesso em: 30 dez 2023.

FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREUD, Sigmund. **Amor, Sexualidade, Feminilidade**: obras incompletas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018

LANGER, Cassandra. Romaine Brooks. A Life. Wisconsin: The University of Wisconsin Press. 2015.

MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema." *Screen*, v. 16, n. 3, p. 6-27, Autumn 1975.

NOCHLIN, Linda. **The Body in Pieces**: The Fragment as a Metaphor of Modernity. New York: Thames And Hudson. 1994.

PÉLADAN, Joséphin. **De l'androgynie**: théorie plastique. Paris: Éditions Allia, 2010.

PENN, Donna. Queer: theorizing politics and history. **Radical History Review**, Durham, p. 24-42, maio 1995.

SMITHSONIAN AMERICAN ART MUSEUM. Romaine Brooks. Disponível em: <https://americanart.si.edu/artist/romaine-brooks-599>. Acesso em: 04 jan. 2024.

WEST, Shearer. Portraiture. 1ª edição. Oxford: Oxford University Press. 2004.

ZIMMERMAN, Bonnie. Lesbian histories and cultures: an encyclopedia. New York: Garland Pub, 2000

ZOLLA, Elémire. **Androginia**: a fusão dos sexos. Rio de Janeiro: Edições del Prado, 1997.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

ST 10: HISTÓRIA E MEMÓRIA LGBT.

Memória e resistências dos sujeitos LGBTQIA+ nas cidades

Jonas Augusto Silva⁵⁴⁵

Anderson Ferrari⁵⁴⁶

Resumo: A pesquisa em construção busca estabelecer um diálogo entre os espaços da cidade de Juiz de Fora, as redes de sociabilidade das populações LGBTQIA+ e suas memórias. Entendendo a cidade como um espaço educativo, buscamos traçar os rastros de memória estabelecidos por sujeitos LGBTQIA+ no espaço urbano, problematizando a noção de história hegemônica e entendendo esses sujeitos como potentes para pensar novas narrativas para a História, para o Ensino de História e para a Educação, que se relacionem com a memória desses grupos. A perspectiva teórico-metodológica que orienta nossas análises é a pós-estruturalista de inspiração foucaultiana, o que significa dizer que estamos interessados nas construções discursivas dos sujeitos, seus pertencimentos e a constituição de redes de sociabilidade nos espaços da cidade. Neste primeiro momento da pesquisa, nosso propósito é fazer um levantamento bibliográfico da produção nos campos da Educação e da História em torno das memórias LGBTQIA+ e as cidades.

Palavras chave: Memória; Cidade; História; LGBTQIA+.

Abstract: The research under construction seeks to establish a dialogue between the spaces of the city of Juiz de Fora, the sociability networks of LGBTQIA+ populations and their memories.

⁵⁴⁵ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora: jonasaugusto.silva@estudante.ufjf.br

⁵⁴⁶ Doutor em Educação e professor na Universidade Federal de Juiz de Fora: anderson.ferrari@ufjf.br

Understanding the city as an educational space, we seek to trace the traces of memory established by LGBTQIA+ subjects in the urban space, problematizing the notion of hegemonic history and understanding these subjects as powerful for thinking new narratives for History, for History Teaching and for Education, which relate to the memory of these groups. The theoretical-methodological perspective that guides our analyzes is post-structuralist with Foucauldian inspiration, which means that we are interested in the discursive constructions of subjects, their belonging and the constitution of sociability networks in city spaces. In this first stage of the research, our purpose is to carry out a bibliographic survey of production in the fields of Education and History around LGBTQIA+ memories and cities.

Key words: Memory; City; History; LGBTQIA+.

Introdução

Este texto é resultado de uma pesquisa mais abrangente intitulada “A cidade como espaço educativo: territórios de memória, resistências, cultura e educação dos sujeitos LGBTQIA+”, que tem como objetivo a ampliação de novas temáticas que nos convidem a pensar as relações entre cidade, memória e os sujeitos em suas constituições históricas.

Uma pesquisa que no seu título já evidencia as duas áreas de conhecimento que estão no centro de nossos interesses – a História e a Educação – que se encontram no Ensino de História. Segundo Ana Maria Monteiro e Fernando Penna (2011), o Ensino de História pode ser “considerado como lugar de fronteira”, o que significa uma abertura de “perspectivas instigantes e inovadoras para a análise dos processos envolvidos”. (Monteiro; Penna, 2011: 192). O Ensino de História, portanto, seria uma área do conhecimento que trabalha tanto com os referenciais oriundos da Educação quanto da História. Assim sendo, nosso argumento é que o Ensino de História tem como foco a problematização dos sujeitos nas suas formas de pensar e agir, defendendo que a História e o que chamamos de realidade dizem de construções inacabadas e em constante reconstrução. Como professores de História temos dialogado com essas duas áreas de referência para problematizar nossas formas de ser e estar no mundo, de pensar e agir, uma vez que compreendemos que o sujeito é resultado de discurso.

O Ensino de História se constitui pelas temáticas que coloca em foco, pelas escolhas curriculares dos professores e professoras, pelas problemáticas advindas do presente e tensionadas numa perspectiva histórica, pelo debate e diálogo com os sujeitos presentes nas salas de aula e seus pertencimentos de gênero, de raça, de classe e de sexualidade. A História é um dos discursos sobre o passado e não “o” discurso sobre o passado. Passado e História não são sinônimos. A História é uma parte do passado e não “o” passado. Esse entendimento tem efeitos na Educação, uma vez que diz da compreensão de que a partir de determinadas escolhas nós vamos construindo determinados sujeitos. A questão é que sujeitos construímos com o tipo de temas e formas de ensinar que elegemos? Quando organizamos uma aula, que sujeitos evidenciamos? Que sujeitos deixamos de fora?

Neste sentido, não nos parece que seja suficiente ficar nesses questionamentos, havendo a necessidade de propor uma outra história, contada por aqueles sujeitos que nem sempre se sentem participantes da história. Uma história que perceba a cidade a partir de outras categorias de análise como gênero e sexualidade e que produzida na Universidade também chegue nas escolas. Como Foucault nos convida a pensar no texto “A vida dos homens infames”: “Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos”. (Foucault, 2015: 206). A pesquisa com a memória e resistência das pessoas LGBTQIA+ também tem esse interesse, ou seja, também queremos “juntar alguns restos”, como nos escreve Foucault. “Restos” que, no seu coletivo, vão construindo a memória das pessoas LGBTQIA+ nas suas relações com as cidades, isso porque a memória é sempre o trabalho de resignificação feito pelos sujeitos, um trabalho de resignificação de suas vivências e de si mesmos. É essa provocação de olhar o passado a partir do presente que queremos com a pesquisa, buscando com ela a “socialização de narrativas memorísticas e o direito de contar suas ações de existência/resistência”, como nos lembra Márcio Caetano et al. (2018: 8).

Mais do que isso, como os sujeitos em suas historicidades dialogam com os entendimentos de cidade. Pensar os sujeitos nos seus processos de constituição e como resultados de discursos nos aproximam da perspectiva de investigação de Michel Foucault (2006) para quem, “não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares” (2006: 291). Negando a existência de um sujeito universal, Foucault (2006) vai nos convidar a pensar a constituição dos sujeitos a partir de duas formas de práticas: as práticas de sujeição e as práticas de liberdade.

Não é possível pensar um sujeito sem assujeitamentos, visto que somos ligados ao conhecimento e aos discursos que já estão postos antes de nascermos, de tal forma, que somos mais resultados dos discursos e dos conhecimentos do que propriamente produtores deles. No entanto, juntamente com essas práticas de sujeição há sempre as possibilidades de fuga, de resistências e de práticas de liberdade. Para Foucault (2006) investigar essas relações entre as práticas de sujeição e de liberdade nos abre as possibilidades de problematizar as maneiras pelas quais os indivíduos se encontram vinculados a um conjunto de regras e valores que os constituem. Como nos tornamos o que somos? Essa pergunta de investigação nos parece importante para o campo da História e do Ensino de História uma vez que ela investe na problematização dos sujeitos em suas constituições históricas, ou seja, nos nossos entendimentos como somos sujeitos de experiências, mas também sujeitos de historicidades. Nos colocar sob investigação é uma forma de problematizar como as temporalidades históricas nos constituem. É uma aposta na força dos sujeitos para desconstruir-se a si mesmos e investir em possibilidades de existências nunca antes pensadas, fazendo da sua vida uma obra de arte, como nos convida Foucault.

Por isso, nosso interesse maior é na cidade como espaço de memória. Nosso argumento é que a cidade e os lugares de sociabilidades LGBTQIA+ é parte da constituição dos sujeitos, sendo espaços que existem a partir das experiências e dos processos de rememoração que vão atribuindo significados e valores de pertencimentos. Como defende David Lowenthal (1998) memória é um artefato de identidade, já que é ela ou através dela que construímos os sentidos de pertencimento e de coesão aos grupos sociais. Memória que também é atravessada por relações de poder. Afirmar que a memória como artefato de identidade é atravessada por relações de poder também significa dizer que elas são perpassadas por possibilidades de resistências, já que para Foucault (1988) não há relações de poder sem resistências. Assim, os diferentes espaços de sociabilidades LGBTQIA+ nas cidades são, ao mesmo tempo, espaços de memória e de resistências, que se sustentam em contextos sociais que vão variar de tempos em tempos e de cultura para cultura, de tal forma que pensar esses espaços na cidade de Juiz de Fora com o recorte temporal de 1970 aos dias de hoje, é pensar suas singularidades em diálogo com o contexto nacional.

Feito esse panorama mais geral da pesquisa, queremos evidenciar o foco desse texto: construir as primeiras análises sobre as discussões de memória e resistências dos sujeitos LGBTQIA+ nas cidades a partir de um levantamento bibliográfico. Para isso, vamos dividir o artigo em duas partes. Numa primeira, vamos construir os procedimentos metodológicos dessa primeira etapa da investigação para na segunda parte nos dedicar a trazer as discussões a partir dessas três categorias de análise que são centrais no nosso trabalho: memória, resistência e cidade.

Procedimentos metodológicos.

Pensar a cidade como espaço educativo, é também pensar qual tipo de educação se tem investido nesse ambiente, e também qual diálogo se estabelece entre a sociedade e os espaços urbanos que nos leva a preservação das memórias que constitui esse lugar. A cidade se apresenta então, como um local de discussão e disputa da memória, buscando criar identificação ou silenciamentos. Seja com museus, monumentos e nomes de ruas, a cidade constrói e molda a identidade de seus moradores, mas é preciso problematizar qual tipo de narrativa se tem privilegiado nesses ambientes. Neste sentido, estamos tomando os espaços de sociabilidade LGBTQIA+ como espaços educativos, em que ensinamos e aprendemos coisas, de maneira que pensar os diferentes espaços de sociabilidade LGBTQIA+ ao longo da história na cidade de Juiz de Fora é uma ampliação desses espaços de educação como espaços de memória, como potentes para nos remeter ao passado para pensar o presente.

Segundo Márcio Caetano et al. (2018: 8) o “direito a memória é sinônimo de garantia de existência, resistência e conquista da cidadania”, o que se relaciona com a manutenção e defesa da democracia no país. No seu trabalho de investir na construção da memória do movimento LGBTQIA+, os autores argumentam que “é em torno também do lembrar-se, (re) conhecer-se e recriar-se que é promovida a melhoria da qualidade de vida da população e os laços de pertencimento”. (Caetano et al., 2018: 8).

Logo, percebemos que a memória diz de um processo de cristalização, que contribui para a formação das identidades daqueles espaços, como afirma Gomes (2018). A memória coletiva opera como um elemento de salvaguarda das narrativas de uma sociedade, mas também se coloca constantemente como um elemento de disputa, onde diversas narrativas convergem. Portanto, aquelas memórias caracterizadas como dignas de serem preservadas, acabam prevalecendo sobre as demais (Gomes, 2019: 17).

A dificuldade encarada pela sociedade quando se trata de temas ligados à sexualidade e gênero, como afirma Gomes (2018) estão relacionados principalmente a falta de vivência desses temas no cotidiano e, com isso, a construção de um outro desumanizado. Por isso, pensar os processos de apagamento das vivências dessas populações nos espaços urbanos, é trazer à tona outras narrativas, buscando promover a memória e resistência dessas populações. Com isso, essas novas abordagens e perspectivas de olhar o espaço urbano, podem ajudar professoras e professores

em sala de aula a pensar a potência que a memória coletiva da comunidade LGBTQIA+, presente nos espaços urbanos, pode ter para a luta anti-lgbtfobia através da humanização e identificação.

Dito isso e partindo do pressuposto de que um dos objetivos da pesquisa é analisar a cidade como espaço educativo, buscando entender como as populações LGBTQIA+ se apresentam nesses espaços, bem como a memória que constituem a partir deles, nós tínhamos uma tarefa inicial que era construir um caminho metodológico que possibilitasse essa investigação.

No primeiro momento, buscamos analisar trabalhos já produzidos que nos ajudassem nesse primeiro movimento. Através do Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES utilizamos algumas palavras-chave que pudessem remeter ao que buscamos. Ademais, para buscar uma visão mais ampla, utilizamos a sigla LGBTQIA+, bem como suas variações como LGBT, LGBT+, LGBTQI+, LGBTQIAPN+. Utilizamos também os termos gay, lésbica e homossexual. Buscando pensar o espaço e as formas que essa população ocupa os lugares, usamos termos como território e cidade, o termo território foi particularmente importante, pois deu uma amplitude maior para entender a ocupação dos lugares para além do nosso objeto de estudo que é a cidade, sendo assim, conseguimos entender as dinâmicas da presença de corpos LGBTQIA+ para além dos espaços hegemônicos da educação formal que a escola representa.

Estamos entendendo que o interesse acadêmico pelas formas de constituição da população LGBTQIA+ é datado, ou seja, ele surge no final da década de 1970, em função da abertura política e da organização dos primeiros grupos de militância. De lá para cá tem aumentado o número de grupos de pesquisas, linhas de investigação, dissertações e teses em que tomam as questões LGBTQIA+ nas diferentes áreas do conhecimento. Por isso, era importante para o início desta pesquisa fazer um levantamento que nos possibilitasse vislumbrar o que já foi produzido no campo da Educação e da História no que diz respeito as relações das redes de sociabilidade LGBTQIA+, a cidade e a memória. Neste sentido, estamos acionando as concepções de gênero e sexualidade como construções discursivas e histórias que variam de cultura para cultura e dentro de uma mesma cultura, de tal forma que os sujeitos LGBTQIA+, como sujeitos de experiência e de memória, são resultados de processos educativos. A questão que se colocar, portanto, é como nos tornamos o que somos? Em que espaços sociais as pessoas LGBTQIA+ se constituem, aprendem e se entendem como pertencentes a essas identidades de gênero e sexuais? O que isso diz de educação e de memória? Que cidade é construída por essa população?

Essas questões, no seu conjunto, nos levaram ao terceiro termo de análise, o campo da Educação. Usando os filtros disponibilizados pela própria plataforma da CAPES, conseguimos direcionar nosso olhar para trabalhos que operassem dentro do campo da Educação, porém não

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

deixando de lado aqueles que pensam a partir de uma perspectiva histórica, dessa forma, o campo da História também foi um filtro utilizado. Entretanto, percebe-se que no campo da Educação os trabalhos que pensam a ocupação de espaços pela comunidade LGBTQIA+, principalmente no tempo presente, se mostram mais comuns do que no campo da História, sendo assim, a maior parte dos trabalhos selecionados são voltados para a Educação ou Ensino de História.

Portanto, no primeiro momento produzimos uma tabela inicial como todos os trabalhos que encontramos dentro da plataforma usando os filtros. Posteriormente, buscamos os trabalhos que dialogassem mais com nossa temática e com maior diálogo com aquilo que buscamos pesquisar, sendo produzida a tabela a seguir:

Tabela 1 - Teses e dissertações catalogadas

Títulos	Autores	Ano	Tipo do trabalho	Local da defesa	Área de conhecimento
CORPOS LGBT NA ESCOLA E NA PRISÃO: APARECIMENTO, EDUCAÇÃO E POTÊNCIAS	Rita de Cassia Quadros da Rosa	2022	Tese	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	Educação
Memórias dissidentes de professoras de crianças: episódios de lesbofobia cotidiana	Anamaria Ladeira Pereira	2022	Dissertação	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Educação
A INVISIBILIDADE EDUCACIONAL: o desenvolvimento da resiliência em pessoas LGBTI+ para conclusão da Educação Básica	Halley Miller Junqueira	2022	Dissertação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Educação
O trabalho pedagógico de professores gays e bissexuais: receio docente, resistência e esperança na Escola pública (Uberlândia – 2012-2022)	Guilherme Fernando Schneckenberg	2022	Dissertação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Educação
“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979- 1990)	Júlia Aleksandra Martucci Kumpera	2021	Dissertação	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	História
PRIMAVERA SECUNDARISTA FEMINISTA: CORPORALIDADES, GÊNEROS E SEXUALIDADES DISSIDENTES NAS OCUPAÇÕES ESCOLARES DO PARANÁ (2016/2)	Marcielly Cristina Moresco	2020	Tese	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Educação
MEMÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS MILITANTES DO MOVIMENTO LGBT EM BELÉM/PA	Welma Cristina Barbosa	2019	Dissertação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Currículo e Gestão da Escola Básica
VIDAS PRECÁRIAS DE ESTUDANTES TRANS: EDUCAÇÃO, DIFERENÇAS E	Fernando Guimaraes Oliveira da	2019	Tese	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	Educação

PROJETOS DE VIDAS POSSÍVEIS	Silva			MARINGÁ	
RASGANDO UNIFORMES E DESCOSTURANDO NORMAS DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR	Carlos André Araujo Menezes	2019	Dissertação	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Educação
CORPO-TERRITÓRIO-LGBT+: IMAGENS E NARRATIVAS DE PROFESSORES/AS TRANSVIADOS/AS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	Jaiane Araujo de Oliveira	2019	Tese	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Educação

Fonte: produzido pelo autor (2023).

Memória, Resistência e Cidade

Inicialmente, buscamos promover uma análise bibliográfica das tese e dissertações, presentes no banco de dados da Capes. Ademais, analisamos trabalhos que operassem com os termos memória, cidade e LGBTQIA+ (englobando as variações da sigla), e com isso nos apropriamos do que foi produzido para pensar a nossa pesquisa. Logo, percebemos como nesses trabalhos a população LGBTQIA+ vem sempre representada como subalternizada ou silenciada. Subalternidade é um conceito que nos remete a uma das marcas das sociedades contemporâneas, que é a desigualdade (Spivak, 2010). Podemos pensar em diferentes desigualdades que constituem a sociedade brasileira, como por exemplo, a desigualdade econômica advinda da concentração de renda, a desigualdade de raça, resultado do nosso passado escravocrata e racista e também a desigualdade de gênero e sexualidade, fruto do sexismo e da LGBTQIA+fobia que insistem em se renovar nas sociedades contemporâneas.

Essa complexidade nos obriga a trabalhar com a ideia de subalternidade nos seus aspectos cultural, linguístico, social e que atravessa a Educação, a História e o Ensino de História. Gayatri Chakravorty Spivak (2010) define a subalternidade como um “modo de colonização” que foi incorporado a cultura. Para a autora, os subalternos são sujeitos invisibilizados, entendidos como atores sem possibilidade de voz e de operar transformações sociais. Comumente ignorados e negados em seus lugares sociais, os subalternos são entendidos como alguns grupos de sujeitos excluídos pelas diferentes desigualdades que marcam nossa sociedade. Como resultado mais

nefasto, a esses grupos, durante muito tempo, foi construída a representação de inferioridade que eles deveriam assumir.

As dissertações e teses que analisamos recupera esse sentido que marcou durante muito tempo a comunidade LGBTQIA+ e que a produção desses trabalhos demonstra como o movimento atual é outro em que os grupos assumem suas vozes e o desafio de recuperar e construir suas histórias. Uma história que se inicia com a luta pela redemocratização, de tal forma que

é inegável que as trajetórias das mobilizações que deram origem ao movimento social e a continuidade de grupos de lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais e intersexuais organizados têm ligação direta com a luta em prol da defesa de democracia, das liberdades políticas e da plenitude dos direitos sociais e sexuais. (Caetano et al. 2018: 9).

É nessa luta pela democracia, pelas liberdades e pelos direitos sociais e sexuais que a produção das dissertações e teses vão caminhar e fortalecer. De forma geral elas dizem sobre esse movimento que surgiu na década de 1970 que é a vontade de falar, de escrever suas histórias, de lutar por suas existências e de construir um mundo diferente daquele que nós tínhamos.

Na tese “Corpos LGBT na escola e na prisão: aparecimento, educação e potências”, escrita por Rita de Cassia Quadros da Rosa (2022), será defendida a argumentação de que os corpos das pessoas LGBTQIA+, apesar de estarem visíveis por sua performatividade, não estão incluídos no currículo, o que muitas vezes os leva a sofrerem constrangimentos perseguições e violências. Apesar de Rosa estar se referindo aos espaços escolares, dentro e fora da prisão, podemos realizar um paralelo com o ambiente da cidade, dessa forma percebendo como os constrangimentos do dia-a-dia geram um apagamento dessas narrativas subalternizadas, que por sua vez contribui para entendermos os processos de luta resistências presentes nesses espaços.

Ademais, Halley Miller Junqueira (2022) em sua tese “Invisibilidade educacional: o desenvolvimento da resiliência em pessoas LGBTI+ para conclusão da educação básica”, no apresenta uma profunda análise sobre as vivências LGBTQIA+ no ambiente escolar a partir de entrevistas semiestruturadas. Em seu trabalho, o autor apresenta como as violências sofridas por essas populações revelam o total despreparo do ambiente escolar e órgãos institucionais para receber e acolher essas populações. Porém, um importante apontamento de Junqueira sobre a vulnerabilidade social, nos ajuda a pensar como a cidade pode representar um elemento de exclusão da memória, pois ao perceber que os marcadores sociais potencializam as violências, se percebeu

que se esses mesmos marcadores podem potencializar ainda mais a marginalização das populações LGBTQIA+ que se encontram nas periferias dos grandes centros onde o direito à memória é constantemente negado.

Na tese de Janivaldo Pacheco Cordeiro (2022), intitulada “CORPO-TERRITÓRIO-LGBT+: imagens e narrativas de professores transviados/as na educação básica”, nos é apresentado como o processo de desumanização das populações LGBTQIA+ presente em nossa sociedade, facilita na disseminação e perpetuação das violências sofridas por essas pessoas. Com isso, tanto no currículo quanto no espaço urbano as marcas da desumanização se mostram presentes, criando a figura de um outro, que ao se mostrarem diferentes a cis heteronormatividade, são excluídos e discriminados. Como apresenta Cordeiro eles “não são *adequados/as* ao sistema” (Cordeiro, 2022: 92).

Trazendo outra perspectiva sobre as adequações de gênero e sexualidade, Marcielly Cristina Moresco (2020), em sua tese “Primavera Secundarista Feminista: Corporalidades, Gênero e Sexualidades dissidentes nas ocupações escolares no Paraná (2016/2)”, nos apresenta como a ocupação em protesto das escolas pelos estudantes durante o ano de 2016 possibilitou a construção de uma experiência de convivência fora dos padrões cis-heteronormativos. Dessa forma, podemos destacar como a pesquisa de Moresco apresenta um importante elemento para pensar a resistência, não só nas escolas, mas também nos espaços urbanos, possibilitando então conceber e vislumbrar outras formas de se relacionar com o ambiente a sua volta, bem como a memória produzida por ele, seja rompendo ou validando ela. O seguinte trecho elucida o diálogo que buscamos estabelecer:

As/Os estudantes insurgentes expuseram um espaço que, cotidianamente, por meio de atos e discursos formais e informais, curriculares, pedagógicos, administrativos e arquitetônicos, produzem, classificam e punem corporalidades, sexualidades e identidades de gênero dissidentes e que estabelecem regulações cis-heteronormativas[...] Nem as normas cis-heterossexistas, nem as leis e nem a autoridade puderam evitar que os jovens estudantes ocupassem suas escolas, subvertissem os dispositivos de governo de corpos e tampouco conseguiram colocar, imediatamente, um fim nelas (Moresco, 2020: 206)

Da mesma forma que o trabalho de Moresco (2020), Carlos André Araújo Menezes (2019) em sua Dissertação “Rasgando uniformes e desconstruindo normas de gênero no espaço escolar” nos apresenta como o ambiente escolar pode ser elemento de potência ou repressão das visões de mundo e perspectivas mais plurais de gênero e sexualidade. Com isso, podemos ver como a

constituição do ser LGBTQIA+ no ambiente escolar pode nos ajudar a perceber essa mesma construção nos ambientes da cidade.

Outro trabalho que também pensa a dinâmica de pessoas LGBTQIA+ com o ambiente escolar, é o de Fernando Guimarães Oliveira da Silva (2019). Logo, em sua tese “Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis”, ele vai apresentar uma série de entrevistas com pessoas trans, onde o autor busca traçar um panorama da visão e percepção dessas pessoas sobre suas questões e afirmações de gênero. Apesar do trabalho apresentar reflexões interessantes sobre as violências sofridas por essas pessoas no ambiente educacional, ele pouco dialoga com nossos objetos principais.

Os demais trabalhos presentes na tabela não foram encontrados para acesso online, por isso, suas análises não estão presentes neste artigo.

Portanto, ao analisar esses trabalhos é possível perceber como a memória LGBTQIA+ tem sido negada e invisibilizada nos ambientes escolares. Logo, quando observamos o espaço da cidade como um espaço educativo, vemos as marcas da exclusão presentes nas narrativas que constituem aquele ambiente produzindo desumanização (Cordeiro, 2022), constrangimentos nos espaços onde esses corpos circulam (Rosas, 2022) e, quando buscamos estabelecer um recorte social, como feito por Junqueira (2022), percebemos a memória dessas populações sendo ainda mais excluída na constituição da sociedade quando nos afastamos do centro da cidade.

Porém, como nos apresenta Moresco (2020) e Menezes (2019), as lutas e resistências produzidas por essas populações, desafiando as construções tradicionais para produzir novas formas de se relacionar no mundo, se mostram ativas e significativas. Por isso, podemos buscar o diálogo entre essas resistências ao espaço urbano e perceber de qual forma essas populações têm se constituído nesses ambientes.

Os trabalhos que analisamos e que dialogam com o conceito de resistência nos convida a pensar esse conceito como parte das relações de poder. Assim, nossa intenção é pensar que esses trabalhos colocam em circulação um entendimento de resistência que se aproxima da perspectiva foucaultiana. Para Foucault (1988: 91) “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Os trabalhos nos mostram que estamos em um jogo e poder, que esse jogo de disputa que constitui as pessoas LGBTQIA+ é parte da nossa sociedade e, portanto, que não conseguimos fugir dele, mas que nos possibilita pensar formas de resistir, num tipo de resistência que seja plural, possíveis, necessárias, espontâneas, violentas.

Considerações Finais

Esse artigo se dedicou a mostrar nossos primeiros movimentos de pesquisa na intenção de compartilhar o que já encontramos de produção acadêmica sobre a memória e as resistências das pessoas LGBTQIA+, produções que trazem reflexões teóricas nos campos da Educação e da História, mas que, principalmente, se colocam como problematização do que chamamos realidade. Ao colocarem sob suspeita as formas como a nossa sociedade se organiza em torno das relações de gênero e de sexualidade essas produções acadêmicas se constituem como ação política e nos convidam à ação política e à luta por um projeto de sujeito e de Nação mais democrático e mais igualitário e diverso.

Uma outra pretensão desse artigo é apontar para a possibilidade de diferentes escritas de uma história das pessoas LGBTQIA+. Como destacamos no início do artigo, não existem “a” história do movimento LGBTQIA+, assim como não existe uma história única das pessoas LGBTQIA+. O que existe é uma disputa pela escrita dessa história que está aberta e que está por ser feita, se constituindo como um campo amplo de possibilidades a partir de diferentes entradas. O nosso propósito com a pesquisa é puxar um desses fios, ou seja, trabalhar com as memórias dos sujeitos LGBTQIA+ a respeito dos espaços de sociabilidade na cidade de Juiz de Fora. Nosso desafio é fazer os sujeitos acionarem suas lembranças sobre suas constituições e pertencimentos sexuais a partir dos espaços de sociabilidade na cidade e, assim, fazer um inventário de acontecimentos significativos para esses sujeitos nos seus pertencimentos, considerando que essas lembranças, muitas vezes, estão soterradas pelos discursos hegemônicos, preconceituosos e discriminatórios que estigmatizam, que violentam, que invisibilizam e que apagam essas memórias, essas resistências, essas existências e essas cidades.

Referências:

CAETANO, Márcio (et al.). Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Rio Grande: FURG, 2018.

CORDEIRO, Janivaldo Pacheco. **CORPO-TERRITÓRIO-LGBT+:** IMAGENS E NARRATIVAS DE PROFESSORES/AS TRANSVIADOS/AS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13421682. Acesso em: 28 Dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005.

“A vida dos homens infames”. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2015.

GOMES, Fábio da Silva. **Livro didático da História como lugar de memória: uma proposta de ensino da diversidade sexual.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575542/2/Fabio%20da%20Silva%20Gomes%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado.pdf>. Acesso em: 20 Nov. 2023.

JUNQUEIRA, Halley Miller. **A INVISIBILIDADE EDUCACIONAL: o desenvolvimento da resiliência em pessoas LGBTI+ para conclusão da Educação Básica.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13632792. Acesso em: 29 Dez. 2023.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História, São Paulo, 1998.

MENEZES, Carlos André Araújo. **RASGANDO UNIFORMES E DESCOSTURANDO NORMAS DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR.** Dissertação (mestrado em Educação - Universidade Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7638354. Acesso em: 29 Dez. 2023.

MONTEIRO, Ana Maria e PENNA, Fernando. Ensino de História: saberes de fronteira. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n.1, Jan./abr., 2011.

ROSA, Rita de Cassia Quadros da. **Corpos LGBT na escola e na prisão: aparecimento, educação e potências.** 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11643820. Acesso em: 20 Nov. 2023.

MORESCO, Marcielly Cristina. **PRIMAVERA SECUNDARISTA FEMINISTA: CORPORALIDADES, GÊNEROS E SEXUALIDADES DISSIDENTES NAS OCUPAÇÕES ESCOLARES DO PARANÁ** (2016/2). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9246438. Acesso em: 29 Dez 2023.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira. **VIDAS PRECÁRIAS DE ESTUDANTES TRANS: EDUCAÇÃO, DIFERENÇAS E PROJETOS DE VIDAS POSSÍVEIS** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7647710. Acesso em: 28 Dez. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ST 10: HISTÓRIA E MEMÓRIA LGBT.

“DEUS SALVE A ALEGRIA, O BOM HUMOR”: O MARCADOR DA SEXUALIDADE NOS COMPONENTES DA ESCOLA DE SAMBA BONECOS COBIÇADOS.

José Alberto Batista Filho⁵⁴⁷

Ana Cecília Pereira⁵⁴⁸

Resumo: Originado do desdobramento da pesquisa para a dissertação de mestrado de um dos autores, que tem como objetivo abordar a cultura da comunidade da escola de samba Bonecos Cobiçados, de Guaratinguetá – SP, sob o viés da Geografia Cultural e Histórica. Sob essa perspectiva, consideramos a importância dos corpos para a constituição, transformação e análise dos espaços vividos, afirmando dessa forma a relevância do marcador da sexualidade nos estudos geográficos culturais. Para tanto, serão realizados trabalhos de campo acompanhados da realização de entrevistas que tem como base os princípios teórico-metodológicos da história oral tanto para a produção das fontes quanto para a interpretação dos resultados.

Palavras-chave: Escola de samba; LGBT; carnaval; comunidade

⁵⁴⁷ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: albertobfh@gmail.com

⁵⁴⁸ Doutoranda em História Pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: ceciliapbt@gmail.com
Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Abstract: Originated from the development of research for one of the authors' master's thesis, which aims to address the culture of the community of the Bonecos Cobiçados samba school, in Guaratinguetá – SP, from the perspective of Cultural and Historical Geography. From this perspective, we consider the importance of bodies for the constitution, transformation and analysis of lived spaces, thus affirming the relevance of the marker of sexuality in cultural geographic studies. To this end, fieldwork will be carried out accompanied by interviews based on the theoretical-methodological principles of oral history for both the production of sources and the interpretation of results.

Keywords: Samba school; LGBT; carnival; community

DISCUSSÃO

O carnavalesco e acadêmico Milton Cunha, antes de desfilar pela Marquês de Sapucaí no ano de 2010 pela Escola de Samba Acadêmicos da Grande Rio, num ato de irreverência e espontaneidade típico das suas aparições públicas exalta: “Deus salve a alegria, o bom humor. Sem gay e sem mulher gostosa o carnaval não rola.” (DIAS, 2012)

Ainda que a frase proferida por Milton Cunha seja passível de problematizações, seu uso nesse artigo se justifica porque, mesmo que ela tenha sido dita em um momento de descontração, uma de suas afirmações não está tão longe de ser amparada historicamente: existe, de fato, uma relação significativa entre o carnaval – em suas diversas formas de celebração – e as manifestação das homossexualidades e transgeneridades no Brasil. Ao mesmo tempo em que as festividades de carnaval são marcadas pelas participação de homossexuais, travestis e transexuais, essa

“apropriação e transformação do carnaval, por sua vez, teve um impacto importante no *status* mais geral dos homossexuais na sociedade brasileira” (GREEN, 2000, p. 332).

De acordo com o historiador James Green (2000), esse processo foi árduo e não ocorreu sem a reação das autoridades e do público, que oscilavam entre aceitação/curiosidade e repressão/repulsa. Na cidade do Rio de Janeiro, em particular, existem registros de que, em 1870, o Largo do Rossio era conhecido como um local frequentado pelos “frescos”, como à época eram chamados os homens “bem-vestidos e efeminados que perambulavam nas ruas do Rio de Janeiro à procura de parceiros sexuais” (GREEN, 2000, p. 86). Naquele contexto, os bailes de máscara que ocorriam durante o carnaval ofereciam um espaço privilegiado para que os costumes sociais pudessem ser desafiados.

Nas décadas de 1940 e 1950, os bailes de travestis se tornaram mais populares e os eventos focados especificamente na subcultura homossexual cresceram em número, visibilidade e popularidade. No entanto, foi somente na metade da década de 1970 que os bailes de travesti se consolidaram como parte do carnaval carioca e passaram a atrair atenção midiática positiva. Enquanto isso, mesmo os concursos de fantasia que ocorriam no Teatro Municipal, promovidos pelo governo, passaram a ser disputados por homossexuais (GREEN, 2000).

Nesses espaços, os participantes podiam transgredir as normas entre o que era considerado feminino e masculino sem estarem sujeitos a punições (GREEN, 2000). É importante considerar que, ainda que a homossexualidade no Brasil tenha sido descriminalizada ainda em meados do século XIX, isso não impediu que a associação entre criminalidade e homossexualidade se tornasse um padrão no imaginário coletivo brasileiro. Vistos como anormais e perigosos, os homossexuais, travestis e transexuais foram alvo de inúmeras práticas de violência e repressão, especialmente durante o período da ditadura militar⁵⁴⁹.

Pensando mais especificamente sobre os desfiles de escola de samba, Green (2000) afirma que na altura em que eles passaram a se tornar um espetáculo turístico internacional, os homossexuais seguiram desempenhando um papel importante no planejamento e execução do evento. Segundo ele:

Os homossexuais participavam ativamente de todos os aspectos do desfile, desde a criação dos espetaculares efeitos visuais destinados a hipnotizar o público até a participação em alguma ala vestidos com luxuosas fantasias. Ramalhete apontou a divisão do trabalho dentro de uma escola de samba: “O presidente da escola de samba é macho. Quem faz o enredo, a maioria é

⁵⁴⁹ Sobre isso ver Green e Quinalha (2015).

gay. Ele faz o visual, o enredo, o cenário, as fantasias. O macho é quem faz o carro alegórico, quem bate o martelo é macho. O gay chega lá para dar as ideias, montar tudo, fazer as coisas no mínimo detalhe. Muitos homens trabalham de carpinteiro, mas a orientação é gay” (GREEN, 2000, p. 308).

A partir dessas observações, dois aspectos chamam atenção. Em primeiro lugar, é perceptível que os padrões estéticos que passaram a ser apresentados pelas escolas de samba nesse contexto têm inspiração direta na produção realizada por homossexuais e travestis nos concursos de fantasias e bailes de carnaval. Não por acaso, figuras como Clóvis Bornay e Joãozinho Trinta despontam como grandes referências desse período.

Em segundo lugar, observando a citação acima, fica evidente que, ainda que o carnaval – e mais especificamente os desfiles de escola de samba – tenham sido apropriados por homossexuais e travestis, isso não impediu que a atuação desses sujeitos se mantivesse majoritariamente restrita a determinados espaços da elaboração carnavalesca. A oposição entre o “macho” e o “gay” indica que a permissividade e a tolerância oferecida pelo carnaval podem encontrar limites na dinâmica que ocorre internamente nas escolas de samba.

Historicamente notamos o protagonismo das homossexualidades no mundo carnavalesco⁵⁵⁰, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro, onde bailes luxuosos com fantasias esplendorosas despontavam como referência da cultura homossexual, como Clóvis Bornay. Também no século XX, o samba e o carnaval, em função da sua marginalidade no contexto urbano, associado a malandragem e vadiagem, criou personagens como Madame Satã (CABRAL, 2012). Não obstante, ao fazermos uma análise de pessoas LGBTQ+ nos contextos das escolas de samba, notaremos sem dificuldade que as escolas de samba são espaços onde a sexualidade encontra menor enfrentamento ou discriminação. É comum nesses ambientes os homossexuais serem associados e estereotipados pela sensibilidade, o senso estético, o que, apesar de cabível de discussão, garante alguma proteção ou oferece outras formas de discriminação não associadas necessariamente a violências físicas ou verbais.

Isto posto, este trabalho se insere num contexto amplo de pesquisa que objetiva investigar as condições histórico-geográficas que levaram ao surgimento da escola de samba Bonecos Cobiçados, localizada no bairro do Campinho, em Guaratinguetá – SP. Por meio da perspectiva da Geografia Cultural, buscaremos identificar os símbolos, costumes, tradições, ritos, e o saber-fazer carnaval daquela escola.

⁵⁵⁰ Sobre isso ver Green (2000)

No percurso exploratório que percorremos agora, notamos alguns pontos de questionamento que estão direcionando os caminhos dessa investigação. Algumas pretendo apresentar aqui por se tratarem das subjetividades dos corpos que compõem os quadros da comunidade do Bonecos Cobiçados.

A partir de leituras de autores das Geografias Feministas e da Geografia Queer, que assume as corporeidades como grande interesse para a análise do espaço e sua constituição, partindo de discussões interseccionais, refleti sobre a aplicabilidade de um estudo desse gênero dentro da minha pesquisa. Com base nessas referências que justificamos a relevância da discussão dentro da Geografia pois as “análises geográficas devem superar a noção simplista da expressão material das paisagens e prestar atenção ao exercício das espacialidades sutis com grande potencial subversivo” (SILVA, 2009, p.46).

O Bonecos Cobiçados é produto e produtor da cultura do bairro do Campinho e da cidade de Guaratinguetá. Nesse sentido, pretendemos fazer um levantamento geográfico-histórico do bairro, trabalhando com cartas, perfis e plantas urbanas da cidade para embasar minha hipótese: O Campinho é um dos bairros mais antigos da cidade de Guaratinguetá, berço da escola de samba mais antiga da cidade. Algo entre a década de 1940 e 1950 acontecia naquela região que originou a escola de samba. A partir de cartas que representem a organização urbana da cidade nesse período pode, sob a égide da Geografia Histórica, indicar a posição periférica do bairro à época, que hoje só pode ser visto por meio da arquitetura das casas.

Isto posto, sendo também o Bonecos Cobiçados produtor de uma cultura, refletir sobre seus impactos nos corpos que habitam o bairro deve ser posto em perspectiva. Questionar como as relações sobre gênero, sexualidade, raça e classe se dão no contexto da escola de samba.

Nesse sentido considerar os sujeitos homossexuais é de grande relevância assumindo o papel históricos desses sujeitos no carnaval das escolas de samba no Brasil. Analisar o deslocamento dessas pessoas e os espaços que ocupam no bairro e na escola deve ser de interesse. O tratamento recebido pode também ser objeto de análise. Comumente se vê uma variação no tratamento dos sujeitos: bicha ou gay. Há na escola o concurso que elege a Rainha Gay, que não acompanhou a atualização do concurso da cidade que é atualmente Rainha LGBTQ+.

Temos em diferentes setores da escola lésbicas, gays, transexuais que não se intimidam com o conservadorismo nato da cidade. Cabe destacar a força religiosa e reacionária presente na cidade. Se observarmos a votação presidencial em 2018 e 2022 na cidade, notaremos a maioria inquestionável que apoiou o ex-presidente Jair Bolsonaro, político de extrema direita, que se faz

presente na cidade frequentemente na base militar em função das formaturas da Força Aérea Brasileira. Não obstante, a cidade é Estância Turística Religiosa em função de ser a casa do primeiro santo brasileiro, Frei Galvão, assim como ter sido a cidade onde a imagem de Nossa Senhora de Aparecida foi encontrada. Ainda, a cidade elegeu nas últimas duas eleições municipais candidatos militares e pastores evangélicos conservadores como vereadores.

Se a escola de samba aparece como espaço seguro para homossexuais devemos também observar quais são esses espaços. Quais são os setores da escola de samba que são ocupados por mulheres, por homossexuais, travestis e transexuais, ou ainda como a relação com drags queen são utilizadas como máscara.

Cabe destacar que nesse processo de pesquisa não há garantia de uma abordagem direta ao assunto. A observação e a discussão podem ser levadas a um estudo no sigilo, uma vez que não sabemos de que modo conversaremos com essas pessoas que são LGBTQ+ no Bonecos Cobiçados de forma aberta, já que a homofobia também é presente. Além do mais, muitas dessas pessoas não são assumidas, além de outras que sequer conseguimos apontar como LGBTQ+.

Uma vez feita essa discussão, meu trabalho será enriquecido por considerar os sujeitos do Bonecos Cobiçados em suas diferentes expressões culturais e nas suas subjetividades. Afinal, considerar sexualidade nessa discussão é considerar a cultura produzida por esses corpos.

Assim, nesse momento inicial de pesquisa, esse artigo indica as questões que figuram nas intenções de desenvolvimento e investigação, sendo ainda uma etapa inicial do trabalho. Por fim, ao retomarmos na citação que intitula o trabalho, podemos assumir desde já que apontar a fala do Milton Cunha nesse texto apenas como ilustração seria empobrecer a possibilidade de discutir as posições, cargos e espaços que gay e mulheres – como ele destaca – ocupam no carnaval. Por isso as discussões da Geografia Queer aparecem como “um espaço teórico no qual se pode evidenciar a exclusão e a marginalização de determinados grupos sociais nas atividades econômicas e políticas, frutos da homofobia – e do machismo⁵⁵¹ (SILVA, 2009, p.45).”, e assim, dimensionam a importância de trabalhos que tematizem a interseccionalidade nas escolas de samba.

REFERÊNCIAS

⁵⁵¹ Complemento do autor.

CABRAL, Sérgio. **Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. São Paulo: Lazuli Editora, 2012

DIAS, Fernando. **Desfile Completo Carnaval 2010 - Acadêmicos do Grande Rio**. Youtube. 3 de dez. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=96CFVNYXtcM&t=40s> Acessado em: 05/01/2024

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. Sao Carlos/SP: EdUFSCar, 2015.

NETO, Lira. **Uma história do samba: as origens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 25-54.

ST 10: HISTÓRIA E MEMÓRIA LGBT.

Um levantamento bibliográfico acerca dos grupos organizados de ativismo LGBT brasileiros

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira⁵⁵²

Resumo: Este trabalho visa publicar os resultados de um levantamento bibliográfico realizado como monografia de final de curso. Foram pesquisadas teses e dissertações referentes aos grupos que em algum momento integraram o movimento LGBT brasileiro. Partindo do entendimento dos grupos organizados como parte fundamental da história LGBT no Brasil, em especial no que concerne às disputas políticas e conquista de direitos, buscou-se entender como os estudos acerca deles vêm sendo realizados, em quais áreas acadêmicas, a partir de quais cidades e estados, e utilizando quais metodologias. Para isso, foram utilizadas a plataforma CAPES de Teses e Dissertações, assim como informações do projeto História Transviada que realizou um levantamento de todos os trabalhos na área de História que, de alguma forma, abordam a temática das sexualidades.

Palavra-chave: LGBT; Grupos; MGM.

Abstract: This work seeks to publicize the results of a bibliographic research done as a monography. Theses and dissertations referring to groups that at some point were part of the Brazilian LGBT movement were researched. Starting from the understanding of organized groups as a fundamental part of LGBT history in Brazil, especially about political disputes, and the achievement of rights, we sought to understand how studies about them have been conducted, in which academic areas, from which cities and states, and using which methodologies. For this, the CAPES Theses and Dissertations platform was used, as well as information from the História Transviada project, which conducted a survey of all works in History that, in some way, address the theme of sexualities.

Keywords: LGBT; Groups; MGM.

⁵⁵² Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: juliacmfogueira@hotmail.com.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Introdução

Este trabalho objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa realizada para uma monografia de final de curso (Nogueira, 2023). A história do movimento LGBT brasileiro é fortemente marcada pela existência e atuação de grupos organizados de ativismo. Considerando a importância destes grupos e, sendo esse trabalho parte de uma pesquisa maior que se dedica a pensar o Movimento Gay de Minas (MGM), uma ONG de ativismo homossexual de Juiz de Fora (MG), realizou-se um levantamento bibliográfico de teses e dissertações que tenham pesquisado e analisado grupos de atuação política LGBT.

Houve duas etapas na pesquisa: a primeira a partir do banco de teses e dissertações da CAPES, onde se pesquisou na área de Ciências Humanas com a palavra-chave “LGBT”. Observou-se todos os resultados, com a seleção de todos que estivessem dentro do tema, independente da área. Vinte e dois resultados vieram dessa primeira etapa.

Uma segunda etapa realizou-se a partir da utilização do portal “História Transviada”. Este se configura enquanto um projeto online, parte de uma tese de doutoramento em História, cujo objetivo seria

(...) permitir que as pesquisas de mestrado e doutorado defendidas na pós-graduação em História no Brasil, que versem sobre as dissidências sexuais e desobediências de gênero, estejam mapeadas, catalogadas e organizadas. (Canabarro, 2022: s/p).

Contendo um total de 200 teses e dissertações, defendidas entre 1994 e 2021, é uma pesquisa ainda em andamento, realizada a partir de portais públicos de universidades e no catálogo de teses e dissertações da CAPES. Deste portal, foram selecionados 6 trabalhos, a partir da leitura do resumo de todos os trabalhos disponíveis. No caso destes 6 trabalhos, são todos da área da história, uma vez que este é o recorte da pesquisa que produz essa plataforma.

O total de trabalhos com os quais se opera nessa pesquisa são, portanto, 28. Pensa-se essas produções em diálogo com os artigos de James Green (2012) e Elias Veras e Joana Pedro (2014), que escreveram acerca da produção acadêmica acerca da comunidade LGBT e sexualidades divergentes.

A representação das identidades

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

Dentre as pesquisas encontradas, 5 delas se referem à grupos de ativismo de mulheres lésbicas. Todas são dissertações da área da História, tendo sido encontradas no projeto de História Transviada. Um aspecto interessante de ser observado nesses trabalhos que tratam do ativismo lésbico, é que quase todos foram defendidos nos últimos 3 anos. O mais antigo afora um defendido em 2007, é de 2020 e todos os demais foram defendidos em 2021 (Nogueira, 2023).

Além disso, foi encontrado um trabalho sobre um grupo de ativismo bissexual. Sendo ele da área da Sociologia. Duas dissertações se referiam à grupos/ coletivos de travestis e pessoas trans, sendo um de antropologia, encontrado no levantamento da CAPES e o outro é da área de História, encontrado no levantamento na História Transviada.

Quase todos, sejam aqueles de grupos lésbicos, bissexuais ou de pessoas trans e travestis, foram defendidos nos últimos 5 anos. Essa percepção diz do que escreveu James Green em artigo publicado em 2012 acerca da produção acadêmica sobre o movimento LGBT:

“(...) novas pesquisas sobre a história das lésbicas no Brasil são fundamentais. São quase inexistentes. Bons trabalhos vão exigir uma criatividade extraordinária para encontrar a documentação suficiente para recompor histórias de vida e informação sobre sociabilidades, linguagens, espaços e comportamentos de mulheres que mantiveram relações sexuais e afetivas com outras mulheres. Falta uma história ampla e completa sobre as mulheres no movimento LGBT ou no movimento feminista, só para mencionar duas ausências na historiografia do Brasil contemporâneo.” (GREEN, 2012, p. 74).

Considerando a data de produção do artigo, até aquele momento na área de história só havia uma dissertação que tratasse de um grupo lésbico. O GALF, primeiro grupo de ativismo lésbico no Brasil só veio a ser estudado nesse âmbito de programas de pós graduação em História em anos recentes (Nogueira, 2023), algo que diz de uma lacuna que, agora, parece estar sendo preenchida, embora aos poucos. Para Vera e Pedro, que publicaram em 2014 artigo sobre a produção acerca da História do Movimento LGBT, outros trabalhos vêm mostrando que a predominância da homossexualidade masculina das primeiras pesquisas antropológicas compartilha agora a atenção com outras temáticas (lesbianidades, travestilidades e transexualidades) (VERAS, PEDRO, 2014).

Os demais trabalhos se referem à grupos que ou se colocam como LGBT em geral ou, em dois casos, trabalhos que se referem ao movimento homossexual, tratando de grupos que tiveram seu início ou sua atuação como um todo no fim da década de 70 e/ou início de 80, momento em que,

o movimento se denominava Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) (Nogueira, 2023).

A questão da regionalidade

Considerando a crítica da Green (2012) sobre existir uma lacuna de trabalhos sobre história LGBT que não se foquem em Rio de Janeiro e São Paulo, foi elaborada uma tabela para averiguar a quantidade de pesquisas por estado. Nela foram consideradas 3 variáveis: a quantidade de pesquisas de mestrado e a quantidade de pesquisas de doutorado, cuja soma equivale ao total de pesquisas do estado, e quantas pesquisas foram feitas sobre a capital do estado, ou seja, tendo seu objeto localizado na capital. Assim se apresenta a Tabela 1:

Tabela 1 – Pesquisas por estado

Estado	Mestrado	Doutorado	Total de pesquisas	Sobre a capital
Bahia	2	0	2	1
Ceará	1	0	1	0
Distrito Federal	2	0	2	2
Mato Grosso	1	0	1	1
Minas Gerais	2	0	2	2
Paraíba	1	0	1	1
Pará	2	1	3	2
Rio Grande do Norte	1	0	1	0
Rio Grande do Sul	1	0	1	1
Rio de Janeiro	4	0	4	3
Santa Catarina	1	0	1	0
Sergipe	1	1	1	1
São Paulo	6	1	7	3

Fonte: (Nogueira, 2023).

Existe uma predominância de trabalhos no estado de São Paulo, com 7 no total, entre eles uma das três pesquisas de doutorado encontradas. A seguir vêm o Rio de Janeiro, com 4 trabalhos totais, todas de mestrado e, em terceiro, o Pará com 3, uma tese e duas dissertações. Essa predominância de Rio de Janeiro e São Paulo parecem confirmar aquilo que aponta Green (2012) acerca de um foco das pesquisas em um eixo Rio de Janeiro – São Paulo, mesmo no caso específico

de pesquisas centradas em grupos de militância LGBT.

O Gráfico 1 foi formulado para facilitar a visualização da distribuição das pesquisas por região brasileira:

Gráfico 1 – Pesquisas por região



Fonte: (Nogueira, 2023).

Quase metade das pesquisas encontradas centram-se na região sudeste, sendo que grande parte dessas, como já foi afirmado, focam São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto o gráfico demonstra que uma quantidade relevante das pesquisas foca o Nordeste, com cerca de 25% do total. É algo que conversa com a afirmação de Facchini (2018) de que a partir da segunda onda vê-se uma mudança do eixo Rio de Janeiro - São Paulo para Rio de Janeiro - Nordeste. Embora não seja uma retirada de foco de São Paulo (sendo este o estado com maior quantidade de pesquisas), demonstra que existe uma quantidade razoável de trabalhos produzidos na região nordeste também. Quando se considera que o presente levantamento não pretende elencar todas teses e dissertações acerca do movimento LGBT, apenas aquelas que se referem à grupos, é possível pensar que, em um levantamento mais abrangente, a situação mude de figura.

Dentre um total de 28 pesquisas, 17 foram realizadas em capitais de estado. É uma clara maioria que dialoga com a observação de Green (2012) sobre como são poucas as pesquisas que

são realizadas nos interiores acerca do movimento LGBT. No estado do Rio de Janeiro, 3 das 4 dissertações encontradas têm como objeto de estudo a capital do estado. Um outro componente, no entanto, se ressaltou durante a pesquisa. Para ilustrá-lo, foi elaborado o Gráfico 2 que quantifica a quantidade de pesquisas que foram realizadas em universidades localizadas na mesma cidade que os objetos estudados.

Gráfico 2 – Relação entre local da pesquisa e objeto da pesquisa



Fonte:

(Nogueira, 2023).

O qualificador “não se aplica” no Gráfico 2 se refere às pesquisas cujos grupos não têm localização específica em uma cidade. Percebe-se que predominam as pesquisas realizadas em universidades que se localizam no mesmo lugar que o/os grupos analisados. Embora não seja uma equivalência exata em termos de capitais e esses trabalhos nas universidades, existe uma semelhança na preponderância de trabalhos sobre as capitais e trabalhos feitos a partir das cidades onde os pesquisadores estão estudando. Possivelmente, um dos motivos pelos quais predominam trabalhos feitos acerca de grupos das capitais, em comparação à grupos de cidades do interior seja a maior quantidade de universidades nas capitais. A cidade de São Paulo, por exemplo, é base de 3 estudos, enquanto Campinas é de 2. São números bastante próximos.

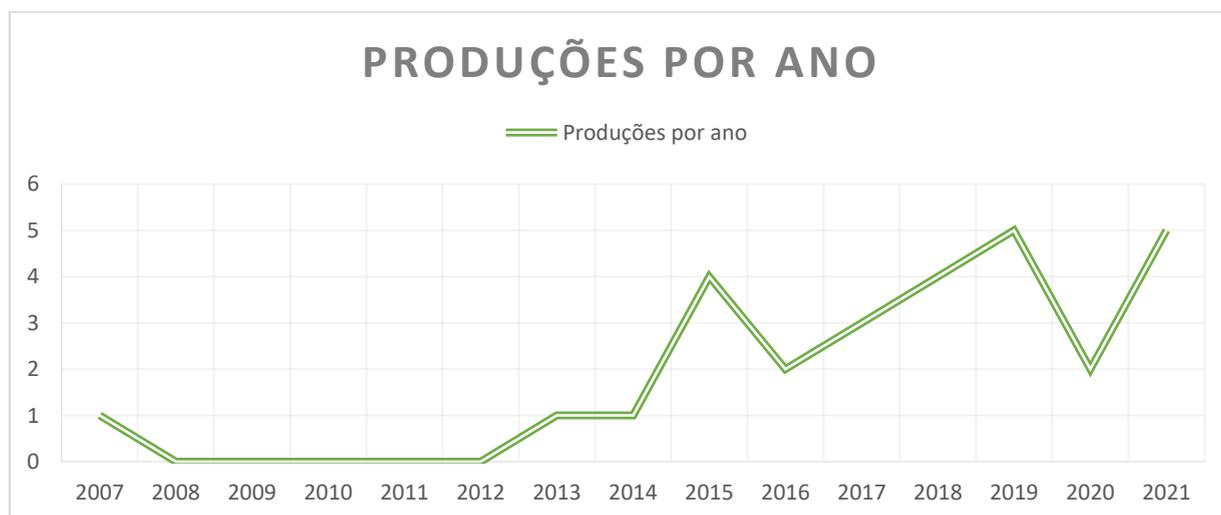
Por que, no entanto, predominam pesquisas realizadas em universidade localizadas nas mesmas cidades que os objetos estudados? Existem diversas possibilidades. Um deles é uma maior

facilidade de acesso: se torna mais eficiente pesquisar um grupo se sua sede, seus documentos e integrantes estão fisicamente mais próximos. Uma questão que deriva disso é o acesso às fontes: estando na cidade, é mais fácil poder interagir com jornais locais, documentos legais entre outros, que estariam no arquivo municipal ou equivalentes. Além disso, quando se considera que muitas vezes pesquisas são realizadas por pessoas com envolvimento nos grupos pesquisados, sendo “produtos de engajamento de pesquisadoras/es” (Veras, Pedro, 2014: 9) faz sentido que estejam pesquisador e pesquisado na mesma cidade.

Pesquisas por ano de produção

Para pensar sobre a temporalidade de produção dessas pesquisas foi criado o gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – Produções por ano



Fonte: (Nogueira, 2023).

A pesquisa mais antiga encontrada é de 2007, única desse ano, e a próxima surge apenas em 2013, também sozinha. Os anos com maior número de pesquisas são 2021 e 2019. É notável que, nos 7 anos depois de 2014 não houve nenhum ano com menos de 2 trabalhos, com 5 desses anos tendo de 3 para cima. Comparando com os 7 anos anteriores à 2014, durante os quais a soma total de trabalhos é 2, é um aumento na produção de pesquisas acerca do tema, somando 25 em 7 anos (a partir de 2015).

As pesquisas por área: a questão da História

Nenhuma das três teses encontradas foram feitas dentro da área de História, sendo uma da Sociologia, outra da Antropologia e a última da Ciências Sociais. Dentre as dissertações, apenas 8 são de programas de pós graduação em História, com as outras 17 sendo de outras áreas.

Dois dos 8 trabalhos da história foram elencados com meu próprio levantamento e 6 vieram do projeto história transviada. Cinco dos oito são referentes à grupos lésbicos, como já mencionado, e um dos oito é acerca do movimento de travestis e transexuais. Metade desses trabalhos estão dentro do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, com três pesquisando o GALF e um pesquisando o movimento carioca.

São todos focados em grupos de capitais, com apenas uma exceção, que diz de um grupo de abrangência nacional. Das 8 pesquisas apenas 3 foram realizadas em universidades que ficavam na mesma cidade que os grupos pesquisados, possivelmente por existir uma facilidade maior de acesso às fontes uma vez que são todas pesquisas que enfocam grupos mais conhecidos e cujas fontes estão disponíveis digitalmente.

Apesar da área específica História possuir a maior quantidade individual dos trabalhos encontrados, quando se considera que foram procurados em duas plataformas diferente, percebe-se que eles só compõem 29% do total das pesquisas encontradas é uma proporção baixa. Outras pesquisas realizadas em outras áreas podem ter sido deixadas de fora por não constarem em suas palavras-chave a sigla “LGBT”. Na área de história essa lacuna foi resolvida a partir da utilização do projeto de Histórias Transviadas. Além disso, as pesquisas da área de história são quase todas muito recentes, defendidas nos últimos 5 anos.

A produção de pesquisas de história LGBT ocorrer de forma majoritária fora da área da história é uma questão abordada tanto por Veras e Pedro (2014) quanto James Green (2012). Os primeiros nos dizem que, nos últimos 40 anos (marcados até 2014 quando da publicação de seu artigo) as homossexualidade se colocaram como tema quase exclusivamente da antropologia e sociologia. Para os autores, esse silêncio estava sendo rompido de forma tímida, marginal no campo da história (Veras, Pedro, 2014). Segundo Green (2012), a disciplina da História estaria bastante atrasada no desenvolvimento de “Estudos LGBT” (Green, 2012) comparativamente com um grande aumento dessas pesquisas em outras áreas.

Segundo Veras e Pedro (2014) a antropologia foi pioneira na reflexão acadêmica a partir das experiências homossexuais, rompendo com a produção médica e jurídica que prevaleceu nas décadas anteriores à década de 70. No período das décadas de 70 e 80 “os homossexuais questionavam não apenas a visibilidade estigmatizante que associava suas experiências à patologia, como também sua invisibilidade histórico-social” (Veras, Pedro, 2014: 5). Também para Green, os anos 80 seriam um “boom” de pesquisas sobre a história das homossexualidades no Brasil, influenciadas pela antropologia.

Essa produção, feita por pessoas homossexuais em sua maioria, foi uma guinada na perspectiva de análise da questão, deixando-se de buscar ‘origem e causa’ da homossexualidade para uma reflexão da construção social e dificuldades da homossexualidade no Brasil. Essa mudança veio acompanhada do deslocamento da produção de fontes sobre as homossexualidades de fontes médico-policiais para fontes jornalísticas (Veras, Pedro, 2014). No entanto

Ao mesmo tempo em que antropólogos/as e sociólogos/as se debruçavam sobre as novas personagens que “entravam em cena” e as mulheres reescreviam a história a partir de sua inserção nela, a maioria dos/das historiadores/as mantinha silêncio a respeito da barulhenta presença dos homossexuais, que assumiam, cada vez mais, visibilidade na sociedade brasileira a partir da década de 1980. (Veras, Pedro, 2014: 6).

. A invisibilidade não se justificaria simplesmente por ausência de fontes nem aversão à novas temáticas, para os autores Veras e Pedro (2014), e sim pelas escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico que, ao eleger certos temas, deixa de lado outros temas, sujeitos e histórias. Os homossexuais, excluídos, não prezam nem da categoria de ‘outra’ das mulheres, mas do ‘não humano’, não sendo parte da humanidade legitimada pela heteronormatividade (Veras, Pedro, 2014). Dessa forma, pensa-se que

(...) o silêncio da história acerca das experiências das mulheres e das homossexualidades é um silêncio político. Quebrar esse silêncio significa fazer uma releitura das fontes utilizadas nas narrativas históricas, bem como realizar uma crítica ao fazer historiográfico tradicional. (Veras, Pedro, 2014: 15).

James Green (2012) também atribui a esse distanciamento da História em relação a esses temas um sentido político. Nas palavras do autor “Homossexualidade era ‘coisa de viados’ e não era assunto para historiadores sérios.” (Green, 2012: 66). Ele aponta que até os dias atuais, mesmo depois de mobilizações maciças nas ruas e conquistas democráticas, haveria nas universidades uma

dupla moralidade, uma “resistência para levar a sério pesquisas sobre a homossexualidade que não aquelas de uma época distante.” (Green, 2012: 66).

Dessa forma, o caráter recente de grande parte dos trabalhos encontrados na área da História, sua proporção menor em relação aos demais encontrados dizem de uma questão mais ampla da forma como a produção histórica acadêmica seleciona temas e válida certos objetos de reflexão.

Conclusão

É importante que pensemos acerca da produção acadêmica e como ela vêm se organizando. Silenciamentos na área da história dizem de seleções e enquadramentos que efetivamente selecionam como pensaremos nosso passado e nosso presente. Para que possamos escrever uma história que englobe sujeitos diversos, devemos questionar as narrativas já estabelecidas.

Referências

CANABARRO, Ronald. **História Transviada – Historiografia das dissidências sexuais e desobediências de gênero no Brasil (1994-2021)**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.historiatransviada.net.br/>. Acesso em: 05/12/2022

GREEN, James. Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, ed. 2, p. 65-76, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31151>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311-331.

NOGUEIRA, Júlia de Castro. **Os estudos acerca do movimento LGBT brasileiro a partir de grupos, organizações e coletivos: um levantamento bibliográfico**. Monografia (Graduação em Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2023.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

ST 10: HISTÓRIA E MEMÓRIA LGBT.

Narrativas acerca de masculinidades bissexuais em séries

Luana da Silva Reis⁵⁵³

Julia de Castro M. F. Nogueira⁵⁵⁴

Resumo: O presente trabalho propõe uma análise das narrativas acerca das masculinidades bissexuais que se apresentam em séries de televisão. Para tanto usaremos os casos de Adam Groff (Sex Education - 2019/2023) e Nick Nelson (Heartstopper - 2022). Nosso objetivo é pensar como as ideias em torno de masculinidades se transformam ao serem utilizadas em representações de personagens que se relacionam com outros homens, em especial a partir da bissexualidade. Assim, utilizando um viés histórico da formulação e representação do que significa ser bissexual, deseja-se pensar a caracterização desses dois personagens e as formas como são construídos pela narrativa para o público.

Palavras-chave: Masculinidade; Bissexualidade; Sex Education (2019); Heartstopper (2022).

Abstract: The following work proposes an analysis of the narratives about bisexual masculinities that appear in television shows. For this, we will be using Adam Groff (Sex Education - 2019/2023) and Nick Nelson (Heartstopper - 2022). Our objective is understanding how the ideas that surround masculinity change when they are used in the representation of characters that have relationships with other men. By utilizing a historical view of the formulation and representation of what it means to be bisexual, we intend to analyze the characterization of these two and the way their narratives are constructed for the public.

Keywords: Masculinity; Bissexuality; Sex Education (2019); Heartstopper (2022).

⁵⁵³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luanasilva181115@gmail.com.

⁵⁵⁴ Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: juliacmfnoqueira@hotmail.com.

Introdução

No presente texto busca-se explorar as narrativas sobre masculinidades bissexuais presentes em duas séries de televisão, observando os casos de Adam Groff (*Sex Education* 2019-2023) e Nick Nelson (*Heartstopper* 2022). A ideia desse trabalho surge de uma pesquisa de mestrado, onde se pensa a série *Sex Education* (2019-2023) enquanto um artefato cultural, procurando entender como pensar a educação para a sexualidade na atualidade frente ao conservadorismo. Nesse sentido, as duas séries são observadas comparativamente, em especial a partir dos dois personagens elencados, de forma a refletir sobre as masculinidades bissexuais sendo construídas.

Sex Education (2019-2023) é uma série britânica produzida pela Netflix e por Laurie Nunn, que traz as histórias de alguns adolescentes, estudantes de uma escola do ensino médio e suas descobertas em torno da sexualidade. Otis, um dos personagens principais, que é filho de uma sexóloga, acaba criando uma clínica de terapia sexual dentro do colégio, com a ajuda de uma amiga e se envolve em grandes dilemas e confusões.

Heartstopper (2022- presente), também é uma série britânica produzida pela Netflix, e é baseada em uma série de quadrinhos da autora Alice Oseman. A trama segue o casal Charlie e Nick em sua vida na escola, quando se conhecem e se apaixonam. Além deles, a série possui elenco diverso, abordando temas desde sexualidade à questões de saúde mental.

As duas produções inglesas abordam questões de relacionamentos e a temática LGBTQ+ com personagens de idades similares (estudantes de ensino médio e seus professores). Contudo, enquanto *Sex Education* volta-se a discutir a sexualidade de maneira específica, *Heartstopper* mostra os desenvolvimentos e os desafios de amizades, romances numa forma mais leve. E isso se reflete na classificação indicativa das obras, a primeira é recomendada para o público maior de 16 anos, ao passo que na segunda, a classificação recomendada é para maiores de 12 anos.

Além disso, *Sex Education* não se restringe à sexualidade do ponto de vista das sexualidades dissidentes, abordando questões de múltiplos tipos, com o ponto em comum sendo a escola como lugar que une as diversas histórias e narrativas. Já *Heartstopper* possui uma narrativa que se aprofunda mais em como o ser LGBTQ altera a relação dos personagens principais com a escola e seus colegas, desde o protagonista que sofre *bullying* quando é retirado do armário como homossexual, até outra personagem que vai para uma escola só de meninas quando se assume uma mulher trans.

Dessa forma, pode-se perceber que são duas séries com muitos pontos de encontro, como o ambiente escolar, mas também diferentes temáticas e abordagens. Nessas semelhanças e diferenças se encontra uma grande potencialidade de análise para entender a forma como se caracterizam os personagens elencados, para entender como esses diferentes enfoques alteram ou não as narrativas construídas para eles em suas respectivas séries.

Os personagens

Adam Groff é um personagem secundário de *Sex Education*, interpretado pelo ator Connor Swindells. Aluno do ensino médio da escola Mordalle, ele não participa ativamente da vida escolar e tem dificuldades no aprendizado. Por ser filho do diretor do colégio, Michael Groff, com quem tem uma relação muito conturbada, Adam sente-se pressionado e suas expressões de violência tem ligação direta com esse contexto. O personagem se descobre bissexual no decorrer da série, em especial, a partir de seu relacionamento conturbado com Erick Effiong, um colega assumidamente gay, em quem ele fazia *bullying* desde a infância e que se torna seu primeiro namorado. Outra personagem importante para sua descoberta é Ola, uma amiga que percebe gostar de garotas ao mesmo tempo, com quem desabafa e conversa acerca de sexualidade.

Já Nicholas Nelson (Nick), interpretado pelo ator Kit Connor, é um dos personagens principais de *Heartstopper*. É um estudante do segundo ano do ensino médio, jogador de Rugby e é considerado um bom aluno. Nick também se descobre bissexual no decorrer da série, a partir de seu relacionamento com Charlie que evolui de uma amizade para um romance. Ele tem uma boa relação boa com a mãe, que sempre o apoia, e os conflitos do personagem, em especial sobre sua sexualidade, se dão com seu irmão mais velho e os amigos do time, que sempre caçoaram de Charlie.

Ao observarmos esses dois personagens podemos perceber uma série de elementos em suas narrativas que por vezes os aproximam e às vezes os distanciam. Ambos são garotos, estudantes do ensino médio e que se descobrem bissexuais no decorrer da trama e que haviam experimentado relacionamentos com garotas. Contudo, a forma como eles se colocam e expressam suas masculinidades é bem distinta.

Adam é conhecido por seu temperamento agressivo, intimida os outros estudantes, tem comportamentos homofóbicos com Eric. E muitos desses comportamentos refletem as pressões do seu relacionamento com o pai, que é extremamente rigoroso e que deseja que Adam seja um homem como ele. O ponto chave para pensarmos sobre isso é quando Michael Groff manda-o para o colégio

militar, como uma ‘última chance’, numa tentativa de enquadrá-lo a um modelo de disciplina desejado (Adam acaba sendo expulso).

Enquanto isso, Nick, nos é apresentado como um garoto disputado pelas meninas, e que embora jogue Rugby - um esporte ‘masculino’ e por vezes agressivo-, é tido como um garoto gentil, que se aproxima de Charlie e o defende dos insultos homofóbicos dos seus amigos de time, inclusive se afastando deles por isso.

De certo modo, ambos modelam uma masculinidade estereotipada, dentro das convenções sociais. Na sua apresentação corporal, nos relacionamentos que levam, poderiam ser personagens homens heterossexuais de qualquer série adolescente. É a partir de suas descobertas enquanto bissexuais que questões tanto de sexualidade quanto de gênero se fazem presentes em suas narrativas. Adam enfrenta uma crise pessoal, com dificuldade de conciliar o ideal de masculinidade altamente relacionada à heterossexualidade que ele desejava modelar e os seus sentimentos por meninos, em especial por Eric. Nick precisa enfrentar o medo da recepção que pode ter em uma escola onde, até o ano anterior, o bullying à Charlie por ser homossexual ocorria de forma intensa.

Eles foram escolhidos justamente por essas características que os aproximam e pelo que acaba por afastá-los. É interessante observar como, apesar de terem papéis diferentes, com um sendo um menino popular e gentil e outro um menino agressivo e solitário, ambos percorrem um percurso que é muito similar, desde o se descobrir gostando de outro homem, até sua autopercepção e por fim conflitos com outros personagens em decorrência disso. Assim, o que mais os aproxima é justamente a narrativa baseada em uma bissexualidade que aflora em corpos masculinos.

Masculinidades bissexuais

Para falarmos sobre o que são masculinidades, de forma sucinta, resgatamos a definição de Raewyn Connell (1995) que afirma: “A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (p. 188). Desde que nascemos, ou mesmo antes disso, existe uma série de expectativas sobre como nós devemos viver na sociedade, sobretudo nas questões relativas ao gênero. Essas expectativas, disseminadas culturalmente, vão desde cores e brinquedos até “condutas e sentimentos apropriados”(Connell, 1995, p.190).

No caso masculino, os meninos e os homens são ensinados a se distanciar daquilo que pertenceria ao universo feminino, deste modo, as relações de gênero se dariam também numa ideia de oposição. É o que apontam Ferrari, Castro e Fonseca (2023)

Nesta relação, homens se subjetivam, constroem suas masculinidades, ora afirmando comportamentos socialmente compreendidos ou considerados como próprios do seu gênero, ora negando comportamentos que são socialmente delegados ao gênero feminino. (Ferrari, Castro, Fonseca, 2023: 215).

Essas posturas são aprendidas e reforçadas cotidianamente, por várias instâncias como as famílias, as escolas, os colegas, as mídias e tantos outros (Connell, 1995), justamente por precisarem desse reforço contínuo é que podemos concluir que as relações de gênero (e de sexualidade) não são naturais, mas construídas cultural e socialmente, assim como as próprias noções de masculinidade, que passaram e passam por diversas construções e transformações ao longo do tempo.

Durante muito tempo, foi comum incentivar os meninos a reprimir seus sentimentos, na mesma linha da expressão “homem não chora”, porque chorar seria coisa de menina, e meninos tem que ser fortes e força é não demonstrar seu sofrimento. Acontece que conforme os estudos e os pesquisadores demonstraram, essa repressão não é benéfica nem para os meninos (ou homens) nem para aqueles que convivem com eles. “Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres.” (Connell, 1995: 190).

Quanto ao conceito de ‘bissexualidade’, podemos dizer que esta seria uma identidade reivindicada por sujeitos que sentem atração por pessoas independente do gênero ou por todos os gêneros. Embora tenha surgido no século XX como termo para se referir a pessoas que se interessam tanto por homens quanto por mulheres, hoje ele vem sendo empregado como um ‘termo guarda-chuva’ (Jaeger *et al*, 2019):

Atualmente, a palavra bissexualidade tem sido usada como um termo “guarda-chuva” para se referir à sexualidade de pessoas que sentem atração sexual e/ou afetiva por mais de um gênero, incluindo outras identidades não monossexuais como pansexualidade, polisssexualidade e sexualidade fluida (FLANDERS, 2017; EISNER, 2013, apud Jaeger *et al*, 2019: 3).

Historicamente, as sexualidades que escapam ao padrão (cis) heteronormativo, como as bissexualidades ou outras sexualidades fluidas, foram colocadas e relatadas de forma marginalizada. Elas tiveram suas práticas sexuais consideradas “ilegítimas, relacionadas à não monogamia, à

infidelidade e à transmissão de IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis)”(Jaeger et al, 2019, p.3), inclusive entre membros da própria comunidade LGBT+. Além disso, por muitas vezes ela foi encarada, apenas como uma ‘fase intermediária’ onde os sujeitos apenas a experimentariam para então descobrir-se heterossexuais ou gays e lésbicas. Assim, bissexuais seriam apenas ‘indecisos’.

Quando pensamos em masculinidades bissexuais, frequentemente nos deparamos com situações em que a masculinidade de determinado sujeito é questionada, uma vez que este fugiu à norma da heterossexualidade. Podemos ver esse cenário no primeiro episódio da terceira temporada de *Sex Education*, quando Adam conversa com Ola, após ter sofrido *bullying* na escola por ter assumido seu relacionamento com Eric. E ele, que antes ocupava o lugar de atormentar os colegas, experimenta o lugar de vítima e responde de forma agressiva aos insultos.

Adam: “Eu não quero que eles pensem que eu sou um fresco”

Ola: “Por que tá namorando um garoto?”

Adam: “Eu ainda sou um homem”

Ola: “Claro que é um homem. Mas sabe, homens não precisam ser violentos, e homens podem namorar outros homens”

Nos fragmentos da cena destacada podemos perceber que o personagem Adam sentiu-se incomodado com as provocações dos colegas “eu não quero que pensem que eu sou um fresco...Eu ainda sou um homem”. Essa necessidade de reafirmar-se enquanto homem aparece num primeiro momento por meio da agressividade; ele havia batido num dos garotos que o provocou. Ainda nessa cena, um pouco antes, quando Ola pergunta se ele quer conversar, Adam responde que preferia socar coisas. E ela comenta sobre como conversar e expor aquilo que sentimos pode ajudar a extravasar a raiva. E então vem a conversa.

Outra questão importante que se soma a discussão, diz da invisibilidade enfrentada pelas pessoas bissexuais, que muitas vezes não têm suas identidades sexuais reconhecidas, ora por estarem se relacionando com alguém do sexo oposto, sendo vistos como heterossexuais, ora sendo vistos como gays ou lésbicas, ao se relacionarem como pessoas do mesmo sexo. Podemos observar essa situação no 2º episódio da segunda temporada de *Heartstopper*. Quando David, vai ao quarto do irmão, Nick, com a desculpa de se apresentar para Charlie, o ‘amigo de Nick’.

David: tipo, eu só queria conhecer o cara que, sabe, fez meu irmão virar gay.

Nick: o que?

David: Eu deveria saber que você ia virar gay, na real.

Nick: Eu sou bi, na verdade. E daí?

David: Se é para ser gay, pelo menos admite que é gay.

Nick: É por isso que eu não queria te contar

Nas capturas dessa cena podemos perceber um pouco da discussão sobre a invisibilização enfrentada pelos homens bissexuais, quando Nick diz ao irmão que é bi, David o repreende: “Se é para ser gay, pelo menos admite que é gay”. Uma vez que ocorre o “escape” à norma da heterossexualidade, automaticamente a sua capacidade de se relacionar (também) com mulheres é negada, e ele é visto como homem gay.

O que se pode perceber a partir dessas duas cenas é como a série dialoga com essas narrativas e construções hegemônicas da masculinidade e bissexualidade. Trazendo personagens que começam em um local de “confortável” de uma masculinidade heterossexual reconhecida e autorizada, a partir do momento que eles começam a ultrapassar os limites a partir da bissexualidade os outros personagens reivindicam narrativas tradicionais que são negadas e alteradas em prol de uma masculinidade e bissexualidade.

Adam começa a entender que não precisa ser violento para “compensar sua bissexualidade”: ele é homem de forma independente. E a partir daí começa a construir um novo significado de masculinidade para si, se distanciando de seu pai e, no caminho, fazendo novas amizades. Nick enfrenta uma situação onde sua bissexualidade é também negada, tal como a masculinidade de Adam previamente, e ele a reivindica, também formulando sua própria forma de se entender a partir dessa nova identidade.

Indo na contramão de mídias anteriores, que apagavam a existência de homens bissexuais, rejeita-se a visão do mundo como um binário onde as práticas sexuais ou seriam heterossexuais ou homossexuais (entendidas estas últimas como a recusa da primeira) (Santos Filho, 2012: 84). As duas séries fazem uma proposição: a de que a bissexualidade não apenas existe, mas que masculinidades bissexuais são possíveis e podem se construir de forma pacífica e não violenta.

Conclusão

Pensar séries como as duas escolhidas para esse trabalho é uma forma de analisar os discursos circulantes na sociedade atual, considerando como estas, enquanto artefatos culturais, são produzidas por esses discursos e também produtoras de discursos.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

As narrativas observadas dos personagens Adam e Nick de duas séries diferentes são discursos que propõem certas masculinidades bissexuais. A partir da reafirmação, de ambos os personagens, de sua existência, tornam pública a possibilidade de vivências bissexuais dentro da chave da masculinidade. Se colocam como uma possibilidade de existência, uma das muitas narrativas que, nos dias atuais, buscam construir uma forma de ser homem, de interagir e de sentir desejo no mundo.

Referências

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>

FERRARI, Anderson, CASTRO, Roney Polato de, FONSECA, Thomaz Spartacus Martins. **Masculinidades, cinema e subjetividades em Toy Story III**. Rev. Textura. v. 25 n. 61 p. 202-221 jan./mar. 2023. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/7290>

JAEGER, M.B.; LONGHINI, G.D.N.; OLIVEIRA, J.M.C; TONELI, M.J.F. **Bissexualidade, bifobia e monossexismo**. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/20150/1/28011-124365-1-PB.pdf>

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **A construção discursiva de masculinidades bissexuais: um estudo em linguística Queer**. Tese de Doutorado (Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. 2012.

ST 11 - A INCORPORAÇÃO DOS INDÍGENAS E DAS INDÍGENAS MULHERES NA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO: PROTAGONISMOS, (RE)EXISTÊNCIAS E CIDADANIA.

VISUALIDADES QUE INVISIBILIZAM: INDÍGENAS MULHERES “URBANAS” EM IMAGENS DO PORANTIM

Verônica Araújo Mendes⁵⁵⁵

Resumo: O Porantim, impresso ligado ao CIMI, nasceu nos anos de chumbo, no final da década de 1970 e continua ativo até o tempo presente. Desde seu surgimento, colocou-se na posição de instrumento “guardião das memórias”, divulgador das lutas e defensor dos direitos indígenas. Além disso, foi, e continua sendo, incisivo quando o assunto diz respeito às denúncias acerca das políticas indigenistas oficiais que ameaçam o bem viver indígena. Assim, torna-se evidente o seu papel de formador de uma opinião pública crítica, humanizada e sensível às questões indígenas. Contudo, como já verificado por Sampaio (2021), o jornal não se desvencilhou por completo dos esquemas de representações hegemônicas atravessados pela colonialidade. No estudo de Sampaio, a ênfase é na colonialidade de gênero, neste que aqui proponho, é interseccionalizado no tripé gênero, etnia e cidade, visto que a colonialidade também se impõe nessa geografia. Isto posto, o presente trabalho busca analisar imagens, veiculadas no Porantim, cujas visualidades invisibilizam dimensões substanciais do existir de indígenas mulheres no urbano.

Palavras-chave: Porantim, Indígenas Mulheres, Imagens.

Abstract: Porantim, a press linked to CIMI, was born in the leaden years, at the end of the 1970s and remains active to this day. Since its inception, it has positioned itself as an instrument of

⁵⁵⁵ Mestranda em História do PPGH-ICHCA/UFAL e bolsista FAPEAL. Contato: historia.veronica96@gmail.com

“guardian of memories”, disseminator of struggles and defender of indigenous rights. Furthermore, he was, and continues to be, incisive when it comes to complaints about official indigenous policies that threaten indigenous well-being. Thus, its role in shaping public opinion that is critical, humanized and sensitive to indigenous issues becomes evident. However, as already verified by Sampaio (2021), the newspaper did not completely free itself from the hegemonic representation schemes permeated by coloniality. In Sampaio's study, the emphasis is on gender coloniality, in what I propose here, it is intersectionalized in the tripod of gender, ethnicity and city, since coloniality also imposes itself in this geography. That said, this work seeks to analyze images, broadcast on Porantim, whose visuals make substantial dimensions of the existence of indigenous women in the urban environment invisible.

Keywords: Porantim. Indigenous Women. Images.

Introdução

Este trabalho é fruto de reflexões que venho realizando no âmbito da Pós-Graduação em História (PPGH-ICHCA/UFAL). O eixo de preocupação da Dissertação gira em torno da inscrição das indígenas mulheres, focalizando as que vivem em contexto urbano, na história vivida e registrada, uma vez que, de um ponto de vista hegemônico, elas vêm sendo ignoradas.

O argumento que sustenta a pesquisa parte de diálogos epistemológicos com os campos da História Indígena (ALMEIDA, 2013; CUNHA; 1992; MONTEIRO, 1995) e da História das mulheres e das relações de gênero (PERROT, 2005; SCOTT, 1995), além de diálogos com as epistemologias feministas críticas de Abya Yala (LUGONES, 2020; RAMOS, 2019) posto a imprescindibilidade de superar operações analíticas centradas nas experiências euroestadunidenses – aliás, faz-se essencial buscar delinear um quadro teórico coerente com as alteridades indígenas estudadas e em diálogo com suas cosmologias.

A ideia de protagonismo indígena, desenvolvida no primeiro campo, bem como a ampla aceção de poder, tomada dos estudos de gênero, somada a crítica aos colonialismos, oriunda dos feminismos de Abya Yala, são basilares, pois fornecem chaves de leitura indispensáveis à compreensão de que as indígenas mulheres resistem aos colonialismos e, enquanto sujeitas

protagonistas, não apenas transitam pelas cidades, como, de igual modo, ajudam a construí-la e significá-la.

Mesmo entendendo que a noção de tempo para os povos indígenas caminha por outros “regimes de historicidades”, muitas vezes contrários aos habitualmente mobilizados por nós formadas aos moldes eurocêtricos⁵⁵⁶ – aspecto que problematizo na Dissertação –, situei a presente discussão nos anos 2000, pois, é nesse contexto cronológico que a problemática dos indígenas e das indígenas mulheres em situação de domicílio urbano se torna mais evidente. Certamente isto se deve ao fato do censo nacional decenal daquele ano, computado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ter revelado que a maioria da população autodeclarada indígena vivia nas cidades, eram 383.298 em comparação aos 350.829 que viviam em situação de domicílio rural.

Com isso, o tema da população indígena no mundo urbano passou a ganhar espaço nos meios de discussão. O *Jornal Porantim*, impresso ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dedicou ao tema algumas seções específicas, o que, por si só, evidencia a relevância que o mesmo passou a conquistar em diferentes circuitos. Contudo, não daria conta de abordar neste pequeno trabalho todos os conteúdos veiculados no impresso. Optei, portanto, por aludir a imagens publicadas em matérias do *Porantim* nas quais a sujeita “etnopolítica indígena” aparece, a fim de analisá-las à luz da crítica feminista de Abya Yala que questiona a validade de uma leitura primária e desatenta, exigindo uma nova interpretação.

Assim, a primeira seção, apoiada em bibliografia especializada, dedica-se a discutir o lugar da fotografia como evidência histórica, ao mesmo tempo que busca visualizar as apropriações daquelas que, na assertiva de Carlo Ginzburg (1989: 30), localizam-se nas periferias, observando as contraposições nas fronteiras – do olhar de quem produz a fotografia, mas também do olhar de quem é fotografado. Não devemos perder de vista que o evento fotográfico culmina no encontro de ambos agentes sociais.

A segunda seção tem a finalidade de apresentar as (os) leitoras algumas informações históricas sobre o *Porantim*, bem como seu processo de amadurecimento que o transformou de

⁵⁵⁶ Vejamos, enquanto Marc Bloch (2001: 147) nos ensina recortar o tempo a partir dos “principais pontos de inflexão da eterna mudança”, Gersem Baniwa (2023: 12) aponta a necessidade de olhar para as continuidades, na sua visão “a ancestralidade indígena é uma conexão e interação com a dinâmica do mundo primordial que possibilita a vivência continuada dos princípios e valores dos primeiros tempos do mundo e da humanidade”. Não se trata, contudo, de negar a mudança. Mas ao focarmos, sobretudo, nas permanências - ainda que atualizadas -, podemos trabalhar para provocar a mudança, algo fundamental quando estamos lidando com os colonialismos. “Precisamos nos colocar em uma posição que nos permita rechaçar esse sistema” (LUGONES, 2020: 55).

boletim em Jornal com direito a circulação em esfera nacional e internacional. Também aborda informações gerais sobre a ligação com a Igreja Católica representada pelo CIMI, conteúdos programáticos, função social e ambiguidades, haja vista as colonialidades que o atravessa.

Por fim, a última seção traz alguns achados da pesquisa de mestrado, ao problematizar os efeitos da colonialidade de gênero na imprensa alternativa que se coloca como “porta voz” dos povos indígenas. Tais efeitos são percebidos nas estratégias de invisibilização das indígenas mulheres “urbanas”, as quais ocupam menor espaço nos textos programáticos do Jornal Porantim e ainda sofre com a carga estereotipada do patriarcado colonial-moderno cujas representações sobre elas, limitam-se a despolitização do doméstico materno.

Imagens como testemunhos oculares

“As fotografias não mentem, mas mentirosos podem fotografar”

(Lewis Hine apud Peter Burke)

É curioso o perene paradoxo do lugar do visual no ocidente, pois, ao mesmo tempo que é central – o sentido privilegiado, conforme observou Oyèrónké Oyěwùmí (2021) –, apresenta-se como um desafio quando o assunto diz respeito a decodificá-lo. No âmbito da História, chega-se a falar da “invisibilidade do visual”, dada a preferência da comunidade de historiadoras e historiadores pela fonte textual.

Relativamente poucos historiadores trabalham em arquivos fotográficos, comparado ao número desses estudiosos que trabalham em repositórios de documentos escritos e datilográficos. Relativamente poucos periódicos históricos trazem ilustrações e, quando o fazem, poucos colaboradores aproveitam essa oportunidade (Burke, 2017:18).

Não obstante a disciplina tenha experimentado transformações expressivas, sobretudo a partir dos últimos dois séculos, quanto à natureza dos seus objetos, temáticas, problemas,

proposições epistemológicas e fontes, ainda é comum vislumbrarmos os antigos e rígidos cânones engessarem a oficina de nossos pares.

É a escrita que, tradicionalmente, marca o nascimento da História no ocidente, daí o apego à tradição escriturária. Uma História, faz notar, que tende a colonizar outras formas de registro e produção do conhecimento. Não devemos olvidar que “o imperialismo e o colonialismo trouxeram absoluta desordem aos povos colonizados, desconectando-os de suas histórias, de suas paisagens, de suas línguas, de suas relações sociais, e de suas formas de pensar, de sentir e de interagir com o mundo” (Smith, 2018: 41).

Peter Burke assinalou que, grosso modo, as imagens, quando utilizadas por historiadoras e historiadores, funcionam como figuras decorativas, uma vez que não são tomadas como objetos merecedores de análises. Posto a sua mudez aparente, “é difícil traduzir em palavras o seu testemunho” (Burke, 2017: 26).

As imagens, especialmente as de tipo fotográfico, como qualquer outro documento histórico, não são neutras. “A expressão “câmera inocente”, cunhada na década de 1920, levanta um aspecto genuíno, embora a câmera tenha de ser empunhada por alguém e alguns fotógrafos sejam mais inocentes que outros” (Burke, 2017: 40).

As imagens veiculam teor político e, de igual modo, provocam atitudes políticas. Por exemplo, “fotos de uma atrocidade podem suscitar reações opostas. Um apelo em favor da paz. Um clamor de vingança” (Sontag, 2003:5). Mais além, podem levar os indivíduos à indiferença completa por meio da naturalização da violência, comumente divulgada pelos meios de comunicação em massa. A “teleintimidade” com o horror, convertido, muitas vezes, em entretenimento.

O político que perpassa as imagens é ainda mais fascinante quando dá a ler o significado oculto que acompanha a agente social, esta não somente representada por outro, mas, *pari passu*, “silenciada” por meio da representação.

O silenciamento, contudo, não é literal. Há margem, embora relativa, para se escutar o silenciado e/ou a silenciada, inclusive através das imagens cuja mudez não implica na ausência de comunicação. Por isso não podemos tomá-las como meras ilustrações dos argumentos que desenvolvemos. É preciso interrogar a imagem e, interrogando-a, ouvi-la. Só assim será possível decodificá-la.

Seja como for, “independente de sua qualidade estética, qualquer imagem pode servir como evidência histórica” (Burke, 2017: 28).

Quando o assunto concerne ao testemunho ocular da fotografia, precisamos ser igualmente cautelosas, visto que elas costumam emitir uma mensagem ilusória de autenticidade e realismo. Diante da fotografia, o “espectador pode experimentar uma vívida sensação de que poderia entrar na fotografia” (Burke, 2017: 36). É como se ela tivesse o poder de nos transportar ao instante imediato em que o registro foi capturado, e é como se o registro capturado o tivesse sido de modo ingênuo e espontâneo.

Cumpramos sinalizar que a fotografia, inclusive aquela que se propõe documental, pode ser encenada. “As fotos, que brincam com a escala do mundo, são também reduzidas, ampliadas, recortadas, adaptadas, adulteradas” (Sontag, 2004: 15). A dimensão cênica das fotografias foi devidamente elucidada por Susan Sontag, no belíssimo ensaio *Diante da dor dos outros* (2003)⁵⁵⁷ e Alberto del Castillo Troncoso, no instigante livro intitulado, em sua primeira versão, de *Las Mujeres de X'Oyep: la historia detrás de la fotografía* (2012). O livro de Castillo Troncoso foi traduzido este ano pela FGV sob o título de *As mulheres de X'oyep: fotografia e memória* (2023)⁵⁵⁸.

Tendo como contexto o conflito envolvendo os zapatistas e o exército mexicano que culminaria com o massacre de Acteal em 1994, onde foram brutalmente assassinados quarenta e cinco indígenas entre homens, mulheres – também grávidas –, e crianças, Castillo Troncoso chama a atenção para o uso político das fotografias divulgadas em jornais e revistas.

O uso político é percebido, de igual modo, pelas agentes fotografadas, as quais, habilidosamente, transpondo as intenções do fotógrafo determinam novos significados à foto, podendo alterar o curso *a priori* previsto. Ao discutir o conflito entre soldados e mulheres indígenas ligadas a bases zapatistas, tendo como fonte fotografias divulgadas na imprensa, Alberto del Castillo Troncoso sinalizou o uso consciente das mulheres sobre a presença da mídia no trabalho de

⁵⁵⁷ Neste texto, a brilhante ensaísta norte-americana, Susan Sontag, desenvolveu uma reflexão profunda sobre a iconografia, principalmente a de tipo fotográfico, e suas relações com o sofrimento – desde os temas presentes em Goya, passando pelas Guerras e conflitos dos séculos XX-XXI, como a Grande Guerra e o ataque às Torres Gêmeas.

⁵⁵⁸ O livro tem como fio da narrativa uma fotografia emblemática tirada pelo fotógrafo Pedro Valtierra, em 3 de janeiro de 1998, em X'opyep, num contexto de intenso conflito entre o exército mexicano e os zapatistas. Contudo, o que interessa ao autor não é “a recuperação do testemunho” como atestado da veracidade dos fatos, mas sim os processos históricos de produção, circulação e (re)significação do testemunho ocular a partir da relação passado-presente.

cobertura do conflito, haja vista que é possível identificar uma intensificação de dramatismo diante das câmeras.

De acordo com o autor: “São cenas dramáticas, em que a presença dos fotógrafos” – e das agentes; melhor dizendo, o encontro entre eles – “intervém no comportamento de ambos os lados: pelos soldados, incide na tolerância e na aparente tranquilidade com que recebem e encaram o protesto; pelas mulheres protagonistas, influencia na forma teatral com que repreendem os militares” (Troncoso, 2023: 44).

Vejamos, o episódio que a imagem alude é real, a dramatização, por mais antagônico que pareça, também o é, mas as câmeras em movimento produziram novos acontecimentos. Importa ressaltar que “uma foto não é apenas o resultado de um encontro entre um evento e um fotógrafo; tirar fotos é um evento em si mesmo, e dotado dos direitos mais categóricos – interferir, invadir ou ignorar, não importa o que tiver acontecendo” (Sontag, 2004:21).

Todavia, a própria fotografia já nasce com certa disposição – com muitas aspas – ao “fatalismo”, podendo seguir cursos totalmente opostos àqueles projetados pelos (as) agentes envolvidos (as), direta ou indiretamente, na sua produção. “Ao sabor dos caprichos e das lealdades, das diversas comunidades que dela fizeram uso” (Sontag, 2003:27). Paradoxalmente, ela precisa de um contexto prévio para emergir.

Nesta perspectiva, evento e fotografia caminham numa arena complexa e com infinitudes de sentidos. Mas é a ideologia, em ampla acepção, que os antecede. “Não pode existir nenhuma prova, fotográfica ou de outro tipo, de um evento antes que o próprio evento tenha sido designado e caracterizado com tal” (Sontag, 2004: 29).

Em suma, “as fotografias não podem ser equiparadas a uma cópia da realidade”, elas são “representações que contribuem para a criação de imaginários visuais que devem ser lidos em função de contextos concretos” (Troncoso, 2023: 27).

O jornal Porantim

Conforme evidenciou Regina Vieira em trabalho – originalmente desenvolvido como pesquisa de Mestrado –, sobre o Jornal Porantim, o impresso não pode ser compreendido desvinculado da organização que o idealizou, isto é, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Segundo a autora, em janeiro de 1978, o CIMI realizou o primeiro curso de indigenismo, em

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Manaus, no qual deliberaram sobre a necessidade de se criar um informativo que desse conta de divulgar e intercambiar a atuação missionária junto aos povos indígenas, bem como publicar informações sobre a situação dos povos indígenas. O Porantim nasceu em maio do mesmo ano como boletim na região Norte.

Com sete páginas em tamanho ofício, o boletim trazia os pronunciamentos da Igreja sobre a atuação missionária e já denunciava a atuação das seitas religiosas junto aos povos Tikuna, ameaçando a cultura tribal na medida em que proibia festas e outras atividades comuns àquele povo. Fazia também críticas a inoperância da Funai neste sentido; condenava a emancipação dos índios como meio de tirar-lhes as terras até então garantidas em lei, utilizando-se para essa denúncia do discurso do xavante Mário Juruna, pronunciada na XI Assembléia dos Chefes dos Povos Indígenas (Vieira, 2000: 33).

Importa assinalar que apesar da igreja católica, historicamente, ter se posicionado como instituição aliada a colonização e promotora de práticas colonialistas, na década de 1970 ela passou por algumas mudanças significativas. Alas progressistas da Igreja começaram a reconhecer e criticar o etnocentrismo que orientou, durante séculos, as ações evangelistas, buscando, assim, adotar uma postura – ainda que repleta de ambiguidades –, tolerante e respeitosa para com os povos e culturas indígenas.

O fragmento abaixo, presente no segundo número, transmite a intenção do Porantim: “Este jornal quer ser porta-voz dos anseios e esperanças dos índios desta Amazônia e das bases missionárias que atuam junto a estes (...) É tentando concretizar em nosso jornal a tão propalada ideia de que o índio deve ser protagonista de sua história” (Porantim, 1978 apud Vieira, 2000: 34).

Em 1989 o Porantim já apresenta feições de jornal, com uma linguagem mais adequada e com um notável esforço interpretativo e contextualizador. A mudança que experimenta não se limita a transferência da sede de Manaus para Brasília, mas também alcança projeção nacional, veiculando notícias de toda parte do Brasil. “É nessa fase que o jornal assume nova visualização gráfica, com seções diversificadas e uma diagramação horizontal, além do suplemento colorido publicado a cada dois meses” (Vieira, 2000: 35).

O Jornal passa a ser enviado mensalmente para um público bastante diversificado, espalhado por várias regiões do país e fora dele, entre eles podemos citar: assinantes físicos e jurídicos, as regionais do CIMI, comunidades e organizações indígenas. Atualmente, os números

do impresso, em circulação até nossos dias, podem ser consultados no acervo virtual disponibilizado no Armazém Memória/Hemeroteca Indígena.

Segundo Regina Vieira os conteúdos programáticos costumam ser elaborados de duas maneiras: por meio de reuniões mensais com secretários e assessores do CIMI, em Brasília, ou a partir de “matérias encomendadas as regionais, ou por estas enviadas espontaneamente e, ainda, com contribuição dos próprios leitores” (Vieira, 2000: 36).

Com efeito, o *Jornal Porantim* se destaca como divulgador das lutas indígenas e defensor de seus direitos. Como bem sintetizou Regina Vieira, o espectro temático dos editoriais englobam questões pertinentes voltadas à demarcação, conflitos com os invasores, arbitrariedades ligadas às políticas indigenistas oficiais, abre espaço para divulgar as atividades relativas às organizações dos povos indígenas e suas agendas políticas, com discussões sobre terra, saúde, cultura, meio ambiente, legislação e etc. Os temas religião e missão também são uma constante no periódico, inclusive, parece-me que o CIMI trabalhou bem na construção apologética da imagem de legítimos aliados dos povos indígenas através de seu *Jornal*.

Na perspectiva de Regina Vieira, contudo, o *Porantim* “mesmo sendo veículo oficial de um órgão da Igreja [...] não tem linguagem nem conteúdo religioso”, afirmativa, ao meu ver, refutável, haja vista que a própria concepção que embasa as ações do CIMI e que se reflete no seu *jornal* encontra suas origens na Teologia da Libertação, corrente de pensamento cristã. O que não significa negar o seu papel fundamental na imprensa alternativa e na defesa aos direitos indígenas.

O *Porantim*, de fato, oferece à opinião pública um olhar crítico, humano e sensível às questões indígenas. Lamentavelmente, ele não é muito conhecido fora dos círculos mais gerais da sociedade civil.

Seus leitores, a maioria, são universitários - em especial, do curso de Teologia - missionários vinculados ou não ao Cimi, padres, pastores, religiosos, além de políticos, antropólogos que atuam junto a organismos oficiais ou não, pessoas jurídicas, principalmente, organizações não-governamentais (ONGs), que atuam ou mantém algum contato com as nações indígenas (Vieira, 2000: 113).

Todavia, faz-se necessário sinalizar, que mesmo assumindo contornos discrepantes à grande imprensa, o *Porantim* não se desvencilhou por completo dos esquemas de representações hegemônicas atravessados pela colonialidade.

Indígenas mulheres no mundo urbano: entre visibilidades e invisibilidades no Porantim

Conforme explicitado anteriormente, o tema da população indígena em contexto urbano ganha espaço de notabilidade nos anos 2000 após o levantamento censitário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizar uma população de 383.298 autodeclarados (as) indígenas vivendo nas cidades, número maior, inclusive, que a população indígena em situação de domicílio rural, a qual, segundo o censo 2000, somava-se 350.829.

Porém, se a população indígena em contexto urbano constitui um dos grupos sociais mais marginalizados e esquecidos do debate político, acadêmico, jornalístico e historiográfico, quando inserimos a categoria “gênero”, observamos que a amnésia afeta de forma ainda mais aguda a *mnemosyne*.

Convém sublinhar que mesmo com a abertura do Porantim nos anos 2000, no sentido de inscrever nos impressos pautas da agenda política desse segmento social, as mulheres indígenas “urbanas” pouco aparecem nos textos programáticos, ocupando uma única vez a capa do Jornal (Ver: Capa. *Jornal Porantim*, ano XXIX, n. 296, Brasília - DF, jun. jul. 2007. Fotografia: Priscila D. Carvalho. Acesso out. 2022). Além disso, quando aparecem, suas ações são diluídas; passam por uma ‘despolitização’ ao serem capturadas sob a ótica da colonialidade de gênero a qual é responsável por impor um modo de organização social baseada na diferenciação do sexo biológico e no racismo.

A cultura ocidental, como dado a perceber, é extremamente visual. As imagens que o ocidente inventa, produz e reproduz comumente resultam em percepções que, no geral, encontram-se com a visão universalista, supremacista e falocêntrica, onde a única função da mulher é a reprodutiva. Sobre as indígenas, cujos corpos são hipersexualizados, os estigmas conseguem ser ainda mais violentos.

A fotografia que aparece no recorte do Jornal Porantim do ano XXIX, n. 299, publicada em outubro de 2007 é bastante elucidada a esse respeito, pois evoca a figura da “mãe”⁵⁵⁹, esvaziando

⁵⁵⁹ Importa ressaltar que as imagens das mulheres “urbanas” não são casos isolados. A pesquisa de doutoramento de Paula Faustino Sampaio (2021), perfazendo o recorte de 1970-2020, identificou 23 capas do Porantim de mulheres indígenas em esferas políticas com crianças no colo.

dimensões substanciais do existir de indígenas mulheres no mundo urbano, negando-lhes a sua atuação política⁵⁶⁰ – através da qual elas (re) constroem as cidades diariamente.

É por isso que o visibilizar no Porantim se inscreve numa atitude colonialista capaz de invisibilizar pelo visual. Em contrapartida, caso lancemos um olhar contra-hegemônico, podemos nos interrogar o que a agente representada na fotografia intencionou nos mostrar. Talvez, com esse gesto, poderemos dar a ler o seu protagonismo político, manifesto naquilo que venho chamando na Dissertação de “fazer cidade”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BANIWA, Gersem. História Indígena no Brasil Independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. **Revista de Teoria da História**, v. 26, n. 1, 2023, p. 9-32.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

LUGONES, María. Colonialidade de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In. : LUIZ, Aracy Lopes da Silva; GRUPIONI, Donizete Benzi. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para**

⁵⁶⁰ Entendo a noção “política” de forma ampla, abarcando, igualmente, o âmbito do cotidiano.

professores de 1º e 2º graus. Ministério da Educação e do Desporto Mari - Grupo de Educação Indígena/USP. UNESCO, 1995. p. 221-236.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

RAMOS, Elisa Urbano. **Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco: espaço de poder onde acontece a equidade de gênero.** 2019, p. 100. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2019.

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas mulheres entre colonialismos e resistências de longa duração – séculos XX e XXI.** Teresina: Cancioneiro, 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2º Edição **SOS Corpo**, Recife, 1995.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das letras, 2017.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Bazar do Tempo, 2021.

TRONCOSO, Alberto del Castillo. **As mulheres de X'oyep: fotografia e memória.** Rio de Janeiro: FGV editora, 2023.

VIEIRA, Regina. **O jornal Porantim e o indígena.** São Paulo: Annablume, 2000.

Fontes

IBGE (Biblioteca digital):

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

O IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro, 2005.

Armazém Memória: Hemeroteca Indígena (Arquivo digital):

EXPERIÊNCIA na área da educação mostra a relevância da abordagem étnica. **Jornal Porantim**, ano XXIX, n. 299, out. 2007, p. 10. Fotografia Priscila D. Carvalho.

ST 12 – DIÁLOGOS ENTRE PATRIMÔNIOS, MEMÓRIAS E HISTÓRIA ORAL

RU: ALIMENTANDO CORPOS E RELACIONAMENTOS

Anna Vitória Souza Pereira⁵⁶¹

Maria Carolina de Aquino Henriques da Silva⁵⁶²

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo salientar a importância e significado do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a partir de um recorte espacial delimitado ao campus do município, tendo em vista depreender os impactos socioculturais relacionados a esse estabelecimento, um patrimônio universitário que edifica memórias e espaços na sociedade juizforana, para além do corpo docente e discente. Para fomentar esta pesquisa, partimos de estudos de bibliografias e análise de documentos oriundos do arquivo central da UFJF, do Centro de Memória e Conservação (CECOM); neste processo, foi utilizada a investigação de campo, alicerçada na metodologia da história oral através do perscrutamento das entrevistas realizadas a priori. Dessa forma, se reconhece que o objeto em questão consolida-se como um espaço que alimenta não apenas corpos, mas relacionamentos.

Palavras-Chave: Restaurante Universitário (RU); Juiz de Fora; Patrimônio

⁵⁶¹Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: annavitoria.pereira@estudante.ufjf.br

⁵⁶²Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carolina.maria@estudante.ufjf.br

Abstract

The aim of this study was to highlight the importance and significance of the University Restaurant (RU) at the Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), from a spatial perspective limited to the city's campus, in order to understand the socio-cultural impacts related to this establishment, a university patrimony site that builds memories and spaces in Juiz de Fora society, beyond the teaching and student body. In order to carry out this research, we began by studying bibliographies and analyzing documents from UFJF's central archive, the Centro de Memória e Conservação (CECOM); in this process, field research was used, based on the methodology of oral history through the scrutiny of interviews carried out a priori. In this way, it is recognized that the object in question is consolidated as a space that feeds not only bodies, but relationships.

Keywords: University Restaurant (RU), Juiz de Fora; Patrimony

Introdução

Tempo e espaço têm na memória sua salvação. Ambos, de acordo com D'Aléssio (1998), confundem-se no resgate das lembranças. Ambos são esteios das identidades. São suportes do ser no mundo. São referenciais que tornam os homens sujeitos de seu tempo. Para a autora, há sempre um entrelaçamento entre espaço e memória. Para reforçar sua ideia, reporta-se a Poulet, que afirma: “Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança (Poulet, 1992, p. 54-55 apud Delgado, 2017, p. 23).

A partir da prerrogativa lançada por Poulet (1992), pode-se depreender como o tempo, espaço e memória estão interligados, operando como pedras angulares na manutenção das identidades, como elementos definidores do ser e estar do indivíduo na sociedade. Sob esta ótica, colocando o Restaurante Universitário diante de um exímio perscrutamento, foi possível reconhecer como ele se configura em um espaço consolidador de memórias, instigador de lembranças e

mantenedor de teias de relacionamento, tanto dentro do campus universitário da UFJF, quanto para a própria comunidade juiz-forana.

A investigação e análise das dinâmicas de memória e identidades em torno desse espaço de alimentação universitária apoiou-se grandemente nas metodologias da história oral, tendo em vista que esta

é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento e tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades. (Delgado, 2017, p. 30)

Por conseguinte, no presente artigo, buscou-se compreender a importância do Restaurante Universitário da UFJF para o corpo docente e discente, bem como para a população juiz-forana de maneira geral. A grande quantidade de memórias entrelaçadas com o lugar em questão evidentes nos relatos de algum estudante do campus até do vendedor de doces na porta do R.U, colaboraram para o entendimento de como este se situou no tempo, espaço e memória do povo juiz-forano ao longo dos anos, sendo possível reconstituir não apenas uma história, mas várias possibilidades narrativas em torno de um local que alimentou e alimenta corpos e relacionamentos.

1. Breve Histórico Geral

Segundo Benvindo, Pinto e Bandoni (2017), o primeiro Restaurante Universitário do Brasil surgiu por volta do ano de 1950, na Universidade do Brasil, a qual é, atualmente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizada na capital do estado do Rio de Janeiro. A partir dele, foram criadas dezenas de repartições com as mesmas atribuições em diversas universidades federais do país, como, hoje, nota-se a presença na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Os RU 's surgem então com seu objetivo de atender aos estudantes que vinham estudar na capital, representando desde sua criação como uma possibilidade desses alunos frequentarem o ensino superior, reduzindo também a chance de evasão dos alunos decorrente da insuficiência de condições financeiras (Campos, 2022).

Diante disso, as refeições fornecidas nesses espaços tinham como objetivo central suprir as necessidades dos estudantes universitários em relação à alimentação, a fim de manter o desempenho acadêmico estável e impedir lacunas educacionais ocasionadas pela evasão. Por isso, atualmente, de acordo com o site Quero Bolsa (2021), o Restaurante Universitário, como organização, está inserido no Plano Nacional de Assistência Estudantil e fornece refeições prescritas por nutricionistas a um custo acessível, esse funcionamento abarca cento e uma universidades federais no país.

Figura 1: Funcionários preparando os alimentos no Restaurante Universitário, em 1983



Fonte: CECOM, 1983.

2. Histórico dos RU'S da UFJF

O primeiro Restaurante Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizado no centro da cidade, foi inaugurado no dia 10 de junho de 1967, pelo reitor da faculdade, na época, Moacyr Borges de Mattos, porém, entrou em vigor somente a partir de 16 de novembro do mesmo ano. Cinco anos após o estabelecimento do RU Centro, houve a inauguração de uma segunda unidade situada no campus da própria universidade (Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022).

Os RU's da UFJF hoje, servem diariamente, cerca de 8.300 refeições, desde o desjejum até o almoço e jantar, além de ser gerenciado por empresas diferentes ao longos dos anos, tendo como principal objetivo oferecer, aos estudantes universitários, o acesso a uma alimentação saudável e balanceada, preparada por profissionais qualificados e intermediadas por nutricionistas, dentro das medidas de segurança necessárias (UFJF, 2022).

Desde o início da sua trajetória, os Restaurantes Universitários tiveram um papel importante como um ambiente de socialização dos indivíduos, não só dos discentes, como também dos docentes e corpo técnico administrativo da universidade. Assim, nota-se, também, na passagem do tempo, que os RU 's portaram-se, muitas das vezes, como palco para manifestações, onde os estudantes, que desfrutavam da alimentação oferecida pela universidade, protestaram em prol, principalmente, do acesso justo ao estabelecimento.

Figura 2: Protesto realizado pelos alunos contra o aumento do valor da refeição, em 1984.



Fonte: CECOM,1984.

Figura 3: Manifestação contra o aumento do valor da refeição, em 1982.



Fonte: CECOM, 1982.

3. Entrevistas: o RU da UFJF e outros personagens

Segundo Alves (2016), a aplicação de entrevistas, como meio de inserção das experiências dos indivíduos não-inseridos nas documentações formais, manifesta-se como um procedimento pertinente e rememorativo. Por essa perspectiva, a inclusão da “história oral” (HO) nesse projeto visa contemplar a construção das memórias não-longínquas sobre o processo de funcionamento do RU, oriundo da recuperação do passado dos indivíduos envolvidos até o momento presente, e, conseqüentemente, o que esse espaço evoca e assume.

Desse modo, a partir das entrevistas realizadas, foram coletadas informações sobre a dinâmica cotidiana do passado e presente do Restaurante Universitário Renan Francisco Esteves da Costa, com o intuito de contemplar diferentes perspectivas socioculturais sobre as atividades realizadas nesse espaço. Portanto, foram entrevistados, respectivamente, a assistente administrativa da Universidade Federal de Juiz de Fora, no Arquivo Central, e ex-aluna de Ciências Sociais Edna Silveira Santos, a vendedora Lucianita de Souza e o graduando em História César Maciel.

A partir dessas entrevistas, foi possível depreender como o alcance e significação do estabelecimento alimentício universitário se estende para além de um único e seletivo grupo universitário, chegando a influenciar na vida de outros cidadãos juizforanos que encontraram ali um meio de obterem seu sustento e criar novas teias de relacionamento. Ainda, como a própria história do restaurante universitário está emaranhada em outras histórias e trajetórias de lutas e reivindicações estudantis, políticas e sociais.

Figura 4: Indivíduos pela parte interna da cozinha do Restaurante Universitário, em 1988.



- a) Entrevista, realizada dia 12 de agosto de 2022, com Edna Silveira Santos, assistente administrativa da UFJF, no Arquivo Central, e ex-aluna de Ciências Sociais.

Anna Vitória: *Bom dia! Vamos começar com as informações básicas (nome, etc.).*

Edna: *“Meu nome é Edna, Edna Silveira Santos. Sou assistente administrativa da Universidade, trabalho no Arquivo Central. Já estou aqui há quinze anos e, atualmente, eu tô trabalhando no setor de conservação, na área de fotografia, do fundo da Universidade e, também, na organização da “bibliotequinha” que a gente tem, uma biblioteca de apoio.”*

Edna: *“Eu estudei na Universidade de 79...a 84! E eu...é, depois de um certo tempo, eu fui morar em república, então o RU tem um papel importantíssimo, né?! E, na época, como eu estudava de manhã e almoçava no RU do centro, praticamente, não almoçava no R.U do campus. E, como eu te falei, durante toda a minha formação foi importantíssimo!”*

Edna: *“Quando não tinha, ou quando a gente queria... eu, né?! No caso, queria mudar um pouco de tempero, eu ia pra casa dos parentes, aí batia. E, é interessante porque domingo à noite não tinha, não tinha jantar. E, no RU do centro, Silvia Jardim, na esquina, lá embaixo, com a Rio Branco, aquele pedaço daquele largo; tinha uma mercearia que a gente apelidou de “capitalista”, porque ele nunca fechava, era o tempo todo aberto. Mas, então assim, sendo moradora da república, a gente pegava as frutas, o “leitinho” que dava, eu não tomava leite, mas pegava o “leitinho” e levava pra casa pra fazer de lanche. No centro, tinha tanto almoço quanto jantar, e se eu não me engano no RU do campus só tinha almoço”.*

Edna: *“Então, o RU era um lugar de manifestações, manifestações em geral contrárias ao regime, porque a gente estava saindo da época da anistia, é abertura. Então, estava saindo de um regime militar, ditatorial, para uma suposta democracia, porque também foi meio complicado, né?! Primeiro, civil foi eleição indireta... mas, enfim, aí já é outro papo! Mas, de vez em quando, um levantava lá no meio, subia à mesa e falava contra, e também se manifestava contra o péssimo estado das saladas em especial (Risos). Mas, tinha feijão azedo, arroz com pedra... pedra! Então, tudo que fosse diferente que estava no bandejão, porque era bandejão, também havia manifestação contrária.”*

Figura 5: Manifestação entre os alunos no Restaurante Universitário, em 1989.



FONTE: ARQUIVO CENTRAL UFJF, 1989.

Edna: “E, era um lugar claro, de concrecionamento, que a gente via os amigos né, pessoal dos outros cursos, marcava pra ir fazer qualquer coisa, barzinho...barzinho era modo de dizer porque era um boteco bem... daqueles! (Risos). Porque, se hoje a situação é mais ou menos, na época era bem pior. E... assim, eu passei todos os anos frequentando RU.”

Anna Vitória: Se o RU não existisse, como seria seu dia a dia? Maria Carolina: Você imagina? Sua vida sem o RU?

Edna: “Bom, sem o RU seria muito mais complicado porque nos obrigaria a fazer almoço, comida em casa. Para mim, como tinha parentes aqui, poderia ser mais fácil pedir socorro a eles, mas o RU tem um papel central na vida do estudante. Sem alimento a gente não sobrevive, e o RU, por mais que seja precário, na minha época a comida não era boa, eu diria até bem ruinzinha (risos), tanto, que eu fiquei traumatizada com o negócio do frango, o frango frito. Passei anos sem comer frango frito, porque quando eu via, eu lembrava daquele frango gorduroso, né?! (Risos). Mas, de qualquer maneira, teve esse papel importante de nos dar suporte, porque é uma alimentação barata, subsidiada pelo governo, tem que lembrar disso, é uma Universidade pública que a gente enquanto cidadão paga para que a universidade “fique de pé”, sobreviva e tudo mais.”

Edna: “E... eu acho que a população em geral, não tem essa noção do que é a Universidade, do que é uma Universidade pública. Eu acho que não tem, por mais que Juiz de Fora seja um centro estudantil, porque a cidade, basicamente, vive do serviço ao estudante, de educação; então, você tem nela várias universidades, faculdades particulares, têm a Federal, tem outras importantes como a Academia, que é um SES, enfim...Mas, eu acho que a população... não sei, no dia a dia eu sinto que ela não tem a dimensão do que é ter uma Universidade dessa na sua cidade, que ela gera uma renda importantíssima. Hoje, o RU, ele é terceirizado, então, quer dizer é uma empresa que ‘tá gerando empregos, você tem insumos 6 vindos de... eu não sei como é essa compra mas, provavelmente, não é de pequenos produtores, não é do MST, como a prefeitura já fez até convênio, mas, de qualquer maneira, gera renda para o município.”

Edna: “Então, para o estudante é importante, porque é um preço que não é nem preço de custo, com R \$1,40 não é isso?”

Maria Carolina e Anna Vitória: Isso mesmo.

Edna: “Você não paga nem um cafezinho. O cafezinho, hoje, ‘tá quanto?’”

Maria Carolina: Mais de R\$2,00 **Edna:** “Mais de R \$2,00. Não tem como, né?! Então, eu imagino que quando parou na pandemia, muita gente foi embora e quem ficou dependendo disso deve ter passado um bom aperto né?! Enfim... é isso!”

Figura 6: Manifestação realizada pelos alunos contra o aumento do valor da refeição, em 1986.



FONTE: CECOM, 1986.

- b) Entrevista, realizada dia 12 de agosto de 2022, com Lucianita de Souza, vendedora de bombons no Restaurante Universitário da UFJF.

Lavínia: Primeiramente, gostaríamos de saber o seu nome, o que você vende no RU, e a quanto tempo?

Lucianita: “Meu nome é Lucianita de Souza, comecei a vender os bombons aqui, no ‘RU’, em 30 de maio de 2019. Iria fazer um ano, mas veio a pandemia em março, então, eu tive que dar uma pausa. Logo depois que eu tomei a vacina, voltei a vender em agosto de 2021, com o pessoal da área de saúde e permaneço aqui desde então.”

Lavínia: Qual é a importância do RU na vida dos estudantes?

Lucianita: “Para os estudantes, acho importante porque é uma forma deles estarem comendo de forma adequada e equilibrada, porque, muitas vezes, os alunos não tem muito tempo para estar preparando os alimentos. Então, acho fundamental, porque aqui é equilibrado, balanceado, é uma refeição que vai sustentar, vai alimentar, vai dar força para poder estar estudando.”

Um lanche não é a mesma coisa que uma alimentação balanceada, então, acredito que a importância do RU é essa, por conter tudo isso por causa dos nutricionistas que estão envolvidos. Então, tenho certeza que é uma alimentação base (almoço e janta) que vai dar energia e disposição para o aluno ter desempenho em suas tarefas, porque estudar não é fácil, é muito difícil, requer muita concentração, precisa de muito tempo, então, precisa ter energia para isso. Acredito que a base de tudo é a alimentação, e o RU faz esse apoio porque é uma alimentação com um preço bom para os alunos e aí todo mundo pode vir e comer. No geral, é isso.

Figura 7: Prato feito com opção para não-vegetarianos no Restaurante Universitário, em 2022.



FONTE: AUTORAL, 2022.

Lavínia: *E para você e para as pessoas da cidade de Juiz de Fora?*

Lucianita: *“Assim, eu vi aqui uma forma de ter uma renda, porque envolve muitos alunos e as pessoas precisam mesmo, gostam de um doce, de uma sobremesa. Então, é uma forma de eu estar fazendo uma renda. Além disso, eu procuro muito estar fazendo por um preço legal, dá um lucro bom, mas eu procuro evitar ficar mantendo o valor do mercado, porque eu não tenho despesas aqui, eu tenho só a mão de obra e os produtos que eu compro pra poder estar fazendo, então não preciso estar cobrando tão caro. Eu acredito que a maioria dos alunos, mesmo as pessoas que são mais simples e que tem uma condição melhor, podem estar comendo um docinho. Eu percebo que tem muitos alunos que tem uma condição financeira boa, mas vejo também que tem muitos alunos que estão aqui na dificuldade e, assim, eu tenho um exemplo. Na minha família, porque minha família é muito simples, então, o neto mais novo da minha avó fez agronomia em Viçosa e é o único*

que tem curso superior na família. Hoje ele é professor de Agronomia em Araguatins, no norte do Tocantins, mas o 'RU', da faculdade lá em Viçosa, ajudou muito! Ninguém tinha condição de manter ele lá, então, ele morou em república... A família toda, cada um dava um pouquinho de dinheiro para ele poder suprir os custos e, assim, o RU foi fundamental pra ele. Se não fosse o RU, ele não teria condições de se manter na Universidade. Então, acho que aqui têm vários alunos na mesma situação que ele passou a anos atrás e, hoje, ele é um professor universitário. Então assim, o RU de Viçosa fez diferença na vida dele, como faz a diferença para muitas pessoas aqui em Juiz de Fora, o RU de Juiz de Fora.”

Lavínia: *Por fim, qual você acha que seria o impacto de uma nova interrupção nas atividades do 'RU'?*

Lucianita: *“Bom, falando de mim, seria muito ruim, porque a única fonte de renda que eu tenho, eu tenho filhos, é através daqui. Então, a gente viu aqui uma forma de ter uma fonte de renda, com um trabalho que eu gosto de fazer, porque eu acho que na vida a gente tem que trabalhar com o que gosta também. Assim, eu me adaptei, eu me achei aqui, eu gosto de estar aqui todos os dias, eu gosto dos alunos. Conheci muitas pessoas, então, na minha vida vai impactar muito, porque eu vou ficar sem essa fonte de renda, eu teria que buscar outra coisa, como eu já estou aqui neste ramo e já tenho meus clientes aqui, impactaria muito. E na vida dos estudantes, acho que é ruim porque atrasaria muito e a cabecinha de vocês fica muito confusa: 'Ah, porque será que vai parar? Será que vai fechar?'. Se a pandemia voltar ou algo assim, acaba atrapalhando vocês e, no geral, impacta muito.”*

- c) Entrevista, realizada dia 15 de agosto de 2022, com César Maciel, graduando em História na UFJF.

Maria Carolina: *Qual é o seu nome, sua idade e o seu curso?*

César: *“Olá, boa tarde. Meu nome é César Augusto Maciel, tenho 20 anos. Sou graduando do curso de História e estou finalizando o quarto período.”*

Maria Carolina: *Você frequenta o restaurante universitário? Se sim, com qual frequência?*

César: *“É...eu frequento o restaurante universitário quando as aulas estão indo normalmente. Eu costumo frequentar umas três vezes por semana, mais ou menos, e durante a janta é quase nunca, mas já frequentei sim. É importante salientar também que a janta só tem no restaurante da universidade, não tem no RU Centro.”*

Maria Carolina: *Como é o funcionamento do RU? E qual é o valor do almoço/janta?*

César: *“O preço, ele é R\$1,40 e você pode servir a vontade, e só a carne ou a opção vegetariana que é o funcionário que te serve. O preço, ele é*

padrão R\$1,40, porém esse preço é custeado. O preço verdadeiro de cada almoço ou janta varia, mais ou menos, em torno de R\$3,95, que é o prato de cada um. É...esse preço chega em R\$1,40 para o estudante porque o Ministério da Educação ele custeia uma parte e a universidade custeia outra parte.”

Figura 8: Prato com opção vegetariana fornecida pelo Restaurante Universitário, em 2022.



FONTE: AUTORAL, 2022

Maria Carolina: *Você o considera acessível?*

César: *“E agora eu vou falar um pouquinho sobre a acessibilidade do RU, o seu marco também e a experiência. O restaurante universitário é uma conquista dos estudantes, ele é um marco muito importante. É importante, também, salientar que ele não existe em todos os lugares. Por exemplo, em Volta Redonda, na UFF (Universidade Federal Fluminense), não existe restaurante universitário, e em Diamantina também não existe, então os estudantes acabam tendo que almoçar de marmita ou marmitex. É...o preço, ele é muito importante por ser um preço simbólico, porém a gente entende, hoje, que ele não atende...mesmo ele sendo muito barato. Isso é importante salientar, com os cortes das bolsas e verbas ele não atende todos os estudantes. Existem hoje...existem atuais estudantes, em 2022, que não estão conseguindo pagar ele a R\$1,40, por conta de cortes de bolsas e atraso nos pagamentos dessas bolsas, onde ali a gente tem um debate muito grande, porque nós, como corpo estudantil, também entendemos, e eu, como membro do diretório central dos estudantes, entendo que o RU para funcionar totalmente em uma universidade federal, ele deveria ser gratuito. Quando a gente discute aumento de RU, quando a gente discute preço de RU, a gente tem que partir da linha onde o RU ele tem que bater na gratuidade e não no aumento, como a gente viu há pouco tempo em Viçosa, onde o RU está variando a R\$9,00 reais, se eu não me engano.”*

Maria Carolina: O quão marcante é a presença do RU? E como você o entende?

César: “Para finalizar, é importante destacar a essencialidade do RU para os estudantes, não só da graduação mas da pós graduação que também fazem uso dele. É...antigamente, no contrato antigo, o RU ainda tinha café da manhã, que é uma luta que a gente vai travar para voltar, tinha suco e tinha os molhos. Cada vez mais o RU se mostra extremamente necessário quando a gente pensa em estudantes de outra cidade vindo morar aqui e que não conseguem pagar e não conseguem casa. Eu por exemplo, nas quartas-feiras, eu tenho aula de manhã e à noite, e não compensa eu ir em casa e voltar, então o RU nesses dias ele me atende super bem. O RU, ele tem uma dinâmica muito boa, pelo menos o daqui da UFJF, ele se mostra muito necessário com uma quantidade e uma capacidade de pessoas muito boa. O atendimento dos funcionários é essencial. E o RU é terceirizado, hoje é a “FOOD LEVE” que faz esse serviço, mas antigamente era a “SERVIR”. Eu acho que é isso, cada vez mais a gente mostra e defende o RU e a sua essencialidade.”

4. Uma proposta de Registro

Inicialmente, é imperativo pontuar que, a partir do registro das dinâmicas de funcionamento do Restaurante Universitário, espera-se entre os resultados possíveis, a permanência do corpo discente na universidade e, conseqüentemente, a diminuição da evasão no ensino superior. Dessa forma, se faz relevante compreender que, o RU não deve se restringir a visão de apenas um espaço que fornece refeições, mas sim a um ambiente que corrobora, diretamente, na condição de vida dos indivíduos que o frequentam, principalmente, no que diz respeito aqueles de baixa renda, longe de suas famílias, que dependem do pouco para garantirem a sua continuidade na universidade.

Nota-se a relevância de tal afirmação no exemplo dado por Luciana de Souza, vendedora de bombons do restaurante universitário da UFJF, em que ela conta a vivência e experiência de um parente com o estabelecimento como fator crucial para a permanência na instituição: “(...) *Ninguém tinha condição de manter ele lá, então, ele morou em república... A família toda, cada um dava um pouquinho de dinheiro para ele poder suprir os custos e, assim, o RU foi fundamental pra ele. Se não fosse o RU, ele não teria condições de se manter na Universidade”*

Em segundo lugar, vale destacar a influência do Restaurante Universitário na vida daqueles que, de lá, retiram a sua renda líquida. Diante dessa perspectiva, caso houvesse interrupções significativas no funcionamento do estabelecimento, percebe-se que essas pessoas seriam afetadas, por contarem com as vendas cotidianas de seus produtos caseiros, por exemplo doces, como o único sustento para sua família. Ainda, Lucianita mostra, em uma passagem, que sua atividade profissional

seria automaticamente afetada: “(...) *“Bom, falando de mim, seria muito ruim, porque a única fonte de renda que eu tenho, eu tenho filhos, é através daqui.”*”

Em terceiro lugar, é imprescindível que haja o reconhecimento da importância do RU para o corpo universitário, e para a comunidade. Sob esta ótica, o Restaurante Universitário é palco das mais diversas manifestações artísticas, sociais e representativas do meio estudantil. Em especial, no município de Juiz de Fora, a Universidade Federal enquanto estabelecimento público desempenha um papel crucial ao gerar renda para a cidade por meio de seus serviços ao estudante, entre eles, os serviços que se referem ao funcionamento do RU que atualmente é terceirizado. Logo, um mau ou um não funcionamento do estabelecimento acarretaria em prejuízos para além dos discentes universitários chegando às esferas das relações econômicas de uma grande parte da população juiz-forana.

Em quarto lugar, o fato do RU encontrar-se localizado nos espaços do campus universitário e no centro próximo aos meios de circulação comuns aos estudantes é importantíssimo. Essa localização garante que os educandos não tenham que se deslocar distâncias demasiadas para se alimentar, e considerando que uma parte majoritária dos universitários não reside nas proximidades da universidade, esse fator colabora para a permanência dos mesmos indivíduos na universidade federal. Além disso, a alimentação oferecida pelo Restaurante Universitário possui um preço acessível, que, como ressaltou Edna Santos em sua entrevista *“não é nem preço de custo”*; e, tendo em vista os usuários de baixa renda, esse valor reduzido da refeição é essencial para que continuem a frequentar a instituição universitária.

Em quinto lugar, é inegável a importância do funcionamento do RU para a manutenção da Segurança Alimentar dos estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por meio de uma equipe de profissionais capacitados, a equipe garante os nutrientes necessários para manter um ser humano saudável e ativo, sem ocasionar deslocamentos exagerados ou desgaste financeiro. Destarte, torna-se um dos protagonistas na luta contra a fome no país e pela garantia de alimentos nutritivos.

A população local nota a influência biológica e nutricional aos alunos, como é possível notar na entrevista realizada com a vendedora de bombons Lucianita de Souza, no seguinte trecho:

“(...) Porque aqui é equilibrado, balanceado, é uma refeição que vai sustentar, vai alimentar, vai dar força para poder estar estudando. Um lanche não é a mesma coisa que uma alimentação balanceada, então,

acredito que a importância do RU é essa, por conter tudo isso por causa dos nutricionistas que estão envolvidos.”

A partir disso, identifica-se o papel do Restaurante Universitário.

Em sexto lugar, é necessário salientar que o Restaurante Universitário se configura como espaço crucial de socialização para os estudantes da UFJF, a qual contribui efetivamente para a construção de uma memória coletiva. Para Cruz (2018), os nuances presentes na rotina dos alunos, os quais incluem a presença da alimentação conjunta, compõem um panorama de uma realidade múltipla, mas que convergem no ponto de interação no mesmo espaço, o que funde as trajetórias individuais.

Desse modo, ainda que o objetivo prático do funcionamento do RU seja o fornecimento de uma alimentação balanceada com acessibilidade, “não é o único objetivo atendido pelo espaço, pois a vida humana necessita atender também os aspectos subjetivos.” (Cruz, 2018, p. 84). Assim, tais aspectos podem abarcar o processo de socialização entre amigos e colegas de sala, poder se alimentar sozinho e com privacidade ou, até mesmo, evitar deslocamentos a fim de realizar refeições, como é possível constatar pelo relato de Edna Silveira Santos: “(...) *E, era um lugar claro, de concrecionamento, que a gente via os amigos né, pessoal dos outros cursos, marcava pra ir fazer qualquer coisa, barzinho...*”. Conseqüentemente, faz-se importante promover o cultivo das relações interpessoais que ocorrem dentro desse ambiente.

5. Proposta de intervenção para preservação

De acordo com portal da FUNALFA (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage), na cidade de Juiz de Fora há um total de 172 bens culturais tombados, os quais desempenham papel crucial na memória coletiva do município, visto que o poder público municipal incorporou a preservação como um campo de ação. Todavia, se tratando dos edifícios do campus universitário e do inegável entrelaçamento da história da UFJF com as próprias narrativas juizforanas, ainda há descaso, apagamento e desvalorização das edificações universitárias que tanto contribuem na reverberação e construção de memórias, identidades e subjetividades.

A construção universitária em foco neste trabalho é um exemplo evidente de como as lutas sociais e reivindicações políticas convergem através das histórias do restaurante universitário e de todos os debates estudantis tendo este espaço, também, como palco. Ao se debruçar sobre as

narrativas e memórias em torno do R.U, é impossível que, em algum momento, não se encontre com vozes de personagens para além do corpo discente e docente. Além disso, a falta de preservação de bens universitários no geral desperta a atenção para o apagamento que a educação também sofreu e continua sofrendo ao longo do tempo; a educação, como um “patrimônio da humanidade”, tem sido afligida, não pelas intempéries do tempo, mas pela irresponsabilidade, negligência e escolhas de indivíduos que ditam aquilo a ser merecedor de lembrança, destino de recursos, constituidor de nossas sociedades.

Em virtude disso, para que ocorra e se mantenha a preservação do RU, é necessário a criação de um memorial que conte sua história e lutas ao longo dos anos, despertando sua memória e conscientizando o coletivo acerca de sua importância social. Esse memorial vem como água fresca na terra árida dos patrimônios universitários, uma força a se opor ao apagamento de memórias e identidades construídas ali. Para isso, faz-se essencial a catalogação dos documentos, além da disponibilidade de acesso. Ademais, é fundamental a sua manutenção, para que assim seja garantida a continuidade de sua função social.

Considerações finais

Portanto, conclui-se, a partir das pesquisas e análises realizadas ao longo desse trabalho, que é crucial o registro do Restaurante Universitário Renan Francisco Esteves da Costa, parte da Universidade Federal de Juiz de Fora, visto que é cenário de relações interpessoais que colaboram estreitamente para a constituição de uma memória coletiva universitária e dos indivíduos de Juiz de Fora. Ademais, mediante a ausência de fontes de fácil acesso, cabe salientar a importância da catalogação dos documentos, além da disponibilidade de tais. Dentro dessa perspectiva, o processo de registro, a fim de preservar a documentação e manutenção do espaço, é um fator crucial para cultivar e reavivar o significado do “R.U.” no imaginário social juiz-forano, visando a continuidade de um espaço que constitui memórias, fortalece identidades, por fim, alimenta corpos e relacionamentos.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. *Gênero, Mídia e Política: na pesquisa e no ensino de História*, Ituiutaba - SP, p. 1-9, dez. 2016. Disponível em: <

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

<https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraaly>

Acesso em: 15 ago. 2022.

BENVINDO, J. L. S.; PINTO, A. M. S.; BANDONI, D. H. Qualidade nutricional de cardápios planejados para restaurantes universitários de universidades federais do Brasil. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 12, n. 2, p. 447-464, 2017.

CAMPOS, Martim. Sem RU não há ciência. Ufscasquerda, 2022. Disponível em: <https://ufscasquerda.com/opiniao-sem-ru-nao-ha-ciencia/>. Acesso em: 13 de agosto de 2022.

CRUZ, Wagner Dumont Carver Asao. ESTUDO DE CAMPO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO: O RESTAURANTE É OU SE TORNA UM ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO? Ciências e Humanidades, São Bernardo do Campo, v. 2, n. 2, p. 83-90, out. 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: Memória, tempo, identidades. Autêntica Editora, 2017.

GIORDAN, Isabela. Restaurante universitário: 101 institutos e universidades federais que possuem RU. Querobolsa, 2022. Disponível em: < [LOPES, Fabio Antonio Soares et al. PROPOSTA DE REAJUSTE DE VALOR DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DE ALEGRE COM BASE NA ANÁLISE DE CUSTO. Práticas em Gestão Pública Universitária, v. 2, n. 2, p. 4-24.](https://querobolsa.com.br/revista/restaurante-universitario-universidades-federais-ru#:~:text=)

PORTAL, P. J. F. Portal PJF. Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFJF. UFJF BR, [2022?]. Restaurante Universitário UFJF. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ru/?page_id=6>. Acesso em: 15/08/22.

Fontes

Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora;

CECOM (Centro de Conservação da Memória);

Edna Silveira Santos - entrevistada;

Lucianita de Souza - entrevistada;

César Maciel - entrevistado.

ST 13: TRAMAS SOCIAIS, CONFLITOS, PODER E ECONOMIA NO BRASIL.

Os registros camarários na construção de pesquisas históricas: anos finais do século XIX e início do XX.

Arthur da Costa Orlando⁵⁶³

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi de apresentar as possibilidades de pesquisas existentes nos dados produzidos pelos integrantes das câmaras municipais durante os anos finais do século XIX e início do XX. Além disso, demonstrou-se metodologias a serem aplicadas. Acredita-se que o material externado também auxiliará pesquisas de períodos anteriores ou subsequentes, mas foi exposto esse recorte temporal em virtude de ser o mesmo trabalhado pelo autor em sua tese de doutoramento. Dessa forma, o trabalho foi baseado nas informações presentes em diferentes documentos da câmara municipal de São Paulo do Muriaé (atual Muriaé-MG), município localizado na Zona da Mata mineira. Assim, haverá uma contribuição com a historiografia em relação a difusão dos meios de se construir pesquisas. O que poderá incentivar a produção de novas pesquisas e, conseqüentemente, o desenvolvimento da historiografia.

Palavras-chave: Câmara Municipal; Pesquisa histórica; Metodologias.

ABSTRACT: The objective of this work was to present the research possibilities that exist in the data produced by members of municipal councils during the final years of the 19th century and the beginning of the 20th century. Furthermore, methodologies to be applied were demonstrated. It is believed that the externalized material will also assist research from previous or subsequent periods, but this time frame was exposed because it is the same one worked on by the author in his doctoral thesis. Thus, the work was based on information present in different documents from the municipal council of São Paulo do Muriaé (currently Muriaé-MG), a municipality located in the Zona da Mata of Minas Gerais. Thus, there will be a contribution to historiography in relation to the dissemination of the means of constructing research. This could encourage the production of new research and, consequently, the development of historiography

⁵⁶³ Mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói – RJ. E-mail: arthurorlando3010@gmail.com.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Keywords: City Council; Historical research; Methodologies.

Introdução

Em virtude de pesquisas que promovem o conhecimento de diferentes facetas do território brasileiro, o saber histórico encontra-se em constante evolução. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi apresentar documentos, muitas vezes existentes em arquivos históricos municipais (os registros camarários), que podem ser utilizados em pesquisas. Ou seja, a intenção foi demonstrar possibilidades de construção de estudos históricos, por meio do uso de arquivos municipais. Nesse interim, também será externada uma metodologia de análise, uma vez que compreendeu-a como essencial para consecução da proposta externada.

O recorte temporal proposto justifica-se por serem os anos em que realizo trabalhos sobre a referida documentação para observar as características da formação e do desenvolvimento urbano de Muriaé, município localizado na atual Zona da Mata mineira, mais precisamente dos anos entre 1870 a 1929. Análises direcionadas as ações dos integrantes do poder público municipal na construção do urbano. Disso, isto é, devido a metodologia aplicada e percepção do quão rico em informações são os registros camarários que surgiu o interesse em compartilhar ideias para que novas interpretações possam surgir.

Dentre os documentos em análise estão atas e resoluções da Câmara Municipal de Muriaé, os registros de qualificação de votantes, assim como os de impostos sobre indústrias e profissões, além das posturas municipais. No entanto, em virtude da delimitação de páginas exigida, foi dado ênfase as possibilidades de estudo com as atas. As outras informações estarão disponíveis em minha tese que se encontra em construção, posto que, em razão da utilização dos documentos mencionados de maneira interligada, faço a especificação das potencialidades existentes e da maneira trabalhada.

Ainda que importantes, tais documentos encaixam-se na categoria de registros oficiais. Pelo termo oficial, consideraram-se as instituições formadas por representantes ligados ao Estado, que tinham por objetivo à gestão e o ordenamento do território, bem como a resolução jurídica de direitos e deveres dos indivíduos. Nessas fontes, anotações eram produzidas por seus integrantes

(aqueles que compunham o quadro) com a finalidade de que todos da sociedade as seguissem ao praticarem suas ações.

Por um longo período – século XIX e início do XX – os documentos oficiais foram vistos como os detentores da verdade acerca dos acontecimentos, isto é, a história por muitos anos foi construída sem críticas e contestações aos fatos originalmente elaborados pelas instituições das épocas. Entretanto, essa perspectiva não persistiu de maneira oficial/acadêmica, mas apenas para produções informais. Isso, pois surgira, no decorrer do século XX, um grupo de historiadores que buscaram não dar continuidade à tendência tradicional. Os novos historiadores procuraram tecer a história a partir de interpretações e reflexões sobre os fatos, não aceitando simplesmente o que era imposto como verdade. Assim, esforçaram-se para formular um novo método, que levasse em conta as várias facetas que constituem o ser humano, aceitando a existência de diferentes formas de pensar, agir e sentir, não os encarando como seres automatizados e/ou padronizados. Dentre esses novos historiadores estão os franceses Marc Léopold Benjamin Bloch (Marc Bloch) e Lucien Paul Victor Febvre (Lucien Febvre) responsáveis pela criação da Escola dos Annales (1929). Além desses dois, os nomes de Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Geoges Duby e outros devem ser lembrados por também terem contribuído para que os estudos históricos passassem a ser elaborados por meio de questionamentos, e não mais privilegiando apenas determinados fatos e/ou valorizando a figura de grandes homens. A nova tendência visou atender às demandas que surgiram no decorrer do tempo, acrescentando a observação dos homens ao seu fazer cotidiano, problematizando as ações e verificando nelas possíveis rupturas, permanências e/ou tensões.

Elencaram-se tais prerrogativas, pois ainda que primordiais para o desenvolvimento do estudo, os documentos escolhidos como principais são sujeitos a críticas quando servem à utilização em pesquisas históricas. Dentre tais críticas, a de que foram produzidos pela classe dominante da sociedade e, por isso, não retrataram todos os conflitos sociais, assim como de que as leis e resoluções, independentemente do nível de governo, não necessariamente se concretizavam. Contudo, ainda que se reconheçam as características relativas a elaboração dos documentos em questão, estes não devem ser tratados como insignificantes, posto que representam os resultados das práticas de registro e de organização das sociedades históricas, sendo artifícios que resistiram ao tempo. Desse modo, seguindo os ensinamentos dos Annales, são reconhecidos os riscos e as limitações do emprego dessas fontes, mas foram aplicados procedimentos metodológicos capazes de extrair as informações necessárias, uma vez que não há documento que diga verdade e/ou mentira (Le Goff, 1990: 473).

Para que o trabalho não se transformasse em uma obra positivista, isto é, num simples texto com descrição de documentos, optamos pela análise minuciosa com críticas interpretativas durante as leituras, uma vez que “há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos” (Bloch, 2002: 89). Além disso, concordamos que “o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical” (Le Goff, 1990: 468), para que se consiga extrair informações que eles próprios são incapazes de formular, pois entendemos, assim como enfatizou Carlos Bacellar, “que a elaboração de um documento não necessariamente significa que seguiram as normas de conteúdo informacional originalmente previstas” (Bacellar, 2004: 44). Ou seja, durante o estudo documental, atentou-se para a identificação das características gerais de cada um, como o local de produção, autor, formato-padrão utilizado e se todos seguiram os mesmos moldes. Também, aos períodos de dias ou anos sem a presença do documento, variações na caligrafia, rasuras, datas, estado de conservação, composição, condições de análise, presença de elementos incomuns ao tipo de registro e outros. À medida que as ações mencionadas foram praticadas, extraíram-se suas informações, separando-as de maneira quantitativa e/ou de modo qualitativo, em diferentes softwares: Word e Excel. Em seguida, organizaram-se os dados, levantaram-se as hipóteses e definiram-se os objetivos.

Dessa forma, acreditamos que o uso dos documentos na pesquisa deve ser apreciado e valorizado, posto que a manipulação de suas informações depende do trabalho, da forma técnica e da dedicação aplicados, devendo o historiador não ser ingênuo ao interpretá-los. Por isso, acrescentamos a importância do método, uma vez que relaciona todos os procedimentos da pesquisa, desde o problema inicial a ser resolvido, passando pelos meios e técnicas usadas para resolução, até o resultado final. Desse modo, adiante, antes de especificar como cada fonte foi manejada, explicitou-se as características gerais dos métodos quantitativos e qualitativos. Posteriormente, foi-se apresentando maneiras de como as atas da câmara podem ser trabalhadas sob a perspectiva de cada modo.

2 Breves considerações acerca dos aspectos gerais sobre os métodos quantitativos e qualitativos, mas também

Ao observar a historiografia, percebeu-se que desde a segunda geração dos Annales, em virtude das operações seriais e quantitativas, surgiram modalidades na ciência histórica que ganharam as denominações de História Serial e História Quantitativa, as quais, “em um primeiro momento se apresentaram juntas na história da historiografia europeia” (Barros, 2012: 203) e possuem critérios de aplicação sobre os quais nos baseamos. A primeira “trata-se de considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, como documento único,

a ser analisado nos seus próprios limites, mas, sim, como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo” (Barros, 2012: 205). Em minha pesquisa de doutoramento, a prerrogativa não foi analisar exclusivamente as séries de resultados de um determinado aspecto, mas o geral e averiguá-lo, o que dependeu do enquadramento na História Quantitativa, uma vez que “a quantificação pressupõe a serialização, se não de fontes, ao menos de fatos” (...), posto que nela “o número ou a medida é o que concentra a atenção do historiador”. Todavia, a quantificação pode ser utilizada, a depender do objetivo a se pesquisar.

Portanto, o método quantitativo possibilita o estabelecimento de comportamentos medidos por números através de estatísticas e generalizações, a partir das especificidades existentes nos dados. Ademais, seu uso impulsiona as modalidades da ciência histórica por promover a solução para perguntas a partir do relacionamento apurado com números, ainda que os resultados obtidos por meio da aplicação desse método não devam ser tratados de maneira isolada, mas inseridos no contexto da análise, para que se atribua méritos à pesquisa.

Ao nos referirmos aos documentos trabalhados quantitativamente, coube mencionar que, a princípio, a técnica consistiu em extrair informações básicas de sua estrutura, as quais pouco se alteram e não deixam de existir quando observadas noutro documento do mesmo tipo, isto é, possuem certa homogeneidade. Posteriormente, montou-se, com auxílio do software Excel,⁵⁶⁴ uma série de informações acerca daquele dado, que puderam ser utilizadas sem mais nenhum trabalho sobre ele, ou que necessitou de mais interferência, ou melhor, de um olhar mais apurado sobre algo não tão explícito. A título de exemplo estão a quantidade de reuniões camarárias ocorridas nos anos (atas da Câmara), o número de estabelecimentos existentes (casas, comércios e outros) que pagaram os impostos municipais (impostos sobre os registros de indústria e profissões) e a comparação entre orçamentos municipais de diferentes anos para observação de aumento ou declínio das receitas, despesas e gastos com obras públicas (atas e acervo de leis do Império para a Província de Minas).

A aplicação desse método sobre as atas possibilitou a montagem de quadros e diferentes interpretações. Em vista disso, a seguir, com o intuito de mostrar o resultado na prática, serão demonstrados alguns dos que foram estruturados e reflexões passíveis de serem feitas.

Quadro 1: Relação dos livros de atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1871-1929

Item	Data da primeira ata à última do livro	Nº. de laudas
-------------	---	----------------------

⁵⁶⁴ Excel é o nome pelo qual é conhecido o software desenvolvido pela empresa Microsoft, amplamente usado por empresas e particulares para a realização de operações financeiras e contábilísticas através de planilhas eletrônicas. As planilhas são constituídas por células organizadas em linhas e colunas.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Livro nº1	06 de novembro de 1871 a 21 de julho de 1873	149
Livro nº2	18 dezembro de 1879 a 19 de agosto de 1885	373
Livro nº3	01 de maio de 1888 a 02 de setembro de 1890	297
Livro nº4	15 de dezembro de 1897 a 15 de dezembro de 1900	270
Livro nº5	01 de março de 1901 a 30 de dezembro de 1904	297
Livro nº6	01 de janeiro de 1905 a 07 de dezembro de 1910	201
Livro nº7	02 de janeiro de 1911 a 01 de março de 1913	103
Livro nº8	04 de março de 1913 a 02 de outubro de 1914	102
Livro nº9	12 de dezembro de 1914 a 02 de outubro de 1916	105
Livro nº10	03 de outubro de 1916 a 01 de setembro de 1920	206
Livro nº11	02 de setembro de 1920 a 01 de março de 1921	105
Livro nº12	03 de março de 1921 a 03 de novembro de 1921	100
Livro nº13	03 de novembro de 1921 a 05 de novembro de 1923	211
Livro nº14	06 de novembro de 1923 a 09 de novembro de 1926	166
Livro nº15	15 de novembro de 1926 a julho de 1930 – encerrado em 29 de novembro de 1929.	114

Fonte: Arquivo Público Municipal de Muriaé-MG. Livros de atas, anos de 1871 a 1929.

Após arquivados, os dados precisam trazer indagações, as quais o pesquisador deve tentar respondê-las. Ao visualizarmos o quadro de informações gerais acima, percebemos questões como a identificação do local em que os registros encontram-se disponíveis – Arquivo Público Municipal de Muriaé, as lacunas, visto que representam o total disponível no arquivo para o período e o número de laudas existente em cada livro. Tal demonstração é importante, pois permite a visualização específica do que foi pesquisado, como também a identificação de todo trabalho realizado e a procura pela transparência, gerando, assim, créditos ao pesquisador.

Convém destacar que, no arquivo, os livros não estão enumerados, mas, para melhor organização, inseriu-se numeração. Informação que deve estar presente no texto, assim como a informação sobre o nível de conservação dos materiais, a modalidade em que estão, e como o pesquisador fez para extrair as informações. Em nosso caso, as fontes mais remotas estavam mais danificadas, o que exigiu um nível redobrado de atenção, acredita-se que, por isso, essas estejam digitalizadas, enquanto que, as demais, estão sem digitalizar, ou seja, em estado físico. A estratégia adotada para extração das informações foi de digitalizar as demais e, posteriormente, com o auxílio do notebook e do Excel, realizar a digitação das informações presentes.

Assim, após a digitalização, iniciaram-se as análises. À medida que leituras minuciosas eram realizadas, seus dados iam sendo digitados no Excel. Através das colunas e linhas do software, procedeu-se a separação dos diversos itens presentes nos documentos. Cada coluna da planilha recebeu um título com uma denominação, por exemplo: data, hora, local, presidente da Câmara, secretário, vereadores presentes, vereadores faltosos e motivo das faltas. Esses pontos obtiveram

escrituração em praticamente todas as atas, variando de acordo com algumas especificidades como autoridades eleitas para o exercício da função no decorrer dos anos, local diferente para efetivação da reunião, horário ou ausência do secretário ou de algum agente político com mandato em vigência.

Além desses títulos com escriturações constantes, nas outras colunas inseriram-se designações conforme as pautas das reuniões, sendo: assuntos gerais organizacionais, debates sobre infraestrutura de pontes, solicitações ao governo provincial/estadual, votos de pesar e moções, nomeações de cidadãos, debates sobre água e esgoto, concessão de terrenos, abertura e conserto de estradas, requerimentos de pagamentos, debate sobre leis, isenções, debates sobre escolas e professores, calçamentos, alinhamentos, desaterros, nivelamento de ruas, cemitérios, matrizes, saúde e médicos, demais infraestruturas, orçamentos e despesas etc. Ao passo que o tema se encontrava na ata, já era escriturado na coluna correspondente. Ao lado de cada título mencionado, optou-se por inserir uma coluna denominada “situação”, escriturando-se nela todo o desenrolar da temática abordada, uma vez que, muitas vezes, as deliberações eram debatidas em mais de uma reunião até o seu encerramento com aprovação ou não.

Conforme visto, com a leitura após a digitalização e a conseqüente digitação, houve, invariavelmente, uma aplicação do método quantitativo e qualitativo. Adiante, será comentado um pouco mais sobre o segundo. Isso, pois outro dado quantitativo passível de elaboração, são as quantidades de reuniões realizadas, conforme o quadro a seguir.

Quadro 2: Quantidade de sessões convocadas, realizadas e adiadas em São Paulo do Muriaé – atual Muriaé-MG, no período de 1871 a 1929.

Ano	Período	Sessões convocadas	Sessões realizadas	Sessões adiadas (por falta de quórum)
1871	06/11/1871 – 11/11/1871	6	6	0
1872	09/01/1872 – 18/11/1872	26	21	5
1873	07/01/1873 – 21/07/1873	17	16	1
1880	09/01/1880 – 15/12/1880	24	16	8
1881	11/01/1881 – 14/11/1881	34	22	12
1882	21/02/1882 – 06/11/1882	23	14	9
1883	07/01/1883 – 16/12/1883	38	23	15
1884	04/01/1884 – 05/12/1884	39	17	22
1885	02/01/1885 – 19/08/1885	20	14	6
1888	01/05/1888 – 28/12/1888	24	13	11
1889	04/01/1889 - 18/11/1889	18	11	7
1890	07/01/1890 - 02/09/1890	24	13	11
1897	24/12/1897 - 27/12/1897	3	3	0

1898	01/01/1898 - 17/12/1898	27	25	2
1899	09/01/1899 - 13/12/1899	23	20	3
1900	15/01/1900 - 15/12/1900	26	23	3
1901	01/03/1901 - 04/12/1901	19	12	7
1902	02/01/1902 - 01/10/1902	18	17	1
1903	02/01/1903 - 01/10/1903	16	9	7
1904	23/12/1904 - 30/12/1904	3	3	0
1905	01/01/1905 - 01/12/1905	29	21	8
1906	02/01/1906 - 24/09/1906	10	9	1
1907	02/01/1907 - 31/12/1907	17	11	6
1908	01/01/1908 - 16/12/1908	18	15	3
1909	02/01/1909 - 03/11/1909	15	11	4
1910	03/01/1910 - 07/12/1910	20	9	11
1911	02/01/1911 - 04/11/1911	22	9	13
1912	13/01/1912 - 05/12/1912	24	14	10
1913	01/01/1913 - 01/12/1913	15	7	8
1914	02/01/1914 - 02/12/1914	18	12	6
1915	02/01/1915 - 30/12/1915	18	8	10
1916	01/01/1916 - 01/12/1916	18	9	9
1917	01/01/1917 - 15/12/1917	17	9	8
1918	01/01/1918 - 31/12/1918	14	10	4
1919	01/01/1919 - 18/09/1919	7	6	1
1920	15/01/1920 - 03/12/1920	24	16	8
1921	03/01/1921 - 01/12/1921	24	13	11
1922	13/01/1922 - 03/10/1922	19	5	14
1923	01/01/1923 - 06/11/1923	16	14	2
1924	02/01/1924 - 22/11/1924	15	13	2
1925	21/01/1925 - 05/11/1925	12	10	2
1926	09/01/1926 - 15/11/1926	8	8	0
1927	15/01/1927 - 23/11/1927	10	8	2
1928	10/01/1928 - 27/11/1928	10	6	4
1929	02/01/1929 - 29-11-1929	12	6	6

Fonte: Arquivo Público Municipal de Muriaé-MG. Livros de atas, anos de 1871 a 1929.

O quadro em tela permitiu a verificação da quantidade de sessões convocadas, das sessões que foram, de fato, realizadas e das que tiveram de ser adiadas, na maioria das vezes, por falta de quórum. Elencou-se essa perspectiva para ressaltamos a importância que existe de interligar os dados extraídos nas documentações municipais, com as legislações reguladoras dessa instituição dos níveis de governo superiores, que, no caso foram, durante o Império, a Constituição de 1824, mais a lei de 1 de outubro de 1828 (que deu forma às câmaras, marcou as atribuições e o processo de eleições e dos juizes de paz), o Ato Adicional de 1834 e sua interpretação, em 1840. Durante a República, podem ser consultadas a Constituição Federal, a Constituição Estadual de Minas Gerais, ambas de 1891, mais a Lei Estadual mineira nº 2, de 14 de setembro de 1891, que organizou o poder

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

municipal em Minas. Além de decretos expedidos direcionados as instituições camarárias. Tais documentos oferecem a possibilidade de entender o quantitativo de reuniões obrigatórias e as funções a serem desempenhadas pelas autoridades políticas municipais. A partir do entrelaçamento de informações, há melhor entendimento e levantamento de hipóteses sobre os dados avaliados. Ainda mais quando também realizada a análise qualitativa.

Desse modo, enquanto os números constituem a matéria-prima do método quantitativo, o qualitativo se concentra nas especificidades dos documentos, implicando paciência, disciplina e astúcia do pesquisador durante suas observações, para que consiga extrair até mesmo informações implícitas. Para Antônio Chizzotti, a aplicação dessa metodologia requer atenção sensível do pesquisador a fim de que ele possa, por meio de sua perspicácia e competência científica, interpretar e inferir, de seus objetos de pesquisa, significados patentes ou ocultos (Chizzotti, 2003: 221). Além do mais, pode também ser “definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento de análise” (Martins, 2004, 295). Nesse sentido, a relevância do método está no tratamento das informações e nos exames de conteúdo e de conjuntura.

Por desenvolvermos pesquisas direcionadas ao urbano, enfatizamos aquelas discussões relacionadas a essa temática, especialmente, às políticas de infraestrutura, de incentivos à instalação de fábricas na área urbana, entre outras análogas. Trata-se de algo que foi observado tanto de maneira quantitativa, em virtude da percepção do número de vezes que o debate das questões elucidadas ocorreu, quanto qualitativa, com a apuração do desenrolar do procedimento até a aprovação. No entanto, qualquer outra temática pode ser trabalhada com a implantação desses métodos.

Ainda sobre o entrelaçamento a ser realizado com outras fontes, deve-se ter atenção nas informações presentes nos registros mencionados durante determinada forma de governo. Mencionou-se isso, pois, durante o Império, para verificação dos impostos municipais existentes e das receitas e despesas do orçamento da cidade, foi necessário consultar o site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais,²⁰ na parte intitulada “colleção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes (1835- 1889)”. Ao acessar o site, encontraram-se dados de alguns dos anos do recorte temporal. Em contrapartida, durante a República, tais informações estiveram presentes nos conteúdos das atas a partir do ano de 1905. Esses dados tornaram-se essenciais por possibilitarem diferentes observações. Com relação aos impostos, indicavam os itens existentes no município e que eram taxados. Já os orçamentos proporcionaram a visualização de despesas como gastos com obras públicas, com algum subsídio proposto à população ou com outro elemento

relacionado. Por isso, mais uma vez reforçamos a importância da realização da interligação das informações das atas com as de outras fontes. Algo realizado em diversas pesquisas parecidas.⁵⁶⁵

Para além disso, é preciso ressaltar que mesmo sendo essenciais para a estruturação de trabalhos e detentoras de inúmeras possibilidades, as atas requerem bastante atenção durante a análise, principalmente nas informações implícitas, isto é, dados que foram camuflados no momento da escrituração para o atendimento de determinados interesses. A exemplo, destacamos o caso do funcionário nomeado pelo agente executivo de Muriaé para exercer a função de secretário da edilidade, durante o mandato de 1901 a 1904. Funcionário que deixou de registrar dois eventos importantes ocorridos ao longo do ano de 1903, os quais marcaram o final antecipado daquele governo que havia sido eleito, uma vez que, após o dia 06 de julho de 1903, não aconteceram, na Câmara, reuniões com as autoridades municipais em vigência de mandato, tendo as assembleias retomadas apenas nos dias finais do ano de 1904, já com membros diferentes.⁵⁶⁶ Os eventos não registrados constaram de uma manifestação popular contra o então agente executivo municipal e de outro acontecimento, em dias posteriores à representação popular, em que houve confronto com tiros entre os mesmos participantes do manifesto contra apoiadores do chefe do Executivo municipal.⁵⁶⁷ Acredita-se que o não registro foi a estratégia utilizada para proteger a imagem do gestor frente à história e/ou à população, uma vez que ambos já se relacionavam antes de atuarem na edilidade municipal.⁵⁶⁸ As referidas constatações, além do prescrito na fonte, só foram reveladas devido à consulta a outras documentações da cidade, como jornais e revistas de historiografia local (Manoel, 2011: 97).

As atas também demandam uma análise em conjunto, visto que observações desses documentos de modo isolado podem levar a interpretações errôneas. Kelly Eleutério ressaltou isso

⁵⁶⁵ Entre os trabalhos, estão: As eleições municipais mineiras no início da Primeira República, do autor. KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese (Doutorado em História) - Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010. OLIVEIRA, Kelly Eleutério de Mariana. *No laboratório da nação: a Câmara Municipal de Mariana e a construção do estado nacional brasileiro (1828-1836)*. Ebook – Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2021.

⁵⁶⁶ Após a reunião do dia 06 de junho de 1903, ocorreram convocações para reuniões nos dias 01, 24 e 26 de setembro, e outra para o dia 01 de outubro, todas no ano de 1903. No entanto, não havia sido o presidente eleito para o cargo que a convocara, posto que já havia saído da cidade e se mudado para o Rio de Janeiro sem dar explicações aos demais agentes políticos. No entanto, estes, em um ato de apoio, também não compareciam às convocações. As novas reuniões só retornaram nos dias 23, 29 e 30 de dezembro de 1904.

⁵⁶⁷ As referidas reuniões são as que ocorreram nos dias 1 e 6 de junho de 1903. Arquivo Público Municipal de Muriaé-MG. Livro de atas n.º 5, anos de 1901 a 1904.

⁵⁶⁸ O então chefe do Executivo municipal (Dr. Júlio Cezar Suzano Brandão), em anos anteriores, quando não exercia o cargo, havia fundado na cidade, o jornal “O Sentinela”, criando uma relação com o redator (Sr. Mario Cysneiros), tendo, posteriormente, o nomeado ao cargo de secretário da Câmara Municipal.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

quando observou os registros produzidos em Mariana, entre os anos de 1828 a 1836 e constatou um depoimento de um membro da edilidade local com prerrogativas de que o governo daquela cidade teria apoiado a Sedição de março de 1833, sendo que, na verdade, a instituição não reconheceu a gestão de Manoel Soares de Couto e, ainda, denominou-o de “governo intruso” (Oliveira, 2021: 54-55).

As questões debatidas representam subsídios para que todos quando buscarem a realização de pesquisas com a utilização das atas camarárias possam estar atentos as prerrogativas que elas “exigem” para a retirada de seus dados. Desse modo, a seguir foram tecidas mais algumas considerações.

3 Considerações finais

O presente trabalho apresentou as premissas que envolvem a utilização dos registros camarários, mais especificadamente das atas, como fonte para realizações de interpretações sobre o passado. Nesse sentido, debateram-se as características dos documentos e ações que podem ser aplicadas para a retirada de informações a serem trabalhadas tanto de maneira quantitativa quanto qualitativa.

Ademais, a intenção foi de mostrar, na prática, como conseguir elaborar pesquisas a partir de exemplos da sua utilização em uma pesquisa já existente, como também evidenciar outras possibilidades. Algo que acreditamos ser um facilitador para que, conseqüentemente, novas análises possam ser tecidas. De todo modo, o objetivo não foi de esgotar discussões, mas, sim, de abrir caminho para novas reflexões que possam contribuir à formação do saber histórico.

Fontes

Arquivo Público Municipal de Muriaé-MG. Livros de atas, anos de 1871 a 1929.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos. O uso e mau uso dos arquivos. In: *Fontes históricas*. PINSK, Carla Bassanezi (org). São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

BARROS, José D'assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. *História Revista*. Goiânia, v. 17, n. 1, pp. 203-222, mar/mai. 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista portuguesa de Educação*, Braga, n.2, v.16, pp. 221-236, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MANOEL, Joel Peixoto. Tópicos da história de Muriaé. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011.

MARTINS, Heloísa T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.2, pp. 289-300, mai/ago, 2004.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério de Mariana. *No laboratório da nação: a Câmara Municipal de Mariana e a construção do estado nacional brasileiro (1828-1836)*. Ebook – Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2021.

ST 13: TRAMAS SOCIAIS, CONFLITOS, PODER E ECONOMIA NO BRASIL.

O Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 como ferramenta da política estadista imperial

Cristian Gomes Lima⁵⁶⁹

Resumo

Desde a concepção da ideia até a execução, o Recenseamento Geral do Império do Brasil, realizado em 1872, representou um grande esforço no sentido de consolidar o Estado inaugurado com a constituição de 1824. Com a realização desta pesquisa, pela primeira vez, o Brasil ganhou legibilidade em relação ao que representava em si mesmo e para o mundo. Dessa maneira, a realização e publicação do recenseamento foi carregada de significado dentro do contexto das tramas de poder existentes nos altos escalões do Estado Imperial, da ideologia estadista e dos paradigmas internacionais que se impunham pela ordem mundial da época. Este artigo, propõe-se refletir e discutir o recenseamento de 1872 como uma ferramenta de legibilidade estadista e de inserção de um país do hemisfério austral aos padrões da política internacional daquela conjuntura histórica.

Palavras-Chaves: Censo de 1872; Estadismo; Império.

Abstract

From the conception of the idea to its execution, the General Census of the Empire of Brazil, carried out in 1872, represented a great effort to consolidate the State inaugurated with the constitution of 1824. With this research carried out, for the first time, Brazil gained legibility in relation to what he

⁵⁶⁹ Mestre em História (Universidade Salgado de Oliveira – Niterói) - caminheiro.mg@gmail.com

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

represented in himself and to the world. In this way, the carrying out and publication of the census was loaded with meaning within the context of the power structures existing in the high echelons of the Imperial State, the statesmanship ideology and the international paradigms that were imposed by the world order of the time. This article proposes to reflect and discuss the 1872 census as a tool for statesmanship readability and for the inclusion of a country in the southern hemisphere into the standards of international politics at that historical juncture.

Keywords: 1872 Census; Statesmanship; Empire.

Introdução

É mais importante entender como toda essa operação transformou as pessoas reais que compunham um imenso emaranhado de heterogeneidades numa abstração legível da qual nos servimos até hoje. De como Albino, de 16 anos, tornou-se “1” surdo-mudo no Espírito Santo, de como a liberta Dorothéa tornou-se “1” africana livre na Corte, de como a escrava Paciência, por executar “todo o serviço”, acabou como “1” indivíduo de profissão/ocupação “não-classificada” em Salvador. (BISSIGO, 2014: 185)

Em meio a inúmeros desafios, o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872⁵⁷⁰ foi o primeiro trabalho deste gênero executado no país. Em sua época, trouxe luz para o Estado que se firmava sobre uma realidade antes tida na escuridão, sem qualquer tipo de informação sistemática que falasse sobre a sua totalidade. A pesquisa censitária ainda ofereceu uma visão para a administração imperial frente aos anteriores vislumbres fantasiosos que norteavam a realização das políticas públicas. Passado pouco mais de um século e meio, os 9.930.478 brasileiros contados naquele momento continuam sendo citados em inúmeros trabalhos, de modo a legitimar o uso de suas informações.

⁵⁷⁰ O processo oficial do recenseamento geral começou com a Lei nº 1.829 de 9 de setembro de 1870 que determinava que fossem realizados censos decenais na população do Império e criava a Diretoria Geral de Estatística, regulamentada pelo Decreto nº 4.676 de 14 de janeiro de 1871. Por fim, em 30 de dezembro daquele ano, o Decreto nº 4.856 estabeleceu a data de 1º de agosto de 1872 para a realização da primeira contagem populacional da população brasileira.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Enquanto instrumento de legibilidade estatal, o recenseamento cumpriu vários objetivos e tornou-se tão importante a ponto de inaugurar séries estatísticas da população brasileira até os dias atuais. Cumpriu também objetivos políticos, impondo a presença do Império em todas as paróquias em um momento de transformações, como o fim do conflito no Paraguai, a aprovação da Lei do Ventre Livre, o crescimento da imigração europeia e uma crescente preocupação com o “progresso”, esse que “não se compadece da ignorância” do Estado acerca dos seus bens, de sua população, de seu território. (BISSIGO, 2014: 179)

É notório que estes dados censitários se aproximam muito da realidade e que deram luz suficiente para guiar a administração imperial em várias questões. Ademais, em sua época, serviu de modelo e/ou inspiração para várias nações vizinhas. Foi um “verdadeiro monumento erigido pelo Estado brasileiro em uma operação complicada que conseguiu fazer-se sobre todo o seu vasto território, figurando entre os melhores do seu gênero” (BISSIGO, 2014: 16). Esse processo tão complexo e cheio de desafios gerou o recenseamento completo do Brasil e se tornou imagem e representação oficial do país para si mesmo e para o exterior.

A respeito deste censo, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) diz o seguinte:

Um censo demográfico, qualquer que seja, pode ser considerado fonte inesgotável de pesquisas, mas as particularidades do censo em questão o tornam ainda mais especial: foi o primeiro censo brasileiro e o único do período imperial e escravista. Além disso, o Censo de 1872 pode ser considerado bem completo, mesmo para os padrões atuais, devido à quantidade de atributos da população que conseguiu levantar. (PAIVA; GODOY; RODARTE; SANTOS, 2012: 04)

Sem sombra de dúvidas, este recenseamento, atualmente, é uma fonte de pesquisa singular. Para o pesquisador da população do Brasil na segunda metade do século XIX, não há nenhuma documentação tão abrangente e horizontal como essa, sendo imprescindível para o entendimento da realidade - social, econômica, política, cultural e demográfica - que existia no país naquele momento.

Diante de tamanha importância, é preciso enfatizar que uma pesquisa com tal envergadura não estava envolvida apenas com as problematizações metodológicas da matemática e estatística.

Sua existência se fazia muito além disso, uma vez que, em sua produção, havia implicações políticas profundas manifestadas em diversos aspectos.

Desenvolvimento

Ao longo do século XIX, especialmente em sua segunda metade, o Brasil estruturava e consolidava seu Estado (CAMARGO, 2009: 361-385) dentro de uma visão moderna (WEBER, 1999: 408-425). Desse modo, era fundamental o conhecimento de si mesmo para se constituir plenamente como nação e se firmar na ordem internacional dentre os países ditos civilizados⁵⁷¹. Na ótica da centralização estatal, a realização do recenseamento contribuía para a implementação, em vias de fato, do estadismo moderno, que, na prática, se manifestava como um grande “projeto de colonização interna” do exercício do poder (BISSIGO, 2014: 33 e 49).

Segundo Diego Nones Bissigo:

Quando consideramos o censo como um instrumento de leitura a serviço do Estado, não podemos ignorar que toda a sua construção é resultante de um processo de discussão, de jogos de influência e de relações de poder. A sua simples existência não é desconectada de um contexto de fortalecimento do Estado nacional principalmente no século XIX, logo, a sua elaboração, aplicação, processamento e divulgação não escapam aos conceitos e discussões específicas de seu tempo de produção. (BISSIGO, 2014: 16)

Diferentemente das contagens populacionais anteriores, que visavam o recrutamento ou o aumento de impostos, a pesquisa de 1872 fora concebida para ser um “documento” da existência da

⁵⁷¹ No século XIX, a ideia de um país civilizado na Europa estava intrinsecamente ligada ao conceito do Iluminismo e aos ideais do progresso social, científico e cultural. Embora os critérios exatos pudessem variar de acordo com as perspectivas culturais e políticas, geralmente os países considerados civilizados compartilhavam algumas características comuns, como: estabilidade política, instituições estáveis e bem-sucedidas. Frequentemente eram monarquias constitucionais ou repúblicas parlamentares com leis claras e proteção dos direitos dos cidadãos. No campo dos avanços científicos e tecnológicos, estavam na vanguarda da ciência e da tecnologia, promovendo o desenvolvimento de universidades, institutos de pesquisa e incentivando a inovação. No desenvolvimento econômico, mantinham a proteção econômica e o desenvolvimento de infraestruturas para industrialização e comércio. Na esfera da educação e cultura, contavam com a presença de instituições educacionais sólidas e a valorização das artes e da cultura. Possuíam estabilidade social com a existência de uma classe média emergente e a mitigação das desigualdades sociais que eram vistas como sinais de civilização e controle territorial. A expansão colonial e o domínio de territórios ultramarinos também eram um sinal de força e desenvolvimento para algumas nações europeias. Por fim, é importante ressaltar que esses critérios eram frequentemente interpretados sob uma perspectiva eurocêntrica e que muitas vezes eram usados para justificar a exploração colonial e o imperialismo. Além disso, outras culturas e sociedades ao redor do mundo frequentemente não eram consideradas "civilizadas" de acordo com esses padrões, mesmo que possuíssem sistemas sociais e culturais complexos.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

população brasileira e da sua distribuição no território. Em outras palavras, o censo, dentro de uma gama de esforços estatais, procurava promover a “legibilidade” dos fenômenos populacionais e econômicos através de uma “simplificação” da realidade observável.

Dentre esses esforços, citam-se também os mapas cadastrais, a unificação de pesos e medidas, a adoção de sobrenomes e a unificação linguística. Segundo James Scott, essas medidas “são vistas como formas de dominação, mas também visam à promoção de qualidade de vida, melhoria econômica e aperfeiçoamento administrativo” (SCOTT, 1998: 2).

Tarcísio Botelho, salienta que, a respeito do interesse social, havia uma distância significativa da pesquisa de 1872 em relação aos “censos” realizados a partir da década de 1940. Para ele, 1872 representou mais uma maneira de exibir o poder do Estado (WEBER, 1999: 408-425) do que, propriamente, desenvolver políticas públicas. Servia mais para uma obra estatística de “ciência do Estado” do que de demografia, enquanto um interesse puramente científico sobre os movimentos da população e suas implicações sociais (BOTELHO, 2009: 02).

Fosse pelo conhecimento gerado em seus dados (a legibilidade) ou pela oportunidade de exibição do poder imperial (e de construção nacional), proponho considerar o censo de 1872 não apenas como um mero instrumento administrativo, mas como um poderoso instrumento de simplificação e legibilidade da realidade material e importante elemento na construção da nação brasileira. (BISSIGO, 2014: 33 e 49)

Nesse contexto, o censo instrumentalizou um estereótipo do Brasil no final do século XIX. Isto é, apresentou a expectativa de um país livre, com crescente imigração, em busca de aperfeiçoamento intelectual e econômico, e que ainda mantinha forte vínculo com a agricultura, o catolicismo e a hierarquização familiar⁵⁷², bem como representou a expectativa de um país do hemisfério “austral” poder participar de reuniões que até então só haviam considerado “os habitantes do hemisfério boreal”.

Contudo, o que de fato ocorreu em 1872 foi a consolidação de um Brasil escravista, que, ao mesmo tempo, procurava mostrar esse sistema em extinção ao unir a estatística do africano à dos demais estrangeiros (cuja migração fora voluntária) e valorizar o imigrante não-escravizado enquanto elemento de desenvolvimento econômico. Além do mais, supervalorizou o catolicismo

⁵⁷² Expressa na ficha de família, esta que foi uma espécie de formulário utilizado pelo Censo para recolher os dados dos fogos.

do país, “lamentou” o “estado intelectual” do nível nacional de instrução, consolidou quatro cores/raças e fez projeções com as idades e estados civis.

A respeito desses resultados, ao analisar os relatórios publicados pela comissão censitária ao longo do processo e conclusão dos trabalhos, Bissigo afirma que, de certo modo, “os aspectos “morais” que foram detectados no recenseamento acabaram sendo mais comentados que aqueles fatores numéricos que realmente contribuiriam para o estabelecimento de estimativas de crescimento vegetativo e taxas de fecundidade” (BISSIGO, 2014: 185). Essa visão dada no recenseamento chama a atenção para o reflexo de algumas ideias que, naquele tempo, circulavam nos altos escalões administrativos do Brasil. Afinal, como no Império, diferentemente de outros países, ainda vigorava a instituição da escravidão, havia uma pressão internacional considerável para o fim dessa realidade interna. Em vista disso, a pesquisa de 1872 foi apresentada ao mundo como parte de um grande projeto de aprimoramento nacional.

A Diretoria Geral de Estatística (DGE), que já vislumbrava o fim da escravidão, supervalorizou em seus números a categoria dos livres e disfarçou o cativo através da criação da percepção de uma expectativa de melhoria da instrução da população através do destaque dado aos postos de trabalho. Nessa trama, os imigrantes foram considerados, especialmente, em suas funções laborais e, dentre esses, os africanos foram significados desprovidos de seu jugo. Além disso, havia um nítido desinteresse para com as questões raciais.

A vinculação entre imigração e trabalho, sem muita atenção ao africano, acaba gerando uma leitura que inevitavelmente se associa à perspectiva de europeização e branqueamento populacional, não apenas genético como – e principalmente – moral, cultural e econômico. (BISSIGO, 2014: 171-72)

Isso foi visto de forma prática na apresentação dos dados do recenseamento, pois “a diluição dos libertos dentro dos “livres” reduziu o impacto da escravidão sobre o número final, deixando o Brasil com “apenas” 15% de pessoas cativas e catalisando a percepção de que ela era um fenômeno residual” (BISSIGO, 2014: 146). Essa intenção do Estado Imperial também foi vista na captação dos dados, já que a lista de família era absolutamente confusa quanto ao lugar da condição jurídica.

Sendo mais claro, nela não havia lugar específico para preenchimento da condição jurídica dos membros da família. Tal fato contribuiu para a dualização, atribuindo-se, por meio indireto, o status de livre a todos que não foram indicados por “escravos” no campo das observações das listas.

“A incorporação dos libertos aos livres inflou, generalizou e, de certa maneira, barateou o conceito

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

de liberdade, tornando-o ainda mais complexo” (BISSIGO, 2014: 170). Sem contar, que na publicação oficial de 1876, os escravos foram apresentados em tabelas paralelas com um grau de detalhamento de informações bem inferior ao que foi apresentado para os livres.

A título de exemplo desse efeito de dualização da condição jurídica e suas consequências para a compreensão da realidade do Império diante desse empenho político de maquiagem da população, Bissigo cita o caso da lista da família Gravatá, de Salvador. Entre seus 17 integrantes, por um lado, segundo uma divisão tripartite da sociedade, eles seriam 18% livres, 36% libertos e 46% escravos, enquanto por outro, segundo a divisão dual (que funde liberto e livre) utilizada pelo censo, tornam-se 54% livres e 46% escravos, numa clara ocultação das marcas do cativo (BISSIGO, 2014: 148). Independentemente de ser apenas um caso, não é exagero pensar que esse retrato pontual tenha se reproduzido de forma sistemática na totalidade do trabalho censitário. Embora essa visão não fosse incorreta, ela causava a sensação de menor presença do cativo dentro da sociedade.

Noutra dimensão da mesma vontade política, pensando nesse “aperfeiçoamento da população”, as classificações por “defeitos físicos” e “instrução” também indicavam a preocupação do Estado Imperial em separar os “sãos” dos “inválidos” e os “instruídos” (entendendo-se aqui como saber ler) daqueles que não o eram.

Dentro da ideia de consolidação do Estado (CAMARGO, 2018: 414-428), o recenseamento também proporcionou realizar um grande ensaio prático de sinergia das escalas do poder interno do Império. Com comando centralizado, as redes e fluxos foram articulados com sucesso tanto na direção da Corte para as paróquias (a obediência da lei, do prazo e o envio do material de coleta) como em seu inverso (o retorno do material preenchido).

Ordens, lealdades e material precisaram descer do nacional ao local para garantir a coleta da maneira mais uniforme e simultânea possível. Logo após essa operação, a mesma rede precisou ser acionada para fechar as lacunas e fazer subir o material na mesma escala de volta à Corte, e isso em questão de alguns meses. Nesse sentido, pode-se dizer que se obteve bastante êxito, pois o recenseamento previa prazos bastante específicos e procedimentos coordenados em todo o território nacional e, de modo geral, esses requisitos foram cumpridos. (BISSIGO, 2014: 182)

Foi justamente por vencer todas essas discrepâncias e heterogeneidades manifestadas nas inúmeras regionalidades e microrregionalidades existentes dentro das escalas de poder nacional,

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

provincial, municipal e paroquial que se pode afirmar que a Diretoria Geral de Estatística construiu um verdadeiro monumento da simplificação e da legibilidade estatal através dos algarismos das ciências matemática e estatística.

Ao transformar os elementos reais e simbólicos (pessoas, línguas, regiões...) em valores numéricos, permitia-se quantificar esses elementos abrindo a possibilidade de que eles fossem comparados, medidos, combinados e recombinaados com “infinita flexibilidade”. E todas essas realizações, principalmente na estatística, se tornavam possíveis pelo intermédio do número, que, com sua linguagem “eloquente e irrecusável”, conseguiriam produzir visão em meio à penumbra da diversidade. Tornar legível o ilegível, homogêneo o heterogêneo, racional o caótico; transformar “o que era um hieróglifo social num formato legível e administrativamente mais conveniente”: eis algumas ambições da estatística moderna, “ciência de Estado”, estadística. (BISSIGO, 2014: 62)

À época, já havia algum tempo que a crescente demanda pela consolidação desse Estado moderno (WEBER, 1999: 408-425) impulsionava uma série de iniciativas que continuamente conduzia o país nessa direção. Nelson Senra demonstra uma compilação desses esforços, desde os que tiveram êxito, como o censo de 1870 e o censo nacional de 1872, até aqueles que não tiveram, como o notório caso do censo de 1852, que não foi realizado devido à insurreição conhecida como Guerra dos Marimbondos (SENRA, 2006: 25).

A saber, esse processo histórico de tentativas de compreensão numérica do país transcende os limites temporais do Império e, por isso, numa perspectiva da história da estatística, cronologicamente pode-se organizar essa temporalidade em etapas, uma vez que, desde o Período Pombalino, a partir de 1750, o Brasil já vinha ensaiando levantamentos populacionais através de contagens regionalizadas independentes. Assim, esse primeiro momento durou até 1872 e ficou definido pela historiografia demográfica como período proto-estatístico, tendo seu fim referenciado quando então se fez de fato o primeiro Recenseamento Geral do Império. Nesse sentido, é correto dizer que, a partir de 1872, inaugurou-se um segundo momento na história do Brasil, o período estatístico (PAIVA; GODOY; RODARTE; SANTOS, 2012: 08).

Considerações finais

Quando se observa o contexto da ordem internacional em que o Brasil se encontrava na segunda metade do século XIX, é inevitável pensar em como que o país se posicionava nessa conjuntura. Nesse sentido, o Recenseamento Geral do Império do Brasil, realizado em 1872, foi uma das principais ferramentas de política internacional brasileira com intuito de reconhecimento e inserção no mundo.

Para um país do hemisfério sul, que era visto como “bárbaro”, naquele momento, realizar uma pesquisa censitária representava um grande passo para marcar posição dentro de uma comunidade internacional, com epicentro de poder na Europa, completamente envolvida pela concepção, de Estado moderno iluminista, inaugurada com as revoluções liberais, do final do século XVIII e início do XIX.

Essa presença internacional significou uma vitória calculada pelo Estado brasileiro. Foi uma “roupa que o Brasil vestiu dentro de um contexto específico de moda”. O país precisava mostrar que conhecia a si mesmo (sua população) e que sua sociedade era alfabetizada, sadia e caminhava irrefutavelmente para a liberdade. Fez isso ao mostrar uma maquiagem numérica que indicava poucos escravos na sua estrutura demográfica e econômica.

Portanto, 1872 teve importância política, social, cultural e econômica, nacional e internacional, na construção da nação brasileira. O Censo teve intenções de construir uma imagem para fora do país, mas as pretensões internas também foram claras. Do ponto de vista endógeno, a pesquisa foi um ato de demonstração de poder, uma vez que testou a sinergia das escalas administrativas em uma execução de tarefa profundamente regrada em suas formas e prazos.

O Censo de 1872 foi um poderoso instrumento, não apenas administrativo, mas de simplificação e legibilidade da realidade. Deu visão ao governo para instituir políticas públicas pautadas em uma realidade palpável e mensurável. Como se não bastasse, ainda corroborou o imaginário Estatal, de centralização e autoridade, de uma ideia e dinâmica nacional junto a uma realidade local, simplificando e unificando inúmeras heterogeneidades.

Bibliografia

BISSIGO, Diego Nones. A “*eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos*”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

BOTELHO, Tarcísio R. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia. In: *Anais do XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association*. Rio de Janeiro, 2009.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 22, núm. 3, pp. 414-428, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.223.07>> Acesso em: 15 jan. 2023.

PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2012. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf> Acesso em: 15 jan. 2023.

SCOTT, James C. *Seeing Like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven (EUA): Yale University Press, 1998.

SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. v 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. vol. 2. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1999. p 408-425

ST 13: TRAMAS SOCIAIS, CONFLITOS, PODER E ECONOMIA NO BRASIL.

Protagonistas no conflito: criminalidade, mulheres e justiça em Santa Luzia do Carangola no fim do Oitocentos

Patricia de Oliveira Guerra Radsack Corrêa⁵⁷³

Resumo

O presente capítulo tem por finalidade apresentar uma parcela das características socioeconômicas no processo de ocupação da Zona da Mata mineira, na segunda metade do Oitocentos. Objetiva-se também, analisar de forma pontual, os principais aspectos da região de Carangola e suas influências sobre a vida social no recorte proposto. Pretendemos investigar o cotidiano feminino identificado nos processos criminais entre os anos de 1876 e 1892. Utilizando de estudos clássicos sobre a referida região, junto aos 44 processos criminais onde mulheres foram tipificadas como vítimas e réus, confrontamos os dados obtidos com inventários, ações de liberdade, jornais e listas nominativas para acessarmos essa parcela da sociedade, como também, os papéis sociais exercidos por mulheres nos espaços públicos e privados, e no desenvolvimento de suas identidades e vivências.

Palavras-chave: Mulheres, Criminalidade, Cotidiano.

Abstract

The purpose of this chapter is to present a portion of the socioeconomic characteristics in the process of occupation of the Zona da Mata in Minas Gerais, in the second half of the 19th century. The objective is also to analyze in a specific way, the main aspects of the Carangola region and their

⁵⁷³ Mestre pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. E-mail: patriciaguerrast@gmail.com.

influences on social life in the proposed section. We intend to investigate the female daily life identified in criminal cases between the years 1876 and 1892. Using classic studies on that region, together with the 44 criminal cases where women were classified as victims and defendants, we compare the data obtained with inventories, freedom actions, newspapers and nominative lists to access this part of society, as well as the social roles played by women in public and private spaces, and in the development of their identities and experiences.

Key words: Women, Crime, Daily Life.

Introdução

A Zona da Mata mineira, segundo José Newton Coelho Meneses, compreende as categorias de espaço e tempo como indissociáveis para se pensar a referida região. O recorte em questão é terreno fértil para nos trazer reflexões abrangentes para além da fertilidade do solo e a cultura do café. (Meneses, 2014)

Ainda segundo o autor:

As possibilidades de interpretação se ampliam e, com isso, suscitam em nós uma tentativa de pensar esse território da Zona da Mata mineira para além de sua terra fértil, de sua vocação econômica, de seu papel como zona de transição e de controle populacional de índios, escravos e colonos. (Meneses, 2014, p. 8)

Compreendemos então uma visão verticalizada considerando sua dinâmica histórica, a partir do século XVIII, para uma região historicamente construída, com dinâmicas de ocupação e desenvolvimento, com características heterogêneas, quando tratamos de benfeitorias em razão de milho, mandioca e cana de açúcar. (Boechat, 2014) Sobre a perspectiva da História, os territórios não são entendidos como algo estático e imóvel, mas são espaços históricos dinamizados a partir das vivências da sociedade, demandas do cotidiano, grupos sociais e relações de poder. (Meneses, 2014) Sobre o conceito de “lugar” José Newton Coelho Meneses aponta: “O lugar – espaço com

ação humana- é conceito útil à história para se definir realidades culturais. Deveria, portanto, estar sempre na definição de nossos marcos espaços temporais”. (Meneses, 2014, p. 11)

Até o final do século XVIII, a Zona da Mata era uma área ocupada por mata nativa. “Uma floresta densa e montanhas quase intransponíveis tornavam-se numa barreira natural às povoações e numa zona onde se abrigavam índios e negros fugitivos.” (Andrade, 2011, p. 4) Somente a partir do século XIX, a região começa a ser habitada. Um conceito importante para o recorte desta localidade, é a ideia de fronteira.

De forma a compreender as diferenças de uma parcela de Minas Gerais do século XIX, vejamos um quesito de peculiaridades e especificidades para esta região. Notamos que, devido a extensão territorial de 35.748 quilômetros, a diversidade cultural e até mesmo produtiva entre cana de açúcar, milho e mandioca, mostra o caráter heterogêneo da Zona da Mata mineira.

Estudar a referida região de forma homogênea tiraria o olhar sobre as particularidades e diversidades de cada área que abrange a Zona da Mata mineira. Mecanismos de sobrevivências são desenhados para a manutenção da vida familiar, tanto por homens, quanto por mulheres no processo de ocupação e desenvolvimento.

Desenvolvimento: As Mulheres e a Ocupação da Zona da Mata mineira

Partindo para as interpretações da Zona da Mata mineira e os papéis exercidos por mulheres e suas redes de sociabilidades, segundo Clotilde Paiva Andrade: “assinalou que as mulheres representavam a maior parte da população livre mineira, na qual a taxa de masculinidade era de 95,3 homens para cada grupo de 100 mulheres.” (Alves, 2014, p. 41) Essas mulheres tinham a oportunidade de exercer papéis urbanos com rendimento para as atividades de costura e comércio. (Alves, 2014) A presença feminina no meio público remunerado possibilitava a manutenção da casa de forma satisfatória. (Alves, 2014)

Para ampliação da discussão utilizando dados de fontes primárias, analisaremos o Censo de 1872 da província de Minas Gerais⁵⁷⁴, sobre a população considerada em relação as profissões.⁵⁷⁵ No quesito mulheres livres, observamos 4 mulheres solteiras no seguimento religioso. Mulheres parteiras, 8 solteiras, 10 casadas e 86 viúvas. Mulheres professoras, 43 solteiras, 65 casadas e 25 viúvas. Mulheres artistas, 22 solteiras, 18 casadas e 17 viúvas. Capitalistas e proprietárias, 83 solteiras, 133 casadas e 183 viúvas. Manufatureiras e fabricantes, 55 solteiras, 42 casadas e 52 viúvas. Comerciantes, 24 solteiras, 16 casadas e 41 viúvas. Costureiras, 80.686 solteiras, 23.145 casadas e 12.143 viúvas. Trabalho manual em tecido, 32.125 solteiras, 20.327 casadas e 9.119 viúvas. Lavradoras, 15.103 solteiras, 8.742 casadas e 7.520 viúvas. Das profissões agrícolas criadoras 936 solteiras, 383 casadas e 143 viúva. Criadoras e jornaleiras, 23.437 solteiras, 6.525 casadas e 2.122 viúvas. No serviço doméstico, 42.112 solteiras, 42.837 casadas e 8.436 viúvas. Dos dados totais em relação ao sexo, 833.175 eram homens trabalhadores e 817.692 eram mulheres trabalhadoras. Esses dados nos mostram um parâmetro de trabalhadores para área total de Minas Gerais, mas é importante observar através dos dados totais em relação ao sexo, que mulheres trabalhavam tanto quanto homens. Ainda segundo o Censo de 1872, os homens estavam inseridos em profissões mais variadas como: juízes, advogados, médicos, pescadores, militares. Lugar este, que a mulher não se fazia presente. Porém, as mulheres estavam inseridas no meio público, através de profissões como: costureira e lavradoras.

Santa Luzia do Carangola: A criminalidade como fator de análise do cotidiano feminino

O processo criminal é uma fonte rica em dados, permitindo uma análise quantitativa e um trabalho qualitativo em seu contexto. Sob uma perspectiva quantitativa podemos analisar níveis de crime em um determinado recorte espacial, tipologia criminal, índices e oscilações de criminalidade dentro de um contexto, trabalhando com a quantidade de registro dos processos. Sob a perspectiva qualitativa, podemos reconstruir uma parcela das narrativas de cada processo, evidenciando as rotinas, as relações de poder, amor, ódio, solidariedade, interesses e vingança.

⁵⁷⁴ RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 04 set. 2023.

⁵⁷⁵ RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 04 set. 2023.

Parametrizado pela legislação de época, o Código Criminal de 1830⁵⁷⁶ possuía 313 artigos na definição dos tipos de crime que embasavam o roteiro dos processos. Já o Código do Processo Criminal de 1832⁵⁷⁷, com 355 artigos, tinha como um de seus objetivos, definir o roteiro e os trâmites processuais dentro dos caminhos da Justiça criminal. Nesse sentido, por meio dos processos é possível observar rupturas, permanências, mentalidades, solidariedade e transformações da sociedade brasileira do século XIX. Ivan Vellasco e Cristiane Viegas afirmam que é possível descortinar papéis sociais de homens e mulheres, nuances sobre a honra e a importância de defesa da mesma, padrões de relações de solidariedade na movimentação do cotidiano, dando sentido à vida social.

Segundo os autores:

As abordagens estatísticas das fontes permitiram, por sua vez, trazer à luz uma série de temas relacionados à cultura popular, a gênero, à honra e a padrões de relações sociais, que emergem com contornos mais nítidos do volume de processos judiciais que dão testemunho das atitudes cotidianas e de seus sentidos. (Vellasco; Andrade, 2018, p. 139)

Ao analisarmos o caso de Joaquina Pisaouro, no ano de 1883, tentaremos demonstrar como o processo-crime nos permite evidenciar alguns aspectos da rotina e dos conflitos existentes na região de Santa Luzia do Carangola. Tipificada na condição de vítima, Joaquina buscou a Justiça com o intuito da reparação de suas demandas:

No dia 29 para 30 do mês de Abril do corrente anno, as 9 horas da noite mais ou menos, na dita povoação do Divino do Carangola, e rua do Jaracattiá, depois de ter o denunciado, tentado entrar a força na casa de Sebastiana de Tal onde achava-se Joaquina Pisaouro para com esta ter relações ilícitas lhe tendo sido franqueada ultimamente uma janela da referida casa por Fuão Ilheo, por via da qual conseguindo penetrar do interior; não tendo sido aceito pela dita Pisaouro a que dirigio supplicas

⁵⁷⁶BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 25 fev. 2022.

⁵⁷⁷BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 25 fev. 2022.

amorosas e algumas pillacria de máo gôsto, dispeitado pela atual recusa disfechou-lha um tiro com a garrucha com que se achava, tentando matal-a, não tendo conceguido, por motivos independentes de sua vontade⁵⁷⁸.

Uma simples recusa afetiva foi o suficiente para Joaquina Pisaouro sofrer uma tentativa de homicídio. A dita Joaquina recusou as súplicas amorosas de Silvestre José Rodrigues e o mesmo se sentiu no direito de invadir o domicilio de Sebastiana de Tal e disparar com sua garrucha contra a vítima. Desta forma, casos como o de Joaquina foram conduzidos em um ritual processual na referida região, que envolveu 55 mulheres em 44 processos criminais, em um universo de 307 processos no total.

Sobre o caso criminal retratado, mesmo com a materialidade das provas colhidas no processo de Joaquina, o júri interpretou que as circunstâncias que levaram o réu a cometer a tentativa de estupro e homicídio eram atenuantes. Ou seja, circunstancias atenuantes são as causas justificáveis de diminuição de pena por um crime. (Pessoa, 2022) Nesse sentido, o conselho de sentença absolveu Silvestre José Rodrigues por unanimidade. O referido processo ocorreu na região de Santa Luzia do Carangola, na Zona da Mata mineira.

Conflitos como o de Joaquina Pisaouro, além de elucidar trajetórias, rotinas e conflitos, extraem desta parcela da sociedade, algumas das interpretações dos padrões morais e sexuais femininos do referido contexto. Para além da compreensão do processo criminal enquanto fonte, dos aspectos positivos e desafiadores da análise deste tipo de documento, historicizar o papel e as trajetórias femininas nos paramentos do recorte proposto são um dos objetivos desta discussão. Dos 307 casos tramitados entre as instâncias jurídicas até a elevação da Comarca de Carangola, entre 1876 e 1892, temos 44 casos envolvendo o gênero feminino em diversas situações.

A composição da fonte criminal ocorria quando um ato conflituoso se submetia à ação da Justiça. A fonte ganha robustez, na medida em que ocorrem seus trâmites e seus rituais processuais. Mesmo que o documento possa trazer variações em relação aos recortes, eles possuem certa padronização em seu ritual. Ivan Vellasco e Cristiana Andrade apontam que o processo criminal pode ser verificado em três frentes na compreensão histórica. E com essa metodologia, coletaremos as informações da seguinte forma: dados sobre o processo, dados sobre o crime e dados sobre as partes envolvidas. (Vellasco; Andrade. 2018: 146). Na primeira frente, verifica-se a tramitação do caso e o roteiro que vai da denúncia até a sentença. Na segunda frente, podemos constatar a tipologia

⁵⁷⁸CDH, 1883, Caixa 52, Feito M-45-05; p. 7-7v

criminal e a classificação dos delitos e na terceira frente, podemos verificar os dados específicos das partes e dos envolvidos de forma geral.

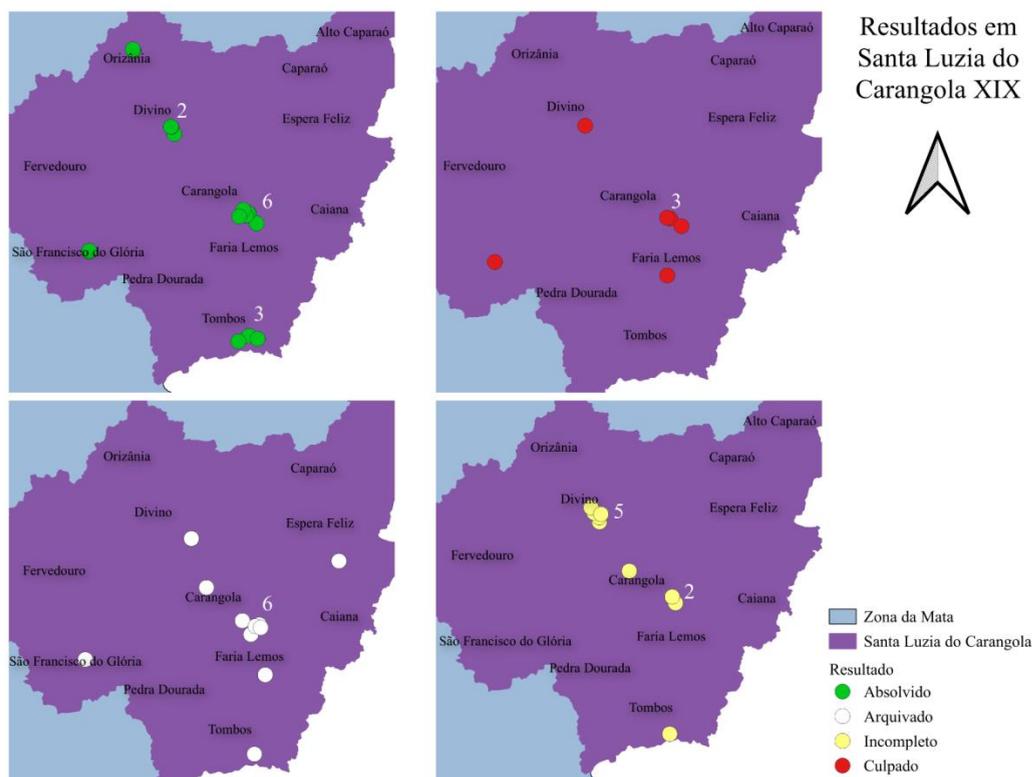
Tentaremos espacializar as informações dos processos criminais e identificar suas relações interesaciais, através da utilização do sistema de SIG Georreferenciamento. Analisaremos, as possíveis motivações dos crimes cometidos levando em consideração o contexto do período analisado.

Acerca da utilização da ferramenta SIG Histórico, podemos constatar que esta metodologia teve fundamental importância em nossa pesquisa de mestrado, como podemos constatar em sua utilização na justificativa deste trabalho. Dessa forma, ampliaremos o georreferenciamento dos dados analisados para os recortes inerentes a essa pesquisa. Em um contexto de mudanças espaciais e ampliação da atuação da justiça e seus aparatos o mapeamento do crime possibilita identificar seus padrões e modificações no tempo para ao fim termos mais indícios de como a justiça reagia frente a criminalidade que envolveu as mulheres. O conhecido SIG histórico, ou Sistema de Informação Geográfica Histórico, é a aplicação da tecnologia de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para a análise e visualização de padrões espaciais relacionados às fontes históricas. Basicamente, uma metodologia que permite a exploração e o estudo de eventos passados em seu contexto espacial. Cada vez mais utilizado no Brasil, desde a primeira década do ano 2000, as aplicações de SIG histórico tem apresentado grande variedade de usos nas pesquisas científicas desde o mapeamento de batalhas e conflitos, áreas urbanas ou rurais, reconstruções de paisagens e relações entre história e aspectos físicos geográficos e ambientais, entre outras.

O que foi feito é a atribuição do crime e algumas de suas características a localidade em que ocorreram no intuito de verificar os padrões espaciais dos crimes na história das mulheres em Santa Luzia do Carangola, no XIX. Apresentaremos 3 figuras, que demonstram uma relação entre características do crime e a localidade.

A figura abaixo evidencia o resultado dos trâmites processuais ocorridos no recorte desta pesquisa.

Figura 1

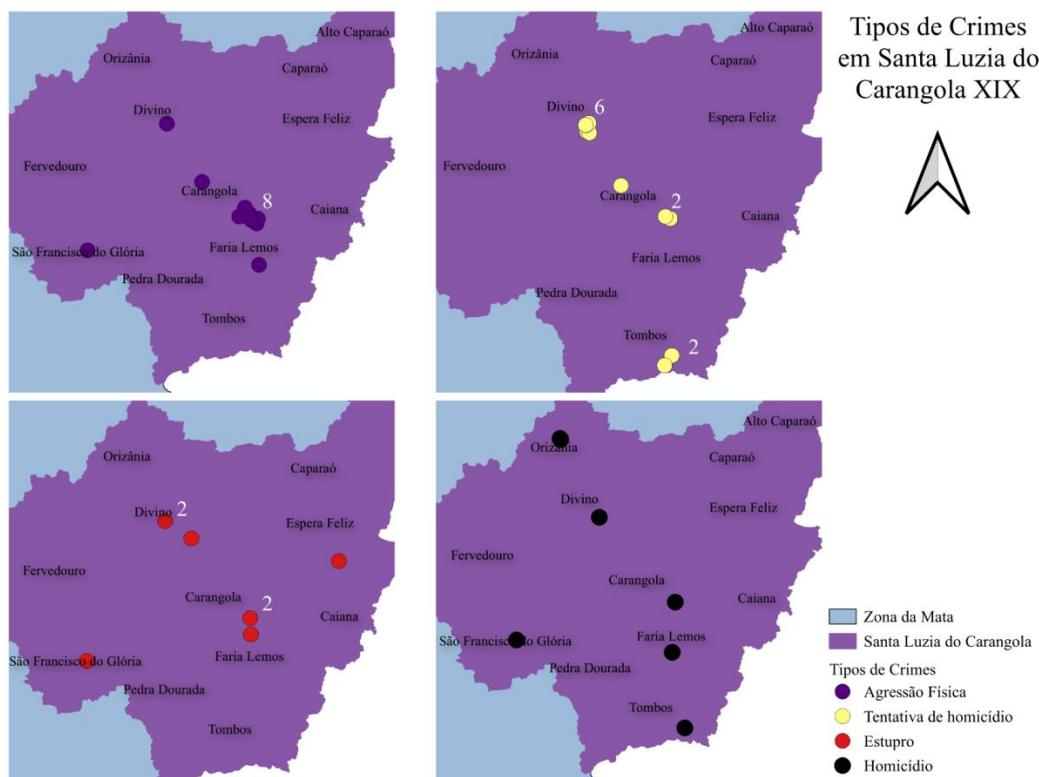


Fonte: Malha Municipal e Mesorregião, IBGE, 2022 e Processos Criminais de Santa Luzia do Carangola. Autor: Rafael Laguardia; figura desenvolvida no software QGIS 3.30.

Na figura acima destacamos os resultados dos trâmites processuais e seus respectivos acúmulos entre as localidades de Carangola. Percebe-se que Carangola acumula o maior número de resultados, a exceção dos “resultados” incompletos para Divino. Sendo um único caso de crime mulher contra mulher, os demais, são homens contra mulheres. Com relação aos julgados culpados, todos os crimes são de homens contra mulheres, com 2 crimes de homicídio, sendo 1 em Faria Lemos e outro em São Francisco do Glória. Sobre tentativas de homicídio, temos 1 caso para Carangola e 1 caso em Divino. Tem-se ainda a única condenação de estupro e uma agressão física em Carangola.

Na sequência, a imagem apresentada destaca os tipos de crime encontrados para Santa Luzia do Carangola.

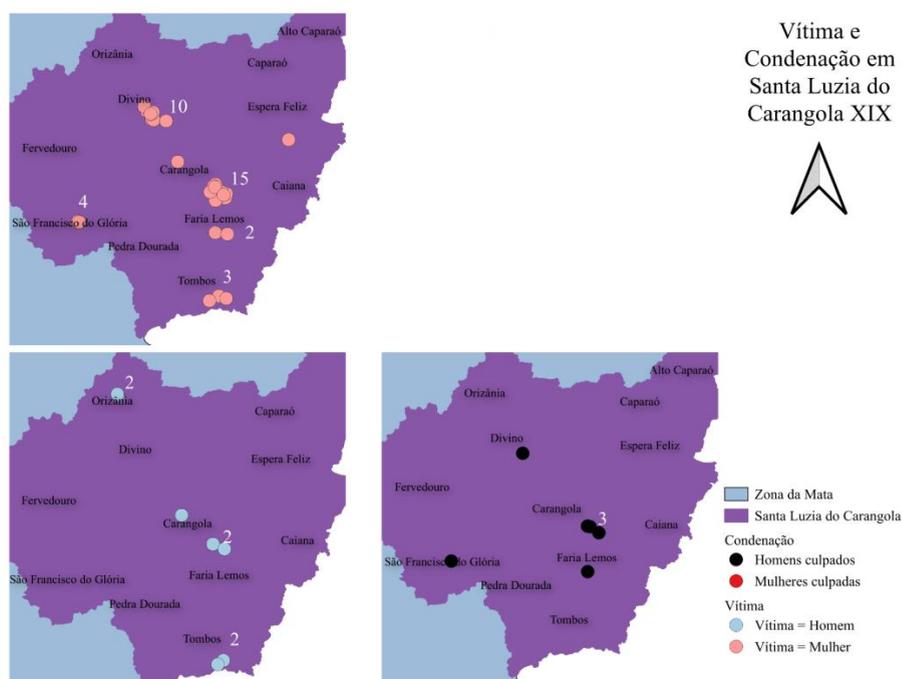
Figura 2



Fonte: Malha Municipal e Mesorregião, IBGE, 2022 e Processos Criminais de Santa Luzia do Carangola. Autor: Rafael Laguardia; figura desenvolvida no software QGIS 3.30.

Nesta figura percebemos quatro “tipos” de crimes em Santa Luzia do Carangola, XIX, notamos uma aglomeração de agressões físicas em Carangola. No entanto percebem-se maiores tentativas de homicídio em Divino. O estupro com 2 casos em Divino e 2 casos em Carangola, sendo os casos de Divino na década de 1880, enquanto em Carangola somente na década de 1890. Identificamos também 1 caso para São Francisco do Glória e 1 caso para Espera Feliz. Entre esses casos apenas 1 condenado em Carangola. O crime de homicídio se encontra pulverizado nas diversas localidades envolvendo Carangola. Com a metade dos casos com usos de arma de fogo, apenas um foi condenado em Faria Lemos. Ainda sobre os 2 homicídios de Orizânia, as duas mulheres rés foram absolvidas. Isto leva-nos a pensar sobre os resultados e sua espacialização.

Figura 3



Fonte: Malha Municipal e Mesorregião, IBGE, 2022 e Processos Criminais de Santa Luzia do Carangola. Autor: Rafael Laguardia; figura desenvolvida no software QGIS 3.30.

Nesta figura, observamos que, a primeira imagem relativa ao quantitativo de mulheres como vítimas, indica um acúmulo significativo entre as localidades de Carangola e Divino. Posteriormente, verificamos a espacialização dos eventos criminosos nas outras áreas. Nos casos em que as vítimas eram homens, o número das ocorrências era relativamente menor. Observamos números expressivos de registros quando a vítima era mulher. Contudo, observamos que, embora tenhamos um expressivo número de mulheres como vítimas, não existiram mulheres condenadas para os crimes que possuam mais de uma recorrência. Com base nas justificativas e nas lacunas encontradas, esperamos que esta pesquisa contribua para uma análise detalhada e para uma parcela da história das mulheres na Zona da Mata mineira.

Considerações Finais

Para finalizarmos, ressaltamos que este trabalho teve como finalidade demonstrar brevemente algumas nuances do cotidiano feminino através da análise do processo de ocupação da região de Carangola. Como este trabalho é um fragmento de pesquisa de mestrado em andamento, podemos compreender a ampla participação da mulher na sociedade, exercendo diversos papéis,

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

demonstrando a expansão onde o feminino atuava socialmente, como também, os papéis sociais que poderiam a vir desempenhar. (Furtado, 2007) Mesmo diante das problemáticas envolvendo as mulheres nos mais variados aspectos sociais, elas travavam maneiras de agir e sobreviver.

Referências Bibliográficas

FURTADO, Júnia Ferreira. As mulheres nas Minas de ouro e dos diamantes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). Histórias de Minas Gerais: As Minas Setecentistas 1. Belo Horizonte: Autentica, 2007, p. 484-485.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. *Código Criminal de 1830*. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/281-codigo-criminal>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SOUZA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (Orgs.). *Zona da Mata mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX. *Tempo*, Niterói, vol.9, n.18, pp.171-195, jun. 2005.

_____; ANDRADE, Cristiana Viegas. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929 *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 477, 137-170, mai./ago. 2018.

ST 13: TRAMAS SOCIAIS, CONFLITOS, PODER E ECONOMIA NO BRASIL.

O processo-crime para além do crime: metodologias e possibilidades de pesquisa em fontes judiciais do século XIX

Randolpho Radsack Corrêa⁵⁷⁹

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de realizar uma análise sobre o processo criminal enquanto fonte histórica para os fins do século XIX. Este tipo de fonte é um importante aliado no resgate das relações sociais, dos conflitos, das transformações e do desenvolvimento regional. Com base nas referências que iremos apresentar e com os documentos que serão destacados nesta pesquisa, tentaremos demonstrar que, os arquivos criminais podem ser um recurso de grande valia para a investigação de parcelas e fragmentos do cotidiano e dos micro-contextos de determinadas populações. Por vezes esquecidas nos acervos históricos, os processos criminais podem descrever em seus autos uma série de atividades relacionadas às sociedades, integrando homens livres e escravizados de diversas condições socioeconômicas com a população no fim do Oitocentos.

Palavras-chave: Criminalidade, Cotidiano, Fontes.

Abstract

⁵⁷⁹ Doutor em História pela Universo-Niterói-RJ. E-mail: randolpho36@gmail.com.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

The present work aims to carry out an analysis of the criminal process as a historical source for the end of the 19th century. This type of source is an important ally in rescuing social relations, conflicts, transformations and regional development. Based on the references that we will present and the documents that will be highlighted in this research, we will try to demonstrate that criminal files can be a very valuable resource for investigating portions and fragments of everyday life and the micro contexts of certain populations. Sometimes forgotten in historical collections, criminal cases can describe in their records a series of activities related to societies, integrating free and enslaved men from different backgrounds.

Keywords: Crime, Daily Life, Sources.

Introdução

O processo criminal pode ser considerado como uma rica fonte de dados, tendo em vista que seu rito apresenta um conjunto de informações acerca do cotidiano da região, das relações sociais, das formas de trabalho e lazer, da alimentação, de maneira que podemos extrair e analisar informações inerentes às intimidades e particularidades dos micro-contextos.

De acordo com Claudia Mauch:

Considerando-se que todo texto judiciário é um produto social, profissional e político, como tal deve ser analisado. Isso significa conhecer suas condições específicas de produção e não tomar os depoimentos ali contidos de forma ingênua. Para tanto, o pesquisador deve minimamente conhecer os procedimentos jurídicos do campo - crime, cível ou trabalhista - e da época específica que está estudando, por meio das leis e códigos de processo, para poder entender a lógica do andamento e das partes que compõem do processo. (Mauch, 2013: 25)

A partir desta afirmação, observamos a importância acerca do conhecimento da estrutura jurídica. Nesse sentido, é fundamental que conheçamos o aparato judiciário brasileiro e as leis que operaram os respectivos autos criminais, conforme retratamos no capítulo anterior. Contudo, cabe novamente ressaltar que todo o nosso trabalho corresponde aos eventos que foram oficializados nas barras do tribunal. Evidentemente, os eventos de violência e conflito que ocorreram nos interiores, nos âmbitos particulares, sem serem tratados oficialmente pela Justiça, não serão objeto dessa

pesquisa. Nosso trabalho discutirá os atos que foram transformados em autos por um ritual que se estabelece da denúncia até os trâmites no sistema judicial. Nesse sentido, teremos a contribuição de muitos discursos que foram além das partes envolvidas. Muitos profissionais inseriram seus textos e seus respectivos posicionamentos ao longo dos autos. Além de réus e vítimas, temos a presença de policiais, advogados, juízes, escrivães, médicos, testemunhas e jurados. (Mauch, 2013) Assim, essas contribuições enriquecem potencialmente o resgate do cotidiano desses elementos que vivenciavam transformações em um contexto regional e nacional. Para melhor elucidar a importância da utilização da fonte criminal na pesquisa histórica, utilizaremos uma metodologia aplicada em um estudo realizado para a região de Santa Luzia do Carangola, na província de Minas Gerais, no fim do Oitocentos.

Desenvolvimento

Percebemos que os arquivos judiciais, sobretudo os processos criminais, podem disponibilizar informações coletivas e individuais dentro de uma sociedade. Com esse tipo de análise podemos romper a barreira das pesquisas que trabalham exclusivamente com aspectos econômicos de uma determinada região, tendo em vista que os números relacionados em suas investigações foram produzidos em virtude de convivências e sociabilidades. Por meio dos processos criminais, temos a oportunidade de verificar como grupos marginais no interior das propriedades utilizaram a Justiça, a lei e os tribunais, como um campo de conflitos e disputas, buscando seus direitos e prerrogativas legais.

Trabalhar com o processo criminal nos traz a possibilidade de resgatar relatos de diversos grupos, independentemente de sua condição econômica ou social. São existências reais que podem ser capturadas e resgatadas, tendo em vista que os discursos descritos nos autos não foram construídos de maneira voluntária. Essas histórias só foram reproduzidas nos trâmites, tendo em vista que os indivíduos envolvidos colidiram com o poder, com a legislação vigente, configurando as ações como criminosas. Assim, podemos perceber os atos que se estabeleceram entre a solidariedade e o intolerável. (Mauch, 2013)

O que tentaremos demonstrar, é que os autos criminais são fontes extremamente valiosas na reconstrução de histórias locais, tendo em vista as suas características estruturais. O roteiro desempenhado pela Justiça no que diz respeito ao trâmite processual, permite desvendar aspectos do cotidiano, os valores de determinadas sociedades, os padrões vivenciados por homens e mulheres que, em nosso recorte conduziam suas vidas em meio ao universo de transformações.

Sobre as possibilidades acerca da pesquisa neste corpus documental, Regina Célia Lima Caleiro, Márcia Pereira da Silva e Alysson Luiz Freitas de Jesus argumentam que:

São testemunhos dos costumes e da constituição do universo físico e mental do período analisado, bem como da ação da justiça institucionalizada. As imagens que se depreendem da leitura destes documentos descortinam relações de poder, amor, ódio, violência e solidariedade. (Caleiro; Silva; Jesus, 2011: 303)

A pesquisa em processos criminais nos permite a aproximação em relação aos aspectos do cotidiano. Podemos utilizar das informações produzidas pela Justiça como fio condutor na reconstrução dos conflitos. Como o interesse dos tribunais se dava na reconstrução dos eventos criminosos, buscando a reconstituição das ações realizadas pelas partes inerentes ao processo, temos a possibilidade de visualizar e desvendar partes da vida íntima de indivíduos e seus grupos, investigando laços familiares, padrões de sociabilidade e conflitos.

Com a possibilidade de reconstruir alguns eventos que remontam e elucidam aspectos do cotidiano de determinadas sociedades, é importante destacar que toda cautela é necessária no que diz respeito à análise da documentação. Um dos principais exercícios para a análise dos autos é evitar enxergar apenas o que se é desejado na narrativa da fonte. Como já mencionamos, guardadas as devidas peculiaridades do tamanho e do tempo de duração de um processo criminal, o ritual é padronizado e possui um roteiro comum. Quando nos acostumamos com a leitura, podemos cair na armadilha de só consultar os autos que comumente fornecem dados específicos do processo. Por isso, a recomendação é que o pesquisador se destine a verificar todos os elementos da fonte, por mais exaustivo que seja.

Os autos disponibilizam dados que vão muito além das expectativas, sobretudo quando rompemos o vício da consulta apenas às partes documentais específicas. Sem dúvida, a análise dos processos criminais é algo que traz certa complexidade. Contudo, são documentos ricos em detalhes, tanto para a análise da violência, quanto para a verificação das relações cotidianas. O processo criminal enquanto fonte se caracteriza como uma ação judicial pelo qual um ato criminoso é registrado e submetido à Justiça. O documento vai ganhando forma e anexos ao longo dos seus trâmites, contendo informações acerca do evento criminoso e das partes envolvidas.

Variações e Métodos

Embora a fonte possa apresentar alguma variação no que diz respeito às peculiaridades do caso, o que se verifica é a predominância de um ritual padronizado. De acordo com Ivan Vellasco e Cristiana Andrade, o padrão processual no universo do crime, pode apresentar três grupos de informação. (Vellasco; Andrade, 2018)

- a) **Dados sobre o processo:** Estão disponíveis os dados sobre o tipo do processo, início e fim da tramitação, tipo de julgamento, sentença proferida, apelação como recurso (se for o caso), custas do processo e sentença final;
- b) **Dados sobre o crime:** Nesse grupo, verificam-se os dados referentes ao tipo de crime de acordo com os códigos criminais, recorte temporal de sua tramitação, local do crime, motivação para a concretização do evento criminoso e meios utilizados para o ato.
- c) **Dados sobre as partes (Vítima e Réu):** Estão disponíveis os dados referentes aos nomes, sexo, origem, naturalidade, nacionalidade (se estrangeiro), estado civil, ocupação, se sabe ler ou escrever, idade, cor e sua respectiva condição (escravizado ou livre). Caso a parte seja escravizado, se verifica as informações sobre o nome do proprietário.

Evidentemente não há a garantia da existência de todos os dados conforme ressaltam os autores. Tais ausências se dão pelos motivos que já mencionamos. Pode ocorrer a ausência de informações pela incompletude dos processos, mas também pela lógica ou dinâmica de cada Termo ou Comarca, apresentando uma variação de acordo com o estilo de escrita e a disponibilidade dos escrivães.

De acordo com Regina Célia Lima Caleiro, Márcia Pereira da Silva e Alysson Luiz Freitas de Jesus:

É interessante notar que mesmo se tratando de uma fonte que parece unívoca, os processos podem apresentar características diferentes, a depender da região onde eles foram produzidos. Fato que permite a esses documentos apresentarem respostas distintas, em realidades históricas que parecem uniformes, mas que, para o historiador, tornam-se um desafio permeado pela pluralidade. (Caleiro; Silva; Jesus, 2011: 306)

Além das informações mencionadas acima, podemos verificar a existência de outros elementos nos processos criminais. A leitura do processo na íntegra permite a verificação das atuações no

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

tribunal, que vão muito além dos réus e das vítimas. Essa verificação é importante, tendo em vista que, em sociedades interioranas como as que analisamos é possível identificar a participação de um mesmo indivíduo em vários processos ao longo do recorte. Conforme mencionamos anteriormente, é possível detectar constantemente a ação de vários indivíduos nas funções de juízes, promotores, advogados, escrivães e testemunhas em processos distintos.

O ritual processual apresentava uma sequência padronizada. A primeira fase para a oficialização do processo era a concretização do inquérito policial. Instituído pela reforma judiciária de 1871⁵⁸⁰, ele teve como característica separar as atribuições policiais das jurídicas no país. Esta peça reunia as diligências realizadas pelas autoridades policiais quando os mesmos eram noticiados de algum crime. A partir deste primeiro ato, as autoridades policiais realizavam a inquirição de testemunhas, colhiam os depoimentos dos suspeitos e das vítimas, realizavam o corpo de delito, exames e buscas para a apreensão de elementos que pudessem ter a serventia de prova em relação ao crime. Caso a autoridade policial estivesse convencida da categorização do crime de acordo com os códigos criminais, ela encaminhava o referido inquérito ao Ministério Público para a realização das etapas subsequentes. (Mauch, 2013)

A segunda fase é exposta na estrutura interna dos processos, que se apresentava de forma invariável na maioria dos casos. Caso o Ministério Público aceitasse o inquérito, a denúncia era apresentada ao juiz de direito, com os argumentos e os parâmetros legais já pontuados pelo promotor público. Caso a ação criminal exigisse, era realizado o corpo de delito. Em caso de morte os peritos realizavam a autópsia. Na sequência, se realizava o auto de qualificação das partes e o termo de declaração do réu. Na maioria das peças processuais, este termo vem com a nomenclatura “auto de perguntas”. Na sequência, observa-se a inquirição das testemunhas arroladas que, segundo o artigo 140 do Código do Processo Criminal de 1832, poderiam variar de dois a cinco indivíduos.⁵⁸¹ Cabe ressaltar que, em virtude da necessidade da oitiva de mais testemunhas, o juiz poderia intimar um número superior a cinco, como ocorreu em muitos casos que analisamos.

É importante destacar que, em algumas ocasiões, a própria Justiça podia efetivar determinadas investigações e trâmites processuais, sem que necessariamente essa demanda fosse iniciada pelas

⁵⁸⁰ BRASIL. Lei n.º 2033, de 20 de setembro de 1871. Altera diferentes disposições da Legislação Judiciária. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2033.htm>. Acesso em 12 jun. 2020.

⁵⁸¹ BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 12 jun. 2020.

autoridades policiais. Caso o Ministério Público interpretasse algum evento de maneira irregular ou ilegal, a própria promotoria poderia solicitar a abertura das investigações.

Essas peças eram fundamentais, tendo em vista que se destacavam os dados referentes à idade, estado civil, profissão e outras informações relevantes. (Caleiro; Silva; Jesus, 2011) A grande questão, é que nem todas as peças processuais apresentam essas informações de maneira completa. Evidentemente, mesmo com algumas lacunas e com os obstáculos da fonte, é possível reconstituir e interpretar muitos dos aspectos significativos dessas relações micro-históricas. (Caleiro; Silva; Jesus, 2011)

Por fim, as fontes criminais nos fornecem subsídios importantes para uma série de avaliações. Podemos investigar e reconstruir trajetórias individuais e coletivas, e as relações com as transformações em âmbito regional e nacional. É possível verificar a atuação do Estado e do seu potencial de controle social, por meio da monopolização da habilidade de investigação e sua consequente autoridade sobre determinado espaço. (Vellasco; Andrade, 2018) Ainda assim, temos a possibilidade de analisar o universo criminal com suas variáveis relacionadas ao homicídio, aos crimes violentos, as ofensas físicas e outros delitos de diversas naturezas. Nesse sentido, teremos a oportunidade de acessar uma parcela do cotidiano de Santa Luzia do Carangola, na província de Minas Gerais, utilizando as referidas fontes para compreendermos as trajetórias e os contextos da região através do ritual processual nos anos finais do século XIX.

Estudo de Caso

No ano da extensão da linha férrea na região de Santa Luzia do Carangola, José Lourenço do Carmo transitava pela linha férrea que estava em construção. Como o acesso aos trilhos estava proibido em função das obras e das manutenções, o português Sebastião Cardoso que trabalhava na referida construção advertiu José Lourenço para que não transitasse sobre os trilhos. Não cumprindo a advertência, Sebastião Cardoso agrediu José Lourenço com golpes de broca de ferro. Após a agressão realizada com o instrumento de trabalho do réu, o conflito foi levado aos trâmites processuais.

Logo no início do processo, um documento foi anexado aos autos, comunicando a partida de Sebastião para Portugal. Contudo, por conta das investigações que seriam necessárias, este subterfúgio não se concretizou. Para que a denúncia oferecida pela promotoria fosse avaliada, na

sequência dos autos foi realizado o auto de perguntas ao ofendido. Neste ato, José Lourenço alegou que foi advertido por Sebastião, para que não caminhasse pelos trilhos do trem. A vítima voltava com suas ferramentas após o trabalho na lavoura. José Lourenço argumentou ao réu que, quando o trem se aproximasse ele se retiraria da estrada. Contudo, no próprio depoimento, José Lourenço relatou que foi advertido normalmente por Sebastião, dizendo que “ali não era estrada”. Após esta advertência, recebeu três “bordoadas”.

No auto de Corpo de Delito, a narrativa dos peritos relata graves ofensas físicas. Os peritos, José Marcos da Rocha e Martinho José Rodrigues foram os responsáveis para o procedimento executado na vítima. De acordo com os peritos:

(...) encontrarão no offendido hum ferimento na cabeça do lado direito com huma brecha com 7 centímetros d'estenção e hum de profundidade que se observa o osso do crânio quebrado, e huma contusão no hombro direito, que lhe proibe mover com o braço, e uma leve contusão sobre o braço esquerdo; tendo a camiza e a calça toda manchada de sangue (...).⁵⁸²

No mesmo documento, os peritos informaram que o ferimento foi decorrente de ofensas físicas, que era considerado mortal, efetivado por um instrumento de ferro. Pontuaram ainda que houve comprometimento de membros e possível inabilitação dos mesmos. Alegaram que a ofensa poderia implicar em deformidades, pela forte pancada, resultando na perda de força da vítima. Argumentaram que a pancada dada na cabeça poderia influenciar em perturbação de José Lourenço, criando grave incômodo de saúde e a inabilitação de seu serviço por mais de trinta dias. Os peritos avaliaram o valor do dano causado em cento e oitenta mil réis.⁵⁸³

Ainda nos procedimentos realizados na subdelegacia, algumas testemunhas foram arroladas para a verificação do crime. A primeira testemunha se chama João da Silva Callado, tinha 40 anos, era negociante, natural de São Paulo e residente no distrito de Faria Lemos. De acordo com a sua qualificação, podemos verificar a presença de indivíduos de províncias externas residindo na região. Do mesmo modo, observamos uma qualificação profissional que denota outras atividades além das relacionadas à lavoura. A qualificação das testemunhas referentes a esse caso apresenta situações semelhantes.

⁵⁸² CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 7v-8.

⁵⁸³ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 8.

A testemunha relatou ter visto o réu conduzindo a vítima ensanguentada. Perguntou ao ofendido o que havia ocorrido. A vítima esclareceu que Sebastião a havia agredido na linha do trem. Questionando Sebastião sobre o motivo da agressão, o réu perguntou o que João Callado tinha com isso. A testemunha perguntou aos presentes o motivo da agressão. Soube também que havia sanções e multa de cinco mil réis para quem estivesse obstruindo a linha do trem. Foi informado pelos presentes que Sebastião espancou a vítima após ter solicitado que a mesma saísse da linha do trem. A testemunha informou que o ofendido foi entregue ao Mestre de Linha, sendo o réu Sebastião designado para a continuidade do trabalho na linha férrea. Ao ser questionado sobre o perfil das partes, a testemunha alegou que a vítima era um homem de bons costumes e bem conceituado. Já em relação ao réu, ouviu dizer que o referido era “muito bom no cassete”.⁵⁸⁴ A testemunha foi questionada se aprovava o ato do réu. Contudo, respondeu que se existia uma multa prevista, nada justificava uma agressão física.

As próximas testemunhas que colaboraram com o procedimento na subdelegacia, foram Domingos da Silva Cunha e Antônio Prudência. Domingos tinha trinta e nove anos, era negociante, natural do Porto de Santo Antônio em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Antônio Prudência tinha vinte e cinco anos, era lavrador, natural de Rio Novo em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Ambas as testemunhas alegaram que a vítima era bem conceituada e que o réu era provocador.

Nos procedimentos encaminhados à Justiça, a defesa questionou a intensidade dos resultados do exame discriminado no auto do corpo de delito. Neste ato do processo, a mesma defesa solicitou novas perícias em relação à vítima. Da forma como foram discriminados os ferimentos no corpo de delito inicial, as referidas ofensas categorizavam o ato como delito cometido por Sebastião. Conforme verificamos, a forma como foram relacionados os ferimentos no corpo de delito, os movimentos da vítima estariam comprometidos, inabilitando a mesma para o trabalho. No entanto, com a solicitação de um exame de sanidade física, a defesa buscou provar que a intensidade dos ferimentos não foi tão impactante conforme atestaram os peritos iniciais. O objetivo da defesa era provar que os ferimentos eram mais brandos, com o intuito de convencer a Justiça pela não criminalização do ato. De acordo com a defesa, foram oficiados *dois peritos completamente ignorantes da ciencia medica, pois são dois rústicos*.⁵⁸⁵ Após o pedido de um exame de sanidade física, foi solicitada vista ao promotor público para se pronunciar sobre a nova perícia. Em um processo de interiorização da Justiça, em uma região que passava por constantes transformações,

⁵⁸⁴ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 12.

⁵⁸⁵ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 23.

era previsto que as limitações em relação aos serviços prestados fossem uma realidade em vários aspectos. As perícias realizadas nos exames de corpo de delito, por vezes, eram conduzidas por indivíduos que não tinham a formação médica. Isso denota que, por vezes, para o andamento do ritual processual, a improvisação fosse uma realidade para os trabalhos da Justiça.

O resultado do exame de sanidade requerido pela defesa apresentou de fato, o abrandamento das feridas realizadas em José Lourenço do Carmo. De acordo com os novos peritos:

(...) procederão o exame na pessoa de José Lourenço do Carmo de constituição forte, trinta e cinco annos presumíveis de idade, e de estatura mais que regular, encontrando na parte media do parietal direito uma solução de continuidade, já em via de siccatura, de sete centímetros de extensão e um de largura, tendo a direção de cima para baixo e de traz para diante; este ferimento interessou apenas o couro cabeludo; encontrando mais uma escoriação de cor roza e forma quadrangular e de oito centímetros de lado, tendo a sua sede na (INDEFINIDO) direta, indicando ser produzida por um emplastro revulsivo; observando na mesma região uma echymose acompanhado de edemacia, echymose e edemacia determinadas por corpo contundente (...).⁵⁸⁶

Após o exame realizado, os peritos alegaram que os ferimentos foram produzidos por ofensa física. No entanto, diferente dos pareceres dos peritos anteriores, alegaram que os ferimentos não são mortais, não resultaram em mutilação ou destruição de algum membro ou órgão, não houve inabilitação ou deformidade, não ocorreu grave incômodo de saúde e não houve inabilitação de serviço por mais de trinta dias. O promotor público acatou o resultado do exame de sanidade, alegando que os peritos do primeiro exame de corpo de delito não eram profissionais para o ato, não possuindo capacidade para a realização do exame. Cabe a ressalva de que, com a solicitação da defesa em prol de um novo exame na vítima, se formalizou o uso de predicados legais para a desclassificação do delito praticado por Sebastião Cardoso. A tese da defesa buscou provar que os ferimentos descritos no corpo de delito eram amplamente excessivos se comparados às reais ofensas físicas.

Após este embate entre as partes, o processo foi conduzido para os procedimentos comuns ao ritual. Na qualificação do réu, Sebastião Cardoso alegou ser solteiro, ter vinte e oito anos e desempenhar a profissão de feitor de turma da conservação da Estrada de Ferro da Leopoldina. Alegou saber ler e escrever, sendo natural de Portugal.

⁵⁸⁶ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 26v.

As testemunhas arroladas para os trâmites na Justiça apresentaram versões muito semelhantes ao procedimento realizado na subdelegacia. O que se destaca na qualificação das mesmas, é o fato de serem naturais de outra região e estarem residindo em Faria Lemos. Algumas testemunhas do inquérito concretizado na subdelegacia foram arroladas novamente para o tribunal. João da Silva Callado, era solteiro, possuía 40 anos, era natural de São Paulo e residia no distrito de Faria Lemos atuando como negociante. Domingos da Silva Cunha, era casado, tinha 30 anos, era natural de Ubá, residia no distrito de Faria Lemos atuando como negociante. Antonio Prudêncio, era casado, tinha 25 anos, era natural de Rio Novo, residindo em Faria Lemos como lavrador. Lindolpho Rodrigues Pereira, era casado, tinha 40 anos, era natural de Vassouras, residindo em Faria Lemos como empregado público. Nicolas de Souza Pereira, era solteiro, tinha 19 anos, sendo o único natural da região, atuando como lavrador.

A década de 1880 para esta região se destacou em vários segmentos. A elevação de instâncias jurídicas ocorreu em 1880, a emancipação do município em 1882, a chegada da linha férrea e suas respectivas extensões a partir de 1885 e a elevação à categoria de Comarca em 1890. É provável que parte desses indivíduos que são qualificados como negociantes estivessem residindo na região pela conjuntura econômica favorável para o recorte. Em relação às partes envolvidas, podemos observar um trabalhador de lavoura em confronto com um trabalhador da linha de trem. Em outras palavras, o trabalho da terra se defrontando com o trabalho da expansão e desenvolvimento econômico.

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco: “(...) foi possível verificar como se institucionalizavam, na situação de trabalho, os componentes de ruptura e tensão, no sentido de dar-lhes livre curso e de serem conduzidos em função da natureza das relações existentes entre os colaboradores, até os conflitos irreduzíveis.” (Franco, 1997) Em outras palavras, a atividade mercantil, oriunda do desenvolvimento, construiu uma imposição legal, restringindo determinados costumes e valores previamente estabelecidos. A possibilidade de caminhar livre pelas estradas, estava fadada a nova normatização de segurança em relação à desobstrução da linha de ferro, que era uma novidade na região. Esta mesma imposição originou o estado de tensão, culminando no conflito e em sua interferência através da justiça.

No interrogatório do réu, Sebastião alegou que residia em Faria Lemos, especificamente no quilômetro 135 da linha do trem. O réu afirmou que, em virtude do trabalho desenvolvido na manutenção da linha, residia neste local há onze meses ou mais. Em seu depoimento, Sebastião argumentou que estava rondando a linha férrea para afastar dos trilhos qualquer empecilho que pudesse obstruir a passagem do trem. Este procedimento ocorria sempre que se aproximava a hora

da passagem da locomotiva. Ao perceber a presença de José Lourenço, Sebastião advertiu a vítima sobre a proibição de permanecer próximo aos trilhos tendo em vista que muitos desastres já haviam ocorrido por causa de imprudências. De acordo com o réu, José Lourenço resistiu à advertência, permanecendo na estrada do trem. Na necessidade de retirar a vítima do trajeto, Sebastião quis afastá-lo da linha. Segundo o réu, José Lourenço deu um arranco que o fez cair dentro de um buraco feito de pedra e cimento. Sebastião disse que retirou José Lourenço do local da queda ao perceber que o mesmo havia se ferido.

Após o interrogatório destinado ao réu, o juiz se posicionou na contramão da denúncia inicial. De acordo com a autoridade, a própria vítima confessou desobedecer ao regulamento da linha férrea ao ser advertido pelo réu. Cabia a Sebastião a função de desobstruir a estrada para a passagem do trem. O juiz ressaltou que a própria vítima confessou que, ao ser admoestado, argumentou que assim que chegasse o trem sairia do caminho. Ressaltou ainda que, quando as testemunhas visualizaram a vítima, esta já se encontrava ferida, não oferecendo provas que Sebastião tivesse ocasionado os respectivos ferimentos. O juiz interpretou como aceitável a retirada de José Lourenço da linha do trem, uma vez que esse resistiu às advertências preliminares. Alegou ainda que, se o réu tivesse intenções criminosas com a vítima, Sebastião deixaria José Lourenço ferido para ser morto pelo impacto com o trem. Sendo o réu um vigia da empresa, este não poderia permitir a presença de indivíduos imprudentes sobre a linha. Era lícito ao vigia utilizar a força para coagir e afastar alguém que estivesse resistindo e obstruindo a estrada do trem. Seria natural que o queixoso, ao cair por ser retirado da estrada acabasse se ferindo. Por não poder admitir o crime por ilação, o juiz considerou improcedente a queixa. Sendo assim, a autoridade solicitou o arquivamento do processo, encerrando o caso sem qualquer condenação. A necessidade do cumprimento das regras em relação à chegada e ao funcionamento da linha férrea, fez com o que o juiz interpretasse a ofensa física realizada em José Lourenço como justificável, tendo em vista que a desobstrução do trajeto do trem era responsabilidade de Sebastião Cardoso.

As mudanças em meio ao cotidiano de uma vida que, até então, se conduzia em um ambiente exclusivamente rural, acabou por se constituir um obstáculo para os hábitos comuns. A lida e o trato com os empecilhos também destacam o embate entre o indivíduo do campo e o indivíduo atrelado aos movimentos de transformação. Nesse sentido, podemos identificar como as novas regras podiam causar resistência dentro de um novo contexto. Com a chegada do trem, novas normas impunham certa limitação em relação ao trânsito e ao próprio cotidiano dos habitantes que já viviam na região.

Considerações Finais

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

A Justiça se constituía como um espaço que podia ser utilizado por diferentes grupos. Seus usuários desenvolviam estratégias para conduzir suas demandas nas barras do tribunal, com o objetivo de obter apoio de seus condutores. Para tal, era necessário o uso de testemunhas e de depoimentos para a defesa dos argumentos, da honra e da moralidade. Em outras palavras, os julgamentos se constituíam em espaços de construção da “verdade”. Por vezes, a defesa da referida “verdade” não correspondia aos fatos. Contudo, as consequências de um julgamento produziam as figuras de criminosos e absolvidos que eram socialmente identificados após os trâmites processuais. (Bretas, 1991) Após o surgimento da Justiça, compreendemos que o crime é parte integrante da vida social.

Referências Bibliográficas

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 49-61, 2º. sem. 1991.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Márcia Pereira da; JESUS, Alysson Luiz de Freitas de. Os processos-crime e os arquivos do Judiciário. *Dimensões. Vitória*, v. 26, pp. 302-320, 2011.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013. v. 11. pp. 17-31. 2013.

VELLASCO, Ivan; ANDRADE, Cristiana Viegas. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 477, pp. 146, mai./ago. 2018.

ST 15: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O DIREITO À MEMÓRIA: OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE.

Arquivos de movimentos sociais e os desafios da preservação da memória: um estudo do acervo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora

Carolina Martins Saporetti⁵⁸⁷

Ana Carolina de Souza Severo⁵⁸⁸

Resumo: Os arquivos dos movimentos sociais são resultantes da experiência da ação humana em diversos campos de atuação, seja na luta pela saúde, pela educação, pela moradia, pelo trabalho, dentre outros direitos que muitas vezes são violados. Estes arquivos preservam a memória desses movimentos e são importantes fontes para o estudo da história destes, para a manutenção da identidade e dos ideais de luta. Dessa forma, este trabalho dissertará sobre acervo do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora que está sediado no Centro de Conservação da Memória (CECOM) da mesma instituição e a importância deste para a memória do movimento estudantil, principalmente da cidade de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Arquivos, movimentos sociais, DCE-UFJF

Abstract: The archives of social movements are the result of the experience of human action in different fields of action, whether in the struggle for health, education, housing, or work, among other rights that are often violated. These archives preserve the memory of these movements and are important sources for studying their history and maintaining their identity and ideals of struggle. Therefore, this work will discuss the collection of the Central Student Directory of the Federal University of Juiz de Fora, which is based in the Memory Conservation Center (CECOM) of the same institution, and its importance for the memory of the student movement, mainly in the city of Juiz de Fora.

⁵⁸⁷ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e funcionária do Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carolinamartinssaporetti@gmail.com

⁵⁸⁸ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: 14612919688@estudante.ufjf.br

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Keywords: Archives, social movements, DCE-UFJF

Introdução

A elaboração, o uso e a organização/preservação dos documentos são fatores fundamentais para o próprio andamento desses movimentos. Por isso, seus documentos não são vistos apenas como objetos de estudos e pesquisas externas, mas como meio de registro das atividades e, portanto, estão presentes no cotidiano dos grupos. Este artigo busca ressaltar a importância da preservação da memória dos movimentos sociais, colocando os documentos produzidos por estes grupos como fontes de informações e conhecimentos.

Tendo como estudo de caso o acervo do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, custodiado no Centro de Conservação da Memória da mesma instituição, serão apresentadas algumas especificidades sobre os documentos deste órgão do movimento estudantil, que podem ser relacionados a documentos de outros movimentos sociais, buscando, assim, introduzir algumas questões sobre cuidados nas produções e difusão destes materiais destacando estes como lugares de memória, sendo assim, fontes que contextualizam a história desses grupos.

O que são movimentos sociais?

O termo movimento social foi criado pelo economista e sociólogo Lorenz von Stein para designar os movimentos operários que estavam ocorrendo na Europa. Pensando-se na função da lógica do capitalismo, os movimentos sociais se baseiam em múltiplas formas de participação como na visão Weber que vê nos movimentos sociais um fator que impulsiona a modernidade, já para Durkheim essa nova categoria vem da transição de formas de solidariedade simples, pois os indivíduos diferem pouco entre si, porque partilham os mesmos sentimentos e valores (SILVA, 2001).

Karl Marx (2004) compreende os movimentos sociais como uma forma organizada racionalmente da classe trabalhadora, que se divide em sindicatos e partidos que lutam para que ocorra a transformação das relações capitalistas de produções.

Em sua obra “Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos” Maria Gohn (2000) aponta Marx como o pensador que conseguiu unir a teoria dos movimentos sociais com a prática destes, através do conceito de práxis social, que na teoria marxista seria a transformação da natureza pelo homem, ou seja, a partir da interação do homem com a natureza ele é capaz de modificá-la de forma que esta atenda suas necessidades. Do ponto de vista de Marx os movimentos sociais seriam instrumento de transformação da sociedade, pois fariam a interação entre sociedade e classe operária, buscando melhores condições para os homens. Assim, Gohn destaca como a práxis social é importante, uma vez que, está “se realiza em conexão com a realidade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política” (Gohn, 2000:176).

Analisando outras abordagens sobre o conceito de movimentos sociais, deparou-se com o sociólogo Alain Touraine que estabeleceu novas bases para a interpretação dos movimentos sociais, ainda na década de 70. Segundo ele o movimento social se define como “a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (1977:336). O paradigma dos Novos Movimentos Sociais segundo Gohn, a partir da preocupação em analisar os movimentos sociais que surgiram, principalmente na Europa, a partir de 1960, considerando a subjetividade dos indivíduos, dessa forma, os movimentos sociais se definem pelo “confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade” (Touraine, 1977:344).

Segundo Touraine, o processo de formação do sujeito não se realiza de forma individual, mas sim na interlocução com outras pessoas da mesma classe social. Portanto é justamente primeiro do caráter não individualista do processo de subjetivação que Touraine estabelece a ligação entre a noção de sujeito e o tema dos movimentos sociais. Em suas palavras:

Sem esta passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem este recurso a um princípio não social de ação na vida social, a ideia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito (Touraine, 1998: 302).

De acordo com Touraine (2003), os movimentos sociais têm o papel de serem interlocutores entre os sujeitos e o Estado, ou seja, os movimentos sociais têm o papel de desenvolver sujeitos livres e autônomos, e construir um diálogo entre as pessoas e o Estado.

Alberto Melucci (1994) é um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva, pois seu enfoque está ligado ao nível microssocial da sociedade, o que possibilita a compreensão do movimento. Devido a sua formação e atuação profissional, nas ciências sociais e na psicologia clínica, ele associa a análise das subjetividades dos indivíduos com o estudo das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico. Neste sentido, há um claro distanciamento das

concepções clássicas de movimentos sociais, como é possível observar no trecho a seguir:

Eu diria que me interesso pela dimensão pessoal da vida social porque estou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam as suas vidas. [...] eu sempre tive um interesse profundo pelas estruturas emocionais porque não me considero apenas um indivíduo racional (MELUCCI, 1994: 153).

Tomados estes elementos essenciais, para Melucci, o fenômeno da ação coletiva deve ser entendido como:

[...] um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluírem sentido do que estão fazendo (MELUCCI apud GOHN, 2000: 154).

Melucci critica o modelo clássico, já que considera a ação coletiva é vista como um resultado das condições estruturais, ou como expressão de crenças e orientações partilhadas, o que impediu de se entender a ação como um sistema de relações.

Dessa forma, constata-se que movimentos sociais são ações coletivas que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Onde estas ações delimitam interesses e constroem identidades no âmbito de seus grupos. Estes podem representar a resistência dos oprimidos e podem também atuar como fonte de energia para construção de novos horizontes.

O movimento estudantil em Juiz de Fora e Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora

O movimento estudantil apesar de ter se constituído em torno da UNE, ele é composto por diversas instituições que de certa forma são ligadas a UNE, como: União Estadual dos Estudantes (UEE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Diretórios Acadêmicos (DA's), Centros Acadêmicos (CA's), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE's), grêmios estudantis, dentre outras organizações.

No caso deste artigo, o órgão que será estudado é o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (DCE-UFJF). Esta entidade é responsável por representar o corpo discente na reitoria, levando reivindicações, propostas e ideias da categoria. Tem o objetivo de promover a integração dos alunos da universidade, dispondo em contato ideias, trabalhos,

pessoas e experiências de todo o universo estudantil, a fim de criar projetos e eventos que reúna toda a diversidade que compõem uma universidade.

O DCE é um veículo de luta dos estudantes, onde estes podem lutar com mais ímpeto por seus direitos, cobrar qualidade do ensino, melhorias na infraestrutura, contratação de professores, fiscalizar o restaurante universitário e no caso de universidades particulares podem cobrar mensalidades justas, e, pelo respeito à classe estudantil. Dessa forma, o DCE é um espaço de luta pela democracia e pela construção de uma sociedade mais justa.

O DCE-UFJF surgiu em conjunto com a federalização das faculdades em Juiz de Fora, a partir da lei nº 3858 de 23 de dezembro de 1960, sancionada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, que tornava federais as faculdades já existentes na cidade (Direito, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Medicina e Economia).

Sobre o DCE-UFJF destaca-se o trabalho da historiada Gislene E. Lacerda, “Memórias de Esquerda: O Movimento Estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985” (2011)⁵⁸⁹, como referência sobre a atuação deste órgão. Através desse livro é possível analisar as chapas que concorreram a direção, os principais membros (que foram entrevistados pela pesquisadora), as lutas e um contexto geral do período. Além disso, tem-se como fonte os documentos do acervo do DCE que estão custodiados do Centro de Conservação da Memória da UFJF, localizado no antigo prédio do DCE.

Ao trabalhar o movimento estudantil em Juiz de Fora, Lacerda (2011) busca compreender as influências políticas que ocorriam no cenário nacional e como estas influenciavam as disputas eleitorais dos CA's, DA's e DCE's da UFJF.

Sobre os anos iniciais do DCE-UFJF não se tem muita documentação e nem trabalhos acadêmicos sobre este órgão, devido ao período da ditadura civil-militar, a perseguição, censura, muitos documentos desapareceram. Além disso, não era comum uma gestão deixar os documentos organizados para a direção seguinte, o que dificulta a construção de uma narrativa. Mas verifica-se que o DCE-UFJF foi atuante na luta contra o regime militar.

A partir da segunda metade da década de 1970, consegue ter um panorama mais estruturado sobre a atuação do DCE-UFJF, principalmente na luta pelo retorno da democracia e pelo fim da ditadura. Portanto, a mudança no panorama sociopolítico do Brasil com o ressurgimento dos partidos políticos influenciou diretamente nos movimentos estudantis, pois este começou a agregar as demandas dos partidos dentro da política da Universidade.

Dessa forma, este fenômeno da influência dos partidos políticos pode ser observado nas

⁵⁸⁹ É importante ressaltar que foi a partir da pesquisa para dissertação de mestrado da pesquisadora Gislene E. Lacerda, que se verificou a necessidade de organização do acervo do DCE-UFJF.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

eleições do DCE-UFJF, que no ano 1976 tinham chapas opostas, uma ligada à esquerda marxista, que perdeu as eleições para um grupo de direita que era a chapa Xequemate, que centrava seus esforços nos problemas universitários, apresentando assim em seus planos de gestão, políticas voltadas apenas para a universidade, sem direcionar a atenção para os problemas políticos nacionais. Contudo, a esquerda não perdeu as eleições nos DA's e CA's o que possibilitou um movimento que segundo Lacerda (2011) fez crescer a impopularidade da chapa de direita, fazendo assim com que o DCE-UFJF voltasse para as mãos da esquerda, que era a chapa Ponto de Partida na gestão seguinte.

Porém, essa nova esquerda presente nas universidades não tinha um pensamento unificado, havia uma ramificação de grupos ligados a esquerda com diferentes tendências que criaram várias chapas com projetos diferentes.

Após o ano de 1977, as chapas que passaram a disputar as eleições do DCE-UFJF tinham todas os ideais de esquerda. Dentro das lutas propostas por estas estavam a reestruturação da UNE e da UEE, a liberdade universitária, liberdadedemocrática, a luta pelos oprimidos, a anistia, fim da censura e a liberdade partidária.

Segundo o depoimento de Flavio Cheker⁵⁹⁰ cedido a Gislene E. Lacerda (2011)

[...] A gente sempre procurou a fazer esse pulo do gato, sabe, eu me lembro que todas as palavras de ordem estudantis terminavam invariavelmente com pelas liberdades democráticas e abaixo a ditadura, então não tinha luta estudantil que não se vinculasse a lutas mais gerais da sociedade [...] (Cheker apud Lacerda, 2011).

Assim, no âmbito do DCE-UFJF e no movimento estudantil em nível nacional, pode-se perceber a importância da vinculação entre os movimentos sociais, que se preocupam além das demandas específicas de cada setor, com as questões da sociedade geral.

Uma das lutas que perpassou quase todas as gestões do DCE-UFJF foi a questão do transporte público. Após a inauguração do novo acesso ao campus da universidade pela Avenida Presidente Itamar Franco, que na época era denominada Avenida Independência, os pontos foram modificados dificultando assim o acesso dos estudantes ao campus e ao Restaurante Universitário (RU).

No ano de 1978, houve manifestações estudantis pela melhoria do transporte público da cidade, o movimento que era pacífico e mesmo assim acabou sofrendo uma repressão muito violenta por parte da polícia, o que culminou mais tarde em uma greve estudantil.

A greve estudantil de 1978 ficou conhecida como uma das maiores greves realizadas pelo

⁵⁹⁰ Flavio Cheker foi coordenador geral do DCE-UFJF na gestão 1977/1978. E foi entrevistado por a Gislene E. Lacerda para a realização de sua dissertação de mestrado: as esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes estudantis juiz-foranos durante a transição democrática brasileira (1974-1976).

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

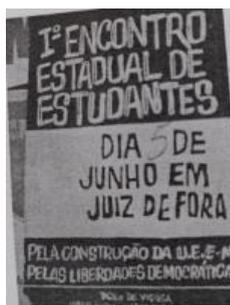
movimento estudantil da cidade de Juiz de Fora. O DCE-UFJF distribuiu panfletos que denunciavam a precariedade do sistema de transporte público para mostrar a população os motivos da greve. Para Lacerda (2011) os estudantes fizeram discursos denunciando acumplicidade entre o prefeito Francisco Antônio de Melo Reis do partido ARENA e a ditadura militar, que se preocupavam apenas com o interesse dos grandes magnatas do transporte.

A repercussão da greve e da repressão policial com os estudantes, alcançou nível nacional, de forma que vários setores apoiaram os estudantes, como a Assembleia do Estado de Minas Gerais que fez um pronunciamento falando do ocorrido, os estudantes dos cursos secundaristas do Colégio Magister e as faculdades particulares também aderiram ao movimento como o Centro de Ensino Superior (CES) e a Faculdade Machado Sobrinho.

Com a grande difusão da greve, apesar de não atingir seus objetivos, os estudantes utilizaram essa visibilidade para dar continuidade a algumas pautas do movimento, como a volta da UEE-MG e a recuperação de antigas entidades de representação dos estudantes.

Em junho de 1978, os estudantes realizaram o I Encontro Estadual dos Estudantes em Juiz de Fora (Figura 1), o que não agradou o reitor que se utilizou da Lei de Segurança Nacional para intimidar e impedir que o encontro fosse realizado na UFJF. De acordo com Lacerda (2011: 147), os estudantes ao saberem que o encontro havia sido vetado pelo reitor, buscaram apoio popular para a realização do evento e o adiantaram em um dia para evitar a repressão policial e da reitoria.

Figura 1: Cartaz do Iº Encontro Estadual de Estudantes



Fonte: Acervo do DCE-UFJF

Se em 1978 a maior atuação do DCE-UFJF foi em relação ao transporte público municipal, em 1979 a pauta foi a precariedade do Restaurante Universitário (RU), com comida de má qualidade e o aumento do preço da refeição. Assim, os estudantes se mobilizaram e ocuparam o RU. Apesar de não ter acontecido nenhum ato de vandalismo, nem depredação do espaço público, os quatrocentos estudantes que ocuparam o espaço de forma pacífica foram duramente reprimidos pela polícia, que obteve aval do reitor para entrar no campus. Com isso alguns estudantes foram presos (Lacerda, 2011: 149).

Dentro desta perspectiva de apoio a causas que não são diretamente ligadas as pautas do movimento estudantil, mas que estão ligadas a questões da sociedade de forma geral, tem-se a participação do DCE-UFJF, na luta pelos garis⁵⁹¹, que após uma paralisação foram demitidos sem nenhum aviso prévio. E para evitar que essas pessoas passassem por grandes necessidades foi realizada uma campanha de arrecadação de dinheiro e alimento para os garis. A campanha obteve uma participação popular significativa.

A sede do DCE serviu de lugar para as reuniões dos garis, que buscavam o recebimento do 13º salário de janeiro de 1980, e definir medidas para que o movimento as solucionasse ou chegassem a um acordo com a prefeitura. Ou seja, o movimento estudantil foi e ainda é muito presente nas lutas de outros movimentos também, mostrando a articulação entre os movimentos sociais.

Em Juiz de Fora com o fim do AI-5 e a revogação dos decretos nº 228 de fevereiro de 1967⁵⁹² e nº 477 de fevereiro de 1969⁵⁹³ que se refletiam diretamente sobre os estudantes, o MEC exigiu um regulamento que acolhesse o movimento estudantil, isso representou uma grande vitória, pois todas as reivindicações pedidas foram aceitas pelo MEC.

O novo embate produzido pelo movimento estudantil e a reitoria foi em relação a medida aprovada pela universidade, que segundo o DCE-UFJF era uma forma de julgamento dos estudantes que participavam do movimento estudantil, pois como possuíam grandes participações nas atividades do movimento, não conseguiam terminar seus cursos dentro do período previsto pelo regulamento. Para os DCE's das instituições de ensino superior do Brasil a extensão da carga horária, fazia com que os estudantes não tivessem tempo para participar dos movimentos políticos.

Outra luta que foi encabeçada pelo DCE-UFJF no mesmo ano, foi contra a criação das licenciaturas curtas, uma vez que, a qualidade de ensino seria prejudicada, devido ao aumento da demanda e a diminuição do currículo. Além disso, haveria um reflexo negativo no ensino básico, pois a formação de professores sofreria um déficit, tendo em vista que alguns conteúdos não seriam trabalhados-

Apesar de em 1980 iniciar um “período de abertura política” os estudantes ainda sofriam repressões e havia prisões por manifestações políticas, como no caso do estudante de filosofia José Reinaldo Duarte, que foi preso em 1980 devido a distribuição de panfletos na cidade, que continham notas a população protestando contra a prisão de professores e a repressão sofrida

⁵⁹¹ Diário mercantil de 10 de janeiro de 1980, p. 05.

⁵⁹² Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.

⁵⁹³ Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

durante a greve dos docentes. Após a prisão do estudante o DCE-UFJF agiu de forma efetiva contra a repressão e a opressão que ocorria na cidade (Lacerda, 2010: 155).

Contudo, os atos de insatisfação contra a ditadura militar se acirraram, ainda mais após o aumento na mensalidade das universidades particulares e a falta de verba para a universidade pública. Houve uma manifestação dos estudantes e de outras instituições como o Centro de Ensino Superior (CES), o Comitê Brasileiro pela Anistia, a União dos Trabalhadores do Ensino e alguns partidos políticos. Como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP), que buscavam além das pautas estudantis a punição de torturadores que permaneciam impunes.

Dentro do âmbito das universidades se buscava também, a melhoria no ensino e o aumento de verbas para as universidades para poder manter as atividades básicas. No ano de 1982 uma portaria do Ministério de Educação e Cultura (MEC) aumentava em 590% o preço do restaurante universitário. O que culminou em greves por todo o país. Em Juiz de Fora, não foi diferente, após esta decisão os estudantes foram para reitoria para tentar negociar o funcionamento do RU por um preço acessível, mas o preço não foi aceito, sendo atendidos apenas estudantes carentes. Então, os estudantes se mantiveram em greve (Lacerda (2011: 163).

Após quinze dias de greve o DCE-UFJF, se reuniu novamente com o reitor, mas este por sua vez disse que não podia fazer nada, pois essa era uma portaria do MEC que deveria ser cumprida. Depois dessa reunião os estudantes entenderam que não poderia fazer nada contra isso, mas como um último ato, foi realizado um enterro simbólico do reitor (Figura 2) e um protesto contra o MEC. O movimento universitário de Juiz de Fora foi muito atuante também em relação a escolhido seu próprio reitor, chegando a fazer manifestações para que os nomes que foram escolhidos pela comunidade universitária fossem colocados na lista sêxtupla. Apesar da vontade da comunidade universitária não ter sido respeitada, dos seis nomes da lista quatro foram escolhidos mediante a votação.

Figura 2: Enterro do reitor



Fonte: Acervo do DCE-UFJF

Em relação ao âmbito cultural, o DCE-UFJF foi responsável pela produção de diversas atividades, como shows, calouradas, exposições... O que cresceu principalmente a partir da década de 1970, quando o movimento estudantil buscou reaver a cultura na cidade compreendendo esta como uma forma de resistência.

Segundo Musse (2006: 114), quando a UFJF foi criada ela se tornou “polo atrator e difusor de cultura, principalmente através das atividades de seus estudantes”, ou seja, até a criação do AI-5, a universidade promoveu diversos eventos culturais, como a criação do centro de estudos cinematográficos. Desta forma a cultura foi utilizada pelos movimentos sociais como uma forma de difusão de suas ideias e servia de alerta também sobre as atrocidades do regime militar.

No ano de 1974 pode-se perceber uma volta dos movimentos culturais em Juiz de Fora, e com isso o DCE-UFJF na busca pela redemocratização da universidade, começa a investir em ações culturais a primeira delas foi o Som Aberto, que acontecia aos sábados onde eram apresentadas músicas, poesias, entre outros, os estudantes utilizavam o próprio espaço do DCE-UFJF, para a realização do evento, outras atividades também ocorriam neste espaço como as calouradas. Portanto, para o movimento estudantil investir em cultura era uma forma de promover a democracia e ao mesmo tempo de resistir a ditadura. As gestões de esquerda do DCE-UFJF sempre mantiveram seu compromisso com a cultura, seja através da realização de shows, exposições, saraus, calouradas e outras atividades, ou emprestando o espaço do prédio do antigo DCE (localizado na Av. Getúlio Vargas, no Centro de Juiz de Fora) para que outros setores realizassem outras atividades. Ao compreender as lutas do DCE-UFJF, percebe-se assim a importância do movimento estudantil para a formação de um pensamento crítico dos estudantes de Juiz de Fora e para a conquista de muitos direitos.

Dentro do espaço da universidade, com o REUNI em 2007, houve uma ampliação tanto no espaço físico da universidade como na ampliação de vagas buscando aumentar o número de jovens no ensino superior em faculdades públicas. A ampliação na UFJF contou com a criação dos laboratórios, melhorias no campus dentre outros. Com o PROUNI e a lei de cotas, o acesso ao ensino superior gratuito se tornou possível aos estudantes de baixa renda, pois antes da lei as universidades eram voltadas para as elites, uma vez que, o acesso era realizado por meio de vestibulares que eram difíceis para os alunos de escola pública e quase não existia curso anoite o que dificultava a ascensão destes alunos ao ensino superior, pois muitos trabalhavam na parte do dia.

Com a chegada dos anos 2000 houve mudanças no DCE-UFJF como a agregação de

novos movimentos sociais como o movimento negro, como o movimento feminista, o movimento LGBTQIAPN+, movimento indígena. Assim como algumas demandas do movimento estudantil da década de 1970, permanecem até hoje, como o transporte público e uma universidade gratuita.

Portanto, pode-se perceber através da pesquisa realizada que apesar decorrer dos anos e de muitas conquistas, alguns problemas persistem, a luta pelo ensino público e de qualidade é constante.

O acervo do Diretório Central dos Estudantes

O Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM) foi criado pela resolução nº 12/2014, com a natureza de órgão suplementar da UFJF e está associado a Pró-reitora de Cultura. Em 2014 se esperava que a sede do CECOM fosse a Fazenda de Tapera⁵⁹⁴, mas devido ao desacordo entre a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (dona do terreno) e a UFJF, (CONSU, 2014). Em 2016 o CECOM, se estabeleceu Av. Getúlio Vargas esquina com a rua Floriano Peixoto, no centro de Juiz de Fora. Imóvel conhecido por ter sediado a antiga Secretaria de Higiene⁵⁹⁵ do município, e antigo prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), conectando assim a memória local com a memória do acervo, pois o prédio do CECOM guarda os arquivos do DCE.

O CECOM foi criado com o intuito de preservar e valorizar a memória da instituição e do município. Para isso, são realizadas diversas atividades relacionadas a conservação de acervos documentais, memória, história e patrimônio cultural, além de minicursos, exposições, e outros eventos.

Atualmente o CECOM, possui a guarda dos arquivos do DCE-UFJF e do jornalista Dormevilly Nóbrega, além das coleções de fotografias de Arthur Arcuri, do ex-reitor Renê Matos, e mais recentemente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia.

Devido a importância da preservação e divulgação da memória movimento estudantil e para cumprir com a proposta de criação do CECOM, foi criado como parte do CECOM o Centro de Estudos e Memória do Movimento Estudantil (CEMOVE), devido a custódia do acervo do DCE-UFJF.

O acervo do Diretório Central dos Estudantes (DCE) foi doado em 2011, ao Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA), por meio do projeto “50 anos do Diretório Central dos Estudantes da UFJF: Organização do acervo histórico documental”, que foi coordenado pelos professores Dr.

⁵⁹⁴ A Fazenda da Tapera é considerada a construção mais antiga de Juiz de Fora, datada no início do século XVIII. Em 1945, o doutor Cícero Tristão doou à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora o imóvel por testamento.

⁵⁹⁵ Inaugurado em 1894, como Diretoria de Higiene Municipal de Juiz de Fora, posteriormente este prédio foi ocupado pelo Tiro de Guerra, Escola da Engenharia, Colégio Técnico Universitário, DCE, dentre outros setores. Foi tombado em 1996 e mantém sua fachada e perímetro preservados.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Marcos Olender e Dra. Gislene Edwiges Lacerda.

A professora Gislene Lacerda utilizou os arquivos do DCE-UFJF para realização da pesquisa para a sua dissertação de mestrado, toda via as más condições do arquivo levaram ao desenvolvimento do projeto citado acima.

Em 2012, o projeto foi ampliado e o acervo do DCE-UFJF passou a fazer parte do projeto “História da UFJF”, tendo como objetivo preservar a memória da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 2016, o acervo passou a ser custodiado na atual sede do CECOM, o “antigo DCE” (SAPORETTI, 2020).

O protagonismo do DCE-UFJF como entidade representante do movimento estudantil da cidade de Juiz de Fora, levou a representação dos alunos da universidade para o cenário nacional, abordando assim questões referentes à comunidade local e aos problemas da universidade.

O acervo do DCE-UFJF composto por documentos administrativos, fotografias, periódicos, cartazes, panfletos e entre outros. Os documentos do DCE-UFJF sob guarda do CECOM, possibilitariam a reconstituição da história da atuação deste no âmbito municipal e no âmbito universitário.

O DCE-UFJF possuía participação nos órgãos colegiados superiores, assim como participava da reunião da Prefeitura de Juiz de Fora, como a comissão de transporte, onde se discutia a qualidade do transporte, tarifas e os horários de ônibus.

A participação do DCE-UFJF não estava articulada apenas a universidade e a Prefeitura de Juiz de Fora, mas é possível encontrar em seus documentos articulações com outras entidades como a Associação Municipal dos Estudantes de Primeiro e Segundo Grau de Juiz de Fora - MG (AMEPS), a União Nacional dos Estudantes (UNE) (figura 3), a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG), além da articulação com outros movimentos sociais e sindicatos.

Figura 3: 40º Congresso da UNE



UFJF

Fonte: Acervo do DCE-

Este acervo foi higienizado, organizado (em ordem cronológica), acondicionado e catalogado. Atualmente, está disponível para consulta, o que possibilitou a realização de pesquisa. Em 2022 foi iniciado o trabalho de classificação do acervo por assunto, conforme as determinações do Arquivo Nacional, se utilizando do "Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Relativos às Atividades-Meio do Poder Executivo Federal" e do "Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES" (SAPORETTI, COSTA & FARIA, 2023: 04).

No início da catalogação e classificação dos documentos foi realizado uma análise dos documentos, a partir disso, estes foram separados em seis séries documentais, seguindo a seguinte divisão: “Série A: Documentos produzidos e recebidos pelo DCE-UFJF”; “Série B: Documentos produzidos e recebidos por outros órgãos de representação estudantil da UFJF”; “Série C: Documentos produzidos por instituições estudantis externas a UFJF”; “Série D: Documentos produzidos por entidades de classe / sindicatos”; “Série E: Documentos produzidos e recebidos pela administração central da UFJF” e “Série F: Itens diversos (SAPORETTI, COSTA & FARIA, 2023: 04).

Juntamente com a classificação estão sendo realizadas a elaboração de planilha com códigos para cada folha para facilitar a procura do documento. O acervo do DCE-UFJF, possui documentos referentes aos anos de 1974 a 1992, sendo que o limite temporal do acervo é o ano de 2019.

Por conseguinte, a preservação do acervo do DCE-UFJF não é importante apenas para a universidade, mas sim para toda a população de Juiz de Fora, pois o movimento estudantil, esteve ligado a diversos setores da cidade, constituindo assim em acervo de memória local e patrimonial.

Considerações finais

O presente artigo buscou ressaltar a importância dos movimentos sociais para a conquista de direitos humanos. Procurou-se entender as transformações ocorridas no cenário político e social do Brasil que levaram a emergência do movimento estudantil e a luta pelos direitos humanos. Apesar do movimento estudantil brasileiro ter um maior destaque durante a ditadura militar no Brasil, devido sua luta contra o este regime autoritário, as demandas do movimento estudantil são anteriores a esse período.

A criação da UNE em 1937, foi resultado da mobilização deste movimento em nível nacional que teve adesão não só dos estudantes como da população geral. Já no âmbito local tem-se DCE-UFJF, que lutou não só pelas demandas dos estudantes, mas por outras reivindicações como melhoria nos transportes públicos, preços mais acessíveis no RU, participou da greve dos

garis, mostrando as articulações do movimento estudantil com outros movimentos da sociedade.

Dessa forma, observa-se os documentos produzidos por estes órgãos são importantes para a construção da história destes movimentos sociais. Portanto, a preservação desses arquivos vai muito além do reconhecimento, está relacionado a preservação da memória desses agentes transformadores e ligado a história local, regional e nacional. Preservar a memória destes movimentos é preservar a história das lutas por uma sociedade mais justa, e evitar que haja um esquecimento e por conseguinte um silenciamento do passado de lutas dos movimentos estudantis e sociais.

Assim, a preservação dos acervos dos movimentos sociais, permite identificação dos membros, a construção de uma memória coletiva e o fortalecimento das instituições, como foi possível observar no caso do acervo do DCE-UFJF.

Referências bibliográficas

GOHN, Maria. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LACERDA, Gislene Edwiges de. Memórias de Esquerda: O Movimento Estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MELUCCI, Alberto. (1989), um objetivo para os movimentos sociais? Lua nova, n. 17. Ainda movimentos sociais: uma entrevista com Alberto Melucci. Novos estudos CEBRAP, n. 40, 1994.

MUSSE, Christina Ferraz. Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício da memória sobre os anos 60 e 70 em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado.

SAPORETTI, Carolina Martins. A trajetória da Arquivologia e dos Centros de Documentação e Memória no Brasil: Um estudo de campo do Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Juiz de Fora, 2020.

SAPORETTI, Carolina M., COSTA, Fernanda M. M. da & FARIA, Mariana C. de. O Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora e sua atuação na preservação e difusão do Patrimônio Cultural. In: Anais do 2º Seminário Museu de Arte Murilo Mendes (prelo).

SILVA, Maria Lucia Carvalho da. Movimentos Sociais: gênese e principais enfoques conceituais. In: Revista Kairos. São Paulo, 2001.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

ST 15: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O DIREITO À MEMÓRIA: OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE.

O Colégio Delfim Moreira e sua preservação por meio da memória

Mariana Cunha de Faria⁵⁹⁶

RESUMO

A presente trabalho vem trabalhar questões sobre a memória do Colégio Delfim Moreira / Grupos Centrais como um patrimônio Cultural de Juiz de Fora, fazendo parte dos primeiros bens a serem tombados por meio do decreto municipal Decreto/Data: 2864/19.01.1983 Processo: 3936/1982. O colégio está situado em um dos pontos nobres do centro da cidade de Juiz de Fora na Avenida Barão do Rio Branco de frente a Igreja Matriz, o casarão do colégio testemunhou inúmeras mudanças dos séculos XIX, XX e XXI conquistando admiradores de sua arquitetura e história. O Colégio Delfim Moreira / Grupos Centrais esteve envolto a diversas discussões sobre a preservação do patrimônio cultural da cidade, quando o casarão foi ameaçado pela especulação imobiliária em expansão na cidade a memória coletiva foi fundamental para apoiar o movimento pela sua preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Preservação; Patrimônio

SUMMARY

This communication addresses questions about the memory of Colégio Delfim Moreira / Grupos Centrais as a Cultural Heritage of Juiz de Fora, being part of the first assets to be listed through the municipal decree/Date: 2864/19.01.1983 Process: 3936 /1982. The school is located in one of the prime spots in the center of the city of Juiz de Fora, on Avenida Barão do Rio Branco, in front of the Main Church. The school's mansion has witnessed numerous changes in the 19th, 20th and 21st centuries, winning over admirers of its architecture and history. Colégio Delfim Moreira / Grupos Centrais was involved in several discussions about the preservation of the city's cultural heritage. When the mansion was threatened by the expanding real estate speculation in the city, collective memory was fundamental in supporting the movement for its preservation.

⁵⁹⁶ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

E-mail: faria.mary62@gmail.com / marianacunhadefaria@gmail.com

KEYWORDS: Memory; Preservation; Heritage

INTRODUÇÃO

O casarão do colégio Delfim Moreira ou Grupos Centrais é uma edificação da segunda metade do século XIX de características remanescentes da arquitetura tradicional da época de elementos classicizantes do século XIX, construído pelo proeminente fazendeiro e político da cidade, o Comendador Manuel do Valle Amado para presentear ao Imperador Dom Pedro II.

Durante o levantamento de fontes para a pesquisa de mestrado que tinha por objetivo trabalhar as relações de sociabilidades que estão envoltas a história da construção do Palacete Santa Mafalda, também expuseram as novas relações que não são somente de sociabilidades que se estabeleceram com o desdobrar da história do casarão com o seu novo uso como escola, uso esse que trouxe valor de patrimônio cultural ao palacete que é tombado, essas relações foram se estabelecendo ciclicamente com o passar dos anos⁵⁹⁷, as relações de afetividade combinadas com o sentimento de pertencimento são a base para que o antigo palacete fosse protegido de maiores deteriorações e da especulação imobiliária.

Após o casarão passar por uma intensa reforma e processo de restauração a obra foi entregue em julho de 2023 com um certo atraso pois foi prometido que as obras seriam findadas até janeiro de 2023. O imóvel tem cerca de 163 anos de história que perpassaram entre os séculos XIX e XXI após passar por processo de inventario e a necessidade de seu tombamento ser demonstrada mesmo assim os órgãos superiores não acolheram o pedido, entretanto a memória falou mais alto o sentimento de pertencimento de todos que por ali passaram foi atendido por meio do tombado via decreto municipal Processo:3.936/82-Decreto 2.864/19.1.1983 na década de 1980 durante o exercício do Prefeito Francisco Antônio de Mello Reis.

⁵⁹⁷ Valor utilitário ou de uso (Gebrauchswert): o valor que um monumento preserva mantendo-se apto para uso. (RIEGL, 2014: 25)

O casarão que esteve envolto em tramas e peculiaridades políticas da época do império que fazem parte das relações de sociabilidades que deram origem ao casarão, mas não determinaram o seu trajeto, o Palacete Santa Mafalda passou por várias mudanças, intervenções internas e das épocas com o passar dos anos, junto com a cidade, uma das mudanças presentes é a forma como atualmente é conhecido o imóvel, como Grupos Centrais ou colégio Central estando localizado em uma movimentada avenida, chamada Barão do Rio Branco no centro da cidade em espaço nobre, de frente a igreja Matriz.

O casarão recebeu o nome de Palacete Santa Mafalda ainda no séc. XIX, fazendo menção ao antigo proprietário, o Barão de Santa Mafalda, mas hoje nada lembra o passado no império, com o passar de mais de cem anos em funcionamento como escola, se tornou conhecido pelo funcionamento de três grupos escolares em três turnos diferentes⁵⁹⁸ mais tarde na década de 1980 somente a Escola Estadual Delfim Moreira continuou como único grupo escolar a habitar o imóvel até meados de 2013 em funcionamento no mesmo local, assim perpetuando a memória deste lugar enquanto escola, abandonando o seu passado como presente a D. Pedro II, dando voz a outras narrativas, que surgiram através do uso deste local como fonte de instrução e saber , a partir da primeira década do século passado.

Ao longo de seus 163 anos de edificação 106 anos foram em funcionamento na área do saber como escola o que justifica as novas narrativas e desconstruções do passado imperial, demonstrando que o casarão ocupa lugar na memória coletiva da população juiz-forana pela qual os indivíduos que usufruíram do local como escola carregam as memórias que o espaço escolar pôde prover para a coletividade e seus indivíduos, como ponto de encontro e todos os outros tipos de confraternizações que possam haver dentro de um ambiente escolar e todas as outras confraternizações que surjam dentro deste ambiente que podem se externar para a vida, havendo uma ressignificação desse espaço enquanto seu uso, voltado para a educação, que pelo mesmo motivo pôde resistir a especulação imobiliária entre as décadas de 60/70 até chegar em seu tombado por meio de decreto municipal citado acima, e não por conta do objetivo de sua construção deste modo corroborando com o sentimento de pertencimento e memória coletiva Halbwachs dispõe:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de' dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam

⁵⁹⁸Escola de meninos José Rangel, Escola Estadual Estevão de Oliveira e Escola Estadual Delfim Moreira.

incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 2004, p.34)

De acordo com a história do casarão do Colégio Central passaram pelo imóvel diversos sujeitos históricos, que não podem ser esquecidos como o seu idealizador o Comendador Manoel do Valle Amado e seu herdeiro, o Barão de Santa Mafalda, a antiga Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora também esteve envolvida no desenrolar da história desde imóvel, quando recebe o Palacete por meio do testamento do Barão de Santa Mafalda e depois o negocia por intermédio do senhor José Rangel para que o Estado de Minas Gerais pudesse efetuar a compra do imóvel para instalação de um grupo escolar, e em 1907 foi instalada no local a Escola Estadual José Rangel, a escola Delfim Moreira e posteriormente os Grupos Centrais foram tomando forma⁵⁹⁹.

Analisando os atores citados, o que se relaciona por mais tempo na história do Palacete, é o Estado de Minas Gerais, representado na figura das escolas que por ele passaram de 1907 a 2013. No álbum do município feito por Albino Esteves, aparecem informações sobre os grupos escolares situados no Palacete durante o século passado em que Esteves, cita que o primeiro Grupo Escolar a ser utilizado foi o José Rangel que funcionava no período da manhã foi instalado em 04/23 de fevereiro 1907 era frequentado somente por meninos, (ESTEVES, 1915: 261) havendo uma boa adesão por parte da população, a escola acabou atraindo a população carente que antes não via perspectiva de se formar, se não estivesse acesso à escola particular, em seu primeiro ano de funcionamento obteve o número de 470 matrículas alcançadas juntamente, com o Grupo Escolar Delfim Moreira que foi instalado para funcionar no horário da tarde.



Imagem extraída do Álbum do Município de Juiz de Fora

⁵⁹⁹ Escola de meninos José Rangel, Escola Estadual Estevão de Oliveira e Escola Estadual Delfim Moreira.

O Grupo Escolar Estevam de Oliveira foi criado em parte para atender a classe operaria que vinha tendo que se adequar perante as novidades que o advento da industrialização demandava. A escola atendia ao público que precisava estudar no horário noturno de modo que atendesse ao interesse da população em questão que em suma se tratava de pessoas do sexo feminino, o grupo escolar foi instalado em 15 de janeiro de 1927.

O Casarão passou pelas mudanças de ideias que a virada para o século XX trouxe para o país e para a população de Juiz de Fora no que se refere a educação, outras mudanças são na área da política, de paisagens construídas e humana. A industrialização trouxe modificações necessárias acarretando uma certa luz a necessidades básicas do trabalhador como o saber ler e compreender o que foi lido, até mesmo para evitar acidentes dentro das fábricas e tecelagens, para ser ativo na vida política a educação pontuava com peso como a autora COHN expressa neste trecho de seu artigo:

O regime republicano criou uma nova esperança de melhoria de vida dos cidadãos. A escravatura havia sido abolida, surgia um novo regime. A República é confirmada pela constituição de 1891 sendo lido o caráter federativo, representativo e presidencialista. O voto passa a exigir a imposição de letramento como condição de votar e ser votado (COHN, 2008: 308).

A migração do campo para as cidades demonstra que a evolução que se precisa passa pela educação básica que muitos antes não tinham acesso por vários motivos. E os Grupos Escolares instalados no Palacete de certa forma lançaram luz para as pessoas que buscavam instrução, pois não se tratavam somente de meninos com idade escolar como os garotos do Grupo José Rangel, mas também os adultos de ambos os sexos que enfrentavam uma segunda jornada, após um dia cansativo de trabalho nas salas de aula que foram adaptadas da “Casa do Imperador “ que virou uma “Casa do Saber” de acordo com os dizeres de COHN “O ensinou transformou-se em um elemento fundamental para formar os cidadãos republicanos, patriotas que viriam atuar no mundo urbano, participando da vida pública e construindo-se, em um povo civilizado (COHN, 2008: 307-324). Para essas pessoas que utilizaram o local para se prepararem para uma nova empreitada na vida, não importava se o Palacete foi oferecido ao Imperador tanto quanto, quem foi o “tal” que mandou construir, o importante para essas pessoas era que o Palacete era o local onde podiam sanar a falta de instrução para o trabalho.

Analisando as memórias construídas no âmbito escolar nas dependências dos Grupos Centrais, se torna claro o motivo dele fazer parte da memória afetiva e coletiva da população juiz-forana, tendo em vista o conhecimento do pensamento de Halbwachs sobre o conceito de memória

de que, se o sujeito se recorda de algo que o insere no corpo social no qual sempre possui um ou mais grupos de referências, por tal fato a memória é então sempre construída em grupos, por mais que as experiências possam ser sentidas e entendidas de formas distintas a memória é um veículo de socialização dos indivíduos.

Então, quando o casarão é inserido como lugar de memória ele sofre a ação da resignificação e assume a identidade dos Grupos Centrais perpassando por grupos diferentes, que rememoram a sua relação com o Palacete desde sua ocupação como escola em 1907 até os dias atuais quando a sociedade cobrou por sua preservação ao governo do estado de Minas Gerais.

Observa-se que a essência da vivência de cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado posto que, as lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros de modo particular sem perder a forma coletiva ainda que, trate de eventos em que somente um indivíduo tenha tido contato direto com os objetos que somente outro indivíduo teve tal contato este fenômeno acontece somente porque jamais estamos isolados pois somos seres políticos, e vivemos em uma sociedade coletiva mesmo dentro de nossa individualidade. Conseqüentemente a lembrança enquanto memória é o produto de um todo, de um processo coletivo, estando estabelecida em um contexto social ou particular onde espontaneamente há troca de experiências como as manifestações pela reforma do Palacete.

As lembranças mesmo sendo coletivas também podem ser lembradas por outros indivíduos, mesmo que os indivíduos que rememoram não estejam diretamente envolvidos e tenham contato com a memória em questão somente por meio da oralidade no seio de sua família como pode ser constatado na ocupação do casarão por meio das escolas que por ali passaram, com a entrega do casarão reformado para a comunidade escolar em julho de 2023, os alunos que vão ocupar o local não são os mesmos que estudavam lá na época de seu fechamento, não são os mesmos sujeitos que marcharam, pela Av. Rio Branco pedindo por respeito ao casarão pedindo sua reforma, os alunos que vão utiliza-lo não tem vínculos de memória ou afetividade com o casarão, mas tem parentes e amigos que já passaram pelo local e compartilharam suas histórias e vivências para essa geração que vão poder criar suas próprias memórias com o casarão segundo entrevista realizada em 05/09 do corrente ano, com a Diretora da Escola Delfim Moreira.



Imagem 02 – Foto da reforma da Escola Estadual Delfim Moreira (Colégio Central).

Acervo pessoal Mariana Faria

Utilizando o entendimento de locais de memória por Nora, são lugares em todos os sentidos do termo, vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos, esses aspectos devem coexistir sempre analisando o antigo colégio sob a ótica imposta por Pierre Nora por conter uma pequena parcela da história imponente da cidade, e história do Estado de Minas Gerais no que tange a história da educação. O Imóvel dos Grupos Centrais é importante para a memória não somente da cidade de Juiz de Fora, enquanto um bem tombado, mas conjuntamente por seu valor histórico ao Estado de Minas Gerais e região pois nele foi instalado o primeiro Grupo Escolar de Minas Gerais em fevereiro de 1907 segundo relatório realizado pelo autor Dormevilly Nobrega sobre a história do antigo Palacete.

Quando se expõe as desconstruções pela qual a história do casarão passou, mesmo que inconscientemente como local de memória, reafirmando o seu papel perante a memória afetiva dos indivíduos que perpassam por ele. O que outrora foi símbolo de poder em várias esferas como a política e econômica de um rico fazendeiro, como pode ser visto na descrição do decreto de tombamento do imóvel que exalta sua volumetria da fachada e a distribuição das janelas, modo de construção que indica que só um indivíduo com poder aquisitivo seria capaz de financiar esse tipo

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

de edificação, entretanto, agora esse mesmo imóvel se tornou um símbolo de educação quase que com uma cultura própria.

Ao longo dos seus 106 anos do casarão enquanto escola, o bem se tornou um símbolo de educação ao olhar da população, a antiga escola que é carinhosamente conhecida como Colégio Central é um marco na história da cidade de Juiz de Fora, o primeiro grupo escolar de Minas Gerais, pioneiro na região em funcionamento em três turnos. A desconstrução deste símbolo do império pelo uso e enraizamento da memória pelo valor de uso como escola, passando pela memória popular já não permitindo que a memória política de seu idealizador se sobressaia a memória que o seu uso perpetuou no cenário da educação em Juiz de Fora.

CONCLUSÃO

Em 1987 a Escola Estadual José Rangel deixa de prestar seus serviços à comunidade juiz-forana pois foi desativada em consequência disto a Escola Estadual Delfim Moreira assumiu os alunos da escola José Rangel, em 1992 a Escola Estadual Estevam de Oliveira saí do imóvel tornando a Escola Delfim Moreira tornando- a única escola a ocupar o espaço e assim acabou por ampliar os seus serviços.

Compreendo sua importância no tocante a memória coletiva e patrimônio foi um dos pontos que o ajudaram a afugentar ameaças de demolições durante os anos 60 e 70, como Dormevilly traz em seu texto intitulado a “A Casa do Imperador” citando os movimentos de estudantes e intelectuais que pediam pela preservação do casarão em uma época que vários outros imóveis da mesma época ou até mais novos os casarões e sobrados estavam sendo demolidos como é o caso da casa do Barão de Ibertioga.

Então a resignificação do imóvel dos Grupos Centrais pela população como um lugar de memória e patrimônio cultivados no seio do meio escolar, desconstrói e resignifica o antigo palacete para a população juiz-forana pois ele não é mais lembrado como o presente rejeitado por D. Pedro II e sim a escola pública que rendeu bons frutos para cidade e região, o primeiro grupo escolar de Minas Gerais e uma das mais antigas escolas públicas do estado.



Imagem 03 – Representação da Escola Estadual Delfim Moreira em tela.

Acervo da Escola Estadual Delfim Moreira

Foto realizada por Mariana Faria

Apesar da separação dos Grupos Escolares e a Escola Estadual Delfim Moreira continuar seus trabalhos no imóvel até meados de 2013, a escola voltou ao local original, os grupos escolares voltaram a ficar juntos de forma peculiar por meio de sua documentação, pois a documentação do extinto José Rangel ficou sob guarda da Escola Delfim Moreira e com a extinção do Estevam de

Oliveira em 2021 a documentação foi entregue a direção da Escola Delfim Moreira, fechando um ciclo simbólico para os grupos escolares.

O Colégio Central faz parte da vida de muitas pessoas da cidade de Juiz de Fora, que buscaram sua preservação tanto nas décadas de 1960, 70 quanto no ano 2013 quando o palacete foi fechado para aguardar as obras de restauração e reforma, anteriormente no texto tratei das desconstruções de memórias que o palacete sofreu por meio da resignificação popular, e notasse uma observação, que o trajeto percorrido ao longo dos anos demonstra que a memória atribuída ao Palacete não foi alvo de disputas, pois não houve intrigas de quais memórias deveriam ser ou não serem lembradas, nem de memórias impostas para uma suposta validação da população, a validação veio espontaneamente por parte da comunidade pelas manifestações de alunos e outros populares, professores e outros interessados na reforma do antigo Palacete, as manifestações ganharam as ruas, as páginas de jornais e outros veículos de mídia que de certa forma o protegeu.

BIBLIOGRAFIA

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. O surgimento de uma escola noturna pública em Juiz de Fora-MG: o grupo escolar Estevam de Oliveira. *EDUCAÇÃO EM FOCO: Revista de educação*. Universidade Federal de Juiz de Fora: Ed Especial, 2008.

ESTEVES, Albino; LAGE Oscar Vidal Barbosa. *Album do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas. 1915.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. *Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

NOBREGA, Dornevelly. *A casa do Imperador: - Escola Normal - Grupos Centrais*. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC - SP*, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Barão do Rio Branco: De 1º grupo escolar a Escola Estadual-Marcos de um educandário de Belo Horizonte*. *EDUCAÇÃO EM FOCO: Revista de educação*. Universidade Federal de Juiz de Fora: Ed Especial, 2008

RANGEL, José. *Como o tempo Passa*. Rio de Janeiro: A encadernadora S.A. 1940.

_____. *Escola Normal: Relatório apresentado ao Dr. Secretário do interior, pelo diretor da Escola Normal*, *Jornal Correio de Minas*, Juiz de Fora, dias 28, 29, 30 e 31 de maio de 1904.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. *História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência*. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

RIEGL, Alois. O Culto Moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. Anat Falbel. I. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ST 17: COMUNICAÇÕES LIVRES

A visão da homossexualidade em três papados da Igreja Católica Apostólica Romana

Adriel Agostinho dos Santos⁶⁰⁰

Ana Luíza Silva Viana⁶⁰¹

RESUMO:

Este trabalho, visa analisar de forma historiográfica a visão da homossexualidade em três papados da Igreja Católica Apostólica Romana, observando como esse espaço de narrativas sociais, produziu e sedimentou perspectivas diversas em relação a homossexualidade. Além disso, será aqui discorrido como a igreja e os homossexuais convivem em um mesmo plano social, evidenciando as diversas construções de narrativas, e suas tentativas de hegemonização.

Palavras-chaves: Igreja Católica, homossexualidade, narrativa, Igreja.

ABSTRACT:

This work aims to analyze in a historiographical way the vision of homosexuality in the last three of the Roman Catholic Apostolic Church, emphasizing how this space of social narratives produced and consolidated different perspectives in with respect to homosexuality. Furthermore, it will be discussed here how the church and homosexuals coexist on the same social plan

600 Graduando no curso de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF. Email: adriel.santos@estudante.ufjf.br

601 Graduanda no curso de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF. Email: anasilva.viana@estudante.ufjf.br

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

highlighting the different constructions of narratives and their attempts at hegemonization.

Keywords: Catholic Church, homosexuality, narratives, Church.

1. Apresentação do tema e ambientalização da Igreja Católica Apostólica Romana

O objetivo desse trabalho é analisar como, no recorte temático dos últimos três papados da Igreja Católica, a visão sobre a homossexualidade passou por transformações, sedimentou-se, e produziu, consequentemente narrativas diversas. Dentro desse recorte, escolhemos a Igreja Católica pela sua histórica influência na construção dos pensamentos da sociedade ocidental e na perpetuação de tabus. O recorte temporal, do ano de 1978 até aos dias atuais foi escolhido por se aproximar mais da nossa realidade e com ele percebemos que em pouco mais de 40 anos a postura da Igreja tem mudado enquanto a aceitação aos homossexuais, o que será demonstrado ao decorrer deste trabalho.

O Catolicismo apostólico romano é uma vertente do cristianismo que agrega grande parte da população mundial. Contando com aproximadamente 1,3 bilhões de fiéis, suas doutrinas influenciam grande parte da população do planeta. Atualmente, a América Latina concentra 40% dos fiéis, sendo o Brasil o maior país de adeptos desse total¹. O Catolicismo tem por características: a universalidade e monoteísmo. Este se baseia no princípio da Santíssima Trindade (Deus como três entidades de mesma essência: Deus-pai, filho e Espírito Santo). Existem três poderes dentro da Igreja Católica: o de ensinar, o de santificar e o de governar.

No que diz respeito ao de santificar, foram estabelecidos os 7 sacramentos: batismo, eucaristia, crisma, unção dos enfermos, penitência, matrimônio e ordem. Consoante ao poder de governar, sua organização se baseia em um Papa com sua superioridade suprema. Ele, por sua vez, nomeia um cardeal para compor junto a ele o topo da hierarquia da igreja, e esse cardeal pode ter funções administrativas no Estado Papal. O Vaticano organiza os países em algumas regiões geográficas autônomas que compõe várias paróquias, conhecidas como dioceses e o Papa indica um bispo para comandar cada uma delas. Uma arquidiocese é uma província eclesiástica que abrange todas as dioceses de uma região. Cada paróquia tem um padre, que tem como atribuições principais

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

celebrar missas e receber confissões dos fiéis. Por fim, temos o diácono que é o primeiro nível da ordenação sacerdotal, seu dever é assistir o padre e os bispos durante a celebração dos ministérios. Essa estrutura é eficaz no que diz respeito a padronização da liturgia nos vários países onde o catolicismo apostólico romano é professado⁶⁰².

2. Últimos 3 papados: memórias consolidadas em cada um deles e decorrentes disputas de memórias.

OBSERVAÇÃO: Recomendamos a leitura das entrevistas completas (disponíveis no tópico 4, ao final do dossiê) antes da leitura deste segundo tópico para que o leitor consiga ter uma experiência mais fluida, além de uma leitura mais compreensível do trabalho.

temporal,
em sua
respectivas
tema. João
no dia 22 de
dia 02 de abril



Exemplificando nosso recorte começamos a descrever cada Papa determinada temporalidade e suas posturas em relação ao que tange o Paulo II, o primeiro deles, assumiu outubro de 1978 e saiu do cargo no de 2005. Seus discursos

encontrados em veículos midiáticos, principalmente sites de internet apontam, uma postura preconceituosa por parte do líder da Igreja, o que reflete na sociedade da época, que vem sendo marcada por diversos tabus que se perpetuam a muito tempo.

602¹ Disponível em: <https://gaudiumpress.org/content/100757-quais-sao-os-10-paises-com-maior-numero-de-catolicos/>. Acesso em: 25/10/2022

Disponível em: <https://memoria.etc.com.br/noticias/internacional/2013/03/entenda-a-hierarquia-de-governo-da-igreja-catolic>. Acesso em: 25/10/2022

Papa João Paulo II⁶⁰³

Ao analisar o período de seu governo, notamos seu início na década de 70 e seu término nos primórdios dos anos 2000. É importante destacar que essa virada de século é crucial para analisar os comportamento e mudança desse e de outros Papas que futuramente o sucederam. As mudanças, ondas de progressos e revoluções, além do aumento da visibilidade de sujeitos marginalizados como homossexuais vinham ganhando força fomentados pela onda progressista e emergindo mediante a anos de preconceitos e apagamentos. Não observamos diretamente essa mudança em João Paulo II, mas como já dito, notamos essa mudança, que será discorrido ao longo deste artigo, em futuros líderes que o sucederam. Portanto, a mudança no posicionamento da Igreja Católica só se reverberará nos próximos papados.

Ao se pesquisar sobre falas e posicionamentos no que se refere á Igreja e os homossexuais, é visível extremo preconceito e intolerância por parte do antigo líder da Igreja, João Paulo II. Em um de seus famosos discursos no Vaticano, noticiado pela BBC Brasil (British Broadcasting Corporation Brasil), no dia 09 de julho de 2000⁶⁰⁴, o Papa diz que é seu dever “distinguir entre o bem e o mal” e que considera a homossexualidade “contrária às leis da natureza”. Ao dizer que é necessário distinguir entre o bem e o mal, ele basicamente está dizendo que pessoas homossexuais representam esse mal, representam algo contra a natureza, contra os preceitos de Deus, e, portanto, algo voltado a maldade. Consequentemente algo do diabo, atípico e que deve ser colocado no outro lado da linha abissal, no lado apagado, marginalizado, passível de violação pois está situado, segundo o pensamento moderno ocidental, citado por Boaventura de Sousa Santos (2007) no artigo “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”⁶⁰⁵, no mundo subumano.

603 Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/> . Acesso em 30/11/2022

604 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/omundohoje/omh00070902.htm> . Acesso em: 08/11/2022

605 SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes, *Novos Estudos Cebrap*, 79, nov/2007, p. 71-9

A priori, vale determinados uma certa arduamente percebido essas linhas, retratando percebemos como na algo benéfico e com portanto, pertence ao lado da linha de aceitação e de respeito. E os homossexuais no outro lado da linha, sendo assim desvalorizados e deslegitimados, se situando em um local de vulnerabilidade na sociedade.



ressaltar também, que ao se colocar conceitos do outro lado da linha, criamos hierarquização de pensamentos, e isso é na forma como o mundo se relaciona com este assunto no tema deste trabalho, maioria das vezes, a Igreja é retratada como uma influência positiva na sociedade,

Conclui-se, portanto, que a postura do Papa João Paulo II é de repúdio. A partir disso, podemos analisar que as narrativas e sujeitos que ganham destaque na sociedade atual, na maioria das vezes estão vinculados a certos interesses dos grupos e instituições poderosas, como a Igreja. Quando analisamos o segundo papado escolhido para esta análise e recorte temporal, é notório certas mudanças em relação ao posicionamento e visão da Igreja. Em 19 de abril de 2005, Bento XVI, assumia o mais alto cargo dentro da hierarquia institucional, sendo consagrado assim o novo papa da Igreja. É sucinto salientar que essa mudança de líder não é uma grande virada de conceitos e dogmas da própria entidade religiosa, mas é uma mudança de pessoa física situada em outro momento e contexto na sociedade, visto que aos poucos a visão da sociedade como um todo progrediu positivamente em relação aos homossexuais, mesmo que lentamente. Dessa forma, ao se analisar a visão deste novo papa sobre o tema, temos em seu livro entrevista “Luz do mundo” (2010), Bento dizendo que a homossexualidade é inconciliável com a vontade de Deus e com a vocação sacerdotal.

Papa Bento XVI ⁶⁰⁶

606 Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso em: 30/11/2022

Mediante a essa citação, é possível perceber sua visão de mundo um pouco presa ainda com a do Papa anterior, e notar que essas pessoas não poderiam exercer cargos dentro da Igreja por fazerem parte de algo incomum com aquilo que a religião prega e acredita. Em contrapartida, na notícia do dia 23 de novembro de 2010 do site Jornal do Brasil⁶⁰⁷, é noticiado a seguinte fala do Papa: “Enquanto seres humanos (os homossexuais) merecem respeito e não devem ser rejeitados por causa disso. O respeito é fundamental e decisivo, mas isto não significa que a homossexualidade seja justa. Ela permanece como qualquer coisa que se opõe à essência do que Deus quis na origem.”

Podemos, então, analisar e concluir que há uma certa evolução da postura entre os dois papados. Ainda é uma postura conservadora e preconceituosa, visto que os homossexuais não podem ter cargos e ocuparem funções dentro da Igreja, mas há traços de tolerância, algo que não víamos no Papa João Paulo II. É importante também enfatizar que Bento XVI, como já dito, assume o cargo na virada dos anos 2000. Não temos nesses anos, um avanço extraordinário em relação a movimentação de visibilidade e respeito com os homossexuais, mas temos, em um certo grau, mesmo que pequeno, o aumento de atuação e relevância dos direitos dos homossexuais na sociedade. Pequenos avanços notados, como por exemplo em 1999, quando o Conselho Federal de Psicologia proibiu o tratamento da homossexualidade como patologia⁶⁰⁸, o que reflete em um posicionamento importante e mais acolhedor do próximo papa.

A Igreja, desde a antiguidade redigia e influenciava comportamentos de seus fiéis, e observar como esses ensinamentos influenciavam e influenciam a construção da sociedade passada que reflete na atual, é um ponto de suma importância para compreendermos o pensamento de hoje. Em uma entrevista realizada pelos autores deste trabalho temos: Sebastião Rodrigues da Cunha, de 82 anos, nasceu em Conceição do Ibitipoca, distrito do município de Lima Duarte, localizado no interior de Minas Gerais. Ele é pecuarista aposentado, e um devoto fiel do catolicismo, dogmas nos quais foi criado, e criou seus filhos. Sebastião, nasceu anos antes da posse de João Paulo II, e vive até os dias atuais, vivendo assim na era dos três papados. Foi criado no catolicismo e sua visão de mundo é muito baseada na religião. Na entrevista realizada com ele, ao ser questionado sobre sua visão acerca da homossexualidade, e como ele enxerga essas pessoas, Sebastião diz:

“Olha, eu acho que se tivesse um filho homossexual eu respeitaria, porque é algo que não depende dele, não sei explicar se é algo da natureza, mas já nasceu assim, não tenho nada contra eles, eu acho que eles merecem

607

608 Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 29/11/2022

o maior respeito e não há nenhuma diferença deles para as demais pessoas, aliás acho que eles deviam ter o dobro do respeito, porque eles são muito discriminados e acho isso muito injusto”.

Nesta análise, conseguimos observar palavras chaves na sua resposta que coincidem, com a do Papa Bento XVI, elas são “respeito” e “natureza”. Não é possível afirmar com convicção que seu discurso está vinculado diretamente com o da Igreja, mas é de suma importância analisarmos e correlacionarmos suas respostas com a do seu líder. Outro ponto relevante na entrevista é a passagem: “deviam ter o dobro de respeito”, aqui o Senhor Sebastião demonstra empatia, pois ele reconhece que a sociedade, na maioria das vezes, é cruel com pessoas que não correspondem um padrão imposto por ela através da perpetuação de tabus criados pelo cristianismo, e ele, na visão de um privilegiado, homem, branco, héteroe cristão, consegue observar que sua narrativa histórica parte de sua posição sempre privilegiada na sociedade, enquanto a do outro é sempre posta em um grau de inferiorização. Acreditamos que o pecuarista, mesmo que de forma indireta e camuflada, reconhece seus privilégios e tenta de alguma forma demonstrar certo grau de respeito por quem não usufrui dos mesmos que ele.

Em outra perspectiva, temos o Senhor Geraldo, de 65 anos, que nasceu e foi criado em Chiador, cidade do interior de Minas Gerais e lá reside até os dias atuais. Ele vem de uma família tradicionalmente católica, onde os pais eram devotos, e criou seus 2 filhos, Fabiana e Fabrício, juntamente com sua esposa, Vilma, ex-ministra da eucaristia da igreja da cidade, segundo os mesmos dogmas e ensinamentos. Apesar de ser mais novo que o Senhor Sebastião, percebemos uma postura muito mais homofóbica e preconceituosa. Essa é a primeira disputa de memórias identificada: perspectivas diferentes de dois fiéis da Igreja Católica à respeito da homossexualidade. Em relatos de sua entrevista o idoso de 65 anos, afirma questões pavorosas e repudiantes, em certo momento ao ser perguntado sobre sua opinião sobre a homossexualidade, ele diz:

“Eu acho que não é normal não. Deus criou Adão e Eva para procriar. Gay não reproduz. Sem contar que é nojento e eu não gosto de ver dois “macho” de beijo no meio da rua. Repudio esse comportamento. Não pode sair na rua batendo nos outros, mas eu acho esquisito e não aceito dentro da minha casa.”

Sua resposta se coincide muito com os pronunciamentos do Papa João Paulo II, uma visão de repúdio, e intolerância. Geraldo foi criado mediante os ensinamentos da Igreja, e sua resposta é similar do líder daquela época. Sua análise é baseada no que foi passado a ele desde a infância. Em outra frase dita pelo mesmo, ele narra sobre isso, sobre como seu pensamento (homofóbico) foi construído, ele diz:

“Desde pequeno, que eu me lembre, eu penso desse jeito. Acho que foi a junção de tudo. (Criação e ensinamentos da Igreja católica)”.

É notório como sua opinião é pautada desde a infância e adolescência, que foram construídas e ambientalizadas dentro da atmosfera religiosa dos anos 70, ou seja, provavelmente sua visão de mundo está diretamente ligada aos ensinamentos da Igreja, logo, aos discursos do papa João Paulo II, autoridade suprema da época, que acabam criando o que Boaventura (2007) chama de “Linha Abissal”. Seu posicionamento cria uma mentalidade onde a Igreja e todas as opiniões e dogmas são postas de um lado da linha, o lado da aceitação e do correto, e os homossexuais, que divergem de seu pensamento são postos do lado marginalizado, errado e silenciado.

Dando seguimento a análise dos Papas, temos o líder atual, Francisco, que tomou posse em 2013. Ao se analisar sua visão de mundo em relação ao tema, podemos observar em uma frase sua redigida ao BBB News Brasil⁶⁰⁹, onde ele disse: "Os homossexuais têm direito a formar uma família". Esta pequena frase é de suma importância para compreendermos a mudança de postura da Igreja Católica ao decorrer do tempo. Ao voltarmos para o início deste artigo, com as falas do João Paulo II, notamos como a mudança de posturas e falas ao decorrer dos 3 papas é crucial para narrar uma nova relação entre ambas as partes: a de respeito e aceitação. Ao se analisar a frase do Papa atual, vemos aí uma abertura maior da instituição para com os homossexuais ao dizer que eles merecem ter o direito de formar uma família. Essa fala os humaniza e os aproxima, quebrando, mesmo que lentamente, a visão preconceituosa dos outros dois papados, principalmente em relação ao primeiro papa analisado, o João Paulo II que disse que a homossexualidade é “contrária à lei da natureza”. O Papa Francisco enquadra essas pessoas a esfera social comum, com direitos comuns, além de manter um posicionamento de respeito.

609 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54639743>. Acesso em: 14/11/2022



Papa Francisco ⁶¹⁰

Reflexo do posicionamento do atual Papa é a fiel Laura, que também foi entrevistada por nós. Ela tem 20 anos, nasceu em Chiador e foi criada na cidade de Três Rios-RJ, vem de uma família pagã, seus pais são agnósticos, mas escolheu ser católica por conta própria. Se consagrou à Virgem Maria em dezembro de 2021, é devota e faz parte do grupo jovemcatólico Shalon. Ao ser questionada sobre o que ela escuta dentro da Igreja em relação aos homossexuais, ela diz:

“Então, sempre tem as pessoas mais velhas e conservadoras que vêm com aquele famoso discurso: „Respeito, mas não dentro da minha casa. “acompanhado de piadinhas. Até o discurso de alguns padres é preconceituoso. Mas hoje percebo uma postura muito mais acolhedora da Igreja, dos padres mais novos e dos jovens católicos que tenho contato do que há muito tempo pelo que se sabe decomo era. O próprio Papa Francisco nos pede pra amar e acolher os homossexuais.”

Laura, mantém uma postura de respeito em relação aos homossexuais, suas respostas são baseadas na Bíblia, livro básico cristão, e sua análise de mundo é voltada para a aceitação, tolerância e respeito, diferente do Senhor Geraldo, que é completamente homofóbico e desrespeitoso. A jovem consegue ser empática e respeitosa, reconhece que mesmo dentro da Igreja que ela frequenta, há muitas coisas que precisam ser mudadas, não de um modo geral e revolucionário, até por que, não nos cabe invadir uma instituição e obrigá-la a aceitar e se posicionar da forma a qual achamos ser certo ou errado. Se fizermos isso, acabamos como o Senhor Geraldo, que acha que sua visão de mundo é a principal e a mais importante, consequentemente nos tornaríamos radical e desrespeitosos. É preciso reconhecer as divergências de pensamentos, e através delas criar soluções que busquem minimizar certos atos inaceitáveis e preconceituosos. É dever de todos, respeitar as diferenças e não as julgar ou impor nossa

610 Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/>. Acesso em: 30/11/2022

perspectiva acima de tudo, é necessário ser respeitoso e amoroso para com as pessoas, principalmente os marginalizados, como os homossexuais. Como a Laura disse: “Até porque temos que amar ao próximo como a nós mesmos. Foi Jesus quem disse em Matheus 22:39.” é importante reconhecer que as diferenças existem e que é apenas com elas que somos capazes de aprender a viver em sociedade.

Nessas afirmações, observamos como Laura se assemelha diretamente ao Papa atual, e como ela mesma diz, têm sempre as pessoas mais velhas conservadoras que disfarçam sua aceitação, demonstrando tolerância e não respeito. Nesse véis, é notável como cada postura aqui exemplificada de cada fiel se relaciona com os papados passados. Quando analisamos a visão da sociedade, carregada e influenciada pelas visões do catolicismo em relação à vários aspectos, dentre eles a homossexualidade, é visível outra disputa de memórias: há alguns homossexuais que se sentem excluídos e afetados negativamente e outros que conseguem ter uma boa relação com sua própria fé e a Igreja.

Em relação ao primeiro caso, nessa memória há a perspectiva de uma comunidade católica conservadora e pouco inclusiva. Em mais uma entrevista realizada pelo grupo, temos Gabriel, de 20 anos, nasceu e foi criado em Juiz de Fora. Ele vem de uma família tradicionalmente católica e esteve um tempo na religião, mas ele escolheu ser agnóstico. Gabriel se identifica como uma pessoa cis gênero e homossexual, por um tempo teve contato direto com os ensinamentos da Igreja, mas por escolha própria, escolheu ser agnóstico. O foco aqui, é visualizar relação sujeito-Igreja e tentar descobrir qual motivo levou sua saída desta comunidade. Em uma frase da sua entrevista, ao ser questionado sobre como ele se sente em relação a Igreja, ele diz:

“Sou nascido e criado no catolicismo, a frequentei durante minha infância e adolescência quase inteiras. Hoje possuo pela igreja, ao mesmo tempo que um certo carinho, algumas sequelas difíceis herdadas de críticas que eu constantemente recebia por ser diferente e discordâncias que ainda possuo.”

Aqui, vemos um ponto importante em sua resposta. Em momento nenhum, ele fala sobre acolhimento, princípio básico da Igreja, mas utiliza as palavras “sequelas”, “críticas” e “discordância”. Percebemos que Gabriel se sente como se tivesse sido pressionado a seguir regras de uma comunidade que não buscasse evoluir ou acessibilizar modos de um acolhimento real. É como se a Igreja tivesse imposto regras e ele tivesse sido obrigado a aceitar e seguir para continuar fazendo parte, isso de alguma maneira está incumbido em quem ele é agora. Essas sequelas o acompanham, fazendo com que sua relação com a instituição não seja boa, e sim de uma certa repulsa.

Continuando com essa disputa de memória, temos Ricardo Fontanini de 55 anos, que é Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

completamente diferente de Gabriel. Ele é devoto da Igreja e homossexual. Nós nunca o vimos na vida e nem temos relação direta com ele, o encontramos na *internet* em busca de pessoa religiosa e homossexual, realizamos uma entrevista por mensagem via *Instagram* como mesmo, e mediante as suas respostas notamos que sua relação com a sua fé é harmônica. Ao ser questionado sobre a relação homossexualidade e religião, o fiel é certo em impor sua opinião naquilo que ele acredita e não aparenta ter conflitos internos em relação à sua fé e sua sexualidade. Em uma das falas temos:

“Para a Santíssima Trindade o que importa são suas Boas Ações e o que você faz com a sua sexualidade, fazer sexo seja lá com quem for "Homem" ou "Mulher" diz respeito somente a você, agora como você exerce a sua sexualidade sim, se você é Gay e faz sexo pelo sexo, seguindo somente seus extintos sexuais (prazer pelo prazer) promiscuidade, isso nos afasta do crescimento espiritual, espíritos obsessores do sexo ficam juntos no ato sugando estas energias, nos levando cada vez mais a cometer atos como estes para que eles possam suprir as necessidades deles, já quando se faz sexo com amor, estes espíritos não ficam a nos sugar espiritualmente, estes espíritos são como Vampiros Espirituais, ou seja, casais Heteros que vivem na promiscuidade, hora faz sexo com um, logo a diante faz sexo com outro, estes Espíritos Obsessores também sugaram suas energias do mesmo jeito, desta forma, não importa ser Gay ou Hetero, o que importa é o que fazemos com a nossa sexualidade, maus olhos estão presente em todas as pessoas, dentro e fora da religião, sempre tem aquelas pessoas que mesmo dentro da Igreja, irão nos olhar com maus olhos, na Igreja, não é diferente tem gente que não respeita e nem tolera, apenas olha e repudia, mas como eu já falei, o que é a sua relação com Deus e eucaristia ”

Nessa fala, notamos que sua relação com a Igreja provém de seu entendimento e sua perspectiva de vida, mas não deixando de lado os fundamentos da sua religião. Sua argumentação não se baseia apenas em achismo ou em teologia, se baseia na sua experiência e sua relação com o mundo e a Igreja. Além do mais, notamos como em momento algum ele deixa de se impor limites. Pelo contrário, ele consegue identificar e reconhecer o que é pecado, delimitados diante dos fundamentos da sua religião, e o que é apenas uma criação de regras e fundamentos que não se encaixam na sua realidade de mundo. Ricardo consegue observar que ele é um ser normal como todos os outros e que todos os seus atos terão consequências, da mesma forma que os de uma pessoa heterossexual. Ao ser questionado se pessoas gays podem seguir qualquer religião, ele diz:

“Busque o que há de bom nelas e deixe de lado aquilo que é ruim, nenhuma Religião é perfeita, todas elas têm como base algumas crenças, as de cunho Cristão como a Católica e as Protestantes seguem o Evangelho de Jesus Cristo, temos de pedir a inspiração do Divino Espírito Santo para que ele nos ilumine para que possamos filtrar tudo isso e nos dar o discernimento daquilo que Deus em sua infinita sabedoria quer dizer dentro de nossa verdade.”

O fiel evidencia que todas as religiões têm suas boas e más características, e que cabe

restritamente a quem a busca conseguir filtrar os prós e os contras. Em suma, Ricardo tem muita fé e relação estreita com Deus e consegue se sentir bem dentro de seu espaço religioso porque ele conseguiu separar as coisas. Ele percebe que o preconceito das pessoas é diferente de sua própria relação com Deus. Percebemos, então, uma disputa de memória entre homossexuais que pensam como Ricardo, que apesar de ter sofrido preconceito por parte dos fiéis continua devoto e outros como o Gabriel, citado e discutido anteriormente. Laville (1999) evidencia, no seu artigo “Guerra das narrativas”, a importância da história e suas intervenções, com a finalidade de criar narrativas que correspondem à determinada sociedade. Transcorrida em nosso contexto, temos a Igreja Católica e sua necessidade de controlar as narrativas presentes na contemporaneidade, definindo assim os sujeitos que correspondem às suas necessidades e aos seus interesses, que seria um sujeito heteronormativo.

Porém, ao se pensar nos homossexuais, notamos que essas narrativas não se enquadram a eles, pelo contrário, os geram desconforto pois foi criada para abranger uma parte da população, e não todas as partes, fazendo com que eles busquem a difusão e a visibilidade da sua própria narrativa histórica criando o que Laville define como “guerras de narrativas”. Já que nesse viés, os homossexuais por serem marginalizados e inferiorizados, não se veem inclusos em uma sociedade onde tudo o que o cerca e o rodeia, o coloca em uma posição de erro e de pecado, é difícil para ele olhar para uma sociedade onde ele não é aceito. Os sujeitos desse trabalho (os homossexuais) não desejam “esfarinhar” nenhuma narrativa, apenas se tornar um evidente sujeito da sua própria história.

Portanto, infere-se que a religião é um importante espaço de produção de saber histórico não-escolar, uma vez que influencia consideravelmente os pensamentos, as noções de verdade, afeto, temporalidades e memórias sedimentadas nos indivíduos, como exemplificado e dissertado ao decorrer do dossiê através das entrevistas trazidas. Isso ocorre nos fiéis, e não apenas neles, mas em todas as pessoas que vivem na sociedade atual, ainda marcada pela grande força e domínio dos pensamentos religiosos, principalmente da Igreja Católica, instituição historicamente conhecida pela sua enorme influência e perpetuação de diversos tabus, desde a Idade Média.

3. Considerações finais

Durantes séculos a Igreja Católica redigiu modos e pensamentos, por séculos a entidade guiou o pensamento de milhões de pessoas, fiéis e não-fiéis mesmo que alguns de formas indiretas e imperceptíveis. Neste artigo científico, vimos primordialmente como essas regras impostas por essa sociedade religiosa, influenciou diretamente nos pensamentos dos seus

adeptos a respeito da homossexualidade, sujeito central dessa análise, e como essa influência os afeta e os obriga a lutar para conseguir se sentir incluso nessa sociedade.

As guerras de narrativas vistas ao decorrer, nos mostram perfeitamente que a Igreja, ainda dita e influência muito, mas que os ensinamentos dependem de quem está os recebendo, cabe aos fiéis distinguirem o que é verdadeiramente a palavra de Deus, e o que não passa de interpretações e de regras, cabe ao participante desse meio, compreender seu privilégio, e a partir daí entender que os gays não querem destruir as famílias e os “bons costumes”.

A homossexualidade, não é uma doença, nunca foi e nunca será, o que vemos aqui é basicamente uma tentativa apertada de visibilizar uma narrativa histórica que sempre foi posta do outro lado da linha abissal, vemos apenas a pequena tentativa de ser “aceito” e respeitado, uma tentativa de se tornar um sujeito da sua própria história. Como certa vez a historiadora Emília Viotti da Costa disse: “Um povo sem memória, é um povo sem história e um povo sem história, deixa de existir”.

Durante a construção deste pequeno trabalho tivemos a oportunidade de ter contato com diversas pessoas e pensamentos plurais que enriqueceram as nossas discussões acerca do tema: A visão da homossexualidade em três papados da Igreja Apostólica Romana. Tínhamos uma noção sobre o que acharíamos quando fôssemos pesquisar sobre as falas dos Papas e os pensamentos de cada fiel e homossexual entrevistado. Nós, inclusive, já esperávamos que houvesse uma evolução dos pensamentos e posturas dos papas que aos poucos fossem se aproximando mais de uma visão progressista, respeitosa com os direitos humanos e o direito de existência de cada indivíduo, e que, inclusive isso refletiria de algum jeito (e claro, juntamente com outros fatores que não nos cabe discutir, já que nosso foco é a religião cristã, no que tange a Igreja Católica) nas visões dos fiéis e em como os homossexuais se sentem perante à Igreja. As informações coletadas supriram nossas expectativas. Ao decorrer das discussões, conseguimos ter uma visão mais crítica ao decorrer do tema e de como as estruturas e instituições dominantes são capazes de produzir preconceitos acerca do outro, de minorias que não vão de encontro com uma visão heteronormativa e cristã de mundo. Discorridos, dissertados e exemplificados ao decorrer desta discussão.

4. Entrevista completas em ordem de aparição no artigo.

Sebastião Rodrigues da Cunha

Sebastião Rodrigues da Cunha, de 82 anos, nasceu em Conceição do Ibitipoca, Distrito do

município de Lima Duarte, localizado no interior de Minas Gerais. Ele é pecuarista aposentado, e um devoto fiel do catolicismo, dogmas nos quais foi criado, e também criou seus filhos.

Quais sua opinião a respeito da homossexualidade? O senhor diria que respeita, tolera ou repudia os homossexuais? Olha, eu acho que se tivesse um filho homossexual eu respeitaria, porque é algo que não depende dele, não sei explicar se é algo da natureza, mas já nasceu assim, não tenho nada contra eles, eu acho que eles merecem o maior respeito e não há nenhuma diferença deles para as demais pessoas, aliás acho que eles deviam ter o dobro do respeito, porque eles são muito discriminados e acho isso muito injusto.

O que te levou a pensar assim, a respeito do assunto? Foi por conta da criação, seus pais, Igreja ou foi moldado o pensamento por conta própria? Olha não teve ninguém que me ensinou isso não, foi com a vida.

Na sua juventude, o que você acha que o padre, a igreja e os demais fiéis pensavam a respeito da homossexualidade? Eles tinham respeito, toleravam ou repudiavam? Olha eu acho que a Igreja os respeitava também, né? Não era uma coisa muito divulgada assim, mas acho que eles respeitavam sim.

Então senhor acha que na visão da Igreja eles não eram pecadores nem nada do tipo? Não, acho que eles respeitavam igual a qualquer outra pessoa

E a respeito das outras pessoas que frequentavam a igreja, o senhor acha que tinha a mesma opinião que você em sua juventude, ou você acha que as pessoas eram mais preconceituosas? Não, as pessoas na época eram muito mais preconceituosas.

O senhor acha que na sua juventude, por exemplo, um casal de homossexuais poderia frequentar a Igreja como qualquer outro casal ou sofreria algum tipo de repressão da Igreja? Não, naquela época isso não era muito divulgado, eles passavam nessa época meio escondido sabe? Sofria a vida inteira dentro do “armário”.

O senhor acha que após a morte, para onde vão os homossexuais? Inferno ou céu? Eles têm o direito igual a todo mundo de irem para o céu, não são pecadores só por conta de serem homossexuais.

Geraldo de Mattos Fernades

Senhor Geraldo, de 65 anos, nasceu e foi criado em Chiador, cidade do interior de Minas Gerais e lá reside até os dias atuais. Ele vem de uma família tradicionalmente católica, onde os pais eram devotos, e criou seus 2 filhos juntamente com sua esposa, Vilma, ex- ministra da eucarristia da Igreja da cidade, segundo os mesmos dogmas e ensinamentos.

Qual sua opinião sobre a homossexualidade? O senhor diria que repudia, tolera ou respeita?

Eu acho que não é normal não. Deus criou Adão e Eva para procriar. Gay não reproduz. Sem contar que é nojento e eu não gosto de ver dois “macho” de beijo no meio da rua. Repudio esse comportamento. Não pode sair na rua batendo nos outros, mas eu acho esquisito e não aceito dentro da minha casa.

O que te levou a pensar assim? Sua criação, seus pais, a igreja ou o senhor foi moldando o

pensamento por conta própria? Desde pequeno, que eu me lembre, eu penso desse jeito. Acho que foi a junção de tudo.

Na sua juventude, você escutava algo dentro da igreja a respeito dos homossexuais? Ou pessoas religiosas falando. Nunca vi uma missa só para falar disso não. Mas já escutei padre e outras pessoas muito religiosas da comunidade falando que está na Bíblia que não pode se deitar homem com homem porque não é de Deus, né? Se fosse de Deus, eles iam poder ter filho. Penso eu. Não é normal na natureza, deve ser obra do “coisa ruim”.

Para onde você acha que os homossexuais vão depois que morrerem? Ah, devem ir para o inferno, ou então devem passar muito tempo no purgatório até se livrarem de tudo isso, não deve ser fácil não.

Laura Ferreira Resende

Laura, de 20 anos, nasceu em Chiador e foi criada na cidade de Três Rios-RJ. Ela vem de uma família pagã, seus pais são agnósticos, mas ela escolheu ser católica por conta própria. Se consagrou à Virgem Maria em dezembro de 2021, é devota e faz parte do grupo jovem católico Shalon.

Qual sua opinião sobre a homossexualidade? Você diria que repudia, tolera ou respeita ? Somos todos filhos de Deus, independente da raça, gênero, sexualidade ou qualquer outro aspecto. O que me resta é acolhê-los e respeitá-los, trazê-los para a Igreja para que eles conheçam a graça do meu Pai, porque Ele nos ama e nos acolhe.

O que te levou a pensar assim? Sua criação, seus pais, a igreja, ou você mesma foi moldando o pensamento por conta própria? Eu não nasci em uma família preconceituosa explicitamente, mas sempre teve aquelas piadinhas implícitas, sabe? Então se dependesse deles eu seria assim também, mas tendo contato com amigos gays, bissexuais etc. na escola/faculdade consegui ir, aos poucos, me livrando desse preconceito enraizado. Até porque temos que amar ao próximo como a nós mesmos. Foi Jesus quem disse em Matheus 22:39.

O que você escuta hoje em dia dentro da Igreja a respeito dos homossexuais? Então, sempre tem as pessoas mais velhas e conservadoras que vêm com aquele famoso discurso: “Respeito, mas não dentro da minha casa.” acompanhado de piadinhas. Até o discurso de alguns padres é preconceituoso. Mas hoje percebo uma postura muito mais acolhedora da Igreja, dos padres mais novos e dos jovens católicos que tenho contato do que há muito tempo pelo que se sabe de como era. O próprio Papa Francisco nos pede pra amar e acolher os homossexuais.

Para onde você acha que os homossexuais vão depois que morrerem?- Isso só Deus pode responder lá no Juízo Final. Não tenho nenhuma resposta porque só Deus pode nos julgar.

Gabriel de Oliveira Lopes

Gabriel, de 20 anos, nasceu em e foi criado em Juiz de Fora- MG. Homossexual assumido, ele vem de uma família tradicionalmente católica e esteve um tempo na religião, mas escolheu ser

agnóstico.

Qual sua sexualidade?

- Me identifico como cisgênero e homossexual.

Você diria que é bem resolvido em relação a sua sexualidade hoje em dia? - Com certeza. Tive muitos problemas nos últimos anos, pois foi quando encarei conflitos pessoais de autoaceitação. Mas com muita terapia e paciência, aprendi a me amar e me entender como uma pessoa bi.

Você tem alguma religião? Atualmente, não. Me considero agnóstico.

Como você se sente em relação á Igreja Catolica? Sou nascido e criado no catolicismo, frequentei a igreja durante minha infância e adolescência quase inteiras. Hoje possuo pela igreja, ao mesmo tempo que um certo carinho, algumas sequelas difíceis herdadas de críticas que eu constantemente fazia e discordâncias que ainda possuo.

Você se sente ou já sentiu discriminado pelos fiés? Não diretamente, pois nunca me assumi para muitas pessoas da igreja, não tinha coragem. E durante minha vivência lá, consegui ser uma exceção ao defender a comunidade em encontros de jovens. Minha família também, mesmo moldada na religião, sempre foi combativa a isso. Mas ouvir em tantas pregações e retiros que pessoas LGBTQIA+ são impuras e pecadoras apenas por serem quem são, sempre me afetou de um jeito muito pessoal, de forma que me fizesse sentir desconectado da filosofia pregada do "amor de Deus". Percebo que, ao menos no núcleo ao qual eu pertencia, há ainda um certo esforço para manter esses estigmas e atualmente, presenciar isso mais me cansa do que chateia. Faz parecer um ciclo exaustivo, o que é desanimador para quando se pensa em romper com isso.

Você frequentaria uma Igreja católica hoje em dia?

- Não vejo nenhum problema quanto à possibilidade. Ou sequer em assistir a uma missa ou outra com minha família, por exemplo. Porém, pessoalmente, não é algo que está em meus planos, pois acredito que eu já tenha tido meu "término" com a igreja católica, e honestamente prefiro que continue assim.

Ricardo Fontanini (Entrevista feita via *direct* do *Instagram*)

Fontanini, de 55 anos, é de São José dos Campos-SP. Nós o encontramos via *Instagram*, onde podemos observar logo em sua biografia a bandeira LGBTQIA+. Ele se identifica como um homem cisgênero e gay. Indagamos a ele as seguintes perguntas e deixamos que ele discorresse livremente o quanto e como quisesse

Como você se sente dentro da Igreja Católica sendo gay? Como é sua relação com Deus diante disso? - Eu sou Batizado na Igreja Católica, frequento as Missas aos Domingos, tenho consciência da total importância da Eucaristia em minha Vida, e também conheço a Doutrina Espírita Kardecista onde me dá a total certeza de que para Deus a nossa sexualidade nada nos impede de servir e seguir os ensinamentos de Jesus - Para a Santíssima Trindade o que importa são suas Boas Ações e o que você faz com a sua sexualidade, fazer sexo seja lá com quem for "Homem" ou "Mulher" diz respeito somente a você, agora como você exerce a sua sexualidade sim, se você é Gay e faz sexo pelo sexo, seguindo somente seus extintos sexuais (prazer pelo prazer) promiscuidade, isso nos afasta do crescimento espiritual, espíritos obsessores do sexo

ficam juntos no ato sugando estas energias, nos levando cada vez mais a cometer mais atos como estes para que eles possam suprir as necessidades deles, já quando se faz sexo com amor, estes espíritos não ficam a nos sugar espiritualmente, estes espíritos são como Vampiros Espirituais. Ou seja, casais héteros que vivem na promiscuidade, hora faz sexo com um, logo a diante faz sexo com outro, estes Espíritos Obsessores também sugaram suas energias do mesmo jeito, desta forma, não importa ser gay ou hétero, o que importa é o que fazemos com a nossa sexualidade, maus olhos estão presente em todas as pessoas, dentro e fora da religião, sempre tem aquelas pessoas que mesmo dentro da Igreja, irão nos olhar com maus olhos, na Igreja, não é diferente tem gente que não respeita e nem tolera, apenas olha e repudia, mas como eu já falei, o que é a sua relação com Deus e eucaristia. Você como gay pode ser ou seguir qualquer religião. Busque o que há de bom nelas e deixe de lado aquilo que é ruim, nenhuma religião é perfeita, todas elas tem como base algumas crenças, as de cunho Cristão como a Católica e as Protestantes seguem o Evangelho de Jesus Cristo, temos de pedir a inspiração do Divino Espírito Santo para que ele nos ilumine para que possamos filtrar tudo isso e nos dar o discernimento daquilo que Deus em sua infinita sabedoria quer dizer dentro de nossa verdade. Quando lemos o Evangelho, a Santíssima Trindade sabe o que você precisa, Deus sonda seu interior e ele sabe de suas verdades, necessidades e de suas ações, por isso ao ler o Evangelho, cada um tem a sua interpretação da palavra, pois é Deus falando para você dentro da sua verdade. Você é gay, ser gay portanto não é pecado, pecado é você ser um gay maldoso, um gay mentiroso, um gay que não pratica a caridade, um gay promíscuo. Assim como ser hétero também não é nenhum antídoto contra o pecado, pois mesmo que a pessoa seja hétero ela pode ser mentirosa, promíscua, perversa, não praticar a caridade. Essa pessoa será tão pecadora quanto qualquer um independente da sexualidade. Você pode ser Gay e ser cheio do espírito santo.

Referência:

LAVILLE, Christian. **A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19

125-138, 1999.

MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História: entre História e Memória**. In: SILVA, G. V. da; SIMÕES, R. H. S.; FRANCO, S. P. (Org.). História e Educação: territórios em convergência. Vitória, ES: UFES/GM/PPGH, 2007, p. 59-80 [1-12].

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**, Novos Estudos Cebrap, 79, nov/2007, p. 71-94.

XVI, Bento. **Luz do mundo: O Papa. A igreja e os Sinais dos Tempos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.

<https://www.bbc.com/portuguese/omundohoje/omh00070902.htm>

<https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/03/entenda-a-hierarquia-de-governo-da-igreja-catolic>

<https://www.ib.com.br/internacional/noticias/2010/11/23/bento-xvi-a-homossexualidade-e-injusta-e-se-opoe-a-vontade-de-deus.html>

[Papa defende união civil gay: o que Francisco já disse sobre homossexualidade - BBC News Brasil](#)

<https://gamarevista.uol.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>

<https://soexercicios.com.br/plataforma/questoes-de-vestibular/ENEM/116911/-igreja-catolica-na-idade-media-g-1>

<https://soexercicios.com.br/plataforma/questoes-de-vestibular/ENEM/71174/-igreja-catolica-no-periodo-colonial-g-1>

<https://www.leiaja.com/carreiras/2020/04/10/enem-5-vezes-em-que-o-cristianismo-foi->

-

ST 17: COMUNICAÇÕES LIVRES

A infância perdida do imperador D. Pedro II a partir da análise da reprodução da gravura “Quarto de Estudos” de Jules Dupré.

Gabriella Ramos Ribas Oliveira⁶¹¹

Victor Pinheiro Campos⁶¹²

Resumo:

O projeto tem o intuito de apresentar a construção de uma análise sobre a obra “Quarto de Estudo” de Félix Émile Taunay de 1837, dedicada ao Regente da época, Diogo Antônio Feijó, a qual foi reproduzida por Jules Dupré e pertence a coleção atual do circuito sobre Brasil Império no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. Nesse sentido, a partir de elementos na gravura, onde o imperador D. Pedro II, com cerca de 12 anos, encontra-se estudando com suas irmãs, d. Francisca e d. Januária. será possível discutir sobre a perda da infância do monarca, principalmente depois de ter sido deixado no Brasil pelo seu pai e pela morte deste em 1834, além do ganho de uma grande responsabilidade que fez com que todas as etapas de sua vida fossem marcadas por relações políticas e sociais. No projeto, será pontuado de que maneira a obra “Quarto de Estudos” pode nos revelar sobre a infância do imperador.

Palavras-chave: D. Pedro II, infância, estudos, obra, intelecto, Quarto de Estudo.

⁶¹¹Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) | gabriella.ribas27@gmail.com

⁶¹²Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) | victorpinheirocampos1000@gmail.com

Abstract:

The project aims to present the construction of an analysis of the work “Study Room” by Félix Émile Taunay from 1837, dedicated to the Regent of the time, Diogo Antônio Feijó, which was reproduced by Jules Dupré and belongs to the current collection of the circuit about Brazil Empire at the Mariano Procópio Museum, in Juiz de Fora. In this sense, based on elements in the engraving, where Emperor D. Pedro II, aged around 12, is studying with his sisters, D. Francisca and d. Januária. it will be possible to discuss the loss of the monarch's childhood, especially after being left in Brazil by his father and his death in 1834, in addition to gaining a great responsibility that meant that all stages of his life were marked by relationships political and social. The project will focus on how the work “Study Room” can reveal to us about the emperor’s childhood.

Keywords: D. Pedro II, childhood, studies, work, intellect, Quarto de Estudo.

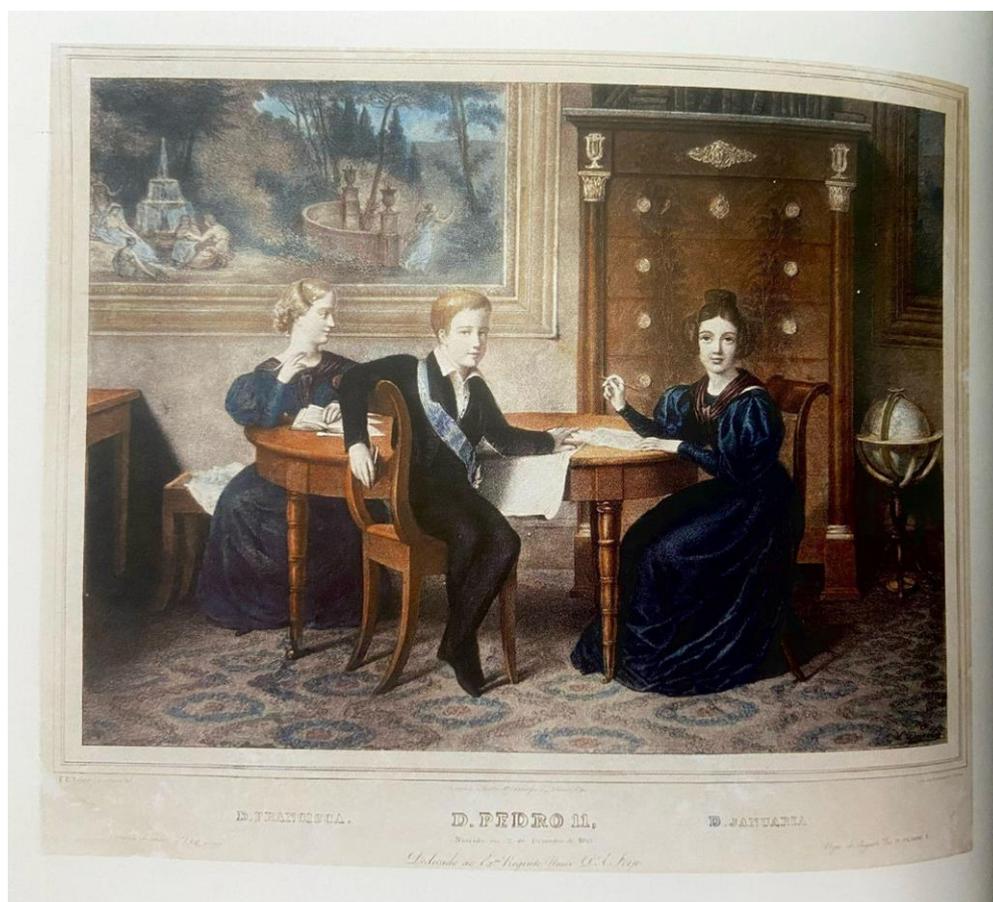
Introdução

A gravura “Quarto de Estudo”, feita por Jules Dupré em 1837, é inspirada na litogravura de Félix Émile Taunay, que não contém uma data específica, mas sabe-se que foi dedicada ao regente da época, Diogo Antônio Feijó. A obra de Dupré utiliza a técnica de litografia sobre o papel e se encontra nas dimensões 34, 5 x 41 cm no acervo da coleção família imperial, presente no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. Nesse sentido, é possível justificar a presença da gravura nesta coleção, devido à adesão à monarquia do principal colecionador e fundador do museu, o advogado Alfredo Ferreira Lage (1865-1944).

Na cena da obra, há uma ambientação de uma sala de estudos, frequentada pelo imperador e sua irmã d. Januária, direcionados ao observador, e a caçula da família, d. Francisca, representada de perfil. Eles se encontram apoiados à mesa, com lápis nas mãos, livros e folhas de papel incluso, remetendo a um momento de aprendizado e concentração dos herdeiros da família imperial, aos quais o futuro do Brasil estaria supostamente entregue.

Imagem 1: “Quarto de Estudo” de Félix Émile Taunay (s.d)

Fonte: Acervo Museu Imperial/Ibram/Minc.⁶¹³



⁶¹³ REZZUTTI, Paulo. Caderno de imagens. In: REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro II A história não contada**: o último imperador do novo mundo revelado por cartas e documentos inéditos. São Paulo: Leya, 2019. p. 1-33.

Imagem 2 - “Quarto de Estudo” de Jules Dupré (1837)



Fonte: Figura própria dos autores.

Em primeira análise, é imprescindível compreender o contexto de ambas as obras, a fim de podermos adentrar na temática requerida. Assim, se torna necessário analisar os autores da obra e o contexto dela, para nos conduzir em que sentido a litogravura de Dupré pode estar relacionada com a perda da infância de d. Pedro II.

Félix Émile Taunay (1795-1881) foi um pintor francês, o qual se tornou diretor da Academia Imperial de Belas Artes do Brasil⁶¹⁴ e em janeiro de 1835, passou a ser professor de francês e de desenho do imperador, mas também se tornou sub preceptor em 1839 e com o passar do tempo, um grande amigo do monarca (Rezzutti, 2019). Nesse mesmo ano, em outubro de 1835, Diogo Antônio Feijó inaugurou a Regência

⁶¹⁴ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Félix-Émile Taunay. 2018. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23073/felix-emile-taunay>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Una, se tornando regente do Brasil. A partir disso, é possível ampliar as possibilidades na questão da data do quadro de Taunay, já que ele representa os herdeiros da família imperial de luto na descrição “Quarto do estudo em S. Christovan. **Nojo do Augusto Pai D. Pedro I.** Dedicado ao Exmo. Regente Único D. A. Feijó.” Naquela época, a palavra “nojo” significava luto, no qual as crianças se encontravam, devido à morte do pai no final de 1834. É interessante salientar que as notícias da Europa demoravam a chegar em solo brasileiro e as notícias da morte do primeiro imperador, bem como as homenagens e cerimônias, passaram a ocorrer no início de 1835 (Rezzutti, 2019), mesma época em que Taunay ocupou o cargo de professor do imperador. Então, é possível concluir que o quadro pode sim ter sido feito no ano de 1835 e que foi entregue ao regente Diogo Antônio Feijó devido a uma hipótese, que será discutida posteriormente no presente artigo.

Já no contexto da litogravura, há poucas informações sobre o autor. Jules Dupré (1811-1889) também foi um pintor francês, com enfoque em pinturas paisagistas, e que inspirou muitos artistas brasileiros⁶¹⁵. Entretanto, não foram encontradas ligações dele com o Brasil e muito menos, o motivo dele ter utilizado do quadro de Taunay para originar a litogravura no ano de 1837, logo é possível apontar que, ou a obra foi encomendada ao artista pela própria família imperial, ou o quadro chegou até Dupré. Nesse contexto, por estar presente no Museu Mariano Procópio, é com a obra de Jules Dupré que iremos trabalhar, apoiada no quadro de Taunay.

2. Desenvolvimento

2. 1 - Múltiplas infâncias

À priori, o objetivo do presente artigo não é abordar uma infância biográfica do d. Pedro

⁶¹⁵ Chisholm, Hugh, ed. (1911). Enciclopédia Britannica (11ª ed.). Cambridge University Press.

II e muito menos criticar ou defender o seu padrão de vida. Neste âmbito, o que se pretende é compreender de que maneira a litogravura pode nos apontar uma determinada perda da infância do futuro imperador.

Em suposta análise, a concepção de infância que se tinha naquele período do século XIX era muito diferente daquela que temos hoje. Dessa forma, a infância não deve ser compreendida como algo único para todos, e que é vivido da mesma maneira, mas é preciso se atentar que a concepção de criança feliz e que precisa brincar foi uma ideia construída ao longo do tempo (Frota, 2007). Seguindo esse viés, entende-se que “se quisermos realmente responder àquelas questões, precisamos nos desvencilhar das imagens preconcebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam” (Cohn, 2005, p. 8 *apud* Frota, 2007, P. 150). Por essa razão, se faz imprescindível tentar enxergar a litogravura não com um olhar melancólico, a fim de criticar o modelo de vida e educação do pequeno imperador, mas entender o que ela nos conta sobre a infância de d. Pedro II.

Ademais, um outro fator relevante é pensar que a própria criança tem distintas percepções de si mesma e do mundo, mas que essas concepções também são influenciadas pelo meio em que ela ocupa (Frota, 2007). Dessa forma, as relações de poder já eram e ainda são demarcadas ainda no nascimento da criança, o que ocorreu no caso do monarca brasileiro, que talvez tenha sido criado para pensar em ser imperador e adotar uma educação rígida consigo mesmo, o que provavelmente, não tenha sido o caso de uma criança de elite, a qual não tinha essa “missão” de ser herdeira de uma monarquia. Logo, a infância de d. Pedro II não deve ser entendida como uma verdade absoluta, como se fosse igual para suas irmãs ou para qualquer outra criança, são múltiplas infâncias. Nesse caso, mesmo que o futuro monarca fosse considerado um “menor”, que ainda precisava de cuidados, é possível questionar se os responsáveis pela sua educação e inclusive ele próprio construíram nele uma imagem de uma criança ou de um monarca em preparação. Tal questionamento, que será mais debatido posteriormente, será de grande valia para compreender a litogravura “Quarto de Estudo”.

Para enriquecer a análise da obra de Dupré, uma fotografia será utilizada, para que seja possível destacar a questão da infância.

Imagem 3: “A lição”



Fonte: Museu Mariano Procópio/Arquivo.⁶¹⁶

Nessa foto, temos a Maria Amália Ferreira Lage, mãe do colecionador Alfredo Ferreira Lage, estudando com duas crianças, as quais segundo a descrição no site do G1 (2018), são filhas do administrador. Como sabemos que Alfredo não teve filhos, fica subentendido que as meninas representadas na foto são filhas de um dos funcionários da casa, logo, não há menção se estas eram ricas ou tinham títulos herdados pela família.

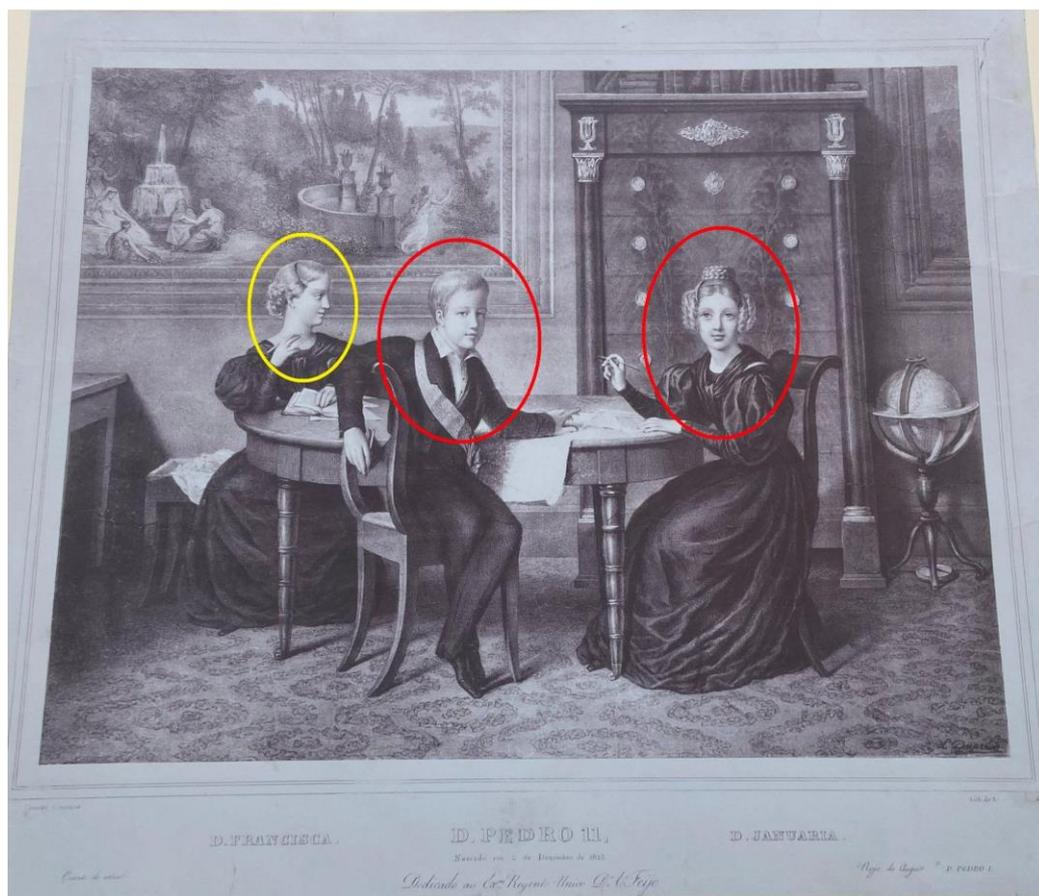
⁶¹⁶ OLIVEIRA, Roberta. **Ensaio fotográfico no Museu Mariano Procópio destaca réplica de vestido de matriarca da família Ferreira Lage**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/12/16/ensaio-fotografico-no-museu-mariano-procopio-destaca-replica-de-vestido-de-matriarca-da-familia-ferreira-lage.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2023

Em primeiro lugar, é possível ver um contraste na fotografia, que se torna interessante para avaliarmos a questão da perda da infância. Nesse viés, as meninas estão estudando dentro de uma sala e atrás delas, há uma abertura da janela para o ambiente externo, que acaba se tornando algo convidativo para as crianças. Este apontamento, por sua vez, se assemelha à litogravura, onde os herdeiros da família imperial também estão dentro de uma sala e atrás deles existe um quadro retratando crianças brincando, o que acaba se tornando um contraste daquilo que era a infância de uma criança no século XIX com a concepção do que se pensa atualmente de como esta deveria ser.

Além disso, o interessante é notar que uma das meninas, representada do lado direito, está dormindo. Não se sabe o motivo, mas se torna possível interpretar que talvez ela já estivesse cansada de estar ali ouvindo a suposta lição, pois havia se tornado algo cansativo demais e ela poderia apenas estar desejando se divertir naquele ambiente que estava sendo revelado pela abertura da janela. Por outro lado, a outra criança já está muito mais concentrada e interessada no livro, e é possível notar que ela poderia sim já ter sido ensinada a se tornar, futuramente, uma mulher culta como a Maria Amália e assim, almejar um bom destino ou até um casamento. Logo, fica perceptível a discussão levantada por Frota (2007) sobre as diferentes maneiras da própria criança viver e entender a sua infância.

2. 2 - Elementos da litogravura.

Imagem 4: “Quarto de Estudo” de Jules Dupré



Fonte: Figura própria dos autores

Em primeira análise, temos a demarcação das relações de poder nesta obra. Isso porque d. Pedro II, o herdeiro da monarquia, e sua irmã, d. Januária, estão claramente sendo representados, de acordo com sua posição social, por isso eles olham para o observador. O futuro imperador, neste momento com cerca de nove anos, é retratado mirando o futuro do Brasil, que nesse caso, estava nas mãos dele. Já no caso de d. Januária, ela é representada também olhando para o futuro, como se estivesse se preparando para assumir o cargo de monarca, caso acontecesse algo com seu irmão na infância, já que ela era a mais velha de todos os irmãos. A princesa estava na linha de sucessão direta nesse período, por isso ambos são posicionados de frente, a fim de demonstrar que eles se preocupavam com a monarquia brasileira. Por outro lado, a princesa d. Francisca (destaque de amarelo) também foi inserida na gravura, mas de uma outra maneira. Ela se encontra de perfil em uma posição muito diferente de seus irmãos, devido à sua posição na linhagem imperial. Mesmo que fosse uma princesa, ela não tinha uma

probabilidade tão grande de herdar o trono, pois era a mais nova entre seus irmãos, assim já não se tinha uma preocupação tão grande em retratá-la como o futuro da monarquia brasileira.

Imagem 5 - “Quarto de Estudo” de Jules Dupré



Fonte: Figura própria dos autores.

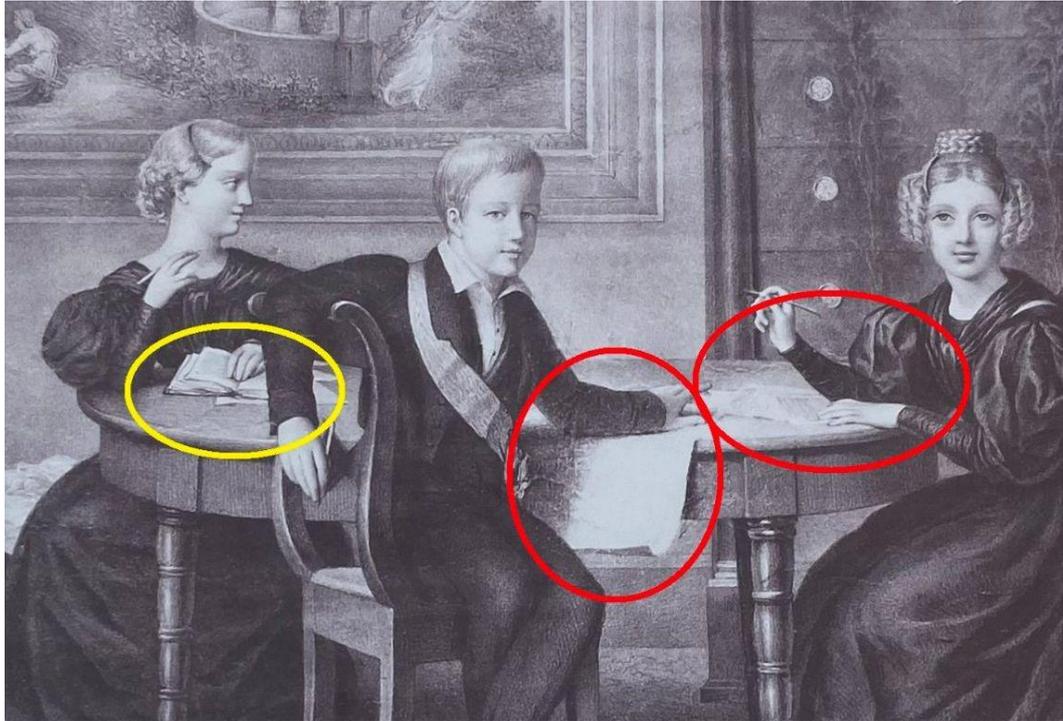
Um contraste interessante nessa gravura é a dualidade de percepções de infâncias. Enquanto os herdeiros da monarquia estão estudando em uma sala, atrás deles existe um quadro, que representa crianças brincando e se divertindo em um ambiente externo. É possível notar que no quadro, existe uma determinada concepção de infância, onde as

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

crianças estão tendo seu momento de lazer ao invés de estarem inseridas em um contexto político social. Contudo, na representação da família imperial, já se aponta um outro tipo de infância, onde esta não é entendida de maneira mais “humanitária”, como compreendemos nos dias hodiernos, mas mostra o dever e a instrução sendo a prioridade do processo de formação do futuro imperador e das princesas. Por isso, cabe ressaltar que a infância no século XIX, ainda mais pensada para um futuro monarca, era muito diferente daquela concepção que desenvolvemos atualmente, assim, mesmo que exista um contraste na obra, isso não quer dizer que as pessoas e a própria família, naquele momento, pensavam que o imperador estava perdendo sua infância. Isso é o que a obra nos revela, inseridos no pensamento atual.

Assim, torna-se possível e necessário afirmar que não existe algo como a criança ou a infância, um ser e um estado essencial esperando para ser descoberto, definido e entendido, de forma que possamos dizer a nós mesmos e aos outros, O que é a criança? O que é a infância? Em vez disso, há muitas crianças e muitas infâncias, cada uma construída por nossos entendimentos da infância e do que as crianças são e devem ser (Dahlberg; Moss; Pence, 2003, p. 63 apud Frota, 2007, p. 149)

Imagem 6: “Quarto de Estudo” de Jules Dupré



Fonte: Figura própria dos autores

Outro elemento interessante são os suportes de estudo que as crianças estão utilizando na gravura. Há novamente a demarcação de posições sociais em que elas estão inseridas. Nesta representação, d. Francisca se apoia em um livro pequeno, já d. Januária está com uma folha de papel média, enquanto d. Pedro II está apoiado na folha de maior tamanho. Isso pode ser uma simbologia à linhagem de sucessão, já que o imperador ocupa a maior posição, sua irmã mais velha vem como sua substituta, enquanto Francisca, a mais nova da família, não tinha essa posição tão avançada no império, por isso ela pode ter sido representada com um livro, suporte bem diferente daqueles que seus irmãos estavam utilizando, como se fosse uma documentação.

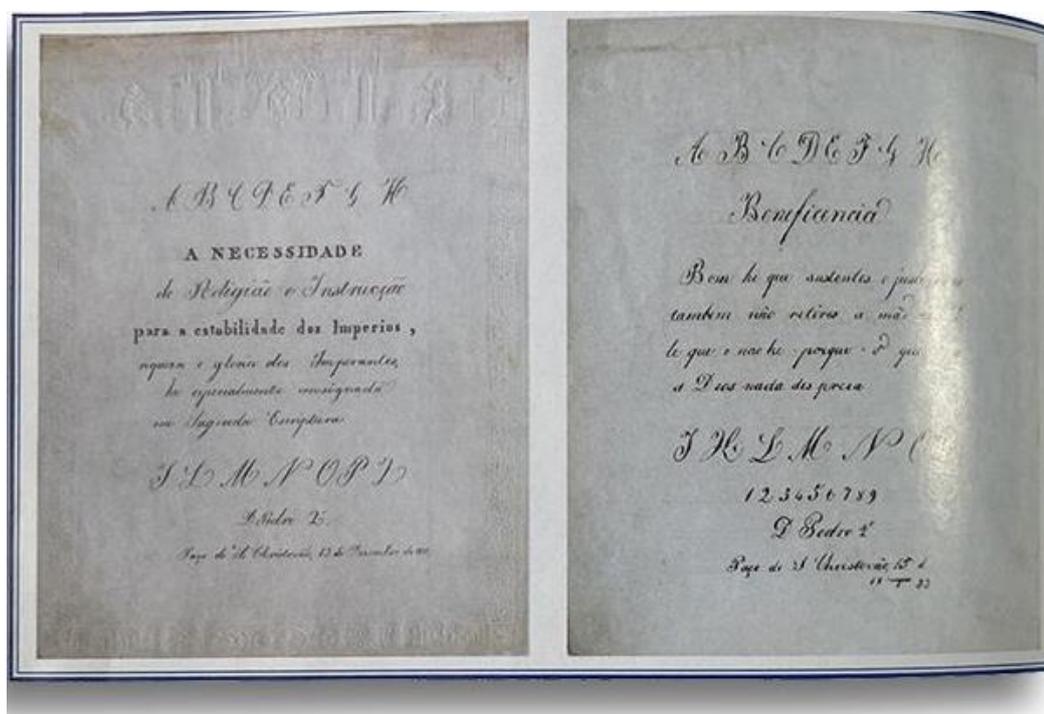
Nesse âmbito, o tamanho dos papéis utilizados por d. Pedro II e sua irmã mais velha demonstram a exigência de suas ocupações. A d. Januária tinha um papel importante na linhagem, mas em comparação com o irmão, seus deveres eram menores, logo a folha de papel em que ela estava apoiada era menor. Por sua vez, o futuro monarca tinha maiores deveres e isso é demonstrado no tamanho do papel, o qual pode ser até uma

parte do seu caderno de caligrafia, onde é retratado a educação rígida que ele recebeu.

2.3 - Educação na infância

Estudado pelos historiadores Priscila da Costa P. Boscato e Sérgio Augusto Vicente, o caderno de caligrafia de d. Pedro II, encontrado no Museu Mariano Procópio, denota sobre o modelo de educação recebido em sua infância⁶¹⁷.

Imagem: Caderno de caligrafia de d. Pedro II



Fonte: Site Prefeitura de Juiz de Fora⁶¹⁸

⁶¹⁷ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Exercícios que mostram como foi a educação de Dom Pedro II são parte da nova exposição do Museu Mariano Procópio. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=76809>. Acesso em: 15 nov. 2023.

⁶¹⁸ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Exercícios que mostram como foi a educação de Dom Pedro II são parte da nova exposição do Museu Mariano Procópio. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=76809>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Na primeira folha à esquerda, é possível compreender que d. Pedro II estava sendo educado não para pensar como uma criança, mas como um grande monarca. Assim, está escrito: “A necessidade de religião e instrução para a estabilidade dos impérios, riqueza e glória dos imperantes, he especialmente consignado nas Sagradas Escrituras.”⁶¹⁹ Dessa maneira, percebe-se a posição em que ele estava inserida, e o quanto essa folha de caligrafia contribui para a análise da litogravura “Quarto de Estudo”, já que nos confirma a motivação do papel em que o futuro imperador estava utilizando ser maior do que o de sua irmã. bem como a posição frontal de seu rosto em que ele é retratado. Vale ressaltar uma frase interessante do historiador Sérgio Augusto Vicente (2020), onde ele diz:

Os documentos evidenciam a preocupação com o domínio de moral e ética voltadas ao futuro chefe de Estado, com aprendizagem de outras línguas e estética da caligrafia, dentre outros conteúdos. A rotina de estudos fazia parte do repertório de preocupações e habilidades que ele deveria dominar. O menino, cuja educação ficou nas mãos do Governo imperial durante sua infância, foi criado para ser imperador, e o gosto pelos estudos e conhecimentos em diferentes áreas continuou ao longo da vida do monarca.

Ainda nessa temática, como já foi discutido que a infância do imperador não seguia a concepção contemporânea sobre o bem estar infantil, vale ressaltar que ele próprio não tinha esse pensamento de que estava perdendo sua infância. Desde pequeno, d. Pedro II havia sido criado pelos seus tutores através de uma educação rígida (Rezzutti, 2019), a fim de tornar o pensamento do pequeno futuro monarca em um grande ideal. Nesse sentido, pode ser que tenha sido construído nele a consciência de se pensar como um imperador, e não como uma criança. Por conta disso, existem algumas fontes, trazidas por Quintanilha (2006) e Paulo Rezzutti (2019), que nos fazem concluir que o imperador ainda criança já tomava a iniciativa de estudar por conta própria, ou seja, ele não precisava que ninguém o obrigasse ou chamasse a sua atenção, pois provavelmente ele já tinha a consciência de que era seu dever. Em prova disso, os historiadores Sérgio

⁶¹⁹ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Museu Mariano Procópio - Exercícios de Caligrafia de Dom Pedro II**. Youtube, 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=AQAbU6EcpA> >

Augusto Vicente e Priscila da Costa P. Boscato (2020)⁶²⁰, entendem que a educação do menino deixou de ser um fardo pesado, mas passou a se tornar um costume e logo depois, uma forma de escapar da realidade que o cercava, como a morte dos pais e a solidão (Paulo Rezzutti, 2020). Há um exemplo disso em uma citação do texto de Quintanilha (2006, p. 49).

D. Pedro II demonstrava tal avidez pelo conhecimento que empregava até mesmo suas minguadas horas de lazer na tarefa de se instruir e aformosear o seu espírito no cultivo das ciências e da arte, dedicando-se, assim, dia e noite, à sua instrução, como se percebe nesta passagem do autor: “[...] muitas vezes se erguia do leito para accender a lâmpada que o Bispo de Chrysopolis, seu preceptor, cautelosamente apagara (Pimentel, 1925, p. 28)

Existe uma outra contribuição para legitimar o argumento de que o próprio imperador, formado em sua consciência de que deveria se preparar como tal, passou a buscar o estudo por vontade própria. Assim, há uma transcrição de um trecho do boletim médico, feito pelo dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles, no ano de 1840, quando d. Pedro II tinha cerca de cinco anos, que diz: “Este ardor pelo estudo fez com que s.m.i não achasse tanto prazer nos brincos [brincadeiras] de sua idade, como acontece às outras crianças, e se desse aos trabalhos literários, apesar de acabar de comer.” (Rusins, s.d, p. 145 apud REZZUTTI, 2019, p. 101).

Por conta disso, é possível supor que na primeira obra “Quarto de Estudo”, originada por Taunay, a intenção dele na representação do monarca seja exatamente a de mostrar ao público o pequeno grande adulto que estava se formando no seio brasileiro. Isso porque a posição do imperador de frente para o observador, o contraste do quadro e da sala de aula e o tamanho dos papéis, nos mostra que o autor da obra utilizou desses elementos para construir a imagem do futuro monarca para a população, já que as

⁶²⁰ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Exercícios que mostram como foi a educação de Dom Pedro II são parte da nova exposição do Museu Mariano Procópio.** Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=76809>. Acesso em: 15 nov. 2023.

gravuras eram uma forma de disseminar o cotidiano de um indivíduo e espalhar uma propaganda, legitimando uma narrativa. Através disso, ele construiu essa imagem de um imperador que olha para o progresso do Brasil e que não está preocupado em olhar para trás, ou seja, para o quadro. Ademais, tanto ele quanto d. Januária, estão vestidos com cores de luto, devido à morte do pai, porém a intenção do artista era demonstrar que os herdeiros da monarquia não tinham tempo para permanecer na melancolia e nem mesmo de se preocupar com diversão, como as crianças no quadro estavam sendo retratadas. Nesse âmbito, a obra nos mostra que d. Pedro II estava sendo criado para ser um grande monarca, sem espaços ilimitados para ser criança, tudo isso em prol do futuro brasileiro.

A construção da imagem do pequeno imperador influenciou a sociedade brasileira, até mesmo em relação ao golpe da maioridade, pois diante de tantas adversidades políticas (Sant'Anna, 2015), era necessário retratar a “promessa” brasileira, o filho da nação (Sant'Anna, 2015), o qual precisava sair desse lugar de órfão do Brasil (Correio Paulistano, 1832 apud Sant'Anna, 2015) e ser colocado na posição de imperador.

Lilia Schwarcz apontou que o período regencial foi responsável por uma enorme quantidade de reproduções pictóricas do imperador. Analisou que, nesse período, o príncipe imperial era retratado de forma a parecer mais velho do que realmente era, de semblante sério e, na maioria das vezes, com trajes imperiais envolto por livros e símbolos reais (SCHWARCZ, 1998, p. 59 apud SANT'ANNA, 2015, p. 47).

Logo, se torna interessante concluir que a intenção da obra não era criticar a ausência de uma infância feliz do imperador, mas de construir uma imagem de maioridade. Nos dias atuais e até mesmo entre a população da época é possível que se tenha ou que tenha tido uma compreensão mais problemática sobre a vida infantil do futuro imperador (Quintanilha, 2006), mas na construção da litogravura “Quarto de Estudo”, isso não ocorre, principalmente se comparado ao caderno de caligrafia de d. Pedro II, bem como a fotografia de Maria Amália, os quais denotam o lugar da educação rígida na infância

das crianças.

3. Conclusão

Portanto, com a influência da obra de Taunay, a litogravura feita por Jules Dupré nos aponta uma perspectiva distinta sobre a infância do imperador, que não é semelhante com a nossa concepção contemporânea. O objetivo principal é compreender a obra “Quarto de Estudo” não para defender ou criticar a infância de d. Pedro II, mas sim de analisar como essa questão foi retratada. Por conta disso, é imprescindível que antes haja uma discussão sobre outras percepções do período da infância ao longo da história, a fim de que se torne mais fácil entender o pensamento social no século XIX e a partir disso, tentar entender o quanto a gravura nos revela sobre esse ideal, voltado acima de tudo para um futuro imperador do Brasil.

Vale ressaltar, então, que a litogravura nos aponta sobre a perda da infância em vários elementos, como a questão do tamanho do papel que d. Pedro II é retratado, mostrando que o modelo educacional do futuro monarca estava acima de um ideal infantil. Assim, esse modelo foi sendo direcionado a fazer com que ele pensasse, desde muito cedo, em se comportar e viver como tal. O caderno de caligrafia é um grande exemplo, para demonstrar o peso que estava sendo encarregado sobre ele, não era um aprendizado voltado para uma criança qualquer, mas era direcionado ao futuro imperador do Brasil. Diante disso, d. Pedro II passou a ter consciência da sua posição e com tantas instabilidades em sua vida, logo os estudos viraram costume, mas também uma válvula de escape⁶²¹.

A partir de outros elementos apontados na litogravura, percebe-se que a intenção de

⁶²¹ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Exercícios que mostram como foi a educação de Dom Pedro II são parte da nova exposição do Museu Mariano Procópio**. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=76809>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Taunay era construir uma imagem quase heróica do futuro imperador, mostrando à população que este já estava pronto para assumir o trono do Brasil, pois já se comportava como um verdadeiro adulto. Então, segundo Sant'Anna (2015), as instabilidades políticas do período regencial encontraram uma solução ao reforçar a imagem do rei como símbolo da força imperial, assim o monarca passou a ser retratado como se estivesse preparado e fosse maduro o suficiente para assumir o trono brasileiro.

Diante disso, na litogravura “Quarto de Estudo”, d. Pedro II é construído de uma nova maneira. Isso porque quando ele se encontra de costas para o quadro cheio de crianças brincando, demonstra uma ruptura com a ideia de menoridade, a fim de construir uma nova imagem, que inclusive pode ter influenciado o Golpe da Maioridade. Ademais, a própria referência nas roupas escuras dos herdeiros da família imperial, denota uma nova fase, aquela que não mais se prende ao passado ou a tristeza, mas que se direciona para o progresso brasileiro, o futuro da nação. Portanto, através de uma perspectiva contemporânea, na obra há sim uma ruptura com a infância do imperador.

Referências

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, vol. 7, núm. 1, abr., pp. 147-160, 2007.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Museu Mariano Procópio - Exercícios de Caligrafia de Dom Pedro II. Youtube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AQAbbU6EcpA>>

QUINTANILHA, Marli Maria da Silva. A EDUCAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICO EDUCATIVA DO IMPERADOR DO BRASIL D. PEDRO II. Dissertação do Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

REZZUTTI, Paulo. Caderno de imagens. In: REZZUTTI, Paulo. D. Pedro II A história Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.
ISSN:2317-0468

não contada: o último imperador do novo mundo revelado por cartas e documentos inéditos. São Paulo: Leya, 2019. p. 1-33.

REZZUTTI, Paulo. Parte I: Infância e adolescência (1825-1840). In: REZZUTTI, Paulo (Org). D. Pedro II - A história não contada (O último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos). São Paulo: LeYa Brasil, 2019, pp. 25-106.

SANT'ANNA, Elizabeth Albernaz Machado Franklin de. DIFERENTES VOZES, DIFERENTES IMAGENS: representações, requerimentos, petições e súplicas a d. pedro ii. 2015. 32 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Cap. 1. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1935.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VASCONCELOS, Maria.; CUNHA, Gilmara. Reminiscências da primeira mestra de d. Pedro II: Mariana Carlota de Verna. Revista Educação em Questão, [S. l.], v. 60, n. 63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/28494>. Acesso em: 4 out. 2023.

Fontes

REZZUTTI, Paulo. Caderno de imagens. In: REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro II A história não contada**: o último imperador do novo mundo revelado por cartas e documentos inéditos. São Paulo: Leya, 2019. p. 1-33.

OLIVEIRA, Roberta. **Ensaio fotográfico no Museu Mariano Procópio destaca réplica de vestido de matriarca da família Ferreira Lage**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/12/16/ensaio-fotografico-no-museu-mariano-procopio-destaca-replica-de-vestido-de-matriarca-da-familia-ferreira-lage.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2023

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Exercícios que mostram como foi a educação de Dom Pedro II são parte da nova exposição do Museu Mariano Procópio**. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=76809>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Peronismo e Cidadania Feminina

Gabrielle Barra Tarocco⁶²²

Resumo

O presente artigo aborda o papel de Eva Perón na conquista do sufrágio feminino na Argentina, destacando a aprovação da Lei 13.010 em 1947. Essa legislação equiparou os direitos políticos das mulheres aos dos homens, marcando um avanço significativo. A campanha liderada por Eva Perón durante o governo peronista utilizou o sufrágio feminino como estratégia para ampliar o apoio político, visando incluir classes historicamente marginalizadas. Além disso, o texto pretende ressaltar a importância da identificação de Eva Perón com o povo argentino como estímulo à participação política das mulheres. Portanto, o trabalho destaca a luta pela emancipação feminina na América Latina como um processo complexo e contínuo.

Palavras-chave: Sufrágio, Argentina, Cidadania, Eva Perón.

Abstract

⁶²² Mestranda no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

The present article discusses the role of Eva Perón in achieving women's suffrage in Argentina, highlighting the approval of Law 13.010 in 1947. This legislation equalized women's political rights to those of men, marking a significant advancement. The campaign led by Eva Perón during the peronist government used women's suffrage as a strategy to broaden political support, aiming to include historically marginalized classes. Furthermore, the production emphasizes the importance of Eva Perón's identification with the Argentine people as a stimulus for women's political participation. Therefore, the article aims to highlight the struggle for female emancipation in Latin America as a complex and continuous process.

Keywords: Suffrage, Argentina, Citizenship, Eva Perón.

Introdução

Eva Perón desempenhou um papel crucial na promoção dos direitos políticos das mulheres na Argentina ao participar ativamente da aprovação da Lei 13.010, sancionada em 1947. Essa lei marcou o primeiro passo na formalização da participação política das mulheres no país, *equiparando* seus direitos e responsabilidades políticas aos dos homens, como estabelecido na reforma eleitoral de 1912, que originalmente beneficiou apenas os homens com a Lei Saénz Peña.

A aprovação do sufrágio feminino representou a inclusão de quatro milhões de mulheres nas práticas políticas, um marco alcançado após uma série de debates ao longo das décadas de 1930 e 1940. Durante esse período, vários projetos foram apresentados ao Congresso, mesmo que não tenham sido aprovados, eles desempenharam um papel importante na discussão pública sobre a cidadania feminina na Argentina.

O governo peronista viu a inclusão das mulheres na esfera política como uma estratégia para expandir seu apoio, incluindo classes e setores historicamente marginalizados. A campanha pelo voto feminino foi uma ferramenta importante para Eva Perón consolidar sua liderança feminina. No entanto, é importante reconhecer a

contribuição dos grupos feministas e sufragistas anteriores que pressionaram o Estado e mantiveram o tema em debate público.

Eva Perón e o Partido Peronista Feminino

O peronismo surgiu quando a participação política formal estava restrita aos homens, mas conseguiu mudar a situação das mulheres na Argentina. Isso se deveu, em grande medida, ao papel de liderança de Eva Perón. Durante o peronismo, as mulheres conquistaram o direito de voto e tiveram a oportunidade de se envolver ativamente na política, não apenas como eleitoras, mas também como membros ativos de partidos políticos.

O Partido Peronista Femenino (PPF) desempenhou um papel crucial nesse processo, proporcionando um espaço para as mulheres na estrutura partidária. Eva Perón foi central na organização do PPF e manteve um controle rigoroso sobre ele para evitar conflitos internos. Sua liderança carismática e o exercício de suas atividades políticas legitimaram a participação das mulheres na política argentina.

O peronismo deixou uma marca única na história política argentina ao incluir as mulheres na política. No entanto, após a morte de Eva Perón, o PPF não conseguiu sobreviver, uma vez que sua existência estava profundamente ligada à liderança carismática dela.

Eva Perón e a cidadania feminina argentina

Durante o primeiro mandato de Juan Perón (1946-1952), Eva Perón liderou o movimento de mulheres do partido Justicialista, incluindo o Partido Peronista Feminino (1949). Ela também desempenhou um papel político como primeira-dama, promovendo projetos assistencialistas e de inclusão de minorias, com foco central nas mulheres e trabalhadores. A abordagem de Eva Perón enfatizou a incorporação do "ideal" peronista, destacando o caráter sagrado da função maternal tanto no âmbito público quanto no privado, referida como "obrigações sagradas". Sua liderança feminina implicava em proteção e organização em uma cultura política, não necessariamente ligada à ocupação dos espaços de tomada de decisões.

A Fundação Eva Perón interveio na promoção de valores como altruísmo, dedicação e amor nas questões sociopolíticas, orientando as mulheres a seguir uma "boa política" com base na moralidade. No entanto, é importante notar que essas intervenções não levaram uma mobilização feminina que desafiasse as normas existentes. Ou seja, embora Eva Perón desempenhasse um papel central na conquista dos direitos políticos das mulheres na Argentina, sua abordagem não tinha como objetivo modificar radicalmente o papel das mulheres na sociedade argentina. Pelo contrário, utilizava de bases e valores consolidados tradicionalmente para alcançar apoio e popularidade.

O peronismo clássico procurou incorporar as mulheres na esfera política com base em seu papel essencialmente doméstico, sustentando uma imagem de feminilidade idealizada. Assim, vale destacar a teoria de Betty Friedan, acerca da "mística feminina", a qual abarca justamente esse *abrandamento* das amarras do patriarcado, fazendo com que as mulheres não consigam enxergar de fato sua posição subalterna na sociedade. Pelo contrário, passam a incorporar a imagem de devoção ao lar e aos afazeres que contribuem à sociedade de forma maternal e benevolente.

Assim como afirma Jéssica Mayara de Melo Carvalho, no discurso peronista, o ponto central de uma análise de gênero, se evidencia pelo fomento da feminilidade acentuada ao exigir das mulheres, "posturas de benevolência como contribuição ao Estado através de uma participação das diretrizes femininas como na Escola de Enfermeiras, nos Lares de Transição, na Fundação de Ajuda Social e outras instituições onde exerceriam atividades relacionadas ao cuidado e demais ações esperadas as posições maternas".

A extensão da maternalidade dos lares ao Estado se justifica a partir do discurso da ética e do cuidado, em que há uma naturalização das mulheres em levar os princípios morais e a virtude da sensibilidade a um espaço muito racionalista, como a política. Nesse sentido, as ações de Eva eram voltadas à essa política essencialista que não questionavam determinadas dominações dentro de certa lógica da maioria em nome de uma estabilidade. Havendo, portanto, uma continuidade na reprodução da lógica da estrutura já existente, sem haver uma oportunidade de contestação.

Segundo Nancy Fraser, Eva Perón, ao retratar a nação como um grande lar e enfatizar a maternidade, perpetuou estereótipos de gênero tradicionais. Mesmo após as mulheres conquistarem direitos políticos, continuaram sendo vistas como mães, tanto em casa quanto na esfera pública. Todavia, é necessário evidenciar que durante o governo de Juan Perón, surgiram vários questionamentos sobre a falta de políticas específicas para os direitos das mulheres. E, apesar da ênfase na maternidade, Eva Perón transcendeu a esfera privada para se tornar uma figura pública, estimulando o início de alguns debates sobre os direitos das mulheres, que anteriormente estavam ocultos devido à estrutura conservadora da sociedade.

Dessa forma, Evita Perón, desempenhou um papel fundamental acerca dos direitos políticos das mulheres, uma vez que sua imagem e seu discurso parecem ter aguçado o interesse das argentinas a participarem publicamente da vida política, fazendo com que elas almejassem chegar em lugares antes jamais sonhados. Diante dessa nova perspectiva de alcançar alguns poderes públicos, a imagem de Evita se projetou com um grande domínio na cena argentina.

Assim como afirma em seu texto, Adriana María Valobra, estas qualidades representavam uma nova faceta do empoderamento feminino no espaço público, mas também gerava outras suposições a respeito do âmbito privado. Segundo uma sindicalista, entrevistada ao longo de seus estudos, “Evita decidia e Perón executava”, demarcando assim, uma divisão de papéis e um imaginário onde se configurava esse duplo poder. Em conjunto, todas as entrevistadas da pesquisa de Valobra atribuíram a Evita o mérito de ter gerado, a partir de sua defesa pelo sufrágio feminino, uma libertação das mulheres de forma crescente.

De acordo com um entrevistado, "a mulher deve ser fiel ao homem, assim como *ela* era fiel a Perón. Mas tudo com amor e no seu devido lugar". "No seu devido lugar" refere-se a uma posição específica de homens e mulheres em um território público-privado. Nesse sentido, até mesmo, as pessoas que se opõem à presença de Eva na política argentina por essas características ou por sua oposição ao peronismo em geral, reconhecem que Evita demonstra qualidades de liderança que abriram possibilidades futuras para as mulheres.

Considerações finais

A campanha em prol do sufrágio feminino realizada na Argentina também traz à tona questões acerca da tomada de consciência do direito e do dever da participação política. Assim, entre outros elementos citados por Valobra, o campo político se transforma em um ponto significativo para a conquista feminina, uma vez que Eva Perón conseguira alcançar uma grande identificação com o povo argentino. Fato este que funcionou como incentivo a muitas mulheres a participarem da vida política.

Desse modo, a produção da personificação da cidadania feminina através da identificação da figura e imagem de Eva Perón, foi um dos maiores dispositivos do peronismo que conseguiu captar votos das mulheres. A partir de amplos estudos do campo, se deduz que o peronismo ganhou as eleições de 1951 graças a participação e o voto feminino. No entanto, é necessário destacar que a lei 13.010 removeu grande parte da discriminação política sofrida pelas mulheres argentinas e abriu um lento processo de apropriação desse novo status político e social.

Dessa forma, devemos compreender a luta pelo sufrágio e pela emancipação feminina, tanto na Argentina, como no Brasil e toda América Latina, como um grande processo de disputas narrativas, negacionismos e conflitos em torno da ampliação da cidadania feminina. A garantia de direitos sociais, civis e políticos nem sempre foi garantido às mulheres, muito pelo contrário. Assim como afirma Angela Davis “a liberdade é uma luta constante”.

Referências Bibliográficas

AUAD, Daniela. Educação para a democracia e co-educação: apontamentos a partir da categoria de gênero. In: Revista USP, São Paulo, n. 56, pág. 136-143, dezembro/fevereiro, 2002-2003.

BARRY, C. (s.f.). *Mujeres Peronistas: Centinelas de la Austeridad. Responsabilidad y rol de las mujeres peronistas y las unidades básicas femeninas en la implementación del Plan Económico de Austeridad y el Segundo Plan Quinquenal.*

BARRY, C. (2011). *Eva Perón y la organización política de las mujeres.* Serie Documentos de Trabajo, No. 453, ISBN 978-987-1062-64-5, Universidad del Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina (UCEMA), Buenos Aires.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

CARVALHO, Jéssica Mayara de Melo. O Grande Lar Argentino: A cidadania feminina segundo Eva Perón. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Set. 2015.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação”. In: Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto, pág. 291-307, 2007b.

FRIEDAN, Betty. Mística feminina – Tradução de Áurea B. Weissemberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

PERÓN, E. Eva Perón, Yo Evita: Habla a las Mujeres. Buenos Aires: CS Ediciones, 1996.

VALOBRA, A. (2008). La ciudadanía política de las mujeres y las elecciones de 1951. Anuario del Instituto de Historia Argentina. 2008, Nro. 8, p. 53-89.

ST 17: COMUNICAÇÕES LIVRES

A produção e a circulação da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982)

Larissa Raele Cestari⁶²³

Resumo: Nesta comunicação, recupero aspectos da produção e circulação da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982). Retomo os motivos que levaram à sua criação e faço uma caracterização geral da revista, destacando elementos da sua materialidade, o tipo de conteúdo e de linguagem, os autores publicados, o público visado, a sua circulação e a sua relação com o mercado editorial. Meu objetivo é trazer elementos que contribuam para identificar a linha política e editorial da revista e, dessa forma, a estratégia de democratização do país defendida pelo editor Ênio Silveira.

Palavras-chave: revista *Encontros com a Civilização Brasileira*; Ênio Silveira; transição política brasileira.

Abstract: In this communication, I recover aspects of the production and circulation of the magazine "Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982)". I resume to the reasons that led to its creation and make a general characterization of the magazine, highlighting elements of its materiality, the type of content and language, the published authors, the target audience, its circulation and its relationship with the publishing market. My goal is to bring elements that contribute to identify the political and editorial line of the magazine and, therefore, the strategy of democratization of the country defended by the publisher Ênio Silveira.

⁶²³ Doutoranda no programa de Pós-graduação em História da UFJF. larissacestari@uol.com.br

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra

Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Keywords: magazine *Encontros com a civilização brasileira* (Meetings with Brazilian Civilization); Ênio Silveira; Brazilian Political Transition

Introdução

Entre 1978 e 1982, durante a chamada “abertura política”, o editor e militante comunista Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira (CB), publicou a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*. O objetivo era transformá-la em um espaço de debate e intervenção dos intelectuais na luta pela redemocratização do país, bem como posicionar a CB nesse processo.

Nesta comunicação, recupero aspectos da produção e circulação da *Encontros com a Civilização Brasileira*. Retomo os motivos que levaram à sua criação e faço uma caracterização geral da revista, destacando elementos da sua materialidade, o tipo de conteúdo e de linguagem, os autores publicados, o público visado, a sua circulação e a sua relação com o mercado editorial. Meu objetivo é trazer elementos que contribuam para identificar a linha política e editorial da revista e a estratégia de luta pela redemocratização do país que dela se desdobra. Minha hipótese é que a revista expressou o pecebismo do editor e a sua aproximação com o “grupo renovador” do PCB na sua linha político-editorial.

A criação de *Encontros com a Civilização Brasileira*

A ideia da criação de *Encontros* foi de Ênio Silveira e do poeta Moacyr Félix que, além de pertencer ao círculo de amigos de Ênio, atuava na editora Civilização Brasileira desde o início dos anos de 1960. Nela, dirigiu diversas coleções como a *Revista*

Civilização Brasileira. Félix era alinhado ao PCB mas, diferente de Ênio Silveira, não era membro do partido.

Ênio Silveira e Moacyr Félix apresentaram *Encontros* ao público como uma continuação da *Revista Civilização Brasileira*, publicada entre 1964 e 1968, porém ampliada pelas novas questões que emergiram nos contextos nacional e internacional de fins da década de 1970. Essa filiação chancelava a nova revista perante autores e leitores. Com ela, capitalizava a consagração obtida pela *Revista Civilização Brasileira* nos anos de 1960, quando, sob a forma de um frentismo intelectual, foi o veículo mais importante de resistência cultural à ditadura e dos debates e revisões do campo da esquerda. A meu ver, *Encontros com a Civilização Brasileira* procurou repetir essa fórmula. Ajustou-a, porém, ao contexto da abertura no Brasil. No primeiro editorial da nova revista, Ênio afirmou: “*Encontros* mantém – e amplia – a linha de conduta intelectual que, de 1964 a 1968, cercou de tanto apreço a *Revista Civilização Brasileira*” (Silveira, 1978:8).

O nome da antiga revista não foi mantido. Os editores preferiram nomeá-la de *Encontros com a Civilização Brasileira*. Essa escolha remetia à organização, pela editora Civilização Brasileira, nos anos de 1960, de noites de autógrafos e debates entre autores e leitores nomeados de “Encontros com a Civilização Brasileira”.

Ao escolher o nome *Encontros com a Civilização Brasileira* para a revista lançada em julho de 1978, Ênio pretendeu retomar o clima de efervescência e mobilização política dos anos 1960 e a centralidade que a editora Civilização Brasileira obteve no campo da oposição cultural. Em agosto de 1979, o *Pasquim* anunciou o início o primeiro ciclo da nova fase desses encontros. Leandro Konder foi o primeiro a debater com o público o seu artigo *Marxismo e Cristianismo*, publicado no número 6 da revista (Cultura..., 1979:2). O momento era de grande mobilização da esquerda cristã, sobretudo por meio das Comunidades Eclesiais de Base e seu projeto de conscientização popular.

Do ponto de vista da edição de livros e revistas de oposição, o contexto era propício. Os trabalhos de Flamarion Maués (2013) e Laurence Hallewell (1985) mostram que, durante a abertura política, houve um grande incremento da indústria editorial e um dos segmentos que mais se destacaram foi o da literatura política de oposição: obras parlamentares, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, clássicos do pensamento socialista.

Os marcos cronológicos desse fenômeno são objeto de discordância entre os autores. Para Hallewell (1984:660), embora em 1977 tenha havido uma “enxurrada de livros de oposição”, a abertura para os livros veio, de fato, com a posse de João Batista Figueiredo na presidência da República, em 1979. Houve, então, uma mudança de postura do governo em relação à censura e um número cada vez maior de assuntos deixou de ser tabu. Já Flamarion Maués (2013) identificou esse processo em meados da década de 1970, embora reconheça que ele se intensificou entre 1977 e 1978. Segundo Maués (2013), dois motivos explicam o fato: de um lado, a edição de livros passou a ser menos visada pelos agentes da repressão e a censura passou a se dedicar especialmente à questão moral ou a livros que fizessem a crítica direta ao regime. De outro, a partir de 1977-1978, houve o retorno do movimento estudantil e do movimento sindical à cena pública, além do avanço da campanha da anistia, o que ampliou um público ávido por literatura política.

Esse contexto foi favorável à criação de novas editoras de oposição e à revitalização daquelas já existentes como Brasiliense, Voz, Paz e Terra e, o que interessa diretamente a este trabalho, a editora Civilização Brasileira. A título de exemplo, em 1974, Ênio Silveira publicou *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de Friedrich Engels, tradução de Leandro Konder, e *Fazenda Modelo*, de Chico Buarque de Holanda. Em 1975, publicou *Gota d'água*, também de Chico Buarque de Holanda, que foi um grande sucesso de público. *Gota d'água* foi o resultado da ação do Grupo Casa Grande, nome tirado do Teatro Casa Grande, local de encontro e reunião de vários intelectuais de oposição ao regime que, sob a liderança dos pecebistas, procuravam rearticular o pensamento oposicionista na perspectiva frentista da qual Ênio Silveira fez parte.⁶²⁴ Em 1976, publicou *Poema Sujo*, de Ferreira Gullar, *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, de Moniz Bandeira.

Entre 1978 e 1984, segundo Maués (2013), os seguintes livros editados por Ênio estiveram na lista dos mais vendidos: *A ditadura dos Cartéis*, de Kurt Mirow (1978), *Creio na Justiça e na esperança*, de D. Pedro Casaldáliga (1978), *Liberdade para os Brasileiros: Anistia ontem e hoje*, de Roberto Martins (1978); *Mil razões para viver*, de D. Hélder Câmara (1979); *Condenados ao subdesenvolvimento*, de Kurt Mirow (1979),

⁶²⁴ Sobre o grupo Casa Grande, ver HERMETO, 2015.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

Memórias, 1 parte, de Gregório Bezerra (1979), *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, de Frei Betto (1982).

O que quero mostrar até aqui é que a política de abertura do regime militar, o arrefecimento da repressão aos intelectuais, em especial ao próprio Ênio Silveira, e a emergência de uma sociedade civil mobilizada para transformar a abertura em redemocratização, no final da década de 1970, levaram o editor a traçar estratégias para retomar uma atuação editorial mais acentuada e reafirmar a presença dos intelectuais e da Civilização Brasileira na cena política do país. A meu ver, a criação da *Encontros com a Civilização Brasileira* foi a principal delas.

A produção e circulação da revista

Encontros com a Civilização Brasileira foi uma revista político-cultural, lançada em julho de 1978 e publicada até o ano de 1982, em um total de 29 números. Sua circulação foi mensal entre julho de 1978 e julho de 1980. A partir daí, saiu de forma intermitente, tendo apenas um número em 1981 e um último em 1982.

Tinha formato de livro (140 x 210 mm), com cerca de 300 páginas cada número. Nela, predominaram ensaios e artigos, muitos deles acadêmicos, com até 30 páginas, além de entrevistas, notas críticas, debates, poemas, contos e muitas resenhas. A revista também republicou manifestos políticos, comunicações em simpósios e congressos acadêmicos, intervenções em eventos políticos do campo da oposição ao regime militar, além de textos originalmente saídos em revistas de esquerda do exterior, geralmente aquelas ligadas aos partidos comunistas europeus, especialmente o italiano e o francês. Alguns artigos da antiga *Revista da Civilização Brasileira* (1965-1968) foram republicados, o que contribuiu com a ideia de uma continuidade entre as duas revistas.

A linguagem formal e objetiva predominou. Ela deu aura de seriedade e cientificidade não apenas aos artigos acadêmicos, baseados em dados de pesquisa empírica e metodologia universitária, mas também aos outros gêneros textuais.

O caráter engajado da revista aparecia na própria estratégia textual que predominou na maioria dos textos. Assim como chamou a atenção Maria Lucia Camargo (2004), sobre a *Revista Civilização Brasileira*, em *Encontros*, os textos, em sua maioria,

faziam um balanço histórico (causa) para a compreensão do presente e propostas de ação nesse presente com vistas a outro futuro.

Ênio Silveira, como Diretor-responsável, e Moacyr Félix, como Editor-chefe, dirigiram a revista durante todo o tempo. Os recursos para a edição da revista vieram da própria editora Civilização Brasileira, o que garantiu a sua autonomia política e editorial.

O tratamento gráfico-editorial foi, nas palavras de Ênio Silveira e de autores como Cristiano Couto (2013) e Dédallo Neves (2021), “mais profissional” do que aquele dado à *Revista Civilização Brasileira*, na década de 1960. Houve uma atenção maior com a diagramação, as revisões, traduções, *design* de capas. Mas nada revolucionário em relação ao padrão que o próprio Ênio já havia colocado na Civilização Brasileira desde o final dos anos de 1950 e início de 1960. Dédallo Neves (2021) atribuiu esse maior cuidado gráfico-editorial ao avanço da indústria cultural e à especialização da cultura como mercadoria no final dos anos de 1970 e 1980.

Cada volume de *Encontros* era impresso em preto e branco, incluindo texto escrito, fotografias, ilustrações e publicidade. Apenas o fundo das capas e contracapas era colorido. O texto escrito dominava praticamente todo o miolo da revista, com pouco espaço para fotografias ou ilustrações, que ocupavam principalmente as capas.

O conteúdo das fotografias e das ilustrações das capas relacionava-se com algum artigo ou temática que os editores queriam destacar. Um exemplo: no primeiro número de *Encontros*, a fotografia é de um brasileiro negro, enquadramento na sua face. No canto direito inferior, vem a chamada do artigo *O brasileiro Negro. 90 anos depois*, de Claudio Bojunga, em que o autor discutiu a situação da população negra brasileira 90 anos depois da lei de abolição sob a perspectiva de raça e classe no Brasil.

O visual das capas, no estilo de Eugênio Hirsh, foi quase sempre agressivo. Conforme Ênio Silveira lembrou, Hirsch dizia: “não vim para agradar, vim para agredir” (Silveira,1992:156). Na maioria das vezes, trazia cenas de violência ou precariedade da vida da população brasileira.

O espaço para publicidade era pequeno. Ocupava, principalmente, a segunda, terceira e quarta capas e uma ou duas páginas no miolo. Era destinado aos anúncios do mercado editorial, sempre livros de conteúdo e autores progressistas ou de esquerda. Em

primeiro lugar, os livros da própria editora Civilização Brasileira. Outros anunciantes eram os jornais *Movimento* e *O Pasquim*, as editoras Vozes, Ática, Codecri.

Na própria publicidade, era possível encontrar sinais do alinhamento político dos editores. Como, também, notou Dédallo Neves (2021), no número 21, foi anunciado o livro *O PCB no quadro atual da política brasileira*, de Pedro Del Picchia, que trouxe a entrevista de seis membros do Comitê Central do PCB: Armênio Guedes, Salomão Malina, Hércules Correa, Luiz Tenório de Lima, Lindolfo Silva, Zuleika Alembert. No mesmo número, foi publicado o ensaio *A estrutura sindical brasileira: lutas, experiências, proposta* e anunciado o livro *A classe operária e seu partido*, ambos de Hércules Correia. Essas publicações se davam no calor da hora da crise interna do partido, ocorrida entre 1979 e 1980. Essa crise resultou de uma queda de braço do secretário-geral Luís Carlos Prestes com o Comitê Central. Prestes só ocupou espaço, na revista, no número 27, publicado no segundo semestre de 1980, após a sua saída do partido, em março daquele ano. Ainda assim, só foram publicadas as perguntas elaboradas por 20 intelectuais e enviadas para ele.

Os elementos trabalhados acima, como os aspectos gráfico-editoriais, a linguagem, as estratégias textuais, a publicidade, mostram que *Encontros* se apresentava no padrão das “revistas de resistência séria”, conforme classificação de Maria Camargo (2004). Ajudam a identificar o tipo de público que se queria criar ou conquistar: aquele intelectualizado e engajado na vida política-cultural do país, do ponto de vista da oposição progressista ou de esquerda. O próprio Ênio Silveira explicitou, no número 9, que o público formado por *Encontros* era composto pelos “setores progressistas da nossa vida política, o meio universitário, a intelectualidade brasileira” (Silveira, 1979:7).

Para atingir esse público, a revista era vendida em todo o Brasil, ainda que com uma concentração maior no Sudeste, por meio de livrarias, bancas de jornais, com preferência àquelas situadas próximas às universidades, e também pelos correios, para chegar às cidades do interior do país onde não existiam livrarias (Revista..., 1978:12).

Não há indicação, na revista, acerca da sua tiragem. A publicidade que a editora Civilização Brasileira fez do número 5 de *Encontros*, no *Pasquim*, afirmava que “80 mil pessoas estão lendo *Encontros* todo mês” (Os lançamentos..., 1978:26). Não foi possível saber como a editora chegou a esse número. Porém, ainda que possa ter sido um tanto

superestimado, para fins de propaganda, é possível inferir que a vendagem da revista, pelo menos no seu início, fosse boa. O que interessa marcar, aqui, é que a revista estava atingindo o seu público. A título de exemplo, a revista cultural *Tempo Brasileiro*, dirigida por Eduardo Portella, desde 1962, atingia tiragens de 3.000 a 3.500 exemplares nos anos de 1980 (Camargo, 1997:5).

O preço da *Encontros* foi em um crescendo, dos CR\$ 50,00 do primeiro número, aos CR\$ 200,00 do vigésimo nono, em 1982. Essa flutuação deveu-se ao aumento dos custos de produção da indústria gráfica, provocado pelos altos índices de inflação do período, em virtude da crise do “milagre econômico”, que afetou todo o mercado editorial. O contexto de circulação de *Encontros* foi de recessão econômica.

Encontros circulou em um mercado editorial onde abundavam outros veículos de oposição, característica do período da abertura política, conforme chamou atenção Bernardo Kucinski (2003) e Maués (2013): desde revistas político-culturais, como *Tempo Brasileiro*, de Eduardo Portella, ou *Ensaaios de Opinião*, de Fernando Gasparian, passando por revistas editadas por intelectuais pecebistas, como *Temas de Ciências Humanas*, revistas acadêmico-universitárias, como *Dados* (IUPERJ), *Revista Cultura e Política* (CEDEC), *Cadernos Cebrap* (CEBRAP), até jornais alternativos como *O Pasquim* e *Movimento*, ou aqueles que tinham foco temático nos movimentos de minorias políticas, como os jornais *Versus*, *Brasil Mulher*, ou *o Lampião*, que faziam, inclusive, a crítica, pela esquerda, aos marxistas-comunistas e à esquerda nacionalista, tradição representada pela editora Civilização Brasileira. Como o próprio Moacyr Félix (1980:238) explicitou, havia “publicações periódicas para tudo; cada uma com seus objetivos e sua destinação precípua.”.

Assim como a *Revista Civilização Brasileira*, *Encontros* foi uma revista política, mas não partidária, ainda que seus editores tivessem suas preferências nesse campo. Ao mesmo tempo, foi uma revista que buscou pontes e presença nas universidades, mas não foi uma revista acadêmica, isto é, “produzidas por e destinadas a um determinado e seletivo público, de extração nitidamente universitária” (Camargo, 2004: 891). *Encontros* também se diferenciou, pelo seu próprio formato de livro e densidade dos textos, das revistas e jornais tanto da grande imprensa quanto da imprensa alternativa.

Para disputar o mercado, *Encontros* foi apresentada como “um volume que vale por vários livros” (Encontros..., 1980:6). O lançamento de cada volume de *Encontros* era divulgado pela grande imprensa e pela imprensa alternativa e não apenas como propaganda paga. Seus volumes eram anunciados e comentados em matérias e colunas de vários jornais.⁶²⁵ Isso revela a legitimidade e a consagração que Ênio Silveira havia conseguido para a Civilização Brasileira e também o clima da abertura política no país. Anunciar a revista era contribuir para ampliar a luta pela democracia no país. Em julho de 1978, Sérgio Augusto anunciou, em *O Pasquim*, o lançamento de *Encontros*:

Em todos os graus permitidos e necessários. No primeiro, Eric Hobsbawn, Octávio Ianni, Darcy Riberio, Ralph dela Cava, Gianfrancesco Guarnieri etc. Custa quase o preço de dois ingressos para se ver o filme do Spielberg mas dura mais de duas horas. Pequeno óbice: não tem happy-end” (Augusto, 1978:25).

No tom irreverente, *O Pasquim* traduziu o caráter sério de discussão da realidade brasileira que marcou a *Encontros*. Um levantamento das temáticas abordadas, na revista, contribui para apontar os sentidos desse engajamento.

Os temas de *Encontros*

A revista trouxe os temas contemporâneos, nacionais e internacionais, da política, da economia, da sociedade e da cultura. As discussões do campo teórico-político marxista foram outro traço marcante. O marxismo, em diferentes apropriações, foi a referência teórica da grande parte dos textos, incluindo os de autores não comunistas.

Ao observarmos a totalidade dos títulos e compararmos com aqueles destacados nas rubricas e no número especial (26), podemos identificar os temas mais recorrentes. Foram eles: “Socialismo e democracia”, “direitos humanos”, “estado de direito”, “papel do intelectual”, “educação e universidade brasileiras”, “a questão da mulher e do feminismo”, “educação e conscientização das classes populares”, “sindicalismo e classe

⁶²⁵ Alguns exemplos: em novembro de 1979, o pecebista Luiz Sérgio Henriques discutiu, no *Jornal da República*, a construção da democracia brasileira, a partir do artigo *A administração Carter: mito e realidade*, de Noam Chomsky, publicado no volume 15 da *Encontros com a Civilização Brasileira*. Ver HENRIQUES, 1979:4. Alceu Amoroso Lima, na sua coluna do *Jornal do Brasil*, abordou o feminismo tendo como alguns dos seus embasamentos os artigos publicados no número 26 da *Encontros com a Civilização Brasileira*. Ver ATHAYDE, 1981:11.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

operária”, “comunidades cristãs e política partidária”, “questão indígena”, “questão agrária”, “a questão da Amazônia”, “a modernização capitalista brasileira”, “a questão nacional”, “a crise brasileira”, “renovação teórico-política do marxismo”, “o nacional-popular na literatura e arte brasileira”, “a questão energética”, “violência e criminalidade no Brasil”.

Encontros trouxe “novos” e “velhos” temas que, no contexto de fins dos anos de 1970 e início de 1980, foram disputados por intelectuais de diversas correntes da esquerda, incluindo os da chamada “nova esquerda”, fortemente crítica ao PCB. A despeito das diferentes abordagens que receberam, esses temas se constituíram, por meio da revista, em intervenções políticas a favor da democratização do país.

Ao trazer esses conteúdos, os editores mostraram sua intenção de fazer com que a revista funcionasse como um ponto de referência para o pensamento de oposição, além de participar da renovação da agenda temática da esquerda. Principalmente, mostraram que pretendiam colocar em diálogo diferentes setores da esquerda do período, buscando construir pontos de convergência, ainda que batalhassem para o encaminhamento dessas temáticas em determinado sentido, assunto para outro texto. Um mapeamento dos intelectuais que colaboraram na revista contribui para elucidar esse ponto.

Os intelectuais da *Encontros*

Pelo menos 527 autores publicaram em *Encontros*. Os nomes nacionais formaram larga maioria, mas também foram publicados estrangeiros. Moacyr Félix foi o autor mais publicado, com 25 textos⁶²⁶, seguido de Ênio Silveira, com 14; João da Penha, com 11; Ignácio Rangel, com 10; Nelson Werneck Sodré, com 9; Darcy Ribeiro e Luiz Pinguelli Rosa, com 7; Gisálio Cerqueira Filho e Adilson de Oliveira, com 6; Frei Beto, Leandro Konder, Sebastião Geraldo Breguês, Luiz Sérgio Henriques, com 5. Diversos autores, como Florestan Fernandes, Edmundo Moniz, Fábio Lucas, Otávio Guilherme Velho, com 4 textos. A maioria dos autores publicou entre um e três textos.

Carlos Nelson Coutinho, autor do artigo de maior repercussão da revista, *A democracia como valor universal*, publicado no número 9, em março de 1979, escreveu

⁶²⁶ Na contagem, inclui todas as formas de publicações dos autores na revista: ensaios, artigos, editoriais, poesias, contos, entrevistas, depoimentos, notas, manifestos etc.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

apenas dois ensaios e uma resenha. O fato indica que a quantidade de publicações não é suficiente para medir a importância desempenhada por determinado intelectual na revista.

A publicação da produção acadêmica cresceu em relação à sua antecessora, a *Revista Civilização Brasileira*. *Encontros* ampliou o espaço para os intelectuais universitários, publicando seus artigos, capítulos de livros ou teses, republicando textos de seminários e congressos. *Encontros* acompanhou a mudança do cenário intelectual onde emergia a figura do intelectual acadêmico profissional.

A incorporação do intelectual acadêmico em *Encontros* não retirou ou diminuiu, na revista, a presença do intelectual humanista e engajado que marcou presença na editora desde os anos de 1950. Escritores, ensaístas, críticos literários, dramaturgos, jornalistas, militantes partidários, ativistas políticos mantiveram-se em *Encontros*. Especialmente os intelectuais engajados no nacionalismo anti-imperialista como base da revolução brasileira, que conformou as coleções da editora Civilização Brasileira desde o início dos anos de 1960.

Antigos colaboradores da editora, como os que formaram o que Renato Vieira (1996) denominou de *Grupo Civilização*, que reuniu, após o golpe de 1964, a esquerda nacionalista, pecebista, trabalhista, socialista, cristã, mas também liberais-democráticos, permaneceram sendo referência em *Encontros*. A título de exemplo, no Conselho editorial, constavam os nomes de Alberto Passos Guimarães, Alceu Amoroso Lima, Alex Viany, Antonio Callado, Antonio Houaiss, Dias Gomes, Ferreira Gullar, José Honório Rodrigues, Leandro Konder, Moacyr Werneck de Castro, Osny Duarte Pereira, Roland Corbisier.

A forte presença dos pecebistas, dos trabalhistas e dos intelectuais que compuseram o “Grupo Civilização” mostra que Ênio Silveira e Moacyr Félix pretenderam reconduzir à vida nacional a esquerda que teve no nacionalismo anti-imperialista e na proposta das reformas estruturais a base para as convergências político-ideológicas e que, após o golpe de 1964, defendeu a frente ampla e a luta pacífica pelas liberdades democráticas.

Não à toa, o primeiro número de *Encontros*, publicado em julho de 1978, foi encerrado com três textos em memória dos atores dessa resistência: *Carpeaux e Alexandria*, em memória de Otto Maria Carpeaux, escrito por Sebastião Uchoa Leite;

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

Darwin Brandão e a resistência cultural, em memória do intelectual pecebista Darwin Brandão, escrito por Zuenir Ventura; *Max da Costa Santos*, em memória do político trabalhista Max da Costa Santos, escrito pelo também trabalhista Waldir Pires.

Assim como a *Revista Civilização Brasileira*, *Encontros* foi um espaço de vocalização dos intelectuais pecebistas ainda que não fosse uma revista partidária. O único volume inteiramente temático de *Encontros*, que tratou da questão da mulher e do feminismo, o de número 26, foi organizado pela militante comunista Zuleika Alembert.

Ao analisarmos a trajetória dos autores que mais artigos publicaram em *Encontros*, vemos que os comunistas predominaram: Ênio Silveira, Moacyr Félix, João da Penha, Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder. Entre os autores estrangeiros, os marxistas-comunistas, militantes ou ex-militantes dos Partidos Comunistas de seus países, como Eric Hobsbawn, também foram a maioria.

Esse fato mostra que os comunistas mantinham a sua importância nos empreendimentos político-editoriais de Ênio Silveira. Entre eles, os intelectuais pecebistas brasileiros que, naquele momento, dialogavam com o eurocomunismo e tinham no Partido Comunista Italiano (PCI) uma referência importante, tais como: Zuleika Alambert, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, além dos próprios Ênio Silveira e Moacyr Félix, que abriram bastante espaço para as teses eurocomunistas na revista.

Ao mesmo tempo, Ênio Silveira e Moacyr Félix, reconhecendo as mudanças do cenário político e intelectual, buscaram a construção de pontes entre os intelectuais nacionalistas e pecebistas da editora Civilização Brasileira e os intelectuais da chamada “nova esquerda”. Entre os intelectuais da “nova esquerda”, Ênio Silveira e Moacyr Félix abriram espaço, na *Encontros*, sobretudo àqueles ligados aos movimentos de caráter basista da Igreja Católica, concretizados nas Comunidades Eclesiais de Base. A título de exemplo, Carlos Alberto Libânio, mais conhecido como Frei Beto, foi um dos autores mais publicados na revista. Além dele, Leonardo Boff, Clodovis Boff, João Batista Libânio, entre outros.

Como outras coleções da editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira e Moacyr Félix mantiveram a linha ecumênica que caracterizou sua prática editorial. A composição do Conselho Consultivo reforça esse ponto. Ele foi integrado por cerca de 50 intelectuais

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

dos mais diversos percursos políticos e institucionais. Entre os nomes ali reunidos estavam: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Dias Gomes, Alex Vianny, Ferreira Gullar, Alberto Passos Guimarães, Luiz Mario Gazzaneo, Antonio Sérgio Arouca, revelando a grande presença dos pecebistas na revista; Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier, representando a herança isebiana; Darcy Ribeiro e Wilson Fadul, pelo lado dos trabalhistas; Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, representando a sociologia paulista e o marxismo acadêmico; Frei Beto, Leonardo Boff, Waldo César, a esquerda cristã; Alceu Amoroso Lima, o catolicismo progressista; Osny Duarte Pereira e Barbosa Lima Sobrinho, o campo progressista nacionalista; Alberto Dines, representando o jornalismo de oposição à ditadura.

Pretendi mostrar, até aqui, que Ênio Silveira e Moacyr Félix procuraram fazer da revista um espaço de encontro entre intelectuais de diferentes trajetórias políticas e institucionais que pensavam estratégias e projetos para a redemocratização do país. No entanto, trabalho com a ideia de que revista não foi a vocalização de todas essas tendências. Os editores tinham o seu projeto político para a redemocratização brasileira e encaminharam a linha política da revista na direção desse projeto.

Ecumenismo e pecebismo na linha político-editorial de *Encontros*: uma estratégia para a redemocratização brasileira

Renato Vieira (1996:184) afirmou que *Encontros com a Civilização Brasileira* foi bastante eclética e, ao contrário da *Revista Civilização Brasileira*, não teve uma linha editorial definida. Discordando dessa interpretação, Cristiano Couto (2013) defendeu que o ecumenismo de esquerda, ou seja, a abertura para diferentes correntes políticas e ideológicas da esquerda, foi a própria linha editorial de *Encontros*.

O ecumenismo progressista e de esquerda marcou as práticas editoriais de Ênio Silveira desde os anos de 1950, quando o editor engajou a editora Civilização Brasileira no debate da revolução brasileira. A literatura sobre Ênio Silveira aponta esse ecumenismo para apresentar a complexidade e pluralidade das suas práticas editoriais e reforçar a ideia do editor democrático e não dogmático.

Sem discordar desse aspecto, trabalho com a ideia de que o ecumenismo editorial foi, também, uma forma de o editor expressar seu pecebismo e se alinhar às estratégias do partido. Antes de 1964, atuou em congruência com a política de frente única e de aliança de classes para a realização da revolução nacionalista e democrática, primeira

etapa da revolução brasileira na estratégia defendida pelo PCB. Após 1964, fundamentou a defesa da frente ampla de oposições para promover a resistência civil e desarmada para derrotar a ditadura. Ajustada às diferentes conjunturas, essa linha política predominou na trajetória do partido (Santos; Segatto, 2014). O ponto que defendo é que, no período da abertura política e da transição democrática, a prática editorial ecumênica de Ênio Silveira, novamente, atuou em favor das estratégias pecebistas para a redemocratização brasileira.

Andrea Galúcio (2009:203-215) foi a primeira autora a identificar uma atuação pecebista de Ênio no período da transição democrática brasileira. Dédallo Neves (2021:14) segue Galúcio e aponta que a própria constituição da revista, ao reunir diferentes correntes intelectuais do campo da oposição, assumiu a forma de uma frente ampla. No entanto, para o autor, Ênio, inclusive, considerou o projeto de transição ao socialismo dos novos intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores (Neves, 2021:25).

Compartilho a tese de Andrea Galúcio (2009), exceto que, a meu ver, o pecebismo de Ênio Silveira esteve presente em suas práticas editoriais no período anterior ao da abertura política e da transição democrática. Tenho como hipótese, também, que Ênio Silveira se posicionou a favor das teses dos intelectuais do grupo renovador durante o período da abertura política e fez de *Encontros* um veículo de divulgação e batalha por essas teses.

Defendo que a prática editorial ecumênica em *Encontros* foi uma estratégia de Ênio Silveira para preservar a coesão dos intelectuais e, dessa forma, o editor expressou e reforçou a linha da frente ampla das oposições, de comunistas a liberais, de marxistas a não marxistas, conforme propôs o PCB, especialmente o grupo de intelectuais pecebistas que passaram a ser denominados de ‘renovadores’.⁶²⁷ Vale destacar que a aprovação da estratégia da frente ampla não foi feita sem tensões no partido. Durante a abertura política, alguns setores do PCB, com Prestes à frente, questionaram essa linha de ação e defenderam uma frente de esquerda mais restrita (Reis, 2014: 387-439).

Por meio da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, Ênio Silveira procurou repetir a unidade intelectual que havia marcado a resistência cultural

⁶²⁷ Sobre os intelectuais “renovadores” do PCB, ver NAPOLITANO, 2014.

empreendida pela *Revista Civilização Brasileira*, na década anterior, e que possibilitou constituir uma frente ampla das oposições contra a ditadura.

No entanto, o contexto intelectual em que Ênio Silveira se moveu durante a publicação de *Encontros* foi marcado pela ruptura do “partido da *intelligentsia*”. Se, entre 1974 e 1979, houve uma aproximação dos núcleos intelectuais críticos ao regime, essa grande frente de oposição se esvaiu após a reforma partidária de 1979. Como mostra Lahuerta, a temática da organização autônoma da classe operária e das possibilidades da dimensão institucional para superação do regime dividiram a intelectualidade crítica. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT) levou à ruptura definitiva. No entanto, Pécaut destaca que (data:292), se a institucionalização do PT levou a uma divisão política, o diálogo e os laços pessoais entre alguns dos principais dirigentes do novo partido e as esquerdas que atuavam por meio do PMDB permitiram preservar a comunicação entre eles, ao menos até 1982, período da publicação de *Encontros com a Civilização Brasileira*. Fato que permite compreender a batalha de Ênio, por meio da revista, na construção de pontes e alianças com esses setores, ao mesmo tempo em que com eles disputava projetos de democratização, conforme será discutido em outro momento.

Fontes

ATHAYDE, Tristão. O feminismo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 abr. 1981, p.11.

AUGUSTO, Sérgio. Os bobos da corte estão Levitando. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, n. 12, junho de 1978.

AUGUSTO, Sérgio. Encontros com a Civilização Brasileira. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 21-27 jul. 1978, p.25.

AUGUSTO, Sérgio. Os direitos de Carter e os direitos de Chomsky. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, n. 2, agosto de 1978.

BONFIM, Beatriz. Editores pedem um programa especial de apoio ao livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1979, p.1. (Livro-Guia semanal de ideias e publicações).

CONDÉ, José. Escritores e livros. Encontros com a Civilização. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05 jun. 1966, p. 5.

CULTURA em Campo. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 17-23 ago.1979, p. 27.

ENCONTROS com a Civilização Brasileira. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 mar. 1980, 1 caderno, p.6.

ENCONTROS com a Civilização Brasileira. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 20-26 jun.1980, p. 24.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

FÉLIX, Moacyr. Liberdade: difícil e exigente. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, n.13, jul.1979.

FÉLIX, Moacyr. Uma carta para a revista Veja. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1980, n.26, p. 238.

HENRIQUES, Luiz Sérgio. Nova democracia. *Jornal da República*. São Paulo, 13 nov. 1979, p.4.

INFORME JB. Perguntas e Respostas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 ago 1980, 1 caderno, p. 6.

LIVROS e autores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1979, caderno b., p. 10.

OS LANÇAMENTOS da Civilização fortalecem a sensibilidade e a consciência dos leitores brasileiros. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 8-14 dez. 1978, p. 26.

REVISTA da Civilização Brasileira volta a circular. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 fev. 1978, p. 12.

SILVEIRA, Ênio. Por que e Para quê. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.1, julho 1978, p. 8.

SILVEIRA, Ênio. O conveniente fantasma do comunismo. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, n.9, mar. 1979.

SILVEIRA, Ênio. Um ano de Encontros. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 12, jun.1979, p. 7.

SILVEIRA, Ênio. Depoimento. In: FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Ênio Silveira*. São Paulo: EDDUSP, 1992, p. 89 (coleção Editando o editor).

Referências Bibliográficas

CAMARGO, Maria Lucia de Barros. Tempo Brasileiro e Novos Estudos Nos Anos 80. *Boletim de Pesquisa NELIC*, v. 1, n.1, 1997.

CAMARGO, Maria Lucia de Barros, Resistência e crítica. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. *Revista Iberoamericana*, Vol. LXX, N. 208-209, Julio-Diciembre 2004.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. *Intelectuais e exílios. Confronto de resistências em revistas culturais Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese (doutorado em História), 2013.

GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Universidade Federal Fluminense, Tese (Doutorado em História), 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil. Sua história*. São Paulo, EDUSP, 1985.

Anais da XXXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. História dos povos Originários: ancestralidade, colonialidade e resistência. Cesar Augusto Lopes Maciel; Eduarda Guerra Tostes; Jonas Augusto Silva (Org.). Juiz de Fora, 2023. 1081 p.

ISSN:2317-0468

HERMETO, Miriam. Os seminários de dramaturgia do Grupo Casa Grande. Limites do frentismo de resistência político-cultural na abertura política brasileira. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2003.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, 8, 14\15, 2001, p. 53-95.

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura. Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo, Publisher Brasil, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e a questão democrática. *Estudos Avançados* (28), 80, 2014.

NEVES, Dédallo de Paula. *A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma intelectualidade (1978-1982)*. Universidade Federal do Paraná, Dissertação (mestrado em sociologia), 2021.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990, p. 264

REIS, Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes. Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Sérgio Ricardo França. *Cicatrizes. A trajetória de Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. CPDOC\FGV. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), 2020.

SEGATTO, José Antônio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos de 1950 a 1991. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo. *História do marxismo no Brasil*. Campinas, Editora Unicamp, vol. 6, 2ª edição, 2014.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos. Os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília, Thesaurus, 1998.